



75 ANAIS

ORGANIZAÇÃO

Luna Halabi Belchior

Luisa Rauter Pereira

Sérgio Ricardo da Mata

2013

A concepção de memorial na história religiosa

Virgínia A. Castro Buarque *

Introdução

Esta comunicação tem como objetivo explicitar os principais elementos teórico-conceituais constituintes da concepção de memorial na história religiosa ocidental, particularmente no cristianismo. Para tanto, ela apoia-se na reflexão de três autores que entrecruzaram, em suas produções acadêmicas, conhecimento histórico, saber teológico e análise linguística: o historiador jesuíta Michel de Certeau, a teóloga Anne Fortin e o semiótico e teólogo Louis Panier. Com base em seus trabalhos, esta investigação sobre as premissas da concepção de memorial no cristianismo ganha, portanto, expressiva densidade epistêmica.

Tanto o judaísmo como o cristianismo fundamentam suas crenças e ritos – institucionalizando-se como profissão de fé e sendo subjetivados pelos fiéis – a partir de sua configuração como um memorial. Assim, no tocante ao judaísmo, “[...] lembrar é fundamental, o verbo *zakhar* (lembrar) aparece na *Bíblia Hebraica* 169 vezes, geralmente tendo como tema Israel ou Deus, uma vez que a memória está a serviço de ambos. O verbo é complementado pelo seu antônimo ‘esquecer’: assim como Israel é ordenado a lembrar, também é intimado a não esquecer” (MENDES; CERQUEIRA, 2011: 68). Os primeiros cristãos, por sua vez, ao mesmo tempo em que compartilha[m] essa memória, busca[m], através da rememoração da figura de Jesus e de seus ditos, uma delimitação de sua identidade, num processo de longa duração, desenvolvendo pouco a pouco características e preceitos próprios” (Ibidem: 70). Privilegiando a religiosidade cristã, esta comunicação então sugere, como hipótese, que a concepção de memorial, no cristianismo, encontra-se fundamentada em três elementos principais: a atualização do passado e do futuro no tempo presente; a incorporação da falta histórico-existencial como fator primordial à significação do vivido e sua transformação em palavra criadora; a dimensão comunitária.

Em decorrência, esta comunicação também apresenta-se como uma proposição alternativa a abordagens das ciências humanas no campo religioso, que consideram estarmos vivendo um processo de perda da memória social, o qual repercute, por sua vez, no interior

* Doutora em História e pós-doutora em Ciências Religiosas. Professora do Departamento de História e do PPGHIS da Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: v-buarque@hotmail.com.

das comunidades eclesiais, com expressiva dissolução dos laços de pertencimento às igrejas cristãs. Diante de tal sensação de perda, Danielle Hervieu-Léger postula que os fragmentos das experiências vividas estariam sendo reatualizados como lembranças, isto é, apropriados de maneira a projetar um mundo nostalgicamente idealizado e que supostamente poderia ser retomado, ao menos em alguns de seus aspectos (HERVIEU-LÉGER, 1993). Uma segunda reação a esta percepção de perda da memória é sua contínua evocação pela sociedade contemporânea, com o auxílio de diferentes e potentes recursos midiáticos.

Ademais, como observado por Marcel Gauchet, este esforço de retomada da memória, a tentativa de deter sua diluição, apresenta um perfil individualista e altamente emotivo (GAUCHET, 1998). No tocante ao campo religioso, ao invés de uma profissão de fé num corpo de doutrinas coletivamente partilhado e, a partir desta dinâmica eclesial, então incorporado à dimensão existencial, o que geralmente se verifica é uma preliminar remissão do sentido às preferências do sujeito, que são combinadas com base em uma ética da convicção pessoal. Com isso, para Gauchet, os atuais “retornos” do religioso correspondem a tudo, menos a um efetivo fortalecimento da sacralização, porque eles procedem de uma adaptação da crença às condições modernas da vida social e pessoal, sem conduzir a uma reestruturação religiosa da sociedade. Assim, segundo este autor, a atual visibilidade conquistada pelas religiões no Ocidente não decorreria de uma desprivatização, ou seja, de sua saída do âmbito privado, mas sobretudo de uma publicização do privado. Por tal hipótese, a crença almejaria conservar sua liberdade e singularidade privadas, mas sem abdicar de sua afirmação no público (muitas vezes traduzida como “direito das minorias”) (FORTIN-MELKEVIK, 1992: 850-862; TAYLOR, 1992).

Não discordo completamente da validade de tais considerações, mas visio nuançá-las e, sobretudo, contrapô-las uma outra leitura possível, que aponta para a contínua emergência de outras formas de elaboração da experiência religiosa, em particular no cristianismo, sob os contornos do memorial.

1.

Um primeiro elemento ou característica do memorial cristão é que este, de forma diversa de algumas expressões contemporâneas de memória, destacadas por Danielle Hervieu-Léger, refuta a estagnação. Dessa maneira, o memorial cristão promove continuamente a atualização de um legado fundador, articulando as leituras plurais da experiência passada (promotora de uma específica identidade religiosa, diferenciada das demais modalidades de

relação com a divindade e com as pessoas) e as distintas expectativas de futuro (e as estratégias para sua viabilização). Logo, no memorial cristão, a repetição cede lugar à reformulação contínua, em que os acréscimos, reelaborações e omissões são elementos constituintes da densificação da crença e do rito. Aqui, a experiência da “bricolagem” cultural mostra-se inevitável, mas tais alterações, longe de operarem como simples justaposições ao longo do tempo, são reformuladas a partir das lógicas intrínsecas de sentido ao próprio memorial. Por isso, segundo a teóloga Anne Fortin, “memorial” e “lembrança” portam significados bastante distintos, pois enquanto o primeiro mostra-se indissociável de um ato interpretativo, de uma leitura de si e do mundo promovida pelos sujeitos, a segunda configura-se como uma representação dotada de sentidos pré-estabelecidos, passíveis de serem decodificados independente das pessoas que a evocam (2007).

Tal concepção de memorial, no cristianismo, foi sistematizada por santo Agostinho, que em suas *Confissões* significa a experiência histórico-social mediante o entrecruzamento de três figuras da temporalidade – presente do passado (memória), presente do presente (visão), presente do futuro (espera):

O que é, pois, o tempo? [...] De que modo existem, pois, esses dois tempos, o passado e o futuro, uma vez que, por um lado, o passado já não existe, por outro, o futuro ainda não existe? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse a passado, já não seria tempo, mas eternidade. [...] Uma coisa é agora clara e transparente: não existem coisas futuras nem passadas; nem se pode dizer com propriedade: há três tempos, o passado, o presente e o futuro; mas talvez se pudesse dizer com propriedade: há três tempos, o presente respeitante ao às coisas passadas, o presente respeitante às coisas presentes, o presente respeitante às coisas futuras. Existem na minha alma estas três espécies de tempo e não as vejo em outro lugar: memória presente respeitante às coisas passadas, visão presente respeitante às coisas presentes, expectação presente respeitante às coisas futuras (2001: 117).

Em desdobramento, mostra-se cabível propor uma aproximação entre a concepção de memorial cristão e a releitura da concepção de tempo no cristianismo tecida a partir do final da Segunda Guerra Mundial por Oscar Cullmann, que formulou o sentido do *kairós* como a experiência da salvação no momento presente (e não apenas na escatologia), mediante a tensão entre o “já” e o “ainda não” (GIBELLINI, 2002).¹

¹ Trata-se da obra *Cristo e o Tempo*, publicada em 1946. Todavia, a concepção de Cullmann não incorpora necessariamente a posição do sujeito como intérprete, indispensável ao memorial.

Portanto, o memorial cristão não retoma isoladamente a dimensão do passado do presente (memória), mas interpreta sua ressonância em práticas intersubjetivas (logo, também políticas), estabelecidas no aqui-e-agora, em função de uma expectativa de futuro, desde já anunciada.

2.

Como segundo e complementar elemento, o memorial cristão viabiliza a posituação dessa “perda” histórico-existencial, percebendo-a como performativa, uma vez que foi justamente através de tal ausência que o estar no mundo (numa cultura e numa sociedade) pôde vir a acontecer, com sua gama de desafios e esperanças:

Cada figura de autoridade, na sociedade cristã, [seja] marcada pela ausência do que a funda. Quer se trate da Escritura, das tradições do concílio, do papa ou de qualquer outra coisa, o que a *permite* [é o que] lhe *falta*. Cada autoridade *manifesta* aquilo que ela *não é*. Donde a impossibilidade para cada uma dentre de ser o todo, o ‘centro’ ou o único. Uma irredutível *pluralidade* de autoridades pode apenas indicar a relação mantida por cada uma delas com o que ela postula como ‘cristã’. [...] Sua relação necessária com as demais faz e diz a natureza de sua relação com o Ouro que a autoriza. [...] A linguagem cristã tem (e só pode ter) uma *estrutura comunitária* (CERTEAU, 1987: 215).²

Nessa perspectiva, como explicita o teólogo e historiador jesuíta Michel de Certeau, o essencial visível do cristianismo não pode, portanto, ser estabelecido: ele é demarcado pela perda de um corpo, o corpo de Jesus, reproduzido pela perda do corpo de Israel. Desaparecimento fundador: tal morte possibilitou o surgimento de um corpo eclesial (a Igreja) e de um *corpus* de textos canônicos (a Escritura Sagrada) (CERTEAU, 1987: 267-306; GEFFRÉ, 1991: 171).

Aprofundando-se esse perpassar da “falta” no memorial cristão, é possível considerar que tal elemento seja indissociável da remissão a uma Alteridade transcendente. A singularidade do cristianismo é que este Outro encontra-se inserido na dinâmica histórica, assumindo assim o limite inerente à condição humana, tão expressivamente descrita, nos relatos neo-testamentários como *kénosis* – a humanização do Verbo, o assumir da dimensão

² No original: “Chaque figure de l’autorité, dans la société chrétienne, est marquée par l’absence de [ce] qui la fonde. Qu’il s’agisse de l’Écriture, des traditions, du concile, du pape ou de tout autre, ce qui la *permet* lui *manque*. Chaque autorité *manifeste* ce qu’elle *n’est pas*. D’où l’impossibilité pour chacune d’être le tout, de ‘centre’ ou l’unique. Une irréductible *pluralité* d’autorités peut seule indiquer le rapport qu’entretient chacune d’entre elles avec ce qu’elle postule comme ‘chrétienne’. [...] Sa relation nécessaire à d’autres fait et dit la nature de sa relation à l’Autre qui l’autorise. [...] Le langage chrétien n’a (et ne peut avoir) qu’une *strucutre communautaire*” (Grifos do autor).

contingente do mundo criado (PANIER, 1985: 292). Era nesse sentido que Certeau compreendia o cristianismo como religião da Alteridade e, não casualmente, ele retomou da obra de Heidegger a expressão *Nicht Ohne*, a qual traduziu como “Não sem Ti” (CERTEAU, 1971),³ associando-a à passagem de antiga prece eucarística: “Que eu jamais me separe de Ti”. A partir desses elementos, Certeau constituiu um modelo de interpretação histórica do cristianismo pautado numa dupla negação (“não sem”): assim, o “Outro” não está alhures, e sim inserido no mundo, estando em contínuo afloramento nas muitas singularidades e estabelecendo uma ligação entre todas as coisas. Desta maneira, ao mesmo tempo em que rompe com uma ontologia do ser, do sujeito e da consciência, Certeau *des-objetiva* o religioso, mas sem diluí-lo ou esvaziá-lo; pelo contrário, ele afirma sua especificidade ao concebê-lo como experiência relacional entre o humano e esse “Outro”, encarnado na história.

De forma concomitante, como explicita Anne Fortin, por incorporar a perda, vislumbrando-a como potencializadora da emergência do novo no mundo, é que o cristianismo constitui-se em uma religião de transformação da ausência dolorosa em palavra criadora (FORTIN, 2007: 359). Tal premissa é por ela emblematicamente empregada em sua interpretação do relato da ressurreição presente no evangelho de Marcos:

‘Elas saíram do sepulcro e fugiram trêmulas e amedrontadas. E a ninguém disseram coisa alguma, por causa do medo’.⁴ [...] No túmulo, um jovem *diz* às mulheres uma palavra que aponta para a vida, à qual responde apenas o silêncio do medo (Mc 16,1-8) [...] Este silêncio não é um silêncio de morte. Trata-se mais do silêncio que vai liberar o espaço necessário para que, no momento oportuno, as mulheres possam reescutar as palavras já pronunciadas – “como ele vos havia dito”; silêncio que libera o espaço da ressurreição e que permite à memória entrar em ação. [...] O anjo as convida a *ir dizer* enquanto elas estavam acostumadas a escutar. É bem possível que elas estivessem desestabilizadas. A palavra vinha a elas; elas devem agora ir proferir a palavra. Há de que ter medo! O trabalho é para elas enorme: trabalho de introspecção, trabalho de memória. [...] [mas, por fim] as mulheres terão falado, pois o texto é lá, nessa colocação do discurso do silêncio até a palavra (FORTIN; LAFLÈCHE, 2004: 86-88; 90).⁵

³ Nas palavras de Certeau, “cette catégorie heideggerienne m’avait pour permettre une réinterprétation du christianisme”.

⁴ Foi feita transcrição literal do versículo 8 do capítulo 16 do evangelho de Marcos da BÍBLIA SAGRADA pelas Edições Ave Maria.

⁵ No original: “Étant sorties, elles s’enfuirent du tombeau, car le tremblement et la peur les avaient saisies. Et elles ne dirent rien à personne, car elles avaient peur...”. [...] Au tombeau, un jeune homme *dit* aux femmes une parole ouverte sur la vie à laquelle ne répond que le silence de la peur (Mc 16, 1-8). [...] Ce silence n’est pas un silence de mort. Il s’agit plutôt du silence qui va dégager l’espace nécessaire pour que, au moment opportun, les femmes puissent réentendre les paroles déjà prononcées – ‘comme il vous l’a dit’-; silence que dégage l’espace de la résurrection et qui va permettre à la mémoire de se mettre en action. [...] L’ange les invite à *aller dire* alors qu’elles ont été habituées à écouter. Il est bien possible qu’elles soient déstabilisées. La parole venait à elles; elles doivent maintenant aller porter la parole. Il y a de quoi avoir peur! Le travail est pour elles énorme:

O memorial cristão, portanto, não se limita ao pressuposto da inexorabilidade da perda, ainda que destaque sua importância para a significação do vivido e promoção da relação social. Ao invés de tentar recobrir, preencher (inclusive pela evocação de lembranças e bricolagem de memórias) a dimensão antropológica da “falta”, constituinte do humano, o memorial evidencia esta lacuna como princípio de enunciação da experiência social (FORTIN, 2002: 23; 26). Tal alargamento do sentido da realidade, crucial ao memorial cristão, encontra-se, assim, decididamente vinculado ao ato da palavra, como indica o linguista Louis Panier: apenas por acreditar (ou, ao menos, desejar fazê-lo), é que o sujeito torna-se ouvinte/leitor e enunciador de um discurso: “Este ponto de partida é a fé ou mais precisamente a *confissão de fé* como ato de linguagem, como convocação do sujeito crente na imbricação do relato (testemunho) e de sua recepção” (PANIER, 1985: 292).⁶

Paralelamente, a palavra, no memorial cristão, não é dissociada do gesto, como emblematicamente descrito nas passagens evangélicas da Última Ceia: “Fazei isto em memória de mim...” é um dito que associa o apelo enunciado ao gesto de partir o pão e ao ato de doar a vida (FORTIN, 2007: 363). Nesse sentido, ao ressignificar a perda na combinação da palavra e do gesto, o sujeito crente não apenas atualiza sua memória biográfico-cultural, como também opera algo ainda mais crucial: a transformação de si mesmo de expectador em testemunha (FORTIN, 2007b: 26-7). O memorial cristão viabiliza, portanto, uma profunda e radical articulação entre palavra, *práxis* e biografia, fundamentada no significado atribuído a “testemunho” pelo cristianismo, expressão oriunda do termo grego *mártus-uros* (martírio): aquele que testemunha percebe o mundo a partir de um sentido suficientemente relevante para validar a perda da própria vida. Com seu testemunho (biográfico-discursivo), o mártir torna-se então, nas releituras memoriais promovidas ao longo da história, um modelo de vida exemplar, tantas vezes descrito nas hagiografias religiosas e também políticas.

3.

Por fim, pode-se apontar, como terceira característica do memorial cristão, sua dimensão comunitária. Assim, é o compartilhar da experiência de fé que confere ao memorial sua dimensão sistêmica, qualificando-a como tradição eclesial. A institucionalização das

travail d’introspection, travail de mémoire. [...] les femmes auront parlé, puisque le texte est là, dans cette mise en discours du parcours du silence jusqu’à la parole” (Grifos das autoras).

⁶ No original: “Ce point de départ est la foi ou plus précisément la *confession de foi* comme acte de langage, comme convocation du sujet croyant dans l’interaction du récit (témoignage) et de sa réception”. Grifos do autor.

igrejas cristãs irá então operar de forma a ordenar o memorial em formato doutrinário (no catolicismo, por exemplo, esta é a prerrogativa do exercício do Magistério), indissociável de seleções e mesmo exclusões teológico-políticas. Nessa relação, tantas vezes tensional e contraditória, é que o memorial cristão torna-se, simultaneamente, atualizado, alterado, transmitido e subjetivado. Por isso, uma questão central para o memorial cristão é a articulação entre crença e autoridade, uma vez que, como destacado por Michel de Certeau, “não é concebível crer isoladamente, porque o crer articula um em relação ao outro e aos demais pela mediação da ‘instituição’” (ROYANNAIS, 2003: 507). Mas lembremo-nos de que a autoridade religiosa, para Certeau, é sempre plural e perpassada pela incompletude...

Daí que se determinadas facetas do memorial cristão podem, obviamente, serem apropriadas por outras tantas culturas e espiritualidades, tal incorporação fragmentária implica também em sua diluição enquanto um *corpus* específico de sentido histórico-religioso. Foi este o processo que ocorreu de forma culturalmente expressiva no Ocidente, sobretudo a partir da segunda metade do século XVIII, quando emergiu, no bojo da modernidade, uma outra concepção de memória. Esta nova referência, pautada em grande emotividade, conferia primazia ao indivíduo, em detrimento do político. A memória se fez então recordação nostálgica de um passado perdido, e a representação do mundo refluíu para uma interioridade que buscava na lembrança uma imagem reconfortante e substitutiva às crises do espaço público (FORTIN, 2007; TAYLOR, 1992).

Assim, com base em Michel de Certeau, é possível pensar o memorial cristão de forma articulada a uma “formalidade das práticas [sociais]”, entrecruzando as enunciações com um sistema de referências sócio-culturais e de relações de poder, que lhes fornecem coerência e particularidade. Dessa maneira, a interpretação do memorial cristão pode, então, viabilizar a reconstituição das identidades e dos poderes sociais, mediante o encaminhamento da análise para a “[...] questão do sujeito e para as condições de intersubjetividade na comunicação social” (PANIER *In*: GEFFRÉ, 1991: 41-32).⁷

Considerações finais

Em conclusão, esta comunicação realça a importância da concepção de memorial, no cristianismo, para os estudos historiográficos. Afinal, ao entender a experiência histórico-religiosa sob o viés do memorial, os cristãos tornam-se capazes de positivar as perdas intrínsecas ao processo de significação da realidade vivida, assumindo-as como critério para

⁷ No original: “[...] question du sujet et vers les conditions de l’intersubjectivité dans la communication sociale”.

uma ação no presente e uma expectativa já vislumbrada de futuro, ao mesmo tempo em que se engajam num projeto coletivo:

Eis porque o ponto de vista interpretativo viabiliza a releitura da tradição como projeto: não tanto como reativação de uma história das ideias, não tanto como atualização dos conteúdos da tradição, mas de maneira a reconhecer o que anima esta tradição e o que continuamente ela *deixa de dizer*. [...] procura de algo que escapa sempre, necessariamente. O que espaça, é a abertura à palavra e à fé, abertura que assinala que esta palavra é realmente endereçada ao humano, não se pautando sob o registro de um saber. O jogo da memória é então deslocado da ordem do saber àquele do crer e do gesto [...].⁸

Referências:

- AGOSTINHO, santo. *Confissões*. Lisboa: LusoSofia, 2001. Livro XI, Capítulo XIV, 17, p. 111; Capítulo XX, 26, p. 117. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf>. Acesso em: 29/03/2012.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Ave Maria, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *La Faiblesse de Croire*. Paris, Seuil, 1987.
- _____. “La rupture instauratrice”. *Esprit*, 1177-1214, juin 1971.
- FORTIN, Anne. Des profonderus de la faim. *Sémiotique et Bible*. N. 126, 19-33, juin 2007b.
- _____. L'impossible saisie de la mémoire. In: MEUNIER, Martin et THÉRIAULT, Joseph (org.). *Les impasses de la mémoire: histoire, filiation, nation et religion*. Québec: Fides, 2007.
- _____. Lire le geste théologique des Écritures. *Sémiotique et Bible*, N. 105, mars, 14-28, 2002.
- FORTIN, Anne e LAFLECHE, Christine. Hommage à Raymond Lemieux: la Bible comme lettre d'amour volée. In: NAULT, François et FORTIN, Anne (dir.). *Dire l'impensable, l'autre*. Pérégrinations avec Raymond Lemieux. Montréal: Médiaspaul, 2004.
- FORTIN-MELKEVIK, Anne. A exclusão recíproca da modernidade e da religião nos pensadores contemporâneos: Jürgen Habermas e Marcel Gauchet. *Concilium*, Petrópolis, n. 244, 850-862, 1992/1996.

⁸ No original: “C'est pourquoi le point de vue interprétatif ouvre la relecture de la tradition comme projet: non pas en tant que réactivation d'une histoire des idées, non pas en tant qu'actualisation des contenus de la tradition, mais de façon à entendre ce qui anime cette tradition et que toujours elle *manque à dire*. [...] recherche de quelque chose qui échappe toujours, nécessairement. Ce qui échappe, c'est l'ouverture à la parole et à la foi, ouverture qui signale que cette parole est réellement adressée à l'humain, et pas sur le seul registre du savoir. L'enjeu de la mémoire est alors déplacé de l'ordre du savoir à celui du croire et du geste [...]”.

- GAUCHET, Marcel. *La Religion dans la Démocratie*. Parcours de la laïcité. Paris: Gallimard, 1998.
- GEFFRÉ, Claude. Le non-lieu de la théologie chez Michel de Certeau. In: _____ (org.). *Michel de Certeau ou la Différence Chrétienne*. Paris: Du Cerf. 1991.
- GIBELLINI, Rosino. *A Teologia do Século XX*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HERVIEU-LÉGER, Danielle. *La Religion Pour Mémoire*. Paris: Cerf, 1993.
- MENDES, Caterine Henriques; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Memória coletiva e identidade paleocristã. *Mneme – Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, p. 67-80, jul./dez 2011.
- PANIER, Louis. Sémiotique du discours biblique et questions christologiques. *Laval théologique et philosophique*, 41, n. 3, p. 289-303, octobre 1985.
- _____. Pour une anthropologie du croire. In: GEFFRÉ, Claude (org.). *Michel de Certeau ou la Différence Chrétienne*. Paris: Du Cerf, 1991.
- ROYANNAIS, Patrick. Michel de Certeau: l'anthropologie du croire et la théologie de la faiblesse de croire. *Recherches de Science Religieuse*. Paris, v. 91, n. 4, 493-659, 2003.
- TAYLOR, Charles. *Grandeur et Misère de la Modernité*, Montréal: Bellarmin, 1992.

A construção do horizonte de expectativa sobre São Paulo na década de 1950

Bruno de Macedo Zorek*

De acordo com a proposta do Simpósio Temático – “História Intelectual: diálogos com a historiografia, a filosofia e a sociologia alemãs” –, o objetivo deste texto é discutir algumas propostas e dificuldades de pesquisa. Pretende-se refletir sobre as representações do futuro para a cidade de São Paulo ao longo da década de 1950 – um momento marcado por significativas mudanças no campo do urbanismo, sobretudo pela participação de profissionais oriundos das ciências humanas nas discussões sobre cidades. Privilegiam-se as representações produzidas por intelectuais – categoria que inclui arquitetos, engenheiros, sociólogos, geógrafos, economistas e outros. Parte-se do princípio de que as representações do futuro eram um dos elementos nas estratégias dos intelectuais para construir suas posições e oposições nos campos intelectual e político brasileiros. Neste sentido, a intenção é entender de que forma esse futuro era utilizado nos discursos sobre as cidades e que efeitos ele produzia nas trajetórias dos intelectuais em questão. Acredita-se que a análise dessas representações do futuro, ou do *horizonte de expectativas* sobre as cidades, pode contribuir tanto para o entendimento das especificidades do campo intelectual brasileiro naquele momento, especialmente daquelas que diziam respeito ao urbanismo, quanto para esclarecer determinadas continuidades nos diagnósticos urbanos que se observam até os dias de hoje. Além disso, permite perceber as implicações sociais da presentificação do futuro, ou seja, como certas representações do futuro, produzidas por agentes privilegiados, efetivamente construía esse futuro “antecipadamente”.

As representações mencionadas serão analisadas em dois níveis: primeiro, em seu conjunto, enquanto definidoras politicamente privilegiadas de uma perspectiva geral sobre o futuro da cidade de São Paulo; e, segundo, individualmente, enquanto *ações sociais* que ajudavam a reproduzir ou modificar as posições e disposições dos intelectuais nos espaços onde estavam inseridos e, portanto, também a reproduzir ou modificar a própria perspectiva geral de futuro.

A análise do primeiro nível parte das reflexões sobre o tempo histórico do historiador alemão Reinhart Koselleck, em que são centrais as categorias de *espaço de experiência* e de

* Doutorando em História – UNICAMP.

horizonte de expectativa. Estas categorias são estruturantes da relação das sociedades com o tempo. São pensadas como dados antropológicos prévios, ou seja, indicam uma condição humana universal: que as pessoas têm experiências e também expectativas. Em outras palavras, são estruturas formais, atemporais, mas cuja apreensão depende da análise de suas manifestações históricas, que preenchem com “conteúdos” específicos essas “formas”, por definição, vazias (Koselleck: 2006).

Na pesquisa, a pretensão é fazer um uso dessas categorias ligeiramente desviante das propostas originais de Koselleck. Ao invés de pensá-las exclusivamente em seu grau de abstração maior, como condicionantes das possibilidades de qualquer história, opta-se aqui por examiná-las em um contexto determinado, na medida em que se apresentam como elementos manejáveis pelos agentes sociais. Se é certo que necessariamente todos os seres humanos lidam de alguma forma com o passado e com o futuro, também é certo que tais dimensões do tempo são construídas em situações históricas específicas e, portanto, são diferentes em cada uma de suas manifestações. Interessa mais para esta pesquisa observar as particularidades da construção de um horizonte de expectativas, para tentar compreender seus efeitos sobre as ações sociais e sua transformação através das ações, do que a dimensão geral dessas categorias – cuja importância é fundamental e inegável para a estruturação da vida humana, como já descrito com precisão pelo próprio Koselleck.

O horizonte de expectativas, portanto, será entendido aqui enquanto um *discurso referencial*, mais ou menos restrito às discussões dos intelectuais, a partir do qual se articulavam as diversas falas sobre o futuro – uma espécie de denominador comum que informava todas as perspectivas. Parte-se do princípio de que os discursos produzidos no campo intelectual tinham grande *autoridade* nas definições da *representância* (Ricoeur: 2010) do que seria o futuro de São Paulo. Como se verá adiante, os intelectuais ocupavam uma posição de destaque na estrutura social e, portanto, faziam valer suas perspectivas no diálogo com outros grupos sociais, sobretudo com as elites dirigentes. É nesse sentido que as representações de futuro produzidas por intelectuais eram politicamente privilegiadas, pois tinham um importante peso na construção efetiva daquele futuro. Da mesma forma que o discurso orientalista, para Edward Said, construía uma *verdade* sobre o Oriente (Said: 2007), pode-se dizer que as representações que se pretende analisar construía também uma *verdade* sobre o futuro de São Paulo.

A análise do conjunto dessas representações, que justamente forma o discurso

referencial, será feita a partir da noção de *formação estratégica*, que Said apresenta como parte de sua metodologia para abordar a autoridade do discurso orientalista. Para Said, a formação estratégica seria “um modo de analisar a relação entre os textos e o modo como grupos de textos, tipos de textos, até gêneros textuais, adquirem massa, densidade e poder referencial entre si mesmos e a partir daí na cultura em geral” (Said: 2007, p. 50). O universo de referências ao futuro de São Paulo, apesar de não formar um todo tão coerente como o discurso orientalista, será analisado, em um primeiro momento, a partir desta perspectiva. A intenção, nesta etapa, é estabelecer as características gerais desse discurso referencial. Mas, em um segundo momento, o foco recairá sobre as disputas internas ao discurso, ou seja, não mais sobre o que produziria a sua unidade, mas sim sobre as tensões que o dividiam e eram fundamentais para as modificações constantes às quais estava sujeito.

Este segundo nível de análise se inspira na teoria sociológica de Pierre Bourdieu, sobretudo em suas reflexões sobre a economia de bens simbólicos, os campos sociais de produção desses bens e as especificidades da sociabilidade de seus produtores (Bourdieu: 1996; 2001). Neste sentido, as representações de futuro são pensadas como *ações sociais*, na definição weberiana da expressão, ou seja, enquanto ações orientadas significativamente por seus agentes (Cohn: 1982). Para que tais ações sejam inteligíveis, ainda conforme Weber, é necessário interpretá-las no contexto de sua produção, relacionando-as aos demais sujeitos e ações implicados na definição de seu sentido (Weber: 1964). Portanto, para compreender o significado dessas representações de futuro enquanto ações sociais, será preciso examinar: 1. o contexto em que foram produzidas; 2. a posição social de seus produtores; 3. a recepção de seus textos/ações nos ambientes culturais; e 4. as trajetórias tanto das ideias quanto de seus produtores na história do campo intelectual.

O contexto em questão é marcado por profundas mudanças. Durante o século XX, em função da industrialização acelerada e da explosão populacional, várias cidades latino-americanas se tornaram metrópoles quase da noite para o dia, ainda que cada uma em períodos distintos e com intensidades diferentes (Romero: 2010; Santos: 2009). A cidade de São Paulo – paradigmática nesse sentido – viveu, na década de 1950, um dos momentos fortes de tal processo. Naqueles anos, os jornais festejavam a capital paulista como a cidade que mais crescia no mundo.¹ E este crescimento a modificava em praticamente todos os seus

1 Conferir, por exemplo, os anúncios publicitários dos jornais *Folha da Manhã* e *O Estado de São Paulo*, dos dias 24 e 25 de janeiro de 1954. Trata-se de edições especiais, comemorativas dos 400 anos da cidade de São

aspectos. Um observador da época, o geógrafo Aroldo de Azevedo, destacou as transformações na paisagem, caracterizadas sobretudo por uma “febre incessante de construções”, que em média levantava uma casa a cada 20 minutos (Azevedo: 1958). No que diz respeito à estrutura social, as transformações também foram importantes: o proletariado se viu convertido em uma força política respeitada pelos governos e pelos patrões; as camadas médias urbanas cresceram significativamente e ampliaram sua participação nas dinâmicas da cidade; a elite, por sua vez, passava por um período de diversificação de sua composição social e suas atividades atingiam então setores antes não explorados por seus quadros (Queiroz: 2004).

O lugar dos intelectuais nesse contexto é bastante complexo, pois seu círculos e ambientes não permaneceram imunes às transformações pelas quais passava a cidade. Tradicionalmente, eles eram recrutados sobretudo entre os “primos pobres” das elites e mantinham, por conta da estrutura do campo do poder, relações bastante próximas com o Estado e outros grupos poderosos (Miceli: 1979). As mudanças na estrutura social da elite dirigente paulista nesse período favoreceram, entre outras coisas, o surgimento de empresários capitalistas especializados no setor da produção de informação e cultura. Consequentemente, novas carreiras e novas ocupações intelectuais foram disponibilizadas no mercado. Os ocupantes dessas novas posições eram, em parte, formados em cursos como História, Geografia, Ciências Sociais, Economia, etc. – cursos que se constituíam no cenário acadêmico também em mudança e que se opunham aos tradicionais Direito, Engenharias e Medicina. Esses intelectuais, além dos oriundos de setores dominados da elite, passaram a se originar também das novas camadas médias urbanas e, alguns poucos, inclusive, de segmentos mais pobres da sociedade. Os alunos do curso de Ciências Sociais, por exemplo, se comparados aos dos cursos tradicionais, eram compostos por um percentual significativo de mulheres e filhos e filhas de imigrantes, sobretudo de famílias judias e italianas – um público que até então tinha muito pouco acesso ao ensino superior. Em linhas gerais, portanto, pode-se afirmar que, assim como toda a sociedade, o campo intelectual passava por uma reestruturação profunda, marcada pela ampliação dos lugares sociais de recrutamento, pela diversificação do treinamento e pelo aumento de ocupações e carreiras disponíveis (Miceli: 2001).

No que diz respeito às discussões sobre as cidades, a década de 1950 foi determinante para a consolidação do campo de estudos urbanos tanto como conhecimento, quanto como área de atuação profissional, especialmente em São Paulo. Até pouco antes deste momento, as cidades eram objeto de debate quase exclusivo de engenheiros e arquitetos. No período em questão, além da introdução de novos métodos e da emergência de novos temas, cresceu significativamente a participação de novos profissionais nos debates sobre urbanismo – profissionais procedentes, sobretudo, das ciências humanas: sociólogos, geógrafos, economistas etc. também começaram a se interessar pelos problemas das cidades (Leme: 2001). Sendo assim, o campo dos estudos urbanos aparecia como uma das novas opções de investimento para os profissionais que surgiam das transformações do campo intelectual.

As representações futuro de São Paulo, neste caso, são um objeto estratégico. Em um contexto de mudanças profundas na cidade, no qual os debates do urbanismo se tornaram uma arena de disputas indefinidas, cuja complexificação é evidente pela participação de um novo contingente de intelectuais, as apostas no futuro são especialmente relevantes para se observar as aproximações e as diferenças que os intelectuais estabeleceram entre si. A vantagem do recorte proposto é propiciar a investigação do campo intelectual a partir de uma perspectiva diferenciada, em que questões necessariamente fugidias, o futuro imponderável, são as balizas fundamentais para a observação. Nesse sentido, é pela construção das trajetórias desses intelectuais e de suas ideias na história do campo intelectual que se poderá perceber, por um lado, a importância das representações de futuro para suas estratégias e, por outro, tanto a construção do horizonte de expectativas em questão, quanto a própria concretização do futuro de São Paulo.

* * *

A década de 1950 foi um período em que a cidade de São Paulo foi especialmente problematizada. No entanto, isso não foi uma exclusividade paulistana. Políticos, arquitetos, engenheiros, sociólogos, juristas, psicólogos e outros, em vários lugares do mundo, voltaram seus olhares para as cidades (Choay: 2010). Na Europa, por exemplo, havia a necessidade de reconstrução das cidades destruídas pela guerra e, portanto, abriu-se um novo espaço de discussão sobre o planejamento urbano (Rubino: 2003). Os norte-americanos, por sua vez, assistiram sua classe média ser massivamente deslocada para as bordas das cidades, sendo

esta a característica fundamental do processo de suburbanização (Gottdiener: 2010; Mumford: 2008). A América Latina, como já mencionado, vivia um processo de crescimento acelerado de suas metrópoles (Romero: 2010). Portanto, este foi um momento fundamental para as discussões das chamadas *questões urbanas*, que, em boa medida, continuam até os dias de hoje orientando os estudos e as intervenções nas cidades (Bresciani: 1991).

A crescente importância das cidades nas reflexões dos intelectuais foi acompanhada de um especial entusiasmo em relação ao futuro. A socióloga Maria Arminda Arruda apresenta São Paulo como vivendo um clima geral de otimismo para com os tempos vindouros (Arruda: 2001). De fato, assim como a preocupação com as cidades, a expectativa de um futuro melhor transcendia as fronteiras nacionais: segundo o historiador francês François Hartog, a Europa e os Estados Unidos, por exemplo, também experimentavam uma euforia semelhante, a despeito da destruição que a 2ª Guerra Mundial causara no Velho Mundo (Hartog: 1997). Para Arruda, foi Florestan Fernandes, um dos mais importantes sociólogos da época, quem sintetizou, em sua contribuição para um congresso realizado no âmbito das comemorações dos 400 anos de São Paulo, o sentimento comum dos paulistanos: “O passado possui pouca significação. O que importa é o presente e, acima de tudo, o futuro”. (Arruda: 2001, p. 30)

Quer-se chamar a atenção, portanto, para o fato de que tanto as cidades, quanto o futuro estavam na ordem do dia na São Paulo na década de 1950. A fusão de ambos os temas em um objeto de pesquisa favorece um tipo de análise estratégica, em que a história dos intelectuais é pensada em conjunto com a história da cidade – o que se desenha como um diferencial para as discussões dos dois campos. Observar as dinâmicas sociais tendo por entrada as representações de futuro de São Paulo faz com que determinadas características do campo intelectual se destaquem, sobretudo aquelas que dizem respeito a como a cidade estabelecia marcos para o campo intelectual; ao mesmo tempo, essas representações também possibilitam pensar sobre o papel dos intelectuais tanto nas definições do “imaginário” sobre São Paulo, quanto nas transformações “concretas” da cidade. Enfim, as representações de futuro permitem refletir sobre um diálogo decisivo para ambos os universos, de modo a revelar as especificidades de sua interdependência.

A principal hipótese desta pesquisa é a de que, devido às profundas transformações pelas quais passava a cidade de São Paulo na década de 1950, a estrutura social se encontraria em uma fase mais “maleável” de sua existência e, sendo assim, as ações individuais teriam um impacto relativamente maior na mudança social. Ou seja, a tendência de transformação

estrutural seria maior do que a tendência de reprodução da estrutura. Neste sentido, tanto as dinâmicas do campo intelectual quanto os eventos na cidade modificariam de maneira mais sensível respectivamente as estruturas da cidade e as estruturas do campo intelectual. Um dos principais desafios da pesquisa, portanto, é estudar as estruturas desses dois universos ao longo de um período de transformações significativas.

Ainda dentro dessa hipótese, o horizonte de expectativas naquele momento ofereceria um conjunto significativamente grande de alternativas para os agentes históricos investirem seus capitais. Haveria mais oportunidades objetivas e, conseqüentemente, maior diversidade de esperanças subjetivas para grande parte dos agentes (Bourdieu: 2007). Ao mesmo tempo, o “risco” de qualquer tipo investimento (simbólico, monetário, familiar etc.) também seria maior, por conta da “instabilidade” estrutural – o que tornava, em alguma medida, as projeções de futuro mais imprecisas e variadas e, portanto, especialmente interessantes de serem estudadas.

Essa hipótese, como é evidente, apesar de baseada em alguma bibliografia, é ainda um modelo pré-concebido, montado simplesmente com o intuito de favorecer uma primeira aproximação aos problemas levantado. Como todo modelo, este é um esquema simplificado e reduzido de uma realidade complexa (Bernal: 1987). O objetivo, evidentemente, não é apenas confirmar a sua validade. Ao contrário, a expectativa da pesquisa é reconstruir o modelo explicativo tantas vezes quantas forem necessárias, até que ele se adeque aos dados encontrados na pesquisa (Certeau: 2007).

Os personagens

Os critérios para selecionar os intelectuais a serem analisados nesta pesquisa foram principalmente os seguintes: 1. que ocupassem, em suas respectivas áreas de atuação, uma posição de destaque e referência; e 2. que representassem, mesmo que esquematicamente, áreas diferentes, ainda que todas com evidente interesse sobre as cidades. Os escolhidos foram os seguintes: Aroldo de Azevedo – catedrático de Geografia do Brasil na USP durante o período em questão; Caio Prado Jr. – editor da revista *Brasiliense*; Florestan Fernandes – catedrático de Sociologia na USP no período; Francisco Prestes Maia – engenheiro civil e prefeito de São Paulo por duas vezes; Luiz Ignácio de Anhaia Mello – fundador e primeiro diretor do curso de Arquitetura da USP, também prefeito de São Paulo por um curto período; e Paulo Duarte – editor da revista *Anhembi*.

Além de destacados intelectuais em suas respectivas áreas de atuação, esses selecionados também chamavam a atenção no cenário intelectual paulistano mais geral durante a década de 1950. Dentre os seis, três faziam parte da Universidade de São Paulo, onde ocupavam cargos importantes nos respectivos cursos em que lecionavam. Outros dois foram editores das duas principais revistas intelectuais de circulação mais ampla em São Paulo e também flertavam com a USP. Exceto Florestan Fernandes, todos os outros foram formados pelas escolas tradicionais de ensino superior (engenharia, direito e medicina), mas apenas Francisco Prestes Maia se manteve em sua área original, os demais optaram por outras carreiras. A maioria deles esteve envolvida na política profissional. E, a princípio, todos se conheciam, liam uns aos outros e circulavam pelos mesmos ambientes.

O mais velho deles era Anhaia Melo, que nascera de 1891. Depois vinha Prestes Maia, de 1896. Em seguida, Paulo Duarte, de 1899. Caio Prado Jr. é de 1907. Aroldo de Azevedo nasceu em 1910. E Florestan Fernandes, o mais novo, é de 1920. Os dois mais velhos se formaram em engenharia. Paulo Duarte começou a cursar medicina, mas desistiu e acabou formado em direito. Caio Prado Jr. e Aroldo de Azevedo também eram bacharéis em leis. Florestan Fernandes, por sua vez, cursou Ciências Sociais. Cada um deles, como mencionado, pode ser rotulado como representante de uma área de interesse sobre as cidades: Aroldo de Azevedo, a geografia (Azevedo: 1958); Florestan Fernandes, a sociologia (Arruda: 2001); Prestes Maia, a engenharia (Carpintéro: 1998); Anhaia Melo, a arquitetura (Leme: 2001); Caio Prado Jr., um pouco mais difícil de definir, representa setores da esquerda e entende São Paulo a partir de leituras mistas, que envolvem geografia, história e economia (Zorek: 2007; Miceli: 2001); e Paulo Duarte, por sua vez, representa os setores cultivados de direita e observava a cidade a partir de sua produção cultural (Miceli: 2001).

Ilustração

A seção que se inaugura tem por objetivo exemplificar, a partir da análise de um documento, o funcionamento do modelo teórico esboçado acima. O documento em questão é a coleção *A cidade de São Paulo: Estudos de geografia urbana*, lançada em 1958 sob a organização do geógrafo Aroldo de Azevedo. Esta coleção é composta de quatro livros e 18 artigos, escritos majoritariamente por professores do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Os estudos contidos nos volumes podem ser divididos em basicamente dois tipos: descrições “físicas” da região da cidade de São Paulo; e descrições “humanas” do mesmo

espaço. Os primeiros são marcados por um vocabulário técnico e hermético, em que a composição dos solos, as especificidades do clima, a topografia da região, as variedades da vegetação e as características da bacia hidrográfica são descritas quase exclusivamente para um público de iniciados. Os do segundo tipo são caracterizados por textos de alcance mais amplo, onde a história de São Paulo (de sua fundação em diante), as transformações demográficas, as diversas “funções” da cidade (econômica, administrativa, política, cultural etc.), as variedades de ocupação do solo, as diferenças entre os bairros e alguns problemas da metrópole (mobilidade, energia elétrica, saneamento e produção e distribuição de alimentos) são os principais temas analisados.

Ainda que os textos do segundo tipo sejam muito mais reveladores para os interesses desta pesquisa, os do primeiro, não poucas vezes, trazem informações preciosas sobre as representações de futuro da cidade de São Paulo produzidas por seus autores. As análises sobre as transformações na bacia hidrográfica da região, resultantes da retificação parcial do rio Tietê, por exemplo, criam expectativas sobre obras de mobilidade urbana a serem realizadas nas novas margens do rio e sobre as possibilidades de zoneamento e ocupação das terras recuperadas para o uso humano. A geógrafa Elina de Oliveira Santos, que assinou o artigo sobre o rio Tietê na coleção, afirmava que: “quando se completar a retificação do rio Tietê, na região de São Paulo, cerca de 25 km² de várzea serão acrescentados ao espaço urbano ocupável pela cidade”, e em seguida continuava: “além da canalização do rio, a Comissão [de Melhoramentos do Tietê] tem cuidado da urbanização da várzea, através da construção de avenidas marginais e de pontes em concreto armado” (Santos: 1958, p. 58).

Quando esses geógrafos falavam sobre o futuro de São Paulo, necessariamente criavam expectativas sobre a possibilidade de concretização de seus prognósticos. Em outras palavras, tal como se chamou a atenção antes, inscreviam conteúdos no horizonte de expectativas, e passavam a lidar com tais conteúdos enquanto um dos futuros possíveis. Além de ajudar a construir o horizonte de expectativas sobre São Paulo, essas representações de futuro tinham um outro efeito importante: elas presentificavam, no sentido que o sociólogo Pierre Bourdieu dá ao termo (2007), esse futuro. Ou seja, não só apontavam para futuros possíveis para a cidade, como tornavam um determinado conjunto de possibilidades mais prováveis de se concretizarem. Isso porque os discursos desses geógrafos eram produzidos em um ambiente autorizado e legítimo, que tinha maiores possibilidades de conduzir os diversos capitais em circulação naquele contexto para a construção do seu futuro, do que discursos

oriundos de lugares sociais menos privilegiados. Para entender essa dinâmica, é útil considerar o seguinte exemplo, uma citação do geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber, que escreve um artigo sobre o sítio urbano de São Paulo no livro em análise:

O importante a considerar é que, em ambas as planícies [dos rios Tietê e Pinheiros], se vão processar, dentro em breve, grandes obras de urbanização, representadas pela formação de novos bairros, construção de avenidas marginais, novos traçados ferroviários, e, sobretudo, uma verdadeira revolução para a circulação interna da metrópole paulista (Ab'Saber: 1958, p. 222).

Ab'Saber, ao fazer esse tipo de afirmação, acaba aumentando as possibilidades de seus leitores com capitais disponíveis e interesses imobiliários, por exemplo, investirem nas áreas dessas planícies. Consequentemente, ao receber tais investimentos, a concretização do futuro delineado para aquela região da cidade se tornaria também mais provável. Portanto, por um lado, ao manifestar um determinado prognóstico, a partir de um lugar social privilegiado, o intelectual favorece, em alguma medida, a concretização desse prognóstico. E, por outro lado, ao ter suas previsões confirmadas, consagra-se no campo intelectual por conta da precisão de suas leituras sobre a realidade urbana.

Todavia, esse exemplo é, na verdade, uma simplificação. É preciso considerar, antes de mais nada, que há uma série de mediações entre as produções intelectuais e as ações empresariais sobre a cidade (e vice-versa). Deve-se lembrar também que as representações de futuro produzidas por esses intelectuais não são fruto única e exclusivamente de sua vontade, afinal, respondem às regras específicas da produção acadêmica (e, conforme o caso, a outros conjuntos de regras também). Além disso, as condições para a consagração intelectual são bastante mais complexas do que o simples “acerto” de um prognóstico e se dão a partir de uma economia simbólica diferente das que regem o campo empresarial ou qualquer outro campo. Também é necessário levar em conta a heterogeneidade de posições intelectuais e de outros grupos atuantes na produção de horizontes de expectativas, que fazem com que não haja apenas uma possibilidade de representação de futuro, mas sim várias – que, às vezes, disputam o mesmo espaço e, outras vezes, apenas se sobrepõem.

Referências bibliográficas

Ab'Saber, Aziz Nacib. “O sítio urbano de São Paulo”. In: Azevedo, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1958. v. I.

Azevedo, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1958. v. I, II,

III e IV.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

Bernal, Martin. *Black Athena: The afroasiatic roots of classical civilization*. New Brunswick; New Jersey: Rutgers University Press, 1987. vol. I.

Bourdieu, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

Bresciani, Maria Stella. “As sete portas da cidade”. In: *Espaço & Debates*. São Paulo: 1991, nº 34.

Carpintéro, Mariza Varanda Teixeira. *Em busca da imagem: a cidade e seu figurino (São Paulo 1935-1954)*. Universidade Estadual de Campinas, 1998. Tese de doutorado em História.

Certeau, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Choay, Françoise. *O urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Cohn, Gabriel (org.). *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.

Gottdiener, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2010.

Hartog, François. “O tempo desorientado: Tempo e história: ‘Como escrever a história da França?’”. In: *Anos 90*. Porto Alegre, n. 5, v. 7, 1997.

Koselleck, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. da PUC-Rio, 2006.

Leme, Maria Cristina da Silva. “Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional”. In: Bresciani, Maria Stella (org.). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

_____. “A presença norte-americana e a transformação de São Paulo no pós-guerra”. In: Lanna, Ana Lúcia Duarte *et altri* (orgs.). *São Paulo, os estrangeiros e a construção da cidade*. São Paulo: Alameda: 2011.

Miceli, Sergio. *Intelectuais e a classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel Ed., 1979.

_____. (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré, 2001.

Mumford, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Queiroz, Suely Robles Reis de. “Política e poder público na Cidade de São Paulo: 1889-1954”. In: *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. III.

Ricoeur, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010. vol. 1.

Romero, José Luis. *América Latina: As cidades e as idéias*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.

Rubino, Silvana. “Quando o pós-modernismo era uma provocação”. São Paulo: Vitruvius; Romano Guerra, 2003. (<http://www.vitruvius.com.br/resenhas/textos/resenha072.asp>)

Said, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

Santos, Elina de Oliveira. “Tietê, o rio de São Paulo”. In: Azevedo, Aroldo (org.). *A cidade de São Paulo*. São Paulo: Ed. Cia. Nacional, 1958. v. I.

Santos, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2009.

Weber, Max. *Economia y sociedad: Esbozo de sociologia comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

Zorek, Bruno de Macedo. *Concepções de sujeito e objeto do conhecimento na obra histórica de Caio Prado Jr.* Porto Alegre: UFRGS, 2007. Dissertação de mestrado.

A crítica historiográfica de Manoel Bomfim: um possível papel para a história e a ciência (1905-1930)

Clayton José Ferreira*

Este trabalho diz respeito a resultados parciais do projeto de iniciação científica intitulada “*As perspectivas historiográficas de Manoel Bomfim em O Brasil na História*”, com início em Março de 2013 e término em Fevereiro de 2014. É vinculado ao Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFO) e orientado pelo Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira. Teve como objetivo principal a investigação detalhada dos princípios que presidiram certa noção de escrita da história num dos contextos mais ricos em produção de uma cultura histórica brasileira. Este período se localiza anterior à institucionalização de uma parcela mais que considerável e representativa da produção intelectual no país com o advento da maior atuação nas academias. A saber, em meados da década de quarenta a maior propagação do ensino superior estabeleceu um novo ambiente de atividade intelectual que se centrava no academicismo e elegia novos gêneros de escrita como a monografia. Também posterior a uma predominância da historiografia oficial vinculada ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a outros institutos de história, o recorte estudado nesta pesquisa foi de intensa produção de ensaios dos mais variados autores, em uma tentativa de análise, interpretação, diagnósticos e prognósticos. Em um ambiente de intensa participação política as obras dos autores vinculados ao período estudado norteavam tentativas de apresentar possibilidades de intervenção naqueles problemas encontrados nas diversas estruturas do país¹. Procurou-se nortear as nossas investigações através da concepção de *ensaio histórico*, um gênero textual com certa fluidez em sua definição e compartilhado entre os autores do período, dada a ressalva e as escolhas estilísticas e posicionamentos individuais.

*Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Esta pesquisa é financiada pela FAPEMIG através do programa de iniciação científica PROBIC.

¹ Ressalto aqui que a escrita da história vinculada a instituições como o IHGB continuou a ser produzida, porém é evidente, como afirma Fernando Nicolazzi em sua tese de doutoramento *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio*(2008), o *locus* onde o trabalho historiográfico se estabeleceu nesta fase se identificava com elementos e categorias que não faziam, na maior parte das vezes, ao programa de tais instituições. Deste modo o autor e seu aparato erudito e científico se tornavam novos paradigmas que pretendiam dar um olhar inovador, totalizante e atuante. O próprio Manoel Bomfim apontou à necessidade de valorizar a existência de excelentes autores (como, segundo ele, Frei Vicente do Salvador) de momentos anteriores a República já que em suas obras eram apontadas múltiplas realidades e interpretações que eram omitidas de alguma forma, muitas vezes pela própria escrita da história oficializada.

É possível notar a importância e particularidade dos textos deste período centrados em autores específicos e não mais necessariamente ligados a concepções centradas em uma instituição, como ocorria com os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em meados do século XIX. Praticando certa poligrafia, os intelectuais envolvidos se dedicaram a um ecletismo de aparatos teóricos, como a etnologia, sociologia e o darwinismo, e a gêneros discursivos como a poesia e a prosa.

Estudando acerca dos aspectos críticos e metodológicos da escrita da história no período, percebe-se que os autores se envolveram com afinco tanto nos discursos científicos do período como os literários². Para a maioria dos autores deste momento tornava-se intrínseca à necessidade de se pautar por outros gêneros textuais e temáticos além de se envolver com problemas políticos ou educacionais para que pudessem investir na proposição de soluções para as problemáticas apontadas em seus trabalhos intelectuais que procuram interpretar as diversidades brasileiras. Desta forma era natural que os autores do período se entressassem em matérias, artigos de jornais e revistas (além de muitas vezes participar de sua fundação) escrevessem poemas, livros didáticos ou romances. A preocupação ou não com a delimitação de temas se estabelecia de forma diferente, sendo que é possível encontrar na obra de Bomfim, por exemplo, metáforas biológicas que procuravam dar substância as suas argumentações, o que muitas vezes evidenciava a sua formação médica.

Refletindo e reorganizando o tempo passado, os autores deste período procuraram construir projetos, atuando em possibilidades interpretativas do passado do país na crítica obras e novos olhares aos eventos³ do passado. Vale a pena dizer aqui que a categoria país, nação ou algumas outras que procuram conferir algum tipo de unidade, são muito caras para a intelectualidade das décadas finais do século XIX início do XX. Em muitos momentos foram retificadas ou matizadas algumas unidades identitárias para pensar a tradição histórica e memorialística dos diversos grupos sociais além de estabelecer caminhos possíveis para os problemas do Brasil.

² É possível notar que neste período as delimitações dos gêneros textuais possuem uma flexibilidade diferenciada, característica da historicidade encontrada na escrita do momento de forma mais marcante. Deste modo, em um texto literário, por exemplo, não se exclui a possibilidade de que este possua características científicas ou científicas, que me parece ser uma delimitação mais comum a partir das práticas de escrita acadêmica que se constituíram a em meados do século XX.

³ Quando uso a palavra “evento”, não pretendo aqui pensar fatos políticos, culturais ou sociais como situações isoladas bem definidas ou conceber a elas uma estrutura específica, mas sim estudá-los como fenômenos que, através de discursos historiográficos, são passíveis de fluidez. Por isso mesmo são eventos, como descritos por Koselleck em *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos* (KOSELLECK, 2006) possuem uma conexão importante com um *antes* e, mais importante aqui, um *depois*.

Foi possível constatar, portanto, a grande complexidade do gênero discursivo ensaístico. Diferente de uma visão historiográfica que o considerou uma forma de escrita de transição entre aquela vinculada principalmente pelas instituições históricas do começo do século XVIII (como foi com o IHGB) e as práticas acadêmicas da primeira metade do XX. Os autores do período estudado possuíam certa autonomia na elaboração de seus trabalhos, escrevendo na maioria das vezes de uma forma argumentativa aberta que se pretendia refletir, repercutir e discutir no “campo intelectual”⁴. Ou seja, constatou-se uma imensa complexidade na escrita da história do período ao dar atenção aos elementos extra textuais que se estabeleceram de forma tão ímpar naquele momento.

Ao observar os estudos realizados por Dalton Sanches, bem como participar das atividades da pesquisa realizada por ele no projeto “*Raízes do Brasil e o ensaísmo histórico brasileiro: emergência, consolidação e crise de um gênero historiográfico*” (NICOLAZZI, 2009) foi possível refletir e inserir problemáticas relacionadas ao autor aqui estudado. Isto se deve ao fato de que muitas das características e questões encontradas em momentos diferentes do período de produção da obra de Bomfim a de Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982) podem ser entendidas como fases de um mesmo processo de escrita no gênero estudado aqui. Deste modo, pensando o texto como uma produção passível de historicidade e inserido em uma tradição conjunta a outros autores (BOURDIEU, 1996: 81), a cultura historiográfica do período possui uma rica e diversa possibilidade no que tange à escrita da história em seus aspectos críticos metodológicos, suas proposições acerca do passado intelectual e sócio-político brasileiro.

Partindo destas perspectivas, e com a intenção de contribuir com os estudos do profícuo período historiográfico mencionado acima, elegi para minhas investigações a obra *O Brasil na História* (1931), de Manoel Bomfim. Este autor elabora neste e em outros de seus trabalhos uma reflexão a respeito de problemáticas abordadas comumente no gênero ensaístico. Através de críticas e apontamentos sobre as perspectivas historiográficas de autores de diferentes paradigmas tal como Varnhagen, Southey, Frei Vicente do Salvador, discorre ainda sobre as possibilidades da escrita da história que pareciam consolidar no período, assim como procura propor abordagens que, a seu ver, se comprometiam com a

⁴ Segundo o artigo de Sérgio Miceli que esclarece o conceito de campo intelectual de Bourdieu que, para além de um anacronismo, nos serve aqui como categoria interpretativa do período estudado (MICELI, 2003).

valorização das potencialidades das tradições e da história do Brasil. Dessa maneira, sua obra se torna um objeto privilegiado para as intenções do estudo do período.

Com o estudo da bibliografia reunida a respeito da obra de Manoel Bomfim e mais especificamente sobre o seu ensaio *O Brasil na História* (1931), em uma análise verticalizada, pretendeu-se no projeto elaborar uma investigação a cerca do possível lugar que o autor em questão ocupou no campo intelectual o qual participou, a saber, de 1905, ano de lançamento de *A América Latina: males de origem* (seu primeiro ensaio de cunho sociológico e características historiográficas) até 1931, ano de Lançamento de *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931) e *O Brasil na História* (1931). De uma perspectiva mais horizontalizada, durante a pesquisa tentou-se localizar a possível repercussão *post mortem* da obra do autor na intelectualidade acadêmica brasileira, orientada através da verificação da hipótese defendida por Ronaldo Conde Aguiar em seu livro *O rebelde esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim* (1999) onde afirma que o autor teria criado um contradiscurso que, de forma crítica e inovadora, atacava muitas das principais formulações aceitas na cientificidade do período, tais como a imparcialidade objetiva do autor em sua pesquisa, crítica a historiadores que seriam expoentes do período monárquico, as teses racialistas, ao militarismo, ao pensamento germânico, a direita e ao positivismo. Deste modo Bomfim teria sido relegado, segundo Aguiar, a um local de inferioridade na tradição intelectual do país. Desde aqueles os quais dividiu os botequins do começo do século XX, a uma possível censura a novas edições de sua obra a partir do “Estado Novo”, as ideias de Bomfim teriam sido consideradas de certo modo subversivas. Devido a análise de alguns jornais do período feita pelo próprio Aguiar e algumas poucas, mais interessantes trabalhos nas duas últimas décadas tendo como objeto o trabalho de Bomfim foi possível levantar alguns problemas quanto ao esquecimento do autor.

É importante apontar que textos anteriores a 1905 escritos pelo autor como o artigo no jornal *A República* em sete de Janeiro de 1897, intitulado *Dos Sistemas de ensino* e outros tantos como o discurso pronunciado em 1906 e intitulado *O respeito à criança* possuem um extenso material a respeito da preocupação com a educação no Brasil. Dada a atualidade de muitos temas trabalhados em sua obra, seu trabalho tem sido revisitado e novas edições de sua obra têm sido publicadas⁵. O principal objetivo da pesquisa era encontrar as principais críticas

⁵ Seguem as novas edições dos livros do autor:

Bomfim, Manoel. *Pensar e dizer: estudo do símbolo no pensamento e na linguagem*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.

a historiografia, as categorias conceitos e estratégias discursivas pautadas por Bomfim no que deveria ser para o autor as características necessárias na escrita da história, atento principalmente ao livro *O Brasil na História* (1931) e deste modo formular textos que procurem discorrer sobre os estudos realizados a respeitoda obra de Manoel Bomfim e a escrita da história no gênero ensaístico, ou seja, do estudo das especificidades de sua obra e sua inserção nas possibilidades da escrita da história em um gênero historiográfico.

As primeiras edições dos livros *O Brasil na História* (1931), *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira* (1931) e *A América Latina: males de origem* (1905) foram fornecidas pelo Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Convém ressaltar que tais edições são hoje obras raras, que, se não encontradas somente em mãos de colecionadores, estão disponíveis a preços exorbitantes em sebos e livrarias especializadas, devido ao valor simbólico agregado às mesmas ou estão disponíveis em algumas poucas bibliotecas. Ainda é necessário apontar que *O Brasil na Historia* (1931) não possui novas edições pelo menos a mais de quarenta anos.

Quanto à metodologia utilizada, as noções de “operação historiográfica” (CERTEAU, 2000) e “campo intelectual” (BOURDIEU, 1996) possibilitou uma investigação da escrita da história que privilegia o texto, o autor e o meio intelectual o qual participa. Para além da constituição do texto como objeto de análise da escrita da história e da sua contextualização com o momento da produção intelectual do autor, amparado pelas considerações de Theodor Adorno a respeito das estruturas ou das características fluidas do nosso gênero textual analisado, o ensaio, (ADORNO, 2003) e mais especificamente daquelas encontradas no ensaio brasileiro, estas descritas no trabalho de Nicolazzi (NICOLAZZI, 2008), foi possível reunir as informações obtidas no estudo da bibliografia a fim de investir no primeiro esboço de um texto acerca do estudo de *O Brasil na História* (1931) de Manoel Bomfim e de sua obra de forma mais genérica.

Como um autor mais que relevante para abordar o pensamento social e historiográfico do início do século passado Manoel Bomfim (1868-1932) se envolveu intensamente no ambiente letrado da época. Nascido em Sergipe, viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro, onde completou sua formação superior, se envolveu com política, se tornou educador e conviveu com jornalistas e outros escritores da época como Olavo Bilac, Luís Murat,

Bilac, Olavo; Bomfim, Manoel. *Através do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

Bomfim, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

Bomfim, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

Bomfim, Manoel. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

Guimarães Passos e Aluísio Azevedo. Apesar de não ter se formado historiador ou sociólogo e possuir formação médica em sua obra preocupou-se em estudar e analisar memórias e uma importante parte da bibliografia de cunho histórico ou sociológico a respeito do país, como Varhangen, Southey, Frei Vicente do Salvador, Euclides da Cunha, Oliveira Lima além de documentos administrativos, cartas, experiências de viajantes em algumas localidades do Brasil e outros documentos. Através das notas de rodapé e citações, de conceitos, argumentos utilizados e críticas aos estudos de alguns autores, muitos deles extremamente difundidos e compartilhados nas décadas estudadas, como Darwin, Marx, Comte, Hegel, Humbolt, Max Nordau, Mommsen, Leibnitz, Kauski e Goethe, é possível compreender melhor a erudição do autor e das principais discussões da intelectualidade ocidental do período. Questões importantes que se tornavam em muitos momentos indissociáveis, como o método, a objetividade, a cientificidade, o darwinismo, o positivismo, a sociedade, a tradição, a história, a identidade, a nação, o racismo, as hierarquizações, as posições políticas e o principal aqui para nós, a história, seu papel e como ela deve ser escrita estão entre aquelas que parecem se destacar.

Em seus ensaios procurou, entre muitas outras questões, interpretar as causas políticas, sociais, culturais e históricas daquilo que até então, em contraste com a Europa e outros países da América, era admitido como um dos maiores (senão o maior!) problema do Brasil: o seu atraso nos mais variados setores. Visando compreender principalmente a obra *O Brasil na História*, iremos tentar visualizar os principais argumentos do autor e seus apontamentos historiográficos neste trabalho. Para além da pretensão de procurar sistematizar a história e a cronologia do país, o autor procura interpretar a história brasileira, com isto, desvelando a nossa verdadeira “tradição” e “potencialidades” (BOMFIM, 1930: 265). Através da verdadeira tradição seria possível uma consciência nacional, compreender as motivações, as “vocações” da nação e dessa forma incentivar e trazer ânimo para o desenvolvimento. Ou seja, a verdade para Bomfim poderia estar ligada mais ao balanceamento que evidencia a constituição do que se chama de Brasil em suas multiplicidades diversas, ou seja, a não omissão destas. Deixando a parte a tarefa “homérica” que sugere tal atenção a tamanhas diversidades, Bomfim defende que a categoria nação e tradição são definidas por uma constituição mais complexa do que a cientificidade europeia, que segundo ele, condenava na maioria das vezes as possibilidades do futuro de um país mestiço. Em 1899 Bomfim escreveu o parecer sobre *O compendio de História da América* (1900) de Rocha Pombo, (livro que por

mais de duas décadas foi adotado pela Escola Normal) que foi publicado como prefácio da mesma, onde ele apresentou, talvez pela primeira vez, muitas das suas reflexões anti-racialistas. Segundo algumas passagens do livro de Pombo, a escravidão e o tráfico negreiro teria moralizado as “raças africanas”, retirando-as da “regressão” e do “atraso” (POMBO, 1900: 94-98). Em seu parecer Bomfim criticou o argumento de Pombo, apontando que tais ideias acabavam por justificar a escravidão e o colonialismo. Escreveu em suas críticas que tais atos são injustificáveis, que além de “egoístas” e “retrógados” são “um ataque à ordem social” o que nos gerou “dificuldades sociais e econômicas que muito nos custarão a resolver” (POMBO, 1900: 25).

Seu embasamento teórico para refutar tais ideias possivelmente se desenvolveu quando, patrocinado pelo governo brasileiro, foi em 1902 a Sorbonne (Paris) estudar psicologia experimental com Alfred Binet e George Dumas, entrando em contato com os livros de autores como Waitz, Martin de Moussy, Quatrefegas e Bagehot (AGUIAR, 2000: 301). Indo contra as teses das desigualdades hierárquicas das raças estabelecida em uma certa cientificidade da época pelas obras de Gobineau, Lapouge, Fouillée, Spencer, Gustave Le Bon, Buchner e Retzius (AGUIAR, 2000: 235) o médico sergipano desenvolveu em seu livro *A América Latina* (1905) a tese de que tais teorias serviam a um sentimento de tentativa de legitimação de dominação de países sobre outros, ou nas suas palavras, o debate sobre as raças é um “sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata” utilizada pelos “etnólogos das nações salteadoras” (BOMFIM: 1993: 243). Ao publicá-lo iniciou-se uma polêmica onde Silvio Romero escreveu vinte e cinco artigos na revista carioca *Os Anais*⁶ criticando a obra de Bomfim como contrária as “teorias cientificamente provadas” dos “venerados pensadores” Gustave le Bon e Gobineau, defendendo haver no Brasil, embasado pelas hipóteses de tais autores, uma degeneração causada pela miscigenação⁷. Ainda sobre os argumentos de Bomfim a respeito das teses racialistas, nosso autor escreveu em 1914 o ensaio *Darwin e os conquistadores* onde defende não haver aplicação na espécie humana da tese sobre a seleção natural de Darwin da forma como teria sido apropriada por autores como o alemão Von Bernhardt. Tal autor, ao defender o arianismo em seu livro *Deutschland Von Bernhardt*, propõe a conquista dos povos “inferiores” pelos germânicos

⁶ Em 1906 tais artigos foram reunidos e publicados. (ROMERO, 1906)

⁷ O grifo é de Aguiar (AGUIAR, 2000).

através, se necessário, do morticínio. Considerava natural tal processo por julgar fazer parte da “seleção natural”⁸. Segundo Bomfim:

Foi Darwin o primeiro a romper com a clássica filosofia inglesa, que vem desde Bacon, Hobbes, Locke, Adam Smith até Stuart Mill, Spencer, e que formula como base da moral o utilitarismo. Para ele, a base da moral é o pendor natural - o instinto altruístico – que leva o homem a procurar a companhia, e a interessar-se por eles, fora de qualquer cálculo, ou de motivos egoísticos (BOMFIM, 1930: 249-250).

A singularidade na obra de Bomfim se encontra na sua crítica sistemática às teses que apontavam a miscigenação como causa do “atraso” no desenvolvimento dos povos conhecidos como latino americanos. Soma-se a isso a solução apontada em toda a sua obra: a educação. É importante dizer que em *O Brasil na História* (1931) e *O Brasil Nação* (1931) o autor aponta que além da instrução pública, seria necessária uma modificação das estruturas governamentais que desde o império mantiveram uma tradição que desmonta reivindicações populares (seja atendendo parcialmente ou pela força militar), mantém a população analfabeta e beneficia somente o grupo político e econômico dirigente (BOMFIM, 1930: 459-470). Deste modo para o autor o desenvolvimento, seja econômico, social, político ou de outra ordem, poderia estar em estado latente na população brasileira devido as potencialidades encontradas nas tradições brasileiras apontadas nas atitudes tomadas nas mais diversas situações enfrentadas pelas populações aqui estabelecidas desde os indígenas, e somente o exercício consciente da educação e da cidadania poderia conceder possibilidades de manifestação das potencialidades nacionais, e ai sim assegurar o progresso.

Quando trata da categoria tradição, o que se desenvolve principalmente no primeiro capítulo de *O Brasil na História*, Bomfim dialoga em seu aparato erudito com Mommsem, Max Nordau e Kausski. Segundo o próprio desenvolvimento da argumentação sobre o papel da tradição esta orientaria e demonstraria as potencialidades, ou nos termos de Bomfim, uma “demonstração de valor” (BOMFIM, 1930: 37). O autor aqui estudado apoia tal ideia na concepção de que a história é o registro da tradição, um argumento que segundo Bomfim, estaria na sua leitura da obra de Kausski. Aqui também se encontraria a ideia da utilidade, da

⁸ O ensaio de Bomfim sobre Darwin e o livro de Von Bernhardt e do que tais textos abordam tratam se da leitura de Ronaldo Conde Aguiar em seu livro. (AGUIAR, 2000: 326-327).

função prática da história: através das experiências do passado potencializar as potencialidades existentes nas múltiplas identidades de um povo. Por isto seria natural à valorização da tradição de um povo que aparente liderar algum processo ou aspecto (de forma econômica, política ou outros tantos) em detrimento de outro, porém uma exacerbação pode apontar para a justificação de dominações ou hegemonias das mais diversas de uns povos sobre outros, e desta forma, a deturpação da história. Citando Max Nordau⁹, Bomfim escreve que uma historiografia problemática aponta, de acordo com diferentes tempos e espaços, explicações históricas centralizadas em uma determinada tradição, onde esta se vinculada a uma identidade e um povo, de forma a ignorar a participação de outras tradições nos diversos processos. Não que para Bomfim fosse possível dar conta de uma história geral de forma completa, mas sim apontar que o historiador deve matizar na escrita da história as contribuições das possíveis tradições envolvidas em um “acontecimento”.

Deste modo aponta que Hegel teria cometido tal erro ao dizer que “A Europa é a finalidade incondicionada da História Universal” o que legava as Américas e a Ásia as condições respectivas de escravas e colônia¹⁰. Como exemplo de um historiador que teria se atentado as contribuições dos diversos ao que ele chama de desenvolvimento da civilização global seria Mommsen. Tal autor, o qual Bomfim se refere como “historiador de verdade”, teria apontado a ciência como patrimônio dos povos localizados onde hoje chamaríamos de Oriente Médio. Veja que a ciência para o nosso médico sergipano é considerada como a categoria de diferenciação do homem de um estado de simplicidade, chamada por ele de brutalidade, para o nível complexo civilizatório, o progresso em si (BOMFIM, 1930: 53). O processo de formação das sociedades complexas aqui deve muito a característica dicotômica das tradições em se transformarem de acordo como contato umas com as outras e ao mesmo tempo em um esforço de busca por identidade característica, uma tentativa de manutenção. Por isso mesmo critica a rigidez do positivismo e a obra de Comte que seria “incompatível com a maleabilidade da vida, pois toda essa obra é armada em generalizações preconcebidas”¹¹ que pouco corresponderia com a realidade humana. O positivismo, que se acreditava desapaixonado e metódico, ironicamente determinava uma cientificidade que elegia as tradições arianas como caracterizadas pela superioridade de valores e contribuições históricas

⁹ Manoel Bomfim cita a página quatro do livro *Le Sens de l'Histoire* de Max Nordau. (BOMFIM, 1930: 53).

¹⁰ O grifo foi feito pelo próprio Bomfim sem citação da página ou obra de Hegel a qual se refere. (BOMFIM, 1930: 53)

¹¹ O que ao evocar o plano infinitamente possível da vida soa quase que fenomenológico (BOMFIM, 1930: 64).

de forma que deturpavam, subjulgavam e incapacitavam as tradições e contribuições dos povos conhecidos por latinos americanos, africanos e asiáticos (BOMFIM, 1930: 49-55). Cabe aqui a crítica que Bomfim faz ao mau uso da erudição. Utiliza-la de forma não criteriosa, ou seja, de forma a não matizar algumas certezas metódicas que se apresentam como verdadeiras e por isso acabam por sonegar a multiplicidade e plasticidade da vida e admitir a própria incapacidade totalizante da ciência possibilistária que as mais variadas conjecturas e falácias se tornassem aparentemente legítimas.

Fontes

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: tempo vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALONSO, Angela. *O positivismo de Luís Pereira Barreto e o pensamento brasileiro no final do Século XIX*. Coleção documentos. Série Teoria Política. IEA/USP, São Paulo, v. 09, 1995.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antônio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre a permanência da expressão *história magistral vitae* no século XIX brasileiro”. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

BENTIVOGLIO, Julio. A HistorischeZeitschrift e a historiografia alemã do século XIX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, Março de 2011.

BENTO, Luiz Carlos. *Teórico, ensaísta ou rebelde: A importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para a historiografia brasileira. Expedições: Teoria da História e Historiografia* (Online), Goiás, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revista_geth/article/view/267/234>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

_____. *O Brasil na América: Caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929.

_____. *O Brasil Nação: Realidade e Soberania Brasileira*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 2 vols., 1931.

_____. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.

BOTELHO, André. *Educação e modernidade no Brasil*. *Cultura Vozes*, São Paulo, v. 93, n. 1, p. 122-145, 1999. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/~nusc/andre.htm>>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

_____. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. Dissertação de mestrado defendida pela UNICAMP em 1997.

BOTELHO, A. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social* (USP. Impresso), v. 22, p. 47-66, 2010.

BURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus: Campinas, 1996.

CAMARA, Sônia. O Intelectual educador Manuel Bomfim e a Interpretação do Brasil e da América Latina. *HISTEDBR On-Line*, v. 11, n. 44, 2011. Campinas. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/3146>>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

CASTILHO, Mariana Moreno. *O desejo da mímica e a consolidação da emergência de branquear e educar concebida por Silvio Romero*. Esboços, revista do programa de pós-graduação em História da UFSC, Florianópolis, n. 12-13, Jan. de 2005.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COSTA, Jean Carlo de Carvalho. *Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a impertinência bomfiniana em torno da identidade nacional*. Cronos (Natal), v. 9, p. 417-438, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/cronos/article/viewFile/1786/pdf_37>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

DANTES, M. Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil (1800-1930)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SUSSEKIND, Flora; VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. São Paulo: Moderna, 1984.

GENETTE, Gérard. *Paratextos Editoriais*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim (1868-1932) e a escrita da História do Brasil. *Revista Brasileira de História*, vol. 23, nº 45, pp. 129-154, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/31/col_rebeca_31.pdf>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

GOMES, Angela de Castro. *A república, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim: "pensador da história" na Primeira República*. *Rev. Bras. Hist.* [online], vol.23, n.45 p. 6-7, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Vol. 1, n. 1, 1998.

_____. Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.

KROPF, Simone Petraglia. Manoel Bomfim e Euclides da Cunha: vozes dissonantes aos horizontes do progresso. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jun. 1996. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701996000100006&lng=pt&nrm=iso> acesso em 30 jul. 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 15, n. 1, Apr. 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 30 de jul., 2012.

MORAES, João Quartim de. “O positivismo nos anos 20: entre a ordem e o progresso.” In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de. (Org.) *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

NETO, Manoel Pereira de Macedo. Construindo Percursos Contra-hegemônicos: contribuições de Manoel Bomfim para a história, a historiografia e a educação brasileiras. In: XIII Encontro estadual da AMPUH, História e historiografia: Entre o Nacional e o Regional, 2008, Guarabira, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-%20Manoel%20Pereira%20de%20Macedo%20Neto%20TC.PDF>. Acessos em 30 de jul. 2012.

NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história. A viagem, a memória, o ensaio*. Tese de doutoramento defendida pela UFRGS em 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A questão nacional na primeira república”. In: COSTA, Wilma Peres da; LORENZO, Helena Carvalho de (Org.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Fazer história. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2010, vol.30, n.59, pp. 37-52.

PAYEN, Pascal. *A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? História da historiografia. Ouro Preto, n° 6, p. 103-122, Março de 2011.*

PORTUGAL, F. T. ;JACO-VILELA, A. M. ; MONTEIRO, D. B. R. . *Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. Psico, PUCRS (Online), v. 41, p. 325-331, 2010. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/6613/5853>>. Acessos em 30 de jul. 2012.*

PORTUGAL, Francisco Teixeira. *Psicologia e história no pensamento social de Manoel Bomfim. Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online), v. 10, p. 596-612, 2010. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a18.pdf>. Acessos em 30 de jul., 2012.*

ROSAVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. *Revista Brasileira de Historia*. São Paulo, vol. 15, n° 30, p 8-22, 1995.

RÜSEN, Jörn. Narratividade e objetividade nas ciências históricas. *Textos de História, Brasília, v. 4, n° 1, p. 75-102,1996.*

SANTOS, Analice Alves Marinho. *A formação da nação brasileira segundo Manoel Bomfim e Silvio Romero: debates acerca dos meios e caminhos para a civilização, 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-ANALICE.pdf>>. Acessos em 30 jul. 2012.*

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SCHOLTZ, Gunter. O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX. *História da historiografia*. Ouro Preto. N.º 6, p. 42-63, Março de 2011.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

UEMORI, Celso Noboru. Darwin por Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 56, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882008000200003&lng=en&nrm=iso>. Acessos em 30 de Jul. de 2012.

VERGARA, Moema de Resende. “As representações de ciência em espaços de divulgação no Brasil oitocentista uma nova pedagogia”. ARAUJO, Valdeí Lopes de. MOLLO, Helena Miranda. NICOLAZZI, Fernando F. (Org.). *Aprender com a História? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

A escrita da história no Brasil em fins do Império e na Primeira República

Bárbara Winther da Silva*¹

O presente trabalho tem como objetivo levantar questões acerca da escrita da história no Brasil durante o final do Império e a Primeira República. Ele será dividido em duas partes: na primeira analisarei um sócio específico do IHGB, Tristão de Alencar Araripe. Na segunda parte tratarei de questões mais gerais referentes à escrita da história durante o final do Império e o início da República no Brasil.

Esse trabalho tem como foco de análise questões relacionadas as diversas formas de conceber a escrita da história no final do Império e na Primeira República no Brasil. Como já dito, na primeira parte será analisada um artigo do sócio do IHGB, Tristão de Alencar Araripe, intitulado *Indicações sobre a História Nacional*. Araripe nasceu no Ceará, em 1821 e morreu no Rio de Janeiro, em 1908. Viveu entre a Corte e a província, passando pelo fim do império e o início da república. Alencar Araripe formou-se pela faculdade de Direito de São Paulo em 1845. Atinge o cargo mais importante que um bacharel em direito pode chegar em 1886, ocupando o cargo de Juiz do Supremo Tribunal de Justiça. O que levanta uma questão que aqui não será contemplada, mas que é muito importante: a formação dos bacharéis em direito nesse período, quais as zonas de influência dessa formação na concepção de história desses letrados.

Conforme observou Hugo Hruby, deve-se atentar para a “confusão” homonímica que envolve o autor que iremos analisar. A confusão, amiúde, ocorre com seu pai e seu filho. O seu pai chama-se Tristão Gonçalves (Pereira) de Alencar Araripe (1789-1824), ele é “o pai herói/criminoso revolucionário nos movimentos de 1817 a 1824 no Norte e que após no nome os encantos pelo espaço da terra Natal”. Já seu filho, Tristão de Alencar Araripe Junior (1848-1911), foi figura importante na crítica literária em fins do século XIX e início do XX. (HUBRY, 2012: 18).

Segundo Hugo Hruby, Araripe foi um dos sócios mais atuantes do IHGB, tanto na diretoria quanto nas principais comissões. Sua personalidade era eclética, sendo “um burocrata na nascente República”, além de “político, historiador, geógrafo e poeta”, ou seja, o

¹ Mestranda em História da Universidade Federal Rural Rio Janeiro (UFRRJ), bolsista Capes.

conselheiro era um homem de letras, que como muitos do período, não tinha como objeto de estudo, apenas um ramo do conhecimento, mas vários.

Fazendo referência a instituição na qual Araripe faz parte, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) foi fundado em 1838 com a função de pensar “o processo de gênese da nação brasileira”. Como apontou Manoel Luis Salgado Guimarães, a história seria a ferramenta essencial para forjar a tão pretendida nacionalidade, discussão que perpassa todo o século XIX e se desdobra durante o XX. O objetivo era indicar o sentido da formação do Brasil, conformando uma visão uniforme entre as elites, ou melhor, uma “retórica da nacionalidade”, nas palavras de Temístocles Cezar. De acordo com o último, a expressão define a principal característica da cultura historiográfica oitocentista: a produção de um discurso com a finalidade de convencer os nacionais de que partilhavam um passado comum e um presente com a mesma identidade. Contudo, ao mesmo tempo em que almejava uma compreensão homogênea de si mesmos e da história do Brasil, esse discurso historiográfico encobria elementos dispersos, uma vez que, naquele contexto, a história, a geografia, a literatura e a etnografia buscavam singularizar essa “retórica”, constituindo-se como domínios de explicação do ser nacional. (CEZAR, 2006: 29).

Esse estudo do sócio Araripe foi preferido pela primeira vez em 7 de Fevereiro de 1876, em uma conferência na Associação Promotora da Instrução, no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano o trabalho foi publicado pela Tipografia de J. C. Villeneuve, com o título de *Como cumpre escrever a História Pátria*. Posteriormente, em 1894, o texto foi revisto e publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, com o título de *Indicações sobre a Istoria Nacional*. O texto se divide em 12 partes, são elas: *Utilidades da História; Necessidade da instrução; Modo de escrever a História; Diferença entre História antiga e moderna; Fontes de informação; Missão do historiador; Glorificação do patriotismo; Valor do gênio da paz sobre os efeitos da guerra; Admiração pelos primeiros exploradores; Método comprobatório; Nossos historiadores; e Conclusão*. Lembrando que para esse estudo especificamente, nos atemos ao ponto referente à necessidade da instrução, na qual também há uma preocupação com a justiça.

Segundo Araripe, para o Brasil ser incluído na senda das grandes nações deveria passar por um processo visando o progresso do país. Nesse processo, a instrução, juntamente com a história, seria útil ao povo brasileiro.

A convicção de que os povos devem instruir-se e de que a instrução pública seria a base para o progresso e a prosperidade do país, coadunava-se com a ideia de que o desenvolvimento pelas letras, também defendido por Januário da Cunha Barbosa, seria um “poderoso instrumento de civilização”. Nesse mesmo caminho atribuído às a educação, José Veríssimo² atenta para a importância do ensino público para o avanço do Brasil. (VERÍSSIMO, 1906).

Fazendo referência a Veríssimo, Araripe trata a instrução pública como um meio pelo qual a educação nacional poderá obter êxitos e aperfeiçoar-se, atingindo níveis comparados aos do E.U.A, esse exemplo de país que efetivou uma administração pública educacional pautada em níveis de verdadeira doação ao bem maior da pátria, visto que o Estado é um fator “preeminente na educação nacional”. A educação seria propícia, segundo Veríssimo:

Para reformar e restaurar um povo, um so meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro, e a educação, no mais largo sentido, na mais elevantada aceção destas palavras. (VERÍSSIMO, 1906: 60).

Tal progresso se daria através da instrução popular, que seria a luz da pátria. Percebe-se com isso que uma das formas de difusão do patriotismo seria o ensino. Instrução e ilustração que colocariam o Brasil no rol das grandes civilizações. Civilização essa que é republicana, e como nos lembra Angela de Castro Gomes há uma “necessidade de uma cultura cívico-patriótica, capaz de produzir novos cidadãos”. (GOMES, 2009: 85). A esse respeito, a autora continua salientando que:

(...) existe uma convergência quanto à urgência da República de produzir um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívicos-morais, no qual a história, ao lado da geografia e da língua pátria tinha um lugar estratégico. Ou seja, em função desse fundo político-ideológico, a questão da educação nacional (...), a

² Veríssimo foi um importante letrado desse período e pensou questões referentes à educação nacional, tida por ele como um forte instrumento para o progresso do país.

questão da educação cívico-patriótica têm seu peso e importância nada desprezíveis. (GOMES, 2009).

Ainda nesse caminho de importância atribuída à educação, Gomes salienta que:

(...) a educação era vista como a mais segura das estratégias para se transformarem os comportamentos e valores das sociedades rurais, patriarcais e tradicionais, criando uma nova mentalidade, mais conforme aos valores das consideradas modernas sociedades urbano-industriais. (GOMES, 2009: 95).

Outro fator de desenvolvimento para a nação é a justiça, que conciliada com a instrução, serviria de base para o progresso do país. O Brasil com a implantação da República fixou as bases para o progresso, tendo como ideias-chave, segundo Araripe, as já mencionadas instrução e justiça. O autor defende que “a instrução e a justiça, pois são duas ideias fundamentais, que não têm fim restrito, mas sim geral, constituindo condição indispensável à vida das sociedades humanas”. (ARARIPE, 1894: 262).

Essas “duas ideias fundamentais” devem estabelecer relação de complementaridade e articulação, tendo em vista que só a sua ação conjunta torna a vida social possível. Sendo assim, essas duas ideias são necessárias, na medida em que, segundo Araripe: “(...) Como porém fazer justiça e avaliar d’ela sem instrução? E’ tão necessária a instrução para a existência e prática da justiça que os sagrados livros ensinam-nos como impreterível a luminoza máxima: *Erudimini, vos qui judicatis Terram*”. (ARARIPE, 1894: 262).

Percebe-se com isso que o sócio do IHGB, Tristão de Alencar Araripe tem como uma das preocupações para a escrita da história questões referentes à educação, ou melhor, a instrução pública, uma das ferramentas pela quais o Brasil atingiria níveis de civilização, podendo alcançar, por exemplo, patamares nos quais os E.U.A. encontravam-se.

Apontamentos gerais sobre a escrita da história na Primeira República

Chegamos a segunda parte do nosso trabalho, no qual faremos alguns apontamentos de caráter mais gerais sobre a escrita da história no final do Império e na Primeira República no Brasil. Levando isso em consideração, podemos começar a análise propriamente dita. Tristão de Alencar Araripe é um dos inúmeros exemplos que o final do Império e a Primeira República no Brasil nos oferece. Nesse momento diversos estudos que contemplam a produção do conhecimento histórico, problematizando questões referentes à escrita da história, a melhor forma de escreve – lá estão sendo produzidos.

A segunda metade do século XIX foi marcada pela chamada questão nacional. Como assinala Manoel Salgado Guimarães, no Império prevalecia à preocupação em articular três elementos; a nação, o Estado e a Coroa. Com a república tornou-se necessário reescrever a história, cabendo ao historiador reunir e analisar os documentos acerca do passado capazes de explicar, articuladamente, a História, a nação e a República. De acordo com Tânia Regina de Luca, no início do novo regime político, a história escrita sobre o Brasil causava grande descontentamento devido à aridez dos relatos que focalizavam feitos bélicos e administrativos, bem como valorizavam a presença portuguesa, a colonização e o Império. Em outras palavras, a história tinha, então, uma dupla tarefa: fornecer um conjunto de tradições a serem partilhadas e promover a ruptura com a tradição colonial, associada ao atraso. Ou ainda, a “nobre função de ensinar aos cidadãos a cartilha do patriotismo”. (LUCA, 1990). O historiador teria a missão de conduzir o Brasil ao futuro, com base no passado, contribuindo para a definição de uma identidade no presente, capaz de definir o que é ser brasileiro.

Os trabalhos que me proponho analisar são estudos que estão pensando uma melhor forma de escrever a história, quais os melhores métodos para a construção da narrativa histórica, quais os personagens que deverão compor essa narrativa, quais os eventos que deverão fazer parte das diversas narrativas históricas, enfim, preocupam-se com a escrita de uma história que atenda as questões que são impostas pela República. Alguns dos exemplos de tais textos são: Barão de Capanema, Questões a estudar relação aos princípios da nossa história; Pedro Augusto Carneiro Lessa, Reflexões sobre o conceito de história.³

O Império como um evento a ser narrado não é mais tido como o fato por excelência, mas sim outras questões começam a ser colocadas em pauta: como por exemplo, a Revolução

³ CAPANEMA, Barão de. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. *Revista do IHGB*, tomo 52, I parte, 1889, pp. 499-509; e LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285.

Pernambucana de 1817, assim, como a Independência, são tidos como primordiais de serem lembrados pela história e fazerem parte da escrita da história nacional.

Outro tema muito caro, são as origens do Brasil. Busca-se no descobrimento e no período colonial, características, fatos, causas, que possam ter causado ressonância no século XIX, principalmente, referente aos rumos que o povo brasileiro tomou, como foi ocorrendo a sua formação. Percebe-se com isso, uma preocupação pelas origens do país, e seus desdobramentos no decorrer dos séculos.

Os homens que se propunham a escrever a história nesse período são chamados de “homens de letras”, escrevem sobre diferentes assuntos, são formados em diferentes instituições. Segundo Angela de Castro Gomes, eles são:

Os historiadores são um bom exemplo de *produtores culturais* em um amplo espaço do conhecimento, envolvendo biologia, etnologia, folclore, lingüística e geografia. Eles escrevem sobre história da geografia, produzem textos sobre flora e fauna brasileiros, estudam línguas indígenas e “olham” etnograficamente festas religiosas e populares, além de serem filósofos e literatos. (GOMES, 1996: 75-76). (grifos nosso).

Esses "homens de letras" tinham como função a escrita de uma história nacional, e mais especificamente o trato de problemas colocados pela nova forma de governo: a República. Tal mudança acarretara uma necessidade de reescrita da história nacional, que não mais vê no Império sua fonte de legitimação, mas pelo contrário, busca-se romper com essa tradição, buscando um novo passado que possa ser contemplado por essa outra forma de governo, na qual algumas questões fazem parte da agenda dos historiadores, como: os limites do território nacional, os problemas dos indígenas e da constituição do povo brasileiro. Tendo isso em vista esses, considera-se que, cito aqui as palavras de Rebeca Gontijo:

Almejando o papel de porta-vozes da nacionalidade, os "homens de letras" das primeiras décadas do século XX investiram no sentido de forjar uma linguagem própria e definir modelos de interpretação e de narrativa da nação. (GONTIJO, 2006: 161).

Essa necessidade de atribuição de sentido era uma exigência e uma preocupação que os historiadores deveriam possuir, levando em consideração uma história que detinha um passado colonial, um Império e, por fim, a instauração de uma República. Escrever história nesse cenário é preocupar-se e buscar os meios de ligação entre o passado e o presente, sem deixar de levar em consideração os rumos que no futuro serão concretizados, além da constante necessidade de reescrita da história do país. Ainda como nos lembra Rebeca Gontijo:

Tratava-se de reescrever a história num momento em que a mesma era tarefa de um conjunto de polígrafos e estudiosos genericamente identificados como homem de letras, a quem caberia determinar “desde quando somo uma nação”. (GONTIJO, 2013: 248).

Há uma necessidade de impor novos temas, indagações e abordagens, ao mesmo tempo em que se constituía um espaço singular para reflexões sobre si mesmo, sobre a história e sua escrita. Tais questões estão diretamente ligadas à construção da própria história e dos historiadores.

Percebe-se com isso, que a história tem a função de buscar um sentido para a nação republicana instaurada. A história deveria compor um repertório de tradições a serem compartilhadas pela nação, que acaba por privilegiar certos indivíduos e fatos. (LUCA, 1999). A própria concepção de história e do ser historiador está em reformulação. Todas essas características apontadas fazem parte de um universo ainda em construção, de disputas que eram travadas, de posicionamentos acerca da história e do papel do historiador, ou seja, a operação historiográfica estava delimitando seus espaços e seus modos de atuação e, como aponta Hugo Hruby, nesse período: "o próprio fazer história era algo por fazer-se". (HUBRY, 2012: 215).

Esse “algo por fazer-se” coloca uma nova questão: quais serão os historiadores que produzirão essa história? Há uma constante preocupação com a objetividade e a imparcialidade por parte do historiador, o que nos remete à uma preocupação bem específica: as atividades do momento podem acabar interferindo na escrita sincera e imparcial da história.

Isso cria uma certa exigência, que ainda não sabemos até que ponto é concretizada, que é a escrita a posteriori, pelos historiadores futuros e não por aqueles que estão vivendo os acontecimentos da nascente República e participando dos debates acerca da melhor forma de ser escrita a história. Ou seja, ao mesmo tempo que há uma preocupação em se produzir uma história nacional, preocupa-se com as bases sobre tal escrita estará alicerçada. Ser historiador nesse período é levar em consideração os projetos em debates, assim como os seus possíveis usos.

E antes de chegarmos ao fim, trataremos da dialogo que a história deve exercer com outras disciplinas, como por exemplo, a sociologia. Nesse momento há uma preocupação constantes dos letrados no dialogo da história com outras disciplinas. Além da sociologia, a etnografia é uma ciência que deve ser utilizada pela história, sendo apontada uma necessidade da história usar outros saberes na construção daquilo que se propõe a fazer.

Portanto, a história como uma narração dos acontecimentos nacionais esta em elaboração, novas exigências são colocadas; o passado como objeto da história esta em elaboração; os métodos que a história deverá utilizar não estão firmados, mas sim sendo construídos; a autoridade dos antigos deve ser pensada criticamente, levando em consideração o momento que a nação brasileira se encontra; o diálogo com outras ciências é importante na produção da escrita da história; e por fim, os documentos devem ser uma das fontes que atribuem confiabilidade ao que esta sendo narrado, levando em consideração a própria natureza de tais documentos.

Referências Bibliográficas

ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a istoria nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, tomo LVII, II parte, p. 259-290, 1894.

CAPANEMA, Barão de. Questões a estudar em relação aos princípios da nossa história. *Revista do IHGB*, tomo 52, I parte, 1889, pp. 499-509.

CEZAR, Temístocles. A retórica da nacionalidade de Varnhagen e o mundo antigo: o caso da origem dos Tupis. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: Letras, 2006.

HUBRY, Hugo. *O século XIX e a escrita da história do Brasil: diálogos na obra de Tristão de Alencar Araripe (1867-1895)*. Porto Alegre: PUC-RS, tese de doutorado em História, 2012.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

_____. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GONTIJO, Rebeca Gontijo. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói, UFF – Dep. de História, tese de doutorado, 2006.

_____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. Reflexões sobre o conceito de história. *Revista do IHGB*, tomo 69, II parte, 1906, pp. 195-285.

LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (n)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, p. 86. Ver, também: OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. 1ª. edição 1890. Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 2ª edição.

A geração de psiquiatras leitores de Freud no Rio de Janeiro (1926-1944)

Rafael Dias de Castro¹

Nesse texto, pretendemos apresentar a geração de psiquiatras leitores de Freud no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX. Além disso, temos como objetivo também apresentar a recepção da teoria psicanalítica por esses psiquiatras como inserida num amplo contexto de discussão de projetos para a nação brasileira, cujo intuito era assentar o Brasil no mundo moderno e o erguer à condição de país civilizado.

Para tanto, tomamos como recorte cronológico os anos de 1926 – quando se cria a clínica de psicanálise dentro da Liga Brasileira de Higiene Mental, proporcionando um lugar de discussão e aplicação institucional para tal teoria – e o ano de 1944 – quando alguns psiquiatras cariocas começaram a tomar a psicanálise sob o referencial da IPA, julgando como errônea a psicanálise até então praticada (antes de 1944) e relegando-a ao esquecimento na “história oficial” de tal conhecimento no Brasil.

Para trabalharmos com essas e outras questões, a proposta acerca da teoria da recepção de Hans Ulrich Gumbrecht (2001) e as discussões de Alejandro Dagfal (2004), Angela Alonso (2002) e Sílvia Figueirôa (1998), sobre as relações entre recepção e circulação de teorias científicas, são fundamentais. Apoiado nestes referenciais teórico-metodológicos trabalhamos com a concepção de que não existem interpretações falsas ou corretas quando se fala em recepção de textos, mas sim que a interpretação de cada leitor sobre determinada obra se dá a partir de influências sociais, históricas e experiências pessoais. Ou seja, o importante não é discutir se as leituras e interpretações que se fizeram da psicanálise estão corretas ou equivocadas em relação às propostas de Freud. Para o historiador preocupado com o estudo da recepção de determinada teoria, o importante é perceber como tais leituras e interpretações foram possíveis, quem foram os leitores, quais eram as preocupações e motivações destes leitores, porque e para que tal conhecimento foi apropriado por eles.

Minha hipótese é a de que, nas décadas de 1920 e 1930, os discursos médicos psiquiátricos que se fundamentavam em pressupostos psicanalíticos tentavam dar conta de detectar e educar o primitivismo do brasileiro (o id nacional), com o intuito de ajustar seus valores e comportamentos aos ideais do mundo moderno e civilizado. Buscava-se, assim, o tratamento para todas as condutas desviantes – sexuais, morais, comportamentais, da mesma

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (COC-Fiocruz), bolsista Fiocruz, sob orientação da professora Dr.^a Cristiana Facchinetti.

forma que se procurava a prevenção das mesmas (através da educação, educação sexual, consultas pré-nupciais, no cuidado com a infância). A função da teoria psicanalítica neste projeto seria sustentar os discursos que recomendavam a educação ou evolução do “id primitivo” brasileiro (ligado às paixões, aos impulsos, aos excessos, aos comportamentos desviantes) para que se transformasse num “ego civilizado”, para enfim se encontrar a identidade nacional (baseada na moral e no comportamento moderno de acordo com o modelo europeu de civilização).

Portanto, a psicanálise auxiliaria a psiquiatria na construção de uma identidade nacional marcada pela regeneração e modernização. O que havia sido anteriormente lido como advindo de raças primitivas incapazes de produzir uma civilização, era agora compreendido como advindo de indivíduos a quem se deveria disciplinar por meio de um trabalho educativo, sendo que o papel da psiquiatria seria fazê-los desviar seus impulsos na direção de fins mais elevados: se o id brasileiro (marcado pelos impulsos e desvios) era primitivo, caberia introduzir, a partir das ferramentas psicanalíticas, a possibilidade de educá-lo.

A geração dos psiquiatras leitores de Freud no Rio de Janeiro

Para demarcar o grupo dos leitores da psicanálise no Rio de Janeiro, nos apropriaremos do conceito de *geração* proposto pelo sociólogo Karl Mannheim (1893-1947), reconhecido como o fundador da sociologia do conhecimento. De modo geral, sua teoria pretende examinar como as várias posições intelectuais e estilos de pensamento estão enraizados numa realidade histórico-social subjacente (Weller, 2010). O autor nos oferece apoio para entender as conexões entre determinado movimento intelectual e a conjuntura sociohistórica em que este surge, além de ser um importante procedimento de circunscrição dos atores envolvidos em tais movimentos².

O principal texto onde Mannheim discute tal conceito se intitula “O problema das gerações”, escrito em 1928. Nele, o autor chama a atenção para o fato da “geração” não consistir em uma adesão voltada para a criação de grupos concretos, preocupados em

² Dentre os pesquisadores que se debruçaram sobre a questão da geração, destaco a socióloga Angela Alonso (2002), que utilizou o conceito para demarcar a “geração 1870” dos intelectuais brasileiros, dando ênfase à dimensão política de seus escritos e à ação pública desejada. Outro estudo que se apropriou de tal conceito é o de Julio Adiala (2011), que procurou delimitar a geração de intelectuais e cientistas do início do século XX que participaram do processo de institucionalização e profissionalização da ciência, especificamente a geração de psiquiatras desse período.

constituir uma coesão social. Além disso, o conceito de *geração* refere-se menos a um grupo etário específico e mais à problematização de um legado cultural, o que destaca a importância da autoidentificação dos indivíduos com um grupo, que se define pelo compartilhamento de experiências e valores, bem como pela contestação a uma determinada herança cultural (Mannheim, [1928] 1993).

Esmiuçando o texto de Mannheim, a pesquisadora Wivian Weller (2010) afirmou que o principal ponto que caracteriza uma posição comum daqueles nascidos em um mesmo tempo cronológico é a potencialidade ou possibilidade de presenciar os mesmos acontecimentos, de vivenciar experiências semelhantes, mas, sobretudo, de processar esses acontecimentos ou experiências de forma semelhante.

Seguindo o debate realizado por Weller, nota-se que Mannheim confere uma especificação progressiva ao conceito de geração e o divide em: “posição de geração”, “conexão de geração” e “unidade de geração”. O que define a ‘posição geracional’, aponta Weller, não é um estoque de experiências comuns acumuladas de fato por um grupo de indivíduos, mas a possibilidade ou “potencialidade” de poder vir a adquiri-las (Weller, 2010: 214). Já a ‘conexão geracional’ apresenta características mais específicas, pois pressupõe um vínculo concreto, algo que vai além da simples presença circunscrita a uma determinada unidade temporal e histórico-social: “esse vínculo concreto, Mannheim define como uma participação no destino comum dessa unidade histórico-social” (Weller, 2010: 214). As ‘unidades geracionais’, por sua vez, se constituem numa adesão mais concreta em relação àquela estabelecida pela ‘conexão geracional’. Mas a forma como grupos de uma mesma ‘conexão geracional’ lidam com os fatos históricos vividos por sua geração (por exemplo, com a modernização do Brasil no início do século XX), fará surgir distintas ‘unidades geracionais’ no âmbito da mesma conexão geracional (Weller, 2010: 215).

A geração aqui analisada se assemelha, em grande parte, com a geração demarcada na pesquisa de Julio César Adiala (2011), pois o foco na ‘posição geracional’ e na ‘conexão geracional’ é semelhante. Nos dois casos, a ‘posição geracional’ abrange toda uma geração intelectual que está participando do processo de institucionalização e profissionalização da ciência, e que entendia a ciência e a educação como elementos fundamentais para que o Brasil pudesse ser uma sociedade civilizada, no modelo dos países europeus (Adiala, 2011: 6). A ‘conexão geracional’ nos dois casos se estabelece, também, com o grupo de médicos que dará origem à psiquiatria científica no Brasil a partir da criação e ocupação de espaços institucionais surgidos com o processo de profissionalização do ensino psiquiátrico e da

Assistência aos Alienados (Adiala, 2011: 6), tendo, como principal local desse desenvolvimento, o Hospício Nacional de Alienados, dirigido desde 1903 pelo psiquiatra Juliano Moreira³, e a cátedra de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, organizada em torno de Henrique Roxo⁴.

Como apontado por Adiala, a característica principal do universo intelectual dessa geração era o grande projeto de modernização do país através da ciência e da educação, que “teria no movimento sanitarista o seu grande evento histórico, uma ‘era de saneamento’ que serviria de pano de fundo para a definição dos novos campos de especialização científica, e para a expressão de um projeto civilizador para o país” (Adiala, 2011: 7). Em outras palavras, nas primeiras décadas do século XX, a construção de uma imagem da nação brasileira foi tecida de maneira ativa por diferentes atores, saberes e instituições. Neste contexto, campos como os da engenharia, medicina, literatura, entre outros, se juntaram aos esforços de realização do projeto, procurando se articular com as instâncias institucionais e políticas do Estado brasileiro, que então se reconfigurava.

Cada ‘conexão geracional’ havia compreendido o modelo de modernizar e civilizar o país de maneira conveniente ao seu campo de atuação: os engenheiros utilizavam o discurso da higiene para justificar as intervenções no espaço urbano, propondo a necessidade do alargamento e construção de ruas e avenidas (Benchimol, 1992); os médicos-sanitaristas afirmavam ser imprescindível a educação sanitária da população rural e também a dos centros urbanos, na proposta de curar um país doente através de ações que introduzissem hábitos e comportamentos saudáveis (Hochman, 1998); os intelectuais modernistas da década de 1920, por exemplo, representaram, em termos históricos, uma significativa manifestação artística/estética que contribuiu para afirmação do Brasil enquanto um Estado nacional e para a busca de sua identidade, sua “brasilidade” (Botelho, 2005; Facchinetti, 2001).

A medicina psiquiátrica, por sua vez, vai cuidar dos discursos sobre a moral e o comportamento da população, bem como a prevenção e tratamento dos que desviariam da regra (tornando-se um comportamento anormal, degenerado). Ou seja, a psiquiatria estava pensando em normalização dos comportamentos a partir do que se considerava adequado e

³ Juliano Moreira (1873-1933) formou-se em Medicina na Faculdade da Bahia em 1891. Entre 1903 e 1930, no Rio de Janeiro, dirigiu o Hospício Nacional de Alienados, tendo sido também Diretor Geral de Assistência a Alienados (1911-1930). Em 1928 foi fundador da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro, sendo ele mesmo presidente e J. P. Porto Carrero secretário (Facchinetti, 2001).

⁴ Henrique de Britto Belford Roxo (1877-1969) formou-se em Medicina na Faculdade do Rio de Janeiro em 1900. Encontramos referência à teoria psicanalítica já num texto seu de 1916 sobre o *Nervosismo*, onde Roxo afirma que Freud «descreveu um tipo clínico que representa o fundamento da categoria nervosismo, que é a nevrose de angústia» (Roxo, 1916, p. 76).

saudável, sendo que muitos dos comportamentos ligados à identidade nacional estariam na pauta de discussão acerca de sua ‘anormalidade’ e periculosidade.

Foi exatamente nesse contexto de discussão sobre o Brasil e os brasileiros que surgiram ‘unidades geracionais’ dentro do próprio campo psiquiátrico. Neste processo, a teoria psicanalítica começou a ser difundida por um segmento expressivo da psiquiatria carioca, ligada principalmente ao Hospício Nacional e à Liga Brasileira de Higiene Mental. As expectativas desses psiquiatras na apropriação da psicanálise estavam marcadas pela possibilidade que esta oferecia para compreender a sociedade brasileira sob um novo viés interpretativo (Russo, 2005), uma nova resposta à questão central da época: como fazer do Brasil um país moderno e civilizado?

Para essa ‘unidade geracional’ de psiquiatras, a identificação da falta de uma “identidade nacional” do brasileiro mostrava exatamente o foco onde se devia agir, a partir da constatação sobre o que necessitava ser modificado, sublimado, civilizado, para que o país pudesse se modernizar e progredir: o excesso dos impulsos e das paixões, a falta de ideais a seguir, a sensualidade, o “jeitinho brasileiro”. Com isso, a leitura da teoria psicanalítica os auxiliava na busca pela identidade nacional, na medida em que eles apostavam na obtenção da universalidade de uma “identidade do brasileiro” através da afirmação do particular: a solução seria discutir as probabilidades de civilizar um primitivismo individual e interiorizado (o Id), em contraposição às teorias sobre o caráter do brasileiro que nos tornava inviáveis como nação moderna.

Recepção da psicanálise no Rio de Janeiro: psicodiagnóstico e prognóstico para o Brasil

Percebemos que os primeiros psiquiatras leitores de Freud se articulam, de alguma forma, a Juliano Moreira (o primeiro a tratar da teoria de Freud no Brasil, conforme informou Porto-Carrero ([1928] 1934) e ao Hospício Nacional, como por exemplo, Antonio Austregésilo⁵ e Henrique Roxo. Essa *unidade geracional* institucionalizava seu legado com a instalação de uma clínica psicanalítica dentro da Liga em 1926, tendo como responsável o psiquiatra Julio Porto-Carrero⁶. Dessa forma, a *geração* envolvida com a psicanálise passava

⁵ Antonio Austregésilo (1876-1960), psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, é considerado um dos fundadores da neurologia brasileira. Foi um importante divulgador das teses freudianas no país, além de ter estimulado muitos de seus alunos a essa prática (como Genserico Pinto, autor da primeira tese (1914) da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro que abordava os preceitos psicanalíticos) (Jabur, 2001).

⁶ Julio Pires Porto-Carrero (1887-1937) iniciou seus estudos sobre a psicanálise em 1918. Em 1923, tornou-se membro da *Liga Brasileira de Higiene Mental* (tendo sido seu vice-presidente no início da década de 1930). No

a ser formada essencialmente por nomes ligados ao Hospício Nacional, à Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e/ou à Liga Brasileira de Higiene Mental, como Carneiro Ayrosa⁷ e Murillo de Campos⁸, por exemplo.

A experiência comum na apropriação da psicanálise desta *unidade geracional* estava marcada pela possibilidade que esta teoria oferecia para compreender a sociedade brasileira sob um novo viés interpretativo, uma nova resposta à questão central da época: como fazer do Brasil um país moderno e civilizado? A psicanálise era assimilada em continuidade com a psiquiatria, apreendida pela tradição médica local de maneira seletiva, considerada muito mais como uma técnica de exploração diagnóstica e uma modalidade terapêutica do que uma disciplina que se contrapunha ao enfoque médico sobre a doença mental (PONTE, 1999; RUSSO, 2000; FACCHINETTI, 2001).

Nesse sentido, a psiquiatria local empreendeu a busca pela identidade nacional por meio de estudos sobre a psicologia do brasileiro adulto, o exame dos seus afetos, tendências e emoções, propondo a partir da psicanálise que o núcleo de muitos problemas de sua personalidade era consequência desse ‘id primitivo’. Se o problema é que não seria possível suprimi-lo, a novidade que a teoria psicanalítica trazia é que ele poderia ser educado e guiado para fins condizentes com o ideal moderno, se tornando um Ego civilizado, já que o último era o lugar da ordem, como nos demonstra um de nossos personagens:

Segundo a hipótese de Freud, é o Id o campo onde se passa a mais importante porção dos fenômenos psíquicos, o que vale dizer que são Inconscientes estes, na sua maior parte, é do Id que partem os impulsos mais numerosos e mais intensos. O Ego, a personalidade consciente na sua maior parte, nada mais é do que um aparelho de adaptação ao ambiente, um órgão de percepção, um campo de elaboração dos impulsos do Id e um depósito provisório de recordações ainda não incorporadas à instância profunda, primitiva (PORTO-CARRERO, 1933: 11).

A relação entre o Id freudiano e a perspectiva de que o núcleo de muitos problemas da personalidade nacional eram consequência do ‘id primitivo’, fica ainda mais evidenciada nas palavras de Gastão Pereira da Silva (1898-1987):⁹

ano de 1928, tornou-se vice-presidente da seção do Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicanálise, fundada em São Paulo em 1927. Em 1929, tornou-se catedrático de Medicina Legal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, onde divulgava e ensinava amplamente a teoria de Freud.

⁷ José Carneiro Ayrosa (?) foi um médico psiquiatra, docente de psiquiatria da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, tendo trabalhado também no Hospício Nacional. Em 1928, fez parte do grupo de psiquiatras que instituiu a sede carioca da Sociedade Brasileira de Psicanálise, fundada em São Paulo um ano antes (Porto-Carrero, [1928] 1934).

⁸ Murillo de Campos (?) era encarregado da Clínica psiquiátrica do Hospital Central do Exército e da Seção Militar no Hospital Nacional de Alienados. Fez parte da geração de psiquiatras que trabalharam sob orientação de Juliano Moreira no Hospital Nacional de Alienados e de Henrique Roxo na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Venancio, 2001).

Do inconsciente nasceu a psicanálise. Nasceu o mundo interior do homem. O inconsciente é assim a idéia central da nova ciência. Sem ele a psicanálise não teria nenhuma razão de ser. Este “eu” primitivo, bárbaro, selvagem, é o “homem-instinto”. A isto deu Freud o nome do vocábulo latino “id”. “Id” é, pois, uma fonte de energia derivada dos instintos. É este “id” que vive em constantes agressões ao “eu”, ao nosso segundo “eu”, o “eu” moral, o “eu” que a educação edificou. Mas este “eu”, ou melhor, “ego”, no curso do seu desenvolvimento, separa-se em uma parte mais profunda para viver em íntimo contato com o “id”. Esta parte toma aí o nome de “superego”. (SILVA, 1933: 130-131)

A psicanálise, ao ser apropriada pela psiquiatria carioca, se transformava num poderoso instrumental para auxiliar no controle sobre o não-racional, visto como foco possível de desequilíbrios e anomalias de consequências prejudiciais às futuras gerações (descendentes) bem como para toda a coletividade presente. Através da psicanálise, a psiquiatria se dedicaria à formação de “bons hábitos”, à construção de “homens normais”, dos “homens para a Pátria”, de “brasileiros úteis ao país” (PORTO-CARRERO, 1933: 144). A psicanálise, assim, seria um instrumento da psiquiatria para obter resultados apropriados na perspectiva da prevenção das neuroses e de outras patologias, ou na correção de males já instalados, como as condutas desviantes e degeneradas (sexuais ou morais).

Os psiquiatras assinalavam, dessa forma, a crença num processo evolutivo, dotado de um nítido acento de “regeneração social” através da ferramenta psicanalítica: “inicialmente o indivíduo é apenas um *Id*, apenas instinto, qualquer coisa de impessoal, sobre a qual vai-se edificando depois o *ego*, o *eu* moral, o *eu* que a educação erige e constrói. Assim, entre as agressões do meio social e as reações do indivíduo é que se forma a personalidade” (SILVA, 1933: 163).

A idéia de civilização, na perspectiva destes psiquiatras, tinha um acento positivo: eles criticavam os comportamentos e normas sociais pautadas na mera repressão dos instintos, acreditando ser possível aos indivíduos e sociedades atingirem um estágio civilizado a partir de bases equilibradas e harmoniosas para o seu desenvolvimento “normal” (AYROSA, 1934: 25). Este desenvolvimento “normal” seria a principal justificativa para a superação dos males diagnosticados, do ajuste do comportamento “anormal”: a criminalidade, a prostituição, o alcoolismo, as doenças venéreas e outras “taras hereditárias” (como a sífilis, a tuberculose), os desvios no comportamento sexual e moral do brasileiro. (ROXO, 1933: 19-20)

⁹ Gastão Pereira da Silva não esteve vinculado às instituições ligadas à psiquiatria onde a psicanálise circulou (Hospício Nacional e Liga Brasileira de Higiene Mental), mas teve aulas com Porto-Carrero sobre psicanálise e se considerava um discípulo deste.

Seria possível à psiquiatria, através da ferramenta psicanalítica, sugerir a indivíduos, famílias e toda a sociedade adaptar-se à realidade que lhes era apresentada como resultado de uma transformação natural conduzida numa única direção: o caminho para a modernização do país e a civilização da população. Esta proposta definiria os comportamentos “normais” aceitáveis para a continuidade do processo evolutivo em curso.

Para tanto, seria necessário o estabelecimento de um programa modernizador e civilizatório “universalmente brasileiro” que buscasse “pelo raciocínio, as causas dos nossos insucessos, a razão de nossos defeitos” (PORTO-CARRERO 1933: 98). “O brasileiro” passava a ser concebido, no psicodiagnóstico destes psiquiatras, como um ‘id primitivo’, bárbaro, selvagem, ainda na infância de seu desenvolvimento moral e intelectual, passível de ser educado e normalizado para se transformar num ‘ego nacional’.

Com a psicanálise a psiquiatria poderia dirigir a evolução do país, já que não era possível nem abdicar da civilização nem continuar estagnado diante do progresso que batia à porta. Através da sublimação e educação dos impulsos prejudiciais à civilização, a psiquiatria poderia conduzir à população em sua obra para civilizar o país. Evitar, enfim, o condicionamento de propensões negativas, substituindo-as por outras, favoráveis e importantes para oferecer uma educação vantajosa para o avanço do país: “sublimar ou condicionar derivativos úteis ou inócuos, isto é, educar, aperfeiçoando os instintos” (AYROSA, 1934: 24).

Considerações Finais

Graças à psicanálise, se podia explicar a formação das civilizações, a origem dos mitos e lendas e até o porquê das vocações profissionais. Com ela, também, seria possível civilizar o país, ou melhor, fazer evoluir o ‘id primitivo’ no desenvolvimento de um ‘ego civilizado’:

Embora órgão imperfeito, o Consciente pode ser, porém, melhorado, desenvolvido, educado; no seu campo de ação podem ser aumentadas as tendências canalizadas para a felicidade própria e social do indivíduo. É assim que os poderes da cultura, da pedagogia e da higiene mental podem aumentar o campo de ação da consciência e é assim, sobretudo, que a psicoterapia, depois que ela própria revela ao paciente suas próprias tendências inconscientes, pode canalizá-las num sentido racional e utilizá-las favoravelmente, chegando a tornar agradáveis ao sujeito as representações ou atos até então penosos ou indiferentes e vice-versa (MORAES, 1927: 10).¹⁰

¹⁰ Deodato de Moraes foi um psicólogo e professor carioca. Participou da Academia Brasileira de Educação e, juntamente com o psiquiatra Porto-Carrero, escreveu artigos e ministrou várias palestras sobre a psicanálise. O curso citado, ministrado junto com Porto-Carrero, era de “iniciação à psicanálise para educadores” na Associação Brasileira de Educação (no ano de 1928, de 20 de abril a 15 de julho, totalizando 23 conferências).

O paciente em questão era o Brasil e “aos educadores compete indagar as primitivas vivências favoráveis à correta formação da personalidade” (RAMOS, 1935: 6).¹¹ O projeto da psiquiatria-psicanalítica se constituía, assim, na normalização de comportamentos aceitáveis, tanto na esfera privada quanto pública da vida privada, acentuando a responsabilidade de homens e mulheres com a civilização que se pretendia florescer no Brasil. Seus discursos, baseados também na teoria eugênica, convergiam no propósito do aperfeiçoamento da sociedade, sendo necessário para esse projeto de aprimoramento social a realização de um psicodiagnóstico dos males do país:

Os preconceitos leigos, míticos, todos originados de impulsos sexuais que se transvertem, se transmudam, se disfarçam, vêm cooperar na personalidade artificial, antinatural, anti-humana, disposta assim às neuroses e às perversões. E assim se forma um complexo de castração, um sentimento íntimo de culpa, de purificação, de punição – tudo quanto torna o homem impróprio para o meio social que assim o preparou tão mal para a vida coletiva. (PORTO-CARRERO [1928a], 1934: 99)

Na proposta de educação dos impulsos, para o ‘id primitivo’ do brasileiro realizar sua passagem para um ‘ego civilizado’, as escolas seriam o local ideal e as crianças o objeto privilegiado. Como disse Porto-Carrero, era melhor “uma elite intelectual guiar quatro ou cinco milhões de superiores do que quarenta milhões de débeis” (PORTO-CARRERO, 1933).

Se ao brasileiro faltava saúde e educação, faltava também a consciência de coletividade. As campanhas de saneamento e as expedições científicas, os discursos sobre a profilaxia das doenças, tudo isso havia contribuído para a percepção de que a ciência poderia ser capaz de regenerar a nação. A ‘elite intelectual’ psiquiátrica também assumiu um papel decisivo nesse projeto, se propondo a cuidar para que o Estado assumisse suas responsabilidades para com a sociedade, comprovando a necessidade de fazer com que a ‘massa medíocre’ fosse educada (deixando assim de ser medíocre) e para que seus instintos fossem sublimados a fins positivos para os ideais civilizatórios. Era preciso, neste ponto, respeitar a função social de homens e mulheres, pois a sexualidade determinaria também quais as melhores atitudes de sublimação de seus instintos.

¹¹ Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949) formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1926 com a tese de doutorado intitulada *Primitivo e loucura*, na qual inspirava-se nos estudos de Levy-Brühl, Freud e Jung. Ainda na Bahia, redigiu os seus *Estudos de psicanálise* em 1931, *Freud, Adler e Jung e Psiquiatria e psicanálise* em 1933. Em 1934 fixa-se no Rio de Janeiro e passa a dirigir a Seção Técnica de Ortofrenia e Higiene Mental do Departamento de Educação e Cultura do Distrito Federal. No mesmo ano, escreve *Educação e psicanálise*, com base principalmente em Adler. Por essa época, escreve também *Os furtos escolares* (1939) e *A criança problema* (1939).

Referências bibliográficas

- Adiala, Julio Cesar. *Drogas, medicina e civilização na primeira república*. Tese – COC/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.
- Alonso, Angela. *Idéias em movimento: a Geração de 1870 na crise do Brasil*. Império. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- Ayrosa, Carneiro. O alcoolismo – suas raízes psicológicas segundo a psicanálise. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano VII, nº 1, janeiro-março de 1934, p. 17-26.
- Benchimol, Jaime. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura (Biblioteca Carioca), 1990.
- Botelho, André. *O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual*. Bauru: EDUSC, 2005.
- Dagfal, Alejandro. Para una “estética de la recepción” de las ideas psicológicas. In: *Frenia*, volume IV, nº 2, 2004.
- Facchinetti, Cristiana. *Deglutindo Freud: história da digestão do discurso psicanalítico no Brasil 1920-1940*. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- Figueirôa, Silvia Fernanda de Mendonça. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII a transição ao século XX). In: *Asclepio*, Madri, volume 50, número 2, p. 95-111, 1998.
- Gumbrecht, Hans Ulrich. Sobre os interesses cognitivos, terminologia básica e métodos de uma ciência da literatura fundada na teoria da ação. In: Lima, Luiz Costa. *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2001.
- Hochman, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec/Anpocs, 1998.
- Jabur, Fabio. Antonio Austregésilo. In: Campos, Regina Helena (ed). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago; 2001.
- Mannheim, Karl. El problema de las generaciones [1928]. Trad. Ignacio Sánchez a. In: *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (REIS)*, n.62, p. 193-242, 1993.
- Moraes, Deodato de. *Psicanálise e Educação*. Rio de Janeiro, Mendonça, Machado e Cia, 1927. 144 p.
- Ponte, Carlos Fidelis da. *Médicos, psicanalistas e loucos: uma contribuição à história da psicanálise no Brasil*. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Escola Nacional de Saúde Pública / Fundação Oswaldo Cruz. Outubro de 1999.
- Porto-Carrero. Conceito e história da psicanálise [1928]. In: Porto-Carrero, Julio. *Ensaio de Psicanálise*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Flores & Mano, 1934.
- _____. Profilaxia dos males da emoção [1928a]. In: *Grandeza e Misérias do Sexo*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1934.
- _____. *Psicanálise de uma Civilização*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1933. 241 p.
- Ramos, Arthur. A educação física elementar. In: *Arquivos Brasileiros de Higiene Mental*, ano VII, nº 1-2-3, janeiro-setembro, 1935, p. 3-12.
- Roxo, Henrique. Nervosismo. In: *Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal*. 1916, 1, 73-106.
- _____. Psicanálise. In: *Psicanálise e outros estudos*. Rio de Janeiro, Conxson, 1933.
- Russo, Jane. A psicanálise enquanto processo civilizador: um projeto para a nação brasileira. In: *Cadernos IPUB*, Rio de Janeiro, volume 6, nº 18, 2000.

- _____. Julio Porto Carrero: a psicanálise enquanto processo civilizador. In: Russo, Jane; Duarte, Luiz Fernando Dias; Venancio, Ana Teresa (org.). *Psicologização no Brasil: atores e autores*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.
- Silva, Gastão Pereira da. *Crime e psico-analise*. Rio de Janeiro, Marisa Editora, 1933. 182 p.
- Venancio, Ana Teresa. Classificando diferenças: as categorias demência precoce e esquizofrenia por psiquiatras brasileiros na década de 1920. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, 2010.
- Weller, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In: *Revista Sociedade e Estado* – v. 25, n. 2, 2010.

A História Oral e a História da Educação: diálogos possíveis

Elaine Lourenço¹



A imagem acima faz parte do acervo fotográfico da escola Caetano de Campos, tradicional estabelecimento de ensino da cidade de São Paulo, fundado no início da República como um de seus “Palácios da Educação”. Atualmente, o documento visual faz parte do acervo do Centro de Referência em Educação Mario Covas, instituição dedicada à memória da escola pública paulista.

A cena é bastante conhecida no ambiente escolar: alunos perfilados no pátio para alguma cerimônia, geralmente de caráter cívico. Os alunos estão “vestidos de índio”, ou, talvez fosse melhor dizer, “fantasiados de índios”, uma vez que o traje é uma alegoria que expressa aquilo que o imaginário do homem branco estabeleceu como a indumentária dos

¹ Doutora em História Social (USP) e docente na Universidade Nove de Julho (Uninove), em São Paulo.

nativos – estes mesmos também tomados sem qualquer indistinção entre si. No acervo não há datas nas fotos, mas a partir de outras, pertencentes ao mesmo conjunto, pode-se inferir que elas são das décadas de 1960/1970. Os indícios que permitem esta identificação são justamente os revelados nos trajes das professoras, no penteado que usam, na figura emblemática que aparece na sequência de imagens: um militar junto ao que se imagina serem as autoridades escolares. Desta forma, se, no conjunto, algumas vestimentas sugerem a datação, na presente foto, aquela dos alunos apresenta algo que poderia ser descrito como atemporal, ou, ainda, como uma lembrança que está presente desde que a escola moderna foi criada e passou a difundir ideais cívicos.

Ainda assim, ao se olhar a imagem e datá-la de fins dos anos 1960/70, é quase que automaticamente acionada a referência à época do regime militar, e, no caso da escola, à disciplina de Educação Moral e Cívica. A memória construída em torno desta disciplina atribui a ela a exaltação dos heróis, as festas cívicas, os famosos “cadernos de datas cívicas”, cuidadosamente elaborados por alunos e professores. Esta é uma faceta do cotidiano escolar, mas não é a única. É possível comprovar que nem todos os professores atuaram desta mesma forma, é possível verificar que as práticas docentes nem sempre respeitam o que está estabelecido nos códigos e regulamentos.

Este trabalho pretende discutir esse momento particular da educação no Brasil, a época da ditadura civil-militar (1964-1985), a partir da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica, contrastando o que foi previsto pelos legisladores com o que foi efetivamente realizado em diferentes escolas da rede pública estadual paulista. Tais práticas serão discutidas a partir dos relatos de professores que nela atuaram, por meio da utilização da História Oral. O que se quer mostrar é a possibilidade que esta oferece de adentrar o cotidiano escolar e lá perceber as diferentes nuances que não estão disponíveis em outras fontes de estudo.

A disciplina de Educação Moral e Cívica

Os governos militares instituídos a partir de 1964 preocupavam-se com a difusão de valores para a sociedade civil, vista como despreparada para o convívio social. Para tal, investiram nas agências oficiais de propaganda, que criaram campanhas voltadas para os

valores morais a serem alardeados.² Outra forma de intervenção, mais direta, se deu por meio da criação da disciplina de Educação Moral e Cívica. Não que fosse a primeira vez que o tema chegava aos currículos; ao contrário, em outros momentos já se estudara esse assunto, inclusive na forma de disciplina escolar: em 1925, a reforma Rocha Vaz instituiu, nos cursos secundários, a “Instrução Moral e Cívica”; posteriormente, a matéria foi substituída por Ensino Religioso, em 1931, e na Reforma Capanema, em 1942, o conteúdo deveria ser estimulado nas aulas de Canto Orfeônico. Em fins dos anos 1960, depois de enfrentar resistências junto ao Conselho Federal de Educação, pouco a pouco – graças à substituição de alguns membros e ao afastamento de outros – construiu-se uma maioria que permitiu a criação da “nova” disciplina, consolidada por meio do Decreto-Lei 869, de 1969. Todo o arcabouço montado a partir de então mostra o investimento dos militares no novo componente curricular, a ponto de Juliana Filgueiras denominá-la como “a disciplina da ‘Revolução’”:

A Educação Moral e Cívica foi implantada em 1969, no auge do Regime Militar, com uma grande estrutura preparada. Todos os detalhes foram pensados: programa curricular para todas as séries, cursos de formação de professores e produção de livros didáticos. Ela foi a grande disciplina da “Revolução”. Entretanto, se pararmos para observar mais detalhadamente sua construção salta-nos aos olhos os inúmeros conflitos que envolveram sua implantação e o seu percurso até 1993 (FILGUEIRAS, 2006: 66-67).

Os professores formados nas licenciaturas curtas em Estudos Sociais seriam os responsáveis por essas aulas. Como tais cursos só se iniciam nos anos 1970, docentes de diversas áreas ministraram a disciplina até que os novos pudessem assumi-las, o que gerará um dos conflitos acima mencionados. O decreto de criação permitia que, em caráter emergencial, qualquer professor assumisse as turmas; assim, nas escolas do período, encontraremos formados em História e em Geografia ministrando a disciplina junto aos licenciados em Estudos Sociais – e, como se verá a seguir, nem sempre atentos aos objetivos dos legisladores.

² A este respeito é possível destacar os trabalhos de Carlos Fico, sobretudo a obra *Reinventado o otimismo – Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil* (1997).

O decreto-lei 869, de 1969, regulamenta, como dito, a reintrodução de Educação Moral e Cívica. Há que se assinalar que o texto da lei menciona os poderes atribuídos aos “ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar” pelos atos institucionais, inclusive o famoso Ato Institucional nº 5, situando o contexto de um período ditatorial. Os dois primeiros artigos trazem os objetivos da implantação da nova área:

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (BRASIL, 1969)

A leitura do texto permite compreender que a intenção é reforçar valores nacionais e, sobretudo, patrióticos. O item d do artigo 2º, aqui destacado em negrito, ressalta a finalidade de culto aos heróis e às tradições, característica muito presente inclusive nos conteúdos de História. De qualquer forma, as lembranças mais recorrentes sobre a disciplina se referem a esses conteúdos. Importa, portanto, perceber como se deram as práticas escolares.

A história oral e suas possibilidades

Escrevendo sobre a história oral para uma coletânea que discute as diferentes fontes para o trabalho do historiador, a pesquisadora Verena Alberti deu o título de “Histórias dentro da História” a seu texto. A meu ver, a expressão é muito feliz porque permite pensar na potencialidade da história oral para a pesquisa na área, que permite uma aproximação maior ao cotidiano e a suas facetas. No mesmo sentido, Paul Thompson ressalta tais aspectos e vai além, discutindo o valor e a originalidade dessas fontes, “criadas” pelo pesquisador. Segundo ele:

Assim, escrever um livro que utiliza evidência oral, quer sozinha, quer junto com outras fontes, não requer, em princípio, muitas habilidades especiais além das necessárias para qualquer texto histórico. A evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes. Isso não é mais difícil, nem mais fácil. De certo modo, porém, constitui um tipo diferente de experiência. À medida que se escreve, tem-se consciência das pessoas com quem se conversou; hesita-se em atribuir a suas palavras significados que eles recusariam. Humana e socialmente, essa é uma cautela conveniente, e, na verdade, os antropólogos têm demonstrado que é igualmente fundamental para a compreensão científica. Ao escrever, também se deseja intensamente partilhar com os outros os *insights* e a vividez das histórias de vida que se apoderaram de sua própria imaginação. Além disso, trata-se de um material que não apenas se descobriu, mas que, em certo sentido, ajudou-se a criar: é pois, completamente diferente de qualquer outro documento. Essa a razão por que um historiador oral sempre perceberá existir uma tensão peculiarmente intensa entre a biografia e a análise cruzada. Mas essa é uma tensão que se alicerça na força da história oral. A elegância da generalização histórica, ou da teoria sociológica, flutua muito acima da experiência da vida comum que está na raiz da história oral. A

tensão percebida pelo historiador é a tensão básica: entre história e vida real (THOMPSON, 2002:305).

Estas são as premissas sobre as quais se pensa a história oral: ela permite uma maior aproximação com as fontes e é uma metodologia original de pesquisa. Há que se considerar, ainda, outra referência importante para a área, que são os trabalhos de Alessandro Portelli. Para este autor, parte-se do pressuposto que a entrevista é um momento de diálogo importante, em que entrevistado e entrevistador interagem, em que ambos se tornam partícipes do processo de lembrança do passado de um, motivado pelas questões apresentadas pelo outro. As lembranças são direcionadas, recolocadas, reconstruídas, e a interpretação deverá levar em consideração este aspecto, buscar as intencionalidades, o que foi dito, o que foi silenciado, o que é contraditório, enfim, as tensões das memórias do passado.

As pesquisas em História da Educação, desta forma, podem ganhar em profundidade ao incorporarem as entrevistas orais ao seu repertório. O procedimento permitirá um confronto com uma documentação não escrita, não oficial, mas que pode revelar aspectos do dia a dia das instituições escolares que vão além dos registros nos “diários de classe” ou nos “cadernos dos alunos”. Essa metodologia também pode dar voz a quem tem pouco poder de enunciação nos discursos oficiais: o professor. É preciso considerar que as escolas possuem um público flutuante, representado pelos alunos, que “passam” pelas séries e turmas, e um público mais estável, o corpo docente, que vivencia seu ambiente, sua cultura, ao longo da carreira profissional. Sem dúvida, trazer à tona os processos vivenciados pelos docentes pode acrescentar muito aos saberes sobre o passado das escolas.

Os docentes e suas práticas

As reformas implementadas pelos regimes militares para o ensino na escola básica, legitimados pela lei 5692/71, bem como as políticas públicas implementadas a partir de então, trouxeram para o centro do debate pedagógico o tecnicismo e a racionalização das atividades, aproximando a administração escolar do modelo empresarial. Este modelo permite ressignificar a fala de Certeau e refletir sobre as táticas empregadas pelos docentes para escapar das determinações oficiais. Segundo este autor:

[...] esta estrutura clivada, observável em muitas administrações ou empresas, obriga a repensar todas essas táticas até aqui tão negadas pela epistemologia da ciência.

O problema não diz respeito somente aos processos efetivos da produção. Coloca em causa, sob uma forma diferente, o *estatuto do indivíduo* nos sistemas técnicos, pois o investimento do sujeito diminui à medida de sua expansão tecnocrática. Cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles, “dar golpes”, encontrar na megalópole eletrotécnicizada e informatizada a “arte” dos caçadores ou rurícolas antigos. A atomização do tecido social dá hoje uma pertinência *política* à questão do sujeito (CERTEAU, 2012:50-51).

É a partir desse sentido de “escapar” que podem ser lidos os depoimentos a seguir. Todos eles fazem parte de entrevistas mais longas sobre suas carreiras como docentes de História da escola pública estadual paulista, selecionando-se aqui as passagens em que relatam sua experiência com Educação Moral e Cívica.

O primeiro docente, Severiano,³ ressalta um aspecto importante do controle exercido sobre os professores responsáveis pela disciplina e pelos trabalhos nos Centros Cívicos:

Nós tínhamos todo um calendário voltado ao culto da pátria. Eu fui orientador de Moral e Cívica porque minha ficha estava limpinha, ao contrário de outros amigos meus, que não tinham ficha limpa, então eles não podiam ser nomeados. Você tinha que pegar um papelzinho azul do DOPS para ser orientador de Moral e Cívica. Era bom porque você ficava fora da sala de aula, dava pra fazer um montão de coisas, inclusive para ler o que você devia ter lido. Você podia ter acesso, as bibliotecas das escolas estavam intactas, ninguém foi às bibliotecas tirar os livros que não deviam.

Há o controle da ficha do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, mas há a possibilidade de “fugir” para as bibliotecas escolares...

³ A fim de guardar o seu anonimato, os docentes são nomeados apenas pelo primeiro nome.

O depoimento de Severiano tem como contraponto outra fala, da professora Arlete, que foi presa pelo regime em função de sua atividade de resistência e participação em grupos clandestinos. Ao comentar sobre as disciplinas que lecionou, ela diz:

[...] trabalhei com História, mas, eu trabalhei também com Educação Moral e Cívica, OSPB, e no ano em que eu fui presa eu era presidente do Centro Cívico, por ironia do destino (risos). É muito engraçado isso: presidente do Centro Cívico! (...) E tinha que assinar pra ser professora de Educação Moral e Cívica, tinha uma ordem que vinha direto do DOPS, você era cadastrada e tal. É evidente que, depois que eu fui presa e voltei, nunca mais eu ministrei essas aulas, né?(risos).

A comparação dos depoimentos mostra que o controle feito pelo DOPS só parecia se efetivar para quem já tivera alguma passagem pelos órgãos de repressão. Como não havia um filtro ideológico anterior, mesmo pessoas que não apoiavam o regime podiam chegar a essas aulas de moral e civismo. A própria Arlete, ao comentar seu trabalho, conta as inúmeras atividades realizadas com os alunos no âmbito da disciplina:

E tinha muita gente boa dando aula, muito, porque, como tinha um grande número de estudantes dando aula, porque havia essa necessidade, era uma evolução, né? Tinha um pessoal lá, claro, tinha um pessoal já dando aula há mais tempo, um pessoal mais reacionário, tinha embate, mas não era tão complicado, acho que a gente conseguia. Educação Moral e Cívica, a gente fazia miséria. Até fato de jornal a gente trazia para dentro da sala de aula, pegando a experiência que a gente teve na universidade. E, às vezes, a gente carregava os alunos para essas experiências na universidade, porque a gente era muito jovem e nossos alunos, principalmente do curso noturno, um pouco mais novos que a gente, só. Então, era muito doido, a gente fazia grupo de teatro, ensaiava no porão da casa da gente e eram umas coisas bastante improvisadas, né? O que era permitido fazer. Mas, foi um período assim, apesar de difícil, muito rico, muito criativo, acho que... Você tinha que exercitar sua criatividade para poder burlar essas barreiras todas. Foi uma experiência, assim, muito interessante.

Arlete ressalta como as regras acabaram por impelir muitos jovens professores a burlá-las, a encontrar novos caminhos. Já o trabalho com notícias de jornais também estava presente na jornada do professor Severiano, como forma de resistência à censura:

Nós começamos a ler jornal e fazer jornal mural. Quando eu percebia que o jornal mural estava sendo uma coisa que ninguém lia, que o importante era fazer o jornal mural, eu comecei a fazer o jornal mural com o pessoal em papel manilha, assim cada grupo fazia um, a gente enchia de jornal mural a escola toda. E a gente procurava colocar a situação do cotidiano que estava acontecendo, a situação política e tudo mais, né? Quer dizer, nunca foi fugir à situação, mas não era uma época em que você não fazia provocação. Você avançava, você ia tentando sempre avançar mais. Que é o contrário da geração que vem antes. Acho que o que marca a minha geração é isso, é uma certa contenção, mas nós não recuamos em nenhum momento. Participamos, quer dizer eu, e acho que todo mundo, participou de todas as coisas. A missa, o culto do Herzog foi com polícia em volta tocando a sirene sem parar. Mas, como não era conveniente ir pra rua fazer passeata, nós não fomos pra rua fazer passeata. [...] Essa é a época do Dops, do Erasmo Dias na PUC, ameaçando de revólver os estudantes. Então, a minha geração, ela foi bastante contida, mas não deixou de provocar o que era preciso e quando era preciso provocar. Nós partimos dessa perspectiva, nós tínhamos toda uma estrutura montada de culto à Pátria, que era um calendário extremamente rígido de atividades, a existência de um coordenador de Moral e Cívica na escola, as pessoas não se comprometiam com isso, também elas não faziam desobediência.

É possível perceber na fala do docente tanto as “táticas” cotidianas para escapar da censura, por meio da confecção de jornais murais que forravam as paredes da escola, como também a consciência dos limites impostos à sua geração. Como ele caracteriza em outros momentos de sua entrevista, havia uma geração que rompera com tudo, que os antecederam, e havia sua geração que não “desobedecia”, embora não compactuasse com o regime.

Em outro sentido, há o depoimento do professor Guilherme, que também trabalhou com a disciplina e se orgulha do trabalho que fazia:

Eu fui orientador do Centro Cívico, então a gente fazia, por exemplo, eleição da diretoria do Centro Cívico com título de eleitor, igualzinho uma eleição. Para eles aprenderem, mas título mesmo, fotografia, tudo mimeografado, com cédula, com contagem de votos, com propaganda eleitoral, era muito legal. E eu fiz uma comemoração da Semana da Pátria... No *Irene Ribeiro* tem um campo de futebol enorme, então eu distribuí o colégio inteiro, o período da tarde inteirinho, os alunos pelo campo de futebol, em fileira por tamanho. Então era assim, durante a primeira e segunda aula... Bom, eu tive que arrumar um eucalipto pra fazer o mastro da bandeira. Tinha o Hino Nacional junto com o hasteamento da bandeira, depois tinha um discurso, um jogral uma poesia ou alguma coisa do tipo, a respeito da Independência, aí terminava a comemoração. Todo dia isso, uma semana inteira. Aí terminava, cada um ia pra sua sala assistir aula e pronto. Tem registrado lá em um livro, parabenizando pela organização e tal. Era muito legal, sabe?

Percebe-se na narrativa o ritual que ficou imortalizado nas lembranças escolares em torno das festas cívicas: os alunos perfilados no pátio, o Hino Nacional, o hasteamento da bandeira, algumas falas em torno do tema do evento e a volta às aulas depois do dever cumprido. Eram momentos tão marcantes para o docente que ele faz outro relato, em outro momento da entrevista, no qual ressalta seu zelo para que tudo acontecesse conforme as convenções:

Eu me lembro que, aqui, a responsável pelo centro cívico faltou no dia de uma comemoração. A diretora me chamou e falou: “Você não é do centro cívico do outro colégio?” Eu falei: “Sou”. “Então, você faz o favor de fazer a apresentação?” Eu falei: “Tudo bem, onde vai ser?” Ela falou: “Na quadra de esportes”. Falei: “Aí não faço bem, na quadra de esporte eu não faço. Tem que ser no pátio fechado, coberto”. Ela falou: “Posso saber por quê?” Eu falei: “Pode, os alunos vão cantar o Hino Nacional, então tem que ser em lugar fechado, porque lá vai sumir o som, só vai aparecer quem tiver no microfone. Então, eu quero lá embaixo, no pátio fechado”. Ela falou: “E se eu disser não?” Eu falei: “A senhora faz a festa, a senhora apresenta”. E é uma postura ímpar, né? Não é comum isso, mas eu estava fazendo um favor, escuta, não podia escolher o local onde ia ser a comemoração? Foi a comemoração, botei os alunos em fila, sabe? Falei: “Nós vamos cantar o Hino Nacional, quem sabe o Hino Nacional

levanta a mão”. Dois ou três. Então, tem que providenciar o disco com a gravação, vão cantar junto. Aluno da oitava série aqui no Tatuapé, foi a maior ordem. Quando terminou a comemoração, eu falei : “Olha, nós damos por encerrada a comemoração, vocês podem votar a seus afazeres normais”. Eles não saíram da fila, continuaram na fila, a diretora ficou olhando de um jeito! Quando eu me propunha a organizar alguma coisa, eu organizava mesmo, entendeu? Era um negócio em ordem, quase militar, porque tem que ser assim, se não, não tem respeito.

Os grifos ao final da frase pretendem realçar que o próprio docente identificava uma “disciplina militar” em seus eventos. Desta forma, para o professor Guilherme, as cerimônias não só deveriam ocorrer como deveriam seguir o padrão estabelecido para essas comemorações.

O que se pode perceber pelos relatos é que as cerimônias cívicas, a condução da disciplina de Educação Moral e Cívica, bem como as atividades dos Centros Cívicos, seguiram percursos múltiplos e variados. A História Oral não tem a pretensão quantitativa, não é possível afirmar, a partir destes relatos, quantos professores seguiram qualquer um dos modelos apresentados. Entretanto, as lembranças dos professores deixam claro que nem todos seguiram o que era proposto pelos regulamentos, mesmo em época de ditadura militar.

Desta forma, acredito que a História Oral tem um papel importante a cumprir nos estudos sobre a forma escolar. Esta metodologia pode nos permitir ver para além da cena retratada no início deste texto: se havia alunos vestidos de índio para uma festa escolar, também havia alunos fazendo o *Teatro do Oprimido*, empapelando a escola com jornais murais!

Referências bibliográficas

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 869, de 12 de setembro de 1969.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo*. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. *A Educação Moral e Cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 22, p. 9-36, junho 2001.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 13-49, 1997.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito, política, luta e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

A Historiografia do conceito de Cultura Escolar: artefatos escolares na Paraíba do XIX.

Thayná Cavalcanti Peixoto¹

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar a influência direta do movimento de renovação historiográfica, conhecido como História Nova, nos estudos de História da Educação Brasileira, mais especificamente na Paraíba. Sendo assim, tentaremos compreender como essas novas abordagens, perspectivas e problemas, orientaram o surgimento do conceito de Cultura Escolar no interior do campo da História da Educação.

Nossa pesquisa (PIBIC) intitulada: “*Circulação de livros, compêndios e artefatos escolares na Parahyba do Norte do Oitocentos*”, tem por objetivo compreender as práticas culturais adotadas no processo de vida escolar, na tentativa de apreender um pouco do cotidiano escolar da época, através da circulação de livros e compêndios escolares pelos espaços de venda e leitura na Paraíba Oitocentista. Para tanto, fundamentamos nosso estudo na discussão teórica sob os conceitos de cultura escolar e cultura material para analisar nosso corpus documental².

Sendo assim, concordamos com Margarida Felgueiras, quando a mesma afirma que:

falar de *cultura material* da escola é mudar o foco da atenção, é atrair o olhar para os conjuntos escolares (professores, alunos, **materiais disponíveis ou utilizados**, condições objectivas do parque escolar, dos apoios sócio educativos, normativos, perspectivas de educação e de ensino). Não é negligenciar o escrito - que foi produzido nas escolas -, mas **relacioná-lo com o que eram hábitos sociais de leitura e escrita, de produção de textos escritos, da acessibilidade de materiais e dos próprios locais de ensino**”. (Grifos nossos). (FELGUEIRAS, 2005:97)

¹ Aluna Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), bolsista de Iniciação Científica /CNPQ sob a orientação da Professora Dr. Cláudia Engler Cury (PPGH/PPGE/UFPB).

² Documentos oficiais levantados pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação no Nordeste Oitocentista (GHENO), desde o ano de 2004, em que foram selecionados, os assuntos referentes à instrução pública, paleografados e digitados, assim como, a análise do trabalho de seleção dos periódicos, que teve início em fins de 2009 junto ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP, que foram fotografados por bolsistas PIBIC, um grande número de anúncios, artigos e notícias diversas referentes à instrução na Parahyba do século XIX, sendo esses: *O Imparcial, O Publicador, A União Liberal, A Regeneração, Diário da Parahyba, Arauto Parahybano, O Despertador, A Opinião, Jornal da Parahyba, Gazeta da Parahyba e Imprensa*, totalizando 11 periódicos.

Podemos dizer sob inspiração das leituras que fizemos que, cultura material escolar “Significa compreender, num espectro ampliado, os mais diversos componentes materiais ligados ao mundo da educação” (BENCOSTTA, 2007:176), ou seja, abrange não só o conjunto de elementos constitutivos do universo escolar, como artefatos relacionados à escrita, leitura, limpeza, mobília, indumentárias, arquitetura dos edifícios, livros didáticos, periódicos educacionais e bibliotecas pedagógicas, etc. obviamente, relacionados ao seu tempo e espaço, bem como, a sua utilização através das relações sociais estabelecidas pelos diferentes sujeitos do ambiente escolar, assim como, também podemos entender como o contexto da época influenciava na inserção ou não desses elementos destinados ao uso escolar.

2. Compreendendo o percurso do conceito *Cultura Escolar*

Para compreender o que a historiografia da educação já escreveu acerca do conceito de cultura escolar é preciso nos reportarmos às décadas de 1960 e 1970, e perceber como a questão da construção do conhecimento histórico e da função do historiador foi tratada pela Escola dos *Annales*, também chamada de terceira geração dos *Annales*. Lembrando que novas abordagens foram sendo incorporados à construção do conhecimento histórico, assim como, novos problemas passaram a ser questionados pelos historiadores.

Na década de 1970, inicialmente, entre os marxistas ocorreu um debate centrado no tópico da cultura, em que as práticas culturais foram sendo interrogadas cada vez mais nos estudos da construção do conhecimento das relações socioeconômicas. A chamada terceira geração dos *Annales*, que deu início ao movimento conhecido como História Nova, elaborou, portanto, mudanças significativas na compreensão da disciplina e do papel do historiador, trazendo à tona a problematização de novas fontes, objetos e interpretações na construção do conhecimento histórico.

Sendo assim, por influências dessas discussões, o Marxismo e a Nova História Cultural contribuíram diretamente para o desenvolvimento do campo da História da Educação. O primeiro se propunha a entender a educação partindo de abordagens macroscópicas pautadas nas condições econômicas das sociedades, como por exemplo: a educação das elites dominantes e a das camadas populares. Já a Nova História Cultural teve como importância as suas novas

possibilidades de pesquisa, no qual se estenderam as fontes e os olhares dos historiadores, no sentido de investigarem temas pouco privilegiados no interior da própria História da Educação, trazendo à tona novos sujeitos que passaram de coadjuvantes à protagonistas.

Então, advindo desse cenário, o conceito de cultura escolar ganhou espaço na produção historiográfica da história da educação, já que, a partir do movimento de renovação historiográfica, com a problematização de novas possibilidades de pesquisa, fontes e sujeitos, que há muito não eram explorados na construção do conhecimento histórico. Dessa forma, podemos dizer que se abriu um espaço extremamente favorável para a utilização desse novo conceito, que tinha no cerne de sua discussão a compreensão do universo escolar através de outras lentes, construído não apenas a partir de fontes oficiais, como os Relatórios de Presidente de Província e dos Diretores de Instrução Pública, como também a partir de vestígios relacionados ao funcionamento escolar, enriquecendo a reconstrução do ambiente escolar.

A partir da década de 1980 surgem os primeiros trabalhos sobre cultura escolar, entretanto foi na década de 1990 que: “No que tange à historiografia educacional, há aproximadamente dez anos, a categoria cultura escolar vem subsidiando as análises históricas e assumindo visibilidade na estruturação propriamente dita de eventos do campo.”(FARIA FILHO, GONÇALVES, VIDAL, POLILO, 2004:142) Sendo assim, as novas descobertas do elementos mais intrínsecos às realidades escolares criou-se o termo “caixa-preta” da escola, onde todos os segredos começaram a ser retirados, e segundo Luciano Faria Filho:

A metáfora aeronáutica da “caixa-preta” adquiria valor de argumentação. Recusando estudos essencialmente externalistas, como a história das idéias pedagógicas, das instituições educativas e das populações escolares, que tomavam como fontes privilegiadas os textos legais, propunha uma história das disciplinas escolares, constituída a partir de uma ampliação das fontes tradicionais.(FARIA FILHO, GONÇALVES, VIDAL, POLILO, 2004:144)

A apropriação do conceito de cultura escolar, como pudemos perceber, vem aumentando cada vez mais no campo da História da Educação, mas para compreender essa apropriação é necessário perpassar pelas definições mais utilizadas pelos historiadores da área, e para este trabalho escolhi analisar apenas duas definições, a de: Dominique Julia e António e Vinão Frago. Por considerar que as mesmas tiveram maiores reverberação no campo da História da Educação no Brasil.

Em meados da década de 1990 Julia expôs o conceito de cultura escolar nas primeiras páginas de seu texto: *A cultura escolar como objeto histórico*, em que o mesmo considerou a cultura escolar como um:

conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001:10)

A partir da difusão desse texto, esse conceito ganhou espaço nos mais diversos trabalhos da história da educação, e levou à ampliação de problemáticas nas pesquisas do campo no Brasil. Além dessa definição, na mesma década, 1990, António Viñao Frago, define cultura escolar como: “[...] as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias. Na sua interpretação, englobava tudo o que acontecia no interior da escola” (FARIA FILHO, GONÇALVES, VIDAL, POLILO, 2004:147)

A escolha de apenas dois autores para as discussões a que nos propusemos não significa o desmerecimento de outras definições, entretanto, para os limites desse artigo optamos por trazer para essa comunicação, as definições que consideramos mais difundidas no campo e que utilizamos como fundamentação teórica para análise de nossas fontes.

Esses dois conceitos, como já foi dito anteriormente, fazem parte de todo um novo contexto nos estudos históricos, portanto, na história da educação, que auxiliaram na ampliação nas pesquisas do universo da educação brasileira. Os dois autores possuem opiniões semelhantes em relação ao conceito de cultura, que seria a consideração pelas práticas cotidianas ocorridas no interior das instituições e tudo àquilo que era discutido fora da mesma e de como os métodos, escolhas, materiais, etc., eram incorporados pelos diversos sujeitos presentes no ambiente escolar. Mas, existem distinções entre os mesmos autores, já que Julia afirmava a existência de apenas duas culturas escolares: referentes à instrução primária e instrução secundária. Frago afirma que a cultura escolar pode se modificar de acordo com a instituição estudada, ou seja, a existência de várias culturas escolares. (FARIA FILHO, GONÇALVES, VIDAL, POLILO, 2004:147)

Dentro dessa abertura no campo da história da educação, que têm como referência as culturas escolares, diversas áreas constitutivas do universo escolar, como: saberes, conhecimentos

e currículos; espaços, tempos e instituições escolares; e materialidade escolar e métodos de ensino, estão sendo rescontruídos pelos pesquisadores brasileiros. Sendo assim, nossa pesquisa, que tem como referencial teórico a cultura material escolar, que advém do conceito mais amplo, o de cultura escolar, centramos nossa pesquisa na materialidade escolar (livros, compêndios e artefatos destinados à instrução primária e secundária na Paraíba oitocentista), através dos espaços destinados à leitura e venda desses materiais.

3. Artefatos escolares na Parahyba Oitocentista

A partir do conceito de cultura material escolar, atrelado à compreensão da definição mais ampla, referente à cultura escolar, nossa pesquisa se ateve à circulação dos materiais ligados ao universo escolar, entendendo esses artefatos como livros, compêndios e os mais diversos materiais voltados ao cotidiano desse universo, como lápis, pena, papel, caderno, etc. Como resultado da análise da documentação oficial e dos periódicos, elaboramos a seguinte tabela em relação aos espaços destinados à venda desses materiais anteriormente citados:

Data	Periódico	Seção	Espaço de Venda	Materiais listados
1858	<i>A Imprensa</i>	Anúncios	<i>srs. Miranda & Vasconcellos</i>	“[...] <i>As minhas theses impressas para este concurso mallogrado distribuem-se na livraria academica dos Srs. Miranda & Vasconcellos.</i> ” ⁴ (Grifo Nosso)
1861	<i>A Regeneração</i>	Anúncios	<i>Botica Imperial</i>	[...] <i>tem para vender: OS SEGUINTEs LIVROS: Grammatica latina novo methodo por o Padre Antonio Pereira; historia do Imperador Carlos Magno ou dos doze pares de D. França 1v; [...] seleta franceza 1v; cornelio em latim; virgilio em latim; Manual enciclopedico obra muito util para os meninos das primeiras letras; [...] Sullivan, elegante extracto inglez 2v; Arithmetica de Bezout 1 v.</i>
1879	<i>A União Liberal</i>	Anúncios	<i>Livraria Economica</i>	<i>LIVROS em portuguez, francez e inglez. Literatura, Viagens, Romances e Poezias. [...]</i> <i>Tudo quanto diz respeito á EDUCAÇÃO</i>

³ As palavras em itálico estão transcritas tais como encontradas nos jornais e a reproduzimos com o intuito de preservar a escrita da época.

⁴ As informações em negrito foram as mais relevantes que conseguimos localizar sobre estes espaços de venda.

				PRIMARIA E SECUNDARIA.
1884	<i>Diário da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Bazar Parahybano</i>	Livros de direito, romances e livros de Educação: <i>ABILIO=2ª e 3ª leitura;</i> <i>COUTINHO- collectaneas 1 vol.;</i> <i>ROQUETTE E FONSECA- Diccionario francez 2vol. VALDEZ- Diccionario inglez idem. [...]</i>
1885	<i>Diário da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Typographia</i> ⁵	<i>Nesta typographia se dirá que vende 1 compendio de historia de <<Daniel>> e 1 de Philosophia do << Dr. José Soriano>> e mais alguns, todos de acordo com o novo programa e em bom estado.</i>
1886	<i>Jornal da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Loja do Pelicano</i>	<i>Grammatica Latina organizada pelo Sr.Dr.Joaquim Pereira da Silva Guimarães, professor de latim do Gynasium Pernambucano[...]</i>
1889	<i>Gazeta da Parahyba</i>	Anúncios	<i>Livraria Arantes</i>	Instrução Primaria: todos os compendios adoptados nas aulas publicas; Anúncio de outro livros, como: <i>EÇA DE QUEIROZ, Os Maias; MARIA AMALIA, Contos e phantasias e Mulheres e crianças;</i> Assim como também: <i>Historia da civilização Iberica Dita⁶ de Portugal Dita da Ppublica Romana Potugal Contemporaneo Regimen das riquezas Tabuas de chronologia Helenismo Politica</i> AFFREIXO, Pedagogia <i>LEGOUVÉ, Historia moral das mulheres EDMUNDO DE AMICIS, Coração CARCIATO, Grammatica italiana REGISTRO CIVIL, dos nascimentos, casamentos e obitos ALVARES D'AZEVEDO, Noite na taverna</i>

Fonte: Quadro elaborado pela autora, mediante dados coletados nos periódicos.

Como foi possível perceber, desde o periódico mais antigo catalogado, do ano 1858, podemos encontrar referências à espaços destinados à venda de livros. Ao mesmo tempo que nos alegra o fato de termos nos deparado com uma “livraria academica”, essa situação também nos

⁵ A única referência feita ao local é a de que lá se encontravam os respectivos materiais “nesta typographia” (*Diário da Parahyba*,1884), ou seja, não conseguimos identificar o nome do espaço de venda.

⁶ “dita” significava: já dita, citada acima.

intriga, pois “livraria” na época poderia significar conjunto de livros(FERRONATO,2012)como também um local de venda de livros, como encontramos em anúncios posteriores. Sendo assim, esse local poderia ser tanto destinado à venda de monografias, como o autor da matéria escreve, ou poderia, também, ser apenas um local de acervo para trabalhos acadêmicos, até porque o autor menciona a palavra “distribuem-se”, nos fazendo pensar que esse local não era exclusivamente de venda.

Na Livraria Arantes e no Bazar Parahybano, foi onde conseguimos encontrar a maior quantidade de livros à venda dentre os anúncios pesquisados. Mas, foi em outras livrarias catalogadas que encontramos menções à livros referentes à instução primária e secundária, nos auxiliando a compreender cada vez mais sobre a circulação desses materiais. Apesar de não citarem os livros utilizados nas aulas, podemos concluir que esse material estavam “[...]*todos de acordo com o novo programa e em bom estado.*”(Diário da Parahyba, 1885), ou seja, estavam seguindo as listas de livros recomendadas pelas instituições escolares do período de acordo com a legislação vigente.

Além de menções à livros destinados ao ensino tanto primário quanto secundário, encontramos uma relação de livros destinados à área de Educação, pela lista do Bazar Parahybano referente à 1884, que compreendem livros das diversas áreas: línguas estrangeiras, gramática, geografia, entre outras, nos levando a deduzir, então, que a utilização do termo ‘educação’, estava relacionado à ‘instrução’, já que os livros dessa seção eram de matérias ensinadas no período. Além disso, também, encontramos menção à venda de um livro muito interessante: Afreixo, Pedagogia, à venda na Livraria Arantes em 1889.

Percebe-se que nas falas dos relatórios oficiais, referentes à primeira metade do século XIX, analisados por Cristiano Ferronato (2012), haviam relatos de ausência de espaços destinados à venda de livros na capital da província, mas, ao longo de nossa pesquisa, percebemos que esse cenário vai se modificando a partir do final dos anos 1850, com uma maior oferta de livrarias na capital. Foi então através dessa oferta, anunciada pelos periódicos da época, que foi possível a elaboração do quadro 1 mostrado acima.

4. Considerações Finais

A partir dessa discussão teórica prévia sobre a importância do conceito de cultura escolar tivemos a pretensão de mostrar os primeiros resultados de uma pesquisa que apenas se inicia e que tem anseios de diminuir, cada vez mais, as lacunas em relação às pesquisas sobre a história da educação na Paraíba oitocentista.

5. Referências:

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História. Volume 5: A Escola dos Annales e a Nova História. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.**

BENCOSTTA, Marcus Levy. **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos.** São Paulo: Cortez, 2007.

CASTRO, César Augusto. Os usos e as tipologias dos materiais escolares no Maranhão Oitocentista. In: **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste.** CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler; LOPES, Antônio de P. C; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; (orgs). São Luís: EDUFMA:UFPB:Café&Lápis, 2011.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura Escolar: da Migração do Conceito à sua objectivação Histórica. In: **Cultura Escolar, Migrações e Cidadania.** Porto, Portugal: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

_____. **Materialidade da cultura escolar.** A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. Pro-Posições. v. 16. n. 1(46) - jan./abr.2005. Disponível em: <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/46-dossie-felgueirasml.pdf>. Acesso em 07 de jul. de 2013.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884).** (Tese de Doutorado). João Pessoa: PPGE-UFPB,2012.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **A Biblioteca do Lyceu Provincial e seus compêndios: as primeiras configurações da formação de uma Biblioteca Pública na Província da Parahyba do Norte.** Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/3.37.pdf.

Acesso em: 08 de mar. de 2013.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**. nº1 jan./jun. 2001. Pags. 9-43.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, Disciplina e Civilização**: Uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889). 2012,149f. (Dissertação em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In: **História Nova**. LE GOFF, Jacques. CHARTIER, Roger. REVEL, Jacques. (orgs.) tradução Eduardo Brandão. 5ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Tradução de Maria Helena Arinto. Rosa Esteves. © Retz – C. E. P. L. Paris, 1978.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. As novas abordagens no campo da História da Educação.

In: **História da Educação no Brasil**: matrizes interpretativas, abordagens e fontes predominantes na primeira década do século XXI. XAVIER, Libânia. TAMBARA, Elomar.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. (orgs.) Vol. 5. Vitória: EDUFES, 2011.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília, DF: MEC/INEP, 2004. CD-ROM (Coleção Documentos da Educação Brasileira)

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura Material Escolar no século XIX em Minas Gerais. Disponível em: < www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cyntia.pdf >. Acesso em: 15 dez. 2012.

A importância da obra de Aby M. Warburg para a história da arte e cultura

Serzenando Alves Vieira Neto*

Esta comunicação é parte de um estudo analítico que contempla a obra do historiador Aby Warburg. O objetivo deste estudo tem sido analisar o legado deixado por este intelectual, que a despeito de sua importância para as ciências humanas é pouquíssimo debatido no Brasil. Soma-se como motivo para delimitação da abordagem realizada nesta comunicação a recente tradução brasileira de boa parte de seus escritos (WARBURG, 2013). É esboçado o contexto acadêmico que cria um momento extremamente propício para a recepção desta obra. Com isso espera-se tanto chamar atenção para a obra de Warburg quanto contribuir com o debate sobre esta.

Os *Gesammelte Schriften* (WARBURG, 1932) de Aby Warburg, ou seus escritos reunidos, acabam de chegar ao Brasil juntamente com duas outras obras analíticas, ambas de autores franceses: *Aby Warburg e a imagem em movimento* (MICHAUD, 2013) e *A imagem sobrevivente* (DIDI-HUBERMAN, 2013). Estas recentes publicações mostram a atual importância do pensamento de Warburg em um momento singular de sua recepção no contexto brasileiro. Mesmo que com muito atraso em relação a outros países, os escritos deste importante historiador chegam finalmente ao Brasil.

A chegada desta obra ao Brasil reflete um contexto muito mais amplo. Houve, de fato, nos últimos anos um desenvolvimento gradual do interesse pela obra de Warburg, tendo como momento chave a década de 70, que se configura como uma década na qual há considerável expansão do interesse do público acadêmico em geral por seu pensamento e obra.

José Emílio Burucúa em um livro relativamente recente assinala a existência na atualidade de uma paixão pela obra de Warburg. Sim, paixão, já que existe algo muito maior do que simples interesse. Como motivo para esta paixão Burucúa assinala três fatores que decorrem do pensamento de Warburg: primeiro a ideia de Renascimento como tempo de inauguração da modernidade, segundo o uso da etnologia com o propósito de compreensão das práticas mágicas do presente e, terceiro o método peculiar de história da cultura (BURÚCUA, 2007: 13). A percepção deste autor é esclarecedora e, mais ainda, representa um

* Graduando em História pela Universidade Federal em Juiz de Fora. Entre 2010 e 2011 participou do projeto de iniciação científica “A pintura segundo os gêneros: Jacob Burckhardt entre a arte e a civilização do Renascimento na Itália” coordenado pelo professor Cássio da Silva Fernandes e pela professora Maraliz de Castro Vieira Christo. Entre 2012 e 2013 foi aluno intercambista na Universität Passau com financiamento da Wilhelm von Finck Stiftung.

plano de fundo onde a discussão sobre a obra e pensamento de Warburg se consolida de tal forma que atinge um vasto público, não apenas aqueles ligados mais diretamente a Warburg ou ao seu objeto de estudo.

Algumas considerações biográficas sobre Aby Warburg. Warburg foi um historiador da arte e da cultura nascido em 1866 na cidade de Hamburgo. De uma família de judeus ortodoxos, aos trezes anos rejeitou a sua posição de primogênito, e, conseqüentemente seu direito a herdar a liderança do banco familiar, M. M. Warburg & Co., para dedicar-se exclusivamente aos estudos. Estudou história da arte em Bonn, Munique, Florença e Estrasburgo. Nestes anos era influenciado por pensadores como Burckhardt, Nietzsche, Hermann Usener e Karl Lamprecht. Durante toda sua vida permaneceu na posição de historiador independente, sendo financiado pela fortuna de sua família. Os temas de suas pesquisas iam do Renascimento italiano à astrologia e divindades astrais. Em 1918 Warburg sucumbe mentalmente às barbáries da Grande Guerra e precisa ser internado, recuperando-se apenas em 1924. A partir daí Warburg dedica-se aos seus trabalhos ininterruptamente até sua súbita morte em 1929.

Na década de 1920 verifica-se a consolidação do nome de Aby Warburg enquanto um grande intelectual alemão. Neste contexto boa parte dos seus escritos já havia sido publicada, sendo sua exímia erudição inquestionavelmente reconhecida pelo público especializado. A biblioteca, que ele havia fundado com o financiamento de sua família, se configurava como um ambiente de rico debate intelectual. Nesta época já havia trabalhado ali Carl Heise, Wilhelm Waetzoldt e Fritz Saxl.

Diversos intelectuais, já consagrados no cenário acadêmico alemão, frequentavam a biblioteca de Warburg, realizando suas pesquisas em conexão muito íntima com esta instituição e as ideias que esta representava para as ciências humanas. Surgem, neste momento, pesquisas muito originais, que são publicadas em livros ou no periódico organizado pela biblioteca: os *Vorträge der Bibliothek Warburg*.

Entre os intelectuais que faziam parte deste grupo, Ernst Cassirer é um nome de destaque. Entender a obra deste filósofo, que já era em 1920 o mais proeminente pensador da recém-fundada Universidade de Hamburgo, passa necessariamente pelo contato que este estabeleceu tanto com a Biblioteca Warburg quanto com o seu fundador. Um bom exemplo disso pode ser encontrado em seu livro sobre a filosofia do Renascimento. Com o título *Indivíduo e Cosmo na filosofia do Renascimento*, este livro é fruto direto do contato de

Cassirer com a ambiência da Biblioteca Warburg. Suas palavras na introdução da obra revelam a importância desta relação. Palavras de Cassirer:

Este trabalho não teria sido possível não tivesse eu podido desfrutar do constante estímulo e incentivo daquela comunidade de estudiosos, que tem em sua Biblioteca o seu centro intelectual. Por esta razão, hoje já não posso falar somente em meu nome, mas em nome de toda a comunidade de estudiosos; em nome de todos os que, há muito, têm no senhor o seu líder na pesquisa da história da evolução das ideias. Num trabalho silencioso e perseverante, a Biblioteca de Warburg há três décadas tem procurado colocar à disposição de estudiosos o material necessário à pesquisa da história da evolução das ideias e da ciência da cultura. Ao mesmo tempo, porém, ela fez mais do que isso: com afincamento raramente visto, ela nos colocou diante das máximas que devem nortear essa pesquisa. Em sua constituição e em sua estrutura intelectual, a Biblioteca Warburg incorporou o pensamento da unidade e da união metodológica de todas as áreas e de todas as tendências da história da evolução das ideias. Hoje, quando a Biblioteca entra numa nova fase de seu desenvolvimento, quando – com a fundação de sua nova sede – ela amplia o seu espectro de atuação, possamos nós, seus colaboradores, expressar publicamente o quanto ela significa para nós e o quanto nós lhe somos gratos (CASSIRER, 2001: 1-2).

Esta era, de fato, uma comunidade de estudiosos que trabalham sob a perspectiva interdisciplinar que permeia toda a organização e estrutura da Biblioteca Warburg. Esta comunidade foi responsável por trazer várias contribuições para o estudo da *Ciência da Cultura* como costumavam denominar, no original *Kulturwissenschaft*. Dentro desta ambiência intelectual encontram-se nomes como: Erwin Panofsky, Eduard Zeller, Gustav Pauli, Adolph Goldschmidt, Hellmut Ritter, Eduard Norden.

Após a morte de Warburg, Gertrud Bing, uma fiel colaboradora durante seus últimos anos de vida, foi a responsável por organizar e publicar em 1932 a primeira coletânea de escritos de Warburg, os *Gesammelte Schriften*. O sistema de organização da edição alemã de Bing é a mesma que é mantida na tradução brasileira. Os artigos de Warburg são apresentados em seções temáticas. Para época a publicação representou a reedição de artigos já conhecidos, mas também estudos que nunca haviam sido publicados pelo seu autor em vida.

A ascensão do Nazismo na Alemanha impulsiona a imigração da Biblioteca. A decisão de seu diretor, agora Fritz Saxl, é muito sábia. Ele leva a Biblioteca para a Grã-Bretanha em

1933 onde, finalmente, em 1944 ela é incorporada de maneira definitiva à universidade de Londres, fundando a partir de então o famoso Instituto Warburg.

O Instituto Warburg é de fato um importante legado de seu fundador para as ciências humanas. O Instituto representa no século XX uma das mais importantes instituições de estudo de história da arte e de história da cultura, sobretudo, para os temas ligados ao Renascimento. Só a menção dos nomes que passaram pelo instituto, revela a sua atuação de destaque nas ciências humanas. Entre tantos que poderiam ser citados: Ernst Hans Gombrich, Délio Cantimori, Wittkower, Edgar Wind, Carlo Ginzburg.

A já citada reviravolta nos estudos sobre Warburg a partir da década de 1970 foi impulsionada, sobretudo, pela publicação de sua biografia intelectual escrita por Gombrich. O já famoso historiador da arte Ernst Hans Gombrich publicou uma análise cronológica da vida do historiador de Hamburgo inserindo seu pensamento com muita propriedade na história intelectual do período. Não tardaria assim para que surgissem novos estudos fazendo com que a reflexão sobre o pensamento Warburg chegasse, a partir daí, com bastante fôlego nos países de língua inglesa, expandindo-se em seguida ao mundo.

À publicação de Gombrich segue também a consolidação de Aby Warburg como objeto de estudo na academia alemã, agora a partir de historiadores de uma nova geração, não mais aqueles ligados ao Instituto. Michael Diers, Dieter Wuttke são alguns nomes importantes deste contexto. Também Martin Warnke, proeminente historiador da arte, que recebeu o famoso prêmio Leibniz em 1990 e com este alavancou a reforma e reabertura da Warburg-Haus em Hamburgo, antiga Biblioteca Warburg.

As publicações e constantes debates sobre a obra e vida de Warburg adquirem tamanho tal, que seria tarefa demasiadamente extensa para ser aqui realizada. Cabe ressaltar, no entanto, que apesar de toda a discussão existente sobre este historiador, o debate é constantemente renovado, haja vista as publicações que tem trazido textos e outros materiais inéditos. Como exemplo o *Atlas Mnemosyne*, estudo das imagens que Aby Warburg deixou incompleto quando morreu, e é publicado pela primeira vez em 2003 (WARBURG, 2003). Ou alguns artigos inéditos que aparecem em uma coletânea de 2010 (WARBURG, 2010). Todos estes materiais extremamente recentes suscitam novas perguntas e abordagens sobre o pensamento e obra do historiador da arte Aby Warburg, contribuindo, assim, para sua atual relevância.

E quanto à recepção de Warburg no Brasil? O primeiro texto sobre Warburg aparece no Brasil em 1989 com a publicação *Mitos, emblemas e Sinais* de Carlo Ginzburg, que

contém um artigo deste autor onde analisa a tradição warburgiana (GINZBURG, 2007). Em 1997 com a publicação de *A Eloquência dos Símbolos* de Edgar Wind aparecem mais dois artigos que são cruciais dentro da bibliografia sobre Warburg (WIND, 1997). A partir de 2004 começam a aparecer os primeiros estudos acadêmicos produzidos no próprio Brasil, como os artigos de Cássio Fernandes (FERNANDES, 2004. FERNANDES, 2006), Cláudia Mattos (MATTOS, 2007) e Felipe Charbel (TEIXEIRA, 2010). 2005 é o ano da primeira tradução de um texto do próprio Warburg para o português (WARBURG, 2005).

Além disso, pouco havia sido feito quanto aos estudos deste importante historiador, a despeito do grande reconhecimento que é dado em vários países à sua obra. Um testemunho que reflete este fato pode ser extraído das memórias biográficas de um dos maiores historiadores da arte do século XX: Kenneth Clark. Este historiador afirmou que Warburg era o mais original historiador da arte de sua época. Mais do que isso, um episódio marcante da vida de Clark ocorreu quando este assistia a uma conferência pronunciada por Warburg em Roma. O impacto desta conferência fez com que o próprio Clark mudasse drasticamente toda a sua trajetória intelectual (CLARK, 1979).

Sem dúvida, Warburg é um historiador muito original e essencial para o presente, um historiador que assim como Walter Benjamin passa a ser recebido de maneira gradual e redescoberto na nova consciência do mundo pós-segunda guerra (FORSTER, 1999: 1).

Sobre a publicação da obra de Warburg no Brasil é interessante observar que o já supracitado atraso. Os *Gesammelte Schriften* apareceram em 1966 na Itália, em 1999 nos Estados Unidos, em 2005 na Espanha. Mas de qualquer forma, a atual conjuntura representa um momento singular para o estudo deste historiador.

Para finalizar: Assim como os *Gesammelte Schriften* trouxeram contribuições das mais diversas nos países nos quais já foi publicado, a sua publicação no Brasil terá, indubitavelmente, muito a oferecer tanto para a história da arte quanto para a história da cultura.

Referências bibliográficas

BURUCÚA, José Emilio. *Historia, arte, cultura: de Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007 [2003].

- CASSIRER, Ernst. *Indivíduo e Cosmos na filosofia do Renascimento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CLARK, Kenneth. A lecture that changed my life. In: FÜSSEL, Stephan (Org). *Mnemosyne*. Beiträge zum 50. Todestag von Aby M. Warburg. Göttingen: Gratia Verlag, 1979. p.47-48.
- DIDI-HUBERMAN, Georg. *A imagem sobrevivente*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- FERNANDES, Cassio da Silva. Aby Warburg entre a arte florentina do retrato e um retrato de Florença na época de Lorenzo de Médici. *História: Questões e debates*, Curitiba, n.41, p.131-165, 2004.
- _____. Jacob Burckhardt e Aby Warburg. *Locus*, Juiz de Fora, v.12, n.1, p.127-143, 2006.
- FORSTER, Kurt W. Introduction. In: WARBURG, Aby. *The renewal of pagan antiquity: contributions to the cultural history of the European Renaissance*. Los Angeles: The Getty Research Institute Publication Programs, 1999. p.1-75.
- GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. H. Gombrich: notas sobre um problema de método. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1989]. p.41-93.
- MATTOS, Claudia Valladão de. Arquivos da memória: Aby Warburg, a história da arte e a arte contemporânea. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v.2, n.11, p.130-139, 2007.
- MICHAUD, Philippe-Alain. *Aby Warburg e a imagem em movimentos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- TEIXEIRA, Felipe Charbel. Aby Warburg e a pós-vida das *Pathosformeln* antigas. *História da historiografia*, Ouro Preto, n.05, p.134-147, 2010.
- WARBURG, Aby. *A renovação da antiguidade pagã*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2013.
- _____. *Der Bilderatlas MNEMOSYNE*. Berlin: Akademie Verlag, 2003.
- _____. *Die Erneuerung der heidnischen Antike*. 2 vols. Leipzig: B. G. Teubner, 1932.
- _____. Imagens da região dos índios Pueblo da América do Norte. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v.1, n.8, p.8-29, 2005.
- _____. *Werke in einem Band*. Berlin: Suhrkamp Verlag, 2010.
- WIND, Edgar. *A eloquência dos símbolos*. São Paulo: Edusp, 1997.

A Individualidade sob uma perspectiva biográfica no caso de Sophia Jobim (1920-1960)

Ana Carolina de Azevedo Guedes¹

Nesta apresentação, pretendo analisar o retorno biográfico utilizando para isso o caso Sophia Jobim Magno de Carvalho (1904-1968).

Dentro dessa perspectiva, utilizarei a análise de Pierre Bourdieu e de Sabina Loriga, no que tange ao trato da produção biográfica, que segundo estes é o resultado de uma hibridização entre história, biografia e literatura. Buscando pensar a individualidade dentro da análise da *escrita de si*, presente na escrita de Marieta de Moraes Ferreira, mobilizarei num eixo histórico e sociológico o teórico alemão Georg Simmel. A análise do recorte proposto foi feita mediante a aplicação destes conceitos, na sua trajetória de vida de Sophia Jobim, que me propus a analisar, optando por um recorte estabelecido entre os anos de 1920 a 1960.

Sophia Jobim nasceu Maria Sofia Pinheiro Machado Jobim, no município de Avaré, São Paulo, em 19 de Setembro de 1904. Formou-se na Escola Normal de Itapetininga, no curso de professora secundária, no ano de 1922.

A contradição presente no discurso de Sophia destaca seu posicionamento diante do necessário comprometimento com o modelo de feminilidade que vigorava naquele momento. A glória do casamento, do pertencer a um homem já convivia com a compreensão de que existia uma “coisificação” da mulher nesse modelo. Sua concepção do que seria um amor romântico, entretanto, ia além dessas características.

“Digo sempre que morrerei de amor, porque sei que o derradeiro espasmo é o apego à vida. E a este fugidio amor, porque será o ultimo, com os lábios ungidos, chamaremos, chorando, de ‘único amor’.”²

O amor à vida seria então, o seu maior amor? Sophia une sob a mesma égide e o mesmo movimento, seu desenvolvimento como indivíduo, condicionado pela demonstração da capacidade de “agarrar ao seu homem”, legitimando assim sua entrada na sociedade. Ao marido cabia acolher suas ambições e realizar seus desejos. Waldemar, entretanto, acaba não realizando todas essas necessidades, tornando-se o passaporte de entrada de Sophia na sociedade carioca.

*Mestranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Bolsista CAPES.

² BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico. Catálogo Geral, SMdp19.

Sophia leciona, nos anos 1920, na Escola Normal Santos Dumont em Palmira, Minas Gerais. Casa-se na mesma cidade com Waldemar Magno de Carvalho, professor de desenho e matemática na mesma escola, em 1927, no dia do seu aniversário. No entanto, a felicidade do casamento era eclipsada pela falta de um filho. Já morando na casa em Santa Teresa, no Rio de Janeiro, escreve em seu diário:

“Então como que para compensar o vazio que pudesse existir nesse lar onde faltou o riso de uma criança, deu-nos a capacidade de proteger esse lar, em uma comunidade maior que a nossa família, fora dos nossos interesses materiais [...] fazemos obra social da maternidade”(BRASIL, SMdp09.)

Nesse comentário fica evidente a escolha: a substituição do amor maternal pelo trabalho assistencial, afim de garantir à outras mulheres as possibilidades de viverem a experiência da maternidade sem perder seu desenvolvimento independente, estimulando o trabalho em casa³ e a manutenção da sua vida familiar.

Em 1949, passa a ocupar o cargo que lhe foi mais caro, o de regente da disciplina de Indumentária e História na Escola Nacional de Belas-Artes (ENBA). Nas viagens realizadas durante seus anos como docente, Sophia inicia uma coleção de peças de diferentes países. Os itens eram apresentados nas suas aulas, servindo para a formação dos alunos. Além disso, a coleção permitiu formar e fundar o primeiro museu de indumentária da América Latina, em sua casa, em Santa Teresa, no Rio de Janeiro. Mantendo seu trabalho de professora, comparecendo a cada vez mais eventos feministas, Sophia ainda se referia à maternidade com muito pesar:

“[...] o meu desamparo, sem filhos, que nunca os evitei e sempre pedia a Deus. Sufoco o meu sofrimento num mar de estudos internacionais que me acabará fazendo uma pequena sábia ou uma grande louca”.(BRASIL, SMcr43)

O papel da mulher na sociedade é delineado para além da vontade da mulher de emancipar-se e de ser independente. Os estudos, para a mulher, eram tradicionalmente limitados pela família. Ficava a cargo do pai, inicialmente, decidir se e quando a formação já era suficiente. Em outros casos, a decisão cabia ao marido, após o casamento. Ana Silvia Scott sublinha que foi somente no ano de 1943 que a legislação brasileira concedeu à mulher casada o direito de trabalhar sem a autorização do marido. Sophia aponta essa “necessidade” de autorização em sua fala sobre Waldemar e o seu trabalho docente.

³ Não utilizo o termo “trabalho doméstico” por ser elástico, abrangendo, por vezes, o trabalho de empregadas domésticas. Aqui qualificaria como trabalho “do lar”.

“O homem, em geral, não sabe que a alma da mulher – feita para o milagre da maternidade – é um sublime relicário de dedicação e afetividade. E aquela que – como eu – nunca teve a alegria simples de fazer dormir, em seus braços, um filho pequenino, tem reservas inesgotáveis de amor e carinho que o homem comum não compreende. Nem de leve quero arranhar a sua sensibilidade. Não estou me queixando de você, meu querido, que para me consolar da maternidade frustrada, me permita alternar o Lar com a escola, onde eu posso adotar, como meus, os filhos alheios.” (BRASIL, SMdp19)

A figura de Danton Jobim tem lugar fundamental na vida profissional de Sophia. Observa-se a proximidade entre as escolhas dos dois irmãos: as ações na imprensa, na política e na área educacional. Ambos eram muito conectados com o jornalismo, Sophia tendo afirmado, inclusive, em uma entrevista, que trazia em si a “alma para essa carreira”. Danton inicia sua atividade na imprensa bem cedo, aos 17 anos como repórter no jornal *O trabalho*, vinculado ao Partido Comunista Brasileiro. Passa depois para o *A noite*, de Irineu Marinho, onde aprende o jornalismo e o planejamento gráfico. Em 1926, entra na Associação Brasileira Imprensa, como conselheiro. Em 1932, transfere-se para o *Diário Carioca*, como secretário e diretor de redação, onde trabalhou por 33 anos até o jornal ser extinto.

Nos anos 1930, participou ativamente do governo Vargas, apoiando o Estado Novo nas publicações que assinava. Em 1938, foi nomeado diretor do Departamento de Propaganda e Turismo do Estado do Rio de Janeiro, pelo interventor federal Ernani Amaral Peixoto. No entanto, distanciou-se de Vargas quando passou a combater o regime de exceção que aboliu a liberdade de imprensa e que censurou, através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), muitos dos editoriais de sua autoria, nos quais engajava-se na campanha pela redemocratização do país. Foi conselheiro de imprensa da Presidência da República durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Danton Jobim foi, também, um dos fundadores do curso de jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1948, que mais tarde daria origem à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sendo seu vice-diretor até 1970, e professor titular até 1976, quando deixa o magistério.

Os irmãos trabalharam nos mesmos jornais. Sophia, porém, iniciou sua vida na imprensa fazendo pequenos anúncios do Lyceu Império no *Diário Carioca* à partir de Setembro de 1932, oferecendo amostras de seu trabalho como figurinista com desenhos originais, feitos especialmente para a publicação.

Outro incentivador de Sophia, em sua carreira na história da indumentária e durante seu curso de museologia no Museu Histórico Nacional foi Pedro Calmon⁴, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro durante os anos de contrato docente de Sophia (1954 – 1956). Neste período, ela passou a exercer a função de professora regente de Indumentária Histórica do curso de Arte Decorativa da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA), passando, depois, a professora catedrática. No entanto, seu contato com Calmon se iniciara no período em que ambos trabalharam na Casa do Estudante do Brasil. Em 1950, houve uma série de conferências para comemorar a “maioridade” da instituição (seus 21 anos) em que Pedro Calmon antecedeu Sophia e, em sua fala, a elogiou seu trabalho e empenho no ensino.

Em 1947, ao lado de Bertha Lutz e Carolina Tibbets, Sophia fundou a primeira sede do Clube Soroptimista no Brasil, em sua casa. Inicialmente composta por vinte associadas, como Anésia Pinheiro Machado, Marita Jobim Gallo e Maria Lenke, entre outras senhoras de destacada posição social. Ocupou o cargo de presidente da agremiação, sendo reeleita por unanimidade durante quatro anos e auxiliando na fundação de outras sedes no sul do Brasil e em São Paulo. Marita, sua irmã, esteve presente em diferentes ocasiões como, por exemplo, em almoços de homenagem do Clube Soroptimista.

Companheira de Sophia em seu destacado projeto social, Bertha Lutz, foi, como se sabe, uma das mais importantes figuras do feminismo brasileiro. Fundadora da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), da Associação Panamericana de Mulheres e da Aliança Brasileira pelo Sufrágio Feminino, todas em 1922. Uma das importantes vitórias de Bertha, foi nesse mesmo ano: após campanha feminista, o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e os Liceus Provinciais (os únicos cujos diplomas qualificavam automaticamente para o ensino superior), passam a ser instituições mistas. Bertha Lutz foi homenageada em 1925, no Clube de Engenharia onde Albert Einstein, também em 1922, apresentou a teoria da relatividade aos cientistas brasileiros. Nessa ocasião, Bertha elogiaria os Estados Unidos por ser o país precursor dos avanços e conquistas obtidas pelas mulheres.

Bertha atribuía grande importância à questão do voto feminino, afirmando que o acesso aos direitos políticos era o meio de obter garantias de igual cidadania às mulheres com base na lei. A FBPF foi uma das entidades de maior longevidade, tendo a colaboração da

⁴ Habilitado em 1925 no concurso para provas para conservador do Museu Histórico Nacional, realiza ali ampla reforma administrativa, criando também a cadeira de História da Civilização Brasileira.

sufragista norte-americana Carrie Chapman Catt⁵ na elaboração de seus estatutos, que objetivavam coordenar e orientar os esforços da mulher afim de elevar seu nível cultural e de tornar mais eficiente sua vida social (pública, intelectual e política, além de doméstica). Sophia e Marita compareciam a eventos da Federação nos anos 1930. Em 1931, é realizado o Segundo Congresso Internacional Feminista, sendo que em 1934, Bertha é indicada para representar a FBPF na Comissão de Elaboração do Anteprojeto da Constituição. O sufrágio é, finalmente, garantido no artigo constitucional nº 108, que afirma:

“Nós os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos o seguinte: São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alisarem na forma da lei.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934)

Sophia e Bertha participavam dos mesmos grupos feministas, e compartilhavam da vida social, e, muito provavelmente, eram próximas na vida pessoal. Em um dos álbuns de fotos conservados por Sophia, vê-se o registro do almoço no Hotel Mesbla, em comemoração ao seu regresso da Ilha do Ceilão em 1955, em que está anotado à caneta, abaixo da imagem da companheira: “Bertha Lutz raramente sorri...”. Na inauguração de Museu de Indumentária, Bertha registra seu carinho e admiração por Sophia:

“Um grande cidade, tão desprovida de museus, é verdadeiramente notável encontrar um Museu tão diferente, tão original, tão altamente especializado como o Museu encantador e encantado de Sophia – Desejo-lhe vida longa e glória continuada, pois é mais uma iniciativa cultural valiosa da mulher”.(LUTZ, 1960)

A recíproca era verdadeira e expressa, por exemplo, em sua homenagem na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em 1955, quando Sophia afirma:

“E por falar em mulheres de pequeno porte feminino e de alma grande, não podemos aqui esquecer a doutora Bertha Lutz, presidente da Federação pelo Progresso Feminino. Todos conhecem, com certeza, este vulto de mulher insigne, cujo nome atravessou fronteiras internacionais. Esta mulher extraordinária que vai envelhecendo sem esmorecer, não pode ser esquecida pelas mulheres conscientes do Brasil, porque foi ela a célula mater do feminismo na nossa terra.”(BRASIL, SMdp09)

Em 1957, o Clube Soroptimista do Rio de Janeiro é fechado, sem que sejam conhecidas as razões dessa decisão, afinal, apenas dois anos antes se registrou a existência de

⁵Carrie Chapman Catt foi jornalista, professora e sufragista norte-americana. Foi presidente da Associação Nacional para o Sufrágio Feminino, fundadora da Liga das Mulheres Eleitoras e da Aliança Internacional da Mulher.

1.522 unidades da agremiação pelo mundo. Segundo a autora Heloísa Ribeiro, o motivo do fechamento estaria ligado ao fato da cidade ter perdido seu status em função da transferência da capital federal para a cidade de Brasília.

Após sua morte por embolia pulmonar, em 1968, o acervo de Sophia é totalmente doado ao Museu Histórico Nacional pelo seu irmão Danton Jobim, mesma instituição na qual se graduou no Curso de Museologia, um dos primeiros do país, em 1963.

Leitura sobre Sophia e a teoria biográfica

Pierre Bourdieu, para compreender como a escrita biográfica possibilitaria um ponto de análise do contexto, aborda a questão da *ilusão biográfica*, refletindo sobre o risco de tomar a história de vida retrospectivamente como um todo coerente, dotado de um sentido claro, que justificaria cada etapa ou passagem da trajetória.

Essa dependência do documento, criticada por Virgínia Woolf, é uma das mais importantes discussões da biografia contemporânea. Utilizando a linha historiográfica cultural como base teórica, mais especificamente Pierre Bourdieu para continuarmos nosso empreendimento pela escrita biográfica, procuraremos constituir um ponto de análise do contexto. O autor fala em *ilusão biográfica*, refletindo sobre o risco de tomar a história de vida retrospectivamente como um todo coerente, dotado de um sentido claro, que justificaria cada etapa ou passagem da trajetória. Esse risco também aparece, embora endereçado a outro tipo de reflexão na discussão de Virginia em sua análise sobre a escrita biográfica.

“Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimento, com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.”(BOURDIEU, 2006: 185)

Para que não nos percamos na escrita biográfica, devemos, através do contexto reconstruído, observar e analisar os campos onde este indivíduo atua, rever os espaços sociais em que ele se move, observando as expressões de suas “camadas de eu”.

“Sem dúvida, cabe supor que o relato biográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consciência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre os estados sucessivos, assim constituídos em etapas de um desenvolvimento necessário.” (BOURDIEU, 2006: 184)

Bourdieu defende que há uma cumplicidade entre os indivíduos (ou “agentes”) e o mundo social. Os agentes seriam guiados por um conjunto de disposições adquiridas e incorporadas desde seu primeiro contato com a sociedade, disposições que funcionam como princípios de visão e de divisão do mundo social. A partir dessa “grade”, é produzida então, uma construção deste mundo pelos agentes, utilizando as estruturas já constituídas históricas, alcançando-se um amplo quadro social.

Sabina Loriga, em contrapartida, analisa a escrita biográfica como contendo em si, dois riscos. O primeiro é configurar a experiência individual como uma experiência média e segunda é do risco de tentar apreender a totalidade. Quanto a sua utilização do “eu”, a autora discute a questão das fontes biográficas que são utilizadas para compreender os atos sociais, e são aceitos como elementos ilustrativos. Busca enfatizar que outras forças são mais importantes que a ação de cada indivíduo, tudo para justificar a separação da biografia e a história.

Dentro de sua análise, a biografia se move entre os campos do contexto e do indivíduo, esferas que se confrontam, ora cedendo à pressão de apagar o indivíduo em favor do contexto, ora pressionando para tornar o contexto apenas um pano de fundo da narrativa. Um dos erros possíveis é o de assumir o indivíduo como se fosse uma entidade absolutamente formada, como algo dado e estabelecido, concebendo, por sua vez, o contexto como algo simples, linear e igualmente constituído sob uma forma já determinada.

Sabina Loriga, por sua vez, também pensa sobre os problemas inerentes à escrita biográfica, alertando-nos para dois riscos. O primeiro é configurar a experiência individual como uma “experiência média” e o segundo, é o risco de tentar apreender a “totalidade do biografado”. Neste ponto, Loriga critica objetivamente o método proposto por Bourdieu.

“Em realidade, toda a análise de Bourdieu repousava sobre uma nítida, embora implícita, tripartição hierárquica entre o senso comum, o discurso romanesco tradicional e a vanguarda moderna. Os dois primeiros estariam ainda subordinados à ilusão biográfica, ao passo que a terceira teria definitivamente rejeitado as noções de sentido, de sujeito e de consciência.” (LORIGA, 2007: 215)

Quanto à utilização de Bourdieu do “eu”, para retirar o caráter de exemplaridade, a autora também discute a questão das fontes biográficas que são utilizadas para compreender os atos sociais, e são aceitas como elementos ilustrativos. Loriga aponta a crise dos grandes

modelos de interpretação da trajetória individual, levando a uma busca da interrogação acerca da noção de indivíduo, o que nos interessa especialmente.

Nos últimos anos, a noção de indivíduo voltou a ocupar lugar de destaque na discussão dos historiadores, justamente a partir da revalorização da biografia, apostando no que Loriga chama de “homem qualquer”, recusando a dita simplicidade na escrita da vida do homem comum. Assim, entra em consonância com o discurso aqui defendido, de que mesmo sendo um indivíduo múltiplo, composto de diferentes “eus”, não existe uma simplicidade ao falarmos desse conceito, independente do seu objeto.

Segundo Loriga, ao longo do século XX, o individual e o social como conceitos foram engessados em torno de uma escolha falsa: a necessária opção entre um ou outro, em favor ou do coletivo ou do indivíduo. Para ela, a luta entre esses dois conceitos mantiveram-se na escrita biográfica.

Georg Simmel é mobilizado em minha análise pela sua concepção de indivíduo na qual, o mesmo busca uma diferenciação na individualidade. Segundo ele, isso seria constituído historicamente no Romantismo. Pretendo no meu trabalho demonstrar o indivíduo dentro destas concepções e como isso é resultado de uma modificação durante o chamado “retorno biográfico”, e sua afirmação como ponto referencial na discussão da escrita biográfica.

Para enfrentar essa tarefa, propomos a utilização das reflexões de Georg Simmel. A partir de alguns pressupostos de sua sociologia podemos encontrar diferentes meios de interação com a análise a que nos propomos. O primeiro deles, é a afirmação do grupo social como forma de pertencimento e da sociação que essa formação pode proporcionar. Segundo Georg Simmel: “S, ...todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal.” (SIMMEL, 2006: 64)

Para ele, os clubes e associações permitem ao indivíduo encontrar um papel simbólico que preencheria suas vidas e atribuiria significado a estas. Sugerimos, por isso, certa consonância entre o entendimento da importância de pertencimento e sociação simmeliano e o

discurso e a ação⁶ de assistência desenvolvido por Sophia. A ser aceita essa hipótese, vemos afinidades não somente na associação com que o sociólogo chama de “homens de nível inferior” (excluídos deste grupo), mas também com os componentes desse grupo, que através da vida em sociedade podem desenvolver-se melhor como indivíduos. Nessa vida em sociedade é desenvolvida uma forma de sociabilidade que possibilitava o contato entre os seus sócios, resultando desse dito contato, ações assistenciais.

Assim, apresenta-se essa necessidade do estar em grupo e do pertencer, pontos vitais na compreensão da dinâmica entre o homem e a sociedade para Simmel, associada ao esforço do indivíduo de destacar-se e de diferenciar-se. Essa sociação, no entanto, cobra seu preço, exigindo do indivíduo certo grau de perda.

“Os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança histórica, da cultura externa e de técnica da vida”(SIMMEL, 1979: 11)

No caso de Sophia, o Clube Soroptimista pode ser entendido como lugar onde a interação dela com os seus “iguais” realiza-se, porém, sem anular sua *persona*, possibilitando que ela se destaque e torne-se líder deste grupo, ocupando o lugar de figura de proa, recebendo em sua casa aqueles que têm poder de realizar grandes mudanças sociais e que estão próximos do poder central, como, por exemplo, seu contato com a própria Darcy Vargas ou com o futuro governador do Rio de Janeiro, o diplomata e advogado José Sette Câmara Filho. Darcy, por exemplo, comparece a alguns chás da *Revista Lady*, organizados por colonistas da publicação e que contam com a presença de Sophia.

“A unidade efetiva e possivelmente indissolúvel que se traduz no conceito de individuo não é de toda maneira um objeto do conhecimento, mas somente um objeto da vivência: o modo pelo qual cada um sabe da unidade de si mesmo e do outro não é comparável a qualquer outra forma de saber.” (SIMMEL, 1979: 12)

Sophia utiliza dessa estrutura da cidade como ‘palco da luta entre individuo e sociedade, cenário do moderno estilo de vida’, como forma de se estruturar e alcançar sucesso profissional e como ativista feminista. Ela desenvolve sua individualidade, obtendo ganhos

⁶ Dizemos “discurso e ação” porque Sophia atua nas duas frentes, simultaneamente: escrevendo em jornais e revistas ou discursando e apresentando palestras ela produz um discurso sobre a atuação soroptimista e feminista. Por outro lado, lecionando, gerindo seu Museu de Indumentária e atuando como sócia do clube agia de forma efetiva e cotidiana.

para a causa feminista, utilizando as estruturas desta sociedade para crescer profissionalmente e consolidar sua posição, em consonância com a valorização do trabalho no governo Vargas.

A sua posição como mulher valoriza-se dentro do painel da luta feminista e, através de seu estudo, podemos evidenciar outra face não somente do movimento como o Clube Soroptmista, como do papel da mulher e sua atuação na vida profissional do Brasil.

BIBLIOGRAFIA:

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). *Usos e abusos da historia oral*, 8ª edição, Rio de Janeiro. Editora FGV, 2006.

BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico. Catálogo Geral, SMcr43.

BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico. Catálogo Geral, SMdp19

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1999.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares In PINSKY, Carla Bassanezi;

PEDRO, Joana Maria. *Nova historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In VELHO, Otavio (org.) *O fenômeno urbano*. Editora Zahar. Rio de Janeiro: 1979.

SIMMEL, Georg. Questões fundamentais da sociologia: individuo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público In PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova historia das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

A narrativa jornalística da história: comemoração e usos do passado em best-sellers contemporâneos

Rodrigo Bragio Bonaldo¹

Os livros de história escritos por jornalistas deixaram de ser uma novidade no Brasil. Nomes como os de Eduardo Bueno, Laurentino Gomes e, mais recentemente, Leandro Narloch, figuram com insistência nas listas de mais vendidos do país. Best-sellers, formam um conjunto de publicações de alta tiragem inicial, amplo acompanhamento de marketing e divulgação na imprensa, apresentando íntima relação com os episódios comemorativos, aproveitando-os como ganchos editoriais para o lançamento de seus livros. Ofereço agora um resumo de parte da minha tese de doutorado; uma seção dedicada à história conceitual do termo efeméride, cujo sentido moderno relaciona-se às grandes comemorações nacionais. Trato a questão longe das pretensões de uma genealogia precisa, mas centrando-a em leituras que buscam paralelos nos quais se comunicam, por um horizonte comparativo, experiências históricas divergentes.

I – As efemérides de Louis XVIII

Já em 1825, um ano após a morte do monarca da restauração, apareciam as *Efemérides históricas e políticas do reino de Luís XVIII*. Cyprien Desmarais, seu autor, organizou um conjunto de “fatos” e “circunstâncias” memoráveis da vida política do rei, dispostas cronologicamente.

O texto era antecedido de uma introdução crítica. Nela Desmarais admite que o reino de Luís XVIII ainda não havia tombado “sob o domínio da história”. No entanto, a posteridade, frente ao último capítulo da revolução, já havia se levantado por ele (DESMARAI:1825:I). A revolução aparece como a era da crise tanto do “antigo mundo moral”, quanto do “antigo mundo intelectual” (II). Os hábitos estavam mudando, os “sistemas” estavam caindo. Tudo abocanhando, a revolução dizia aos homens “refaça em alguns dias a glória de quatorze séculos” (IX). Para Desmarais, só a restauração aparentava também restaurar algo como uma ordem do tempo, retirando-a do caos de uma época em que toda a França pertencia ao porvir, e na qual não se sabia mais olhar para traz, com o medo

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista da Capes.

permanente de cair no “abismo do qual acabamos de sair” (IX). Luís XVIII, pelo contrário, argumenta – mesmo que não pudesse “invocar a sua ajuda a experiência do passado” a qual ignorava a política agora imprevisível, caótica e desorientada dos sistemas antigos – soube justamente “dominar o presente” (XIX). Do passado, outrossim, não faria tábula rasa, lançando a Carta de 1814 como uma sorte de testamento mesurado do período anterior.

Quase como um elogio do príncipe, as *efemérides* de Desmarais chegam a profetizar o destino da memória de Luís XVIII: por dominar o presente “ele será nomeado grande para a História”. Ao final, seu prognóstico em relação à memória da restauração já apontava esse caminho: “independente do lugar que a revolução e a usurpação ocuparem na História”, escreve, “o retorno da monarquia será o fato dominante nos anais do século XIX” (XI). Essas *Efemérides* criavam um exemplo moral (vindo dos sistemas antigos) ao lado de uma teleologia “retroalimentada” de seu destino como grande homem. Colheria resultados de suas previsões? Ora, a publicação foi tão bem recebida que inspirou não apenas reimpressões e edições de luxo, mas também toda uma coleção, a ser lançada anualmente, sobre as efemérides dos anos imediatamente anteriores. E nisso ela parecia ao mesmo tempo oradora e advogada, escrita da história e comemoração, enunciada e lida no presente como um agente historiográfico e político.

O mesmo sentido para o termo “efeméride” é encontrado em diversas publicações que começavam a pulular no cenário francês mesmo durante a revolução. Tal é o caso das *Efemérides políticas, literárias e religiosas* de Noël (1797) que, embora não fossem edificantes como as de Desmarais, associavam datas paralelas com feitos memoráveis de diversas naturezas. Sempre com a opção pelo “útil” ou pelo “instrutivo”, mesmo que envoltos pelo agrado e pela curiosidade, essas efemérides históricas relacionavam diversos tempos a diversos lugares, através da concomitância de suas datas anuais. Embora o termo *efeméride* tenha sido durante a modernidade associado à astronomia e a astrologia, o resgate feito delas na época da revolução caminhou em direção ao sentido grego presente nas *Efemérides de Alexandre*: aquele de um jornal circunstanciado da vida de um homem notável. Panfletos rápidos, feitos para o bolso, preço irrisório e tamanho compacto, não iriam esses anuários competir com as próprias efemérides astrológicas, livros “pequenos e finos”, passíveis de consulta a toda hora, tomadas por séculos como *vade-mecum* espiritual?

Em carta datada de novembro de 1825, Stendhal já empregava a expressão, mostrando que o resgate desse sentido não era limitado, apesar disso, à literatura popular: “agora que

tomastes coragem de entrar para a política”, escreve ao amigo Romand Colomb, “coloques em tuas efemérides os fatos e circunstâncias pelos quais vou te gratificar” (STENDHAL:1825:386). Do outro lado do atlântico, alguns anos mais tarde, Joaquim Manoel de Macedo publicava em folhetos sua *Efeméride histórica do Brasil* no jornal *O Globo*, enquanto que, em 1885, Pereira Coruja enviava ao IHGB 2700 efemérides da província do Rio Grande do Sul – essa última, como veremos, uma empresa de resultado controverso.

II - O Problema do Presente

O debate sobre o tempo das audiências, mesmo que não siga de todo uma discussão sobre a lógica dos argumentos retóricos (o que também não é nossa intenção), foi caro aos antigos e modernos. Voltemos os olhos ao uso que Tobias Peucer faz, em 1690, de Luciano de Samósata. Homem de formação clássica, Peucer escreveu aquela que é considerada a primeira tese sobre os *relationibus novellis*, as “notícias” ou “novas comunicações”, esse gênero periódico de histórias voltadas ao consumo do tempo presente. Peucer publica, ao lado da tese, sua tradução do grego para o latim do *Vade Mecum* de Luciano, *Como devemos escrever a história* (séc. II D.C.). Ele parece pensar com Luciano que a matéria das novas comunicações deve ser fundada pela verdade. Evoca para isso as palavras de Sêneca, ao criticar os periódicos que anunciavam “fábulas falsas com histórias verdadeiras” (PEUCER:2004.VII): “toda essa raça tem em comum”, parafraseia o autor, “o defeito de crer que a sua obra não se fará aceitar nem se tornará popular se não for misturada com fábulas” (SENECA. APUD PEUCER:IDEM). Em sua profissão de fé na verdade, chega a criticar Heródoto, dessa vez pela boca de Cícero, quando afirma que faltou ao historiador grego a “laboriosidade” de sempre conhecer os países sobre os quais contava histórias (CICERO:APUD PEUCER: XIII). E não fora Luciano que, em sua *História Verdadeira*, descreveu um Heródoto – mesmo acolhido ao lado dos heróis de Tróia na Ilha dos Abençoados – transformado em um eterno maldito pelas mentiras que contou em suas histórias?

Restava-lhe, então, louvar o modelo de Tucídides. Com ele, concorda que seja “merecedor de mais credibilidade o testemunho presencial”, ligado a qualidade de ir aos autos. Embora não descarte, dada a natureza das “notícias”, que essas sejam parte da história “tomada em um sentido mais estrito” (XII). Esse gênero teria mais licença do que “os historiadores mais rigorosos” mesmo em relação ao edifício da verdade. Aos redatores de

notícia, de todo modo, faltava o acesso direto a bibliotecas de países distantes e aos arquivos dos príncipes. Suas fontes eram, a bem dizer, as “cartas de amigos” e a “voz pública”(XIV). Essas histórias em “sentido mais estrito”, além do tudo, ganhavam licenças pois escreviam de maneira “quase precipitada” e eram endereçadas “não tanto para a posteridade, mas para satisfazer a curiosidade do povo, ávido de coisas novas” (PEUCER:XIX).

Esses argumentos parecem dialogar com alguns princípios da escrita da história em Luciano. A autópsia para ele era uma necessidade imperiosa, expressa na fórmula “o autor os terá visto; ele será a testemunha” (LUCIANO:XLVII). Uma testemunha de depoimento “semelhante a um espelho, brilhante, sem mácula, e de um centro perfeito”. Espelho que reproduzia “a forma dos fatos, assim como ele os refletiu, sem os inverter, sem perder as suas cores ou dar-lhes imagens estranhas”. Criticando a ornamentação, Luciano parece pensar em termos aristotélicos no gênero demonstrativo quando declara que “o historiador, em efeito, não compõe como um retórico” (XXXI).

Voltada para o presente, esse gênero não poderia mesmo ser do agrado de Luciano. Correspondendo-se com seu amigo Philon, não cansava de repetir que ele não deveria “escrever em vista do momento presente, para ser venerado ou honrado pelos contemporâneos”. Pelo contrário, a história era produto para a posteridade, escrita longe das “esperanças passageiras do tempo presente” (LXI). Luciano a todo custo queria evitar que seu amigo Philon, interessado no ofício de historiador, escrevesse um elogio, esse discurso moral do gênero demonstrativo que, em Aristóteles, já buscava mostrar a “grandeza de uma virtude” (I9-30). Os historiadores que escreviam de tal modo, diz, “ignoram que não é um fraco intervalo a separar o elogio da história”, pois, no afã de louvarem os príncipes, muitas vezes falta-se com a verdade dos fatos. Seria, em suas palavras, “um enorme defeito não saber separar a história da poesia” (LUCIANO:VIII).

Nesse ponto, Peucer recorre a um artifício curioso. Ele cita Luciano quando este divide a finalidade da história em duas partes: uma do agrado e outra da utilidade. Mas não comenta que o grego, logo a seguir, desmonta essa mesma distinção, declarando-a viciosa, reafirmando o único objeto da história como a *utilidade* e, por fim, associando a esta a verdade, deslegitimando finalmente os mentirosos elogios (LUCIANO:VII:APUD PEUCER:XXV). A frase é retirada de contexto e seu argumento invertido: o produtor de notícias, em todo caso, escreve para o presente e os príncipes, com frequência exemplos de bons costumes, fazem parte da matéria dos periódicos.

“Essas coisas singulares”, realizadas “ora por Deus através da natureza”, ora pelo homem – tais são as notícias. Refletindo sobre elas, Peucer revela três preocupações. A primeira é relacionada aos critérios de escolha dos fatos (*axiomnemóneuta*) que merecem ser “recordados ou conhecidos”, ligados tanto aos grandes acontecimentos naturais quanto a vida dos impérios, às guerras, ao nascimento e mortes dos príncipes e dos varões ilustres – mesmo que ela seja uma “história confusa, para que a alma do leitor receba o impacto como uma amena variedade” (PEUCER:XV). A segunda prescreve que não se escreva “indiscriminadamente” sobre “aquelas coisas dos príncipes que não querem que sejam divulgadas”, recomendando que se espere até que eles tenham “desaparecido dentre os vivos” (PEUCER:XVII). Por fim, uma última preocupação revela até que ponto se deveria chegar na tarefa de manter os exemplos: nada que prejudique os “bons costumes” ou a “verdadeira religião” deveriam ser noticiados. Esse princípio moral é justificado pelas palavras de Plínio: em resumo, “quando se explicam essas coisas”, “é como se as estivesse ensinando”. E é por isso que, de maneira prudente, “em algumas cidades se estabeleceu que não sejam permitido imprimir periódicos sem que estes tenham sido aprovados pela censura” (PEUCER:XVIII).

Apesar de fortemente referenciado no *vade-mecum* de Luciano de Samosata, que volta a escrita da história para a posteridade e a torna hostil aos elogios, Tobias Peucer consegue legitimar o tempo presente mantendo-o dentro dos padrões morais da retórica demonstrativa de Cícero. A *História Mestra da Vida*, acelerada pelas “novas comunicações”, estava livre para construir exemplos mesmo de um passado que ela ainda não distanciou do espaço de experiência, ainda que, para isso, o preço seja a censura dos vícios ou a abstenção da verdade. Com o tempo presente digno de ser narrado em uma história, já sinônimo de valor e prudência, Peucer legitima as *novellis* frente aos seus ouvintes, frente ao seu auditório, que é revelado no penúltimo parágrafo de sua tese. São os eruditos, escreve, que encontram o maior prazer na “leitura dos periódicos”, pois “gozam do conhecimento da geografia, da genealogia e dos afazeres cívicos”, de modo que para todo conhecedor o relato se torna mais agradável (PEUCER:XXVIII).

III- Sobre o moderno conceito de efeméride e as comemorações nacionais

História em um sentido mais “estrito”, o periodismo encontra, no século XIX, outra tipologia de gênero “inferior”. As efemérides, em Desmarais os “materiais que o obreiro

extraí da pedreira” (DESMARAIS:1) para que mais tarde sejam usadas pelo historiador, encontram um destino polêmico dentro da história em processo de disciplinarização. Pereira Coruja, já idoso e afastado do IHGB, tenta, em 1885, uma reaproximação com o instituto. Assim ele envia para a apreciação da casa a obra *Anno Histórico Rio-Grandense*, uma compilação de 2700 efemérides relativas à Província do Rio Grande do Sul². A “Comissão de Assuntos Históricos” reconheceu que esse trabalho estivesse “vazado nos moldes da verdade histórica”, embora tenha terminado, após longo processo, por indeferir a publicação, recomendando serem as “efemérides mais propícias para as folhas diárias”(IHGB:1885:394-395)³.

Em maio de 1874, Joaquim Manuel de Macedo publica sua *Efeméride Histórica do Brasil* no jornal *O Globo*. Comparadas modernamente à crônica jornalística, Macedo comentava fatos históricos nacionais relacionados à data de publicação do jornal – como faria Coruja, subordinava anos e meses ao tempo presente, assumindo, como reconheceram no seu caso os pareceristas do IHGB, “datas comemorativas de grandes acontecimentos” (IHGB:IDEM:394). Por seu lado, apesar de orador do IGHB e professor de história no Colégio Pedro II, não relegou Macedo, no final do século XIX suas efemérides aos jornais?

O surgimento das grandes comemorações nacionais (agora já chamadas também de “efemérides”), responderia a essa dupla questão. Em 1900, por ocasião das festividades organizadas em virtude do IV Centenário do Descobrimento, o Estado ofereceu eventos enquanto que publicações foram lançadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dentre seus projetos de sucesso, deveríamos lembrar do *Livro do centenário* que, em quatro volumes lançados pela Imprensa Nacional, tinha como carro chefe o trabalho do historiador Capistrano de Abreu.

No final da década, já frente ao aniversário de cem anos do traslado da corte para o Rio de Janeiro, aparecem Oliveira Lima e seu *D. João VI no Brasil*. O historiador e diplomata

² Agradeço à colega Luciana Boeira por disponibilizar informações de sua tese de doutorado, ainda inédita, intitulada BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado Rio-Grandense: a província de São Pedro como problema político-historiográfico no Brasil Imperial*. Tese de Doutorado. UFRGS. Inédita.

³ A questão da negativa, por parte do IHGB, em patrocinar instrumentos comemorativos à província do Rio Grande parece um aspecto relevante. Anos antes, em 1841, Cunha Barbosa apresentou na revista do instituto suas “Efemérides histórico-políticas”, justificando que “neste registro dos fatos, muitos dos quais fugiram de nossa lembrança no decorrer dos tempos, encontrarão os escritores da história do Brasil suficiente matéria sobre que possam trabalhar” (RIHGB:1841:529). Para Maria da Glória Oliveira, “sob o impacto de um tempo vivido cada vez de modo mais acelerado, caberia à representação historiográfica não somente perpetuar os acontecimentos memoráveis em seu encadeamento comum, mas também perpetuar a recordação, para orientar a vida dos homens no presente e no futuro”. OLIVEIRA, Maria da Glória. *Escrever vidas, narrar a história*. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Rio De Janeiro. FVF. 2011. p 50.

desafiou a emergente memória republicana, a qual atacava o império lusitano e pintava a caricatura, ainda usual no senso comum e na mídia, de seus personagens mais proeminentes. Dom João VI, com suas decisões políticas racionalizadas e sua vida privada relegada, talvez, ao mesmo destino que Peucer queria aos fatos inúteis sobre os príncipes, não teria o seu exemplo rearticulado e rerepresentado à História do Brasil?

As efemérides modernas, essas datas que hoje obrigam a lembrar o passado toda vez que nos deparamos com seus múltiplos de cinco – 100 da *Origem das Espécies* de Darwin, 55 anos da Segunda Guerra Mundial, 20 anos da queda do Muro de Berlim... – dispõe ocasiões comemorativas. Como momento de reflexão sobre o passado, de diálogo entre diferentes formas de lembra-lo, elas encontram espaço para atualizar os exemplos, rearticulando em nome da ordem do tempo mesmo as noções de vício e virtude. E nisso encontram uma persistência na longa duração: afinal, como escreveu Rüsen, “o sentido de uma história é medido pelo grau de seu êxito em estabilizar a identidade de seus destinatários ao longo das mudanças no tempo” (RUSEN:2001:125).

Para Reinhardt Koselleck, é claro, a *história mestra da vida* ou “o passado entendido como exemplo”, teria sofrido a dissolução de seu topos frente ao moderno conceito de história (KOSELLECK:2006:47). Consciente de “diferentes períodos de existência”, a *geschichte* não mais reconheceria, como queriam os oradores antigos, que “todas as ações, passadas e presentes, assemelhem-se entre si”(APUD KOSELLECK:2006:45). A persistência da fórmula durante o século XIX brasileiro, no entanto, já foi bem registrada pela atual história da historiografia. Oliveira, tomando a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista, evidenciou naquele gênero a importância do modelo plutarquiano das *Vidas Paralelas*, que, para Adriana Zangara, era nada mais do que a plenitude do programa da *história mestra da vida* (ZANGARA:2007:13). Esse tema levou mesmo Valdeci Lopes de Araujo a falar não em dissolução, mas no “estreitamento” da tópica, a qual perderia sua centralidade no lugar de produção moderno da história (ARAUJO:2011:134).

Repelida mais e mais pela historiografia em processo de disciplinarização, encontraria a antiga tópica acolhida entre lugares sociais que valorizam o tempo presente, como que encontrando espaço para usos pedagógicos dos exemplos do passado? Que relação podemos traçar entre esse fenômeno da edificação de exemplos e os episódios comemorativos nacionais? E quanto às efemérides dos 500 anos do Descobrimento e os 200 anos da chegada dos Bragança? Quais seriam os livros mais *representativos da celebração*

desses eventos? A academia, em geral, e os historiadores, em particular, mostraram-se muito reticentes diante do “desejo de comemorar” (RUNIA:2007:315). *O que comemorar?* (CHAUI: 2000) *O trágico V centenário* (ARRUDA:1999), não eram fraseologias incomuns em revistas e textos de ciências humanas.

Nessa “era comemorativa brasileira”, os jornalistas pareciam mais dispostos a responder às demandas da memória, fragmentadas, como já havia apontado Pierre Nora 20 anos antes em seu diálogo com Maurice Halbwachs, por grupos diferentes exigindo lembranças diversas.

IV – A Narrativa jornalística da história

Profissionais da comunicação social como Eduardo Bueno com a coleção *Terra Brasilis*, Laurentino Gomes, com seu *1808* fizeram da história um gênero *best-seller* de não-ficção. Independente de considerarmos tais estudos vulgares ou inapropriados, o fato é que eles são *consumidos como história*. E fazem-no abraçando a oportunidade comemorativa. Mas, afinal, qual a noção de história presente nesses fenômenos editoriais?

Os jornalistas que hoje escrevem sobre história costumam, como que fazendo coro a Peucer, justificar seus trabalhos como um gênero inferior: dessa vez, enquanto uma literatura de divulgação científica. Sua marca inaugural é o gancho, ou, como nos explica o próprio Laurentino Gomes, o “motivo ou oportunidade para que uma reportagem seja publicada” (2008:14). Ao tornar por um instante o passado presente através de uma data redonda – em sua expressão plena, uma efeméride nacional – o *gancho* cumpre um papel algo a ver com um *problema historiográfico*.

Como escrita comemorativa, os textos que estudo não se furtam a debater – em geral pela boca de outros historiadores – o destino dos grandes homens na memória nacional. Ao introduzir o personagem de D. João III, Eduardo Bueno busca uma série de “julgamentos” historiográficos a seu respeito. Ao final de um debate entre autoridades, o monarca que parecia tolo e hesitante, transforma-se, pelo juízo de João José Alves Dias, em um homem “prudente e habilidoso”, cujas “indecisões” eram, ao cabo, expressões de suas estratégias políticas (BUENO:2006:44-45). Esse movimento de busca por passagens pedagógicas manifesta-se ao longo de toda sua obra, ora através de comparações didáticas entre passado e presente, ora através de personagens exemplares descritos através de forte adjetivação em

seus vícios e suas virtudes. Tal é o caso da leitura das pregações do Padre Nóbrega. Já no quarto livros de sua coleção, longe, portanto, da efeméride dos 500 anos, Bueno encontra um gancho alternativo: às críticas morais à corrupção, logo em voga no ano de 2005 em 2006, período em que o escândalo do mensalão ganhava a agenda dos periódicos. As advertências de Nóbrega contra a corrupção dos valores na colônia, são lidas, mesmo através de seu viés moral, como denúncias de corrupção públicas. Pode esse anacronismo transformá-lo, no presente, em exemplo de cidadania?

Laurentino Gomes, leitor de Oliveira Lima e Luiz Edmundo, compreende a comemoração dos 200 anos da chegada da família real como uma forma de acessar lembranças não recorrentes na imprensa e no cinema sobre a figura de D. João VI. Seus trejeitos cômicos, seus hábitos estranhos e seu espírito confuso são descritos, mas perdem lugar para a racionalização de suas ações políticas. Trajetória traçada a partir, mais uma vez, do diálogo com autoridades historiográficas. Seguindo a fórmula de *D. João VI no Brasil*, de 1908, o livro *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, torna o monarca em exemplo de prudência e, até certo ponto, sagacidade.

Os jornalistas estariam fazendo um recorte da atividade historiográfica profissional centrada nos exemplos? Sua mediação, sua, porque não, edição, seria formadora de sentidos? O moderno conceito de efeméride, associado em sua expressão mais madura às grandes comemorações nacionais, propõe, aos critérios da indústria editorial, o *gancho* perfeito. Mas os episódios comemorativos não são, como nunca foram, as únicas diretrizes das efemérides. O próprio Eduardo Bueno encontrou, quando do esgotamento do efeito comemorativo de suas vendas, um outro *gancho*; compôs, como muitos antes deles, suas próprias efemérides, unindo datas passadas ao cenário do presente.

Pouco mais tarde, apareceria, como um produto secundário do esquentamento do mercado editorial de não-ficção após o sucesso de seus antecessores, a obra de Leandro Narloch. *O Guia Politicamente Correto do Brasil* é aparece independente das grandes comemorações, embora tenha como gancho o clima de polarização política em meio à primeira eleição após a Era Lula. Crítico do materialismo-histórico supostamente atribuído à historiografia nacional e ao ensino de história do Brasil, Narloch faz uma seleção e posterior edição cuidadosamente dirigida das autoridades historiográficas. Interessa-se, sobretudo, em desmontar teses caras, especialmente, ao pensamento de esquerda, que vão desde a

associação entre o fim da escravidão e a expansão do sistema mundo capitalista, e a generalização da tortura e da repressão no regime civil-militar brasileiro. Ao contrário, para Narloch, a proibição do tráfico negreiro encontra relação com os ideais humanitários dos movimentos abolicionistas ingleses, enquanto que o regime de 1964 é apresentado, ao sabor da polêmica lançada no jornal *Folha de São Paulo*, como uma “dita-branda”. Sua leitura liberal não poupa os grandes homens da história do Brasil, em particular aqueles associados ou referenciados na esquerda nacional. Como iconoclasta, propõe-se a demolir os exemplos abrindo caminho para outros, associados a noções de virtude do mundo empreendedor. Como ele mesmo termina seu texto, “viva o Brasil capitalista!”.

A urgência de exemplos em um tempo desorientado pela aceleração – ao mesmo tempo em que a memória é fragmentada na “Era das Comemorações” – parece manter viva certa leitura da História Mestra da Vida. O caráter moral das narrativas jornalísticas da história, construtoras, reorientadoras ou demolidoras de exemplos, seguindo seus padrões particulares de leitura e ação política, mantém viva alguns padrões da retórica demonstrativa aristotélico-ciceroniana. Embora seus heróis e vilões, lidos pelo filtro de um regime de historicidade moderno, apareçam trajados com as vestes dos grandes homens, eles não deixam de ser apresentados ao lado de cem número de adjetivos. Senhores da aceleração, motores da história, para o vício e para a virtude, os indivíduos ilustres (novos ou velhos) são apresentados às audiências presentes segundo da lógica das efemérides: esse marco que une, desde o seu sentido ligado aos prognósticos racionais da astrologia, um lugar e dois tempos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Valdeí Lopez de. *Sobre a permanência da expressão historia magistral vitae no século XIX brasileiro*. In: Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. FGF Editora. 2011. pp 131-147.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O trágico V Centenário do Descobrimento do Brasil. Comemorar, celebrar, refletir*. São Paulo, Edusc, 1999.
- BUENO, A *Coroa a Cruz e a Espada*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. *O que comemorar?* In: Projeto História, 20. Sentidos da comemoração. São Paulo, 4/2000.
- DESMARAIS, Cyprien. *Éphémérides Historiques et Politiques du Règne de Louis XVIII depuis la restauration*. F.M. Maurice Librairie-Éditeur. 1825.
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo. Editora Planeta do Brasil. 2007.
- NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*. Leya. São Paulo. 2010.

KOSELLECK, Reinhard. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Contraponto/PUC-Rio. 2006.

LUCIANO. *Comment Il faut écrire l'histoire*. In: <http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Lucien/histoire.htm#01>. Acesso em Abril de 2013.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. In: *Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia*, V 1. N.2. segundo semestre de 2004. Tradução de Paulo da Rocha Dias.

Stendhal (1783-1842). Correspondance de Stendhal. 1812. BNF. MFICHE 8-Z-17638. p 386.

RUNIA, Eelco. *Burying the dead, creating the past*. In: *History and Theory*, 46. Oct 2007

RÜSEN, Jörn. A razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Editora UNB. Brasília. 2001.

STENDHAL (1783-1842). Correspondance de Stendhal. 1812. BNF. MFICHE 8-Z-17638. p 386.

ZANGARA, Adriana. *Voir l'histoire*. Théories anciennes du récit historique. Paris: EHESS. 2007.

A natureza do Mal e do homem no limiar do século XVIII

Daniel Wanderson Ferreira*

A ideia da natureza do Mal e do homem constitui aspecto central de um debate filosófico importante da cultura ocidental. No século XVIII, a temática ganha novo fôlego, pois a publicação, em 1710, dos *Ensaio de Teodiceia sobre a bondade de Deus, a liberdade do homem e a origem do mal* [*Essais de Theodicée: sur la bonté de Dieu, la liberté de l'homme et l'origine du mal*], de Leibniz, inaugura um novo olhar sobre o tema. Os desdobramentos desse debate estendem-se ao longo do século e, segundo nos parece, é fundamental para a leitura de textos como *A ideia de uma História universal de um ponto de vista cosmopolita* [*Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*], de 1784, de autoria de Kant. Tanto em um caso quanto no outro, o tema da teodiceia é deslocado para pensar o sentido da História em uma perspectiva que coloca em xeque o homem em sua capacidade de agir no mundo, e Deus em sua possibilidade de estabelecer uma ordem plena de sentido à vida.

Diferentemente da noção agostiniana que percebe uma vivência da História pela ideia de queda e da ruptura do homem em sua união com Deus, a partir de Leibniz o jogo da historicidade passa a ser, de modo crescente, um exercício de distanciamento da ideia de Deus do mundo. Dito de outra maneira, os *Ensaio de Teodiceia* colocam em questão a presença do Mal no mundo diante da bondade divina. Do inter cruzamento desses dois aspectos, o Mal no mundo e a bondade de Deus, com a liberdade humana surge a possibilidade do melhor dos mundos possíveis e de um sentido da História que, por um lado, tem uma figura de uma divindade distante que mobilizou a existência do tempo, e, por outro, um homem que passa a ser responsabilizado por essa História, uma vez que ela se torna um exercício de sua ação e liberdade de vontade.

* Professor adjunto do Departamento de História da UNIRIO.

Já em Kant, no fim do século XVIII, o tema é desenvolvido a partir da aparente constatação do caos da vida terrena, ou seja, da História em seu processo presente. Segundo uma imagem hipotética de uma visão racional e contemplativa feita de fora da Terra, ou seja, produzida da perspectiva do Sol, afirma-se a existência de uma ordem e um sentido das ações humanas. Nesse caso, não só a responsabilidade humana parece ser invocada, se pensarmos este texto como um chamado dos homens a se libertarem e se afirmarem humanos pela vontade racional — temática central do artigo resposta *O que é Iluminismo?* [*Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*], também de 1784 —, mas também uma ordem do tempo, posta acima dos homens, ganha força novamente, laicizando um sentido providencial do transcurso do tempo em uma noção de processo histórico.

A afirmação gradual da noção de sentido intrínseco às ações humanas em uma conjugação com a ideia de responsabilidade dos homens pelo Mal tende a constituir alguns dos elementos centrais de composição de uma nova percepção de História, vista secular e processualmente, que se impõe desde o século XVIII (Cf. MARQUARD, 2000; KOSELLECK, 1997). É nesse mesmo entrelace de dilemas postos pelo conflito entre a necessidade e a liberdade que a noção do trágico compõe-se, também na segunda metade do século XVIII, afirmando uma interiorização do conflito no homem. Amplia-se uma dimensão em que o Eu e o Mundo interferem-se mutuamente. Contudo, é no plano subjetivo que o dilema ganha realce, dado que o cosmo desfaz-se de maneira progressiva, em um movimento que, ao mesmo tempo em que distancia as divindades, enfatiza um mundo de fantasmagorias (Cf. SZONDI, 2004). Vampiros, demônios e outras tantas entidades passam a povoar e ameaçar o homem, tomando-lhe por dentro os desejos e sua racionalidade, em uma nova dinâmica de afirmação de uma luta constante da alma humana consigo mesma, com a natureza e com Deus (Cf. LECOUTEUX, 2005; MUCHEMBLED, 2002).

Mesmo que não se possa ser reduzir a passagem da tragédia ao trágico aos mesmos termos, dilemas e conflitos que participam da turbulenta constituição da História teodiceica, percebemos a composição de uma trama complexa centrada na constituição do sujeito em luta consigo mesmo e com o mundo. Para isso ocorrer, há uma perda da potência do Mal, no sentido da transcendência, e um ganho de força em substância, o que engendra uma

capacidade desse Mal penetrar profundamente no homem, na natureza e no mundo, em uma espécie de ampla contaminação da historicidade.

Em linhas gerais, essa explicação de emergência de uma nova forma de experiência da História em associação com o processo de afirmação da vontade dos homens no mundo por meio da composição de um espaço crescente de subjetividade molda uma hipótese geral de explicação da modernidade. As variações, embora tenham graus e formas muito amplas, num debate dificilmente enumerável, segue conjugando esses dois elementos, tomando-os como complementares.

Em contrapartida a esse esboço de argumento geral que percebe, ao longo do século XVIII, a composição de uma nova noção de História, vista desde então como um processo de afirmação da vontade dos homens, a França mostra outra argumentação. Constitui um debate nos mesmos termos, voltando-se para esses temas filosóficos da liberdade e da necessidade em conflito, e da perfeição divina posta em xeque diante do mal no mundo. Porém, ao fazê-lo, outras montagens e configurações evidenciam-se. Desde o fim do século XVII, em que pesem as permanências retóricas e as novas configurações da compreensão do mundo e do homem, há no pensamento francês uma crescente defesa da natureza como sistema de mundo que tem por consequência um apagamento do homem no mundo. Trata-se, na verdade, em planos diferentes e em formulações variadas, de colocar em xeque a possibilidade de o homem afirmar-se como ente autônomo, uma vez que a vontade humana é delineada como um combate do mundo externo que, inevitavelmente, rende o homem aos seus modos de operação. É a partir dessa mecânica que a história natural torna-se história da natureza, englobando o homem como um de seus elementos e colocando no mundo exterior ou no objeto a força de movimento do tempo ou de constituição do processo de historicidade (Cf. EHARD, 1994).

Em Buffon ou em Voltaire com seu inocente Cândido, afirma-se um sentido da vida pronto, embora não imóvel. De certa forma, pode-se pensar a partir deles em uma secularização do cosmo, dado que a História é vista como movimento interno a um circuito e, nesse sentido, as vontades sujeitam-se ao sistema que se desloca em forças e alinhamentos internos que são constituídos dentro desse circuito. Junto a isso, insere-se uma lógica de desvelamento e não de aprendizagem como própria ao homem. No caso da aprendizagem, o

que nos parece fundamental para a composição do trágico, afirma-se a possibilidade da vontade interior aperfeiçoar-se na educação como cultivo, bem como confrontar-se em seus dilemas e constituir-se em diferença com o mundo. Já no que chamamos de desvelamento, o jogo faz-se, diferentemente, pela revelação de uma verdade que somente é explicitada. Assim, a experiência de vida mostrar-se como uma forma de encontro com algo dado, próprio à personagem.

Em Donatien de Sade, esses elementos ganham um acabamento maior, uma vez que ele constrói seu pensamento a partir de uma confluência de tradições e, parodiando os processos de emergência da tópica educativa de Rousseau e da possibilidade de composição do homem interior, insiste em um motivo central em seus diversos textos, que é a presença da Natureza como potência. Por um lado, a Natureza, em Sade, é vista pela ótica do sistema e do jogo de forças postos pela física de Newton, amplamente relida em diversas esferas do conhecimento, o que permitiu ver os corpos em movimento e equilíbrio constante. De outro modo, há uma apropriação dos debates morais e das noções de força, potência e egoísmo natural do homem em Hobbes, D’Holbach e La Mettrie, bem como da discussão sobre a importância dos sentidos, tão bem sistematizada por Condillac em seu *Tratado das sensações* [*Traité des sensations*], de 1754, que tendem a atravessar a mesma noção de Natureza. O resultado imediato em sua argumentação é a compreensão de existir um jogo de forças do qual o homem participa como uma das figuras de potência da Natureza, mas nunca superior ou igual a ela. É nessa lógica que nem o bom e o mau inserem-se como forças, porque como propriedades morais, não ocupam lugar em um sistema radicalmente atrelado à uma composição ética que, por sua vez, vê na Natureza não uma disputa entre o Bem e o Mal, mas um equilíbrio de forças que desfaz o crime. Cosmologicamente pensando o mundo, Sade dispõe as forças da Natureza em potência sem proporcionar-lhes nenhum conteúdo ético positivo em si; cabem-lhes apenas ser exercício de movimento que garante a manutenção da vitalidade da Natureza. Por isso, os homens em suas disputas são construídos como figuras a se afirmarem como potências ou desejos. Também deriva disso a impossibilidade de ver esse jogo senão como disputas de forças e, acima de tudo, como um pequeno teatro dentro desse movimento da Natureza.

A questão que nos parece primordial repousa na compreensão dos sentidos desses suportes e dispositivos de ideias que tem na noção de um mundo sistemático e ordenado, movimentado a despeito dos homens como entes de vontade e força interior, um eixo central da compreensão dos homens e da historicidade. Ver a libertinagem e Donatien de Sade, especialmente, a partir dessa óptica permite recolocá-los em sua historicidade ou em sua própria rede social de emergência. A noção de História própria a essa lógica pode ser vista, então, em um cruzamento em que a ação humana é constituída em uma dinâmica exemplar e ainda mantida atrelada à ideia de figuração. Não é à toa que a noção de ser a historicidade uma monotonia eterna ou um movimento da Natureza, mesmo que desdobrado em figurações sociais, fica como peça central do pensamento de Sade e, de certa maneira, guardadas as variações, da libertinagem do século XVIII (Cf. FERREIRA, 2010: 154-176).

Perceber a especificidade desse pensamento anula a crítica mais comum dirigida a Donatien de Sade e a praticamente toda a libertinagem do século das Luzes. Nela, afirma-se a constatação monótona de tipos que se repetem sucessivamente, numa demonstração de falta de imaginação e de expressão de pensamento. O problema desse julgamento é que ele opera pelo império de uma lógica que tem dificuldade de encontrar nos textos ficcionais e filosóficos franceses do século XVIII, talvez até Restif de la Bretonne e, principalmente, Balzac, personagens mais realistas e subjetivamente orientadas. Dito de outra forma, ao tomar como modelo interpretativo uma modernidade que põe a História e o sujeito como agente subjetivamente constituído ou autorientado, torna-se difícil pensar esse pensamento senão como outro, desviante, visto em suas faltas e incapacidades.

A superação das críticas a esse modelo geral de História que se alimentando de uma ideia de modernidade afirmativa de uma subjetividade parece-nos fundamental para discutir a diversidade e o conflito presente na historicidade do pensamento, no século XVIII e na virada para o século XIX. Isso permitiria tomar como ponto de partida de investigação a especificidade desse modo de pensamento francês, ou talvez latino, em sua negação de centrar a ideia de História em uma noção de homem que tem vontade autônoma inovadora em sua articulação com o mundo. Dito de outra forma, talvez o jogo de forças a ser percebido aqui seja o da especificidade desse pensamento que parece se negar a eleger o movimento senão na Natureza. O começo de um novo argumento de reflexão pode ser dado pelo combate da noção

de outra modernidade e, também, pela investigação da moldura latina, em suas formas de expressão figurativas, importantes à sua moldura espiritual, mas também essenciais a sua dinâmica linguística, presente na França iluminista. Afirmar que é uma das chaves dessa lógica é outra questão e, acima de tudo, apenas um novo começo de investigação.

Referências bibliográficas

EHARD, Jean. **L'idée de nature em France dans la première moitié du XVIII siècle.** Paris: Albin Michel, 1994.

FERREIRA, Daniel Wanderson. **As matrizes discursivas do pensamento de Sade.** Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Departamento de História, PUC-Rio, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Le concept d'Histoire (p.15-99). in **L'expérience de l'Histoire.** Paris: Gallimard, Le Seuil, 1997.

LECOUTEUX, Claude. **História dos vampiros: autópsia de um mito.** São Paulo: Unesp, 2005.

MARQUARD, Odo. El hombre acusado y el hombre exonerado em la filosofía del siglo XVIII (p.47-74). in **Adiós a los principios.** Valencia: Institució Alfons El Magnànim, 2000.

MUCHEMBLED, Robert. **Uma história do Diabo, séculos XII-XX.** Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

SZONDI, Peter. **Ensaio sobre o trágico.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

A partir da didática da história, pensar o ensino de “história e cultura afro-brasileira”.¹

Wilson de Sousa Gomes*

Resumo: Propomos com essa comunicação discutir a temática da “História e Cultura Afro Brasileira” a partir da didática da história. O trabalho é uma pesquisa em vias de desenvolvimento. Discute o conceito de ensino de história e dialoga com a historiografia na tentativa de compreender a lógica das significações e sentidos temporais. Dessa forma, a relação entre passado e presente, define a forma de educação do sujeito histórico. Compreender esse processo se faz nossa tarefa nesse debate.

Palavras-Chave: História, Ensino de História, História e Cultura Afro-brasileira

Abstract: We propose in this communication to discuss the theme of "History and Afro Brazilian" from the teaching of history. The work is a search for the developing world. Discusses the concept of history teaching and dialogue with historiography in trying to understand the logic of meanings and temporal senses. Thus, the relationship between past and present, defines education historical subject. Understanding this process makes our task in this debate.

Keywords: History, Teaching History, History and Afro-Brazilian

INTRODUÇÃO²

Percebendo a importância de se pensar a História enquanto conhecimento para o agir temporal, entende-se que “como não podemos viver sem o passado, este tem de estar, ao serviço da vida” (RÜSEN, 2011: 260). Refletir e compreender as relações entre o passado e o presente, se faz uma necessidade para entender as permanências e mudanças das relações sociais e históricas que caracterizam o cotidiano dos sujeitos. Estudar o passado segundo Ranke *apud* Rüsen nos possibilita a

¹ Parte desse texto foi apresentado em forma de comunicação na XII Semana de História da UFG em Goiânia GO, sob o título: *Didática da história: o ensino de “história e cultura afro brasileira” pensado a partir da perspectiva de identidade*, sendo o mesmo publicado nos anais do evento.

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária de Jussara. Mestrando em História pela PUC/GO e (Bolsista CAPES). Email: berimbau2005@hotmail.com

² Este texto é proposto a parti de duas experiências. Uma é o projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária de Jussara com o título: *História e Didática da História: o ensino de “História e Cultura Afro - Brasileira”*, em uma perspectiva da cultura e identidade no âmbito educacional de Jussara, sob minha coordenação. E a outra é uma ação em forma de Projeto de Extensão aprovado pela PrE da Universidade Estadual de Goiás intitulado: *A cultura e a Identidade: a capoeira na escola*. Deferido em setembro de 2012, com vigência de 01/10/2012 a 30/09/2013.

“Alcançar um entendimento muito mais vivo do acontecimento histórico” Da desgraças, da opressão e da violência, emergem, pois a liberdade e a força do espírito (*Geist*) humano; o olhar histórico revela assim ao observador a profundidade temporal da sua identidade a qual é simultaneamente nacional e humana (RÜSEN, 2011: 269).

A construção de um saber passa pela necessidade de entender o geral e o particular ou vice-versa. Instrumentalizando definições e conceitos na intenção de obter algumas respostas para as nossas indagações referentes ao Ensino de História e a temática da “História e Cultura Afro Brasileira” entende-se que estudar o passado é atribuir “ao pensamento histórico o poder de traduzir o lamento do passado numa compreensão libertadora: “o que foi anteriormente júbilo e lamento agora torna-se conhecimento”” (RÜSEN, 2011: 267). Construir um espaço de discussão é de fundamental importância para desvelar os processos de exclusão e discriminação que são praticadas nas realidades sociais.

Na prática docente³, notamos que grande parte dos alunos que entram para o ensino superior, não possuem conhecimentos referentes à História e cultura afro brasileira. Ao trabalhar com as disciplinas teóricas e específicas, confirmamos a carência no que diz respeito a esse *déficit* histórico. Isso reflete a necessidade de construir um campo de debate que contribua para as dúvidas subjacentes a essa carência. Então, nossa motivação se localiza em entender e discutir o motivo da falta de conhecimento fundamentados no passado e cultura nacional.

Para se construir um conceito do eu, do nós e do outro, precisa-se entender o eu dentro da natureza social e cultural. Para que isso seja possível, recorrer à concepção que o sujeito faz do seu tempo e espaço no diálogo com as relações passadas, presente e futuras constituem uma necessidade vital. Nesse sentido, considerar os elementos que fragmentam a identidade histórica do sujeito, reflete sobre a importância do conhecimento histórico e a sua função de, através do conhecimento orientar e dar significado a experiência histórica.

Sendo o conhecimento histórico o alimento substantivo para entender as permanências de construções temporais, percebemos um passado cultural que contempla as grandes nações e feitos dos grandes homens em omissão do que há de mais próximo. Localizar a “didática da história a partir do desenvolvimento da consciência histórica” (RÜSEN, 2010: 14), permite

³ Professor de Ensino Superior do quadro temporário da UEG do Curso de História da UnU Jussara com as disciplinas: Temas da Antropologia, Metodologia da Pesquisa Histórica I e II, Teoria da História I e II, História do Brasil III e História e Cultura Afro Brasileira entre os anos de 2007 a 2013.

coloca o enigma do passado-presente aos olhos da compreensão de que o ensino de História tem maior importância do que o se tem dado em sala de aula. Não estamos justificando que o ocorrido no presente seja culpa do passado. Não compartilhamos dessa interpretação e ela não nos serve para a perspectiva que pretendemos apresentar ao longo do texto. Nossa defesa é a busca de entender uma História crítica que contribua para a elevação do espírito humano no que concerne à liberdade de igualdade na diversidade cultural.

Levando em referência um “aprendizado capenga, unilateral, autocentrado, discriminante”. Reconhecemos as contribuições de Jörn Rüsen para se pensar o ensino de História e didática da História no processo de formação da consciência histórica. Dessa forma, nosso texto vai à contra mão de uma perspectiva que vê o ensino de história enquanto neutro. O ensino de história reflete as dimensões do tempo vivido pelos sujeitos nos tempos e espaços e traduzem os processos de grande peso do passado sobre o dia-a-dia dos indivíduos na constituição de sua identidade. A didática da história, em Rüsen fomenta os “processos de aprendizado, formadores da subjetividade empiricamente preenchida pela experiência do tempo, no tempo e sobre o tempo” (RÜSEN, 2010: 08).

Sendo o ambiente escolar responsável por uma das dimensões de contato com o tempo histórico, percebemos a necessidade de uma investigação que apresente fatores condicionantes dos discursos e práticas da formação da identidade histórica do sujeito em relação a sua história. Por essa via, trabalhar com a temática da História e cultura afro brasileira, nos ajuda a pensar a história e a cultura como dimensões duplamente qualificadas para se compreender o mundo vivido nas experiências sociais e educacionais.

Desafios e Práticas: a Consciência Histórica⁴

Ao buscar uma discussão crítica e analítica para entender os aspectos que formalizam a aplicação do ensino de História e cultura afro brasileira no contexto educacional, percebemos que diversos fatores se apresentam a nós por via das fontes consultadas.

⁴ Partes das ideias deste texto já foram trabalhadas na revista Guanicus -2012, conforme referências em notas de rodapé. Outro fator é que há parte do texto que foi enviado para a Revista Brasileira de Extensão e Inovação sob a condição de avaliação para se aprovado ser publicado na mesma. Então esse trabalho não constitui ideias inéditas, fazem parte de um conjunto de debates e discussão que venho desenvolvendo na tentativa de ampliar o horizonte de entendimento e compreensão sobre o tema da Didática da História, Ensino de História e a temática da História e Cultura Afro Brasileira.

Heuristicamente as informações percebíveis nas fontes, qualificam significados e representações que tornam pertinentes nossas discussões por revelar que “o processo de ensino de história e aprendizado na sala de aula é governado por uma estrutura da consciência histórica não reconhecida pelos próprios participantes” (RÜSEN, 2010: 34).

Segundo Rüsen (2007)⁵ lançar da operação procedimental e substancial é um procedimento que nos ajuda a produzir algo que entenda a realidade. Com isso, nossa proposta visa uma discussão pertinente a História e Cultura afro brasileira, entendendo a cultura afro brasileira enquanto constituinte da identidade do sujeito histórico⁶. Explicitar a carência de orientação temporal do sujeito histórico apresenta a consciência histórica como suporte para o exercício da identidade.

Nós podemos aprender que a consciência histórica pode exercer um papel importante naquelas operações mentais que dão forma à identidade humana, capacitando os seres humanos, por meio da comunicação com os outros, a preservarem a si mesmos. Focando essa questão de identidade histórica, a didática da história enfatiza um elemento crucial na estrutura interna do pensamento e da argumentação histórica, bem como suas funções na vida humana (RÜSEN, 2010: 08).

Ancorados nessa via, percebemos as representações das relações humanas produzidas através do choque entre culturas, ou seja, a herança europeia e a herança afro e a partir disso, o reconhecimento da cultura nacional⁷, torna-se um processo histórico e educacional que está estruturado em nossas escolas. Sabendo que a miscigenação específica em nossa nação, levantamos a seguinte problemática: Como as pessoas veem a miscigenação? É algo bom ou negativo? E até que ponto a História e Cultura afro brasileira têm sido ensinados dentro das instituições de ensino do país? Pois, no passado encontram-se situações em que a escravidão negra no Brasil, transforma o outro em objeto, e nesse caso, é negando ao negro sua própria humanidade⁸.

Traduzir situações vividas no contexto das escolas que denunciam os aspectos de continuidade ou rupturas dos processos históricos, delimitam as identidades sociais e culturais dos indivíduos. Dessa forma, o tema nos conduz a discursos, discussões e situações, que envolvem ações pré-conceituosas de modo velado e sutil segundo Schwarcz (2001)⁹.

⁵ RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: UBN, 2007.

⁶ Ver RÜSEN Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba – PR: UFPR, 2010.

⁷ Ver HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

⁸ Ver GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 5º Ed. São Paulo: Atica, 1988.

⁹ SCHWARCZ, Lilia K. Moritz, *Raça como Negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil*. IN: Brasil Afro-brasileiro. 2º ed. Bela Horizonte: Autêntica, 2001.

Existindo uma relação histórica que define lugares específicos para os tipos sociais e raciais, percebemos que dialogar com a realidade para entendê-la e compreendê-la, interliga o nosso fazer com a proposta de uma didática da história que possibilita revelar situações e demonstrar as ações de exclusão cultural e social.

Segundo Schwarcz *apud* Gomes (2011), essa situação está estruturada¹⁰ dentro das relações cotidianas, no contexto da nossa cultura, identidade e história. Os autores nos falam que tal elemento se faz uma herança do passado colonial, onde as relações sociais do nosso país se ancoram na lógica da cor e do status. Logo, discutir o ensino de história¹¹ em relação à temática da História e cultura afro brasileira, se justifica nos aspectos da nossa identidade que estão sendo formalizados no contexto educacional¹². Seguindo esse pensamento, temos meios que nos possibilita compreendermos a lógica das significações que estão contidas em tempos e espaços variados na relação entre passado e presente. Conforme Rüsen (2007, p: 140) analisar é dirigir o olhar histórico para os elementos que “representam a cultura de uma época” e com isso, entender até que ponto existe uma ruptura ou uma continuidade de ações e práticas dos agentes históricos.

A história enquanto conhecimento da vida humana é formadora de múltiplas possibilidades. Então o homem, mas do que fazedor e formador é capaz de estabelecer múltiplos eventos além de dar diversos significados as suas experiências de vida. As indagações que fazemos se situa nos processos relacionados entre o agir, pensar, imaginar, sonhar e sentir, isso porque, o homem cria o mundo e orienta-se nele a partir da busca de sentido para sua orientação temporal segundo Rüsen *apud* Gomes (2011). Seguindo esse pressuposto, busca-se uma discussão no sentido de orientar a significação para a experiência humana.

Percebendo a cultura afro brasileira como algo constituinte da nossa identidade, refletimos se de fato vencemos o preconceito, ou vivemos “um preconceito de ter preconceito”, na qual a concepção que as pessoas têm sobre a cultura afro brasileira, está

¹⁰ Ver ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *Historia da Educação no Brasil: (1930\1973)*. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

¹¹ Firmando nisso temos com as definições de Rüsen (2010) uma perspectiva de uma didática da historia que ofereça ao aluno/sujeito histórico meios para se identificar enquanto sujeito integrante da historia e construtor dela.

¹² Ver CAETANO, Marciene das Dores; GOMES, Wilson de Sousa e RODRIGUES Fernando Rocha. *Ensino de “Historia e Cultura Afro Brasileira: breve discussão”*. IN: Revista Guanicus. Vol. 07, Nº 11, 2012, p. 43-44. (Faculdade Anicuns - GO)

ligada a um passado marcado pela lógica da cor e do status¹³. A História do Brasil nos apresenta evidências onde o outro é transformado em um objeto, negando-lhe sua própria humanidade segundo Gorender (1988). Assim, somos levados a pensar o processo histórico carregado de marcas da exclusão, que reflete uma estrutura de ações pré-conceituosas e discriminatórias do passado em relação com o presente.

A problemática apontada reflete elementos da contemporaneidade notando que a história enquanto experiência dos homens¹⁴ no tempo dá as conotações de formação de identidade e orientação dos indivíduos na sua formação, temos uma temática de urgente necessidade de discussão e ampliação dos debates e pesquisas. Assim, discutir sobre História cultura afro brasileira é entender os aspectos que representam a nacionalidade, e isso, possibilita compreendermos a lógica das significações que estão contidas em tempos e espaços variados na relação entre passado e presente.

Conceitos e concepções: a questão da educação e cultura

Conforme Rüsen (2007: 140) dirigir o olhar histórico para os elementos do cotidiano que “representam a cultura de uma época” possibilita entendermos a tradição. Seguindo esse pressuposto, entender até que ponto há uma ruptura e uma continuidade de ações e práticas que representam exclusão e preconceito é estar em consonância com as relações entre o passado – presente, que se manifesta na tradição e cultura que são negadas devido ao seu processo de exclusão que se baseia numa estrutura de dominação.

Por mais que a lei 10.639/03 determine a aplicação dos elementos da História e Cultura Afro-brasileira nas instituições de ensino do país, notamos que uma coisa é a lei, a outra é a realidade, conforme Gomes (2011). Assim, temos alguns fatores que reforça a importância dessa discussão no âmbito da educação e da universidade. Pois, debater, discutir e conhecer, também é pesquisar e preservar. Logo, discutir questões referentes à nossa educação, cultura, tradição, identidade e história nos direciona para respostas que satisfazem nossa sede de saber sobre a realidade social, cultural e educacional.

¹³ Idem

¹⁴ Ver RÜSEN Jörn. *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba – PR: UFPR, 2010.

A partir disso, podemos compreender a cultura como sendo uma manifestação universal na existência humana. Embasados na perspectiva teórica de Geertz (1978), percebemos que “as teias” de significação e do sentido das práticas humanas estão relacionadas ao que elas tomam como certo ou errado. Tomando essa perspectiva teórica, estabelecemos uma crítica para perceber os fundamentos das concepções preconceituosas e discriminatórias que existem em nosso país. Em função disto, entendemos que a lei 10639/03 tem efeito direto no âmbito escolar e que um estudo sobre o processo histórico, seguido de uma relação prática e objetiva, possibilita compreendermos até onde estão estruturadas as ações pré-conceituais e discriminatórias do nosso passado em relação com o presente, e assim, motivar novas práticas e atitudes frente a nossa cultura que não legitimem a exclusão de culturas e manifestações de cunho afro brasileiro.

Logo, analisar, definir e conceituar é uma tarefa complexa, e envolve vários focos epistemológicos segundo Chartier (1995), mas a tarefa da ciência é justamente isso, perceber e debater os vários enunciados dentro da construção conceitual, para encontrar as significações que damos ao nosso mundo social. Pois, a percepção do social representam as lutas e os “mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores, que são seus, e o seu domínio”¹⁵, a outro grupo. Compreendemos que a ausência que manifestações da cultura afro no meio educacional se configura como sendo um problema de ordem política e cultural, reflete os contrastes de superioridade e inferioridade que caracterizavam o processo de exclusão do nosso passado. A marca visível é a escravidão e suas marcas traumáticas em nossa História.

Segundo Marrou (1978: 56), a produção do conhecimento em História, se faz de acordo com a documentação disponível, pois “a história se faz com documentos”. Com isso, o historiador lida com os vestígios do passado para entender as relações do presente - passado e se orientar enquanto ser temporal, ou seja, ser histórico segundo Rüsen (2010). Frente a isso, nossa pesquisa desenvolve um trabalho de coleta de dados que evidenciam o que é discutido e priorizado dentro do âmbito escolar. Visamos produzir um “diagnóstico” que aponte os tratamentos dados a questão de História e Cultura afro-brasileira.

Pois, a História e o seu ensino, tem que ser vista como um elemento de transformação,

¹⁵ Ver CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas E Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimentos acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fator de determinação cultural da vida prática humana (RÜSEN, 2010: 44).

Seguindo essa perspectiva, centramos nossa pesquisa em escolas de Ensino Fundamental de Jussara especificamente as de 6ª a 9ª ano. A partir da permissão dos gestores educacionais, analisamos os Cadernos de Orientação Curricular, o Projeto Político Pedagógico, o Plano Anual do Professor da disciplina de História, o Livro Didático e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Contando com a colaboração de professores, pais e alunos, desenvolvemos questionários para colher dados relativos a perspectivas da temática da História e cultura afro brasileira no contexto educacional.

Assim, o trabalho se dividiu em catalogar os livros didáticos de História, depois, comparar os Projetos Políticos Pedagógicos das diferentes escolas e a sua relação com as orientações dos Cadernos de Orientação Curricular e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN. Após isso, perceber como que o Plano Anual de Aula do Professor aponta a temática da cultura afro para posteriormente, confrontar o debate histórico contidos nos livros didáticos, em relação à lei 10639/03 e sua aplicabilidade dentro do contexto escolar, na intenção de perceber a atitude de professores e alunos diante dos conteúdos que discutem a questão da cultura afro brasileira.

Dessa forma, a construção da identidade em uma base sólida, precisa entender o processo horripilante de um passado de sofrimento, em um presente contrário a esse sentido¹⁶. O indivíduo para se sentir pertencente a uma realidade, tem de identificar-se com ela de forma a ter consciência acerca das suas amarras, projetando “conceitos de mudança temporal” por via de reivindicações de verdade. Assim, a “consciência histórica abre a relação ao futuro”¹⁷ aproximando o indivíduo da cognição. Entender a permanência do fluxo de eventos políticos que estruturam a identidade histórica é ter a possibilidade de mudança.

Afinal, a consciência histórica,

Se caracteriza pela “competência de orientação”. Essa competência supõe ser capaz de utilizar o todo temporal, com seu conteúdo de experiência, para os propósitos de orientação da vida. Implica guiar a ação por meio das noções de mudança temporal,

¹⁶ Ver RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. IN: História da Historiografia. Nº 02, 2009, p. 163 a 209.

¹⁷ Idem

articulando a identidade humana com o conhecimento, mesclando a identidade no enredo e na própria trama do conhecimento histórico (RÜSEN, 2010: 61).

Seguindo esse raciocínio, compreendemos que em uma realidade onde o indivíduo não se encontra ou não se percebe enquanto sujeito –histórico, tende a sofrer uma crise de identidade. Pois, uma realidade que não comporta ações e representação de uma cultura demonstra lugares historicamente determinados onde à cultura da elite abafa as outras¹⁸. Assim, livros didáticos, músicas, histórias e etc., que apresenta a trajetória apenas dos grandes heróis, brancos, colonizadores, cristãos e etc., carrega o estigma do vencido. Se o pensamento histórico é um meio de expressar a identidade, logo, é tarefa do historiador dar ferramentas que possam construir as identidades reforçando a consciência histórica dos sujeitos por via de instrumentos teóricos que superem a crise conceitual e real.

Considerações finais

Almejamos com essa produção uma discussão que venha ampliar os debates acadêmicos, científico e historiográfico no que se refere à Didática da História, o Ensino de História e a temática da História e Cultura Afro Brasileira. Se o propósito básico da didática da história é “investigar o aprendizado histórico”, defendemos que a “narrativa histórica pode ser vista como operação mental constitutiva” (RÜSEN, 2010: 43). Uma vez aprendida os conhecimentos históricos, o sujeito se orienta no tempo espaço, tendo um reforço da sua identidade cultural.

Assim,

Aprender é um processo dinâmico em que a pessoa que aprende é transformada. Algo é ganho, algo é adquirido – conhecimento, habilidade ou uma mistura de ambos. Na aprendizagem histórica, “história” é adquirida: os fatos, objetivos, coisas que aconteceram no tempo, tornam-se um assunto de conhecimento consciente – tornam-se subjetivos (RÜSEN, 2010: 82).

Dessa forma, compreender o sentido que reina na mentalidade ou quais os sentidos produzidos na mentalidade educacional é algo complexo, exige do historiador um modo sistemático de lidar com as bases de ações e representações do nosso mundo, pois as realidades são sempre produzidas por sujeitos em condições sociais e históricas determinadas.

¹⁸ Ver ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil: (1930\1973). Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

Portanto, muito mais que apenas olhar para a realidade, faz – se necessário, antes conhecer a realidade e compreender os mecanismos que promovem as atitudes que comumente não damos conta de perceber, ou seja, entender os indivíduos produtores da realidade como sugere E. H. Carr (1981), para a partir daí, promover ações que possam resultar em atitudes que amenizem os processos de exclusão e discriminação.

A importância dessa discussão sobre História e cultura afro brasileira é o primeiro passo para uma longa caminhada. Contudo, a questão central é: conhecer o passado e entendê-lo na sua complexidade. Agir de forma a não condenar os agentes históricos do tempo passado. O ponto “xis” da problemática, é apresentar que a realidade presente e futura, se faz com a possibilidade de racionalizar as práticas culturais diversas, em uma realidade social que abarque “certas formas de vida, certo “sistema de crenças”¹⁹, tendo a diversidade e multiculturalidade como forma legítima de necessidade de respeito por parte de todos. É uma atitude e ação que não se dá da noite para o dia, contudo, projetos, cursos, discussões, etc., já são a primeira ação para a mudança e transformação de uma realidade que carrega princípios velados de preconceito e discriminação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 10.639 de 09 de Janeiro de 2003*.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 12º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CARR, Edward Hallet. *O que é história?* São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- _____. *A História Cultural: Entre Práticas E Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MARROU, Henri-Irenné. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UNB, 2001.

¹⁹ Ver RÜSEN, Jörn. *Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história*. IN: História da Historiografia. Nº 02, 2009, p. 163 a 209.

_____. *História Viva: teoria da historia: formas e funções do conhecimento histórico.*

Brasília:UNB, 2007.

_____. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In:

SALOMON, Marlon (Org.) *História, verdade e tempo.* Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 259-290. (Grandes Temas; 14).

SCHAFF, Adam. *História e Verdade.* Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1997.

A produção historiográfica em revista: uma análise da Revista de História na década de 1950

Patrícia Helena Gomes da Silva*

Criada no ano de 1950 por Eurípedes Simões de Paula, professor catedrático de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP), a *Revista de História* é considerada pela literatura como pioneira no universo das publicações acadêmicas especializadas na área de História no Brasil. Mais do que isso, ela é também um importante espaço de divulgação da produção intelectual da USP e de outras universidades, bem como de estímulo a linhas de trabalhos desenvolvidas por diferentes pesquisadores¹.

Apesar do lançamento da publicação ocorrer nos anos 1950, a sua gestação pode ser localizada bem antes, mais precisamente em 1937. Conforme destacado por seu diretor no primeiro editorial da revista, a ideia surgiu em conversas com o Prof. Fernand Paul Braudel, então professor da Cadeira de História das Civilizações e um dos docentes partícipes das missões de ensino e pesquisa vindas ao Brasil na década de 1930 com o intuito de auxiliar na institucionalização da Universidade de São Paulo, de modo a contribuir para renovação de áreas de estudo a serem consolidadas nos diversos campos do conhecimento².

No caso particular das Ciências Humanas, cabe destacar a vinda das missões oriundas sobretudo da França, as quais trouxeram nomes como Émile Coornaert (em 1934, para a cadeira de História das Civilizações, e em 1949 como professor visitante); o próprio Fernand P. Braudel (entre 1935 e 1937, na cadeira de História das Civilizações, e em 1948 como professor visitante); Jean Gagé (entre 1938 e 1946, substituindo Braudel na referida cadeira, na qual orientou teses de doutoramento); Émile G. Leonard (que substituiu, em 1948, Jean

* Graduada em História pela Universidade Federal de São Paulo – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Campus Guarulhos (UNIFESP – EFLCH – Campus Guarulhos). Este trabalho foi originário do Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) defendido em maio de 2013, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Franzini.

¹ Cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *História e historiografia Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985 (Estudos Brasileiros ; 87); _____. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. 204 p.; MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

² ROIZ, Diogo da Silva. A estrutura curricular do curso de Geografia e História da FFCL-USP entre 1934 e 1956. In: _____. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino de universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012, p. 38-58.

Gagé como professor visitante); Jean Glénisson (de 1957 a 1958, na cadeira de Metodologia e Teoria da História)³. A vinda das missões de ensino e pesquisa de professores estrangeiros, sendo a experiência francesa como a mais frutificante das iniciativas tomadas demonstraram, conforme apontado por Marieta de Moraes Ferreira, o forte interesse francês em garantir sua influência nos estabelecimentos do ensino superior recém-criados no país, em um momento de mudanças nas políticas educacionais no Brasil⁴.

Tal aspecto, enfatizado por Eurípedes Simões de Paula no texto inaugural da publicação, indica-nos as possíveis relações existentes entre o prelúdio da *Revista de História* com o próprio contexto de criação da FFCL – USP nos anos 1930 e, dessa forma, auxilia na compreensão do contexto de produção da *Revista de História* e das contribuições dadas por seu grupo fundador no forjamento do projeto editorial do periódico, liderado pelo próprio Eurípedes⁵. Convém, assim, abordar alguns aspectos do escopo do periódico, por meio dos editoriais presentes na *Revista de História* durante o período analisado, de forma a visualizar as ações empreendidas em imprimir um perfil ao mesmo.

No primeiro editorial, presente no primeiro número da *Revista de História* (ano I, n. 1, p. 1-2), Eurípedes Simões de Paula oferece aos leitores elementos cruciais no sentido de

³ ROIZ, Diogo da Silva. A estrutura curricular do curso de Geografia e História da FFCL-USP entre 1934 e 1956. In: _____. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino de universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012, p. 38-58

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marco Chor; VILAS BÔAS, Glaucia (org.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 1999, p. 277-299

⁵ Eurípedes Simões de Paula nasceu na cidade de São Paulo no ano de 1910. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ingressou no curso da sub-seção de Geografia e História da FFCL-USP em 1934, formando-se na primeira turma no ano de 1936. No mesmo ano, torna-se assistente-adjunto da Cadeira de História da Civilização da FFCL-USP e entre 1937-1938 ministra cursos sob a orientação do Prof. Jean Gagé que sucedeu o prof. Fernand Paul Braudel em 1937. Dois anos mais tarde, foi contratado para o cargo de Prof. Adjunto da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval e em 1942, assume a regência da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval da mesma instituição, reassumindo a cadeira em 1945 após sua participação na Força Expedicionária. No mesmo ano, obteve o título de doutoramento em História com a tese “O comércio Varegue e o Grão-Principado de Kiev”. Em 1950, assume a direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, permanecendo no cargo até 1954. Ainda em 1954, torna-se vice-reitor da USP, com mandato cumprido até 1957. Em 1961, participa da fundação da Associação dos professores de História (atual Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH)). Entre 1962 e 1964 é eleito diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília (SP). Durante a década de 1960, organiza diversos eventos, dentre eles, a Comissão Nacional para as comemorações do Dia de Anchieta (1965), seminário interdisciplinar na problemática das vilas medievais (1965), Comissão Internacional de História Marítima (1965), Colóquio Brasil-Japão (1966), entre outros. Entre os anos de 1972 e 1974, assume a chefia do Departamento de História da FFCL-USP. No ano de 1977, falece em São Paulo, em decorrência de um acidente de trânsito. Cf. GLEZER, Raquel. Eurípedes Simões de Paula: uma bibliografia. In: IN MEMORIAM de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 661-706

lançar as bases, os princípios e o espírito da publicação. Intitulado “O Nosso Programa”,⁶ ele tem a clara noção de edificar “[...] uma Revista destinada à divulgação de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos.”⁷

No parágrafo seguinte, o diretor sublinha as possibilidades desenhadas no universo dos periódicos existentes⁸, de forma a situar a importância e o papel que passara a desempenhar na vida universitária⁹. A intenção era que o mesmo merecesse “um lugar modesto” entre as publicações especializadas já existentes no país, com o intuito primordial em dar publicidade a trabalhos que porventura não poderiam ser acolhidos em outras publicações, devido à subordinação a possíveis exigências impostas pelas mesmas.

Os dois últimos parágrafos do editorial de abertura da *Revista de História* nos dão indicativos da amplitude atribuída ao seu projeto, com o anseio de recepcionar trabalhos, reflexões sobre quaisquer dos setores da História (econômico, social, político, religioso, literário, filosófico e científico)¹⁰ e também algumas considerações sobre a delimitação do título da revista (*Revista de História*), o qual necessitava de um designativo capaz de afastar desde seu início qualquer preocupação restritiva. Tal título foi consentido pelo Prof. Fidelino de Figueiredo (membro da Comissão de Redação da *Revista de História*), utilizado anteriormente pelo mesmo numa outra publicação entre os anos de 1912-1928. E a ideia não era apenas tomar o nome do periódico para a revista recém-fundada, mas também colocá-la enquanto modelo “[...] da nossa, pondo desde já ao serviço de todos os Homens de Boa Vontade, a nova **Revista de História** (grifo do autor)¹¹”.

⁶ PAULA, Eurípedes Simões de. Nosso Programa. *Revista de História*, São Paulo, ano I, n. 1, p. 1, jan/mar. 1950

⁷ PAULA, loc. cit.

⁸ Apesar da *Revista de História* ser considerada como pioneira no universo de periódicos acadêmicos na área dos estudos históricos no Brasil, vale ressaltar a existência de publicações, muitas das quais dedicaram em seu espaço à veiculação do conhecimento histórico: a própria Revista do IHGB (1838) e Revista do Arquivo Municipal de São Paulo (1934), dentre outros.

⁹ NOVINSKY, Anita. Eurípedes e a sua Revista no exterior. In: IN MEMORIAM de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983, p. 480

¹⁰ PAULA, Eurípedes Simões de. Nosso Programa. *Revista de História*, São Paulo, ano I, n. 1, pg. 2, jan/mar. 1950

¹¹ PAULA, Eurípedes Simões de. Nosso Programa. *Revista de História*, São Paulo, ano I, n. 1, p. 2, jan/mar. 1950

Além do editorial de inauguração do periódico, outros dois editoriais ao longo dos 40 números lançados pela *Revista de História* foram assinados pelo seu diretor.¹² Neles, nota-se o empenho em fazer um balanço das atividades desenvolvidas com o passar das edições, dar publicidade às alterações realizadas na configuração da mesma (reajuste de preços, aumento do número de páginas, rearranjo na divisão dos volumes) e, sobretudo, dar maior amplitude a seções específicas da revista, principalmente, àquelas dedicadas à publicação de resenhas bibliográficas e fontes primárias relevantes ao trabalho dos pesquisadores de História do Brasil e de São Paulo.

Já os editoriais referentes aos números 6, 13, 26 e 32 dizem respeito a possíveis indicativos das formas as quais os pesquisadores vislumbravam o projeto da *Revista de História* em diferentes meios intelectuais, no Brasil (no caso, Rio de Janeiro) e em circuitos internacionais, como Portugal e França. Tais textos indicam-nos importantes pontos para o entendimento do prestígio e do papel delineado à *Revista de História* ao longo de seu percurso. No decorrer do cotejamento dos mesmos, pudemos perceber certa similaridade em alguns pontos, principalmente no que tange à explicitação do seu espírito, de seus objetivos principais e sobremaneira ao reconhecimento como um espaço aberto e interdisciplinar para a difusão dos estudos históricos no Brasil.

Nesse sentido, esses editoriais correspondem à publicação de textos de pesquisadores no exercício de reconhecimento e crítica ao periódico nascente, presentes em diversas revistas, dentre elas as publicações na área de História na França *Bulletin Hispanique*, *Revue Historique* e *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations* (escritos, respectivamente, por Yves Renouard, Pierre Chaunu e Frédéric Mauro), a revista portuguesa *Vértice* (escrito por Rui Feijó) e a publicação *Bibliografia de História do Brasil* (texto escrito por Hélio Vianna). Ao mesmo tempo, podem indicar ainda a composição de uma rede colaborativa com centros de pesquisa internacionais.

Os editoriais aqui abordados indicam um caminho de mão dupla: por um lado, historiadores renomados aferiam qualidade à *Revista de História* com a divulgação de seus trabalhos; por outro, simultâneo a esse movimento, a própria publicação, ao ganhar destaque nos meios universitários, também conferia prestígio e credibilidade a produção dos estudos históricos difundida em suas páginas e, conseqüentemente, aos pesquisadores responsáveis pelos trabalhos divulgados.

¹² Editoriais presentes nos números 5 (ano II, 1951) e 8 (ano II, 1951)

Outro aspecto relevante da análise diz respeito aos elementos internos da *Revista de História*, tanto em seus aspectos materiais quanto na análise de seu corpo editorial, seus principais colaboradores e da historiografia difundida em seu espaço. Durante o período analisado no estudo (década de 1950), foram publicados 40 números do periódico, todos com a tiragem trimestral, com algumas variações referentes a organização de seus números e ao preço estipulado para venda avulsa e assinatura dos volumes. Ainda no âmbito de sua materialidade, o periódico permaneceu com características perenes ao longo dos anos 1950, seja em suas dimensões (24 cm x 16,5 cm), seja na configuração da capa e outros elementos presentes, tais como apresentação do expediente, divulgação de outros periódicos e a organização de suas seções.

Passando para o exame de seu corpo editorial, a *Revista de História* contou com a presença de 28 colaboradores, distribuídos nos seguintes perfis: Docentes (catedráticos/assistentes/adjuntos) da USP: 17; Docentes (outras instituições): 2; Licenciados: 2; Sem identificação: 5; Outras instituições (membros, direção): 2. Ao traçar a situação institucional dos membros da Comissão de Redação da *Revista de História*, percebe-se o predomínio dos docentes ligados à USP, especificamente integrantes aos quadros da própria FFCL, advindos da própria subseção de História e Geografia, bem como das áreas de etnografia, antropologia e literatura, figurando nomes como Eduardo de Oliveira França (Professor Assistente de História da Civilização Moderna e Contemporânea – USP), Pedro Moacyr Campos (Professor Adjunto da Cadeira de História da Civilização Antiga e Medieval – USP), Carlos Drummond (Assistente da Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani – USP), Egon Schaden (Professor de Antropologia – USP), Alice P. Canabrava (Professora de História Econômica – USP), entre outros.

Assim como a conjuntura levantada pelo expediente, o corpo principal de colaboradores da *Revista de História* neste período refletia, em alguma medida, uma grande extensão da gama de seu perfil, com a contribuição de pesquisadores provenientes de áreas e de espaços distintos, originários de centros de investigação tanto no Brasil, quanto de diversas partes do mundo. O quadro de colaboradores da *Revista de História* foi dividido em quatro grandes grupos, assim classificados: pesquisadores ligados à FFCL-USP, ocupantes das cátedras existentes, alguns assistentes e auxiliares de ensino alocados nas mesmas, os licenciados formados então pela Faculdade e pesquisadores que mantinham vínculos com a instituição (total de 66 pessoas); pessoas oriundas de outras instituições brasileiras de caráter

múltiplo (universidades, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres estaduais, órgãos de pesquisa e salvaguarda de acervos documentais, sociedades de numismática e de estudos históricos) (total de 32); diferentes instituições internacionais, com ênfase nos institutos de ensino superior, sobretudo de universidades e centros europeus (37); e aqueles cujo vínculo institucional não pode ser localizado (80).

Uma análise mais detida desse quadro permite constatar a preponderância dos pesquisadores pertencentes ao meio uspiano, com destaque ao número elevado de trabalhos elaborados por catedráticos e de seus assistentes e auxiliares de ensino, significando um importante espaço na divulgação do estado da arte das pesquisas então em andamento.

O grupo representado por pessoas oriundas de outras instituições, tanto nacionais quanto internacionais, mostrou-se significativo em números de recorrência (69), de forma a superar as produções realizadas no meio uspiano. A seleção desses autores, superando o conjunto de trabalhos efetuados na USP, demonstra, em certa medida, a preocupação do grupo formador da *Revista de História* em conferir-lhe um estatuto de receptáculo dos estudos realizados em distintos campos do conhecimento, em busca de possíveis pontos de intersecção no interior das Ciências Humanas, recorrendo em muito à interdisciplinaridade entre as mesmas e os estudos históricos em diversas perspectivas tomadas. Ainda nesse grupo, cabe ressaltar a presença de autores atuantes no processo de criação da Faculdade na década de 1930 e sua posterior consolidação, entre eles: Jean Gagé, Émile-G. Leonard, Émile Coornaert, Fernand Braudel, Roger Dion, Charles Morazé, Vitorino Magalhães Godinho.

Partindo desse ponto para outras perspectivas da estrutura interna do periódico, convém examinar as seções presentes ao longo dos números e as temáticas depreendidas com a análise dos trabalhos publicados na *Revista de História*. As temáticas foram delimitadas levando em consideração a leitura de suas principais partes (título e subtítulo, primordialmente).

Durante a década de 1950, foram contabilizadas as seguintes seções, em número de recorrências: 38 “Conferências”, 186 “Artigos”, 117 “Fatos e Notas”, 205 “Resenhas Bibliográficas”, 55 “Noticiários”, 8 “Arquivos”, 35 “Documentários”, 1 “Resenha historiográfica”, 7 “Editoriais”, 2 “Bibliotecas”, 28 “Questões Pedagógicas” e 3 “Críticas bibliográficas”.

No interior das seções, foi levantada uma amplitude de temas, sistematizados em grandes conjuntos, de acordo com possíveis afinidades existentes entre os tópicos

destrinchados. A ideia era operacionalizar uma leitura mais efetiva das propostas cotejadas nos trabalhos, conforme se segue: “História do Brasil”: 154; “Divulgação (eventos, defesas de teses, outras publicações periódicas, fontes, etc.”: 148; “História da Europa¹³”, 132; “Relações da História com outros campos do conhecimento”: 58; “História Antiga e Medieval”: 57; “Estudos da História de outras áreas do conhecimento¹⁴”, 37; “Questões epistemológicas nos estudos históricos”, 35; “História da América”, 26; “Perfis biográficos”, 26; “Assuntos diversos”, 26; “História (outras localidades)”, 10; “Questões relacionadas ao ensino de História”, 7.

A divisão das temáticas existentes na *Revista de História* foi pensada muito em função dos campos de conhecimento, os quais eram objetos das pesquisas realizadas pelos colaboradores nas áreas de pesquisa e ensino. A observância dos núcleos dos artigos localizados nas temáticas *História do Brasil*, *História da Europa*, *História da América* e *História Antiga e Medieval* encontram correspondências com a própria configuração das cátedras existentes na FFCL-USP, com grande inserção de seus titulares, professores assistentes e adjuntos na apresentação de suas pesquisas.

De modo geral, depreende-se, a partir da leitura da tabela, a predominância das temáticas devotadas à História do Brasil (no total de 152 ocorrências), com ênfase principalmente nos períodos abrangidos entre os séculos XVI e XVIII (América Portuguesa). Há, ainda, um acentuado viés também ao século XIX, mas, em contrapartida, poucos trabalhos tendo o século XX como período de análise. Vale enfatizar que no interior desse agrupamento foram detectadas variantes, as quais perpassavam todos os períodos categorizados. Ou seja, predominava uma atenção específica às perspectivas econômica, social, política e cultural, demonstradas no decorrer dos trabalhos publicados¹⁵.

O conjunto chamado “Divulgação” visava primordialmente a publicar ações e acontecimentos ocorridos na FFCL, como visitas de docentes estrangeiros, concursos para

¹³ Nesta categoria, foram reunidos os trabalhos, cujo período de análise abrangem as épocas moderna e contemporânea

¹⁴ Estudos sobre a constituição de outras áreas do conhecimento, particularmente, vinculados à História da Filosofia, História da Ciência, História da Medicina

¹⁵ Ao analisar a produção da chamada primeira geração de historiadores da escola uspiana de História, Maria Helena Rolim Capelato, Raquel Glezer e Vera Lúcia Amaral Ferlini destacam as vertentes da história social, da história das ideias e a história econômica, marcantes nas teses de doutorado defendidas entre 1951 e 1973, tendência refletida também no espaço da Revista de História. Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300044&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2012

cátedras existentes, livre-docências e doutoramento, divulgação de cursos, programas oferecidos pela própria FFCL, eventos fora do âmbito da USP, divulgação de centros e sociedades de estudos históricos e revistas na área de História e correlatas. Uma vertente importante extraída do conjunto “Divulgação” diz respeito à difusão de fontes consideradas importantes para os estudos históricos, sobretudo para a História do Brasil. Tal inclinação pode ser vista, por exemplo, em quatro artigos escritos por Eurípedes Simões de Paula, intitulados “Inventário de documentos inéditos de interesse para a história de São Paulo¹⁶”, que expressavam um esforço de organização de fontes constantes nos acervos da Biblioteca Nacional de Lisboa (Portugal).

Outro conjunto de temáticas relevantes ao estudo da *Revista de História* consiste nos artigos cujo assunto principal foi identificado como História da Europa, com maior grupo de trabalhos situado nas reflexões acerca dos séculos XV e XVI, mais precisamente em torno da história das navegações e dos descobrimentos de possessões de ultramar empreendidas, primordialmente, por Portugal e Espanha. Nesse aspecto, alguns pontos tornaram-se relevantes na própria configuração do periódico, na medida em que tais assuntos suscitaram uma sequência de debates entre diferentes historiadores, discussões essas divulgadas em grande parte na seção “Fatos e Notas”, cujo mote consistia na importância do trabalho do historiador em cotejar as fontes disponíveis à pesquisa e a natureza do próprio conhecimento histórico.

Já o grupo de temáticas importante na *Revista de História* devotou-se às relações da História e outras áreas de conhecimento, primordialmente em campos correlatos das Ciências Humanas e das Letras, como a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Literatura e a Linguística. Tal conjuntura é demonstrada na apresentação de um rol de pesquisadores pertencentes a essas áreas do conhecimento, oriundos da USP e de distintos centros de pesquisa na divulgação de seus estudos, mas também era uma interface prioritária ao diretor do periódico. A presença de especialistas de diversos campos do saber na revista é um “sintoma” abordado por Janice Theodoro como alicerce do projeto erigido por Simões de Paula: propiciar a participação ativa de professores integrados às redes de conhecimento, primordialmente europeias, forneceria condições para que as universidades brasileiras

¹⁶ Artigos presentes na seção *Arquivos* dos seguintes números: n. 9 (ano III, jan/mar. 1953); n. 10 (ano III, abr/jun. 1953); n. 11 (ano III, jul/set. 1953) e; n. 12 (ano III, out/dez. 1953)

formassem docentes e pesquisadores capazes de responder aos desafios enfrentados pelo Homem nos âmbitos nacional e internacional¹⁷.

Duas outras temáticas presentes na análise encontram-se nos trabalhos dedicados às reflexões entorno do ensino de História, da História enquanto campo científico, no sentido de investigar os aspectos teóricos e metodológicos dos estudos históricos, bem como a formação do historiador, discussões inseridas no âmbito do projeto de universidade e de uma concepção de História erigida por esse grupo de historiadores.

Tais propósitos esboçados podem ser vistos, em conjunto, como um projeto vencedor. Apesar dos debates envolvidos em distintas perspectivas para a História e do que viria a ser a formação do historiador, toda uma série de implicações ganhou corpo nas páginas da *Revista de História* à medida que ela se configurava como um instrumento fundamental no processo de institucionalização do saber universitário de História em São Paulo desde a década de 1930.

FONTES

Revista de História, São Paulo, 1950, Números 1 ao 40. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br>>

REFERÊNCIAS

CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel; FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300044&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 abr. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Os professores franceses e o ensino da história no Rio de Janeiro nos anos 30. In: MAIO, Marco Chor; VILAS BÔAS, Glaucia (org.). *Ideias de modernidade e sociologia no Brasil*: ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre, RS: EDUFRGS, 1999, p. 277-299.

IN MEMORIAM Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros de FEB; vida e obra. São Paulo: [s.n.], 1983. 719 p.

¹⁷ THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p. 17-50, jan/jun. 2009. Disponível em: <http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160_-_Janice_Theodoro.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2012

LAPA, José Roberto do Amaral. Projeção da historiografia. In: _____. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 49-55 (Estudos Brasileiros; 87).

_____. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976. 204p.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2008. 421 p.

NOVINSKY, Anita. Eurípedes e a sua Revista no exterior. In: IN MEMORIAM de Eurípedes Simões de Paula: artigos, depoimentos de colegas, alunos, funcionários e ex-companheiros da FEB. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1983

ROIZ, Diogo da Silva. A estrutura curricular do curso de Geografia e História da FFCL-USP entre 1934 e 1956. In: _____. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino de universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba, Appris, 2012, p. 38-58

THEODORO, Janice. Eurípedes Simões de Paula (1910-1977). *Revista de História*, São Paulo, n. 160, p. 17-50, jan/jun. 2009. Disponível em: <[http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160 - Janice Theodoro.pdf](http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/160/RH_160_-_Janice_Theodoro.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2012

A quebra de paradigma na historiografia: Manoel Bomfim e sua escrita emancipatória

Jerferson Joyly dos Santos Medeiros¹

Visibilizando a contribuição para ampliar a reflexão sobre as relações da sociedade com a quebra do estereótipo introduzido no Brasil acerca do pensar histórico no âmbito cultural, tentaremos interpretar e problematizar o livro: América Latina – Males de Origem (1905) no qual coloca Manoel Bomfim no ápice da sua reminiscência. O contexto apresentado demonstra como a América Latina estava relacionada em sua política modernizadora em relações do passado, advindas de relações parasíticas em preconceitos apresentados sobre diversas formas de justificação científica, que naturalizados como verdade, permearam a falta de políticas públicas e abrangeram a origem da discriminação racial e étnica das populações advindas do regime escravista.

Manoel Bomfim em “America Latina: Males de Origem” criou a partir da noção de parasitismo, uma “teoria biológica da mais valia”, segundo a qual as elites locais, as metrópoles coloniais e as potências imperialistas seriam parasitas das classes trabalhadoras, tomando para si as riquezas que estas produziam. Será que tal ideia não serviu de suporte para outras concepções vigentes? Qual foi o critério utilizado para separar as ideias produzidas no passado em consonância com o presente? Até que ponto Bomfim quis ser um visionário ou transpôs a própria realidade?

Assim, esperamos que o presente artigo possa servir de estudo na tentativa de configurar uma época importante da sociedade brasileira, à virada de um século a outro, por ser considerada a gênese do capitalismo que tardiamente em relação aos países europeus, se constituía trazendo mudanças nas formas de pensar e agir das pessoas, como também a necessidade de repensar as representações sobre a etnia e ciência, bem como, as condições culturais de exclusão impostas que tiveram as obras do citado autor num tema presente. No Brasil temos uma grande discussão sobre etnia/ciência, onde se julga a inexistência do preconceito científico/histórico, nosso estudo tentará abordar como essa discussão se encontra entre o fim do século XIX e início do século XX, nas obras desse autor.

A trajetória intelectual de Manoel José Bomfim.

¹ Mestrando pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE . E-mail: joyly@uol.com.br

*Está morto: podemos elogiá-lo à vontade.
(O Empréstimo – Machado de Assis)*

Manoel José Bomfim, um ser mesclado de signos alheios a um poço deslumbrado de esquecimento, um revoltado perdido em meio a escritas deixadas no silêncio, um discursador indo contra a maré da historiografia dominante, herói disfarçado nas entrelinhas dos seus pensamentos, militante sem sair da cadeira, ou como costumam chamá-lo, “O rebelde esquecido”². E assim se configurou na passagem do século XIX ao XX. Nasceu em Aracajú no dia 8 de agosto de 1868, na então província do Sergipe, filho de uma família abastarda dona de engenho de açúcar e comerciantes, viu de perto a transitoriedade do império a república, viveu 32 anos de sua vida em cada período. Aos 12 anos foi trabalhar no engenho de sua família, transferindo-se cinco anos depois para a Bahia, onde iniciou os estudos em Medicina, concluindo na cidade do Rio de Janeiro em 1890, período de grade efervescência da ‘Nova República brasileira’.

Nos anos posteriores foi nomeado médico da secretaria da polícia e tenente cirurgião da brigada policial. Ao casar com Natividade Aurora de Oliveira, muda-se para o interior de São Paulo no intuito de clinicar. Seus filhos nasceram, Maria e Aníbal, mas logo algumas notícias abala-o, primeiro a morte de seu pai e segundo de sua filha, ficando comovido por não ter dado as devidas assistências, decepçiona-se com medicina, ao ponto de largá-la aos 26 anos de idade e começar tudo do zero.

A educação será seu ponto de fuga, um redescobrir para dá sentido a vida. Além de médico, passaria a ser um cientista social, jornalista, professor, diretor da Instrução pública, secretário de Educação do Rio e deputado federal. Bomfim não era um sociólogo refratário de idolatria nem homem de repetir meia hombridade, na sua interpenetração via nos educadores, a consciência capaz de adaptar ensino da infância e da juventude e dessa forma redefinir o país.

Em 1901, vista Paris, passando a estudar psicologia e pedagogia na Sorbonne com bolsa de estudo do governo brasileiro, ao retornar ao país e já diretor do Pedagogium³ é

² Título conferido por Ronaldo Conde Aguiar no livro *Manoel Bomfim: O rebelde esquecido*.

³ Museu pedagógico fundado no ano de 1890, Rio de Janeiro. Passando em 1897 a ser um centro cultural superior, recebendo em 1906 o primeiro laboratório experimental de psicologia. Inspirado na reforma de Rodolfo Dantas em consonância ao ensino primário de Rui Barbosa, a iniciativa foi de Benjamin Constant era impulsionar as reformas e melhoramentos que carecia a educação nacional. O centro então formado contava como a Revista Pedagogia, esta distribuída gratuitamente aos professores de rede pública, às tipografias e aos estabelecimentos públicos de instrução, nacionais e estrangeiros. Durou 19 anos sendo extinto em 1919, tendo

nomeado após a extinção, diretor da instrução pública, viu nesta oportunidade de deixar alguns rastros do seu trabalho. Em contato com a imprensa, foi responsável por uma atuação efetiva Redigindo a revista *Leitura para Todos* e escrevendo artigos para os jornais: *O Correio do Povo*, *O Comércio*, *Ilustração Brasileira*, *O País*, *Notícia* e *Tribuna*.

Suas obras estão totalmente ligadas à sua vida, foi escritor que não ousou escrever sobre o seu íntimo, não quis traçar uma escrita de si, nem muito mesmo mostrar tanta dor e angústia que assolava-o diante da precária vida médico – higienista. Ao descobrir em 1926 que teria pouco tempo de vida, começa esquematizar uma análise sociológica do Brasil, autor de: *América Latina – Males de Origem* (1905), da trilogia: *O Brasil na América* (1929), *O Brasil na História* (1930) e o *Brasil Nação* (1931), empenha-se em criticar os historiadores e políticos do Brasil pela deturpação da história nacional e contribuição da deterioração da nação. Tenta ir além, comungando com alguns aspectos na construção da criação de uma nacionalidade tipicamente brasileira, desenvolvendo uma reflexão sobre o país e seus habitantes.

Em contato com a educação e com a escrita da vasta obra sociológica, Manoel contribuiu a cultura brasileira um importante e amplo debate intelectual, sendo considerado precursor na aplicação do materialismo na análise do ‘passado brasileiro’. Na psicologia desenvolveu obras, tais como: *O fato psíquico* (1904), *Noções de Psicologia* (1916), *Pensar e dizer: estudos do símbolo e do pensamento* (1923) e *Métodos do teste: com aplicações à linguagem do ensino primário* (1928), além de: *As alucinações auditivas e o Ciúme*. Destemido, foi além do classificável, mostrava uma psicologia voltada para análise do sujeito focada nas discussões dos processos mentais subjacentes, o homem em suas obras, passa a ser um animal racional e o seu comportamento e pensar passam a ser estudado em um quadro social, o campo de investigação que traçava como característica principal as relações entre grupos, recaindo especificamente na atenção do indivíduo.

Em persistente contato com a pedagogia, foi um produtor de múltiplos livros didáticos destinados aos cursos primários e ensino médio. Escrevia livros para utilizar nas salas de aula, e conseguir fazer com que os professores tentassem ir além do colocado pelas instruções públicas. Os livros mais conhecidos são: *Compêndio de Zoologia geral* (1902), *Lições e leituras para o primeiro ano* (1922), *Lições e leituras: livro do mestre* (1922) e *Crianças e*

homens (1922). Na co-autoria de Olavo Bilac escreveu três obras: *Livro de composição para o curso complementar das escolas primárias* (1899); *Livro de leitura para o curso complementar das escolas primárias* (1901) e *Através do Brasil: livro de leitura para o curso médio* (1910)⁴.

Etnia e Ciência no contexto do livro: A América Latina – Males de Origem

*Prende-os a mesma corrente
Férrea, lúgubre serpente
Nas roscas da escravidão
(O Navio Negroiro – Castro Alves)*

De uma forma mais lacônica, tomamos como objeto de estudo o livro, *A América Latina: Males de Origem*, pois podemos observar e tentar entender suas concepções e conceitos no que tange a estrutura da sociedade na transição do século XIX para o século XX e de que forma tais prerrogativas apresentadas ao longo da obra levaram-no a formular estereótipos, estes ligados ao indivíduo ativo, construtor de sua realidade social e dela construído.

A teoria conhecida como Darwinismo Social pensada de forma transitória assimilada do conceito biológico de evolução de Charles Darwin permeia o meio social das políticas e instituições sociais e fomenta concepções de evolução baseadas nos modelos de “civilidade” das “nações” imperialistas européias e americanas, desta forma justifica-se o atraso social e as causas dos problemas decorrentes das ausências de políticas sociais eficazes para a melhoria dos padrões de vida em uma conjuntura macro das sociedades. A questão política passa então para o plano de ciência relega-se a culpabilidade aos sujeitos em detrimento de suas origens biológicas e se restringe o campo das elucidações das realidades centrais das problemáticas sociais ligadas aos processos históricos.

Bomfim questionou o chamado racismo científico⁵. Dividido seu livro em cinco partes, expõe em cada uma delas, as formas negativas e preconceituosas dos europeus sobre

⁴ *Através do Brasil*, escrito em co-autoria de Olavo Bilac teve mais de sessenta edições, sendo que a última foi publicada no ano de 1962. Para uma análise mais aguçada da permanência desta obra ao longo do tempo, ver: SANTOS & OLIVA, 2004.

⁵ Entendemos por racismo científico o conceito utilizado por Aluísio Alves Filho conferido a Arthur Gobineau (1816 -1882) que, entre outras sandices, escreveu em seu livro intitulado *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*: “A raça branca possuía originalmente o monopólio de beleza, da inteligência e do vigor. Por sua união

a América do Sul, apontando como atraso deste continente, a degeneração de raças “inferiorizadas”, bem como a sustentação do meio e as asperezas do clima tropical no desfavorecimento. Publicado em 1905, foi escrito em 1903, quando o médico sergipano encontrava-se em Paris, provocando os leitores a refletir sobre as reais causas da situação, indaga:

Há um outro fator a indicar bem expressamente que é nesse passado, nas condições de formação da nacionalidade sul – americanas, que reside a verdadeira causa das suas perturbações atuais: é que, por um lado, estas perturbações, estes males são absolutamente os mesmo – mais ou menos atenuados – em todas elas; e, por outro lado, estes povos tiveram a mesma origem, formaram-se nas mesmas condições, foram educados pelos mesmos processos, e esses males eles os vêm sofrendo desde o primeiro momento. (Bomfim, 1993, p. 59)

Em detrimento as concepções dominantes na época da virada para o século XX, o Brasil, buscava um identidade nacional brasileira, juntamente como um identidade específica para o labor intelectual. Neste sentido, o trabalho de Bomfim ganha notoriedade ao ir de frente com o discurso eurocêntrico, com argumentos novos e verdadeiros, formula e dar pressupostos a um contra-discurso. A formulação dada por Bomfim em contraposição ao que era vigente na época sobre o fator das raças serem as causas do subdesenvolvimento leva-o a formular a tese do parasitismo social, estabelecendo uma comparação entre organismo animal e as sociedades humanas, enfatizando a lógica da dominação externa imposta pelo colonialismo combinada com a dominação interna imposta pelas elites dirigentes, causava profundos males aos povos latino-americanos. A Formação em medicina pode ser percebida em alguns termos utilizado por ele ao longo da sua obra, “sintomas”, “remédios”, “parasitas”, “parasitadas”, formulações que nos remete a ir por vielas ao entendimento da sua tese.

Sua tese desmoralizante e esquecida em torno de meio século, batia de frente com pressupostos de ideias elitistas, estas que fizeram parte do início do século 20, podemos citar como exemplo, a tão propagada tese de que a mestiçagem provoca decadência da espécie que não passou ou rendiam –se as homenagens preconceituosas nas ideias do Gobineau e seus seguidores, no linear de suas análises, Bomfim, não admitiu despercebido, criticou, reformulou e abrangeu tais prerrogativas dando novas perspectivas e olhares. Para alguns comentaristas de Manoel Bomfim, essa sua elocução carregada de biologismos que buscava

dar conta da realidade social tinha ascendência nas ideias de Marx⁶ (apud AGUIAR, 2000), autor como Ventura (2001) vão mais longe ao afirmar que Bomfim criou uma “teoria biológica da mais-valia”, segundo a qual “o parasitismo produziria o gosto pela vida sedentária, que levaria ao esgotamento dos recursos e à decadência das sociedades.” (VENTURA, 2002, p. 243-244).

Ao longo da obra tenta explicar o sistema colonial, para justificar suas intenções nas políticas coloniais e como aconteceu esta colonização:

Aqui chegando, os aventureiros espanhóis tinham como empenho primeiro recolher todo o ouro - todas as riquezas acumuladas. Elas não eram fantásticas como as que os portugueses encontraram na Índia; cifravam-se em algumas toneladas de ouro, ao Norte e ao Sul do istmo - México e Peru. Mas este ouro colheram-no, não com a simplicidade e tolerância de um visitante noturno, que faz deslizar à gazua a lingueta da fechadura, apanha o que lá existe na burra, e vai embora mansamente, deixando a vítima à vida, o imóvel, os meios em suma de trabalhar ainda, e refazer de alguma sorte a existência. Há quem se limite a isto: são os bandidos e gatunos vulgares; os heróis procedem de modo mais radical. É este mesmo, o único traço distintivo entre o herói conquistador e o ladrão noturno. O processo dos capitães ibéricos, na América, não foi nem mesmo o da vespa preguiçosa e agressiva, que invade a colméia pacífica e se farta de mel alheio, matando, destruindo as abelhas que se lhe querem opor, mas que, em todo caso, deixa subsistir o cortiço; que será aproveitado pelas sobreviventes. Não; aqui chegando, eles encontraram impérios constituídos, populosos, civilizações vivazes; e, para se apoderarem de alguns carregamentos de ouro, destruíram tudo, tudo. Esse proceder não podia deixar de trazer conseqüências consideráveis para a vida econômica das futuras sociedades coloniais. (Bomfim, 1993, p. 127 – 128)

O parasitismo social integral aplicado nas políticas colônias de Portugal e Espanha, refletiu na política do século XX, as fragilidades fruto dos chamados males da América. O uso por Bomfim de tal analogia o leva a desenvolver a sua “teoria do parasitismo”, cujo argumento central é o de que o “atraso brasileiro” se devia menos à composição racial do que ao caráter parasítico de espanhóis e portugueses transmitido às terras por eles colonizadas no Novo Mundo, que forçavam seus hospedeiros a sofrer um desenvolvimento defeituoso das várias funções naturais (SKIDMORE, 1976). No Brasil a teoria de cunho biológico será transplantada para o meio social para explicar as relações de superioridade e inferioridade das classes econômicas do país, suas explicações de caráter científico fundamentam seu pensamento social sobre as reais condições da sociedade.

⁶ Karl Heinrich Marx (1818 - 1883) foi um intelectual alemão, fundador da doutrina comunista moderna, atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e jornalista. A nível de estudo neste relatório compreendemos o trabalho na perspectiva apresentada por Marx, como atividade fundante da humanidade. E o trabalho, sendo a centralidade da atividade humana, se desenvolve socialmente, sendo o homem um ser social. Sendo os homens seres sociais, a História, isto é, suas relações de produção e suas relações sociais fundam todo processo de formação das sociedades.

Quanto à vida social propriamente dita, moral e intelectual, o regi-me parasitário tem (e não podia deixar de ter) uma influência igualmente sensível e funesta. O primeiro efeito desses processos de exploração, desenvolvidos pela metrópole, foi preparar uma população heterogênea, instável, cindida em grupos, possuídos de ódios entre si, desde o primeiro momento, formada quase que de castas distintas. (BOMFIM, 1956, p. 9 – 10)

Na perspectiva mais abrangente de Bomfim, esta luta entre parasita e parasitado, estaria causando as mudanças históricas. Mas, no pensamento bomfiniano, esta sua maneira original de olhar ao redor de si (RIBEIRO apud BOMFIM, 2005), de buscar interpretar a realidade da América Latina, mais particularmente a brasileira, rejeitando “a noção pseudocientífico de superioridade das raças, atribuindo as diferenças e os graus de processos a fatores de ordem social e cultural.” (CÂNDIDO, 1990, p. 12) faria a América dar um passo a frente.

As conjecturas apresentadas sobre a divisão e os preconceitos sociais seriam advindas da colonização escravista e exploradora, onde a moral dos dominadores estaria acima de sua posição, as populações inferiorizadas “negros e indígenas” ainda estariam relegados a uma relação de verticalidade onde a velha estrutura colonial escravista ainda se mostrava presente. Neste sentido, é possível dizer que os principais efeitos presentes destas transformações dizem respeito ao fato de que trazem à tona algumas importantes questões relativas à autocompreensão de certos povos em relação à formação de sua nacionalidade, reivindicando a tese de que o passado pode conter ensinamentos que devem ser aproveitados pelo presente a partir de uma espécie de interpretação seletiva (SOUZA, 2000). Na mentalidade política das instituições republicanas e em seus representantes esta relação de exploração e discriminação se fazia presente, através do preconceito e do grau de “branqueamento” do sujeito, este seria uma legitimação das relações passadas vivenciadas na colonial e naturalizadas nas republicas americanas.

Nos interstícios dessa malha de feudos, uma população de mestiçagem, produtos de índios e negros, negras e refugos de brancos, indígenas e escravos revéis, uma mescla de gentes desmoralizadas pela escravidão ou animada de rancores, uma população vivendo à margem da civilização, contaminada de todos os seus vícios e defeitos, sem participar de nenhuma das suas vantagens, reduzida ao viver rudimentar das hordas primitivas. (BOMFIM, 1956, p. 10)

O contexto apresentado por Bomfim irá demonstrar como a América Latina estará relacionada em sua política modernizadora em relações do passado, advindas de relações parasíticas que persistirão nas décadas do início século XX em preconceitos apresentados sobre diversas formas de justificação científica, que naturalizados como verdade permearam a falta de políticas públicas e abrangeram a origem da discriminação racial e étnica das populações advindas do regime escravista e explorados. Tendo como objetivo o “de proteger os indivíduos contra a natureza, contra as causas naturais de miséria, contra a ignorância, contra o preconceito, contra a superstição.” (BOMFIM, 2005). Seus descendentes sentirão este reflexo e a sociedade apoiará sobre novas formas estas desigualdades.

Ao desenrolar das teorias Bomfinianas, é perceptível o quanto o pensamento é inovador. Por sua ousadia em apontar o chamado racismo científico que hipnotizava parte dos intelectuais e a elite brasileira, a ideia de progresso, que tanto almejava estava intrinsecamente ligada à educação e não relacionada com as questões raciais e o clima tropical como uma forma de atraso enraizado.

REFERENCIA DO AUTOR (FONTE)

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. 1º ed. Rio de Janeiro, Garnier, 1905. 2º edição. Rio de Janeiro: A noite, 1938. 3º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993. Edição comemorativa do centenário de publicação do livro, a Topbooks republicou *A América Latina: Males de origem* em 2005.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido – tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ALVES FILHO, Alúzio. *Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia racial*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BENTO, Luiz Carlos. *Teórico ensaísta ou rebelde: a importância do pensamento sócio-histórico de Manoel Bomfim para historiografia brasileira*. Artigo: 2010.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: representação da História em Walter Benjamin*. 2 ed. São Paulo: Unesp, 2000.

CÂNDIDO, Antônio. “Radicalismos”. *Estudos Avançados da Universidade de São Paulo*, São Paulo, vol.4, n.8, 1990.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Universitária/ UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. (Col. Memória e Sociedade).

_____. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

COSTA, Angela Marques da. SCHWACR, Lilia Moritz. 1990 – 1914: No tempo das certezas / coordenação Laura de Mello e Sousa, Lilia Moritz Schwacr. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

COSTA, Jean Carlos de Carvalho. *Nação, estado e raça em Manoel Bomfim: a “impertinência” bomfiniana em torno da identidade nacional*. Cronos, Natal – RN, v.9, p. 417 – 438, jul./dez. 2008.

FAUSTO, Boris. *História de Brasil*. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FREUD, Sigmund. El Moisés de Miguel Angel (1914). In: _____. *Psicoanálisis aplicado: ensayos sobre la aplicación del psicoanálisis a la literatura, el arte, la religión, la mitología, la guerra y la paz*. Trad. Ludovico Rosenthal. Buenos Aires: Santiago Rueda, 1954. (Obras completas, v. 23).

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” da primeira república. *Revista de história – dossiê ofício do historiador*. São Paulo: ANPUH, vol. 23, n. 45, 2003.

HOBBSAWM, Eric. J. *A era dos impérios: 1875-1914*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. 3 ed. Rev. e amplia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história.” Trad. Wanda Nogueira Caldeira Brant, [Trad. das teses] Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ORTIZ, Renato. Advento da modernidade. *Revista Lua Nova*, n. 20, p. 19-30, 1990.

REIS, José Carlos. Civilização brasileira e otimismo revolucionário (ingênuo): Manoel Bomfim e o sonho da República soberana e democrática. In: REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.183-239. v.2.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005. p. 11-22.

ROMERO, Silvio. **A América Latina**: análise do livro de igual título do Dr. M. Bomfim. Porto: Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1906.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed.Rev.eAmpl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SOUZA, Jessé. A ética protestante e a ideologia do atraso brasileiro. In: SOUZA, Jessé (Org.). **O malandro e o protestante**: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: Editora UNB, 1999.

_____. **A modernização seletiva**: uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UNB, 2000.

VENTURA, Roberto. *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. 1ª ed. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

A recepção da pintura de Vasco Fernandes na escrita da história de Luís Reis Santos (1946-1967)

Rhuan Fernandes Gomes *

Ideias que se refletem em outros discursos e em ações. Pensamentos estruturados por sua sociedade de indivíduos e entrelaçados em uma narrativa que de certa maneira também serviu como estruturante de seu meio, a partir da História e da Memória. A historiografia, sempre ligada a ideologias das mais diversas, mas que se vê também entre a poesia e o fato, entre a imaginação e a realidade. Uma área reconhecida por todas estas características e que nunca deixou de ser um objeto de disputas ao longo dos séculos.

História magistra vitae. Poderia ser um dos lemas do salazarismo e de Luís Reis Santos (1898-1967). Na escrita da história daquele homem, é declarada a incessante busca pela verdade histórica, existente, palpável. Recusa a imaginação e os sentimentos como parte da operação de análise das obras de arte e, portanto, exclui estes aspectos de sua narrativa, ao menos em teoria. Transparece a sua obsessão pelos arquivos e sua busca incessante pelos fatos. Reis Santos estabelece pactos com o corpo social formado no “Estado Novo”, aproximando-se das crenças político-culturais compartilhadas pela coletividade imaginada na qual se inseria. Comunidade esta “*Imaginada, pois faz sentido para a “alma” e constitui objetos de desejos e projeções.*” (ANDERSON, 2008: 9), Imaginadas, e não meramente inventadas,

“pois existe uma legitimidade emocional profunda que se pauta pela ideia de que é preciso fazer de novo, antigo, bem como encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes [...] não passa de uma seleção, com frequência consciente.” (Ibid:10).

Se como historiador, organicamente ligado ao salazarismo, os textos de Reis Santos e suas ideias tem uma função estruturante, devemos lembrar que se inseria nesta comunidade imaginada muito peculiar da primeira metade do século XX em Portugal. Sua busca pela singularidade do espírito do Povo Português e a recusa por tudo o que vá de encontro a isso faziam parte dos anseios de uma parte dos setores mais ilustrados da sociedade lusitana de sua

época. Intelectuais que buscavam a especificidade da verdade histórica de Portugal, resgatada através de uma memória de glórias.

Mas primeiro, é relevante saber que os textos de Luís Reis-Santos, Professor, Historiador da Arte e Crítico de Arte, foram escritos principalmente no período entre 1946 e 1967. Suas primeiras publicações foram pagas com suas próprias economias. Já na década de 1950, sua aproximação com o Estado lhe serviria para ganhar a parceria da imprensa oficial de Portugal. O Professor, que viria a falecer em 1967, não veria a decadência da saúde de Oliveira Salazar e nem mesmo a queda do chamado “Estado Novo” português. Mas sua maior produtividade no campo da pesquisa e seu auge enquanto profissional coincidem com o apogeu do salazarismo, nas décadas de 1940 e 1950, e, portanto, com um momento de liberdades restringidas pelo Estado.

Liberdades limitadas por um regime que buscou um controle de corpos e de mentes. De corpos, através de normatizações de costumes e restrições de liberdades de ir e vir. Um caso ilustrativo desta vontade de domínio se apresenta no campo da arquitetura, mais especificamente na ampla discussão sobre a Casa Portuguesa, na qual o próprio Salazar, em uma visão caracterizada como “neogarretiana”, por seu apego ao “pitoresco” e ao ruralismo, sobrevalorizava a vida campestre, alardeando sobre os vícios da existência na cidade, sobretudo em vilas operárias e em construções “em alturas”. O famoso arquiteto Raul Lino, idealizador da ideia da casa portuguesa, ainda atentava em extensa carta a Salazar, no ano de 1933, para a necessidade de negar a internacionalização da arte de edificar, que deveria ser tipicamente nacional, portuguesa, isto é, pitoresca, simples e rural (ROSMANINHO, 2006: 11).

O controle de mentes não era considerado menos fundamental para o sucesso dos projetos do Regime. Paralelamente aos anseios de perenizar o que era visto como a arte tradicionalmente portuguesa, empreendia-se uma busca por uma “arte nova” e ainda lusitana. Além disso, ações do “Estado Novo” que pretendiam exercer autoridade sobre o gosto do povo português através da “Política do Espírito”, iniciativa do diretor da Secretaria Nacional de Informação, António Ferro, braço direito do ditador que pretendia lançar uma “campanha do bom gosto” (SANTOS, 2008: 61), propagadora de uma estética e de modelos comportamentais que se baseavam em uma arte superior. Espiritual e não material, uma arte

que opõe radical e estruturalmente a “política do espírito” à política da matéria (QUADROS, 1989: 330). Uma arte que luta contra a inquietação destrutiva de um materialismo imoral e desenraizado.

Se o presente e o futuro de Portugal estavam bem planejados pelo regime, o passado não poderia fugir a isso. “*Não discutimos a Pátria e sua história*”¹, diria Salazar. O decreto 21:103, de 15 de abril de 1932, deixava claro o papel da História e do historiador:

"ao Estado compete fixar as normas que deve obedecer o ensino de História.[...]

Nesta há uma parte meramente expositiva, em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e, portanto, inalterável, mas há também no ensino uma parte crítica - e essa é função do historiador. Tal historiador, tal atitude. Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional - quer dizer, a verdade que convém a Nação”².

Esta disciplina – bem como suas áreas afins - com seu papel de trazer à tona os fatos e a crítica sobre a história de Portugal e, sobretudo responsável por coser uma memória oficial, não poderia falhar. Seria também sobre o passado que se refundaria o “Estado Novo”, fruto de homens novos, como bem pretendia o projeto de controle de corpos e mentes do salazarismo. Era preciso resgatar a gloriosa história lusitana, que passara por um período de decadência, é certo. Mas para os salazaristas, era a partir do passado que se refundiria a Nação. Ao fundo, a crença de que o país poderia se reencontrar com sua essência de glórias, ou, na nova mitologia política lógico-burocrática instaurada por Salazar: “*o Estado português esteve longe de dignificar sempre Portugal. Quero dizer: se a Nação não correspondia aos seus valores individuais, o Estado era ainda inferior à Nação.*” (FERRO, 1933: 17). O declínio deveria ser

¹ Na íntegra, o discurso de maio de 1936, patente do controle de presente, passado e futuro pretendido por Salazar: “*Não discutimos Deus e virtude; não discutimos a Pátria e sua história; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever.*” SALAZAR. Discursos e notas políticas, vol. II. Coimbra, 1945. Apud MEDINA, João. A ditadura portuguesa do “Estado Novo” (1926 – 1974). IN: TENGARRINHA, José (coord.). A Historiografia portuguesa, hoje. HUCITEC: São Paulo, 1999.

²https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&sqi=2&ved=0CC0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.legislacao.org%2Fprimeira-serie%2Fdecreto-n-o-21103-248520&ei=JRiTUbLHIpO30AGJroCoCA&usq=AFQjCNH1_Av7orFlqEy3Q0K5PARlrDvqgw&sig2=KPomJVqPFXkmOz4nRLJfJg&bvm=bv.46471029.d.eWU

superado, o antigo seminarista e também ex-Professor de Coimbra se via como o homem que levaria Portugal de volta a sua essência dourada.

O discurso do “Chefe da Nação” é de alguma forma devedor do próprio passado português, pois a mítica do movimento histórico de afastamento de uma essência que poderia ser reencontrada não era nova na tradição da Filosofia da História do país. Salazar, consciente ou não disto, parece ter bebido da escrita da História de Alexandre Herculano, reinventando-a em uma nova lógica muito própria do período. O historiador do século XIX, remetendo a uma ideia ainda mais antiga, também se referia ao retorno à essência gloriosa de seu país, sendo obrigado a comungar este e outros aspectos de sua historiografia com o Regime ditatorial que se daria décadas após sua morte. Para o retorno aos melhores tempos do passado, também na visão de Herculano, era necessária uma regeneração moral de Portugal, cuja alma deixara de coincidir com sua existência a partir do Renascimento. Só seria possível resgatar a essência do país através de um culto passadista da cultura singular de Portugal.

Herculano, romântico, mantinha fortes liames intelectuais ao historicismo de Herder. Admirador do pensamento do alemão, bem como da filosofia de Vico e de Kant, encontrara nas ideias destes uma inspiração importante para sua Filosofia da História, ligada ao sentimento nacional e à ideia de *volksgeist*. Com base no pensamento herderiano e nas críticas ao universalismo iluminista que se dariam de maneira frequente a partir de Kant, defenderia a individualidade das culturas e dos povos. A escrita da História de Herculano marcaria o pensamento intelectual português, e em consequência, a história da cultura lusitana, assinalando em suas páginas um período de viragem e marcando o surgimento da historiografia moderna em Portugal (CATROGA, 1996: 37).

Apesar de inúmeros desencontros entre a narrativa histórica do período salazarista e a dos românticos do século XIX, são notórias as relações de aproximações ou apropriações que se dão com o historicismo de Herculano e de seus contemporâneos. Este, fundamentado na possibilidade da negação de uma verdade universal, propiciou a ligação umbilical entre história nacionalista e presente. Sua historiografia seria reinventada pelo Estado dito Novo. As noções de espírito do povo, de uma especificidade nacional fundada nos valores da raça e da terra portuguesa, imiscuíram-se com a necessidade de reafirmar Portugal, novamente através de sua história, através da escrita da História e do tecer de uma memória nacional, que

seria oficializada pelo regime salazarista. A noção de Herculano de que esta disciplina deveria “*corrigir e alumiar o presente pelas lições da história*” (HERCULANO, 1846: 91.), seria cara também ao regime.

Apesar de Herculano ter feito um esforço de compreensão para o período medieval da história de Portugal, que era para ele a época áurea daquele país, as buscas seriam redobradas e alargadas a partir do século XIX e se tornariam, graças ao nacionalismo, uma obsessão ininterrupta também no século XX. A Exposição do Mundo Português de 1940 era prova disso. Um universo efêmero construído para comemorar a Fundação do Estado Português (1140) e a Restauração da Independência (1640). Previsto para aquele ano, como parte dos festejos, o livro do historiador da arte Reynaldo dos Santos (1880-1970), “Os Primitivos Portugueses”, deveria complementar a Exposição de pintura de mesmo nome, que integrou os festejos de 1940 por iniciativa e decreto do próprio Salazar. No prefácio e na conclusão, a reafirmação de que as pinturas exibidas, sobre as quais ali dissertava, representavam a prova da existência de uma Escola Portuguesa de Pintura. Afirmção polêmica, cuja discussão havia marcado o último século e meio da historiografia do país. Reynaldo dos Santos, no entanto, afirmava sem receio:

“Mais de 600 tábuas num século revelam a sua fecundidade; mas são, sobretudo, as fortes individualidades de um Vasco Fernandes, Francisco Henriques, Cristovão de Figueiredo, Gregório Lopes, Gaspar Vaz ou Mestre da “Monja”, e, acima de todos – Nuno Gonçalves -, os que conferem originalidade primacial dentro da arte peninsular e autonomia indiscutível na história geral da pintura medieval do Ocidente.”
(SANTOS, 1958: 46)

Temática levantada em 1823 pelo pintor Cyrillo Volkmar Machado em suas Coleções de Memórias, a questão da escola portuguesa ganharia fôlego com o historicismo e seria discutida em todo o século XIX por historiadores portugueses e estrangeiros. Em torno desta, o conde polonês Athanasius Raczyński sugeriu como saída para a compreensão da arte portuguesa, classificada por ele como gótica, a influência do norte europeu sobre a pintura lusitana. Viseu transformara-se, a partir deste, no principal cenário geográfico da pintura e o Grão Vasco continuava a personificar a prosperidade econômica, cultural e artística da época dos Descobrimentos, sendo a própria materialização da ideia que se tinha de “escola

portuguesa”, graças ao desconhecimento, neste período, de pinturas de outros artistas (RODRIGUES, 2002: 83), que eram, na maioria das vezes, atribuídas a Vasco Fernandes.

A pergunta sobre a existência ou não de uma escola portuguesa de pintura teve, ao longo do século XIX, a resposta positiva de muitos historiados, críticos e *connoisseurs*. A influência nórdica na arte portuguesa, um consenso a partir de Raczyński, não denotava, necessariamente, uma opinião contrária à existência da especificidade da pintura lusitana. Mas foi com este argumento que Joaquim Vasconcellos em “*A Pintura Portuguesa nos Séculos XV e XVI*” gerou uma contracorrente à afirmação patriótica de uma identidade artística portuguesa e, assim, ofereceu uma forte oposição à ideia da existência de especificidades ou particularidades nacionais na pintura (ibid, pp. 86). Contra argumentando, Vasconcellos diria:

“O que constitui uma escola é a originalidade de concepção, junta à novidade dos processos técnicos; é a forma sui generis pela qual o artista traduz as ideias peculiares, características, de uma época nacional, quando essa época marca o ponto culminante da cultura de um povo. Para haver uma escola nacional é mister ter havido antes uma progressão artística sensível, mas lenta; a história da arte o diz em todas as suas páginas.” (VASCONCELLOS, 1881: 8)

Já no início do século XX, a questão deixa de ser um ponto primordial para Maximiano Aragão e Virgílio Correia, personagens fundamentais para a historiografia da arte portuguesa por suas descobertas documentais sobre a vida e obra de Vasco Fernandes. Mas a centelha nacionalista seria novamente acesa nos tempos do “Estado Novo”, sobretudo nos escritos de Luís Reis-Santos, autor de “*Vasco Fernandes e os Pintores de Viseu no Século XVI*” (1946).

No discurso deste professor, a busca pela singularidade histórica e pelos fenômenos que são unicamente nacionais e típicos do espírito português continuavam a ser feitas no campo da História da Arte. Se Vasco Fernandes já não era o único ícone da arte portuguesa, já que recentes descobertas desvelavam mais personagens e pinturas da arte antiga, é certo, contudo, que muitas das perguntas continuavam as mesmas. A existência da escola portuguesa de pintura, como em Reynaldo dos Santos, permanecia importante. Na narrativa de Reis Santos a pergunta também surge, sendo essencial para a compreensão de sua obra.

Tendo como pressuposto a singularidade da alma lusitana, perseguia os modos do povo português de se manifestar artisticamente. Sua escrita da História não poderia resultar em alguma compreensão que não apontasse para a singularidade de seu povo, sendo este aspecto o ponto de partida e de chegada em suas pesquisas. Vital por seu trabalho de fôlego arquivístico, de esforço primordial para a determinação da correta atribuição das obras de Vasco Fernandes, participa de um movimento de desconstrução do antigo mito Grão Vasco, mas é decisivo para o processo de reconstrução da imagem do pintor do século XVI pelo prisma de uma nova mitologia política nacionalista.

Seguindo as pistas da vida de “*Vasco Fernandes, o Genial Grão Vasco*”, para traçar a “*Personalidade e evolução da obra de Grão Vasco*”, se esforça em provar a nacionalidade do pintor. Parecia ser para muitos historiadores da arte até aquela época, inquestionável a ideia de que Fernandes não fosse português. Apesar da falta de provas que bem indicassem este aspecto, queria-se que o *Artista* fosse nascido em Portugal e, mais especificamente, em Viseu.

Viseu, pequena cidade no interior de Portugal, cujos tempos áureos já haviam passado na época de Reis Santos, era também na época do pintor, uma vila isolada, ao que sabia o Professor. Contudo, era preciso compreender o fenômeno do surgimento de um *Gênio* com o talento inquestionado do Grão Vasco em um lugar distante da Província. E por maior que fosse a dificuldade que o historiador da arte mostrasse em conseguir fontes para constituir a prova da nacionalidade portuguesa do pintor, por mais que fosse complexo compreender seu surgimento naquelas terras, a hipótese de que Vasco Fernandes era um estrangeiro estabelecido em Viseu não era sequer aventada por escrito.

Mas se Reis Santos percebe a dificuldade de compreender esta parte da biografia do Grão Vasco, acredita, paralelamente, em uma tendência natural da arte portuguesa. Bastante específica por ser uma manifestação do espírito do povo português, cujas características, pré-estabelecidas pela época de Reis Santos, são também singulares.

E foi certamente porque Vasco, homem plebeu, falou "ao poboo" na sua linguagem pictórica, sincera e rude, traduzindo sugestivamente aspectos característicos de espírito e sentimento, que o povo criou a lendária figura do Grão-Vasco,

personificação da alma popular, glória da Arte e da Nação. (REIS SANTOS, 1946: 13)

Personificação da alma popular, Vasco Fernandes teve sua correlativa figura mitológica criada pelo povo por comunicar-se com este através de um espírito em comum. E se o historiador alega a natureza arcaizante do povo português “*nas belas-artes, como fomos no século XVI, por educação e tendência natural*”, vê também o gênio do Grão Vasco refletir-se de maneira cosmopolita, sendo *eclético nas composições: reflecte [...] simultaneamente, Espanhóis e Neerlandeses, Italianos e Alemães* (REIS-SANTOS, 1965: 16).

Distingue em Vasco Fernandes alguém que domina os estilos gótico e renascentista, embora em texto mais maduro, em 1963, faça questão de negar a existência de um Renascimento à maneira italiana em Portugal e em outros países, que não na Itália. Citando Jacob Burckhardt e sua *Die Cultur der Renaissance in Italien* (1860), Reis Santos explica a seus leitores que muitas pessoas usam o *monstruoso termo [...] com um R grande*, sem de fato conhecer sua natureza. Cético em relação à ideia de Renascimento do historiador de Basileia cita em nota de rodapé o trabalho de Konrad Burdach, alemão que é um dos primeiros e também um dos maiores críticos de Burckhardt. Em *Sinn und Ursprung der Worte Renaissance und Reformation...* (1910) – cuja tradução poderia ser “Significado e Origem das Palavras Renascimento e Reforma” –, Burdach sustentava a continuidade da Idade Média, colocando em dúvida todos os pressupostos da tese de um rompimento artístico-cultural. Já para o Professor de história da arte de Coimbra, o conceito utilizado pelo suíço era, “*já combatido por muitos e apenas aplicável a um fenômeno exclusivo da Itália, que nada tem a ver com a civilização portuguesa*”. (REIS-SANTOS, 1965: 16).

No intuito de opor-se a qualquer ideia que fosse contrária a singularidade da arte da civilização portuguesa, faz questão de refutar Vasconcellos e seus sectários no que diz respeito à questão da escola portuguesa de pintura:

“querem diminuir a originalidade e o valor da Escola de Viseu pelas influências que os pintores acusam, mormente o dominador Grão Vasco. É tão absurdo como pretender negar a genialidade e depreciar a obra monumental do "maior cronista de qualquer época e de qualquer nação"[Fernão Lopes] por ter aproveitado trechos de Pero Lopez de Ayala.” (REIS-SANTOS, 1946: Prefácio).

Para ele, os portugueses são únicos, exatamente pelo modo como tratam as influências que recebem:

"O génio, em geral, e em particular o génio nacional, consiste muito mais - como disse Antero[de Quental] - na maneira própria de dispor os materiaes herdados ou emprestados, do que na criação, como que inteiriça e d'um jacto, de elementos completamente novos e sem precedentes - proles sine matre creata. Ora a humanidade vive sobretudo de tradições, e ha para os povos como para os individuos um verdadeiro ensino mutuo, pelo qual cada um, sem deixar de ser o que é, aproveita da experiência e dos trabalho dos outros". (Ibid)

Sem deixar de ser o que é, apesar das influências, a escola de Viseu, na obra de Reis Santos, é a representação máxima da escola portuguesa de pintura e de sua singularidade. É a inegável afirmação do génio nacional através da arte de Vasco Fernandes.

Reafirmar a singularidade da arte portuguesa da época dos Descobrimentos era assegurar, também a partir deste campo, a identificação dos portugueses com sua pátria, com suas fronteiras físicas, com um projeto nacionalista e com uma alma imaginada a partir de sua historiografia. De sua memória estruturada pelo salazarismo e sua estruturadora Reis Santos sabia que sua escrita cumpria os desígnios do Estado Novo, como possivelmente cumpria seus próprios anseios. Seu trabalho seria citado por longos anos e permanece servindo como base para a historiografia mais recente sobre o assunto.

Bibliografia de referência:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

CATROGA, Fernando.; MENDES, Maria Amado & TORGAL, Luís Reis. **História da História de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

FERRO, António. **Salazar – O homem e sua obra**. Lisboa: Empresa Nacional de Publicação, 1933.

HERCULANO, Alexandre. **História de Portugal – Tomo I**. Lisboa, 1846

MEDINA, João. **A ditadura portuguesa do “Estado Novo” (1926 – 1974)**. IN: TENGARRINHA, José (coord.). *A Historiografia portuguesa, hoje*. HUCITEC: São Paulo, 1999.

QUADROS, António. **O primeiro modernismo português: vanguarda e tradição**. Lisboa: Publicações Europa América, 1989.

REIS-SANTOS, Luís. **Vasco Fernandes e os pintores de Viseu no século XVI**. Lisboa, 1946.

RODRIGUES, Dalila. **Modos de expressão na pintura portuguesa. O processo criativo de Vasco Fernandes (1500-1542)**. Coimbra, 2000.

REIS-SANTOS, Luís. **Influência do Ultramar nas Belas-artes**. In: Colóquio Sobre a Influência do Ultramar na Arte. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1965. p. 11-34.

ROSMANINHO, Nuno. **A Cidade Universitária de Coimbra e a Expressão Totalitária da Arte**. 2006. Acessível em: http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17/26/17_26_03.pdf, acessado no dia 31 de Agosto de 2013 às 15h01.

SANTOS, Graça dos. **“Política do espírito”**: O bom gosto obrigatório para embelezar a realidade. 2008

SANTOS, Reynaldo dos. **Os primitivos Portugueses**. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional, 1940.

VASCONCELLOS, Joaquim. **A pintura portuguesa nos séculos XV e XVI**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2ª ed., 1929.

A repetição na historiografia: Uma contribuição Lacaniana e Koselleckiana

Danieli Machado Bezerra*

Este texto apresenta o que vem sendo desenvolvido em meu doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Comparada da *Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Este trabalho visa a um estudo sobre a história como repetição a partir de algumas obras do historiador Reinhardt Koselleck e do psicanalista francês Jacques Lacan. Ambos os pensadores articulam a linguagem como contribuição para seus estudos. O primeiro enfatiza a discussão sobre a história das idéias e dos conceitos e o segundo, em sua releitura original e fecunda de Freud, introduz conceitos e faz a psicanálise ganhar um novo estatuto paradigmático na contemporaneidade.

Koselleck escreve em um momento de reorientação dos estudos históricos na Alemanha. Após a Segunda Guerra Mundial foi levantada a questão se a historiografia de afirmação de um passado nacional se baseava em temas que se orientavam para a procura dos motivos da catástrofe mundial e a história passa a ser vista como arma para uma crítica da situação presente. Buscou novos métodos sobre o fenômeno histórico e com estudos sobre a semântica política moderna através de análise de obras de historiadores, filósofos, políticos, artistas, ele chega a uma tese principal que foi uma definição de “história como experiência existencial e como dimensão iniludível constitutiva da modernidade” (KOSELLECK, 2006:135).

Elucidamos aqui a possibilidade comparativa entre as teorias dos autores supracitados, pois ambos comentam em seu *corpus* teórico o conceito de repetição. Em Lacan o *Seminário XI* traz a discussão sobre o *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* e dentre eles temos a repetição, o *Seminário XVIII: De um discurso que não fosse semblante* e com Koselleck, *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*, a entrevista do livro *História dos conceitos: debates e perspectivas* e *Histórica y hermenêutica*. Marcelo Jasmin em sua apresentação da edição *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos*

* Doutoranda em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Aprovada no concurso da Universidade Federal do Amapá para a Disciplina de Teoria da História, Bolsista CAPES.

históricos nos indica sobre o conceito de repetição em Koselleck e nos orienta na constituição de uma história dos conceitos não significar apenas de um estudo sobre a semântica de alteração dos significados tradicionais, porém, de uma compreensão das formas que os sujeitos têm de “Conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar. É este um dos sentidos em que a história conceitual de Koselleck vai além da pesquisa etimológica ou filológica do conceito”.¹

Koselleck criou a história dos conceitos que proliferou na Alemanha nas décadas de 1950 e 1960, e esta indaga quando determinados conceitos são resultados de um processo de teorização. Para ele, todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também indicativo de algo que se situa para além da língua e que a partir de um fato linguístico é que se pode atuar sobre a realidade de forma concreta (KOSELLECK, 1992:139). Koselleck nos afirma que “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado, expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórico-abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única” (Idem). Entretanto, isso quer dizer que não é que não possam surgir novos conceitos, articulados a conteúdos, que são produzidos/pensados mesmo que as palavras utilizadas sejam as mesmas. Reinhart utiliza em sua estrutura teórica, a semântica, e diz que o que é decisivo é que o uso pragmático da língua é sempre único, e o que se repete são estruturas linguísticas semânticas, todavia, esse uso pragmático nos indica que a semântica é fundamental para a comunicação linguística, pois com ela fazemos política, exercemos influência e fazemos revolução e etc. Todos esses usos pragmáticos articulados a uma língua, ou que pela língua são indicados, vivem na verdade de uma semântica que é pré-existente e nos é dada. Como exemplo, nos cita Koselleck, que na Alemanha Oriental, a utilização de expressões como “nós somos um povo” ou “nós somos o povo” vive de uma semântica que pressupõe o conhecimento por cada um do que seja um povo (...) essa expressão pragmática “nós somos um povo” e seu uso político alteraram a situação. Ele salienta que há “o elemento de continuidade semântica” e o fato de que, mesmo quando há a tentativa de explicar algo claramente único, de comunicar uma mensagem única ou um ato de fala único, “um mínimo de consenso sobre o significado das palavras se faz necessário; uma semântica preexistente é necessária. A repetição constitui a *longue durré* da linguagem. A semântica pode ser definida como a possibilidade de repetição”. (KOSELLECK, 2006: 29).

¹ Marcelo Jasmin em seu comentário na apresentação do livro *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos* de Koselleck.

Temos estruturas linguísticas que se repetem e são necessárias para que o conteúdo seja compreensível, ainda que uma única vez e só podemos ser compreendidos se um mínimo de repetição da semântica estiver pressuposto. Citando Kornmann ele nos indica que a “nossa história contemporânea é uma repetição dos fatos e acontecimentos de alguns milênios – só que em um período de tempo dramaticamente reduzido”, percebemos isso através das estruturas semânticas que os conceitos trazem ao longo do tempo (KOSELLECK, 2006: 80).

A capacidade de repetição dos eventos que para ele são isolados depois de uma infinidade de acontecimentos e podem ser retirados dos arquivos e também são considerados como um conjunto de fatos que possuem uma unidade de sentido possível de serem narrados. O estudo da semântica histórica mostra que todo conceito que faz parte de uma narrativa ou de uma representação – por exemplo, Estado, democracia, exército, partido, para citar apenas conceitos gerais – torna inteligíveis contextos, precisamente por não reduzi-los à sua singularidade histórica. Os conceitos não nos instruem apenas sobre a unicidade de significados anteriores, mas também contêm possibilidades estruturais; colocam em questão traços contemporâneos no que é não-contemporâneo e vice-versa. (KOSELLECK, 2006: 142).

Koselleck cita em seu artigo *Representação, evento e estrutura* que “tudo que acontece na Terra é passível de repetir-se, de um ponto de vista estrutural”. Para ele a estrutura é entendida como as circunstâncias que não se organizam segundo a estrita sucessão dos eventos passados, implicam maior duração, estabilidade e alteram-se em prazos mais longos. (KOSELLECK, 2006: 127-135).

Concluimos que a história que Reinhart constrói nos indica sobre a possibilidade de repetição dos eventos, e através deles podemos pensar nas possíveis condições estruturais capazes de desencadear algo como um evento análogo a partir das estruturas semânticas formais de retorno e repetibilidade (KOSELLECK, 2006: 263).

Se na história, algo se repete, e Koselleck ressalta as estruturas semânticas que guardam elementos capazes de retorno e repetibilidade, na psicanálise Lacan traz a repetição como sendo um dos conceitos fundamentais de seu ensino; é importante que verifiquemos essa constatação para que possamos saber onde estão possíveis analogias e homologias entre os conceitos a serem trabalhados nesta proposta de pesquisa.

Para compreender a repetição em Lacan é importante nos situarmos um pouco sobre a repetição em Freud. Em sua clínica, ele se deparava com algo que sempre insistia, incessante em buscar se fazer dizer e que advinha do passado, que não encontrava seu caminho em direção à consciência e que redundava na formação do sintoma. A repetição foi sendo transformada, na trajetória freudiana, de um fenômeno clínico a um conceito de grande importância: a compulsão à repetição.

No texto *Recordar, repetir e elaborar, de 1914*, Freud enfatiza: “o que nos interessa, acima de tudo, é, naturalmente, a relação desta compulsão à repetição com a transferência e com a resistência”. Estando em resistência, o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e recalcou, mas o expressa pela atuação ou *acting out*. Repete não como lembrança, mas como ação e sem saber que está repetindo.

No ano de 1920 Freud percebeu que havia algo que se repetia “para além do princípio do prazer” e isso acaba sendo um impasse para avanços em seus estudos sobre a histeria. Deu-se conta de uma espécie de satisfação que se dá no nível da pulsão e que desafia os princípios do prazer e da realidade. E formula o conceito de pulsão de morte que tem relação com o conceito de repetição.

Lacan apresenta a repetição em seu *Seminário XI*. Afirma que a repetição nunca é a repetição do mesmo, há algo novo: “O que se repete é sempre algo que se produz.” (LACAN, 1998: 56) Esse algo não se reproduz, ele produz. O que se repete é o real, que volta sempre ao mesmo lugar em que o sujeito procura e não acha, pois o real não pode ser alcançado nunca. Isso se articula com o gozo que “... encontra sua origem na busca, tão repetitiva quanto inútil, do momento de satisfação de uma necessidade, que só se constitui como demanda no só-depois da resposta que lhe foi dada.” (Lacan, 1998: 60)

Para Lacan, a repetição se articula com o subjetivo e relaciona-se com a possibilidade de o sujeito fazer outra coisa com aquilo que, inicialmente, o conduzia ao sintoma. Com o manejo da transferência a repetição faz com que o sujeito dentro de sua singularidade, disponha de algo novo, ou seja, que faça uma ação perante a esse algo que quer repetir em seu sintoma não utilizando uma resposta racional, consciente.

Em relação à história há algo que se repete também. O historiador que utiliza a história dos conceitos lida com uma série de acontecimentos e discursos que se apresentam, ao mesmo tempo, e de maneira contraditória, como únicos e repetidos. “a história está repleta de estruturas e fenômenos recorrentes” (KOSELLECK, 2006: 137).

É através dos dois autores aqui abordados que propomos pensar a história como fenômeno que se repete. Analisamos essa questão a partir de uma abordagem comparativa porque acreditamos na possibilidade de aplicar e praticar outras aproximações através de perguntas e hipóteses que possam ser respondidas e contrastadas pelos estudiosos da história conceitual e da semântica histórica, por exemplo, Koselleck e por outros estudiosos, como Lacan. No escrito *A ciência e a verdade* Lacan nos aponta uma prévia do que elaborou em seu *Seminário XVII* intitulado *O avesso da psicanálise*, com o qual ele nos mostra a elaboração dos quatro discursos que estruturam as relações entre os sujeitos.

A expressão discurso é usada em *Função e campo da palavra e da linguagem* em uma relação com quatro lugares: agente/verdade, outro/produção e quatro termos que são definidos: S₁ (significante mestre), S₂ (saber), \$ (sujeito barrado), (a) (objeto mais-de-gozar). São assim representados:

$$\frac{\text{agente}}{\text{verdade}} \rightarrow // \frac{\text{outro}}{\text{produção}}$$

O primeiro, o agente, organiza a produção discursiva, domina o laço social, ao dar o "tom" ao discurso e possibilitar que haja alteridade. O *outro* é aquele a quem o discurso se dirige. O outro precisa do agente para se constituir. A *produção* é o efeito do discurso, é aquilo que resta. A *verdade* sustenta o discurso, mas é acessível apenas pelo "semi-dito" porque o dizer não é não todo. A verdade não pode ser toda dita, havendo uma interdição (//) entre a produção e a verdade (COELHO: 2006).

Esses termos ao ocuparem esses lugares alternadamente tornam possível o funcionamento dos quatro discursos fundamentais: discurso do mestre, discurso da histórica, discurso do universitário e discurso do analista. Abaixo temos as suas representações gráficas:

U	M	H	A
S2→@	S1→S2	\$ →S1	@ → \$
S1 \$	\$ a	a S2	S2 S1

Nesses discursos encontramos a relação entre causa (agente)/verdade e Lacan nos diz que “para cada causa há uma verdade que a sustenta” (QUINET,1996:203). No caso do discurso do mestre:

A causa é o poder e a verdade é o sujeito do desejo. Aqui o que interessa é o poder – tudo pelo poder: ir para o poder, permanecer no poder, voltar ao poder. O poder é a causa do laço social, é o que move o sujeito para subjugar o Outro obtendo dele um produto do qual o mestre possa usufruir. O objetivo do poder pelo poder é extrair do Outro o objeto de gozo para seu proveito (QUINET, 1996: 203).

O discurso que nos interessa é o do mestre porque foi com ele que Lacan conseguiu elaborar os outros três discursos a partir da relação dialética entre o senhor e o escravo introduzida por Hegel em *A fenomenologia do espírito*. Lacan discute a ideia de que o escravo se libertará pelo trabalho, e só isso nos importa acerca da obra hegeliana²: O trabalho, diz-nos ele, a que se submete o escravo, renunciando ao gozo por medo da morte, será justamente a via pela qual ele realizará a liberdade. Não há engodo mais manifesto politicamente e, ao mesmo tempo, psiquicamente. O gozo é fácil para o escravo e deixará o trabalho na servidão (LACAN, 1998: 825). Esse comentário aponta para as reflexões lacanianas sobre a questão do vínculo social entre os sujeitos. O conceito de discurso laciano é articulado em seus quatro discursos no *Seminário XVII*. Para compreendermos o que cada símbolo significa destacamos aqui o que eles representam no pensamento laciano.

Primeiro o sujeito, nomeado por um S maiúsculo traçado por uma barra, \$, que marca seu caráter insubstantivo e é condicionado pela articulação da bateria dos significantes. É nesse sentido que ele é sujeito da estrutura clínica. Seu símbolo comporta, em si mesmo, que ele não é substancial e que ele deve aquilo que é, seu ser, à articulação na qual está inserido. É representado pela fórmula $S \diamond a$ leia-se sujeito barrado em relação ao objeto a. Nesta articulação temos os outros dois termos das formulas que são o S1, S2, a isto se acrescenta, na estrutura que Lacan chamou de discurso, o termo *a*, cuja presença é tão equívoca quanto a do sujeito e está também em um limiar, já que este símbolo indica o produto da articulação, tal como o símbolo de \$ deve designar a hipótese subjetiva da articulação. O *a* é o objeto mais-de-gozar ou a perda de objeto, ou objeto perdido. Lacan extrai isso de Freud e nos faz pensar sobre a articulação desse objeto perdido com o sentido específico da repetição, pois esta tem certa relação com aquilo que, desse saber, é limite – e que se chama gozo (LACAN, 1992:

² Para esta questão poderíamos elaborar uma discussão ampla, entretanto, por se tratar aqui de uma escrita com limitações de números de páginas, não vamos nos estender mais sobre o que poderia ser desenvolvido.

13). A perda de objeto é hiância, o buraco aberto em alguma coisa, que não se sabe se é a representação da falta em gozar, que se situa a partir do processo do saber na medida em que ganha ali um acento totalmente diverso, por ser desde então saber escandido pelo significante (LACAN: 1992: 18).

Enfatizamos que o significante, diferente do signo, é aquilo que representa um sujeito para outro significante. Diante das fórmulas apresentadas, o discurso do mestre, ou do senhor (para lembrar Hegel) como também é conhecido, se for reduzido a um único significante, implica que ele representa alguma coisa para outro significante (LACAN: 1992: 29). Essa relação resulta o sujeito barrado e a fórmula $S1 \rightarrow S2$ esboça o que se trata na bateria dos significantes representando um significante para outro significante. Em sua teoria dos discursos Lacan nos diz que:

O discurso concebido como estatuto do enunciado, S1 é aquele que deve ser visto como interveniente. Ele intervém em uma bateria significante que não temos direito algum, jamais, de considerar dispersa, de considerar que já não integra a rede do que chama um saber (LACAN, 1992: 11).

Para ele, Freud introduz o que ele chama de *além do princípio do prazer*, pois isso faz com que a vida se detenha em certo limite em direção ao gozo. “Há uma relação primitiva entre saber e gozo, e é ali que vem se inserir o que surge no momento em que aparece o aparato do que concerne ao significante” (LACAN, 1992: 17). Nessa articulação com a produção do saber histórico Koselleck citando o Barão von Eichendorff disse: “um faz a história, outro a escreve”, acredita que existe o agente, aquele que faz, que é responsável, e existe também o outro, aquele que escreve, o historiador. Para Koselleck, que concorda com o Barão, pontuar que a história está disponível sob os dois pontos de vista – o do agente, que dispõe sobre a história que faz, e o do historiador, que sobre ela dispõe quando a escreve (Koselleck, 2006:234). Essa tese levantada aqui nos remete para a discussão acerca do discurso do mestre porque a história produzida nesta perspectiva equivale à fórmula de Lacan $S1 \rightarrow S2$ no qual a produção desse saber se constrói nessa relação de um significante para outro de forma ininterrupta, tal como acontece com o discurso do mestre. Neste há uma articulação entre o desejo de um com o desejo do outro, entre a vida e a morte, entre o trabalho e a casa, entre o objeto e o gozo e por que não com a produção da história, como Koselleck abordou ao comentar sobre a frase do Barão?

Ainda sobre a repetição em Freud, esta surge como sendo o gozo, diz Lacan: O gozo necessita da repetição:

Na medida em que há busca do gozo como repetição que se produz o que está em jogo no franqueamento freudiano – o que interessa como repetição, e se inscreve em uma dialética do gozo, é propriamente aquilo que se dirige contra a vida. É no nível da repetição que Freud se vê de algum modo obrigado, pela própria estrutura do discurso, a articular a pulsão de morte (LACAN, 1992: 47).

Aqui não se trata de a repetição apenas ter uma função de ciclos que a vida comporta, tais como o da necessidade e da satisfação, porém de um ciclo que acarreta na desaparecimento da vida, ou seja, o retorno ao inanimado. A repetição se funda em um retorno do gozo e com ela produz-se algo que é defeito, fracasso (LACAN, 1992: 48).

O que se repete só se repete porque há perda. “Em perda do que quiserem, em perda de velocidade, de força – há algo que é perda. Para Lacan Freud insiste desde a origem, na perda, pois na repetição há desperdício de gozo” (LACAN, 1992: 48).

O que é essa identificação do gozo? Para responder a esta pergunta o *traço unário* nos elucidada, pois é um termo que Lacan tira de Freud no texto *Psicologia das massas e análise do eu*. A identificação se dá com um traço, se dá com um significante e não com a imagem. O que determina a identificação do sujeito é um significante que registra a ausência da falta, chamada por Freud de *traço unário*, e que é o outro Um da psicanálise. No *traço unário* que tem origem tudo o que nos interessa como saber e surge no simbólico, trazida pelo registro da linguagem (LACAN, 1992: 48). Concluimos que o significante articula por representar um sujeito junto a outro significante. É daí que partimos para dar sentido a essa repetição inaugural, na medida em que ela é repetição que visa o gozo (LACAN, 1992:48).

O saber nos interessa porque é ele que coloca em jogo a incidência da repetição por estar sempre presente desde a origem sendo “o meio do gozo, que ultrapassa os limites impostos, sob o termo de prazer, às tensões usuais da vida” (LACAN, 1992: 50). No lugar da perda de gozo e que a repetição introduz é que vemos surgir a função do (a) (objeto perdido).

Dentre os discursos formulados pela teoria lacaniana o do mestre nos fornece dicas de como podemos compreender a história nessa relação de agente e saber supracitado e quando Koselleck menciona a frase do Barão, pois esse discurso supõe uma identificação do sujeito

por meio de um significante-mestre, a história passa a ser pensada a partir de explicações ou categorizações sobre os fatos.

O discurso do mestre tem as seguintes funções:

Significante-mestre → saber

Sujeito gozo

Nesse discurso a partir da relação do S1 a S2, o sujeito fica ligado com todas as ilusões que comporta ao significante-mestre, ao passo que a inserção no gozo se deve ao saber (LACAN, 1992: 97).

O que é esse gozo no discurso do mestre? O significante mestre no lugar do senhor (que seria o sujeito barrado) e do outro lado, o outro significante do saber, trabalha na produção do gozo. Portanto, o significante produz o gozo, que rege, comanda e faz convergir todos os outros significantes. E é isso que mobiliza o discurso da história já que ele se encontra enlaçado por esse discurso que é puro gozo ou puro gozar, tal como acontece com a filosofia.

Partimos da ideia de que a história é um significante-mestre porque a teoria do discurso do mestre laciano com a fórmula **S1→S2** representa o significante-mestre para outro significante desencadeando a cadeia dos significantes, cuja cadeia é ininterrupta e, portanto, infinita.

Isso nos remete para a questão acerca da cadeia dos significantes porque o que interessa para a psicanálise é o só depois do dito. O dito se inscreve em um dizer que só acontece depois. Para a escrita da história essa fórmula não funciona, seria o seu inverso. Mas como podemos pensar essa coisa que se repete na língua quando Koselleck argumenta que o que se repete são estruturas semânticas? Como articular esse pensamento ao saber que é construído na e pela psicanálise?

Faremos uma articulação dessas nossas hipóteses com o discurso do mestre, pois os elementos S₁, \$, S₂ e a formariam uma combinatória fechada se não irrompesse algo que surge como perda, perda de gozo que engendra um *mais-de-gozar* a retornar: objeto (a), objeto perdido de Freud porque o aparecimento desse quarto elemento, (a), nos impede de pensar a repetição como repetição do mesmo e sim como repetição da diferença. Essa coisa que é perdida é sempre nova no dizer do inconsciente mesmo sendo repetida.

Quando nas estruturas semânticas algo se repete, temos aí algo que faz diferença, mesmo repetindo, marca uma diferença de algo que foi e que é. Essa diferença nos importa.

De acordo com o discurso do mestre a história busca, tal como a filosofia, ser um sistema aberto porque o que ela busca não é só constituir um saber, mas avançar na questão dessa verdade que só se desvela lançando um novo véu. O historiador quer ser o mestre da verdade que sustenta seu saber e, portanto, de seu gozo.

Questionamos se a história também teria esse papel de saber sendo mestra da verdade, como elucidou Koselleck em sua *Historia magistrae vitae*. Para a filosofia a relação entre o mestre e o escravo (lembrando Hegel) importa se a lei for mantida em uma ordem estabelecida. E para a história qual é a lei que é questionada quando nos deparamos com uma tentativa de elaboração de seu saber?

Confrontamos Koselleck e Lacan. O que buscamos quando necessitamos de “fazer história”? Quais os objetos que são perdidos e ou achados? Perdido porque há objetos que nunca foram inventados e achados porque há invenções sobre temas que sempre vem à tona.

Esperamos contribuir para uma introdução acerca da temática dos estudos sobre a história dos conceitos incentivando a reflexão sobre a história como repetição através da linha de raciocínio que utiliza meios alternativos e menos restritos de nossa atuação, como, por exemplo, a psicanálise, um instrumental que faz corte no discurso universitário e do mestre.

Questionamos a escrita da história e como esta pode ser debatida e em que medida permaneceu constante, alterada ou criada de novo nesse processo de repetição abordados pelos pensadores a serem pesquisados.

Refletir sobre a história a partir de nosso objeto aqui apresentado nos faz pensar sobre a comparação entre Koselleck e Lacan e a possibilidade de aplicar outras aproximações teóricas, pois o recurso a outras fontes não nos cessam de fazer perguntas e hipóteses que podem ser respondidas e contrastadas por especialistas diversos, partindo da idéia de que nossos preconceitos (diga-se: quando iniciamos nossa discussão com o objeto desta proposta de pesquisa, nos perguntamos se teria relevância e a partir disso, esta foi sendo desenvolvida) foram sendo transformados em hipóteses. A relação entre ambos os autores é pertinente porque a repetição na história pode ser pensada a partir da análise comparativa e onde houver formas diversas e contraditórias em suas teorias aqui serão elucidadas e criticadas.

BIBLIOGRAFIA

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História – Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, J.A. 2007. História Comparada – um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, pp.1-30, jun.

_____; *O Projeto de Pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____; *Imaginário, Mentalidades e Psico-História – uma discussão historiográfica*. Captado em: <http://www.cei.unir.br/artigo71.html> Acesso em: 18 ago. 2009.

COELHO, Carolina Marra S. *Psicanálise e laço social – uma leitura do seminário XVII*. *Mental* v.4 n.6 Barbacena, jun, 2006

FILHO, Celso Ramos Figueiredo. *História e Psicanálise: possíveis afinidades*. Captado em: <<http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:kAPGwoLUv4QJ:www.fia.edu.br/fia/revista/revista2/2.pdf+Celso+Ramos+Figueiredo.+Hist%C3%B3ria+e+Psican%C3%A1lise:+poss%C3%ADveis+afinidades&hl=pt-R&gl=br&sig=AFQjCNG35kfN5eOJDzD4vlt4AyOTOQoJcw>> Acesso em: 15 set. 2009.

FILHO, Luiz Carlos Uchôa Junqueira. *Psicanálise e história das mentalidades*. Captado em: <[http://74.125.47.132/search?q=cache:dROh1X1Ao1QJ:pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ide/v30n45/v30n45a21.pdf+Um+monge+no+div%C3%A3:+O+adolescer+de+Guibert+de+Nogent+\(1053-1124\)+%E2%80%93+uma+an%C3%A1lise+hist%C3%B3rico-psicanal%C3%ADtica&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://74.125.47.132/search?q=cache:dROh1X1Ao1QJ:pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ide/v30n45/v30n45a21.pdf+Um+monge+no+div%C3%A3:+O+adolescer+de+Guibert+de+Nogent+(1053-1124)+%E2%80%93+uma+an%C3%A1lise+hist%C3%B3rico-psicanal%C3%ADtica&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 18 ago. 2009.

FRANÇA, Maria Inês (Org). *Ética, psicanálise e transmissão*. Petrópolis, Vozes, 1996.

FREUD, S. *Obras Completas*, Trad. Luis Lopez-Ballesteros y de Torres. Buenos Aires: El Ateneo, 2008.

FORBES, Jorge (Org). *A escola de Lacan: a formação do psicanalista e a transmissão da psicanálise*. Campinas: Papyrus, 1992.

GAY, Peter. *Freud: Uma vida para nosso tempo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, Clara de. *Psicanálise e capitalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____; *Teresa D'Ávila: A escrita do desejo*. Tese (Doutorado em Semiologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro Pós-graduação da Faculdade de Letras, 1999, p.200.

HARARI, Roberto. *Uma introdução aos quatro conceitos fundamentais de Lacan*. Trad. Marta M. Okamoto e Luiz Gonzaga B. Filho. Campinas: Papirus, 1990.

JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora contraponto/PUC, 2006.

_____; *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Trad. Manoel Luis Salgado Guimarães. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol 5, n. 10, 1992, p. 134-146.

_____; *Historia conceptual e historia social*. Captado em: www.4shared.com. Acesso em: 20 jul. 2009.

LACAN, Jacques. *O Seminário livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. MD Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____; *O Seminário I: Os escritos técnicos de Freud*. Trad. Betty Milan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____; *O Seminário VII: A ética da psicanálise*. Trad. Antonio Quinet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

_____; *“Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”*. IN: Escritos, Trad. Vera Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 1966.

_____; *O Seminário XX: Mais, ainda*. Trad. MD Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____; *O Séminário XVII: O avesso da psicanálise*. Trad. Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge zahar Editor, 1992.

_____; *Escritos*, Trad. Trad. Inês Oseki-Dépré. São Paulo: Editora perspectiva, 1978.

LEITE, Márcio Peter de Souza. *“Inconsciente: O inconsciente está estruturado como uma linguagem”* IN: Idéias de Lacan. São Paulo: Iluminuras, 2001, p.31-42.

MILLER, Jacques-Alain. *Percurso de Lacan: Uma introdução*. Trad. Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____; *A experiência do Real na cura psicanalítica – Aula 1, 18 de novembro de 1998* (Tradução E.B.P.).

PELLANDA, Nize Maria Campos e PELLANDA, Luiz Ernesto Cabral (Orgs.). *Psicanálise hoje: uma revolução do olhar*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *História dos conceitos e história comparada: elementos para um debate*. Almanack Brasiliense. nº 07, maio, 2008.

QUINET, Antonio. *As 4+1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ROTH, Michael (ORG). *Freud: Conflito e cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

VALADARES, Lúcia. *Nós, outros e a psicanálise*. Captado em: <http://www.estadosgerais.org/encontro/nos_outros.html> Acesso em: 20 jul. 2009.

VAZ, Nestor Lima Lobo. *Saber e gozo no discurso do mestre*. Letra Freudiana - Ano XI-nº 10/11/12. Captado em: <<http://www.escolaletrafreudiana.com.br/UserFiles/110/File/artigos/letra1012/040.pdf>>, acesso em: 02 set. 2010.

A representação da história nos ensaios literários de John Barth (1967-1980)

Iuri Bauler Pereira *

Em 1967, o escritor e professor de literatura John Barth publica – na centenária revista cultural norte-americana *The Atlantic* – um ensaio intitulado *The Literature of Exhaustion*, baseado em uma reflexão sobre as possibilidades da literatura a partir da aproximação com a obra do escritor argentino Jorge Luis Borges, que se configuraria como a sua contribuição seminal a um acalorado debate que ocupará a pauta do establishment literário americano durante a década seguinte: o pós-modernismo. O ensaio teve considerável repercussão no ambiente literário americano, e Barth assumiu a posição de um dos mais vocais representantes dos escritores experimentais norte-americanos.

Neste ensaio, Barth sugere que a literatura ocidental, sobretudo no caso específico da língua inglesa, assim como a arte em geral, se encontra em uma espécie de “beco sem saída”: no âmbito formal, parece ser impossível alcançar um nível satisfatório de originalidade criativa em face ao peso da história literária e à sombra dos grandes modernistas – aqui as referências são James Joyce e Samuel Beckett em especial – que conduziram a experimentação da linguagem ao extremo. A tradição literária, por sua vez, também parecia, a Barth, incapaz de representar a realidade das transformações vividas no período, onde grassava uma sensação de que a cultura da primeira metade do século já não servia como referência, dada a fissura aberta entre a tradição e o presente, e a literatura parecia exaurida como forma de representação artística da sociedade:

o que tenho denominado “a literatura da possibilidades exaurida” - ou, mais diretamente, “a literatura da exaustão” [...] Por “exaustão” eu não quero dizer nada tão exausto como um objeto de decadência física, moral ou intelectual, apenas a obsolescência de certas formas ou a exaustão de determinadas possibilidades. (BARTH, 1985: 64) ¹

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS-UFRJ), Mestre em História Social (PPGHIS-UFRJ). Pesquisa financiada pelo CNPq.

¹ “what I'm calling 'the literature of exhausted possibility' — or, more chicly, 'the literature of exhaustion'. [...] By 'exhaustion' I don't mean anything so tired as the subject of physical, moral, or intellectual decadence, only the used-upness of certain forms or exhaustion of certain possibilities”. **Todas as traduções no texto são de minha autoria.**

Pouco mais de uma década depois, em 1980, o mesmo Barth publica, na mesma *The Atlantic*, um ensaio de “reconsideração”: *The Literature of Replenishment*. Trata-se de um panorama do campo de debates e debatedores que se debruçaram sobre a chamada “literatura pós-modernista”, rubrica indeterminada que reuniu parte da geração de escritores que surgiram no final dos anos 1950, apresentando suas poéticas experimentais nos anos 1960 e publicando com considerável repercussão ainda durante os anos 1970. Esse grupo – talvez seja possível classificar como uma geração – era composto por escritores cujas obras tem características muito diversas como o próprio Barth, Thomas Pynchon, Robert Coover, Donald Barthelme, William Gaddis e outros, tradicionalmente identificados na historiografia literária como representantes de uma espécie de movimento “meta-ficcionista” de radicalização das experiências formais herdadas do modernismo (BARTH, 1985: 194-196).

Apresentando as críticas e argumentos contrários às experiências literárias realizadas nos anos anteriores e realizando uma espécie de exame da possibilidade de exaustão desses mesmos projetos, o ensaio de Barth é também uma tentativa de conclusão sobre a função e os limites da literatura na cultura contemporânea. Ambos os ensaios foram reeditados em conjunto em 1982 e posteriormente incluídos na coletânea de ensaios *The Friday Book*, acompanhados de pequenas introduções do autor, reafirmando sua conexão fundamental: *The Literature of Replenishment* tem como objetivo “acompanhar e corrigir” seu antecessor, *The Literature of Exhaustion* (BARTH, 1985: 193-194). Neste sentido, ambos formam um díptico sobre o fazer literário e permitem reconstruir parcialmente uma história desse debate no período – que em 1979 já aparentava um distanciamento passível de observação retrospectiva por um de seus autores – chamando a atenção para os temas centrais de Barth: os limites da literatura como representação da realidade e do modernismo como projeto cultural.

Em seu texto introdutório ao ensaio de 1967, John Barth constrói uma narrativa sobre o “espírito da época”, talvez em uma espécie de justificação pelos excessos retóricos cometidos, sugerindo que consegue sentir “rebelião entre suas linhas, o cheiro de gás lacrimogênio” (BARTH, 1985: 62-64) nas margens do ensaio escrito enquanto lecionava na New York State University. Barth fazia parte de um recém-formado Departamento de Letras, composto por jovens acadêmicos de destaque recrutados em instituições de todo o país, entre eles o polêmico teórico da literatura Leslie Fiedler que o descrevia como a “Ellis Island da Literatura” numa referência à ilha de ponto de inspeção e portão de entrada de milhares de imigrantes vindo à América durante os anos de 1892 e 1934.

Definida por ele como a “Berkeley do Leste” – referência à universidade símbolo da contracultura e mobilização estudantil californiana nos anos 1960 –, a experiência no ambiente universitário é apontada por Barth como definitiva para o tom programático do ensaio. O texto foi produzido no coração das agitações estudantis e do experimentalismo artístico da Costa Leste: experiências de música eletrônica de Lukas Foss e Lejaren Hiller, exposições de Andy Warhol e Pop Art, sob o impacto das recentes provocações teóricas de Marshall McLuhan, e em um ambiente de assembleias de política radical. O ensaio é delineado nessa reconsideração como uma espécie de libelo sobre o estado da arte nos anos 1960, mas também como um documento de uma época conturbada e específica na sociedade americana e em seus meios literários estabelecidos, que ele define como os “Altos Anos Sessenta” – *American High Sixties* –, período entre 1965 e 1973.

Os *American High Sixties* se caracterizariam como um recorte simbólico, de certa maneira condensado, das experiências-chave da virada da década por ocuparem o auge da Guerra do Vietnã e sua brutalidade nos *fronts* interno e externo, enquanto a economia dos Estados Unidos passava por um momento, como afirma Barth, “gordo e sangrento”. Mas esse recorte é também baseado em critérios estéticos: é entre a segunda metade da década de sessenta e os primeiros anos da década de setenta que a cultura americana testemunha um explosão febril da produção experimental e “vanguardista”, por vezes subversiva e psicodélica, da “contracultura”. Barth relembra no seu pós-escrito, com certo saudosismo e um distanciamento que parece muito maior que o da década transcorrida entre 1974 e 1984, o espírito “*make-it-new*” dos estudantes da região de Nova York e sua obsessão pelo *avant-garde*, e os encontros estudantis radicais cujo público ele compara – em número e espírito – ao de um “sarau de leitura de Allen Ginsberg acompanhado de harmônio e sinos tibetanos” (BARTH, 1985: 62-64).

A definição desse período da história norte-americana e mundial é motivo de debate e alvo de uma variedade de interpretações. Sangrentamente marcado pela Guerra do Vietnã, pelos assassinatos do presidente John Fitzgerald Kennedy, do seu irmão Robert Kennedy e do líder negro Martin Luther King; palco da tensão máxima da Guerra Fria, dos múltiplos levantes da chamada Nova Esquerda, do movimento pelos Direitos Cívicos e a Revolução Sexual; por outro lado, marcado pela consolidação da televisão como meio de comunicação de massas e pelo enfrentamento geracional dos jovens do período, articulados a uma transformação radical artística e comportamental, esse período é considerado ainda hoje como

um dos momentos-chave para a compreensão das tensões políticas e sociais que configuram a pauta da política e cultural dos Estados Unidos (HEALE, 2005: 133-152).

O ensaio “The Literature of Exhaustion” de John Barth é fruto de um texto produzido para uma *Peters Rushton Seminar Lecture* da Universidade de Virginia, Charlottesville. Contudo, seu grande alcance se dá na publicação posterior na revista *The Atlantic*, em agosto de 1967, na qual é matéria de destaque na capa. John Barth, então professor da New York State University Buffalo, havia publicado três romances de sucesso – *End of the Road* (1958), *The Sot-Weed Factor* (1960), *Giles-Goat Boy* (1966) – e preparava o lançamento de uma coletânea de contos, *Lost in the Funhouse* (1968), que guarda grandes relações com o tema e as reflexões deste ensaio.

A coletânea é apresentada como narrativas curtas para serem lidas em diversos meios – oral, escrito e gravado – e baseadas em uma reflexão sobre as origens históricas da narrativa curta, em sua origem como contos orais e sua passagem pelas mídias escrita e estereofônica (BARTH, 1968: 2-3). O livro terá grande repercussão e se tornará um dos clássicos da metaliteratura norte-americana, preparando terreno para o lançamento seguinte de Barth, *Chimera* (1973), que ganhará o National Book Awards.

O texto é baseado em um reflexão sobre as possibilidades da literatura a partir da leitura da obra do escritor argentino Jorge Luis Borges. O impacto de Borges na cena literária americana nos anos 1960 acompanha a divulgação mundial de seus contos, publicados e selecionados por ele para uma edição francesa da *La Plèiade*, e o prêmio Prix International que recebera em 1961 em conjunto com Samuel Beckett. A presença de Borges nos Estados Unidos ganha fôlego, ainda, com a tradução de seus contos para o inglês, e do primeiro estudo da obra de Borges no sistema universitário americano – o livro *Borges: The Labyrinth Maker* (1965), de Ana Maria Barrenechena –, e de um período como professor convidado na Universidade de Columbia em 1971, posteriormente publicado em inglês como *On Writing*. O texto de Barth está ligado, portanto, a este momento do chamado *boom* da literatura latino-americana nos Estados Unidos, em especial à descoberta americana de Jorge Luis Borges.

O ensaio de Barth trata de três assuntos articulados: primeiramente as questões suscitadas pelas “intermedia arts”, ou seja, obras de arte que ficam na fronteira entre os gêneros tradicionais, em especial literatura e artes plásticas; em seguida um exame da obra de Borges; e, por fim, a ideia de uma literatura da exaustão, das possibilidades exauridas de inovação literária:

Quero discutir três coisas mais ou menos em conjunto: primeiro, algumas velhas questões levantadas pelas novas *intermedia arts*; segundo, alguns aspectos do escritor argentino Jorge Luis Borges, que eu muito admiro; terceiro, algumas preocupações profissionais pessoais, relacionados para essas outras matérias e tendo a ver com o que tenho denominado “a literatura da possibilidades exaurida” - ou, mais diretamente, “a literatura da exaustão” [...] Por “exaustão” eu não quero dizer nada tão exausto como o sujeito de decadência física, moral ou intelectual, apenas a obsolescência de certas formas ou a exaustão de determinadas possibilidades – de nenhum modo causa necessária para desespero. (BARTH, 1985: 64-65)²

O ensaio é sugerido como uma reflexão cotidiana motivada pelo recebimento pelos correios do catálogo de uma editora de arte de Nova York, a Something Else Press, especializado em *intermedia arts*. O recebimento deste catálogo será o gancho utilizado por Barth para problematizar os movimentos culturais do período, criticar a voga do vanguardismo e sugerir a necessidade de novos rumos para e reflexões para a literatura.

O catálogo da Something Else Press apresenta uma série de obras das *intermedia arts* que Barth, de forma levemente irônica, descreve: a obra *Ample Food for Stupid Thought*, de Robert Fillou; *The Paper Snake*, de Ray Johnson; *Anecdoted Topography of Chance*, de Daniel Spoerri; e o projeto de criação de uma “New York Correspondence School of Literature”, uma referência aos círculos literários conhecidos como New York School of Poetry, que Barth debochadamente compara com a estratégia de enviar catálogos pelos correios chamando-a de “The New York Direct-Mail Advertising School of Literature” (BARTH, 1985: 65).

Barth delimita uma distância entre a sua defesa da experimentação formal e a arte de vanguarda e as *intermedia arts*, vistas por ele mais como reflexões sobre estética em forma de trabalhos inacabados, diferentemente de obras de ficção inovadoras *na prática*. As vanguardas dos anos 1960 buscariam a eliminação não só da audiência tradicional, mas também da mais tradicional noção de artista, baseada em Aristóteles, como um agente consciente que alcança, com técnica e engenho, o efeito artístico desejado. Este conflito com a tradição, que julgaria inclusive o artista aristotélico como reacionário, ecoa de forma distante o libelo de Sontag contra a tradição grega da mimesis e interpretação. A nova sensibilidade do

² “I want to discuss three things more or less together: first, some old questions raised by the new *intermedia arts*; second, some aspects of the Argentine writer Jorge Luis Borges, whom I greatly admire; third, some professional concerns of my own, related to these other matters and having to do with what I'm calling 'the literature of exhausted possibility' — or, more chically, 'the literature of exhaustion'. [...] By 'exhaustion' I don't mean anything so tired as the subject of physical, moral, or intellectual decadence, only the used-upness of certain forms or exhaustion of certain possibilities — by no means necessarily a cause for despair”

avant-garde parte de uma transformação na forma de apreensão da história da cultura ocidental:

Uma coisa conspícua, por exemplo, sobre as intermedia arts é a sua tendência (notada até pela revista Life) de eliminar não apenas a audiência tradicional - “aqueles que apreendem a arte do artista (nos 'happenings' a audiência é normalmente o 'elenco', assim como em 'ambientes', e algumas composições da nova música não são pensadas para serem tocadas) – mas também a mais tradicional noção de artista: o agente consciente aristotélico que alcança com técnica e engenho o efeito artístico, em outras palavras, um indivíduo dotado de talento incomum, que tenha além disso desenvolvido e disciplinado esse dom em virtuosidade. Há uma noção aristocrática na aparência disto, que o Ocidente democrático parece ansioso para sepultar; não apenas o autor 'omnisciente' da velha ficção, mas a própria ideia de um artista controlador, foram condenados como politicamente reacionários, até mesmo fascista (BARTH, 1985: 65)³

O autor exemplifica sua avaliação da arte de vanguarda do período lançando mão de uma comparação irônica: ele admira tanto as obras de artes plásticas da Albright-Knox Gallery quanto os malabaristas do Circo de Baltimore, ou seja, tanto o debate estético e experimental quanto a virtuosidade artesanal (BARTH, 1985: 66). A defesa de Aristóteles – no caso, da ideia poética de um artista dotado de consciência de seu fazer e dos dispositivos disponíveis para tanto, e da posição do artista como um autor que racionalmente, e virtuosamente, compõe sua obra – é contraposta ao caráter “intermediário” das intermedia arts. O trocadilho de Barth denota sua avaliação crítica de uma vanguarda desprovida de rigor artístico, e a valorização da figura do autor e seus dispositivos poéticos se conjuga com sua produção literária, que explora as possibilidades formais e filosóficas da relação entre autor, leitor e literatura.

A história literária seria construída também nesse encontro entre a atualização estética – visto que a arte e suas formas e técnicas vivem na história e são modificadas nela – e o fazer artístico. Neste sentido, Barth explicita sua preferência por escritores com preocupações estéticas contemporâneas, como James Joyce e Franz Kafka, e Jorge Luis Borges e Samuel Beckett, em relação a escritores “tradicionais” que seguiriam modelos do final do século XIX:

³ “One conspicuous thing, for example, about the 'intermedia' arts is their tendency (noted even by Life magazine) to eliminate not only the traditional audience — 'those who apprehend the artists' art' (in 'happenings' the audience is often the 'cast', as in 'environments', and some of the new music isn't intended to be performed at all) — but also the most traditional notion of the artist: the Aristotelian conscious agent who achieves with technique and cunning the artistic effect; in other words, one endowed with uncommon talent, who has moreover developed and disciplined that endowment into virtuosity. It's an aristocratic notion on the face of it, which the democratic West seems eager to have done with; not only the 'omniscient' author of older fiction, but the very idea of the controlling artist, has been condemned as politically reactionary, even fascist”

Na primeira categoria eu localizaria todos aqueles romancistas que por bem ou por mal escrevem não como se o século XX não existisse, mas como os grandes escritores dos últimos sessenta anos não tivessem existido (nota bene que nosso século já transcorreu mas de dois terços; é desanimador ver quantos dos nossos escritores seguindo Dostoiévski ou Tolstoi ou Flaubert ou Balzac, quem a questões técnicas reais me parecem ser como suceder nem mesmo Joyce ou Kafka, mas aqueles que sucederam Joyce e Kafka e estão agora no final de suas próprias carreiras) (BARTH, 1985: 66-67)⁴

Assim como no ensaio *After Joyce* (1964) de Donald Barthelme, a grande questão é como suceder os grandes modernistas do século XX, e os únicos contemporâneos que merecem ser mencionados entre eles, Jorge Luis Borges e Samuel Beckett. Segundo Barth, vivemos em uma era de soluções finais e limitações, e ambos os escritores lidam e refletem com esses limites, tecnicamente e tematicamente, como por exemplo o *Finnegans Wake* de Joyce faz de outra maneira. Cada um dos autores irlandeses teria conduzido a língua literária a um extremo da expressão: Joyce conduzira ao ruído, ao conjunto de todas as línguas, e Beckett ao silêncio, ao fim da palavra. Entre o silêncio e o ruído do trovão, a literatura das possibilidades exauridas deveria buscar seu caminho. Samuel Beckett constrói uma trajetória do silêncio, da mímica, e é comparado por Barth às experiências musicais de John Cage, outro artista de profundo impacto para a cena artística do período (BARTH, 1985: 67-68).

Borges, por sua vez, antecipa as vanguardas sessentistas e utiliza-se dos limites da época para produzir arte. A participação de Borges na revista *Prisma*, publicada em murais e paredes, durante as “grandes décadas do experimentalismo literário” fez dele um vanguardista *avant la lettre*. Contudo, é sua ficção que explora os limites da cultura letrada e os utiliza para a criação. O exemplo máximo aqui é "Pierre Menard, autor de Quixote", em que um simbolista francês produz capítulos do romance de Cervantes:

Remontando às grandes décadas do experimentalismo literário ele estava associado à *Prisma*, uma revista muralista que publicava suas páginas nos muros e painéis; seus posteriores *Labyrinths* e *Ficciones* não somente antecipam as mais avançadas ideias do grupo da *The Something Else Press* – não que seja algo difícil de fazer – mas sendo também obras de arte maravilhosas, ilustram de uma forma simples a diferença entre o fato dos limites estéticos e seu uso artístico. O que advém disso é que um artista não

⁴ “In the first category I'd locate all those novelists who for better or worse write not as if the twentieth century didn't exist, but as if the great writers of the last sixty years or so hadn't existed (nota bene that our century's more than two-thirds done; it's dismaying to see so many of our writers following Dostoevsky or Tolstoy or Flaubert or Balzac, when the real technical question seems to me to be how to succeed not even Joyce and Kafka, but those who've succeeded Joyce and Kafka and are now in the evenings of their own careers)”

exemplifica meramente um limite, ele o emprega. (BARTH, 1985: 68) ⁵

A chave para a sobrevivência literária está na Ironia. O exemplo de Barth é superlativo: se uma Sinfonia de Beethoven ou a Catedral de Chartres fosse produzida em 1968, seria uma obra de arte ridícula; mas, ao produzir a Sinfonia de Beethoven e a Catedral de Chartres em 1968 com uma intenção irônica, como um comentário irônico ao estado da cultura, o efeito artístico seria alcançado. Essa defesa da ironia como modo de relação com a cultura e a arte, baseada numa autoconsciência do gênero, pode ser definido como o projeto estético de Barth.

O projeto de Borges é portanto um guia para o enfrentamento da questão da exaustão de possibilidades da literatura contemporânea: Borges escreve uma obra literária original e destacada, cujo tema implícito é a dificuldade ou a não-necessidade, de escrever uma obra literária original. Para Barth, o escritor argentino realiza uma vitória artística ao confrontar um beco sem saída intelectual e utilizar isso a seu favor para produzir um novo trabalho humano. A obra de Borges ilustra a possibilidade de um artista paradoxalmente transformar os limites do nosso tempo em material e meios para sua obra, paradoxalmente, pois ele transcende o que parece ser sua refutação.

Contudo uma coisa importa à observar é que Borges não atribui o Quixote a si mesmo, nem recompõe ele como Pierre Menard; no lugar disso, ele escreve uma notável e original obra de literatura, cujo tema implícito é a dificuldade, talvez a falta de necessidade, de escrever obras de literatura originais. Sua vitória artística, se preferir, é que ele confronta um beco-sem-saída intelectual e emprega-o contra ele mesmo para realizar uma nova obra humana. (BARTH, 1985: 69-70) ⁶

O diagnóstico da época é parte fundamental na reflexão de Barth, que vê nos questionamentos sobre o fim do romance, da literatura ou da cultura escrita – recorrentes no período e defendidos por figuras como Leslie Fiedler e Marshall McLuhan – um ambiente

⁵ “Back in the great decades of literary experimentalism he was associated with Prisma, a 'muralist' magazine that published its pages on walls and billboards; his later Labyrinths and Ficciones not only anticipate the farthest-out ideas of The Something Else Press crowd — not a difficult thing to do — but being marvellous works of art as well, illustrate in a simple way the difference between the fact of aesthetic ultimacies and their artistic use. What it comes to is that an artist doesn't merely exemplify an ultimacy; he employs it”.

⁶ “But the important thing to observe is that Borges doesn't attribute the Quixote to himself, much less re-compose it like Pierre Menard; instead, he writes a remarkable and original work of literature, the implicit theme of which is the difficulty, perhaps the unnecessary, of writing original works of literature. His artistic victory, if you like, is that he confronts an intellectual dead end and employs it against itself to accomplish new human work”.

apocalíptico que deve ser enfrentado por qualquer escritor, e que de fato o é em casos como o de Borges e Nabokov em *Pale Fire* (1962), ou do próprio Barth: descritos por ele como “romances que imitam a forma do romance, por um autor que imita o papel de um autor” (BARTH, 1985: 72).

Como resposta a esse momento apocalíptico, Barth realiza uma defesa da imitação como dispositivo literário. O romance como gênero teria começado com imitações – Quixote imitando Amadis de Gaul, Cervantes fingindo ser Cid Hamete Benengeli, Fielding parodiando Richardson – e teria uma longa tradição artística, inclusive nas vanguardas europeias do século XX. A imitação como forma literária é baseada em uma forma de apropriação específica da história literária e articula-se ainda a uma apreensão da experiência histórica do período, com seu ar apocalíptico e sua sensação de exaustão.

A aproximação de Borges com a história literária é destacada por Barth, em comparação a Beckett e Nabokov, por ser atenta às impossibilidades de produzir uma literatura original, visto que a literatura já tem sido feita a muitos séculos e exauriu a possibilidade de novidades. A história intelectual e literária, para Barth, são barrocas e resultam na exaustão contemporânea da novidade. Essa aproximação com a história literária, defendida por Barth em sua leitura de Borges, ressalta que todo escritor define os seus próprios precursores.

A “Biblioteca de Babel” de Borges é evocada por Barth como a imagem pertinente para a literatura da exaustão. A biblioteca, infinita por suas combinações, tem sem seu catálogo todas as possibilidades, e neste sentido, possibilidades ainda impensadas. A imagem da biblioteca se articula à imagem de um labirinto, outra imagem cara a Borges. Barth evoca o labirinto, recuperando o mito de Teseu, e apresenta sua hipótese de projeto artístico e moral em face da literatura da exaustão. Um labirinto deve ter todas as suas possibilidades exauridas, para encontrar o caminho correto:

Um labirinto, afinal, é um lugar no qual, idealmente, todas as possibilidades de escolha (ou direção, neste caso) estão incorporadas, e – salvo licença especial de Teseu – deve ser exaurido antes de que alguém alcance o cerne. Onde, lembre-se, o Minotauro aguarda com duas possibilidades finais: derrota e morte, ou vitória e liberdade. Agora, de fato, o legendário Teseu é não-Barroca no sentido do espírito Borgeano, e ilustra uma moralidade artística positiva na literatura da exaustão.

(BARTH, 1985: 75)⁷.

O virtuoso, aquele dotado de capacidade artística e reflexão estética, é o modelo capaz de enfrentar a realidade barroca e a literatura barroca. O projeto estético de John Barth, contudo, não sugere que essa realidade de exaustão deva ser revertida – seria impossível –, mas que fosse sempre lembrada sua existência ou possibilidade, reconhecida como condição existencial e utilizada para a realização de uma obra literária original:

É o remanescente eleito, o virtuoso, o herói como Teseu, que, confrontado pela realidade barroca, história barroca e o estado barroco da arte, não precisa ensaiar suas possibilidades à exaustão, assim como Borges não necessita efetivamente escrever a Enciclopédia de Tlön ou os livros na Biblioteca de Babel. Ele precisa apenas estar ciente de suas existências ou possibilidades, reconhecê-las, e com o auxílio de dons muito especiais – tão extraordinários quanto a santidade ou heroísmo e improváveis de ser encontrados na The New York Correspondence School of Literature – seguir adiante através do labirinto para a realização de sua obra.(BARTH, 1985: 75-76)⁸

Referências Bibliográficas

BARTH, John. “The Literature of Replenishment” [1979]. *The Friday Book: Essays and Other Non-Fiction*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984

_____. “The Literature of Exhaustion” [1967]. *The Friday Book: Essays and Other Non-Fiction*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984

_____. *Lost in the Funhouse* [1968]. Nova York: Bantam Books, 1980

BARTHELME, Donald. “After Joyce” [1964]. *Not-Knowing: The Essays and Interviews of Donald Barthelme*. Nova York: Random House, 1997

BÜRGER, Peter. *Theory of the Avant-Garde*. Minneapolis: University of Minnesota, 1984.

CHIELENS, Edward E. *American literary magazines: the twentieth century*. Westport/New York: Greenwood Press, 1992.

⁷ “A labyrinth, after all, is a place in which, ideally, all the possibilities of choice (of direction, in this case) are embodied, and — barring special dispensation like Theseus's — must be exhausted before one reaches the heart. Where, mind, the Minotaur waits with two final possibilities: defeat and death, or victory and freedom. Now, in fact, the legendary Theseus is non-Baroque in the Borgesian spirit, and illustrates a positive artistic morality in the literature of exhaustion.”

⁸ “[...] it's the chosen remnant, the virtuoso, the Thesean hero, who, confronted with Baroque reality, Baroque history, the Baroque state of his art, need not rehearse its possibilities to exhaustion, any more than Borges needs actually to write the Encyclopaedia of Tlön or the books in the Library of Babel. He need only be aware of their existence or possibility, acknowledge them, and with the aid of very special gifts — as extraordinary as saint- or hero-hood and not likely to be found in The New York Correspondence School of Literature — go straight through the maze to the accomplishment of his work.”

HEALE, M.J. “The Sixties as History: A Review of the Political Historiography,” *Reviews in American History*, Vol. 33, No 1, Mar, 2005, pp. 133–52.

HUTCHEON, Linda. *Poetics of Postmodernism*. Nova York: Routledge, 1988

HUYSSSEN, Andreas. *After the Great Divide. Modernism, Mass Culture, Postmodernism*. Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press, 1986.

McHALE, Brian. *Postmodernist Fiction*. Nova York: Routledge, 1987

SUMNER, Edward. *The Magazine Century: American Magazines since 1900*. New York: Peter Lang, 2010

VARON, Jeremy, FOLEY, Michael S. & McMILLIAN, John. “Time is an ocean: the past and future of the Sixties”. *The Sixties: A journal of History, Politics and Culture*, 1:1, 2008.

A serviço da WIC, militares alemães no Brasil e a literatura sobre o Brasil Holandês

Ana Mónica Henriques Lopes*

Lucia Furquim Xavier*

No dia 29 de junho de 1650, dia de São Pedro, um feriado católico, o escrevente alemão Peter Hansen, originário de Haystrup, uma pequena vila na Jutilândia, celebrou o feriado juntamente com seus colegas. Em seu diário, relata que sendo seu nome Peter (Pedro em alemão) foi amarrado segundo os costumes locais e convidado a beber, o que fez com prazer (IBOLD ET AL, 1995: 91). Sobre sua religião não localizou-se uma referência específica mas qualquer que fosse sua confissão, isso não o impediu de celebrar um feriado católico com seus companheiros. Hansen, como centenas de outros militares não neerlandeses, desaparecem, como sombras, na historiografia sobre o Brasil Holandês, ou Nova Holanda, sendo considerados como “holandeses” uma vez que estavam a serviço da Companhia das Índias Ocidentais (daqui para frente, WIC, suas iniciais neerlandesas).

Definição da nacionalidade partia, no século XVII, do vínculo com a WIC e de uma retórica política externa ao cotidiano dos viajantes. Na Europa a formação e consolidação do Estado-nacional fazia parte da agenda dos governos e publicistas que estendiam suas fronteiras através das instituições coloniais mas também dos corpos dos viajantes.

Embora as fontes da coleção *Cartas e Papéis vindos do Brasil*, no Arquivo Nacional Neerlandês em Haia sejam lacônicas sobre o total da população da Nova Holanda, a evidência sugere que no ano de 1631, cerca de 7 mil pessoas viviam no Recife (GONSALVES DE MELLO, 2007:53) e que no final do ano de 1645 e início de 1646, foi realizado um censo e calculou-se que no Recife, Maurícia, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande havia cerca de 12.703 almas.¹ Nesse total estão incluídos pessoas livres, negros a serviço

* Dr. Ana Mónica Henriques Lopes, Universidade Federal de Alagoas.

* Lucia Furquim Werneck Xavier, Mestre em História Social, Universidade de Leiden, Países Baixos.

¹ Os dados referentes a 1645/1646, consultar: “Liste van alle het volck dat inde conquesten van Brasilien hen unde de Regeringen van haer hoochmogende sijn hucheijt den prince van Oraingen en de Westindiensche compangnie bevinden” [Lista de toda a população na conquista do Brasil e sob o governo do todo poderoso Príncipe de Orange e da Companhia das Índias Ocidentais]. Arquivo Nacional dos Países Baixos em Haia, coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais, número de chamada 1.05.01.01, inventário 61, documento 51. Esse mesmo documento está traduzido para o Português por José Antonio Gonsalves de Mello, na nota 122 do primeiro capítulo de seu *Tempo dos Flamengos*.

Quando houver novas referências a documentos dessa mesma coleção, a nota será de forma abreviada com a sigla OWIC, número do inventário, número do documento, como por exemplo,

da Companhia das Índias Ocidentais, mulheres e crianças indígenas. Cabe destacar que na fonte não há separação por nacionalidade ou religião mas, com base em outras fontes, calculou-se que desse total, 20% a 30% fossem de pessoas originárias dos estados alemães (MIRANDA, 2011: 43).

Desenha-se pela leitura dos vestígios do passado uma historiografia nacionalista com marcas da cientificidade do XIX. A operação histórica exclui fontes não oficiais e define a coleta de dados por parâmetros estruturais que procuram explicar o percurso que levou as formações políticas daquele momento. O argumento construído de maneira linear procura certificar uma leitura daquele presente.



Figura 1: Mapa da área ocupada pela WIC entre 1624 - 1654. (ARRUDA, 1999: 37)

A leitura da divisão da sociedade da Nova Holanda em duas categorias rígidas e

aparentemente separadas uma da outra tem sua origem no trabalho de dois alemães H. Handelmann, “História do Brasil” e o de Herman Wätjen; “O domínio colonial holandês no Brasil”; e no trabalho de um descendente de alemães, Francisco A. de Varnhagem e seu “História das lutas com os holandeses no Brasil”. O primeiro conclui que o Alto Conselho, as autoridades mais altas da Nova Holanda, tinham por política “reconciliar os portugueses-brasileiros” com os holandeses, mas que as autoridades subalternas desfaziam tudo, tamanhas eram as violências, opressões e deboches aos portugueses e seus costumes. Sobre o papel da religião, conclui que “o antagonismo de nacionalidade e de religião, o qual dificilmente poderia ser maior do que esse que existia entre os fleumáticos calvinistas holandeses e os ardorosos habitantes das terras do Sul, católicos intransigentes (...)” (HANDELMANN, 1982: 180). Já Wätjen inferiu que a “rípida oposição confessional impossibilitava os casamentos entre protestantes e católicos, entre judeus e cristãos” (WÄTJEN, 2004: 152). Salientamos que neste artigo não tocaremos a questão do casamento pois a mesma não se acha presente nas nossas fontes. Entretanto, outras fontes, inclusive várias consultadas por Wätjen, revelam que os mesmos existiam. Por fim, Varnhagem não descreve a interação entre holandeses e portugueses, limitando sua análise à descrição das batalhas do período e dos feitos de Nassau.

No prefácio de suas obras, o três autores supra citados enfatizam que basearam-se sobretudo em “fontes oficiais”, ou seja documentos produzidos por instâncias governamentais ou, no caso da Nova Holanda, pela Companhia das Índias Ocidentais, ou documentos produzidos para instituições, tais como relatos oficiais. Esse fator isolado não definiria as leituras se houvesse por parte dos autores uma suspeita de que o “nacional” é uma produção e de que as relações privadas como casamentos mesmo necessitando da legitimação oficial – muitas vezes representada por igrejas – passam por agenciamentos locais que escapam a uma definição prévia. A leitura desses autores é resultante das perspectivas históricas daquele momento e das inquietações políticas e intelectuais que definiram a estruturação do argumento.

Assim, das fontes aqui estudadas², o diário de Johann Gregor Aldenburgk foi consultado por Handelmaan e Varnhagen. Sobre essa fonte, o último afirma que “nada de particular a respeito do que se passou na Bahia” foi aproveitado. Já o relato de Ambrósio Richshoffer foi utilizado tanto por Wätjen quanto por Varnhagem, mas não por Handelmann. Ainda segundo Varnhagem, para ele, o material de Richshoffer é mais útil do que o de Aldenburgk, pois dele tirou, em suas próprias palavras, “alguns apontamentos que suprirão

2 Para uma relação das fontes consultadas para esse artigo, ver bibliografia.

várias omissões de Albuquerque, nos primeiros dois anos das *Memórias Diárias*” (VARNHAGEN, 2002: 22). Já Wätjen, que limitou sua pesquisa ao diário de Richshoffer, sobre o qual afirma ser essencial para o estudo dos “primeiros tempos da colonização holandesa do Brasil” (WÄTJEN, 2004: 51).

Ao escolherem as chamadas “fontes oficiais”, Handelmann, Wätjen e Varnhagem nos legaram uma historiografia cujo foco era descrever e explicar fatos e datas que refletissem uma história política e sobre as instituições políticas, deixando de fora de suas análises a experiência humana. Na leitura do “Prefácio” de Handelmann é expressiva sua preocupação em entender como as diferentes raças miscigenaram no chamado “Novo Mundo”, de norte a sul.³ Wätjen, por sua vez, estava mais interessado em estudar o desenvolvimento econômico das Sete Províncias Unidas do que o Brasil em si. O recorte das fontes e o objeto indicam que o objetivo primeiro de Wätjen era entender as relações entre as Províncias Unidas e o Brasil, mas do ponto de vista neerlandês, portanto, não é surpreendente que a maioria de suas fontes sejam holandesas, dispensando muitas fontes alemãs. De modo geral, podemos dizer que a obra de Varnhagem tem como objetivo “formar ou melhorar o espírito público nacional” brasileiro. Preocupado em localizar a origem no nacionalismo brasileiro, escreveu sobre a luta com os holandeses para encorajar aqueles que lutavam na Guerra do Paraguai, “apresentando-lhes (...) o exemplo (...) em que o próprio Brasil, ainda insignificante colônia, havia lutado – durante 24 anos sem descanso e, por fim, vencido .- contra uma das nações mais guerreiras da Europa naquele tempo” (VARNHAGEN, 2002: 25).

Não é difícil de perceber como a opção pelo discurso sobre o nacional define as abordagens desses autores. Esse elemento, tangencial no cotidiano das pessoas comuns como os autores dos diários usados aqui, define as análises históricas produzidas no XIX. Ao falarem sobre o nacional evidenciam elementos que contribuem com uma perspectiva dos Estados em questão e para tal é necessário definiram quem são os atores do cotidiano pelo lugar. O lugar – Brasil, Holanda ou Alemanha – são construídos pelos valores de heroísmo, organização política/Estatual e vitórias. Vencer o Paraguai é mais do que uma guerra, é a supremacia de um tipo de história legitimada por uma anterioridade – uma tradição – de vitórias pela expulsão dos holandeses.

Esse nacional precisa de um retrato, um rosto, que pela miscigenação pode deteriorar-se ou europeizar-se/ branquear-se. Não é difícil pensar como as teorias raciais dominavam a

3 Para uma análise detalhada da obra de Handelmann ver o artigo de Renata Pistilli, “A História do Brasil de Handelmann – algumas notícias sobre o contexto de surgimento da obra bem como de sua recepção no Brasil”.

doutrina nacional que necessitava criar “o nacional”. Assim, o retrato produzido por esses autores é a imagem de uma discursividade Estado-nacional que muitas vezes distanciava-se do cotidiano, das histórias e experiências dos indivíduos que construam o cotidiano.

Percebe-se pois que a produção historiográfica alemã do século XIX sobre o Brasil utilizou como fonte apenas as chamadas “fontes oficiais”, produzindo assim uma historiografia que se preocupou apenas com a singularidade de eventos, deixando de fora de suas análises a experiência humana, bem como as formas de sociabilidade da época, nos apresentando assim, uma visão panorâmica da sociedade da Nova Holanda. Essa sociedade seria quase que estática, dividida conforme os dois grupos beligerantes, aglutinando pessoas de origens diversas em rótulos como portugueses ou neerlandeses. Entretanto, ao confrontarmos essa produção com as fontes por eles negligenciadas, fica claro que para aqueles viajantes do século XVII, o Brasil é muito mais do que apenas um lugar de conflitos militares intermitentes. Utilizando-se da metodologia da Microhistoria e tendo como fontes primárias os diários mantidos por soldados alemães a serviço da WIC, mostraremos que, ao contrário das obras supracitadas, é possível identificarmos experiências que são resultantes de convivências cotidianas e da produção de sociabilidades não descritas pelos documentos oficiais. Esses diários são vestígios que se conservam até hoje, e que nos mostram que apesar dos conflitos militares, o Brasil era um espaço no qual o convívio entre as diferentes culturas europeias não foi dificultado ou impedido por diferenças de religião e de nacionalidade como apresentaram os três autores alemães aqui analisados.

Gostaríamos de salientar que todos os diários aqui em destaque são *egodocuments*, ou seja, documentos nos quais os autores descrevem suas experiências e seus sentimentos. Muitas vezes não eram escritos para serem publicados, mas sim, para informar parentes e conhecidos de suas aventuras no distante Brasil. Ressaltamos que alguns contém belas ilustrações e descrições da fauna e da flora brasileiras, como o de Zacharias Wagener, mas ainda assim não são relatos etnográficos.

Entretanto, as fontes ignoradas pelos autores acima nos apresentam um Brasil no qual o convívio entre diferentes culturas europeias era antes a regra do que a exceção.

Assim, no diário de Richshoffer, encontramos um exemplo singular. Sendo a sociedade da Nova Holanda uma mistura de culturas européias, não se pode deixar de indagar em qual idioma essa gente se comunicava? Richshoffer nos responde essa pergunta no seu registro de 01 de março de 1631, no qual menciona que conversara várias vezes com um português idoso graças ao pouco latim que aprendera (RICHSHOFFER, 2004: 107).

Já Schmalkalden, em sua entrada do mês de fevereiro de 1644, escreve que juntamente com mais treze pessoas, fora ao mato extrair madeiras de carpintaria. Na volta, o barco em que estavam naufragou. Schmalkalden e um anspeçada foram salvos por um liberto, mas os outros desapareceram. Ao chegarem ao forte Restinga de onde partiram, encontraram aí um dinamarquês que também se salvara (SCHMALKALDEN, 1998: 160). Nesse caso, não há referência ao idioma falado entre Schmalkalden e o liberto, nem com o dinamarquês. Mas de algum modo, conseguiram comunicar-se. Se Schmalkalden se preocupa esporadicamente registrar a nacionalidade de alguém, a religião não é um fator para ele pois não se localizou no seu texto referência a pessoa alguma por religião.

Dos diários consultados, o de Peter Hansen, inédito no Brasil, é o que apresenta os melhores exemplos. Embora tenha se alistado como soldado, logo que chegara à Nova Holanda foi promovido a caixeiro e escrivão, não deixando de exercer suas funções como soldado, ficando em posição privilegiada para conviver com pessoas diferentes. Além disso, o idioma não parecia ser um problema também pois a evidência sugere que Hansen falava português e que aprendera algum Tupi pois quando encontrou com Janduí, cacique dos Tapuias, (Janduí era uma figura de destaque na colônia) falou com este em seu idioma. Sobre a convivência, ficamos sabendo que no dia 15 de janeiro de 1650, Hansen, juntamente com seus camaradas não nomeados estavam em uma barca e bebiam muito e portanto, estavam bêbados, quando de repente, dois começaram a brigar e um caiu no mar mas salvou-se por saber nadar. Hansen interferiu na refrega e quase afogou o soldado que anteriormente não caíra na água. Por isso foi preso. Destacamos que Hansen não menciona nem os nomes de seus camaradas, muito menos a religião dos mesmos. Nós entendemos que novamente, para esse alemão, nem a nacionalidade, nem a religião eram empecilhos para a convivência (IBOLD ET AL, 1995: 84).

O que dissocia os autores dos diários dos historiadores é o tipo de experiência e as expectativas produzidas. Peter Hansen, Richshoffer e Schmalkalden experimentaram um cotidiano em que elementos do nacional não eram determinantes em suas vivências. Pelo contrário, o que viam, com quem conversavam, o desconhecido era mais importante e definidor do cotidiano, pois esses elementos eram constituintes de suas experiências e talvez mais realistas do que a retórica nacional.

No outro extremo leituras marcadas pela perspectiva política podem ser lidas como o resultados de investigações históricas ou como resultantes de um processo. A leitura produzida por H. Handelmann, Herman Wätjen e Francisco A. de Varnhagem correspondia

ao horizonte de expectativa desses autores e seus textos são uma leitura do século XVII e fontes para entender o XIX.

Os exemplos aqui apresentados são poucos dentre muitos. No geral, podemos dizer que os diários aqui consultados nos revelam que para aqueles viajantes do século XVII, o Brasil é um lugar de conflitos militares intermitentes mas que apesar dos mesmos, o convívio entre as diferentes culturas europeias não foi dificultado ou impedido por diferenças de religião e de nacionalidade como apresentaram os três autores alemães aqui analisados.

Bibliografia

- ARRUDA, José. Jobson. *Atlas Histórico básico*. São Paulo: Atica, 1999
- CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- GONSALVES DE MELLO, José Antonio. *Tempo dos Flamentos Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007
- IBOLD, Frank; JÄGER, Jens; KRAACK, Detlev. *Das Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624 – 1672)*. Quellen und Forschungen zur Geschichte Schleswig-Holsteins, CIII, Neumünster, 1995)
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.
- HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HEGEL, G W F. *Filosofia da história*. Brasília: Ed. UnB, 2008.
- HOBBSAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo*. Desde 1780. Rio de Janeiro: Par e terra, 1990.
- _____. The social function of the past. *Past & Present*, vol. 5. Oxford: Oxford Journals, maio, 1972. Acessado em 21.02.2013 <<http://past.oxfordjournals.org/content/55/1.toc>>
- _____. *A Era dos impérios*. 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630 – 1654)*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Leiden, 2011.
- RICHSHOFFER, Ambrósio e BAERS, Padre João. “Diário de um soldado” e “Olinda Conquistada”. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.
- PETITOT, J. Sistemas de referência. *Enciclopédia Einaudi*. vol.4, Local/Global, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993, pp. 72-89.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- SCHMALKALDEN, Caspar. *A viagem de Caspar Schmalkalden de Amstrdã para Pernambuco no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1998. [Ed. por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Traduzido e anotado por Álvaro Alfredo Bragança]
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil Desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- WÄTJEN, Herman. *O domínio colonial holandês no Brasil Um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004

A serviço da WIC, militares alemães no Brasil e a literatura sobre o Brasil Holandês

Ana Mónica Henriques Lopes*

Lucia Furquim Xavier*

No dia 29 de junho de 1650, dia de São Pedro, um feriado católico, o escrevente alemão Peter Hansen, originário de Haystrup, uma pequena vila na Jutilândia, celebrou o feriado juntamente com seus colegas. Em seu diário, relata que sendo seu nome Peter (Pedro em alemão) foi amarrado segundo os costumes locais e convidado a beber, o que fez com prazer (IBOLD ET AL, 1995: 91). Sobre sua religião não localizou-se uma referência específica mas qualquer que fosse sua confissão, isso não o impediu de celebrar um feriado católico com seus companheiros. Hansen, como centenas de outros militares não neerlandeses, desaparecem, como sombras, na historiografia sobre o Brasil Holandês, ou Nova Holanda, sendo considerados como “holandeses” uma vez que estavam a serviço da Companhia das Índias Ocidentais (daqui para frente, WIC, suas iniciais neerlandesas).

Definição da nacionalidade partia, no século XVII, do vínculo com a WIC e de uma retórica política externa ao cotidiano dos viajantes. Na Europa a formação e consolidação do Estado-nacional fazia parte da agenda dos governos e publicistas que estendiam suas fronteiras através das instituições coloniais mas também dos corpos dos viajantes.

Embora as fontes da coleção *Cartas e Papéis vindos do Brasil*, no Arquivo Nacional Neerlandês em Haia sejam lacônicas sobre o total da população da Nova Holanda, a evidência sugere que no ano de 1631, cerca de 7 mil pessoas viviam no Recife (GONSALVES DE MELLO, 2007:53) e que no final do ano de 1645 e início de 1646, foi realizado um censo e calculou-se que no Recife, Maurícia, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande havia cerca de 12.703 almas.¹ Nesse total estão incluídos pessoas livres, negros a serviço

* Dr. Ana Mónica Henriques Lopes, Universidade Federal de Alagoas.

* Lucia Furquim Werneck Xavier, Mestre em História Social, Universidade de Leiden, Países Baixos.

¹ Os dados referentes a 1645/1646, consultar: “Liste van alle het volck dat inde conquesten van Brasilien hen unde de Regeringen van haer hoochmogende sijn hucheijt den prince van Oraingen en de Westindiensche compangnie bevinden” [Lista de toda a população na conquista do Brasil e sob o governo do todo poderoso Príncipe de Orange e da Companhia das Índias Ocidentais]. Arquivo Nacional dos Países Baixos em Haia, coleção Velha Companhia das Índias Ocidentais, número de chamada 1.05.01.01, inventário 61, documento 51. Esse mesmo documento está traduzido para o Português por José Antonio Gonsalves de Mello, na nota 122 do primeiro capítulo de seu *Tempo dos Flamengos*.

Quando houver novas referências a documentos dessa mesma coleção, a nota será de forma abreviada com a sigla OWIC, número do inventário, número do documento, como por exemplo,

da Companhia das Índias Ocidentais, mulheres e crianças indígenas. Cabe destacar que na fonte não há separação por nacionalidade ou religião mas, com base em outras fontes, calculou-se que desse total, 20% a 30% fossem de pessoas originárias dos estados alemães (MIRANDA, 2011: 43).

Desenha-se pela leitura dos vestígios do passado uma historiografia nacionalista com marcas da cientificidade do XIX. A operação histórica exclui fontes não oficiais e define a coleta de dados por parâmetros estruturais que procuram explicar o percurso que levou as formações políticas daquele momento. O argumento construído de maneira linear procura certificar uma leitura daquele presente.



Figura 1: Mapa da área ocupada pela WIC entre 1624 - 1654. (ARRUDA, 1999: 37)

A leitura da divisão da sociedade da Nova Holanda em duas categorias rígidas e

aparentemente separadas uma da outra tem sua origem no trabalho de dois alemães H. Handelmann, “História do Brasil” e o de Herman Wätjen; “O domínio colonial holandês no Brasil”; e no trabalho de um descendente de alemães, Francisco A. de Varnhagem e seu “História das lutas com os holandeses no Brasil”. O primeiro conclui que o Alto Conselho, as autoridades mais altas da Nova Holanda, tinham por política “reconciliar os portugueses-brasileiros” com os holandeses, mas que as autoridades subalternas desfaziam tudo, tamanhas eram as violências, opressões e deboches aos portugueses e seus costumes. Sobre o papel da religião, conclui que “o antagonismo de nacionalidade e de religião, o qual dificilmente poderia ser maior do que esse que existia entre os fleumáticos calvinistas holandeses e os ardorosos habitantes das terras do Sul, católicos intransigentes (...)” (HANDELMANN, 1982: 180). Já Wätjen inferiu que a “rípida oposição confessional impossibilitava os casamentos entre protestantes e católicos, entre judeus e cristãos” (WÄTJEN, 2004: 152). Salientamos que neste artigo não tocaremos a questão do casamento pois a mesma não se acha presente nas nossas fontes. Entretanto, outras fontes, inclusive várias consultadas por Wätjen, revelam que os mesmos existiam. Por fim, Varnhagem não descreve a interação entre holandeses e portugueses, limitando sua análise à descrição das batalhas do período e dos feitos de Nassau.

No prefácio de suas obras, o três autores supra citados enfatizam que basearam-se sobretudo em “fontes oficiais”, ou seja documentos produzidos por instâncias governamentais ou, no caso da Nova Holanda, pela Companhia das Índias Ocidentais, ou documentos produzidos para instituições, tais como relatos oficiais. Esse fator isolado não definiria as leituras se houvesse por parte dos autores uma suspeita de que o “nacional” é uma produção e de que as relações privadas como casamentos mesmo necessitando da legitimação oficial – muitas vezes representada por igrejas – passam por agenciamentos locais que escapam a uma definição prévia. A leitura desses autores é resultante das perspectivas históricas daquele momento e das inquietações políticas e intelectuais que definiram a estruturação do argumento.

Assim, das fontes aqui estudadas², o diário de Johann Gregor Aldenburgk foi consultado por Handelmaan e Varnhagen. Sobre essa fonte, o último afirma que “nada de particular a respeito do que se passou na Bahia” foi aproveitado. Já o relato de Ambrósio Richshoffer foi utilizado tanto por Wätjen quanto por Varnhagem, mas não por Handelmann. Ainda segundo Varnhagem, para ele, o material de Richshoffer é mais útil do que o de Aldenburgk, pois dele tirou, em suas próprias palavras, “alguns apontamentos que suprirão

2 Para uma relação das fontes consultadas para esse artigo, ver bibliografia.

várias omissões de Albuquerque, nos primeiros dois anos das *Memórias Diárias*” (VARNHAGEN, 2002: 22). Já Wätjen, que limitou sua pesquisa ao diário de Richshoffer, sobre o qual afirma ser essencial para o estudo dos “primeiros tempos da colonização holandesa do Brasil” (WÄTJEN, 2004: 51).

Ao escolherem as chamadas “fontes oficiais”, Handelmann, Wätjen e Varnhagem nos legaram uma historiografia cujo foco era descrever e explicar fatos e datas que refletissem uma história política e sobre as instituições políticas, deixando de fora de suas análises a experiência humana. Na leitura do “Prefácio” de Handelmann é expressiva sua preocupação em entender como as diferentes raças miscigenaram no chamado “Novo Mundo”, de norte a sul.³ Wätjen, por sua vez, estava mais interessado em estudar o desenvolvimento econômico das Sete Províncias Unidas do que o Brasil em si. O recorte das fontes e o objeto indicam que o objetivo primeiro de Wätjen era entender as relações entre as Províncias Unidas e o Brasil, mas do ponto de vista neerlandês, portanto, não é surpreendente que a maioria de suas fontes sejam holandesas, dispensando muitas fontes alemãs. De modo geral, podemos dizer que a obra de Varnhagem tem como objetivo “formar ou melhorar o espírito público nacional” brasileiro. Preocupado em localizar a origem no nacionalismo brasileiro, escreveu sobre a luta com os holandeses para encorajar aqueles que lutavam na Guerra do Paraguai, “apresentando-lhes (...) o exemplo (...) em que o próprio Brasil, ainda insignificante colônia, havia lutado – durante 24 anos sem descanso e, por fim, vencido .- contra uma das nações mais guerreiras da Europa naquele tempo” (VARNHAGEN, 2002: 25).

Não é difícil de perceber como a opção pelo discurso sobre o nacional define as abordagens desses autores. Esse elemento, tangencial no cotidiano das pessoas comuns como os autores dos diários usados aqui, define as análises históricas produzidas no XIX. Ao falarem sobre o nacional evidenciam elementos que contribuem com uma perspectiva dos Estados em questão e para tal é necessário definiram quem são os atores do cotidiano pelo lugar. O lugar – Brasil, Holanda ou Alemanha – são construídos pelos valores de heroísmo, organização política/Estatual e vitórias. Vencer o Paraguai é mais do que uma guerra, é a supremacia de um tipo de história legitimada por uma anterioridade – uma tradição – de vitórias pela expulsão dos holandeses.

Esse nacional precisa de um retrato, um rosto, que pela miscigenação pode deteriorar-se ou europeizar-se/ branquear-se. Não é difícil pensar como as teorias raciais dominavam a

3 Para uma análise detalhada da obra de Handelmann ver o artigo de Renata Pistilli, “A História do Brasil de Handelmann – algumas notícias sobre o contexto de surgimento da obra bem como de sua recepção no Brasil”.

doutrina nacional que necessitava criar “o nacional”. Assim, o retrato produzido por esses autores é a imagem de uma discursividade Estado-nacional que muitas vezes distanciava-se do cotidiano, das histórias e experiências dos indivíduos que construam o cotidiano.

Percebe-se pois que a produção historiográfica alemã do século XIX sobre o Brasil utilizou como fonte apenas as chamadas “fontes oficiais”, produzindo assim uma historiografia que se preocupou apenas com a singularidade de eventos, deixando de fora de suas análises a experiência humana, bem como as formas de sociabilidade da época, nos apresentando assim, uma visão panorâmica da sociedade da Nova Holanda. Essa sociedade seria quase que estática, dividida conforme os dois grupos beligerantes, aglutinando pessoas de origens diversas em rótulos como portugueses ou neerlandeses. Entretanto, ao confrontarmos essa produção com as fontes por eles negligenciadas, fica claro que para aqueles viajantes do século XVII, o Brasil é muito mais do que apenas um lugar de conflitos militares intermitentes. Utilizando-se da metodologia da Microhistoria e tendo como fontes primárias os diários mantidos por soldados alemães a serviço da WIC, mostraremos que, ao contrário das obras supracitadas, é possível identificarmos experiências que são resultantes de convivências cotidianas e da produção de sociabilidades não descritas pelos documentos oficiais. Esses diários são vestígios que se conservam até hoje, e que nos mostram que apesar dos conflitos militares, o Brasil era um espaço no qual o convívio entre as diferentes culturas europeias não foi dificultado ou impedido por diferenças de religião e de nacionalidade como apresentaram os três autores alemães aqui analisados.

Gostaríamos de salientar que todos os diários aqui em destaque são *egodocuments*, ou seja, documentos nos quais os autores descrevem suas experiências e seus sentimentos. Muitas vezes não eram escritos para serem publicados, mas sim, para informar parentes e conhecidos de suas aventuras no distante Brasil. Ressaltamos que alguns contém belas ilustrações e descrições da fauna e da flora brasileiras, como o de Zacharias Wagener, mas ainda assim não são relatos etnográficos.

Entretanto, as fontes ignoradas pelos autores acima nos apresentam um Brasil no qual o convívio entre diferentes culturas europeias era antes a regra do que a exceção.

Assim, no diário de Richshoffer, encontramos um exemplo singular. Sendo a sociedade da Nova Holanda uma mistura de culturas européias, não se pode deixar de indagar em qual idioma essa gente se comunicava? Richshoffer nos responde essa pergunta no seu registro de 01 de março de 1631, no qual menciona que conversara várias vezes com um português idoso graças ao pouco latim que aprendera (RICHSHOFFER, 2004: 107).

Já Schmalkalden, em sua entrada do mês de fevereiro de 1644, escreve que juntamente com mais treze pessoas, fora ao mato extrair madeiras de carpintaria. Na volta, o barco em que estavam naufragou. Schmalkalden e um anspeçada foram salvos por um liberto, mas os outros desapareceram. Ao chegarem ao forte Restinga de onde partiram, encontraram aí um dinamarquês que também se salvara (SCHMALKALDEN, 1998: 160). Nesse caso, não há referência ao idioma falado entre Schmalkalden e o liberto, nem com o dinamarquês. Mas de algum modo, conseguiram comunicar-se. Se Schmalkalden se preocupa esporadicamente registrar a nacionalidade de alguém, a religião não é um fator para ele pois não se localizou no seu texto referência a pessoa alguma por religião.

Dos diários consultados, o de Peter Hansen, inédito no Brasil, é o que apresenta os melhores exemplos. Embora tenha se alistado como soldado, logo que chegara à Nova Holanda foi promovido a caixeiro e escrivão, não deixando de exercer suas funções como soldado, ficando em posição privilegiada para conviver com pessoas diferentes. Além disso, o idioma não parecia ser um problema também pois a evidência sugere que Hansen falava português e que aprendera algum Tupi pois quando encontrou com Janduí, cacique dos Tapuias, (Janduí era uma figura de destaque na colônia) falou com este em seu idioma. Sobre a convivência, ficamos sabendo que no dia 15 de janeiro de 1650, Hansen, juntamente com seus camaradas não nomeados estavam em uma barca e bebiam muito e portanto, estavam bêbados, quando de repente, dois começaram a brigar e um caiu no mar mas salvou-se por saber nadar. Hansen interferiu na refrega e quase afogou o soldado que anteriormente não caíra na água. Por isso foi preso. Destacamos que Hansen não menciona nem os nomes de seus camaradas, muito menos a religião dos mesmos. Nós entendemos que novamente, para esse alemão, nem a nacionalidade, nem a religião eram empecilhos para a convivência (IBOLD ET AL, 1995: 84).

O que dissocia os autores dos diários dos historiadores é o tipo de experiência e as expectativas produzidas. Peter Hansen, Richshoffer e Schmalkalden experimentaram um cotidiano em que elementos do nacional não eram determinantes em suas vivências. Pelo contrário, o que viam, com quem conversavam, o desconhecido era mais importante e definidor do cotidiano, pois esses elementos eram constituintes de suas experiências e talvez mais realistas do que a retórica nacional.

No outro extremo leituras marcadas pela perspectiva política podem ser lidas como o resultados de investigações históricas ou como resultantes de um processo. A leitura produzida por H. Handelmann, Herman Wätjen e Francisco A. de Varnhagem correspondia

ao horizonte de expectativa desses autores e seus textos são uma leitura do século XVII e fontes para entender o XIX.

Os exemplos aqui apresentados são poucos dentre muitos. No geral, podemos dizer que os diários aqui consultados nos revelam que para aqueles viajantes do século XVII, o Brasil é um lugar de conflitos militares intermitentes mas que apesar dos mesmos, o convívio entre as diferentes culturas europeias não foi dificultado ou impedido por diferenças de religião e de nacionalidade como apresentaram os três autores alemães aqui analisados.

Bibliografia

- ARRUDA, José. Jobson. *Atlas Histórico básico*. São Paulo: Atica, 1999
- CERTEAU, M. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- GONSALVES DE MELLO, José Antonio. *Tempo dos Flamentos Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007
- IBOLD, Frank; JÄGER, Jens; KRAACK, Detlev. *Das Memorial und Jurenal des Peter Hansen Hajstrup (1624 – 1672)*. Quellen und Forschungen zur Geschichte Schleswig-Holsteins, CIII, Neumünster, 1995)
- HANDELMANN, Heinrich. *História do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1982.
- HARTOG, F. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HEGEL, G W F. *Filosofia da história*. Brasília: Ed. UnB, 2008.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e Nacionalismo*. Desde 1780. Rio de Janeiro: Par e terra, 1990.
- _____. The social function of the past. *Past & Present*, vol. 5. Oxford: Oxford Journals, maio, 1972. Acessado em 21.02.2013 <<http://past.oxfordjournals.org/content/55/1.toc>>
- _____. *A Era dos impérios*. 1875-1914. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio/Contratempo, 2006.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de guerra Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630 – 1654)*. Tese de doutoramento não publicada, Universidade de Leiden, 2011.
- RICHSHOFFER, Ambrósio e BAERS, Padre João. “Diário de um soldado” e “Olinda Conquistada”. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.
- PETITOT, J. Sistemas de referência. *Enciclopédia Einaudi*. vol.4, Local/Global, Lisboa, Imprensa Nacional, 1993, pp. 72-89.
- PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- SCHMALKALDEN, Caspar. *A viagem de Caspar Schmalkalden de Amstrdã para Pernambuco no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Index, 1998. [Ed. por Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares. Traduzido e anotado por Álvaro Alfredo Bragança]
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História das lutas com os holandeses no Brasil Desde 1624 até 1654*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2002.
- WÄTJEN, Herman. *O domínio colonial holandês no Brasil Um capítulo da história colonial do século XVII*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004

A Sibilas de Diamantina: reafirmando pressupostos renascentistas no barroco mineiro

Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani¹

O título deste trabalho pode parecer à primeira vista extremamente pretensioso. Cabe por isto elucidar desde já, que se trata de abordar alguns pressupostos renascentistas escolhidos e que, se quer asseverar, são reafirmados em uma manifestação específica do chamado barroco mineiro.

É notório que a compreensão do renascimento enquanto estilo artístico de uma época está longe de ser simples ou consensual. Diante disso, a abordagem de autores consagrados é inescapável. Jacob Burckhardt e Aby Warburg são dois grandes marcos na abordagem e compreensão da arte do renascimento. Intentaram compreendê-lo ampla e profundamente enquanto inauguravam a história da arte como história social da cultura. O historiador suíço Burckhardt em seu Cicerone, de 1855, afirma que nos primórdios do século XV há um novo espírito na pintura: a obra de arte, a partir de então, extrapola o que lhe é demandado pela Igreja, oferecendo uma imagem do mundo real. Esse enfoque nos apresenta a arte do renascimento como arte moderna. Há por parte dos artistas um aprofundamento do estudo e da representação da natureza, dando-se assim a apropriação de cada um dos aspectos da figuração humana e do seu ambiente. Esse enfoque nos apresenta a arte do renascimento como arte moderna. E Burckhardt o afirma, com toda clareza, na quarta seção de um manual de História da Arte que ele escreveu juntamente com Franz Kugler² em 1852.

Também em A Cultura do Renascimento na Itália o autor afirma que o homem italiano vivencia precocemente um desenvolvimento em direção ao que ele chama de homem

¹ Professora de História da Arte da UFVJM, doutora em História Social da Cultura pela UFMG. Agências financiadoras: Fapemig por meio de bolsa PMCD e CAPES por meio de bolsa PDSE.

² Franz Kugler (1808 a 1858) foi uma figura chave no desenvolvimento inicial da disciplina de história da arte, lecionou na Universidade de Berlim e foi coautor de um dos primeiros levantamentos de história da arte. Para maiores informações sobre sua biografia, ver *A Biographical Dictionary of Historic Scholars, Museum Professionals and Academic Historians of Art* no endereço: <http://www.dictionaryofarthistorians.org/kuglerf.htm>

moderno. Igualmente aqui uma redescoberta da individualidade e da subjetividade determina o homem moderno e, por conseguinte a arte moderna (Burckhardt, 1990).

Serão precisamente esses elementos, que na continuidade histórica com o período posterior, farão do barroco não uma ruptura, mas um prosseguimento em relação ao renascimento. Diferentemente de Burckhardt que parte da relação entre gênero artístico e gosto privado para compreender o desenvolvimento estilístico da renascença, mas ainda na sua esteira, Warburg privilegiou os estudos de caso, a partir de uma obra individual para chegar ao ambiente cultural que a engendrou, amplamente compreendido. O que Warburg procurou entender e que constituía para ele a questão mais importante foi o significado da influência dos antigos na civilização artística do primeiro renascimento. Nessa tarefa, ele expandiu a concepção de renascimento (expansão geográfica em relação ao entendimento de Burckhardt) e de antiguidade (expansão no sentido da compreensão do quanto o classicismo grego estava eivado por elementos orientais). Apesar de ter sido citado por muitos comentadores como um autor que se ocupava nomeadamente de historiografia artística e iconologia, segundo Ghelardi, bastaria uma reflexão mais escrupulosa sobre seus escritos para constatar que seu intuito nunca fora o de estabelecer uma disciplina específica, mas sim o de percorrer (a partir de resultados que a psicologia, a antropologia e a linguística de seu tempo lhe ofereciam) a evolução dos mecanismos fundamentais das expressões humanas que haviam conduzido determinadas culturas do antropomorfismo ao pensamento simbólico (Ghelardi, 2012). Apesar da ampla importância dos escritos de Warburg e do quanto possa parecer sedutor o anseio de dedicar mais tempo a toda a complexidade da sua abordagem, é necessário que aqui, esta se atenha a um núcleo basilar da sua teoria: a ideia do renascimento como um tempo de inauguração da modernidade. Na esteira de Burckhardt, ele acreditava que o renascimento corresponderia a uma época na civilização europeia, na qual, nomeadamente os *homines novi* da burguesia de Florença no *Quattrocento* (e ao mesmo tempo outros homens a eles similares na Itália e em toda a Europa) haviam buscado na antiguidade pagã, para além da cultura do cristianismo, uma experiência global que permitira a expressão de novos significados da existência humana, possibilitados pelas novas sociedades urbanas, mercantis. Do confronto e ao mesmo tempo da conciliação entre os sentidos do mundo pagão antigo e do cristianismo da

baixa idade média, se produzira uma mistura cultural dinâmica e em transformação, plena de tensões, na qual se mesclavam o antigo, o tradicional e o novo, originando afinal o mundo dos Estados, das cortes, das artes e dos saberes modernos (Buruca, 2003).

Outro elemento especialmente interessante relativo ao renascimento que se mantém em continuidade no período do barroco, é a peculiar função da arte nesse momento e antes disso, a concepção da arte como função. A esse respeito é válido lembrar a obra de Gombrich. A partir de um estudo sobre afrescos, ele afirma que “*a forma segue a função ou o fim determina o meio*”(Gombrich, 2012). Ressaltando, no entanto, que as ações humanas não tendem a servir a um único fim, mas a uma hierarquia complexa de meios e fins e que às vezes o meio pode ele próprio se converter em fim. Pode-se compreender com esse autor a mudança de finalidade da arte acontecida no renascimento em relação ao período da baixa idade média. Aí torna-se importante um elemento, cuja eficiência é grandemente possibilitada pela utilização de técnicas de perspectiva: o ilusionismo. Trata-se da composição que converte os espectadores em testemunhas do mistério que a Igreja quer transmitir aos seus fiéis. Há então a recuperação da unidade entre o simbólico, o narrativo e o decorativo (inerente à arte medieval e que se havia desintegrado) através das demandas de evocação dramática. Apesar de próprio do barroco, o ilusionismo aparece antes, já no século XVI, com Correggio. Segundo Gombrich, no barroco o ilusionismo aparece como uma resposta ao dilema dos fins e dos meios. Pois, então, os meios tendem a gerar os fins.

Interessa em toda essa abordagem, não obstante a consciência das grandes e intermináveis polêmicas que se geraram a esse respeito, marcar a convicção de que surgiram no renascimento, como precursoras do barroco e não como suas opositoras, as características que aqui são privilegiadas. A arte enquanto moderna, como produto de uma nova individualidade que demanda e evoca uma nova função. Não se trata de afirmar uma continuidade ingênua e linear, mas de compreender um percurso histórico que, com todas as suas contradições e vicissitudes levou à arte do barroco.

Polêmicas e especulações são frequentes quando se trata do barroco, desde a tentativa de compreensão da gênese do termo. Afirma-se a sua derivação do vocábulo

“barrueco”, pérola imperfeita e ainda de um silogismo lógico de grande complexidade.(Triadó, 1989) Superlativo, extravagante, excesso, ridículo, foram conceitos associados ao barroco até meados do século XIX, quando Jacob Burckhardt conceituou o barroco como um estilo diferenciado em suas obras *O Cicerone* de 1855 e *O Espírito do Renascimento Italiano* de 1867. Nestas obras fica clara a sua especialização em estudos da antiguidade clássica e também do renascimento. No entanto, sua dedicação ao tema da antiguidade, aparentemente sem uma compreensão aprofundada do período barroco (Silva, 2010), possibilitou que um seu discípulo se dedicasse a esse tema que até então não fora estudado com a merecida atenção. Esse discípulo foi Heinrich Wölfflin, que sofreu influência não só de Burckhardt, como também do teórico Fiedler, do escultor Hildebrandt, e do historiador da arte vienense Alois Riegl (essa influência tripla permitiu que ele atentasse para a pura visualidade e para os símbolos visíveis, os elementos plásticos constitutivos das obras de arte, a partir dos quais entendia e avaliava não só os artistas, mas também os períodos artísticos como um todo). Wölfflin rompeu então, pela primeira vez, com uma visão do barroco enquanto um estilo negativo compreendido como destruição das formas positivas conquistadas no período anterior. Nesse percurso, identificou o barroco como uma corrente estética necessariamente decorrente da anterior, vital e não decadente.

Sem negar a existência de distintas personalidades em uma mesma época (estilos e peculiaridades individuais concernentes a cores, massas, linhas, sombra e luz), Wölfflin afirma a existência de um estilo nacional ou regional. A necessidade da vinculação do artista a possibilidades ópticas predeterminadas pela época e pelo sentimento nacional relativiza para esse autor o papel do artista. Disso decorre sua afirmação de que nem tudo é possível em todas as épocas. A partir disso o barroco ficou definitivamente estabelecido como estilo de época.(Hazfeld, 2002).

Seria também impossível, pela exiguidade de tempo e espaço, abordar a multiplicidade e a complexidade das intermináveis polêmicas existentes em torno do barroco, seja na sua definição de tipologia, cronologia ou geografia. Importam aqui alguns elementos como a especial e deliberada persuasão, a teatralidade e o intencional engano do olho, como dados próprios do momento do barroco visto como uma arte definitivamente moderna, construída em interação com uma sociabilidade complexa e multifacetada na

qual cada âmbito da cultura tem a sua importância como fator (não exclusivamente) determinante. Aponta-se assim a reafirmação dos pressupostos renascentistas da subjetividade moderna na arte do barroco.

Para efeitos didáticos toma-se aqui a arte colonial mineira ou arte luso- brasileira como a manifestação do barroco mineiro. Evitando-se mais uma vez a dedicação (neste momento impossível) à polêmica existente em relação à arte que se fez na colônia portuguesa da América³. Quando se pensa na arte das Minas Gerais do século XVIII é inevitável pensar no barroco.

Para evitar que um debate complexo seja estagnante para o presente trabalho, convém lembrar que, se estamos aceitando a possibilidade de apreender o conceito de estilo de época como um recurso didático; e se este está aqui compreendido enquanto a coexistência de elementos comuns passíveis de identificação e de comparação no tempo e no espaço é possível afirmar que elementos barrocos podem ser encontrados na arte das Minas Gerais do século XVIII. Seja o barroco aqui compreendido como fenômeno estético ou como significado histórico. Lembrando que fenômeno estético e significado histórico também não se separam senão didaticamente. Segundo Affonso Ávila está já superado o problema da conceituação do barroco brasileiro enquanto correspondência ao século XVII europeu. A adequação do conceito do barroco à realidade estético-histórica brasileira não implica em abrir mão dos fundamentos identificáveis do barroco europeu, como por exemplo, o paradoxo nuclear: “*a fusão dialética do temporal e do espiritual, do claro-escuro, do tempo-eternidade*”. (Ávila, 2006).

É no sentido de apontar a reafirmação de pressupostos renascentistas no barroco mineiro que abordo aqui a representação das sibilas (como figuras pagãs, babilônias, posteriormente clássicas e então incorporadas à tradição cristã) na pintura renascentista

³ Affonso Romano de Sant’Anna em *Barroco do Quadrado à Elipse*, editado pela Rocco, no Rio de Janeiro em 2000, aborda a questão da arte barroca latino americana, indagando sobre a sua origem supostamente centrada na ambigüidade entre a arte primitiva e o barroco. E trata ainda do debate relativo à compreensão desse barroco como uma metamorfose ou um desvio da arte barroca européia, preferindo referir-se a uma “tropicalidade” do barroco em vez de adotar a noção de mestiçagem. Na América Latina, mormente no Brasil, a originalidade teria sido um pecado grave (um desvio das normas de repetição e reprodução) cometido muitas vezes de maneira instintiva por artistas negros e mulatos. A improvisação seria então um suporte criativo.

e a seguir no século XVIII em Portugal e no Brasil, em Diamantina, Minas Gerais – única representação conhecida na América portuguesa. Como se verá a seguir, a representação destas figuras no arraial do Tijuco são ao mesmo tempo a marca da subjetividade moderna do artista, a utilização de um elemento antigo tão caro ao renascimento, isto é a transmissão ao Renascimento de uma tradição iconográfica grega antiga como uma forma de sobrevivência dos deuses pagãos e a afirmação da função persuasória da arte.

A previsão do futuro é desde os primórdios da humanidade um saber desejado e altamente sedutor. De diferentes formas os mitos representam a busca do ser humano pela revelação do seu futuro pessoal ou coletivo. A existência mitológica de oráculos e de entidades com esta função é uma das maneiras recorrentes da busca do homem pelo saber dos acontecimentos porvindouros e atravessou tempo e espaço sobrevivendo a imensas transformações históricas e se adaptando a diferentes culturas e lugares.

As sibilas são figuras da mitologia Greco-romana. São sacerdotisas de Apolo e têm a seu cargo dar a conhecer os oráculos deste deus. Coletâneas de oráculos sibilinos circularam ainda nos primórdios da idade helenística. Desde cedo, os oráculos tinham uma função de propaganda religiosa e política (Peretti, 1943). As sibilas não foram as únicas figuras de profetizas da Ásia menor (Stoneman, 2011). Havia no mundo antigo, ao menos dois tipos principais de oráculos: aquele que dava respostas a perguntas específicas feitas por indivíduos singulares, como por exemplo, o famoso oráculo de Delfos; e aquele que fazia previsões para iluminar o mundo em geral. É nesta última categoria que entram os oráculos sibilinos. Estes oráculos chegaram até os nossos dias, não só em meios eruditos, mas também em meios populares e camponeses. Recordações e vestígios dessas figuras antigas podem ser encontrados de maneira degenerada, transformada e até quase irreconhecível, todavia, ainda vivos, em tradições orais de meios campesinos na Europa. A exemplo disso pode-se citar a crença outrora existente na Itália de que os gatos negros possuíam um osso a mais do que os outros gatos não negros. Quem encontrasse esse osso e o pusesse na boca, ficaria invisível aos olhos dos outros. Teria então “encontrado a Sibila” (Ferri, 2007).

O mito das sibilas se presta a diferentes funções e se adaptou a diversas culturas em épocas distintas. Os oráculos sibilinos, adaptados pelos judeus, foram adotados pelos cristãos a partir da segunda metade do século II d.C. Em função da sua temática, forma e intenção tornaram-se apropriados para a afirmação do cristianismo diante da hostilidade romana. Virgílio menciona as sibilas em *Éclogas* e *Eneidas*. E Ovídio em *Metamorfoses*. O processo de cristianização dessas figuras pagãs fez com que suas profecias fossem associadas a profecias messiânicas da vida, morte e ressurreição de Cristo. Constantino, primeiro imperador cristão, na sua mensagem para o I Concílio de Niceia⁴, interpretou a passagem das *Éclogas* como uma referência à vinda do Cristo. A partir de então a representação das sibilas foi possível em diferentes linguagens artísticas. Varrão⁵, ainda no século I a.C., instituiu em sua obra dez sibilas, desta maneira arroladas em ordem de antiguidade: Pérsica, Líbica, Déléfica, Ciméria, Eritéia, Sâmia, Cuma, Helespontica, Frígia e Tiburtina. Descrever o conteúdo das primeiras profecias das sibilas gregas e traçar o desenvolvimento dos seus oráculos até os nossos dias traria um problema particularmente difícil: o texto original das suas profecias foi quase totalmente perdido e as suas origens devem ser deduzidas de poucos documentos restantes – a maior parte dos quais de momentos muito posteriores – e de citações de autores porvindouros (Parke, 1992). Assim a inviabilidade da abordagem das primeiras manifestações das sibilas dá lugar ao enfoque da forma já desenvolvida da profecia na coletânea hoje conhecida como *Oracula Sibyllina*. São doze livros que apresentam uma mistura das formas gentílica, judaica e cristã, datados do período entre 140 a.C. e o século III d.C. Esses doze livros restantes são numerados de 1 a 8 e de 11 a 14. Os livros nove e 10 se perderam e o 7 encontra-se muito danificado. O autor anônimo dessa coletânea informa no prefácio que recolheu o material de diversas fontes. Ainda que alguns autores modernos pensem que não tenha se tratado de um autor cristão, mas, do Egito ou de Alexandria, de comunidades de hebreus helenizados (Perreti, 1943), a ênfase frequentemente posta sobre o monoteísmo e sobre a pureza moral teriam assegurado ao leitor cristão a sua atitude religiosa diante do paganismo (Parke, 1992).

⁴ O Primeiro Concílio de Niceia foi um concílio de bispos cristãos reunidos na cidade de Niceia da Bitúnia (atual İzmit, Turquia), pelo imperador romano Constantino em 325 d.C.. O concílio foi a primeira tentativa de obter um consenso da igreja através de uma assembleia representativa de toda a cristandade.

⁵ Varrão, Marcus Terentius Varro, teria vivido de 116 a 27 A.C. Suas obras desapareceram quase totalmente e são conhecidas por meio de citações de Cícero e Santo Agostinho.

Diferentes escritores cristãos se reportaram aos oráculos das sibilas, tanto os de origem pagã, quanto judaica ou cristã. Dentre eles, podemos citar os padres da Igreja que os citam em suas obras desde o século II: São Justino, Atenágoras, Taciano, Clemente de Alexandria, Eusébio e Santo Agostinho, dentre outros (Alves 2006:155-163). Destaca-se entre todos Lactâncio, já acima citado.⁶

Data da Idade Média a obra que primeiro inspirou a figuração das sibilas no mundo cristão em pinturas e esculturas. Trata-se do *Speculum Mundi* de Vincent de Beauvais, que no século XIII acolhe também as 10 sibilas instituídas por Varrão. Dada a proximidade dos seus vaticínios com aqueles dos profetas do antigo testamento, as sibilas de sólito foram representadas ao lado destes. É improvável que a arte cristã tenha representado as sibilas ao lado dos profetas antes do século XI. A figuração da Sibila Pérsica, juntamente com os profetas, aparece pela primeira vez na Igreja de Santo Ângelo in Formis em Cápua, na Itália, igreja fundada em 1058. Seguida do Mosaico de Santa Maria in Aracoeli (1130-1138), das portas de Ghibert e dos afrescos de Rafael (Ferri, 2007).

Em 1465 houve na Itália a impressão do livro de Lactâncio, *Instituições Divinas*. Seguida de uma espantosa quantidade de seis edições no mesmo século. Isso mostra o quão esse tema foi popular e amplamente utilizado nas artes figurativas, especialmente nos círculos humanistas. O renascimento foi especialmente pródigo em figurações onde se observavam as aquiescências entre temáticas profanas e mitológicas e a História Sagrada. Um dos temas prediletos do humanismo foi a existência das sibilas na antiguidade clássica, prenunciando o nascimento, a paixão e morte e a ressurreição de Jesus. Assim, se produziu sobre este tema uma literatura moralizante, parangonas e artes plásticas (Serrão e Goulart, 2004).

Também na Itália, em 1481, surgiu outro livro que suplantou o de Lactâncio e introduziu novos elementos na temática sibilina: *Dicordantiae nonnullae inter sanctum Hieronymum et Augustinum* do dominicano Felippo Barbieri. Este tratado teve imensa importância e exerceu grande influência na arte europeia, principalmente no que

⁶ Enquanto, como citamos, Herbert William Parke afirma que Lactâncio escrevera 200 anos antes das *Oracula Sibyllina*, A. Diez Macho afirma que Lactância retira a maioria de suas passagens do livro oitavo desta coletânea.

concerne às figurações dos 12 profetas do antigo testamento e das sibilas. Isso porque Barbieri aumenta para 12 o número das sibilas incluindo Agripa e Europa às 10 profetisas da lista de Varrão e Lactâncio. Ainda mais importante do que a modificação do número de sibilas foi o estabelecimento de um modelo concreto para escultores e pintores. Barbieri instituiu atributos específicos, idade, aspectos, costumes determinados. Esta foi a fonte iconográfica para Michelangelo em suas sibilas pintadas na Capela Sistina entre 1508 e 1512, o que atesta a sua importância. É também a partir de Barbieri que Antônio de Souza Macedo estabelece os nomes e as profecias das sibilas presentes no seu livro *Ave e Eva*, apenas colocando a Cuméia em lugar da Européia (Alves, 2006).

Em Portugal a tradição das sibilas é um pouco tardia em relação ao restante da Europa. No caso da literatura, antes de Antônio de Souza Macedo, o *Auto da Sibila Cassandra* de Gil Vicente, datado de 1513 é um marco nesse sentido. Há aqui uma mistura das figuras pagãs com as do Novo Testamento e do Antigo Testamento. As sibilas estão presentes também nas peças do mesmo autor, a saber, a *Farsa da Lusitânia* e a *Exortação da Guerra* (Serrão e Goulart, 2004). Diferentemente destas, *Ave e Eva* é já uma obra do século XVII, época em que a península ibérica passava por uma “onda de profetismo” de influência tanto muçulmana quanto israelita. Essas crenças proféticas teriam feito parte do arcabouço ideológico da restauração portuguesa de 1640 e sobreviveram ainda por algumas décadas naquele século (França, 1997). Não se pode esquecer que as sibilas tiveram uma força considerável na Espanha exatamente no momento em que esta manteve Portugal subjugado política e culturalmente por mais de meio século. Assim se explicam a incidência considerável de pinturas de sibilas na América espanhola, notadamente no México, no Peru e em Santelmo na Argentina (Bauzá, 2004).

No que diz respeito à pintura, há em Portugal nada além de um ciclo de sibilas na igreja de Nossa Senhora de Machede, em Nossa Senhora de Machede, aldeia na zona rural do Alentejo. Essa pintura mural está parcialmente danificada por repinturas e acréscimos setecentistas. Ainda assim, pode-se identificar a lógica narrativa de um programa simbólico de intencionalidade catequética que complementa a estrutura austera da arquitetura interna (Serrão e Goulart, 2004). O projeto da pintura, assim como o programa integral de ornamentos da igreja, deveu-se a Pero Vaz Pereira. A tarefa de

afrescar as paredes da igreja ficou a cargo de um pintor anônimo que cerca de um século depois, cumpriu à risca o programa de Pero Vaz.

Pode-se supor que a série de estampas de Crispín van der Passe, editada em Colônia em 1601 e que teve muita difusão na península ibérica, tenha servido de inspiração para as sibilas pintadas no Alentejo. Essa inspiração é amplamente comprovada no universo espanhol. Em Portugal, como se vê, a representação plástica das sibilas não teve muita fortuna se comparada com o restante da Europa. Se assim foi em Portugal, é de se imaginar que no Brasil também as sibilas não tenham encontrado figurações numerosas. Precisamente por isso o ciclo das sibilas existente no Arraial do Tijuco é bastante intrigante.

É na capela de Nosso Senhor do Bonfim, do antigo arraial do Tijuco, hoje cidade de Diamantina, Minas Gerais, que, rodeadas por colunas paranínicas⁷ se encontram quatro sibilas: Tiburtina, Déléfica, Líbica e Frígia. As figuras estão representadas em meio corpo como aquelas das estampas de Var der Passe. No entanto, as semelhanças terminam aí. Seus atributos não se encaixam em nenhuma obra literária ou pictórica conhecidas sobre as sibilas. As sibilas do Arraial do Tijuco são as únicas até então conhecidas no Brasil. E a raridade dessas profetisas se acentua na medida em que são as únicas figurações de sibilas cristianizadas que não estão relacionadas com profetas, com os apóstolos ou com os evangelistas, mas anunciam a morte e a ressurreição de Cristo.

Dito está, desde o princípio dessa abordagem, que ao serem cristianizadas, as sibilas passaram a anunciar a vida, paixão, morte e ressurreição de Cristo. As profetisas do Tijuco, contornadas por cariátides, anunciam a morte e a ressurreição de Jesus. Contornam o quadro recolocado da pintura da nave central da capela, onde se vê um descendimento da Cruz, com as mesmas características e recursos estéticos que caracterizam as sibilas. Acrescenta-se a isso, o fato de que os panos de boca do Arraial do Tijuco, usados para cobrir os santos na semana santa até à sexta-feira da paixão,

⁷ Segundo Magno Mello o tratado de Juan de Caramuel Lobkowitz (1606-1682) que traz colunas paranínicas com Cariátides, mostra como eram comuns a utilização ornamental dessas formas, no entanto não foi possível comprovar a sua circulação nem mesmo em Portugal. Cf: MELLO, Magno Moraes. *Tectos Barrocos em Évora*. Casa do Sul Editora: Évora, 2004. Em uma comparação formal, pôde-se verificar que as colunas paranínicas de Lobkowitz são efetivamente distintas daquelas pintadas no arraial do Tijuco.

quando se revive a paixão e morte de Jesus, foram todos pintados com figuras das sibilas (foram catalogados nove panos de boca no Patrimônio Nacional).

Assim, essas figuras clássicas sobreviveram ao longo do tempo, em locais longínquos e inimagináveis, reforçando seu potencial ideológico por meio da sua associação à figuração da morte. Não uma morte qualquer. As figuras clássicas anunciam aqui a morte e ressurreição do Salvador. E recordam ao fiel a sua responsabilidade por essa morte. Profecia e morte são temas amedrontadores: é o anúncio do que nos aguarda inevitavelmente na próxima esquina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Célio Macedo. O ciclo pictural das sibilas de Diamantina. *In Imagem Brasileira n°3*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira, 155-163, 2006.

ÁVILA, Affonso. *Resídios Seiscentistas em Minas Gerais Textos do século do ouro e as projeções do mundo barroco*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais Arquivo Público Mineiro, 2006.

BAUZÁ, Francisco Hugo. Il mito della sibilla e le sibille di San Telmo. In *Critica d'Arte Rivista Trimestrale dell'Università Internazionale dell'Arte di Firenze* 8: 83-91, 2004.

BURCKHARDT, Jacob. *A Cultura do Renascimento*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

BURUCÚA, José Emilio. *Historia, Arte, Cultura. De Aby Warburg a Carlo Ginzburg*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

FRANÇA, Eduardo D'Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo: Hicitec, 1997.

FERRI, Silvio. *La Sibilla e Altri Studi sulla Religione degli antichi*. Pisa: Edizione ET, 2007.

GHELARDI, Maurizio. *Aby Warburg. La Lotta per lo Stille*. Torino: Nino Aragno Editore, 2012.

GOMBRICH. E. H. *O Uso das Imagens. Estudos sobre a função social da arte e da Comunicação Social*. Porto Alegre: Bookman, 2012.

HATZFELD, Helmut. *Estudos Sobre O Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

PARKE, Herbert William. *Sibille*. Genova: Edizioni Culturali Internazionali Genova, 1992

PERETTI, Aurelio . *La Sibilla Babilonese Nella Propaganda Ellenistica*. Firenze: La Nuova Italia Editrice Firenze, 1943.

SERRÃO, Vítor & GOULART, Artur . O ciclo de frescos com sibilas e profetas da igreja de Nossa Senhora de Machede (c. 1604-1625) e o seu programa iconológico. In

Artis Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa 3: 211-238, 2004.

SILVA, Regina Helena Dutra Ferreira. *Wölfflin: Estrutura e Forma na Visualidade Artística*. In WÖLFFLIN, Heinrich. *Renascença e Barroco*. São Paulo: Perspectiva, 2010. Prefácio.

STONEMAN, Richard. *The Ancient Oracles Making the Gods Speak*. New Haven/London: Yale University Press. 2011.

TRIADÓ, Juan-Ramon. *Saber Ver a Arte Barroca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

A Trajetória Política de Bertha Lutz e Nathércia De Silveira no Brasil (1922-1931)

SOLLANGE ALVES RIBEIRO SANTOS¹
MARCELLO RODRIGUES SIQUEIRA²

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho busca-se apresentar e discutir alguns dos resultados parciais de um projeto de pesquisa que está sendo realizada junto ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá.

Trata-se de uma pesquisa sobre História das Mulheres. Tem como objeto de investigação a trajetória política de Bertha Lutz e Nathércia de Silveira no Brasil no período compreendido entre 1922 e 1931. O recorte temporal justifica-se porque em 1922 o movimento feminista no Brasil fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Mais tarde, no contexto da Revolução de 1930, após dissidência entre Bertha Lutz e Nathércia da Silveira, esta funda outra instituição: a Aliança Nacional das Mulheres (ANM).

Duas questões-problema merecem destaque: a primeira refere-se ao caráter controverso e subjetivo do conceito de representação política. O que ou quem os representantes políticos de fato representam? A segunda questão é relativa à noção de identidade de grupo. Haveria de fato uma identidade entre mulheres que as caracterizaria como sendo portadoras de interesses comuns? A hipótese é que participação e influência efetiva em processos políticos implicam relacionamento próximo com as instituições representativas. Assim, discutir o tópico da representação especial de grupo a partir do debate sobre representação política é o principal objetivo desta pesquisa.

Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Bolsista de iniciação científica. E-mail: sollange.historia@gmail.com;

² Professor orientador junto ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Atualmente, está cursando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: marcello@ueg.br ou marcelloueg@hotmail.com;

Em relação à fundamentação teórica destacam-se: Alves (1980); Tilly (1994), Chartier (1995), Rago (1998) e Perrot (2007). Para a discussão da representação política baseada em quatro tipos de representação: formalística; descritiva; simbólica e substantiva recorreu-se a Sacchet (2012).

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórica realizada a partir de uma ampla pesquisa bibliográfica. Dentre as técnicas, explora-se a análise do discurso conforme Orlandi (1999) aliado ao exame iconográfico/iconológico proposto por Kossoy (2001). Enfim, espera-se que esta pesquisa ajude a compreender o movimento feminista, não como um fato isolado, mas ligado a um contexto histórico-político do Brasil marcado por uma série de conflitos e mudanças.

2. REVISÃO DA LITERATURA

De certa forma, a palavra “mulher” tornou-se uma categoria central de análise nas pesquisas realizadas no Brasil somente a partir da década de 80. Alves (1980) em sua obra *Ideologia & feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil* é considerada a grande pioneira. Somente dez anos depois, em 1990, a categoria “gênero” viria a ocupar lugar de destaque quando Joan Scott publicou um importante trabalho intitulado *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. O termo gênero trazia uma série de vantagens, pois possuía uma conotação subjetiva e neutra, dissociado da política feminista, e ao mesmo tempo incluía as mulheres, mas não de forma explícita, pois se refere também ao homem, ou seja, um implica na análise do outro.

Mais tarde, em 1994, Louise Tilly publicou um texto intitulado “Gênero, história das mulheres e história social” discordando de Scott (1990). Para Tilly (1994, 59-60), o gênero como categoria central de análise “reforçou a comparação e o estudo das variações e dos processos; através da sua utilização na desconstrução, chamou a nossa atenção para as relações de poder”. Nas palavras da autora:

O estudo dos vencidos nos permite compreender melhor os vencedores, compreender porque e como eles venceram. A análise da revolução é ainda mais completa e sistemática quando nós levamos a sério as alternativas possíveis: o estudo das formas de participação das mulheres e as reações que ela suscita oferece precisamente uma

destas alternativas. Eís "que diferença faz" estudar as mulheres e o gênero (TILLY, 1994, p. 62).

Esta perspectiva da História das Mulheres sugerida por Tilly (1994) parece bastante sugestiva para se pensar a representação política de Bertha Lutz e Nathércia da Silveira no Brasil, ou seja, a questão central não é necessariamente enfatizar as diferenças ou relações de poder entre os sexos no cenário político brasileiro – embora isto possa até acontecer – mas, sobretudo, repensar o papel e a trajetória política dessas mulheres para o movimento feminista.

Para Perrot (2011), a historiografia quase sempre dedicou pouco espaço para as mulheres, pouco se escreveu sobre elas, e pouco elas próprias deixaram escrito sobre si mesmas:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT, 2011, p.17).

Rago (1998), por sua vez, afirma que o feminismo além de lançar crítica incisiva ao modo predominante de produção do conhecimento científico, também sugere um modo alternativo de intervenção e articulação nesta esfera. Daí, a necessidade de uma profunda mudança no processo de produção do conhecimento científico. Dessa forma, não é esta ou aquela categoria que determina o estudo do objeto. Pelo contrário, Rago (1998) observa que a temática é o que dever ser privilegiada:

Assim, e como diria Paul Veyne, o que deve ser privilegiado pelo historiador passa a ser dado pela temática que ele recorta e constrói, e não por um consenso teórico exterior à problemática, como acontecia antes quando se trabalhava com o conceito de modo de produção, por exemplo, ou ainda, quando a preocupação maior com o passado advinha de suas possibilidades em dar respostas à busca da Revolução. A realidade já não cede à teoria (RAGO, 1998, P. 11).

Joana Maria Pedro (2011) em sua obra intitulada *Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea* apresenta o feminismo formado por várias ondas. Na primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960) elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado. Para a referida autora as categorias “mulher”, “mulheres”, “feminismo”, “feminilidades”, “masculinidades” e “relações de gênero” devem ser colocadas no “centro do debate historiográfico”. Contudo, admite que essas mesmas categorias vivem “as instabilidades dos sentidos” que lhes são atribuídos, resultado de lutas dentro do próprio campo (Cf. PEDRO, 2011: 271).

Portanto, para fins deste trabalho, se pode dizer que mesmo não tendo em seus objetivos discutir a questão de gênero nem focalizar mulher ou mulheres, buscou integrar esta discussão e esta problemática, fazendo aquilo que sempre foi a grande ambição desses estudos e, conforme sugerido por Pedro (2011, p. 277): tornar essa uma questão transversal, incorporando-a como uma categoria de análise que torna mais rica a escrita da história.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização desta pesquisa recorreu-se a diversas fontes, verbais e imagéticas, tais como: livros de consulta, cartas, artigos de jornal, discursos e fotografias. Dessa forma, optou-se pela análise de discurso e a iconografia/iconologia como ferramentas metodológicas.

Para fundamentar os processos de análise de discurso recorreu-se a Nogueira (2011); Gill (2011) e Orlandi (2012). O primeiro teórico traz algumas explicações sobre este método. Segundo Nogueira (2011) esta metodologia constitui-se uma área muito ampla, abrange diversos domínios, sendo complexa sua conceituação. No entanto afirma que pode ser “descrito como um conjunto de atividades de pesquisa, diferentes do tradicional, que trabalham com material também ele diferente, havendo também muita diversidade quer teórica quer metodológica” (NOGUEIRA apud TAYLOR, 2001). O autor ainda faz algumas ressalvas que embora não haja uma explicação precisa de técnicas e métodos, afirma que é necessário ter conhecimento da teoria e da pressuposição epistemologia antes de qualquer

trabalho, se assim não houver a análise de discurso cairá em mera metodologia, sem significado teórico (NOGUEIRA, 2011: 5).

Gill (2011, p.247) indicou quatro técnicas básicas e indispensáveis para se pensar na análise do discurso: uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma discussão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; uma ênfase no discurso como uma forma de ação; e, atenção quanto à organização retórica do discurso. Gill (2011, p.253 -254), ainda aponta algumas práticas referente a análise do discurso tais como: fazer perguntas diferentes ao texto; transcrição deste em caso de um texto de domínio público; ter espírito da leitura cética; codificação; Finalizada a codificação inicial começa-se de fato a análise, sugerindo-se que seja efetivada em duas fases: padrões e funções do discurso.

Orlandi (2012), afirma que a análise de discurso é realizada por etapas, ou mais precisamente, em três etapas. Na primeira etapa, discute-se a passagem da superfície linguística para o texto (Discurso). Na segunda etapa, da passagem do objeto discursivo para a formação discursiva, o analista deve detectar por meio do jogo de paráfrases, sinonímia, outros discursos distintos que podem ter se formado ao longo do discurso. Na terceira etapa, do processo discursivo a formação ideológica, o efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem simbólica – é lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade.

Em relação às metodologias iconográfica e iconológica, foram utilizados teóricos como: Mauad (1996) e Kossoy (2001). Segundo Kossoy (2001) a iconografia se refere a análise descritiva de documentos iconográficos em âmbito geral, fazendo parte desse meio os fotográficos. Destacam-se imagens emitidas de forma original, assim devem-se pesquisar os artefatos utilizados, como no passado foram elaborados, e quais técnicas empregadas, como também saber as reproduções que foram realizadas.

Para Kossoy (2011) a iconologia diferentemente da iconografia que situa em nível de descrição, refere-se à interpretação da imagem, sendo assim sua análise deve ser feita de forma paciente, observando minuciosamente as particularidades da circunstância histórica retratada, tendo em mente que as informações visuais da imagem são apenas um recorte do real que foi escolhido, organizado, visualmente e ideologicamente, dessa maneira compreender que a interpretação não se esgota. Dito de outra forma:

No esforço da interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leques para diferentes interpretações a partir daquilo

que o receptor projeta de si, em função de seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão porque as imagens sempre permitirão uma leitura plural. (KOSSOY, 2011, p.115)

Assim, a fotografia é aqui entendida como uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. A fotografia deve ser considerada como produto cultural e fruto de trabalho social de produção sógnica. Partindo-se desta premissa, a fotografia não é apenas documento, mas também, monumento e, como toda a fonte histórica, deve passar pelos trâmites das críticas externa e interna para, depois, ser organizada em séries fotográficas, obedecendo a certa cronologia (Cf. MAUAD, 1996, pp. 8-11).

Por fim, é importante destacar que as relações entre teoria e prática são complexas e, quase sempre, o pesquisador vê-se obrigado a atualizar o método de análise e adequá-lo ao seu objeto de pesquisa. Portanto, acredita-se que as proposições teórico-metodológicas de Mauad (1996) e Kossoy (2001) são essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa, mas longe de se fechar em si mesma, esses pressupostos podem – e devem – abrir novas possibilidades.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS E/OU ESPERADOS

A representação política é um tema bastante recorrente, e referente ao uso do conceito de representação política afirma-se que os regimes representativos são aqueles regimes que recebem da representação urna caracterização decisiva. No entanto, questões relacionadas à exclusão de grupos sociais no que se refere ao processo político-decisório tem sido o alvo de diversas discussões na atualidade, tendo como base argumentativa o pressuposto de que os grupos excluídos ou marginalizados precisam de representação política que defendam suas necessidades, anseios e objetivos, sendo afirmada e articulada com as ideias liberais que regem os países democráticos como a democracia. Esta inclusão política de grupos especiais sugere que um país para se tornar verdadeiramente democrático e justo torna-se imprescindível que cada grupo social possua seus representantes nas instituições governamentais (Cf. SACCHET, 2012, p. 1).

Ainda conforme Sacchet (2012) duas questões são importantes no que se refere a representações sociais nos centros decisórios:

Dentre as questões levantadas duas merecem destaque: a primeira refere-se à noção de representação política. O que ou quem os representantes políticos efetivamente representam nas esferas políticas deliberativas não é evidente. Embora se entenda que o papel do representante seja o de defender perspectivas e interesses, há controvérsias sobre a quem esses diriam respeito. Quem os representantes representam? Os projetos de seus partidos? A nação? Os grupos aos quais pertencem? As suas próprias ideias e interesses? A impossibilidade de definir objetivamente o que significa representação política parece tornar sem sentido a demanda por uma maior presença de grupos discriminados em esferas legislativas como meio de aumentar a *accountability* desses espaços. Afinal, a quem os representantes deveriam prestar contas? (SACCHET, 2012, p. 3)

O presente trabalho procurou por meio das concepções de Sacchet (2012) sobre representação política investigar a atuação de Bertha Lutz como representante das mulheres brasileiras.

Em relação à atuação de Bertha Lutz se pode dizer que teria iniciado sua atuação política de maneira formalística a partir de agosto de 1922 quando foi nomeada pelo governo para representar as mulheres brasileiras na I Conferência Interamericana de Mulheres em Baltimore nos Estados Unidos. Nessa viagem recebeu apoio para fundar a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Antes de fundar a FBPF, a feminista fundou em 1919 a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Segundo Lobo (2010) essa Liga reunida por Bertha Lutz era composta por mulheres cultas e ricas. Bertha Lutz promovia diversas reuniões para discutir as atividades a serem realizadas.

Componentes da Liga pela Emancipação da Mulher persistiam na luta, marcavam presença na Câmara, com o intuito de encontrarem deputados e senadores que abraçassem à causa do sufrágio. Mas conforme Alves (1980, p.104) a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher fundada teve curta duração sendo substituída pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922. Sua gênese está relacionada com a viagem que a feminista Bertha Lutz fez aos Estados Unidos durante a conferência Pan-Americana de Mulheres. Nesta conferência pode conhecer a presidente da *National American Woman's Suffrage Association* (NAWSA), Carrie Chapman Catt. Aproveitando a ocasião dialogou sobre a viabilidade de fundar uma associação feminista no Brasil no padrão americano. Fala de Bertha Lutz:

Quando acabou a reunião eu pedi à líder americana, Mrs. Catt, que me ajudasse a fazer um estatuto porque eu queria começar uma associação. Então ela fez o estatuto da

FBPF. E disse: “Se você quiser fazer um congresso eu vou...” Eu perguntei a ela como é que se fazia um Congresso, e disse: “Vocês fazem assim: vocês convidam um político de proeminência para a sessão de abertura e outro para a sessão de encerramento. Nós dirigimos, eu falo, você fala, mas precisa ter um homem de projeção para dar importância.” (ALVES, 1980, p. 111).

Então, Bertha Lutz e as demais associadas da Liga do Distrito Federal reuniram-se para fundar a FBPF. Assim no dia nove de agosto de 1922 formalizou a fundação da Federação. O próprio nome não faz referência há um só grupo ou classe, mas com uma posição mais abrangente, procurou incluir todos os grupos de mulheres.

Bertha Lutz foi representante da FBPF em campanhas nacionais, nas discussões na câmara e no senado, e internacionalmente em conferências e congressos representando as mulheres brasileiras. Segundo Alves (1980, p.113) “[...] a fundadora tornou-se presidente permanente. Isto demonstra que o movimento sufragista no Brasil manteve-se preso à liderança de Bertha Lutz, que iniciou e dirigiu até a obtenção do voto” outorgado na constituição de 1932 no governo de Getúlio Vargas. A feminista também atuou como Deputada Federal de julho de 1936 até a dissolução do congresso no mês de novembro de 1937.

Enfim, o movimento feminista não constituiu um grupo homogêneo. Pelo contrário, tratou-se de um movimento marcado pela pluralidade de classes, de etnia e de interesses. Dessa forma, segundo Sacchet (2012) mesmo que houvesse a intensão de um representante atingir toda essa complexidade, na prática não seria possível. Assim sendo fica a indagação: que mulheres Bertha Lutz de fato representou?

Para ajudar na compreensão da atuação de Bertha Lutz, especialmente, em relação a questões de representação, recorreu-se a Souza (2009) e Alves. Segundo Souza (2009 p. 2), “suas principais reivindicações desde o início de seu ativismo eram os direitos à educação e profissionalização feminina, além do sufrágio”.

Alves (1980) afirma que este movimento só pode ser caracterizado como elitista porque não alcançou as classes populares.

O contrato com o operariado era esporádico, cauteloso e distante, partindo sempre de cima, para baixo. Houve uma tentativa de aproximação mais direta, feita por uma militante que durante algum tempo foi secretária da Federação: Valentina Biosca. Sua

história vem entrecortada nos jornais, e não pude obter maiores informações: vê-se, porém, claramente, que sua atitude provocou um conflito interno de proporções bastante grandes para extravasar na imprensa, sendo ela posteriormente destituída de seu cargo. Apresentou na Primeira Conferência pelo Progresso Feminino uma tese em que descreve as condições de trabalho da mulher operária. Participou depois da elaboração da petição com que a FBPF reivindicou participação feminina Conselho Nacional do Trabalho. O jornalista se refere a ela como sendo uma “trabalhista prática... pois convive continuamente nos meios fabris, a investigar e a sugerir medidas que suavizem a existência dos proletários”. A notícia chama a atenção, porque nenhuma das sufragistas poderia ser descrita dessa forma. Alguns meses depois a FBPF publica uma nota na imprensa desligando-se das atividades de sua ex-sócia e secretária “que diz pretender iniciar um feminismo no Brasil, começando pela organização do operariado feminino em partido para defesa dos seus interesses. A FBPF... continua atuando dentro da lei...” Nesta nota torna-se bem claro que não era do interesse do movimento sufragista uma organização autêntica do operariado, que atuasse de forma política, utilizando-se de métodos de conflito, tais como greves, “fora da lei”. A nota conclui com uma frase que mostra o preconceito de classe existente no movimento: “... ocupava o único cargo remunerado na administração da FBPF, do qual está afastada”. O movimento se fecha, limitando-se àquelas mulheres que tenham a renda e o tempo disponível as atividades voluntárias. (ALVES 1980, p163).

Portanto, se pode concluir que Bertha Lutz como representante das mulheres brasileiras na Instituição FBPF movimento “se fecha, limitando-se àquelas mulheres que tenham a renda e o tempo disponível as atividades voluntárias”. Bertha Lutz não teria de fato representado efetivamente todas as mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo**. A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BOBBIO, Norberto Bobbio; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- MAUAD, Ana Maria. “Através da imagem: fotografia e história interfaces”. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.
- MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n.º. 25: 25-38 Novembro de 2005.

LOBO, Yolanda. Bertha Lutz / Yolanda Lôbo. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010

ORLANDI, Eni Puccinell. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas São Paulo – Pontes Editores, 2012.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan-jun. 2011, p. 270-283.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres.** Michele Perrot. Tradução: Ângela M.S. Correa. São Paulo, Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Mirian (organizadoras). **Masculino, feminino, plural.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo (16), fev. 1998.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Recife: Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania, 1990. p.3.

SOUSA, Lia Gomes Pinto. **Educação e profissionalização de mulheres.** Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu** (3) 1994. P. 29-62.

VARIKAS, Elene. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. **Cadernos Pagu** (3) 1994. P. 63-84.

Além da Nação. Cultura visual, cultura histórica e as afirmações identitárias no Brasil oitocentista.

Paulo Roberto de Jesus Menezes¹

Retrato e biografia², imagem e texto. O que ocorre quando as duas linguagens se conectam para gerar outra forma de expressão é o tema deste trabalho. Neste sentido, a proposta que o norteia é por um lado, discutir a importância da experiência visual para a sociedade da corte e seu desdobramento na elaboração de um discurso histórico calcado na modernidade que naquele momento traduzia-se na palavra civilização.

Sabemos que é impossível acessar o passado enquanto passado, assim, para nos aproximar dele o representamos, precisamos fazê-lo presente tornando-o visível, compreensível³. Por isso, o conhecimento do passado e seus usos no presente se dão sempre

¹ PPGH/UERJ, Doutorando

² Se Charles Baudelaire fala em biografia dramatizada no texto em epígrafe, Norbert Elias em “A sociedade dos indivíduos” diz que o rosto, mais que qualquer parte do corpo é a vitrine da pessoa. Segundo ele, “os membros de todas as sociedades conhecidas presumem-se primordialmente reconhecíveis por todos os conhecidos de seu grupo, como pessoas particulares e únicas, através de seus rostos – suplementados pela referência a seus nomes.” ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, p.160. Elias não fala diretamente na relação entre imagem e texto, biografia e retrato, mas deixa indicado um caminho para futuras pesquisas já que referir-se a um nome nos leva rapidamente a pensar na biografia daquele indivíduo. Já Enrico Castelnuovo, em Retrato e sociedade na arte italiana, ao pesquisar a trajetória do retrato na história italiana, nos fala da função mágica dos retratos de Bonifácio VIII e seu funcionamento como elemento substitutivo. Para este autor, “por trás do retrato está o homem, que dele se vale como de um instrumento mágico de poder”. Ainda que o foco não esteja diretamente na biografia, podemos perguntar: como saber mais sobre o homem por trás do retrato, senão por sua biografia? Já em outra passagem, mais na direção da proposta de minha pesquisa – a relação entre texto e imagem -, o autor compara o cortejo dos pontífices romanos representado no interior das basílicas de São Pedro e São Paulo a uma “grandiosa série de biografias pintadas”. CASTELNUOVO, Enrico. *Retrato e Sociedade na arte italiana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.15-19.

³ O problema da representação em história não é um debate trivial. Danrlei de Azevedo e Felipe Charbel fazem uma interessante reflexão acerca da representação na escrita histórica. Segundo os autores, “o objeto histórico é construído a partir da relação, regulada por regras intersubjetivas e debates teóricos – os quais delimitam o campo discursivo da história -, entre expectativas de sentido de um sujeito historiador e os vestígios do passado, pensados não como “fontes” ou “documentos” passivos, mas como “textos complexos” ou então registros de arquivo.” Para eles, “o elemento subjetivo ligado à ação da imaginação possui um caráter central na elaboração da narrativa histórica, embora não atue livremente.” AZEVEDO, Danrlei de Freitas, TEIXEIRA, Felipe Charbel. Escrita da história e representação: sobre o papel da imaginação do sujeito na operação historiográfica. In: Topoi, v. 9, n. 16, jan-jun. 2008, p. 71. De qualquer forma, embora central à ação da imaginação, como avaliam os autores, o elemento subjetivo não parte de uma tabula rasa e sempre estará entremeadado pelas relações sociais que o regulam e o validam. Já Francisco Falcon, argumenta que o conceito de representação constituiu uma espécie de divisor de água entre as historiografias moderna e pós-moderna. Para ele, a historiografia moderna ao mesmo tempo em que afirma a “realidade” do passado, empenha-se sempre na demarcação, no seu próprio discurso, através dos chamados “protocolos de verdade”, das distâncias epistemológicas, que o separam da literatura ficcional, ou seja, a “história da “estória”. Já a historiografia pós-moderna tem como característica em primeiro lugar a morte (não apenas o fim) da História. Em segundo lugar, a superação das construções

dentro de práticas sociais de interpretação e reprodução da história. Sendo assim, a consciência histórica de cada indivíduo desenvolve-se dentro de um sistema sócio-comunicativo de interpretação, objetivação e uso público do passado. Certamente as galerias ilustradas, com as quais a pesquisa se ocupa, incluem-se neste sistema sócio-comunicativo do passado.

Para os objetivos deste artigo um importante conceito é o de identidade cuja definição mais empregada é aquela que a tem como o caráter do que permanece idêntico a si próprio; como uma característica de continuidade que o ser mantém consigo mesmo. Partindo daí, “é possível compreender a identidade pessoal como a característica de um indivíduo de se perceber como o mesmo ao longo do tempo” (SILVA, 2010: 201-204). Tanto para a Antropologia quanto para a Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferentes dos outros. Há algumas décadas, a História dentro de novos interesses gerados pela interdisciplinaridade, tem tentado trabalhar com o conceito de identidade. Talvez “um dos principais campos da historiografia a refletir sobre esta noção seja a o dos estudos da memória, pois identidade e memória estão intimamente ligados” (SILVA; HALL; WOODWARD, 2004: 115-118), uma vez que sem recordar o passado não é possível saber quem somos. Neste sentido, podemos pensar que na cultura histórica oitocentista, texto e imagem articularam-se conferindo um novo sentido ao passado⁴, passado este “pensado segundo as demandas de uma produção identitária específica ao século XIX” (GUIMARÃES, 2007: 26). No estudo da escrita histórica do Brasil do oitocentos esta questão se reveste de grande relevância. Não podemos esquecer que tal escrita se desenvolve em um momento de definição da nacionalidade e, portanto, fonte de tensão e disputas, pois dar visibilidade a

metafóricas, espaciais e visuais, inerentes à epistemologia moderna, rejeitando a metáfora das origens ou gênese e a substituindo pelo modelo genealógico e pela dispersão, trabalhando com a fragmentação e as “imagens” contrapondo-se às metáforas de “totalidade” e “centros”, buscando em cada texto precisamente os elementos que escapam à percepção consciente do autor e, por último, a questão do narrativismo. FALCON, Francisco J. Calazans. História e representação. In: Revista de História das Ideias. Vol. 21. pp. 87-126. Ainda hoje este tema levanta acalorados debates e, certamente, está longe de se esgotar. De qualquer forma, não podemos dispensar os elementos da realidade na elaboração do discurso historiográfico ainda que, como chamaram Danrlei e Charbel, sejam vistos como “suposto real”.

⁴ Roland Barthes em *O óbvio e o obtuso* já levanta algumas questões na direção desta relação entre texto e imagem. Diz o autor: “A mensagem linguística será constante? Haverá sempre texto no interior, abaixo ou à volta da imagem? Para encontrar imagens sem palavras, será, talvez necessário remontar a sociedades parcialmente analfabetas, isto é, uma espécie de estado pictográfico da imagem; na verdade, desde o aparecimento do livro, a vinculação texto-imagem é frequente, ligação que parece ter sido pouco estudada do ponto de vista estrutural; qual é a estrutura significativa da ilustração? A imagem duplica certas informações do texto, por um fenômeno de redundância, ou é o texto que acrescenta à imagem uma informação inédita?” BARTHES, Roland. *O óbvio e o Obtuso. Ensaios Críticos III*. Editora Nova Fronteira. P. 31

determinado passado através da história poderia significar apagar outro, ou melhor, torná-lo invisível.

Mas, numa sociedade na qual os letrados eram minoria, provavelmente, a inclusão de imagens na escrita histórica facilitaria sobremaneira o trabalho pedagógico. Neste sentido, é importante perceber, como ressaltado por Ulpiano T. Bezerra de Meneses, o potencial cognitivo da imagem para entender “como ela tem sido explorada tanto pela História como pelas demais ciências sociais e, antes disto, no próprio interior da vida social.” (MENESES, 2003, 11-36). Ou seja, é preciso compreender como se opera esta cognição através da visualidade. Desta forma, ao colocar a problemática da pesquisa numa relação dialética com os documentos, teremos como decorrência que “trabalhar historicamente com imagens, nos obriga a percorrer o ciclo completo de sua produção, circulação e consumo,” pois os sentidos são produzidos na interação social, mobilizando diferencialmente, determinados atributos para dar existência social a sentidos e valores e fazê-los atuar, ou seja, tratar as imagens em sua historicidade. Em outras palavras, é imprescindível tomar as imagens como um enunciado, ou melhor, como um texto, que só se aprende na fala, em situação. Em suma, traçar sua trajetória bem como a conexão com a escrita pode nos mostrar o não dito pelas palavras⁵.

Para as pretensões deste artigo importa perceber quais os vínculos entre escrita da história, biografias e imagem. E, para isto, é preciso percorrer o trajeto das imagens na sociedade, o que implica em compreender de antemão que elas acompanham o homem há longo tempo, perpassam a vida e a organização social, ordenando a relação entre os homens e destes com o visível do presente e o invisível do passado (CHARLES, 2008, 169-185).

Paulo Knauss faz uma instigante afirmação acerca da relação da escrita histórica e imagens: a história como disciplina tem um encontro marcado com as fontes visuais e que “nunca é demais anotar que a historiografia centrada na fonte escrita despreza o fato de que as imagens são os vestígios mais antigos que conhecemos” (KNAUSS, 2008: 151-168). Para ele, o caráter probatório da pesquisa histórica definiu a noção de documento textual como sinônimo de fonte histórica, demarcando assim, o seu universo à hegemonia da fonte escrita e oficial. Daí o desprezo das imagens como fonte para a pesquisa histórica. Logo, de modo geral, a possibilidade do uso de imagens como provas não favoreceu a sua valorização pela

⁵ Em *Linguagem e Explicação*, Michael Baxandall nos fala do sentido generalizante da linguagem verbal. Para ele, a linguagem verbal não seria muito apropriada para a notação de determinada pintura pois, “a linguagem é uma ferramenta de generalizações,” sendo assim, a “descrição de um quadro fala mais de uma representação do que pensamos a respeito de um quadro do que de uma representação do quadro.” Assim, as palavras contribuiriam para encobrir sentidos captados apenas pela visão. BAXANDALL, Michael. *Padrões de intenção. A explicação histórica dos quadros*. São Paulo. Cia das Letras . pág. 34-37

historiografia que restringiu o uso das imagens às situações em que as fontes escritas não se evidenciavam suficientes, como no caso do estudo da antiguidade. Mas, para Knauss, a historiografia contemporânea, ao superar a noção probatória da história tem promovido um reencontro com o estudo das imagens. E, neste sentido, seria possível propor uma perspectiva abrangente para a noção de cultura visual não tomando a visão como um dado natural e questionando a universalidade da experiência visual, ou seja, a visão seria construída culturalmente tratando-se, então, de “abandonar a centralidade da categoria de visão e admitir a especificidade cultural da visualidade para caracterizar transformações históricas da visualidade e contextualizar a visão (KNAUSS, 2008: 151-168). Desta forma, as imagens ganham um significado particular relacionado ao tempo e lugar de sua concepção e, uma vez criadas, têm o poder de atrair outras idéias e podem ser esquecidas por séculos para depois serem reconvocadas pela memória.

A relação entre escrita da história e biografia, bem como entre História e imagem vem, nos últimos anos, ganhando importância nos estudos históricos. No entanto, ainda são poucos os estudos que dão conta desta complexa conexão entre a cultura baseada no texto escrito e a cultura visual na elaboração do discurso histórico.

Um destes estudos é um artigo de Manoel Salgado Guimarães, publicado nos Anais do Museu Paulista, onde ele aponta algumas questões dentro desta problemática. O autor parte da constatação de que há um consenso de que os fundamentos disciplinares da história, concebida como projeto científico, baseia-se na clara definição e diferenciação entre fontes primárias e secundárias e que “a base da escrita histórica se assentaria no trabalho de pesquisa das primeiras e, por fontes primárias entendia-se basicamente as fontes escritas, “registro considerado prioritário para as tarefas da nova disciplina em sua busca por afirmação no espaço acadêmico (GUIMARÃES, 2007: 11-30). Mas, segundo ele, datam também do fim do século XVIII e começo do século XIX, em especial na França pós-revolucionária, os esforços no sentido de organização do passado através de sua visibilidade nos museus. Nestas instituições, o visitante, com um conhecimento do passado, adquirido na leitura de textos, “deveria encontrar conforto para seu conhecimento, uma vez que tais espaços seriam capazes de produzir um efeito do real” ((GUIMARÃES, 2007: 11-30). Assim, imagem e escrita articularam-se de forma peculiar na cultura histórica oitocentista de modo a conferir um novo sentido ao passado, pensado segundo uma demanda identitária específica do século XIX, parecendo agregar o poder de ressuscitar o passado despertando a história. As vidas, ressuscitadas pela lembrança, transformavam-se em elos de uma cadeia articulando “os homens do presente e do passado numa associação pela história necessária à

produção de uma identidade específica” (GUIMARÃES, 2007: 11-30). No entanto, conclui o autor, a vitória de uma cultura histórica cientificista acabou por submeter a visão às fontes textuais mesmos nos projetos de visualização do passado como o da pintura histórica que “assentava a produção de imagens à pesquisa e ao conhecimento das fontes escritas” (GUIMARÃES, 2007: 11-30). Ou seja, a produção imagética estava de certa forma submetida ao conhecimento do código letrado⁶.

Elaborar uma imagem é obra que exige sofisticados arranjos mentais tanto por parte de quem cria quanto daquele que a interpreta⁷. Dentre as técnicas de obtenção e reprodução de imagens, duas nos são de grande interesse: a fotografia e a litografia. Foi o desenvolvimento delas que propiciou, no século XIX, maior aproximação entre o dito e o visto.

Escrever biografias onde fossem mostradas as virtudes morais, as ações heróicas e na quais estivesse contido um modelo a ser seguido consistiu a característica fundamental para a história desenvolvida pelo IHGB. Criar a imagem do biografado através do uso de palavras enaltecidas foi o recurso utilizado pelos biógrafos que se dispuseram a contar as diversas vidas na revista do Instituto. Com o advento da fotografia/litografia outro tipo de obra biográfica despontou no Império: as galerias dos Ilustrados⁸.

⁶ Para Roland Barthes, “o texto conduz o leitor por entre os significados da imagem, fazendo com que se desvie de alguns e assimile outros; através de um *dispatching*, muitas vezes sutil, ele o teleguia em direção a um sentido escolhido a priori. (...) O texto é realmente a possibilidade do criador (e, logo, a sociedade) exercer um controle sobre a imagem: a fixação é um controle, detém uma responsabilidade sobre o uso da imagem, frente ao poder de projeção das ilustrações; o texto tem um valor repressivo em relação à liberdade dos significados da imagem; compreende-se que seja ao nível do texto que se dê o investimento da moral e da ideologia de uma sociedade” BARTHES, Roland. *O óbvio e o Obtuso*. Ensaios Críticos III. Editora Nova Fronteira. p. 33. Em *O poder das imagens e as limitações dos teólogos*, Hans Belting também percebe esta submissão das imagens ao texto. Segundo ele, “todas as vezes que as imagens ameaçaram conquistar uma influência indevida dentro das igrejas, os teólogos tentaram despi-las de seu poder.” Mas, no entanto, diz o autor: “nunca foi fácil controlá-las com palavras porque, como os santos, elas favoreciam um a experiência em níveis mais profundos, bem como satisfaziam desejos para além dos que as autoridades da Igreja eram capazes de atender.” BELTING, Hans. *Semelhança e presença: a história da imagem antes da era da arte*. Rio de Janeiro, Arsurbe, 2010. p. 1

⁷ Esta interpretação varia, claro, com o repertório intelectual do receptor. Bronislaw Baczko refere-se a uma rede de sentidos, de marcos de referência simbólicos por meio dos quais os homens se comunicam, se dotam de uma identidade coletiva e designam as suas relações com as instituições políticas. Para este autor, “a vida social é produtora de valores e normas e, ao mesmo tempo, de sistemas de representações que as fixam e traduzem”. Neste caso, sugere-se um controle da interpretação pactuada por dentro da sociedade. BACZKO, Bronislaw. *A Imaginação social*. In: LEACH, Edmund et Alii. *Anthropos- Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, P. 307.

⁸ Ainda que o projeto para o doutorado contemple outras obras, para os objetivos deste artigo ficarei restrito à obra *Galeria dos Brasileiros Ilustres- Os Contemporâneos* de Sebastião Sisson, editada pelo Senado Federal em 1999. Esta obra poderia em um primeiro momento ser inserida naquilo que Castelnuovo chamou de *State portrait* [retrato de Estado]: “(...) Em seguida o assunto é representado de modo a resaltar o caráter público tanto do modelo quanto da imagem. Trata-se de evidenciar os sinais característicos do exercício do poder, quer nos trajes, nos atributos e na pose, quer na expressão do olhar. O retrato se despessoaliza, ressaltam-se mais os caracteres públicos que os privados” CASTELNUOVO, Enrico. Op. Cit. P. 54. Um dos aspectos que pretendo discutir ao longo do trabalho de doutorado é exatamente que a Galeria de ilustres de Sisson, assim como outras obras deste gênero, se reveste de um caráter diferenciação e individualização na sociedade imperial. Assim, me distancio também de uma posição recorrente na historiografia de que toda a iconografia deste período girava em torno da

O homem ocidental que emerge no século XIX é tributário de diversas transformações ainda em curso naquele momento. Ele se torna cada vez mais único por se libertar dia a dia das “tutelas tradicionais que pesavam sobre seu destino”, é agora senhor de sua trajetória. Outro núcleo de gravidade se configurava na sociedade, pois “das leis superiores impostas por Deus, pelo Estado ou a família, tal centro voltou-se para o culto de si”. O indivíduo tornava-se meta e norma de todas as coisas”(PRIORE, 2009: 7-16) .

Embora em compasso mais lento, o Brasil oitocentista não ficou imune às transformações pelas quais passava a sociedade ocidental no século XIX. A vinda da Corte induziu a uma lenta, mas crescente expansão de núcleos urbanos. A circulação de mercadorias bem como o desenvolvimento da imprensa periódica também foram alguns exemplos destas transformações.

Na esteira destas transformações, a fundação do IHGB contribuiu de forma inequívoca para que se consolidasse uma dada idéia de passado. Resignificar a pátria e difundir este conceito era a proposta do Instituto. O debate historiográfico dá conta de que a escrita histórica no Brasil oitocentista esteve intrinsecamente ligada ao surgimento do IHGB⁹. Foi ele o local por excelência da escrita histórica nacional cumprindo assim o papel que lhe fora reservado desde sua fundação. Ao Instituto cabia “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos, “tornando-se, por sua produção letrada e pelo núcleo de sociabilidades que enfeixou, um dos principais ícones das estratégias de construção do imaginário nacional do Império do Brasil” (SCHWARCZ, 1989: 99). A partir das diretrizes traçadas pelos fundadores do Instituto¹⁰, o empenho de seus sócios em um projeto historiográfico compatível com a pesquisa e composição biográfica adquire pleno sentido, pois ainda que escrever vidas e narrar a história remetesse a modalidades discursivas

corde, com o Imperador Pedro II monopolizando o patrocínio a arte. Este é o caso, por exemplo, de Lilia Moritz Schwarcz para quem “transmigrada a corte, era preciso dotá-la de uma nova história, de uma outra memória, e, nessa sociedade majoritariamente analfabeta, nada melhor do que uma grande iconografia para criar uma representação oficial”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução à edição brasileira, PP. 9-20. In: PEVSNER, Nikolaus. *Academias de arte: passado e presente*. São Paulo; Companhia das Letras. 2005.

⁹ Refiro-me particularmente aos seguintes trabalhos: **GUIMARÃES**, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*; **SCHWARCZ**, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*; _____. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*; **GUIMARÃES**, L. M. P. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 2a. ed. São Paulo: Annablume, 2011. v. 1. 180 p. **WEHLING**, Arno. Estado, História e Memória e **REIS**, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*.

¹⁰ Começamos hoje um trabalho que, sem dúvida, remediará de alguma sorte os nossos descuidos. Nós vamos salvar da indigna obscuridade, em que jaziam até hoje, muitas memórias da pátria, e os nomes de seus melhores filhos (...). E será pouco arrancar do esquecimento, em que jazem sepultados, os nomes e feitos de tantos ilustres brasileiros que honraram a pátria por suas letras e por seus diversos e brilhantes serviços? BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso do Primeiro Secretário Perpétuo do Instituto. Revista do IHGB, tomo I, 1839, p.10-13

distintas, tais escritas eram passíveis de serem submetidas a um mesmo regime de fidedignidade e verdade (OLIVEIRA, 2009: 143).

Fonte de tensões e disputas em torno de sua elaboração, no oitocentos, “a escrita biográfica se expandiu e diversificou-se em seus usos e, em determinados casos, passou, tanto quanto a história e a literatura, a contribuir para a fundação simbólica de individualidades nacionais” (GONÇALVES, 2009: 427-465). Na direção desta expansão e diversificação, para além da produção intelectual do Instituto, outras formas de escrita biográfica despontaram no Império com o surgimento da fotografia e a difusão de novos meios para reprodução de imagens – em especial a litografia¹¹: *as galerias ilustradas*. Produzidas e publicadas nos mais diversos formatos, traziam uma importante peculiaridade: as biografias compunham-se também pelo retrato do homenageado. Eram trabalhos produzidos mais para serem vistos do que lidos.

Mas, para que fossem vistos foi preciso a incorporação de todo um repertório de signos ainda escassos no Brasil do século XIX. Uma nova relação cognitiva com as imagens estava em curso. Uma “civilização da imagem” começava a delinear-se a partir do momento em que a litografia “ao reproduzir em série as obras produzidas pelos artistas no princípio do oitocentos, inaugurou o fenômeno do consumo de imagem enquanto produto estético de interesse artístico e documental” (KOSSOY, 2001: 134-136). O conhecimento visual se tornaria moda já nas primeiras décadas após o advento da fotografia. A partir daí as imagens tornaram-se aliadas indispensáveis ao progresso das ciências¹² e das técnicas por representarem uma linguagem universal, facilitando o sentido do texto a pessoas pouco familiarizadas com as letras. Outro repertório simbólico vai aos pouco sendo disseminado a partir das novas formas de reprodução de imagens nas publicações ilustradas.

¹¹ Para Walter Benjamin, “com a litografia, a técnica de reprodução atinge uma etapa essencialmente nova”. E sendo ela um procedimento mais preciso que a xilogravura e a reprodução em cobre, “permitiu às artes gráficas pela primeira vez colocar no mercado suas produções não somente em massa mas também sob forma de criações sempre novas, adquirindo os meios de ilustrar a vida Cotidiana. Usada amplamente no século XIX como uma técnica de reprodução, a litografia era considerada um dos meios mais eficientes de comunicação impressa na época de sua invenção, e, desta forma, contribuiu decisivamente na divulgação e popularização de imagens. O poeta Charles Baudelaire em *O pintor da vida moderna* tem uma visão negativa desta técnica e a associa a arte menor. Cf. BAUDELAIRE, Charles. *A Modernidade de Baudelaire!* apresentação de Teixeira Coelho; tradução, Suely Cassal, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

¹²A possibilidade de reprodução de imagens no oitocentos propiciadas pelas novas técnicas, influenciou, de certa forma, todo tipo de escrita, desde as revistas ilustradas, com aspectos de pura diversão, até mesmo aos trabalhos dos viajantes naturalistas que aqui desembarcaram para explorar aquela natureza “esplêndida”. Para maiores detalhes sobre a circulação de imagens destes viajantes ver os trabalhos de Lorelai Brilhante Kury, “Viajantes- naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. In: *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Vol.8. Rio de Janeiro, 2001. E *Ciência e Nação: romantismo e história natural na obra de E.J. da Silva Maia*. In: *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*. Vol. 5, n.º 2, Rio de Janeiro, Julho/outubro.1998

O modelo de escrita contendo imagens constituiu-se assim em uma nova forma estética de conceber o texto histórico.¹³ Esta não é uma questão menor posto que neste momento também a biografia assumia contornos de escrita histórica. Neste caso, trata-se, principalmente, da sua incorporação ao mundo não-acadêmico, ou seja, o conhecimento histórico ampliava-se dos círculos letrados para outros setores da sociedade, em especial, os artísticos e a imprensa. Neste aspecto, a circulação das galerias ilustradas inseria-se em uma cultura histórica alterada pela afirmação e expansão da palavra impressa a partir da década de 1840. A história escrita pela linguagem visual tinha, então, na biografia uma importante fonte de circulação. Ligada ao desenvolvimento das técnicas de produção e reprodução de imagens, estava mais “disponível” em uma sociedade na qual os letrados eram ainda um pequeno contingente.

Neste sentido, obras como as *galerias de ilustres*¹⁴, muito comuns ao longo do século XIX, reuniam duas importantes formas de expressão cujo foco principal é o indivíduo: o gênero biográfico e o retrato. Nestas obras texto e imagem misturavam-se para formar um conjunto homogêneo de complementaridade recíproca. Aparentemente ligadas à questão nacional, elas uniam-se ao crescente processo de individualização e diferenciação pelo qual passava a sociedade - um individualismo coletivo para tomar uma expressão de Peter Gay (GAY, 2009: 95-111), tornando-se, por um lado, objeto de consumo para uma elite abastada desejosa por reconhecimento, admiração e distinção e, por outro, fonte de conhecimento histórico para pessoas pouco afeitas ao mundo das letras.

De cunho claramente pedagógico, tais obras traziam em seu bojo toda uma rede de simbolismo ligada entre si pelo entrelaçamento das duas linguagens. Divulgadas em diferentes meios como jornais e revistas ilustradas, eram o elo de ligação de pessoas dos mais diferentes lugares contribuindo, desta forma, para a elaboração simbólica do “novo homem brasileiro.”¹⁵ Pois, como ressaltado por Leonor Arfuch, toda biografia ou relato da experiência

¹³ À história cabia, dentro do critério de cientificidade, desvendar a verdade. Neste sentido, a biografia composta com imagens surtiria por um lado, o efeito de realidade para o narrado e, por outro, exteriorizava a personagem homenageada em um movimento que a tornasse fonte de exemplo. Segundo a caracterização de Mikhail Bakhtin, este corresponderia ao tipo biográfico analítico, um a vez que em sua composição estaria, além da vida social, vida familiar, virtudes e vícios, a aparência exterior. BAKHTIN, Mikhail. *Questões de Literatura e de estética (A Teoria do Romance)*. São Paulo: HUCITEC, 2010.

¹⁴ Seguindo indicações do trabalho *Ensaio das Luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*, de Lygia Segala, em um primeiro inventário no setor de iconografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro pude levantar as seguintes obras: *Galerie des Contemporains Illustres (1815-1878)*, *A Galeria dos Varões Illustres de Portugal (1825-1891)*, *Galerie de Femmes Célèbres de Saint Beuve (1862)*, *Galeria dos Homens Uteis (1867)* e *Galeria Pitoresca de Homens Celebres de todas as Épocas e Nações (1867)*.

¹⁵ Este “novo homem” pode ser caracterizado resumidamente como tributário das transformações ocorridas a partir da vinda da Corte para Brasil. Certamente os modos de pensar, agir e sentir são contaminados pela furor da modernidade que este fato acarreta.

é, “num ponto, coletivo, expressão de uma época, de um grupo, de uma geração, de uma classe, de uma narrativa comum de identidade” (ARFUCH, 2010:100) . Ou seja, é a qualidade coletiva o que torna relevantes os relatos de vidas.

Ao tomar obras que continham imagens como um contraponto àquelas elaboradas apenas por texto quero propor outra leitura da escrita histórica do oitocentos. Meu intuito é o de vislumbrar a possibilidade de uma inflexão nesta escrita no que toca aos seus cânones. Ou seja, uma escrita claramente voltada para o exemplar, que tinha na *historia magistra vitae*¹⁶ sua premissa, adota nas galerias ilustradas a linguagem extremamente moderna da visualidade. Este ponto é ainda pouco visível àqueles que veem no modelo difundido pelo Instituto a principal fonte de inspiração e difusão do conhecimento histórico no Império e desconsideram as transformações ocorridas na sociedade imperial, em especial a crescente urbanização¹⁷ e individualização. Tais transformações podem ser indícios de uma sociedade cada vez mais complexa¹⁸ e ciosa por elementos de distinção social.

Se considerarmos que falamos de uma sociedade que tinha na escravidão o principal pilar econômico; onde a população dita preta e parda alcançava, segundo o censo de 1872, a cifra de 58%, com o problema da identidade constituindo-se em fonte de tensão permanente,¹⁹ podemos sugerir que as galerias ilustradas foram pensadas como obras que iam ao encontro de uma clara distinção social, transformadas em um trabalho de memória e identidade funcionando como um elemento desta distinção, trazendo para este tipo de obra as diversas visões do significado de ser ou não civilizado naquele momento. Neste caso, afirmar algumas

¹⁶ A história como orientadora das ações dos homens, a mestra da vida, foi uma forte característica dos historiadores do oitocentos no Brasil. Segundo Reinhart Koselleck, a expressão ciceroneana *historia magistra vitae* orientou durante séculos a maneira como os historiadores compreenderam seu objeto ou mesmo a sua produção e este tipo de escrita teria durado até o século XIX vindo a se diluir no decorrer da época moderna. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. P.42-43.

¹⁷ Para Massimo Mastrogregori foi o desenvolvimento da cidade, este “agente transformador de memórias,” com suas oficinas e ateliês, que possibilitou o encontro da escrita e da imagem. Já Denise Gonçalves em seu trabalho sobre a revista OSTENSOR BRASILEIRO, realça que aquela publicação ilustrada tinha como projeto a construção da história, da memória e de um imaginário em um momento em que o país se encontra entre dois modelos culturais quase antagônicos”. Se por um lado havia a permanência de aspectos do período colonial, por outro, havia o contato como uma rede de influência característica do século XIX. GONÇALVES Denise. *A construção de um imaginário Urbano: historiografia e imagens da cidade em Ostensor Brasileiro*. In: Revistas ilustradas: Modos de ler e ver no Segundo Reinado. Paulo Knaus ..(et. al), organizadores. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011. pp 81-90.

¹⁸ Segundo Gilberto Velho, “em uma sociedade tradicional, holista, em que o indivíduo é englobado pelo clã, linhagem, tribo, etc., a memória socialmente relevante é a da unidade “encompassadora” e a memória socialmente significativa é a da unidade englobante, havendo pouca ênfase ou reconhecimento da noção de biografia no sentido moderno. Para ele, em qualquer sociedade há o processo de individuação mas a individualização seria própria das sociedades ou segmentos sociais onde florescem ideologias individualistas que fixam o indivíduo socialmente significativo, como valor básico da cultura. VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

¹⁹ ALENCASTRO, Luis Felipe de. Op. Cit, p. 10

nacionalidades como “brasileiros”, “portugueses”, “franceses” poderia funcionar tanto como um critério de diferenciação/afirmação frente ao outro como uma mostra de prestígio social.

Editadas em um momento histórico singular, no qual, por conta do escravismo que grassava na sociedade, o problema mais geral da identidade era grande fonte de tensão, as galerias nos mostram parte da considerada “boa sociedade” imperial. Tal qual uma galeria de arte, indivíduos com suas biografias e imagens estavam expostos à apreciação pública não só em um nítido exemplo da história como mestra da vida, mas também para deleite dos próprios retratados em um crescente processo de distinção social.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org). História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1997

BAKHTIN, Mikhail. Questões de literatura e estética (a teoria do romance). São Paulo: HUCITEC, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. *A modernidade de Baudelaire/ apresentação de Teixeira Coelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Sobre a modernidade: o pintor da vida moderna* (organizador Teixeira Coelho). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

CEZAR, Temístocles. *Lição sobre a escrita da história, historiografia e nação no Brasil do século XIX*. In: Diálogos, DHI/UEM, v.8, n.1, 2004, p. 11-29.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FELDMAN-BIANCO, Bela; LEITE, Miriam L. Moreira. *Desafios da Imagem: Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

GAY, Peter. *Modernismo: o fascínio da heresia: de Baudelaire a Beckett e mais um pouco*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro*. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs). O Brasil Imperial, Vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 450.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal "Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial": o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 156, 388, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/Vértice, 1 : 5-27, 1988.

_____. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PÉSAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *História Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, pp. 9-24.

_____. Vendo o Passado: representação e escrita da história. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.sér. v 15. n.2, Jul-dez. 2007, p.11-30

HARTOG, François. Regime de Historicidade. Texto da conferência proferida em outubro de 2005 no IFCH/UFRGS, cedido pelo autor.

KNAUSS, Paulo. Aproximações disciplinares: história, arte e imagem. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p.151-168, dez. 2008

KNAUSS, Paulo...(et al.) (orgs). *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. pp. 134-136.

MARCOS, Fernando Sánchez. *Cultura histórica*. Disponível em: [HTTP://www.culturahistorica.es/cultura_historica.html](http://www.culturahistorica.es/cultura_historica.html)

MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir (org). *A história escrita: Teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MAUAD, Ana Maria. *Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado*. In: NOVAIS, Fernando A. (Org). *A história da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n.45, p.11-36, 2003.

MONTEIRO, Charles. A pesquisa em história e fotografia no Brasil: notas bibliográficas. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v.15, n.28, p.169-185, dez. 2008

OLIVEIRA, Maria da Gloria de. Escrever vidas, narrar a história. A biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, 2009.

PRIORE, Mary Del. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. In: Topoi, v.10, n.19, jul-dez.2009, p.7-16

RAMOS, Alcides Freire, PATRIOTA, Rosangela e PESAVENTO, Sandra Jatahi (orgs). *Imagens na história*. São Paulo: Aderaldo e Rothschild, 2008.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. *História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, Um Monarca nos Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Os guardiões da nossa história oficial". *Os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989

SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos. Verbetes identidade*. São Paulo: Contexto, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

VELHO, Gilberto. *Projeto metamorfose: a antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, S/D.

ZENHA, Celeste. "O Brasil de Rugendas nas Edições Populares Ilustradas". In: Topoi, Revista de História/ Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, no. 5, Rio de Janeiro, Editora 7 letras, 2000

WAIZBORT, Leopoldo. "Elias e Simmel" in: NEIBURG, Frederico et alli: WAIZBORT, Leopoldo (org). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: EDUSP,1999.

Alteridade e resistência na obra de João Guimarães Rosa

Débora El-Jaick Andrade ¹

Este artigo é resultado de um projeto contemplado com o auxílio da Faperj (Fundação de amparo à pesquisa do Rio de Janeiro) entre 2011 e 2012. Na versão final do trabalho, optamos por desenvolver a proposta a partir da obra *Grande Sertão: Veredas* (1956) de João Guimarães Rosa (1908-67), tendo como contraponto interpretações sociológicas, hoje clássicas, como *Os donos do poder* de Raymundo Faoro, publicado dois anos depois daquele romance, em 1958. Neste artigo, trataremos da obra deste primeiro autor, apresentaremos algumas reflexões sobre o método de abordagem do real da literatura e da história, sugerindo como as experiências partilhadas pelas gerações de intelectuais impactam sobre o seu pensamento e ação. A narrativa ficcional de Guimarães Rosa aparece como forma alternativa de narrar o Brasil e de explicar um topos recorrente, qual seja, o problema do atraso, da permanência do arcaísmo, que estavam sendo diagnosticados pela ciência política e sociologia do período.

Em nossa proposição, Rosa acaba se aproximando da perspectiva de Walter Benjamin, que reclama o valor de escrever a história a contrapelo. Mas, igualmente, esta proximidade reside em acionar o dispositivo da memória, que incide sobre um mundo em desaparecimento, em ruínas, em que o passado rememorado se mostra intacto, exercendo seu peso sobre o presente. A memória pode ser residual, fragmentária e assistemática (como na tese V sobre a filosofia da história de Benjamin), porém permanece uma forma de preservação e reconstrução identitária frente a situações traumáticas ou de perigo. A memória é tanto individual, quanto social e partilhada, cumprindo o papel de resistência a versões oficiais da história e ao cerceamento da censura que a impede de se manifestar. São memórias subterrâneas dos grupos subalternos que se alimentam das tradições, do costume,

¹ Professora Doutora Adjunto 2 da Universidade Federal Fluminense. Este artigo é uma parte do relatório de pesquisa apresentada e financiada pela Faperj.

diametralmente opostos ao conjunto societário burguês, ao direito liberal, à ciência positiva, à cultura letrada, ao saber médico e psiquiátrico, ligados aos valores racionais e civilizatórios impostos desde, pelo menos, a Primeira República, senão antes, no período de constituição da hegemonia dos proprietários do setor agro exportador. Na obra de Walter Benjamin a rememoração, assim como uma escrita da história renovada sob diferente perspectiva é fundamental, pois estabelece a dimensão política e ativa da relação do presente com o passado. (LOWY, 2005:62)

Assim, em nosso ver, a literatura de Rosa tem a propriedade de eternizar a experiência dos subalternos, embora não trate da condição de subalternidade porque como constata Willie Boile, Rosa, como Goethe, sugere o entendimento entre as classes - classe dominante e classes populares - e não a luta entre elas². Não se trata de literatura de denúncia do desaparecimento das tradições e costumes ou de romance de tese, retratando-os enquanto vítimas do progresso, no sentido que o autor procurasse apreender os jagunços, boiadeiros, de acordo com a perspectiva de que os sujeitos sociais estão imersos em relações sociais de dominação e sujeição, quadro crítico e desesperador, produto de séculos de colonização e escravidão, como o fez freqüentemente a literatura regionalista dos anos 1930.

Não obstante, o conteúdo disruptivo da narrativa roseana, que Boile designa propriamente como um romance de formação do Brasil, é também um outro viés de análise do problema do atraso nacional, que se afasta tanto das leituras raciais do século XIX-XX, do determinismo geográfico de Euclides da Cunha, quanto da denúncia lobateana de que o brasileiro, sobretudo o caipira, é doente, e das tentativas de apreendê-lo enquanto classe subalterna, dentro dos quadros de interpretação do marxismo-leninismo. Em nosso ponto de vista, as obras de Rosa, notadamente *Grande sertão: Veredas* consistiram em contraponto às interrogações sobre a identidade brasileira que se pautavam pela ausência ou incompletude. As análises de significativa parcela da intelectualidade brasileira, acerca da ausência de democracia, a incompletude do liberalismo, ou ainda - o que é uma variação em torno deste tema - a singularidade destas instituições entre nós, que deu a elas nosso caráter “degenerado”, “dócil”, “cordial”, “indecifrável”, ou ainda, “desprovido de caráter”, nos

tornaram personagens cômicos de uma tragédia nacional. Elas nortearam a escrita de histórias nacionais e impregnaram o senso comum por décadas.

Assim, as obras de interpretação sociológica, figuravam ao lado dos romances de formação, dos retratos do Brasil e do brasileiro. Na literatura temos *Os Sertões* de Euclides da Cunha, mas temos também os modernistas, Paulo Prado, em *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928), Mario de Andrade, autor de *Macunaíma* (1928), os escritores regionalistas de esquerda como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Raquel de Queiroz, que a partir dos anos 1930 deixaram outra marca no imaginário nacional, centrando suas narrativas ficcionais no nordeste e os nordestinos. De todas as obras citadas, especialmente Euclides da Cunha, Graciliano Ramos e Jorge Amado, desviaram o foco para o interior, para o sertanejo, personagem do povo. O universo dos grupos populares repleto de superstições, de convicções e atitudes derivadas do lado prático da vida, capturou a atenção de Guimarães Rosa. Aliando erudição, pesquisa e vivência, orientou-se pela memória e a espírito juvenil que não se dissiparam na transição para a vida adulta, aspecto que Walter Benjamin aponta como fundamental. Rosa mantinha o espírito juvenil, os sonhos e lembranças de menino, reavivadas na lembrança pelas visitas a Cordisburgo, Minas Gerais, uma em 1946 outra em 1952. Em sua obra, o espírito observador, que lhe permitia aprender com novas realidades tem o mesmo valor que a experiência, de forma que ela molda o olhar renovado sobre o passado vivido, um olhar desprovido de sentimento de frustração ou remorso.

O largo período como diplomata no exterior, desde 1934, quando ingressa por meio de concurso no Itamaraty, promove um distanciamento material e psicológico das paisagens, gente, bichos e histórias da infância de quando era Joãozito, distância que já experimentara porque deixou Cordisburgo aos 10 anos de idade para estudar em Belo Horizonte. Sobre a infância dizia que não gostava de falar por que suas lembranças estavam povoadas por adultos, enquanto o isolamento trouxe-lhe a possibilidade da mergulhar no universo ficcional, Foi no ambiente de infância, ao qual retornou como médico anos depois, que buscou os subsídios para escrever estórias.

Sugerimos que existe um ponto de comparação entre a condição de desterro de Rosa e a de Walter Benjamin. Apesar de seu afastamento do Brasil não se dever a guerra, mas ao serviço diplomático em que ingressou em 1934, ele passou pela experiência de desenraizamento, que foi especialmente dura para Walter Benjamin, por exemplo, por sua ascendência semita na Alemanha da República de Weimar e, sobretudo, depois da vitória do partido nazista nas eleições parlamentares e a nomeação de Hitler chanceler em 1933. Alarmado com o curso dos acontecimentos que atingia diretamente a intelectualidade - professores eram expurgados das universidades, livros de autores judeus ou que não exprimissem a “alma alemã” eram queimados em fogueiras em praça pública, em Berlim e outras cidades - o filósofo marxista se refugiou em Paris, após ter passado temporada na Dinamarca, na casa de Bertold Brecht, e em San Remo com a ex-esposa Dora. Obrigado a se mudar constantemente, privado de sua biblioteca e de sua família berlinense, nos ensaios Benjamin reflete sobre sua experiência ao constatar que o mundo que conhecia deixa de existir, mas encontra uma ocupação nas andanças pela “cidade luz” que, no entre-guerras, guardava ainda quase intacta a arquitetura do século XIX, as passagens parisienses, a iluminação a gás, que sediam espaço aos grandes magazines e a iluminação elétrica. Paris representou naqueles anos, o ápice da modernidade sobre a qual o filósofo alemão meditava, até que os nazistas ocuparam o norte da França em 1940, o que consistia em um prenúncio de tempos ainda mais sombrios.

Muitos intelectuais desta geração como Norbert Elias, T. W Adorno, Hanna Arendt, Bertold Brecht, Thomas Mann foram levados ao exílio, na Inglaterra, nos Estados Unidos, pelo desenrolar dos acontecimentos em seu país. O exílio e o desenraizamento passaram a ser característica de uma geração intelectual que refletiria sobre o extremismo, a experiência limite, a catástrofe tanto da guerra quanto do pós-guerra. Passar ileso por esta experiência não era tarefa ordinária e algumas mentes brilhantes acabaram por suicidar-se. O próprio Benjamin já havia tentado o suicídio quando esteve em Nice, no sul da França, tentativa malograda naquela ocasião, porém efetivada alguns anos mais tarde em Port Bou com uma dose de morfina que carregava consigo, quando ele e um grupo de amigos tentavam cruzar os Pirineus para a Espanha em direção a Portugal, escapando dos oficiais franquistas. Stefan

Zweig, escritor austríaco radicado no Brasil em 1941, não suportou a condição de exilado do nazi fascismo, assim como o fardo de precisar recomeçar em um país estrangeiro, uma nova língua e outras referências culturais, se suicidou em sua casa em Petrópolis, ao lado da esposa Lotte, ingerindo veneno³.

Embora pertencesse a uma geração posterior, Tzvetan Todorov, um intelectual búlgaro radicado em Paris, descreveu este fenômeno em seu livro *O homem desenraizado*, relatando o sentimento de ter em si dois países e duas culturas, ser um imigrante em Paris e estrangeiro na terra natal. Em visita a Sófia, na Bulgária, Todorov voltou a confrontar-se com as cenas da infância, porém não se sentia mais à vontade para emitir opiniões sobre o país. Afirmava que o homem desenraizado domina os códigos de duas culturas, um fenômeno que ele denominou de dupla vinculação. A dificuldade que se coloca para o indivíduo nesta posição se deve a inautenticidade do seu discurso, já que cada um dos discursos, o da terra natal e o da pátria abraçada corresponderia à metade de um ser incompleto. Este ser incompleto é bicultural; a desculturalização que sofre é compensada pela aculturação através da aquisição de uma nova cultura, que deixa o indivíduo desorientado. Isto se dá muito em função da língua, pois para se desligar com sucesso de uma cultura é preciso começar pelo “falar”.(TODOROV, 1999:26) Quando a língua estrangeira é familiar, fica mais fácil a integração. A língua possibilita o acesso a um universo cognitivo a ser descoberto.

Sobre seu grande interesse pelos estudos de línguas e da lingüística, Rosa afirmava em entrevista a prima Leni Pitanguy:

“Falo: português, alemão, francês, inglês, espanhol, italiano, esperanto, um pouco de russo;leio: sueco, holandês, latim, e grego (mas com dicionário agarrado); entendo alguns dialetos alemães;estudei a gramática: do húngaro, do árabe, do sânscrito, do lituânio, do polonês, do tupi, do hebraico, do japonês, do tcheco, do finlandês, do dinamarquês; bisbilhotei um pouco a respeito de outras. Mas, tudo mal. Eu acho que estudar o espírito e o mecanismo das outras línguas ajuda muito a compreensão mais aprofundada do idioma nacional. Principalmente, porém, estudo-as por divertimento, gosto, distração”.

³ Zweig escreveu em sua carta de suicida: “A cada dia aprendi a amar este país mais e mais e em parte alguma poderia eu reconstruir minha vida, agora que o mundo de minha língua está perdido e o meu lar espiritual, a Europa, autodestruido. Depois de 60 anos são necessárias forças incomuns para começar tudo de novo. Aquelas que possuo foram exauridas nestes longos anos de desamparadas peregrinações.”. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Stefan_Zweig Acesso em 25/08/2013.

O efeito que o desenraizamento tem sobre o indivíduo está propriamente caracterizado na passagem do livro de Todorov:

O homem desenraizado, arrancado de seu meio, de seu país, sofre em um primeiro momento: é muito mais agradável viver entre os seus. No entanto, ele pode tirar proveito de sua experiência. Aprende a não mais confundir o real com o ideal, nem a cultura com a natureza: não é porque os indivíduos se conduzem de forma diferente que deixam de ser humanos. (TODOROV, 1999:26)

O desenraizamento, portanto, ensinou Guimarães Rosa a distinguir o relativo e o absoluto. Absoluto porque há em sua obra a idéia do universal, temas que pertencem a todas as culturas, recorrentes na literatura grega, alemã, francesa, que refletem um modo de considerar a existência. Relativo porque percebeu o lugar da cultura do sertanejo, do particular, dentro da cultura universal. Produz-se a consciência da alteridade a partir do distanciamento, que é assunto de toda a obra de Todorov e característica constitutiva dos pressupostos epistemológicos da antropologia e etnologia.

Como diplomata, estava pressuposto que ele retornaria ao país natal, veria com outros olhos o país da infância e juventude, especialmente da região rural, interiorana, e a promessa de modernização e superação do atraso que se colocava aos contemporâneos nos anos 1940 e 1950. Suas atividades na Europa, as viagens por Paris, pelas cidades alemãs italianas, o contraste com as paisagens do sertanejo, a boiada e os boiadeiros, as vaquejadas mantidas vivas na memória com as fotos que ele colecionava, que eram descritas com detalhamento nas cadernetas, acompanhadas do vocabulário sertanejo e das histórias que coletava.

O tema da viagem e da travessia já foi exaustivamente tratado. Ela tem presença real e ao mesmo tempo metafórica na vida e obra de Rosa. O deslocamento físico, espacial, também pode ser visto como um deslocamento psicológico da identidade do escritor mineiro, que vem e volta para sua terra, que refaz o percurso das andanças que já fizera nos anos 1930 no lombo de boi, ainda jovem médico recém-formado, em que atendia a clientela das fazendas da região. A língua também está em transição, em travessia, ela é dinâmica e adquire significado novo a cada emprego, modifica-se conforme a necessidade e o uso. Por intermédio da

tradução, ele efetiva a comparação lingüística que também é social, geográfica, histórica e reflete sobre seu lugar de origem, reconstrói as lembranças vividas ao visitar agora com novo olhar os contos, os personagens, a fauna e flora, a ética e religiosidade do povo do sertão.

Com o distanciamento espacial, o estranhamento decorre do reconhecimento da diferença, que remete a um procedimento historicista. Referindo-se à tentativa de se tomar passagens pouco compreensíveis ou obscuras de um relato ou ritual, e transformar o que é estranho em familiar, Carlo Ginzburg compara o procedimento de um inquisidor a de um antropólogo. Aceder a aspectos obscuros ou prender-se em detalhes aparentemente pouco significantes ou aparentes para se chegar a reconstituir a totalidade, faz parte do método derivado de um saber ancestral, que Ginzburg denomina indiciário, que sobreviveu ao “tenebroso inverno do positivismo” e triunfou nas ciências sociais na segunda metade do século XX.

O que nos interessa aqui não é sugerir que Rosa vivenciasse o desenraizamento, tal qual os escritores exilados, quanto sugerir que ele experimentou uma situação limite. Embora 16 anos mais jovem que Benjamin, foi cônsul adjunto em Hamburgo, Alemanha, em 1938 até 1942. Testemunhou a militarização da sociedade, a anexação da Áustria, da Tchecoslováquia, o pacto de não-agressão, a invasão da Polônia e ocupação da França, os bombardeios às cidades alemãs em 1942, a perseguição dos judeus, o controle sobre os meios de comunicação e cultura. Na embaixada, apoiava a iniciativa da mulher Aracy Moebius de Carvalho, funcionária do consulado brasileiro, que facilitava a saída de judeus, concedendo vistos adulterados para o Brasil, contrariando a política do Estado Novo que limitava os ingressantes no país. Seu “Diário de Guerra”, escrito no período de 1939 a 1941, registrou entre outras coisas, informações sobre o cotidiano da Guerra, sobre alarmes, bombardeios e sobre a cultura alemã a qual o escritor admirava.

Rosa e Aracy sofreram com os bombardeios em Hamburgo no início da década de 1940. Os documentos e cartas de Aracy dão conta da situação em que se encontrava o país: da aparente normalidade em que os passeios, idas ao pedicure, cabeleireiros, óperas e museus,

revelando, por outro lado, a dura rotina do racionamento de gêneros alimentícios, pão, cereais, leite e de sabão.⁴ Uma fotografia do acervo de Guimarães Rosa, tirada em 1943 quando já haviam deixado o consulado, após o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e o Eixo, mostrava Hamburgo após o bombardeio daquele ano, e em uma nota no verso em alemão referia-se a catedral luterana de Saint Michaelis, prédio que ficou de pé em meio aos escombros: "Hamburgo o velho Michael! Aponto o céu como antes e ao seu redor, ruínas"⁵.

As ruínas constituem um aspecto da literatura de Rosa, assim como para a filosofia de W. Benjamin. Benjamin fala das ruínas, do mundo perdido na infância, sobrevivente na lembrança em meio à modernidade, ao vento inexorável do progresso que conduz a humanidade aos perigos do fascismo e à destruição. Em sua nona tese sobre a filosofia da história, Benjamin descreve o anjo da história, cujo rosto está voltado para o passado:

Onde diante de nós aparece uma série de eventos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula escombros sobre escombros, arremessando-os diante dos seus pés. Ele bem que gostaria de poder parar, de acordar os mortos e de reconstruir o destruído. Mas uma tempestade sopra do Paraíso, aninhando-se em suas asas, e ela é tão forte que ele não consegue mais cerrá-los. Essa tempestade impele-o incessantemente para o futuro, ao qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce ante ele até o céu. Aquilo que chamamos de Progresso é essa tempestade (KOTHE, 1991:158-159).

Benjamin também constata um mundo em transformação, em que uma versão hegemônica do curso dos acontecimentos destrói a trajetória de lutas, o repertório de costumes, modos de vida, tradições dos trabalhadores, dos vencidos cuja experiência e a história não poderão nunca ser narrados ou celebrados. Esta tradição milenar que foi considerada rústica, supersticiosa e incivilizada pela filosofia das Luzes, idealizada pela ficção romântica, tornado campo de conhecimento científico sob a designação de “folclore”, em meio à supremacia do positivismo acadêmico, permaneceu desvalorizada nas interpretações de intelectuais em toda a parte. Estes saberes populares e tradicionais, caracterizados por Michel Foucault como saberes locais, engendravam formas de viver, de se

⁴ Os cartões de racionamento para recebimento de alimentos e os recortes de periódicos sobre os bombardeios em Hamburgo no acervo de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa no arquivo do IEB.

⁵ Fotografia de Hans Breuer de 1943 com inscrição sobre destruição de Hamburgo. Encontra-se junto com um número de nove, outras fotografias do mesmo fotógrafo que datam do mesmo ano e retratam panoramas da cidade de Hamburgo antes e depois dos bombardeios de julho, das igrejas de São Michael e de São Nicolau, que precisou ser demolida, do cais, o pavilhão. Fotografia (Europa) Arquivo João Guimarães Rosa do Instituto de Estudos Brasileiros. Código JGR-F-027.

comportar socialmente e de sentir que resistiram às tentativas de normatização e domesticação pelo poder. Estes persistiam como entraves à modernização, ao discurso civilizatório, ao direito liberal republicano, aos saberes científicos.

Frente ao projeto do nacional desenvolvimentismo que previa a construção da nova capital no centro oeste, o interior era o lugar do atraso que se queria deixar para trás, apagar. Os rituais religiosos, o vocabulário particular e regional, as formas de cura e curandeirismo, as crenças mágicas, as lendas e histórias, as formas de castigo e escárnio, honra e lealdade, são, não raro, incompreendidos aos contemporâneos oriundos da pequena burguesia, dos grupos intelectuais e dirigentes. Desde pelo menos o período republicano é manifesto na literatura e pensamento brasileiro o embate entre o moderno e o arcaico, em que estão em confronto valores de racionalidade, progresso, erudição, cosmopolitismo, civilização, contra aqueles que, como revela Pierre Bourdieu, passam a portar menor valor no mercado de trocas simbólica, os saberes populares, o costume, a relação de dependência com a natureza e com o espiritual.

Assim, a nosso ver, a obra de Rosa é a retomada da reflexão sobre a identidade do Brasil, ou melhor, da singularidade, que marcou os anos 1920 e 1930, porém de uma maneira absolutamente original, que o aproxima, por um outro viés, do diagnóstico de Raymundo Faoro em *Os donos do poder*. O aproxima no sentido que é igualmente destoante e divergente da linha de pensamento do período do nacional desenvolvimentismo. Volta-se para um passado presente, ou melhor, para um passado que está vivo, porém moribundo. Ele existe na memória de Riobaldo, o jagunço estudado que ingressa no bando de Zé Bebelo, fazendeiro da região que queria pôr fim às pejejas entre os jagunços da região e guerreira com Hermógenes. Riobaldo abandona o bando de Zé Bebelo, e se junta a Joca Ramiro, pai de Reinaldo. Em uma batalha Zé Bebelo é preso e sentenciado por um tribunal de jagunços, sob a liderança de Joca Ramiro que o sentencia ao exílio em Goiás. Joca Ramiro é morto por dois jagunços que o traíram e o bando de Riobaldo, comandado por Zé Bebelo, luta contra o bando do traidor Hermógenes, ambos fogem dos soldados do governo. Riobaldo faz um pacto com o demo para vencer o bando do traidor, perseguindo-o até sua fazenda na Bahia. Em uma batalha

contra o grupo de Hermógenes, Diadorim o enfrenta e morre, quando Riobaldo descobre que ela era na verdade, filha de Joca Ramiro.

O narrador Riobaldo conta suas lembranças a um “doutor” que veio de fora, como Rosa e que quer conversar com ele sobre suas andanças e aventuras do sertão. À medida que reflete sobre sua vida e seu passado ele emite considerações sobre seus valores, pensamentos, arrependimentos e temores. É como o Mennochio de *O queijo e os vermes*(1976), livro de Carlo Ginzburg, um personagem fronteiro, participante de duas visões de mundo, conhecendo minimamente a cultura letrada, possuindo alguma instrução escolar, mas igualmente ambientado e adaptado à vida de sertanejo, já que diz não querer ser nada além de sacerdote ou jagunço. Ser alfabetizado o destacava dentre a população de vaqueiros, jagunços e fazendeiros iletrados:

Sou só um sertanejo, nessas altas ideias navega mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha é pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e sua doutoração. Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória palmatória. Tive mestre, mestre Lucas, no Currealinh., de corei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas, desde o começo, me achavam sofismado de ladino.(ROSA, 2001:37-38)

Mas Riobaldo era absolutamente crédulo em relação a crenças espirituais, no sentido de que as religiões populares, muito heterodoxas, tinham penetração dentre as classes populares, dentre o “povo simples”:

O que mais penso, texto e explico: todo o mundo é louco. O senhor, em nós, as pessoas todas. Por isso é que se carece principalmente de religião: para se desendoidecer desdoidar. Reza é que sara da loucura. No geral. Isso é que a salvação da alma... Muita religião, seu moço! Em cão não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo o rio... Uma só para mim é pouca, talvez não me chegue.(ROSA, 2001:39)

Riobaldo combinava cardecismo, metodismo e catolicismo para produzir sua própria e especial maneira de sentir a vida espiritual. A crença no demo, tão forte naquela instância, crença nas rezas e benzedeadas, eram bastante reais para quem acreditava. Riobaldo emitia um juízo de que o governo que interferia nos assuntos dos fazendeiros, nas rixas, deveria atuar em algo que para eles tinha fundamental importância e que só pela força da lei - que era utilizada para justificar intervenções - não poderia ser erradicada:

Olhe: o que devia de haver, era de se reunirem-se os sábios, políticos, constituições gradas, fecharem o definitivo a nação –proclamar por uma vez, artes assembléias, que não tem diabo nenhum, não existe, não pode. Valor de lei ! Só assim deveu tranquilidade boa à gente. Porque o governo não cuida?!

Ah eu sei que não é possível. Não me assente o senhor por beócio. Uma coisa é pôr ideias arranjadas, outra é lidar com país de pessoas, de carne e sangue, de tantas e tantas misérias. (ROSA, 2001:39)

Porém, é preciso lembrar que este universo particular de valores e visão de mundo estava se dissolvendo. A princípio, ataca-se os bandos de jagunços armados que ameaçavam à ordem republicana, realizando o que M. Weber e N. Elias chamam de monopólio legítimo da violência pelo Estado. Depois, procura-se interferir nas relações de trabalho, lei do sertão, costumes, indumentária, processo que conduz ao desaparecimento deste universo cultural:

Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora–digo por mim-o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no gameal vai mingando menos bravo, mais educado:castelado de zebu, desdém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é a pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegre. Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar vem mais dilatada. Não fosse meu despoeder, por azias e reumatismo, aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo.” (ROSA, 2001:51)

Guimarães Rosa realizava em termos literários o registro dos resquícios e a substituição de um Brasil primitivo, arcaico, porém visceral, do sertão profundo, da religiosidade, patricarcalismo, do universo masculino e rústico dos coronéis, jagunço, mas que perduraram, das pousadas e fazendas, riachos e veredas. Ele retrata as relações sociais e de poder estabelecidas, mas em declínio que se mantiveram no período republicano e que contrastavam com os projetos de modernização e de consolidação política da nação brasileira e faziam refletir sobre as condições de transformação das pessoas em “cidadãos” e de integração nacional diante da diversidade dos vários “Brasis”. Sugerimos que talvez, mais ainda, *Grande Sertão Veredas*, seu mais famoso livro, escrito em 1956, apresentasse sob forma de literatura a contrapartida do projeto de modernização que culminou nos “anos

dourados” com a proposta de construção da nova capital, a vitória da cidade sobre o sertão, da modernidade frente ao arcaico.

BIBLIOGRAFIA

BOLLE, Willi. *Grandesertão.br*. São Paulo, Duas cidades, editora 34,2004.

GINZBURG, Carlo. *A micro história e outros ensaios*. Lisboa, Difel, 1989.

KOTHE, Flávio. (org.) *Walter Benjamin*. São Paulo, Ática, 1991. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

LOWY, Michael. *Aviso de incêndio*. São Paulo, Boitempo, 2005.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão:Veredas*. 20ª. ed, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. São Paulo, Record, 1999.

Possíveis aproximações entre o pensamento de Manoel Bomfim e o Historicismo Alemão

Marina Rodrigues Tonon

O trabalho proposto tem como objetivo investigar a narrativa operada por Manoel Bomfim (1868-1932) em *O Brasil na História* (1930), buscando especificamente verificar traços de sua escrita da história que o vinculem ao historicismo¹ alemão. Para tanto, devemos nos ater primeiramente a definição desta noção, que apresenta, no entanto, uma acepção bastante complexa e problemática que está longe de estabelecer-se como consenso.

Segundo Sérgio da Mata, quando falamos em historicismo não sabemos exatamente do que se trata, não existindo, portanto, qualquer definição consensual do que é, do que seria, ou do que ele foi (MATA, 2008: 49). No entanto, para Estevão Rezende Martins, a definição de historicismo mais aceita atualmente é a proposta por Friedrich Jaeger e Jörn Rüsen em 1992, para eles:

[...] historicismo é uma forma determinada do pensamento histórico e da correspondente concepção da história como ciência. Trata-se de um modo de pensar que considera a história como um conhecimento específico dos tempos passados, distintos do conhecimento do tempo presente, mas que coloca aqueles em perspectiva com este e com o futuro (RÜSEN; JAEGER, 1992 apud MARTINS, 2008:17).

Assim, para Jaeger e Rüsen, o historicismo é a concepção do pensamento histórico que consiste no reconhecimento da especificidade de tempos passados em comparação com o presente, elaborando, desta forma, uma correlação de interdependência do passado como o presente. Martins ainda afirma que as categorias-mestras do historicismo são a individualidade e o progresso. Individualidade, pois, segundo o autor, a experiência específica da vida, no tempo, somente pode ser própria a indivíduos, e progresso, pois, a reflexão produzida pelo pensamento histórico opera a

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis – Bolsista: Capes – Orientadora: Karina Anhezini.

¹ Entendemos, neste texto, como historicismo a forma tipicamente germânica de compreensão da natureza do conhecimento histórico e da tarefa do historiador em termos de produção desse conhecimento, que pode também ser entendida como “historismo”.

correlação por semelhança e diferença entre formas sociais da vida humana (MARTINS, 2008: 17).

As reflexões a respeito do historicismo, elaboradas a seguir, baseiam-se amplamente no texto de Estevão Rezende Martins publicado na coletânea *A dinâmica do historicismo* (MARTINS, 2008). Assim, após a breve definição inicial exposta acima, vamos nos ater ao objeto principal desta investigação, Manoel Bomfim. Para isso, nos fixaremos em três principais aspectos teóricos do historicismo que se referem: (a) às diretrizes do juízo histórico sobre o passado humano, (b) à intenção da formação política através do conhecimento histórico e (c) às operações metódicas de pesquisa científica.

O livro que utilizaremos como fonte para este trabalho, *O Brasil na história*, foi publicado no ano de 1930, é o segundo livro da trilogia composta por *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), *O Brasil na história: deturpação das tradições, degradação política* (1930) e *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (1931). *O Brasil na história* é um extenso estudo em que o médico Manoel Bomfim se dedica à crítica da escrita da história nacional, empenhando-se em propor uma abordagem diferente da existente até então na historiografia brasileira.

Isto posto, quais seriam as formulações de cunho historicista que podemos encontrar em Manoel Bomfim? Para obter essa resposta nos fixaremos a princípio no primeiro critério teórico apontado acima, para verificar a ligação existente entre esta característica fundamental do historicismo e o pensamento de Bomfim. Em sua concepção historicista, a história aparece como a grande responsável pela modificação do mundo através do agir humano a partir do efeito de ideias, ou seja, o passado humano se apresenta à luz de ideias que, com forças intelectuais de socialização humana, compõem a história como um construto coerente de sentido na sequência temporal do agir humano. Estas ideias geram o sentido e o significado do passado humano para o presente, representando assim, uma totalidade de determinação intelectual da vida humana.

Em *O Brasil na História*, Manoel Bomfim, afirma que a história seria “um luxo perdido, inútil dispêndio de inteligência a que o homem não se entregaria, se não houvera a tradição, com sua indiscutível utilidade – estímulo e orientação” (BOMFIM, 1930: 14). Sendo assim, a função da história, segundo o autor, seria fornecer o acesso à tradição que por sua vez orientaria uma marcha evolutiva rumo ao progresso social. Ou

seja, a história agiria como um estimulante para a evolução social já que geraria confiança, um combustível necessário à ação. Portanto, segundo este pensador a tradição, fornecida pela história faria a vez da ideia que daria sentido e significado ao agir humano.

Para o sergipano a tradição pode ser definida como:

[...] almas que se continuam através das idades; são os veios que traçam o viver da humanidade. Ou melhor, é a *trama viva* onde se tecem as consciências, para todos os efeitos da realização humana – moral, política, religião, arte, produção econômica...que tudo se faz como expressão patente de tradições. (BOMFIM, 1930:18)

Para Bomfim, a tradição desempenha a função de edificar modelos que se pretendem capazes de assegurar a orientação necessária para a caminhada rumo ao progresso, servindo desta forma, como uma consciência nacional, como uma ideia orientadora.

Outro ponto importante do pensamento historicista que podemos aproximar das ideias de Bomfim seria o princípio da individualidade que indica o historicismo como orientação do pensamento histórico, pelo seu próprio valor, pela individualidade das formas passadas de cultura da socialização humana e da evolução desta. Ainda, a ideia de individualidade do historicismo não é estática e sim uma concepção dinâmica da história.

Assim, esta individualidade entendida por Bomfim como tradição, também não se apresenta como estagnada. Para compreender melhor esta questão, devemos ainda destacar a definição de tradição, feita por Bomfim, como uma “trama viva” indicando o caráter de desenvolvimento constante desta noção, assim segundo o sergipano:

[...] a formula – tradição nacional não será para nós um dique de estagnação, mas, nitidamente, fórmula de prosseguir, orientação indispensável, pois que o progresso humano – moral, político e social, só é possível como desenvolvimento e expansão da tradição em que o grupo nacional se definiu. Lucidamente consciente não podemos realizar verdadeiro progresso humano, sempre caracterizado no apuro da própria tradição, senão conhecendo-a bem, para, *conscientemente*, desenvolvermos todos os esforços no sentido em que ela se orienta, pelo estímulo das energias que nela se revelam. (BOMFIM, 1930:12)

Deste modo, nota-se que Bomfim não entende a tradição como uma ideia estanque, que não se altera através dos tempos, enxergando-a como objeto de constante

apuração e renovação através da consciência, trazendo assim, um caráter historicizante ao termo e o aproximando da ideia de individualidade presente no pensamento historicista.

A noção de individualidade pode ainda nos apontar outra questão, já que ela implica em um movimento análogo de modificação temporal das formas particulares de cultura da vida passada, indicando assim um desenvolvimento (evolução, progresso). E para Bomfim progresso é evolução. Segundo ele: “[...] Evolução, em linguagem subjetiva – para os fatos humanos, é progresso” (BOMFIM, 1930: 21) . Já que:

Na realidade objetiva, não há progresso, pois que não poderia haver *melhor*, nem *pior* – Há evoluções; mas, conscientes, no orientar e animar nossos esforços, agimos como se houvera, de fato, progresso, e conduzimos a ação para aquilo que, no subjetivo da espécie consideramos como melhor. (BOMFIM, 1930: 24-25)

Assim, progresso é entendido como uma marcha evolutiva que por motivos relacionados à sua fundamentação em valores humanos baseados na ética, ou melhor, nas questões relacionadas ao devir humano, tende a caminhar para o melhor, porém não se concretizando necessariamente desta maneira. Portanto, acompanhado de sua ideia de progresso Bomfim parece considerar a história uma sucessão de tempos passados que se diferenciam entre si, compondo desta forma, a base de seu pensamento sobre a história. Segundo ele, é a partir das diferenças, individualidades, quando verificadas e apreciadas, que surge a ideia de progresso, mas adverte:

[...] Não esqueçamos que antes de poder analisar *evoluções* e *mutações*, devemos ter, bem explícita no espírito, a compreensão de *estados*. Começamos a filosofar como se a natureza e o universo fossem aspectos estáticos definitivos. Só então, é possível reconhecer uma evolução, que já não é somente apreciar de um *estado*, senão o verificar – a transformação de uns estados em outros. Assim, a longa sucessão de formas e de estados derivados toma o valor de um fato próprio: é a evolução. (BOMFIM, 1930: 22)

Portanto, a evolução só pode se concretizar a partir da diferenciação de um período para o outro que por sua vez se realiza na busca por mudança e modernização.

O segundo princípio teórico do historicismo que trataremos se refere à intenção da formação política através do conhecimento histórico. A dimensão pedagógica do historicismo se caracteriza por reivindicar para a disciplina histórica a função de orientação do agir contemporâneo. Para Bomfim, a dimensão pedagógica da história se

impõe como fundamental e é por meio de sua concepção de consciência nacional que podemos verificar esta afirmação com maior tenacidade. Esta noção seria vista por ele como uma espécie de sentimento coletivo de um povo ou nação sentida através da tomada de uma noção de si. Com isso, tal noção seria fundamental para o progresso, já que seria através dela que as energias características de cada povo se revelariam exaltando, dessa forma, as potencialidades ou como prefere Bomfim os “dons naturais da nação”.

Assim, para o autor, o progresso não se faz no vazio, é necessário para isso o fortalecimento e elevação das potencialidades de cada nação, ou seja, é necessário exaltar a tradição ou ainda despertar a consciência nacional para que este estímulo gere ação e desenvolvimento. E como despertar essa consciência nacional, senão através da história e sua função pedagógica?

O conhecimento histórico, portanto, teria a função de recapitular a experiência histórica na consciência dos indivíduos tornando-a aparente e conseqüentemente servindo como um estímulo à ação, ou melhor, este conhecimento agiria como uma orientação do agir social.

Assim, segundo o sergipano, esse “passado, que só existe como vida que se continua, deve continuar, tanto quanto se irradie das nossas consciências a tradição em que nos fizemos, pois que nos definimos como brasileiros” (BOMFIM, 1930:26). Esta afirmação de Bomfim marca a especificidade atribuída pelo autor à cultura brasileira ao enfatizar a tradição, que pode ser entendida como um conjunto de normas do agir que se refere como exclusivamente brasileiro.

Para Bomfim, nenhuma ação se faz fora de um aspecto consciente e, deste modo, os interesses gerais da espécie como a moral, a justiça e a humanidade, por não serem interesses egoístas tomam forma de ideias que se contrapõem aos interesses puramente individuais, mantendo-se dessa forma a predominância das necessidades de justiça e solidariedade, assegurando, portanto o progresso essencialmente humano. Sendo assim, todo o progresso mental e social tem de se fazer a partir do esforço e apuro dos valores da consciência definidos em suas respectivas tradições.

Logo, para Bomfim, a orientação se faz através dos valores humanos como a moral e a justiça que teriam a função de guiar a humanidade rumo ao progresso. Estes valores prevaleceriam e serviriam à humanidade. Esta última, desde que não estivesse deturpada, teria tais valores intrínsecos à sua existência e ao seu agir, utilizando, desta

forma, a ética para validar, através da racionalização, suas posturas orientadoras. O que aproxima o autor de uma versão pedagógica do conhecimento histórico universalizante indicando uma evolução cultural da humanidade.

Em *O Brasil na história*, Bomfim afirma que para que a história nacional caminhe rumo à modernização e ao progresso temos que depurar a tradição expurgando a história da nação para livrá-la dos “influxos deturpadores”, inconvenientes, estranhos e às vezes hostis ao nosso passado”, já que:

Somos uma pátria. Compreende-se bem o empenho de definir-lhe a tradição genuína, e acentuá-la e cultivá-la, fazendo para isso intransigente defesa de sua história. Representamos essa história, em todas as formas do passado que devem subsistir. Atestamo-lo em nossa própria vida (BOMFIM, 1930: 25-26)

Assim, entendemos que Bomfim não concorda com o projeto político vigente no Brasil apoiado pela historiografia produzida pelo século XIX e primeiras décadas do século XX e por isso, propõem a modificação dessa mesma história. Ou seja, podemos afirmar que para Bomfim, fora algumas exceções, os que escreveram a história do Brasil não a defenderam da maneira que deveriam, pelo contrário, distorceram-na impedindo a evolução nacional, por isso a história precisava ser revista e reescrita de maneira que a verdade fosse priorizada e a tradição verdadeiramente nacional evidenciada. A partir desse raciocínio Bomfim inicia suas contendas, se posicionando em defesa da história nacional, por um lado acusando alguns historiadores e seus métodos e, por outro, exaltando outros e suas formas de escrever a história.

Assim, o sergipano destaca que existe uma história nacional brasileira oficial, ou em suas palavras “oficializada,” corrente em seu período e que se buscarmos nela o valor da tradição nacional encontraremos apenas uma “história distorcida e diminuída pela sombra de estranhos”. Esta história seria feita em favor do que ele chama de “bragantismo”, que levou “nossos historiadores tomados pelo empenho de enaltecer o Império” e defender os interesses da metrópole a protagonizar um “ataque a tudo que é tradição propriamente brasileira” (BOMFIM, 1930: passim). Portanto, Bomfim reivindica um uso político do conhecimento histórico, mas ao invés de apoiar os ideais políticos vigentes pede uma transformação, uma revisão da historiografia atual, que geraria por sua vez, um “esclarecimento” das massas, gerando uma transformação social e política partindo de dentro da própria sociedade.

O terceiro princípio teórico que nos cabe discutir, se refere às operações metódicas de pesquisa científica operadas pelo historicismo. Assim, a concepção historicista do método histórico apresenta duas características: por um lado, o conhecimento histórico deve ser científico, como uma disciplina acadêmica autônoma e por outro, a pesquisa histórica deve orientar-se por determinações universais.

Portanto, a partir da primeira característica ocorreu a formulação de um cânon obrigatório de regras de pesquisa. Estas regras determinam que as fontes devem ser coletadas sistematicamente e avaliadas segundo a abrangência de seu conteúdo informativo (heurística), que os dados testáveis intersubjetivamente devem ser extraídos das mesmas (crítica) e que os dados obtidos devem ser correlacionados em um contexto histórico (interpretação).

Já a segunda característica, se realiza na aplicação da hermenêutica destas regras de pesquisa. Assim, a pesquisa histórica deve tornar compreensível o sentido do agir humano passado, atingindo, desta forma, diretamente a interpretação como operação decisiva do conhecimento histórico.

Aproximando estas questões de nosso objeto, notamos que, ao se dedicar a algumas questões metodológicas referentes à relação entre objetividade e subjetividade no trabalho do historiador, Bomfim refletiu a respeito da exigência de uma neutralidade científica e do lugar dos interesses e das paixões. Para ele, história é o campo onde se travam combates que resultam na vitória de umas tradições em detrimento de outras. Por isso, a defesa da história nacional deve ser feita com vivacidade e intransigência, porém é necessário que se registre “sinceramente a verdade”.

Bomfim também parece exigir o que ele chama de “critério” para se fazer a história, “critério” que ele define como uma “rigorosa coordenação de perspectivas vividas e planejadas em lógica” (BOMFIM, 1930: 38) mostrando, desta forma, que busca a exigência de que se registre a verdade. Ademais, este autor mostra grande preocupação com as falsificações das fontes, pois acredita que, em alguns momentos, a história se submete a distorções e, sem passar pelo desenvolvimento lógico necessário, se mantém em uma mentira verificada e consentida o que leva a história feita dessa maneira a se afastar da verdade.

Segundo o sergipano, a história se faz a partir de cada tradição, de certa perspectiva, o que, no entanto, não deveria causar a distorção, falsificação ou perversão das fontes, e sim permanecer em um critério lógico, que garantiria o registro da verdade.

Para melhor ilustrar essas noções, vamos recorrer à sua crítica a respeito de duas figuras bem conhecidas da historiografia brasileira: Francisco de Adolfo Varnhagem (1816-1878) e Capistrano de Abreu (1853-1927).

Varnhagem era visto por Bomfim como o principal historiador do Brasil a fazer história a serviço de Portugal e, portanto, o grande deturpador da história nacional. Enxergava nele um bom pesquisador de arquivos que, no entanto, perdeu este valor ao: “apossar-se da história para torná-la coisa sua e fazê-la nos interesses de sua fôfa ambição” (BOMFIM, 1930:122). Para demonstrar seu ponto de vista Bomfim cita a forma com que Varnhagem se refere aos pernambucanos de 1817, que para o sergipano eram heróis nacionais e, portanto deveriam ser exaltados. Segundo Bomfim, Varnhagem afirma que a revolução pernambucana de 1817 era absolutamente sem motivos e sem premeditação e que surtiu exclusivamente no conflito em que começou. Ou seja, para Bomfim, Varnhagem apesar de documentar “relativamente bem” seus livros, não apresenta critério histórico que possa enquadrá-lo como um historiador da verdade.

Já Capistrano de Abreu é apresentado por Bomfim como exceção entre os historiadores consagrados, pois não se confundiu nas ideias daqueles que ele chama de clássicos deturpadores. E é visto como um homem de ciência, lúcido e incansável pesquisador que organizou bom material para “a verdadeira história do Brasil”, que poderia ter feito, no entanto, não a fez, pois, segundo Bomfim, sua ciência não o permitiu a composição de uma “obra de conjunto, que tanta vez exige – afirmar por simples dedução, ou compor em imaginação, a projetar conceitos sem outro sustentáculo além da pura lógica”. (BOMFIM, 1930:137) O que o levou a perder-se no objetivismo e, portanto, o impediu de escrever uma história nacional.

Com isso, Bomfim apesar de demonstrar apreço pelo trabalho de levantamento de fontes feito por Capistrano, parece ver no método crítico desempenhado por ele, certos entraves, como o rigoroso objetivismo, que impedem a interpretação e com isso a elaboração e a escrita da história.

A partir disso, podemos afirmar que para Bomfim a composição do texto histórico apresenta algumas características fundamentais como a necessidade de um critério em que a correta utilização da fonte, ou seja, a sua não falsificação ou perversão são necessárias, além da necessidade de uma interpretação das mesmas a partir da tradição a que o autor pertence. Assim, crítica da fonte e interpretação parecem ser as principais chaves para a composição do texto histórico em sua visão.

Portanto, apontamos que na construção do texto Bomfim se dedica a certa crítica de suas fontes, tomando o cuidado de verificar sua veracidade e autenticidade, além de mostrar documentalmente suas afirmações. No entanto, faz questão de assumir que sua interpretação das fontes e dos documentos está estritamente ligada à tradição a que pertence, o que o torna em sua concepção, um historiador da verdadeira história nacional.

Para concluir, entendemos que Bomfim atribui à história a força residente no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, entendendo-a como um poder que impulsiona o agir humano. Com isso, entende-se que Bomfim ao se preocupar com a história tenta atribuir-lhe um sentido, entendendo-a como um todo que caminha rumo à evolução. Dessa forma, o conhecimento histórico teria o sentido e a função de contribuir para a construção do presente formulando, como indica o pensamento historicista, diretrizes do juízo histórico sobre o passado humano.

Além disso, Bomfim aponta uma forte influência do conhecimento histórico sobre a formação política da nação, acusando a historiografia vigente de estar em compasso com um projeto político específico, que para ele não estaria de acordo com os interesses da nação, esta formulação o aproxima, portanto, de mais um princípio teórico caro ao historicismo, o de ter a intenção de formação política através do conhecimento histórico.

E por fim, Bomfim demonstra preocupação, através de seus escritos, com questões relacionadas à crítica e interpretação das fontes o aproximando das operações metódicas de pesquisa científica assinaladas pelo pensamento historicista. Deste modo, acreditamos que estas características o aproximam de algumas características do historicismo alemão indicando, portanto, um caminho possível de leitura da obra de Manoel Bomfim.

Bibliografia

- AGUIAR, Ronaldo Conde. *O Rebelde Esquecido: Tempo Vida e Obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks 1999.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Pensamento político no Brasil - Manoel Bomfim: um ensaísta esquecido*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História, volume II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

- BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993, 3ª edição [1905].
- _____. *O Brasil*; com uma nota explicativa de Carlos Maul. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 349p. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, vol. XLVII). 2a. ed., 1940.
- _____. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, 2ª. edição [1929].
- _____. *O Brasil na História: deturpação das tradições, degradação política*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.
- _____. *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, 2ª. edição [1931].
- BOTELHO, André Pereira. *O batismo da instrução: atraso, educação e modernidade em Manoel Bomfim*. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNICAMP/Dep. de Sociologia, Campinas, 1997.
- CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.65-119.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência: notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p.11-34. jul./dez. 2004.
- GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. 1. ed. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. *Manoel Bomfim (1868 – 1932) e O Brasil na História*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.
- GUIMARÃES, Lúcia M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. _____. Entre as Luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no período oitocentista. In: _____. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006. p. 68-85
- _____. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p 5 a 27, 1988.
- _____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do. (Org.). *História social da língua nacional*. 1 ed. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, p. 393-413.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de Teoria da História e Historiografia*. Volume I - Teoria da História. São Paulo: HUCITEC, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LOPES, Marcos Antônio (org.). *Idéias de História: tradição e inovação de Maquiavel a Herder*. Londrina: ADUEL, 2007.
- MARTINS, Estevão de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: VARELLA Flávia et al. *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- MATA, Sergio. Elogio do historicismo. In: VARELLA, Flávia et al. *A dinâmica do historicismo*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. *História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

Arte, cultura e sociabilidade: virtú cívica e espaço público na historiografia de Jacob Burckhardt

Carlos Mauro de Oliveira Júnior¹

“Poucas coisas são, no fim das contas, capazes de dar real valor à vida do homem moderno. Somos excluídos de mil maneiras diferentes da ação que em outros tempos e com outras pessoas, fortalecia os nervos e revigorava os sentidos. Quão pouco à vontade nos sentimos no mundo atual com suas grandes máquinas com rodas, se não consagramos nossa existência a nobres objetivos” (Burckhardt – “Carta a Albert Brenner de 17 de outubro de 1855”, 2003: 228).

“Don't be so gloomy. After all, it's not that awful,” says Orson Welles as the black marketeer Harry Lime among the bombed wastes of Vienna in *The Third Man*. “Remember what the fellow said – in Italy, for 30 years under the Borgias, they had warfare, terror, murder, bloodshed, but they produced Michelangelo, Leonardo da Vinci and the Renaissance. In Switzerland, they had brotherly love. They had 500 years of democracy and peace, and what did that produce? The cuckoo clock.” Jonathan Jones – Jacob Burckhardt: The Renaissance Revisited. *The Guardian*, 10 July 2010.

Apresentação

Se um leitor curioso iniciasse, hoje, uma pesquisa mais ou menos cuidadosa sobre Jacob Burckhardt a partir de alguns comentadores, teria uma forte impressão acerca do pessimismo conservador do historiador suíço. É quase um lugar comum historiográfico que Burckhardt via com pesar o seu mundo e previa um desastre para o futuro. Os menos simpáticos ao autor, falam de um certo pedantismo aristocrático; outros acham curiosa a sua monomania pela cidadania antiga e pelo indivíduo renascentista. Vejamos alguns exemplos.

George P. Gooch, em *Historia y Historiadores en el siglo XIX (1913)*, trata-o como um conservador, um amante das elites interessadas pelo campo da civilização (Gooch, 1977). Peter Gay, em *O Estilo na História (1974)*, fala do horror que Burckhardt sentia pela sociedade de massas (Gay, 1990). Hayden White, em seu clássico *Meta-História (1973)*, vê em Burckhardt a ação do *mythos* da sátira, “em que o conhecimento histórico se divorcia em definitivo de qualquer pertinência para os problemas sociais e culturais de seu próprio tempo e lugar” (White, 1995:244). O resultado: um conceito de “obra de arte” contemplativo (Idem). Jorn Rusen, em “¿Qué

¹ Professor adjunto de Teoria da História do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Doutor em História Social pela USP.

es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia” (1994), apresenta Burckhardt como um exemplo de estetização da memória histórica, um processo que leva a déficits na orientação política e à debilitação da força argumentativa no trato com a experiência histórica (Rusen, 1994: 22). Com a estética, o historiador suíço teria tentado salvar uma cultura perdida em relação à modernidade (Idem: 23).

Não nos parece que as leituras acima sejam incorretas, mesmo porque não é difícil recortar trechos de textos de Burckhardt em que o pessimismo se faz presente. Gostaríamos, no entanto, de propor um matiz cronológico e interpretativo. Em especial, no que se refere às descrições feitas por Hayden White e Jorn Rusen. Será que a cultura enfatizada – ou elogiada – não teria como contrapartida uma determinada concepção de liberdade e participação cívica que poderiam ser pensadas como educadores da democracia que surge na segunda metade do século XIX? Os nobres objetivos, da carta citada de 1855, poderiam ser a demonstração histórica da ideia de patriotismo local existente em Atenas, Esparta e Roma (antigas) e em Florença (moderna)? Neste sentido, o acento republicano (e maquiaveliano) do historiador Burckhardt teve, em algum momento, a pretensão política de contribuir para o debate público? Seria o caso de, como François Hartog sugeriu, ao analisar Fustel de Coulanges, de pensar uma pedagogia política através da história (transformada em ciência)? (Hartog, 2003).

Sendo assim, o nosso objetivo é propor uma interpretação complementar aos comentadores referidos, ou seja, apresentar uma hipótese de leitura em que “um” Burckhardt mais jovem – até a década de 1860 – apresentou a *res publica* do norte da Península Itálica como uma utopia/cidade ideal, uma nova forma de interpretar a liberdade e a cidadania no seu mundo contemporâneo. A partir desta hipótese, o pessimismo do fim da vida – que reconhecemos – seria matizado por uma genuína preocupação com questões sociais de seu contexto. E isto relativizaria as ideias de sátira e estetização. Algo como: “sou pessimista porque não considero os conflitos pelo sufrágio universal na Europa do XIX um modelo de participação política que leve o cidadão à maioria, entendida como contribuição real à coisa pública. Acho que a questão cívica deveria ser resolvida nas cidades, na praça pública, em frente ao mercado... E não, somente, nas secretarias dos “gigantescos” Estados nacionais, responsáveis pelos destinos de milhões”.

Qualificando a ideia de utopia em Burckhardt

Um aspecto a favor das visões que insistem na estetização é a ligação do autor com a “História Cultural”. Resta saber se a noção existente no XIX é similar à nossa. Felix Gilbert, em “*Jacob Burckhardt’s student years: the road to cultural history*” (1986), afirma que a História Cultural não era um campo claramente definido, sendo algo oposto aos objetivos e interesses materiais; o trabalho da inteligência, das ideias que formam o comportamento humano e ajudam a desenvolver o “*volksgeist*” (Gilbert, 1986: 263).

Malcolm Kitch, em “*Jacob Burckhardt: romanticism and cultural history*” (1998), segue uma linha semelhante. Para ele, a “cultura”, no XIX, era uma espécie de história social que acompanhava a política. Podia ser vista como a descrição do cotidiano do conjunto da sociedade, relacionada aos estudos do folclore. No fim do século, ainda segundo o autor, a vertente política foi fortalecida pelo Estado e a cultural definiu (Kitch, 1998: 139).

Wallace Ferguson em um capítulo de *La Renaissance dans la Pensée Historique*, demonstra a importância dos conflitos entre o gosto burguês contemporâneo (XIX): industrial e materialista, com o desgosto e aversão provocados por este. Chega, ao tratar de Burckhardt, a enfatizar a valorização da liberdade individual de pensamento e palavra e, algo raro, matiza o seu pessimismo de velhice com alguma esperança em relação ao futuro (Ferguson, 1950: 168-69).

Aqui encontramos pontos de maior interesse. O estudo da cultura, do comportamento e da arte poderiam estar a serviço de uma área fora da competência do Estado centralizado (grandes Estados). Seria este o interesse de Burckhardt ao apresentar um capítulo sobre a sociabilidade no seu *A Cultura do Renascimento na Itália (1860)*? Os aspectos indicados no capítulo teriam sido selecionados a partir de valores em que a cultura cívica aproxima as classes/estamentos a despeito de outras distinções? Seria a sociabilidade um elogio da participação política nas “repúblicas menores”? Estaria a cultura a serviço da convivência e do agir em conjunto?

A ideia é que ao contrário do distanciamento em relação às questões históricas de seu tempo (Burckhardt), poderíamos ter uma estratégia política. A *res publica* como

“obra de arte” é um tipo de civilização urbana calcada no estudo, na participação política local, no patriotismo ligado à cidade, na ideia de que a realização do indivíduo – seus interesses – deve, de alguma forma, se coadunar com as ações de seus concidadãos. “A utilidade, o mérito do indivíduo e do seu talento, é aqui, por toda a parte, mais poderosa do que os usos e leis do restante do Ocidente” (Burckhardt, 1991: 33)².

A “Itália da Renascença” é uma sociedade diferente. Talvez possam dizer que Burckhardt exagerou as diferenças em relação ao Ocidente. Talvez seria o caso de um “mergulho” nas fontes de Burckhardt para ver até que ponto ele supervalorizou a aproximação cultural entre nobreza e burguesia na sociabilidade das cidades italianas do Norte. Não é possível realizar esta tarefa no momento. Precisaremos nos ater aos “interesses” do pesquisador, em sua seleção de questões e materiais de estudo. Estudar o vestuário, a educação e o papel social das mulheres, a sátira, as cortes de sábios e humanistas em torno dos príncipes ou, ainda, a violência desmedida e o desejo de conhecimento seria a busca de uma alternativa aos males da sociedade que o autor vivia?

Estudando em Berlim e em contato com um “idioma histórico” em que temas como o progresso do espírito, a metáfora da marcha e as ideias de processo em que os agentes mais sofriam as ações do mundo do que faziam escolhas, Burckhardt “retornou” aos cidadãos antigos (e seus sucessores “italianos”). Estaria o autor à procura de uma “zona franca” em que a liberdade do indivíduo não fosse alcançada pelo poder do Estado? Este foi um tema de Benjamin Constant a fim de exorcizar as experiências jacobina e napoleônica no trato da liberdade moderna. Isaiah Berlin (1981), entre outros, viu na “zona franca” de Constant, a defesa da liberdade individual e privada³. A garantia para os seus interesses e negócios particulares. Seria a História Cultural de Burckhardt também um exercício de liberdade negativa?

² Na mesa 09 do Simpósio “Historiografia da Arte e da Cultura: Renascimento e Barroco, o professor Cassio Fernandes (UNIFESP), em sua comunicação sobre o estudo do colecionismo feito por Burckhardt, chamou a atenção para a atenção dada pelo autor para as encomendas, patrocínios e outras formas de alianças entre financiadores e artistas. Podemos imaginar o quanto a História da Arte de Burckhardt está atenta a fatores políticos como busca de prestígio e ascensão social.

³ Em nossa tese de doutoramento, tentamos demonstrar alguns constrangimentos contextuais que levaram à proposição da ideia de “zona franca” em Constant e, também, como o recurso a outras fontes do autor ajuda a relativizar a ideia de que a liberdade dos modernos é somente privada (negativa, no sentido de Berlin). Há uma defesa sempre presente na conciliação entre liberdades pública e privada e, especialmente, na fiscalização do poder saído do sistema representativo (Oliveira Jr, 2003).

Na coletânea de notas de aula de Burckhardt a partir de 1882, *Fragments Historiques* (1965), há um conjunto instigante de pistas que podem ser relacionados a estas questões.

Em primeiro lugar, encontramos a metáfora da marcha. Burckhardt afirma que sua seleção de povos – a serem tratados nos cursos – responde aos interesses que o passado desperta em “nosso” presente e tendo em vista o “nosso” futuro (Burckhardt, 1965: 6).

As notas sobre a Antiguidade apresentam as afirmações: **o indivíduo é um cidadão. O rompimento com seu grupo seria uma tragédia. O homem cultivado de hoje tem maior preocupação com seus interesses particulares** (Idem, ibidem: 6). Os grifos (nossos) desejam chamar a atenção que a leitura de “zona franca” em relação ao Estado não pode significar a defesa política do isolamento em relação às questões públicas. A ambição por ascensão social precisa levar em conta a esfera pública e cumpre que esta não esteja monopolizada pelo Estado.

Nas notas sobre os Tempos Modernos, há uma curiosa distinção entre Florença e a Genebra calvinista (pátria de Rousseau). Ambas as cidades são elogiadas pela participação cívica, mas Genebra é criticada pela excessiva vigilância moral que os cidadãos sofrem. A república calvinista tratada por Burckhardt é, curiosamente, próxima a alguns aspectos da liberdade dos antigos descrita por Benjamin Constant; uma espécie de liberdade em que a vigilância pública escraviza os particulares, algo incompatível com a civilização e a perfectibilidade do Homem moderno (Constant, 1985 e 1997).

Ao contrário de Constant, Burckhardt parece cético com as teorias do progresso da humanidade⁴. Resta saber se ele não espera, apesar do ceticismo expresso em muitos momentos, educar os cidadãos através dos exemplos da História. Teria Burckhardt realizado em *A Cultura do Renascimento na Itália* um exercício de *Historia Magistra Vitae*?

O século XVII “de Burckhardt”⁵ é marcado por duas vitórias contra a uniformidade representada pelo par Estado/Religião na Europa: as revoluções inglesas e

⁴ “... we have no business sitting in judgement on any past age...It is questionable whether we possess specifically superior historical insight [though] if we turn to knowledge of the past, our time is certainly better equipped than any previous one”. Jacob Burckhardt citado por Malcolm Kitch, op. cit., p. 134.

⁵ O século XVII tal como aparece em suas notas de aula.

a revolta holandesa contra a Espanha⁶. Em nossa primeira leitura, acreditamos ser a crítica protestante aos católicos. Todavia, as notas sobre os países luteranos e sobre Genebra trazem críticas à estadolatria protestante (Burckhardt, 1965: 114).

A “cidade ideal” de Burckhardt – a Florença de Maquiavel – poderia ser, assim, pensada como uma medida crítica para refletir sobre os Estados e a sociedade do século XIX⁷. Burckhardt faria eco, em alguma medida, aos valores humanistas presentes na tradição europeia, como encontramos em Alan Kahan: “*Modern Humanism: the values of Aristocratic Liberalism*”(1992).

Um pequeno parêntese se faz necessário. Os leitores apressados de *O Príncipe* de Maquiavel podem encontrar uma contradição entre ser este autor o “campeão” da razão de Estado e o fato de Burckhardt ter construído uma leitura cívica – e não autoritária – a partir de Maquiavel. Acreditamos que o Maquiavel de Burckhardt é o dos livros sobre a república: *Comentários sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e *A História de Florença*. Nestes, as ênfases são diferentes⁸.

No entanto, mesmo em *O Príncipe*, a metáfora do indivíduo do Renascimento que poderia ser estendida do governante aos cidadãos, possibilitaria uma reeducação cultural dos homens.

“Após uma longa vida de guerras, Alessandro – bom administrador, regente justo e acessível – desfrutou de um governo tranquilo, reunindo uma biblioteca magnífica e empregando seus momentos de lazer em conversas eruditas e religiosas” (...) “É inegável que a situação dos perigos constantes a que estavam expostos desenvolveu nesses príncipes uma grande habilidade pessoal. Só um virtuose podia mover-se em meio a uma existência tão artificial, e cada um precisava justificar-se e demonstrar-se merecedor de sua soberania. Suas personalidades possuem aspectos totalmente obscuros, mas em cada um deles havia algo daquilo que compunha para os italianos o ideal” (Burckhardt, 1991: 38 e 53).

Quem sabe, de uma forma um pouco diferente da analisada por Norbert Elias, Burckhardt pensou nos indivíduos italianos por ele retratados como uma outra escola de humanismo e boas maneiras (Elias, 1987 & 1994)? Cumpriria educar o povo (ou as

⁶ Isto para não dizer que foram dois exemplos de revoltas com fases republicanas.

⁷ Agradecemos ao professor Antonio Edmilson Rodrigues pela discussão de temas relativos à cidade ideal em uma disciplina que fizemos em nosso mestrado na Puc-RJ.

⁸ Encontram-se nas *Oeuvres Complètes d'Alexis de Tocqueville*, um pequeno conjunto de notas sobre Maquiavel. É curioso que Tocqueville tenha se interessado pelo Maquiavel diplomata e tenha retirado daí referências sobre as liberdades urbanas medievais, como um caminho esquecido da história europeia. Ver o tomo XVI (1989).

massas instáveis), o príncipe e suas elites senhoriais ou burguesas. Em todos os casos, um pouco de humanismo cívico (e cortesão) poderia ser uma estratégia política de educação da sociedade contemporânea.

Temos assim um pequeno conjunto de valores *respublicanos* ou *neoromanos* (Quentin Skinner) resgatados pela historiografia de Burckhardt. Em nossa hipótese de leitura, na primeira metade da vida e da carreira – pelo menos até a publicação de *A Cultura do Renascimento na Itália* – o autor apresentou uma sociedade que apesar de ser essencialmente diferente (quicá melhor) do que a “nossa” é, também, a origem do individualismo, das noções modernas de lucro e riqueza individuais. Caberia usar a origem a fim de demonstrar o desvio? Seria possível reeducar o processo?

“Os contornos espirituais de uma época cultural oferecem, talvez, a cada observador uma imagem diferente, e, em se tratando do conjunto de uma civilização que é a mãe da nossa e que sobre esta ainda hoje segue exercendo a sua influência, é mister que juízo subjetivo e sentimento interfiram a todo momento na escrita quanto na leitura desta obra” (Burckhardt, 1991: 21).

No texto citado de Malcolm Kitch, encontramos uma imagem interessante. Nesta, o idoso professor Burckhardt – em suas aulas de História da Arte – tentaria encorajar seus pupilos a tomar posse do passado e a aprender com ele. Mais do que conhecer os fatos, caberia apreender “valores eternos”: “*History provided human beings not with lessons to be applied but a perspective that allowed us to grasp the eternal truths explain human condition*” (Kitch, 1998: 143). Talvez Wallace Ferguson tenha razão e um quê de esperança tenha sobrevivido ao ceticismo crescente da velhice de Burckhardt.

Conclusão

Esta comunicação foi pensada para um simpósio de história cultural e de arte e, apesar disto, este texto insistiu em transitar pelas avenidas da política. Cumpre explicar os motivos. Em primeiro lugar, o fato, já explicitado acima, dos sentidos de uma história cultural para o século XIX. E, em segundo, uma sugestão oriunda da leitura de Eugenio Garin, em *Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano*: buscar as relações entre a política, a estética e a cultura ou, melhor dizendo, explorar o nexos sólido existente entre a efervescência cultural e da arte com o compromisso civil (Garin, 1996).

Da maneira semelhante, Quentin Skinner, em um livro não muito antigo, busca o diálogo entre o resgate feito pelos italianos da Renascença de valores da república romana da Antiguidade – daí o termo *neoromano* – com uma pesquisa sobre a cultura, a política e a arte do período (Skinner, 2003).

Em nossa hipótese, explorar as relações entre a História Cultural à moda de Burckhardt poderia ser uma entrada para uma reflexão posterior: historiográfica, mas também política. Esta diz respeito aos usos da *Historia Magistra Vitae* posteriores às mudanças nos sentidos da história tão bem descritos por Reinhart Koselleck (2005 e 2013). Todavia, a ideia é ver até que pontos acentos humanistas (ou cívicos, ou *respublicanos*) poderiam significar formas alternativas às ideias de processo e progresso humanos. Até que ponto alguns exemplos específicos – e locais – poderiam ser usados para instruir politicamente o percurso, ainda mais se se aceita as ideias democráticas de maior presença das massas na cena política. Ir além das descrições – simpáticas ou não – de pessimismo, conservadorismo, aristocratism, nostalgia⁹ e humanismo tentando, na medida do possível, qualificá-las e remetê-las aos seus contextos de aparecimento.

Em resumo, refletir como a *Historia Magistra Vitae* poderia ser “usada” como estratégia política e retórica no sentido de reencenar os papéis da sociedade capitalista e “democrática” do XIX.

Bibliografia

BERLIN, Isaiah. Quatro ensaios sobre a liberdade. Brasília, Ed. UNB, 1981.

BURCKHARDT, Jacob. *Fragments Historiques*. Genève, Droz, 1965.

_____ *A Cultura do Renascimento na Itália*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

_____ *Reflexiones sobre la historia universal*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____ *Cartas*. Rio de Janeiro, Topbooks – Liberty Fund, 2003.

CONSTANT, Benjamin. “Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos” (1819) in: *Filosofia Política*, 1985,2.

_____ *Écrits Politiques*. Paris, Gallimard, 1997.

⁹ Agradeço ao simpático comentário de Luiz César de Sá Júnior (UFRJ) na mesa 08 do referido simpósio em que apresentamos este trabalho.

DE TOCQUEVILLE, Alexis. *Oeuvres Complètes d'Alexis de Tocqueville – tome XVI – Mélanges*. Paris, Gallimard, 1989.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa, Estampa, 1987.

_____ *O Processo Civilizador – volume 1 – uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

FERGUSON, Wallace. “Burckhardt et la formation du concept modern” in: *La Renaissance dans la Pensée historique*. Paris, Payot, 1950.

GARIN, Eugenio. *Ciência e Vida Civil no Renascimento Italiano*. São Paulo, Unesp, 1996.

GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

GILBERT, Felix. “Jacob Burckhardt’s student years: the road to cultural history” in: *Journal of the History of Ideas*, 1986, 47,2: 249-274.

GOOCH, George P. *Historia y historiadores en el siglo XIX*. México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

HARTOG, François. *O Século XIX e a História: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003.

KAHAN, Alan. *Aristocratic Liberalism: the social and political thought of Jacob Burckhardt, John Stuart Mill, and Alexis de Tocqueville*. Oxford, Oxford University Press, 1992.

KITCH, Malcolm. “Jacob Burckhardt: romanticism and cultural history” in: LAMONT, William (ed.). *Historical Controversies and Historians*. London, UCL Press, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro, Ed. Puc-RJ – Contraponto, 2005.

KOSELLECK, R. & ALL. *O Conceito de História*. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

OLIVEIRA JR., Carlos M. *Entre Virtudes e Interesses: liberdade, cidadania e sistema representativo em Benjamin Constant e Alexis de Tocqueville*. Tese de doutoramento apresentada ao programa de pós-graduação em História Social da USP, agosto de 2003.

_____ “Liberdade e usos da História em Benjamin Constant” in: Oliveira, C.; Mollo, H.; Buarque V. (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

RUSEN, Jorn. “¿Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia” in: *Culturahistorica* (www.culturahistorica.es). Link revisitado em 27 de agosto de 2013.

SKINNER, Quentin. *L’Artiste en Philosophie Politique – Ambrogio Lorenzetti et le bon government*. Paris, Raisons d’Agir, 2003.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo, Edusp, 1995.

Arte sacra, hierarquia e distinção social

Maria Cristina Neves de Azevedo*

Tendo como orientação a trajetória do pintor Joaquim José da Natividade proponho estabelecer considerações acerca das possibilidades de relação entre arte sacra e a compreensão de aspectos da representação social e hierárquica da sociedade que o contratou. Entendendo que o valor do espaço era estipulado pelos tipos, qualidade e inserção das construções arquitetônicas na paisagem urbana, acredito ser possível perceber as obras eclesiásticas daquela sociedade como lugar de prestígio e de hierarquia.

Nesse sentido, a hierarquização e distinção social estariam expressas na ornamentação dos templos, nas primeiras décadas do século XIX, sugerindo traços de uma sociedade em que o sentimento de aristocratização era representado pela ostentação e pelo luxo dos objetos de consumo (LIMA, 2008: 75-77, 85-86), fossem eles referentes ao âmbito sagrado ou profano.

Partindo da premissa de que as construções eclesiásticas estavam submetidas às regras ditadas pelo Concílio Tridentino busco identificar a existência de uma relação entre a arte decorativa das igrejas matrizes de Nossa Senhora de Monserrate, em Baependi¹, Nossa Senhora da Conceição, em Carrancas e a de São Tomé, em São Tomé das Letras ao contexto de formação e afirmação de um grupo socioeconômico dominante ligado à produção agropastoril, entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

Joaquim José da Natividade no Sul de Minas

A partir do questionamento acerca do direcionamento da portada principal da igreja de Nossa Senhora de Monserrate e sua inserção na malha urbana, em Baependi, teve início essa pesquisa. A busca por informações acerca da construção e decoração do templo revelou dois documentos que suscitaram questões que permitem o diálogo entre História da Arte e História da Cultura.

A transcrição do Termo de Doação do terreno para a ereção da igreja, pelo historiador

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, mestranda em História Social da Cultura, bolsista CAPES.

¹ Localizada no sul de Minas Gerais, próxima a serra da Mantiqueira, a localidade foi área de passagem para a região mineradora a partir do final do século XVII.

José Alberto Pelúcio, apresentou dados que extrapolam o objetivo de constituição do patrimônio (Fábrica) da matriz desta paróquia. As restrições impostas pelos doadores no registro apontam para a provável mudança no eixo econômico local, da extração aurífera para a produção de gêneros de abastecimento.

Termo de Doação (...) *de uma sorte de Campos à N. Snr.ª para a fatura de nova Matriz, que sequer erigir com o Título de Monserrate de Baependi, (...), a qual se por acaso se não fizer, ou se se fizer fora do dito campo Doador em outra parte não terá vigor a dita Doação; (...). (...) reservando para nós as terras vizinhas capazes de Lavoura, Matos, e restingas; como também ranchos de Tropas, e venda dos mantimentos das Lavouras da Nossa Fazenda, a saber Farinhas, Milhos, Feijões e Toucinho, e tudo que for da Lavoura da Nossa Fazenda; os quais ninguém poderá vender no dito Arraial (...); também reservamos as criações de Gados, a saber Bois, Cabras, Ovelhas, e Porcos; (...), e não poderão plantar Lavoura alguma nas terras, que pertencerem a dita Fazenda (...). Hoje, Baependi, vinte de janeiro do Ano de mil setecentos e cinquenta e quatro. [grifo nosso] (PELÚCIO, 1942: 45-48)*

A partir de indicação do mesmo autor, trecho do Livro Tombo, datado do final do século XIX, revelou artistas e obras executadas para a decoração da igreja matriz desta localidade.

“Neste paróquiato [do Vigário Domingos Rodrigues Affonso muitos melhoramentos se fizeram em nossa matriz: o altar mor, um dos mais belos monumentos deste templo paroquial, é da mesma época. Dois homens habilíssimos moravam aqui então: Natividade, encarnador, dourador e pintor, de S. João d’El Rei, e Macedo, entalhador, de Suassuhy, (...)”. (Livro Tombo, 1899: 4)

O levantamento de referências sobre o pintor e encarnador Natividade fez emergir um acervo de pinturas de forro ilusionistas que integrado à obras de policromia e encarnação em imaginária, encontram-se localizadas na região dos Campos das Vertentes e no Sul de Minas, antiga comarca do Rio das Mortes, entre os anos de 1785 e as primeiras décadas do século XIX.

Registros de pagamento, por trabalho executado por Joaquim José da Natividade, constam no Livro de Contas do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos de Congonhas do Campo e referem-se à execução de pintura da Casa e encarnação de imaginária no Santuário, nos anos de 1785 e 1790.

Outras composições foram atribuídas ao pincel de Natividade. A partir da definição de características originais na policromia de imaginária (ARAÚJO, 2003: 147; MARQUES, 2007: 138) puderam ser identificadas pinturas de forro e imagens devocionais em igrejas que integravam as freguesias na comarca do Rio das Mortes como as de Prados, Madre de Deus

de Minas, Cajuru, Cassiterita e Lavras. Carlos Magno de Araújo incluiu duas pinturas de forro existentes uma, na capela particular do Divino Espírito Santo, localizada em fazenda no município de São Vicente de Minas e, a segunda, na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas, próxima à vila de São João del-Rei.

A reconstituição do conjunto decorativo da capela do Divino Espírito Santo permitiu a identificação de um exemplar único de forro tridimensional que possui uma coroa de madeira em relevo projetando-se além da pintura (WERNECK, 2012: 1). Uma obra inédita é uma pista relevante para pensar sobre a qualidade e singularidade do trabalho artístico, sobre os encomendantes e os recursos disponibilizados para a obra.

A caracterização da padronagem das estampas, que permitiu a indicação de autoria por elementos repetitivos, pôde ser a referência para a identificação do trabalho do pintor. A comparação das pinturas dos camarins dos retábulos das igrejas matrizes de Baependi e de São Tomé das Letras, com as composições dos camarins dos retábulos da igreja de Nossa Senhora da Conceição de Carrancas e da capela do Divino Espírito Santo, possibilitou encontrar características peculiares para cada uma delas.

O requinte e a originalidade de Natividade podem ser estendidos à policromia de imaginária, à decoração de oratórios e camarins de retábulos. Esta nuance nas encomendas de obras sacras está presente na confecção de um oratório particular, na vila de São João del-Rei, que chamou à atenção de Edmilson Barreto Marques pelo “esmero (...) [que reflete o] prestígio e a importância do encomendante, (...) um importante e abastado comerciante local” (MARQUES, 2007: 138). Neste contexto de riqueza e exposição da vaidade ocorreu a disputa “dos melhores artistas e artesãos” (BOSCHI, 1988: 38), por comitentes individuais ou irmandades, transformando estas obras em “um fator de prestígio, de auto-afirmação e de destaque” (BOSCHI, 1988: 40).

Igrejas, capelas e ermidas: promoção de hierarquia urbana e eclesiástica

Caracterizados pela ocupação espontânea inicial, os aglomerados urbanos mineiros podem ser identificados em uma rede hierárquica expressa por agregarem, ao longo do tempo, diversas funções no âmbito administrativo colonial, pela conformação da malha citadina e a importância de seus prédios, civis e religiosos, além da notoriedade de seus habitantes (BOSCHI, 1988; D’ASSUMPÇÃO, 1989; FONSECA, 2003).

Na formação do espaço urbano colonial português na América, deve ser relevado o papel das construções religiosas que, em Minas Gerais, tinham suas capelas como “núcleo e eixo vital (...) [sendo o] elemento catalisador [da vida e das] normas de comportamento” (BOSCHI, 1988: 35).

Claudia Damasceno Fonseca aponta para o possível paralelismo entre as hierarquias urbanas e a sociedade do Antigo Regime. A personificação das povoações se dava a partir de “um sistema de concessão de títulos, privilégios e funções (administrativas, religiosas, militares) que ‘ilustram’ e ‘enobrecem’ as localidades que os recebem” (FONSECA, 2003: 43). A paisagem cultural, percebida como expressão e simbolismo de poder, relaciona-se à estrutura hierárquica (FONSECA, 2003: 43) da sociedade que a constituiu, alterou e manteve.

Dessa maneira, o consumo de arte sacra pode ser entendido como uma das esferas de reprodução das hierarquias incluindo, nesta dinâmica, as obras decorativas dos templos anteriormente construídos. A beleza das construções religiosas era argumento de recurso e afirmação de privilégio nas solicitações de funções administrativas ao Conselho Ultramarino (FONSECA, 2003: 46).

Construídas à custa da população capelas, ermidas e igrejas matrizes ou de irmandades refletiam o lastro econômico da comunidade nos recursos mobilizados para tal intento. A partir desta perspectiva, parece bastante pertinente entender o papel da igreja enquanto representação e produto cultural desta sociedade. Nesse sentido, a utilização do indicativo do crescimento de solicitações para ereção de capelas e igrejas para compreender a ocupação e hierarquização do espaço urbano nas Minas Setecentistas parece bastante plausível.

Caio Boschi propõe a utilização do mesmo indicativo para a montagem de uma linha temporal das construções dos templos setecentistas, com vistas à análise do mercado consumidor de arte religiosa na capitania mineira setecentista. Ressalta, no entanto, que não pode ser contabilizada apenas a disponibilidade de recursos como origem da demanda de produção artística ou artesanal nas Minas Gerais do período. Identifica como traço específico, para a manutenção do consumo de arte religiosa nesta sociedade, “o acentuado gosto pela ostentação e pela pompa, (...)” (BOSCHI, 1988: 38).

A constatação de uma produção em larga escala, com grande diversificação, voltada para a produção de gêneros de abastecimento e com movimentação comercial intensa, tendência econômica (CHAVES, 1999; GODOY, 2004; FURTADO, 2006) presente desde meados do século XVIII, e a concomitância de solicitações de ereção de capelas e igrejas

naquela região podem ser indicativos desta orientação econômica e sua conseqüente transformação dos parâmetros de consumo da sociedade local.

Desde a segunda metade do século XVIII, ocorreu a intensificação das encomendas de construção, pinturas e esculturas que pode ser compreendida no contexto de desenvolvimento produtivo interno à capitania mineira. Os estudos historiográficos publicados, principalmente a partir da década de 1970, buscaram desmistificar o entendimento da produção colonial submetida única e exclusivamente ao mercado internacional, apontando para o movimento de desenvolvimento da produção agropastoril, iniciado em meados dos setecentos, com destaque para propriedades localizadas em Carrancas, São Tomé das Letras e Baependi com significativos plantéis de escravos e instalações adequadas às atividades de abastecimento, como as de propriedade da família Junqueira².

Segundo Marcus Ferreira Andrade, as propriedades dos Junqueira estavam “entre as melhores e as mais bem equipadas, com grande número de cabeças de gado, cavalos e porcos e vendiam grande parte de sua produção na Corte” (ANDRADE, 2005: 17). Uma família que conquistou grande projeção política, social e econômica na região centro-sul, pode ser o elo com o consumo dos produtos e serviços oferecidos por Joaquim José da Natividade.

Pela centralidade da igreja para as relações sociais no ambiente urbano mineiro, a geografia do consumo de arte sacra pode revelar que as encomendas não estavam circunscritas aos principais núcleos citadinos de exploração aurífera, podendo ser localizadas nos diversos arraiais e vilas da capitania. O esforço empreendido pelos moradores dos povoados, localizados no sul de Minas em realizar reformas e obras decorativas nos templos que freqüentavam, indica a existência de um mercado consumidor significativo nas primeiras décadas do século XIX.

A família Junqueira, em seu apreço e cuidado com as ermidas e capelas (ANDRADE, 2008: 258)³, pode indicar pistas do reconhecimento destes produtos de consumo, por indivíduos ou grupos dominantes, como expressões simbólicas de seu lugar na hierarquia social determinando, a partir da contratação de um artista e da qualidade da obra por ele

² A média das grandes unidades escravistas da comarca do Rio das Mortes oscilava entre 37 e 36 escravos, demonstrando a importância das fazendas mineiras desta região, voltadas para a atividade agro-pastoril, na primeira metade do século XIX. Marcus Ferreira de Andrade, *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de Carrancas (1833)*, Versão eletrônica disponível em: www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/revolta_carrancas.pdf Acessado em 21/02/2013, 16:24

³ Ao salientar a importância da fazenda Favacho para a família Junqueira, Marcos Ferreira de Andrade faz alusão às “ermidas de São Tomé, Baependi e Carrancas” como palco para a realização “de rituais de batismo, casamento e óbito dos Junqueira” celebrada, em sua maioria, pelo padre Francisco Antônio Junqueira, filho de João Francisco Junqueira e irmão de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas.

realizada, sua capacidade e poder econômicos.

Entendo que a extensão do legado de Joaquim José da Natividade pode ser reveladora nesse sentido. As obras não se restringiam aos novos templos que estavam sendo construídos e os trabalhadores eram solicitados, igualmente, para “reparos, alterações e reforma”⁴ como no caso de Baependi, São Tomé das Letras e Carrancas.

Em seu processo construtivo e decorativo, estas igrejas podem ser entendidas como expressão da posição social daqueles que as erigiram e ornamentaram, refletindo as relações de hierarquia e poder destas sociedades. Constituíram, para grupos específicos, a expressão simbólica das hierarquias na formação das paisagens culturais *de uma população em processo de aristocratização*. Tais igrejas parecem, assim, carregar o significado do privilégio social de maneira ampla: como matriz de freguesia, na história das cidades, pela posição de destaque na topografia e pela qualidade do conjunto decorativo que possui.

As obras de pintura, policromia e encarnação nas igrejas inseridas na freguesia de Baependi realizadas por Joaquim José da Natividade parece ser um fio condutor privilegiado para a compreensão desta simbologia hierárquica, pois sua obra está presente em localidades em que integrantes da família Junqueira tiveram proeminência econômica, social e política.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

Arquivo da Cúria Diocesana de Mariana (ACDM)

1º Livro de Contas do Santuário de Bom Senhor Jesus de Matozinhos de Congonhas do Campo - prateleira H, nº 26

Arquivo da Cúria Diocesana da Campanha (ACDC)

Livro Tombo nº 1 - Paróquia de Santa Maria de Baependi.

Livro Óbito – Paróquia de Santa Maria de Baependi - BAE LO 05

Periódicos

⁴ BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História, p. 37, 38

Estado de Minas Digital. Notícia. Gerais. Gustavo Werneck – Publicação: 26/05/2012 06:00 Atualização: 26/05/2012 07:10; acessado em 24/01/2013 – 16:53 http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/05/26/interna_gerais,296558/celebracao-do-divino-em-sao-joao-del-rei-com-capela-restaurada.shtml

Fontes Impressas

BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português & latino: áulico, anatômico, architectonico...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v. Versão eletrônica disponível no endereço: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299210>

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del-Rei*. 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982. 2 vol.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. *Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade*; estudo introdutório Ronald Polito de Oliveira. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998, p. 203. Versão eletrônica disponível no endereço: <http://pt.scribd.com/doc/46897470/Visitas-Pastorais-de-Dom-Frei-Jose-Da-Santissima-Trindade-1821-1825>

VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.) *Almanaque Sul-Mineiro* Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874

VEIGA, Bernardo Saturnino da (org.). *Almanak Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884

VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 2. ed. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Antonio Louzada Antunes, 1707/1853. reedição comemorativa 2007.

Artigos e Livros

ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro. Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008

ANDRADE, Marcus Ferreira. *Negros rebeldes nas Minas Gerais: a revolta dos escravos de*

Carrancas (1833). Versão eletrônica disponível em:

www.acervos.ufsj.edu.br/site/fontes_civeis/revolta_carrancas.pdf

ARAÚJO, Carlos Magno. “Policromia de Joaquim José da Natividade na imaginária da região dos Campos das Vertentes e Sul de Minas”. *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), nº 2, 2003, pp 147-149

ARAÚJO, Carlos Magno. “Nossa Senhora da Conceição. Um caso de remoção de repintura contribuindo para atribuição de autoria”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), nº 2, 2003, p. 121-130

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco Mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. São Paulo: Cia Melhoramentos/Fundação João Pinheiro/Fundação Roberto Marinho/Companhia Editora Nacional, 1980

BOSCHI, Caio César. *Barroco Mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Tudo é História, nº 123

CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Cultura Barroca e manifestações do Rococó nas Gerais*. Ouro Preto: FAOP/BID, 1998

CHARTIER, Roger. “Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais”. In: *História cultural. Práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. pp 13-28, p

CHAVES, Claudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999

COSGROVE, Denis. “A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: CORREA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998

D’ASSUMPCÃO, Livia Romanelli. “Considerações sobre a formação do espaço urbano setecentista nas Minas”. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, nº 9 pp 130-139, 1989

FARIA, Sheila de Castro. “Abastecimento da Corte”. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil joanino. 1808-1821*. Rio de Janeiro:

Objetiva/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008, pp. 14-18

FONSECA, Claudia Damasceno. “Funções e hierarquias e privilégios urbanos. A concessão dos títulos de vila e cidade na capitania de Minas Gerais” In: *Varia História*, nº 29, jan 2003, pp. 39-51

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do rio de janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e o comércio das minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 2006

GODOY, Marcello Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casa de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese de Doutorado. FFLCH – USP. São Paulo, 2004

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Artífices no Rio de Janeiro (1790-1808)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008

LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores. Análise da estrutura populacional e econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804)*. Tese para doutoramento à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1980

MARQUES, Edmilson Barreto. “O santeiro de Garambéu”. In: *Imagem Brasileira*. Belo Horizonte: Centro de Estudos da Imaginária Brasileira (CEIB), n. 3, 2007, pp. 131-140

MARTINS, Judith. *Dicionário de artistas e artífices dos séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974, vol. 2

MATTOS, José Américo Junqueira de. *Família Junqueira: sua história e genealogia*. São Paulo: Editora Família Junqueira, 2004, 5 v.;

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Nayfi, 2003

PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942

PELÚCIO, José Alberto. *Templos e crentes. Baependi*. São Paulo: Gráfica Paulista, 1942

PEREIRA, Américo Arantes. *A família Pereira: descendentes de Domingos Antonio Pereira*. Ribeirão Preto/SP: Editora Legis Summa Ltda, 1986

PROST, Antoine. “Sociale et culturelle, indissociablement”. In: RIOUX, Jean-Pierre et SIRINELLI, Jean-François (dir.). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Éditions du Seuil, 1997. pp 131-146

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues. “Pintores mulatos do ciclo Rococó mineiro”. In: *A mão afro-brasileira: significado da contribuição artística e histórica*. São Paulo: Tenenge, 1988, pp. 102, 103

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues. Site do Itaú Cultural, Enciclopédia Itaú Cultural – Artes Visuais

http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2241&cd_item=3&cd_idioma=28555

STARN, Randolph. “Vendo a cultura numa sala para um príncipe renascentista”. In: HUNT, Lynn (org.). *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). *Dicionário do Brasil joanino. 1808-1821*. Rio de Janeiro: Objetiva/Prefeitura do Rio de Janeiro, 2008

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: USP, 1951

As hagio-biografias do Cura d’Ars (1786-1859): um estudo a partir das obras de Trochu e Ghéon

Tiago Pires*

Introdução

João Maria Vianney nasceu em Dardilly, uma pequena aldeia entre as montanhas de Lião, em 8 de maio de 1786. Obteve o diaconato em 1815 e, três anos depois, foi enviado a Ars, onde exerceu o ofício eclesiástico até a sua morte, em 1859. Durante os últimos anos de sua vida, o pároco francês já experienciou a multiplicação de objetos e fotos relacionadas à sua pessoa, bem como escritos sobre sua vida. Sua fama de santo percorreu o imaginário dos habitantes da pequena cidade de Ars e das adjacentes (TROCHU, 1960: 371; GHÉON, 1998: 160).

Nesta comunicação objetivamos analisar duas obras de cunho biográfico sobre a vida do padre João Maria Vianney, a saber, *O Cura d’Ars, São João Batista Vianney*, de Francis Trochu, publicada na França em 1925; e *O Cura d’Ars*, de Henri Ghéon, publicada entre 1915 e 1944. A partir do estudo de tais obras, buscamos identificar de que forma o “santo” é construído por meio de narrativas que estão para além do estilo hagiográfico, dialogando com as biografias modernas de fins do século XIX e início do XX. Uma escrita edificante, a serviço do exemplar e de um perfil específico de santidade, porém elaborada de forma singular e em resposta à cultura moderna e histórica do início do século XX. Apesar dos estilos narrativos serem diferenciados, as obras de Trochu e Ghéon projetaram um modelo de vida do santo característico de sua conjuntura, valorizando as virtudes morais e psicológicas, mas sem descartar a dimensão sobre-humana no atendimento às demandas sociais e pessoais.

Escritos a serviço do exemplar: as hagio-biografias do cura d’Ars

Em seus últimos anos de vida, seus prodígios como sacerdote foram conhecidos em muitas regiões da França, inclusive pelo papa. Quando faleceu, seus pertences, suas roupas e seu corpo exumado foram disputados por fiéis e eclesiásticos que queriam as relíquias do cura

* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Este texto refere-se a uma versão preliminar de parte do primeiro capítulo da minha dissertação de mestrado.

em suas dioceses. A devoção ao cura d’Ars ocorreu enquanto ele ainda estava vivo, em grande parte pelos devotos franceses. Após sua morte, a peregrinação a Ars e aos outros lugares que comportavam suas relíquias diminuíram. Contudo, seu reconhecimento como santo fora do território francês foi catalisado pelas variadas publicações de cunho biográfico que se multiplicaram após a morte do cura. Algumas das publicações mais elaboradas, segundo o sacerdote e historiador francês Francis Trochu (1877-1967), foram *O Cura d’Ars, vida de João Batista Maria Vianney* (1861), do padre Alfredo Monnin, e *O bem-aventurado Cura d’Ars* (1905), de José Vianney (TROCHU, 1960: 9). Segundo Trochu,

As outras biografias, obras de vulgarização ou de pura edificação que podem ter o seu mérito, nada apresentam de verdadeiramente novo que não se encontre nos trabalhos já citados. As que saíram à luz em vida do Santo e que apesar de seus reiterados protestos foram divulgadas são, em muitas de suas páginas, obras de grande fantasia. (TROCHU, 1960: 9)

Trochu escreveu uma das biografias mais elaboradas do cura d’Ars, intitulada *O Cura d’Ars, São João Batista Vianney*, publicada na França em 1925. A obra foi traduzida para o português por um jesuíta do Seminário de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, entre as décadas de 1930 e 1940 (TROCHU, 1960: 5). A obra transita entre o estilo narrativo das biografias históricas de fins do século XIX e início do XX e o das hagiografias desse mesmo contexto. (CERTEAU, 2008: 271; ROSA, 2000: 439). Por transitar entre esses dois estilos, fica difícil classificá-la como uma biografia histórica¹ ou como uma simples hagiografia. Por ser um gênero híbrido, pautado na trajetória de um indivíduo, mesclando história e ficção, as biografias se tornam singulares, ainda que não escapem de algumas “maneiras de fazer” de seus contextos (DOSSE, 2009: 18). “Assim, o biógrafo se faz autor de um romance verdadeiro.” (DOSSE, 2009: 71).

A hagio-biografia de Trochu, bem como outras vidas de eclesiásticos publicadas em fins do século XIX e durante a primeira metade do século XX, aparece descrita como uma história verdadeira, negando se tratar de um texto literário. “Assim, temos uma biografia diferente e rara na literatura cristã, onde o Santo aparece como foi de fato e não como o autor imaginou que fosse [...]” (TROCHU, 1960: 5). Essa oposição entre literatura e texto

¹ As biografias históricas são difíceis de serem definidas devido à variedade de estilos narrativos e pressupostos historiográficos que abarcam. Contudo, ela comporta nesse contexto algumas dimensões semelhantes, como a preocupação em ser mais científica do que as demais biografias, ou seja, imparcial, objetiva e em busca da veracidade dos fatos alcançada pela comprovação documental.

histórico², bem como outras tensões do gênero historiográfico dessa conjuntura, é utilizada a fim de reafirmar a legitimidade do santo e de seus prodígios, construídos por meio dos testemunhos dispostos no processo de canonização ou acessados através de forma direta com as pessoas que conviveram com o “santo”. A história do personagem divino não poderia ser fictícia se quisesse ser utilizada como exemplo aos fiéis e padres. Logo, seria perigoso impor à obra a caracterização de “literária”, ainda mais nesse contexto.

A comprovação documental e o uso abundante das fontes são outras características comuns nessas narrativas, apesar de nem sempre passarem por uma crítica apurada. Tal rigor, além de estar associado ao estilo historiográfico do século XIX e início do XX, servia como instrumento de legitimação do discurso religioso. Trochu fez uso constante de notas de rodapé explicativas e com as referências dos testemunhos, colhidos do processo de canonização, no qual teve total acesso. Por reunir o montante de todos os documentos utilizados em tal processo, que não foram poucos, o autor conseguiu redigir uma longa obra, talvez uma das mais elaboradas e completas sobre o padre João Maria Vianney.

Henri Vangeon (1875-1944), cujo pseudônimo literário era Henri Ghéon, foi médico e oficial do Exército francês, se dedicando também ao teatro, à literatura e à pintura. “Em 1915, durante a primeira Guerra Mundial, recupera a fé que perdera na infância e a partir daí consagra os seus tempos livres a escrever biografias de santos em prosa e drama [...]” (GHÉON, 1998: 4). Sua obra *O Cura d’Ars* foi publicada na França entre 1915 e 1944, tendo como fonte algumas testemunhas do processo de canonização e as biografias do padre Monnin, José Vianney e Francis Trochu. Uma afirmativa semelhante à narrativa de Trochu milita pelo caráter verídico da obra: “Não inventamos nada. Este pequeno livro é história pura.” (GHÉON, 1998: 9). Apesar de tal semelhança na busca por uma obra que seja fiel à vida do cura d’Ars, Ghéon elaborou um texto curto, em linguagem simples e sem notas ou qualquer outro tipo de referência, além de utilizar algumas imagens referentes à vida do cura. Desse modo, seu estilo narrativo se aproxima mais das hagiografias produzidas nos séculos XIX e início do XX do que das biografias históricas desse mesmo contexto.

² Talvez essa tensão entre o estilo histórico e o literário seja mais algo da retórica das biografias religiosas do que das discussões historiográficas de fins do XIX e início do XX. Num momento em que a história estava se constituindo como disciplina, essa tensão pode ter sido mais evidente. A história até podia ser considerada um gênero literário por alguns autores, mas não nos moldes do romance. Sua pretensão era científica. Para algumas reflexões sobre o assunto, conferir o artigo de Temístocles Cezar (2003).

A hagiografia é uma narrativa que prioriza o personagem (o santo) ao invés do indivíduo, inserindo-o em um tempo teofânico, no qual os traços de suas virtudes já são insinuados desde a infância do religioso. O santo é dado na origem, mas acompanha uma evolução em sua trajetória que revela a sua santidade: “Ter-se-á, portanto, a vida de santo que vai da ascese aos milagres através de uma progressão em direção à visibilidade ou, pelo contrário, que visa para além dos primeiros prodígios, as virtudes comuns e ‘ocultas’ da ‘fidelidade nas pequenas coisas’, traços da verdadeira santidade.” (CERTEAU, 2008: 274-275).

A vida de um santo se inscreve na vida de um grupo, Igreja ou comunidade, e segue os valores socioculturais na elaboração dos traços da santidade de um contexto (VAUCHEZ, 1987: 290; 296). “Desde logo, o santo é santo graças ao olhar dos outros, daqueles que fabricam sua lenda dourada, e em seguida dos leitores que ali vão buscar uma possível identificação.” (DOSSE, 2009: 139). Apesar de sua historicidade, a vida do santo e sua concepção de santidade se inspiram também nas trajetórias e virtudes de outros santos. Não por acaso, tais personagens são assíduos leitores de narrativas hagiográficas, constituindo a si mesmo por meio do diálogo entre as novas demandas socioculturais e as tópicas hagiográficas extraídas das leituras. As vidas dos santos são ressignificadas por tais tópicos, por essas maneiras de ser e agir que outrora caracterizaram outros sacerdotes. O “odor de santidade”, as lutas contra os demônios e as tentações e perseguições são elementos comuns em tais narrativas (CERTEAU, 2008: 275-276). Como as narrativas hagiográficas³ são escritas a serviço do exemplar, e lidas pelos eclesiásticos como material de edificação e de inspiração, quando não de doutrinação, tais modelos de como ser santo acabam circulando e deixando suas marcas nas práticas e nos escritos sobre tais personagens, ultrapassando, muitas vezes, sua dimensão topográfica.

As vidas dos santos sofreram consideráveis alterações durante a história moderna. As hagiografias do século XIX e início do XX se apropriaram do estilo hagiográfico do século XVII – mais crítico e histórico, ao modo da *Acta Sanctorum*, publicada pelos jesuítas Bolland e Henskens em 1643 (primeiro de muitos outros volumes) – e do século XIX – mais moralizante e apreço às virtudes comuns e do dever de estado, “por vezes, refere-se a uma normalidade *psicológica*, como seja, o ‘equilíbrio’”. (CERTEAU apud ROSA, 2000: 439).

³ Chamamos de “narrativas hagiográficas” o conjunto de textos que abordam a vida dos santos, em seus mais variados estilos de escrita e de enunciado. (CERTEAU, 2008: 268).

Tais mudanças estão atreladas às “condições particulares a que foi sujeita a ‘sociedade cristã’ e a instituição eclesiástica desde o advento da laicização oitocentista, especialmente agravado com as separações formais entre Estado e Igreja, concretizadas durante o século XIX [...]” (ROSA, 2000: 440). Além disso, “a partir do século XVIII, cresceu, entre os católicos, o desejo de terem, nos altares, figuras modernas e familiares mais próximas de seu cotidiano e com as quais mantivessem laços identitários, étnicos e políticos.”, mudanças essas percebidas e apropriadas pela Igreja Católica (SANTOS, 2000: 36).

Podemos chamar tais obras de hagio-biográficas, sobretudo a de Trochu, já que ela evidencia, mais que a narrativa de Ghéon, um diálogo maior com o caráter biográfico. Segundo Dosse,

À diferença da biografia, que acompanha uma evolução no tempo das potencialidades do indivíduo, a hagiografia enfatiza as descrições espaciais de lugares sagrados para enraizar a figura santa que é seu próprio protetor. Só como meio utiliza a narração. Já a biografia ressalta a narração, o percurso da existência no tempo, e atribui à descrição de estados de alma, retratos e balanço das ações ou obras um papel secundário, para animar a lógica narrativa temporal. O desdobramento da história, para o hagiógrafo, não passa de uma epifania progressiva do estado inicial de eleição ou vocação do santo, segundo uma concepção intrinsecamente teológica. (DOSSE, 2009: 138)

Essa “epifania progressiva” do estado inicial do santo, relativizada posteriormente por Dosse, se modifica nas hagiografias escritas a partir do século XIX. As narrativas hagiográficas passam a comportar uma dimensão mais tensional na vida do santo. O santo se aperfeiçoa, e é nesse aperfeiçoamento que ele revela a sua santidade, pautada menos em ações sobre-humanas (milagres, curas) do que em virtudes psicológicas e morais (caridade, paciência, esvaziamento de si, pastoreio das almas)⁴.

Tais narrativas hagiográficas se apropriaram, em maior ou menor grau, do estilo biográfico moderno⁵, no qual o indivíduo e sua história (com situações cotidianas e subjetivas) passam a receber um valor biográfico, o direito de serem narradas e o gosto de serem lidas (AUFURCH, 2010: 35; 42). Além disso, o personagem e sua trajetória ganham uma dimensão mais mutável, com identidades que podem variar, mesmo que a vida esteja

⁴ Apesar dos biógrafos Trochu e Ghéon descreverem inúmeros casos interpretados como sobre-humanos (curas, milagres, visões, exorcismo) na trajetória do cura d’Ars, eles consideram as virtudes como características centrais na vida do santo e na constituição da santidade. Para eles, os dons sobre-humanos são menos importantes na caracterização da santidade do que as virtudes morais. Tal noção, nos parece, pode não ser a mesma dos fiéis, muito apreços a tais práticas lidas como de outra ordem.

⁵ Principalmente a partir de fins do século XVII e início do XVIII.

organizada de maneira cronológica e coerente. A biografia de Trochu é mais representativa desse modelo híbrido da vida do santo, transitando entre o estilo hagiográfico e o biográfico moderno. Já Ghéon optou por um texto mais próximo das hagiografias, uma narrativa sem muitas tensões ou mudanças, pautada no desenvolvimento das virtudes morais e psicológicas do santo, típico do modelo hagiográfico do século XIX.

“Por que se escrevem biografias? Nunca, sem dúvida, alguém escreveu a vida de outro homem só com vistas ao conhecimento” (LEJEUNE apud DOSSE, 2009: 96). A obra de Trochu, bem como a de Ghéon, apresentam a exemplaridade e as virtudes do cura d’Ars, seus traços singulares e, ao mesmo tempo, sua semelhança com a vida de outros santos. São obras voltadas à edificação e à consolidação de uma identidade clerical e religiosa, inspiradas, principalmente, no modelo do pastor das almas representado por João Maria Batista Vianney. As obras não foram feitas para serem utilizadas no processo de canonização de Vianney, como muitas outras, pois foram publicadas próximas à data de canonização, em 1925. A biografia de Trochu, inclusive, foi publicada nesse mesmo ano.

No século XIX, as narrativas hagiográficas serviam também para impedir a consolidação das crenças opostas ao catolicismo, ligadas aos muitos processos de reforma que a Igreja então empreendia (CERTEAU, 2008: 271). Por estar atrelada aos projetos da Igreja Católica, elas eram, muitas vezes, encomendadas pelos próprios eclesiásticos. “É, incontestavelmente, o caso da Vie de Rancé, de Chateaubriand, obra encomendada por seu diretor de consciência, o padre Séguin.” (DOSSE, 2009: 71).

Certeau aponta uma diferença entre as vidas dos santos mais eruditas, ao modo de uma biografia histórica⁶, e as “hagiografias não-críticas”, mais romanceadas e poéticas, afirmando que essas últimas tornavam-se mais populares, sobretudo pela facilidade da leitura (CERTEAU, 2008: 268). A obra de Trochu se aproxima do primeiro modelo, já a narrativa de Ghéon se assemelha mais ao modelo romanceado, apesar de se fundamentar em biografias históricas e testemunhos do processo de canonização (GHÉON, 1998: 83). Por buscarem maior legitimidade em seus textos diante da cultura histórica do início do século XX, os autores normalmente não usavam o termo literário ou hagiográfico para caracterizar suas obras, ou se usavam, expressavam com clareza no início da narrativa que não se tratava das

⁶ Pautadas nos pressupostos científicos e positivos da objetividade e veracidade dos fatos. O rigor e a preocupação factual eram mais evidentes nesse estilo biográfico.

antigas hagiografias romanceadas e cheias de traços fictícios. Eles almejavam escrever a “história verdadeira” dos santos, descartando os exageros das antigas hagiografias.

Era preciso utilizar estratégias que fizessem os textos de cunho religioso transitarem de forma mais pujante na cultura moderna e histórica do século XIX e do início do XX. Francis Trochu fez isso de forma mais contundente do que Henri Ghéon, apesar de ambos buscarem a maior objetividade possível. Essa modalidade da escrita religiosa, ligada tanto a leigos (Ghéon) quanto a eclesiásticos (monsenhor Trochu), foi um dos mecanismos centrais tanto da produção de uma espiritualidade do bom pastor como na elaboração dos modelos de pastor das almas que foram emergindo ao longo do século XIX e início do XX, momento de importantes reformas no catolicismo. Mas uma representação como essa não se constituiu de forma aleatória. Um caminho estreito e, por vezes, raro, foi trilhado. Práticas tidas como virtuosas são exigidas, ainda que elas nem sempre sejam unificadas durante toda a trajetória do cura de Ars.

Referências

Fontes

GHÉON, Henri (1875-1944). *O Cura d’Ars*. São Paulo: Quadrante, 1998. [19--]⁷

TROCHU, Francis (1877-1967). *O Cura d’Ars*. São João Batista Vianney (1786-1859). Petrópolis: Editora Vozes, 1960 [1925].

Obras gerais

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: mapa do território. In: *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BLOT, Dominique. El Cura de Ars en el magisterio pontificio, de san Pío X a Benedicto XVI. *Anuario de Historia de la Iglesia*, vol. 19, 2010, p. 267-275.

BUARQUE, Virgínia; PIRES, Tiago. *Monsenhor José Silvério Horta e a espiritualidade do Bom Pastor*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

⁷ Começou a escrever livros sobre a vida dos santos a partir de 1915, durante a Primeira Guerra Mundial. A data oficial da publicação da obra não está divulgada no livro, mas se localiza entre 1915 e 1944, ano da morte do autor. (GHÉON, 1998: 4).

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: EDUSP, 2009.

CERTEAU, Michel de. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CEZAR, Temístocles. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 3, p. 73-94, jan./jun. 2003.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papyrus, 1991.

ROSA, Maria de Lurdes. “Fazer história”... para “fazer santos”: uma impossível compatibilidade. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 2000 (12). p.439-455.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. As múltiplas faces de uma santidade: reflexões sobre a trajetória do conceito de “ser santo”. *Estudos de História*, Franca, v.7 (1), p.27-39, 2000.

VAUCHEZ, André. Verbete: Santidade. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.12. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000.

WOODWARD, Kenneth L. *A fábrica de santos*. São Paulo: Siciliano, 1992.

As Referências Alemãs na Obra “Raízes Do Brasil” de Sérgio Buarque De Holanda

Rodrigo Gomes Ibanes¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é salientar as importantes contribuições do pensamento alemão para a elaboração da obra *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda. Não há aqui a pretensão de esgotar e nem de evidenciar todas essas referências contidas na obra, visto que, isso seria uma discussão que excederia os limites deste trabalho. O que se pretende é abordar principalmente o intenso diálogo que o autor de *Raízes do Brasil* manteve durante a elaboração deste livro com alguns autores ligados à sociologia e à historiografia alemã.

A importância de se avaliar e problematizar obras como essa é que isso nos dá a oportunidade de entender melhor os argumentos utilizados pelo autor, sua metodologia e principalmente os anseios que permeiam e entusiasma o intelectual quando este se dedica a escrevê-la. Em ensaios importantes e de projeção abrangente como *Raízes do Brasil* identificar e salientar a metodologia e, mais especificamente, a teoria ou as teorias utilizadas é parte fundamental para uma boa interpretação. Outro aspecto fundamental para uma boa análise de uma obra desse porte é descobrir o sentido, isto é, o que move o escritor a elaborar suas ideias e desenvolver seu raciocínio. Como chama a atenção o historiador alemão Jörn Rüsen, “ideias são os referenciais supremos que emprestam significado à ação e à paixão. Elas servem à transformação de carências motivadoras em interesses (claramente identificáveis) em agir.” (RÜSEN, 2001: 31-32). Por essa ótica, o que certamente foi uma das inquietações que levaram Sérgio Buarque de Holanda a escrever *Raízes do Brasil* foi a falta de análises, de teorias interpretativas, até aquele momento, que dessem conta de explicar, ou pelo menos satisfazer, aos seus anseios com relação a discutir e tentar entender a complexidade da sociedade brasileira. Ainda nos referindo a Jörn Rüsen, o alemão atenta para o fato de que são justamente

¹ Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Bolsista do PROPET História UFF Campos dos Goytacazes.
Email: rodrigoibanes@gmail.com

necessidades e carências existentes no presente que fazem com que os historiadores busquem no passado uma “razão histórica” para minimizar suas inquietações, e buscam também, orientação no tempo na tentativa de contextualizar os fatos. (RÜSEN, 2001: 32-33). É com esse intuito que Sérgio Buarque de Holanda tenta em sua primeira obra buscar respostas no passado para evidenciar o que no presente havia se configurado a sociedade brasileira do início do século XX. É nítido o esforço que o historiador paulista faz na tentativa de evidenciar razões e sentido para a complexidade social de seu tempo.

1. CONTEXTO HISTÓRICO DE “RAÍZES DO BRASIL”

*Raízes do Brasil*¹ foi publicada pela primeira vez em 1936 e é considerado o primeiro grande trabalho de Sérgio Buarque de Holanda e também uma das mais importantes obras da historiografia brasileira. A relevância deste livro consiste no fato de que ele foi escrito em um momento em que, entender a sociedade brasileira, desvendar suas particularidades, tinha se tornado tarefa essencial de muitos estudiosos da primeira metade do século XX. O início deste século no Brasil é marcado por um extenso debate sobre qual seria a verdadeira identidade brasileira. Muitos autores, estrangeiros e brasileiros, se dedicaram e ainda se dedicam a tentar responder a esse questionamento. Outro problema que se evidenciou neste período é que a maioria das interpretações acerca das características da sociedade brasileira era basicamente feita por doutrinas estrangeiras tão caras no final do século XIX, mas que não davam mais conta de explicar a complexidade deste grupo social tão específico em suas mais variadas características. (BRESCIANI, 2004: 403-412).

O advento do Movimento Modernista, também ocorrido no início do século passado, não pode deixar de ser lembrado como sendo um movimento de extrema importância para a intelectualidade brasileira. Essa agitação no cenário artístico e intelectual do país deve ser ligado ao contexto de *Raízes do Brasil*, pois o seu autor teve participação ativa

¹ “Raízes do Brasil” é publicada no Brasil no ano de 1936 pela Editora José Olympio. Posteriormente é traduzida para vários idiomas como o italiano (1954), o espanhol (1955) e o japonês (1971, 1976), bem como para o alemão e o francês. Isso mostra como essa obra se tornou de suma importância não só para o público brasileiro mais também aguçou o interesse de boa parte dos leitores estrangeiros.

nesta empreitada. Na verdade Sérgio Buarque faz parte deste grupo de intelectuais que apostaram no Movimento Modernista e posteriormente na chamada Revolução de 1930; viram nestes movimentos uma possível saída para solucionar os problemas com relação ao atraso cultural no desenvolvimento do Brasil. Havia à esperança em acertar os ponteiros com o que faziam as vanguardas européias, fundir cultura brasileira e estrangeira, cultura popular e erudita. (VELLOSO, 2006: 155-157).

Ainda muito engajados pelo Movimento Modernista e, extremamente comprometidos em acelerar o desenvolvimento do país, muitos intelectuais viram na Revolução de 1930, que inicialmente, tinha propostas de renovação profunda, rompendo com as ultrapassadas posições da República Velha, a oportunidade de ter suas ideias acolhidas pelo Estado. O intelectual agora não era mais perseguido pelo poder legislativo e sim incitado a fazer parte dele com a promessa de que, esta parceria seria fundamental para o desenvolvimento do país. Como observa Veloso: “Essa vinculação entre modernismo e Estado Novo é extremamente importante, uma vez que demonstra o esforço do regime para ser identificado como defensor de ideias arrojadas no campo da cultura.” (VELLOSO, 2006: 172). Muitos intelectuais e artistas das mais diversas áreas confiaram nesta união que, com o passar do tempo se mostrou “traíçoeira”, pois, muitos se viram manipulados pelo Estado para realizar políticas que não faziam parte do projeto inicial de modernização.

Também no início do século XX começam a surgir no Brasil às primeiras obras escritas por autores brasileiros exclusivamente engajados em discutir e interpretar a sociedade brasileira. Um dos principais conceitos largamente difundidos no início do século passado, tanto pelos intelectuais quanto pelos menos instruídos foi a famosa “Fábula das três raças”¹, que foi exaustivamente discutida e questionada por conter um caráter racista e simplista. O que se evidenciava nesse período por muitos estudiosos, tanto nacionais quanto estrangeiros, é que a sociedade brasileira era formada por três etnias majoritárias, os brancos vindos da Europa no advento da colonização, os negros vindos da África para o trabalho forçado, e os índios que aqui estavam desde os

¹ Esta expressão é utilizada como título de um dos capítulos da famosa obra “Relativizando, uma introdução à antropologia social” de 1990, escrita pelo antropólogo brasileiro Roberto Da Matta.

descobrimientos. Esse conceito de miscigenação foi largamente utilizado como forma de tentar dar corpo a uma sociedade extremamente plural e pouco coesa como é a sociedade brasileira. (DA MATTA, 1990: 58-85).

O que vale ressaltar é que Sérgio Buarque de Holanda foi um dos primeiros intelectuais brasileiros que não se valeu desta máxima, “era brando teoricamente: evitava determinismos cientificistas, climáticos ou biológicos.” (REIS, 2006: 121). Isso se deve ao fato de que este viés teórico pautado na questão racial nitidamente não era a preocupação do intelectual paulista; ele estava muito mais interessado em buscar explicações mais profundas e mais sólidas do que unicamente a miscigenação do povo brasileiro.

No prefácio escrito por Antonio Candido para *Raízes do Brasil* em 1967 ele evidencia que esta obra forma, junto com *Casa Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freire e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Junior, o tripé interpretativo da sociedade brasileira. (CANDIDO, 1967: 9-21). Mesmo assim resalta que Sérgio Buarque tem a particularidade de não salientar o aspecto da miscigenação, tão caro, por exemplo, a Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*. O autor de *Raízes do Brasil* estava mais preocupado, principalmente nos capítulos finais de sua obra, em evidenciar, por exemplo, o papel do imigrante, que chegara às terras brasileiras com mais intensidade a partir do início do século XIX movidos por melhores condições de vida e também devido à crescente escassez de mão de obra escrava que, naquele momento, já dava sinais de desgaste.

2. REFERÊNCIAS AO PENSAMENTO ALEMÃO

As referências alemãs têm impacto decisivo na formação intelectual de Sérgio Buarque de Holanda quando, no final da década de 1920 ele se muda para a Europa e, por ocasião, se estabelece em Berlim para trabalhar como correspondente para *O Jornal*. Nos momentos em que não estava exercendo o jornalismo, seu principal divertimento era assistir às aulas e palestras ministradas pelo historiador alemão Friedrich Meinecke na Universidade de Berlim. Com o passar do tempo cada vez mais Sérgio Buarque de Holanda ia se familiarizando com a língua alemã e seus intelectuais e, por conta disso,

inspirado por Meineche, pôs-se a ler com mais intensidade autores alemães, tanto no campo científico quanto no campo literário.

Sua passagem pela Alemanha foi relativamente curta, ficou em Berlim pouco mais de dois anos retornando ao Brasil no início da década de 1930. Mesmo permanecendo pouco tempo no país europeu, Sérgio Buarque de Holanda trouxe consigo uma imensa bagagem teórica que iria ser crucial para o amadurecimento dele como um dos grandes intelectuais brasileiros do século XX. As leituras feitas pelo autor de *Visão do Paraíso*, acerca da sociologia e da historiografia alemã deixaram marcas profundas em *Raízes do Brasil* que, segundo o próprio Sérgio Buarque de Holanda, em entrevista concedida ao jornalista João Marcos Coelho para a revista *Veja* em janeiro de 1976 o paulista salienta que: “Eu escrevi dois de seus capítulos na Alemanha, quando lá morei, entre 1928 e 1931 (...) Eu estava muito influenciado pelo sociólogo alemão Max Weber.” (HOLANDA, 1976) Esse depoimento do autor mostra que suas leituras germânicas surtiram efeito quase que imediato na composição de seus argumentos para esta obra.

É importante que se acentue que *Raízes do Brasil* foi escrita em um momento muito peculiar da trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda. No curso de seu amadurecimento intelectual o próprio autor foi fazendo ponderações acerca deste ensaio, se mostrou extremamente preocupado em evidenciar que *Raízes do Brasil* é uma obra situada no tempo, e que necessitaria de uma série de correções e adaptações. Em entrevista concedida ao jornalista e historiador Ernani da Silva Bruno¹ em 1981, Sérgio Buarque de Holanda, quando questionado sobre sua afirmação de que reescrever *Raízes do Brasil* seria fazer um livro diferente, o intelectual paulista responde:

“Teria que mudar e desdizer muita coisa. Por exemplo: acho muito estática aquela definição do início, em que falo do personalismo, do individualismo. Não posso concordar com isso hoje. O mesmo vale para aqueles trechos sobre o ladrilhador, o sementeiro: acho aquilo ensaístico demais, precisaria refazer. O fato é que o livro foi concebido de uma maneira, e se fosse conceber de outra teria que fazer um livro inteiramente novo.” (referenciar entrevista).

¹ Esta entrevista não foi feita apenas por Ernani da Silva Bruno mais também por uma série de personalidades ligadas ao cenário intelectual brasileiro como, por exemplo, Laura de Mello e Souza entre outros.

3. AS IDEIAS DE LEOPOLD VON RANKE E MAX WEBER EM “RAÍZES DO BRASIL”

Antes de fazer algumas menções acerca da forte presença de Leopold Von Ranke e Max Weber em *Raízes do Brasil* é necessário que se diga que não há aqui a mínima intenção em restringir tais referências utilizadas por Sérgio Buarque de Holanda na concepção de sua obra apenas a esses dois autores. Durante sua estadia na Alemanha e mesmo depois de retornar ao Brasil, o historiador paulista teve contato com infinitas obras, infinitos autores, tanto alemães quanto brasileiros, e isso certamente o ajudou a elaborar seu primeiro ensaio. A opção por esses dois autores se dá pelo fato de que suas ideias se tornam mais perceptíveis na obra analisada e, por isso, mereceram uma atenção especial neste trabalho.

3.1 ALUSÕES AO PENSAMENTO DE LEOPOLD VON RANKE

O primeiro contato de Sérgio Buarque de Holanda com Leopold Von Ranke e conseqüentemente com o *historicismo* alemão é muito difícil de datar, visto que, mesmo antes de sua viagem à Alemanha no início do século passado, o historiador já possuía uma enorme carga de leitura das mais diversas áreas. É bem provável que suas leituras acerca de Ranke tenham se intensificando durante sua estada em terras alemãs e, também devido ao incentivo do historiador alemão Friedrich Meinecke.

A maioria dos estudiosos que se puseram a discutir e avaliar *Raízes do Brasil* são quase unânimes em afirmar que essa obra é uma das que mais faz alusão ao historicismo alemão na historiografia brasileira. A metodologia que Sérgio Buarque de Holanda emprega para escrever esta obra é muito baseada na narrativa histórica e na visão de que os formatos em que se encontram as sociedades no presente são sempre resultados de processos históricos no âmbito de sua formação. Esse caráter dissertativo que se preocupa em analisar os fatos o mais fielmente possível, extrair das fontes primárias o máximo de informação sem muitos devaneios e, na medida do possível, manter distancia do material examinando são características presentes em *Raízes do Brasil*.

Outro ponto importante a ser discutido sobre essa referência rankiana no primeiro ensaio de Sérgio Buarque é a questão da separação do discurso historiográfico do

discurso filosófico que acabou se tornando uma marca no pensamento do historiador alemão. Essa máxima que rendeu duras críticas a Ranke foi posteriormente discutida pelo próprio Sergio Buarque em uma coletânea dirigida por ele sobre o autor germano e que foi publicada em 1979. Nesta coletânea o historiador paulista afirma que:

“Ranke foi historiador sem pretensões a filósofo, mas teve mais de uma vez o cuidado de definir quase que filosoficamente o ofício do estudioso do passado. Entendia, ainda assim, que a História é uma ciência do único, separando-se por esse lado da Filosofia que, segundo ele, se ocupa de abstrações e generalizações.” Ainda sobre a filosofia Sérgio Buarque prossegue dizendo que, “É fora de dúvida que Ranke sentiu desde muito cedo a dificuldade de estudar, pesquisar, e verificar os fenômenos singulares, sem o socorro de seleções, avaliações, comparações ou generalizações, e que apelou conscientemente para tais recursos.” (DE HOLANDA, 1979: 22-23).

É importante que se note que, mesmo fazendo parte do discurso rankiano esse apelo a distanciar-se das generalizações, Sérgio Buarque nos chama a atenção para o fato de que esse recurso foi largamente usado pelo próprio alemão em suas obras. Na verdade, assim como Ranke o historiador brasileiro faz largo uso dessa máxima em *Raízes do Brasil*. Sua tentativa de uma espécie de história geral do Brasil não perde, por ter esse aspecto, características rankianas, “Não importa que o historiador se dedique ao estudo das diferentes histórias nacionais, quando não perca de vista o pano de fundo que de algum modo as congrega.” (DE HOLANDA, 1979: 25-26).

3.2 ALUSÕES AO PENSAMENTO DE MAX WEBER

Outra quase unanimidade com relação às referências alemãs utilizadas por Sérgio Buarque de Holanda na composição de *Raízes do Brasil* é com relação à presença das ideias do sociólogo alemão Max Weber. Em ensaio publicado pelo pesquisador José Carlos Reis ele chega a afirmar que: “*Raízes do Brasil* tem páginas inteiras inspiradas em Weber.” (REIS, 2006: 120). Muitos intelectuais também compartilham desta afirmação feita por Reis, o próprio Sérgio Buarque, em muitas das entrevistas concedidas ao longo de sua vida, reconhecia que as ideias weberianas foram largamente utilizadas na composição de sua obra.

Do sociólogo alemão, Sérgio Buarque se utiliza com mais intensidade dos chamados *tipos ideais*. Esse conceito é largamente difundido ao longo de muitos capítulos em *Raízes do Brasil*. *O semeador e o ladrihador* e *O homem cordial* são alguns exemplos desse uso. O autor de *Monções* é considerado um dos primeiros intelectuais a se utilizar da sociologia weberiana no Brasil. Isso se deve ao fato de que Weber foi um dos autores mais lidos por Sérgio Buarque durante sua estada na Alemanha no início do século passado. Por esse aspecto *Raízes do Brasil* é vista por muitos teóricos como sendo uma obra tanto de cunho historiográfico como de cunho sociológico, justamente por conter em sua organização, conceitos intimamente ligados ao estudo sociológico.

Totalmente imerso pela sociologia alemã de Weber no início de sua vida acadêmica, Sérgio Buarque se destacaria por sua análise geral do Brasil. Sua nítida intenção em desvendar as raízes, salientar características e conceituar grupos nas mais diversas esferas da sociedade brasileira é um exemplo claro desse uso da teoria sociológica weberiana. A preocupação do autor de *Visão do Paraíso* em salientar questões como a divisão do público e do privado na composição do Estado para tornar este mais burocrático e funcional e mais abrangente são questões pautadas diretamente no pensamento do pensador alemão.

“A sua discussão de Estado brasileiro, das relações entre o público e o privado, a sua proposta de uma separação radical entre estas esferas e da modernização do Estado, que se tornaria mais racional e burocrático, mais eficaz na administração pública, são visivelmente weberianas.” (...) “*Raízes do Brasil* é quase integralmente weberiano.” (REIS, 2006: 120).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Raízes do Brasil está, sem dúvida, entre as mais importantes obras da historiografia brasileira. Isso pode ser evidenciado pelo fato de que ela continua sendo, quase um século depois de sua primeira publicação, uma obra extremamente instigante e inovadora. Essa posição de prestígio atribuída a este ensaio faz com que sejam necessárias alusões acerca de seu conteúdo como às quais se propôs a fazer esse trabalho. Salientar suas ideias, evidenciar suas correntes teóricas, tudo isso se torna imprescindível devido ao importante conteúdo que este livro possui. É evidente que não

se trata apenas de salientar os aspectos positivos atribuídos a esta obra, não se pode perder de vista o fato de que *Raízes do Brasil*, como nos chama a atenção seu próprio autor, deve ser vista sempre como uma obra pertencente ao seu tempo, ou seja, está ligada intrinsecamente ao período em que foi escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRESCIANI, Maria Stella, NAXARA, M.(org) memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas, Unicamp. 2004.

CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S.B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando. Uma introdução à antropologia social*. RJ: Rocco, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual na obra de Leopold von Ranke. Coleção os Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia é difícil: As observações e as conclusões de um especialista com base no exame da história. Revista Veja. Pag. 3-6. Jan. 1976.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil – 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica / Jörn Rüsen; tradução de Estevão de Rezende Martins. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 192p.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC / José Carlos Reis – 8 ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). O Brasil Republicano: O Tempo do Nacional-Estadismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

As relações de poder no Asylo de Meninos Desvalidos da Corte (1875-1894)

Eduardo Nunes Alvares Pavão¹

O interesse em trabalhar com a infância “desvalida” esteve presente em minha vida acadêmica desde finais dos anos de 1990 quando comecei a pesquisar o cotidiano de crianças e adolescentes de “rua” atendidos pela Associação Beneficente São Martinho, situada na Lapa, na cidade do Rio de Janeiro. Graças aos meus estudos das representações sobre crianças e adolescentes “desvalidas” realizei a monografia para o curso de especialização em Sociologia Urbana – *Vai um amendoim aí tio?* No entanto, logo percebi que se tratava de apenas o início de um longo trajeto.

Naquela ocasião, fortemente marcado pelo interesse em possibilitar a emergência das falas e gestos daqueles sujeitos e atores sociais, procurei identificar a relação dos mesmos com o espaço urbano (a rua), a família, o trabalho e a escola, evidenciando não apenas as formas e condições em que viviam, mas, sobretudo, suas representações e formas de significação do mundo. O resultado da pesquisa foi minha Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 1999 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) intitulada - *Um estudo de caso: As representações das crianças e dos adolescentes pobres de rua atendidos pela linha emergencial da associação beneficente São Martinho da rua, da família, da escola e do trabalho.*

Ao terminar o curso de mestrado, o interesse em continuar pesquisando a *História de crianças e adolescentes de rua na cidade do Rio de Janeiro* ainda era grande, mas em decorrência de questões profissionais decidi seguir novos rumos e protelar o desejo. Passada quase uma década, desde a defesa do mestrado, eis que o interesse, ainda latente, ressurgiu, quando tive acesso ao acervo do Arquivo do Asylo de meninos desvalidos (AMD)², inaugurado no ano de 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Rico pela sua quantidade e diversidade de documentos, o acervo, doado em 1990, pelo

¹ Doutorando em História Política pela UERJ. Apoio financeiro da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

² Daqui em diante será utilizada a sigla AMD para se referir ao Asylo de Meninos Desvalidos.

Colégio Estadual João Alfredo, à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é capaz de dar forte testemunho não só da História da Educação no Brasil, mas também da História da Assistência à infância desvalida e suas nuances sociais, políticas e econômicas.

Diante daquele acervo imenso surgiram, então, algumas problemáticas: Por que a criação de um Asilo para Meninos “desvalidos” na cidade do Rio de Janeiro em finais do século XIX? Quem eram esses meninos? Como eram esses meninos? E de onde vinham as crianças admitidas naquela instituição? Quais eram os critérios usados para a classificação de uma criança como desvalida? Depois de admitidas na instituição como era o cotidiano dessas crianças? E mais, aquela instituição seguia apenas o seu objetivo explícito de educar as crianças pobres e inseri-las no mercado de trabalho ou atendia a outros interesses como, por exemplo, o projeto de higienização dos espaços públicos e controle social na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX?

Foi diante de tais perguntas que surgiu o meu interesse em investigar as condições históricas que possibilitaram o surgimento de uma instituição como o AMD e suas políticas de ação cotidianas, marcadas por constantes relações de poderes e contrapoderes, disciplina e controle intensos. Além disso, me interessa, especialmente, compreender como estes poderes que incidem sobre os corpos dessas crianças agem não apenas sobre estes corpos, mas também sobre seus modos de subjetivação transformando, em grande medida, “corpos desvalidos” em “corpos úteis”. E úteis não apenas no sentido marxista de corpos potentes para o trabalho, mas dispostos a contribuir para o novo conceito de nação e cidadania a ser forjado pela elite brasileira no último quartel do século XIX, sobretudo a partir de 1889 quando os ideais republicanos entram efetivamente em cena. Afinal de contas, foi justamente no período em que o Brasil vivia um afrouxamento da ordem escravocrata e a reestruturação de novas formas de trabalho e inserção dos homens livres no meio social e, conseqüentemente, a necessidade da construção de uma nova noção de nação por parte da elite, principalmente intelectual, que surgiu esta instituição. Haveria alguma relação direta?

O tema desta apresentação está intimamente vinculado com o título do meu projeto de pesquisa em História Política (nível doutorado) pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), iniciado

em 2012, De corpos “desvalidos” a corpos “úteis”: Higiene, controle e disciplina no Asylo de Meninos Desvalidos – Rio de Janeiro (1875-1894).

A questão da assistência aos desvalidos no Império.

No Império passa a vigorar, através de leis e decretos, o recolhimento. Esta preocupação aparece atrelada à primeira lei penal do Império, o Código Criminal de 1830. Essa lei estabelece a “responsabilidade penal para menores a partir dos 14 anos” (RIZZINI, 1995:104). O recolhimento dos menores passa a visar sua correção em instituições denominadas Casas de Correção, que mantinham alas separadas. Uma de cunho correcional, para menores delinquentes, mendigos e vadios; e outra destinada à divisão criminal.

Neste período, o recolhimento de crianças e órfãos, amparados na legislação da época, tem ainda sua tônica fundada na ideologia cristã. As medidas praticadas pela Igreja Católica eram de caráter “religioso e caritativo” (RIZZINI, 1995:105).

Na segunda metade do século XIX é que começa a aparecer mais claramente na legislação da época, outra característica das medidas de amparo à infância pobre no Império: a formação educacional das crianças. A atitude do Império em relação à infância está dentro do discurso da construção dos projetos políticos que visam a definir o futuro da ex-colônia. Essas perspectivas foram formuladas nos Anais da Assembleia Constituinte, de 1823, no Rio de Janeiro.

Neste período, o tema infância ganha importância nas pesquisas acadêmicas. Foram registradas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de 1836 a 1870, 81 teses acadêmicas tendo como tema a criança. Sendo que 34 dessas se referiam à infância pobre; à exposição de órfãos na Santa Casa de Misericórdia; à prostituição infantil, à baixa frequência escolar, à higiene dos escravos, às altas taxas de mortalidade infantil - seja por doenças da puerícia, seja por abandono dos recém-nascidos.

Por outro lado, a infância, sobretudo a infância pobre, passou a ser também um assunto de polícia. Em 1836, Euzébio Coutinho Mattoso de Queirós - Chefe de Polícia da Corte intencionava mobilizar a polícia para “caçar” crianças “pobres”, “vadias” e “vagabundas” e encaminhá-las aos Arsenais de Marinha e Guerra e às Casas de Correção.

Com a consolidação do Estado Imperial, a preocupação com as crianças e sua educação passou a envolver diferentes setores da sociedade. Em 24 de janeiro de 1874,

pelo Decreto nº 5.532, são criadas dez escolas públicas de instrução primária na Corte. O ensino primário e secundário foi regulamentado pelos Decretos Nº 630, de 17 de setembro de 1851, e Nº1331-A, de 17-2-1854. As crianças pobres são contempladas por esses decretos. O artigo 57, de 1854, determina a admissão de “alunos pobres” em escolas da rede particular, mediante pagamento por parte do Governo, assim como a medidas quando estiverem pelas ruas em estado de “pobreza” ou “indigência”. A estes “se fornecerá igualmente vestuário decente e simples, quando seus pais, tutores, curadores ou protetores o não puderem ministrar, justificando previamente sua indigência perante o Inspetor Geral, por intermédio dos Delegados dos respectivos distritos” (VOGEL, 1995: 306).

A partir de 1850, são regulamentadas as leis acerca de escravos e seus filhos. A chamada “Lei do Ventre Livre ou dos ingênuos”, Lei de nº2.040 de 28 de setembro de 1871, declarava livres os filhos de mulheres escravas nascidos após esta data. Estipulava obrigações para os senhores de escravos e para o governo, proibia a separação dos filhos menores de 12 anos do pai ou da mãe. Segundo Abreu & Martinez, a lei de 1871, tem como preocupação o futuro dos descendentes de escravos, tônica dos debates públicos da época (ABREU & MARTINEZ, 1997:25).

A Lei nº 2040 obrigava os senhores a criarem os filhos das escravas até à idade de oito anos, após este período poderiam receber uma indenização do Estado ou os usarem como trabalhadores até à idade de 21 anos. Num quadro econômico agroexportador, escravista e monocultor, a postura dos senhores de escravos tinha muitos defensores. Após 1871, descendentes de escravos libertos, menores em geral (imigrantes e mestiços) se tornaram objeto da elite pensante no Brasil. A partir desse período, os discursos dos homens públicos, dos reformadores e dos filantropos propunham a “fundação de escolas públicas, asilos creches, escolas industriais e agrícolas de cunho profissionalizante, além de uma legislação para menores”. Buscava-se inserir nas práticas jurídico-policiais o encaminhamento para Casas de Educação, Educandários e Reformatórios “para os chamados menores abandonados e delinquentes” (ABREU & MARTINEZ, 1997:25).

No Império começa-se a traçar também metas para a formação da futura nacionalidade, calcadas em padrões europeus, numa ordem científica. Corrigindo tudo aquilo ou todo aquele que divergisse da ordem estabelecida e considerada condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma nação moderna e civilizada. Gradativamente

na segunda metade do século XIX são debatidos modelos de modernidade e civilidade na imprensa, na tribuna política e na Academia de Medicina.

Em que consistia o Asylo de Meninos Desvalidos?

O AMD, para cuja criação estava o poder executivo autorizado por decreto, desde fevereiro de 1854, só foi finalmente criado vinte anos depois pelo decreto nº 5532 de 24 de janeiro de 1874, sendo inaugurado no dia 14 de maio de 1875, com 13 meninos, pelo então Ministro do Império João Alfredo Corrêa d'Oliveira, que o regulamentou por decreto nº 5849 de nove de janeiro de 1875. O Asilo tinha como objetivo fundamental a assistência à infância desvalida, sobretudo, meninos órfãos de pai e/ou mãe que não tinha quem os sustentasse e garantisse a continuidade de seus estudos.

Localizado em Vila Isabel, Rio de Janeiro, essa instituição sofreu várias mudanças em sua denominação ao longo de sua história – Asylo dos Meninos Desvalidos (1875-1894), Instituto Profissional (1894-1898), Instituto Profissional Masculino (1898-1910), Instituto Profissional João Alfredo (1910-1933), Escola Secundária Técnica João Alfredo (1933-1934) e Escola Técnica Secundária João Alfredo (1934-1956), atualmente, Colégio Estadual João Alfredo. Essas denominações diferenciadas no decorrer dos anos corresponderam às mudanças estruturais pelas quais passou esse estabelecimento.

A procura pela instituição era feita, em geral, por pessoas extremamente pobres que não tinham meios para manter-se e aos filhos. Geralmente, recolhia meninos pobres, “de rua”, “indigentes” e “órfãos”, crianças, entre seis e doze anos de idade, que perambulavam pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro, sem terem para onde ir, cometendo, às vezes, furtos e outros crimes. Uma vez no Asylo, tendo terminado a educação de primeiro grau e instrução em algum ofício, eram obrigados a trabalhar três anos nas oficinas da escola. Depois desse período, os “órfãos” ficavam à disposição do Estado, na figura de um “juiz de Órfãos”, enquanto os outros eram encaminhados às suas famílias. Ambos, entretanto, tinham como certa a sua inserção no processo de trabalho, em empresas públicas ou privadas (Cf. LOPES, 1994).

A instituição era mantida com subvenção do Estado e, em grande medida, através de doações feitas por benfeitores, dentre eles empresários e industrialistas,

interessados com a formação de jovens trabalhadores para suas fábricas. Estava inserida, portanto, em uma lógica de funcionamento social que correspondiam não apenas aos interesses do Estado, mas também de grupos privados:

Daí, postulamos a ideia de um projeto educacional vinculado a um projeto social mais amplo e a uma estratégia geral de poder. Aqui, a compreensão da instituição enquanto um aparelho privado de hegemonia está calcado, dado constituir-se um dos meios de atingir os objetivos da burguesia industrialista de várias formas: uma, formando força de trabalho qualificada e ‘adestrada’ do ponto de vista técnico e moral. Outra, constituindo-se alternativa efetiva de poder, já que consegue carrear por si a participação do Governo Imperial (LOPES, 1994:88).

Depreendendo-se que a construção do AMD decorre de projetos sociais muito mais amplos, que conformam a relação entre poderes públicos e privados em fins do século XIX. No entanto, analisar as políticas de funcionamento de uma instituição com estas características, por um viés predominante econômico, pensar o projeto pedagógico levado a cabo pelo controle e a disciplina, apenas interessado em formar mão de obra técnica e qualificada para o trabalho nesta sociedade que se desponta como industrial, é muito pouco e até mesmo pobre. Partilho, seguindo outro viés, das ideias de Michel Foucault que pensa a importância em trabalhar este modelo de instituição não do ponto de vista interno, de “dentro” para “fora”, mas partindo de “fora” para “dentro”, buscando compreender como esta “máquina” (instituição) funciona como a materialização de políticas sociais mais complexas que transcendem seus muros. Políticas estas que se concretizam e se materializam por via das estratégias de poder. Em outras palavras, não fazer uma História do AMD, mas compreender como as suas políticas de funcionamento interno conformam com as políticas sociais mais abrangentes em determinada cena discursiva. E mais, como estas políticas, tornadas possíveis através dos dispositivos de poder, atravessam corpos individuais e os transforma.

Então, se traçou como objetivos: 1) Identificar o perfil da clientela atendida pelo AMD neste período e suas formas de admissão; 2) Pesquisar a relação entre a Medicina e as políticas de educação, principalmente no que diz respeito à higiene física e mental das crianças, políticas públicas de saúde e profilaxia das doenças; 3) Entender o processo de “atravessamento” da instituição educação, AMD, por outras instituições como a saúde, a religião, a política, a economia, a prisão, o quartel, o hospital, etc.; 4) Identificar as estratégias de poder utilizadas e suas formas de funcionamento no

cotidiano, considerando também a possibilidade da existência de contra poderes por parte dos asilados, manifestos através de resistências, indisciplinas e formas mais sutis, como processos de somatização, etc.; 5) Verificar as condições de moradias, vestimentas, alimentação das crianças asiladas.

O pensamento higienista, fundamentado nos valores da ciência, tinha como objetivo, em sua ação, a prevenção da desordem. As instituições de amparo social criadas para servir aos “desprovidos”, aos desvalidos, tinham como objetivo, neste sentido, prevenir a delinquência, proteger a infância e fazer de sua saúde física e de sua adaptação moral a mais grave preocupação da sociedade (Cf. RIZZINI, 1997). Sendo esta afirmação balizada pelo Decreto Nº 5849 de nove de Janeiro de 1875, que estabelecia ser o Asilo um internato destinado a recolher e educar meninos de 6 a 12 anos de idade.

O artigo 2º salientava como primeira ação a se dar: a vacinação dos meninos recolhidos, no caso da falta desta. No entanto os que porventura viessem a sofrer algum tipo de doença, exteriormente ao Asilo teriam tratamento. Continua este mesmo artigo enfatizando que “Não serão admitidos os que sofrerem de moléstias contagiosas ou incuráveis, nem os que tiverem defeitos físicos que os impossibilitem para os estudos e para a aprendizagem de arte ou ofícios” (Decreto Nº. 5849 de 9 de Janeiro de 1875).

Segundo o Regulamento do Asylo o ensino compreendia instrução primária do 1º e 2º, álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; Escultura e desenho; Música vocal e instrumental; Artes tipográfica e litográfica; Ofícios mecânicos de encanador, alfaiate, carpinteiro, marceneiro, torneiro, entalhador, funileiro, ferreiro, serralheiro, surrador, correeiro e sapateiro. A inspeção da instituição estava a cargo de um Comissário do Governo Imperial e a este competia desde inspecionar o Asilo, até controlar a admissão de asilados ou o seu desligamento, servindo de elo entre a instituição asilar e o Ministro do Império. O Asilo de Meninos Desvalidos tinha (regulamentado em 1875) como empregados o diretor, 3 professores (um professor de instrução primária, um professor de álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes, e um professor de escultura e desenho), 1 escrivão, 1 almoxarife, 1 médico e 1 capelão e mestres e artes e ofícios. Além desse conjunto de empregados pressupunha a contratação de repetidores, inspetores de alunos, criados e serventes. Alguns empregados do asilo tinham as suas funções regulamentadas pelo decreto. O médico tinha como incumbência visitas de rotina ao asilo com orientações de higiene e

relatórios sanitários ao diretor do movimento na enfermaria, dos atendimentos prestados e relação de itens necessários para o pleno exercício de sua atividade. Já ao capelão cabia dizer missa e explicar o Evangelho assim como os demais ofícios do seu ministério. No entanto, as normas de funcionamento e ordenamento da instituição vão sofrendo modificações ao longo das administrações de Rufino Augusto d’Almeida, João Joaquim Pizarro e Daniel Oliveira Barros d’Almeida.

Considerações Finais

O tema de criança desvalida já foi objeto de inúmeras abordagens. Neste texto se procurou discorrer algumas considerações sobre as relações de poder, controle, vigilância, disciplina presentes na instituição na segunda metade do século XIX.

Primeiramente, esta assistência teve um cunho religioso, sendo praticada pelos jesuítas que, além de um interesse humanitário, procuravam atrair seguidores para o catolicismo. A assistência, neste sentido, tinha uma característica de caridade atrelada a interesses religiosos.

Somente mais tarde é que aparecem políticas do Governo Imperial para a assistência à Infância Desvalida. Sobretudo a partir dos anos 1850, quando os escravos começaram a figurar na ordem dos homens livres e o governo teve que se preocupar com os filhos que passaram a circular pelo centro urbano. Logo a assistência à infância e adolescência assume um caráter de ordem e controle social, a fim de se evitar a “violência” e “criminalidade”.

A “medicalização” da sociedade, das relações sociais, da assistência às crianças e aos adolescentes desvalidos, assim como das distintas esferas de poder se deu gradativamente, e o discurso médico, jurídico e político conformava o pensar dos homens da “boa sociedade” que escrevia nos jornais (Diário do Rio de Janeiro, Jornal do Commercio, Diário de Notícias, O Paiz) se constituindo em importante objeto de estudo nesta pesquisa.

A leitura e análise dos ofícios e relatórios dos diretores do Asilo de meninos desvalidos do período de 1875 a 1885³ que se encontram no Arquivo Nacional se

³ Arquivo Nacional. IE5 – 22 (1875-1876)

_____. IE5 – 23 (1877)

_____. IE5 – 24 (1878)

mostrou bastante rica pela gama de informações pertinentes ao meu estudo. No entanto, como as fontes primárias se encontram dispersas, estou realizando a pesquisa por etapas. Neste semestre está prevista a continuação da leitura e análise dos relatórios dos ofícios dos diretores do Asilo no período de 1886 a 1892 relacionando com a legislação referente à Assistência aos desvalidos; e nos semestres subsequentes voltarei a minha análise para as teses médicas, pastas, fichas de avaliação e de registro dos asilados a fim de explicitar as relações de poder no estabelecimento de ensino.

Referências Bibliográficas

ABREU & MARTINEZ. *Olhares sobre a criança no Brasil – séc. XIX e XX*. Rio de Janeiro: 1997.

LOPES, Luiz Carlos Barreto. *Projeto educacional Asylo de Meninos Desvalidos: Rio de Janeiro (1875-1894) – Uma contribuição à História social da educação no Brasil*. Dissertação de mestrado aprovada pela Faculdade de Educação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: março de 1994.

RIZZINI, Irene. *Deserdados da sociedade: Os “meninos de rua” da América Latina*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1995.

RIZZINI, Irene (Org.) *Olhares sobre a criança no Brasil – séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Petrobrás – Br: Ministério da Cultura: USU ed. Universitária: Amais, 1997.

VOGEL, Arno. “Do Estado ao Estatuto”. In: *A arte de governar crianças*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995.

Decreto Nº 5849 de 9 de Janeiro de 1875

O Associativismo Estudantil no Ensino Superior Brasileiro: A Cepeb e a Universidade de Minas Gerais

Alice Conceição Christófar¹

A Caixa do Estudante obre ou CEPEB foi uma associação estudantil que se destinou ao auxílio do pagamento de matrículas, mensalidades, taxas, compra de livros e despesas indiretas (vestuário, tratamento de saúde e moradia) de estudantes de Belo Horizonte em seu estudo no início da década de 1930. Suas ações foram documentadas entre 1932 e 1935, sendo os questionários de pedidos de alunos, sindicâncias, livros e correspondências as fontes primárias deste estudo. A CEPEB era mantida por meio de doações, rendas de eventos realizados e devolução dos empréstimos de honra por parte dos estudantes que se beneficiavam de seu auxílio. Os eventos que a CEPEB promovia para seu sustento eram os bailes acadêmicos e os chás “Bola de Neve”, em que a sociedade belo-horizontina se reunia com o fim de arrecadar doações.

A comissão da CEPEB era constituída por um grupo de alunos dos ensinos secundário e superior da capital mineira, e a presidência era exercida pela Rainha dos Estudantes de Minas Gerais, eleita por meio de votação promovida pelo Semanário Humorístico *A Caveira*, publicação dos estudantes da Faculdade de Medicina da UMG. Entre os anos de 1932 e 1935, a Rainha dos Estudantes foi Dayse Prates, filha do diretor da Faculdade de Direito da UMG. Antes dela, a Rainha dos Estudantes foi Edelweiss Barcellos, que deu nome à CEPEB.

Os documentos da CEPEB se constituem de questionários de pedidos de auxílio preenchidos pelos alunos requerentes, sindicâncias de verificação por parte da diretoria da CEPEB, cartas, ofícios, livro caixa, livro de pedidos deferidos/indeferidos e livro de registro de presenças e doações nos chás Bola de Neve. Trata-se de um material com muitas informações sobre a escolarização dos estudantes pobres em Minas Gerais no recorte citado.

Este trabalho tem como objetivo analisar os discursos presentes nos jornais e documentos relacionados à CEPEB sobre suas ações, organização e os sujeitos que

¹ Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Estudos e Pesquisa em História da Educação – GEPHE/FAE/UFMG. Doutoranda em Educação orientada pelo Prof. Dr Luciano Mendes de Faria Filho na linha de pesquisa História da Educação. Agência financiadora: FAPEMIG

participaram da criação e manutenção dessa associação enquanto forma de associativismo estudantil dentro do contexto de construção do ensino superior brasileiro. A CEPEB ocupou um espaço não somente de auxílio aos estudantes, mas também relacionado à educação moral dos sujeitos e preparação para a atuação em uma nação que precisava se modernizar. Os estudantes eram assistidos como possibilidade de reconhecimento do esforço intelectual e moral, reforçando assim a idéia de ordenamento e progresso da sociedade pelo ensino superior.

Como referenciais teóricos serão utilizadas as contribuições de Norbert Elias e Georg Simmel para a compreensão das redes de sociabilidades e das ações de sociação. A metodologia utilizada para a compreensão da constituição e dispersão discursiva sobre a CEPEB será a perspectiva arqueológica proposta por Michel Foucault.

1. Perspectivas teórico metodológicas para a análise do associativismo estudantil

De acordo com Michel Foucault, as pesquisas em História e Historiografia podem ser pensadas de acordo com uma arqueologia e uma genealogia dos conceitos, dos saberes, dos discursos, das práticas e dos modos de ação. O autor propõe três eixos fundamentais que orientam os deslocamentos de análise a serem elaborados quando se tem por tema de pesquisa as matrizes de experiência, no nosso caso, o associativismo estudantil.

O primeiro eixo corresponde à formação dos saberes, ou seja, das práticas discursivas que poderiam constituir matrizes de conhecimentos possíveis que elaboram os modos de observação e vivência da experiência em si mesma e com o grupo. O segundo eixo diz respeito à compreensão das matrizes normativas de comportamento, procedimentos e técnicas de governamentalidade dos sujeitos, ou seja, elaboração de costumes e modos de agir. Já o terceiro eixo se relaciona com a investigação do pragmatismo de si mesmo e dos outros, como modo de constituição do sujeito. (FOUCAULT, 2010).

Ao se pensar o associativismo estudantil enquanto experiência vivida pelos estudantes entre si mesmos e com o grupo, é preciso tomar como categorias históricas o que Koselleck chama de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” (KOSELLECK, 2006). Através das fontes selecionadas para essa pesquisa, observa-se que os estudantes tinham a experiência do associativismo enquanto prática concreta – a formação dos centros

acadêmicos, fundações e associações, porém ainda assim tinham um horizonte de expectativas quanto à criação da UMG, a Confederação Universitária Mineira e a elaboração de um *espírito acadêmico pela mocidade* de Belo Horizonte. Tudo isso colabora para que se compreendam esses espaços de experiência como lugares de construção dos conhecimentos possíveis e das práticas.

Os discursos dos estudantes na documentação que compõe o conjunto de fontes dessa pesquisa apontam para a existência de um conjunto de modos de vida, comportamentos, relações e redes de sociabilidades que formavam o tecido social composto nos cursos superiores.

De acordo com Elias (1994), a sociedade é formada por indivíduos que se relacionam, formando redes que são dinâmicas e que se modificam constantemente, não havendo uma condição fixa de interação social. Ao exemplificar a formação dessas redes, o autor faz uma aproximação do que seria a formação de um tecido:

Para ter uma visão mais detalhada desse tipo de inter-relação, podemos pensar no objeto de que deriva o conceito de rede: a rede de tecido. Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede, nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e sua função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira (ELIAS, 1994: 35).

Essa concepção mostra que cada indivíduo, como um fio, está submetido às tensões que a rede proporciona, formando um “tecido social”. Elias (1994) deixa claro que é impossível apreender o movimento do social mediante um modelo estático, justamente pela forma como os indivíduos se inter-relacionam constantemente, assumindo posições e criando relações entre si com finalidades específicas, conscientes ou não.

A organização dos estudantes em grupos com finalidades específicas, de acordo com critérios de amizade, similaridade, reciprocidade, troca de bens e serviços, pode ser entendido como um arranjo social sob forma de sociação. Para Simmel,

A sociação é (...) a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados – se desenvolvem em direção a uma unidade, seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, 2006: 60-61)

Assim, os estudantes ao ingressarem nos cursos superiores, estavam submetidos ao que chamamos de sociação: reunidos de acordo com seus interesses e movidos pela causalidade, em direção à sua formação. O que ocorre, entretanto, que com a proximidade dos estudantes dentro dos cursos e das faculdades, acontecia a criação de laços pela convivência pelo contato e pela criação de vínculos interpessoais.

Com isso, havia a circulação de bens simbólicos ou materiais, tais como o auxílio para a continuação dos estudos e vagas gratuitas cedidas pelas instituições, além da necessidade de se associarem, conviverem, se divertirem e elegerem um ícone – que seria a Rainha dos Estudantes. Para além do conteúdo específico de relações, há também a satisfação da convivência, a felicidade grupal. Tal fenômeno social Simmel reconhece como sociabilidade:

(...) todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal. Esse impulso leva essa forma de existência e que por vezes invoca os conteúdos reais que carregam consigo a sociação em particular. Assim como aquilo que se pode chamar de impulso artístico retira as formas da totalidade das coisas que lhe aparecem, configurando-as como específica e correspondente a esse impulso, o “impulso de sociabilidade”, em sua pura efetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o que chamamos de “sociabilidade” [*Geselligkeit*] em sentido rigoroso. (SIMMEL, 2006: 64)

Assim, busca-se compreender a tessitura dessas configurações formadas entre os estudantes, permeadas pelas relações de poder, pelos discursos e pelas práticas daquele contexto. Essa postura arqueológica se interessará pelas rupturas, pelas contradições e pela comparação sem se preocupar com sínteses ou totalidades na análise histórica (FOUCAULT, 2009).

2 - A CEPEB: surgimento e ações

A CEPEB teve suas ações efetivadas entre os anos de 1932 e 1935, quando a universidade no Brasil passou por um momento de reestruturação. Dez anos antes, ainda na década de 1920, várias discussões já haviam sido empreendidas sobre o papel da educação superior em nosso país, perpassadas pelas ideias positivistas que circulavam na esfera política e econômica naquela época.

A Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, antes mesmo do Estatuto das Universidades de 1931, promoveu dois inquéritos sobre a educação superior no Brasil, em que foram discutidos a função, a autonomia e o governo das universidades brasileiras. A Igreja Católica via na universidade um espaço para disseminar a doutrina cristã e restabelecer oficialmente o ensino religioso na educação, como aliada do Estado para a promoção da ordem e da estabilidade da nação. Com isso, instalou-se um campo de discussões sobre que papel a universidade teria, a quem deveria atender e que tipo de pessoas deveria formar.

Em 1926, Fernando de Azevedo (1894-1974), por intermédio do jornal *O Estado de S. Paulo*, realizou um inquérito sobre o papel da educação elementar à superior. Chama a atenção a concepção que ele dá a esse último grau de ensino. Segundo Azevedo, “a falha capital que se apontou foi a ausência de Universidades ou a tremenda deficiência de instituições de altos estudos e de pesquisas” (AZEVEDO, 1960: 22). O que o autor quis apontar foi a necessidade de uma estruturação do ensino superior para atender à demanda de um país em crescimento, além das ideias propostas pelo escolanovismo.

O papel da universidade, segundo o inquérito, seria funcionar como um elemento formador de uma elite intelectual para atuar na construção da nação, pois ela

[...] consubstancia a cultura da nação. Sistematiza os zelos professorais, uniformiza o método, consolida a ordem de estudos assecuratória do seu progresso, representa o elo de força que aumenta a reputação do corpo docente e apura o respeito dos alunos à instituição onde cultivam o intelecto e os sentimentos (BRIQUET, 1960: 240).

É nesse contexto de discussão de intelectuais que o Estatuto das Universidades de 1931 estabeleceu as finalidades do ensino superior no Brasil. No seu primeiro artigo do Título I, lê-se:

Art 1º. O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício das atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1953).

Como se pode perceber, a universidade tinha o papel de *aperfeiçoar a sociedade através da educação superior*. Por isso, deveria zelar pela forma de sua organização, assim como por quem a frequentava. Pensava-se que, dentro da universidade, a cultura da nação estaria sendo cultivada para o progresso do país, com a formação moral e intelectual de homens que comporiam as elites. Sobre a formação dessas elites, o professor Amadeu Amaral, em seu depoimento prestado no inquérito, entendia que:

A elite, isto é, o conjunto de indivíduos mais educados, mais inteligentes, mais espertos, mais dominadores, é um produto natural e espontâneo de toda sociedade. Em todos os agrupamentos [...] há sempre faltadamente [*sic*], pela simples natureza das coisas, uma minoria que toma a si, por direito, por astúcia ou por força, os encargos da direção espiritual e temporal. Portanto, a formação de uma elite não é problema, é uma realidade velha e permanente. É até inevitável. O que pode ser um problema é o aperfeiçoamento intelectual e moral das elites. [...] Uma vez compreendido que a elite não é ‘formada’, ‘forma-se’ – forma-se por si mesma, *sai espontaneamente da massa, impelida por um conjunto indecomponível de qualidades*, em que as disposições

nativas e intransmissíveis têm larga parte, parte precípua, – como distinguir e recrutar, na massa os elementos individuais que há de renovar e melhorar elite? (BRIQUET, 1960: 223, grifo meu).

Nesse sentido, a universidade estaria aberta a receber aqueles que seriam formados para compor a elite da nação, e até mesmo receberia aqueles que não eram oriundos somente de uma única origem: a elite *sai espontaneamente da massa, impelida por um conjunto indecomponível de qualidades*. Que qualidades seriam essas?

Em Minas Gerais, não foi diferente. Inserida na visão geral das finalidades da universidade e vislumbrando a necessidade das associações estudantis, a Associação Universitária Mineira ou AUM, planejada em 1927 porém efetivamente criada em 1931, estabeleceu que aquela associação deveria “integrar a obra de educação universitária, aperfeiçoando-a do ponto de vista moral, intellectual e physico”.

Entretanto, a partir de meados de 1931 a direção da AUM foi enfraquecida por um rodízio trimestral, que já era previsto por seus estatutos, agravada pela instabilidade gerada com a renúncia do da Universidade de Minas Gerais, Francisco Mendes Pimentel, principal entusiasta da assistência estudantil. Com as dificuldades advindas da Revolução de 1930 e os efeitos do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1953), quando se estabeleceu a criação dos Diretórios Acadêmicos em cada escola, reunidos em torno do Diretório Central dos Estudantes, ocorreu a interrupção de atividades da AUM.

Ao longo dos questionários da CEPEB, sempre são reforçadas as qualidades morais e intelectuais dos estudantes, e como se pode ver no conjunto das leis anteriormente analisadas no primeiro capítulo que dizem respeito ao ensino superior, deveriam ser destacadas essas mesmas qualidades nos estudantes em sua formação. Aqueles que as tinham, mas que não podiam custear com seus estudos, deveriam receber algum tipo de auxílio assegurado pelo Estado desde que não ultrapassasse um determinado número de beneficiados.

Portes, ao analisar a presença dos estudantes pobres na UMG, mostrou que ela

[...] parece estar estreitamente relacionada a todo um movimento de apoio, de amparo, de ajuda e a uma filantropia ‘institucionalizada’, empreendida e gerenciada pelas famílias pertencentes a uma emergente burguesia urbana na nova capital do Estado de Minas Gerais, constituída basicamente de ‘altos’ funcionários públicos. Como

hipótese, pode-se até pensar que se tratava de uma ‘ajuda’ a um outro contingente de funcionários públicos, porém pobre, e que necessitava da contribuição social e econômica daqueles mais aquinhoados, e mesmo do estado, para ter acesso aos níveis mais elevados de ensino (PORTES, 2001: 24-25).

Ao analisar o papel da CEPEB, Portes ainda afirmou que a organização da assistência talvez tenha sido um elemento central para a positiva atuação daquela Associação. Para o autor:

O papel central da Caixa no atendimento ao estudante pobre talvez se explique pela positividade, clareza de objetivos, empenho individual na aquisição de recursos de sua longa direção, centrada na figura carismática, mas também detentora de capital social da senhora Daisy Prates. Os documentos por nós identificados demonstram uma gestão eficiente, segura, proba, criteriosa e rigorosa na distribuição dos recursos arrecadados para a manutenção do estudante pobre. Uma administração que mereceu a confiança das Escolas que compunham a U.M.G nas suas relações sociais e financeiras (PORTES, 2003: 67).

Conforme registro no livro de atas do Conselho Universitário da UMG, o professor Baeta Viana (*apud* PORTES, 2003: 32), “propõe que na presente acta ficasse consignado um voto de applausos à sua Diretoria, pela eficiência e dedicação com que vem gerindo os interesses da Caixa”

Ao ser analisada a expansão dos cursos superiores em Belo Horizonte, percebe-se que ocorreu um movimento que envolveu não somente a comunidade acadêmica, mas também toda a sociedade. A proposta de criação e instalação desses cursos acompanhou o pensamento de modernização e civilização da cidade. Ao final do século XIX, a nova capital do Estado procurava se organizar não só para corresponder aos quesitos de urbanidade e desenvolvimento, mas também de higiene e saúde.

Esse crescimento no número de alunos, professores e sujeitos que compunham o mundo acadêmico fez surgir novas formas de sociabilidades e de relações, uma vez que os indivíduos passaram a se relacionar enquanto grupo social com finalidades e características específicas. Elementos como as associações de estudantes, espaços comuns de convivência e

a participação dos estudantes na imprensa constituíram algumas dessas formas de convivência entre os sujeitos do mundo social acadêmico.

Considerações Finais

O ensino superior no Brasil teve uma rápida expansão na primeira metade do século XX, sendo que muitas das universidades federais que atualmente encontramos surgiram nesse período. A UMG, criada em 1927, reuniu os cursos superiores que já funcionavam em Minas Gerais, em resposta a uma dupla necessidade: a ideia de universidade mineira que estava sendo gestada desde a Inconfidência Mineira e ainda a necessidade de contribuir para a formação da mocidade em Minas Gerais e no Brasil.

A criação de associações de estudantes que pudessem englobar esses sujeitos em suas lutas teria duas finalidades: a primeira, em associá-los conforme sua proximidade de condição, suas similitudes e suas lutas; a segunda serviria como um dispositivo à manutenção do poder circular de que a sociedade necessitava.

Ao serem observadas as relações entre os estudantes, professores e a sociedade belorizontina nas três décadas que antecederam a criação da UMG, pode-se perceber que haviam elementos que apontam para a existência de redes de sociabilidades entre esses sujeitos, que compunham uma figuração ambientada pela recente criação de Belo Horizonte e das ideias de modernização da população e da cidade.

Referências

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960

BRASIL. *Decreto-lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931*. (Estatuto das Universidades Brasileiras). São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo, 1953b.

BRIQUET, O depoimento de Raul. In: AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada: problemas e discussões*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso*: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

PORTES, Écio Antônio. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG*: um estudo a partir de cinco casos. 2001. Tese (Doutorado)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

_____. A caixa dos pobres – a ação efetiva da assistência na permanência de estudantes pobres na Universidade de Minas Gerais (UMG): 1932-1935. *Cadernos de História da Educação*, n. 2, p. 29-38, jan./dez. 2003.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Begriffsgeschichte e a formação dos movimentos republicanos brasileiro e português

Camila Pereira Martins

O que é *República*? Ou melhor, o que significava *República* para os republicanos? Qual a *República* que portugueses e brasileiros desejavam? Ou ainda, o que os contemporâneos do movimento republicano entendiam que seria a *República*? Estas são as primeiras perguntas que nos fazemos quando nos propomos a pesquisar o republicanismo, seja no Brasil, seja em Portugal e seria assim para qualquer outro país ou lugar em que se desenvolveram movimentos republicanos. Enfim, a história dos conceitos é condição *sine qua non* para o desenvolvimento da história social e política e, assim, a aplicação dos seus métodos nos são fundamentais em nossa pesquisa, a qual consiste em comparar os republicanismos português e brasileiro, nas cidades de Lisboa e Rio de Janeiro, sedes de suas respectivas Cortes. No atual trabalho focaremos nossa análise na formação dos movimentos republicanos. Época de fundação do Clube Republicano no Rio de Janeiro (1870), o qual mantinha como seu órgão de imprensa o jornal *A República* (1870-1874). Período, também, em que ocorreu a expansão da imprensa periódica portuguesa, impulsionando as discussões em torno do regime político nas páginas de *O Republicano* (1869).

Begriffsgeschichte e a metodologia de Reinhardt Kosellech

Há muito tempo idéias e pensamentos são objeto de estudo nas ciências humanas, políticas e sociais, a mais antiga disciplina a se dedicar sobre o assunto foi a filosofia. No século XX o estudo do pensamento político ganhou relevo na historiografia quando Arthur Lovejoy fundou a escola de *História das Ideias*. Com sede em Johns Hopkins University nos Estados Unidos, a escola compreendia dentro do seu campo de análise outros discursos para além do filosófico, como é o caso do discurso científico. Lovejoy afirmava que o ser humano enquanto *animal simbólico* necessita de racionalizações, de forma que as ideias uma vez produzidas influenciavam na conduta do homem. Porém, aos poucos as premissas da história das ideias foram contestadas pela história social e pelos métodos quantitativos, colocando-se em questão a própria legitimidade do objeto de estudo da história intelectual (PALTI, 2005:64-66).

Na década de 1960, como uma espécie de reação, surgiram importantes programas de pesquisa de história intelectual em diferentes contextos nacionais. Na Inglaterra, apareceu a

chamada Escola de Cambridge ou colligwoodiana, que com Quentin Skinner e John Pocock apresenta a *história dos discursos políticos*. Em “Meaning and understanding”, Skinner propõe que ao analisarmos a produção de significado através da linguagem foquemos nossa atenção na observação da intenção do autor ao proferir o ato de fala, pois só seria possível compreender o significado de um texto ao se revelar o que o autor estava fazendo ao escrevê-lo (SILVA, 2009:309). Para Pocock, por outro lado, deveríamos reconstruir as linguagens políticas dos sujeitos históricos, de modo a compreender “o que a linguagem causou ao escritor ao modelar o seu discurso e no que o escritor pode ter feito na, com e, particularmente, para a linguagem através dos atos realizados dentro dela e em contato com ela” (POCOCK, 2006:85). Deste modo, Pocock e Skinner praticam um contextualismo linguístico que não deixa de fazer referência ao contexto histórico.

Na Alemanha, foco de nossa análise, ocorreu nos últimos 40 anos um aperfeiçoamento da tradição da história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), promovida por Reinhart Koselleck e seus colaboradores, Otto Brunner e Werner Conze. A base teórica da vertente alemã encontra-se em *Futuro Passado*, uma coletânea publicada em 1979, composta de artigos escritos nos anos 1960 e 1970, que exploram as dimensões teórica e metodológica da prática historiográfica da História dos Conceitos. Prática materializada em *Geschichtliche Grundbegriffe*, dicionário de história dos conceitos da Alemanha, publicado entre 1972 e 1997, que contém descrições contextualizadas de como conceitos-chave surgiram, foram modificados ou acabaram sendo transformados (RICHTER, 2006:46).

A história dos conceitos pode ser concebida tanto como método especializado de crítica de fontes, que serve como uma ferramenta para o aprimoramento da prática da História Social, ou como uma disciplina independente. Como método, atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e observa os diversos significados que os conceitos adquiriram no decorrer do tempo, assim como as mudanças no contexto sociopolítico que estas mudanças refletiam (KOSELLECK, 2006a:103). Como disciplina autônoma, reconstrói o significado dos conceitos por meio do estudo da recepção ou da tradução dos conceitos que após serem usados pela primeira vez no passado, foram utilizados pelas gerações posteriores de uma maneira diferente, mas em diálogo com o passado (KOSELLECK, 2006b: 101).

É esta perspectiva contextualista, presente nestas duas tendências da história intelectual da política, que tem permitido que vários pesquisadores ao longo dos últimos 20 anos tenham insistentemente proposto a junção entre as duas correntes historiográficas. Em 1995 Melvin Richter publicou *The history of political and social concepts* inaugurando uma

onda de estudos destinados à elaboração de uma metodologia para a história dos conceitos situada entre Cambridge e Heidelberg (SILVA, 2009:306). Richter recomendava que junto com a síntese linguística dos conceitos tratados pela *Geschichtliche Grundbegriffe*, procuremos os padrões globais das linguagens políticas utilizadas em tempos e lugares determinados – estratégia de Pocock – e averiguemos os tipos de legitimação das convenções linguísticas e intenções políticas dos atores históricos – ao modo de Skinner (RICHTER, 2006:50-51).

Dentro deste panorama, em 1998 realizou-se o simpósio intitulado “Conceptual Changes in European Political Cultures”, quando foi fundado o *History of Political and Social Concepts Group* (HPSCG). Grupo que organizou a “VII Conferência Internacional de História dos Conceitos: Diálogos Transatlânticos”, realizado em 2004 no Rio de Janeiro, quando foi criada a associação Ibero-Americana de História Conceitual que deu origem ao projeto *Iberconcepts*, cujas bases foram propostas por Javier Fernandez Sebastián em um texto intitulado “El mundo atlântico como laboratorio conceptual (1750-1850)”. No documento fundacional, temos os procedimentos investigativos da onomasiologia, semasiologia e as questões relacionadas à história semântica do termo – recomendações de Koselleck –, assim como o conselho de verificarmos o pertencimento de um determinado conceito a linguagens políticas de seu tempo e identifiquemos os atores políticos dentro de cada contexto histórico – propostas da escola colligwoodiana (FERES JUNIOR, 2009:11-13).

No entanto, tanto Skinner quanto Pocock criticaram tais abordagens. Em uma primeira fase, Skinner sustentava que seria impossível escrever uma “história do conceito”, mas, posteriormente, admitiu uma aproximação entre o seu projeto teórico e o de Koselleck (CHIGNOLA, 2007:48). Por outro lado, Pocock continuou a argumentar que selecionar como conceitos fundamentais do vocabulário político alguns temas em que a história aparece abstratamente reconstruída seria encapsular a experiência política. Para o neozelandes nenhum léxicon de conceitos pode representar um sistema que tenha uma história tão complexa como a de uma linguagem. Por isso, compreende a história dos conceitos como empreendimento auxiliar à história dos discursos múltiplos e das pessoas que usaram e foram usadas por eles (POCOCK, 2006:87-89).

Em resposta Koselleck defendeu que a história do discurso e a história dos conceitos dependem uma da outra, pois apesar dos conceitos básicos sempre funcionarem no interior de um discurso, certas palavras são os pivôs das discussões. Para o autor uma análise dos conceitos demandaria a compreensão tanto dos contextos linguísticos como dos extra-linguísticos, incluindo a informação dos acontecimentos históricos que os discursos nos

fornece. E apenas a partir do conhecimento do contexto, o historiador poderia analisar os múltiplos significados de um conceito, de seu conteúdo e a sua importância. Assim, mais do que atos de fala únicos realizados em situações específicas, a *Begriffsgeschichte* registraria um conjunto de estruturas armazenadas na linguagem, as quais conceituam os eventos (KOSELLECK, 2006b:104-107).

No meio desta discussão, Elias Jose Palti concluiu que as linguagens são indeterminadas semanticamente, pois poderia-se afirmar a mesma coisa a partir de conceitos diferentes, e também expressar ideias distintas por meio de um mesmo conceito, de modo que, podemos distinguir uma linguagem política dos seus conteúdos ideológicos (PALTI, 2005:70). Por outro lado, Kari Palonen salientou que a maleabilidade dos conceitos não significa que eles possam ser manipulados arbitrariamente, os sujeitos históricos precisam possuir um alto grau de consciência conceitual para lidarem com esses aspectos altamente complexos (PALONEN, 2007:42).

Neste sentido, inscrevemos nosso trabalho na perspectiva da retomada da história intelectual do político, ao buscar analisar as instâncias em que o contexto penetra o texto. Para isso tentaremos ultrapassar os conteúdos explícitos do texto e incorporar a consideração pragmática da linguagem, ou seja, observaremos as condições de enunciação (quem fala, a quem fala, onde fala e como fala) como parte integral do sentido do texto, levando em consideração o caráter histórico das formações discursivas (PALTI, 2005:74). Para isso se fez essencial a utilização do “método especializado da crítica de fontes que atenta para o emprego de termos relevantes do ponto de vista social e político e que analisa com particular empenho expressões fundamentais de conteúdo social ou político” (KOSELLECK, 2006a:103).

No entanto, para a nossa pesquisa cabe salientar que nos defrontamos com a dificuldade de tratar separadamente o conceito de *República* de *soberania*, *democracia* e *federalismo*, pois nos discursos políticos que trabalhamos aqui, muitas vezes esses conceitos aparecem como sinônimos. De modo que, apesar de compreendermos que esses conceitos expressam significados diferentes, ao fazermos uso da onomasiologia e semasiologia, foi impossível disassociá-los.

A República como à luz do povo em Portugal

No âmbito do Império Português no século XVIII e XIX, surgiram alguns dicionários de época, que registraram as definições predominantes do termo em seus respectivos contextos históricos. O Dicionário de Bluteau no início do século XVIII define o significado de *República* como “Estado governado por Magistrados, eleitos e confirmados pelo povo: ou

mais amplamente, Estado governado por muitos [...] República algumas vezes se toma geralmente por qualquer genero de Estado, como quando se diz: O desprezo das leis, é a ruína da República” (BLUTEAU, 1713:168). Tal definição contém em si uma dupla interpretação, a primeira mais específica se referia a um regime onde os governantes seriam eleitos, e a segunda mais ampla designava um modo de governar. Além disso, eram citados Estados republicanos, sejam eles do passado (Atenas, Roma, Cartago) ou seus contemporâneos (Suíça, Genebra, Holanda). Observemos que encontrava-se sedimentado no conceito sentidos correspondentes a épocas e circunstâncias de enunciação diversas, que fazia alusão tanto a significados da antiguidade clássica, quanto a experiências políticas modernas. O conceito compreendia a contemporaneidade do não-contemporâneo, mas, de qualquer forma, a polissemia contida em República se referia ao espaço de experiência dos sujeitos históricos, de maneira que o horizonte de expectativas dos atores políticos estava em comunhão com o passado.

No fim do século XVIII o duplo significado se manteve no Dicionário de Moraes Silva, República então era tanto “O que pertence, e respeita ao público de qualquer estado”, quanto “Estado, que é governado por todo o povo, ou por certas pessoas” (MORAIS SILVA, 1813:605). Apesar da similariedade com o significado do Dicionário de Bluteau, notamos que as referências aqui são muito mais teóricas do que práticas. Referindo-se ao sentido de *Res publica*, coisa pública, e a definição clássica de Aristóteles, o Estado governado por muitos. No entanto, o que mais nos chama a atenção são as ausências, não há a citação de exemplos de Estados republicanos, e mais, em momento nenhum se faz menção a então recente experiência francesa.

Durante a *Regeneração* (1851-1868) o radicalismo pressionou o regime monárquico por dentro ao infiltrar-se nas clientelas do partido histórico, pleiteando a democratização do regime em troca de favores políticos, pois acreditavam que a monarquia hereditária poderia ser uma república. No entanto, o governo do partido histórico não conseguiu realizar as reformas desejadas pelos radicais e fracassada a tentativa de governar em aliança com o radicalismo, os históricos decidiram governar contra ele, a partir de uma aliança com os regeneradores. Fora do governo, os radicais organizaram-se em clubes, muitos deles republicanos, começando então um enfrentamento ao sistema monárquico (BONIFÁCIO, 2002:75-86).

O primeiro jornal a defender declaradamente a implantação da República em Portugal foi o *O Republicano: a folha do povo* (1869). O periódico trazia como lema os dizeres da

Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e ao mesmo tempo procurava afastar-se da experiência jacobina.

“A República é a luz no céu, e quem combater a república com os horrores de 1789, ou é mentecapto ou mal intencionado, ou ambas as coisas juntas. A República de hoje não é a daquele tempo; então era um ensaio, uma tentativa prematura; hoje é o fruto sazional da meditação, o único remédio eficaz para os males do povo: então queria triunfar pelas armas e pela força; hoje às armas substituem as ideias, à força substitui o direito e a razão. Queremos a república. Queremos governar todos na casa que é de todos, sermos todos reis pelos votos. Queremos o voto universal.” (REPÚBLICA, 1869:4).

Nesta definição destaca-se na referência feita a Revolução Francesa uma noção de racionalidade, de progresso, mas, sobretudo, a demanda do voto universal. Notamos aqui um claro deslocamento no significado do conceito. Para os republicanos, as transformações então em curso precisavam de um novo regime para se concretizar e este regime seria a República, a qual seria “a luz do céu”, o triunfo da ideia, do direito e da razão, enfim, um governo científico, que propiciaria o melhor modo de administrar o econômico e o social. E a melhor maneira de governar seria implantar o ideal liberal e superar o Antigo Regime.

Neste sentido a França de 1789 foi vista como um erro, uma falha, poderíamos dizer mesmo que uma falsa República, pois não encarnaria o verdadeiro espírito republicano, o que faz com que o seu exemplo seja uma referência a ser afastada. Da experiência política vivenciada salva-se o ideal, mas não o modelo. Assim, tanto a monarquia quanto a Revolução Francesa são regimes políticos inseridos em uma linha temporal evolutiva. Claramente estamos diante de uma visão progressista e teleológica da história, onde a República desejada era a que o futuro traria e não a que foi vivenciada. Assim, mais do que expressar um espaço de experiência, o conceito era para eles um horizonte de expectativa, de um futuro melhor, de um “governo da Razão”.

Sem Federação no Brasil não há República

Algumas pesquisas históricas apontam para o surgimento do republicanismo no Brasil ainda no século XIX, mais especificamente veem na Inconfidência Mineira (1789) ou na Revolução Pernambucana (1817) as primeiras revoltas republicanas. Estas perspectivas historiográficas em muito reproduzem a visão histórica dos próprios movimentos republicanos. No entanto, trabalhos recentes tem enfatizado que por mais que tais movimentos possam ser considerados republicanos, a República a que pleiteavam não referia-se a um regime especificamente, mas sim a uma forma de governo voltada ao bem comum.

Interpretação que é reforçada pela análise de Starling e Lynch do conceito de *Republica/Repúblicas* no Brasil entre 1750-1850. Ao analisar o conceito, as historiadoras

notaram a ocorrência de quatro mudanças semânticas no léxico do conceito, que estariam ligadas as transformações sociais e políticas pelas quais passava o país. Em um primeiro momento, entre 1750 e 1792, República estaria associada à tradição clássica que remontava a Políbio e Cícero, sendo assim, a constituição da comunidade voltada para o bem comum ou o governo gerido por magistrados extraídos da camada popular. Da Revolução Francesa (1789) até a Revolução Constitucionalista do Porto (1821) o conceito fora entendido como sinônimo de leis francesas, ou seja, a garantia de um governo de iguais. Com a Independência do Brasil (1822), o significado que então prevaleceu foi o de sinônimo de *democracia* ou de governo popular eletivo, ideal que era compreendido como compatível com a monarquia constitucional (STARLING & LYNCH, 2009:225-245). Como podemos notar pela definição genérica atribuída a República pelo dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto: “Estado governado por certas pessoas autorizadas pelo povo. O que pertence ao público de qualquer Estado” (PINTO, 1832:116). Após o período regencial (1834-1840) a República passou a ser identificada com as ameaças de separatismo e com a desordem, enquanto a monarquia passou a encarnar as virtudes que geralmente eram atribuídas às repúblicas (STARLING & LYNCH, 2009:225-245).

Percebeu-se, assim, que a concepção de República no Brasil estava ligada a ideia do governo do bem comum e/ou democracia, entendida como projeto conciliável com as instituições imperiais, sendo comum falar-se em república monárquica, ou monarquia republicana. Falta-nos agora observar a relação do surgimento do movimento republicano no Brasil com o léxico do conceito.

O primeiro número do jornal *A Republica* data de 3 de dezembro de 1870 e trás transcrito em suas páginas o *Manifesto Republicano*, documento de fundação do Clube Republicano, com sede no Rio de Janeiro. A primeira questão que chama a atenção é o fato do termo *República* não ser utilizado no texto, aparecendo apenas no título do próprio jornal e no final do manifesto. Fator que nos faz crer que o conceito, após 1870, retomou o significado da terceira fase¹ (1822-1840), ou seja, estava associado à democracia e ao federalismo, ideias que a partir de então passaram a expressar um projeto de alteração do regime (VISCARDI, 2012:151). Assim, no lugar de República surgem no *Manifesto* termos que o republicanismo queria associar ao regime republicano, que eram: *representação nacional, soberania do povo, democracia e federação*.

¹ Retomamos aqui a divisão feita por Starling e Lynch apontada acima no texto.

No que se refere a *representação nacional*, os republicanos criticavam não somente as dissoluções da Câmara, o Senado Vitalício e a existência do poder Moderador – aspectos da Monarquia que eram há muito tempo amplamente discutidos dentro do regime pelos vários partidos do sistema imperial. A crítica estendia-se a existência de um poder executivo de natureza divina, o qual seria irreconciliável com um poder legislativo baseado na escolha humana. Daí advogavam que um governo só seria representativo se todos os poderes fossem delegados da nação, sendo que a soberania nunca deixaria de residir no povo, o povo apenas o delegaria a um funcionário.

A questão da *soberania popular* era cara para os republicanos, o que os levava a serem enfáticos ao afirmarem que não conheciam outra soberania além da soberania do povo, o que em última instância consistia em defender que o sistema monárquico, que para eles baseava-se no direito divino, não era legítimo. No vocabulário republicano, soberania e democracia de certa forma se equivaliam, pois a democracia consistia na soberania popular, e a soberania era definida como a coleção das vontades de um povo. *Democracia* era o aspecto em que mais insistiam. A intenção principal era desconstruir a ideia de que a monarquia poderia ser democrática. Para os republicanos a democracia só seria possível na República, e disso tentavam convencer os seus concidadãos.

Quanto ao *federalismo* uma frase resume sua importância para o ideário republicano: “Para nós a República é a federação, sem federação no Brasil não há República” (MANIFESTO, 1870:3). Defendia-se o federalismo à americana, pois entendiam que a federação era a fórmula do futuro e a República a sua expressão no governo dos Estados, como havia demonstrado a grande nação do norte. Além disso, os signatários do manifesto alegavam que as condições geográficas do Brasil colocavam a necessidade da descentralização política e da autonomia provincial (VISCARDI, 2012:149).

Em suma, os republicanos brasileiros, jovens políticos que compartilhavam a comunidade de experiência de marginalização relativa do poder político (ALONSO, 2002:101), dirigiam a palavra aos seus concidadãos, ou seja, aos jovens militares, jornalistas, professores, médicos, cafeicultores e bacharéis, por meio do *Manifesto*, para tentarem convencê-los que a *República* era sinônimo de *representação nacional*, *soberania do povo* e *democracia*, sendo a sua fórmula a *federação*.

Conclusão

A principal vitória da propaganda republicana foi identificar o republicanismo com as bandeiras progressistas, ao correlacionar a ideia de república com a de democracia. Nos

manifestos republicanos a democracia aparecia como sinônimo de soberania popular e a república era entendida como a forma moderna de governo, mais “racional”, que melhor expressaria a “vontade da nação”. Vista como uma tendência histórica mundial, a ideia republicana se constituiu como um fenômeno internacional (ALONSO, 2002:183). Na América e na Europa, no Brasil e em Portugal, o movimento republicano caracterizou-se como uma reação às formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional.

Assim se fez guerra ao Império. As variadas formas de contestação foram decisivas para o enfraquecimento do regime monárquico, pois roubaram-lhe aos poucos sua legitimidade. No entanto, cabe salientar que a grande mudança semântica foi a incompatibilização do ideal republicano com o regime monárquico. O sistema imperial passou a ser definido pela ausência, o Império não era tudo aquilo que a República se propunha a ser. Vemos aqui dois pares de antônimos assimétricos; em um caso há “reconhecimento mútuo; no outro introduz-se nas designações um significado depreciativo, de modo que o parceiro pode considerar-se mencionado ou chamado, mas não reconhecido” (KOSELLECK, 2006a:191).

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. **O século XIX português**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.
- CATROGA, Fernando. **O Republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro de 1910**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. 3 v.
- CHIGNOLA, Sandro. História dos Conceitos e história da filosofia política. In: FERES JUNIOR, João & JASMIN, Marcelo (Orgs.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: ED. Puc-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.
- FERES JÚNIOR, João. Reflexões sobre o projeto Iberconcepts. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 11-24.
- KOSELLECH, Reinhart. **Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006a.

- KOSELLECK, Reinhart. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: FERES JUNIOR, João & JASMIN, Marcelo (Orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: ED. Puc-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2006b.
- MANIFESTO. **A República**. Rio de Janeiro, p.3, 3 de dezembro de 1870.
- MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.
- PALONEN, Kari. Tempos da Política e temporalização conceitual: um novo programa para a história conceitual. In: FERES JUNIOR, João & JASMIN, Marcelo (Orgs.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: ED. Puc-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.
- PALTI, Elías J. “De la historia de las ‘ideas’ a la historia de los ‘lenguajes políticos’. Las escuelas recientes del análisis conceptual. El panorama latinoamericano”. *Anales* 7-8: 63-81, 2005. Disponível em https://gupea.ub.gu.se/bitstream/2077/3275/1/anales_7-8_palti.pdf, capturado em 09 de setembro de 2013.
- PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- POCOCK, John G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural; Comentário ao *paper* de Melvin Richter. In: FERES JUNIOR, João & JASMIN, Marcelo (Orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: ED. Puc-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2006, pp. 83-96.
- REPÚBLICA. **O Republicano**. Lisboa, p.4, 1869.
- RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: o *Geschichtliche Grundbegriffe* e a atividade acadêmica futura. In: FERES JUNIOR, João & JASMIN, Marcelo (Orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: ED. Puc-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2006, pp. 39-53.
- RICHTER, MELVIN. Mais do que uma via de mão dupla: analisando, traduzindo e comparando os conceitos políticos de outras culturas. In: FERES JUNIOR, João & JASMIN, Marcelo (Orgs.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: ED. Puc-Rio: Ed. Loyola: IUPERJ, 2007.
- SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. In: **Estudos Bibliográficos, Revista de Sociologia e Política**. V. 17, nº 34: pp. 301-318, OUT. 2009.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel & LYNCH, Christian Edward Cyril. República/Republicanos. In: FERES JÚNIOR, João (Org.). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 225-245.

VISCARDI, Cláudia. M. R. . Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889).

In: **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, v. 16, p. 137-161, 2012.

Bernheim e Bauer: manuais da “escola” alemã

João Ernani Furtado Filho*

Ernst Bernheim é autor de *Einleitung in die Geschichtswissenschaft*, publicado em Leipzig, em 1905. Esse título se inscreve em série maior, composta por *Geschichtsforschung und Geschichtsphilosophie* (1880) e pelo *Lehrbuch der Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (1889), que assinala o foco de Bernheim nos domínios da Teoria e da Metodologia da História (ASSIS, 2010: 47-50). Um detalhe controverso da biografia de Bernheim respeita à data de seu falecimento. James Westfall Thompson e Ernst Breisach registram o ano de 1922. *The history of historical writing*, obra de Thompson, de 1942, consta na bibliografia da *Historiography* de Breisach, cuja 1ª ed. data de 1983. A maior parte dos autores, entretanto, indica o ano de 1942 como fim da vida desse descendente de judeus nascido em Hamburgo, em 1850.

O traquejo de Bernheim com as questões didáticas do pensamento e da produção históricos era lastreado pela experiência como *privatdozent* e nas Universidades de Göttingen e Greifswald. Paul Frédéricq, historiador belga comissionado a examinar o ensino de História em grandes centros europeus, registrava, em suas jornadas de 1881-1882, a atuação de Bernheim como tutor, tendo como colegas, os professores Pauli, Weizsäcker, Volquardsen e Steindorff. Fazia referência, ainda, a um “clube de história” dos estudantes de Göttingen, em que se liam os resultados de pesquisas feitas e no qual a conduta fraternal entre mestres e discípulos era selada “glass in hand and pipe in mouth”. (FRÉDÉRICQ, 1890: 37). Em relação a Bernheim, reivindica-se, também, a inscrição em linhagem intelectual ligada à prática dos seminários e ao nome de Georg Waitz (1813-1886), orientador de sua tese. Em 1937, o Editorial Labor, de Barcelona, publicou a tradução para o espanhol, *Introducción al estudio de la Historia*, feita por Pascual Galindo Romeo a partir da 3ª ed. alemã da *Einleitung*, indício de potencial alargamento dos circuitos de difusão e da influência desse livro.

Jorge Luis Cassani e Antonio Pérez Amuchástegui apreciam Bernheim como iniciador da exposição dos elementos primordiais da historiografia, como estabilizador de princípios da disciplina e como figura culminante da metodologia histórica de fins do século XIX. (CASSANI e AMUCHÁSTEGUI, 1982: 28-33).

* Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História USP.

A *Introducción al estudio de la Historia* foi eficaz em fixar um formato para esse tipo de material. O *Lehrbuch*, com suas mais de 800 páginas in fólío, acabou por se tornar uma espécie de “livro do professor”. A *Introducción*, com 180 páginas em oitavo (sem contar o apêndice de indicações bibliográficas preparado por Rafael Martínez, que conta mais 115 páginas), tornava mais cômodo o manuseio constante. A configuração de “manuais” destinados aos estudantes ou interessados em conhecer os procedimentos da investigação histórica fez-se muito pela listagem de repertórios bibliográficos. As lições sugerem longos caminhos e a necessidade de trilhá-los com os próprios esforços. Alguns debates, algumas temáticas e questões podiam, portanto, ser simplesmente referidos a partir de seus principais títulos. O *Lehrbuch* se pretendia como um tratado. A *Einleitung* se assume como manual. Busca servir como roteiro.

Em sua *Introducción al estudio de la Historia* Bernheim apontava a ambivalência do termo, que podia significar o “sucedido” ou indicar o “conhecimento” a isso atinente. Em relação à primeira acepção prevaleciam as tendências que procuravam conceituar os acontecimentos e descobrir essências ou padrões no desenrolar das eras. As Filosofias da História (dualista, materialista, positivista, expressionista, iluminista) operam com o conceito “moderno” de *Geschichte*, tomada como um “coletivo singular”. (KOSELLECK, 2004). Era por ser pensada como um ente, que se podia interrogar acerca do caráter da História. O segundo sentido da palavra “História” era aquele concernente à dimensão do que se conhece sobre o que aconteceu. Era a “História” tomada como relato, como ensinamento ou como ciência. Delineiam-se, assim, os contornos da Teoria e da Metodologia, bem como seus entrelaçamentos e bifurcações.

Acerca do desenvolvimento da ciência histórica, Bernheim considerava que a ênfase na disposição dos elementos externos e na expressividade caracterizaria o período ou tipo “narrativo”; o apelo político de extrair exemplos a partir de considerações sobre a dependência, estrutura e propriedades dos eventos seria o corolário do tipo ou período “pragmático” (ou didático), ao passo que o tipo “genético” ou “evolutivo” seria correspondente a um grau elevado de cultura, possível a partir da crença na unidade do gênero humano e tendo como finalidade o estudo da totalidade; ou seja, o conhecimento dos fatos a partir das causas que os determinam. Insinuam-se, na caracterização de Bernheim, reverberações da tríade atribuída a G. W. F. Hegel que discernia entre uma História “original”, uma “refletida” (geral, crítica, pragmática) e outra “filosófica”. Quando Bernheim afirmava, então, a concepção genética da História como a dominante (p. 17), jogava com as

possibilidades de isso ser sugerido como uma constatação ou de soar como adesão a um credo científico ou como sua publicidade.

Robin George Collingwood (1889-1943), em livro postumamente publicado, *The Idea of History*, situava em fins do século XIX a forma extrema do naturalismo entre os historiadores ditos “positivistas” e citava, expressamente, a Bernheim, especificando-lhe a autoria do *Lehrbuch der historischen Methode*. Para esse *Fellow* do *Pembroke College*, Bernheim partilhava a convicção de que o estudo da História deveria conduzir à descoberta de leis causais. Collingwood indicava como uma espécie de perversão constante dessa lógica, a distinção dos tipos de história, entre os empíricos e os filosóficos; ou seja, entre aqueles concentrados na coleta de registros e na determinação dos fatos e outros, devotados à busca de constâncias e padrões. Nessa distinção e na gradação da suposta nobreza de cada uma dessas missões, esconder-se-ia, na visão de Collingwood, o privilégio do modelo naturalista de ciência. (COLLINGWOOD, 1981: 222-223).

Bernheim, em sua *Introducción al estudio de la Historia* definira que as ações dos homens seriam o objeto da História e que sua finalidade consistiria no conhecimento dos fatos segundo as causas que os determinam, esclarecendo, inclusive, que tais causas seriam, essencialmente, interiores (sentimento, pensamento, volição). Entretanto, Bernheim reconhecia a impossibilidade de a História ter condições de detectar leis gerais e, mais que isso, reivindicava que o conhecimento histórico processar-se-ia de uma maneira diferenciada em relação aos parâmetros da mecânica, isso pelo motivo de que os fatos particulares não teriam um valor universal e perene; ou seja, fica a sugestão de que as coisas não aconteceriam sempre do mesmo jeito em todos os tempos e lugares. O discurso historicista não importou o modelo “relativista” da Física. Bernheim, nesse sentido, afirma em sua *Introducción* que, categoricamente, o conhecimento histórico há de referir-se a normas não absolutas, mas, sim, relativas (1937: 165). Ademais, quando Bernheim discorria sobre as principais tendências da conceituação da História, as descrições feitas do “positivismo” e do “materialismo” são corretas em suas linhas gerais. Quando, porém, o autor se aprofunda é na exposição de aspectos da filosofia de Kant incorporados pelos mestres da história alemã, como Ranke, a saber, a valorização do Estado e do indivíduo, as discussões sobre ideias e ideais da modernidade, bem como os debates acerca do duplo determinismo e liberdade. Bernheim reconhece a importância, mas, tenta esclarecer sua particularidade em relação a essa corrente. A avaliação da chamada “Filosofia da Humanidade”, derivada das meditações de J. G. Herder e que intentava precisar com maior pureza a riqueza das relações humanas é mais simpática.

Se houvesse um sistema, esse teria que ser o das interdependências ativas. Ideia crucial para tal formulação é a de cultura. Bernheim reconhece aí a maior (talvez, a única) possibilidade de fundar-se uma concepção e método de uma pretendida História Universal. Tendência em relação a qual o autor especifica uma apartação radical era a do Expressionismo, que preconizava o princípio da intuição (e a intuição como princípio) e a validade de conteúdos meramente espirituais, além de buscar formas artísticas de exposição. Para Bernheim, uma propriedade do expressionismo seria “o metódico desprezo pelos fatos” (1937: 39).

A estipulação de fronteiras e interseções em relação a outras ciências e ofícios era correspondente à demanda por definição das respectivas matérias, métodos e objetivos. Bernheim (BERNHEIM, 1937: 47) propunha, no item sobre “Ideia e objeto da História”, uma conceituação do termo:

Historia es la ciencia que investiga y expone los hechos relativos a la evolución, en el espacio y en el tiempo, de los seres humanos en sus actividades colectivas, y la relación psicofísica de causalidad que entre ellas exista según los valores colectivos de cada época.

Em outro trecho, Bernheim apresentava máxima mais sucinta segundo a qual a História seria a “ciência que se ocupa dos fatos dos homens como ser social”. (1937: 59). A ideia de “ser social” teria sido passível de críticas que indicavam aí perspectiva reducionista, levando a que o autor considerasse a pertinência da expressão “indivíduo em comunidade”, que permitia sublinhar o afã de integralidade entre as dimensões do singular e do coletivo. Definidos o objeto e os objetivos da História, cabia estipular as operações cabíveis, a saber: Metodologia, Heurística, Crítica, Interpretação, Concepção e Exposição. Tais etapas não implicavam, contudo, na divisão desse trabalho. Existiriam ciências ou disciplinas auxiliares; mas, o historiador deveria conhecer os meandros e rigores de sua prática. Se, antes, bastara contentar-se com os documentos que estivessem à mão, cabia, então, utilizar exaustivamente as fontes disponíveis para cada assunto; o que implicava colocar em discussão o funcionamento necessariamente aberto de arquivos e bibliotecas. O grau de objetividade em um conhecimento indireto e mediato como a História assentaria na possibilidade de testar e conferir os passos dos interlocutores.

Ernst Bernheim e seus livros foram constantemente referidos de maneira elogiosa e reverente em outro célebre manual, o de Wilhelm Bauer (1877-1953), que retomava o modelo e as dimensões do *Lehrbuch*, além de seu cariz de “livro do professor”.

Wilhelm Bauer é autor de *Einführung in das Studium der Geschichte*, 1ª tiragem, de 1921, feita em Tübingen. Em 1944, foi publicada pela Casa Editorial Bosch, de Barcelona, a tradução de Luis García de Valdeavellano feita a partir da 2ª ed. alemã (de 1927), acrescida de referências sobre o caso espanhol. Bauer esclarecia que seu livro era resultante de lições de cátedra proferidas na Universidade de Viena durante seis anos. Embora pretendido como uma *Introdução ao Estudo da História*, insinua-se a cada momento que essa seria uma tarefa para a vida afora. Não se escondia que muitas das questões debatidas somente seriam melhor aquilatadas a partir de ampla gama de experiências próprias de investigação independente. O jovem historiador deveria saber que a disposição para compreender alguns problemas só seria alcançada pela vivência, em um sentido que não se restringe à faixa etária ou ao gradiente dos níveis profissionais, mas, que parecia aludir ao adensamento e equilíbrio das faculdades do intelecto, do sentimento e da fantasia.

Os objetivos do livro e seu potencial público eram cotejados a partir da ponderação de que a história seria cada vez menos um assunto apenas para historiadores, isso, tanto pela recorrência com que os “profetas modernos” tentariam lastrear seus vaticínios em conjeturadas leis e explicações supostamente daí extraídas, quanto, também, pela incorporação de aspectos e elementos de crítica e exposição próprios a outras áreas do conhecimento. Fosse pelo viés da Filosofia da História (quando esta era preponderantemente pensada como sujeito de si e como teatro da vida) ou pelas perspectivas que enalteciam os rigores do Método e as competências da disciplina, por esses dois veios, Bauer justificava a relevância e a atualidade de sua iniciativa.

Publicado no rescaldo da I Guerra Mundial, o prólogo de Bauer para a 1ª edição alemã circunstanciava o imperativo de reconstrução da “unidade” e “grandeza”, tidas como características de “nossa época” e de “nosso povo”. Esperava-se, ou melhor, exigia-se que as ciências e, sobretudo, a História, assentassem sobre os escombros da vida política e moral os pilares de seu soerguimento. Daí, a apreciação de que o estudo da própria pátria apareceria a muitos (e, com razão, segundo Bauer) como um “dever sagrado”. Pode-se sugerir aí, a reativação de um valor como o do “ofício”, que encontra analogia com os ideais de “missão”, “destino”, “papel”, e outros. Nesse sentido, a nota do tradutor, segundo a qual, a leitura daquele livro poderia ser proveitosa para “despertar vocações” reafirma o sentido de “serviço” e suas contradições: qual o lugar do “método” em uma atividade que se supõe tocada por dons? De que poderia valer o estudo de manuais de *Introdução* para os já predestinados ao mister e aos mistérios dos estudos históricos? Bauer evitou qualificar sua realização como um

compêndio. Entretanto, de bom grado aceitava a ideia do livro como um “quadro do estado atual” ou um “guia” a quem ensejasse os percursos e percalços da ciência e da educação.

Na parte da *Introdução* dedicada à metódica, Bauer sublinhava nos trabalhos de heurística (conhecimento geral das fontes) a capacidade de flagrar falsificações. Isso seria daquelas habilidades desenvolvidas na (e pela) prática. Sobre isso, o autor não camuflava sua convicção de que “sobre crítica nada se pode aprender nos livros” (BAUER, 1944: 13). Mesmo assim... A exposição de Bauer contradiz alguns chavões acerca dos historiadores chamados “metódicos”, como aquele relacionado a uma concepção de “fonte” restrita aos documentos de chancelaria. Não se afigura idôneo falar nem de um privilégio, muito menos de um exclusivo. Na sessão sobre os tipos de fontes históricas mais importantes Bauer arrola 29 entradas: algumas, de fato, concerniam a documentos oficiais; várias, todavia, configuravam repertórios mais abertos, como as fontes transmitidas oralmente, os rumores, provérbios e anedotas, as canções populares, os diários, as folhas soltas e libelos, as fontes plásticas, enfim, uma gama de registros mais ampla e profunda que aquela que se deseja fazer crer em relação à prática historiadora do início do século XX. Um ponto consensual à análise desses vários tipos de fontes seria a atenção para identificar adulterações e falseamentos.

Bauer, a esse respeito, sentenciava que não existia nenhuma classe de fontes que não pudesse ser falsificada e que, de fato, não tivesse sido (BAUER, 1944: 290). Havia os casos de forja completa, de um meio fraudulento para uma mensagem mentirosa. E havia outros, mais complexos, nos quais a determinação da autenticidade do suporte não corresponderia a uma garantia sobre a veracidade do conteúdo, casos, portanto, de adulteração. Sobre esses, Bauer enfatizava que “mesmo peças diplomáticas autênticas poderiam conter também falsidades históricas” (BAUER, 1944: 369). O autor discernia entre autoria espiritual e material das falsificações e listava dentre as finalidades pretendidas, casos de proveito, lucro, vanglória, orgulho nacional ou interesses políticos, além de intenções de polêmica ou de publicidade. A ação dos falsários seria mais facilmente denunciada a partir da detecção de anacronismos, por mais que as cópias, interpolações ou fraudes buscassem seguir um determinado modelo. Seriam, portanto, os pormenores que trairiam a ação dos que pretendiam inventar autoridades.

Em mais de uma passagem de seu livro, Bauer fez referência à figura de Giovanni Morelli (tornada célebre a partir de artigo de Carlo Ginzburg, de 1978). A mais representativa foi no capítulo sobre determinação de autor. A principal fonte referida por Bauer, no que a Morelli concernia, era o livro *Die Methode der Kunstg.*, de Hans Tietze, de 1913. A partir daí,

afirmava ter sido Morelli o autor de um método extraordinariamente relevante para a História da Arte. O ponto de partida residiria na investigação das particularidades formais de um mestre e daqueles pontos que parecem menos importantes ao artista e nos quais se revelaria uma suposta “originalidade criadora” mais intensa que nos trechos em que se vigiam o modelo, a moda ou a rotina. Assim, a atenção desperta para os lóbulos das orelhas, para as unhas, para as dobras das vestimentas, todos esses, exemplos citados por Bauer. O conselho aos jovens que se aventurariam pelas sendas dos estudos históricos seria, portanto, a de prestar atenção às coisas que se afiguram como acessórias. Isso poderia servir para o reconhecimento de uma autoria original, como também, para rastrear tentativas de engodo.

Se no plano da Filosofia, a História podia ser vista como um “reino da justiça”, na prática da disciplina vigoraram várias praxes oriundas da lógica jurídica, das quais, o manejo crítico de testemunhos e documentos é apenas uma das facetas mais visíveis. Outra poderia ser buscada no brocardo do “argumento negativo”; ou seja, se o dito vale pelo feito, isso bastaria para supor a inexistência daquilo de que não se tem notícia? Com isso, Bauer sugeria algumas pistas para tentar entender tais “silêncios”. Primeiramente, indicava que algumas coisas poderiam ser tão comuns que simplesmente não foram tomadas como dignas de nota. Em seguida, conjecturava eventuais mudanças nos termos ou nos significados. Certos fatos poderiam estar ocultos atrás de expressões ou palavras que, com a posteridade, passaram a ter sentidos distintos. Finalmente, nas considerações mais agudas sobre a temática dos “silêncios”, Bauer advertia para o dever de “averiguar se o silêncio de uma fonte sobre um assunto não é um silêncio deliberado, tendencioso, que obedece a considerações de partido, de orgulho nacional, a motivos de piedade, prudência ou temor e outras causas semelhantes”. (BAUER, 1944: 492).

Um ponto breve, porém, bastante sugestivo é quando Bauer ensaia passar de uma crítica dos documentos a uma análise das documentações. Isso equivale a pensá-los não apenas como fontes, mas, como objetos mesmo de problemática. Nessa perspectiva, Bauer sugeria aos que investigavam em arquivos que se interrogassem acerca do percurso de um determinado registro até chegar ali, quais as relações, quais as escolhas (e, portanto, as renúncias) que permitiram que aquela fonte estivesse acessível, quais os critérios que orientaram a montagem da coleção, quais interesses se surpreendem no fato de algumas informações serem tornadas públicas ou monumentais, quais autoridades atuaram nesses processos e como o fizeram. A história era, decerto, feita com documentos. Mas, e quem fazia os documentos?

A caracterização mais geral dos historiadores ditos metódicos repetia que estes cultivariam o afã de ocultar predileções e bandeiras, em prol dos ideais de objetividade e neutralidade. Tal fórmula, aliás e amiúde, aparecia como complemento (e não feito contradição) em relação a outro chavão, qual seja, a de que nessa prática “os documentos falariam por si”. Se assim fosse, qual a necessidade de o historiador anular-se perante suas fontes? As indicações de Bauer não se encaixam nessas molduras. De fato, há no legado historista certa inquietação em torno dos valores que poderiam sustentar um juízo, pela alegação mesma de que tais valores seriam transitórios, particulares, históricos, enfim. Junto a isso figuravam o desejo de conseguir uma “compreensão empática” das realidades estudadas e a busca por compreendê-las a partir dos centros de gravidade de sua própria cultura. Contudo, para Bauer, a vivência (intelecto, sentimento e fantasia) do pesquisador não deveria ser subsumida; pois, os desenvolvimentos da disciplina não viriam só pela descoberta de novos documentos, mas, também, pela capacidade de uma leitura inovadora de registros antigos. Além disso, Bauer (1944: 126) enxergava a ação do historiador em relação aos “documentos” em operações já bem anteriores à sua análise:

Abster-se de adoptar una postura propia conduce fácilmente a la falta de claridad de lo que se expone, puesto que la fuerte participación personal en lo narrado estriba ya, naturalmente, en la selección del material, en la ordenación del conjunto, en la distinción entre lo importante y lo que no lo es. Así, en la formación de conceptos superpuestos.

Outras operações do pesquisador em relação à sua matéria seriam os trabalhos de conceituação e a proposição de “tipos históricos”. Escrevendo quase um século após o prólogo de Ranke à *História dos Povos Romanos e Germânicos* (1824), em que este preconizava o esforço de tratar as coisas como “realmente aconteceram”, Bauer acreditava que só seria possível ao historiador mostrar as coisas “como as tinha visto”. O aforismo é eficiente pela sugestão e correlação entre termos da “ótica”: evidência (e invisibilidade), perspectiva, enfoque. A maneira de olhar criaria a imagem. Seriam exercícios de “divisão” e “articulação” os que permitiriam configurações típicas e conceituações. Tais tipos (como “cultura micênica” ou “época de Luís XIV”) só deveriam ser formados a partir de amplo e profundo trabalho de pesquisa e deveriam, continuamente, ser corrigidos pelos resultados das investigações. Não obstante, esses tipos seriam formulados por abstrações, sacando-se algo comum entre aspectos de fenômenos (“Renascimento”, Ilustração”). Seriam hipóteses de trabalho. Dos principais riscos que permeariam as tentativas de agrupar fatos isolados sob

denominadores filosóficos estariam a sedução de encarar esses tipos como forças, como entes capazes de vontade e ação, bem como, o perigo de conceitos e tipos resvalarem para algo esquemático e rígido, em que não mais se perceba a “multiplicidade das especialidades” (BAUER, 1944: 139-144).

No título da comunicação, fez-se alusão à “escola” alemã. Essa é uma fórmula didática. Importa lembrar, por fim, a sugestão de que as nações fizeram escolas na medida em que as escolas fizeram as nações. Estudar os materiais e práticas da formação dos professores se afigura como interesse da teoria da história e da história da historiografia.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Arthur. “Ernst Bernheim”. In: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *A História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- BAUER, Guillermo. [Wilhelm]. *Introducción al Estudio de la Historia*. Barcelona: Bosch Casa Editorial, 1944.
- BERNHEIM, Ernst. *Introducción al estudio de la Historia*. Barcelona: Editorial Labor, 1937.
- CASSANI, Jorge Luis e AMUCHÁSTEGUI, A. J. Pérez. *Del “Epos” a la Historia Científica. Uma vision de la Historiografía a traves del Metodo*. Buenos Aires: Editorial Abaco de Rodolfo Depalma, 1982.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História* [1946]. 5ª Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- FRÉDÉRICQ, Paul. *The study of History in Germany and France*. Baltimore: John Hopkins University, 1890.
- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. 6ª Ed. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2008.
- GRAFTON, Anthony. *Falsarios y críticos. Creatividad e impostura en la tradición occidental*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.
- KOSELLECK, Reinhart. *historia/Historia*. Madri: Minima Trotta, 2004.

Capistrano de Abreu e Diálogos com a Alemanha na Construção da História Pátria

Ricardo Alexandre Santos de Sousa¹

Capistrano de Abreu nasceu em 1853 em Maranguape no Ceará. Era filho de uma família de proprietários rurais. A propriedade da família constituía-se em uma fazenda de 72.000 metros quadrados. Isso não colocava os Abreu entre os mais ricos proprietários rurais, mas garantia meios para uma vida folgada, bem como o respeito dentre as pessoas mais abastadas da região.

Na idade escolar, mostrava-se pouco adaptado ao ensino formal, contudo, Capistrano exibia erudição incomum para os meninos de sua idade. Segundo Raimundo Bizário, seu conterrâneo e colega do tempo do Ateneu Cearense, Capistrano, com apenas quinze anos já lia diversos autores franceses como Lamartini, Victor Hugo, George Sand, Musset, Stäel, Chatobriand e outros (Arquivo de Capistrano. Convento de Santa Teresa. Pp. 29).

Na década de setenta, Capistrano iniciou com um grupo de estudo com jovens intelectuais chamado de “Academia Francesa”. O grupo reunia-se frequentemente para discutir as novas ideias chegadas da Europa e também promovia palestras abertas ao público, denominadas “escola popular”.

Por volta desse período, o rapaz, veio a ter contato com o Escritor cearense José de Alencar que contratou os serviços do jovem para ajuda-lo numa pesquisa sobre o folclore local. O escritor ficou bastante surpreso com a erudição do jovem. Esse contato abriu as portas para que Capistrano de Abreu se mudasse para a corte.

No novo sítio desenvolveu seus estudos históricos com a documentação que entrou em contato na Biblioteca Nacional, também documentos que seus amigos na Europa (como João Lúcio de Azevedo, Lino de Assunção e o Barão do Rio Branco) pesquisavam em arquivos como a Torre do Tombo e a Biblioteca de Évora.

Capistrano não chegou a levar avante o projeto de sua mocidade de escrever uma obra abrangente de história do Brasil. Porém quando morreu aos 75 anos, em 1927 era reconhecido como expoente no estudo da história do Brasil.

¹ UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
Doutor em História das Ciências.

Sua obra foi disseminada por diversos artigos publicados, traduções comentadas, estudos das línguas indígenas. Destaca-se também “O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI” de 1883 – tese com a qual foi aprovado como professor do Imperial Colégio Pedro II, “Capítulos de História Colonial (1500 -1800)”, “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil (compilação de textos escritos em diferentes momentos), “Ra-txa-hu-ni-kui, a Língua dos Caxinauás no Rio Ibucuí, afluente do Murú”. Isso, além dos quatro volumes organizados por José Honório Rodrigues que reúnem escritos de várias épocas e do três volumes de correspondência pessoal também organizado por Rodrigues.

A biblioteca de Capistrano de Abreu pode ser tomada um indício de suas preferências literárias, o que se confirma pelas referências que fazia a autores e obras em seus textos e correspondência pessoal. Evidentemente, no caso de um autor longevo como Capistrano, as preferências literárias e suas posições quanto à construção da história sofre variações ao longo de sua vida, na medida em que teve contato com diferentes autores e diferente historiografia.

Contudo, um exame mais atento à biblioteca de Capistrano que se encontra depositada no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, percebe-se que dos 1.321 volumes, 281 são de língua alemã, o que corresponde a 21,27% do total.

Tais números confirmam a avaliação de José Honório Rodrigues. Consoante esse autor, Capistrano, a partir dos anos 80, vai paulatinamente deixando as leituras mais voltadas ao positivismo francês de seus anos de juventude e passa a filiar-se a autores alemães como Leopold von Ranke, Friedrich Ratzel, Eduard Meyer e outros.

Na citada biblioteca de Capistrano, pode-se perceber que dentre os autores alemães destacam-se o historiador Eduard Meyer com 15 volumes e Friedrich Ratzel com 6 volumes. Não foi encontrado nenhum volume de autoria de Leopold von Ranke. Contudo, a correspondência de Capistrano e seus escritos atestam que, embora Ranke não constasse dentre os autores preferidos do historiador, ele tinha bastante intimidade com seu método de crítica das fontes e reconhecia o valor do autor alemão para a escrita da história.

- Leopold von Ranke (1795 -1886)

Em carta a seu conterrâneo Guilherme Studart em 20 de abril de 1904, Capistrano repreendia o colega historiador por não fazer referência às fontes utilizadas em seus escritos e citava o método rankeano de crítica das fontes como fundamental para a escrita histórica.

"Por que motivos, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo Von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da História?"².

Não é possível, contudo, classificar Capistrano como um seguidor de Leopold von Ranke, como bem atesta a falta de volumes referentes àquele autor em sua biblioteca³. Em sua estada como funcionário da Biblioteca Nacional sob a direção do Bibliotecário Ramiz Galvão, Capistrano mostrou bastante desenvoltura ao lidar com a rica documentação encontrada naquela instituição, bem como com a documentação que chegava às suas mãos por meio das diversas redes nacionais e internacionais que o historiador habilmente criou.

Capistrano aportou no Rio de Janeiro em 1875, um período de mudanças fundamentais na Biblioteca Nacional. Aquela casa, antes dominada pela prática colecionista, que pouco acrescentava à produção de uma história pátria, sofria uma injeção de modernidade sob a direção do citado Ramiz Galvão. Esse segundo havia voltado de viagem do continente europeu em missão imperial, na qual foi incumbido pelo Imperador D. Pedro II de visitar importantes instituições europeias como a Biblioteca Nacional de Paris e o British Museum em Londres. Não somente isso, mas Ramiz Galvão contava com verba para adquirir coleções que enriquecessem o acervo da Biblioteca Nacional. Assim, o bibliotecário retornou munido de tratados clássicos, iconografias e monografias⁴.

O intuito era tornara a Biblioteca uma instituição de utilidade pública, com a missão de instruir a nova nação e não mais ser um mero objeto de veneração.

Os resultados foram rapidamente percebidos. Tanto na exposição Camoneana em 1880 quanto na Exposição de História e Geografia do Brasil em 1881, ambas com a participação de Capistrano de Abreu, que desde 1879 fazia parte do quadro de funcionários daquela instituição.

Nesse contexto extremamente ativo da Biblioteca Nacional, mais do que uma vinculação rankeana empedernida, Capistrano mostrava destreza no trato com as fontes.

² ABREU, J. Capistrano de. CAA. - vol. 1. pp. 165 – 166,

³ Leve-se em conta, entretanto, que a biblioteca de Capistrano encontra-se desfalcada de vários volumes, tanto pelas diversas mudanças de residência que o autor empreendeu ao longo da vida, quanto por seu hábito de presentear amigos com volumes de suas coleções.

⁴ FILHO. Mauricio. Coleção Documentos . Brasília: Minist. Ed. E Cultura, 1972. pp. 117.

Um exemplo do domínio do historiador quanto ao método pode ser apreendido pela forma com que desvendou o mistério acerca da identificação do jesuíta Fernão Cardim como autor de *Tratados da Terra e gente do Brasil*, publicado em 1881 na Exposição sobre História e Geografia do Brasil. O texto até então conhecido tinha em inglês, numa tradução de 1625, com o título *A Treatise of Brazil written by a Portugal [sic.] which had long lived there*, e fazia parte da Coleção de Samuel Purchas, um religioso e historiador inglês que divulgava relatos de viagens.

Purchas atribuíu o texto a Manuel Tristão, enfermeiro dos jesuítas da Bahia. A hipótese sobre a autoria era defendida por existirem no livro receitas medicinais, e também por estar escrito tal nome no original do qual Purchas teria se valido para fazer a tradução.

Capistrano, contudo, não se sentia convencido da atribuição do texto ao enfermeiro Manuel Tristão e sustentava a hipótese de ser o jesuíta Fernão Cardim o verdadeiro autor do texto. O fato de Cardim ter sido aprisionado por corsários ingleses poderia justificar o texto ter vindo parar nas mãos de Purchas.

A crítica interna das fontes mostrava que a hipótese de Capistrano era bastante fundamentada. A razão pela qual Purchas atribuíu a autoria do documento a Manuel Tristão era tão somente devido ao fato do manuscrito apresentar escrito o nome do enfermeiro. O que, segundo Capistrano, poderia provar no máximo que aquela cópia pertencia a Tristão⁵.

Em carta ao Barão do Rio Branco, Capistrano procurava esclarecer os fatos, inclusive revelando suas fontes de como teria o texto do Jesuíta ido parar na mão dos ingleses.

“Sobre Cardim sei que foi aprisionado em fim de setembro de 1601 (Franco, *Imag. Da Virt em Évora*, I, 725); que o corsário que o aprisionou foi Francis Cooke, de Dartmouth, provavelmente (Purchas, *Pilgrimages* IV, p. 1289); que fugiu em 1602 para Calais, levando *quinque illustrissimas puellas, quarum duas erant e Reginae familia* (Franco, *Sinopse*, p.179). Quem ajudou a fuga foi o Padre Michael Roger, e sobre este deve haver alguma informação em uma *História dos Jesuítas na Inglaterra*, publicada há poucos anos, tendo por autor *Folville*, se me não engano. Se lhe for possível, peço-lhe pois que procure este nome”⁶.

Além disso, Capistrano recorria a recriar um perfil psicológico do autor e percebe tratar-se de um homem letrado, o que se adequaria mais ao perfil de um irmão da Companhia

⁵ ABREU. 1881. In: CARDIM, F. *Tratado das terras e das gentes do Brasil*. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925. pp.149-150.

⁶ ABREU, J. Capistrano de. CCA. - vol.1. pp. 116 – Carta ao Barão do Rio Branco em 25 de novembro de 1887.

de Jesus, do que ao de um enfermeiro. Some-se a isso o fato de que era possível precisar que o pequeno livro fora escrito em 1584; ano coincidente com a data da primeira visita de Cardim ao Brasil.

A prova cabal de que Cardim e não Tristão era o verdadeiro autor, ainda estava por vir. Capistrano, por meio de sua rede de correspondentes no exterior consegue localizar na Biblioteca de Évora, por meio de seu amigo, o historiador Tomás Lino de Assunção, uma série de documentos comprovadamente escritos por Fernão Cardim. Bastou então comprovar os manuscritos para verificar-se que se tratava da mesma caligrafia.

Se por um lado Capistrano de Abreu valia-se com destreza da crítica interna e da crítica externa das fontes em sua análise documental e, nesse sentido, o faz de maneira bastante rankeana, por outro lado o relato daquele que foi testemunha ocular do passado no século XVI atrai Capistrano de forma bastante diferenciada do que os documentos diplomáticos que atraíam Leopold von Ranke.

Enquanto ao segundo autor citado, interessava a história política desenvolvidas entre nações, de forma um tanto asséptica e que pouco se aproximava do vivido, Capistrano dizia-se interessado no caráter "vibrátil" em que "sensações batiam forte" e o "sentido ofegante" que a prosa de Cardim detinha.

Capistrano valeu-se do método Rankeano? Certamente, mas numa perspectiva mais ampla do que a concebida pelo próprio Ranke, e muitíssimo distante dos discípulos de Ranke que radicalizaram a proposta do alemão tornando aquela forma de fazer história "positiva" e burocrática.

- Friedrich Ratzel (1844 - 1904)

Outro autor alemão com o qual Capistrano de Abreu travou um diálogo bastante estreito em sua historiografia foi com o geógrafo Friedrich Ratzel.

Esse foi um dos autores que o brasileiro se referiu em uma carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo, quando, com seu sarcasmo característico afirmava ter sido a língua alemã e a geografia algumas das poucas aquisições que obtivera no Rio de Janeiro.

“Aqui no Rio só fiz duas aquisições: saber do alemão o bastante para lê-lo na rede, sem estar me levantando a cada instante para recorrer ao dicionário; e através de Wappoeus (sic.), Poschel e Ratzel compreender que a geografia é tão bela ciência como difícil”⁷.

Conforme mencionado anteriormente, Ratzel é um dos autores alemães mais frequentes na biblioteca de Capistrano de Abreu. Atualmente, contudo, o alemão conta com bastante má vontade por parte dos historiadores. Isso se dá devido às críticas endereçadas àquele autor por Lucien Febvre.

Febvre que fora aluno de Vidal de la Blanche criticava bastante a obra de Ratzel catalogando-o como "determinista", ao passo que seu antigo professor la Blanche seria associado ao "possibilismo". A relação do nome de Ratzel a um tipo de determinismo geográfico acabou por levar que historiadores das últimas gerações a não lerem e não gostarem de Ratzel num movimento que mais se assemelha a uma relação com um tabu⁸.

A percepção de Ratzel com vinculado a uma visão da natureza puramente mecânica e fatalista, leva a desprezar alguns pontos importantes de sua obra, sobre os quais Capistrano se debruçou. Capistrano, tal como Ratzel pensava o meio ambiente como uma força capaz de exercer influência em relação às diversas opções postas diante das sociedades humanas.

Para Ratzel, contudo, a humanidade era vista como única e não escalonada racialmente. Além disso, Ratzel foi um dos poucos autores do século XIX que perceberam o etnocentrismo dos estudos europeus e que procurou escapar o quanto pode a essa tendência.

Em seu trabalho hercúleo, *The history of Mankind* de 1882, Ratzel procurava analisar os diversos grupos humanos, partindo da premissa de que a humanidade seria única, diferenciada apenas culturalmente.

“Portanto, em qualquer lugar que a Terra for habitável pelo homem, encontramos pessoas as quais são membros da mesma e única raça humana. A unidade do gênero humano é como se fosse a obra do planeta Terra deixando sua marca no degrau mais alto da criação. Só há uma espécie de homem, variações são numerosas, mas não profundas. O homem no sentido mais amplo é um cidadão da Terra”⁹

⁷ ABREU, João Capistrano de . CCA. - v.2. 1977. p.38 - Carta a João Lúcio de Azevedo – Rio, 19 de março de 1917.

⁸ Deve-se observar que muito do que é atribuído a Ratzel como um determinismo geográfico tosco e mecanicista, é, em muitos casos, fruto de uma radicalização de suas posições tomadas por seus seguidores.

⁹ RATZEL, Friedrich. *The history of mankind* . London: Macmillan and Co. vol. I. 1896. Pp p. 9.

Uma questão importante para Ratzel eram as trocas culturais que ocorriam entre os diversos grupos humanos em regiões de fronteiras. Grupos capazes de adquirir, armazenar cultura e transmitir tais conhecimentos às novas gerações se destacariam frente aos demais em seu desenvolvimento. Esses grupos eram destacados pelo geógrafo como "raças culturais" e se distinguiam assim dos outros grupos denominados como "raças naturais". Em outras palavras a maneira como os grupos humanos se associavam à natureza representava a diferença entre, muitas vezes, desenvolver-se e sustentar-se ou cair em estagnação, decréscimo e desaparecimento.

“Cultura é libertar-se da natureza, não no sentido de inteira emancipação, mas de uma múltipla e maior conexão. O fazendeiro que armazena seu milho em celeiros é, em última instância, tão dependente do solo quanto o índio que colhe no pântano o arroz que não plantou. Mas o fazendeiro sente menos tal dependência já que ele é dono da provisão que teve a sabedoria de estocar¹⁰”.

A diferença entre as "raças naturais" e as "raças culturais" não seriam, contudo estáticas, visto não ser baseada em nenhum pressuposto fisiológico, como queriam os adeptos do racismo científico.

Porém, o conceito de cultura em Ratzel é mais amplo do que tão somente as formas pelas quais se produz o sustento do grupo ou a forma de governo pela qual estes se mantêm coesos.

A língua, a religião, bem como a ciência e arte eram vistas pelo autor como importantes aspectos da cultura dos povos, o que não poderia ser descartado no estudo de seus estágios de desenvolvimento.

Ratzel tomava a fala como um patrimônio único do ser humano e que o distingue de todos os outros seres. Daí sua importância para os estudos etnológicos, os quais, em seu entender, deveriam ocupar condição preliminar para todo trabalho sobre civilização.

O autor verifica, entretanto, que a etnologia procura por meio da linguagem identificar afinidades raciais ao indicar vestígios de uma determinada língua em alguma outra que por vezes não pareçam relacionadas. Ou ainda procurar por meio dos estudos linguísticos, caracterizar o grau de desenvolvimento de determinado grupo.

¹⁰ *Ibidem.* p. 14

Capistrano de Abreu conheceu bastante bem a obra de Ratzel e, em seus trabalhos históricos, partilhava da crença daquele autor acerca de uma humanidade única distinta em seus diferentes espaços pela cultura, como também tomava a natureza como uma variante importante a ser levada em conta na análise da formação de um povo.

Os estudos etnográficos do brasileiro causava espanto em seus contemporâneos que, muitas vezes, achavam que o historiador perdia seu valioso tempo dedicando-se ao estudo de línguas indígenas como o caxinauí e o bacaurí. Esses, contudo encontrava-se alinhando com a perspectiva de que a história humana não poderia ser tratada tão somente como a história dos povos ditos civilizados. Ao tomar toda manifestação cultural humana como legítima rompe-se a barreira entre povos selvagens e povos civilizados tão cara ao etnocentrismo europeu.

- Eduard Meyer (1855 - 1930)

Eduard Meyer foi um historiador bastante conceituado em seu tempo. Professor em Breslau, Halle, Berlim e Harvard. Além disso, obteve títulos honoríficos em Oxford, St. Andrews, Freiburg e Chicago.

Sua área de atuação era história da antiguidade, principalmente o Egito, mas também escreveu sobre o judaísmo, os mórmons e sobre os assírios, dentre outros trabalhos.

Numa de suas cartas ao seu amigo João Lúcio, Capistrano de Abreu afirmava sobre o colega alemão:

“Para mim seu predileto Ranke é mero *flatus vocis*; mas sei que seria incapaz de beber no cano quando há fonte. Depois de Ranke alguns historiadores, como Edw. [sic.] Meyer, vão adiante e procuram do meio da geologia da lama reconstituir os minerais dissolvidos, mas o princípio é o mesmo. [...] Explicar o jesuitismo pela espionagem é desconhecer a natureza humana. *Quis custodiet ipsos custodes?*”¹¹ O homem não é mineral que cresce de fora para dentro”¹².

¹¹ Frase em latim do romano Juvenal, traduzida como “quem vigia os vigias?”, “quem fiscaliza os fiscais?” ou similares.

¹² CCA. – vol. 2. pp. 51. – Carta a João Lúcio de Azevedo em 6 de junho de 1917.

Na figura empregada por Capistrano, pode-se apreender que embora reconhecesse que Ranke sabia muito bem reconhecer o valor de suas fontes, considerava que Meyer teria ido adiante por meio do que o brasileiro denominava de "geologia da lama".

Meyer, diferentemente de Ranke ampliava de forma bastante alargada a noção de documentação histórica. Não se limitava somente às fontes escritas e tal com Ratzel considerava legítima toda forma de manifestação cultural. Rompia assim a hierarquia entre estruturas sociais de diferentes povos, encarando as formas de representações religiosas, artísticas e linguísticas como fontes sobre as quais o historiador deveria debruçar-se na investigação das sociedades.

Para ele, a antropologia já não contava somente com o exercício de deduções lógicas, mas dispunha de ferramentas que permitiam uma investigação do passado de maneira mais precisa firmando-se no terreno nos fatos estabelecidos.

Como para o alemão, a razão humana se desenvolvia por meio da linguagem, também a linguística e a psicologia eram tidas como importantes instrumentos com os quais o autor contava para a investigação do passado.

O estudo da linguagem era assim tomado como indício fundamental na investigação dos caminhos percorridos pelos diferentes grupos humanos. Portanto, tal como Ratzel, Meyer rompia com a dicotomia entre civilizado e selvagem e percebia o gênero humano como único. Meyer, contudo ia mais longe, procurava, por meio de uma visão evolucionista darwinista entender o ser humano como animal gregário que trazia consigo marcas comuns às sociedades de primatas, aproximando assim o homem civilizado de seus ancestrais.

Segundo essa perspectiva, alguns aspectos como propriedade privada, estado ou família eram vistas como desenvolvidas a partir de organizações ancestrais primitivas que se expressavam de diferentes formas de acordo com uma série de acasos e formas de adaptabilidades em diferentes culturas. Tomava, portanto por legítima toda forma de organização familiar, por exemplo. Enquanto outros autores tomavam a família monogâmica, patriarcal como a forma mais evoluída de organização familiar, Meyer dispensava a mesma atenção em seus estudos para outras formas de família como a poligâmica, sociedades matriarcais, a poliandria, bem como o intercurso sexual sem que houvesse casamento formal. Cada sociedade teria normas de condutas entre seus membros que demandaria algum nível de coerção para mantê-las, o que implicava na existência de um estado que regulasse as relações.

Meyer, assim considerava toda forma de instituição familiar, bem como os mais diversos tipos de estados e manifestações religiosas como legítimas, humanas e passíveis do estudo da história.

Capistrano de Abreu em seus estudos etnográficos, portava-se de maneira bastante parecida. O autor procurava estudar através das línguas indígenas, muito mais do que as construções gramaticais dos povos Baciaerí e Caxinauá, mas, através da língua mergulhar no universo cultural e simbólico dos índios brasileiros. Dessa forma tais estudos não eram vistos como apartados do conjunto de sua obra, mas como parte integrante de seu trabalho como historiador.

O diálogo de Capistrano de Abreu com autores alemães de seu tempo, certamente produziu resultados interessantes em sua historiografia. Tais diálogos abrem caminhos para um campo de pesquisa bastante frutífero e pouco explorado.

Bibliografia:

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500 – 1800) & Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1982.

_____. *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no séc. XVI*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Ed. Senado Federal. 2006.

_____. *rã-txa hu-ni-ku~i, gramática, textos e vocabulário caxinauás*. Rio de Janeiro: Livraria Briguiet. 1941.

CARDIM, F. *Tratado das terras e das gentes do Brasil*. Introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia. Rio de Janeiro: J. Leite e Cia., 1925.

MEYER, E. *England – Its political organization and development and the war against Germany*. Boston: Ritter & Company, 1916.

_____. *Histoire de l'Antiquité*. Tome I. Paris: Librairie Paul Geuthner, 1912.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Três volumes. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira/INL/MEC, 1977,

_____. *Ensaios e estudos: crítica e história, 1ª. série*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1975.

_____. *Ensaios e estudos: crítica e história, 2ª. série*. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. *Ensaios e estudos: crítica e história, 3ª. série*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976.

_____. *Ensaaios e estudos: critica e história, 4ª. série*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1976.

RANKE, Leopold von. *Pueblos e Estados em la Historia Moderna*. Fondo de Cultura Economica. México/Buenos Aires. 1979. pp. 37 -39.

RANKE, Leopold von. *The theory and practice of history*. IGGERS, Wilma A. and MOLTKE, Konrad (Edited and introduction). Indianapolis: The Bobbs-Merrill company, inc. 1973.

RATZEL, Friedrich. *The history of mankind* (vol.I). London, New York: Macmillan and Co. Ltda., 1896.

_____. *The history of mankind* (vol. II). London, New York: Macmillan and Co. Ltda. 1897.

RODRIGUES, José Honório. “*Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira*”. In: *História e historiadores do Brasil*. São Paulo: Fulgor, 1975.

_____. *História e historiografia*. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda., 1970.

Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos

Iamara da Silva Viana*

Juçara da Silva Barbosa de Mello**

I) Apresentação

Esta comunicação propõe uma discussão sobre aspectos políticos e sociais dos usos (e desusos) do tema: patrimônio histórico cultural na pesquisa e no ensino-aprendizagem de história. Este tem sido um importante ponto de debate entre professores e pesquisadores das ciências humanas, que discutem, sobretudo, os rumos tomados e os significados da valorização e preservação do patrimônio cultural de diferentes grupos. Também se verifica, nesse contexto, um crescente incentivo estatal à pesquisa e divulgação desses bens como indicadores de histórias, de memórias e de identidades. A importância e complexidade deste processo requerem a construção de fundamentos teóricos e de estratégias pedagógicas, necessários à elaboração de propostas para inserção efetiva da educação patrimonial nos mecanismos de planejamento das escolas, dentre os quais o projeto político-pedagógico.

Numa realidade em que a carga horária reservada à disciplina História já se apresenta reduzida, faz-se necessário elaborar formas dinâmicas e eficazes de relacionar a educação patrimonial aos conteúdos canônicos. Sobretudo, porque essa relação favorece a criação de pontos de contato com o universo cultural dos alunos, permitindo a apreensão significativa de assuntos considerados de difícil compreensão, por sua distância no tempo e no espaço, pois que apropriados pelos discentes a partir de suas referências culturais. Na medida em que tais referências são conhecidas, a memória torna-se refletida, as lembranças se tornam experiências permitindo melhor compreensão da natureza histórica dos acontecimentos, contribuindo na formação cidadã dos educandos.

Segundo Hanna Arendt, a educação está “entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é”. Isto devido, ainda

* Doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ. Bolsista FAPERJ.

** Professora Doutora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-Rio.

segundo a autora, a constante renovação da sociedade por meio do nascimento de novos seres humanos (ARENDDT, 2009: 234). Nessa perspectiva, consideramos o atual contexto de crescente valorização de “antigos” e “novos” patrimônios como objetos culturais que, se não problematizados, apresentam potencial tendência à perpetuação de naturalizações legitimadoras de relações culturais hierarquizadas. Argumento que ganha reforço na afirmação, pronunciada por Dominique Poulot, de que “no decorrer do século XX, o patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha” (POULOT, 2009: 9). Essa constatação expressa a complexidade que envolve a problemática dos diferentes usos do patrimônio, por um lado, como mecanismo político de legitimação e perpetuação ideológica de grupos específicos, e por outro, como objeto de sensibilização – passível de desconstrução e reconstrução – no ensino da História Escolar.

Em Hanna Arendt, encontramos argumento que, em certa medida, corrobora com o pensamento de Poulot a respeito do caráter valorativo, crescentemente assumido pelo patrimônio. Para a autora, quando “a sociedade começou a monopolizar a ‘cultura’ em função de seus objetivos próprios, tais como posição social e status”, desenvolveu-se uma luta acirrada entre diferentes grupos sociais. Lutas estas, pautadas por disputas pelo reconhecimento de artefatos materiais e imateriais, pois, ainda segundo a autora, “a cultura se relaciona com objetos e é um fenômeno do mundo (...)” (ARENDDT, 2009: 254-260).

II) Patrimônio, memória e História

É legítimo argumentar que todo patrimônio possui uma metanarrativa que procura justificar sua própria existência, e, a partir da qual – com variações em um ou outro aspecto – narrativas mais “conjunturais” vão sendo construídas. De forma dinâmica, um jogo de tensões e disputas entre distintas representações do mundo social permeia a atribuição de sentido, e, portanto, a escolha e permanência do bem patrimonial. Essas representações ganham maior complexidade por apresentarem tanto um caráter diverso – o que justifica seus embates – quanto uma complementariedade. Dito de outra forma, os bens patrimoniais são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes grupos sociais que, em sua permanente tensão, interagem, influenciando-se reciprocamente.

O patrimônio possui forte potencial para atribuição de identidades, sejam elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. A definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, nação ou mesmo da humanidade, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder. As instituições políticas e de saber acadêmico, ou seja, as instâncias de julgamento e convencimento e as de saberes científicos, respectivamente, somadas à opinião pública, compõem o tripé a ser considerado na definição de bens patrimoniais. Se a invariabilidade constitui uma característica da composição do conjunto de fatores a serem levados em conta na demarcação dos bens patrimoniais, também o é o significativo desnível do peso exercido por essas diferentes esferas em circunstâncias político-sociais específicas.

Há de se considerar, entretanto, que as diferentes configurações do contexto não implicam em negligenciar o fato de que o terceiro suporte desse tripé – a opinião pública – representa mais fortemente e legitimamente o lugar das referências culturais, inspiradoras da construção de patrimônios “novos”, assim como reafirmadoras de “antigos”. As referências culturais surgem pela expressão de uma memória “espontânea”, adquirida e reforçada pelo automatismo que marca a vida cotidiana, pelas necessidades objetivas e subjetivas, materiais e afetivas que nela se encerram.

O funcionamento da tríade mencionada acima, segundo Poulot, “depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública”, sendo, portanto, essa dupla relação, o fator principal “que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades” (POULOT, 2009: 13). O discurso patrimonial é, pois, um discurso de poder, na medida em que, além de atribuir sentido a trajetória passada e presente, também influencia na construção de projetos para o futuro.

O pressuposto explicitado acima, nos remete a tese defendida por Hanna Arendt segundo a qual, cultura e política se apresentam em íntima relação, pois “imbricam-se mutuamente porque não é o saber ou a verdade que está em jogo, mas sobretudo o julgamento e a decisão, a troca criteriosa de opiniões incidindo sobre a esfera da vida pública e sobre o mundo comum.” (POULOT, 2009: 17). Esse caráter relativo e subjetivo da “verdade” e a demanda cada vez maior pela construção de patrimônios encontram-se relacionados ao

surgimento de uma nova cultura histórica, ou seja, de uma nova concepção do tempo histórico, marcada pelo que Beatriz Sarlo chamou de “virada subjetiva”, cujo significado maior, segundo a autora, se constituiu na “ressurreição do sujeito”, “morto” pelas ideologias estruturalistas da sociedade, predominantes em grande parte do século XX.

O “horizonte de expectativas” do mundo moderno foi sendo atrofiado diante de uma série de acontecimentos, como as crises do capitalismo e os horrores das guerras mundiais, sobretudo do holocausto. Os estruturalismos, com sua crença na progressão rumo a um futuro triunfal, foram substituídos pelo que Hartog chamou de hipertrofia do presente ou presentismo. Movimento caracterizado por uma perda de confiança no futuro e certa decepção com as ideologias conformadoras de Verdades globalizantes.

Em diálogo com o historiador alemão Reinhart Koselleck, Hartog elabora uma argumentação sobre o tempo histórico que encontra como pano de fundo as reflexões de Santo Agostinho. Tal argumentação consiste em pensar a experiência do tempo apenas sendo possível por meio da articulação entre experiência vivida – o presente dos fatos passados, compreendido como o espaço da memória – e expectativa – o presente dos fatos futuros, compreendido como horizonte de expectativa.

A chamada “hipertrofia do presente”, e com ela a “virada subjetiva”, guarda, portanto, estreitas relações com a difusão dos paradigmas da conservação observada no decorrer do século XX, sobretudo nas décadas de 1970-1980, época em que, conforme afirma Poulot, pode ser notada uma profusão de esforços públicos e privados em favor do reconhecimento de “novos patrimônios”, representativos de múltiplas comunidades.

Tal estado das coisas, expressa a vigência de uma cultura histórica que, contrariamente àquela que a precedeu¹, caracteriza-se por um crescente investimento social nas “tarefas da memória”, expressão que pretende indicar a prática, nem sempre espontânea, de uma memória motivada por certa obrigação de lembrança, pelo “dever de memória”, que se encerra – entre outras manifestações – numa crescente produção de patrimônios representativos das mais diversas comunidades. Nessa perspectiva, a plasticidade, pluralidade e subjetividade da

¹ No chamado regime de historicidade moderno, a íntima relação entre história e memória foi eclipsada, ou seja, passou para o segundo plano, em função da ênfase metódica no documento escrito como forma privilegiada de “acesso ao real”.

memória voltam à cena, ainda que condicionada, em certo sentido, pelo reconhecimento institucionalizado por meio da criação de patrimônios.

Assim, o jogo político se verifica a todo tempo, com maior ou menor peso dos diferentes “lugares” conflitantes, seja dos governos e instituições, representativos das práticas eruditas, seja da apropriação do discurso patrimonial feita pelo grande público. Essa constatação esbarra numa particular dificuldade para reflexão e análise histórica do patrimônio, posto que, nas palavras de Poulot, “o próprio patrimônio determina as condições concretas de sua abordagem, comunicação e controle”; isto porque, “por seu intermédio, o pesquisador é conduzido ao âmago de um quadro de valores que se afirma incontestável” (POULOT, 2009:10).

III) O patrimônio histórico e cultural no ensino da história escolar: breves apontamentos

A dificuldade mencionada acima não inviabiliza a utilização do patrimônio histórico e cultural – de uma educação patrimonial – na pesquisa e no ensino de História. Ao contrário, a eficácia de seu efeito na constituição e afirmação de identidades, pelo caráter quase sacralizante, faz dele um objeto com duplo significado no ensino da História Escolar. Isso implica pensá-lo concomitantemente à prática de uma educação patrimonial, aqui compreendida como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999).

O dinamismo inerente a este processo apresenta referências culturais que podem ser descobertas ou reafirmadas por meio de uma educação patrimonial, conforme previsto nos PCN's de História, contribuindo para “a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã” (BRASIL, 1998: 5). A convivência com vestígios

materiais e imateriais do passado possibilita aos alunos compreender o presente como “presença”, “instante para o qual constantemente convergem imagens do passado e do futuro. Retenção e propensão. Experiência e expectativa. Nessa acepção o presente é o agora, a simultaneidade das experiências assimétricas de passado e futuro” (ARAÚJO, 2012: 70).

Numa outra dimensão, diferente, porém, não excludente, está o potencial do patrimônio como recurso para construção de “aulas como texto”,² pela ação direta que pode exercer na constante ressignificação de memórias e na formação de novas identidades. Isto por meio do reconhecimento de que “nenhuma identidade pode nos redimir ou esgotar; a identidade e a orientação são necessidades do mundo da vida, mas não esgotam nossas possibilidades de lidar com o passado” (ARAÚJO, 2012: 74).

Sendo assim, os usos do patrimônio no ensino e aprendizagem de História se fazem, simultaneamente, por meio de um triplo movimento: o de construção, desconstrução e reconstrução. No primeiro caso, trata-se da atribuição de sentido para a trajetória de indivíduos e grupos, constituindo identidades orientadoras que funcionam como mecanismo de acesso à percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história. No segundo, a apreensão da existência de outras possibilidades, igualmente legítimas, de criação cultural, embora, nem sempre apresentadas na forma de narrativas históricas com o mesmo grau de sentido e adesão. Já no terceiro, verifica-se a interseção entre elementos intrínsecos ao código cultural e outros externamente adquiridos, surgindo, a partir de então, algo novo e original num processo sempre dinâmico de criação.

Assim podemos perceber a essência da educação que é a *natalidade*, “[...] o fato de todos nós virmos ao mundo ao nascermos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento” (ARENDRT, 2009: 247). Ao formular este conceito, Hanna Arendt nos esclarece que a função da educação não é instruir a criança na arte de viver, mostrando-

² A metáfora da aula como texto é apresentada por Mattos. O autor destaca que no impacto da globalização e a compressão das dimensões espaço-temporais, as grandes narrativas da História, da Língua e da Literatura, são cada vez mais questionados. “A abertura para a diferença e o progressivo deslocamento em direção às margens, revelam novos atores e autores [...]”. Nesse sentido, a aula é apresentada como momento de interação, no qual o “texto”[da aula] se constrói a partir da leitura de outros textos – seja qual for a sua natureza deles –, num processo marcado pela apropriação, invenção e produção de significados, protagonizado pelos sujeitos que a constituem: professores e alunos. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. Revista Tempo. Departamento de História da UFF. V. 11, n. 21. Rio de Janeiro. Julho 2006.

lhe como proceder, mas apresentar o mundo tal como ele é. Nesse sentido, o ensino aprendizagem da História não deve servir à mera transmissão de saberes dos “antigos” aos “novos”, esperando que a partir de sua apreensão essas ou aquelas ações sejam executadas. Diferente disso, o que se espera é uma livre apropriação da história, não porque isenta de influência de fatores sociais, políticos e culturais, mas justamente porque consciente de sua impossibilidade.

Desse modo, posto que o conhecimento e o uso social sejam os princípios norteadores de grupos “sociais, étnicos e comunitários” na identificação e valorização de seu patrimônio histórico e cultural, a educação patrimonial, em suas diferentes dimensões, deve fazer parte das preocupações de pesquisadores e professores, sobretudo os da área da História, pelas estreitas ligações com a memória e a formação de identidades, apresentadas pela disciplina. Isso nos remete ao mencionado na Carta Constitucional brasileira, de 1988, cujo conteúdo amplia o conceito de Patrimônio Cultural, na medida em que passou a incluir:

[...] formas de expressão; modos de criar; fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos e documentos; edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Segundo Poulot, o patrimônio é “não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial”(POULOT, 2009: 10), o que nos leva a refletir sobre estratégias possíveis para atingirmos o previsto pela LDB/1996 em seu artigo 26-A, parágrafo 1 referente ao conteúdo programático e a inserção de diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tendo por base os grupos étnicos africano e indígena, além da já disseminada cultura europeia ocidental.

Haja vista a previsão da inserção, pela legislação, de aspectos que incluem o reconhecimento e a valorização do patrimônio material e imaterial de grupos até então negligenciados em sua cultura, cumpre-nos indagar as possibilidades de sua efetiva aplicação, com o fim de dirimir as desigualdades ainda fortemente presentes na sociedade brasileira, marcando, enfim, o avanço e o momento de ultrapassar o “elogio da diversidade”.

Um dos apontamentos possíveis na tentativa de refletirmos sobre tais avanços seria retomarmos a importância do Projeto Político Pedagógico e sua construção e reconstrução pela comunidade escolar: diretores, professores, funcionários, representantes discentes e seus pais. Observar a bagagem cultural do educando, devendo a mesma ser considerada na elaboração do conteúdo programático. Na medida em que os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem tal procedimento, compreendemos a importância do conhecimento e do reconhecimento dos patrimônios materiais e imateriais presentes numa dada comunidade, bem como de suas possíveis relações com a história regional, nacional e mundial.

Destacamos, entretanto, que as ligações entre diferentes escalas de produção histórica e patrimonial não estão necessariamente dadas. Pois assim como se percebe interrelações, o contrário também se apresenta, cabendo ao professor perceber singularidades e/ou complementariedades possíveis ao utilizar o recurso do patrimônio no processo de ensino-aprendizagem em história, considerando suas dimensões micro e macro.

Bibliografia:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A aula como desafio à experiência da História*. In: Qual o Valor da História Hoje? GONÇALVES, Márcia, etc. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ARENDT, Hanna, *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____, *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC, 1999.

CAIMI, Flávia Heloísa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. . *Revista Tempo – Dossiê: Ensino de História*. Departamento de História da UFF. V. 11, n. 21. Rio de Janeiro. Julho 2006.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Eduarte, 2008.

CHUVA, Márcia. Patrimônio material e memória da nação. *Jornal Unesp*. Disponível em <http://www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php>. Acesso em 02 dez. 2012

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

_____. *Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf Acesso em 4 dez. 2012

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p. 34

HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris :Seuil, 1997

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff . Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e ensino-aprendizagem de História. *Revista Tempo*. Departamento de História da UFF. V. 11, n. 21. Rio de Janeiro. Julho 2006.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. 1998, p. 5 Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf Acesso em 4 dez. 2012

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PIAGET, Jean. *Seis Estudos de Psicologia*, 24a ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005

REVISTA NOVA ESCOLA. *O que é projeto político pedagógico (PPP)*. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-avaliacao/planejamento/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml> Acesso em 04 dez. 2012

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio e Janeiro: FGV, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SEGALA, Ligya. *Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep*. In: Patrimônio – Revista Eletrônica do Iphan. Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=138> Acesso em 4 dez. 2012.

Educação Patrimonial e Ensino de História: diálogos

Iamara da Silva Viana*

Juçara da Silva Barbosa de Mello**

I) Apresentação

Esta comunicação propõe uma discussão sobre aspectos políticos e sociais dos usos (e desusos) do tema: patrimônio histórico cultural na pesquisa e no ensino-aprendizagem de história. Este tem sido um importante ponto de debate entre professores e pesquisadores das ciências humanas, que discutem, sobretudo, os rumos tomados e os significados da valorização e preservação do patrimônio cultural de diferentes grupos. Também se verifica, nesse contexto, um crescente incentivo estatal à pesquisa e divulgação desses bens como indicadores de histórias, de memórias e de identidades. A importância e complexidade deste processo requerem a construção de fundamentos teóricos e de estratégias pedagógicas, necessários à elaboração de propostas para inserção efetiva da educação patrimonial nos mecanismos de planejamento das escolas, dentre os quais o projeto político-pedagógico.

Numa realidade em que a carga horária reservada à disciplina História já se apresenta reduzida, faz-se necessário elaborar formas dinâmicas e eficazes de relacionar a educação patrimonial aos conteúdos canônicos. Sobretudo, porque essa relação favorece a criação de pontos de contato com o universo cultural dos alunos, permitindo a apreensão significativa de assuntos considerados de difícil compreensão, por sua distância no tempo e no espaço, pois que apropriados pelos discentes a partir de suas referências culturais. Na medida em que tais referências são conhecidas, a memória torna-se refletida, as lembranças se tornam experiências permitindo melhor compreensão da natureza histórica dos acontecimentos, contribuindo na formação cidadã dos educandos.

Segundo Hanna Arendt, a educação está “entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é”. Isto devido, ainda

* Doutoranda em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ. Bolsista FAPERJ.

** Professora Doutora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro / PUC-Rio.

segundo a autora, a constante renovação da sociedade por meio do nascimento de novos seres humanos (ARENDDT, 2009: 234). Nessa perspectiva, consideramos o atual contexto de crescente valorização de “antigos” e “novos” patrimônios como objetos culturais que, se não problematizados, apresentam potencial tendência à perpetuação de naturalizações legitimadoras de relações culturais hierarquizadas. Argumento que ganha reforço na afirmação, pronunciada por Dominique Poulot, de que “no decorrer do século XX, o patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha” (POULOT, 2009: 9). Essa constatação expressa a complexidade que envolve a problemática dos diferentes usos do patrimônio, por um lado, como mecanismo político de legitimação e perpetuação ideológica de grupos específicos, e por outro, como objeto de sensibilização – passível de desconstrução e reconstrução – no ensino da História Escolar.

Em Hanna Arendt, encontramos argumento que, em certa medida, corrobora com o pensamento de Poulot a respeito do caráter valorativo, crescentemente assumido pelo patrimônio. Para a autora, quando “a sociedade começou a monopolizar a ‘cultura’ em função de seus objetivos próprios, tais como posição social e status”, desenvolveu-se uma luta acirrada entre diferentes grupos sociais. Lutas estas, pautadas por disputas pelo reconhecimento de artefatos materiais e imateriais, pois, ainda segundo a autora, “a cultura se relaciona com objetos e é um fenômeno do mundo (...)” (ARENDDT, 2009: 254-260).

II) Patrimônio, memória e História

É legítimo argumentar que todo patrimônio possui uma metanarrativa que procura justificar sua própria existência, e, a partir da qual – com variações em um ou outro aspecto – narrativas mais “conjunturais” vão sendo construídas. De forma dinâmica, um jogo de tensões e disputas entre distintas representações do mundo social permeia a atribuição de sentido, e, portanto, a escolha e permanência do bem patrimonial. Essas representações ganham maior complexidade por apresentarem tanto um caráter diverso – o que justifica seus embates – quanto uma complementariedade. Dito de outra forma, os bens patrimoniais são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes grupos sociais que, em sua permanente tensão, interagem, influenciando-se reciprocamente.

O patrimônio possui forte potencial para atribuição de identidades, sejam elas: individuais, coletivas, nacionais, étnicas, de gênero, entre outras. A definição do que possa ser ou não patrimônio de um grupo, nação ou mesmo da humanidade, estará sempre condicionada pelo resultado de relações de poder. As instituições políticas e de saber acadêmico, ou seja, as instâncias de julgamento e convencimento e as de saberes científicos, respectivamente, somadas à opinião pública, compõem o tripé a ser considerado na definição de bens patrimoniais. Se a invariabilidade constitui uma característica da composição do conjunto de fatores a serem levados em conta na demarcação dos bens patrimoniais, também o é o significativo desnível do peso exercido por essas diferentes esferas em circunstâncias político-sociais específicas.

Há de se considerar, entretanto, que as diferentes configurações do contexto não implicam em negligenciar o fato de que o terceiro suporte desse tripé – a opinião pública – representa mais fortemente e legitimamente o lugar das referências culturais, inspiradoras da construção de patrimônios “novos”, assim como reafirmadoras de “antigos”. As referências culturais surgem pela expressão de uma memória “espontânea”, adquirida e reforçada pelo automatismo que marca a vida cotidiana, pelas necessidades objetivas e subjetivas, materiais e afetivas que nela se encerram.

O funcionamento da tríade mencionada acima, segundo Poulot, “depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública”, sendo, portanto, essa dupla relação, o fator principal “que lhe serve de suporte para uma representação da civilização, no cerne da interação complexa das sensibilidades relativamente ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades” (POULOT, 2009: 13). O discurso patrimonial é, pois, um discurso de poder, na medida em que, além de atribuir sentido a trajetória passada e presente, também influencia na construção de projetos para o futuro.

O pressuposto explicitado acima, nos remete a tese defendida por Hanna Arendt segundo a qual, cultura e política se apresentam em íntima relação, pois “imbricam-se mutuamente porque não é o saber ou a verdade que está em jogo, mas sobretudo o julgamento e a decisão, a troca criteriosa de opiniões incidindo sobre a esfera da vida pública e sobre o mundo comum.” (POULOT, 2009: 17). Esse caráter relativo e subjetivo da “verdade” e a demanda cada vez maior pela construção de patrimônios encontram-se relacionados ao

surgimento de uma nova cultura histórica, ou seja, de uma nova concepção do tempo histórico, marcada pelo que Beatriz Sarlo chamou de “virada subjetiva”, cujo significado maior, segundo a autora, se constituiu na “ressurreição do sujeito”, “morto” pelas ideologias estruturalistas da sociedade, predominantes em grande parte do século XX.

O “horizonte de expectativas” do mundo moderno foi sendo atrofiado diante de uma série de acontecimentos, como as crises do capitalismo e os horrores das guerras mundiais, sobretudo do holocausto. Os estruturalismos, com sua crença na progressão rumo a um futuro triunfal, foram substituídos pelo que Hartog chamou de hipertrofia do presente ou presentismo. Movimento caracterizado por uma perda de confiança no futuro e certa decepção com as ideologias conformadoras de Verdades globalizantes.

Em diálogo com o historiador alemão Reinhart Koselleck, Hartog elabora uma argumentação sobre o tempo histórico que encontra como pano de fundo as reflexões de Santo Agostinho. Tal argumentação consiste em pensar a experiência do tempo apenas sendo possível por meio da articulação entre experiência vivida – o presente dos fatos passados, compreendido como o espaço da memória – e expectativa – o presente dos fatos futuros, compreendido como horizonte de expectativa.

A chamada “hipertrofia do presente”, e com ela a “virada subjetiva”, guarda, portanto, estreitas relações com a difusão dos paradigmas da conservação observada no decorrer do século XX, sobretudo nas décadas de 1970-1980, época em que, conforme afirma Poulot, pode ser notada uma profusão de esforços públicos e privados em favor do reconhecimento de “novos patrimônios”, representativos de múltiplas comunidades.

Tal estado das coisas, expressa a vigência de uma cultura histórica que, contrariamente àquela que a precedeu¹, caracteriza-se por um crescente investimento social nas “tarefas da memória”, expressão que pretende indicar a prática, nem sempre espontânea, de uma memória motivada por certa obrigação de lembrança, pelo “dever de memória”, que se encerra – entre outras manifestações – numa crescente produção de patrimônios representativos das mais diversas comunidades. Nessa perspectiva, a plasticidade, pluralidade e subjetividade da

¹ No chamado regime de historicidade moderno, a íntima relação entre história e memória foi eclipsada, ou seja, passou para o segundo plano, em função da ênfase metódica no documento escrito como forma privilegiada de “acesso ao real”.

memória voltam à cena, ainda que condicionada, em certo sentido, pelo reconhecimento institucionalizado por meio da criação de patrimônios.

Assim, o jogo político se verifica a todo tempo, com maior ou menor peso dos diferentes “lugares” conflitantes, seja dos governos e instituições, representativos das práticas eruditas, seja da apropriação do discurso patrimonial feita pelo grande público. Essa constatação esbarra numa particular dificuldade para reflexão e análise histórica do patrimônio, posto que, nas palavras de Poulot, “o próprio patrimônio determina as condições concretas de sua abordagem, comunicação e controle”; isto porque, “por seu intermédio, o pesquisador é conduzido ao âmago de um quadro de valores que se afirma incontestável” (POULOT, 2009:10).

III) O patrimônio histórico e cultural no ensino da história escolar: breves apontamentos

A dificuldade mencionada acima não inviabiliza a utilização do patrimônio histórico e cultural – de uma educação patrimonial – na pesquisa e no ensino de História. Ao contrário, a eficácia de seu efeito na constituição e afirmação de identidades, pelo caráter quase sacralizante, faz dele um objeto com duplo significado no ensino da História Escolar. Isso implica pensá-lo concomitantemente à prática de uma educação patrimonial, aqui compreendida como:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999).

O dinamismo inerente a este processo apresenta referências culturais que podem ser descobertas ou reafirmadas por meio de uma educação patrimonial, conforme previsto nos PCN's de História, contribuindo para “a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã” (BRASIL, 1998: 5). A convivência com vestígios

materiais e imateriais do passado possibilita aos alunos compreender o presente como “presença”, “instante para o qual constantemente convergem imagens do passado e do futuro. Retenção e propensão. Experiência e expectativa. Nessa acepção o presente é o agora, a simultaneidade das experiências assimétricas de passado e futuro” (ARAÚJO, 2012: 70).

Numa outra dimensão, diferente, porém, não excludente, está o potencial do patrimônio como recurso para construção de “aulas como texto”,² pela ação direta que pode exercer na constante ressignificação de memórias e na formação de novas identidades. Isto por meio do reconhecimento de que “nenhuma identidade pode nos redimir ou esgotar; a identidade e a orientação são necessidades do mundo da vida, mas não esgotam nossas possibilidades de lidar com o passado” (ARAÚJO, 2012: 74).

Sendo assim, os usos do patrimônio no ensino e aprendizagem de História se fazem, simultaneamente, por meio de um triplo movimento: o de construção, desconstrução e reconstrução. No primeiro caso, trata-se da atribuição de sentido para a trajetória de indivíduos e grupos, constituindo identidades orientadoras que funcionam como mecanismo de acesso à percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história. No segundo, a apreensão da existência de outras possibilidades, igualmente legítimas, de criação cultural, embora, nem sempre apresentadas na forma de narrativas históricas com o mesmo grau de sentido e adesão. Já no terceiro, verifica-se a interseção entre elementos intrínsecos ao código cultural e outros externamente adquiridos, surgindo, a partir de então, algo novo e original num processo sempre dinâmico de criação.

Assim podemos perceber a essência da educação que é a *natalidade*, “[...] o fato de todos nós virmos ao mundo ao nascermos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento” (ARENDRT, 2009: 247). Ao formular este conceito, Hanna Arendt nos esclarece que a função da educação não é instruir a criança na arte de viver, mostrando-

² A metáfora da aula como texto é apresentada por Mattos. O autor destaca que no impacto da globalização e a compressão das dimensões espaço-temporais, as grandes narrativas da História, da Língua e da Literatura, são cada vez mais questionados. “A abertura para a diferença e o progressivo deslocamento em direção às margens, revelam novos atores e autores [...]”. Nesse sentido, a aula é apresentada como momento de interação, no qual o “texto”[da aula] se constrói a partir da leitura de outros textos – seja qual for a sua natureza deles –, num processo marcado pela apropriação, invenção e produção de significados, protagonizado pelos sujeitos que a constituem: professores e alunos. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. Revista Tempo. Departamento de História da UFF. V. 11, n. 21. Rio de Janeiro. Julho 2006.

lhe como proceder, mas apresentar o mundo tal como ele é. Nesse sentido, o ensino aprendizagem da História não deve servir à mera transmissão de saberes dos “antigos” aos “novos”, esperando que a partir de sua apreensão essas ou aquelas ações sejam executadas. Diferente disso, o que se espera é uma livre apropriação da história, não porque isenta de influência de fatores sociais, políticos e culturais, mas justamente porque consciente de sua impossibilidade.

Desse modo, posto que o conhecimento e o uso social sejam os princípios norteadores de grupos “sociais, étnicos e comunitários” na identificação e valorização de seu patrimônio histórico e cultural, a educação patrimonial, em suas diferentes dimensões, deve fazer parte das preocupações de pesquisadores e professores, sobretudo os da área da História, pelas estreitas ligações com a memória e a formação de identidades, apresentadas pela disciplina. Isso nos remete ao mencionado na Carta Constitucional brasileira, de 1988, cujo conteúdo amplia o conceito de Patrimônio Cultural, na medida em que passou a incluir:

[...] formas de expressão; modos de criar; fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos e documentos; edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Segundo Poulot, o patrimônio é “não só histórico, artístico ou arqueológico, mas ainda etnológico, biológico ou natural; não só material, mas imaterial; não só local, regional ou nacional, mas mundial”(POULOT, 2009: 10), o que nos leva a refletir sobre estratégias possíveis para atingirmos o previsto pela LDB/1996 em seu artigo 26-A, parágrafo 1 referente ao conteúdo programático e a inserção de diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, tendo por base os grupos étnicos africano e indígena, além da já disseminada cultura europeia ocidental.

Haja vista a previsão da inserção, pela legislação, de aspectos que incluem o reconhecimento e a valorização do patrimônio material e imaterial de grupos até então negligenciados em sua cultura, cumpre-nos indagar as possibilidades de sua efetiva aplicação, com o fim de dirimir as desigualdades ainda fortemente presentes na sociedade brasileira, marcando, enfim, o avanço e o momento de ultrapassar o “elogio da diversidade”.

Um dos apontamentos possíveis na tentativa de refletirmos sobre tais avanços seria retomarmos a importância do Projeto Político Pedagógico e sua construção e reconstrução pela comunidade escolar: diretores, professores, funcionários, representantes discentes e seus pais. Observar a bagagem cultural do educando, devendo a mesma ser considerada na elaboração do conteúdo programático. Na medida em que os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem tal procedimento, compreendemos a importância do conhecimento e do reconhecimento dos patrimônios materiais e imateriais presentes numa dada comunidade, bem como de suas possíveis relações com a história regional, nacional e mundial.

Destacamos, entretanto, que as ligações entre diferentes escalas de produção histórica e patrimonial não estão necessariamente dadas. Pois assim como se percebe interrelações, o contrário também se apresenta, cabendo ao professor perceber singularidades e/ou complementariedades possíveis ao utilizar o recurso do patrimônio no processo de ensino-aprendizagem em história, considerando suas dimensões micro e macro.

Bibliografia:

ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A aula como desafio à experiência da História*. In: Qual o Valor da História Hoje? GONÇALVES, Márcia, etc. (orgs.). Rio de Janeiro: FGV, 2012.

ARENDT, Hanna, *Entre o passado e o futuro*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1979.

BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____, *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília. MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias*. Brasília: MEC, 1999.

CAIMI, Flávia Heloísa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. . *Revista Tempo – Dossiê: Ensino de História*. Departamento de História da UFF. V. 11, n. 21. Rio de Janeiro. Julho 2006.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. *Patrimônio Imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Eduarte, 2008.

CHUVA, Márcia. Patrimônio material e memória da nação. *Jornal Unesp*. Disponível em <http://www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php>. Acesso em 02 dez. 2012

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc-Iphan, 2005.

_____. *Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf Acesso em 4 dez. 2012

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *Sobre educação*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990, p. 34

HARTOG, François. *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris :Seuil, 1997

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

LIBANEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff . Mas não somente assim. Leitores, autores, aulas como texto e ensino-aprendizagem de História. *Revista Tempo*. Departamento de História da UFF. V. 11, n. 21. Rio de Janeiro. Julho 2006.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. 1998, p. 5 Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf Acesso em 4 dez. 2012

MONTEIRO, Ana Maria. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

PIAGET, Jean. *Seis Estudos de Psicologia*, 24a ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2005

REVISTA NOVA ESCOLA. *O que é projeto político pedagógico (PPP)*. Disponível em <http://revistaescola.abril.com.br/planejamento-avaliacao/planejamento/projeto-politico-pedagogico-ppp-pratica-610995.shtml> Acesso em 04 dez. 2012

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo; GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio e Janeiro: FGV, 2009.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

SEGALA, Ligya. *Identidade, educação e patrimônio: o trabalho do Laboep*. In: Patrimônio – Revista Eletrônica do Iphan. Disponível em <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=138> Acesso em 4 dez. 2012.

Como produzir a presença do passado? Ensaio sobre o desejo de presença no cronótopo presente amplo.

*Rafael Mendes**

A Revolução Francesa foi decisiva para que as práticas de preservação do passado assumissem novos contornos. Foi por essa época, na Europa, que elas deixaram de constituir atos isolados para se tornarem algo politicamente relevante. O projeto revolucionário de inaugurar um novo tempo justificava, aos olhos da população, a destruição dos símbolos associados ao clero e à nobreza, grupos sociais privilegiados pela antiga ordem e contra os quais os revolucionários dirigiram seu ímpeto.

O desejo de romper com o passado foi o aval que faltava para que atos de vandalismo desfigurassem monumentos, edifícios e outros objetos antigos, que, no entanto, tinham seu valor artístico apreciado por uma parcela da população. Essas pessoas – geralmente intelectuais iluministas, antiquários e eclesiásticos – começaram a pressionar o poder público para que medidas fossem tomadas para conter as espoliações e depredações. Foi o que o governo revolucionário fez. Criou uma Comissão de Monumentos, em 1790, e outra de Artes, em 1793, que passaram a regulamentar a proteção da grande quantidade de bens confiscados do clero e da nobreza.

Além da criação de normas, um discurso para tentar conscientizar a população do erro que estavam cometendo tomou conta das ruas. Dizia-se que os cidadãos deveriam zelar pelos objetos que, desde 1789, pertenciam a eles, verdadeiros franceses, e não mais aos eleitos inimigos da nação, exploradores do povo. Então, a expressão “patrimônio nacional” foi posta em circulação para designar este conjunto de bens valiosos que, embora remetesse a um passado de injustiças, ainda assim mereciam zelo dos franceses e teriam alguma utilidade para o futuro da nação.

Três razões motivaram o governo francês a empreender tal campanha de conscientização popular, cuja finalidade era transformar o vandalismo legitimado pelo ímpeto revolucionário em desrespeito ao espírito cívico. A primeira delas era econômica e envolvia necessidades muito práticas e urgentes: os novos proprietários

* Cursando o mestrado no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com pesquisa financiada pelo CNPq e orientada pelo Prof. Dr. Carlos Fico, a quem agradeço pelo apoio.

dos bens confiscados eram os mais prejudicados cada vez que uma igreja era saqueada, um castelo destruído e tudo que estivesse guardado nele, roubado. Afinal de contas, embora no plano do discurso a responsabilidade pelo patrimônio fosse de todos, obviamente o poder de usá-lo e explorá-lo não estava igualmente dividido.

O segundo motivo, ideológico, diz respeito ao papel que o governo revolucionário reservou para o passado dentro do novo projeto de nação. Em vez de cair no esquecimento, esse passado teve uma utilidade pedagógica, servindo de exemplo moral. Os homens do presente e do futuro deveriam tomar conhecimento do que acontecia antes de 1789 para que nunca mais injustiças como aquelas tivessem lugar na França. Deste modo, o patrimônio histórico ajudou a dar forma e conteúdo a estas grandes abstrações que chamamos de nação e identidade nacional – mais precisamente, a nova nação francesa. As primeiras atitudes de preservação, portanto, devem ser entendidas também como estratégias de esquecimento e lembrança, de destruição de velhas estruturas e construção de novas.

Do ponto de vista deste artigo, a terceira motivação, que é exclusivamente estética, parece ser a mais interessante. A Comissão de Artes, criada em 1793 pelo governo revolucionário, reconhecia que todos aqueles bens tinham valor para o estudo da história, das artes e para a observação dos filósofos. Não obstante, o patrimônio precisava ser preservado, também, porque era constituído por coisas que “nossos olhos se comprazem em fixar” (FONSECA, 2005: 57-58). Embora essa justificativa, que apela somente aos sentidos do corpo, pareça ser ingênua do ponto de vista político, ela também está na origem das primeiras políticas de preservação do passado.

Culturas históricas acopladas a práticas de preservação sempre enxergam o presente como um lugar de ameaça para o passado (GONÇALVES, 1996). Tudo se passa como se o relicário histórico estivesse sob o risco iminente de desaparecimento. É verdade que o sentimento de perda progressiva do passado produziu reflexos no campo da política, onde gerou retóricas preservacionistas ideologicamente direcionadas. Porém, ele também contribuiu para intensificar o desejo humano de presença do passado. Encontramos no livro “Morte da memória nacional”, publicado no Brasil em 1967, um interessante caso em que a ideia de perda do patrimônio histórico, além de resultar numa campanha política de preservação, também aguçou o desejo de presença material do passado (OLIVEIRA, 1967).

O autor desse livro é o jornalista maranhense Franklin de Oliveira (1916-2000). Cassado pelo regime militar, ele perdera os direitos políticos logo após o golpe de 1964. Junto com esses direitos, ficara também sem o cargo que ocupava na Petrobrás, empresa muito cobiçada pelos apoiadores do novo regime que aguardavam na longa fila de pretendentes a postos de maior prestígio. É provável que Franklin tenha sido perseguido para dar lugar a um desses arrivistas ou “revolucionários” de última hora. Sem alternativa, ele retornou ao jornalismo, profissão que exercera desde 1932 até o começo dos anos 1960, quando deixou as redações para se aventurar pelos meandros da administração pública.

Em 1966, recebeu apoio do carioca Roberto Marinho, que o contratou para trabalhar na redação do seu jornal. Assim que chegou na redação d'*O Globo*, obteve do novo patrão um bom fotógrafo e algum dinheiro para a realizar uma viagem pelas principais cidades históricas de Minas Gerais. Franklin conheceu de perto e registrou em palavras e imagens a realidade dos museus, acervos e monumentos históricos que visitou. Quando dezembro chegou, retribuiu com um belo presente de natal o apoio que Roberto Marinho lhe dera: uma série de reportagens intitulada “Morte da memória nacional” que atraiu mais leitores, prestígio e dividendos para o jornal. A repercussão dos artigos foi tão grande, que Franklin deu continuidade ao trabalho, escreveu mais dois ou três textos sobre o tema e publicou tudo num livro.

A retórica da perda, que estimula políticas de preservação do patrimônio desde o princípio, vem estampada já no título alarmista do livro, “Morte da Memória Nacional”. A impressão que se tem é que, num futuro próximo, o Brasil já não terá mais memória porque os arquivos e monumentos que armazenam suas lembranças desaparecerão completamente. O livro aponta duas razões principais para a catástrofe cultural que vislumbrava: o desinteresse de grande parte da população brasileira por sua história e pelo patrimônio que a representa e a falta de investimentos do Estado na preservação dos lugares históricos.

Caso a amnésia temida por Franklin se tornasse realidade, a continuidade histórica da nação brasileira estaria correndo sérios riscos. Esse argumento, em tom de ameaça, é central no livro. Embora o libelo de Franklin fosse direcionado principalmente contra os políticos, ele se adequava perfeitamente ao ideário de segurança nacional que sensibilizava muitos homens de farda e civis naquela época. O

Estado é visto como o principal culpado pelo estágio avançado em que (Franklin tinha certeza) se encontrava o processo de desintegração dos valores culturais contidos no patrimônio histórico. Contudo, o jornalista maranhense cobrava também das Universidades, dos intelectuais e da população em geral atitudes de defesa solidária, ou de luta aberta, contra a destruição do patrimônio.

Por outro lado, há um aspecto da viagem de Franklin que desborda os limites da política. Seu interesse e seu entusiasmo pelo barroco mineiro, que beiravam a reverência, deu origem a muitos trechos do livro que escapam tanto do caráter jornalístico, predominante na obra, quanto das características comuns de uma narrativa histórica. Nesses pedaços de narrativa, lemos descrições líricas de cenários e objetos históricos que traduzem o prazer do jornalista por estar, conforme ele mesmo escreve, diante da “presença viva” do passado (OLIVEIRA, 1967: 36).

São momentos de intensidade estética criados pelo contato de Franklin com artefatos e edifícios originais de mundos passados. Os trechos que registram esses momentos assemelham-se ao esforço daquelas pessoas que afirmam ter vivenciado um milagre e tentam, sem conseguir, explicar suas experiências. A intensidade estética não se deixa articular facilmente pelo verbo dentro de uma narrativa. Franklin já lera diversos livros sobre a obra e a vida de Aleijadinho, já vira muitas imagens de suas peças. Mesmo assim, quando visitou pessoalmente, em Congonhas do Campo, o adro do Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em cuja frontaria encontrou Os Doze Profetas esculpidos em pedra sabão pelo Aleijadinho, o contato com as esculturas resultou numa experiência que superou a memória que ele construía. Essa experiência, segundo tentou descrever Franklin, foi a de sentir “alumbramento” e ter o corpo “violentamente arremessado nos porões da história” (OLIVEIRA, 1967: 52-53).

Experiências estéticas como as de Franklin de Oliveira nos remetem imediatamente a um prognóstico enunciado cerca de sessenta anos antes, pelo historiador da arte austríaco Alois Riegl. Em sua obra mais famosa, “*El culto moderno a los monumentos*”, publicada em 1903, Riegl afirmara que, no decorrer do século XX, o patrimônio histórico se tornaria cada vez mais interessante para as pessoas por causa do valor de antiguidade dos monumentos, e menos devido ao valor histórico deles (RIEGL, 1987).

O que Riegl distinguia como valor de antiguidade de uma obra é algo que revela-se imediatamente, ao primeiro contato com ela, porque diz respeito aos seus traços materiais, seu aspecto desgastado, sua decomposição, sua forma, sua cor, características que são capturadas pelas sensibilidades objetivas do espectador e produzem nele a sensação de estar em contato com algo de outro tempo. Exemplificando com o caso de Franklin de Oliveira, foi valor de antiguidade dos lugares visitados por ele que produziu a agradável ilusão de estar na presença do passado em si.

Já o valor histórico do patrimônio corresponde ao interesse em utilizar objetos do passado como documentos, isto é, para interpretar e compreender o passado. Nesse caso, o patrimônio é importante porque serve de meio (documento) para atingir um fim (interpretar e compreender o passado). Ainda usando o exemplo do nosso jornalista maranhense que viajou pelas cidades históricas mineiras, percebemos que o valor histórico daquele patrimônio cultural residia, para ele, no que permitia afirmar sobre o século XVIII e o que esse século significava para a origem da nação.

Riegl, enfim, profetizou que, ao longo do século XX, aconteceriam avanços tecnológicos, sobretudo nos meios audiovisuais de reprodução, e a nova tecnologia possibilitaria alcançar equivalentes quase perfeitos dos documentos e objetos históricos originais, o que acabaria viabilizando, sem maiores problemas, o interesse de quem os consulta pelo valor histórico. Contudo, o efeito colateral disso seria a valorização da antiguidade, isto é, aumentaria o desejo humano de estabelecer contato direto com objetos do passado. As políticas de conservação do futuro, portanto, deveriam ter a preocupação em garantir que as pessoas continuassem a sentir experiências estéticas como as de Franklin de Oliveira, e que dependiam, de todo modo, do contato direto do corpo humano com as relíquias do passado (RIEGL, 1987: 45-69).

O que têm em comum as ideias de Riegl, as experiências agradáveis de Franklin de Oliveira com o barroco mineiro e a justificativa da Comissão de Artes da Revolução Francesa, que desejava preservar as coisas do passado que “nossos olhos se comprazem em fixar”? Em todos esses acontecimentos, por motivos que mudam de caso a caso, há um sentimento de perda de referência ao mundo material do passado e, como efeito disso, a nostalgia de um tempo em que esse tipo de contato com as coisas era possível. E mais: todos sentem pelo patrimônio histórico uma atração sensorial que ultrapassa o

entendimento conceitual do passado e ressalta a capacidade de certos artefatos para produzir a presença do passado. É sobre essa característica do patrimônio que quero me deter antes de concluir o texto.

Segundo Hans Ulrich Gumbrecht, o conceito de presença refere-se a uma relação espacial com o mundo e seus objetos. Todos os tipos de eventos e processos nos quais ocorre produção de presença são experimentados, primordialmente, fora da linguagem, e por isso dificultam movimentos de interpretação, de atribuição de significados. Efeitos de presença assemelham-se a energias: são mais facilmente percebidos pelo corpo, quando nos sentimos sensibilizados por certos climas, certas atmosferas, do que explicados pelo pensamento. O que está presente, seja lá o que for, pode ser tocado, cheirado, visto, comido, ouvido ou sentido. Em outras palavras, presença produz algum impacto sobre corpos humanos (GUMBRECHT, 2010 a: 7-43).

Para compreender o que Gumbrecht entende por presença, é preciso introduzir outro conceito trabalhado por ele: latência (GUMBRECHT 2010 b). Presença e latência têm uma relação estreita. Porque o latente é algo de cuja presença estamos seguros, mas que está oculto, seja porque não quer se manifestar seja porque está, de alguma forma, disfarçado. Como o latente permanece dissimulado, não sabemos muito bem explicar nem reconhecer o que ou quem ele é; ao mesmo tempo, contudo, temos certeza de sua presença. O que nos dá essa garantia são as sensibilidades objetivas do corpo, não a capacidade reflexiva da mente.

Sempre que estamos sob estas circunstâncias, ficamos esperando o momento em que aquilo que não sabemos muito bem o que é, nem onde está, venha à tona de uma vez por todas e se revele. Pessoas que já ouviram histórias sobre um lugar supostamente mal-assombrado, acreditaram nelas e foram corajosas o suficiente para ir até lá, essas pessoas talvez tenham ficado expostas aos efeitos de presença típicos de um clima de latência. Nestas situações, que costumamos vivenciar quando somos crianças, estamos certos de que a atmosfera do lugar está saturada pela presença de almas penadas, fantasmas, espíritos malignos, objetos amaldiçoados, etc.

No entanto, como essas coisas nunca se mostram para nós – pelo menos fenomenologicamente falando, fantasmas não existem – ficamos num estado de vigilância e medo absolutos, esperando o momento de revelação da presença intensa e

incômoda que estamos sentindo. A sensação de latência só termina quando a presença do que não sabemos muito bem o que é – mas temos certeza de que está ali porque acreditamos nas histórias – finalmente é confirmada ou desmentida. Enquanto isso não ocorre, permanecemos suspensos no tempo, que parece não passar, e antevemos os instantes seguintes, por meio da imaginação, como os mais ameaçadores das nossas vidas. Climas de latência criam um desejo imediato de presentificação. A produção da presença parece ser a única saída dessas atmosferas; Gumbrecht usa a palavra alemã “*stimmung*” para nomear esses climas (GUMBRECHT, 2010 b). Só assim a tensão do momento pode diminuir e nossos corpos, gradualmente, retornar ao estado de conforto.

Atualmente, segundo Gumbrecht, existe uma cultura histórica caracterizada pela situação existencial que acabei de descrever, típica de quem está sob o efeito da latência. Essa cultura histórica corresponde ao “cronótopo presente amplo”. O nome foi escolhido por Gumbrecht para designar a construção social do tempo que emergiu na após a Segunda Guerra Mundial. Afirma-se que, desde então, o novo cronótopo está substituindo o antigo ou convivendo com ele. O cronótopo antigo remete à construção social do tempo historicista, na qual o presente é visto como um breve momento de transição entre o passado e o futuro, o lugar onde podemos agir para realizar nossos horizontes de expectativas. Esse tipo de relação com o tempo, segundo Gumbrecht, está em vias de esgotamento.

O lugar deixado por ele está sendo ocupado pelo cronótopo presente amplo emergente. Nele, o momento ativo de decisão no tempo que faz a transição entre passado e futuro parece estar perdido. A ciência e a tecnologia, que foram por muito tempo fontes de esperanças e progressos para a humanidade, tornaram-se fontes de ameaças e pessimismo, sobretudo a partir da metade do século passado. Olhamos para o futuro e imaginamos tantos riscos, que preferimos voltar os olhos para o passado e seus modos de vida. No novo cronótopo descrito por Gumbrecht, o futuro parece estar bloqueado, e o presente se torna um espaço que acumula simultaneidades temporais do passado, que já não conseguimos deixar para trás.

Ora, esse desejo de presença do passado, que Gumbrecht entende como a característica mais evidente do cronótopo presente amplo, pode muito bem ser contemplado pelas práticas de preservação do que chamamos de patrimônio histórico. Isso vale especialmente para o momento atual, quando estamos mais preparados do que

nunca, no nível da tecnologia, para conservar artefatos de mundos passados, ou até mesmo criar objetos e cenários fundados neles. É interessante, nesse sentido, constatar o apelo atual que o design retrô é capaz de exercer sobre as pessoas.

Produtos novos como eletrodomésticos, bicicletas, roupas, objetos de decoração, móveis, embalagens, enfim, uma gama enorme de artigos que, embora sejam lançamentos modernos, trazem em seu design características de décadas anteriores. O conceito retrô é fundado em repaginações: traz o melhor da tecnologia atual com o acabamento apenas superficial do passado. É preciso diferenciá-la do conceito *vintage*, outra prática de presentificação do passado recorrente atualmente. Na cultura *vintage*, a autenticidade das peças reutilizadas do passado é fundamental. De uma forma ou de outra, seja na cultura retrô seja na *vintage*, muitos consumidores sentem-se atraídos por objetos que prometem uma imersão material no passado, mesmo que o mergulho no tempo seja apenas uma ilusão. “Já que não podemos sempre tocar, ouvir ou cheirar o passado, tratamos com carinho as ilusões de tais percepções” (GUMBRECHT, 2010 a: 151-52).

A indústria do século XXI parece ter consciência das transformações ocorridas na cultura histórica ocidental durante as últimas décadas. Essas mudanças apontam para a emergência do que Gumbrecht chama de “cronótopo presente amplo”. A indústria já procura, de diferentes formas, corresponder ao desejo humano de estabelecer contato material com o passado – que é o desejo de trazer para os mundos cotidianos de hoje os artigos que nos dão a ilusão de estar nos mundos cotidianos de ontem. Os historiadores precisamos começar a fazer o mesmo. Mas de que maneira corresponder, em nossas práticas intelectuais, ao desejo de presentificação do passado?

Este pequeno ensaio não tem resposta satisfatória para oferecer à questão. Minha intenção foi demonstrar que sempre se acreditou que os objetos do passado, reunidos sob o nome de patrimônio histórico, pudessem exercer um apelo específico sobre as pessoas, que eles pudessem proporcionar momentos de intensidade estética. A justificativa apresentada pela Comissão de Artes do governo revolucionário francês, a teoria de Aloïs Riegl e as experiências do jornalista viajante Franklin de Oliveira parecem corroborar essa afirmação. O campo do patrimônio foi onde mais perto chegamos de conseguir os efeitos de presença resultantes da espacialização estética do tempo.

Devemos continuar investindo em práticas que associem o tempo passado aos espaços do presente. Os processos que envolvem produção de presença dependem do espaço para acontecer. Este é um caminho a ser seguido pelo historiador que desejar atingir não apenas o pensamento e a inteligência das pessoas com o seu trabalho, mas também as sensibilidades do corpo humano.

Podemos imaginar outros caminhos para aproximar nossos trabalhos do conceito de presença. Porém, acredito que por todos eles seja inevitável um diálogo do nosso ofício com a arte. Isso não significa dizer que o estatuto de ciência deve ser negado à História. Não vejo problema no hábito cultivado pelos historiadores, desde o século XIX, de encaixar suas atividades sempre entre a ciência e a arte, como pretende denunciar Hayden White (WHITE, 2001: p. 39-65).

A escrita e o ensino da história constituem um campo de atuação estreito para tudo que podemos fazer com o conhecimento histórico que acumulamos durante os anos de formação universitária. Uma opção para alargar esse campo pode ser esta: atender ao desejo de presentificação existente na cultura histórica contemporânea. Essa opção exige formas inovadoras e responsáveis de estetização do passado. Para isso, precisamos começar a explorar outras mídias, outros suportes que permitam transbordar o passado para dentro o presente.

Referências bibliográficas:

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005. 294 p.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. 152 p.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 a. 206 p.

_____ “Uma rápida emergência do ‘clima de latência’”. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 11, n.21, p. 303-317, 2010 b.

OLIVEIRA, Franklin. *Morte da memória nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. 236 p.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1987. 99 p.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Conceitos em disputa: a *Begriffsgeschichte* no estudo da crise da Primeira República

Allony Rezende de Carvalho Macedo*

A proclamação da República no Brasil foi seguida de decepção por parte de setores importantes da sociedade, englobando civis e militares. No pós-primeira Guerra, em um cenário de desgaste dos sistemas político-culturais, o Brasil foi atingido por uma ambição pedagógica que pretendia modernizar o sistema político e a sociedade liberal-excludente, a partir de técnicos e de uma elite renovada. À frente dessa busca por transformação se colocavam o Movimento Tenentista e, desde os anos de 1910, uma intelectualidade antiliberal, que inspiraria a (re)construção do Estado no pós-30.

Para efeitos deste simpósio, o trabalho a seguir enfoca nas questões metodológicas que embasam o projeto de mestrado que visa investigar o momento descrito acima¹. Especificamente, serão discutidas aqui as possíveis contribuições da *Begriffsgeschichte* para o estudo das culturas políticas em disputa no momento de contestação e crise da República Oligárquica.

Assim sendo, o texto se organizará da seguinte forma: primeiro, será feita uma breve apresentação do objeto de pesquisa do referido projeto de mestrado, em andamento. Segundo, será discutido então o tema central desta apresentação. Por último, será feita uma breve discussão do conceito de *República*, na sua acepção no movimento republicano brasileiro e nas primeiras décadas de república proclamada.

I

Com o título provisório de *Presente, passado e futuro: o Movimento Tenentista e a intelligentsia antiliberal na Crise da Primeira República*, o projeto de mestrado que será discutido tem como objeto o estudo das culturas políticas em formação/disputa na contestação e crise da Primeira República, focando-se naquelas que perpassaram o Movimento Tenentista

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS-UFJF), estudante do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) da UFJF.

¹ Refiro-me ao projeto de mestrado por mim apresentado ao PPGHIS-UFJF, o qual foi aprovado, em março de 2013, com o título provisório de *Presente, passado e futuro: o Movimento Tenentista e a intelligentsia antiliberal na Crise da Primeira República*

e suas relações com o período de “gênese do Brasil Moderno”. Serão focados, para isso, valores, crenças, práticas, discursos, usos políticos de doutrinas e concepções de sociedade ideal disseminados entre os combatentes do movimento.

Chama-se de período de contestação e crise da Primeira República o momento que se inaugurou na década de 1910, com a primeira disputa eleitoral efetiva, com campanha, que consistiu numa inédita ruptura séria da relativa estabilidade institucional, conagrada pela “Política dos Estados” (BORGES, 2011). Na disputa entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca, ou seja, entre civis e militares respectivamente, elementos importantes das culturas políticas do período foram trazidos para o centro da discussão: a representatividade dos governos constituídos, os poderes das oligarquias, o republicanismo, a nação, etc. -- estes que reapareceriam nas próximas duas turbulentas décadas (BORGES, 2011: 41). É nesse momento que se reacende a polaridade entre civis e militares, algo que será retomado pelos Tenentes até os anos 30 e que faz parte de um debate internacional, que discute a importância dos Exércitos, antecedendo a Primeira Guerra Mundial (BORGES, 2011: 158). Tudo isso torna essa década e a seguinte centrais para a gestação de todo um clima político-cultural, no qual submergirão os dissidentes da República -- tanto os críticos intelectuais antiliberais, que já produzem nesse momento, quanto os “Tenentes”--, apontando a compreensão das culturas políticas ali em disputa como algo de considerável importância². Por fim, os estudos se encerrarão no final dos anos 20, marcados pela chamada *Reação Republicana* e pelas manifestações armadas dos tenentes e pela também disputada eleição de 1930.

Os principais trabalhos acerca do Tenentismo, inclusive os mais recentes, baseados em modelos sociológicos e no estudo das ideologias, avaliaram o ideário militar a partir da formação social e/ou do aspecto organizacional do movimento³. Nestes estudos, os Tenentes não teriam condições de elaborar um ideário próprio e de se livrarem de um “liberalismo de fachada”, utilizando-o como bandeira de luta para atuarem contra a dominação das oligarquias centrais. Para Anita Prestes (1990: 94) e José Murilo de Carvalho (2005: 28), os militares sediciosos eram marcados por uma “indigência teórica”, resultado da formação

² Chama-se aqui de inteligência ou intelectualidade antiliberal o grupo de intelectuais que se prontificou a analisar de maneira crítica o momento vivido pela república brasileira. No alvo destes homens estava o modelo constitucional de 1891 e a distância que o mesmo teria da realidade social brasileira -- marcada pela organização clânica que a distanciava das demais “nações civilizadas”, onde o liberalismo havia sido implantado com sucesso. Damos destaque a Alberto Torres e Oliveira Viana, que tem atuação literária importante já nas décadas de 10 e 20, respectivamente. A contribuição de Azevedo Amaral e Francisco Campos também será levada em conta na gestação desse ideário, mesmo que sua atuação tenha ganhado maior destaque no pós-30.

³ Entende-se *ideologia* como um conjunto de idéias orientadoras e legitimadoras de projetos e ações políticas. Apesar de compatível com o estudo das ideias e ações políticas, esta categoria não dá conta de outros elementos existentes que orientam o posicionamento dos atores diante da realidade social (MOTTA, 2009).

técnica que teriam tido na escola Militar do Realengo, aberta em 1911, apoiada numa ideologia de despolitização do Exército.

Tais colocações, quando confrontadas com outras perspectivas empíricas e acrescidas de diferentes reflexões teórico-metodológicas são passíveis de questionamentos. No âmbito empírico, por exemplo, o trabalho de Leila Maria Capella (1985) é um elemento importante. Ao estudar a revista *A defesa nacional*, criada pelos *jovens turcos* -- os mesmos que deram instruções em Realengo, grupo este apontado como apolítico, pela historiografia -- a autora percebeu que nas preocupações dos militares com a modernização do Exército estava embutida uma perspectiva de atuação em direção à sociedade⁴. Temas e conceitos como pátria/patriotismo, nação/nacionalidade, politicagem/política e república/republicanismo tinham grande importância nessas reflexões (CAPELLA, 1985).

O que se pode ver é que as temáticas acima são recorrentes nos textos dos intelectuais antiliberais e aparecerão nos manifestos e cartas dos tenentes durante suas manifestações armadas nos anos 20 (FORJAZ, 1988; PRESTES, 1990). Trata-se de um intercâmbio de temas e propostas entre civis e militares que parece ser anterior a esta década e que já se materializava, por exemplo, na fundação da nacionalista Liga de Defesa Nacional, em 1916-- entidade fundada por civis com a colaboração de militares. Para se ter uma ideia, no quinto ano da revista *A Defesa Nacional*, em 1918, distribuiu-se regularmente 1.700 exemplares, atingindo 40% da oficialidade do Exército, em sua maioria de tenentes (tenentes e capitães perfaziam 83% da oficialidade atingida), enquanto que quase metade de suas assinaturas eram de civis (CAPELLA, 1985: 51).

Ora, percebendo as manifestações políticas enquanto fruto não somente de escolhas pragmático-rationais e estratégicas, como também influenciada por aspectos culturais e relacionais, este estudo entende que é necessário ir além da exploração das filiações teóricas e sociológicas na interpretação dos usos políticos das ideias (BERSTEIN, 1988; CHARTIER, 1990; MOTTA, 2009). É preciso que se atente para um conjunto de valores, tradições, representações, conceitos, memórias e maneiras de agir compartilhados pela sociedade brasileira e que estão sendo questionados e reapropriados de maneira candente nestas duas décadas. É nesse cenário que os Tenentes e os intelectuais críticos da república oligárquica constituíram suas representações sobre a realidade social e agiram perante ela.

⁴ *Jovens turcos* era um termo pejorativo dado ao grupo de militares reformistas que fizeram estágio no Exército alemão e que havia retornado ao Brasil em 1910. Para o oficial Bertoldo Klinger, um dos fundadores da revista, o termo soava como elogio, uma vez que os militares turcos, também treinados pelos alemães, haviam promovido reformas importantes no Exército do Império Otomano. (CAPELLA, 1985: 53).

As fontes são, basicamente, os ensaios histórico-sociológicos produzidos pelos intelectuais críticos da república, ou antiliberais, tais como as produções de Alberto Torres, Oliveira Vianna, a coletânea lançada por Vicente Licínio Cardoso (CARDOSO, 1990), textos de Azevedo Amaral e Francisco Campos, etc.. Além dos manifestos e cartas produzidos pelos tenentes durante suas ações militares, bem como depoimentos e registros auto-biográficos. Dicionários de época também serão consultados como ferramentas para auxiliarem na interpretação de conceitos-chave.

Tal exercício de reflexão do qual nasceu a proposta de uma nova abordagem sobre o Tenentismo, no referido projeto de mestrado, foi e é subsidiado em última instância por aspectos teórico-metodológicos que serão discutidos neste próximo item e que constituem o propósito deste texto.

II

Como já apontado acima, as décadas de 1910 e 1920 foram marcadas por um esforço de setores importantes em repensar e dar novos rumos à República. Para os críticos do regime, civis e militares, a República idealizada havia encontrado entraves perante as singularidades brasileiras. Diante da experiência compartilhada em um regime liberal pela constituição e oligárquico pela prática, intelectuais e militares sediciosos se colocavam enquanto sujeitos capazes de diagnosticar e transformar tal cenário -- os primeiros predominantemente pela via pacífica, reformista, os últimos, pelas armas e pelo discurso (FORJAZ, 1988).

Em um momento no qual os campos político e intelectual se confundiam; quando a Primeira Guerra Mundial tem uma incidência sobre a maneira como estes atores enxergavam a história, mergulhando-os em virulentos patriotismos; se torna importantíssimo o estudo do uso político das ideias debatidas nos espaços públicos (SILVA, 2002: 16). Tal vivência compartilhada pelos intelectuais antiliberais e pelos militares envolvidos no Tenentismo, autoriza a investigação de possíveis diálogos existentes entre estes dois grupos distintos, desde a gestação do movimento militar. Isso poderia contribuir para complementar a historiografia sobre o tema no entendimento do alinhamento posterior, ocorrido no pós-Revolução de 30, de importantes figuras dos dois grupos, sob o governo Vargas.

Para isso, parte-se da posição inicial de que as formas de pensar e agir não devem ser estudadas de maneira separada, uma vez que estão em íntima conexão. Para Roger Chartier (1990), os sujeitos sociais criam representações, leituras sobre a realidade social, que orientam suas ações. Todavia, tais percepções do mundo não são neutras, envolvem estratégias, usos e

práticas dos indivíduos na disputa pela construção do seu meio social. É assim que esse autor aproxima o mundo das ideias, da realidade material, da ação política (CHARTIER, 1990: 17). É isso que torna tão importante a operacionalização do conceito de Cultura Política e da História dos Conceitos na pesquisa proposta.

Neste estudo da contestação e da crise da Primeira República, o que se busca entender é o uso político daquelas ideias compartilhadas. Para compreenderem o mundo e usar tais ideias em seus objetivos práticos, estes atores históricos recorreram a um universo cultural e *semântico* compartilhado. A cultura política pode ser entendida como parte deste universo, o qual fomenta um conjunto coerente de referentes que agem sobre os atores durante longos períodos e os fornece uma grade de análise através da qual se orientam -- trazendo à tona elementos explicativos que vão além do aspecto racional e pragmático (BERSTEIN, 1988). Esta é constituída de valores, tradições, práticas e representações políticas, que expressam uma identidade coletiva de determinados grupos humanos, fornecendo leituras comuns de passado e inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009: 21). É no âmbito destas representações políticas que os atores gestam suas leituras de mundo e as expressam através de ideologia, *linguagem*, memória, imaginário, iconografia; mobilizando portanto, mitos, símbolos, *discursos*, *vocabulários* e uma cultura visual (MOTTA, 2009: 21-22). É necessário lembrar, porém, que as culturas políticas, apesar de estarem além do aspecto racional dos atores, elas são indissociáveis dos seus usos estratégicos e pragmáticos. Para Daniel Céfaï, os atores se orientam e se movem segundo *arquiteturas semânticas* que constroem as formas de ação individual e coletiva diante de situações inéditas, as quais exigem novas maneiras de agir e pensar (CÉFAÏ, 2001: 99).

É no entendimento desse universo de significados, historicamente dados, que a *Begriffsgeschichte* pode dar sua contribuição para a pesquisa aqui discutida. Como apontou a reivindicação central da metodologia desenvolvida por Reinhart Koselleck: entender a intencionalidade dos atores passa por interpretar os conflitos políticos e sociais. Estes, por sua vez, devem ser recuperados também através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos lingüísticos compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram de tais conflitos (JASMIN, 2005: 31)⁵. O que faz total sentido, quando se recorda, o que já foi

⁵ Reinhart Koselleck entende por conceito, as palavras que exigem certo nível de teorização na sua formulação e cujo entendimento é reflexivo. Isso porque os conceitos teriam uma exigência concreta de generalização, sendo também polissêmicos, abrangendo diferentes totalidades de sentido em diferentes momentos e espaços (KOSELLECK, 2006: 108)

mencionado acima: que discursos e vocabulários específicos são mobilizados em contextos particulares de atuação social e política, de acordo com universos semânticos compartilhados.

Para Koselleck, os conceitos trazem em si experiências e teorias de ação. Ou seja, além de plasmarem em seus significados elementos da vivência (espaço de experiência), também carregam consigo propostas, teóricas e práticas (horizontes de expectativas). A experiência seria o “passado atual”, no qual foram configuradas lembranças, recordações. Nela estão presentes tanto elaborações racionais, quanto crenças já naturalizadas, advindas de vivências individuais e coletivas. Enquanto que expectativa seria “o futuro presente”, também vinculado ao pessoal e ao interpessoal, direcionado para aquilo que ainda está por vir, para o que é previsto (KOSELLECK, 2006: 309-310). Essa colocação é importante quando se busca investigar as leituras que tenentes e antiliberais tinham de seu passado e do seu presente, bem como as propostas que revelavam na luta política -- em outras palavras, quando se procura entender a ação destes sujeitos no uso político do passado na construção de coletividades e no incentivo a engajamentos.

É importante ressaltar que, na visão de Koselleck, a relação entre conceito e realidade social além de não ser unidirecional ela não é direta. Não é direta porque nem sempre o conceito dá conta de absorver o que aconteceu no mundo da realidade material. Não é unidirecional porque os conceitos, além de trazerem em si elementos extralingüísticos, também funcionam como referenciais para a mudança da realidade social, uma vez que é em torno deles que se organizam diversas sociedades e unidades de ação política. Assim sendo, os conceitos são “fato” e “indicador” (KOSELLECK, 1992: 136). Desta forma, torna-se importante atentar para o momento a partir de quando os conceitos podem ser encarados de forma tão rigorosa como indicadores das transformações políticas e sociais. Segundo o historiador alemão, a disputa de significados para manter, mudar ou definir posições políticas em relação a idealizações está sempre, em épocas de crise, registradas nas fontes escritas (KOSELLECK, 2006: 101-102). O que é algo que reforça a viabilidade deste instrumental para a investigação da crise do modelo republicano liberal-oligárquico.

Outra questão importante de ser lembrada é que o projeto trabalha com críticos à república, sejam eles civis e militares, portanto, com sujeitos que enfrentam os defensores da ordem vigente. Neste aspecto deve-se estar atento à questões referentes ao uso político dos conceitos e seus pares assimétricos antitéticos. Uma vez que invariavelmente se estará diante de grupos que lançam mão de conceitos para se identificarem e excluírem aqueles que entendem como opostos. Como lembrou Reinhart Koselleck: “Nesses casos, um grupo

concreto reclama o direito exclusivo à universalidade, aplicando um conceito lingüístico apenas a si próprio e rejeitando qualquer comparação” (KOSELLECK, 2006: 192). Isso chama atenção para os diferentes projetos antagônicos colocados em debate em um momento de instabilidade e crise de um regime político; o que auxilia na análise comparativa de grupos.

III

Em conferência publicada na revista *Estudos Históricos*, em 1992, Reinhart Koselleck replicou argumentos que combatem a construção de uma história dos conceitos. Para aqueles que defendem essa objeção, os conceitos não possuiriam história por serem inéditos a cada uso. Isso quer dizer que os conceitos teriam um significado correspondente ao seu uso pragmático, em um momento específico. Em resposta a esta colocação, o historiador lembrou que todo uso pragmático, só é possível de ser entendido dentro de uma semântica anteriormente existente: “[...] pois sem o conhecimento prévio do significado das palavras que utilizo, nada será compreendido. A semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística (Sprachhandlung) e para o uso pragmático da língua.” (KOSELLECK, 1992: 141). Isso quer dizer que, em cada uso pragmático da linguagem, que é sempre sincrônico, há sempre uma semântica que é diacrônica. Sobre tais forças diacrônicas os sujeitos não detém poder algum e nelas as mudanças são muito mais lentas. É isso que permite a história dos conceitos sobre um eixo de longa duração (KOSELLECK, 1992).

Tudo isso é algo fundamental para o estudo da cultura política, que também é dotada de permanências e tradições, mesmo com as inovações que emergem de quadros políticos inéditos.

Tomemos como exemplo o conceito de República. Cláudia Viscardi, ao estudar o manifesto republicano de 1870 e jornais republicanos mineiros do final do século XIX, observou que o significado retomava, em parte, e sob novo contexto político, elementos daquilo que se entendeu como república ainda no início daquele século (VISCARDI, 2012: 151).

Nesse aspecto, Starling e Lynch (2009) elucidam bem o que se entendia como república nessa época. Para eles, após a influência da Revolução Liberal do Porto, os republicanos brasileiros trabalharam um significado que era sinônimo de democracia ou de governo popular eletivo. Além disso, associavam república ao modelo federalista americano. Tratou-se de um conceito que foi proposto de maneira importante na constituinte de 1823; porém, devido ao peso da monarquia, se colocava sob a designação de uma monarquia

republicana e federalista. A proposta era, ao fim e ao cabo, uma monarquia que adotasse algo que se entendia naquele momento como um *ethos* republicano (STARLING & LYNCH, 2009: 1285-1287).

Viscardi destacou as semelhanças entre estes usos dos conceitos: a defesa da democracia, do governo eletivo e do federalismo; contudo, apontou que a diferença central era a rejeição, por parte dos republicanos, da vinculação de suas ideias à monarquia. Para eles, a monarquia era incompatível com o que entendiam como democracia. Isso porque tal regime de governo era fundamentado na hereditariedade, o que seria inconciliável com o poder fundamentado no povo e exercido na elegibilidade dos governantes (VISCARDI, 2012: 150). Neste momento, conjuntura era outra e os republicanos já podiam expressar mais claramente seu projeto de inovação. A cultura política monárquica começava a se enfraquecer, diante da sua dificuldade em responder aos problemas materiais que enfrentava. O que abriu espaço para que os republicanos e seu universo semântico, modificado pelas novas circunstâncias, conseguissem começar a dar passos mais sólidos em direção a uma expansão da sua cultura política.

Proclamada a República em 1889, era o momento de materializar a idealização anterior. Logo nos anos 1910, diante das circunstâncias políticas do regime e mesmo do cenário internacional, diagnósticos que separavam a república ideal da república real começaram a aparecer. Alberto Torres, figura de grande influência para os críticos do regime, via que suas propostas federalistas não haviam funcionado, sobretudo porque o Brasil não havia formado ainda uma nação coesa. Na sua opinião, era isso que havia alimentado um governo de interesses restritos, particularista, distanciado dos fins coletivos, muito diferente do imaginado por ele e por outros republicanos históricos (TORRES, 2002). Em 1924 no prefácio da coletânea *À margem da história da República*, seu organizador, Vicente Licínio Cardoso dizia que os colaboradores da obra, inspirados “pelo grande Alberto Torres”, estavam cientes da gravidade do momento e estavam ali para promover uma reação, propondo soluções para o país. Este livro seria então o prefácio de uma obra maior, exigido pelo ambiente de um país que ainda carecia de nacionalidade (CARDOSO, 1990: 12-14). Neste mesmo livro, Oliveira Vianna destacou: “Veio a República. Veio a Democracia. Veio a Federação. E para logo se levantou um sussurro de desapontamento do seio da turba fanatizada - e esse desapontamento se acentuou, com o tempo, numa permanente desilusão.” (VIANNA, 1990: 125). Nos seus manifestos, os tenentes também bradavam contra uma república bacharelesca, contra os interesses particulares, que contrastavam com a necessidade

de um Estado técnico, meritocrático e eficiente. Em um destes, em São Paulo, no dia 10 de julho de 1924 denunciavam: “Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica, na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas [do governo da república], anquilando-o [...]” (PRESTES, 1990: 397).

Foi nesse clima de frustração, somado ao enfraquecimento de sistemas político-culturais no pós-Primeira guerra, que o uso do conceito de república ganhou elementos centralistas, tecnocráticos e autoritários (ao menos antiliberais), defensores de um Estado organizador da nação. Estes, por sua vez, funcionariam como substrato semântico de uma cultura política autoritária que acabou por ganhar espaço, trazendo visões institucionais que acabaram por tomar corpo no plano organizacional do Estado no pós-30.

Considera-se, desta forma, que as colocações acima apresentadas são indispensáveis para a análise das fontes que visa dentre outros itens, as temáticas discutidas por militares e antiliberais, dando atenção ao léxico e aos significados dos conceitos expressos nos discursos. Tentar-se-á extrair das práticas políticas, dos discursos e dos conceitos as leituras de passado contidas neles, que inspiraram determinadas visões sobre o presente e projetos para o futuro. A finalidade última é responder questões como: quais os problemas que os atores identificaram na tradição política e na República brasileira? A quem eles culparam pelo “fracasso” da República proclamada? Quais as estratégias que propuseram para mudar o quadro? Qual o papel que designaram para os setores populares? Quais são suas bases doutrinárias? Proporiam, então, reforma ou revolta?

Bibliografia

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François & RIOUX, Jean-Pierre (org). **Para uma história cultural**. Lisboa: 1998. pp. 349-363.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. **A batalha eleitoral de 1910: imprensa e cultura política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de Aço no Tecido Social: A Revista “A defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório**. Niterói: 1985. Dissertação em História. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). **À margem da História da República**. 3ª ed. Recife: Editora Massangana, 1990. (Primeira edição de 1924).

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CÉFAÏ, Daniel. Expérience, culture et politique. In: CÉFAÏ, Daniel (dir). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001. pp. 93-116.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

FORJAZ, Maria Cecília Sipna. **Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 20, n. 57, pp. 27-38, fev. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **O Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.134.146, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios de possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia: In:---. **Culturas políticas na História**: novos estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm: 2009. pp. 13-37.

PRESTES, Anita L. **A coluna Prestes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragments da História Intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas SP: Papyrus, 2002.

STARLING, Heloísa M. M. & LYNCH, Christian E. C.. República: Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009. Disponível em: <<http://www.iberconceptos.net/wp-content/uploads/2012/10/DPSMI-I-bloque-REPUBLICA-REPUBLICANO.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2013.

TORRES, Alberto. **A organização Nacional**. [S.l.]: eBooksBrasil.com, 2002. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/torresc.html>>. Acesso em jan. 2012. (Primeira edição em 1914).

VIANNA, Oliveira. O idealismo da Constituição. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org). **À margem da História da República**. 3. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1990. pp. 121-141.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889). *Tempo*. v.18, n.32, pp. 137-161, 2012.

Contexto linguístico e discurso político: Um diálogo entre Q. Skinner e J. G. A. Pocock

Pedro Paiva Marreca*

Os historiadores Quentin Skinner e John Greville Agard Pocock – importantes membros da Escola de Cambridge - foram atores de destaque no movimento que se convencionou chamar de “giro linguístico” no campo da historiografia. Seus trabalhos contribuíram para o questionamento de antigos paradigmas e emergência de novos desafios para o estudo da história das ideias e do pensamento político. A proposta de reconstituição dos contextos linguísticos e do estudo dos textos históricos enquanto “ações linguísticas” possibilitou toda uma nova gama de reflexões quanto à relação entre história e linguagem. O objetivo deste trabalho é apresentar brevemente as abordagens metodológicas do “Contextualismo linguístico” de Q. Skinner e da “História do discurso político” de J. G. A. Pocock, dando ênfase nos elementos que possibilitem o estabelecimento de um diálogo entre os autores.

Esse trabalho surge como produto da leitura dos textos de Skinner e Pocock na busca da fundamentação metodológica para uma pesquisa em torno do ideário político no Brasil da década de 1960. Ainda que autores muito mais gabaritados como Marcelo Jasmin, João Feres Júnior e Ricardo Silva venham se debruçando e produzindo artigos sobre os clássicos da “Escola de Cambridge”, a escassez de trabalhos em português que propusesse o diálogo entre os dois autores selecionados serviu de motivação para que nos aventurássemos nessa empreitada.

O debate em torno das categorias Intenção, Significado, Lances e Linguagem servirá de guia para a discussão que iremos propor. Para este intento, vamos priorizar a análise de dois artigos de Q. Skinner presentes no livro “Visions of Politics” (2002) – Meaning and understanding in the history of ideas”(1969) e “Motives, intentions and interpretation” (1972) –, e três artigos de J. G. A. Pocock, dois deles publicados em “Linguagens do Ideário Político (2003) – “O Estado da Arte” (1995) e “O conceito de linguagem e o métier d’historien: algumas considerações sobre a prática” (1989), e o terceiro “Conceitos e discursos: uma

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Este trabalho contou com apoio de bolsa concedida pela CAPES.

diferença cultural?” (1992), publicado no livro “História dos conceitos: debates e perspectivas” (2006)¹.

CONTEXTO LINGUÍSTICO, SIGNIFICADO, INTENÇÃO E ATOS DE FALA:

O contextualismo linguístico é uma abordagem metodológica desenvolvida pelo historiador britânico Quentin Skinner, inicialmente apresentada em seu “Meaning and Understanding in the History of Ideas” (1969). Este ensaio, por sua vez, é elaborado como uma resposta às críticas perpetradas por Lewis Namier, em meados dos anos cinquenta, à história das ideias formulada por Arthur Lovejoy, na década anterior. Namier criticava a legitimidade de uma história cujo objeto de análise era as ideias. Argumentando que os homens se contradizem sistematicamente, ele rotula esta abordagem como ingênua.²

Skinner responde a Namier e outros críticos, em seu mais famoso ensaio metodológico, sugerindo que, independente de contradições e mesmo de mecanismo retóricos, os homens sempre se utilizarão de ferramentas conceituais socialmente transmitidas para dar sentido às suas ações. Por outro lado, ele se afasta de Lovejoy ao propor a modificação do próprio objeto de estudo da história intelectual, das ideias para os “atos de fala”. Seu interesse volta-se para os usos públicos da linguagem, e, as diversas possibilidades de utilização desta, enquanto ferramenta para a ação política.

Criticando a proposta de Lovejoy, de uma história das ideias universais que comportaria elementos intemporais, e por outro lado, afirmando a pertinência de um estudo sobre a utilização das ideias como uma forma de ação linguística, Skinner começa a desenvolver o método do contextualismo linguístico.

Após criticar a abordagem textualista da história das ideias, Skinner volta suas críticas para a análise de concepções contextualistas da história (como a namierista e marxista), que buscavam compreender o significado dos textos diretamente a partir do seu contexto histórico/social. Para ele, ao agir dessa forma, os autores estariam cometendo o engano de confundir a causa com o significado. Skinner acredita que essa abordagem pode auxiliar a desvendar as determinações causais que levaram o autor a escrever o texto, porém, o

¹ Cientes da grande distância temporal que separa os artigos selecionados, consideramos que isso não comprometeria nosso objetivo. Não pretendemos comparar valorativamente as propostas dos autores, e sim apresentar uma discussão em torno de algumas contribuições metodológicas por eles expostas.

² Sobre a crítica de Namier à proposta de Lovejoy e o debate metodológico do período ver:

PALTI, E. “La neuva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina. In: História Unisinos 11(3): 297-305, Setembro/Dezembro 2007.

contextualismo linguístico estaria mais preocupado com os significados e intenções do que com as causas ou motivos. A determinação causal, ou dos motivos, estaria relacionada com fenômenos sociais externos ao texto. Logo, apesar de sua crítica às abordagens meramente textualistas, ele também não concorda com a abordagens de correntes contextualistas, que afirmava serem as ideias meras expressões da realidade material.

“To speak of a writer’s motives seems invariably to speak of a condition antecedent to, and contingently connected with, the appearance of their works. But to speak of a writer’s intentions may either be refer to a plan or design to create certain type of work (an intention to do x) or else to refer to an actual work in certain way (as embodying a particular intention in x-ing). In the former case we seem (as in talking about motives) to be alluding to a contingent antecedent condition of the appearance of the work. But in the latter we seem to be alluding to a feature of the work itself. Specifically, we seem to be characterizing it in terms of its embodiment of a particular aim or intention, and thus in terms of its having a particular purpose or point.”
(SKINNER, 2002: 98)

O contextualismo skinneriano recupera elementos da tradição intencionalista da filosofia da história de R. G. Collingwood, que preocupava-se em reconstituir as ações históricas do ponto de vista dos próprios autores. Adaptando-a para a aplicação na interpretação de textos históricos e filosóficos, Skinner busca compreender o significado dos textos a partir da perspectiva do agente, da descoberta de suas intenções. Estabelecendo um diálogo da tradição intencionalista, com contribuições da tradição da filosofia da linguagem anglófona de L. Wittgenstein, P. Laslett e J. L. Austin, ele propõe que os textos históricos e filosóficos não são meramente ideias impressas em papel, mas “atos de fala”.³

Ricardo Silva sistematiza a proposição de Austin quanto às dimensões dos atos de fala:

“Austin distingue três dimensões dos atos de fala: a dimensão locucionária, relativa ao conteúdo proposicional do proferimento e manifesta no ato de dizer (*of saying*) algo; a dimensão ilocucionária, relativa ao que o agente está

³ Para uma apresentação das influências de Skinner para a formulação de seu método ver: SILVA, R. “O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo”. In: Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 53, nº2, 2010, pp. 299 a 335. pp. 305 a 306.

fazendo ao dizer (*in saying*) algo; e a dimensão perlocucionária, relativa aos efeitos produzidos pelo ato de fala na audiência, aquilo que ocorre por se dizer (*by saying*) algo.” (SILVA, 2010: 307)

Ao se preocupar primordialmente com a performance do autor/ator, Skinner prioriza a análise da segunda - a dimensão ilocucionária do ato de fala.

[...] “the study of what someone says can never be a sufficient guide to understanding what was meant. To understand any serious utterance, we need to grasp not merely the meaning of what is said, but at the same time the intended force with which the utterance is issued. We need, that is, to grasp not merely what people are saying but also what they are *doing in saying it*.” (SKINNER, 2002: 82)

Ao definir os atos de fala como os próprios objetos de análise de seu método, desvendar o significado dos textos passa a estar relacionado à reconstituição da intenção do autor no momento da escrita – à força ilocucionária da proposição. Diferentemente dos motivos, e causas externas, as intenções dos autores estão incorporadas às suas ações linguísticas. Por outro lado, a busca por traços publicamente apreensíveis nas intenções autorais, denota que não são perseguidos desejos ou elementos puramente subjetivos e hermenêuticos do pensamento do autor, e sim o significado do que daquela ilocução quando proferida em dado contexto.

[...] “para comprender históricamente un acto de habla no bastaria con entender lo que por el mismo se dice (su sentido locutivo), sino que resulta necesario situar su contenido proposicional em la trama de relaciones linguísticas em el que éste se inserta a fin de descubrir, tras tales actos de habla, la intencionalidad (consciente o no) del agente (su fuerza ilocutiva), es decir, qué hacía éste al afirmar lo que afirmó en el contexto en que lo hizo.” (PALTI, 2007: 299)

DISCURSO POLÍTICO, LANCES E LINGUAGEM:

Defendendo uma “história dos discursos políticos”, J. G. A. Pocock denota uma mudança de ênfase em sua leitura do contextualismo linguístico da “intenção” para a “efetivação”. Quando ele afirma que “a história do pensamento político é uma história do discurso”, e que de fato, “ela tem uma história justamente em se tornar discurso” (POCOCK, 2003: 28) ele pretende afirmar a importância do estudo dos “lances” – enquanto ações linguísticas - e “jogos de linguagem”, no interior dos contextos linguísticos. Através da análise dos lances e da interação entre *langue* e *parole*, pode-se explorar determinado contexto linguístico, conceber quais as linguagens e “instrumentos” encontravam-se disponíveis em determinado momento, e, inclusive, detectar mudanças nessas linguagens.

As linguagens no sentido que o autor se refere seriam “idiomas compartilhados”, ou “modos de discurso estáveis”, que, quando partilhados, dariam início a um “jogo” de trocas e disputas semânticas. Logo, o estudo de um contexto linguístico, ou da história do discurso político, pressupõe uma discussão em torno da influência dos lances nas linguagens e no discurso político de determinada época. Porém, como se trata de uma análise linguística, seu foco é direcionado para os “desafios que os textos impõem às estruturas normais do discurso”, mais que para as “consequências políticas práticas”. O estudioso dos discursos olha para determinado período e busca se “familiarizar” com as linguagens e contexto linguístico vigente, para posteriormente poder reconhecer “lances” ou “atos de fala” que denotem inovações nas linguagens correntes, e nesse contexto.

[...]“tais técnicas [históricas empregadas na reconstituição de linguagens] empregam uma ênfase dupla: uma voltada para a linguagem que circunda os agentes humanos em situações históricas específicas, e outra voltada para os próprios humanos, agindo e reagindo no interior das linguagens disponíveis para eles. Há aí uma série de possibilidades para explorar tanto as inovações e outros atos criativos realizados ou almejados pelos usuários individuais da linguagem – alguns dos quais vão ou desejam ir, de fato, muito mais longe -, quanto o processo de mudança mais lento, multi-autoral, e os processos de mudança social ou historicamente induzidos que têm lugar no interior de, e

entre, linguagens disponíveis em sociedades e culturas específicas ao longo de períodos específicos de tempo e de duração variada.” (POCOCK, 2006: 84)

É necessário lembrar que o caráter referencial da linguagem - que sempre alude a uma experiência -, determina seu dinamismo e sua intrínseca relação com o contexto político, social ou histórico. Enquanto a linguagem atua em mudanças no contexto histórico, este influencia nas mudanças no contexto linguístico, o que leva R. Koselleck a caracterizar os conceitos como um índice/fator (KOSELLECK, 2006).

Uma história do discurso político buscaria, dentre outras coisas, analisar quais ferramentas, conceitos e artifícios linguísticos estariam disponíveis para o autor/ator em um dado contexto linguístico. Diferentemente da antiga história das ideias, este não concebe a possibilidade de ideias perenes, mas busca as referências disponíveis no universo de convenções linguísticas e normativas de determinada época, para analisar como foi possível que o autor tenha produzido determinado texto.

“A história do discurso torna-se agora visível como uma história da *traditio*, no sentido de transmissão, e, ainda mais, de tradução. Textos compostos de *languae* e *paroles*, de estruturas de linguagem estáveis e de atos de fala e inovações que as modificam são transmitidos e reiterados, e seus componentes são rigorosamente transmitidos e reiterados, primeiro por atores não-idênticos em contextos históricos partilhados e depois por atores em contextos historicamente desconectados. Sua história é, primeiro, a da constante adaptação, tradução e re-performance do texto, em uma sucessão de agentes; e segundo, sob um exame mais minucioso, a das inovações e modificações efetuadas em tantos idiomas distinguíveis quantos os que originalmente se articulavam para formar o texto e que, subsequentemente, formam a sucessão de contextos linguísticos em que o texto foi interpretado.” (POCOCK, 2003: 46)

Neste sentido, uma das chaves propostas por Marcelo Jasmin para se estudar dado contexto linguístico é a análise dos textos como se estivessem inseridos em um “processo de legitimação”. Concebendo-os como uma das possibilidades que poderiam ser realizadas na

ocasião, é possível estabelecer uma relação entre as ações linguísticas e o contexto linguístico da época.

[...] “os trabalhos de filosofia política seriam elaborados como *atos de fala* de atores particulares, em respostas a conflitos também particulares, em contextos políticos específicos no interior de linguagens próprias ao tempo de sua formulação.” [...] “Disso resulta que a correta compreensão de uma ideia ou teoria só poderia se dar pela sua apreensão no interior do *contexto* em que foram produzidas. Resulta também que o objeto da análise historiográfica é deslocado da ideia para o autor, do conteúdo abstrato para a ação ou performance concreta do ator num jogo de linguagem historicamente dado.” (JASMIN, 2005: 28)

CONCLUSÃO:

Apesar de ambos os autores dialogarem e compartilharem de concepções semelhantes quanto às noções de contexto linguístico, atos de fala, lances e performance, é notável a diferença de ênfase e abordagem nos métodos do contextualismo linguístico skinneriano, apresentado nestes textos inaugurais, e na proposta de uma história dos discursos políticos de Pocock.

Em sua pretensão por compreender o significado dos atos de fala, Skinner elabora uma abordagem alternativa dos textos históricos - situada entre o textualismo e o contextualismo sociológico – o contextualismo linguístico. A saída encontrada por ele para justificar a pertinência do estudo das ideias enquanto ações linguísticas e se contrapor a abordagens que propunham uma história das ideias fora de contexto e a teoria da ideologia marxista, foi combinar a filosofia da linguagem anglo-saxã à tradição intencionalista de Collingwood. Desta maneira, a compreensão do significado dos atos de fala passa a estar diretamente atrelado à reconstituição das intenções autorais. A partir da pesquisa aqui esboçada, concluímos que seria precipitado determinar que o método de Skinner restringe-se à análise sincrônica ou diacrônica da história. Pois, ainda que, em seus textos iniciais Skinner dê mais ênfase aos elementos sincrônicos de dado contexto linguístico, como a intencionalidade e o significado dos atos de fala, nos parece que isso ocorre por conta do teor crítico e combativo destas publicações e à própria intenção do autor, inscrito no contexto de fervorosa discussão

metodológica do fim dos anos sessenta. Em ensaios posteriores (TULLY, 1988) e mesmo em seu famoso trabalho “As fundações do pensamento político moderno” (1978), o autor se afasta de suas formulações iniciais quanto à reconstituição do significado dos atos de fala a partir da intenção do autor e contempla elementos diacrônicos do discurso.

Pocock, por sua vez, busca conhecer e compilar o arsenal de ferramentas linguísticas (*langue*) disponíveis em dado contexto linguístico para compreender as possibilidades disponíveis para o autor perpetrar as ações linguísticas (*parole*). O significado do texto seria derivado dos constrangimentos impostos pela linguagem, sendo acessível através da análise da interação entre *langue* e *parole*, entre apropriações, debates e performances, mas modelados pela linguagem e contexto linguístico. Novamente, não iremos determinar que a proposta de Pocock se restrinja à análise sincrônica do discurso político. Ainda que o autor indique preferir trabalhar com esse tipo de abordagem, notamos que em sua sugestão de leitura da história do discurso como “tradução” e no estudo dos debates e re-apropriações do discurso, fica evidente que a proposta do autor também aprecia a dimensão diacrônica da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEVIR, M. *The contextual approach*. In: The Oxford Handbook of the History of Political Philosophy. <Disponível em: <http://fds.oup.com/www.oup.com/pdf/13/9780199238804.pdf>>

JASMIN, M. *História dos Conceitos e Teoria Social e Política: Referências Preliminares*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, N° 57, 2005, pp. 27-38.

JASMIN, M. & JÚNIOR, J. F. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

JÚNIOR, J. F. *De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 3, 2005, pp. 655-680.

KOSELLECK, R. *Futuro passado dos tempos históricos: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.

PALLARES-BURKE, M. L. *As muitas faces da história: Nove entrevistas*. São Paulo: UNESP, 2000.

PALTI, E. “La nueva historia intelectual y sus repercusiones en América Latina”. In: *História Unisinos* 11(3): 297-305, Setembro/Dezembro 2007.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POCOCK, J. G. A. *Conceitos e discursos: uma diferença cultural?* In: JASMIN, M. & JÚNIOR, J. F. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

SILVA, R. *O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo*. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº2, 2010, pp. 299 a 335.

SKINNER, Q. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SKINNER, Q. *Visions of Politics. Volume I: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TULLY, J. (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Crítica à modernidade nos romances distópicos de Aldous Huxley e George Orwell.

Rafael Cunha*

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar uma das muitas expressões literárias do modernismo europeu, o romance “Brave new World”. A partir de uma reflexão sobre alguns aspectos narrativos da obra, fomos capazes de perceber não só a influência dos novos cânones literários realistas na composição do romance, mas também como Aldous Huxley reformula esses mesmos cânones da literatura europeia para formular a noção de “ficção como prognóstico” que acreditamos impor-se não só como um traço específico da obra de Aldous Huxley, mas também do gênero distópico como um todo.¹

É notório como grande parte da produção literária e ensaística de Aldous Huxley tem como um de seus paradigmas centrais a intensa preocupação com o futuro da condição social dos homens.² Para além dessa vasta produção ensaística que busca refletir sobre as potencialidades e riscos desse futuro que se abre diante da intelectualidade europeia da primeira metade do século XX, Huxley também escreveu outros dois romances - “The Island” (1962) e “Ape and Essence” (1950) - nos quais o autor desenvolve narrativas ficcionais sobre sociedades distantes de seu próprio tempo, consolidando-se como um dos principais autores da corrente que seria nomeada posteriormente como Distopia literária.³

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Bolsista CAPES. rafaelcfrancisco@hotmail.com

¹ Quando nos referimos aos “cânones da literatura europeia”, partimos da célebre interpretação de Auerbach sobre o movimento de representação da realidade na literatura ocidental. Temos em mente a concepção de realismo tal como apresentada por Auerbach no último capítulo em que o autor analisa o romance “To the lighthouse” da escritora Virginia Woolf. Ver: (AUERBACH, 2011: 471-498)

² Sobre a temática da preocupação com o futuro da condição humana, ver especialmente o ensaio intitulado “O futuro do mundo” de 1959 no qual o autor busca compreender como o clima de otimismo progressivamente dá lugar ao retorno da ideia escatológica do fim do mundo, especialmente após o advento da bomba de hidrogênio. A legítima preocupação de Huxley nesse ensaio consiste em compreender como os homens devem lidar com o progresso científico. Nas palavras do autor: “Se pudermos resolver os problemas políticos e demográficos básicos, podemos criar um mundo incalculavelmente superior. Não sei se conseguiremos isso ou não, *mas precisamos compreender que o futuro imediato é muito importante no que tange a tais possibilidades.*” (Grifo nosso) (Cf. HUXLEY, 1992: 113)

³ Nesse ponto podemos citar, além da obra de Aldous Huxley, os romances “1984” de George Orwell e “Nós” de Yevgeny Zamyatin como principais expoentes dessa nova espécie de gênero literário que surgiu, pelo menos em parte, segundo Milton Ehre, como uma resposta racional às antigas utopias das décadas de 1910 e 1920, geralmente de cunho socialista, que exaltavam a energia das máquinas e também

Primeiramente, talvez seja importante distinguir essa corrente distópica de outras duas tradições literárias que, cada uma a sua maneira, tematizam o futuro: a utopia e a ficção científica. Quanto à primeira, é possível dizer que “a distopia é sua face negativa” (WILLIAMS, 2011: 267) e que por isso mesmo conservam mais ou menos o mesmo conjunto preocupações. Quanto à segunda, a distinção feita por Raymond Williams esclarece que:

“apesar da transformação utópica (e distópica) ser social e moral, a transformação da ficção científica, em suas modalidades dominantes ocidentais, ocorre simultaneamente além e aquém: não é social e moral, mas natural; com efeito, como tão amplamente no pensamento ocidental desde o século XIX, trata-se de uma mutação no ponto de exposição e crise que, sob outros aspectos, é intolerável: nem tanto uma nova vida quanto uma nova espécie, uma nova natureza.” (WILLIAMS, 2011: 286)

Ao localizarmos as fronteiras da Distopia, já apontamos alguns dos temas centrais de nossa análise, como a questão dos valores morais e da sociedade. Dessa forma, nossas reflexões partem do conturbado contexto histórico vivido pelos intelectuais ingleses na primeira metade do século XX. Com o declínio do otimismo oriundo da Era Vitoriana, surge no cenário do romance inglês uma nova concepção de literatura que buscava ultrapassar a ideia de um romance objetivo. Tal concepção, em alguma medida, se contrapunha a certa tradição do século XIX, do realismo francês, na qual a vivência interior, ou seja, os sentimentos, vontades e intuições das personagens eram dominados pelo narrador. Em Stendhal, por exemplo, esse movimento de introspecção (o mergulho para a consciência) das personagens tem um objetivo: tornar mais clara a posição e/ou a visão de alguém sobre o outro de maneira direta.⁴

Já no contexto inglês – e por que não dizer europeu - do século XX, esse movimento de introspecção continua a existir, adquirindo um caráter mais central na composição das obras. No lugar dessa antiga concepção, nas primeiras décadas do século XX, a literatura inglesa experimenta uma renovação nos seus paradigmas

a atividade racional produtiva que fornecia um modelo para as ambições utópicas dos revolucionários. Segundo o autor, a partir desses maravilhosos sonhos é que nasceram as distopias supracitadas. (In: EHRE, 1991: 601-611)

⁴ Consideremos apenas o seguinte trecho de O vermelho e o negro do escritor francês: “Pela primeira vez em sua vida, a sra. de Rênal sentiu uma espécie de desejo de vingança contra o marido. O ódio extremo que animava Julien contra os ricos ia explodir.” Nesse ponto, em apenas duas frases e de maneira direta, o narrador demonstra como se sentem as duas personagens. Talvez seja importante atentar para o fato de que não parece haver espaço para dúvidas na narrativa, o narrador aparentemente possui plena consciência desse ódio nutrido por Julien por cada membro da família Rênal. (Cf. STENDHAL, 1971: 65)

narrativos. A realidade, antes dada como um a priori dominado pelo autor, passa a ser apreensível apenas a partir da vivência interior das personagens.⁵

Um dos aspectos centrais na narrativa de “Brave New World” é essa introspecção dos seus personagens, algo conhecido no âmbito da teoria literária como os “fluxos da consciência” (*Stream of Consciousness*). Ao analisarmos mais detidamente a trajetória de John, o protagonista do romance, somos capazes de perceber como não só 1) os dilemas que permeiam a sua consciência tem um papel ativo ao longo da trama, mas também 2) como narrador não demonstra ter um domínio prévio sobre os desejos e dúvidas de seu protagonista.

Esse movimento fica claro durante a passagem na qual John, (o protagonista do romance) um jovem selvagem alheio aos costumes, práticas e valores desse “Admirável Mundo Novo”, tenta declarar-se para sua amada Lenina nos termos em que o amor era concebido no seu país de origem e, por conseguinte, tudo que consegue é confundir a jovem com um conjunto de valores que para ela não fazem sentido algum. Seu apelo a Shakespeare não só confunde como também irrita a moça que não partilha dessa mesma compreensão acerca do que seria o amor. Apesar disso o selvagem insiste em dizer:

“Quanto eu a amo, Lenina — consegui ele dizer, quase com desespero.

Como um emblema da onda interior de júbilo repentino, o sangue subiu às faces de Lenina.

— É verdade, John?

— Mas eu não tinha a intenção de dizê-lo — exclamou o Selvagem, unindo as mãos como num paroxismo de angústia. — Não antes de... Escute, Lenina, em Malpaís as pessoas casam-se.

— As pessoas... O quê? — A irritação recomeçara a invadir sua voz. De que estaria ele falando agora?

— Para sempre. Fazem-se a promessa de viverem juntos para sempre.

— Que ideia horrível! — Lenina ficou sinceramente chocada.

⁵ O artigo de Ramira Pires expõe bem como esse movimento torna-se claro nos romances de Virginia Woolf. Pires afirma que a escritora inglesa “propõe ser a verdadeira realidade a subjetiva e não aquela facilmente observável nos fatos exteriores da vida. Assim, há na literatura inglesa do século XX uma crescente preocupação dos autores com a vivência interior dos personagens.” (Cf. PIRES, 1995: 2) Esse mesmo argumento encontra-se também em Auerbach, como uma das bases desse novo Realismo Literário que surge na primeira metade do século XX e que já não tem um domínio total sobre a subjetividade de seus personagens.

— Durando mais que o brilho exterior da beleza, com uma alma que se renova mais depressa do que o sangue se empobrece e se fana.

— O quê?

— Também é assim em Shakespeare: “Mas, se romperes o nó virginal antes que todas as santas cerimônias, na plenitude de seus ritos sagrados”

— Pelo amor de Ford, John, fale direito. Não compreendo uma única palavra do que você está dizendo. [...]

E subitamente passou-lhe o braço em torno do pescoço; ele sentiu os lábios de Lenina unidos suavemente aos seus. Tão deliciosamente macios, tão tépidos, tão elétricos, que inevitavelmente se lembrou dos beijos de Três Semanas em Helicóptero.

Uh! uh! a loura estereoscópica, e ah! O negro mais do que real. Horror, horror, horror...Tentou desprender-se, mas Lenina apertou-o com mais força.

- Por que você não disse? - murmurou ela, afastando o rosto para contemplá-lo. Tinha os olhos carregados de terna censura. "O antro mais escuro, o lugar mais propício" (*clamava poeticamente a voz da consciência*), "a mais forte sugestão do nosso pior demônio, nada poderá jamais transformar minha honra em desejos impuros. Jamais, jamais!" decidiu ele." (HUXLEY, 2000: 109-110)

Em primeiro lugar, é importante destacar que nesse e em diversos outros trechos do romance encontram-se inúmeras referências à obra de William Shakespeare, a principal delas consiste na alfabetização de John que é realizada a partir de uma compilação das obras do escritor inglês. Essa alfabetização tem também outra função importante no desenrolar da trama: a de fornecer um “arcabouço sentimental” que o tornasse capaz de lidar com as desventuras amorosas de sua vida adulta. Por isso a referência a um trecho da obra de William Shakespeare soa de maneira tão estranha aos ouvidos de Lenina, assim como o fato de que John deseja casar-se e manter uma relação monogâmica com a jovem, uma vez que essas práticas haviam sido não extintas como também estigmatizadas. O antigo escritor inglês é representado ao longo da narrativa como um dos expoentes máximos do sentimentalismo romântico tão repudiado pelos governantes e habitantes do “admirável mundo novo” e, ao mesmo tempo, como um elemento estético que separa ainda mais os dois jovens apaixonados.

Para além disso, a trajetória de John também constitui-se de diversos momentos nos quais simplesmente abre-se um parêntese temporal, ou seja, em meio a uma cena situada no presente da trama a narrativa desloca-se rapidamente e sem aviso prévio para um passado muito distante, deixando o evento principal em suspenso até que o personagem retorne dos seus devaneios. No diálogo entre John e Lenina, esses

momentos de introspecção são breves, mas fundamentais para o desenrolar das ações. Por exemplo, o trecho de Shakespeare, lembrado pelo selvagem durante o beijo, faz com que ele decida afastar-se de sua amada.

Nesse ponto torna-se um pouco mais clara uma semelhança e uma diferença entre a “voz da consciência” de Huxley e a estudada por Auerbach em Virginia Woolf. Primeiramente, parece ser justo dizer que ambas fundam uma temporalidade distinta dentro da narrativa, operando essa introspecção a partir da “voz da consciência” dos personagens e fazendo com que o leitor tenha não apenas acesso ao sentimento (a repulsa de John diante da promiscuidade de Lenina), mas principalmente às reflexões e experiências passadas que motivam essas ações. Contudo, em Huxley esse movimento é muito menos intenso que em Virginia Woolf. Como pudemos perceber a partir da análise do diálogo entre o protagonista do romance e sua amada, os mergulhos na consciência de John eram muito breves e estavam quase sempre ligados ao evento que os desencadeara. Já em *To The lighthouse*, durante o episódio em que Mrs. Ramsay mede a meia marrom do jovem James, a intensidade desse movimento introspectivo é de tal ordem que o acontecimento central, aquele desenvolvido no plano da consciência, é praticamente deixado de lado.⁶

A intenção em ambos os “realismos” é a mesma: “aproximar-se da realidade autêntica e objetiva mediante muitas impressões subjetivas.” (AUERBACH, 2011: 483) Contudo, em Huxley, esse movimento tende a ser unipessoal, ou seja, procura dar conta do pensamento e das memórias de um único personagem (no trecho anterior é a “voz da consciência” de John quem fala), já em Virginia Woolf esse movimento é muito mais intenso e por muitas vezes a autora sobrepõe múltiplos planos narrativos, algumas vezes impossibilitando que o próprio leitor identifique quem está formulando o discurso. Se como demonstramos anteriormente, em “*Brave New World*” esses mergulhos conservam uma ligação com os eventos que os desencadeiam, na obra de Woolf “as representações da consciência não estão presas à presença do acontecimento exterior”. (AUERBACH, 2011: 487)

Contudo, essa diferença entre os procedimentos narrativos não consiste necessariamente em uma separação, pelo contrário, indica apenas que Huxley “achou

⁶ Ver: (AUERBACH, 2011: 471-498)

seus próprios métodos [...] no sentido de fazer com que a realidade que tomava como objeto aparecesse.” (AUERBACH, 2011: 491) Essa abordagem nos possibilita pensar não em um único realismo, mas em “*múltiplos realismos*” que, cada um a sua maneira, possuem suas perspectivas sobre qual é o procedimento narrativo mais adequado para a representação da realidade. A passagem seguinte pode ser útil para ilustrar com maior clareza como o movimento é operado por Huxley:

“Ao ouvir seu nome, ela virou a cabeça. Seus olhos vagos tiveram um lampejo de reconhecimento. Apertou-lhe a mão, sorriu, moveu os lábios; mas de súbito sua cabeça recaiu para diante. Tinha adormecido. Ele ficou ali, olhando-a, procurando através daquelas feições destroçadas, procurando e reencontrando a fisionomia jovem e vivaz que se inclinara sobre sua infância em Malpaís, recordando (e fechou os olhos) sua voz, seus gestos, todos os acontecimentos de sua vida em comum. "No meu estreptococoalado - Voa a Banbury T..." Como suas canções eram lindas! E aqueles versos infantis, como eram magicamente estranhos e misteriosos! A, B, C, Vitamina D. No fígado o óleo, o bacalhau no mar. Sentiu as lágrimas ardentes acumularem-se atrás das pálpebras, enquanto se lembrava das palavras e da voz de Linda a repeti-las. E, mais tarde, as lições de leitura: o bebê está no bobó, o gato está no mató; e as Instruções Elementares para Trabalhadores Betas do Depósito de Embriões. E os longos serões junto à lareira, ou, durante o verão, no terraço da pequena casa, quando ela lhe contava histórias do Outro Lado, de fora da Reserva: daquele maravilhoso, maravilhoso Outro Lado, cuja lembrança, como a de um paraíso de bondade e de beleza, ele ainda conservava completa e intata, não poluída pelo contato com a realidade daquela Londres real, daqueles civilizados autênticos. (HUXLEY, 2000: 92)

Na passagem supracitada, Linda não é capaz de falar com o filho em função da debilidade de sua saúde. Esse evento traumático é o grande divisor de águas do mergulho de John em suas lembranças. A digressão tem seu ponto alto na contraposição entre duas visões antagônicas acerca de Londres: a primeira, produto das memórias de sua mãe e a segunda oriunda do estranhamento entre o selvagem e o conjunto de valores tão distantes daqueles nos quais o jovem havia sido educado em Malpaís.

Nesse trecho, percebemos também que o narrador não é capaz de formular uma opinião concreta sobre o juízo de John acerca desse “Admirável Mundo Novo”, isso porque, em meio a toda uma digressão, não há uma grande distância entre o “paraíso de bondade e de beleza” que na infância estava intacto e a realidade na qual o selvagem vê sua mãe definhar sem que ninguém se importe com a situação. É notório como o narrador não tem um domínio total da situação mas, pelo contrário, tudo o que ele consegue oferecer ao seu leitor, em lugar de uma verdade absoluta sobre os desejos dos

personagens, é apenas uma impressão subjetiva sobre a complexa e antagonica condição de John.

Nesse ponto esperamos ter sido capazes de elucidar como o nosso objeto foi formulado, não só tendo em vista o contexto histórico no qual ele está inserido, mas também tendo o cuidado de não tratá-lo como uma obra literária isolada. Ao descrevermos o estilo narrativo de Huxley, pretendemos demonstrar como o autor está inserido numa tradição realista, tal como formulada por Auerbach a partir do romance “To the lighthouse” de Virginia Woolf, que na primeira metade do século XX inventa novas formas de narrativa para o romance europeu, além de criticar antigos valores morais do século XIX.⁷

Contudo, mesmo que “Brave New World” possua todos esses aspectos que definem esse novo gênero literário descrito por Erich Auerbach anteriormente, é evidente que a descrição de uma sociedade distópica, ou seja, a preocupação de Aldous Huxley com o futuro da cultura européia, seria suficiente para não nos fazer cair na tentação de tipificar nosso objeto apenas como o produto de um movimento literário que procura dar conta das novas experiências surgidas nas primeiras décadas do século XX.

A trama se passa em Londres, no ano fictício de 624 D.F.⁸ A partir desse novo marco temporal instituído dentro do romance pode-se perceber que Huxley utiliza a deificação de Henry Ford como um elemento fundamental na ligação entre o real e o fictício ao longo de sua narrativa. No contexto da década de 1930 podemos inferir que essa construção retórica seria capaz de causar um forte impacto aos olhos dos leitores mais atentos e também de nos mostrar como “Brave new World” insere-se dentro do contexto de incerteza sobre o futuro descrito por Koselleck.⁹ Em um discurso na Universidade de Berkeley, trinta anos após a publicação da primeira edição de “Brave new World, Aldous Huxley afirmará que:

⁷ No caso da obra de Huxley, podemos notar uma profunda crítica aos tradicionais valores culturais vitorianos, especialmente no começo de sua carreira. A esse respeito, ver: (SCHMERL, 1962: 328-334)

⁸ Trata-se da abreviação utilizada por Huxley para descrever o tempo, ao invés de D.C ou A.C, no romance o tempo é marcado a partir do nascimento de Henry Ford.

⁹ Para um maior aprofundamento nessa discussão, ver: (KOSELLECK, 1999: 111-162). Nesse capítulo o autor faz uma brilhante análise de como a crise do absolutismo afeta a dinâmica política da Europa do século XX. Ver também (KOSELLECK, 2006: 21-40) aonde o mesmo autor explica como a modernidade inaugura um novo tipo de relação dos homens com o tempo, com o alargamento desse futuro que se abre diante dos homens.

“Esse é um problema [da condição humana no futuro] que me interessou por muito tempo e sobre o qual eu escrevi a trinta anos atrás uma fábula chamada Admirável Mundo Novo, que consiste em uma estória sobre uma sociedade que faz uso de todos os dispositivos disponíveis e de mais alguns que eu inventei, que servissem para primeiramente, padronizar a população, para resolver os inconvenientes da diversidade humana, para criar, por assim dizer, seres humanos modelares que eram organizados numa espécie de sistema científico de castas. Desde então, eu tenho continuado extremamente interessado nessa problemática e acabei notando, com um crescente desânimo, que um determinado número de previsões que eram puramente fantásticas quando eu as fiz trinta anos atrás, se tornaram realidade ou parecem estar em vias de tornarem-se.”¹⁰

Esse discurso nos apresenta não só uma preocupação do autor com o futuro da condição humana, mas principalmente uma postura muito singular em relação à ficção que faz de “Brave new World” um dos principais expoentes dos romances distópicos. A partir das reflexões de Aldous Huxley somos capazes de inferir como o seu romance constrói uma relação muito específica com a sociedade que busca representar, na qual a obra ficcional assume o caráter de um prognóstico¹¹ desse futuro que se abre diante da intelectualidade europeia. A noção de ficção como obra de arte, que possui certos limites quando pretende representar uma dada realidade, é aqui deixada de lado. Huxley, a partir desse estatuto literário específico, consolida uma relação com seus leitores na qual o prognóstico impõe a busca pela “verdade do que será o futuro dos homens” como o imperativo do romance, ou seja, a ficção em Huxley perde sua potencialidade criativa ao assumir, como seu estatuto literário específico, esse compromisso com a verdade.¹² Esse compromisso assumido entre Huxley e seus

¹⁰ No original em inglês, encontra-se dessa forma: "This is a problem which has interested me many years and about which I wrote thirty years ago, a fable, Brave New World, which is an account of society making use of all the devices available and some of the devices which I imagined to be possible making use of them in order to, first of all, to standardize the population, to iron out inconvenient human differences, to create, to say, mass produced models of human beings arranged in some sort of scientific caste system. Since then, I have continued to be extremely interested in this problem and I have noticed with increasing dismay a number of the predictions which were purely fantastic when I made them thirty years ago have come true or seem in process of coming true." (Tradução nossa). Áudio e transcrição do discurso disponíveis em inglês encontram-se no seguinte endereço: <http://publicintelligence.net/aldous-huxley-1962-u-c-berkeley-speech-on-the-ultimate-revolution/>

¹¹ Ao defendermos esse ponto de vista, temos em mente o conceito de prognóstico, desenvolvido por Reinhart Koselleck, e por nós apropriado para a discussão sobre a maneira como a crítica política de Huxley é feita através de sua escrita literária. Para uma análise mais profunda desse conceito, ver: (KOSSELECK, 2006: 28)

¹² Essa visão de uma ficção que seja um prognóstico do futuro da condição dos homens europeus fica ainda mais evidente quando levamos em conta o livro "Regresso ao Admirável Mundo Novo", escrito em 1958. Essa consiste na sistematização de todas as “previsões” contidas em “Brave New World” e uma respectiva avaliação sobre quais delas estariam mais ou menos perto de realizarem-se. Isso fica extremamente evidente, por exemplo, quando Huxley afirma que: “vinte e sete anos depois, no terceiro quartel do século XX D.C., e muito antes do fim do século I D.F., sinto-me muito menos otimista do que

leitores fica evidente mesmo nas duras críticas de Adorno ao romance “Brave New World”. De acordo com o intelectual alemão

“El hecho de que el circulus vitiosus tan cuidadosamente trazado por Huxley tenga sus lagunas no se debe a defectos de su construcción fantástica. [...] Si la plausibilidad de las *prognosis* del Brave New World era demasiado simplista, las del segundo libro sobre el futuro – la religión del diablo, por ejemplo – tienen un estigma de *inverosimilitud* que, dada la *técnica realista* de la novela, apenas puede defenderse como alusión a una alegoría filosófica.” (ADORNO, 1962: 117 e 123)

A crítica de Adorno não se volta às debilidades de “Admirável Mundo Novo” e “Ape Essence” (o segundo livro mencionado na passagem) enquanto obras de arte, mas sim ao fracasso do autor em estabelecer critérios de verossimilhança capazes de fazer com que seu prognóstico, na visão do filósofo alemão, fosse plausível. Mais do que uma crítica literária ou crítica da cultura, acreditamos que Adorno acusa Huxley de não ter sido capaz de mobilizar os dados dos quais dispunha para elaborar um prognóstico verdadeiro sobre o futuro.

Nesse sentido, podemos destacar como “Brave new World”, mesmo inserido na tradição realista da primeira metade do século XX estudada por Auerbach, está na contramão dos seus contemporâneos, isto é, enquanto há um progressivo movimento de superação da ideia de que a literatura deveria ser uma mera representação da realidade, em Huxley encontramos justamente o movimento inverso, ou seja, a sujeição da ficção ao compromisso com a realidade.

Acreditamos que esse compromisso se dê sob a égide da dicotomia entre presente e futuro. Sob essa perspectiva, podemos compreender como “Brave New World” consiste em uma obra de ficção composta a partir da relação entre essas duas temporalidades que, como demonstramos anteriormente com o exemplo de Henry Ford, leva elementos marcantes da realidade para dentro da ficção e que pretendia, a partir desses mecanismos, constituir-se em uma poderosa ação política sem perder as características de um romance, ou ainda, nas palavras do próprio Koselleck, como “o prognóstico é um momento consciente de ação política, relacionado a eventos cujo o ineditismo ele próprio libera.” (KOSELLECK, 2006: 32)

quando estava para escrever o Admirável Mundo Novo. As profecias feitas em 1931 estão para realizar-se muito mais depressa do que eu calculava.” (In: HUXLEY, s. d. p: 6).

Portanto, defendemos que a própria concepção de Huxley sobre a ficção constitui-se através da dicotomia entre essas temporalidades distintas, na qual a obra literária torna-se capaz de fazer a transição de um momento (o presente no qual estamos situados) para o outro (um futuro indesejado). Disso tudo se deriva o ponto central de nossas reflexões: ao partir dessa concepção da obra ficcional como um prognóstico, ou seja, compreendido enquanto uma ação política que busca representar e dar conta de uma determinada realidade, somos capazes de perceber como essas previsões críticas do escritor inglês formuladas especificamente em “Brave New World” não só extrapolam o campo da ficção, mas também – e principalmente –adquirem, assim como outros romances distópicos do mesmo período, esse estatuto literário tão específico e diverso dos outros romances realistas, ou seja, o de prognóstico da condição futura dos homens e mulheres de seu tempo.

Bibliografia:

ADORNO, Theodor W. *Prismas: la crítica de la cultura y la sociedade*. Ediciones Ariel, Barcelona, 1962.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo, Perspectiva, 2011.

EHRE, Milton. *Olesha's Zavist: Utopia and Dystopia*. Slavic Review, Vol. 50, No. 3 (1991), pp. 601-611

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. São Paulo, Globo, 1979.

_____. *A Ilha*. São Paulo, Globo, 2001.

_____. *A Situação Humana*. 4.Ed, São Paulo, Globo, 1992.

_____. *O macaco e a essência*. 2. Ed. São Paulo, Globo, 2004.

_____. *Retorno ao Admirável Mundo Novo*. Lisboa, Edição "Livros do Brasil", s. d. p.

KOSSELECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. EDUERJ: contraponto, Rio de Janeiro, 1999.

_____. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Ed. Puc-Rio: Contraponto, Rio de Janeiro, 2006.

ORWELL, George. *1984*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 2001.

PIRES, Ramira. *O Romance britânico do século XX*. Itinerários, Araraquara, n. 8, 1995.

SCHMERL, R. B. *The Two Futures of Aldous Huxley* In: PMLA, Vol. 77, No. 3 (Jun., 1962).

STENDHAL. *O vermelho e o negro*. Porto Alegre, Editora Globo, 1971.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell.*, Editora Vozes, São Paulo, 2011.

WOOLF, Virginia. *Rumo ao Farol*. Relógio d'água, Lisboa, 2008.

ZAMYATIN, Yevgeny. *Nós*. Antígona, Lisboa, 2004.

D. Waldyr Calheiros de Novaes: O surgimento de uma militância pastoral e social

Luiz Fernando Mangea da Silva*

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado ainda em andamento. Essa pesquisa tem como objeto de análise a atuação do bispo D. Waldyr Calheiros de Novaes na Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda e as suas relações com a Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base, com os operários da Companhia Siderúrgica Nacional e com os militares do 1º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) no período de 1966 a 1988.

Para o presente trabalho pretendemos fazer uma breve análise das renovações litúrgicas e pastorais, que foram implantadas por D. Waldyr Calheiros de Novaes, ainda como vigário da Paróquia de São Francisco Xavier (1957-1964). Focamos a análise na formação intelectual do bispo e, sobretudo, em sua ação social, procurando identificar qual o papel que esse indivíduo ocupou dentro de um determinado grupo ou instituição, levando em consideração o contexto social.

Essa análise será feita por meio da biografia, da memória e da História Oral (entrevistas). Quando se faz uma pesquisa voltada para o relato de vida e da memória de um único indivíduo, torna-se interessante fazer antes um levantamento de outros tipos de fontes em bibliotecas e arquivos públicos e privados:

Tais procedimentos não diferem daqueles que devem ser adotados quando se trata de um tema cujo material de pesquisa é mais acessível. Nestes casos, a investigação aprofundada, deve igualmente passar por fontes secundárias, obras de análise e documentos públicos e privados, com o objetivo de compreender o período e inteirar-se dos acontecimentos e das situações políticas, econômicas, e sociais. (ALBERTI, 2005: 81)

Desse modo, além do levantamento dessas fontes e de outras entrevistas que o bispo concedeu a outros pesquisadores, achamos que seria importante após todo o levantamento das fontes no arquivo da Diocese de Barra do Piraí/Volta Redonda sobre D. Waldyr e seguindo as orientações de autores que trabalham com memória e história oral como Verena Alberti¹, decidimos fazer uma entrevista com o bispo.

* Mestrando em História Social pela Universidade Severino Sombra (Vassouras/RJ), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Tatyana de Amaral Maia.

¹ Verena Alberti foi Coordenadora do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e presidente da Associação

Depois de uma leitura atenta da bibliografia e da documentação sobre a atuação de D. Waldyr na diocese, elaboramos um roteiro para a entrevista. O roteiro foi estruturado de modo que as perguntas se encaixassem com os objetivos da pesquisa. Seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos históricos em que o bispo esteve direta ou indiretamente envolvido.

Desse modo, produzir uma história de vida, isto é, tratar da atuação de D. Waldyr dentro de um contexto social, político e religioso é atentar para um relato coerente, com acontecimentos ordenados, organizados em seqüência, com significado e direção lógica.

Nesse sentido, o relato biográfico do investigado seja por meio de fontes escritas ou por meio de entrevistas pressupõe que os acontecimentos ocorridos sejam organizados historicamente numa ordem cronológica:

O sujeito e o objeto da biografia (o investigador e o investigado) têm de certa forma o mesmo interesse em aceitar o postulado do sentido da existência narrada (e, implicitamente, de qualquer existência). Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, estabelecendo relações inteligíveis, como a do efeito à causa eficiente ou final, entre estados sucessivos, assim construídos em etapas de um desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 2006: 183-191)

As entrevistas podem nos auxiliar na busca de uma interpretação histórica sobre o passado e como a memória pode nos oferecer diversas trilhas que o tempo ainda não apagou. Assim, devemos destacar que a memória de D. Waldyr pode ser utilizada como forma de compreender os avanços e os limites de um movimento que surgiu no interior da Igreja na segunda metade do Século XX, que buscava a transformação no campo pastoral, mas com entonação sócio-religiosa.

Se por um lado, podemos verificar como D. Waldyr utilizou do discurso institucional como forma de contestar aquilo que o contrariava e mobilizar as pessoas em torno daquilo que ele almejava. De outro lado, podemos verificar como a ação evangelizadora e a ação social do bispo interferiram de diversas maneiras nos movimentos sociais e nas pastorais diocesanas. Qual foi o lugar de ocupação social e religioso do bispo nesses movimentos?

Na tentativa de encontrar respostas para esses questionamentos recorreremos não só à história oral e a memória por meio do relato de vida, mas também, de outras modalidades como a

micro-história². As reflexões que se seguem têm como ponto de partida a biografia do bispo, sua formação religiosa, a rede social³ em que ele estava inserido (rede familiar e religiosa) e sua administração sacerdotal na Paróquia de São Francisco Xavier. Assim, ao fazer a análise social de um grupo nos possibilitará compreender o papel desempenhado por um único indivíduo num contexto religioso ou social.

Nesse sentido, buscamos pensar os significados simbólicos de sua experiência por meio da interpretação biográfica do bispo. A análise social e pastoral num sentido mais amplo se desloca para a rede de interação do bispo com outros atores sociais:

A tarefa do pesquisador não é mais descrever as formas das práticas sociais para, a partir delas, deduzir modelos. Também não se espera dele a elaboração de grandes quadros explicativos, fundados em vastos levantamentos estatísticos. Ele se fixa nos mecanismos socialmente compartilhados que engendram cada comportamento social. (SOUZA, 2007:27-36)

Assim, para entendermos a trajetória do bispo iniciaremos uma narrativa a respeito do despertar desse ator social para a religião. Em vista disso, recorreremos à obra de Elizabeth Both⁴. Essa obra torna-se um instrumento teórico relevante para compreender o interesse D. Waldyr pela vocação religiosa.

O trabalho dessa autora nos ajudará a compreender a relação entre as redes e a dinâmica entre um indivíduo e o grupo do qual ele está inserido. Além de nos auxiliar na identificação do papel em que esse indivíduo ocupa dentro de um determinado grupo ou instituição. A

² A microstoria italiana tornou-se uma referência essencial para uma parte da história social francesa. Estamos falando, ao menos, daquela que, hoje, pretende modificar a percepção dos objetos conhecidos aplicando aos fenômenos estudados uma multiplicidade de olhares sucessivos e apresentando sob ângulos diversos realidades frequentemente contraditórias. Essas operações a levam, particularmente, a fazer da escala, e mais precisamente do jogo entre as escalas de análise, um dos conceitos centrais para a prática histórica. Elas acarretam também uma reflexão sobre o modo de construção da narrativa pelo historiador: a descoberta progressiva dos contornos do objeto estudado e as descontinuidades que os saltos de escala provocam impedem-no, por exemplo, de se ater a uma simples narração linear. Ver em: ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

³ Um bom exemplo para pensar como a noção de rede social pode nos auxiliar no entendimento das relações sociais desenvolvidas entre o bispo, seus familiares e a instituição católica. Para isso, recorreremos à obra da antropóloga canadense Elizabeth Both, *Família e Rede Social*. Nessa obra, Elizabeth Both faz uma análise das redes sociais em consequência da dinâmica social e das relações entre o indivíduo e os grupos sociais. Isso nos permite compreender o papel em que cada indivíduo ocupa dentro desses grupos e as dimensões sociais de suas ações. Ver em: BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

⁴ Both, antropóloga canadense dedicou-se à psicanálise em Londres – provavelmente em consequência do estudo realizado em *Família e rede social* – conseguiu com sucesso romper os limites geralmente auto-impostos por cientistas sociais e apresentar um trabalho interdisciplinar importante, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. A própria interdisciplinaridade assumida em todo o processo de elaboração do trabalho oferece perspectiva refrescante para as várias disciplinas voltadas ao estudo da família. Ver em: BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

metodologia utilizada pela autora é uma abordagem antropológica, mas que podemos utilizar nos estudos de trajetórias individuais.

Para Both, ao estudar a rede familiar para investigar as atitudes desempenhadas por cada indivíduo, é necessário por parte do pesquisador um olhar atento sobre os papéis desempenhados pelo indivíduo, e que estão disseminados em várias instituições:

A vida familiar se desenrola no lar e não nas ruas, nas universidades, nas clínicas, nas escolas, nas igrejas, nas fábricas, ou em quaisquer outras instituições de fácil acesso aos pesquisadores. A menos que sejamos convidados a entrar em um lar, não poderemos aprender muita coisa sobre a família (...). (BOTH, 1976:31)

Quando o bispo optou por seguir a vocação religiosa, contou com a colaboração de amigos, de religiosos e de parentes tanto Muricy em Alagoas, quanto do Rio de Janeiro. Assim, percebemos que os relacionamentos com parentes, amigos e religiosos controlaram não só os relacionamentos domésticos, mas influenciaram também nos relacionamentos sociais e religiosos do bispo. O ponto de partida para o início da vocação religiosa do então jovem Waldyr se deu basicamente por quatro motivos:

A) O incentivo da mãe, Maria Calheiros de Novaes. Porém, ela não era uma “católica fervorosa”, era apenas uma católica de ir às missas aos domingos, mas não em todos; além disso, participava de festividades religiosas. Porém, desejava ter um filho padre. Além disso, a Igreja contribuía para a formação educacional de Waldyr, uma vez que os estudos seriam custeados por essa instituição.

B) O fato de Waldyr ter dois amigos⁵, Abaeté Cordeiro e Castenor Lima Pinheiro, que estavam estudando para padre e contavam para ele como era a vida de um seminarista, o ambiente de estudos, as retrações e as disciplinas da vida religiosa. No interior de Alagoas isso representava uma novidade, porque possibilitava uma possível ascensão social e intelectual que acabou chamando a atenção do jovem Waldyr.

⁵ Esses dois jovens eram pessoas da comunidade da qual pertencia Waldyr Calheiros. As famílias deles conheciam a família de Waldyr o que acabou influenciando diretamente na escolha de Waldyr seguir carreira religiosa. Inclusive Abaeté Cordeiro, por exemplo, seguiu com Waldyr para aprofundar os estudos de Filosofia e de Teologia no Sudeste do país. Enquanto este seguiu para o Seminário São José, no Rio de Janeiro, aquele seguiu para Belo Horizonte. Ver em: NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida à Célia Costa, Dulce Pandolfi e Keneth Serbin no período compreendido entre os meses de agosto de 1998 e março de 1999. In: COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (Orgs.). **O Bispo de Volta Redonda**: memórias de Dom Waldyr Calheiros. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 24.

C) A colaboração do cunhado Mario Duarte⁶, que intercedeu com o irmão Clóvis Duarte que era cônego e reitor no seminário em Alagoas. O cônego aceitou e Waldyr começou a cursar o “antigo ginásial”. Terminado essa fase de estudo, veio para o Rio de Janeiro para cursar a Teologia.

D) No Rio de Janeiro estavam a sua espera a tia Donina, a filha de criação de Donina (Dulce Calheiros), o cônego Aurélio e Nice Cavalcante⁷. Essa tia havia-lhe convidado para vir estudar no capital, o que lhe proporcionou segurança para tomar essa decisão, pois poderia contar com ajuda de parentes nessa fase de sua vida. Após ter ficado hospedado na casa de sua tia Donina, foi levado por ela e pelo cônego ao Seminário São José, localizado na Avenida Paulo de Frontin, número 568, no bairro Rio Comprido, zona Norte da cidade. Foi apresentado ao reitor, João Batista Mota e Albuquerque⁸.

Após a ordenação sacerdotal em 1948, Waldyr foi trabalhar no próprio Seminário São José, atuando como mestre de disciplina dos iniciantes, como diretor espiritual (lecionando para todos os níveis de ensino), até chegar à posição de vice-reitor.

Depois de nove anos atuando no seminário o padre Waldyr foi designado pároco titular da Igreja São Francisco Xavier, pelo então cardeal arcebispo da arquidiocese do Rio de Janeiro, D. Jaime de Barros Câmara, em 1957.

Logo nos primeiros anos de sua atuação como pároco titular da Igreja São Francisco Xavier, o padre Waldyr tomou medidas no sentido de expandir a mensagem religiosa e social da Igreja.

⁶ Ver em: NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida à Célia Costa, Dulce Pandolfi e Keneth Serbin no período compreendido entre os meses de agosto de 1998 e março de 1999. In: COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (Orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 23.

⁷ Nice Cavalcante morava com a Tia Donina, era considerada uma pessoa da família. Atualmente, reside com o bispo D. Waldyr em Volta Redonda. Ver em: NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida à Célia Costa, Dulce Pandolfi e Keneth Serbin no período compreendido entre os meses de agosto de 1998 e março de 1999. In: COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom. Waldyr Calheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 28.

⁸ Dom João Batista Mota e Albuquerque nasceu em Niterói, Rio de Janeiro, em 02 de setembro de 1909. Cursou Filosofia no Seminário Menor de Pirapora em São Paulo (1927-1930) e Teologia no Pontifício Colégio Pio Latino-Americano, na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma (1930-1934). Foi Diretor Espiritual e Professor no Seminário São José, Rio de Janeiro; Assistente Eclesiástico da Juventude Feminina de Ação Católica e da JUC; Capelão do Colégio do Sion; Vigário da Paróquia Sagrado Coração de Jesus e da Matriz da Glória; Presidente da Comissão de Música Sacra do Rio de Janeiro; Bispo do Espírito Santo (1957-1958); Arcebispo de Vitória, ES, desde 1958; Membro da Comissão Pró-Pontifício Colégio Brasileiro de Roma (1958-1964). Participou no Vaticano II do Grupo da Igreja dos Pobres, trazendo uma Fraternidade de Jesus Carpinteiro para a Arquidiocese após o Concílio. Ver em: BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965**. São Paulo: Paulinas, 2005. p. 457.

Isso já vinha ocorrendo dentro da Igreja Católica Brasileira por ocasião da criação da Ação Católica Brasileira (ACB)⁹.

Logo que assumiu a paróquia o padre Waldyr iniciou um trabalho com Movimento Familiar Cristão (MFC)¹⁰, era realizado mensalmente um encontro, no qual ele se reunia com cerca de 10 a 12 pessoas nas residências das próprias famílias, para discutir os problemas do cotidiano das famílias de classe média que residiam em bairros e prédios próximos da Igreja São Francisco Xavier.

Os debates se davam em torno das questões ligadas ao relacionamento familiar, aos problemas de convivência social entre vizinhos e das questões relacionadas à educação dos filhos desses paroquianos. Todo o trabalho que o pároco Waldyr vinha desenvolvendo com as famílias, era de certa forma, aquilo que já estava sendo posto em prática pela a ACB, ou seja, ampliar os métodos de evangelização da Igreja e conferir aos leigos uma maior participação no apostolado.

Outro trabalho desenvolvido pelo padre Waldyr na paróquia, juntamente com o padre Josmar Braga e o padre Edson Dias (seus auxiliares), se deu com a construção de uma pequena igreja no Morro da Chacrinha (Zona Norte do Rio de Janeiro), local onde os moradores poderiam participar de celebrações, de missas e também um local onde as crianças poderiam fazer a catequese. Todo esse trabalho foi desenvolvido com a participação dos moradores dessa localidade:

Ali havia uma favela, que sempre me atraiu. Começamos a trabalhar no meio desses favelados. Conseguimos um pequeno terreno, foi feita uma capela e, durante muitos anos, me dediquei àquele trabalho no morro, sem descuidar da parte baixa da paróquia, onde o pessoal era predominantemente de classe média. Na época, era forte o Movimento Familiar Cristão. Tudo era feito numa dimensão mais do religioso, do individual, do pessoal. (BARESI, 1989:10-15)

⁹ Ação Católica Brasileira foi criada em 1935 com dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, atendendo as solicitações de Pio XI. Ela se transformou num importante instrumento de evangelização e de assistência social na zona rural e nas periferias das grandes cidades brasileiras. Para isso, Leme contava com a colaboração das elites econômicas e políticas ligadas à Igreja, pois elas colaboravam com contribuições financeiras, com doações de imóveis com a finalidade custear as obras assistenciais da Igreja Católica. O objetivo era estabelecer a presença cristã na sociedade, bem como, aumentar a influência do catolicismo na esfera social. Ver em: ABREU, Alzira Alves de, et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 1 v. p. 23.

¹⁰ O Movimento Familiar Cristão teve sua origem na Argentina e no Uruguai no final dos anos 40. Chegou ao Brasil em julho de 1955, durante o Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Rio de Janeiro. Casais uruguayos e o Pe. Pedro Richards se reuniram com casais brasileiros da Ação Católica, no Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, por convite do Pe. Hélder Câmara. Acolhida a idéia, formaram-se três equipes de casais em Niterói e Rio de Janeiro. UM POUCO de sua História. Disponível em: <<http://www.mfc.org.br/Web/O%20que%20e%20o%20MFC/Index%20o%20que%20E9%20o%20MFC.htm>> Acesso em: 11 dez. 2012.

Outra medida adotada pelo pároco, foi a organização de grupos com os casais de noivos, para discutirem os assuntos pertinentes ao universo do casamento, e com os pais que iriam batizar as crianças, como forma de ampliar a atuação espiritual da Igreja. Com essa medida, o vigário Waldyr visava à formação da personalidade cristã e a prática efetiva do catolicismo, tanto dos noivos que se preparavam para o matrimônio católico, quanto das crianças por meio do batismo.

Além disso, o pároco Waldyr e seus auxiliares resolveram banir as ofertas que os fiéis faziam nas missas e a cobrança das taxas dos sacramentos, principalmente pela realização dos batizados e dos casamentos. Ao revogar as taxas, D. Waldyr ressalta que não demorou a ocorrer reclamações de autoridades eclesiásticas ao cardeal D. Jaime. Uma delas foi o monsenhor José Maria Tapajós, que já havia sido professor do vigário no seminário. O monsenhor se dirigiu ao cardeal para demonstrar seu descontentamento com a decisão do pároco:

Foi a queixa que dom Jaime disse ter recebido do monsenhor José Maria Tapajós. Ele havia sido meu professor de direito canônico e era então uma celebridade jurídica dentro do clero, tornando-se depois assessor jurídico da Arquidiocese. E fora reclamar com dom Jaime: “Padre Waldyr está criando problema para nós, párocos vizinhos. Não cobra missa, nem batizado, nem casamento... Cria problema!” (COSTA, 2001:42)

No entanto, a abolição dessas taxas teve uma repercussão mais simbólica do que uma perda de recursos financeiros para a Igreja. Isso pode ser explicado por dois motivos: em primeiro lugar, não ocorriam batizados e nem casamentos todos os dias. Em segundo lugar, aquelas pessoas que tinham o hábito de ir as missas continuaram fazendo suas ofertas e dando o dízimo, pois, fazer a oferta e dar o dízimo aos domingos nas missas era uma demonstração simbólica de como deveria ser o católico praticante.

Além disso, o padre Waldyr encontrou outra forma de captar recursos, ainda mais lucrativa do que o pagamento das taxas e a arrecadação das ofertas dos fiéis. Assim, para viabilizar a reforma da igreja da paróquia e da casa paroquial, onde viviam os três religiosos, o pároco Waldyr e os dois padres Josmar Braga e Edson Dias.

O pároco lançou uma campanha na qual solicitava as pessoas em torno da paróquia que doassem garrafas vazias, revistas e jornais velhos, objetivo era reciclar esse material e angariar recursos para Igreja São Francisco Xavier. Mandou instalar um alto falante na Kombi da Igreja para a divulgação de um anúncio no qual ele dizia: “Não queremos seu dinheiro, bastam os jornais velhos e as garrafas vazias.” (COSTA, 2001:51)

Assim, ele saía pelo bairro fazendo a divulgação. No entanto, não demorou para que as primeiras doações fossem feitas. Nesse projeto Waldyr teve a colaboração direta do MFC, que ajudava a recolher o material nos apartamentos:

Eu mesmo dirigia, de batina, de traje eclesiástico. Quando chegávamos nas ruas, tocando, o pessoal já sabia que era a Kombi da igreja de São Francisco Xavier. (...) A Kombi ficava lotada. Periodicamente, passávamos pelas ruas da paróquia e colocávamos jornais, garrafas vazias, revistas, tudo o que o pessoal tinha acumulado em casa. Pronto: descobrimos os recursos. (COSTA, 2001:51)

Além disso, o projeto também teve o apoio da mídia carioca, o jornalista e apresentador do programa Noite de Gala¹¹ da antiga TV Tupi, Flávio Cavalcanti¹², ficou sabendo e se interessou pelo projeto. Assim, o empresário e patrocinador do Programa, Abraão Medina (conhecido como O Rei da Voz), autorizou que Flávio Cavalcanti gravasse uma reportagem mostrando a necessidade de reforma da Igreja. Desse modo, o jornalista gravou uma reportagem mostrando o trabalho realizado por pelo pároco Waldyr.

Com a exibição da reportagem, o número de doações cresceu vertiginosamente. O bispo destaca a importância do apoio recebido pelo O Rei da Voz, porque além de divulgar o trabalho que vinha sendo realizado na mídia, também passou a providenciar o meio de transporte para recolher as doações:

O Rei da Voz então deixou que Flávio fizesse um programa das ruínas da igreja de São Francisco Xavier e salientando que não queria dinheiro, queria apenas os jornais e as garrafas vazias e as revistas. E o rei da voz oferecia os caminhões para eu apanhar os jornais e avisava no programa do Flávio, porque o Flávio foi batizado em São

¹¹ Noite de Gala era um programa de variedades, com uma hora e meia de duração, apresentado por Luís Jatobá e Ilka Soares, sob a direção de Geraldo Casé. O jornalista Leon Eliachar estava entre seus redatores. O programa estreou na TV Rio, ainda na década de 1950, sob a direção de Geraldo Casé, Carlos Thiré e Haroldo Costa. Foi apresentado por nomes como Flávio Cavalcanti, Tônia Carrero, Ema D'Ávila, Rose Rondelli, Carmem Verônica, entre outros. Em seguida, fez parte da grade de programação da TV Tupi, antes de chegar à TV Globo. Era patrocinado pela loja O Rei da Voz, de Abraão Medina. Noite de Gala era um programa de variedades, com uma hora e meia de duração. Ver em: NOITE de Gala. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-241577,00.html>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

¹² Em 1957, a TV Tupi lançou o célebre apresentador Flávio Cavalcanti, em um programa de crítica musical intitulado “Um instante, maestro”. O sucesso deste apresentador já começava a se configurar, uma vez que, além da primeira atração, Cavalcanti ainda comandava “A grande chance”, outro programa semanal. Estes foram os primeiros passos dados para que os programas de Cavalcanti se tornassem verdadeiros fenômenos, o que faria do apresentador um “líder de audiência” na década de 70. Em 1970, a TV Tupi estréia o “Programa Flávio Cavalcanti” exibido nas noites de domingo. A atração representava um terço do faturamento da Tupi no início dos anos de 1970 e registrava 70% de audiência. Cavalcanti confirma o seu lugar de destaque em programas de auditório, tornando-se uma das principais referências da televisão brasileira. Ver em: SILVA, Alexandra Cristina da. **O “X” da questão: TV Xuxa e o desgaste dos programas infantis de auditório.** 2007. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social). Curso de Bacharel em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF, Juiz de Fora. 2007.

Francisco Xavier, avisava no programa do Flávio que tal domingo o padre Waldyr vai no bairro tal para pegar as suas garrafas. Saíam cinco caminhões, vinham todos eles lotados. (ARAÚJO, 2011)

Desse modo, o padre Waldyr sabendo que o maior cliente comprador de jornal era o mercado de peixe que ficava na Praça XV, no centro do Rio de Janeiro, passou a expor nesse comércio uma das mercadorias arrecadadas com a campanha – o jornal. Mas, nesse mesmo lugar, já havia um português que explorava essa atividade, pois, também vendia jornal para o mercado do peixe.

Diante de tal situação o pároco optou por colocar em prática a lei do mercado livre, ou seja, por meio das relações mercantis modificou suas próprias relações sociais e religiosas, tornando-se competitivo, pois passou a vender o seu jornal num valor que chegava até 30% menor do que o do seu concorrente.

Sendo assim, Áureo Magno Gaspar Pinto e Luciano Antonio Prates Junqueira ressaltam que: “O compartilhar, o colaborar e o competir alteram as estruturas sociais e estas, de forma recursiva, mudam a forma de compartilhamento, de colaboração e de competição”. (PINTO, 2008:33-59)

Assim, o português, ao perceber que estava perdendo o mercado, foi até o padre Waldyr com a proposta comprar os jornais e assim afastá-lo da concorrência. O bispo descreve como ocorreu esse episódio: “O português, ao ver que estava vendendo menos, correu ao meu encontro, na igreja, propondo: ‘O senhor não precisa ir vender no mercado. Eu venho pegar o seu jornal aqui na igreja e pago o mesmo preço que o senhor está vendendo lá.’” (COSTA, 2001:52)

Com isso, o padre passou a vender os jornais na própria paróquia e logo encontrou dinheiro para reformar e ampliar a igreja de São Francisco Xavier. Mas toda essa estratégia para angariar recurso só foi possível porque o pároco montou uma rede social com o MFC, com o apresentador de TV, Flávio Cavalcanti e com o empresário Abraão Medina.

No campo litúrgico, a primeira medida tomada por Waldyr foi dispensar o coro e solicitar aos fiéis que acompanhassem no próprio livro de cantos as músicas que deveriam ser cantadas nas missas, possibilitando maior integração entre os paroquianos, o pároco e seus auxiliares. Por isso, as pessoas que iam as missas tinham que aderir ao livro de cânticos, aprender a cantar e participar dos cantos litúrgicos. D. Waldyr relata como ficaram as missas a partir da mudança no ritual litúrgico: “A liturgia tornou-se alegre e participativa. Todos gostaram.” (COSTA, 2001:49)

Para as crianças também houve uma renovação, foi construído um espaço onde elas podiam brincar, ler e refletir sobre o Evangelho, enquanto os pais participavam da missa. Para D. Waldyr não havia sentido as crianças participaram das missas, pois era um ritual litúrgico complexo para a faixa etária delas. O bispo explica o que pensava sobre a participação das crianças nas missas: “O ritual vigente da missa, cansativo para os jovens e pesado até para os adultos, constituía-se em um castigo para as crianças.” (COSTA, 2001:49)

Quando olhamos para a biografia e para as ações sociais desenvolvidas pelo padre Waldyr observamos que ele transitou por várias redes sociais, construindo relações interpessoais com diferentes camadas sociais: esteve próximo dos pobres do Morro da Chacrinha; dos paroquianos que eram da classe média e da elite da mídia carioca.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de, et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001. 1 v.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959 – 1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BOTH, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-191.

COSTA, Célia Maria Leite; PANDOLFI, Dulce Chaves; SERBIN, Keneth (Orgs.). **O Bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NOITE de Gala. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-241577,00.html>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

NOVAES, Waldyr Calheiros de. Entrevista do D. Waldyr Calheiros de Novaes concedida ao João Pedro Baresi em agosto de 1989. In: BARESI, João Pedro. “Caminhar com o povo”. **Sem Fronteiras**, São Carlos/SP, n. 171, p. 10-15, ago. 1989.

NOVAES, Waldyr Calheiros de. **Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil**. [11 de junho, 2011]. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Entrevista concedida a Maria Paula Araújo, Izabel Silva, Desirree Reis, Renato Pais e Luana Góes.

PINTO, Áureo Magno Gaspar; JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. A análise de redes sociais como ferramenta de diagnóstico das relações de poder. Revista Eletrônica de Gestão de Negócios. Universidade Católica de Santos, v.4, n.1, jan.-mar./ 2008, p.33-59.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 151-172.

SILVA, Alexandra Cristina da. **O “X” da questão: TV Xuxa e o desgaste dos programas infantis de auditório**. 2007. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Comunicação Social). Curso de Bacharel em Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. UFJF, Juiz de Fora. 2007.

SOUZA, Adriana Barreto. Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder. **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas**, Seropédica, RJ: EDUR, v. 29, n. 1, p. 27-36, jan-jul, 2007.

UM POUCO de sua História. Disponível em: <<http://www.mfc.org.br/Web/O%20que%20e%20o%20MFC/Index%20o%20que%20E9%20o%20MFC.htm>> Acesso em: 11 dez. 2012.

Diálogos epistolares entre Nilo Odália e Amaral Lapa: para uma história da historiografia brasileira

Karina Anhezini[□]

Esse texto parecerá começar do fim, mas, de fato, possui seu início somente quando é possível inaugurar uma história: no arquivo. Encerramento e abertura. A criação dessa pesquisa remete à constituição de um arquivo (DERRIDA, 2001)¹: o Arquivo Nilo Odália. Doado em 2012 ao CEDAP (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa Prof^a. Dr^a. Anna Maria Martinez Corrêa) da UNESP (Universidade Estadual Paulista) – Câmpus de Assis, esse fundo documental permitiu a composição de um *corpus* composto pela correspondência trocada entre Nilo Odália (1929-2004) e José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000). A divulgação desse arquivo, ainda inexplorado pelos pesquisadores, torna-se aqui um dos objetivos desse texto. Outra intenção é adentrar a temática principal dessas trocas: a constituição de uma história da historiografia brasileira.

Encerramento de uma vida, encerramento de um *corpus* documental, presenças e ausências circunscritas e *impressas* em um arquivo que pode significar a abertura para novas pesquisas. O historiador está bastante familiarizado em seu ofício a tomar o arquivo nessa acepção e não raro se depara com as questões propostas no instigante ensaio *Mal de Arquivo* de Jacques Derrida. Nele, o filósofo francês desconstruiu o conceito de arquivo, colocando em xeque essa condição primeira do ofício do historiador. Elisabeth Roudinesco refletindo a partir do ensaio de Derrida expõe de maneira clara essa inquietante relação estabelecida com o arquivo:

Existe em todo historiador, em toda pessoa apaixonada pelo arquivo uma espécie de culto narcísico do arquivo, uma captação especular da narração histórica pelo arquivo, e é preciso se violentar para não ceder a ele. Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si. Mas se nada está arquivado, se tudo está apagado ou destruído, a história tende para a

[□] Professora do Departamento de História da UNESP-Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de Assis e Vice-Supervisora do CEDAP.

¹ O ensaio de Jacques Derrida intitulado *Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana*, publicado na França em 1995 e traduzido para o português em 2001, insere-se num contexto muito específico marcado pelos debates acerca do holocausto judaico e as “múltiplas desconstruções dos ‘arquivos sobre o mal’” (BIRMAN, 2008:107). Nesse sentido, faço aqui uma apropriação estendida da problematização realizada pelo autor no intuito de pensar mais amplamente a desconstrução do conceito de arquivo.

fantasia ou o delírio, para a soberania delirante do eu, ou seja, para um arquivo reinventado que funciona como dogma (ROUDINESCO, 2006:9).

Roudinesco trata, nesse excerto, dos dois limites ou dos “dois impossíveis” que cercam o arquivo: o seu poder absoluto e a sua recusa. O arquivo de Nilo Odália, como qualquer outro, merece ser lido “entre” esses limites, como um descontínuo, lacunar, com uma existência potencial. Por isso, para adentrá-lo, comecei fora dele, com um texto que não compõe o, assim denominado, Arquivo Nilo Odália.

Pouco mais de três anos antes de falecer, Nilo Odália publicou na revista *Estudos de Sociologia* o texto “500 anos depois”. Esse, é uma oportunidade ímpar de se defrontar com a análise apurada desse filósofo e historiador a respeito do país que comemorava cinco séculos e que ainda não era, segundo sua avaliação, uma verdadeira nação. Ali, num breve ensaio de 12 páginas, Odália mostrou sua atualidade ao voltar-se para os autores que anunciavam, naquele fim de século e milênio, a morte da sociedade e dos valores instaurados no século XVIII. A questão norteadora era pensar como o Brasil se insere nesse tempo de mudanças, dito de outra forma, qual a razão de ser do Brasil?

Olhamos em torno de nós [...] e o que vemos? Dor e sofrimento, miséria e corrupção; instituições políticas falidas e incapazes de exercerem suas atribuições de gerência da coisa pública. Os corruptos delas se servem como se a corrupção e o enriquecimento ilícito fossem os verdadeiros objetivos de tais instituições. Numa sociedade desprovida de valores autênticos, os valores negativos; a corrupção, por exemplo; são assumidos como algo normal, especialmente quando a eles se acrescenta o mito do fazer. Porém, mais grave do que tudo isso é a não-sintonia entre os vários poderes da administração pública e política do país. [...] Quinhentos anos de história e o gigante esboça um sorriso infantil ao ver espocarem os fogos de artifício de uma festa tão triste e desconsolada quanto as faces dos miseráveis que o habitam. (ODÁLIA, 2001: 24-25).

Essa arguta análise a respeito do Brasil foi produzida por um homem, professor universitário desde 1965, que acumulou até bem próximo de sua morte em 2004 grande parte daquilo que compõe de maneira dispersa as caixas adequadamente acondicionadas nas estantes da sala de “Arquivos Pessoais” do CEDAP. Documentação dispersa e organizada. O processo de arquivamento desse acervo teve início no CEDEM (Centro de Documentação e Memória) da UNESP que recebeu o material doado pelos familiares de Nilo Odália. Esse arquivamento se desdobra em uma série de procedimentos técnicos que visam guardar adequadamente os objetos recebidos e pode encaminhar à reflexão a respeito do *tempo*, dito de outra forma, possibilita pensar na “temporalidade presente no

arquivo”, uma temporalidade ordenada “em três direções concomitantes [...] o presente *passado*, o presente *atual* e o presente *futuro*. (BIRMAN, 2008:110). A documentação ordenada, essa exterioridade consignada ao Centro de Documentação, é composta por 3025 livros, 63 títulos de periódicos, sendo 278 exemplares, e, segundo o “Relatório de Conservação e Preservação”, 65 conjuntos documentais organizados em pastas suspensas parcialmente identificadas de acordo com a ordem original.

O pesquisador informado apenas da avaliação feita por Nilo Odália a respeito do Brasil na comemoração dos 500 anos e da preocupação do autor com os estudos da historiografia brasileira passa a se perguntar sobre os motivos da doação desse acervo ao CEDAP. As respostas oferecidas pelo arquivo podem ser encontradas nas cartas enviadas ao “Ilustríssimo Senhor, Professor Nilo Odália” para o endereço da “Faculdade de Filosofia de Assis”. Pareceu-me pouco. Vivendo esse “mal de arquivo”, essa “tensão incessante entre o arquivo e a arqueologia” (DERRIDA, 2001: 120) e na busca quase sempre voraz por aquilo que o arquivo perde ou guarda em outros lugares, encontrei as entrevistas. É nelas, nas entrevistas, esses textos alheios ao arquivo, que se descobre porque esses documentos, depois de organizados, foram para o CEDAP.

Nas entrevistas², concedidas por Nilo Odália em 1992, prevalece o testemunho de um professor, intelectual e pesquisador a respeito de sua formação, de sua carreira acadêmica e, por consequência, de parte importante da história da universidade pública brasileira e da constituição dos Programas de Pós-Graduação, em particular, das áreas de História e Filosofia.

O testemunho narrado e conduzido como uma biografia intelectual, ou como o próprio Odália destaca, uma autobiografia que visa recompor sua história intelectual,

² Os textos que compõem o depoimento publicado nos *Cadernos do CEDEM* foram extraídos das duas “entrevistas concedidas ao projeto *Memória da Universidade*, do CEDEM, pelo professor Nilo Odália. [...] Os dois primeiros [depoimentos], contendo informações sobre Assis, fazem parte do projeto – Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. 1923 – 1976- Memória e História. O primeiro depoimento, datado de 17/02/1992, gravado no CEDEM por Anna Maria Martinez Corrêa, tem a duração de 93 minutos, e encontra-se transcrito com 53 páginas. O segundo, foi gravado em 14/04/1992, no CEDEM por Anna Maria Martinez Corrêa e conta com 120 minutos de gravação e com 72 páginas transcritas. Um terceiro depoimento [que não consta do texto publicado], como parte do projeto *Uma Universidade Multicampi no interior paulista. Memória e História da criação da Unesp e de seus primeiros anos de funcionamento (1976 – 1984). Uma contribuição ao Arquivo de História Oral do CEDEM* nos foi concedido em 14/04/2002, tendo sido colhido por Márcia Regina Tosta Dias e Anna Maria Martinez Corrêa com 90 minutos de gravação e com 41 páginas de transcrição”. (CORRÊA; DIAS, 2011: 83).

inicia-se com o nascimento simbolicamente marcado por um encontro significativo em sua formação. Nasceu em Osasco em 1929 e foi lá que conheceu Décio Pignatari, o amigo, poeta, ensaísta com quem atuou em algumas peças teatrais, dirigiu outras e cujo estímulo resultou em um livro de contos. Criou juntamente com Pignatari a *Revista de Novíssimos* onde Décio, Augusto e Haroldo de Campos publicaram, a partir de 1949, os primeiros poemas e traduções que marcariam a poesia concreta. Enquanto incursionavam pelo mundo intelectual, Nilo Odália fazia o curso Técnico em Contabilidade, o que o impediu de ingressar na Faculdade de Direito com Pignatari, levando-o, por falta de opção já que a Faculdade de Direito e a de Filosofia não aceitavam alunos egressos dos cursos técnicos, à Faculdade de Ciências Econômicas. No terceiro ano, contudo, após quase ser reprovado por Alice Canabrava por entregar um trabalho indevidamente repleto de alusões ao *Dom Quixote de La Mancha* que estava lendo, deixou a Economia que tanto lhe causava desgosto e passou a cursar Filosofia.

Esse longo percurso de vida, narrado aqui em apenas um parágrafo, deixa de lado muitas referências de leituras, professores e situações destacadas nas entrevistas. As lembranças tratam da época da faculdade e do intenso envolvimento com o teatro, do trabalho na Caixa Econômica e da fase em que Nilo Odália trabalhou no Museu Paulista. Foi justamente nessa etapa da vida, enquanto pesquisava no Museu Paulista, que Odália recebeu o convite para trabalhar em Assis.

O ano era 1964 e Nilo Odália fora convidado para lecionar na Faculdade de Assis, um dos Institutos Isolados do interior paulista que contava naquela época com o curso de Letras criado em 1959 e com o recém inaugurado curso de História (1962). A maior missão de Odália em Assis era criar o curso de Filosofia:

Quando eu cheguei lá, em 1965, felizmente eu caí nas graças do Morejón³, que foi um sujeito muito delicado comigo. E, logo em seguida, pediu que eu fizesse um projeto para ampliar os cursos de lá. É que faltava um curso de Filosofia. Então, eu fiz um projeto para a criação de um curso de Filosofia. Idealizei um curso de Filosofia tal como eu achava que devia ser naquela época, saí um pouco dos padrões do que era o curso da Faculdade de Filosofia de São Paulo. [...] o curso de Filosofia deveria ser muito mais dirigido para os outros cursos do que para a formação de pessoal. Não importava que houvesse dez alunos, dois alunos ou um aluno. O interesse era que se fizesse um curso que, na medida do possível, fosse integrado aos outros cursos, como um centro único, de alto nível e muito bem

³ O catedrático de Língua e Literatura Espanhola Julio García Morejón era Diretor da Faculdade de Assis em 1965. Cf. (SILVA; FERREIRA, 2012).

integrado. [...] A tal ponto que, quando fiz, por exemplo, o currículo de Filosofia com bastante História, a importância era exatamente o contato do curso de História com Filosofia e vice-versa. E fazer com que Filosofia também participasse do curso de História. Quando pusemos algumas disciplinas de Letras, ou pusemos Filosofia em Letras, também foi com essa finalidade (CORRÊA; DIAS, 2011: 92-93).

Com essa proposta que entrelaçava os cursos, Odália estava preocupado com uma oferta de referências mais amplas aos alunos e não somente o resultado de uma formação especializada. Nilo passou dez anos envolvido com a criação de cursos, Psicologia em 1966 e Filosofia em 1967, e na reestruturação dos já existentes, Letras e História. Essa participação ativa na implantação dos cursos em Assis levou-o a se opor quando da criação da UNESP em 1976, especialmente porque o curso de Filosofia foi transferido para Marília, desmontando assim, todos os esforços de reformulação das grades curriculares.

Esse episódio, narrado por Nilo em uma das entrevistas, ganhou um tom de profundo pesar e uma avaliação bastante pessimista a respeito dos rumos que os cursos tomariam a partir de então. Além disso, alguns anos depois Nilo Odália também se transferiria para Araraquara por não conseguir desfrutar do espaço acadêmico criado para desempenhar os seus objetivos de carreira. É claro que o entrecruzamento dos saberes, além de significar uma convicção para a formação dos alunos, também estava interligado com o seu projeto de carreira, ou seja, com a intenção de fazer uma História da historiografia brasileira.

Esse é o tema de grande parte do Arquivo Nilo Odália. A partir de 1974, quando começou a escrever sua tese de livre-docência no Hotel de La Sorbonne, onde estava a convite do historiador francês Albert Soboul (1914-1982), o projeto começou a se delinear. Ele narra a decisão de iniciar essa empreitada da seguinte forma: "Bom, se eu quero fazer isso, eu tenho que começar pelo pai. Então, falei: quem é o pai? O pai é Varnhagen. Então, essa missão é minha porque eu vou fazê-la servir como um exemplo do que deve ser feito pelos demais" (CORRÊA; DIAS, 2011: 95).

Com a missão definida e alguns percalços institucionais vencidos, Nilo Odália contou com um interlocutor também dedicado à semelhante empreitada⁴. José Roberto

⁴ O pesquisador interessado nos diálogos epistolares entre Nilo Odália e José Roberto do Amaral Lapa encontrará 11 cartas trocadas entre 1975 e 1989. Arquivo Nilo Odália – CEDAP (Centro de

do Amaral Lapa, professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) descreve a aproximação com a historiografia em 1976 como um flerte que estava se transformando em namoro podendo até virar casamento:

Quanto aos trabalhos de historiografia brasileira aguardo-os com interesse, gostaria mesmo, caso isso lhe seja possível, de vê-los até antes de publicados, pois me jogaram um curso de Historiografia Brasileira em nosso mestrado em História, o que está me obrigando a transformar o que era um simples flerte em namoro, que talvez até acabe dando em casamento. Até o mês que vem deverá sair alguma coisa que resultou das minhas reflexões nesse terreno. Mandarei a você, pois me interessam as suas críticas (Carta enviada por LAPA a ODÁLIA, Campinas, 17 de agosto de 1976, CEDAP).

Ambos estavam interessados em definir uma área de estudos para a historiografia brasileira e construíram em torno desse tema uma amizade crítica e proveitosa. Amaral Lapa descreve de forma espirituosa essa relação especialmente desenvolvida pelas trocas de cartas e textos que geralmente resultaram em mais cartas e outros textos: “devo dizer-lhe que você faz parte do meu ‘colégio invisível’ (a expressão é de Solla Price), isto é, do círculo de caras com os quais transo intelectualmente”. A explicação veio logo a seguir: “Sempre temos esse colégio que integramos por amizade, afinidade intelectual, e outras milongas, respeitando naturalmente todas as divergências e até contradições que possa haver nisso tudo”. A carta é de 9 de agosto de 1977 e encerra um período de discussões em torno de uma importante obra, por isso, Lapa conclui: “Trocamos separatas, nos xingamos por cartas e quando um simpósio qualquer permite então a gente se vê e é aquela festa!” (Carta enviada por LAPA a ODÁLIA, Campinas, 09 de agosto de 1977, CEDAP).

Essas trocas e a descrição de Amaral Lapa assumem um significado revelador quando, nessas idas e vindas que consideram a tripla direção da “temporalidade presente no arquivo”, surge uma carta enviada por Amaral Lapa em 18 de outubro de 1976 ao “caro Nilo”. Essa carta se refere a outras duas enviadas por Odália, uma de 25 de agosto, outra de 22 de setembro de 1976 que trataram, segundo Amaral Lapa, de uma “série de observações críticas aos meus trabalhos ou mais especificamente de algumas ideias em torno de uma proposta conceitual que tive a temeridade de fazer em meu

último livrinho”. (Carta enviada por LAPA a ODÁLIA, Campinas, 18 de outubro de 1976, CEDAP).

A fragmentação do arquivo leva o pesquisador das cartas às obras e lá, na estante que guarda a biblioteca de Nilo Odália, este encontra o “livrinho” *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea* (LAPA, 1976). Resultado das pesquisas desenvolvidas por Amaral Lapa no decorrer da década de 1970 e do curso de Historiografia Brasileira ministrado em 1975, mencionado na carta acima como um desafio, o livro objetivava “traduzir” o diagnóstico de crise dos estudos históricos no Brasil e, além disso, proporcionar uma visada quantitativa da Historiografia Brasileira.

O arquivo sempre permeado pela ausência, pelo lacunar da materialidade não dispõe das cartas enviadas por Odália⁵, mas as seis páginas da carta de 18 de outubro quando cruzadas com as obras desses intelectuais são suficientes para indicar as discordâncias e as impertinências do “caro Nilo”.

Amaral Lapa inicia a longa missiva lembrando ao amigo Nilo de que suas reflexões não advém de obra de teórico ou filósofo da História: “não sou e nem nunca fui um teórico ou filósofo da História”. Ressalta Lapa que seu intuito era nutrir o debate, ainda muito carente naqueles tempos, sobre a historiografia. Diante desse objetivo, o livro buscava traçar o “estado da arte” da historiografia brasileira, mas uma falha seria notada pelo amigo intelectual: Nilo Odália, aquele que ao narrar o seu próprio percurso intelectual o reordena em torno da missão de constituição de uma área de estudos, não constava na lista de autores arrolados. Os estudos de Nilo não se encaixavam no “recenseamento” dividido em quatro categorias⁶ e diversas curvas de produção organizadas por Lapa.

⁵ Tais cartas podem ser consultadas no Centro de Memória-UNICAMP (Amaral Lapa foi um dos fundadores desse Centro de Memória) na Coleção José Roberto do Amaral Lapa que está em fase de organização

(<http://www.cmu.unicamp.br/arqhist/servicos/pesquisar/index.php?acao=pesquisar&tarefa=visualizar&acervo=>).

⁶ Cabe aqui reproduzir o quadro: “1) Análises gerais qualitativas da produção e/ou das dificuldades dos estudos históricos {A. P. Canabrava, Francisco Iglésias, Nelson Werneck Sodré}; 2) Análise qualitativas setoriais, por temas ou períodos {Caio Prado Júnior, Cecília M. Westphalen, Charles R. Boxer, E. Bradford Burns, Giselda Mota, J. R. Amaral Lapa, Luís Lisanti, Odilon Nogueira de matos, Otávio Tarquínio de Souza, Pedro Moacir Campos, Sérgio Buarque de Holanda, Stanley j. Stein, Thomas Skidmore, Vitorino Magalhães Godinho}; 3) Análise crítica da(s) ideologia(s) da História do Brasil, com propostas de classificação dos historiadores e periodicidade da evolução do pensamento histórico (gerais setoriais){Carlos Guilherme Mota, Emília Viotti da Costa, José Honório Rodrigues, Pedro Alcântara Figueira}; 4) Levantamentos descritivos, gerais ou setoriais, do quadro referencial {Américo Jacobina Lacombe, Eurípedes Simões de Paula, Hélio Vianna}. (LAPA, 1976:22)

Solicitado a se explicar, Amaral Lapa justifica a ausência de Odália porque chamava-lhe a atenção naquele momento “o verdadeiro divisor de águas para os estudos historiográficos” (GUIMARÃES, 2005:39), ou seja, a tese de 1975 *Ideologia da Cultura Brasileira* de Carlos Guilherme Mota que viraria, em termos interpretativos, “uma página da historiografia brasileira”. Os estudos preliminares de Nilo Odália dedicados a Varnhagen até aquele momento não significaram, para Lapa, a ruptura do pacto consensual que levava a historiografia a estudar determinados autores sem aprofundar o estudo dos “subterrâneos ideológicos” desses autores. Tais estudos não eram desconsiderados, eram a necessária “tarefa ingrata” na qual Nilo “se meteu a fazer, isto é, ir até os monstros sagrados: Varnhagen, Capistrano, Euclides e decifrá-los (Carta enviada por LAPA a ODÁLIA, Campinas, 17 de agosto de 1976, CEDAP).

Entretanto, se de um lado Amaral Lapa não incorporou Nilo Odália ao rol de autores por não ter realizado nenhuma análise generalizante que pudesse elucidar “a historiografia brasileira contemporânea”, de outro, Odália não apontou somente a sua ausência como discordância. O cerne da questão estava no conceito de Historiografia. Ambos concordavam a respeito da necessidade de realização de uma avaliação crítica da produção histórica e, para tanto, Amaral Lapa defendia a necessidade de uma definição mais precisa do conceito de Historiografia: “o que pretendi com ela [com sua proposta conceitual] foi emprestar à Historiografia um ritmo analítico dinâmico, (p. 17 do meu livro), incorporando-lhe, portanto, uma função crítica, o que naturalmente lhe conferirá uma dimensão epistemológica” (Carta enviada por LAPA a ODÁLIA, Campinas, 18 de outubro de 1976, CEDAP).

Odália identifica uma certa ambiguidade ao longo do texto de Amaral Lapa. Para o historiador de Assis, o colega da UNICAMP não percebia com clareza as diferenças estabelecidas pelo autor para o uso dos conceitos de História, Conhecimento Histórico e Historiografia. Amaral Lapa justifica que, por ter produzido o texto no decorrer de muitos anos e não possuir uma atenção voltada para as questões conceituais desde o início, o texto carregaria usos diferentes da linguagem empregada. O estranhamento de Odália talvez possa ser explicado pelos esforços dispensados por ele ao projeto de escrever uma História da historiografia desde a prática de reestruturação de um curso de

História fortemente vinculado à Filosofia com uma preocupação em formar grupos de alunos de pós-graduação⁷ dedicados a “pensar o fato historiográfico”.

A delimitação desse trabalho foi expressa por Odália em *As formas do mesmo* (1997) que Amaral Lapa noticia estar lendo em fevereiro de 1978, dois anos após a publicação de *A História em questão*. “Pensar o fato historiográfico não tem sido uma preocupação muito corrente entre os escritores brasileiros, que se dedicam ao campo da história” E segue afirmando: “nossos historiadores ostentam uma visível negligência em relação ao que lhes antecede como produção histórica. Esse estado de coisas é ainda mais grave quando nos situamos no plano da reflexão histórico-filosófica (ODÁLIA, 1997:11).

O autor avalia que os estudos existentes até o final da década de 1970 eram ensaios que apenas afluíam a problemática da história da historiografia, mas deixavam de considerar a historiografia brasileira como uma “experiência passível de ser pensada por si mesma” (ODÁLIA, 1997:13) O que interessava ao autor era demonstrar uma certa autonomia da historiografia nacional que decorreria de uma experiência singular. Isso não significava estudar o pensamento historiográfico de autores como Varnhagen e Oliveira Vianna sem um método, pelo contrário, Odália os estudou segundo a chave de leitura proposta pela filosofia crítica de Lucien Goldmann (1913-1970). Aliás, Nilo Odália declara que foi humanizado pelo marxismo de Goldmann. Talvez essa seja uma das importantes marcas que separam as propostas de Amaral Lapa e Nilo Odália.

O intérprete, que como arconte, (BIRMAN, 2008, p. 116) se dedicar a constituir o Arquivo Nilo Odália para pesquisar os diálogos epistolares com Amaral Lapa, os conceitos de história, historiografia, teoria da história e conhecimento histórico, compreenderá que essa História da historiografia brasileira, proposta como modelar por Odália, possibilitou o diagnóstico de 500 anos de um Brasil excludente, iníquo e antidemocrático.

Referências bibliográficas

⁷ Cabe destacar o relato de Nilo Odália: [...] mas como eu tinha um plano, um projeto que eu não pude realizar em Assis, com muita dor no coração, que era fazer uma História da historiografia brasileira com meus alunos de pós-graduação, se nós chegássemos a ter pós-graduação. (CORRÊA; DIAS, 2011: 95)

BIRMAN, Joel. Arquivo e Mal de Arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana: Revista Internacional de Filosofia e Psicanálise*, São Paulo, v. 10, n. 1, p.105-128, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.winnicottnaturezahumana.com.br/modules/mastop_publish/?tac=37>. Acesso em: 18 jun. 2009.

CORRÊA, Anna Maria Martinez; DIAS, Márcia Regina Tosta. Entrevista com o professor Nilo Odália, *Cadernos CEDEM*, v. 2, n. 1, p. 83-97, 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/689>. Acesso em: 25 abril 2013.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n.º. 1, p. 31-47, jan./ jun. 2005.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2008.

ODÁLIA, Nilo. 500 anos depois. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 6, n. 10, p. 21-32, 2001. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/178>. Acesso em: 30 abril 2013.

ODÁLIA, N. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

ODÁLIA, N. Introdução. In: VARNHAGEN, F. A. de. *Varnhagen: história*. São Paulo: Ática, 1979.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A análise e o arquivo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SILVA, Zélia Lopes; FERREIRA, Sandra Aparecida (org.). *A trajetória da Faculdade de Ciências e Letras de Assis nos desafios educacionais do ensino superior: entre o passado e o futuro*. Assis: UNESP-Campus de Assis, 2012. Disponível em: <http://www2.assis.unesp.br/fcl/livro/#/114/>. Acesso em: 09 jun. 2013.

Diálogos médicos: Pires, Jauregg e as relações científicas entre Brasil e Alemanha no entre guerras

Giulia Engel Accorsi*

Durante as décadas de 1920 e 1930 a comunidade médica tentava lidar com o crescente número de pacientes acometidos pela sífilis. Os esculápios classificavam a doença em diferentes fases, sendo a última e mais grave a paralisia geral progressiva ou PGP. Quando o doente chegava a este estágio suas faculdades psicomotoras começavam a ser progressivamente prejudicadas, o que resultava, em grande parte dos casos, no óbito. O percentual de cura dos doentes paralíticos gerais era muito pequeno (Pacheco e Silva, 1933) e as técnicas até então disponíveis para o tratamento pouquíssimo promissoras (Pires, 1926). Ao longo da história, a malária se mostrou benéfica no tratamento de diversas doenças mentais e o uso de seus acessos febris para estes fins remontam a Hipócrates (século IV a.C.) (Pires, 1934). A utilização dessa doença no tratamento da sífilis foi proposta, em 1917, pelo médico austríaco Julius Wagner von Jauregg. A técnica, batizada de malarioterapia, consistia na inoculação de sangue contendo um dos agentes etiológicos da malária, o protozoário da espécie *Plasmodium vivax* (transmissor da malária benigna), em doentes portadores da paralisia geral, na tentativa de curá-la, através dos acessos febris gerados pela infecção palúdica.

Wagner von Jauregg iniciou seus experimentos com a malarioterapia depois de observar a melhora dos sintomas de determinadas doenças mentais derivada de crises febris. Em 1917, nove pacientes, entre casos avançados e recentes de paralisia geral, foram inoculados com o sangue de um soldado com terçã benigna na Clínica de Psiquiatria e Doenças Mentais de Viena, até então dirigida por Wagner. Os resultados do tratamento nos pacientes cujos quadros de infecção estavam em estágio inicial foram totalmente favoráveis e, desde então, a malarioterapia passou a ser sistematicamente aplicada em paralíticos gerais internados na clínica de Viena, sob a supervisão de Wagner von Jauregg (Pires, 1934). Em 1927, a técnica rendeu ao seu descobridor o Prêmio Nobel de Fisiologia e Medicina (Tarelow, 2009).

* Instituição de origem: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Titulação: mestranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde
Agência financiadora: Fiocruz

Como qualquer novo tratamento promissor, a malarioterapia passou a ser divulgada, estudada e aprimorada. Os protozoários da espécie *Plasmodium vivax* foram considerados mais adequados para a execução do tratamento devido a duas características particulares deste grupo: ser menos virulento e passível de controle com a correta administração do quinino. A espécie *Plasmodium vivax* é responsável pela transmissão da malária benigna (ou crônica), a qual, os médicos acreditavam, não colocaria a vida dos pacientes em risco, já que poderia ser tratada com a administração do quinino, após um determinado número de acessos febris (Pires, 1934).

Estudos históricos sobre a aplicação da malarioterapia demonstram que esta foi amplamente utilizada em países como, por exemplo, a Itália (Bonfigli et al., 1998; Corbellini, 2000). No Brasil, alguns estudos – poucos – mostram que a malarioterapia fez parte do quadro de tratamentos empregados no Hospício do Juquery, em São Paulo (Tarelow, 2009; Pereira, 2002), no Hospício de São Pedro, em Porto Alegre (Kirschbaum, 1994; Cheuiche, 2010; Mattos & Cury, 2010) e no Hospital de Alienados, em Recife (Padovan, 2010). No Juquery, a técnica foi introduzida em 1925, pelo até então diretor do hospital, o psiquiatra Antônio Carlos Pacheco e Silva (Tarelow, 2009). Em Porto Alegre, a técnica foi adotada um pouco mais tarde, em 1929, pelo Dr. Jacintho Godoy, também psiquiatra e diretor do Hospício de São Pedro (Piccinini, 2010), e em Recife, o tratamento foi utilizado pela primeira vez em 1930 (Padovan, 2010). No Rio de Janeiro, a malarioterapia começou a ser aplicada no início da década de 1920 no Hospício Nacional de Alienados (Roxo, 1925) e a partir de 1929, no Hospital Gaffrée e Guinle (Pires & Costa, 1929).

O Hospício Nacional de Alienados foi criado com o nome de Hospício de Pedro II por um decreto imperial em 1841 e inaugurado quase dez anos depois, no final de 1852, em meio ao processo de “medicalização da loucura, transformando-a em doença mental”, para usar a expressão de Engel (2001). O principal objetivo da instituição era recolher os “loucos” que ficavam pelas ruas da corte que, sob o olhar dos médicos e alienistas, passaram a representar uma ameaça a si mesmos e à ordem vigente (Engel, 2001). Proclamada a República, o antigo Hospício de Pedro II (HPII) passou a ser designado Hospício Nacional de Alienados e foi quase que imediatamente desanexado da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, medida há muito reivindicada pelos médicos – entre os quais destacou-se Teixeira Brandão, um dos fundadores da psiquiatria brasileira e diretor do serviço clínico do HPII – como condição indispensável para a medicalização da instituição asilar (Engel, 2001). Constituindo-se como principal unidade da recém-criada Assistência Médica e Legal dos Alienados, o antigo hospício tivera não somente seu nome e estruturação alterados, mas modificou-se

também o papel que desempenhava na sociedade (Engel, 2001). A transformação da loucura em doença mental tornou-a cada vez mais invisível aos olhares leigos, ao mesmo tempo em que ampliou significativamente os perfis dos indivíduos considerados anormais (Engel, 2001). Em seu manual publicado em 1925, Henrique Roxo escreve que Juliano Moreira já utilizava a técnica da malarioterapia no HNA. O Decreto nº 17.805, de 23 de maio de 1927, que cria a Assistência aos Psicopatas do Distrito Federal não faz referência à existência de um Pavilhão especificamente destinado ao tratamento da neurosífilis, mas apenas à presença de um dermato-sifilógrafo da Assistência ao qual caberia, de acordo com o art. 66: “1º Tratar de todos os casos dermatológicos que vierem ao Hospital; 2º Tratar dos casos de syphilis que lhe forem enviados pelos outros médicos da Assistência; 3º Manter um ambulatório e dispensário para os casos de syphilis que vierem a consulta no Hospital e com o fim especial de prevenir os acidentes de neurosyphilis”. É bastante possível que os tratamentos com a malarioterapia, aos quais o Dr. Roxo se refere, estivessem sendo realizados no ambulatório ou no dispensário até a criação do Instituto de Neurosífilis em 1937, pela Lei nº 378 (13 de janeiro), que deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde, ao qual pertencia a Assistência aos Psicopatas. Em 1944, o Instituto de Neurosífilis se transformaria em Hospital de Neurosífilis (Facchinetti, 2010; Carrara & Carvalho, 2010).

Em 1965 o Hospital de Neurosífilis passou a chamar-se Hospital Pinel e a funcionar como pronto socorro psiquiátrico. A mudança do nome e do perfil da assistência prestada se deu devido, entre outros fatores, à diminuição do impacto epidemiológico da sífilis, advindo da descoberta e da crescente produção de antibióticos (Haraguchi, 2000; Villen, R. A., 2002). Rebatizado de Instituto Philippe Pinel, em 1994, o antigo Instituto de Neurosífilis passou a exercer funções adicionais como a de ensino e pesquisa, e em 2000 deixou de ser um órgão federal tornando-se subordinado à Secretaria Municipal de Saúde da cidade do Rio de Janeiro (Ramos & Geremias, 2003).

O projeto de criação de um hospital destinado ao tratamento da sífilis e de outras doenças venéreas surgiu nos anos 1920, em um contexto profundamente marcado pela difusão do movimento sanitário – institucionalizado com a criação da Liga Pró Saneamento do Brasil, em 1918 – que reivindicava uma atuação mais efetiva do Estado brasileiro no combate às doenças que afetavam a população do país – entre as quais a sífilis – que representavam uma ameaça à construção da nova imagem do Brasil como um país moderno, desenvolvido e sadio (Sanglard, 2007). A partir de uma parceria entre o Departamento Nacional de Saúde (DNSP), cujo chefe era Carlos Chagas, e o empresário Guilherme Guinle criou-se então, em 1923, a Fundação Gaffrée e Guinle, cujo objetivo central foi cumprido com a construção do

Hospital Gaffrée e Guinle. Inaugurado em 1929, o estabelecimento foi projetado para internar 320 pessoas e contava com atendimento ambulatorial em diversas especialidades médicas (Sanglard, 2007). O terreno do hospital também abrigava um instituto de pesquisa, igualmente financiado pela Fundação Gaffrée e Guinle (Sanglard, 2007). Ao analisar os números de 1928 e 1929 dos “Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle” pude concluir que o Serviço de Sífilis Nervosa começou a funcionar desde a abertura do hospital, em 1929, pois no volume deste ano o Dr. Waldemiro Pires, o maior idealizador da malarioterapia no Rio de Janeiro, já publicava um artigo sobre a aplicação da técnica nesse setor da instituição (Pires, 1929).

Alguns psiquiatras, como o anteriormente citado doutor Waldemiro Pires (HNA e HGG) e os doutores Henrique Roxo (HNA), Zacheu Esmeraldo (HNA), Cunha Lopes (HNA), Waldemar de Almeida (HNA), publicaram diversos trabalhos sobre a malarioterapia, durante a primeira metade do século XX. Grande parte dos médicos recebeu o novo tratamento com desconfiança. No entanto, diante dos resultados surpreendentes da malarioterapia e da contemplação de Wagner von Jauregg com um Prêmio Nobel, os esculápios acabaram por renderem-se à promissora técnica, muitos deles, inclusive, passaram a dedicar sua pesquisa a ela e, conseqüentemente, publicaram muitos trabalhos acerca do assunto (Roxo, 1925; Roxo, 1946). Porém, ao que tudo indica, dentre os doutores citados, Waldemiro Pires foi quem mais se destacou e se dedicou ao estudo da malarioterapia na cidade do Rio de Janeiro. Com inúmeros artigos sobre o tema e um livro que discute diversos aspectos da técnica, o médico do Hospital Gaffrée e Guinle e do Hospício Nacional de Alienados dedicou grande parte de sua carreira à técnica terapêutica que, aos seus olhos, foi “[...] uma das mais fecundas da medicina [...]” (Pires, 1934: 11).

Waldemiro Pires Ferreira nasceu, em 11 de Novembro de 1892, na cidade de Sousa na Paraíba, sendo o nono dos onze filhos do casal Lindolfo Pires Ferreira e Maria Leopoldina Pires dos Santos. Em 1919, com 27 anos, se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e passou um tempo clinicando em sua cidade natal e na cidade de Cajazeiras, também na Paraíba. Alguns anos mais tarde, Pires, com o intuito de retomar sua vida médica acadêmica, retornou ao Rio de Janeiro e passou a clinicar em um consultório na Rua Debret, nº 79, no centro da cidade, tornando-se professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Franca Filho, 2007).

Em 7 de Junho de 1930, o médico foi admitido na Academia Nacional de Medicina como titular da cadeira nº 49. Em meio à vida acadêmica e médica, Waldemiro Pires também ocupou cargos burocráticos como, por exemplo, as direções do Serviço de Assistência a Psicopatas (até 1936); da Divisão de Assistência a Psicopatas (a partir de 1937); do Hospital

Juliano Moreira; do Hospital Neuropsiquiátrico Infantil do Engenho de Dentro; do Departamento de Doenças Mentais do Ministério da Educação e Saúde e a chefia do Serviço de Sífilis Nervosa e Neurobiologia da Fundação Gaffré e Guinle (Filho, 2007; Fabrício 2009). Waldemiro Pires Nunca se casou e não teve filhos. Após sua morte, em 31 de Agosto de 1977, deixou um acervo de 529 livros que deveria ter sido doado à biblioteca da Universidade Federal da Paraíba. No entanto, esta não reconhece nenhuma doação feita em nome do médico (Franca Filho, 2007).

Pires pode ser considerado como um dos maiores idealizadores e defensores da malarioterapia na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil. Através da análise do seu livro, publicado em 1934 pela Editora Guanabara, e de seus artigos publicados nos “Archivos Brasileiros de Neuriatria e Psychiatria” e nos “Archivos da Fundação Gaffrée e Guinle” podemos constatar que a técnica da malarioterapia não foi pura e simplesmente importada pelos psiquiatras cariocas. Não só Pires, como muitos outros médicos pertencentes às instituições estudadas no presente trabalho, desempenharam papéis imprescindíveis nos processos de consolidação e adaptação da técnica austríaca à realidade das instituições brasileiras, produzindo conhecimento científico específico e enriquecido com um “toque nacional”.

Os diversos sintomas da paralisia geral progressiva regrediam das mais variadas formas, com a aplicação da malarioterapia e este era um tema amplamente discutido entre a comunidade médica. Eram registrados pelos médicos diferentes níveis de melhora da PGP: havia casos que apontavam a cura de alguns doentes, a melhora de outros, aqueles que não melhoravam nem pioravam, os que pioravam com o tratamento e, por fim, os que iam a óbito (Almeida & Infante, 1926).

Com o avanço das pesquisas sobre a malarioterapia diferentes efeitos colaterais foram descritos. Um dos mais polêmicos e mais discutidos entre os médicos eram chamados de psicoses pós-malarioterápicas. Estas consistiam no surgimento de alucinações de diversas naturezas (Camara, 1927; Esmeraldo, 1940). Pires acreditava que os delírios poderiam ser transitórios ou não, chegando a tornarem-se crônicos em alguns casos (Pires, 1932). Para ele, essas psicoses constituíam um dos maiores inconvenientes da Malarioterapia por caracterizarem um quadro frequente, acometendo 18% dos pacientes tratados.

No entanto, mesmo com todos os inconvenientes ocasionados pelas psicoses pós-malarioterápicas, Pires acreditava que os médicos não deveriam deixar de prescrever a malarioterapia: “A despeito deste inconveniente não devemos deixar de indicar a malarioterapia nos casos de paralisia geral por ser o tratamento mais eficiente [...]” (Pires,

1932). Essa opinião era compartilhada por alguns de seus colegas como o Dr. Zacheu Esmeraldo (Esmeraldo, 1934). Através dessa e de diversas outras afirmações feitas por médicos da época podemos perceber a importância que a malarioterapia teve para a psiquiatria e para a medicina de um modo geral, caracterizando-se como um marco na história desses campos do conhecimento e contribuindo para a construção de novos paradigmas.

Como grande parte dos tratamentos recém-descobertos, a malarioterapia provocou certa desconfiança e reserva, sendo, a princípio, contraindicada por muitos médicos, como por exemplo, pelo Dr. Henrique Roxo (Roxo, 1925). No entanto, conforme a maioria dos resultados da terapia foi mostrando-se positivos, Roxo convenceu-se da legitimidade da técnica e confessou-se um grande admirador da mesma, aplicando-a em seus próprios pacientes (Roxo, 1946). Podemos observar que a opinião que predominava fortemente entre os médicos da época, estudiosos do tema, era a de que todos os paráliticos deveriam ser tratados pela malária, já que esta era a melhor técnica até então conhecida e disponível (Pires, 1926; Lopes, 1928 [1]).

O deslumbre diante dos resultados surpreendentes da nova técnica fez com que alguns médicos utilizassem a malarioterapia no tratamento de outras doenças, como o parkinsonismo pós-encefálico (Pires, 1928); em certos tipos de esquizofrenia (Pires, 1934); na demência precoce (Lopes, 1928 [2]; Pires, 1932) etc. Os resultados obtidos com a malária no tratamento dessas doenças variavam, porém observava-se certo êxito com relação às esquizofrenias (Pires, 1934).

As discussões acerca do tema são muitas e de natureza bastante variada, sendo a proposta deste trabalho uma breve apresentação das mesmas. A primeira e principal constituinte do tema da minha pesquisa é o papel desempenhado pela malarioterapia na legitimação de novos campos do conhecimento médico, como a psiquiatria, por exemplo. Outra discussão que pretendo explorar é a importância do intercâmbio científico entre Brasil e Alemanha/Áustria no período estudado. Tanto a criação da terapia quanto sua aplicação e consequente aperfeiçoamento são produtos de uma produção científica coletiva – nacional e internacional – sendo possibilitados, quase que exclusivamente, devido às constantes e igualmente consistentes trocas de conhecimento entre comunidades científicas de países como Brasil e Alemanha.

Também pretendo elucidar as contradições que envolvem a utilização de uma doença para curar outra, além de discutir o aspecto médico-legal dos paráliticos gerais malarizados e o papel da técnica na reintegração desses doentes na sociedade. Os aspectos éticos que envolvem a aplicação da malarioterapia constituem uma discussão de grande importância

médica e histórica, sendo inclusive de extrema pertinência por caracterizar-se como atual, já que, a título de conclusão, proponho uma reflexão acerca das perspectivas modernas do tratamento, cuja aplicabilidade começou a ser cogitada em estudos sobre a AIDS e a doença de Lyme, nas décadas de 1990 e 2000 (Nierengarten, 2003; Chen et al., 2003), buscando assim, evidenciar a recolocação das discussões em torno do controverso método de tratamento na atualidade.

Todas as discussões citadas acima estão diretamente relacionadas a questões inerentes aos estudos sociais da ciência. Pretendo analisar a comunidade médica envolvida com o emprego e o aperfeiçoamento da malarioterapia sob a égide de um “coletivo de pensamento”, conceito concebido por Ludwick Fleck, em seu livro intitulado *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*, originalmente publicado em alemão em 1935. Essa comunidade, composta por intelectuais médicos pertencentes a diversas nacionalidades e atuantes em diferentes instituições, compartilhava ideias, experiências e opiniões, mantendo concepções características de um “estilo de pensamento” próprio (Fleck, 2010; Kuhn, 2009). Muitos deles contribuíram para a consolidação da malarioterapia como uma técnica eficaz e promissora, colaborando para a sua construção enquanto fato científico (Fleck, 2010; Latour, 1997 e 2011). Além disso, o desenvolvimento e a aplicação da técnica são permeados e elaborados por e a partir de fatores sociais (Bloor, 2009), os quais pretendo entender e elucidar. Por fim, as discussões sobre a consolidação da Psiquiatria enquanto ciência médica – que têm seu início no século XIX, mas que continuavam expressivas na primeira metade do século XX (Engel, 2001) – serão analisadas a partir da perspectiva de campo científico e intelectual concebidas por Pierre Bourdieu (2004; 1983 e 1968). As concepções desse importante sociólogo francês serão também relevantes para apreender e compreender não apenas as partilhas, mas também as tensões e as disputas que caracterizaram as interlocuções e os embates no campo científico, contribuindo para relativizar a ideia de uma certa homogeneidade contida nos conceitos de Fleck acima referidos. Por fim, os enfoques propostos por Bourdieu contribuirão para a percepção das relações complexas e dinâmicas entre os campos científico e político.

Bibliografia:

Almeida, Waldemar & Infante, Onofre. “Therapeutica da demência paralytica pela Malarioterapia”. *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3 e 4, 1926: 127-130.

Bloor, David. *Conhecimento e Imaginário Social*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2009.

Bonfigli, Alessandra; Corbellini, Gilberto & Fanfera, Edvige. “Note sulle fonti per lo studio della malarioterapia in Italia”. *Medicina Nei Secoli*, Roma, vol. 34, n. 3, 1998: 599-607.

Bourdieu, Pierre. *Os usos sociais da ciência – por uma sociologia clínica do campo científico*. 1ª ed. São Paulo: Unesp, 2004.

Bourdieu, Pierre. *O campo científico*. In: Ortiz, Renato (Org.). *Bourdieu – Sociologia*. 1ª ed. São Paulo: Ática, 1993, p. 122-155.

Bourdieu, Pierre. *Campo intelectual e projeto criador*. In: Vários. *Problemas do estruturalismo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, pp. 105-145.

Camara, Alúcio. “Sobre um caso de paralyia geral” – *Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal*. *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 2 e 3, 1927: 81-90.

Cardoso, Humberto T. et al. “Produção de penicilina terapêutica”. *Memórias do Insituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, vol. 43, n. 1, 1945: 161-170.

Carrara, Sérgio & Carvalho, Marcos. “A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 2010: 391-399.

Chen, Xiaoping. et. al. “Procedure and clinical assessments of malariotherapy: recent experience in 20 HIV patients”. *Chinese Medical Journal*, Pequim, vol. 116, n. 7, 2003: 1016–1021.

Cheuiche, Edson Medeiros. “Hospital psiquiátrico São Pedro”. *Psychiatry On Line Brasil*, vol. 15, n. 8, ago. 2010. Sessão História da Psiquiatria. Extraído em 12 de junho de 2013 de: <<http://www.polbr.med.br/ano10/wal0810.php>>

Corbellini, Gilberto. “Metodo sperimentale, illusioni terapeutiche ed etica della sperimentazione umana: il caso della malarioterapia”. *Nuova Civiltà delle Macchine*, vol. 8, n. 2, 2000: 112-127.

Dias, Allister Andrew Teixeira. ‘Dramas de sangue’ na cidade: psiquiatria, loucura e assassinato no Rio de Janeiro (1901-1921). Rio de Janeiro. Apresentada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2010.

Dias, Paula Barros. *Arte, loucura e ciência no Brasil: as origens do Museu de Imagens do Inconsciente*. Rio de Janeiro. Apresentada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2003.

Engel, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

Esmeraldo, Zacheu. “Estado esquizofrênico em paralitico geral juvenil após malarioterapia” – *Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal*. *Arquivos Brasileiros de Neuriatria e Psiquiatria*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 3 e 4, 1940: 85.

Esmeraldo, Zacheu. “Hebefreno-catatonia em paralíticos gerais impaludados”. Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 2, 1934: 69-82.

Fabrizio, André Luiz da Conceição. A assistência psiquiátrica no contexto das Políticas públicas de saúde (1930-1945). Rio de Janeiro. Apresentada como dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2009.

Facchinetti, C. et al. “No labirinto das fontes do Hospício Nacional de Alienados”. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 2, 2010: 733-768.

Fleck, L. Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico. 1ª ed. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

Filho, Joaquim Monteiro da Franca. “Elogio ao patrono da cadeira nº 39”. Anais da Academia Paraibana de Medicina, Paraíba, vol. 2, p. 110-112, 2007. Extraído em 12 de junho de 2013 de: <<http://www.apmed.org.br/imagens/anais/160412034535anais.pdf>>

Gastal, Fábio Leite. et al. “Tratamento etiológico em psiquiatria: o modelo da neurosífilis”. Revista Brasileira de Psiquiatria, São Paulo, vol. 21, n. 1, 1999: 29-35.

Haraguchi, Toshio. “Antibióticos: classificação geral”. Revista Brasileira de Medicina, vol. 57, n. 10, 2000. Extraído em 12 de junho de 2013 de: <http://www.moreirajr.com.br/revistas.asp?fase=r003&id_materia=69>

Kirschbaum, Débora Isane Ratner. A trajetória histórica das práticas de enfermagem no campo da assistência psiquiátrica no Brasil. Campinas. Apresentada como tese de doutorado da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

Kuhn, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

Latour, B. Ciência em Ação. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Latour, B. A Vida de Laboratório. 2ª ed. Rio de Janeiro: Dumará, 1997.

Lopes, Cunha. a) “Efficiencia da therapeutica da paralysis geral” – Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal. Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, 1928: 109.

Lopes, Cunha. b) “Tres casos de demência precoce” – Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal). Arquivos Brasileiros de Neuropsiquiatria e Psiquiatria, Rio de Janeiro, vol. 10, n. 2, 1928: 134.

Matos, Silvia Gelpi & Cury, Jorge Abib. A malarioterapia no tratamento da neurosífilis. In: Schwartzmann, Leonor Baptista; Guilhermano, Luiz Gustavo; Serres, Juliane Conceição Primon & Lopes, Maria Helena Itaquí. (Org.). Páginas da História da Medicina. 1ª ed. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2010, p. 151-160.

Nierengarten, Mary Beth. “Malariotherapy to treat HIV patients?”. *The Lancet Infectious Diseases*, vol. 3, n. 6, 2003: 321.

Pacheco e Silva, Antônio Carlos. *Neurossífilis*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1933.

Pereira, Lygia Maria de França. Os primeiros sessenta anos da terapêutica psiquiátrica no estado de São Paulo. In: Antunes, Eleonora Haddad; Barbosa, Lúcia Helena Siqueira & Pereira, Lygia Maria de França. (Org.). *Psiquiatria, Loucura e Arte*. 1ª ed. São Paulo: EdUSP, 2002.

Pires, Waldemiro. “Malariotherapia na paralysisa geral” – *Boletim da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal*. *Arquivos Brasileiros de Neuiriatria e Psiquiatria*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 3 e 4, 1926: 167.

Pires, Waldemiro. *Malarioterapia na Sífilis Nervosa*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

Pires, Waldemiro & Costa, G. M. “Malarioterapia na tabes”. *Arquivos da Fundação Gaffrée e Guinle*, Rio de Janeiro, vol. 2, 1929: p. 5-14.

Pires, Waldemiro. “Psicoses post-malarioterapicas”. *Arquivos Brasileiros de Neuiriatria e Psiquiatria*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 1, 1932: 257-263.

Ramos, Fernando A. da Cunha & Geremias, Luiz. “Insitituto Philippe Pinel: origens históricas”. Extraído em 06 de novembro de 2012 de:
<http://www.sms.rio.rj.gov.br/pinel/media/pinel_institucional.htm>

ROXO, Henrique. *Manual de Psiquiatria*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1925.

ROXO, Henrique. *Manual de Psiquiatria*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1946.

Sanglard, Gisele. “Hospitais: espaços de cura e lugares de memória da saúde”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 15, n. 2, 2007: 257-289.

Tarelow, Gustavo Querodia. “Um tratamento de choque: a aplicação da malarioterapia no Hospital do Juquery (1925 - 1940)”. *Cadernos de História da Ciência*, São Paulo, vol. 5, n. 1, 2009: 7-22.

Venâncio, Ana Teresa A. “La creación del Instituto de Psiquiatria de la Universidad de Brasil: ciencia y asistencia psiquiátrica”. *Frenia*, vol. 7, p. 195-212, 2007. Extraído em 12 de junho de 2013 de: <<http://www.revistaaen.es/index.php/frenia/article/view/16445/16290>>

Villen, Rafael Almudi. “Biotecnologia – História e tendências”. *Revista de Graduação da Engenharia Química*, São Paulo, vol. 5, n. 10, 2002. Extraído em 12 de junho de 2013 de: <<http://www.hottopos.com/regeq10/rafael.htm>>

Disputas historiográficas na RCB: a polêmica em torno da Coleção História Nova

Renan Rubim Caldas *

Apresentação da problemática

“Quer pela sua orientação doutrinária, extremamente facciosa, quer pelas faltas graves em matéria de fato, quer pela falta de cuidado na apresentação, os fascículos da denominada *História Nova* não mereciam sequer uma recomendação das autoridades educativas do país. Muito menos mereceriam os privilégios que obtiveram da administração e que devem ser urgentemente cancelados em benefício da educação livre e democrática.” (LACOMBE, 1964: 301).

O trecho a cima encontra-se no parecer escrito por Américo Jacobina Lacombe em fins de março de 1964, mas aprovado e publicado pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro apenas no volume de abril-junho do respectivo ano. À pedido do Diretório Central da Liga de Defesa Nacional o parecer elaborado trazia à tona alguns problemas relacionados a uma série de livros didáticos da *Coleção História Nova*, inicialmente publicados pelo MEC nos anos de 1963-64.

Para Lacombe, relator do parecer, a coleção possuía um caráter “ameaçador” e “subversivo”. Primeiro, porque apresentava um tom “dogmático e doutrinário” voltado para a defesa tanto do socialismo, no âmbito ideológico-político, quanto do materialismo histórico, no âmbito da explicação dos fatos da história do país. Segundo, porque pretendia “reformular” a educação brasileira, no momento em que foi publicado para ser distribuído para professores e alunos do ensino médio como um livro didático fundamental para o ensino de História do Brasil. Terceiro, porque a *História Nova* – em oposição à história tradicional – visava difundir uma nova concepção e modo de escrever história, sendo legitimada pelo Estado ao ser publicada, oficialmente, pelo MEC.

Além disso, Lacombe apontava erros, enganos e deturpações tanto na gramática quanto na interpretação dos fatos históricos pelos autores da coleção, e por isso achava um “absurdo” o seu reconhecimento pelas autoridades oficiais. Lacombe também afirmava que o único que tinha legitimidade para escrever era Nelson Werneck Sodré (organizador da coleção), porque

* Graduando em História pela Universidade Federal Fluminense e bolsista FAPERJ sob o projeto intitulado *Disputas Intelectuais, Monumentalização e Apropriação da Produção Histórica da Primeira República nos anos 50 e 60*, orientado pela professora Giselle Martins Venâncio. Email: renan.rubimcaldas@gmail.com.

todos os outros autores ainda eram alunos de História do Brasil da FNFfi da Universidade do Brasil, e dois desses nem tinham passado na disciplina.

Tendo como pano de fundo o golpe militar de 64 e suas conseqüentes repressões políticas esse parecer surge como um complemento fomentador de uma polêmica que se iniciou em 1963, com a “oficialização” da coleção pelo MEC, e que tomou proporções amplas e radicais com o golpe em abril de 1964, sendo apreendidos e destruídos quase todos os volumes da coleção e perseguidos, presos e torturados os autores que participavam da mesma. Segundo Nelson Werneck Sodré, organizador e “mentor espiritual” da *História Nova*, esse parecer trouxe “[...] com histeria a sua lenha para fogueira inquisitorial”. (SODRÉ, 1965: 83)

Porém, ao fomentar uma polêmica, criou-se outra polêmica com traços específicos, entre Nelson Werneck Sodré e Américo Jacobina Lacombe. O primeiro respondeu o parecer do segundo em um artigo publicado na Revista Civilização Brasileira em 1965. O segundo, por sua vez, rebate o artigo com uma carta destinada a ser publicada na mesma revista. A troca de palavras entre eles é tensa e, às vezes, beira a hostilidade e ao conflito.

Vemos uma disputa intelectual clara e definida, que envolve tanto um confronto ideológico-político, tendo em vista os posicionamentos dos dois intelectuais – Sodré, um intelectual marxista e de oposição ao governo militar de 1964, e Lacombe, qualificado à época como um intelectual conservador ligado ao próprio regime militar – quanto uma disputa estritamente ligada ao âmbito das posições e espaços de consagração de uma escrita da história do Brasil. Era uma disputa intelectual amalgamada, na qual a historiografia estava intimamente vinculada com a posição ideológica e política dos autores em um período extremamente conturbado.

Desse modo, o objetivo principal que norteará este trabalho é analisar as disputas intelectuais em torno da questão da publicação oficial da *História Nova*, que mobilizou dois representantes de duas tradições historiográficas distintas que entraram em conflito pela canonização e “oficialização” de suas percepções e interpretações acerca da realidade histórica do país. Cabe também nos perguntar qual a importância dessa dimensão oficial para legitimação de um novo viés historiográfico e a desqualificação de outros.

A coleção História Nova e a Revista Civilização Brasileira.

A *História Nova* surgiu em um contexto de intenso debate político em torno das propostas das “reformas de base” pelo presidente João Goulart (1961 – 1964). O ano de 1963 foi o ano das propostas de reformas: políticas, tributárias, agrárias, educacionais, etc. Foi nesta conjuntura que a coleção *História Nova* apareceu como o principal meio difusor de um novo modo de escrever e ensinar a História do Brasil.

As monografias que compunham os livros da coleção começaram a ser produzidas em 1963 e foram publicadas pela Campanha de Assistência ao Estudante (CASES) do MEC no mesmo ano. A primeira edição tinha dez volumes planejados para a publicação, mas apenas cinco foram efetivamente publicados (os volumes 1, 3, 4, 6 e 7). A segunda edição, publicada por uma editora particular em 1964 e 1965, a Editora Brasiliense, tinha planejado publicar seis volumes, mas apenas dois foram efetivamente publicados (os volumes 1 e 4). A primeira edição possui uma “Apresentação da coleção” feita pelo diretor Roberto Pontual e uma “Introdução geral” feita pelos autores, que continham os propósitos e os objetivos da *História Nova*.

Os propósitos da coleção visavam delimitar um conjunto de ações relativo ao desenvolvimento e ao progresso do país, principalmente no que diz respeito ao estudo e ensino de História, que deveriam ser reformulados “na essência e no método”. A História “tradicionalmente concebida e comunicada” estaria servindo como instrumento de freios e desvios, impedindo que o país se desenvolvesse. A ênfase recaía sobre a necessidade de “conceber uma nova reflexão sobre o país” e dar novas alternativas ao povo brasileiro (PONTUAL, 1964).

Na introdução feita pelos autores podem-se perceber linhas mais específicas dos objetivos relativos à reformulação da História do Brasil. Esta seria fundamentada em dois aspectos: no alargamento do campo de estudo da História do Brasil, fazendo ingressar a sociedade, a economia e a cultura, ou seja, “o povo”, e os fatores condicionantes de ordem mundial; e na extensão e compreensão da História até o presente, já que a “função social da História” é mostrar o nexos passado-presente (SODRÉ et al., 1964).

Os autores que participavam da coleção eram oriundos do Centro de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Joel Rufino dos Santos, Maurício Martins de Mello, Pedro de Alcantara Figueira, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti Neto e Rubem César Fernandes, eram estudantes de História do Brasil da FNFi e foram convocados por Nelson

Werneck Sodré para compor seu grupo de auxiliares no Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Roberto Pontual, por sua vez, era o diretor da cole o e uma peça fundamental no processo de “oficializa o” da mesma. Pontual era estagiário do ISEB quando assumiu a dire o da CASES no MEC, levando a ideia de publicar as monografias.   época, em março de 1964, “o Ministério da Educa o e Cultura publicava cinco monografias com o timbre da *História Nova*; tinha mais três em composi o e esperava receber dos autores outras duas, num total de dez” (SODRÉ, 1965: 30). Pontual, desse modo, agia como mediador entre a esfera oficial e os autores do ISEB.

Além do ISEB e da FNFi, os membros da cole o eram atravessados por outro ponto em comum: o PCB. Todos os membros possuíam uma orienta o marxista e de algum modo se encontravam vinculados   militância do partido (LOURENÇO, 2008). A *História Nova*, portanto, surgiu nesse ambiente intelectual esquerdista de espaços de sociabilidades múltiplos que, em determinados momentos, convergiam, propiciando a seus membros vivências e experiências em comum.

Nesse contexto de ampla intelectualidade marxista, vale destacar a Revista Civiliza o Brasileira, um periódico publicado entre 1965 e 1968 e que tinha como diretor responsável  nio Silveira. A RCB era uma revista de esquerda que se opunha ao regime militar e pretendia ser o meio difusor de estudos e pesquisas da realidade nacional sob outro viés. Sua inten o era possibilitar um amplo e dinâmico fórum de debates intelectuais que colocavam em questão a situa o política, social e econ mica do Brasil.

Nelson Werneck Sodré e outros intelectuais, como Octavio Ianni e M. Cavalcanti Proença, faziam parte do Conselho de Reda o da RCB. A polêmica em torno da *História Nova* se estendeu   revista porque Nelson Werneck Sodré publicou um artigo na mesma comentando sobre as repreensões do governo militar a cole o e aos autores. No mesmo artigo também respondeu, com bastante revolta, o parecer de Américo Jacobina Lacombe. O texto   publicado em duas partes: n  3 de julho de 1965 e nó 4 de setembro de 1965.

No nó 8 de julho de 1966, aparece um breve histórico da polêmica feito por M. Cavalcanti Proença (diretor que substituiu  nio Silveira), seguido de uma carta escrita por Lacombe em novembro de 1965 (mas apenas publicada em 1966) em que procura se defender das acusa es feitas por Sodré.

“História da História Nova” e “Ecos da História da História Nova”: discussão política, intelectual e historiográfica entre Sodré e Lacombe.

No texto *“História da História Nova”*, Sodré procura trazer à tona seus relatos que dizem respeito às repreensões empreendidas pelo governo militar através dos IPMs (Inquérito Policial Militar). Ele relata sobre as invasões e o fechamento do ISEB, a apreensão e destruição das monografias e publicações da coleção, e de como a mesma era interpretada, pelas forças conservadoras, como um material subversivo e vinculada a “conspiração comunista”. Também procura deixar claro para o público que os autores da coleção foram perseguidos, presos e torturados.

Os relatos sobre as repressões políticas são acompanhadas de discussões acerca das propostas historiográficas da coleção em oposição ao “ensino tradicional de História”, qualificado como “[...] lastimável, reconhecidamente: nele a História não passava de mero arrolamento de dados de mistura com algumas anedotas, desprovida a matéria de qualquer interesse” (SODRÉ, 1965: 30).

Como solução para esse problema, a coleção se propõe a

“[...] proporcionar aos professores de nível médio, entre os quais havia muitos elementos capazes, textos que lhe permitissem fugir à rotina dos compêndios didáticos adotados, aplicando as perspectivas da História e proporcionando, mais do que conhecimentos, um método capaz de, ainda no nível médio, mostrar aos jovens as verdadeiras razões históricas dos acontecimentos, atraindo-os para uma ciência apta a enriquecer-lhes os espíritos” (SODRÉ, 1965: 30).

Nesses trechos, vê-se claramente a intenção de Sodré em estabelecer uma dicotomia entre uma nova escrita da história, pautada em um método capaz de mostrar as “verdadeiras razões históricas” a uma nova geração de jovens, e uma história tradicional, desqualificada como antiquada, obsoleta e desprovida de interesse. É interessante perceber como seu argumento é construído para atribuir legitimidade as propostas de renovação da *História Nova*, e como a categoria de uma história “verdadeira”, visto que “científica”, é colocada em evidência e em oposição a uma história como “mero arrolamento de dados de mistura com algumas anedotas”. Para, Sodré, “o que está em jogo é a sorte da cultura brasileira” (SODRÉ, 1965: 40), ou seja, a escrita e o ensino da história.

Colocando a polêmica como centro de uma disputa intelectual e historiográfica, Sodré diz não poder terminar o artigo sem responder a uma “infâmia”, referindo-se ao parecer de Lacombe. Sodré busca desmentir e destruir o parecer de Lacombe ponto por ponto, chamando-o de mentiroso. Depois de apontar cada questão problemática do parecer de Lacombe, acusa o mesmo, com palavras ofensivas, de “faccioso, errôneo, falso, covarde e infame” e que “espelha bem a época e o meio em que vivemos” (SODRÉ, 1965: 82).

Sodré também faz uma crítica ferrenha ao universo hermético da academia e ao modo como esta produz o conhecimento histórico, no momento em que destaca que os autores da coleção sabiam que seriam combatidos pela historiografia estabelecida como “oficial”, particularmente pela cátedra universitária à época, “esse bizantismo que está corroendo a educação brasileira e que só privilégios, esses sim verdadeiros, antigos e enormes mantêm” (SODRÉ, 1965: 82). Sodré encontra-se fora dessa dimensão, e está vinculado a instituições paralelas que também produzem história e se situam na disputa em torno da legitimidade de sua produção e difusão.

Para Sodré, a História Nova traduzia um “consagrador e um extraordinário sucesso”. Ele afirma que “na historiografia brasileira, daqui por diante, há duas fases: antes da História Nova e depois dela. E não há parecer, por mais mentiroso que seja, que possa esconder essa verdade” (SODRÉ, 1965: 83). Nesse ponto, pode-se perceber a intenção de reafirmar o caráter renovador da História Nova no sentido de reorientar o modo de escrever e refletir sobre a história do país. O objetivo em vista é consagrar um novo viés historiográfico, canonizando-o como uma tradição. Sodré continua, deixando em evidência que “a história da História Nova será contada aos nossos filhos e netos, e só pelo seu papel nisso tudo Lacombe sobreviverá.” (SODRÉ, 1965: 83).

Aproximando-se do final do artigo, Sodré procura se justificar afirmando que nada tem de “panfletário e exaltado”. Segundo ele, suas divergências são fundadas em princípios, e não em questões pessoais. Ele diz: “o que me feriu, nesse “parecer”, foi a sua infâmia e a sua covardia, mais do que seus erros e imposturas” (SODRÉ, 1965: 83). E insiste em deixar claro:

“[...] detesto os que apreciam apenas o côro e só cantam para entoar com o côro. A campanha contra a História Nova não se funda em divergências científicas, sempre naturais, válidas, justas e fecundas. Funda-se em infâmias, em imposturas, em publicidade dirigida e paga.” (SODRÉ, 1965: 83).

A disputa em torno da legitimidade científica, que, talvez, tenha começado implicitamente no parecer de Lacombe, aparece de forma mais explícita no artigo de Sodré. É um dos pontos fundamentais para entender como uma coleção que se propõe renovar o modo de se escrever a história do país se insere em um campo de luta de qualificações e desqualificações para modificar as regras que definem que é “científico” e o que não é.

Após a publicação do artigo, Lacombe sente-se ofendido e escreve uma carta de repúdio a Sodré e manda para a RCB. Porém, sua carta só é publicada oito meses depois, e ainda é introduzida por um breve histórico da polêmica feita por M. Cavalcanti Proença, na época diretor da RCB. O interessante é ver como Proença pretendeu condicionar a leitura do leitor em defesa de Sodré, antes de apresentar a carta de Lacombe.

Lacombe começa sua carta mostrando insatisfação: “Sou agredido violentamente em artigo dessa Revista porque como relator de uma instituição científica, manifestei-me contrariamente ao valor da série de folhetos intitulada *História Nova*” (LACOMBE, 1966: 316).

Vale frisar o contraste entre as qualificações e as desqualificações também na carta Lacombe, no momento em que afirma estar unguído pelo simbolismo científico do IHGB, enquanto a coleção é mero conjunto de “folhetos”, atribuindo a estes a ideia de que são superficiais, subversivos e dogmáticos.

Em sua carta, o intelectual volta a defender o que afirmou no parecer: que o único autor com “responsabilidade científica” é Nelson Werneck Sodré, sendo os demais alunos da FNFi; que a coleção era de orientação marxista; e que continha uma série de erros. Nesse último ponto, ele foi bem enfático, defendendo que “o público precisa saber como se oficializava e auxiliava uma série de publicações que ensinavam errado” (LACOMBE, 1966: 317). Seguindo com suas respostas ao artigo, Lacombe toca no ponto, talvez, mais fundamental de toda a polêmica, quando diz que “é com esses trabalhos que se pretende alterar não só o ensino da história, mas a própria *história*, já que a historiografia brasileira tem duas fases: ‘antes da História Nova e depois dela’” (LACOMBE, 1966: 318).

A crítica à pretensão da *História Nova* de reformulação do modo de escrever e ensinar a história do país encontra-se intimamente relacionada ao problema da publicação oficial de uma coleção que era interpretada como um equívoco ideológico e histórico para a realidade

nacional. A “oficialização” de livros didáticos tidos como “subversivos” e “errados” era o principal ponto que incomodava Lacombe e a intelectualidade conservadora de sua época.

Ao final do artigo, Lacombe deixa bem claro seu principal descontentamento,

“o pior em matéria de divulgação popular seria exatamente o que se fez: o caminho do compêndio privilegiado, da doutrina oficial. Porque é preciso não desviar o debate do ponto principal. Pouco me importa que o autor principal publique livros de orientação filosófica qualquer que ela seja, nem que escolha maus colaboradores. O que me atinge é fazê-lo em publicações oficiais, patrocinadas por decretos e privilégios. Eis a questão.” (LACOMBE, 1966: 318).

Neste trecho, a intenção de Lacombe é desviar a atenção do público leitor das questões estritamente filosóficas e/ou intelectuais para as questões políticas dos “decretos” e “privilégios” da publicação oficial que envolve a polêmica em torno da *História Nova*. A importância que o âmbito do Estado passa a ter com a publicação da coleção é evidenciada na escrita dos dois intelectuais. Pode-se perguntar, desse modo, até que ponto o âmbito oficial é interpretado pelos intelectuais da década de 60 como um domínio fundamental para legitimação e imposição de projetos intelectuais e historiográficos que se encontram em intensa disputa nos diversos espaços de produção e consagração de uma escrita histórica.

Cartas privadas sobre a polêmica em torno da coleção

Toda discussão intelectual pública sobre determinado assunto ou tema tem, velados, seus “bastidores”, que estão situados na dimensão privada das relações sociais. Isso não é diferente no que diz respeito à polêmica em torno da coleção *História Nova*. É possível atingir esse domínio através das cartas privadas que são trocadas entre os intelectuais, e o acesso a algumas cartas escritas por Américo Jacobina Lacombe propicia uma percepção mais ampla e rica da polêmica.¹

Em novembro de 1965 Lacombe escreve uma carta para o editor Ênio Silveira, contando da sua insatisfação com a publicação do artigo de Nelson Werneck Sodré na RCB. Existia uma relação de amizade entre eles. Lacombe era diretor da Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional e foi nomeado por Ênio Silveira, diretor da editora Civilização Brasileira e da respectiva revista, e editor responsável pelas ações da Companhia Editora Nacional no Rio

¹ O acesso as cartas fora possível graças a professora Giselle Martins Venancio, que as disponibilizou. As mesmas encontram-se na pasta “História Nova” no acervo “Américo Jacobina Lacombe” na Fundação Casa de Rui Barbosa.

de Janeiro. Eles eram amigos e trocavam cartas que demonstravam essa profunda amizade, não obstante a posição política clara dos dois, Lacombe um intelectual de direita e Ênio um editor de esquerda (VENANCIO, 2012: 47 – 65).

Além de dizer que jamais pensou em ser insultado por Sodré e de tentar explicar a situação para Ênio, deixando bem claro cada ponto de suas críticas feitas à coleção, Lacombe procura enfatizar o principal ponto da polêmica: a “oficialização” da *História Nova*. Lacombe destaca que o MEC em 1963 era dominado por “jovens esquerdistas que cercavam o ministro e dirigiam os serviços de importância fundamental”, estudantes “sem títulos e sem experiência” que faziam parte de “organizações extremistas socialistas”. Junto a isso, Sodré, dirigindo o ISEB, montou uma “equipe ativíssima”, surgindo daí a publicação dos “folhetos” que “[...] mereceram então as honras de uma consagração oficial por decreto que não teve até hoje nenhum compêndio.” (Carta de AJL a Ênio Silveira, 24.11.1965).

Em agosto de 1966, Lacombe escreve outra carta, mas agora endereçada ao seu amigo Helio Silva, um dos quatro diretores da Sociedade Anonima Editora Civilização Brasileira. Lacombe, na carta, diz-se profundamente decepcionado por ver que a RCB não publicou sua carta em defesa dos insultos que recebeu de Nelson Werneck Sodré. E, novamente, a questão da publicação oficial reaparece:

“Examinei uma publicação anterior do dito general numa associação especializada e publiquei meu parecer numa revista técnica, em virtude de tratar-se de uma publicação oficial, aprovada e adotada em decreto do governo federal para todas as escolas oficiais e particulares do país. A muitos esta publicação tão fortemente prestigiada pareceu à maior ameaça a liberdade da cultura no Brasil. Após apontar os erros materiais e indiscutíveis daquela publicação concluí pela inconveniência dos privilégios de que gozava. Jamais opinaria contra o direito de um escritor de manifestar suas idéias.” (carta de AJL a Hélio Silva, de 12.08.1966).

Lacombe procura destacar que a crítica à coleção não era nada pessoal, mas sim fundamentada em fatos indiscutíveis: os erros e a inconveniência dos privilégios da publicação oficial. A partir das duas cartas privadas, vê-se que a questão da publicação oficial da coleção era realmente central para Lacombe. Também pode-se perceber como o intelectual se envolveu profundamente na polêmica, a ponto de escrever cartas a seus amigos da Civilização Brasileira expressando suas insatisfações com os conflitos pelos quais estava passando.

Conclusão

Nesse amplo debate polêmico em torno da coleção, percebemos intensas disputas intelectuais e políticas por posições sociais, qualificações e desqualificações dessas posições, que giram em torno de um embate entre uma história dita tradicional – que busca se conservar e na qual Lacombe é inserido pelos seus críticos – e a *História Nova* que – aprovada e publicada pelo MEC do governo anterior ao golpe militar e, desse modo, tornando-se a “história oficial” – surge como renovadora e “reformuladora” dos modos de escrever e ensinar história no Brasil, cujo “mentor doutrinário” foi Nelson Werneck Sodré.

Tanto nas publicações das revistas quanto nas cartas privadas escritas por Lacombe, a recorrência aos problemas dos “privilégios” da publicação oficial da coleção é constante. O conflito ideológico e intelectual/historiográfico em torno da *História Nova* tem na dimensão oficial do Estado um pano de fundo crucial que dá sentido as ações dos sujeitos/agentes históricos. Cabe, portanto, aprofundar ainda mais a análise das disputas que giram em torno de uma coleção que fora esquecida pela historiografia, mas muito importante para o contexto dos anos 60 no Brasil.

Bibliografia:

LACOMBE, Américo Jacobina. “História Nova”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, v. 263, abril-junho/1964, pp.283 – 302.

_____. “Ecos da História da História Nova”. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, nº 8, julho/1966, pp.316 – 318.

LOURENÇO, Elaine. “História nova do Brasil: revisitando uma obra polêmica”. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº56, 2008, pp.385 – 406.

PONTUAL, Roberto. “Apresentação da coleção”. **Coleção História Nova**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, CASES, 1963/1964.

SODRÉ, Nelson Werneck. “História da História Nova”. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, nº 3, julho/1965, pp.27 – 40.

_____. “História da História Nova (II)”. **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, nº4, setembro/1965, pp.71 – 84.

SODRÉ, Nelson Werneck, et al. “Introdução geral”. **Coleção História Nova**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, CASES, 1963/1964.

VENANCIO, Giselle Martins. “Anos de distanciamento: Lacombe e a Brasiliana na primeira metade dos anos 60 (1962 – 1964)”. In: **O homem por trás dos livros: Américo Jacobina Lacombe na direção da Brasiliana**. Rio de Janeiro: Mimeo, 2012, pp.47 – 65.

Divulgação e crítica documental nas introduções explicativas de Rodolfo Garcia

Gabriela D’Avila Brönstrup¹

O ilustre Sr. Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, alto funcionário do corpo diplomático brasileiro, a exemplo de Varnhagen e de Oliveira Lima, tem sabido ocupar os vagares do ofício em úteis pesquisas nos arquivos estrangeiros para a aquisição de documentos que possam interessar à história do Brasil.

Com esse elogio Rodolfo Garcia inicia a introdução explicativa a fonte publicada no sexagésimo primeiro volume dos *Anais da Biblioteca Nacional* - em 1939, intitulada *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi, da corte de Lisboa para a do Rio de Janeiro (1808)*. A narrativa de Rodolfo Garcia segue tratando dos arquivos estrangeiros que o ministro plenipotenciário do Brasil, Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo (1879-1947), visitou e da divulgação de documentos que contribuíram para o conhecimento do passado nacional, possibilitada por ele. Ao destacar essa iniciativa de aquisições de documentos, Rodolfo Garcia assinala-a como um caminho já percorrido por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Manuel de Oliveira Lima (1867-1928), que também ocuparam os “vagares do ofício” como diplomatas, na busca de documentos. O presente artigo visa analisar a dedicação de Rodolfo Garcia à divulgação e crítica documental, investigando também as possíveis relações entre a compreensão de história do autor e a configuração de sua narrativa.

Após narrar a passagem de Jerônimo de Avelar Figueira de Melo no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Áustria e ainda a passagem pelo Arquivo Histórico Colonial em Lisboa, bem como os materiais lá encontrados, é que Garcia trata da “colheita romana”, como chamou a coleta de fontes feita no Arquivo Secreto do Vaticano, onde Figueira de Melo localizou a *Memória sobre a evasão do núncio*

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. A pesquisa que resultou neste texto se deu sob orientação da professora doutora Karina Anhezini e contou com financiamento do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - PNAP e da Biblioteca nacional.

apostólico Monsenhor Caleppi, apresentando também seu autor, secretário da nunciatura Camilo Luís de Rossi e mencionando a fidelidade da tradução.

A procedência da fonte geralmente estava entre as primeiras informações contidas nos textos de Rodolfo Garcia que tinham como propósito apresentar conjuntos documentais. Essa prática se configura como parte das características principais que marcam a profissionalização do discurso histórico do século XX: a definição de regras para a crítica documental. No entanto, a ordem da narrativa de Garcia colocou em um segundo momento a apresentação da procedência, pois por meio do elogio do trabalho de Figueira de Melo, Varnhagen e Oliveira Lima, o autor daria destaque para duas práticas recorrentes em seu ofício e também associadas à apresentação da procedência: a motivação para coleta e divulgação de documentos considerados úteis para a história do Brasil.

Uma das principais formas de receber informações a respeito dos documentos e até mesmo coletá-los, nesse período, era por meio dos contatos pessoais mantidos através de cartas. Afonso Taunay foi um dentre os correspondentes com quem Rodolfo Garcia tratou de diversas questões relacionadas ao ofício do historiador. Eram recorrentes as reclamações pela falta de um documento que paralisara determinada obra, posicionamentos a respeito de um livro, ou ainda as “mexericagens acadêmicas e palpites de candidaturas”.

Em carta datada de 24 de maio de 1935, Taunay avisou que estava mandando um presente² a Garcia. Tratava-se de uma coleção de sete fotografias de mapas de Diogo Soares e Domenico Capa. Concluindo a carta, Taunay acrescenta, (GARCIA, 1970:61): “Esqueci-me de dizer que os originais destes mapas estão no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Figueira de Melo mandou copiá-los em atenção a mim para o Museu Paulista. Veja que intenção delicada.” Nessa carta observamos a preocupação de Taunay em informar a procedência do material enviado a Garcia, e dar os créditos da obtenção da cópia, que segundo ele, fez-se em sua atenção, mas para o

² Ao explorar as correspondências que compõem o arquivo pessoal de Oliveira Vianna, Giselle Martins Venancio dedica-se especialmente à análise das que foram escritas em agradecimento pelos “presentes de papel”, como denomina os livros de autoria de Oliveira Vianna doados por ele. Essa troca de livros e correspondências é compreendida por Venancio no artigo *Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna*, “como uma estratégia de organização e desenvolvimento de suas relações de sociabilidade e principalmente de estruturação de uma comunidade de leitores que garantiria a propaganda e a propagação de suas idéias” (VENANCIO, 2001:41).

Museu Paulista. Essa mediação da documentação para o Museu Paulista³ deve-se à função de diretor da instituição que Taunay ocupou entre 1917 a 1945.

Muitos dos documentos procurados por Garcia e adquiridos para a Biblioteca Nacional, assim como aqueles adquiridos por Taunay para o Museu Paulista, também podem ser relacionados aos seus próprios interesses de pesquisa, ou ainda aos temas e períodos da história do Brasil, que considerava carentes de estudo. No entanto, é interessante observar que tanto Garcia quanto Taunay estão inseridos na constituição de uma prática historiográfica em que “a descoberta de novos documentos, muitas vezes, guiou a escrita dessa história”, (ANHEZINI, 2011:40). Além disso, o documento não se limitaria à propriedade privada, mas deveria ser disponibilizado aos pesquisadores para a escrita da história nacional, em acervos que representavam a ilustração do país

As atividades desempenhadas por Rodolfo Garcia enquanto diretor da Biblioteca Nacional nos anos de 1932 a 1945 eram prioritariamente voltadas para a divulgação de documentos históricos. Os *Anais da Biblioteca Nacional* eram tidos por Garcia como a publicação de maior relevância da instituição. Logo que assumiu a direção, dedicou-se a colocar em dia as publicações em atraso e mantê-las com a periodicidade proposta. Para essa publicação, escreveu as *Explicações* como denominou os textos em que apresentou conjuntos documentais publicados nos *Anais*. Ao apresentar a proveniência e o conteúdo do material, Rodolfo Garcia dirigia-se especialmente aos pesquisadores, apontando as potencialidades dos documentos para a pesquisa histórica e, com frequência, situava tais conjuntos documentais em uma área de interesse específica definida pelo período histórico ou tema. Muitos desses textos introdutórios publicados

³ Ana Claudia Fonseca Brefe busca compreender a gestão de Taunay no Museu no livro *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*, e nesse estudo percebe as reformulações na instituição como parte de um movimento de especialização que se intensifica no início do século XX. Inicialmente dedicado às ciências naturais, o Museu continha também coleções de história. Nessa nova dinâmica planejada por Taunay para o Museu, está à separação das coleções de história e ciências naturais e o investimento nas narrativas do passado paulista e nacional. Brefe destaca a preocupação em obter cópias originais dos documentos que adquiria para as coleções, preocupação esta compreensível, considerando a forma com concebia o documento histórico, “como um testemunho do passado e, nesse sentido, como matéria-prima indispensável para reconstruí-lo tal como ele aconteceu.” (BREFE, 2005: 99). Destaca ainda que o propósito em relação à documentação colecionada no Museu, não era restrito a exposição, mas a constituição de um centro de pesquisa utilizado pelo próprio Taunay em sua escrita da história de São Paulo.

nos *Anais* entre 1932 e 1945 foram reunidos em 1973, ano do centenário de nascimento do autor, e editadas sob o título *Escritos Avulsos*.⁴

Mas o que essa dedicação a divulgação de documentos pode indicar da concepção de Rodolfo Garcia a respeito do “fazer história”? Talvez vista de modo isolado e desatento aos seus usos, não seja possível estabelecer as conexões.

Desde o primeiro número dos *Anais da Biblioteca Nacional*, publicado em 1876, quando Ramiz Galvão ocupava o cargo de diretor da instituição, já era recorrente a publicação de documentos, catálogos e estudos dos funcionários a respeito do acervo da instituição.⁵

Ao estudar *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, Ana Paula Caldeiras percebe que houve nesse período uma transformação da instituição em um espaço de investigação e pesquisa para os que se dedicavam a escrever a história nacional. Tal transformação é entendida de maneira vinculada a concepção de Ramiz Galvão a respeito da função de bibliotecário, como se denominava no período também o que ocupava o cargo de diretor: “desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas”, tais ações sintetizam segundo Caldeiras, as principais atribuições de um bibliotecário, para Ramiz Galvão.

Desse modo, percebemos que a motivação a coleta, divulgação de documentos e pesquisa não são iniciativas dissociadas de grande parte dos homens de letras que se dedicavam a escrita da história do Brasil no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX nem mesmo uma missão institucional exclusiva da Biblioteca Nacional, mas tornam-se práticas recorrentes desde que se quer instituir uma historiografia nacional no país, ou seja, desde a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Um rigor maior no trabalho com as fontes e na sua edição também é identificado nas primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, Pedro Afonso Cristovão dos Santos problematiza o trabalho de Capistrano de Abreu com documentos históricos, na dissertação *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de*

⁴ Essa valorização dos textos introdutórios e sua publicação comemorativa merecerão atenção na pesquisa em andamento intitulada: Um ofício polivalente: o percurso intelectual de Rodolfo Garcia (1929-1945).

⁵ Benjamim Franklin de Ramiz Galvão (1848-1938) foi bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II onde lecionou, e formou-se também em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi sócio do IHGB e membro da Academia Brasileira de Letras (GUIMARÃES, 2006).

Capistrano de Abreu, apontando que “a tradição de anotação em edições de textos andou lado a lado com o estabelecimento de um corpo de regras, algumas implícitas, outras explícitas, da erudição histórica.” (SANTOS, 2009:135).⁶ Desse modo, interessamos perceber de que forma algumas dessas regras se configuraram na narrativa de Rodolfo Garcia. Para isso, retornaremos à introdução explicativa *Memória sobre a evasão do núncio apostólico Monsenhor Caleppi*, dando ênfase aos esforços que podem ser compreendidos como uma revisão factual à medida que retificavam determinadas fontes cujos conteúdos não correspondiam com o que se entendia por verdade e davam credibilidade a outras.

Na seqüência trataremos também de elementos da introdução explicativa feita aos *Almanaques do Rio de Janeiro*, publicada nos *Anais da Biblioteca Nacional* no quinquagésimo nono volume, em 1937. Observando em ambos os textos uma busca pela verdade dos fatos e as possíveis relações com a configuração de sua narrativa.

Depois de tratar das viagens de Figueira de Melo em Arquivos da Europa e de apresentar informações a respeito do documento, nota-se uma divisão no texto. Rodolfo Garcia escreve elementos biográficos de Lourenço Caleppi, sem utilizar de referências, e em seguida menciona uma obra da duquesa e Abrantes, Laura Junot, escrita quando acompanhou seu marido general napoleônico em missão diplomática em Portugal. *Souvenir d'une Ambassade et d'un séjour en Espagne et em Portugal*, publicada em Paris no ano de 1837. Discordando da forma com que a autora referiu-se ao monsenhor Caleppi, fez a seguinte crítica (GARCIA, 1973:153):

Com informações interessantes que não correspondem à verdade senão com o grande desconto que se deve dar à testemunha infidedigna e leviana, de cento por cento, quando escreve que o núncio não quis acompanhar a Família Real, parecendo devotado à causa da França, até que, por último com a esquadra britânica no porto, tomou o singular partido de disfarçar-se em pescador e desaparecer uma bela noite, para ir juntar-se a seus amigos ingleses, a bordo do navio-almirante.

⁶ Dentre as diversas pesquisas que tratam do trabalho de Capistrano de Abreu na publicação metódica dos documentos, destacamos: OLIVEIRA, M. da Glória de. Do testemunho à prova documental: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v., p. 216-239; _____ *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

Com o intuito de comprovação, Garcia cita um trecho, em francês, do livro de Laura Junot, que sustenta a opinião vista por ele como equivocada e indica a *Memória*, então publicada nos *Anais*, como fonte autorizada a respeito das circunstâncias da evasão e do comportamento de Monsenhor Caleppi. Já as notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro* que informam a respeito de sua chegada à nova sede da corte portuguesa são citadas sem qualquer questionamento, indicando a confiabilidade do periódico: “cuja autoridade como jornal oficioso e oficial dispensa qualquer recomendação.” Rodolfo Garcia fez essa afirmação na introdução explicativa às cartas de Joaquim dos Santos Marrocos, também publicadas pelos *Anais* em 1939.⁷

Rodolfo Garcia conclui a explicação à *Memória*, justificando as informações escritas por ele a respeito de aspectos da vida de Caleppi. “Esta sumária biografia do cardeal Caleppi se fez necessária para correção de alguns dados que não andam certos nos autores brasileiros, que têm tratado de sua personalidade”, (GARCIA, 1973:153).

É perceptível nas *Explicações* a documentos, escritas por Rodolfo Garcia, um constante esforço em indicar caminhos de leitura do texto, mas também para além dele, apontar outras fontes confiáveis a respeito do mesmo objeto de estudo ou ainda alertas para fontes consideradas levianas.

Se para indicar caminhos de leitura do documento apresentado, Garcia demonstrava a necessidade de investigação e recorria a determinados procedimentos críticos, como a indicação da procedência e a credibilidade da testemunha, para retificar um equívoco, ou compensar a ausência de informações consideradas necessárias, é recorrente uma dissociação da apresentação de documento para narrar uma história suscitada por ele, mesmo que para suprir ausências ou corrigir dados. Como no caso da “sumária biografia do cardeal Caleppi”.

⁷ Esse acervo está sob custódia da Biblioteca da Ajuda em Lisboa, e é formado por 185 cartas, em sua maioria destinadas ao seu pai, Francisco José dos Santos Marrocos. Tal conjunto documental foi editado por duas vezes. A primeira edição em 1939 pelos *Anais da Biblioteca Nacional* do Rio de Janeiro. Nesse periódico Rodolfo Garcia presta homenagem a Marrocos por ter sido um dos primeiros funcionários da Biblioteca Nacional, segundo Garcia, as cópias autenticadas que estão sob custódia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro foram obtidas e doadas pelo Sr. Luiz Edmundo. A segunda edição se deu em 2008. Os documentos foram publicados integralmente pela Biblioteca Nacional de Portugal em comemoração ao segundo centenário da vinda da família real ao Rio de Janeiro com o título *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos*.

Nesses trechos, o diálogo com o documento apresentado, bibliografias ou fontes a respeito do objeto de estudo, dá lugar à fabricação de um monólogo, em que apenas a erudição demonstrada em outros momentos parece outorgar as assertivas. Ao vislumbrar a verdade Garcia parece distrair-se do documento, concedendo uma autoridade à sua escrita que dispensa qualquer recomendação, como afirma a respeito das notícias da *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Essa dispersão da narrativa, da apresentação do documento à dedicação ao objeto de pesquisa suscitado por ele tem dimensões ampliadas na *Explicação aos Almanques do Rio de Janeiro* que tratavam dos anos de 1792 e 1794.

Inicialmente Garcia discute a procedência do documento copiado da sessão de manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, pelo Sr. Luiz Edmundo, levantando a hipótese da autoria do documento, e apresentando brevemente seu conteúdo. Esforço considerado como requisito básico por grande parte dos que se dedicavam a escrita da história nas primeiras décadas do século XX e, especialmente, para os editores de documentos.

Esses almanques elencam nomes dos que compunham o quadro da administração militar, civil, jurídica, eclesiástica e econômica no Rio de Janeiro, em fins do século XVIII, contendo informações pontuais a respeito da função e a rua em que habitava cada um dos citados, bem como censos de casamento, batizado e mortos em cada freguesia, dentre outros dados. Desse modo, o conteúdo dos documentos, mesmo que abarcando diversas dimensões da capital do Brasil colônia, é sucinto e descritivo.

É possível observar, dentre os poucos retornos que Garcia faz a essa documentação apresentada durante o texto, um esforço metódico de definir para que área da história determinadas informações do documento interessa: “A interpretação dos nomes desses logradouros é estudo interessante para a história da cidade” (GARCIA, 1973:110), ou ainda na conclusão da explicação “Muitas e muitas notícias, além das que são aqui sumariamente apontadas, podem estes Almanques proporcionar aos estudiosos da história fluminense (antigo estilo), aos quais são especialmente dedicados.” (GARCIA, 1973:120).

No periódico em que a *Explicação* escrita por Garcia foi publicada visualiza-se um fio, uma linha graficamente impressa, que marca uma ruptura no texto. Incluído seja pelo próprio autor ou pelo que exercia a função de diagramador, esse fio apenas dá

maior evidência à dissociação que se configura no texto. Se a primeira parte estabelece um diálogo com o documento, interrogando sua procedência em extensão de uma página, após a divisória, trinta páginas são dedicadas a pequenas biografias dos nomes citados nos Almanques e a origem e mudanças nos nomes das ruas.

À princípio o texto parece configurar-se como um monólogo desvinculado dos Almanques apresentados na margem superior à linha divisória. No entanto, ao finalizarmos essa leitura dos usos documentais de Rodolfo Garcia, percebemos que na narrativa da história construída pelo autor ele se utiliza de outras fontes e recorre pouco aos Almanques apresentados logo acima. O vínculo com a documentação apresentada transpõe o fio que separa o texto somente à medida que suscita seu objeto, as biografias dos nomes das pessoas e ruas do Rio de Janeiro.

Contudo, talvez isso demonstre a compreensão de história de Garcia, em que essas peças, como se referia frequentemente aos documentos históricos, mesmo que necessárias, não seriam o centro de sua narrativa. A centralidade estaria na busca pela verdade e na precisão do passado nacional que a configura e o faz vislumbrar, em alguns momentos, o quebra-cabeça daquela história, já completo.

Fontes:

Anais da Biblioteca Nacional - Vol. LIX, Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_059_1937.pdf

Anais da Biblioteca Nacional - Vol. LXI, Rio de Janeiro, 1939, p.15-58. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/anais/anais_061_1939.pdf

Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 56, 1939.

Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

IHGB, “Estatutos”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 1(1): 4-6, 1839.

Referências Bibliográficas:

ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BREFE, A.C. F. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.

Caldeira, A. P. S. *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870- 1882)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Ana_Paula_Caldeira.pdf. Acesso em: 02 de junho de 2013.

FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

GUIMARÃES, L. M. P. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

OLIVEIRA, M. da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

OLIVEIRA, M. da Glória de. Do testemunho à prova documentária: o momento do arquivo em Capistrano de Abreu. In: Manoel Luiz Salgado Guimarães. (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, v., p. 216-239.

SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de documentos históricos na obra de Capistrano de Abreu*. 2009. Dissertação (Mestrado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)*. 2003. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, nº 28, p. 23-47, 2001.

Dos traumas de uma nação: Anotações para uma proposta de teoria da consciência histórica brasileira

Caio Rodrigo Carvalho Lima*¹
Amanda da Cunha Conrado**

Da importância de se estudar a consciência histórica

O que se pergunta, quando se lança a seguinte questão: como o povo brasileiro se relaciona com a sua própria História? Alguns pormenores se fazem necessários, para que compreendamos tal questão: primeiro o que se entende como “povo brasileiro”? Segundo, como nos propomos a refletir acerca de tal relação? Terceiro, que “História do povo brasileiro”? Estas três pormenorizações se fazem necessárias para que saibamos o que procuramos, para que não nos percamos nas entrelinhas e terminemos recorrendo a lugares-comum e preconceitos amplamente difundidos como argumentos. Neste primeiro tópico, entretanto, responderemos apenas a segunda questão, isto é, da relação que queremos fazer e como iremos fazê-la.

Por sermos seres humanos e seres sociais, temos de, o tempo todo, refletir acerca de nossas experiências passadas para alcançar alguma mudança em nossas vidas, ou simplesmente para continuarmos vivendo (o que, em momento algum, pré-estabelece qualquer tipo de relação hierárquica, diga-se de passagem). Nessa constante ação de reflexão sobre o passado, somos interpelados pela necessidade vital de enfrentarmos situações constrangedoras, traumas, medos, inseguranças em prol de, ao superarmos-las, conseguirmos nos ver em outro estágio de nossa existência mundana. Alguns chamariam isso de “amadurecimento”. Aqui, chamaremos de “desenvolvimento da consciência histórica”.

O teórico alemão Jörn Rüsen publicou em 1984, na Alemanha, o primeiro livro de sua trilogia sobre teoria da história. Nele, que só veio chegar ao Brasil em 2001, o autor afirma consciência histórica ser uma espécie de faculdade genérica da mente humana, responsável por refletir sobre as experiências do passado, no presente, em busca de projetarmos algum tipo de futuro (RÜSEN, 2001: 56/67).

*Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista financiado pela PROPESQ.

**Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista financiada pelo CNPq.

A partir de tal definição acerca do conceito (e do pensamento humano), pode-se compreender de forma mais apurada a maneira com a qual a realidade histórica dos homens interfere em suas vidas (nesse sentido, entende-se “realidade histórica” não apenas como aquela interpelada pela ciência da história, mas sim, toda a experiência de vida do ser humano). Acontece que, a consciência histórica assim compreendida nos possibilita refletir sobre, além da vida humana em suas experiências mais diversas e complexas, a influência da ciência da história em suas vidas e maneiras de se relacionar com o passado, entendido agora como o passado construído a partir da historiografia.

É nesse sentido que respondemos a pergunta que deu início ao nosso texto. A relação que faremos, entre a História e a vida prática dos homens, partirá necessariamente das reflexões de Rüsen (2001) acerca do conceito de consciência histórica e no sentido que ela se relaciona com a vida dos seres humanos por meio da historiografia, do conhecimento histórico metodizado, produzido cientificamente e reconhecido pelos seus pares. Acreditamos que, por meio de tal relação, nos tornaremos mais apurados na percepção das carências de orientação de nossa sociedade e como nós, enquanto profissionais da história preocupados com a nossa atuação social, seremos capazes de intervir em prol de sanar tais carências².

Devido ao caráter indiciário de nosso artigo, propomo-nos a apontar caminhos a partir dos quais, ao percorrermos, acreditamos que estaremos aptos a realizar tal relação “consciência histórica não-científica/consciência histórica científica”. Nesse sentido, partiremos de uma análise breve de três autores consagrados, dois da historiografia nacional e um historiador uruguaio, Caio Prado Júnior, René Armand Dreifuss e o livro escrito em conjunto por Florestan Fernandes e Roger Bastide, para ilustrarmos de que maneira a historiografia mais clássica sobre três temas tratou a colonização do Brasil, o período de Ditadura Militar (1964 – 1988) e as consequências da escravidão em nosso país, temas os quais compreendemos enquanto traumas de nossa nação.

Não obstante, tal relação se faz necessária uma vez que observamos a sociedade em sua consciência histórica não-científica se debater constantemente em torno de tais

² A nossa escolha por escrever “profissionais da história” não é por acaso. Queremos, por meio de tal escolha, delimitar que este profissional produz conhecimento e atua, portanto, em duas áreas principais: na pesquisa e no ensino. Dessa forma, ao assumirmos o posicionamento de que esse profissional deve se preocupar em sanar as carências de orientação de sua sociedade estamos dizendo que, tanto o pesquisador, quanto o professor de história devem ter em vista, além do conhecimento amplo de sua especialidade, a História (além de qualquer especialidade que ele venha por seguir), a preocupação social e a responsabilidade de perceber as carências de sua sociedade e procurar saná-las.

eventos de nossa história. Muito recentemente assistimos à abertura da Comissão da Verdade no Brasil, responsável por investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro aos direitos humanos durante o período de Ditadura Militar. Tal fato gerou (e ainda gera) bastante polêmica quando se trata de relacionar o conhecimento produzido pela academia e a amplitude do efeito deste sobre a sociedade, uma vez que assistimos indivíduos levantando questões sobre um possível “revanchismo” dos perseguidos contra os militares. Esta, entre outras demandas, pode ser observada com relação à sociedade, instigada pelas experiências históricas do passado de sua nação, apelando ao conhecimento histórico científico em busca de respostas às suas carências. Não obstante, a inclusão do estudo da História da África e da História Indígena (de acordo com a lei n. 10.639, sancionada no ano de 2003, referente à História da África e a lei n. 11.645, sancionada no ano de 2008, referente à História Indígena), bem como o racismo latente em nosso país, além da problemática acerca das cotas universitárias em prol da inserção dos negros em cursos superiores, tem chamado bastante a atenção da sociedade para o passado da nação e, de acordo com o nosso entendimento, quando esta sociedade não encontra na ciência da história o aparato necessário para ser contra ou a favor de tais medidas estatais, ela o termina encontrando em outros setores que também emitem opiniões a partir de narrativas históricas (isto é, aquelas se refletem sobre a experiência do passado, no presente, elaborando perspectiva de futuro) – veículos midiáticos como televisão, jornais, revistas; instituições religiosas; partidários de opiniões diversas, os quais não se responsabilizam em ensinar história da maneira que a ciência da história deve se preocupar, exatamente por estes não serem, em grande medida, profissionais da história.

Assim, este artigo tem por objetivo central apontar caminhos a partir dos quais os profissionais de história, ao percorrerem, possam vislumbrar meios de se responsabilizar pela amplitude de ação do conhecimento histórico gerado pela sua ciência de especialidade. Perpassamos, dessa maneira, o conceito de consciência histórica, para a vida prática e para a ciência da história, na breve análise de exemplos da historiografia dos autores assinalados acima, em prol de alcançarmos, numa

conclusão, a reflexão geral sobre a importância de se estudar consciência histórica, principalmente no que diz respeito à superação destes traumas de nossa nação³.

Colonização, escravidão e Ditadura Militar: por uma “consciência histórica brasileira”

Se o ser humano se utiliza do passado, constantemente, em sua vida prática para se orientar no tempo, então, é plausível afirmar que o passado conhecido por ele através do seu processo de escolarização (ou de “formação histórica”, como afirma Rüsen), vai servir para desenvolver a sua consciência histórica para níveis mais complexos. Essa ideia de que a consciência histórica é algo a ser “desenvolvido” parte do pressuposto de que os sujeitos a possuem, ou seja, o ensino de história (considerando-o enquanto um dos momentos-chave no qual o profissional de história atuará perante a sociedade) não a “forma”, no sentido de “construir”, “gerar”, “conceder”. O processo de escolarização, no que se refere à História, servirá para fornecer outros conhecimentos acerca do passado para o aluno, a ponto que ele se torne capaz de ampliar as suas experiências sobre o passado para além de seu próprio tempo de vida. Assim, acredita-se, este sujeito teria a sua consciência histórica desenvolvida para níveis mais complexos, os quais Rüsen delineará com maior complexidade no terceiro livro de sua trilogia (RÜSEN, 2007).

Entretanto, como não nos cabe discutir tal tipologização da consciência histórica, deter-nos-emos aqui na seguinte questão: é possível vislumbrar uma “consciência histórica brasileira”? Reconhecemos que esta é uma questão que perpassa os mais variados temas de discussão do campo de pesquisa do ensino de história (sendo a discussão sobre currículo, talvez, a mais polêmica delas), contudo, torna-se necessário levantá-la uma vez que nos perguntamos sobre a possibilidade de determinados eventos ou estruturas históricas de nosso passado nacional constituir o conhecimento dos cidadãos brasileiros, na escola, a tal ponto delas serem parte fundante de suas consciências históricas, por mais distantes que estejam estas pessoas geograficamente.

³ Consideramos “traumas” por serem três temas os quais, sempre que são tratados, seja pela historiografia em sala de aula, seja pela população em geral nos mais variados meios de comunicação (destacamos aqui as redes sociais), suscita discussões e apresenta argumentos os quais, por serem extremamente delicados e problemáticos (por exemplo, a defesa de alguns indivíduos da volta dos militares ao poder) necessitam de uma reflexão mais embasada na ciência da história para que tenhamos sanado as suas carências (ou, pelo menos, apresentado argumentos embasados na ciência da história).

No que diz respeito ao primeiro elemento de nosso passado, a experiência colonial, acreditamos esta ser de tal relevância para a nossa história nacional a ponto de moldar as consciências históricas de nossa população (no espaço escolar, por excelência). Buscamos, portanto, no livro de Caio Prado Júnior, “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), uma espécie de “raiz” da discussão do problema, uma vez que este em conjunto com os livros de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é considerado como representantes da historiografia de tentou “entender o Brasil”.

Em seu esforço para “entender o Brasil”, portanto, Prado Júnior perpassa toda a história colonial nesse livro em busca de uma “razão” ou um “sentido” – palavra utilizada por ele mesmo – para a colonização brasileira. Logo no início do livro, portanto, o autor afirma o século XIX ser decisivo para a história nacional. Não obstante, todo o processo que decorre depois dele sofre as influências das medidas sócio-econômicas tomadas neste século. O autor afirma então que, dentro da lógica de evolução econômica, o Brasil ainda não passou de uma “economia colonial para a nacional” (PRADO JÚNIOR, 1994: 11).

Prado Júnior nos serve, portanto, para ilustrar um exemplo de historiador preocupado com a função social do conhecimento científico que produzia. Outros também trabalharam dessa forma, é verdade, entretanto, o escolhemos para poder apontar a necessidade de superação desse trauma colonial brasileiro que perpassa os mais variados ramos da nossa sociedade, não apenas a economia e, além disso, para ilustrarmos que essa preocupação já esteve presente nas discussões mais clássicas da historiografia sobre o tema. Vale a ressalva de que o historiador produziu tal trabalho em 1942. Desde então, a sociedade brasileira tem passado por uma série de mudanças (inclusive por um período de mais de vinte anos de Ditadura Militar, conforme abordaremos a seguir) as quais devem ser observadas mais a fundo, relacionando a historiografia mais clássica sobre a colonização brasileira com a historiografia que nos é contemporânea, a qual se encontra atualmente em constante e virtuoso crescimento.

Ao passarmos para o segundo trauma elencado por nós, temos na escravidão tema ainda bastante delicado na atualidade, muito embora a Abolição tenha ocorrido em 1888 e, desde então, uma série de lutas e movimentos sociais de cunho afrodescendente tenham alcançado mudanças no que se refere a leis e costumes. As consciências históricas de nosso povo ainda encontram-se demasiadas permeadas por um desconhecimento acerca deste passado, desconhecimento este, legitimador de

preconceitos raciais e desvalorização de políticas estatais de inclusão (destaca-se aqui, as cotas raciais).

Procuramos em “Branços e negros em São Paulo” (1958) de Florestan Fernandes e Roger Bastide visualizar a maneira com a qual estes cientistas sociais se preocuparam com a abrangência de suas pesquisas, bem como tiveram nelas (como é o caso do livro ao qual nos referenciamos) o interesse de sanar problemas os quais eles julgaram ser latentes em sua sociedade. Importante de se destacar que, no tempo em que estes cientistas fizeram tal pesquisa, vivia-se sob a égide de uma crença de o Brasil ser um país de “quase-igualdade” racial. Acreditamos, portanto, que as desconfianças destes autores com relação a tal assertiva generalizante os impulsionaram para tal pesquisa com o intuito de denunciar, de dizer “não”, de afirmar que o Brasil ainda era um país racista e havia a necessidade desse problema ser repensado para que fosse superado. É nesse sentido que julgamos a relevância deste trabalho enquanto reminiscência do preconceito e da desigualdade racial no Brasil decorrente dos séculos de escravidão. Da mesma forma que assumimos com relação ao trabalho de Prado Júnior, não desconhecemos a necessidade de levarmos em conta outros trabalhos da época que, igualmente, trataram do tema. Entretanto, consideramos a relevância deste no que se refere a exemplificar, tal qual o serve Prado Júnior, a preocupação de cientistas sociais com a realidade histórica que os cercava e as reverberações nestas dos tempos passados.

Neste livro, Fernandes e Bastide realizam uma pesquisa de cunho sociológico, vendo em São Paulo aspectos relevantes de se salientar, como o caso da abolição da escravatura ter “obrigado” os senhores brancos a remunerarem seus trabalhadores negros, causando a criação de classes sociais bem distintas e aumentando assim a discrepância entre negros e brancos. Além de serem relegados a condições de existência anômicas, porque o próprio estado ainda não estava preparado para o novo que a Abolição representava. Os negros tinham que internalizar normas brancas, sem laços sociais para recriarem suas próprias identidades e cultura. De maneira fria e crua, Fernandes e Bastide defendem a ideia de a sociedade brasileira da época, por meio do que eles chamam de “aculturação dos escravos”, ter aprisionado em um espectro de preconceito.

Outra ressalva que se faz relevante é a de que, apesar de suas pesquisas terem se restringido à sociedade paulista de 1958, consideramos suas conclusões de importância para se tratar das relações interracialis Brasil afora, inclusive, em estados nos quais, à

época da escravidão negra, foram províncias que não se utilizaram em grande medida do trabalho escravo africano e, sim, de escravidão indígena (como é o caso do Rio Grande do Norte e da Paraíba). Acreditamos nisto uma vez que, após a Abolição, os negros gozaram de uma liberdade consideravelmente maior para se deslocar pelos demais espaços da nação. A ausência de um passado escravista africano mais forte não impediu que os habitantes brancos de tais estados agissem de maneira preconceituosa com relação a estes negros. Defendemos, portanto, que estudos como os de Fernandes e Bastide nos servem para que reflitamos acerca da relevância dos estudos sobre escravidão no Brasil, uma vez que, ainda em 2013, assistimos a episódios de preconceito racial, muito embora desde 1989, racismo esteja enquadrado como crime inafiançável.

Por fim, apresentamos a Ditadura Militar como o terceiro ponto elencado por nós enquanto representativo para pensarmos uma possível teoria da consciência histórica brasileira. Nesse sentido, significando um evento de nosso passado necessário de ser mais profundamente trabalhado e revisto, pelos profissionais de história, por ainda reverberar em argumentações acerca da política atual, principalmente por parte da população em geral. Recentemente, em junho de 2013, assistimos a uma série de movimentações sociais que explodiram Brasil afora. Não foi raro encontrar discursos inflamados, os quais desejavam destituir a democracia na qual vivemos, em prol de restituir a Ditadura Militar por meio de um golpe de Estado. É exatamente dentro dessa linha argumentativa, que pensamos este evento do nosso passado nacional necessário de ser encarado mais profundamente por parte dos profissionais de história, uma vez que somos nós, em tese, os responsáveis por tratarmos do passado, principalmente, do passado do Brasil. Este evento, portanto, marcado por uma política complexa e autoritária, ao mesmo tempo em que constantemente lembrado pelas torturas e desrespeitos aos direitos humanos, por parte do Estado, ainda assim, parece mais bem aplicável à realidade brasileira do que a democracia, para alguns cidadãos. É nessa ótica que propomos uma argumentação histórica capaz de lidar com tais reverberações do presente em confluência com os fatos desse passado traumático.

Temos em “1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe” (1981), do cientista social uruguaio René Armand Dreifuss, o ponto de partida para nossas discussões acerca do tratamento desse passado. Vale ressaltar que seu trabalho é datado de um período em que os militares ainda governavam o país, quando a produção

da intelectualidade brasileira estava impossibilitada de interpretar o evento, apontando seus personagens, causas e até denunciando seus crimes (sob o risco de serem até presos e mortos como inimigos do Estado). Interessante observar que Dreifuss denuncia, em um misto de descrição e análise dos fatos sociais ocorridos antes do golpe, no ato do golpe e após a sua efetivação.

Através desta obra, observamos como a apresentação da experiência histórica deste passado brasileiro auxilia na ampliação da consciência histórica do leitor com relação a este evento, possibilitando-o compreendê-lo, bem como analisá-lo. Tal qual foi sublinhado com as obras de Prado Júnior, Bastide e Fernandes, não desconhecemos, muito menos desmerecemos as demais obras historiográficas sobre o tema. A relevância dada por nós para o trabalho de Dreifuss, contudo, reside no fato dele ter sido um estrangeiro que, observando a efervescência política brasileira da época, se importou em descrevê-la, analisá-la e, por que não, denunciá-la.

Conclusões

As conclusões às quais chegamos com o término deste artigo são, necessariamente, indiciárias. Elas apontam caminhos, delineiam possíveis pesquisas, levantam mais questões do que se propõe a responder. Nesse sentido, quando nos questionamos acerca da possibilidade de uma teoria da consciência histórica brasileira, estamos partindo do pressuposto de que, primeiro, existe uma consciência histórica em toda a população e, segundo, esta se encontra apenas mais ou menos desenvolvida. Conforme apontado acima, entretanto, utilizamos como aporte teórico para as nossas reflexões sobre consciência histórica o trabalho de Jörn Rüsen, notadamente, o primeiro livro de sua trilogia sobre teoria da história, “Razão Histórica” (2001). Nada impede, é verdade, que devido às barreiras linguísticas e temporais (tal livro foi editado inicialmente em 1986), a série de novos trabalhos produzidos desde então, em alemão, repensem a possibilidade deste conceito enquanto uma máxima antropológica, fazendo-se necessária a revisão de nossos apontamentos neste texto e nesta incipiente pesquisa.

Mesmo assim, fica a provocação para que nós, profissionais da história, assumamos a responsabilidade de lidar com tais eventos de nosso passado nacional. Dizemos isso, pois, conforme foi brevemente abordado no texto, a sociedade nos cobra tal papel e nos julga, caso não o assumamos. A exemplo disso, vemos a proliferação de

páginas na rede social *facebook* as quais tratam, majoritariamente, de eventos históricos e defendem posicionamentos conservadores os quais dificilmente se manteriam frente a uma consciência histórica mais desenvolvida, complexificada. Uma consciência histórica que tivesse sido levada a níveis mais profundos por debates em sala de aula, conferências, palestras ou quaisquer outros meios de divulgação do trabalho científico do profissional de história.

Além disso, recentemente, assistimos a uma série de políticas públicas adotadas pelo governo, dentre as quais, a obrigatoriedade do ensino de História Indígena e História da África se destacam como fruto da movimentação de grupos sociais em busca da valorização e da legitimação do passado de seu “povo”. Não obstante, a Comissão da Verdade, já posta em prática por vários países que sofreram com regimes ditatoriais, levanta questões acerca deste passado brasileiro; questões estas, essencialmente, de cunho humanitário e que buscam, igualmente, aprofundar a quantidade de fontes disponíveis sobre este evento, em busca de compreendê-lo com maior profundidade. Outras políticas afirmativas encabeçadas pelo Estado brasileiro, as cotas raciais e as cotas para estudantes de baixa renda, trazem consigo um potencial de discussão histórica o qual, se for tomado pelos profissionais de história de maneira responsável e coerente cientificamente, representa possibilidades para se efetivar mudanças na consciência histórica brasileira.

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Global Editora, 4ª ed. 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 5ª ed. 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 23ª ed., 1994.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Dos traumas de uma nação: Anotações para uma proposta de teoria da consciência histórica brasileira

Caio Rodrigo Carvalho Lima*¹

Amanda da Cunha Conrado**

Da importância de se estudar a consciência histórica

O que se pergunta, quando se lança a seguinte questão: como o povo brasileiro se relaciona com a sua própria História? Alguns pormenores se fazem necessários, para que compreendamos tal questão: primeiro o que se entende como “povo brasileiro”? Segundo, como nos propomos a refletir acerca de tal relação? Terceiro, que “História do povo brasileiro”? Estas três pormenorizações se fazem necessárias para que saibamos o que procuramos, para que não nos percamos nas entrelinhas e terminemos recorrendo a lugares-comum e preconceitos amplamente difundidos como argumentos. Neste primeiro tópico, entretanto, responderemos apenas a segunda questão, isto é, da relação que queremos fazer e como iremos fazê-la.

Por sermos seres humanos e seres sociais, temos de, o tempo todo, refletir acerca de nossas experiências passadas para alcançar alguma mudança em nossas vidas, ou simplesmente para continuarmos vivendo (o que, em momento algum, pré-estabelece qualquer tipo de relação hierárquica, diga-se de passagem). Nessa constante ação de reflexão sobre o passado, somos interpelados pela necessidade vital de enfrentarmos situações constrangedoras, traumas, medos, inseguranças em prol de, ao superarmos-las, conseguirmos nos ver em outro estágio de nossa existência mundana. Alguns chamariam isso de “amadurecimento”. Aqui, chamaremos de “desenvolvimento da consciência histórica”.

O teórico alemão Jörn Rüsen publicou em 1984, na Alemanha, o primeiro livro de sua trilogia sobre teoria da história. Nele, que só veio chegar ao Brasil em 2001, o autor afirma consciência histórica ser uma espécie de faculdade genérica da mente humana, responsável por refletir sobre as experiências do passado, no presente, em busca de projetarmos algum tipo de futuro (RÜSEN, 2001: 56/67).

*Graduando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista financiado pela PROPESQ.

**Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista financiada pelo CNPq.

A partir de tal definição acerca do conceito (e do pensamento humano), pode-se compreender de forma mais apurada a maneira com a qual a realidade histórica dos homens interfere em suas vidas (nesse sentido, entende-se “realidade histórica” não apenas como aquela interpelada pela ciência da história, mas sim, toda a experiência de vida do ser humano). Acontece que, a consciência histórica assim compreendida nos possibilita refletir sobre, além da vida humana em suas experiências mais diversas e complexas, a influência da ciência da história em suas vidas e maneiras de se relacionar com o passado, entendido agora como o passado construído a partir da historiografia.

É nesse sentido que respondemos a pergunta que deu início ao nosso texto. A relação que faremos, entre a História e a vida prática dos homens, partirá necessariamente das reflexões de Rüsen (2001) acerca do conceito de consciência histórica e no sentido que ela se relaciona com a vida dos seres humanos por meio da historiografia, do conhecimento histórico metodizado, produzido cientificamente e reconhecido pelos seus pares. Acreditamos que, por meio de tal relação, nos tornaremos mais apurados na percepção das carências de orientação de nossa sociedade e como nós, enquanto profissionais da história preocupados com a nossa atuação social, seremos capazes de intervir em prol de sanar tais carências².

Devido ao caráter indiciário de nosso artigo, propomo-nos a apontar caminhos a partir dos quais, ao percorrermos, acreditamos que estaremos aptos a realizar tal relação “consciência histórica não-científica/consciência histórica científica”. Nesse sentido, partiremos de uma análise breve de três autores consagrados, dois da historiografia nacional e um historiador uruguaio, Caio Prado Júnior, René Armand Dreifuss e o livro escrito em conjunto por Florestan Fernandes e Roger Bastide, para ilustrarmos de que maneira a historiografia mais clássica sobre três temas tratou a colonização do Brasil, o período de Ditadura Militar (1964 – 1988) e as consequências da escravidão em nosso país, temas os quais compreendemos enquanto traumas de nossa nação.

Não obstante, tal relação se faz necessária uma vez que observamos a sociedade em sua consciência histórica não-científica se debater constantemente em torno de tais

² A nossa escolha por escrever “profissionais da história” não é por acaso. Queremos, por meio de tal escolha, delimitar que este profissional produz conhecimento e atua, portanto, em duas áreas principais: na pesquisa e no ensino. Dessa forma, ao assumirmos o posicionamento de que esse profissional deve se preocupar em sanar as carências de orientação de sua sociedade estamos dizendo que, tanto o pesquisador, quanto o professor de história devem ter em vista, além do conhecimento amplo de sua especialidade, a História (além de qualquer especialidade que ele venha por seguir), a preocupação social e a responsabilidade de perceber as carências de sua sociedade e procurar saná-las.

eventos de nossa história. Muito recentemente assistimos à abertura da Comissão da Verdade no Brasil, responsável por investigar os crimes cometidos pelo Estado brasileiro aos direitos humanos durante o período de Ditadura Militar. Tal fato gerou (e ainda gera) bastante polêmica quando se trata de relacionar o conhecimento produzido pela academia e a amplitude do efeito deste sobre a sociedade, uma vez que assistimos indivíduos levantando questões sobre um possível “revanchismo” dos perseguidos contra os militares. Esta, entre outras demandas, pode ser observada com relação à sociedade, instigada pelas experiências históricas do passado de sua nação, apelando ao conhecimento histórico científico em busca de respostas às suas carências. Não obstante, a inclusão do estudo da História da África e da História Indígena (de acordo com a lei n. 10.639, sancionada no ano de 2003, referente à História da África e a lei n. 11.645, sancionada no ano de 2008, referente à História Indígena), bem como o racismo latente em nosso país, além da problemática acerca das cotas universitárias em prol da inserção dos negros em cursos superiores, tem chamado bastante a atenção da sociedade para o passado da nação e, de acordo com o nosso entendimento, quando esta sociedade não encontra na ciência da história o aparato necessário para ser contra ou a favor de tais medidas estatais, ela o termina encontrando em outros setores que também emitem opiniões a partir de narrativas históricas (isto é, aquelas se refletem sobre a experiência do passado, no presente, elaborando perspectiva de futuro) – veículos midiáticos como televisão, jornais, revistas; instituições religiosas; partidários de opiniões diversas, os quais não se responsabilizam em ensinar história da maneira que a ciência da história deve se preocupar, exatamente por estes não serem, em grande medida, profissionais da história.

Assim, este artigo tem por objetivo central apontar caminhos a partir dos quais os profissionais de história, ao percorrerem, possam vislumbrar meios de se responsabilizar pela amplitude de ação do conhecimento histórico gerado pela sua ciência de especialidade. Perpassamos, dessa maneira, o conceito de consciência histórica, para a vida prática e para a ciência da história, na breve análise de exemplos da historiografia dos autores assinalados acima, em prol de alcançarmos, numa

conclusão, a reflexão geral sobre a importância de se estudar consciência histórica, principalmente no que diz respeito à superação destes traumas de nossa nação³.

Colonização, escravidão e Ditadura Militar: por uma “consciência histórica brasileira”

Se o ser humano se utiliza do passado, constantemente, em sua vida prática para se orientar no tempo, então, é plausível afirmar que o passado conhecido por ele através do seu processo de escolarização (ou de “formação histórica”, como afirma Rüsen), vai servir para desenvolver a sua consciência histórica para níveis mais complexos. Essa ideia de que a consciência histórica é algo a ser “desenvolvido” parte do pressuposto de que os sujeitos a possuem, ou seja, o ensino de história (considerando-o enquanto um dos momentos-chave no qual o profissional de história atuará perante a sociedade) não a “forma”, no sentido de “construir”, “gerar”, “conceder”. O processo de escolarização, no que se refere à História, servirá para fornecer outros conhecimentos acerca do passado para o aluno, a ponto que ele se torne capaz de ampliar as suas experiências sobre o passado para além de seu próprio tempo de vida. Assim, acredita-se, este sujeito teria a sua consciência histórica desenvolvida para níveis mais complexos, os quais Rüsen delineará com maior complexidade no terceiro livro de sua trilogia (RÜSEN, 2007).

Entretanto, como não nos cabe discutir tal tipologização da consciência histórica, deter-nos-emos aqui na seguinte questão: é possível vislumbrar uma “consciência histórica brasileira”? Reconhecemos que esta é uma questão que perpassa os mais variados temas de discussão do campo de pesquisa do ensino de história (sendo a discussão sobre currículo, talvez, a mais polêmica delas), contudo, torna-se necessário levantá-la uma vez que nos perguntamos sobre a possibilidade de determinados eventos ou estruturas históricas de nosso passado nacional constituir o conhecimento dos cidadãos brasileiros, na escola, a tal ponto delas serem parte fundante de suas consciências históricas, por mais distantes que estejam estas pessoas geograficamente.

³ Consideramos “traumas” por serem três temas os quais, sempre que são tratados, seja pela historiografia em sala de aula, seja pela população em geral nos mais variados meios de comunicação (destacamos aqui as redes sociais), suscita discussões e apresenta argumentos os quais, por serem extremamente delicados e problemáticos (por exemplo, a defesa de alguns indivíduos da volta dos militares ao poder) necessitam de uma reflexão mais embasada na ciência da história para que tenhamos sanado as suas carências (ou, pelo menos, apresentado argumentos embasados na ciência da história).

No que diz respeito ao primeiro elemento de nosso passado, a experiência colonial, acreditamos esta ser de tal relevância para a nossa história nacional a ponto de moldar as consciências históricas de nossa população (no espaço escolar, por excelência). Buscamos, portanto, no livro de Caio Prado Júnior, “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), uma espécie de “raiz” da discussão do problema, uma vez que este em conjunto com os livros de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda é considerado como representantes da historiografia de tentou “entender o Brasil”.

Em seu esforço para “entender o Brasil”, portanto, Prado Júnior perpassa toda a história colonial nesse livro em busca de uma “razão” ou um “sentido” – palavra utilizada por ele mesmo – para a colonização brasileira. Logo no início do livro, portanto, o autor afirma o século XIX ser decisivo para a história nacional. Não obstante, todo o processo que decorre depois dele sofre as influências das medidas sócio-econômicas tomadas neste século. O autor afirma então que, dentro da lógica de evolução econômica, o Brasil ainda não passou de uma “economia colonial para a nacional” (PRADO JÚNIOR, 1994: 11).

Prado Júnior nos serve, portanto, para ilustrar um exemplo de historiador preocupado com a função social do conhecimento científico que produzia. Outros também trabalharam dessa forma, é verdade, entretanto, o escolhemos para poder apontar a necessidade de superação desse trauma colonial brasileiro que perpassa os mais variados ramos da nossa sociedade, não apenas a economia e, além disso, para ilustrarmos que essa preocupação já esteve presente nas discussões mais clássicas da historiografia sobre o tema. Vale a ressalva de que o historiador produziu tal trabalho em 1942. Desde então, a sociedade brasileira tem passado por uma série de mudanças (inclusive por um período de mais de vinte anos de Ditadura Militar, conforme abordaremos a seguir) as quais devem ser observadas mais a fundo, relacionando a historiografia mais clássica sobre a colonização brasileira com a historiografia que nos é contemporânea, a qual se encontra atualmente em constante e virtuoso crescimento.

Ao passarmos para o segundo trauma elencado por nós, temos na escravidão tema ainda bastante delicado na atualidade, muito embora a Abolição tenha ocorrido em 1888 e, desde então, uma série de lutas e movimentos sociais de cunho afrodescendente tenham alcançado mudanças no que se refere a leis e costumes. As consciências históricas de nosso povo ainda encontram-se demasiadas permeadas por um desconhecimento acerca deste passado, desconhecimento este, legitimador de

preconceitos raciais e desvalorização de políticas estatais de inclusão (destaca-se aqui, as cotas raciais).

Procuramos em “Branco e negro em São Paulo” (1958) de Florestan Fernandes e Roger Bastide visualizar a maneira com a qual estes cientistas sociais se preocuparam com a abrangência de suas pesquisas, bem como tiveram nelas (como é o caso do livro ao qual nos referenciamos) o interesse de sanar problemas os quais eles julgaram ser latentes em sua sociedade. Importante de se destacar que, no tempo em que estes cientistas fizeram tal pesquisa, vivia-se sob a égide de uma crença de o Brasil ser um país de “quase-igualdade” racial. Acreditamos, portanto, que as desconfianças destes autores com relação a tal assertiva generalizante os impulsionaram para tal pesquisa com o intuito de denunciar, de dizer “não”, de afirmar que o Brasil ainda era um país racista e havia a necessidade desse problema ser repensado para que fosse superado. É nesse sentido que julgamos a relevância deste trabalho enquanto reminiscência do preconceito e da desigualdade racial no Brasil decorrente dos séculos de escravidão. Da mesma forma que assumimos com relação ao trabalho de Prado Júnior, não desconhecemos a necessidade de levarmos em conta outros trabalhos da época que, igualmente, trataram do tema. Entretanto, consideramos a relevância deste no que se refere a exemplificar, tal qual o serve Prado Júnior, a preocupação de cientistas sociais com a realidade histórica que os cercava e as reverberações nestas dos tempos passados.

Neste livro, Fernandes e Bastide realizam uma pesquisa de cunho sociológico, vendo em São Paulo aspectos relevantes de se salientar, como o caso da abolição da escravatura ter “obrigado” os senhores brancos a remunerarem seus trabalhadores negros, causando a criação de classes sociais bem distintas e aumentando assim a discrepância entre negros e brancos. Além de serem relegados a condições de existência anômicas, porque o próprio estado ainda não estava preparado para o novo que a Abolição representava. Os negros tinham que internalizar normas brancas, sem laços sociais para recriarem suas próprias identidades e cultura. De maneira fria e crua, Fernandes e Bastide defendem a ideia de a sociedade brasileira da época, por meio do que eles chamam de “aculturação dos escravos”, ter aprisionado em um espectro de preconceito.

Outra ressalva que se faz relevante é a de que, apesar de suas pesquisas terem se restringido à sociedade paulista de 1958, consideramos suas conclusões de importância para se tratar das relações interraciais Brasil afora, inclusive, em estados nos quais, à

época da escravidão negra, foram províncias que não se utilizaram em grande medida do trabalho escravo africano e, sim, de escravidão indígena (como é o caso do Rio Grande do Norte e da Paraíba). Acreditamos nisto uma vez que, após a Abolição, os negros gozaram de uma liberdade consideravelmente maior para se deslocar pelos demais espaços da nação. A ausência de um passado escravista africano mais forte não impediu que os habitantes brancos de tais estados agissem de maneira preconceituosa com relação a estes negros. Defendemos, portanto, que estudos como os de Fernandes e Bastide nos servem para que reflitamos acerca da relevância dos estudos sobre escravidão no Brasil, uma vez que, ainda em 2013, assistimos a episódios de preconceito racial, muito embora desde 1989, racismo esteja enquadrado como crime inafiançável.

Por fim, apresentamos a Ditadura Militar como o terceiro ponto elencado por nós enquanto representativo para pensarmos uma possível teoria da consciência histórica brasileira. Nesse sentido, significando um evento de nosso passado necessário de ser mais profundamente trabalhado e revisto, pelos profissionais de história, por ainda reverberar em argumentações acerca da política atual, principalmente por parte da população em geral. Recentemente, em junho de 2013, assistimos a uma série de movimentações sociais que explodiram Brasil afora. Não foi raro encontrar discursos inflamados, os quais desejavam destituir a democracia na qual vivemos, em prol de restituir a Ditadura Militar por meio de um golpe de Estado. É exatamente dentro dessa linha argumentativa, que pensamos este evento do nosso passado nacional necessário de ser encarado mais profundamente por parte dos profissionais de história, uma vez que somos nós, em tese, os responsáveis por tratarmos do passado, principalmente, do passado do Brasil. Este evento, portanto, marcado por uma política complexa e autoritária, ao mesmo tempo em que constantemente lembrado pelas torturas e desrespeitos aos direitos humanos, por parte do Estado, ainda assim, parece mais bem aplicável à realidade brasileira do que a democracia, para alguns cidadãos. É nessa ótica que propomos uma argumentação histórica capaz de lidar com tais reverberações do presente em confluência com os fatos desse passado traumático.

Temos em “1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe” (1981), do cientista social uruguaio René Armand Dreifuss, o ponto de partida para nossas discussões acerca do tratamento desse passado. Vale ressaltar que seu trabalho é datado de um período em que os militares ainda governavam o país, quando a produção

da intelectualidade brasileira estava impossibilitada de interpretar o evento, apontando seus personagens, causas e até denunciando seus crimes (sob o risco de serem até presos e mortos como inimigos do Estado). Interessante observar que Dreifuss denuncia, em um misto de descrição e análise dos fatos sociais ocorridos antes do golpe, no ato do golpe e após a sua efetivação.

Através desta obra, observamos como a apresentação da experiência histórica deste passado brasileiro auxilia na ampliação da consciência histórica do leitor com relação a este evento, possibilitando-o compreendê-lo, bem como analisá-lo. Tal qual foi sublinhado com as obras de Prado Júnior, Bastide e Fernandes, não desconhecemos, muito menos desmerecemos as demais obras historiográficas sobre o tema. A relevância dada por nós para o trabalho de Dreifuss, contudo, reside no fato dele ter sido um estrangeiro que, observando a efervescência política brasileira da época, se importou em descrevê-la, analisá-la e, por que não, denunciá-la.

Conclusões

As conclusões às quais chegamos com o término deste artigo são, necessariamente, indiciárias. Elas apontam caminhos, delineiam possíveis pesquisas, levantam mais questões do que se propõe a responder. Nesse sentido, quando nos questionamos acerca da possibilidade de uma teoria da consciência histórica brasileira, estamos partindo do pressuposto de que, primeiro, existe uma consciência histórica em toda a população e, segundo, esta se encontra apenas mais ou menos desenvolvida. Conforme apontado acima, entretanto, utilizamos como aporte teórico para as nossas reflexões sobre consciência histórica o trabalho de Jörn Rüsen, notadamente, o primeiro livro de sua trilogia sobre teoria da história, “Razão Histórica” (2001). Nada impede, é verdade, que devido às barreiras linguísticas e temporais (tal livro foi editado inicialmente em 1986), a série de novos trabalhos produzidos desde então, em alemão, repensem a possibilidade deste conceito enquanto uma máxima antropológica, fazendo-se necessária a revisão de nossos apontamentos neste texto e nesta incipiente pesquisa.

Mesmo assim, fica a provocação para que nós, profissionais da história, assumamos a responsabilidade de lidar com tais eventos de nosso passado nacional. Dizemos isso, pois, conforme foi brevemente abordado no texto, a sociedade nos cobra tal papel e nos julga, caso não o assumamos. A exemplo disso, vemos a proliferação de

páginas na rede social *facebook* as quais tratam, majoritariamente, de eventos históricos e defendem posicionamentos conservadores os quais dificilmente se manteriam frente a uma consciência histórica mais desenvolvida, complexificada. Uma consciência histórica que tivesse sido levada a níveis mais profundos por debates em sala de aula, conferências, palestras ou quaisquer outros meios de divulgação do trabalho científico do profissional de história.

Além disso, recentemente, assistimos a uma série de políticas públicas adotadas pelo governo, dentre as quais, a obrigatoriedade do ensino de História Indígena e História da África se destacam como fruto da movimentação de grupos sociais em busca da valorização e da legitimação do passado de seu “povo”. Não obstante, a Comissão da Verdade, já posta em prática por vários países que sofreram com regimes ditatoriais, levanta questões acerca deste passado brasileiro; questões estas, essencialmente, de cunho humanitário e que buscam, igualmente, aprofundar a quantidade de fontes disponíveis sobre este evento, em busca de compreendê-lo com maior profundidade. Outras políticas afirmativas encabeçadas pelo Estado brasileiro, as cotas raciais e as cotas para estudantes de baixa renda, trazem consigo um potencial de discussão histórica o qual, se for tomado pelos profissionais de história de maneira responsável e coerente cientificamente, representa possibilidades para se efetivar mudanças na consciência histórica brasileira.

Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Global Editora, 4ª ed. 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 5ª ed. 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 23ª ed., 1994.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Educação Patrimonial: uma experiência no Centro de Ensino Elefante Branco

Mariana Sant' Ana Fioravanti de Almeida¹

Sobre a relação entre educação patrimonial e história

A educação patrimonial é um tema pouco tratado na agenda do ensino básico e médio brasileiro. A ausência de legislação específica e verbas contribui para a inexistência de uma consciência histórica coletiva que permita valorizar/preservar a cultura material, a memória da nossa sociedade e dos primeiros povos. Órgãos internacionais como a UNESCO mostram com muita ênfase que a preservação do patrimônio cultural depende principalmente, do conhecimento e de uma educação voltada à compreensão e valorização da diversidade.

A articulação entre o campo da educação patrimonial com a história e a memória deve ser feita pelo professor. O termo patrimônio, em sentido contemporâneo, está mais amplo. Não contempla apenas o sentido de herança, “mas o bem constitutivo da consciência de grupo, um campo de disputa de negociações articulando-se estreitamente à memória e às identidade sociais.” (SEGALA, 2006, p. 01)

O presente artigo analisa a experiência de educação patrimonial em duas turmas do segundo ano do Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB) em visita à Universidade de Brasília (UNB). A análise foi realizada na perspectiva da aprendizagem significativa, isto é, procurou evidenciar se houveram mudanças no comportamento dos alunos em relação aos conteúdos abordados/relacionados na visita.

A escolha da instituição

¹ Graduanda (IH, Departamento de História – UNB) Mari.fioravanti@gmail.com

O CEMEB constitui patrimônio cultural de Brasília, principalmente para os que frequentam a instituição de ensino. Mas o que acontece com os alunos que não se identificam com esse referencial cultural? Para os que não relacionam sua identidade cultural com a escola, muitas vezes por ela ter condições físicas precárias, fato que contribui para que os alunos se envergonhem de frequentar a instituição de ensino. Sugeri que os alunos se apropriassem do espaço educativo dando-lhe um caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação deles, mesmo que fosse para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. Com esse objetivo apliquei um questionário nas duas turmas para consultá-los sobre a instituição a ser visitada.

As duas turmas em que apliquei os questionários o Segundo Ano “F” e o Segundo Ano “D” eram turmas com características distintas.

Na turma “F” havia 40 alunos inscritos, no entanto, no dia da aplicação do questionário apenas 19 responderam. Desse total 13 responderam que já haviam visitado exposições, 4 nunca haviam e 2 não responderam a questão. A instituição escolhida foi a UNB. A questão 06 do questionário abordava o que os alunos esperavam da visita. Algumas das respostas foram: “conhecer o modo como funciona uma faculdade e o tipo de pessoa que a frequenta”, “conhecer e ampliar os horizontes”, “o funcionamento da UnB”, “o local e a arquitetura”, “apenas conhecer, é uma questão de curiosidade apenas”, “o laboratório” e o “centro tecnológico”

Dos 40 alunos da turma “D” 23 responderam. Desse total 16 alunos já haviam visitado exposições, 8 não responderam a questão. A instituição escolhida foi o Museu de Valores do Banco Central. Como não havia orçamento suficiente para levar cada turma para um local diferente prevaleceu a UNB. Os alunos que optaram pela universidade e responderam a questão 06 disseram: “conhecer os interiores da universidade”, “saber um pouco mais sobre a história da universidade”, “espero conhecer lá, sobre como as coisas acontecem e são lá dentro”, “o que ainda não vi” e “sempre tive curiosidade e acho que uma posso me surpreender”.

A pergunta 7 do questionário indagava se havia alguma outra instituição que eles gostariam de conhecer que não estava entre as opções. Algumas das respostas foram: o Planetário, Museu do Índio, Embaixada da França, Museu Nacional Honestino Guimarães, Biblioteca Nacional e Embaixada da África (*sic*). Achei significativa a

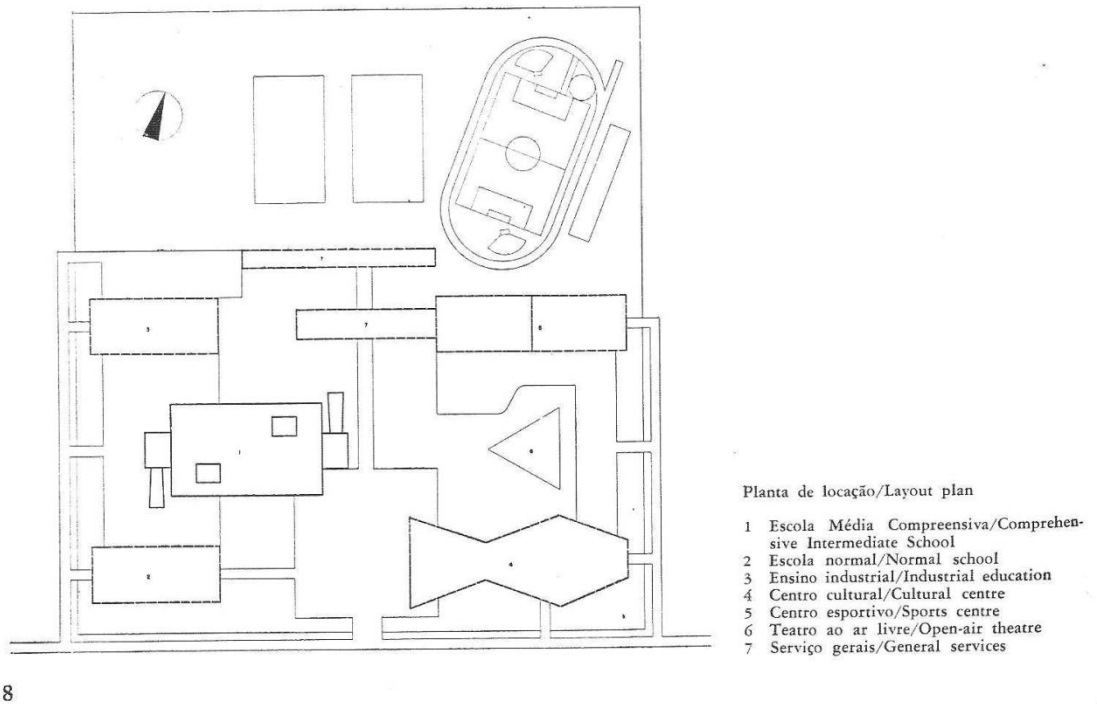
última referência pois mostra como a educação em história da África ainda reafirma antigas concepções. Apesar dos 10 anos da Lei Federal 10.639/2003, que obriga o estudo da história e culturas afro-brasileira, africana e indígena na educação básica. Ficou evidente quando ainda há alunos que pensam numa embaixada que representa todo um continente.

A preparação para visita

Com o objetivo de contextualizar os alunos sobre o que eles veriam na UNB lecionei 3 aulas para cada turma sobre a história de Brasília. Apesar de pontuar marcos da construção de Brasília, enfoquei o plano educacional para a nova capital do país.

O plano educacional de Brasília abarcava uma nova arquitetura escolar. Proposto por Anísio Teixeira e executado por alguns arquitetos, entre eles, José Souza Reis. A experiência deu origem ao documento intitulado “Plano de Construções Escolares de Brasília”, que veio a público em 1961, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos¹.

Nas aulas explicitarei que o CEMEB era a parte correspondente do projeto para o nível médio. No Centro de Educação para nível médio a ideia era reorganizar o ensino médio reunindo-o, num único Centro, todos os cursos de grau médio, permitindo maior sociabilidade aos jovens, que, embora frequentando classes diferentes, teriam, em comum, atividades na biblioteca, na piscina, nos campos de esporte, nos grêmios, no refeitório, etc. Nesse sentido, o plano educacional de Brasília previa a construção de seis blocos construtivos agrupados em torno de uma praça central.



8

Fig. 1: implantação do Centro de Educação Média Elefante Branco (Fonte: Reis, 1960; p.8).

Nas palavras de Anísio Teixeira

o Centro de Educação Médio destinava-se a oferecer a cada adolescente a real oportunidade para cultivar o seu talento, tendo em vista dupla finalidade: preparar-se diretamente para o trabalho ou prosseguir a sua educação no nível superior. (Teixeira, 1961, p. 198)

A educação em nível superior deveria estar integrada com o nível médio, portanto, algumas disciplinas do currículo do ensino médio do CEMEB foram lecionadas no prédio onde funcionou temporariamente a UNB.

A autorização para a construção da UNB veio em 15 de dezembro de 1961, quando o então presidente da República João Goulart sancionou a Lei 3.998, que autorizava a criação da universidade. Darcy Ribeiro a frente da definição das bases da instituição e Anísio Teixeira encarregado do modelo pedagógico. As regras, a estrutura e concepção da universidade foram definidas pelo Plano Orientador, uma espécie de Carta Magna, datada de 1962, e ainda hoje em vigor. Os arquitetos responsáveis pela primeira etapa da construção da UNB foram Oscar Niemeyer, Lélé e alguns outros que passaram pelo escritório de Lucio Costa e Carlos Leão, sendo, portanto, diretamente

ligado a corrente arquitetônica que se tornou hegemônica a partir de meados dos anos 40 no panorama da arquitetura brasileira – a “Escola Carioca”.

Ao trazer a discussão para contemporaneidade tratei da agenda de políticas públicas em 2012 que aprovou a Lei N° 12.711 que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais de ensino técnico de nível médio. Legislação que traz em seu Art. 1º

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Abordei aspectos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Instituto Federal de Brasília (IFB) numa tentativa orientá-los.

A visita a UNB

A Universidade de Brasília abriga várias exposições de diversas áreas do conhecimento além de ser o próximo passo para os que escolherem e conseguirem ingressar no ensino superior universitário. Das duas turmas em que lecionei as aulas 23 alunos participaram da visitação. O roteiro da visita foi, primeiro, almoçamos no Espaço Honestino Guimarães. Segundo, percorremos a Galeria do Espaço Piloto do Instituto de Artes (IDA). Terceiro, conhecemos a biblioteca. Quarto, fomos ao Beijódromo. Finalmente visitamos o Instituto de Biologia e encerramos a atividade.

No Espaço Honestino Guimarães aprofundi o que já havia exposto na aula sobre a história do ex-aluno do CEMEB, Honestino, o golpe civil-militar de 1964 e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que viabilizou a construção do Espaço. O plano original era almoçarmos no Restaurante Universitário, no entanto, este estava fechado devido a um problema em uma das caldeiras. Um dos alunos observou que na placa que homenageia Honestino Guimarães deveria constar que ele foi aluno do “Elefante Branco”.

No Espaço Piloto do IDA comentei sobre a disposição dos prédios, os arquitetos que os construíram e os azulejos de Athos Bulcão. Na galeria contamos com uma excelente mediação da aluna Ingrid das artes. De forma geral, eles ficaram bastante envolvidos na mediação. Na biblioteca haviam três exposições. A primeira, no térreo, ensinava de forma lúdica a consultar o acervo da biblioteca pelos computadores. A segunda, no primeiro andar, era sobre os *ex-libris* da coleção de obras especiais e raras da Biblioteca Central (BCE). A terceira mostra, no subsolo, versava sobre bibliotecas virtuais e consultas em seus acervos. Combinei com os alunos 30 minutos para eles conhecerem as instalações da biblioteca e visitarem as exposições que desejassem. No Beijódromo, a mediação foi realizada por uma das antropólogas responsáveis por organizar o arquivo de Darcy Ribeiro, a Laura. A mediação foi espetacular. Aprendemos muito sobre o arquiteto Lélé que construiu o Beijódromo e outros prédios da universidade, sobre a vida e obra de Darcy e sobre algumas etnias indígenas. Os alunos receberam exemplares das obras completas de Darcy Ribeiro como doação para a biblioteca do CEMEB. Estes exemplares foram destruídos na enchente que ocorreu no prédio do CEMEB em Janeiro deste ano.

A avaliação da atividade

Durante a visita ficou claro que também houve diferença entre as turmas nos níveis de apreensão do que foi exposto nas aulas expositivas e discutido durante a visita. Por esse motivo, elaborei duas avaliações distintas. O segundo “D” elaborou um texto de 5 a 10 linhas, no qual, os alunos deveriam avaliar as desvantagens e as vantagens das alterações realizadas na fachada do prédio do CEMEB. A questão requiritava que os alunos baseassem suas respostas nas aulas expositivas sobre a história de Brasília e o plano educacional para instituições de ensino médio e superior. O enunciado da pergunta ressaltava que era indispensável na resposta a abordagem dos aspectos políticos, estéticos e econômicos que possibilitaram tais mudanças. O segundo “F” também elaborou um texto de 5 a 10 linhas baseado nas aulas expositivas sobre a história de Brasília e o plano educacional para instituições de ensino médio e superior. Entretanto, a questão perguntava quais eram os significados políticos, econômicos e estéticos das alterações realizadas na fachada do prédio do CEMEB até o momento.

Os 24 textos entregues me surpreenderam. Apenas uma aluna do segundo “F” conseguiu preencher todos os pré-requisitos do espelho de correção. Aliás, ela foi além porque se apropriou dos conceitos e avaliou criticamente a divisão do prédio médio do projeto original entre “Elefante Branco” e Centro Interescolar de Línguas (CIL). Muitos alunos conseguiram captar a ideia dos conceitos expostos e discutidos, no entanto, falharam na hora de reconstruir textualmente. Evidenciando, uma grave falha no letramento, que não é novidade pelas avaliações do ensino brasileiro feitas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Considerações finais

O projeto inicial era evidenciar as mudanças no comportamento dos alunos em relação aos conteúdos abordados/relacionados na visita, todavia, os resultados foram inconclusivos. Para uma análise mais próxima da realidade seria necessário uma atividade continuada que tivesse início no primeiro ano do ensino médio terminasse em seu último ano.

Entretanto, foi possível pontuar situações em que características de uma educação patrimonial emergiram dos alunos. Como o caso citado do aluno que ao visitar o Espaço Honetino Guimarães na UNB criticou a placa por não especificar que Honetino foi aluno do CEMEB. Ao contrário do modelo pedagógico formulado por Anísio Teixeira de integração, o CEMEB assim como tantos outros espaços da sociedade brasileira, tornou-se mais um espaço em que a segregação social é reproduzida.

Nota

¹ Ver, Anísio Teixeira. *Plano de Construções Escolares*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos n° 81, volume 35, jan/mar- 1961, p.195-199.

Referências

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez: 2009. P. 137-195.

_____. (org.). *O Saber Histórico na Sala de Aula*. São Paulo: Contexto, 2012. P. 104-116.

BRAGA, Milton. *O Concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. 1° Edição. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial, Museu da Casa Brasileira, 2010. P. 155-191.

BRASIL. *LEI N° 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

BRILLEMBOURG, Carlos (org.). *Latin American architecture, 1929-1960: contemporary reflections*. 1° Edição. New York: The Monacelli Press, 2004.

DROSTE, Magdalena. *Bauhaus-Archiv*. 5° Edição. Berlim: Bauhaus-Archiv Museum für Gestaltung, 2010.

NETO, Casimiro... [et al.] (org.). *Brasília, a idéia de uma capital: a legislação e o debate parlamentar: 1549-2010*. 1ª Edição. São Paulo: FAAP; Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010.

PEREIRA, Eva Waisros & ROCHA, Lúcia Maria da França. Anísio Teixeira e o Plano de Educação de Brasília. *28ª Reunião Anual da ANPED: 16 a 19 de outubro de 2005*. Caxambu, MG. Disponível em www.anped.org.br/reunioes/28/.../gt02-667--int.doc. Acesso em 10 de fevereiro de 2013.

RIBEIRO, Darcy (org.). *Universidade de Brasília: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e LEI n° 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. 1ª Reimpressão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

REIS, José. Construções Escolares em Brasília. *Módulo*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, p. 4-15, out. 1960.

ROCHA, Ricardo de S.. As propostas de ensino de Anísio Teixeira e os projetos de José de Souza Reis para a arquitetura escolar de Brasília. *9º seminário docomomo brasil interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente*. Brasília, junho de 2011. Disponível em http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/091_M03_RM-AsPropostasDeEnsino-ART_ricardo_rocha.pdf. Acesso em outubro de 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos temas nas aulas de história*. São Paulo: Contexto, 2010. P. 13-84.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de Construções Escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, 1961, 35 (81): 195:199, jan./mar.

*Encantos das religiões no século XIX:
os Études d'histoire religieuse (1857) de Ernest Renan*

Thiago Augusto Modesto Rudi*

No mês de março de 1857 eram publicadas algumas linhas no *Journal des Débats*, assinadas por “S. de Sacy”¹, que anunciavam a futura publicação do “amigo” Ernest Renan (1823-1892). A obra intitulada *Études d'histoire religieuse* (1857) seria constituída pela reunião de artigos publicados primeiramente em diversos jornais, todos relativos à “história crítica das religiões”. Nesta ocasião, com o “cuidado que merece o que sai da sábia pena” deste colaborador, Sacy se contentaria em apresentar os títulos dos artigos de Renan ali reunidos. Esta “simples indicação” bastaria, segundo Sacy, para “fazer sentir todo o interesse” da obra, até por que não haveria necessidade de acrescentar que Renan possuiria uma “erudição profunda”, um “raro talento de escrever” e um dos “espíritos” mais “finos e delicados” daquela época. Para que os leitores conhecessem antecipadamente o “espírito” do livro e, esperando a possibilidade de fazer uma exposição “detalhada” desta “curiosa e importante” obra, o crítico do *journal* reproduziria algumas passagens de seu prefácio (SACY, 1857).

É justamente a esta parte do livro de Renan que o presente texto se dedicará. Esse estudo procura abordar o prefácio dos *Études d'histoire religieuse* como um lugar privilegiado de interpretação de um projeto historiográfico singular, de configurações do saber e de conjunturas intelectuais e políticas (HARTOG, 2001). Sabendo-se que este livro é constituído por artigos publicados em periódicos entre os anos de 1849 e 1855, foi no prefácio que Renan buscou explicar alguns “silêncios” e definir projetos para uma história das religiões².

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Assis. Pesquisa realizada sob orientação da Profª. Drª Karina Anhezini de Araujo. Financiamento: processo nº 2012/11618-2, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: thiagomrudi@hotmail.com.

¹ Trata-se, provavelmente, de Ustazade Silvestre de Sacy (1801-1879), redator durante vinte anos do *Journal des Débats* e filho do famoso orientalista e primeiro presidente da *Société Asiatique* Antoine-Isaac Silvestre de Sacy (1758-1838). Para as diversas relações entre Silvestre de Sacy (pai) e Renan, veja (SAID, 1990).

² O objetivo deste texto está inserido em uma pesquisa de Mestrado intitulada “Tensões e possibilidades da historiografia francesa no século XIX: o caso Ernest Renan (1848-1863)”. Este estudo, ainda em andamento, busca interpretar os procedimentos e concepções que norteiam a escrita de Ernest Renan tomando como fontes privilegiadas seus artigos publicados em periódicos, os prefácios de seus livros e as atas das instituições que este historiador fora membro entre os anos de 1848 e 1863.

Mas, de forma talvez improvável, este texto de Renan não começaria tratando de qualquer temática muito específica ao problema das religiões em história. Sua preocupação inicial foi a de explicar aos leitores quais as implicações de reunir artigos de jornais em um livro. Este “hábito” que muitos caracterizariam como uma “tendência infeliz na literatura contemporânea” seria para Renan a “consequência inevitável” da importância assumida por trabalhos em revistas e pela parte literária de alguns jornais. E mais, este “novo gênero de literatura” talvez até fosse considerado no futuro como o mais característico de sua época. De qualquer modo, independentemente disso ser uma crítica ou um elogio, bastava para Renan que a importância de tal “gênero” fosse reconhecida em seu presente, para que não se acusasse os autores de “pretensões deslocadas” e de um “culto exagerado” às próprias obras (RENAN, 1857).

O problema é que mesmo tentando reunir “trabalhos análogos”, seria impossível desconsiderar que tais artigos tiveram sua “razão de ser” em uma “coletânea periódica”, em uma data já antiga, e não em um livro. Diante destes obstáculos, Renan construiria duas regras que, ao final, poderiam gerar outra dúvida: como, ao mesmo tempo, respeitar o “caráter primitivo” de uma obra e torná-la “menos imperfeita” em nova publicação? Em outras palavras, como tratar o desencontro consigo mesmo (HARTOG, 2013)? Renan seguiria estas duas “obrigações”, também afirmando que, mesmo contendo “peças escritas em uma época distante”, sobretudo, ao considerar os “acontecimentos que se apressaram” desde a primeira publicação, seu livro não conteria qualquer coisa diferente de seu “pensamento atual”. Mesmo que algumas páginas já não pudessem ser escritas da mesma forma em seu presente, Renan as “assinaria” sem nenhum “escrúpulo”, pois elas não ofereceriam qualquer coisa que não lhe parecesse “em conformidade com a verdade”.

Em companhia deste preceito para lidar com a própria historicidade, podia-se até louvar um dos “costumes literários” dos antigos: as “*retractationes*”. Em nota de rodapé, o autor explica que esta palavra, em latim, indicava apenas o trabalho do autor “que retoma” suas obras “à distância” e “que assinala” as modificações que “o progresso de seu pensamento lhe inspirava”. Este “excelente hábito” que praticava “tão ingenuamente a antiguidade”, esta crítica a si mesmo, com um “pouco de sinceridade”, poderia trazer frutos para o autor e para o público. Mas em sua época, Renan acreditava que tal prática seria considerada um “requite da vaidade”, e o escritor que se aventurasse, “expiaria indubitavelmente sua candura pelo prejuízo que ele causaria a sua própria autoridade”. Mas o que isso teria a ver com a história e, mais especificamente, com a história religiosa? Renan alegaria que o “dogmatismo

teológico” levava todos a uma ideia “estreita” de verdade. Qualquer um que não se colocasse como “doutor irrefutável” correria o risco de perder credibilidade diante dos leitores. Mesmo assim, para Renan, o “espírito científico” procederia por “delicadas aproximações”, “envolvendo” pouco a pouco a verdade, modificando incessantemente “suas fórmulas” para levá-las a uma “expressão” cada vez mais “rigorosa”, “variando seus pontos de vista” para nada negligenciar “na infinita complexidade dos problemas” apresentados pelo universo. Este procedimento seria em geral pouco compreendido e passaria por “uma confissão de impotência ou de versatilidade”. Correndo o risco de sofrer as mesmas críticas, a solução para o erudito seria não ceder a sua concepção de verdade à esta “vã pretensão de infalibilidade”. Da impossibilidade de uma prática antiga emergia uma verdade moderna.

Mesmo com estas considerações, duas observações que interessavam a “consciência religiosa” e “científica” de Renan deveriam ser feitas. A primeira se referia ao seu artigo a respeito de Channing (1854)³ no qual o autor teria criticado a obra deste reformador. Para além das objeções ao seu texto, Renan não omitiu sua admiração a este que teria sido o “melhor” movimento religioso visto pelo seu século. No entanto, sua preocupação ao escrever este artigo era o “desaparecimento da grande cultura e do grande gênio”, substituído pelos “progressos completados na ordem material” e na ordem de certa moralidade. Segundo o erudito francês, “a honesta e razoável filosofia americana” parecia mesquinha quando comparada à “amplidão” do catolicismo e à grande “atitude”, às vezes “crítica”, “filosófica e poética da Alemanha”. De qualquer modo, as “boas coisas”, segundo Renan, deveriam ser “apreciadas simplesmente” em sua “ordem de grandeza” e não comparadas com outras.

Enquanto a “consciência religiosa” marcava a singularidade das “boas coisas”, a “consciência científica”, na segunda observação de Renan, lembrava que seu artigo a respeito dos últimos historiadores das religiões da antiguidade⁴ não considerou os trabalhos alemães de mitologia comparada da raça indo-europeia. O autor explica que tais estudos não existiam ou não tinham “penetrado” na França no momento de escrita de seu artigo. Além disso, estas pesquisas ainda não teriam avistado completamente um “alcance”, mesmo pelos seus autores, e segundo Renan, ele próprio teria sua parte nas aproximações de “vistas paralelas” sobre as religiões semíticas. A unidade da raça indo-europeia, em sua oposição com

³ RENAN, E. Channing et le mouvement unitaire aux États-Unis. *Revue des Deux-Mondes*. Nouvelle période, 2ª série, T. 8, 15 dez. 1854, p. 1085-1107. Este texto é o oitavo capítulo dos *Études d'histoire religieuse* (p. 357-403).

⁴ Trata-se do primeiro capítulo dos *Études d'histoire religieuse* (p. 1-70), intitulado “Les religions de l'antiquité”. Sua primeira versão possui um título um pouco diferente: RENAN, E. Des religions de l'antiquité et de leurs derniers historiens. *Revue des Deux Mondes*, t. II, p. 821-848, 15 mai. 1853.

a raça semítica, nas religiões e nas línguas, serviria de base para a história das religiões da antiguidade. Mesmo que estas “descobertas recentes” fizessem “época na ciência”, Renan manteria as lacunas de seu artigo, pois elas ainda não estariam no ponto de serem apresentadas ao público como “resultados definitivos”⁵.

Estas observações que perpassavam as “consciências” de Renan e definiam referências para a história das religiões preludiaram a apresentação mais específica de seu livro. Os textos que o comporiam seriam “todos relativos à história das religiões” e buscariam, “sem ideias preconcebidas”, abordar as formas pelas quais o “sentimento religioso” se revestiu na antiguidade, na idade média e nos tempos modernos. Na definição deste objeto de estudo, a primeira justificativa poderia ser “íntima”: “estes assuntos tem para mim um atrativo que não dissimulo e ao qual não sei resistir” (RENAN, 1857:VI, tradução nossa). Além desse “atrativo irresistível”, a religião, para Renan, seria “a mais alta e mais cativante das manifestações da natureza humana”. Entre todos os “gêneros de poesia”, ela que melhor atingiria o “objetivo essencial da arte”, ou seja, “elevant o homem para além da vida vulgar e revelar nele o sentimento de sua origem celeste”. Mais do que em qualquer outra parte, seria na religião que os “instintos do coração” se mostrariam com mais evidência. Do conjunto desses “sistemas religiosos”, que são “partilhados” ou que “partilham o mundo”, “sobressairia” um “fato imenso” que constituiria “aos olhos” do erudito francês a “consoladora garantia de um futuro misterioso” onde a raça e o indivíduo reencontrariam suas obras e o “fruto de seus sacrifícios”.

Contudo, haveria uma “séria dificuldade” nesses estudos. Pois a “essência das religiões” estaria na exigência de uma “crença absoluta”, de se colocar acima do direito comum, de “negar ao historiador imparcial” toda competência quando se trata de “julgá-las”. As religiões, para apoiar sua pretensão de escapar a toda censura, seriam obrigadas a ter um “sistema particular de filosofia da história” fundada na crença em uma intervenção milagrosa da divindade nas coisas humanas. Aliás, segundo Renan, para as religiões o passado deveria “se dobrar” às necessidades do presente e fornecer uma base às instituições mais evidentemente levadas pelo “curso do tempo”. A “crítica”, “ao contrário”, deveria seguir apenas a “franca e leal indução”, “fora de qualquer segunda intenção política”. Seu princípio seria o de que o milagre não teria “lugar no tecido das coisas humanas”. Para o autor, a proclamação de que “tudo na história tem sua explicação humana”, mesmo quando esta

⁵ Em 1859, portanto, dois anos após a publicação de seu livro, Renan participaria da tradução e faria um pequeno prefácio à edição francesa da obra *Comparative Mythology* de Max Müller. Veja: (BOUVIER, 2010; MÜLLER, 1859:1-2).

explicação escapasse por falta de “informações suficientes”, fora inaugurada pela crítica. O problema é que esta oposição de métodos geraria a forma com que as religiões transformam “divergência” em “hostilidade”, vendo como “inimigos” todos aqueles que utilizam “os mais simples direitos da razão”.

Este “eterno” e “lamentável mal entendido” entre o “espírito crítico” e as doutrinas se tornaria o âmago de todo o prefácio. A primeira preocupação de Renan era a de que esta tensão não impedisse o espírito humano na via da “livre pesquisa”. Mesmo que uma “multidão de sistemas” se atribuísse a “verdade absoluta”, nenhum deles poderia “reduzir o outro” a nada, e a “abdicção da crítica” não contribuiria para dar ao mundo o “bem tão desejável da paz e da unanimidade”. “Suprimir a crítica”, segundo Renan, não significaria suprimir o “processo” e sim o “único juiz” que poderia “clarear” suas “obscuridades” (BUARQUE, 2010).

Renan ainda salientaria que a crítica, ao se utilizar deste direito por meio da história das religiões, não estaria cometendo qualquer atentado que pudesse “lastimar”. Do ponto de vista da “igualdade de direitos”, isto seria bem claro, já que os “controversistas religiosos” se permitiriam atacar, todos os dias, de forma violenta a “ciência independente”. A religião, para Renan, “atingiria” em seu “cume” o “céu puro do ideal” e, “ao mesmo tempo”, faria sua “base” sobre o “solo movediço das coisas humanas”, participando do que nelas haveria de “instável” e “defeituoso”. Assim, toda a obra cuja matéria fosse viabilizada pelo homem deveria estar “necessariamente aberta à crítica”. Para exemplificar, Renan afirmaria que a arte, assim como a religião, buscaria “expressar o infinito sob formas finitas” sem, contudo, renunciar a esta “missão” ao saber que nenhuma “imagem” poderia “representar o ideal”. Desse modo, não seria necessário mostrar que “toda forma religiosa” estaria em “enorme desproporção” com o seu “divino objeto”, e não poderia ser de outra maneira, já que “[...] todo símbolo deve parecer insuficiente e grosseiro quando comparado à extrema delicadeza das verdades que ele representa” (RENAN, 1857:X, tradução nossa). Desse modo, as religiões seriam “eternas e sagradas em seu espírito”, mas não poderiam ser igualmente em suas “formas” (MATA, 2010).

Na tentativa de definir os respectivos lugares da crítica e da religião, Renan multiplicaria os argumentos e exemplos, durante todo o texto, para “protestar” “de uma vez por todas” contra a “falsa interpretação” que consideraria seus “ensaios sobre a história das religiões” como “obras de polêmica”. Segundo o autor, a polêmica exigiria uma “estratégia” que renunciaria a “própria essência do espírito científico”, escolhendo o “lado fraco de seus

adversários” e nunca tocando em “questões incertas”. O problema fundamental da discussão religiosa – o “fato da revelação e do sobrenatural” – nunca seria “tocado” por Renan. Ele estaria resolvido com “inteira certeza”, mas discuti-lo não seria “científico”, porque a “ciência independente” o consideraria previamente resolvido. Seria uma “falta capital” transportar para o “terreno dos problemas delicados e obscuros” uma questão que se trataria com maior evidência nos “termos grosseiros” postos geralmente pelos “controversistas” e “apologistas”. Renan afirmaria, inclusive, que se alegraria caso convencesse os teólogos da diferente “ordem” que existe entre os escritos dos dois, pois os seus deveriam ser compreendidos como “puras pesquisas de erudição”, nas quais se buscaria ensaiar a aplicação da crítica, seguida “em outros ramos da história e da filologia”, na religião judaica e cristã. Quanto às “questões propriamente teológicas”, Renan as abordaria assim como tantos outros “historiadores críticos das religiões da antiguidade”: sem a obrigação de refutação ou apologia dos cultos estudados (DATE-TEDO, 2007; BUARQUE, 2010).

É neste sentido que a “história da humanidade” poderia ser definida, simultaneamente como “vasto conjunto em que tudo é essencialmente desigual e diverso”, e onde “tudo é da mesma ordem, sai das mesmas causas, obedece às mesmas leis”. Assim, estas leis seriam “procuradas” pelo estudioso com a única “intenção” de “descobrir a exata nuance do que é”. “Nada”, segundo Renan, o faria “trocar um papel obscuro, mas próspero para a ciência” pelo “fácil” papel de “controversista”. Renan não contestaria a “necessidade” desta “polêmica”, mas ela não estaria nem em seus “gostos”, nem em suas “aptidões”, para ela, Voltaire bastaria. Até por que, “não se pode ser, ao mesmo tempo, bom controversista e bom historiador”. Voltaire, “tão fraco como erudito”, Voltaire, “tão desprovido do sentimento da antiguidade”. Diferentemente dos pares de Renan, “iniciados em um método melhor”, Voltaire seria “vinte vezes vitorioso” sobre adversários “ainda mais desprovidos de crítica do que ele mesmo”. Segundo Renan, a nova edição das obras completas deste “grande homem” satisfaria a necessidade que seu “presente” sentia de dar uma “resposta às invasões da teologia”. Tal resposta seria “má em si”, mas “adequada” ao que se tratava de “combater”; “resposta atrasada a uma ciência atrasada”⁶.

Não sendo esta a escolha de Renan, ele se “contentaria” em convidar todos aqueles que possuíam o “amor do verdadeiro e a grande curiosidade” para fazerem melhor, dedicando seus trabalhos ao “pequeno número daqueles que andam na grande linha do espírito humano”.

⁶ Mesmo que Renan cite Voltaire apenas nesse momento e desta forma, é perceptível, quando se lê o verbete *histoire* de Voltaire, o quanto suas questões e suas referências ainda são encaradas como desafios na escrita da história de Renan. Veja, principalmente, (KERN, 2010; VOLTAIRE, 2007).

Os que, ao invés de “perseguir a forma mais elevada de verdade”, combatessem as opiniões de seus tempos, não teriam mais valor a partir do momento em que a opinião combatida deixasse de existir. A refutação da “magia” e da “astrologia judiciária” nos séculos XVI e XVII teria prestado “à razão um imenso serviço”, mas os atores desta refutação e seus escritos seriam desconhecidos. Diferentemente de Pierre Bayle e Richard Simon, cujos trabalhos mesmo que fossem “ultrapassados sobre vários detalhes”, continuariam “para sempre” entre aqueles “grandes promotores do saber humano” (FOA, 2010; RÖMER, 2012).

Por meio desses e tantos outros argumentos e autores, este prefácio esperava consolidar a ideia de que uma história crítica das religiões não buscaria o enfraquecimento do “sentimento religioso”, e sim “elevá-lo” e “purifica-lo”. Mesmo por que, segundo Renan, um homem que levasse a vida a sério e empregasse sua atividade na “perseguição de um fim generoso” seria religioso. Assim, tal história não negaria a fé, ao contrário, levaria todos até ela, mostrando a constante fé da humanidade em um “princípio celeste” e em uma “ordem suprema”, sem impor uma crença no sobrenatural (BUARQUE, 2010; MATA, 2010). Não se poderia obrigar a ciência a passar pela “censura” de um poder que não teria nada de científico. Não se poderia confundir “a lenda com a história”, mas que não se tentasse banir a lenda, já que ela revestiria “necessariamente a fé da humanidade”.

“Ele” também esperava que se compreendesse a distância que separaria o controversista, que aspira a mudança das formas religiosas existentes, do *savant* que proporia somente um “objetivo especulativo”, sem qualquer “aplicação direta na ordem dos fatos contemporâneos”. Mesmo por que, para o autor, “o governo das coisas deste mundo” pertenceria a forças que não aquelas da ciência e da razão; o “pensador” teria pouco direito na “direção dos assuntos de seu planeta” e aceitaria a “impotência sem pesar”. “Espectador no universo”, o *savant* saberia que o mundo apenas lhe pertence como “tema de estudo” e, quando ele pudesse “reformá-lo”, talvez o achasse tão “curioso”, “tal como ele é”, que não teria “coragem”.

Ao final do prefácio, Renan explica que tinha resolvido responder as recentes críticas que mereceriam uma retificação. Mas o silêncio que ele conservara até aquele momento, permitindo aos “adversários” triunfar como vitoriosos, ele preferia continuar conservando. Até por que, de acordo com seus planos de uma “pesquisa inflexível da verdade”, segundo suas forças e a partir de todos os “meios de legítima investigação” disponíveis; de uma “expressão firme e franca” dos resultados que lhe parecessem “certos ou prováveis” fora de qualquer “segunda intenção de aplicação” e de uma “docilidade” ao se corrigir graças à

“crítica de pessoas competentes” ou ao “progresso da ciência”, ele necessitaria apenas da liberdade da própria ciência. E com relação aos “ataques da ignorância e do fanatismo”, quando os achasse “sinceros”, eles o “afligiriam” sem “abalá-lo”. Neste caso, Renan esperava chegar ao hábito de não ficar “entristecido”.

O certo é que este silêncio, cantado em voz alta por Renan, duraria até 1862, quando, em sua primeira lição no *Collège de France*, o autor definiria Jesus como um “homem incomparável”⁷. Seu curso seria suspenso, e dali em diante o silêncio se transformaria em uma defesa, quase religiosa, da cientificidade da história. Irresistíveis encantos e entristecidos silêncios margeavam a “polêmica” história das religiões em meados do século XIX.

Referências:

BUARQUE, V. A concepção de História na Teologia Católica do Oitocentos. *Estudos de Religião*, v. 24, p. 61-79, jul./dez. 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ER/article/view/2121/2341>>.

Acesso em: 03 abr. 2013.

BOUVIER, A. La rencontre entre Flaubert et Renan autour des *Études d'histoire religieuse*. *Flaubert*, 4, 2010, [em linha]. Disponível em: <<http://flaubert.revues.org/index1229.html>>. Acesso em: 26 ago. 2011.

CERTEAU, M. de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DATE-TEDO, Kiyonobu. *L'histoire religieuse au miroir de la morale laïque au XIXe siècle en France*. 2007. Thèse (Doctorat en Sciences de l'Homme et de la Société) - Université Charles-de-Gaulle-Lille 3, Paris. Disponível em: <http://hal.archives-ouvertes.fr/docs/00/31/09/53/PDF/Kiyonobu_Date.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2011.

FOA, J. Histoire du religieux. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; Garcia, P.; OFFENSTADT, N. (Dir.). *Historiographies*. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010. p. 268-281. (Tome I).

HARTOG, F. (Org). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Tradução: Andréa Souza de Menezes et al. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KERN, D. Voltaire. In: MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 33-41.

MATA, S. da. *História & Religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

⁷ Trata-se do discurso de abertura do curso de língua hebraica, caldeia e siríaca do *Collège de France*, pronunciado por Renan no dia 21 de fevereiro de 1862. (RENAN, 1862).

MÜLLER, M. *Essai de Mythologie Comparée*. Paris, Durand Libraire; Londres, W. Norgates Libraire, 1859.

RENAN, E. *Études d'histoire religieuse*. Paris: Michel Lévy frères libraires-éditeurs, 1857. p. I-II. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k61133332.r=etudes+histoire+religieuse.langPT>>. Acesso em: 17/10/2011.

_____. *De la part des peuples sémitiques dans l'histoire de la civilisation*. (Discours d'ouverture du cours de langues hébraïque, chaldaïque et syriaque au Collège de France). 4 ed. Paris: Michel Lévy Frères, 1862.

RÖMER, T. Renan et l'exégèse historico-critique de la Bible. *Colloque de rentrée du Collège de France: Hommage à Ernest Renan*, Paris, 11 e 12 de outubro de 2012. Disponível em: <http://www.college-de-france.fr/site/colloque-2012/p1347353206910_content.htm#|q=../colloque-2012/symposium-2012-2013.htm|p=../colloque-2012/symposium-2012-10-11-16h00.htm>. Acesso em: 23 out. 2012.

SACY, S. de. [Fragmento do prefácio dos *Études d'histoire religieuse* com observações de S. de Sacy]. *Journal des Débats*, 18 mar. 1857.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VOLTAIRE. História; Historiógrafo. In: _____. *A filosofia da história*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 1-36.

Encontro com os Botocudos: a experiência do Príncipe Maximilian

Helena Azevedo Paulo de Almeida¹

Para o desenvolvimento deste trabalho, baseamo-nos na prerrogativa de que os relatos que envolvem os Botocudos² e que se encontram contidos na grande massa de documentação, principalmente os encontrados no Arquivo Histórico Ultramarino, correspondem a reclamações de ataques às roças de colonos ou conflitos envolvendo agressões mútuas. O problema é que a falta de um relato conciso de um ritual antropofágico envolvendo esses autóctones criaram certa abertura para a dúvida de tal afirmação.

Desde as primeiras décadas da colonização brasileira, a idéia de um ritual antropofágico tem como fundamento o relato de Hans Staden, que fora mantido como cativo entre os Tupinambá. Em contrapartida ao relato de Staden, usaremos essencialmente a publicação feita em razão da viagem do Príncipe Maximiliano³ de Wied-Neuwied, ocorrida no ano de 1815, o mais completo dentre todos os relatos envolvendo os Botocudos e relativamente próximo à série de Cartas Régias, promulgadas em 1808.

O ponto a ser discutido aqui não é se eram ou não canibais os Botocudos, mas a possibilidade de não o serem dentro do período abordado. A construção de uma imagem sobre o índio brasileiro mudou drasticamente ao longo de quatro séculos de contatos intensos e, claro, envoltos de concepções marcadamente parciais. Eram eles, no início da colonização territorial brasileira, almas puras de um novo paraíso na terra para, em seguida, figurar no imaginário europeu como demônios de uma terra inóspita. Essa percepção sobre o gentio oscilou à medida que também oscilaram as leis que os envolviam.

Foi a partir da abertura dos portos brasileiros, em 1808, que ocorreu o estímulo das pesquisas científicas no Brasil, de forma que o contato direto com os indígenas, com intuito acadêmico, se iniciou. A vinda de variados viajantes de diferentes nacionalidades pôde, então, influenciar nessa visão do outro, do diferente, de forma a problematizar a imagem gentílica

¹ Graduanda pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), bolsista de iniciação científica pelo CNPq.

² A convenção para a grafia de nomes indígenas, estabelecida na 1ª Reunião da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1953, estabeleceu que “os nomes tribais, quer usados como substantivos, que como adjetivos, não terão flexão de gênero e de número, a não ser que sejam de origem portuguesa ou morficamente aporuguesados”, Cf. “Revista de Antropologia” vol. 2, nº 2, São Paulo, 1954, pp. 150-152)

³ Existe uma variada ortografia envolvendo o nome do príncipe de forma que, para a melhor adaptação ao texto em português, preferiu-se o abrigamento do mesmo.

que era difundida na colônia. Em relação aos Botocudos, deve-se dizer que os viajantes que mencionaram tais gentios referiam-se sempre às suas indômitas relações com os nacionais e a antropofagia. Percebe-se, na seguinte passagem, que embora essas menções à antropofagia fossem constantes, não eram baseadas em observações, mas sim em menções de terceiros:

“Dentre todos o mais fero é o Botocudo, antropófago e até agora indomável. Não conhecem outras armas à exceção do arco e flecha, armas terríveis, e uma vez empregadas, sempre mortíferas. Errantes pela maior parte principalmente, o Botocudo que pouco se demora em suas rancharias, deixando-as a miúdo cobertas dos sinais de toda a qualidade de operações físicas, a menos circunstância os faz mudar de domicílios. Há todas as aparências para crer que são monógamos.” (VASCONCELOS, 1994, pp. 76-77).

Dentre os viajantes, o que estipulou contato direto e minucioso com os Botocudos foi o príncipe Maximiliano, que esteve em terras tupiniquins em 1815, com a intenção de estudar a fauna e flora brasileira. Na estada no Rio Grande de Belmonte, nome coadjuvante ao Jequitinhonha, se deparou com grupos errantes de Botocudo, cuja maioria já se encontrava em contato pacífico com os colonos, de forma que pôde desenvolver uma abordagem de contato vitoriosa, que culminou na ida para a Alemanha de um Botocudo e companheiro do viajante Queck⁴.

O príncipe, em seu relato de viagem, reserva dois capítulos para desenvolver a abordagem sobre os Botocudos. No último capítulo do primeiro tomo, Maximiliano desenvolve a narrativa sobre o contato que era estabelecido entre o gentio e os integrantes do Quartel dos Arcos: “esse posto militar fora estabelecido, dois anos e meio antes, pelo Sr. Marcelino da Cunha, ouvidor da comarca, por ordem do governador, Conde dos Arcos” (WIED-NEUWIED, 1989, pp. 245). Aqui devemos mencionar que tal localidade não se encontrava dentro do território da capitania de Minas Gerais, no entanto, usamos da obviedade de que os indígenas não se locomoviam pensando nas fronteiras estipuladas pelo governo português. Assim, se a pesquisa sobre os Botocudos da região do Vale do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha engloba o território de fronteira entre os atuais estados de Minas

⁴O nome do indígena que acompanhou o príncipe Maximiliano, sofre algumas alterações nas diferentes edições do seu relato de viagem, além dos vários comentadores da obra. Assim, é possível encontrar referências ao indígena Quack, ao invés de Queck, que é como o Botocudo é mencionado na edição trabalhada nesta monografia.

Gerais, Espírito Santo e Bahia, trata-se, infelizmente, de uma dificuldade a mais que tivemos que enfrentar.

Estabelecido na região, o príncipe demonstra ser o primeiro viajante a de fato se preocupar com os costumes dos Botocudos, principalmente ao relatar a maneira pela qual esses indivíduos se cumprimentam: “Receberam-nos com a maior cordialidade; o velho capitão June cantou uma canção alegre, chegando alguns a afirmar que o viram deitar lágrimas de contentamento. Tem-se assegurado que os Botocudos costumam, cumprimentando-se, cheirar os punhos uns dos outros” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 245). Encontrando-se em território abaixo de Minas Novas, Belmonte era o exemplo nítido de boa convivência com os Botocudos, embora as mesmas queixas ainda fossem mencionadas sobre o regular abandono das roças em favor da volta às matas para caçar:

“Esses exemplos mostram que os Botocudos já se vão aproximando da civilização, mas provam, igualmente, que lhes é muito difícil renunciar à vida natural de caçadores errabundos, de vez que abandonam com tanta facilidade as plantações feitas por eles mesmos. Somente o aumento da população européia e a diminuição dos territórios de caça podem induzi-los a uma mudança gradual do modo de vida” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 251).

Na passagem acima, Maximiliano demonstra a necessidade urgente de evitar a volta dos Botocudos às matas.

Ainda, sobre os relatos que circundavam a Europa, em suma altamente fantasiosos, o príncipe consegue se desprender do imaginário com que poderia estar acostumado em sua terra natal. Claro que aqui deve-se considerar a preparação pela qual passou com a intenção de realizar a viagem. Embora muitos autores reafirmem a intenção de Maximiliano de pesquisar os aspectos naturais do Brasil, outros, como Josef Röder, abordam a tendência do príncipe de encontrar os naturais da terra. Concordamos com essa afirmação, visto que, ao realizar sua preparação para os estudos científicos, o futuro viajante provavelmente redimensionou sua pesquisa de estudos zoológicos, voltando-se para o comportamento do ser

humano. Após seu retorno a Wied, Maximiliano voltou a viajar para as Américas com a intenção de encontrar os indígenas norte-americanos⁵.

Vale ressaltar a percepção do príncipe sobre os indígenas e sua tentativa de compreendê-los em sua própria realidade⁶, mas, por mais que o relato de Maximiliano tenha sido primordialmente benevolente com o aspecto dos Botocudo, não se deve encará-lo como um trabalho à frente de seu tempo. Muito pelo contrário, o príncipe menciona, no decorrer do texto, muitas abordagens que sugerem o caráter “incivilizado” do gentio. Ao descrever as pinturas corporais dos Botocudo, embora enfatize a falta de deformidades corporais que não os *gnimató* e *numé*, o viajante menciona que mesmo “com o urucu, que facilmente se apaga, pintam principalmente o rosto, da boca para cima, com que adquirem um aspecto extremamente feroz e afogueado”(WIED-NEUWIED, 1989, p. 290).

Sobre a vingança, constantemente presente nas relações entre os indígenas brasileiros, Maximiliano refere que

“não são criados por nenhum princípio moral, nem tampouco sujeitos a quaisquer freios sociais, deixam-se levar inteiramente pelos seus sentidos e pelos seus instintos, tais como a onça nas matas. Os irremediáveis ímpetus de suas paixões, a vingança e a inveja em particular, são neles tanto mais temíveis, quanto irrompem rápida e subitamente. É também freqüente esperarem uma oportunidade favorável para exercer vingança, dando então plena expansão aos seus desejos de vingança. Nunca deixam de tirar uma desforra pela menos ofensa, e é uma felicidade quando não restituem muito mais do que aquilo que receberam”(WIED-NEUWIED, 1989, p. 292) .

Demonstra-se, assim, a comum percepção sobre os indígenas, que não era de forma alguma peculiar ao gentio Botocudo. A vingança era, como mencionado, o motor propulsor dos contatos entre as diferentes aldeias, e mesmo o conflito físico era interpretado de forma ritualizada. Maximiliano ainda presencia uma representação desses conflitos entre dois grupos de Botocudos, quando observa juntamente com considerável platéia o início do combate:

⁵ Para leitura mais aprofundada do contexto em que o príncipe se estabelecia, consultar Camara Cascudo, “O Príncipe Maximiliano no Brasil”.

⁶ No relato analisado, o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied aproxima com, porque não, um viés antropológico, a relação de volta ao lugar de nascimento que os índios, por vezes, necessitam voltar às matas, e o sentimento de caça que qualquer caçador tem por ansiedade voltar aos espetáculos da natureza. Assim, Maximiliano representa a possibilidade de compreensão do indígena, além sua aproximação com a realidade vivenciada por ele e os colonizadores, que tanto atacavam os indígenas com justificativas absurdas.

“De início, os guerreiros de ambos os lados soltavam gritos curtos e rudes em desafio mútuo, cercando-se como cães raivosos, ao mesmo tempo que aprontavam os paus. (...) Quando o duelo se tinha prolongado por algum tempo, voltavam a fitar-se com olhar grave, soltando gritos de desafio, até que o heróico entusiasmo os tomava de novo e punham os paus a funcionar. (...) E por esse modo o combate durou cerca de uma hora; embora todos dessem mostras de cansaço, alguns ainda mostravam coragem e perseverança, rodeando-se aos gritos de desafio. O capitão Jeparaque, figura principal do bando ofendido, resistiu até o fim (...) mas já estava em tempo de fazer-se a paz; ao que, por fim, se retirou subitamente do campo, voltando para o quartel” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 271)⁷.

Mesmo considerando que o relato acima corresponda a uma representação de conflito, e ainda que o conflito em questão tenha ocorrido entre dois grupos de Botocudo, nota-se que não se aproximam dos relatos sobre grupos antropófagos de fato. O príncipe relata vários eventos de ataques por parte de grupos Botocudo, com resultado de morte para os alvos, mas em nenhum momento o canibalismo é mencionado.

No decorrer do relato de viagem, Maximiliano aborda sucessivas vezes, em “Algumas palavras sobre os Botocudos”, já no segundo tomo de sua obra, a aproximação historiográfica dos Tapuia com os Aymoré e Botocudos, como se um grupo derivasse diretamente do outro. Essa situação se evidencia, por exemplo, no momento em que o autor aborda justamente a antropofagia dos Botocudos, mas exemplifica uma situação de proximidade com os Tapuia. Na descrição da proximidade entre os restos mortais dos macacos e de seres humanos, o príncipe afirma:

“(...) os índios preferem os macacos a qualquer outra caça, e, uma vez que o esqueleto desses animais tem tanta semelhança com o do homem, é possível que os europeus, ao encontrar restos das refeições dos botocudos cometessem o engano de acusá-los de preferir especialmente carne humana. Seja como for, como espero mostrar adiante, esses selvagens não podem ser isentos da culpa de comer carne humana; todavia parece certo que não o fazem por achá-la mais saborosa, senão que raramente se entregam a essa

⁷ O relato transcrito aborda também o embate estabelecido pelas mulheres dos grupos em conflito. Da mesma forma que os homens, elas também brigavam entre si, mas nunca equiparavam forças com outro homem.

inqualificável abjeção, e só com o fito de satisfazer a sede de vingança”
(WIED-NEUWIED, 1989, p. 301).

Pode-se perceber, na passagem acima que, ao mesmo tempo em que o autor propõe a possibilidade de engano por parte dos portugueses, ele também reafirma a conotação antropofágica em relação aos mesmos indígenas. O porém desta afirmação é, realmente, a aproximação direta desses Botocudo com os Tapuia, outro grupo altamente genérico que englobava uma grande diversidade de grupos étnicos. Assim como o termo Botocudo, que designa uma grande quantidade de grupos diferentes, muitas vezes em conflito, o termo Tapuia era a denominação de uma variedade ainda maior de grupo, tanto que os Botocudos eram considerados Tapuia.

Outro ponto a favor do viajante diz respeito à consciência de que muitas informações foram mal direcionadas e coletadas erroneamente por parte dos oficiais militares, de membros do corpo governamental e mesmo dos próprios viajantes. O autor discorre em todo o texto sobre a concordância e discordância ocasional com um ou outro autor. Porém, vale a pena mencionar a discordância direta que Maximiliano tem de um conterrâneo e viajante contemporâneo - Wilhelm Ludwig von Eschwege, engenheiro que percorreu as terras brasiliensis, mas mais especificamente a capitania de Minas Gerais, onde percorreu o Vale do Rio Doce. Em sua viagem, Eschwege sentiu-se seguro o suficiente para descrever o gentio Botocudo que ali vivia. Porém, a grande crítica de Maximiliano é justamente o não contato desse viajante com o Botocudo do Rio Doce. No relato *Journal von Brasilien*, o engenheiro alemão menciona a prática da antropofagia entre os Botocudos partindo de fonte confiável. A crítica do príncipe, assim como a nossa própria, é que a falta de contato com esse gentio proporcionaria um relato por parte de terceira pessoa e, dessa forma, questionável, reproduzindo o imaginário correspondente ao indígena que percorria pela Europa.

A construção identitária sobre o ameríndio se baseou, como já mencionado, na observação parcial do estrangeiro sobre o outro indivíduo, considerado estranho. Partindo desse pressuposto, sabemos que Maximiliano foi pioneiro ao considerar o indígena menos distante do europeu. O príncipe afirmou categoricamente: “Embora não me balance a supor haja pura invenção nestas asserções, parece-me muito provável que provenha de fatos mal observados, pois que eu entre os selvagens mais primitivos das selvas este-brasileiras, a quem não repugna assar e devorar a carne de seus inimigos, nada observei nem ouvi contar de semelhante” (WIED-NEUWIED, 1989, p.307).

A fama bravia desses indígenas seria justificada por relatos de terceiros considerando a antropofagia como comum entre os Botocudo. Maximiliano vai de encontro a sua própria crítica contra Eschwege ao afirmar a antropofagia por parte do gentio, baseando-se no relato de que lhe tinham contado⁸. Seriam esses índios antropófagos sob a argumentação de que, quando colocavam as mãos em seus inimigos, a carne seria devorada, com a exceção da cabeça e do ventre. Faz-se necessário ressaltar aqui, mais uma vez, que os relatos existentes nos dias atuais sobre rituais antropofágicos dos indígenas brasileiros remetem ao aproveitamento de tudo o que uma caça, ou no caso a vítima, poderia oferecer, sendo pouco provável o descarte de partes supracitadas.

Mesmo o método de combate dos indígenas brasileiros como um todo era alvo de críticas por parte dos colonizadores. Na Europa, os campos de batalha eram delegados previamente, de modo que os inimigos, frequentemente, saberiam onde seria o conflito e até o horário estipulado para tal. Essas batalhas seriam travadas em campos abertos de planícies, como é próprio da maior parte do terreno europeu. Esperava-se pelo conflito e o embate era abraçado. No entanto, as matas tropicais não possibilitavam um combate reconhecidamente europeu, considerando a princípio o terreno em que se encontravam. As matas fechadas eram próprias, justamente, para o tipo de enfrentamento com que os indígenas estavam habituados: as tocaias. Essa forma de ataque fazia com que os colonos vivessem em medo e esperassem um ataque a qualquer momento. Para a percepção européia de peleja, a tocaia era encarada como forma desleal, própria de gente traiçoeira:

“não costumam os selvagens combater em campo aberto, faltando-lhes verdadeiramente a coragem, pelo que as suas vitórias são obtidas exclusivamente à custa de astúcia ou da superioridade numérica. (...) Eles fazem em tiras a carne de seus inimigos, cozinham-na em sua panela, ou assam-na; espetam-lhes depois, com grande festa, as cabeças em estacas, em torno das quais dançam, cantam e gritam” (WIED-NEUWIED, 1989, p. 313).

A princípio, a abordagem do príncipe não contesta a antropofagia desses indígenas, mas a afirma. No entanto, é necessário ressaltar que o príncipe, mesmo que de forma sutil, em alguns momentos entra em contradição. A passagem acima nos remete à indagação de

⁸ Na passagem em questão, o príncipe argumenta “Contaram-me, porém, terem sido vistos alguns em Belmonte, utilizados em trabalhos diversos, como escravos”. WIED-NEUWIED, Maximiliano de. “Viagem ao Brasil”, p. 311

Maximiliano à Queck. O questionamento anterior de Maximiliano seria em torno de haver ou não festas específicas no grupo de Queck, a que o indígena prontamente responde que não havia danças ou cantigas em seu grupo de origem. Essa afirmação do índio se contrapõe à afirmação acima citada, além de não condizer com as utilizações relacionadas com as partes corporais dentro de um ritual antropofágico. O próprio relato parece ter sido incorporado de variações ritualísticas canibais, mas que remetem a grupos étnicos da Guiana, como o próprio autor comenta em análise da obra de Barrère⁹.

Por fim, o relato que Maximiliano menciona por último é o que Queck teria revelado após tempos de indagação por parte do príncipe. Não que o relato não seja verídico, mas existem certas oposições que não podem deixar de ser mencionadas. O ameríndio, companheiro de viagem de Maximiliano, pertencia originariamente a um grupo errante de Botocudos, que não foi especificado na obra. Assim, quando esse grupo do Belmonte era indagado sobre sua possível antropofagia, era defendido que

“(…) não há dúvida porém que, por vingança, devoram a carne dos inimigos mortos em combate, como prova muito claramente a declaração feita pelos chefes mansos dos rio Belmonte, de comerem a Jonué [iakiiam] seu inimigo comum. Quando interrogavam os botocudos de Belmonte sobre esse horrível costume, negavam sempre a sua existência entre eles; acrescentavam porém usarem-no ainda Jonué e outros compatriícios seus”(WIED-NEUWIED , 1989, p. 314).

Aqui fica afirmada então a antropofagia dos Botocudos. No entanto, devemos analisar essa indagação numa perspectiva interdisciplinar, necessária para se compreender com maior profundidade um documento baseado em testemunho alheio¹⁰. Primeiramente, a contínua afirmação de que os Botocudos do Belmonte não fossem antropófagos deve ser levada em consideração tratando-se de um relato compartilhado por vários indivíduos. Outro ponto a ser levado em consideração é o ódio dos variados grupos encontrados por Maximiliano em relação ao chefe Jonué Iakiiam. Esse líder específico reaparece constantemente nos relatos de Maximiliano que envolvem os Botocudos, sempre marcado por ofensas e por referências aos históricos de conflitos étnicos. A necessidade de caracterizar o indivíduo da pior maneira

⁹ WIED-NEUWIED, Maximiliano de. “Viagem ao Brasil”, p. 313

¹⁰ Sabemos que mesmo a análise parcial do observador, é carregada de parcialidade, de forma que um testemunho, em sua maioria das vezes, condiz mais com a realidade do observador, do que do observado.

possível remete a uma situação de auto-afirmação dos índios que já se encontravam inseridos ou em inserção na sociedade colonial que ali se formava. O canibalismo seria a maneira mais rápida de se elevar frente ao seu inimigo, enfatizando as qualidades morais do grupo em contato com os nacionais.

Em seguida ao relato acima destacado, Maximiliano defende a antropofagia dos Botocudos com base no que Queck ainda diz sobre o próprio grupo. Quando era indagado sobre a presença de atos canibais, o indígena sempre se desvencilhava, afirmando que não comia outros índios.

“Durante muito tempo receou ele falar-me a verdade sobre o assunto; resolveu porém, finalmente, fazê-lo, depois que lhe assegurei saber que todos os da sua horda, no baixo Belmonte, haviam desde muito tempo abandonado aquele hábito. Contou-me então a cena que vou narrar, e de cuja verdade devemos tanto menos duvidar, quanto mais difícil nos foi conseguir dela sua descrição. Um chefe de nome ‘Jonué cudgi¹¹’, filho do famoso ‘Jonué iakiiam’, aprisionara um patachó. Todo o bando se reuniu, o prisioneiro foi trazido de mãos amarradas, sendo morto por ‘Jonué cudgi’, com uma flechada no peito. Fizeram então uma fogueira, onde foram cortadas e depois assadas, as coxas, os braços e as outras partes carnudas do corpo, que todos depois comeram, dançando e cantando. A cabeça foi pendurada num poste, por meio de uma corda, que entrava pelos ouvidos e saía pela boca, de modo a poder-se erguê-la e abaixá-la. Ali ficou a secar, depois de lhe haverem arrancado os olhos e raspado os cabelos, com exceção de um tufo sobre a testa”(WIED-NEUWIED, 1989, p. 315).

Aqui há uma séria de contradições que devem ser ressaltadas. Primeiramente, a continuidade de ofensas ao filho de Janué iakiiam. A vingança, presente nos conflitos étnicos no decorrer do processo civilizatório brasileiro, e anterior ao mesmo, continua presente mesmo no século XX. Não seria exceção a perduração de tais ofensas. Assim, o filho continua a receber as mesmas críticas do pai, a de ser canibal. Em prol da civilidade do grupo do qual tinha origem, Queck rebaixa o grupo de Janué, pai e filho, caracterizando-os continuamente como canibais.

¹¹ A palavra Cudgi, na língua Botocudo Borun, se refere à “pequeno”, individualizando a persistência do chefe em seu filho, embora a chefia das hordas não fossem hereditárias, e sim em detrimento de mérito conquistado e reconhecido pelo grupo.

Outro ponto a ser questionado no relato de Queck é a própria caracterização do ritual canibal que o mesmo relata. Em seu testemunho, apenas as partes carnudas teriam sido ingeridas pelo grupo inimigo, estipulando uma conotação de utilidade protéica e não ritual. As partes carnudas remetem ao canibalismo por sobrevivência, e a ingestão de musculatura “em tiras”, como anteriormente mencionado, retifica essa percepção. Ainda, a utilização da cabeça, praticamente mumificada, remete a uma realidade recorrente em outras regiões das Américas, como mencionado na obra de Maximiliano, em relação à Guiana.

A posição dos indígenas brasileiros é a de utilizar de tudo o que uma caça ou vítima possa oferecer. Dessa forma, à exceção frequente do conteúdo intestinal, que era descartado, todo o resto era ingerido, fosse animal ou humano. A utilização dos restos mortais como utensílios domésticos é presente também nos relatos envolvendo caças de animais, em que os ossos eram utilizados como colheres e facas. Esse aspecto é outro ponto que se contrapõe à fixação das cabeças secas, como relatado, em cordas de modo a que ficassem disponíveis aos olhares de outros grupos e como anteriormente mencionado, acontecia na Guiana.

Parece-nos aqui que a utilização de tal relato tenha se originado de uma situação de testemunhos atemporais, estipulados sobre a grande generalização de “indígenas das Américas” e sua selvageria, utilizando também de uma noção de apropriação de relatos presentes em outros grupos étnicos, e sobrepostas em uma mesma situação¹².

Devemos ressaltar novamente, no entanto, que não duvidamos, neste trabalho, da antropofagia passada referente aos indígenas brasileiros. Perante as diferentes culturas das Américas, o canibalismo está presente em grande parte da extensão continental, e não nos cabe estipular um olhar etnocêntrico sobre as práticas rituais vigentes, tanto no período pré-cabralino, quanto nos contatos realizados posteriormente. No entanto, o próprio contato entre os nativos e os colonizadores pode ter ocasionado uma mudança cultural por meio da fricção interétnica no decorrer dos anos e séculos posteriores aos primeiros contatos.

Assim, consideramos, sim, que, pelo menos nos séculos iniciais de convívio, a prática ainda estivesse presente entre os grupos étnicos, mas foi a partir do contato incisivo de “civilização” e catequese, no espaço que anteriormente esse rituais ocupavam, que o

¹² Manuela Carneiro da Cunha, em seu trabalho sobre o movimento messiânico canela, aborda essa apropriação de relatos e mitos, sobrepostos de forma atemporal em uma situação contemporânea. Para leitura mais aprofundada, consultar “Cultura em Aspas”, da mesma autora.

canibalismo deu lugar às novas práticas religiosas. Da mesma forma que os contatos iniciais, tanto no Vale do Rio Doce e Mucuri, quanto no Jequitinhonha, desencadearam novas abordagens sobre o convívio de indígenas com o homem branco. Seria a partir dessas novas alianças que a prática do canibalismo teria sido deixada de lado, com o decorrer do processo “civilizatório”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Maria Celestino de. *Os índio na História do Brasil*. Rio de Janeiro/RJ, Editora FGV, 2010.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Administração da Justiça nas Minas Setecentistas”. In: RESENDE, Maria Efigênia & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 169 – 190.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia História*. Belo Horizonte, v. 24, Jan/Jun 2008, p. 135 - 152.

CUNHA, Manoela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra C. A. *O que é Patrimônio Cultural Imaterial?* São Paulo: Brasiliense, 2008.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

HAAG, Carlos e MOURA, Mariluce. A invenção dos índios no Brasil. *Pesquisa FAPESP*. São Paulo, n° 173, jul. 2010.

LOPES, Quelen Ingrid. *A formação da estrutura agrária do Termo de Mariana, 1700-1750: produção e mercado de terras*. Juiz de Fora/MG, dissertação de mestrado defendida na UFJF, 2006.

MALDI, Denise. De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígenas nos séculos XVIII e XIX. *Revista de Antropologia da USP*. São Paulo/SP, volume 40, n° 2, 1997, p. 183 – 221.

MATTOS, Izabel Missagia de. *Civilização e Revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas*. São Paulo/SP, EDUSC, 2004.

MONTEIRO, John Manuel *Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo. Companhia das Letras, 1994.

PAIVA, Adriano Toledo. *Indígenas e os processos de conquista dos sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

PROUS, André. *O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história do nosso país*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de; *Gentios brasílicos: Índios coloniais nas Minas Gerais setecentistas*. Campinas/SP, tese de doutoramento defendida na UNICAMP, 2003.

ROCHA, Rafael Ale; *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751 – 1798)*. Niterói, RJ, dissertação de mestrado defendida na UFF, 2009.

SILVEIRA, Marco Antonio. “Soberania e luta social: negros e mestiços libertos na Capitania de Minas Gerais (1709-1763)”. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA, Marco Antonio. *Território, conflito e identidade*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

VAINFAS, Ronaldo. *A Heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo/SP, Companhia das Letras, 1995.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. “Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais”, 1994, disponível em <http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/historia-e-cultura/91-breve-descricao-geografica-fisica-e-politica-da-capitania-de-minas-gerais>

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos Carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 17, 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881997000200009&script=sci_arttext .

----- . “Antes de Minas: fronteiras coloniais e população indígena”. In: RESENDE, Maria Efigênia & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais*. As Minas Setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 87 – 102.

WACHTEL, Nathan. “A aculturação”. In: LE GOFF, Jaques & NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1988.

WIED-NEUWIED, Maximilian de. “Viagem ao Brasil”, São Paulo: Kapa Edi,

Entre a história e o romance: a narrativa biográfica no olhar de Lúcia Miguel Pereira

Andréa Camila de Faria¹

Como a biografia é exatamente o gênero literário que faz o traço de união entre o romance e a história – sem ter a realidade fantasista de um, nem a erudição rebarbativa do outro – foi ele talvez o gênero que mais se desenvolveu modernamente, desde que Michelet aproximou a história do romance e Proust o romance da história.

Tristão de Ataíde

Em maio de 1935, ao escrever crítica ao livro de André Siegfried², Lúcia Miguel Pereira apontava que o maior prazer proporcionado pela leitura era “a compreensão fácil e pronta do assunto” (PEREIRA, 1992: 17), proclamando que o artifício literário não havia morrido embora fosse cada vez mais comum o emprego da linguagem científica tomada de empréstimo da física, da mecânica, da psicologia ou da medicina. Para ela, a elegância dos requintes clássicos havia sido substituída pela cultura da técnica.

Sua preocupação com a literalidade dos textos se refletia em seu entendimento de qual era o modelo ideal para a escrita da história, e em seu entendimento não havia modelo melhor do que o das biografias, já que este era, segundo ela, o único capaz de fazer com que os brasileiros se interessassem pelas grandes figuras da terra.

Ao comentar, por exemplo, em volume Boletim Ariel de julho de 1937, a publicação de *Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo*, de Octávio Tarquínio de Sousa, Lúcia apontara que o autor havia realizado “uma grande obra, onde se equivalem a verdade histórica e o valor literário – equilíbrio pouco comum no gênero, e único capaz de fazer com que os brasileiros se interessem pelas grandes figuras de sua terra” (PEREIRA, 1992: 191).

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica FAPERJ no Núcleo de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades (NUBHES).

² No artigo “crise da Europa ou crise do espírito?”, publicado originalmente em maio de 1935 no n° 8 do Boletim Ariel. Este e outros artigos da autora foram recuperados por nós através do volume organizado por Luciana Viegas e intitulado *Lúcia Miguel Pereira. A leitora e seus personagens*, publicado em 1992 pela Graphia Editorial.

Com interpretações como essa, Lucia Miguel Pereira buscava na biografia a literalidade que julgava faltar no ensaio histórico e entendia que era sua característica de gênero híbrido, nem romance nem história, que lhe trazia o equilíbrio necessário. E ela estava em consonância com o pensamento de sua época. Como apontava Tristão de Ataíde (ATAÍDE *apud* VIANA FILHO, 1945: 24) na citação usada aqui como epígrafe, a biografia era – no início do século XX – apontada como o gênero literário que fazia a ligação entre o romance e a história, conservando o melhor dos dois.

Esta biografia, misto de história e romance, chamada *biografia moderna*, foi então o tipo que se consolidou no início do século passado, a partir da influência dos trabalhos de André Maurois, Lytton Stranachy e Emil Ludwing. No Brasil, dois nomes despontaram nesse gênero, o de Lúcia Miguel Pereira e o de Otávio Tarquínio de Souza³, seu marido desde 1940.

Marcia de Almeida Gonçalves, ao recuperar as ponderações de Daniel Madelenat sobre a biografia moderna, aponta que o surgimento deste “modelo” de escrita biográfica, estava associado à crise dos valores do humanismo greco-latino, da religião cristã e do racionalismo e ao desenvolvimento e a difusão das filosofias do inconsciente, das teorias freudianas, das revisões do cientificismo positivista e dos variados modernismos, em especial nas artes. Ainda segundo a autora, é neste momento – início do século XX – que começa a se delimitar a noção da biografia como gênero híbrido, que não é nem história, nem romance, mas que reúne em si as características destes dois e que por isso mesmo é capaz de sensibilizar o leitor (GONÇALVES, 2011).

André Maurois também considerava a biografia moderna como fruto do período de revolução intelectual que foi o início do século XX, atribuindo especial destaque à interferência da psicologia e da ética nos processos de aprendizagem e investigação. Para ele, o biógrafo moderno

seria aquele que entenderia o biografado como uma verdade a ser construída a partir de um método de investigação pautado no abandono de qualquer idéias pré-concebidas e no levantamento e na análise de toda a documentação disponível. (MAUROIS *apud* GONÇALVES, 2011: 129)

³ Octávio Tarquínio de Sousa foi autor das biografias reunidas na coleção História dos fundadores do Império do Brasil. Para maiores informações sobre sua vida e sua obra ver: GONÇALVES, 2009a, 2011a e 2011b.

Essa biografia dita moderna se desenvolve em oposição à biografia clássica, também chamada antiga ou histórica, onde o objetivo principal era a narração e exaltação dos feitos do biografado. O que autores como André Maurois vão postular é um tipo de biografia que busque compreender o homem em sua complexidade, expondo seus feitos e sua obra, mas sem deixar de analisar sua personalidade, apontando suas virtudes, mas sem esquecer seus defeitos e desvios, lançando mão de toda a documentação disponível para tentar compreendê-lo em sua totalidade.

Luiz Viana Filho, assim comparou esses dois tipos de biografia:

(...) enquanto a biografia que chamamos histórica, limita os seus próprios objetivos, visando, principalmente, oferecer-nos o perfil histórico duma individualidade, isto é, a narração dos feitos, que lhe asseguram posição de relevo, e coloca em plano secundário o estudo da alma do biografado, a sua vida íntima, os seus motivos, todo o seu mundo interior, a biografia moderna, sem esquecer os seus deveres para com a verdade, tem horizontes mais largos, pois, encarando o biografado como um todo, estuda e expõe todos os aspectos da sua personalidade. (VIANA FILHO, 1945: 16)

Para Lúcia Miguel Pereira, expor todos os aspectos da personalidade do biografado era busca-lhe o calor da vida, deixar o biografado falar. E era para alcançar esses objetivos que ela valia-se não apenas das técnicas do romance, mas também das influências da psicologia, analisando as fontes que citava, lançando questões ao biografado e ao leitor, de forma a tentar cobrir as lacunas deixadas pelo tempo e pelos documentos.

Ao escrever *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico* (1936) e *A vida de Gonçalves Dias* (1943) a autora não buscava publicar apenas mais dois escritos biográficos sobre os dois grandes nomes de nossa literatura. Ela procurava produzir dois estudos sobre esses homens, não estudos de suas obras ou meras biografias laudatórias, mas sim estudos de suas vidas onde suas obras serviriam de janelas para que ela tentasse “descobrir” o homem por trás do autor. Mais do que isso, entendendo que a biografia era a melhor forma de escrever a história, ela fazia a escolha de reunir dois homens que além de dividirem o reconhecimento no cenário das letras nacionais, dividiam a desdita de provirem de origem humilde, a origem mestiça, as enfermidades.

Citemos então, como exemplo de sua escrita biográfica, uma passagem de sua obra dedicada a Machado de Assis:

Certo de ter, ao lado de indiscutíveis superioridades, taras de que se vexava, e quisera esconder, Machado penetrou na celebridade como num salão cheio de gente pronta a criticar-lhe o traje modesto.

Era ali o seu lugar, ali devia ficar – mas convinha não se mexer muito, para não ostentar o terno coçado, os sapatos cambaios – e para não se mostrar deslumbrado de estar ali.

E ficou num canto, teso, arredio, julgando descobrir em cada olhar o brilho tão temido da zombaria.

(...) Para compreendê-lo, é preciso não esquecer precisamente daquilo que procurou ocultar: da origem obscura, da mulatice, da feiúra, da doença – do seu drama enfim.

Não há impiedade nessa atitude. Ao contrário. Porque essas misérias, que venceu, que sobrepujou, só podem elevar o homem, torná-lo tão grande quanto o artista. (PEREIRA, sd: 16)

Apresentando assim Machado de Assis, Lúcia Miguel Pereira não procurava diminuí-lo, ao contrário, o que ela fazia era exaltá-lo, mas não ao ponto de colocá-lo em um pedestal, longe do leitor, mas sim o aproximando de seu público pela sensibilidade, pela semelhança, para fazer com que os leitores se interessassem por ele, por sua obra e por sua história. Humanizando Machado de Assis, Lúcia o identificava aos brasileiros e buscava cumprir a missão que ela mesma havia proclamado à biografia, que era a de fazer com que estes se interessassem pelas grandes figuras de sua terra.

Nas palavras de Marcia Gonçalves, Lúcia Miguel Pereira, como escritora e crítica “sublinhava as interfaces da biografia com a literatura e dessa, por sua vez, com o imaginário nacional” (GONÇALVES, 2009a: 128). Ação esta que, sem dúvida, estava de acordo com o movimento da chamada biografia moderna, que, uma vez “humanizando” seus personagens, serviria de estratégia para a renovação da escrita da história nacional (IDEM). Nesse sentido, seu recurso de retratar dois mestiços admiráveis, como ela havia chamado Machado de Assis e Gonçalves Dias, significava dar aos brasileiros de seu tempo dois exemplos em que se espelhar. Era um olhar para o passado que visava estimular os homens do presente (e também do futuro) a superarem suas adversidades. Era o uso da narrativa biográfica como forma de escrita da história.

As lacunas deixadas pelos documentos eram preenchidas pelo recurso retórico, pela eloqüente interpretação da obra ou pela indagação psicologizante, como na narrativa final que faz dos últimos momentos de vida de Gonçalves Dias:

Teria o espírito intrépido conservado a lucidez? Teria Gonçalves Dias morrido como desejava como tantas vezes pedira, com o nome de Teófilo e da Amada nos

lábios? Não lhes pôde legar o último sorriso, e sua última lágrima, como desejara – mas, se estava em si, legou-lhes certamente o seu último pensamento. Teófilo e Ana Amélia, a amizade e o amor, eram o que de melhor lhe dera a vida. Amando e sofrendo cumpria o seu destino de homem e de poeta. (PEREIRA, 1943: 381)

Se, por um lado, ao leitor atual suas questões e, principalmente, suas interpretações, às vezes parecem carecer de fundamento e legitimidade, por outro, elas representam o uso das técnicas do romance para cobrir os espaços deixados pelo silêncio do passado e/ou pela falta do recurso documental. Elas representam assim, um recurso narrativo para “dar vida” ao biografado, estabelecendo suas obras nos moldes previstos pela biografia moderna, mas, sobretudo, transformando-as em uma forma de criação já que, segundo a autora, a pesquisa não bastava,

sem sensibilidade para poder se pôr no lugar dos homens do passado, para compreender-lhes a situação, sem espírito de crítica e de síntese para apreender o sentido dos acontecimentos, o ensaio histórico não passará de relatório. Afinal, escrever história, e sobretudo escrevê-la em forma de biografia, pondo em primeiro plano um homem, é uma forma de criação. (...) Se o biógrafo não sofrer, no espírito de quem o estuda, essa verdadeira gestação espiritual, não viverá no livro. As suas ações serão anotadas, mas ele estará ausente. A biografia, ainda quando não tiver nada de romanceada, tem muitos pontos de contatos com o romance. (PEREIRA, 1992: 189)

Mas é importante destacar que ao aproximar a biografia do romance, Lúcia Miguel Pereira não estava querendo afastá-la da história, ao contrário, buscava alicerçar a biografia nos mesmos pressupostos de verdade exigidos do ensaio histórico, livrando-a apenas do discurso rebarbativo de que falara Tristão de Ataíde. Aliás, os próprios precursores dessa nova biografia – Strachey, Maurois e Ludwing – não pretendiam afastar a biografia da verdade histórica, apenas transformá-la numa forma de arte, de criação e não numa ciência, até porque não consideravam a própria história como uma ciência. Nesse sentido, o próprio Lytton Strachey havia afirmado:

É evidente que a história não é uma ciência. É evidente que a história não é o acúmulo de fatos, mas a sua descrição. E os fatos que se referem ao passado, se são reunidos sem arte, são compilações, e as compilações, sem nenhuma dúvida, podem ser úteis, mas não serão história, do mesmo modo que manteiga, ovos, sal e salsa, não são uma omelete. (STACHEY *apud* VIANA FILHO, 1945: 22-23)

Nesse sentido, para Luiz Viana Filho a dita biografia moderna tomou de empréstimo ao romance apenas aqueles elementos que, longe de serem lhe exclusivos, cabem a qualquer gênero: a graça, a leveza, a elegância, a maneira de apresentar o assunto, atraindo a atenção do leitor para o desdobramento da narrativa (VIANA FILHO, 1945: 20), justamente aquelas características que Lúcia defendia ao cobrar a literalidade dos textos tão marcados pela cultura técnica.

Assumindo essas características a biografia seria capaz de despertar o interesse do grande público para a história, tornando fluída a narrativa e sensibilizando o leitor. Lúcia Miguel Pereira, como crítica e biógrafa, sublinhava essa importância, afirmando que era justamente por criar laços sentimentais com o público que a biografia era o melhor meio de se escrever a história (PEREIRA, 1992: 190) e traçava assim a relação da história com a biografia e desta com o romance, formando uma tríade que no seu entender era fundamental para produzir o discurso capaz de seduzir o leitor. Escrevendo biografias romanceadas, trazia o passado para o presente e escolhendo com cuidado seus biografados buscava uma nova história nacional, uma nova identidade, onde história e romance se cruzavam para exaltar o que ela entendia por *brasileiro*.

REFERÊNCIAS

- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: *Dimensões*, vol. 24, p. 157-172, 2010.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, jan.-jun. 2011.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Otávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009a.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. GRINBERG, Keila ; SALLES, Ricardo (Org). In: _____. *O Brasil imperial 1831-1889*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009b.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. Mestiço, pobre, nevroptata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (Org). *Memória e narrativas (auto) biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009c.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. Em tempos de epidemia biográfica: Octávio Tarquínio de Sousa e sua busca por homens históricos. In: *Estudos de Historiografia Brasileira / Organizadora Lucia Maria Bastos Pereira das Neves et al*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011a.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. Aprender com outro? Lições do mundo histórico nas biografias de Octávio Tarquínio de Sousa. In: *Aprender com a história?: o passado e o futuro de uma questão* / Organizadores: Fernando Nicolazzi, Helena Miranda Mollo, Valdeir Lopes de Araújo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011b.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. História ou romance? A renovação da biografia nas décadas de 1920 a 1940. In: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 119-135, jan.-jun. 2011c.

MADELÉNAT, Daniel. *La biographie*. Paris: PUF, 1984.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis, estudo crítico e biográfico*. S.l.: Círculo Literário Brasileiro, s.d.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A vida de Gonçalves Dias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *A leitora e seus personagens: seleta de textos publicados em periódicos (1931-1943), e em livros* / Lúcia Miguel Pereira; prefácio, Bernardo de Mendonça; pesquisa bibliográfica, seleção e notas, Luciana Viegas. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1992.

VIANA FILHO, Luiz. *A verdade na biografia*. Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia: Ed. Civilização Brasileira, 1945.

WERNECK, Maria Helena. *O homem encadernado: Machado de Assis na escrita das biografias*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

_____. Lúcia Miguel Pereira e a tradição da biografia no Brasil. *Revista SemeaR* 9. Disponível em: <http://www.letras.puc-rio.br/catedra/revista/9Sem_08.html> Acesso em: 22 jul. de 2010.

Erwin Panofsky e a Renascença

Rogéria Olimpio dos Santos*

Erwin Panofsky, um dos mais importantes historiadores da arte do século XX se tornou particularmente conhecido graças aos seus estudos de iconologia. Nascido em Hannover, Alemanha em 1892, terminou seus dias lecionando em Princeton nos Estados Unidos após ter fugido da Alemanha nazista. Panofsky graduou-se em 1914 na Universidade de Friburgo, depois de estudar em várias universidades alemãs. Alcançou notoriedade com a tese *A teoria da arte em Dürer*. Em 1916 casou-se com Dora Mosse, também historiadora da arte e em 1920 mudou-se para Hamburgo, onde assumiu um posto na universidade recém criada.

Em Hamburgo permaneceu até 1933, participando ativamente das atividades resultantes do acordo estabelecido entre a universidade e a família Warburg. Quando Panofsky iniciou suas atividades na universidade, Aby Warburg, estudioso da tradição clássica, criador da biblioteca que se tornaria o ‘Instituto Warburg para a ciência da cultura’, estava internado na Suíça. Fritz Saxl – historiador da arte austríaco – nesta época dirigia a biblioteca e os alunos e professores da Universidade, autorizados pela família Warburg, começaram a frequentar a biblioteca e a conduzirem uma série de conferências. A biblioteca dedicava-se ao tema do renascimento do paganismo antigo, e, durante o período em que Aby Warburg encontrava-se em tratamento médico, esta, pelas relações estabelecidas com a Universidade foi transformada em Instituto de Pesquisa. É deste contexto que Erwin Panofsky participou no período em que esteve em Hamburgo, o período em que outros estudiosos como Ernst Cassirer e Edgar Wind, atraídos pelo ambiente intelectual que se desenvolvia pela criação da Universidade e do Instituto trasladaram-se para lá e integraram-se às atividades que tinham a biblioteca de Warburg como centro.

Erwin Panofsky permaneceu em Hamburgo até o ano de 1933. Desde 1931 dividia suas atividades profissionais entre Hamburgo e a cidade de Nova York. Quando os nazistas tomaram o poder, os pesquisadores do Instituto Warburg se dispersaram, Panofsky abandonou então a Alemanha e mudou-se para os Estados Unidos. Os anos que passou em Hamburgo

*Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda em História (UFJF). Mestre em História (UFJF). Especialista em Docência do Ensino Superior (UFRJ). Licenciada em História (CESJF). Licenciada em Educação Artística (UFJF). Bolsista CAPES REUNI.

foram aqueles em que Ernst Cassirer publicou *Filosofia das formas simbólicas* (1923) e *Indivíduo e cosmos na filosofia do renascimento* (1927). Essas obras resultaram dos estudos que percebiam o Renascimento enquanto um mundo de símbolos e figuras enigmáticas. Símbolos e figuras que contribuem para analisar a estrutura mental do homem. Cassirer interessava-se particularmente pelo “mecanismo pelo qual a mente humana lê e descreve o mundo real de acordo com seus próprios esquemas representativos” (CAMPOS, 2013b: s/p.). De formação neokantiana, buscava a compreensão do pensamento moderno no ocidente.

Em 1923 Panofsky escreve com Fritz Saxl o estudo sobre a Melancolia I de Dürer dando continuidade aos seus estudos sobre o pintor alemão. Em 1924 publica *Idea: a evolução do conceito de belo*, uma contribuição para a história das ideias na história da arte, onde, inspirado por uma conferência dada por Cassirer na Biblioteca Warburg com o tema ‘A ideia do Belo nos diálogos de Platão’, examinou a história da teoria neoplatônica na arte, seguindo a evolução histórica deste conceito. A parceria com Saxl rendeu ainda outros estudos voltados para a análise da mitologia clássica na arte medieval.

Os anos vividos em Hamburgo junto ao Instituto Warburg deram a Erwin Panofsky os recursos de que ele se utilizaria para organizar o seu método de pesquisa. De Warburg aprendeu a conectar outras expressões culturais ao objeto artístico, mas distanciou-se deste ao tentar construir generalizações capazes de reduzir as linguagens a formas ideais. É o que faz em *Arquitetura gótica e escolástica* (1951), ao traduzir a linguagem filosófica em linguagem arquitetônica, deixou de pensar no particular, fez uma história da arte sem a obra de arte. Segundo Gombrich, esta obra “mostra-o a tentar “salvar” a tradicional ligação entre estes dois aspectos da cultura medieval, postulando um “hábito mental” adquirido nas instituições escolásticas e transportando para a prática da arquitectura” (GOMBRICH, 1994: 60-61).

Em *Estudos de iconologia: temas humanísticos na arte do renascimento* (1939) e *Significado nas artes visuais* (1955), Panofsky escreve sobre o seu método de análise iconológica. Este seria constituído da análise dos três níveis de significados ou temas que Panofsky percebia nas obras de arte. O primeiro consiste naquele onde as informações são percebidas em segundos, é o nível primário das formas onde a descrição é a responsável pela primeira interpretação. Neste nível o objeto da interpretação é o tema primário ou natural, aquele que constitui o mundo dos motivos artísticos. A interpretação ocorre a partir de uma descrição pré-iconográfica onde a experiência prática, ou seja, a familiaridade com os objetos e os eventos é o recurso ou elemento utilizado para essa interpretação. Panofsky associa a interpretação neste nível, à escrita da ‘história do estilo’, entendido por ele como a

“compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *objetos* e *eventos* foram expressos pelas *formas*” (PANOFSKY, 2004: 65).

No segundo nível, à descrição da obra é somado um conceito, e, para que a interpretação ocorra nesse nível é necessária a análise da figuração iconográfica da obra. Para que tal ocorra faz-se necessário o conhecimento de temas específicos ou conceitos adquiridos através de fontes literárias ou tradição oral. O tema neste nível relaciona-se ao mundo das imagens, histórias e alegorias. É a ‘história dos tipos’, a da “compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *temas* ou *conceitos* foram expressos por *objetos* e *eventos*” (PANOFSKY, 2004: 65).

O terceiro nível diz respeito à interpretação, ao significado profundo, à compreensão do significado da obra. O tema neste nível insere-se no mundo dos valores simbólicos. A interpretação é iconológica e ocorre por meio da intuição sintética condicionada pela psicologia pessoal e pela *weltanschauung* (orientação cognitiva fundamental de um indivíduos ou de toda uma sociedade, mais do que filosofia abrange os valores fundamentais, existenciais e normativos). Neste nível busca-se a “compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, *tendências essenciais da mente humana* foram expressas por *temas* e *conceitos específicos*” (PANOFSKY, 2004: 65).

Erwin Panofsky distingue a leitura iconográfica da iconológica, justificando que a primeira se prenderia à análise enquanto que a segunda à interpretação. O objeto de estudo da iconologia é a gênese e o significado das imagens figurativas. Busca a interação entre os tipos; a influência das ideias filosóficas, teológicas e políticas; os propósitos e inclinações dos artistas e comitentes; a relação por fim entre os conceitos inteligíveis e a forma visível que a obra assume em cada caso. O método iconológico resulta da síntese de um quadro conceitual maior em que a obra se insere.

Inspirado por Ernst Cassirer, Panofsky nos dizeres da Prof. Dra. Raquel Quinet Pifano, concebeu a obra de arte como uma substancial identidade entre as formas conscientes e as imagens do inconsciente e não como simples produto da consciência do artista. Esta autora lembra que a “exposição de um método de interpretação dos significados de temas antigos que reaparecem na arte do século XV e XVI investidos de significado diferente do original, suscitou intermináveis discussões, rendendo copiosa fortuna crítica” (PIFANO, 2013: 2). O que fez Panofsky se tornar uma leitura obrigatória para história da arte é a possibilidade entrevista no seu método de análise iconológica de pensar o percurso das imagens.

Erwin Panofsky entende os fundamentos humanísticos baseados não numa teoria única, específica, mas numa conexão geral histórica que tem como ponto de partida a união dos conceitos de ‘humanitas’ segundo os pontos de vista da antiguidade e do medievo. Na antiguidade este termo possuía um valor positivo, era o que distinguia o homem tanto dos animais quanto dos bárbaros, o que o dotava de civilidade. Neste sentido incluem-se os valores morais cristãos e os valores morais que transformam o homem em cidadão. No medievo este conceito foi deslocado, distinguindo o homem da divindade. ‘Humanitas’ neste sentido está ligado à efemeridade da vida humana, à caducidade e fragilidade perante a perenidade divina. É desses dois conceitos que a ‘humanitas’ renascentista deriva. Marsílio Ficino e Pico della Mirandola dedicaram-se ao trabalho de reunir num mesmo conjunto teórico essas e outras tradições, presentes no imaginário do homem europeu moderno. Seu objetivo era reunir o pensamento clássico e a tradição cristã num conjunto coerente, capaz de dar sentido à existência deste homem moderno.

Em *Renascimento e Renascimentos na Arte Ocidental* (1957) Panofsky estuda a arte medieval e a do Renascimento. Ao tratar da revivescência da cultura antiga Panofsky analisa a utilização por Petrarca de termos utilizados pelos teólogos, pelos Padres da Igreja encontrados nas escrituras como luz e sol em contraposição à noite e às trevas; despertar em oposição à ideia de torpor; vista ao invés de cegueira. Ao utilizar tais termos Petrarca inaugura um novo período em que o período de consolidação da Igreja é associado às trevas, enquanto que os romanos pagãos é que teriam andado na luz. Essa a leitura que revolucionou segundo Panofsky a interpretação da história.

A regeneração proposta por Petrarca era de cunho político e pressupunha uma “purificação da gramática e dicção latinas, uma ressurgência do grego e um regresso dos compiladores, comentadores e autores medievais aos antigos textos clássicos” (PANOFSKY, 1981: 30). Inspirando-se na expressão de Horácio *ut pictura poesis*, que traz a ideia de uma analogia entre a poesia e a pintura, as artes visuais, começando pela pintura foram inseridas no alargamento cultural, resultante da revivescência empreendida por Petrarca. Para tal, Panofsky busca em Boccaccio o elogio ao talento de Giotto, e em Filippo Villani o antecessor deste, Cimabue. Ambos – Giotto e Cimabue – buscavam a verossimilhança, perdida pelos cristãos no longo caminho militantemente trilhado pela Igreja até o seu triunfo.

Com Cimabue e Giotto, a pintura retoma a sua semelhança com a natureza, mas não ainda a sua semelhança com os clássicos. A leitura efetuada por Panofsky mostra que o regresso à natureza e o regresso à antiguidade clássica haviam ocorrido em momentos e de

formas distintas dependendo do meio de expressão. Assim, “o regresso à natureza desempenhara um papel primordial na pintura; o regresso à antiguidade clássica desempenhara um papel igualmente primordial na arquitectura; e algo de intermédio entre estes dois extremos se passou relativamente à escultura.” (PANOFSKY, 1981, 43)

Baseado nas fontes do século XV, Panofsky define a função da pintura àquela época como não mais limitada à imitação reprodutiva da realidade, ao contrário, mostra que ela se alarga à organização racional da forma dominada pelas ‘justas proporções’ as quais eram do conhecimento dos antigos. Já a arquitetura, alargava-se à imitação re-criadora da natureza, também dominada pelas justas proporções. A diferença entre a arquitetura medieval e a clássica é que a primeira prega a humildade cristã enquanto que a segunda proclama a dignidade do homem. O conceito de proporção é o responsável por unir as artes figurativas à arquitetura. Os conceitos de invenção, composição e iluminação cumpririam a mesma função, unindo porém as artes figurativas à literatura.

Panofsky analisa ainda mais detalhadamente neste mesmo livro a *renovatio* carolíngia, a pintura do século XIV e seu impacto na Europa e o renascimento da antiguidade no século XV. Seguindo os passos iniciados nos anos em que pesquisava em Hamburgo no Instituto Warburg, Panofsky procura nesses outros três momentos históricos a permanência ou existência dos símbolos clássicos da antiguidade pagã, presentes nos textos clássicos. Estes foram os responsáveis pela revivência cultural e literária que se percebe com os intelectuais que cercavam Carlos Magno. A sua leitura por Dante, Petrarca e Boccaccio se faz presente nos mesmos textos que elegem e divulgam as figuras de Cimabue e Giotto pelo retorno à natureza, à verossimilhança na imagem. E são ainda os mesmos autores que, revisitados pelos humanistas do século XV, convidam os artistas a intelectualizarem o seu fazer artístico, a elevarem-no à condição de arte liberal.

Segundo o prof. Jorge Lúcio de Campos a “novidade introduzida pela concepção artística do *Quattrocento* será o *princípio da* uniformidade e a tendência a buscar obter uma *visão globalizante* do espaço” (CAMPOS, 2003: 5). A mesma visão globalizante que muda a percepção do homem em relação ao mundo e em relação a si mesmo. Panofsky busca o pensamento capaz de explicar a leitura do mundo dos motivos artísticos, do mundo das imagens e alegorias e do mundo dos valores simbólicos através da elaboração de uma síntese que abarque todos esses mundos. E consegue encontrá-lo.

O conjunto da obra de sua vida ainda é referência para aqueles que pretendem estudar a história da arte a partir das imagens, das representações. Esse talvez o grande mérito de Aby

Warburg: reunir em torno de si desbravadores da história cultural, que apesar de terem percorridos caminhos distintos, que se entrecruzam às vezes e se distanciam em tantas outras, criaram e demonstraram com suas pesquisas as possibilidades de se entender esse ambiente singular que é o da História da Arte.

O caminho escolhido por Erwin Panofsky busca a compreensão de como sob determinadas condições históricas objetos e eventos diversos são expressos por formas diversas; temas ou conceitos são expressos por objetos e eventos vários; tendências essenciais da mente humana são expressas por temas e conceitos específicos. A História da Arte para Panofsky é uma ciência que necessita da junção desses três exercícios de compreensão para se concretizar: a leitura do mundo dos motivos artísticos, do mundo das imagens e alegorias e do mundo dos valores simbólicos. Foi sob esta ótica que ele empreendeu seus estudos sobre a arte renascentista, buscando na literatura, nas representações artísticas que comumente eram encontradas, nas leituras alegóricas ou simbólicas que a arte trazia os percursos seguidos pelos artistas da renascença para executarem suas obras.

A leitura do mundo dos motivos artísticos, do mundo das imagens e alegorias e do mundo dos valores simbólicos no entanto, prescinde das escolhas que porventura o artista possa fazer, assim como pode ser feita sem que o ambiente de vida do artista tenha que ser necessariamente explorado pelo historiador da arte. A busca das ressonâncias perceptíveis nas obras de arte envolvendo os motivos artísticos preferencialmente trabalhados, as imagens e alegorias conhecidas e eleitas nas representações e os valores simbólicos atribuídos às imagens representadas seriam capazes de permitir a leitura historiográfica da obra de arte. Talvez o que falte seja o que Aby Warburg considerava a presença divina, o peculiar, o ‘deus’ criador dentro de cada um que se manifesta no detalhe, no singular. A presença do indivíduo tão apregoada por Jacob Burckhardt em seu ensaio sobre a cultura do Renascimento na Itália é o elemento fundador daquela civilização que gerou as obras de arte perseguidas, esquadrihadas e analisadas minuciosamente por aqueles estudiosos que, tal como Erwin Panofsky buscaram entender a arte da Renascença italiana.

Referências bibliográficas

CAMPOS, Jorge Lúcio de. Erwin Panofsky e a questão da perspectiva. In:**Espéculo**. *Revista de estudios literarios*. Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2003. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/especulo/numero23/perspect.html>. Acesso em: 08 jul. 2013.

_____. **Sobre Riegl, Panofsky e Cassirer:** a intencionalidade histórica da representação espacial. Disponível em: <http://sincronia.cucsh.udg.mx/lcampos2.htm>. Acesso em: 08 jul. 2013.

GOMBRICH, E. H. **Para uma história cultural.** Lisboa: Gradiva, 1994.

PANOFSKY, Erwin. **Estudos de iconologia:** temas humanísticos na arte do renascimento. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

_____. **Renascimento e renascimentos na arte ocidental.** Porto: Editorial Presença, 1981.

_____. **Significado nas artes visuais.** São Paulo: Perspectiva, 2004.

PIFANO, Raquel Quinet. História da arte como história das imagens: a iconologia de Erwin Panofsky. In: **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais. Vol. 7 Ano VII nº 3. ISSN: 1807-6971. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/download-pdf.php?file=PDF24/Artigo_05_Raquel_Quinet_Pifano.pdf. Acesso em: 20 abr. 2013.

Escritas da etnografia e da história no I Congresso de História Nacional do IHGB (1914)

Breno Sabino Leite de Souza*

No presente texto, abordaremos a organização do *I Congresso de História Nacional* realizado em 1914 como uma das primeiras iniciativas voltadas para uma maior especialização da escrita da história. Cabe salientar que o *I Congresso* organizado pelo Instituto reservou uma de suas seções à questão etnográfica. Sob o título de *História das explorações archeologicas e ethnographicas*, Edgard Roquette-Pinto organizou a seção que reuniu cinco teses dedicadas aos temas da etnografia, com destaque para o indígena e o negro: *Distribuição geographica das tribus indigenas na época do descobrimento; A contribuição ethnographica dos Padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros seculos; Os naturalistas viajantes dos Seculos XVIII e XIX e o progresso da ethnographia indigena no Brasil*; e, por fim, as duas últimas sob o mesmo título *As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos*.

Essas teses discutiram os temas aos quais se propuseram, mas também apresentaram importantes balanços críticos com o intuito de propor e defender novos caminhos para os estudos etnográficos brasileiros. Essa característica presente nos cinco textos apresentados, mostra o debate em torno dos estudos sobre os indígenas, que teve no IHGB um lugar privilegiado de escrita desde sua fundação em 1838, porém desde o final do século XIX dividia espaço com outros lugares de produção. E, por outro lado, marca duas tentativas de delimitação em torno de estudos relacionados ao negro que não tiveram espaço no Instituto durante o oitocentos.

Como uma “sistematização do conhecimento histórico disponível” (GUIMARÃES, 2007, 90), a seção de *História das explorações archeologicas e ethnographicas* permite estabelecer questionamentos referentes à escrita da etnografia e da história, bem como aos lugares em que tais escritas foram produzidas no início do século XX. Neste artigo apresentaremos a relevância de Edgard Roquette-Pinto para a organização do *I Congresso de*

* Aluno de mestrado do programa de pós-graduação em História da UNESP campus de Assis, onde desenvolve pesquisa intitulada “As fronteiras de um saber: escrita etnográfica no IHGB no início do século XX” com financiamento da CAPES e sob orientação da Dr^a Karina Anhezini de Araujo.

História Nacional e, mais especificamente, para a seção reservada à etnografia e, em seguida, as teses apresentadas.

Em sessão realizada no IHGB em 1913, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) pronunciou uma conferência intitulada o *Actual Papel do Instituto Histórico* na qual discutia quais desafios deveriam ser enfrentados por seus sócios naquele momento. Mobilizando sua vasta experiência internacional, propôs a realização de um Congresso nos moldes dos que eram organizados na Europa e nos Estados Unidos, “em que fossem representados todos os institutos históricos estaduaes, formando-se assim uma federação intellectual e affectiva” com o objetivo de “reforçar entre nós o sentido nacional” (LIMA, 1913, 489).

O papel do Instituto defendido por Lima, evidenciado diversas vezes em seu texto, é o de “divulgador maximo das informações relativas ao nosso passado commum” (LIMA, 1913, 489). A escrita da história desejada nesta conferência tinha como perspectiva um forte componente patriótico, que no entender de Oliveira Lima deveria ser o fio condutor desta produção e da realização de um Congresso organizado pelo IHGB.

A proposta oficial de realização do *Primeiro Congresso de História Nacional* foi pronunciada na sessão seguinte do mesmo ano por Max Fleiüss (1868-1943), historiador e secretário perpétuo do *Instituto*. Fleiüss retoma o discurso de Oliveira Lima e coloca em votação a proposta que foi aprovada por unanimidade¹.

Realizado no Rio de Janeiro entre 7 e 16 de setembro de 1914, o *I Congresso de História Nacional* foi dividido em 9 seções de trabalho que contemplavam variados aspectos da história pátria. Cada seção possuía um relator e eram apresentadas teses oficiais e avulsas, sendo as primeiras escritas por convite do próprio Instituto e as outras que deveriam passar por aprovação dos organizadores da seção. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, o evento foi responsável por promover a “sistematização do conhecimento histórico disponível conferindo-lhe unidade e coerência”. (GUIMARÃES, 2007, 167)

¹ A organização de um congresso de história naquele momento pode ser entendida como parte de um projeto de dar publicidade e renovar os estudos realizados por seus sócios e correspondentes. Na transição do regime monárquico para o republicano, o Instituto enfrentou uma série de dificuldades de diversas ordens. Identificado com o modelo político anterior, precisou passar por mudanças para recuperar, no início do século XX, o prestígio de outrora. Uma das formas empreendidas com este intuito foi a realização de eventos e obras coletivas, onde se insere o I Congresso. Sobre as dificuldades enfrentadas e os novos projetos iniciados com a República, ver: (GOMES, 2009); (GUIMARÃES, 2007) Para uma situação semelhante enfrentada pelo Instituto Histórico de Paris, ver: (GUIMARÃES, 2002)

Uma das seções dedicava-se a etnografia, sob o título de *História das Explorações Archeológicas e Ethnographicas*, que foi coordenada Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e “direcionava-se para o exame dos elementos constitutivos da formação étnica da população brasileira”. (GUIMARÃES, 2007, 155)

O problema da constituição étnica da população brasileira foi enfrentado pelo IHGB desde sua criação em 1838, para tanto se instituiu uma escrita particular em constante relação com a história, a etnografia. “A etnografia, então, tanto é um saber auxiliar da história como ela mesma, em sua inteligibilidade, é derivada dos pressupostos do conhecimento histórico que ora se desenvolvia” (KODAMA, 2010, 261). Conforme Turin:

Portanto, na própria constituição da centralidade da História dentro de um regime moderno de historicidade, surge esse discurso outro, como em um espelho, simétrico e inverso, que se ocupará por excelência do “selvagem”, do “primitivo”, e mesmo do “popular”, instituindo-os como objetos. Essa partilha, fundada na consolidação de um mesmo espaço de saber, acabaria por se mostrar, todavia, uma partilha ilusória, pois o objetivo primeiro do discurso etnográfico era, justamente, trazer o outro para o mesmo, enquadrá-lo, ainda que por vias indiretas, num mesmo plano de inteligibilidade que é o discurso histórico. (TURIN, 2009, 14-15)

A etnografia teve um espaço privilegiado no IHGB para seu desenvolvimento e debate ao longo dos oitocentos. No entanto, desde o final deste mesmo século dividia seus estudos com outros lugares de produção, dentre os quais podemos destacar: o Museu Nacional, o Museu Paraense e o Museu Paulista. Nesses lugares eram privilegiadas as discussões a partir de uma perspectiva da antropologia física e da biologia. Nesse cenário é interessante destacar que o IHGB manteve algumas características particulares, se o compararmos com outras instituições, dialogando ao mesmo tempo com sua própria tradição e com as novas perspectivas e demandas do início do século.

Necessário notar que muitos desses letrados transitavam como “polígrafos” (GOMES, 2009, 25) entre diversas instituições, característica marcante no início do século XX quando as disciplinas estavam delimitando suas fronteiras e os estudiosos tinham uma formação ampla que poderia contemplar áreas diferentes do conhecimento.

Edgard Roquette-Pinto foi um exemplo deste tipo de trajetória, formado em medicina, tornou-se antropólogo do Museu Nacional a partir de 1905 e seria eleito sócio correspondente do IHGB em 1913. Participaria ainda ao longo de sua carreira, da Academia Brasileira de Letras, da Sociedade de Geografia, da Academia Nacional de Medicina, da Associação Brasileira de Antropologia e de uma longa lista de organizações. Também atuou de forma

destacada em congressos científicos nacionais e internacionais nas áreas de antropologia, história, medicina, geografia e eugenia. (SOUZA, 2011)

No parecer emitido pela comissão encarregada de avaliar a obra de Roquette-Pinto para admissão como sócio do Instituto, em Sessão ordinária realizada em 15 de Julho de 1913, foram destacados os seguintes textos do autor apresentados em congressos: *Ethnographia Indigena do Brasil*, exposto no Quarto Congresso Médico Latino Americano; *Notas sobre os Índios Nhambiquaras*, as primeiras anotações apresentadas após a Comissão Rondon no XVIII Congresso de Americanistas em Londres no ano anterior; e *Note sur la situation des Indiens du Brésil*, exposta no Congresso Universal de Raças também em Londres no ano de 1911. Neste parecer, ao invés da erudição comumente evocada no Instituto, outras qualidades foram utilizadas para justificar seu ingresso, tais como sua juventude e a cientificidade. O perfil traçado nas poucas páginas da justificativa era de um cientista atuante e jovem, com formação em medicina, preocupado com os rumos da pátria e capaz de propor inovações. (IHGB, 1913, 538-540)

Tomou posse no mês seguinte, na Sessão realizada em 30 de Agosto, e seguindo os rituais acadêmicos do IHGB foi conduzido por uma comissão composta por quatro sócios para o recinto em que prestou compromisso legal e pronunciou seu discurso. Nesse discurso Roquette-Pinto propôs se apresentar para o *Instituto* e mostrar que seus interesses eram coincidentes. Como nos lembra Angela de Castro Gomes,

Tais discurso [...] eram enunciados por quem de direito, para quem de direito, em condições de direito, inclusive em uma ocasião ritualizada, isto é, definida para consagrar aquele que diz e o que diz. Dessa forma, pode-se defender que o conteúdo do discurso, mesmo não sendo necessariamente consensual, era entendido como legítimo. (GOMES, 2009, 66-67)

Podemos concluir que sua posse significou além do ingresso a delimitação de um programa de pesquisa em etnografia no IHGB. Seu trabalho conciliava questões, fontes e métodos, que desde o século anterior compunham os estudos etnográficos do *Instituto*, com a abordagem da antropologia física e das problemáticas biológicas que faziam parte de suas perspectivas intelectuais. Citando o trabalho iniciado por Varnhagen, com a proposta de

criação de uma seção de etnografia em 1840², se posiciona como o continuador desse trabalho.

Procurando reunir, por intermedio do Instituto, material e informações elle sentira a necessidade de remover um dos escolhos que encontram ainda hoje os que se entregam a esses estudos: a dispersão dos dados e noticias.

O grupamento de uma série de monographias dedicadas ás tribus estudadas formaria o tractado de Ethnographia que todos nós desejamos.

Tentarei, talvez, a escalada dessa montanha, forte do vosso auxilio, si um outro mais bem aparelhado antes o não fizer. (ROQUETTE-PINTO, 1913, 595)

No entanto, o objeto da etnografia não se limitaria mais as “tribus” estudadas nos oitocentos, pois, “interessado nas questões da Anthropologia, no que se não separa do ponto de vista social, não pôde deixar de se occupar com os problemas que encontra no seu proprio paiz” (ROQUETTE-PINTO, 1913, 591). Os problemas encontrados no país, segundo Roquette-Pinto, se ampliaram, não se limitando apenas ao indígena. O etnógrafo precisava preocupar-se com os negros após abolição, com os emigrantes europeus e com a composição de um tipo brasileiro.

Compreendeis agora, meus senhores, porque a Ethnographia no Brasil, não pôde mais prender sómente ao aborigene.

Não é que o indio seja thema exhausto, incapaz de interessar por mais tempo. Longe disso.

É um assumpto que se renova. Quando a attenção do ethnographo começa a dormitar sobre as aquisições realizadas estalam novas noticias. (ROQUETTE-PINTO, 1913, 593)

Ricardo Ventura Santos, ao analisar a obra de Roquette-Pinto em comparação com *Os Sertões* de Euclides da Cunha demonstra a importancia do último em relação ao primeiro e à antropologia das primeiras décadas do século XX. Tanto em Cunha quanto em Roquette-Pinto existiu a preocupação do conhecimento do interior do Brasil, de um outro país, diferente daquele do litoral. A compreensão do sertanejo considerado a “alma do brasileiro” atribuiu-lhe “um papel importante (de ‘mediador salutar’) na constituição de um país ainda a ser conhecido e nacionalizado” (SANTOS, 2008, 132). Anos mais tarde de seu ingresso no IHGB Roquette-Pinto dedicaria um artigo aos *Sertões* no qual criticou as posições assumidas por

² Na sessão realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1º de Agosto de 1840, o historiador e diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen(1816-1878) propunha a criação de uma seção dedicada aos estudos de etnografia indígena. Objetivo que seria alcançado anos mais tarde em 1847, quando era criada a *Seção de Etnografia e Arqueologia*, neste momento definia-se “de maneira concisa, o objeto da etnografia (os índios), seus objetivos (estudo das línguas, crenças e dos costumes) e sua pertinência social (orientar a política indigenista do Estado imperial)”. (MOREIRA, 2001, 60)

Cunha em relação as raças e ao cruzamento. Para o autor, “sob as teses de hierarquia das raças, estaria o imperialismo, que nelas encontrava uma justificativa para o processo de expansão colonial dos países europeus” (SANTOS, 2008, 133). Embora essa posição seja assumida por Roquette-Pinto alguns anos após sua posse no *Instituto* podemos observar algumas características de suas propostas deste discurso ao se preocupar com os outros temas e objetos que a antropologia deveria se dedicar.

As reuniões preparativas para a realização do I Congresso de História Nacional iniciaram ainda em 1913, tomando como conclusão dividir o mesmo em nove seções em que cada uma teria um nome escolhido para desempenhar a função de relator. O relator tinha a incumbência de organizar toda a seção: a escolha dos temas que seriam apresentados, quem apresentaria as teses oficiais e quais teses avulsas seriam aceitas. Consequentemente, as seções trouxeram características marcantes de seus organizadores.

Edgard Roquette-Pinto³ foi o escolhido para a seção de *História das explorações archeologicas e ethnographicas* e propôs sete pontos que deveriam ser abordados pelos expositores. Foram selecionados os respectivos responsáveis para cada tema, segundo suas especialidades:

3ª Secção - Historia das Explorações Archeologicas e Ethnographicas(IHGB, 1915)		
Tese	Título	Autor
1. ^a	Distribuição geographica das tribus indigenas na época do Descobrimento	Affonso A. de Freitas
2. ^a	Troncos linguisticos indigenas do Brasil e sua influencia recíproca durante os tempos históricos. Modificações dos idiomas.	Rodolpho Schuller
3. ^a	A contribuição ethnographica dos padres da Companhia de Jesus e dos chronistas leigos dos primeiros séculos.	Nelson de Senna
4. ^a	Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da	Theodoro Sampaio

³ Além de Edgard Roquette-Pinto, outros nomes foram selecionados para compor a seção após a escolha dos apresentadores que, seguindo a orientação da organização do evento, deveriam acompanhar os trabalhos nos dias de exposição, assim a seção ficou com a seguinte composição: Dr. Edgar Roquette-Pinto (presidente), Dr. José Vieira Fazenda, Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão, Dr. Theodoro Sampaio, Dr. Affonso A. de Freitas, Dr. Nelson de Senna, Dr. Domingos Jaguaribe, Dr. Affonso Claudio e Barão de Studart. (IHGB, 1915, 83)

	ethnographia indígena no Brasil	
5. ^a	As tribus indígenas extinctas nos tempos históricos.	Sergio de Carvalho
6. ^a	As tribus negras importadas. Estudo ethnographico, sua distribuição regional no Brasil. Os grandes mercados de escravos.	Affonso Claudio
7. ^a	A imigração branca sob o ponto de vista ethnographico	Juliano Moreira

As sete propostas temáticas de Roquette-Pinto seguiram as preocupações apresentadas em seu discurso de posse meses antes, cujo demonstrou conhecer o *lugar social*⁴ em que estava se inserindo e quais eram as pesquisas que ocuparam seus sócios desde a fundação do *Instituto*. Mas também trazia as indagações que deveriam ocupar os etnógrafos naquele momento segundo sua formação como antropólogo do Museu Nacional.

Neste sentido, o *Congresso* propôs um debate amplo que formava um painel das discussões de então. A etnografia deixava de ser uma disciplina dedicada apenas ao indígena e seu alcance se ampliava. Indígenas, negros e brancos poderiam ser objetos de estudo dessa disciplina que delimitava, ao lado da história, suas preocupações, e reunia uma diversidade de posições em relação ao futuro das respectivas raças, segundo o vocabulário da época, no processo de desenvolvimento do país.

Notamos nas propostas apresentadas por Edgard Roquette-Pinto e nas respectivas teses publicadas nos *Anais do I Congresso* que alguns conceitos são centrais na composição do discurso etnográfico no período. Indígenas, negros e brancos são classificados por critérios raciais considerados determinantes no desenvolvimento psíquico, moral, intelectual e material dos povos e o seu lugar ocupado em relação à civilização.

O que era ser um país civilizado nos trópicos? Manoel Luís Salgado Guimarães dedicou-se a essa questão em seu artigo *Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional* ao analisar a fundação e a escrita da história realizada pelo IHGB. Texto em que Guimarães associa o

⁴ Refiro-me aqui à noção de *operação historiográfica* formulada por Michel de Certeau, na qual desenvolve o argumento de que a história é a articulação entre um *lugar social*, uma *prática científica* e uma *escrita*. O IHGB é compreendido aqui como uma “instituição se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros”. (CERTEAU, 2010, 76)

discurso histórico construído com o “delineamento de um perfil para a *Nação brasileira*, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das *Nações*”. (GUIMARÃES, 1988, 6)

Neste estudo o autor argumenta que a história escrita nesse momento teve o objetivo de definir os contornos da *nação brasileira* como representante da *civilização* nos trópicos. Relacionando *nação*, *civilização* e *Estado monárquico* esse discurso delimitou a questão da identidade nacional brasileira ao mesmo tempo em que definia seus *outros*: índios e negros como não portadores da noção de civilização e as repúblicas latino-americanas representantes da barbárie, inserindo, assim, a nação brasileira “numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao Iluminismo”. (GUIMARÃES, 1988, 8)

Nesse contexto a disciplina da etnografia começa a ser empreendida no estudo desses *outros* do discurso nacional em construção e encontra no IHGB seu lugar de produção por excelência. Apenas a partir da década de 1870 outros lugares começam a pesquisar a questão racial sob outras perspectivas, notadamente o Museu Nacional. No entanto as pesquisas desenvolvidas em antropologia física pelos cientistas do Museu, que ainda teriam grande repercussão nas primeiras décadas do século posterior, não abandonaram as noções de civilização e progresso. Ao contrário, associaram tais ideias com as perspectivas biológicas em voga.

Entre os intelectuais brasileiros pensar essa posição de um país mestiço e suas possibilidades de progresso rumo à civilização tornou-se objeto de investigações científicas, obras literárias e políticas públicas. Em todas as instituições de ensino e pesquisa do país o tema foi contemplado: museus etnográficos, faculdades de direito e medicina e Institutos Históricos. Nesse sentido pensar a constituição étnica da população brasileira era uma condição para o entendimento das possibilidades de futuro da nação.

A noção de civilização funciona como organizadora do texto etnográfico atribuindo-lhe função e um objetivo. Como podemos ver, eles discorrem sobre a catequese e proteção dos indígenas, a incorporação dos negros via escravidão no século passado e a recente onda migratória europeia ao país. Enfim, sobre o futuro da população brasileira e suas possibilidades de desenvolver-se rumo à civilização. Embora o componente racial seja destacado nessas análises, o nível de determinismo atribuído a ele tem uma variação importante como podemos ver na citação de Roquette-Pinto:

A Anthropologia não se limita mais a medir craneos e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as “raças superiores” das “raças inferiores”.

Hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno; “superiores” e “inferiores” são agora “adeantadas” e “atrazadas. (ROQUETTE-PINTO, 1913, 591)

Vemos nessa afirmativa de Roquette-Pinto uma crítica à antropologia física desenvolvida nas últimas décadas do século XIX que em nome do determinismo racial de características biológicas criou inúmeras práticas científicas com o objetivo de avaliar os diferentes graus evolutivos de cada raça. Esse evolucionismo que interpretou a humanidade como dividida em diferentes tipos raciais fixos olhava de forma rígida para as diferenças e desenvolveu uma visão pessimista da mestiçagem. *Superiores* e *inferiores* são termos que pressupõem a imutabilidade das raças e, conseqüentemente, os lugares que ocupavam no mundo. Em seu lugar Roquette-Pinto propõe a divisão entre *adiantados* e *atrasados* que por sua vez considera que as causas das diferenças entre populações são atribuídas a outras questões que não determinadas biologicamente por raças. Para as teses fatalistas raciais diversas respostas foram elaboradas, desde as que a aceitavam até aquelas que de alguma forma recusavam-se. Nesse contexto podemos observar esse desvio realizado por Roquette-Pinto como uma visão otimista da miscigenação no país.

Nísia Trindade Lima e Dominichi Miranda de Sá alertam que apesar da importância do debate racial não podemos “reduzir o debate sobre a questão nacional ao tema da ‘raça’”, pois, “o aspecto central a ser investigado dizia respeito à tentativa de compreender as principais características do que se convencionou chamar de ‘Brasil real’ e de promover uma articulação entre o processo de construção do Estado e o conhecimento e organização da sociedade”. (LIMA; SÁ, 2008, 69) Nesse sentido a questão racial teve um papel importante dentro deste debate mais amplo que dominou a pauta dos intelectuais no período, que pensavam o Brasil em termos de atraso e buscavam possibilidades de alçá-lo ao progresso e a civilização.

Referências bibliográficas:

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro, RJ: Museu da República, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 5-27, 1988.

_____. *Entre Amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 184-200.

IHGB. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte II, 1913, 538-540.

_____. *Anais do Primeiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, IHGB, Imprensa Nacional, v.2, 1915.

KODAMA, Kaori. *Os estudos etnográficos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1840-1860): história, viagens e questão indígena. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 5, n. 2, p. 253-272, maio-ago. 2010

LIMA, Manuel de Oliveira. *Actual Papel do Instituto Histórico*. Revista do IHGB, Tomo LXXVI, parte II, 1913.

LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. *Roquette-Pinto e sua geração na república das letras e da ciência*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008

MOREIRA, Vânia. *O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 53-72, 2001.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Discurso*. Revista do IHGB. Tomo LXXVI, parte II, 1913.

SANTOS, Ricardo Ventura. *Os debates sobre mestiçagem no início do século XX: Os Sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de (Orgs.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Espiando um percurso: as cartas de Cecília Westphalen à Altiva Pilatti Balhana (1958-1959)

Daiane Machado¹

Este texto analisa as cartas enviadas por Cecília Westphalen (1927-2004) à Altiva Pilatti Balhana (1928-2009), entre 1958 e 1959. Trata-se de duas colegas de ofício, ambas foram professoras de História na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e amigas de longa data, confidentes, que mantiveram através da correspondência intensos diálogos. No decorrer daqueles anos, Balhana estava em Curitiba escrevendo sua tese para o concurso de Cátedra de História da América na UFPR, já Westphalen estava experienciando novos ares acadêmicos. Ela partiu para realizar especializações em História Moderna e Contemporânea na Universidade de Colônia, na então Alemanha Ocidental, e, na VIª. Seção da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris. O itinerário de viagem de Westphalen foi construído visando abarcar sua participação em dois eventos sobre Carlos V, seu objeto de estudo na tese de Cátedra de História Moderna e Contemporânea. O primeiro evento teve lugar em Madri, um Congresso inserido nas Comemorações Oficiais do IV Centenário de Morte do Imperador. O outro, menor do que o espanhol, se deu na Universidade de Colônia e reuniu cerca de 26 estudiosos sobre o assunto.

Acompanhar as cartas enviadas à Balhana possibilita surpreender o momento de uma inflexão no percurso intelectual (DOSSE, 2009) de Westphalen. Com a vivência acadêmica francesa aconteceu uma modificação em seus planos de pesquisa, o projeto Carlos V, por orientação de Fernand Braudel, deu lugar a outra pesquisa: estudo dos navios e mercadorias no Porto de Paranaguá.

As correspondências são brechas por onde espiamos as suas experiências de viagem e observamos a sinuosidade do seu percurso intelectual, marcado por decepções, escolhas e descobertas, projetos que se criam, recriam e se moldam. Dessa feita, o foco deste trabalho é analisar a formação da pesquisadora, explorar os rumos de uma vida e de uma pesquisa no contato estabelecido com outras culturas historiográficas.

¹ Este texto consiste nas primeiras reflexões de minha pesquisa de doutorado intitulada *Por uma “ciência histórica”*: o percurso intelectual de Cecília Westphalen, 1950-1998, orientada pela Drª. Karina Anhezini docente na UNESP/Assis. Pesquisa financiada pela FAPESP.

“O Carlos V tem aberto as portas”

[...] O capítulo do Império Espanhol na América é o novo e o mais fraco, quero que você me auxilie com sugestões; [...] Tudo que você achar ruim, fraco, tico-tico, sem entender, etc. assinale; [...] Meu bem, quero que você leia com atenção, é a única pessoa que lerá o meu trabalho antes de impresso, antes do que eu mesmo, não o fiz ainda (WESTPHALEN, 18 mai. 1954, grifo da autora).

Esse é o trecho de uma carta que Cecília Westphalen enviou para Altiva Balhana em 1954, quando esta estava na Itália. A situação é inversa, quem partiu para fazer pesquisas e especializações foi Balhana e quem ficou redigindo tese para concurso de cátedra foi Westphalen. O fragmento indica o companheirismo de duas mulheres que partilham as facetas da produção intelectual. Entre elas não há receio em pedir auxílio, em expor as dúvidas de conteúdo e compreensão, em denunciar, até mesmo, a fragilidade na apresentação textual.

A tese, *Carlos V, 1500/1558*: seu império universal, é uma biografia linear, centrada no político, com uma escrita que transparece a vontade de fazer com que o leitor visualize os cenários. Não há inovação no que tange ao traçado do texto, porém há um nítido esforço em abarcar a literatura mais atual, nacional e estrangeira, sobre a figura do Imperador e seu contexto histórico. Procedimento que foi reconhecido nas “Notes Brèves” do *Bulletin Hispanique*, escrita por Ricard Robert, professor da Universidade de Sorbonne. Segundo ele, apesar de Westphalen não ter realizado uma pesquisa original, de o texto conter alguns erros ou lapsos de detalhe, a partir do conhecimento que se dispunha no momento ela deu “un récit et un tableau du règne de Charles-Quint qui se lit avec agrément” (ROBERT, 1958:564).²

A nota foi publicada em 1958, ano que se conheceram. Em carta escrita de Madri, nos dias de realização do III Congresso de Cooperação Intelectual, Westphalen relata para Balhana que o “Prof. Ricard, catedrático da Sorbonne, andava com o Carlos V, de baixo para cima, lendo. Trouxe 14 exemplares e não tenho mais” (WESTPHALEN, 15 out. 1958). O reencontro aconteceu em Colônia durante o Colloquium sobre Carlos V, quando o próprio Robert lhe disse “que leu o livro de cabo a rabo e o achou muito bom, havendo feito resenha bibliográfica para a Revista Hispânica” (WESTPHALEN, 29 nov. 1958, grifo da autora).

Eventos deste tipo são espaços privilegiados para divulgação de trabalhos e construção de redes de contato, Westphalen soube aproveitar essa oportunidade levando e distribuindo seus 14 exemplares da tese. A *note brève*, escrita por um catedrático de uma notável

² “uma narrativa e um quadro do reino de Carlos-Quinto que se lê com prazer” (ROBERT, 1958:564, tradução nossa).

instituição francesa em uma das principais revistas de estudos hispânicos, surgiu graças à visibilidade que os encontros proporcionaram ao seu trabalho.

No que concerne ao âmbito mais restrito do campo acadêmico, a análise de Westphalen nos faz crer que o evento realizado na Universidade de Colônia teve um direcionamento mais crítico do que o espanhol, representado sobretudo pela participação de Braudel.

Na ocasião, Westphalen contou que,

Ele deu uma chacoalhada em todo mundo, inclusive em mim, dizendo que a História dos événements da época de Carlos V estava feita com Brandi, que ninguém o ultrapassará tão cedo e facilmente; que é preciso deixarmos êste resumo da história dos acontecimentos para entrarmos na história social, na história de todo dia, história da realidade tal como é, não como parece ser, e por aí a fora (WESTPHALEN, 29 nov. 1958).

Imperativas, as palavras de Braudel entusiasmaram a jovem pesquisadora, “creio que se for a Paris e puder conversar bem com êle, eu resolverei êste problema que me angustia e também ao Brasil [Pinheiro Machado], da conceituação da História” (WESTPHALEN, 29 nov. 1958). A expectativa em torno do encontro e do aprendizado com o historiador tornou-se uma constante, todavia antes de mudarmos de cultura historiográfica, irmos à Paris, vamos explorar a vida acadêmica de Westphalen na Universidade de Colônia.

Na Universidade de Colônia

Ansiosa por relatar sua vivência universitária em Colônia e ávida por notícias do cotidiano da UFPR, Cecília Westphalen não deu trégua à Altiya Balhana. Em uma perspectiva relacional ela comparou postura de professores, didática das aulas, estrutura física e organizacional das duas instituições. E, considerando-se já versada nas disputas internas do espaço acadêmico, mostrou-se vigilante na orientação da conduta profissional de Balhana na UFPR.

A preocupação com o êxito da tese de Balhana, por exemplo, lhe tirava o sono, “só tenho pensando em tua Tese e ardentemente desejado que ela esteja saindo bem ao teu gôsto” (WESTPHALEN, 3 nov. 1958). A candidata deveria mostrar-se atualizada e tudo conhecer, pois o catedrático deveria ter completo domínio sobre sua disciplina. Para ajudá-la Westphalen enviava livros que, se desconhecidos pelos concorrentes de concurso, poderiam ser uma carta na manga.

Terminada a escrita da tese, “acho que você não deve exibi-la muito, e nem dar a ninguém” (WESTPHALEN, 18 nov. 1958). Este cuidado era estratégico para Westphalen que

percebia os apoios como cambiantes, e explicava que conforme mudavam os interesses os sujeitos se moviam e podiam trocar de lugar. E, nesse terreno escorregadio, muitas vezes, mais produtivo era saber as inimizades que se devia evitar: “este período que antecede o Concurso deve ser da maior harmonia entre o candidato e o Diretor que tudo pode entrar. Procure ser gentil com êle” (WESTPHALEN, 16 fev. 1959). O diretor detinha o poder de nomeação, de salvaguardar para ela um lugar a partir do qual poderia progredir no ofício. Vemos que a ascensão na carreira estava permeada por jogos e regras implícitos que a colega de ofício tentava explicitar à Balhana.

Em Colônia as percepções são diferentes, lá ela oscila entre o papel de aluna e professora, mas não tem acesso aos bastidores departamentais. Conta que o que mais lhe chamou atenção foi a estrutura universitária, principalmente o modelo de Seminários em substituição as aulas tradicionais, uma forma de tentar dinamizar e aliar o ensino à pesquisa. Entre os Seminários que visitou o que mais lhe agradou foi o de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas. Impressionou-se com o volume de livros, mapas e documentos disponíveis no acervo do Seminário (WESTPHALEN, 5 dez. 1958). Sua excitação denunciava que tal grandiosidade e fartura de material não era algo usual para uma professora no Brasil.

O Seminário de História Econômica, intitulado “Fontes, Métodos e Ferramentas da História Econômica”, foi um dos seminários que cursou. A escolha foi balizada por um interesse futuro, que naquele momento foi manifesto com certo desdém, “você sabe que eu tenho planos sobre este assunto, se outros mais altos falharem (WESTPHALEN, 3 nov. 1958).

Westphalen estudava em um dos mais antigos redutos da temática econômica, porém com contorno analítico da história tradicional. As aulas foram classificadas como monótonas e cansativas, chegou a confessar à Balhana ter “preguiça de ir porque não é bom” (WESTPHALEN, 28 jan. 1959). O desinteresse foi tanto que o professor nem sequer foi nominado, era “apenas um Assistente” (WESTPHALEN, 13 nov. 1958).

Além disso, este não foi o seu único descontentamento como aluna, ela contou sua experiência em dois outros Seminários: “Alexander von Humboldt e a América” e “História Geral da Época dos Estados Nacionais e do Imperialismo (1870-1914)”.

Este último foi ministrado por Theodor Schieder, apresentado à Westphalen como “o maior Professor de História no momento na Alemanha” (WESTPHALEN, 6 nov. 1958). No campo historiográfico seu nome está ligado à “história estrutural” (*Strukturgeschichte*), “uma modalidade propriamente alemã, após 1945, de investir nos objetos ‘sociais’ como a

economia, o trabalho, a agricultura, a demografia, rejeitando o marxismo e integrando uma parte da herança do historicismo” (DELACROIX, 2010: 426). Essa abordagem logo progrediu para a “marca registrada da inovação historiográfica alemã do século 20: a história social” (MARTINS, 2007:53).

Westphalen, sem ainda saber, estava vivenciando um período de renovação nos estudos históricos da Alemanha Ocidental, que se fariam mais visíveis a partir de 1960. Mas naquele momento, a lembrança que registrou de Schieder foi a de um professor didaticamente pouco compreensivo, que lia “durante a hora inteira um maço de papéis” e nunca olhava para os alunos (WESTPHALEN, 6 de nov. 1958).

Sua experiência com Schieder em sala de aula não foi das melhores e pelo que relatou parece não ter conseguido estabelecer um diálogo mais próximo com ele. Relação diferente ocorreu com o professor Richard Konetzke, responsável pelo Seminário sobre Humboldt e a América.

Westphalen conta que ele parecia muito honrado com a sua presença “pensando que sei muito de História do Brasil e possa ser lhe útil” (WESTPHALEN, 3 nov. 1958). Konetzke, estudioso da história social da América colonial espanhola e interessado na América Latina, viu na estadia de uma brasileira oportunidade de conhecer mais sobre os estudos historiográficos realizados no país.

Apesar de suas aulas terem sido marcadas por equívocos históricos e geográficos (WESTPHALEN, 10 nov. 1958), Westphalen parece ter se ambientado muito bem no Instituto de História Ibérica e Latino-americana dirigido por ele. Ela mediou contatos para o professor, escreveu cartas para o IHGB e pesquisadores, como Eulália Lobo. Com a ajuda de Balhana, Westphalen providenciou o envio para o Instituto alemão de alguns números da revista do IHGB, do Círculo (ela não completa, mas supomos ser do Círculo de Estudos Bandeirantes de Curitiba) e sobre a floresta amazônica. Elaborou uma lista bibliográfica com obras fundamentais sobre História do Brasil e indicou lugares tracionais onde poderia encontrá-las (WESTPHALEN, 28 jan. 1959). Graças à investimentos deste tipo, a biblioteca do Instituto de Konetzke foi considerada uma das mais importantes na Europa (RODRIGUES, 1976:206)³ e um dos principais legados de Konetzke (KAHLE, 1981).

Entre eles, laços acadêmicos começaram a se delinear e uma brecha foi aberta para que os favores fossem academicamente retribuídos. Assim encerrou-se o curso de inverno e a experiência alemã.

³ Konetzke ocupou a primeira cadeira alemã de História Ibérica e Latino-americana, criada na Universidade de Colônia em 1961 (RODRIGUES, 1976:206).

“Agora já estou ansiosa para ir a Paris, isto é, ao Braudel”

Desde Madri, Westphalen nutre a expectativa de conhecer Braudel, o encontro, como já mencionamos, se realizou em Colônia, foi a primeira vez que estiveram *tête-à-tête*:

Foi simpatisíssimo comigo. Gostei desde o primeiro momento, creio que iremos nos dar bem. Não é muito velho, uns 60 anos, cabelos brancos, bem cuidada, e fala um português melhor do que eu! Só queria falar em português pois diz êle que não é sempre que o pode (WESTPHALEN, 29 nov. 1958).

O senhor simpático de cabelos brancos conhecia bem o Brasil. O professor Braudel, quando ainda estava em início de carreira, integrou a chamada “missão francesa” de professores contratados para ajudar a construir e consolidar o curso de História e Geografia da Universidade de São Paulo (1934). Ele ocupou a cadeira de *História das Civilizações* entre 1935 e 1937, retornando em 1948, como professor visitante (ROIZ, 2012:43).

Em Colônia, Westphalen trocou cartas com ele para acertar questões burocráticas para sua partida: “Recebi resposta do Braudel dizendo que tudo estará em ordem na Cité e que logo receberei uma confirmação mais precisa. Ele não me trata mais como *chérie collegue*, mas como *chérie amie*, é confiado que só vendo” (WESTPHALEN, 28 jan. 1959).

Nesses seus comentários divertidos sobre Braudel, repercute a ideia da proximidade que vinham criando, ou que ela achava que estava se estabelecendo e com alegria contava à Balhana. Nas cartas enviadas de Colônia confessava o quanto estava ansiosa para “ir ao Braudel” e estudar no “Centre de Recherches Historiques” (WESTPHALEN, 19 fev. 1959).

O lugar onde Westphalen desejava estudar, o Centro de Pesquisas Históricas (CRH), transformara-se em importante espaço de pesquisa da história econômica do mundo ocidental - foi criado por Lucien Febvre e Braudel na VIª. Seção da *École Pratique des Hautes Études*, em 1949 (AYMARD, 2003:15). O Braudel que ela iria encontrar já havia alcançado notoriedade científica com a publicação de sua tese sobre o Mediterrâneo na época de Felipe II (1949). Desde 1956, com o falecimento de Febvre, dirigia sozinho a *Annales*. O artigo *La longue durée* (1958), que indicava um novo direcionamento para as pesquisas em História, já havia sido publicado e, além de significar uma defesa da História contra os ataques da antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, representou para a historiadora brasileira uma abertura de perspectivas de pesquisa.

Uma das maiores lições resultantes desse encontro com Braudel e sua concepção de História foi a visita, acompanhada por Jean Glenisson, aos Arquivos Nacionais, em Paris. A experiência com o arquivo era nova para Westphalen. Ensinada numa estrutura em que

predominava a formação do professor para o ensino secundário, ela nunca havia sido “levada a um arquivo durante o curso”, pois “a pesquisa, quando exigida, era apenas bibliográfica” (WESTPHALEN, 1985:34). Essa foi a primeira tarefa que Braudel deu a Westphalen, ir a um lugar repleto de histórias. Vinculada a essa orientação estava a indicação para estudar temas brasileiros, explorando assim o material que estava ao seu alcance.

Tamãha foi a reviravolta em seu pensamento, que Carlos V transformou-se em “erro da juventude”, uma ingênua “ambição européia” (WESTPHALEN, 1985:36). Com o conhecimento da prática historiográfica braudeliãna e os projetos desenvolvidos no CRH afirmou ter tomado “consciência do nada que poderia fazer, no Brasil, como historiadora do século XVI europeu, e do quanto poderia fazer como historiadora do Brasil, sobretudo de minha região [...]” (WESTPHALEN, 1985:36-37).

O caminho escolhido foi o Atlântico, ela inseriu-se num projeto maior dedicado ao “conhecimento das estruturas do Atlântico e do mundo atlântico”. Westphalen, então, entrou em contato com outras formas de escrita da história e propôs uma nova abordagem aos estudos regionais. O projeto Carlos V cedeu lugar ao estudo das relações comerciais no Porto de Paranaguá, enfatizando as técnicas da história quantitativa e a longa duração (WESTPHALEN apud CARDOSO 2004:17). Projeto que se institucionalizou na UFPR. Mas essa já é outra história, e ela se passa fora das margens do Mediterrâneo.

De volta ao Atlântico

Cecília Westphalen retornou em 1959, estava renovada e queria contribuir para a renovação dos estudos em História do Brasil. Interessada nos progressos da disciplina, ela integrou o grupo de professores reunidos na Faculdade de Filosofia de Marília, em 1961, que tinha como principal objetivo discutir o currículo de graduação em História, considerado insuficiente para a formação do futuro professor e do pesquisador (FALCON, 2011:2). Apesar dos poucos resultados desta reunião, nela surgiu a ideia de criação de uma associação de professores universitários de História, a atual Anpuh (Associação Nacional de História).

A criação da Anpuh é um sinal de amadurecimento em relação ao fomento, a feitura e a divulgação da produção acadêmica, ainda muito iniciante entre os próprios docentes (FALCON, 2011:17). Tanto em Colônia quanto em Paris, Westphalen deparou-se com um sistema organizado de Institutos, Centros de Pesquisa e eventos destinados à pesquisa. Sua experiência recente certamente contribuiu para liderar a Comissão Executiva do “II Simpósio”, realizado na UFPR em 1962.

No discurso de abertura, Westphalen afirma que a nova associação tem o papel de orientadora dos estudos históricos e a missão de salvar a História do desprestígio, seja dentro da própria Universidade pelo predomínio das ditas “ciências práticas e objetivas”, seja socialmente pela ínfima atuação na formação da cultura nacional (WESTPHALEN, 1962:22).

A linguagem de Westphalen é notadamente braudeliana, sua análise parte das três temporalidades e reforça o compromisso da História com os problemas do presente, herança de Lucien Febvre e Marc Bloch. O tema-problema assumido pelo segundo simpósio foi “A propriedade e o uso da terra”, em torno dele organizaram-se sessões de estudos com a exposição oral de trabalhos.

Mesmo com uma organização hierarquizada, que dava voz apenas a um pequeno grupo de eleitos para apresentar nas sessões,⁴ sem dúvida esta associação foi um marco na autonomização da disciplina. Tanto assim, que os encontros tornaram-se, para Westphalen, num dos principais locais de divulgação dos progressos que realizava com a pesquisa sobre o Porto de Paranaguá, assim como dos projetos que desenvolvia com os colegas do Departamento de História da UFPR.

Logo em seu retorno à instituição, Westphalen propôs uma reunião para organizar um plano de trabalho que estimulasse a reflexão sobre os problemas da “ciência histórica”, assim sugeriu a criação de um Seminário de História, um centro de estudos e pesquisas nos moldes daquele que vivenciou na Universidade de Colônia. Como não havia equivalente na estrutura da Faculdade de Filosofia, então no Curso de História e Geografia criou-se um Departamento de História que reunia todas as cadeiras de História que por sua vez dividiam-se em três seções de estudos: Ensino da História, Pesquisa Histórica e Teoria da História” (WESTPALEN, 2009:289).

Assim, a experiência de Colônia e Paris, narrados a Balhana por meio das cartas, permitiu compreender o quão decisivos foram para a visão de Westphalen do que deveria ser a universidade, um espaço de enfrentamento dos “problemas da ciência histórica”, de ensino, escrita da história e diálogo social.

Considerações finais

⁴ De acordo com Artigo 2.º do Título II “Cada núcleo regional da A.P.U.H. deverá apresentar o mínimo de 1 (um) e o máximo de 3 (três) comunicações sobre o tema proposto, cujos autores serão designados pela Diretoria do núcleo, entre os seus associados” (APUH, 1962:19).

Neste texto, acompanhamos Cecília Westphalen em diferentes ambientes acadêmicos e historiográficos por meio das cartas trocadas com sua companheira intelectual, Altiva Balhana. Da catedrática que tudo sabia sobre Carlos V em Madri e Colônia à estudante que, em Paris, entrava pela primeira vez em um arquivo, acontecimento que a fez questionar sua própria identidade como pesquisadora. Foi preciso ir ao Mediterrâneo para perceber o Atlântico e assim sentir as limitações de sua tese para o seu espaço social, o Paraná. A historiadora que retorna se transforma em uma espécie de missionária, ela quer “levar a boa nova” às Faculdades de Filosofia do país, ou seja, quer divulgar o que aprendeu com Braudel quanto à concepção de história, e com a estrutura acadêmica da Universidade de Colônia.

Nesse percurso, as cartas trocadas entre Westphalen e Balhana foram também nosso guia na busca de outras fontes. Obras, artigos publicados em jornais, discursos, atas, anais e tantos outros textos foram selecionados na tentativa de compreender o trânsito turbulento entre Curitiba, Madri, Colônia e Paris, e os impactos da travessia da autora e que, conseqüentemente, incentivam a continuidade deste estudo.

Referências

AYMARD, M. O homem e o historiador. In: LOPES, M. A. (org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003:7-20.

CARDOSO, J. A. Cecília Maria Westphalen e a criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. In: *Anais da XXIV Reunião da Sociedade Brasileira de História – Sbh*, Curitiba, 2004. VER PÁGINAS

DELACROIX, C. Histoire sociale. In: _____; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (orgs.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010, p. 420-435. 1v.

DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FALCON, F. J. C. Memória e História. A fundação da ANPUH. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, jul. 2011: 1-18.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004:7-24.

KAHLE, G. Richard Konetzke (1897-1980). *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, n. 18, 1981. Disponível em: <<http://introduccionalahistoriajvg.wordpress.com/2012/07/06/%E2%90%A5-richard-konetzke-1897-1980/>>. Acesso em: 5 ago. 2013.

LOPES, M. A. (org.). *Fernand Braudel: tempo e história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MARGAIRAZ, M. Histoire économique. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. (orgs.). *Historiographies: concepts et débats I*. Paris: Gallimard (Folio histoire), 2010: 295-306. 1v.

MARTINS, E. de R. Historiografia alemã do século XX: encontros e desencontros. In: MALERBA, J.; ROJAS, C. A. (org.). *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica*. Bauru: Edusc, 2007: 45-67.

ROBERT, R. Cecília Maria Westphalen, Carlos-Quinto 1500-1558, seu Império universal. *Bulletin Hispanique*, v. 60, n. 4: 564-565, 1958.

RODRIGUES, J. H. Os Estudos Brasileiros e os “brazilianists”. *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 54, n. 107, 1976: 189-219.

ROIZ, D. da S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba: Appris, 2012.

WESTPHALEN, C. et. al. Ata da reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50:285-315, jan./jun. 2009.

_____. *Carlos – Quinto*. Seu Império Universal. 1500-1558. Curitiba: Center Design Gráfica e Editora Ltda, 2000.

_____. Carta à Mba de Ferrante. *Boletim do Arquivo Estadual do Paraná*. Curitiba, n. 17:33-42, 1985.

_____. Discurso de Instalação do II Simpósio. In: *Anais do II Simpósio de Professores Universitários de História – APUH*, Curitiba, 1962:22-29.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Curitiba, 18 mai. 1954.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Madrid, 15 out. 1958.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 3 nov. 1958

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 6 nov. 1958.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Colônia, 10 nov. 1958.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 13 nov. 1958

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 18 nov. 1958.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 29 nov. 1958.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 5 dez. 1958.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 28 jan. 1959

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 16 fev. 1959.

_____. Carta à Altiva Pilatti Balhana, Köln, 19 fev. 1959.

Estética e política em Rio, quarenta graus: sua imagem e a alteração de sua semelhança

Geovano Moreira Chaves*

Em 1956, foi lançado no Brasil o filme “Rio, Quarenta Graus”, do diretor Nelson Pereira dos Santos. Este lançamento gerou diversas polêmicas, uma vez que as imagens da cidade do Rio de Janeiro, da forma como foram representadas na película, desagradaram alguns setores mais conservadores da sociedade brasileira, que se incomodaram com a fotografia do filme, alegando que esta poderia prejudicar o imaginário das pessoas, sobretudo turistas, a respeito da então capital federal como cenário para o principal cartão postal do país. A cidade do Cristo, em um país majoritariamente católico, não poderia ter sua imagem “maravilhosa” abalada por aquilo que, para alguns, deveria ser invisível por ser intolerável nas telas do cinema.

De acordo com Mariarosaria Fabris, Nelson Pereira dos Santos, ao realizar o filme, se propõe a virar pelo avesso um dos símbolos mais vistosos da modernização que ia tomando conta do país, “o Rio de Janeiro – o mais famoso de nossos cartões postais – ao destacar o que ele considerava sua face mais autêntica: a favela e seus habitantes”. (FABRIS, 1994: 93).

“Rio Quarenta Graus”, neste sentido, nos apresenta uma alteração da percepção do comum, uma vez que as imagens da então capital federal, apresentadas em filmes anteriores, possuíam, em sua grande maioria, uma representação considerada estereotipada da cidade e dos seus habitantes, valorizando seus pontos turísticos e a alegria de viver de seus moradores, no ritmo do samba e do carnaval.

No entanto, o filme de Nelson Pereira dos Santos, sobretudo pelo diálogo e influência com neo-realismo italiano em sua obra, procurou uma abordagem que se aproximasse de uma possível idéia de real, ou de alcance de uma realidade. Pretendia inscrever imagens que sensibilizariam o visível da comunidade, para então fazer pensar sobre o que, no cinema anterior e no projeto de modernização daqueles anos, parecia excluído da produção cinematográfica, pretendendo assim construir significações novas, por meio de um “ato estético” e uma “capacidade política”, propondo uma nova

* Doutorando em História e Culturas Políticas pela UFMG. Bolsista Capes.

maneira, não menos ficcional, de visibilidade da cidade, através das imagens de um filme.

Para este argumento anterior tomamos como base o conceito de “ato estético” de Jacques Rancière, pois estes atos, conforme define o filósofo, trazem conexões possíveis entre o que se vê, o que se diz e o que se entende, capazes de alterar as trajetórias das palavras e dos corpos, reformar as linguagens, os gestos e os afetos que se compartilham. A “capacidade política”, segundo o autor, “é aquela que faz com que o “novo” seja inscrito no visível, que se crie a partir daí novas significações possíveis ao redor de uma comunidade estética que se pensa e se repensa”. (RANCIÈRE, 2011: 12).

Mesmo que não se queira falar em escola ou movimento, Mariarosaria Fabris admite a possibilidade de reconhecer ao menos uma orientação estética em comum entre os vários cineastas que atuaram na Itália no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, denominados neo-realistas. (FABRIS, 2008: 205). Nélon Pereira dos Santos produziu o filme partilhando do regime estético e das concepções cinematográficas destes cineastas italianos, que procuravam transformar os homens e as paisagens naturais em protagonistas dos filmes, inspirados na realidade com a intenção de “registrar” o presente tal qual ela era. (FABRIS, 1994: 25-88). O diretor assim pretendia atingir imagens mais próximas de uma possível realidade, e contrapô-las a outras imagens que acreditava fantasiosas por demais. A linguagem e os modos de se fazer filme, propostos e difundidos pelos neo-realistas, foi à prática estética escolhida por Nelson Pereira dos Santos para dar a visibilidade que ele queria para a cidade-protagonista, tentando atribuir sentido de real e de documentário social ao que hoje nos apresenta como também e claramente ficcional.

No entanto, a ficção, para Jacques Rancière,

“... não é a criação de um mundo imaginário oposto ao mundo real. É o trabalho que realiza “dissensos”, que muda os modos de apresentação do sensível e as formas de enunciação, mudando quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e a sua significação. Esse trabalho muda as coordenadas do representável; muda nossa percepção dos acontecimentos sensíveis, nossa maneira de relacioná-los com os sujeitos, o modo como nosso mundo é povoado de acontecimentos e figuras”. (RANCIÈRE, 2012: 64-65).

No filme “Rio, Quarenta Graus”, podemos perceber mudanças nas formas de enunciação e apresentação do sensível a respeito da cidade-protagonista. Pautado no imaginário turístico e caricato da então capital federal, o cinema nacional e também produções estrangeiras das décadas de trinta e quarenta do século passado chocavam-se com o “olhar neo-realista” que Nelson Pereira dos Santos lhe lançava na década de 50. A cidade se apresentou para o diretor como a grande protagonista, mas os habitantes que nela vivem, sobretudo os marginalizados economicamente, ganharam vida e destaque no filme, procurando retirar destes uma visão considerada por demais folclórica, ou seja, apresentá-los de forma diferente dentro de um mesmo regime de visibilidade, e assim tentar abrir novas possibilidades de pensamento por meio de novas imagens compartilhadas.

No entanto, a imagem nunca é uma realidade simples, e as imagens do cinema são em primeiro lugar, na concepção de Jacques Rancière, “operações, relações entre o visível e o dizível, maneiras de jogar com o antes e o depois, a causa e o efeito. Estas operações implicam funções-imagens diferentes, sentidos diferentes da palavra imagem”. (RANCIÈRE, 2011: 25-52).

A imagem do cinema, da forma como analisa o filósofo francês, designa duas coisas diferentes. “Por um lado se dá a relação simples que produz a semelhança a um original: não necessariamente sua cópia fiel, como simplesmente aquela que basta para ocupar seu lugar”. Por outro se dá o jogo de operações que produz aquilo que Jacques Rancière chama de arte: uma alteração de semelhança. (RANCIÈRE, 2011: 25-52).

Podemos exemplificar esta alteração de semelhança por meio de algumas cenas do filme. Logo nos primeiros planos, o diretor parece corroborar a feição utópica da cidade, que vinha sendo plasmada, notadamente, desde meados do século XIX. Segundo Fábio Sussekind, esta feição do Rio de Janeiro, de forma estilizada, ao ser contemplada, graças a convergência dessas imagens idealizadas, provocava “efeito semelhante ao de um panorama que enfeitiçasse o olhar de seus espectadores a tal ponto que, vendo a própria cidade, enxergassem apenas os contornos de sua representação pictórica ou ficcional”. (SUSSEKIND, P. *apud* FABRIS, 1994: 93).

Observamos nos primeiros letreiros de abertura que, “no lugar em que tradicionalmente apareceriam os nomes dos principais intérpretes, destaca-se o da cidade, numa clara afirmação de que ela, de mero pano de fundo, foi elevada a categoria

de protagonista”. (FABRIS, 1994: 93). Após uma tomada aérea dos principais cartões postais da cidade, a câmera praticamente mergulha para focalizar o lado pobre e “feio” da Capital Federal. (FABRIS, 1994: 93-94).

A partir de então, observamos a narrativa em torno de cinco pequenos vendedores de amendoins, habitantes da favela do morro do Cabuçu. A unidade de tempo do filme corresponde a um domingo de sol, e a unidade de espaço é a tensão entre o morro e o asfalto. O filme quer fazer o espectador criar um laço de identificação com o lado da cidade que outros o queriam como invisível, e que de fato foi, nos filmes anteriores produzidos sobre a cidade.

Notamos aí uma alteração da semelhança, por meio de uma proposta imagética e narrativa diferente que visava causar uma inquietação entre o espectador e o filme, alterando, por meio da linguagem neo-realista, a identificação com as imagens da cidade produzidas pelos filmes anteriores, fazendo com que os espectadores pudessem ter sensações diferentes a respeito do seu sentimento de pertencimento comum ao todo da comunidade estética.

O regime de identificação de “Rio, Quarenta Graus” que lhe permitiu campos de sentidos possíveis, nos propõe esta alteração de semelhança, ao tentar colocar em um regime de visibilidade imagens que pretendiam inserir o real na arte, e desta forma, deslocar o intolerável para as telas aos olhos do público e assim afetar a participação política, uma vez que as imagens do filme estão no interior de um dispositivo de relações.

Entretanto, sabemos atualmente que os filmes anteriores a “Rio, Quarenta Graus”, tidos como caricatos e despolidizados pela percepção estética neo-realista, nos apresentam representações perfeitamente possíveis de se discutir e compreender as formas políticas de seus contextos, sobretudo os filmes da chanchada, carregados de elementos e imagens que, mesmo não visando atingir a realidade propriamente dita, criavam em torno dela uma tensão, pois seu conteúdo político inerente partiu de uma estética primeira. Neste sentido, a proposta de abordagem neo-realista se configura como uma forma nova e, no calor da hora, polêmica e instigante, na intenção de alterar a semelhança que se estabelecia entre o público espectador de cinema com as imagens da cidade.

De acordo com Arthur Freitas, Jacques Rancière nota que é necessário ter em conta que há já na base da política esta estética primeira, um modo de dividir e compartilhar a experiência sensível do comum. Arthur Freitas considera que na opinião do filósofo, esta estética primeira, denominada “partilha do sensível”,

“é uma espécie de forma *a priori* da subjetividade política, uma distribuição conturbada de lugares e ocupações, um modo negociado de visibilidade que faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce”. (FREITAS, 2006: p. 215-220).

A estética, para Jacques Rancière, não designa a ciência ou a disciplina que se ocupa da arte. Estética, na concepção do autor, designa um modo de pensamento que se desenvolve sobre as coisas da arte, e que procura dizer em que elas consistem enquanto coisas do pensamento. De modo mais fundamental, “trata-se de um regime histórico específico de pensamento da arte, de uma idéia do pensamento segundo a qual as coisas da arte são coisas do pensamento”. (RANCIÈRE, 2009: 11-12).

A preocupação do autor reside em definir as articulações desse regime estético das artes, os possíveis que elas determinam e seus modos de transformação, principalmente as transformações das práticas políticas no que se referem às perspectivas de possíveis mudanças geradas pela colocação de imagens novas no interior de um regime de visibilidade, e as formas como estas imagens podem afetar os posicionamentos estético-políticos partilhados pelo comum, uma vez que as relações entre estética e política, na análise do filósofo, “se dão no nível do recorte sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e de sua disposição”. (RANCIÈRE, 2005: p. 13).

Neste sentido, encontramos um bom exemplo para se compreender as relações entre política e estética e as suas formas de visibilidade e partilhamento comum, da maneira como concebe Jacques Rancière, nas polêmicas geradas pelo filme “Rio, Quarenta Graus”, sobretudo pelo fato de que este filme apresentou imagens da cidade do Rio de Janeiro que provocaram concepções políticas e estéticas até então legitimadas como modelos padrões na produção cinematográfica e em parte significativa do imaginário social.

Nesta perspectiva, no que se referem às polêmicas levantadas pelo filme, Mariarosaria Fabris destaca o tom maniqueísta da narrativa por meio da contraposição entre ricos e pobres, sempre, no entendimento da autora, apresentada de modo a ressaltar os defeitos dos primeiros e as qualidades dos segundos e a forçar a simpatia do espectador pelas personagens que resistem nos limites da sobrevivência. (FABRIS, 1994: 101).

Entretanto, cabe ressaltar que, mesmo quando retrata os pobres, na tentativa de criar uma aproximação sentimental do público, Nelson Pereira dos Santos não está no âmbito do registro direto, mas da reescrita: de fato, ao se concentrar na focalização de momentos privilegiados, é evidente que o filme está apresentando uma realidade outra que, se parece mais verdadeira do que a realidade do dia-a-dia, é exatamente porque foi organizada enquanto espetáculo. (FABRIS, 1994: 102). Isso, no entanto, não tira do filme o caráter de documento social, pois há momentos em que a câmera capta “distraidamente” fragmentos da realidade não elaborada: é o caso do entorno nas tomadas externas, seja no morro, seja na cidade, é o caso dos objetos do cotidiano, seja dos pobres ou dos ricos. (FABRIS, 1994: 102).

Neste aspecto, corroboramos com os argumentos de Marc Ferro quando este autor afirma que “o filme não é apenas um testemunho do imaginário da época, mas é capaz de transmitir sua “imagem real” também. (FERRO, 1997).

Outra questão tratada pelo filme reside na polêmica questão do nacionalismo, tema este em discussão acalorada na época. A justaposição do plano final da seqüência do aeroporto ao plano inicial da seguinte (que nos leva a Copacabana, num bar onde duas turistas americanas comentam a beleza e o primitivismo da terra) dá toda outra conotação à que parecia uma frase de efeito do coronel Durão: “O Brasil é nosso!”. É uma expressão que, inequivocadamente, evoca o slogan mais famoso daquele período, “O petróleo é nosso”, e nos remete para a polêmica questão do nacionalismo, na qual os entreguistas (como eram chamados os que apoiavam o desenvolvimento econômico do país baseados na captação de recursos provenientes do exterior) se defrontavam com os nacionalistas (em geral, de esquerda), que identificavam a defesa dos monopólios estatais e a independência econômica do país com a luta antiimperialista e, sobretudo, antiamericana, uma vez que as principais fontes de investimentos estrangeiros se encontravam nos EUA. Ao conjugá-la com o comentário dos turistas e sua recusa de

ajuda ao morador do morro, Néelson Pereira dos Santos deixa implícito que a miséria e o subdesenvolvimento eram conseqüências diretas da espoliação (remessa incontrolada de lucros para o exterior) a que o Brasil era submetido com a conivência da classe dirigente. (FABRIS, 1994: 109-110).

Assim sendo, quanto ao conteúdo ideológico, o filme nasce sob o signo do humanitarismo e do populismo (no sentido da concepção mítica do povo). A visão da sociedade de “Rio Quarenta Graus” repousa, de acordo com Mariarosaria Fabris, mais num impulso moral do que numa análise das relações entre as várias classes, mas isso não invalida seu caráter de denúncia, uma vez que o filme teve sua exibição vetada pelo chefe de polícia que via nele propósitos de desmoralização do país. (FABRIS, 1994: 131).

No dia 26 de agosto de 1955, a Censura Federal libera o filme para maiores de dez anos, porém, no dia 23 de setembro, o coronel Geraldo de Menezes Cortes, chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, proíbe sua exibição em todo território nacional, alegando, entre outros motivos, nos dizeres do coronel, o fato do filme mostrar “delinqüentes, viciosos e marginais, cuja conduta é até certo ponto enaltecida, usar expressões impróprias á boa educação do povo e à consideração devida aos nacionais de país amigo, explorar situações para desmoralizar instituições nacionais e apresentar histórias que não possuem qualquer conclusão de ordem moral”. (FABRIS, 1994: 140-141). Além disso, o coronel também argumenta que no Rio não acontece à temperatura de 40 graus, no máximo 39,6. Ele temia, entre outras coisas, a exportação do filme e o que ele poderia afetar em termos da visão do Rio de Janeiro no exterior.

A proibição provoca uma grande polêmica e desencadeia uma campanha pela liberação do filme. As alegações do coronel Cortes não convencem, e vários segmentos da sociedade, interessados no assunto, começam a buscar os verdadeiros motivos da interdição. Entre eles, se posicionam escritores famosos, como Jorge Amado, poetas, como Carlos Drummond de Andrade, teóricos do cinema, como Paulo Emílio Salles Gomes, é criada também uma Associação de Defesa do Cinema Brasileiro, além de manifestações de intelectuais estrangeiros. Também foram organizadas sessões clandestinas do filme em São Paulo, e lá também foi criada uma comissão de defesa do filme. (FABRIS, 1994: 143).

Assim sendo, diante de todas estas manifestações desencadeadas a partir de sua decisão, o coronel Cortes acabava transformando-se ironicamente no maior propagandista do filme.

Além de toda esta situação, dois outros acontecimentos em torno do filme, nos chamou a atenção pela peculiaridade.

Em 31 de dezembro de 1955, a Justiça Federal libera o filme, revogando a proibição. A liberação, no entanto, não deve ter agrado ao PCB, interessado em mantê-lo proibido, pois todo o escândalo provocado pela interdição permitia transformar o filme num mártir. Mesmo sem nunca ter apoiado oficialmente a realização do filme, uma vez que os militantes do partido acreditavam que o cinema no Brasil só deveria ser feito depois da Revolução, o partido procurou tirar proveito da polêmica. (FABRIS, 1994: 91-147).

Outra curiosidade diz respeito ao fato de que, o, filme foi lançado em circuito comercial em 1956 e, apesar de ter um certo sucesso de bilheteria na primeira semana apenas, pôde-se perceber que o filme só agradou ao público burguês e intelectual, uma vez que em virtude da ênfase excessiva dada à proibição na publicidade do filme, a maior parte dos espectadores esperavam um outro tipo de espetáculo: as pessoas achavam que o filme tinha sido proibido porque tinha mulher nua, coisas incríveis. Então, saíam decepcionadas do cinema, dizendo que o filme era um documentário. (FABRIS, 1994: 91-147).

Por meio do exemplo destas polêmicas, podemos perceber as maneiras que as imagens apresentadas sob a ótica neo-realista se relacionam com o regime histórico das artes do contexto, relações estas que propiciaram a abertura para a estética neo-realista ao mesmo passo que afetava o pensamento conservador em relação aos impactos que estas imagens poderiam causar no imaginário de “cidade maravilhosa”. Neste sentido, o filme apresenta um regime estético em contraposição a outro, e as imagens por ele difundidas da cidade como protagonista nos permite compreender melhor os tipos de pessoas a que elas foram destinadas, que espécie de olhares, atitudes, posicionamentos e considerações foram criadas a partir desta ficção que se pretendia como retrato fiel da realidade social do Rio de Janeiro. As imagens, segundo Jacques Rancière, “mudam nosso olhar e a paisagem do possível quando não são antecipadas por seus sentidos e não antecipam seus efeitos”. (RANCIÈRE, 2012: 103).

Então, por meio das polêmicas provocadas pelo filme, uma questão nos vem à tona: _ Onde se dá a junção necessária entre práticas estéticas e práticas políticas, diante do exemplo do filme e das imagens por ele apresentadas no interior de um regime de visibilidade de uma comunidade? Para que esta compreensão se torne possível, entendemos que o conceito de “partilha do sensível”, formulado por Jacques Rancière, pode nos apontar caminhos e horizontes de análises a respeito das relações, inclusive mais amplas, entre estética e política.

Sendo assim, o termo partilha, no entendimento de Jacques Rancière, significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação, a distribuição em partes. A partilha do sensível para o autor é o modo como se determina no sensível a relação entre um conjunto comum compartilhado e a divisão de partes exclusivas. (RANCIÈRE, 2005: 15-26).

Assim, ter esta ou aquela “ocupação” define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum. Existe, portanto, como considera Jacques Rancière, na base da política uma estética que não tem nada a ver com uma estetização da política. Essa estética não deve ser entendida no sentido de uma captura perversa da política por uma vontade de arte, pelo pensamento do povo como obra de arte, e sim como o sistema das formas a priori determinando o que se dá a sentir. (RANCIÈRE, 2005: 15-26).

A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades dos espaços e dos possíveis do tempo. (RANCIÈRE, 2005: 15-26).

Práticas estéticas, portanto, segundo o autor, relacionadas a práticas políticas e como forma de visibilidade das práticas da arte, são maneiras de fazer que intervêm na distribuição geral das maneiras de fazer e nas suas relações com maneiras de ser e formas de visibilidade. (RANCIÈRE, 2005: 15-26).

Por fim, compreendemos o filme “Rio, Quarenta Graus” como uma prática artística que buscava retratar uma determinada idéia de realidade, associada à denúncia social, mesmo sem conseguir fugir da visão ficcional. O filme partiu de uma estética primeira para aguçar posicionamentos políticos, nos demonstrando por meio das polêmicas causadas em torno da repercussão de sua proibição, como partes específicas

tomam parte em um comum partilhado, nos deixando clara a divisão conturbada de lugares e ocupações.

Buscando atribuir visibilidade a um lado da cidade que todo um sistema parecia querer esconder, o filme se constitui como um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar que está em jogo na política como forma de experiência. E desta forma, acreditamos que o filme causou uma alteração da semelhança, ao postular imagens que provocaram uma série de reações sobre o que ver quando se fala, se posiciona, se imagina e se postula sobre uma cidade partilhada pelo sensível em um contexto específico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- FABRIS, Mariarosaria. *Nelson Pereira dos Santos: um olhar neo-realista*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- FABRIS, Mariarosaria. Neo-realismo italiano. In: MASCARELLO, Fernando. *História do Cinema Mundial*. Campinas: Papyrus, 2006.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. Trad. de Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREITAS, Arthur. O sensível partilhado: estética e política em Jacques Rancière. História. In: *Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, p. 215-220, 2006. Editora UFPR.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível. Estética e Política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 1998, 94 p.
- RANCIÈRE, Jacques. *El destino de las imágenes*. Trad. Paulo Bustinduy. Pontevedra: Politopias, 2011, 146 p.
- RANCIÈRE, Jacques. *O espectador emancipado*. Trad. de Ivone C. Benedetti. São Paulo, Martins Fontes, 2012.
- RANCIÈRE, Jacques. Política. *Las distancias del cine*. Buenos Aires: Manantial, 2012.
- SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

Estudos culturais e pós-coloniais para a análise fílmica dos documentários de Alanis Obomsawin.

Luiz Alexandre Pinheiro Kosteczka*

No ensaio “Cultural identity and cinematic representation”, Stuart Hall enseja reflexões sobre o *cinema caribenho*. Muito atento para os problemas originários de generalizações classificatórias, as distinções de um “novo cinema” e das expressões fílmicas da diáspora “afro-caribenha” pelos países ocidentais postulam as especificidades dos locais de emergência dessas pluralidades cinematográficas. Assim, problematizar a localização dos enunciados fílmicos alicerça a significativa inclinação epistemológica desse escrito de um estudioso que busca reafirmar a pertinência dos *estudos culturais* para a compreensão das novas contingências da contemporaneidade.

Publicado ao final da década de 1980, esse texto circunscreve a interpretação da representação fílmica sob alguns dos conceitos da *identidade cultural* desenvolvidos por Hall. Reconhecendo nessas expressões cinematográficas um questionamento das noções de identidade e cultura, o autor procura indagar “quem representa” e “qual é o lugar” dessa cinematografia (HALL, 1989: 68). De forma que a preocupação com a análise fílmica é presente nesse esforço de reflexão, porém, a latitude estética dos aparatos audiovisuais está submetida à sua extensa circunscrição teórica.

Stuart Hall é um dos mais representativos intelectuais dos *estudos culturais*, sua produção acadêmica se preocupa em compreender a *experiência da diáspora*, de *des-territorialização (dis-placement)* e a diversidade das *formações culturais*. De origem jamaicana, vive desde sua vida adulta no Reino Unido, onde participou da criação do *Centre for Contemporary Cultural Studies at the University of Birmingham* ao lado de estudiosos como E. P. Thompson e Raymond Williams. Como seus companheiros do centro de estudos, suas problematizações se sustentam em superar a concepção de cultura como fruição e contemplação. Os guetos de migrantes, os movimentos punks, os skinheads, entre outros grupos, são objetos de seu olhar investigativo. Mas não devemos

*Mestrando em História e Sociedade - Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - Univ. Estadual Paulista, Campus de Assis, orientado pela Dra. Karina Anhezini de Araujo. Bolsista CAPES e Emerging Leaders in the Americas Program (Canadian Bureau for International Education/Foreign Affairs and International Trade Canada). Esse texto é fruto do estágio de pesquisa (2012-2013) no Ontario Institute for Studies in Education (OISE) da University of Toronto sob a supervisão do Prof. Dr. Jean-Paul Restoule. E-mail: akosteczka@hotmail.com.

reduzir seus escritos a uma descrição empírica de percepções pessoais de vários fenômenos. Hall é reconhecido por cultivar uma distância crítica de possíveis modelos explicativos e é arguto em apresentar os limites de seus possíveis referenciais teóricos. De maneira que é uma tarefa árdua a tentativa de isolar um núcleo rígido para a formação de seu pensamento (SOVIK, 2003). Em suma, seus textos apresentam amplas discussões em torno da epistemologia das humanidades e ciências sociais e, a partir da abordagem de inúmeros objetos, ressignificam as possibilidades de leitura das *identidades culturais na pós-modernidade*, vistas como móveis e plurais.

Por hora, não almejamos refletir acerca da emergência de Hall no contexto da intelectualidade ocidental posterior à década de 1960. Utilizaremos algumas de suas conceituações para propor a leitura e análise de uma breve seleção fílmica. Perfilharemos a qualidade de *enunciado* das representações audiovisuais, as quais estão devidamente *posicionadas* em contextos de *enunciação* (HALL, 1989: 68-69). Refletir acerca da localização deste “*eu que fala*” se configura em uma das preocupações centrais de Stuart Hall. Assim, essas proposições são úteis para a feitura de nosso texto que objetiva compreender algumas das nuances do fazer documental da realizadora aborígene Alanis Obomsawin.

O presente texto é fruto da escrita preliminar da dissertação de mestrado intitulada “Imagem e a escrita da História: Os filmes do Conflito de Oka de Alanis Obomsawin”. Um dos objetivos desta pesquisa em andamento trata-se de compreender o *lugar* e o *sentido de representação* de uma filmografia selecionada, esquadrinhando como esses filmes interagem com alguns dos problemas propostos pelos *estudos culturais* e *pós-coloniais*. Para tal, devemos também ponderar algumas das circunspecções de estudiosos que, após a década de 1970, alocaram a *cultura* e a *identidade* como dimensões essenciais na evolução das sociedades humanas.

Alanis Obomsawin é uma veterana da produção documental canadense. Do povo Abenaki, nasceu no norte dos EUA e migrou ainda na infância para o Canadá, onde reside até os dias atuais. Por confrontar em seus filmes as políticas estatais para com o as Primeiras-Nações canadenses; contestar a representação perpetrada pelos estúdios californianos dos povos aborígenes e reavaliar o papel da religião nesse processo (LEWIS, 2006: 13); Obomsawin é uma das mais significativas representantes das Primeiras-Nações da América do Norte.

O único estudo biográfico dedicado à realizadora é um trabalho consubstanciado por uma extensa entrevista cedida pela diretora, diversas fontes de referência e pela

análise fílmica de grande extensão de uma filmografia, a qual, em dias atuais, perpassa trinta títulos. Nele, Randolph Lewis chama atenção para as políticas estatais que marcam o modo de vida dos Abenakis e também para a presença do racismo escolar, circunscrito ao saber religioso, tão impactante para a jovem Obomsawin. Ele é pontual ao indicar que os Abenakis também estavam localizados nas práticas racistas dos estúdios de Hollywood no período da Segunda Guerra Mundial. Para sustentar essa hipótese, Lewis analisa o clássico *Northwest Passage* (1940). Esse filme de King Vidor tematizou o massacre na aldeia de Odanak no século XVIII e utilizou de motes do cinema clássico, incluindo o *star system*, para narrativizar um evento simbólico da empreitada colonial anglo-saxônica (LEWIS, 2006).

As Hitler's tanks raced across Europe and Japanese pilots trained for their raid on Pearl Harbor, mgm studios set its sights on an older foe, one whose on-screen defeat would remind European Americans of their ability to crush even the most bloodthirsty enemies of progress and civilization (LEWIS, 2006: 9).

Obomsawin e seus ancestrais são marcados pela construção imagética dos estúdios hollywoodianos. O *eu* detentor do discurso, outrora o participante de um amplo processo imigratório, transfigurou-se naquele que reafirma seu imaginário no interior de produções audiovisuais. O *outro* é representado no *ecrã* desde os primórdios do cinema clássico de Hollywood. Provavelmente um dos impulsos para Obomsawin existir como documentarista é intervir nessa relação de alteridade, reposicionando o significado das imagens e imaginários aborígenes no interior da mídia fílmica. Uma das únicas publicações brasileiras a respeito de Alanis Obomsawin destaca essa dimensão de seus filmes, “[...] activism is manifested in a *poetics of resistance* on behalf of her people” (MARTINS, 2009: 158, grifos nossos). Maria Lúcia Milléo Martins utiliza esse conceito de *poetics of resistance* a partir da inferência de que os filmes de Obomsawin “[...] privilege plurality of voices, allowing subjects to speak for themselves” (MARTINS, 2009: 152).

A primeira realização de Obomsawin foi *Christmas at Moose Factory* (1972). Com aproximadamente 13 minutos de duração esse filme é narrado com o *voice over*¹ de crianças que também criaram as ilustrações que compõem o plano visual do filme. Em meados da década de 1970 ela assume um cargo permanente no L'office National du Film/National Film Board (ONF/NFB) – órgão governamental de apoio para a

¹ “Um som off é aquele cuja fonte imaginária está situada no fora-de-campo” (AUMONT; MARIE, 2003: 215).

atividade fílmica canadense, fundado em 1939 pelo esteta do documentário, o escocês John Grierson (1898-1972). Nessa instituição ela permanece até os dias atuais, exercendo várias funções da atividade fílmica. A partir de sua extensa filmografia e atuação como ativista é possível indicar a causa aborígene como o eixo combativo de seus filmes, porém, devemos estar atentos para a complexidade de apresentação dos vários temas que se articulam a essa questão central. Essa qualidade da diretora não deve se assentar em conclusões breves, e sim possibilitar uma reflexão acerca da singularidade para o tratamento desses motes tão caros à contemporaneidade canadense.

No início da década de 1990, Alanis Obomsawin iniciava as filmagens de uma série de documentários que se tornariam memoriais dos enfrentamentos entre o Estado canadense e as Primeiras-Nações da América do Norte. Os quatro filmes que compõem a “Oka series” documentam um dos mais fatídicos eventos do embate entre os indígenas e o aparato estatal. A filmagem do primeiro longa-metragem dessa série se iniciou após a ebulição de um conflito no qual a população nativa das reservas situadas na região de Oka (Québec) optou por interromper um empreendimento imobiliário em suas terras ancestrais. O agravamento da situação, com a morte de um oficial da Sûreté du Québec (Polícia Provincial) e a intervenção das forças armadas canadenses, deu dimensões midiáticas para os acontecimentos. Por ser reconhecida como documentarista e ativista aborígene, Obomsawin conseguiu um lugar privilegiado para documentar o conflito. No interior do cerco militar, ela filmou e permaneceu muito próxima aos indígenas. Setenta e oito dias de captação de imagem e som por várias equipes da ONF/NFB resultou em *Kanehsatake: 270 Years of Resistance* (1993), seguramente o mais aclamado e reconhecido filme de Obomsawin.

Kanehsatake: 270 Years of Resistance se trata de uma construção memorial do fatídico evento. A construção estética se desvela como marca autoral da realizadora, que persegue a criação de inferências que superem a temporalidade do conflito. Por via do recurso das *animações gráficas*² e da narração em *voice over*, a diretora rememora as gêneses das relações conflituosas entre a empresa colonizadora ocidental e os Mohawks que viviam ao redor da futura cidade de Montreal. De acordo com Jean-Paul Restoule, essa conexão entre o tempo presente e o passado caracterizaria as produções cinematográficas indígenas. Em sua tese de mestrado, Restoule comparou ficções de não-Nativos e documentários dirigidos por Nativos. Para ele, os filmes hollywoodianos

² “A técnica mais frequente consiste em fotografar, um por um, desenhos cujo o encadeamento produzirá automaticamente a impressão de movimento [...]” (AUMONT; MARIE, 2003: 18).

desconectam o passado do presente vivido, enquanto os filmes realizados pelos Nativos exacerbam continuidades entre as questões contemporâneas e as genealogias de seus povos (RESTOULE, 1997). Essa perspectiva também é defendida por Zuzana M. Pick. Para ela, nas primeiras cenas de *Kanehsatake: 270 Years of Resistance*, Alanis Obomsawin assumiu a posição de narradora e seu *voice-over* contextualizou espacialmente o evento tema desse documentário, aliando tomadas de mapas que buscam a inserção do espectador nas origens temporais e espaciais do conflito: “[...] she locates herself and the film within the storytelling tradition that is the cornerstone of First Nations’ knowledge, culture, and history” (PICK, 2003: 181).

Outras três produções ensejaram a “Oka Series”. Filmes distintos, mas que conduzem às avaliações das questões aborígenes no contexto da América do Norte. *My Name is Kahentiiosta* (1995) é muito próximo de uma autobiografia fílmica, visto que a protagonista narra em primeira pessoa todo o filme de cerca de 30 minutos. *Kahentiiosta*, mulher que foi detida por recusar seu nome “euro-americano” diante de uma averiguação durante o conflito, torna-se uma personagem catalisadora da situação das mulheres aborígenes dos finais do século XX. Já *Spudwrench: Kahnawake Man* (1997) é o retrato do cotidiano de Randy Horne (Spudwrench) após os acontecimentos em Oka. Esse filme apresenta o mundo do trabalho da construção civil dos EUA, na qual, muitos aborígenes são personagens essenciais. É importante ressaltar que Spudwrench se tornou o protagonista de umas das sequências mais dramáticas de *Kanehsatake: 270 Years of Resistance*. Nela, Obomsawin documentariza a emboscada, perpetrada por militares, que vitimou gravemente Spudwrench. O drama se acentua quando são narradas as dificuldades de atendimento médico e sua situação de quase morte é evidenciada em *close* para o espectador. Os *topoi testemunho* e *biografia* são constituintes da construção narrativa desses dois documentos audiovisuais e exacerbam a existência de um fio condutor entre ambos.

A memória do conflito, revisitada nessas duas produções, confere a identificação das duas realizações com o *cinema de ação* proposto por Obomsawin. Para ela, a intensa participação dos personagens em seus filmes cumpre uma proposta transformadora. Ao discutir acerca da encenação de uma entrevista em que Michel Trudeau e seu filho relatam uma violenta abordagem policial, Obomsawin conclui: “I brought dignity to his father, and so from feeling ashamed, the boy’s feeling switched” (OBOMSAWIN apud LEWIS, 2006: 145).

As entrevistas compõem a estética fílmica desenvolvida por Obomsawin como um elemento primordial. São constantes também na montagem de *Rocks at Whiskey Trench* (2000), filme que encerra a “Oka series”. Realização resultante de outro momento impactante do conflito: a diáspora de crianças, mulheres e idosos da zona de conflito, frente ao recrudescimento da violência entre os Mohawks e os militares. O documentário mostra ao espectador uma massa enfurecida de habitantes apedrejando o comboio de refugiados que precisava passar pelo viaduto conhecido como “Whiskey Trench”. As entrevistas encenadas contrapõem os habitantes de Châteaguay, muitos dos quais participaram ativamente do apedrejamento, com os depoimentos dos Mohawks que faziam parte do comboio. Essas tomadas se intercalam com os registros fílmicos dos acontecimentos da época, muitos já utilizados na montagem de *Kanehsatake: 270 Years of Resistance*.

Em seus aspectos gerais a “Oka series” sugere a permanência dos preceitos coloniais no Canadá contemporâneo. *Kanehsatake: 270 Years of Resistance* desde suas sequências iniciais questiona os empreendimentos que destituem os autóctones de suas terras ancestrais. Memorar o passado e conectá-lo aos eventos presentes permite inferir acerca dos poderes colonizadores, permanentes no horizonte da política canadense. Nesse sentido, podemos cotejar a produção audiovisual com as reflexões de Stuart Hall acerca do multicultural/multiculturalismo, visto que a “Canadian Charter of Rights and Freedom”, de 1982, assegurou institucionalmente o Canadá como um país multicultural e bilíngue. Para Hall,

[...] multicultural é um termo qualificativo [...] em contrapartida, o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais (HALL, 2003: 50).

A narração em primeira pessoa de *My Name is Kahentiiosta e Spudwrench: Kahnawake Man*, pautado pela encenação de entrevistas, assinala a busca de Obomsawin por firmar a pertinência do sujeito aborígine no funcionamento de sociedades desenvolvidas. Já *Kanehsatake: 270 Years of Resistance* e *Rocks at Whiskey Trench* reafirmam os longos processos de exclusão e cerceamento dos autóctones canadenses.

Alanis Obomsawin está inserida em um contexto de vasta e diversa produção fílmica e transita por essas tradições difusas em mais de um século de fazer fílmico.

Sabemos que o Canadá ainda é pouco reconhecido por sua produção cinematográfica. Mas, a despeito da ausência de conhecimento do público geral, as diversas estéticas desenvolvidas nesse país, principalmente do cinema documentário e animação, são influentes no panorama dos vários cinemas feitos no mundo. De forma que é importante definirmos *tradição* como um conceito: “[...] *tradição* é um elemento vital da cultura, mas ela tem pouco a ver com a mera persistência das velhas formas. Está muito mais relacionada às formas de *associação* e *articulação* dos elementos” (HALL, 2003: 243, grifos nossos).

A partir da bibliografia acerca do cinema canadense, das entrevistas cedidas em vasto número de meios impressos e de sua posição em um órgão estatal, a ONF/NFB, é possível demarcar o lugar de emergência do discurso de Alanis Obomsawin, e articular o seu *corpus* fílmico a um horizonte de projetos para cinema. Para além dessas referências externas, este trabalho em andamento se pauta em considerar os princípios estéticos específicos do fazer cinematográfico. Avaliamos a compreensão da elaboração interna do discurso fílmico como essencial para uma análise histórica do cinema.

Preocupação que é crescente para teóricos da relação entre história e o cinema. Eduardo Morettin salienta que “para que possamos recuperar o significado de uma obra cinematográfica, as questões que presidem o seu exame devem emergir de sua própria análise” (MORETTIN, 2007: 63). Ele contrapõe-se à acepção clássica desenvolvida por Marc Ferro, que pensava na “[...] possibilidade de recuperar o 'não visível' através do 'visível' [...]” (MORETTIN, 2007: 42), trazendo à tona um contexto externo a arte, ou uma possível luta política e ideológica periférica ao discurso do filme.

Aventamos que *o lugar de enunciação* não é somente visível nas relações institucionais de Obomsawin com o governo canadense ou com seus povos ancestrais, pois, “[...] é dentro do texto que se encontram os indícios da enunciação desse texto” (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994: 42). Esse *lugar* é clarificado ao compreendermos a intensidade de sua participação no interior de suas criações audiovisuais. A escolha de um *enquadramento*³ sugere uma postura ética do documentarista e sua equipe de trabalho, “ethics becomes a measure of the ways in which negotiations about the nature of the relationship between filmmaker and subject have consequences for subjects and viewers alike” (NICHOLS, 2001: 9). Possivelmente, a estética do cinema documentário é um lugar privilegiado para uma análise das intervenções autorais do realizador. Sua

³ “[...] conjunto do processo, mental e material, pelo qual se chega a uma imagem que contém um certo campo visto de um certo ângulo” (AUMONT; MARIE, 2003: 98).

participação e interação se desvela constantemente no interior do filme, ora no *campo*, ora no *contra-campo* da realização. Dessa constatação, emerge uma distinção essencial para o cinema documentário:

The real difficulties of ethical documentary production turn on the degree and nature of intervention in its absence or presence; *and they rest far more on the relationship between documentarist and participant than between documentarist and audience* (WINSTON, 2000: 1, grifos nossos).

Breves conclusões

O presente texto demonstra o esforço que realizamos no desenvolvimento da dissertação de mestrado, em que optamos por cruzar a estética da produção fílmica com a dimensão da escrita da história. Exercício já realizado por Robert A. Rosenstone em sua obra, recentemente publicada no Brasil, *A história nos filmes, os filmes na história*, constituindo-se em uma inspiração metodológica para o nosso trabalho. O principal diálogo de Rosenstone se deu com a dimensão *historiophoty* forjada por Hayden White (1988)⁴. Para ele, “[...] os cineastas (alguns deles) podem ser, e já são, historiadores, mas por necessidade, as regras de interação de suas obras com o passado são, e devem ser, diferentes das regras que governam a história escrita” (ROSENSTONE, 2010: 22). Rosenstone não nega as regras e preocupações da mídia fílmica, destacando as contingências da produção cinematográfica, mas afirma a possibilidade do cineasta compartilhar e dialogar com a história escrita pelos historiadores de profissão.

Em síntese, analisamos algumas das obras audiovisuais de Alanis Obomsawin iluminando os aspectos discursivos que conectam esses filmes às preocupações da escrita contemporânea de história. Sua retórica documental, explícita em uma estética eclética e plural, revela áreas de contato entre o fazer fílmico e o ofício do historiador, tais como, a preocupação com a dimensão dos eventos, dos sujeitos e das formações identitárias. Nesse sentido, os *estudos culturais* e *pós-coloniais* são um alicerce para compreendermos a forma que ela elege para arrazoar as políticas *multiculturalistas* que tencionam as formações identitárias do Estado canadense.

⁴ No entanto, Hayden White se julga devedor de Rosenstone para forjar esse elemento da contemporaneidade. Logo no início de seu texto “Historiography and Historiophoty” ele pontua o texto de Rosenstone (presente no mesmo volume da *The American Historical Review*) “History in Images/History in Words...” como lugar de partida de sua reflexão.

Referências Bibliográficas.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. *Dicionário teórico e crítico de cinema*. Campinas: Papirus, 2003.

CANADÁ. Constitutional Act. (1982). Canadian Charter of Rights and Freedom. Disponível em: <<http://laws.justice.gc.ca/eng/Const/page-15.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

Hall, Stuart. “Cultural Identity and Cinematic Representation”. In: *Frameworks 36*, 1989, p. 68-82. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/80746672/Cultural-Identity-Cinematic-Representation-Stuart-Hall>>. Acesso em: 26 Ago. 2013.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; tradução de Adelaine La Guardia Resend (et all). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. In: *The American Historical Review*. Vol.93, No. 5 (Dec., 1988), p.1173-1185, 1988 Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1873534>>. Acesso em: 24 Ago. 2013.

LEWIS, Randolph. *Alanis Obomsawin: the vision of a native filmmaker*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2006.

MARTINS, M. L. M. “Dionne Brand and Alanis Obomsawin: polyphony in the poetics of resistance”. In: *Ilha do Desterro* (UFSC), v. 56, p. 151-164, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/2175-8026.2009n56p151/14969>>. Acesso em: 24 Ago. 2013.

MORETTIN, E. V. “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro”. In: CAPELATO, Maria Helena (et. al.). *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

NICHOLS, Bill. *Introduction to documentary*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 2001.

PICK, Zuzana M. This Land Is Ours’ – Storytelling and History in *Kanehsatake: 270 Years of Resistance*”. In: LEACH, Jim; SLONIOWSKI, Janete (Orgs.). *Candid eyes: essays on Canadian documentaries*. Toronto: University of Toronto Press, 2003, p. 76-93.

ROSENSTONE, Robert A. “History in Images/History in Words...” In: *The American Historical Review*. Vol.93, No. 5 (Dec., 1988), p.1173-1185. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1873534>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

_____. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução Marcello Lino, São paulo: Paz e Terra, 2010.

VANOYE, Francis; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. *Ensaio sobre a análise fílmica*. Tradução de Maria Appenzeller. Campinas: Papirus, 1994.

WHITE, Hayden. “Historiography and Historiophoty”. In: *The American Historical Review*. Vol. 93, No. 5 (Dec., 1988), p. 1193-1199. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/1873532>>.

WINSTON, Brian. *Lies, damn lies and documentaries*. London : BFI Pub., 2000.

Francesco di Giorgio Martini: um levantamento historiográfico

Lorraine Pinheiro Mendes*

Francesco di Giorgio Martini (1438- 1502), pode ser considerado um exemplo de *homo universale* do Renascimento: mostrou-se versátil exercendo diversas funções como, por exemplo, tratadista, arquiteto, pintor, escultor, engenheiro militar, diplomata, entre outras atividades que lhe foram atribuídas. Nascido em Siena, é provável que tenha tido como mestre Vecchieta, e que tenha sido influenciado primeiramente por Bernardo Rosselino que foi responsável por inserir a arquitetura renascentista na região, embora não se tenha documentos ou registros que comprovem definitivamente tais suposições.

A arquitetura do Renascimento, assim como as demais artes, deveria ser a materialização da nova maneira de enxergar e conceber o mundo. Os arquitetos, munidos dos estudos sobre perspectiva e anatomia e dos métodos baseados na razão, passaram a traduzir nas formas arquitetônicas o espírito humanista.

A atividade do arquiteto passa a ser predominantemente a formulação de um programa, de um projeto, a ser seguido por quem de fato irá executar a obra. Este irá se dedicar ao trabalho que envolve esforço físico e, portanto, menor em uma hierarquia se relacionado ao exercício da arquitetura. O desenvolvimento da ideia e de formas baseadas na Antiguidade, passam a ser prioritárias e fundamentais para o arquiteto do Renascimento. As formas antigas tornam-se então objetos de estudo através da observação direta e medição das obras. A arquitetura passa a seguir proporções bem estabelecidas, tem-se a utilização e a reflexão sobre um determinado conjunto de ordens que conferem significado aos projetos, a simetria é almejada e alcançada através do que pode se chamar de um controle métrico dos espaços, que é o conhecimento matemático aplicado à realidade objetiva. Existe também um controle prévio do resultado final, diferentemente da idade média, devido a essa “supremacia” do projeto em substituição ao empirismo medieval.

Assim como é difícil encontrar provas que esclareçam completamente sua formação inicial, também não existe um consenso unânime sobre como o arquiteto teve acesso a certos textos e como adquiriu conhecimento e erudição suficientes para se estabelecer como um

* UFJF, Mestranda do Programa de Pós Graduação em História. Linha de pesquisa: Narrativas, imagens e sociabilidades. UFJF.

teórico tratadista e trabalhar em traduções. Existem diferentes pontos de vista e teorias sobre o processo de formação, sobre o acesso à bibliografia, e o real domínio de idiomas que permitiriam a leitura, o estudo e a tradução de livros atribuídas a Francesco di Giorgio.

Uma das evidências que levantam essa questão é, por exemplo, a interpretação que o arquiteto faz das ordens arquitetônicas, que a princípio derivariam do tratado de Vitruvio. Essa interpretação é considerada muito peculiar e específica, não se sabendo se a justificativa para tal diferenciação estaria de fato em um diferente ponto de vista e na modificação e adaptação de um conceito, ou em uma dificuldade de tradução. Essa falta de um consenso acerca da formação de Martini é exposta por Nicholas Adams no artigo “*Knowing Francesco di Giorgio*”(2004).

Embora Vasari(1990) nos diga no breve e conciso texto dedicado à Francesco di Giorgio Martini em suas “Vidas” que seus feitos em arquitetura, principalmente no que diz respeito à conclusão do projeto do palácio de Urbino destacado pela perfeição de sua planta, tenham sido celebrados por seus pares, sua obra foi muito pouco estudada em comparação a outros arquitetos e tratadistas do Renascimento.

Fora alguns trabalhos pioneiros sobre sua vida e projetos arquitetônicos, o foco em sua obra tratadística é considerado de certa forma recente. A maior parte das informações disponíveis advém de livros organizados após conferências e exposições realizadas sobre o arquiteto em questão, além de dissertações e teses que contribuem para a discussão de sua obra, segundo a introdução de Angeliki Pollali ao livro “*Reconstructing Francesco di Giorgio Architect*” publicado em 2011.

Como exemplos maiores dessas publicações tem-se “*Francesco di Giorgio architetto*” catálogo onde se fala sobre a obra arquitetônica e a produção teórica e “fortuna crítica” editado por Francesco Paolo Fiore e Manfredo Tafuri após uma exposição em 1993 em Siena, e “*Francesco di Giorgio alla corte di Federico da Montefeltro*” obra organizada também por Fiore, publicada em dois volumes após uma conferência internacional em outubro de 2001 em Urbino. Nesse artigo, o foco está nas duas publicações mais recentes.

Dividido em oito artigos, o livro *Reconstructing Francesco di Giorgio architect*(2001), apresenta importantes reflexões sobre os tratados, a vida e a obra do artista. No primeiro artigo, escrito por Panayotis Ioannou, por exemplo, temos uma análise da biografia vasariana de Francesco di Giorgio Martini presente nas duas edições das Vidas, as diferenças entre elas

e como a descrição é um produto da visão de Vasari sobre a formação e realizações do arquiteto.

A capacidade de invenção e a multifuncionalidade de Francesco di Giorgio são temas recorrentes nos demais artigos. Aparentemente essas habilidades de Francesco di Giorgio Martini não eram tão admiradas por Vasari, homem ligado à ideia de formação de artistas através de academias e que via em uma multiplicidade de funções uma aproximação do *uomo tutto fare* com o artesão medieval.

Como exemplos dessa inventividade tem-se as características únicas dos trabalhos do artista sienense, como a já mencionada leitura e interpretação peculiares do tratado de Vitruvio e a proposta de analogias entre corpo, arquitetura e espaço urbano. Em seus tratados de arquitetura civil e militar, Francesco di Giorgio propõe que cada ordem arquitetônica siga a proporção do corpo humano. Um antropomorfismo nas ordens arquitetônicas demonstrado por suas ilustrações e recomendações, e constrói analogias que exaltam a dignidade humana ao comparar o corpo à perfeição das formas geométricas que originam todas as outras: o quadrado e o círculo. Desta forma, não é por acaso que ele também faz sua versão do homem vitruviano, a forma mais perfeita da natureza inserida nas formas mais perfeitas feitas pelo homem.

Essa analogia é evidente nos tratados que propõem modelos de cidades ideais, não sendo diferente no caso de Francesco di Giorgio e sua cidade ideal concebida nos seus *Trattati di architettura ingegneria e arte militare*. A cidade foi projetada nos moldes do corpo humano, uma cidade antropomorfa, onde os muros que a fortificam, a igreja, os edifícios e praças encontravam seus correspondentes orgânicos. A cidade ideal aparece como o resultado de uma nova forma de se compreender a cidade e o próprio homem no Renascimento. O ambiente urbano passa a ser valorizado, é onde as interações sociais acontecem, é o lugar onde a racionalidade do homem se manifesta visivelmente. Logo, deveria ser análoga a essa razão, ao homem e ao seu corpo.

Fica claro nesse livro que, ao examinarmos a interrelação entre teoria e prática, entre tratados e construções, temos um reforço da imagem de Francesco di Giorgio Martini como um arquiteto extremamente inventivo. Um exemplo é a contribuição do arquiteto para o design de escadas no Renascimento, no artigo no qual Sarah Edwards escreve sobre a contribuição de Martini para o design e o uso de rampas em espiral.

Em suas construções padrões e princípios arquitetônicos podem ser reconhecíveis. Em alguns casos específicos pode-se perceber que o arquiteto teve contato com outros estudos, tratados e soluções estruturais encontradas por outros arquitetos e os adaptou ao seu próprio estilo, o Palazzo Scala de Giuliano da Sangallo, por exemplo, provavelmente serviu de base para o projeto do pátio do Palácio do duque em Gubbio. Suas fachadas de pedra, material que fazia uso constantemente, podem ser caracterizadas por uma certa robustez e austeridade.

Assim como apresentava um certo engenho e características únicas em seus projetos arquitetônicos, o que permite identificar e atribuir a ele autoria de determinados projetos, sua inventividade ultrapassa o campo da arquitetura e encontra a engenharia. Em seus tratados é possível encontrar inúmeras ilustrações de máquinas e artifícios, bem como textos explicativos sobre seu funcionamento e instruções de uso, o que nos permite compreender mais sobre as necessidades da época.

Suas ilustrações de máquinas influenciaram um artista bastante famoso por suas invenções: Leonardo da Vinci. Leonardo possuía uma cópia de um dos tratados de Francesco di Giorgio onde fazia anotações e pequenos desenhos às margens.

As ilustrações são ponto importante nos tratados de Francesco di Giorgio. No artigo que fecha essa publicação temos a ideia de que os *trattati* compõem os primeiros tratados técnicos com ilustrações a oferecer uma perspectiva completa em torno de todos os aspectos da atividade do arquiteto: cidades, fortalezas, palácios, igrejas e máquinas voltadas para a guerra. As ilustrações e desenhos do arquiteto aparecem frequentemente nas margens das páginas contornando o texto em dois ou três lados, o que faz com que funcionem como comentários pictóricos dos tratados e não como um auxílio que completaria possíveis falhas nas descrições. Suas inúmeras ilustrações contam sumariamente com sobreposições de figuras humanas a elementos arquitetônicos. Além das ordens o arquiteto desenvolve o proporcionamento do perfil da cornija a partir do busto e do rosto humano e a analogia entre edifícios, cidade e corpo humano, por exemplo. A perspectiva linear desempenha um importante papel nas ilustrações dos tratados da mesma forma em que foi essencial no treinamento de Francesco di Giorgio como pintor.

Embora os dois tratados, escritos nas duas últimas décadas do século quinze, não tenham sido publicados durante o período do Renascimento, eles foram extremamente estudados e amplamente conhecidos no formato de manuscritos, e arrisca-se a dizer que

nenhum outro texto e ilustrações de um "arquiteto e engenheiro" tenham sido tão frequentemente copiados quanto os de Francesco di Giorgio.

Bem como os demais arquitetos, cuja atividade era diretamente ligada ao patronato, forma de consumo de arte tão comum e fundamental no Renascimento, Francesco di Giorgio devia se mudar para a cidade em que o projeto seria realizado. Destarte, por volta de 1477, após realizar trabalhos significativos em outras cidades, Francesco di Giorgio já estaria em Urbino a serviço do Duque Federico de Montefeltro, que tanto exaltava a arquitetura. Substituindo Laurana no posto de arquiteto civil e militar do ducado, Francesco di Giorgio concluiu o palácio do ducado iniciado em meados do século XV entre outras construções. Esse entusiasmo do Duque por edificações pode ser justificado pelo fato de que um palácio, um prédio ou uma fachada, deixava transparecer não somente a sua beleza arquitetônica e harmonia matemática, ou a expressão da intelectualidade do artista. Do mesmo modo demonstrava também a excelência e dignificava a família que ali vivia ou que o havia encomendado, além do uso político da arquitetura, e das artes em geral.

É exatamente essa relação entre mecenas e artista que é tratada na publicação "*Francesco di Giorgio alla corte di Federico da Montefeltro*"(2004). Dividida em dois volumes, a obra conta com 27 artigos. Na parte inicial do primeiro volume estão concentrados os textos sobre Federico da Montefeltro, seu poder e o estado que governava. Além de contar com um artigo sobre a presença de humanistas em Urbino na segunda metade do *Quattrocento*. Ainda nessa parte, tem-se dois textos que têm como objeto o palácio do duque de Urbino como um exemplo de residência principesca do Renascimento.

O primeiro volume divide-se em duas partes, a já mencionada, e uma segunda "*prassi artistica, trattati e teorie*". Iniciada com o artigo: "*Il problema di Francesco di Giorgio pittore*", nessa parte discute-se a atividade de Martini como pintor, seus ornamentos e desenhos, bem como seus projetos decorativos. O último artigo desse volume é o de Francesco Paolo Fiore, "*Principi architettonici di francesco di giorgio*", que ao versar sobre as características dos projetos arquitetônicos do arquiteto sienense, introduz o segundo volume da publicação, que é dedicado à linguagem arquitetônica de Francesco di Giorgio.

O que é curioso sobre essas publicações é que, embora o interesse por esse arquiteto esteja crescendo, principalmente se comparado ao que se tem de bibliografia mais antiga, é que, estuda-se diferentes recortes de sua obra arquitetônica e tratadística, mas o tema da

cidade ideal que é um conceito desenvolvido nos tratados de Francesco di Giorgio ainda permanece, de certa forma, deixado de lado.

Tem-se que assim, colher informações nos seus escritos e tratados, nos edifícios por ele projetados, na bibliografia atual e em considerações sobre o ambiente cultural em que Francesco di Giorgio produziu seu legado para, a partir de um estudo e análise crítica e comparativa dos textos e de relações estabelecidas entre os próprios textos e as obras, chegar a uma contribuição para as pesquisas da arquitetura do Renascimento e em especial sobre a cidade ideal desse arquiteto.

Referências bibliográficas:

Fontes primárias:

MARTINI, Francesco di Giorgio; MALTESE, Corrado. *Trattati di architettura ingegneria e arte militare*. Milano: Il Polifilo, 1967. 2 voll.

VASARI, Giorgio. *Le vite dei più eccellenti pittori, scultori e architetti*. Roma: Grandi Tascabili Economici Newton, 1990.

VITRUVIO. *Da Arquitetura (De architectura)*. São Paulo, Hucitec/Annablume, 1999.

Fontes secundárias

ADAMS, Nicholas. “Knowing Francesco di Giorgio”, in *Il contesto*. p.305-316. Torino: 2004.

FIORE, Francesco Paolo. (org.). *Francesco di Giorgio alla corte di Federico da Montefeltro: atti del convegno internazionale di studi, Urbino, monastero di Santa Chiara*, Firenze: Olschki, 2004. 2 voll.

FIORE, Francesco Paolo; TAFURI, Manfredo. (org.). *Francesco di Giorgio architetto*. Milão: Electa, 1993.

GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

HUB, Bertold; POLALLI, Angeliki. (org.). *Reconstructing Francesco di Giorgio Architect*. Bern: Peter Lang, 2011.

MILLON, Henry A. “The Architecture Theory of Francesco di Giorgio”. In *The art Bulletin*, , n.3, 1958. pp.257-261.

WITTKOWER, Rudolf. *Architectural Principles in the Age of Humanism*. New York: W.W.Norton, 2012.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EduFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

*Francisco Adolfo de Varnhagen: um alemão, um português, um brasileiro ou um
carreirista?*

Gisele Cristina Cipriani de Almeida*

Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi um historiador e diplomata cuja pesquisa e produção bibliográfica muito contribuíram para a historiografia brasileira do século XIX. Filho de uma portuguesa com um alemão, nasceu na região de Sorocaba em 1816 e com oito anos de idade mudou-se com sua família para Portugal, onde teve toda a sua formação. Seguindo os passos do pai, iniciou sua carreira militar ainda jovem e se formou engenheiro com honras. Lutou ao lado de D. Pedro I contra D. Miguel, na guerra civil que se estendeu de 1831 a 1834, assumindo a carreira militar com a cidadania portuguesa.

Em 1839, publicou “Reflexões Críticas”, um estudo sobre um escrito de Gabriel Soares de Sousa, intitulado Notícias do Brasil do século XVI, sendo então aceito para membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, ganhando notoriedade entre os intelectuais da época. Logo após a publicação do estudo a questão da sua nacionalidade apareceu e serviu como ponto de questionamento, exigindo a definição. Em 1840, fez uma viagem pelo interior do Brasil e se tornou sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Algumas biografias declaram que seu amor pela pátria foi maior que o desejo de ser europeu, por isso quando entrou em contato com a pátria de seu nascimento assumiu o sentimento de mais puro patriotismo e pediu que tivesse sua cidadania brasileira reconhecida pelo imperador, o que ocorreu apenas em 1842 quando estava em Lisboa. Enquanto aguardava a manifestação imperial, estava em atividade na carreira diplomática brasileira.

Passou grande parte de sua vida como diplomata brasileiro em terras estrangeiras, sendo muito questionado por isso. Paralelamente aos deveres diplomáticos era frequentador assíduo de arquivos europeus. Buscava documentos que pudessem enriquecer a história do Brasil. Encontrou documentos inéditos, editou documentos importantes, copiou outros e

* Mestranda em História Social no Departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

enviou inúmeros estudos e pareceres sobre a nossa história para o IHGB. Muitos historiadores contemporâneos ao historiador ou posteriores tratam seu pedido de reconhecimento da cidadania brasileira como um ato patriótico e atrelam toda a sua pesquisa e obras ao seu patriotismo, transformando-o num mártir que deixou a cidadania portuguesa para retornar a pátria apaixonado pelas causas brasileiras. Varnhagen era um homem do seu tempo, portanto nosso olhar deve ser cuidadoso ao trata-lo como um patriota, livre de ambições e até da necessidade de sobreviver.

Não proponho diminuir a importância do historiador para a historiografia, mas sim separar a questão da nacionalidade e sua trajetória, mostrando que seu valor está em sua pesquisa e publicações, e não na sua nacionalidade. Proponho, neste trabalho, fazer uma análise sobre como o tema da nacionalidade para Varnhagen estava vinculado às escolhas mais promissoras em sua carreira, mas também como os questionamentos sobre sua nacionalidade o perseguiram durante sua trajetória, o que aparece principalmente na autoria de suas obras e trabalhos.

A escolha pela nacionalidade brasileira

Desde o início de sua carreira, seu patriotismo era declarado quando seu trabalho e credibilidade como intelectual e historiador eram questionados. Varnhagen fez uma viagem para o Brasil na tentativa, de acordo com muitos historiadores, de resolver a questão da sua nacionalidade. Drummond de Vasconcellos foi um diplomata brasileiro defensor de Varnhagen, principalmente na questão da nacionalidade brasileira, que valorizou a potencialidade do historiador e o indicou para serviços que o envolvessem em pesquisas em acervos que contribuíssem para a coleta ou cópia de documentos ligados a história do Brasil. Drummond reconhecia em Varnhagen o potencial de investigação histórica. E foi na diplomacia que Varnhagen teve a oportunidade de estudar os interesses do Império e contribuir com a bibliografia para a história do Brasil. Drummond foi o primeiro a exaltar Varnhagen, principalmente, na escolha da nacionalidade brasileira.²

² Sobre o que Drummond escreveu na defesa de Varnhagen, Guimarães diz: “Em 14 de dezembro de 1839, Vasconcelos de Drummond escreveu ao ministro de Assuntos Estrangeiros do Brasil, Caetano Maria Lopes de Gama (1795-1862): ‘Recusa também qualquer emprego português, procura o Brasil, sua pátria de nascimento, por amor e porque promete engrandecimento e elevação. É por isso que emprega seu talento em coisas de

Em 1843, num ofício enviado para o general Francisco José de Sousa Soares de Andréa, Varnhagen faz sua primeira autobiografia. Ele insere em sua autobiografia a ideia de patriotismo desde quando fala do seu alistamento no exército português, julgando que somente serviu a causa portuguesa por defender D. Pedro I “contra um tyrano usurpador em pró de uma princesa e umas instituições emanadas do nosso solo” (VARNHAGEN, 1961: 99)³ justificando assim sua opção pela carreira militar portuguesa até aquele momento.

Em seguida, o historiador fala sobre o propósito de sua viagem para o Brasil, que era resolver a questão da sua nacionalidade. “Entretanto as minhas aplicações e afeições eram de tal modo para o Brazil que em princípio de 1840, sabendo que se discutia nas Câmaras a Lei para chamar novamente ao Brasil todos os filhos dele, deixei Portugal, tomando sucessivamente licenças por mais de ano e meio para nesta corte, onde logo me apresentei, me poder sem demora aproveitar das suas disposições benéficas, sem de todo sacrificar a minha segurança de posição social, porém sucedendo não passar ainda tal lei, aproveitei o tempo para uma viagem ao interior do Império, a qual não só me prestou muitos conhecimentos naturais, como de novo me arraigou sentimentos de patriotismo ao ver os meus lares e amigos de infância.” (VARNHAGEN, 1961, 100)

Percebe-se que nesta autobiografia o historiador enfatiza o seu patriotismo ao tentar resolver sua questão da nacionalidade, porém “sem de todo sacrificar a minha segurança de posição social”, ou seja, saiu de licença para averiguar a real possibilidade de “aproveitar das suas posições benéficas”. Sua cautela em relação ao cargo português pode demonstrar que o historiador estudava as melhores ofertas sem abrir mão da situação que vivia até aquele momento. Qual cidadania lhe ofertava carreira mais promissora?

interesse do Império. E ninguém melhor do que ele está em circunstância de prestar importantes serviços neste gênero histórico e geográfico, não só pelas relações íntimas que tem com os empregados dos arquivos e bibliotecas deste Reino e da Academia Real de Ciências, de que é membro, mas também porque conhece praticamente tudo quanto existe acerca do Brasil, de que faz seu particular estudo em qualquer parte deste Reino. Pretende ser empregado no serviço do Brasil, sua pátria de nascimento, e nós ganharíamos com isso, suponho eu, mormente se ele fosse empregado com o título de adido a esta Legação, com encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil e diplomática, coordená-los e analisá-los de modo que verifique datas e acontecimentos e apure a verdade do fabuloso que abunda nas relações daquele tempo de propensão maravilhosa.’” GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. p. 186.

³ LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa de Varnhagen*. Rio de Janeiro: INL, 1961, p. 99. A correspondência impressa por Clado Ribeiro de Lessa apresenta algumas disparidades de transcrição, particularmente no caso das correspondências trocadas com D. Pedro II, de acordo com pesquisa que realizei no Arquivo Histórico do Museu Imperial. Portanto, o uso destas deve ser sempre cotejado com os originais. Ver: ALMEIDA, Gisele Cipriani de “Correspondência Ativa de Varnhagen – Análise da Edição”. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

Paulo Vieira Santos, em suas observações sobre o visconde, vincula o amor à pátria a obra *História Geral*. Ele só poderia conseguir escrever obra tão importante para a história do Brasil caso fosse apaixonado pela sua terra natal. Somente por amor a pátria o historiador foi capaz de investigar, coligir e anotar tudo o que fosse de interesse para a história do Brasil, com intuito no final de escrever a sua conhecida obra. (SANTOS, 1979: 490) Santos relaciona o potencial de sua obra ao seu patriotismo. Ele enaltece o patriotismo de Varnhagen ou o enaltece por ser o cânone da historiografia brasileira? Quem veio primeiro, Varnhagen ou sua obra *História Geral do Brasil*? Qual a importância que os especialistas viram e veem em Varnhagen? Por ele ser brasileiro e ainda por ter optado por ser reconhecido brasileiro? Varnhagen não foi importante por ser um historiador brasileiro, e muito menos concluiu sua obra por puro amor à pátria, mas foi importante sim por ter sido um historiador especialista em arquivos, manuscritos e ainda por ter contribuído com volumosa bibliografia sobre a nossa história. Ele nasceu no Brasil, mas viveu por toda a sua vida fora do Brasil. Até a morte de D. Pedro I, seu interesse era com a pátria portuguesa. Quais ofertas brasileiras passaram a ser mais interessantes que as portuguesas? A escolha de Varnhagen pela cidadania brasileira está muito além de seu patriotismo, representa a luta pela sobrevivência num período de instabilidade política, social e econômica em Portugal.

Guimarães trata a “ambição de Varnhagen pela nacionalidade brasileira”, não como “muitos intérpretes de sua obra” colocam, como por amor ao “país de seu nascimento”, mas como a “chance de Varnhagen concretizar seus planos e oportunidades para um sacrifício heroico em prol da Nação” ou até mesmo como uma ambição que o levou ao novo grande Império tentar a sorte.”(GUIMARÃES, 2011: 188) Guimarães destaca a possibilidade de Varnhagen ter tentado sua nacionalidade brasileira, por ambição, por seu caráter e talvez nada tivesse a ver, como muitos estudiosos de Varnhagen destacam, com seu amor à pátria. Ele continua sua análise e reflete sobre a sociedade em que Varnhagen estava inserido, a qual ele dialogava e que influenciou por anos na formação da Nação. Para ele Varnhagen foi construído “como um grande patriota, já que, através da sua obra, oferecia às camadas responsáveis pela nação modelos de identificação, com a ajuda dos quais era possível sentir-se como uma comunidade nacional.” Ou seja, Varnhagen fazia parte, para ele, do projeto de construção da Nação. Ele coloca Varnhagen e sua obra, neste momento, como fundamentais para a consolidação dos novos princípios. Como se o papel do historiador nesta construção fosse de

abarcando o conjunto da sociedade, “caso o processo de formação da nação se completasse.” (GUIMARÃES, 2011: 227) Será que o patriotismo de Varnhagen, tão valorizado até hoje por historiadores e biógrafos foi uma construção da historiografia nascente no século XIX, na tentativa de dar credibilidade à sua obra enciclopédica? Será que foi uma construção posterior ao historiador, na tentativa de criar uma identidade na historiografia ainda nascente nos fins do século XIX? Varnhagen pode ter sido um grande historiador e diplomata, sua obra foi de grande importância para a historiografia e é referência até hoje, porém, qual é o valor do seu patriotismo para a sua importância como historiador ou para a sua bibliografia?

Renilson Rosa Ribeiro, em sua tese de doutorado, faz uma reflexão interessante sobre “A Invenção Biográfica de Varnhagen”. (RIBEIRO, 2009: 33) Para ele, a imagem do historiador foi uma construção do IHGB que o colocou com “marco fundador” da historiografia brasileira. Ao fazer essa construção, o IHGB garantia sua participação no pioneirismo da obra de Varnhagen. Para ele, “essas narrativas procuraram estabelecer um sentido, uma lógica, uma consistência e uma constância por meio do estabelecimento de relações, colhendo fragmentos para o desenho de um retrato do morto Varnhagen, o historiador-monumento. Ele não mais se configuraria como sujeito, mas sim objeto dos discursos que o fabricaram. Varnhagen passa a ser uma invenção, o discurso de uma causa, de um projeto, dos poderes instituídos.” (RIBEIRO, 2009: 33) Renilson defende que Varnhagen vai sendo construído como tamanho “marco fundador” que pode ser considerado um “historiador-monumento”. Essa construção de um exemplo de brasileiro, historiador e diplomata vai sendo construída pelo Instituto após a morte do historiador para construir uma imagem do século XIX que afirmasse o papel do historiador como “marco fundador” de uma historiografia.

Guimarães aborda também que os “estudos publicados sobre Varnhagen são primordialmente de natureza biográfica, apresentando claramente a tendência de salientar seu significado como figura-símbolo da historiografia nacional.” E fala que os historiadores partem da sua “inclinação patriótica” para interpretar sua obra. E que a sua “designação de pai da historiografia brasileira e como aquele que concebeu um monumento da historiografia brasileira compartilha estereótipos generalizados”. Ou seja, para ele, os estudiosos devem desvincular sua “inclinação patriótica” ao analisar sua obra e trajetória. Essa percepção de Varnhagen deve ser desconstruída pela historiografia brasileira, até para que uma análise

menos tendenciosa de sua obra e sua trajetória, possa trazer novas interpretações e questionamentos. (GUIMARÃES, 2011: 165)

No século XIX, a preocupação com a integração do vasto território brasileiro e a manutenção da unidade, diante das ameaças à sua integridade territorial e ao regime monárquico, fez com que os intelectuais do Império trabalhassem para a construção de uma Nação com uma história comum, que incluísse todos os brasileiros do Império. Varnhagen foi um grande representante deste projeto de construção nacional. E fez isso com a publicação de obras que são referências até hoje para a história do Brasil. A valorização do seu patriotismo fez parte deste projeto, visto que a enciclopédica obra *História geral do Brasil*, não poderia ser escrita por um europeu, e sim por um paulista que escolheu sua cidadania brasileira em detrimento da cidadania que lhe era familiar, a portuguesa. Pois assim, fica a importância do historiador para a historiografia brasileira, o primeiro historiador brasileiro a escrever a primeira grande história do Brasil, mesmo que sob a perspectiva de uma formação europeia e escrita em terras estrangeiras.

Por um sobrenome brasileiro

O sobrenome de Varnhagen, por ser de origem alemã, trouxe muitos questionamentos sobre a sua nacionalidade. Para o historiador, foi uma preocupação ao colocar a autoria em algumas de suas obras. Rodolpho Garcia, em seu *Ensaio Bio-bibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*, trata as questões da assinatura de obras de Varnhagen e destaca que em determinadas situações o historiador assinou com um “V”, em outras com o pseudônimo “D. Genaro H. Volafan”, que formava um anagrama do seu nome, em outras assinou como “um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba”, e por fim assinou também como “um brasileiro devoto de Santo Humberto”. As assinaturas de Varnhagen eram diferentes em situações diversas, em muitas destas situações não há registro encontrado sobre os motivos que o levaram a escolher uma outra sua assinatura. Porém, no caso da primeira edição da *História geral* há uma explicação que pode ilustrar o quanto o seu sobrenome alemão o perturbava ao se considerar brasileiro.

Varnhagen publica a sua primeira edição em 1854, assinando como “um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba”, pois acreditava que seu sobrenome alemão poderia ser confundido e sua obra poderia ficar conhecida não por ser um autor brasileiro.

Como diz Garcia, na sua dedicatória, o historiador assina o seu nome por completo. De acordo com ele, Varnhagen queria que ficasse na capa da obra apenas por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba, de alguma forma protegendo seu nome de qualquer julgamento sobre sua origem ou nacionalidade. Na dedicatória assina: “seu mais leal súdito, Francisco Adolfo de Varnhagen”.

Em uma carta escrita para D. Pedro II, Varnhagen explica os motivos pelos quais o levaram a querer publicar sua obra sem o seu nome, mas apenas por um sócio do Instituto Histórico do Brasil: “Na primeira audiência que tive destes Augustos Senhores conheci que se surpreendiam de não me achar estrangeiro ou ao menos estrangeirado, e que eu não correspondia pessoalmente à ideia que, pelo meu nome, haviam anteriormente formado, imaginando-me hollandez, segundo creio. E continua “Sabe agora V. M. I. uma das razões por que eu queria omitir o meu nome na *História geral do Brazil*, deixando até de assignar a dedicatória. Sem o meu nome a obra seria apenas de *um brasileiro* ou do *Instituto H. do Brazil*; e , por conseguinte, *de todo Brazil*.” (VARNHAGEN, 1961: 213)

Está aí à razão que fez o historiador não querer colocar seu nome na sua obra, Varnhagen se sentia menos brasileiro por ter um sobrenome alemão. Como era um brasileiro, escrevendo para a História do Brasil, preferia abrir mão de sua autoria, mas dar a credibilidade à sua obra a um brasileiro ou ao IHGB. Ou seja, seu sobrenome que nada o relacionava ao Brasil, o acanhava ao publicar sua obra.

O historiador continua sua carta e chega a pedir que D. Pedro II o agraciasse com uma graça que o fizesse “brasilianiar”. “Toda a modéstia não é bastante para que eu não reconheça que a *História do Brazil*, ao menos em muitos de seus períodos, fica com a minha obra de uma vez escripta, e que ella viverá (a obra) eternamente, e fará eternamente honra, Deus mediante, ao Brazil e ao reinado de Seu Excelso Protector. Mais: será naturalmente traduzida, e já para o alemão, se me ofereceu a fazel-o o próprio Martius. Afinal resultará que me citarão, e como nem todos são eruditos, nem se ocupam de biografias, o meu nome (que Deus sabe se ainda no futuro algum acto de graça expontanea de V. M. I. terá de brasilianiar como fez aos Brandts), citado só por si, não se associará por muita gente logo ao Brazil, pois V. M. I. sabe quanto o publico, o universo todo se leva por nomes e outras imagens externas.” (VARNHAGEN, 1961: 213-214)

Varnhagen será agraciado com o título de Barão de Porto Seguro em 14 de agosto de 1872. E com a elevação a Visconde em 16 de maio de 1874. Numa carta ao imperador de 25 de agosto de 1872, Varnhagen agradece as honras de baronato e fala novamente sobre seu sobrenome, menos brasileiro: “Ainda que muitas vezes me incomodei vendo-me considerado aos olhos da Europa, - e especialmente da Alemanha, em virtude do meu apellido, como menos brasileiro (motivo porque o Sr. Magalhães era de voto que V. M. I. m’o devia mudar) não pensava já agora separar-me, sem saudade nem estranheza, desse nome que durante perto de quarenta annos procurei illustrar e honrar, illustrando-me e honrando-me; confesso a V. M. I. que já não tinha esperança, nem aspiração, de o ver trocado por outro...Porém o mágico nome de Porto Seguro, tão querido para quem tinha levado esses quarenta annos sempre occupado da região de Cabral operou o prodígio, e até me obriga a mais, na minha 2ª. Edição da *Historia Geral*.” (VARNHAGEN, 1961: 317) O nome de Porto Seguro representava para o historiador o benefício de um nome brasileiro com grande representação histórica. Com a conquista do baronato, Varnhagen passa assinar como Barão de Porto Seguro e passa a não mais ser assombrado por ser menos brasileiro devido ao seu sobrenome alemão.

Em uma carta de 26 de junho de 1874, o Barão de Porto Seguro escreve ao imperador agradecendo a nova graça recebida pelo sucesso do seu trabalho na organização da seção brasileira na Exposição Universal de Viena em 1873. “Cheio de reconhecimento vou aos pés de V. M. Imperial testemunhar por mim, por minha mulher e meus dois filhos o mais profundo reconhecimento pela nova graça que todos devemos a Vossa Magestade. Os trabalhos, desassossegos e desgostos que nos deu a tal Exposição que Deus haja ficam todos esquecidos; lembrando-me só de que todos os meus desvelos para sahirnos honrosamente do empenho contraído, foram por V. M. I. e pelo seu Governo favoravelmente julgados.” (VARNHAGEN, 1961: 425) O orgulho de Varnhagen foi tamanho em relação ao nome Porto Seguro escolhido pelo imperador para seus títulos que mudou o nome do seu filho para Luís Varnhagen de Porto Seguro Ovalle. Este seguiu a carreira do pai e foi diplomata do Chile por muitos anos.

Conclusão

A questão da nacionalidade para Varnhagen foi um problema para o historiador desde que precisou da aceitação ou até credibilidade de sua obra *História Geral*, mas também de várias outras publicações. Seria brasileiro ou português? Nasceu no Brasil, mas teve toda a sua formação em Portugal e se alistou voluntariamente, ainda muito jovem, para o exército de

D. Pedro I, assim como o fez seu pai com D. João VI contra o exército de Napoleão sob o comando de Junot. Optando por defender a causa portuguesa, abria assim mão naquele momento da sua nacionalidade brasileira e escolhia a portuguesa.

Quando seus defensores salientam esta escolha da nacionalidade brasileira, o que Varnhagen conseguiu em 1842, eles afirmam que ele havia optado pela pátria de nascimento em detrimento a uma brilhante carreira que lhe era oferecida pela família real portuguesa como tutor dos filhos do rei. Será que para Varnhagen apenas os estudos na Alemanha e a possibilidade de ser tutor dos filhos da realeza era satisfatório? Ou queria Varnhagen trilhar caminhos que lhe dessem mais status ou até mesmo títulos, e ainda que lhe desse a oportunidade de fazer o que mais gostava: investigações históricas e obras a respeito da história, que convenientemente passou a optar pela do Brasil? Varnhagen não era necessariamente apaixonado pela pátria e por isso que produziu tamanha bibliografia sobre esta. Ele era apaixonado pela erudição, investigação de arquivos, transcrição de documentos; biografias de pessoas ilustres da história, busca pela “verdade histórica” que tanto defendia, publicação de obras enciclopédicas com rigor documental, edição de obras antigas ou até inéditas que trouxessem mais vestígios da história. Entre outras coisas, Varnhagen era um diplomata por profissão e historiador por paixão.

A obra *História Geral* foi uma importante obra para a historiografia brasileira que estava nascendo junto com o Império. Varnhagen e sua obra se tornaram símbolo do que uma elite definia como molde de história pátria que deveria ser seguido. Não foi somente sua obra que fez parte do projeto de construção desta Nação. Mas a própria figura de Varnhagen passou a fazer parte desta construção de “mito fundador” na historiografia. Porém, o olhar do historiador que investiga sua trajetória e suas publicações ou documentações deve ser cauteloso. Não devemos valorizar a pessoa “Varnhagen” como se fosse o mais ilustre dos homens e historiadores brasileiros que por puro patriotismo optou pela cidadania brasileira e com isso de modo importante para bibliografia sobre a nossa história. Se cometermos este erro, prosseguimos com o projeto de construção da nação que muitos especialistas alegam que fazia parte apenas da historiografia do século XIX. Varnhagen fez a opção que lhe prometia uma carreira. Foi um importante historiador do século XIX que contribuiu para a construção

da história da nação. Mas a questão de patriotismo ou não, não deve interferir na interpretação que fazemos de sua obra e mesmo de sua trajetória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2009.

GARCIA, Rodolpho. “Ensaio Biobibliográfico sobre Francisco Adolfo de Varnhagen” IN: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 3 ed. Integral. Volume 2. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1927.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1837-1857*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; ANPUH, 2011.

LESSA, Clado Ribeiro de. *Formação de Varnhagen 1816-1841*. Separata do Vol. 186 da revista do IHGB. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

LESSA, Clado Ribeiro de. *Correspondência Ativa de Varnhagen*. Rio de Janeiro: INL, 1961.

RIBEIRO, Renilson Rosa. “Destemido bandeirante à busca da mina de ouro da verdade” *Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a invenção da ideia de Brasil Império*. Tese de doutorado. Orientador: Dr. Paulo Celso Miceli. UNICAMP, Agosto de 2009.

SANTOS, Paulo da Silveira. *Varnhagen e as fontes da história* Separata de *Memórias I Semana da História*. Franca/1979.

Hanna Levy Deinhard depois de Heinrich Wölfflin: do Formalismo à Sociologia da Arte

Daniela Pinheiro Machado Kern*

O interesse pela vida e pela obra da historiadora da arte alemã, de origem judia, Hanna Levy Deinhard (1912-1984), tem crescido nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior. É possível agora encontrarmos uma pequena biografia sua, de autoria de Claudia Kapsner (2011), no site da Ludwig-Maximilians-Universität München, vinculada a um projeto sobre historiadores da arte judeus em Munique. Tal biografia é fortemente baseada em uma outra, mais alentada, elaborada por Irene Below.¹ Sabe-se que Hanna, estimulada pela mãe, teve contato precoce com o universo das artes, que estudou História da Arte, Germanística e Filosofia na Universidade de Munique e que, com a ascensão do nacional-socialismo na Alemanha, decidiu prosseguir seus estudos em Paris, doutorando-se com a tese *Henri Wölfflin. Sa théorie. Ses prédécesseurs* (LEVY, 1936). Discípula de Max Raphael, sociólogo e historiador da arte marxista várias vezes citado por Walter Benjamin em *Passagens*, Hanna se muda, em 1937, com o marido, para o Brasil. O modo imediato de ganhar a vida são as aulas de tango no Rio de Janeiro, mas logo consegue colocar-se como professora de história da arte e pesquisadora junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No Brasil se tornou notada pelas aulas e, sobretudo, pelos artigos sobre arte colonial brasileira publicados na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Questões familiares, como a dificuldade de colocação profissional de seu marido, Fritz Deinhard, músico, ao que parece somadas ainda a alguns atritos no SPHAN (basta lembrarmos da carta que Rodrigo M. F. de Andrade dirige a Hanna Levy,² em 1947, cobrando-lhe resultados de maior proveito das pesquisas que havia empreendido com o apoio da instituição) (NAKAMUTA, 2009), contribuíram para que se transferisse, com o marido, para Nova York, onde já estão instalados em 1948. Lá viveria pelos próximos 30 anos (à exceção de uma temporada em Israel, entre 1956 e 1957), primeiro lecionando na prestigiada The New School for Social Research (a mesma escola que abrigaria, pouco depois da saída de

* Professora do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS, Doutora em Letras (PUCRS).

¹ Irene Below apresentou essa biografia em 2000. Ela foi publicada como capítulo em uma obra organizada em 2005. Cf. Below (2000) e Below (2005).

² No Brasil Hanna utiliza seu sobrenome de solteira. Nos Estados Unidos se casa oficialmente com Fritz Deinhard e passa a assinar o sobrenome do marido.

Hanna Deinhart, Hanna Arendt), onde tinha como colegas nomes como Margareth Mead, Erich Fromm e John Cage. Nesses primeiros anos passados nos Estados Unidos Hanna, segundo Below (2005), mais especificamente entre 1948 e 1953, irá procurar continuar a pesquisa sobre temas artísticos brasileiros iniciada no Brasil. No entanto, encontra pouquíssima receptividade nos Estados Unidos, onde predominava o desconhecimento e a falta de interesse pelo assunto. Essa fratura na carreira de Hanna é enfatizada por Below (2005), com a constatação de que teve de mudar seus focos de pesquisa, dedicando-se mais à arte moderna, por exemplo. No jornal *Herald Statesman* de 31 de janeiro de 1958 aparece uma pequena nota anunciando a conferência ilustrada que Hanna Deinhart, então ainda professora da The New School, iria proferir à noite na The Gallery, intitulada justamente *Representation and Abstraction in Modern Art*. No entanto, o que pretendo explorar aqui é, pelo contrário, o modo como algumas preocupações teórico-historiográficas que Hanna trouxera ao Brasil de sua formação europeia e que foram desenvolvidas em bem conhecidos textos como *Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte* (1940) e *A propósito de três teorias sobre o barroco* (1941), persistem, apesar das mudanças de tema, de objeto de pesquisa, em estudos lançados nos Estados Unidos, como o livro *Meaning and Expression: toward a sociology of art* (1970), primeiramente lançado na Alemanha (*Bedeutung und Ausdruck: Zur Soziologie der Malerei*, 1967), e publicado quando ela já havia se transferido para o Queens College, em Nova York, e o artigo *Reflexions on Art History and Sociology of Art* (1975). Me interessam aqui, especificamente, alguns pares de conceitos muito caros ao pensamento dialético de Hanna – a preferência por esse tipo de estrutura se percebe, aliás, mesmo no título da palestra que acabei de mencionar, sobre representação e abstração.

Passemos então à perseguição desses pares nos textos de Hanna acima mencionados. Quando Hanna Levy apresentou, em Paris, sua tese sobre Wölfflin, Max Raphael elogiou, a um amigo, a coragem das ideias e das críticas formuladas por ela (BELOW, 2005: 155). Hanna Levy, ainda muito jovem, dedicou-se ao questionamento da famosa teoria de Wölfflin (2000) sobre as características formais do clássico e do barroco. Mas não se tratava apenas de uma crítica a elementos perfunctórios da teoria wölffliniana. O que Hanna alvejava eram seus próprios pressupostos, suas bases. Era preciso identificar as falhas de modelos formalistas como o de Wölfflin³ para então poder apontar uma alternativa superior, no caso, para Hanna

³ As críticas apresentadas por Hanna neste artigo são uma síntese das que desenvolveu, em profundidade, em sua tese de doutorado. Podemos perceber a força de seus argumentos, por exemplo, na seguinte passagem do resumo

Deinhard, a Sociologia da Arte, o que já se pode inferir no próprio título da comunicação que apresentou em Paris, pouco antes de se transferir para o Brasil: *Sur la nécessité d'une Sociologie de l'art* (LEVY, 1937b).

No Brasil, já vinculada ao SPHAN, Hanna Deinhard procura adaptar seus interesses teóricos aos temas locais. É sob o pretexto de discutir uma questão que poderia ser útil ao SPHAN na avaliação de monumentos históricos que ela publica *Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte* (LEVY, 1940). Neste artigo um dos argumentos cuidadosamente expostos por Hanna é o de que a disciplina da História da Arte não é possível sem julgamentos de valor. Para aqueles que já leram o ensaio *A história da Arte*, de Argan (1993), essa afirmação soa familiar. Hanna Deinhard apoia-se bastante no mestre de Argan, Lionello Venturi (2007), que discutia, entre outras tantas questões, justamente a centralidade dos julgamentos de valor na história e na crítica da arte. Retomando a linha de argumentação de Hanna, ela considera que a questão do valor é crucial para a estruturação das metodologias de pesquisa em história da arte. É assim que separa dois grupos de estudiosos, os conservadores, que preferem manter os métodos disponíveis como estão, e o grupo que defende a revisão das bases metodológicas da disciplina. É esses que Hanna cita mais extensamente aqui: Max Raphael e sua límpida definição de sociologia da arte; Lionello Venturi e sua defesa da tomada de consciência dos critérios que baseiam os julgamentos de valor na história da arte; e Henri Focillon e sua visão complexa da obra de arte, que para ele é “particular e local, e tem um sentido universal” (FOCILLON apud LEVY, 1940: 185). Focillon preocupava-se tanto com a análise formal da obra quanto com suas relações históricas (e, nesse sentido, terá importante descendência nos Estados Unidos, com George Kubler e, mais recentemente, David Summers).⁴ Essa visão sistêmica da obra, podemos dizer, é algo importante para Hanna Deinhard, que articulará, como veremos, pares de conceitos sempre dentro de uma lógica de sistema. É de Focillon, de resto, que Hanna toma a definição de valor histórico como indicador de que a obra de arte “foi causa ou efeito (ou as duas coisas ao mesmo tempo) no correr da história da arte” (LEVY, 1940: 186). Para Hanna a obra de arte não possui necessariamente apenas um tipo de valor, mas antes apresenta uma “pluralidade de

da tese, publicado por ela nos *Annales de l'Université de Paris* em 1937: “Wölfflin transforma as características de estilo do Renascimento e do Barroco, estabelece pela primeira vez por Burckhardt, em conceitos fundamentais. Ele lhes confere uma portada objetiva ao destacá-los de todo julgamento de valor. E aí há certamente um progresso notável. Mas, por outro lado, ele generaliza esses conceitos em uma tal medida que a possibilidade de aplicação concreta a épocas históricas determinadas se encontra consideravelmente reduzida. O que marca incontestavelmente um recuo com relação a Burckhardt” (LEVY, 1937a: 285; tradução minha).

⁴ Cf. sobretudo FOCILLON (2001) ; KUBLER (1962) e SUMMERS (2003).

valores”. Valor histórico e valor artístico podem coexistir nas obras, mas não precisam necessariamente coincidir. Por exemplo, obras de imenso valor artístico poderiam ter seu valor histórico anulado por circunstâncias externas adversas (ela recorre a um exemplo extremo, *A obra prima desconhecida*, de Balzac). A relatividade dos valores histórico e artístico da obra não corresponde, por outro lado, a um relativismo inconsequente. O julgamento de valor continua possível, mas deve ser feito a partir da noção da complexidade dos valores envolvidos, o que garantiria um trabalho científico. Sem esse discernimento valorativo corre-se o risco de incorrer em mera crônica quando se escreve a história da arte, perigo enfatizado por Lionello Venturi (2007: 17-18).

Tendo discutido nesse artigo o valor histórico, referente a questões extrínsecas à obra, e o valor artístico, relativo a questões a ela intrínsecas, Hanna Deinhard, em *A propósito de três teorias sobre o barroco*, se dedica, um ano depois, a uma análise aplicada, ao estudo das teorias sobre o barroco de Wölfflin, Dvorak e Balet, à luz justamente de um arcabouço conceitual que muito deve àquele demonstrado no artigo anterior, oriundo, em última instância, de sua tese de doutorado. Não estranha assim que Hanna Deinhard se proponha aqui a analisar as correntes que apresentam o barroco ou como estilo histórico (categoria extrínseca), ou como categoria artística geral (formal e intrínseca). A ordem de apresentação das escolas segue sua preferência por primeiro apontar os problemas e, depois, ao final, as potenciais soluções. Wölfflin é o primeiro autor analisado, com sua história da arte como história das formas. A história da arte de Wölfflin está calcada na história da visão humana, aproveitando um esquema de desenvolvimento da percepção visual que muito sucesso fez a partir da segunda metade do século XIX, aquele segundo o qual aparece primeiro a preferência humana pelas linhas retas, mais simples de observar (o clássico de Wölfflin), e só depois a pelas linhas curvas (o seu conceito de barroco). Riegl, vale lembrar, já havia criticado a pertinência dessa teoria em *Stilfragen* (RIEGL, 2002: 19-20). Deinhard aponta uma série de problemas fundamentais na teoria de Wölfflin: ela se baseia na noção de um desenvolvimento que independe daquele da História Geral (um desenvolvimento da visão, e não das sociedades, por exemplo); ela não reconhece a individualidade dos artistas; ela, além disso, tem inegável fundo racial (alemães barrocos e italianos clássicos), e é vaga ao vincular, ainda, a modalidade imitativa ao clássico e a decorativa ao barroco. Mesmo Wölfflin percebera inconsistências em sua teoria, como o fato de, na história dos estilos, o barroco poder aparecer antes do clássico. Para concluir, as explicações para as razões profundas que originariam tais variantes estilísticas são excessivamente gerais: vontade artística, espírito de

época, visão de mundo... Esta é, em suma, uma “concepção abstrata insustentável de história” (LEVY, 1941: 265). Hanna Deinhard critica o método indutivo comparado adotado por Wölfflin, e essa crítica se mantém consistente em sua obra posterior, como poderemos ver em *Meaning and Expression*, obra na qual privilegia notadamente o método dedutivo. Os efeitos do método escolhido por Wölfflin podem impossibilitar a compreensão histórica da obra:

[...] Wölfflin aplica os conceitos estilísticos por ele estabelecidos para uma época histórica determinada a outras épocas inteiramente diferentes. Não falando da concepção abstrata insustentável da história que revela esse proceder, queremos apenas constatar que, dessa maneira, Wölfflin aniquila toda possibilidade de apreender as características particulares que distinguem uma época histórica de outra e que ele anula igualmente a possibilidade de reconhecer, dentro do carácter estilístico geral duma dada época, a existência da variedade mais ou menos rica de estilos particulares (individuais, locais, tradicionais, etc.) (LEVY, 1941: 265).

Uma teoria intermediária é a de Dvorak, mais sensível às particularidades históricas de cada período do que a de Wölfflin, conforme a interpretação de Deinhard. No entanto, a ele falta a percepção de como as ideias, seu foco de interesse, se concretizam em obras particulares. Ainda assim se mostraria superior a Wölfflin para a compreensão do Barroco.

Ao final de sua linha de argumentação está posicionado Balet, que estudou a arte anti-barroca na Alemanha do séc. XVIII. A teoria dele “é a única que consegue explicar a unidade fundamental e as características principais do barroco como expressão geral duma dada época sem sacrificar, por isso, a riqueza múltipla dos fenômenos artísticos particulares” (LEVY, 1941: 283). Balet entende a arte clássica, na Alemanha, como burguesa e contraposta à arte barroca feudal, por exemplo. Para Deinhard, Wölfflin projeta sobre o barroco um sentido imanente, Dvorak o descreve, mas apenas Balet o compreende, pois compreensão envolve a inclusão da perspectiva histórica. O caso do barroco brasileiro é invocado como mais um exemplo de que a tese wölffliniana da imanência das formas barrocas nada mais é do que falsa.

Se aqui o vigor do ataque ao formalismo de Wölfflin pode passar a impressão de que Hanna Levy é franca partidária da análise do contexto histórico da obra em detrimento da de sua forma, ou de suas qualidades propriamente artísticas, o tipo de equilíbrio conceitual já demonstrado em *Valor artístico e valor histórico* é recuperado em uma obra muito posterior, o livro *Meaning and Expression* (1967/1970). Já no primeiro capítulo, *Timeless and Time-Bound Art*, Hanna trata de estabelecer algumas distinções: o conteúdo expressivo

da obra diz respeito à sua dimensão de comunicação visual, a seus aspectos formais constitutivos, e é ele que está intimamente relacionado ao que se entende por valor artístico. Esta é a dimensão perene, eterna, atemporal da obra. A expressão, em suma, é relativamente constante. O sentido, por outro lado, é sujeito à mudança, logo, é histórico, condicionado “à estrutura religiosa e particular do período no qual e para o qual a obra foi criada” (DEINHARD, 1970: 13) e vinculado a relacionamentos estruturais extra-artísticos. Como exemplo Deinhard apresenta o caso de uma mesma figura feminina nua, que com o passar do tempo foi interpretada como deusa do amor e da beleza (Vênus), emblema de pecado (Luxúria), alegoria da verdade e um simples nu.

Os argumentos contra Wölfflin apresentados no artigo brasileiro retornam aqui, quando se trata de elaborar uma crítica mais geral ao formalismo: tal corrente é incapaz de explicar essas várias avaliações que uma obra recebe ao longo da história (DEINHARD, 1970: 14). Outro motivo para rejeitar o formalismo é o seu insucesso na demonstração objetiva da qualidade artística das obras de arte.

Nos capítulos 2 (Enguerrand Quarton, “The Coronation of the Virgin”), 3 (Giotto: “The Massacre of the Innocents”), 4 (Bruegel: “The Massacre of the Innocents”) e 5 (Rubens: “The Massacre of the Innocents”) de seu livro, Deinhard procura evitar o erro cometido por Dvorak, e seleciona para análise alguns estudos de caso significativos para sua tese, que investiga minuciosamente, sem se furtar, como os títulos de algumas dessas obras permitem perceber, a algumas comparações. O capítulo 6, Results of the Analyses, destaca as mudanças históricas detidamente esmiuçadas nos casos investigados nos capítulos anteriores, renovando as críticas ao formalismo:

... acima de tudo isso refuta a pressuposição que [...] é tácita ou explicitamente colocada pela história dos estilos, a saber, a de que obras de arte que exibam o mesmo método na combinação dos mesmos elementos formais – quer pertençam ou não à mesma época ou a períodos inteiramente diferentes (periodicidade) – por essa mesma razão sempre correspondem ou ao despertar de atitudes mentais [...] ou a visão do mundo que são fundamentalmente as mesmas (DEINHARD, 1970: 78).

O último capítulo, The Artist and the Public, oferece um desdobramento interessante para a preocupação de Deinhard com a dimensão histórica e contextual das obras de arte. Antes de mais nada, a autora lembra que mesmo a categoria “artista” é histórica, e também concorda com Malraux quando escreve que obras de arte são as que estão respaldadas pela exibição em museus (um critério circunstancial, e não imanente, portanto). Em um momento

histórico anterior Deinhard, contudo, identifica um paradoxo na recepção e na produção das obras:

Assim, um aparente paradoxo acompanha o fato de que, nomeadamente, uma crítica de arte compreensível tanto para o público quanto para os artistas parece ser possível em um momento no tempo, e talvez apenas então, quando os critérios subjacentes a essa crítica eram extra-artísticos (DEINHARD, 1970: 96).

A supervalorização da dimensão artística ou expressiva da obra perturba sua comunicabilidade, a possibilidade de que se insira no tecido da vida, da experiência. A preocupação com a recepção da obra, com o modo como é lida e interpretada, a partir de critérios extra-artísticos, configura-se aqui como uma tentativa de combater a alienação social que Deinhard identifica de modo tão acentuado em uma sociedade industrializada como a americana. A autora não poupa críticas, nesse capítulo, à sociedade de massas e à incompreensão mansa do público de arte contemporânea (que se contrapõe à incompreensão dos que tinham de lidar com as primeiras obras de vanguarda, manifestada como rejeição furiosa), que impedem que a obra seja “parte integral da existência” (DEINHARD, 1970: 106).

A própria recepção desse livro nos Estados Unidos, no entanto, não foi tão positiva. Mariner (1972), depois de apresentar a crítica de Hanna à pura forma, não fica convencida com a tese da autora, acusando-a de “imanentismo” – dessa vez histórico. Wacker (1974), por sua vez, critica a visão marxista de Hanna, sobretudo no que se refere à sua leitura da alienação dos trabalhadores em sociedades tecnológicas, para ela um vício da sociologia europeia. Além disso, acredita que a teoria sistêmica proposta por Hanna não dê conta das ambiguidades do fenômeno visual. Hein (1977) parece ser uma das poucas a perceber um potencial promissor na obra de Deinhard, que identifica como um “quebra-cabeça dialético marxista” ao se estruturar em torno da pergunta: “como pode a mesma obra seguir falando a sociedades diferentes”? Impossível não recordar aqui a experiência brasileira de Deinhard.

Finalmente, Hanna Deinhard, no artigo *Reflections on art history and sociology of art* (1975), retoma sua defesa enfática da necessidade do julgamento de valor com relação às obras de arte, em contraposição a doutrinas correntes da disciplina que pregam avaliações livres de valor. Pergunta semelhante à que já havia formulado sobre as teorias do barroco no artigo brasileiro de 1941 reaparece aqui:

Se obras de arte estivessem meramente refletindo condições prevalentes em um ambiente histórico específico, como poderiam ser experienciadas em períodos diferentes de seu tempo de origem? (DEINHARD, 1975: 31)

Deinhard, já tendo apontado tantos problemas em outras metodologias e teorias da arte, aqui defende enfaticamente a sociologia da arte, ainda que reconheça seus limites. Seria utópico, por exemplo, imaginar que fosse possível reconstruir completamente padrões de observação de antigos apreciadores de obras de arte. A história da arte perdeu sua dimensão histórica, e é preciso resgatá-la, assim encerra a autora o seu texto.

Podemos concluir então que, a partir da rejeição inicial de vários dos pressupostos presentes na teoria de Wölfflin sobre o barroco, visível em seus escritos brasileiros, e matéria mais antiga de pensamento para a autora, já presente mesmo em sua tese de doutoramento, Hanna Deinhard desenvolveu, em seus escritos norte-americanos, uma teoria sistêmica que buscou relacionar, de modo peculiar, original e que ainda merece maior estudo, as visões formalista e sociológica da arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. A história da arte. In: _____. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993. p. 13-72.

BELOW, Irene. „*Jene widersinnige Leichtigkeit der Innovation*“ *Hanna Deinhard's Wissenschaftskritik, Kunstsoziologie und Kunstvermittlung*. Vortrag auf der Tagung „Künstlerinnen und Kunstwissenschaftlerinnen im Exil“, Staatliche Galerie Moritzburg Halle, 27. – 29. 10. 2000 (X. Tagung der Reihe Frauen im Exil).

BELOW, Irene. „*Jene widersinnige Leichtigkeit der Innovation*“ *Hanna Deinhard's Wissenschaftskritik, Kunstsoziologie und Kunstvermittlung*. In : HUDSON-WIEDENMANN, Ursula; SCHMEICHEL-FALKENBERG, Beate. *Grenzen Überschreiten. Frauen, Kunst und Exil*. Würzburg: Königshausen & Neumann, 2005. p. 151-180.

DEINHARD, Hanna. *Meaning and Expression: Toward a Sociology of Art*. Boston: Beacon Press, 1970.

DEINHARD, Hanna. Reflections on Art History and Sociology of Art. *Art Journal*, v. 35, n. 1, p. 29-32, Autumn 1975.

FOCILLON, Henri. *A vida das formas*. Lisboa: Edições 70, 2001.

HASTINGS ‘Gallery’ Slates Lecture, Art Exhibit. *Herald Statesman*, Yonkers, New York, Fri., Jan. 31, 1958. p. 7.

HEIN, Hilde. Review: Meaning and Expression. *Leonardo*, v. 10, n. 1, p. 72, Winter 1977.

KAPSNER, Claudia. Hanna Deinhard. 2011. Einblicke – Ausblicke, Jüdische Kunsthistoriker in München (2010/11). Ludwig-Maximilians-Universität München. Disponível em: http://www.kunstgeschichte.uni-muenchen.de/forschung/ausstellungsprojekte/einblicke_ausblicke/biografien/deinhard/index.html. Acesso em: 20 jul. 2012.

KUBLER, George. *The shape of time*. Remarks on the history of things. New Haven and London: Yale University Press, 1962.

LEVY, Hanna. A propósito de três teorias sobre o barroco. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, p. 259-284, 1941.

LEVY, Hanna. *Henri Wölfflin. Sa théorie. Sés prédécesseurs*. Rottweil: Rothschild, 1936.

LEVY, Hanna. Henri Wölfflin. Sa théorie. Sés prédécesseurs. Thèse pour le doctorat soutenue devant la Faculté des Lettres. Paris, 1936. *Annales de l'Université de Paris*. 12ème Année, n. 3, p. 282-286, Mai-Juin 1937a.

LEVY, Hanna. Sur la nécessité d'une sociologie de l'art. *Actes du Deuxième Congrès International d'Esthétique et de Science de l'art*. Paris, 1937b, p. 342-345.

LEVY, Hanna. Valor artístico e valor histórico: importante problema da História da Arte. *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* n. 4. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, p. 181-192, 1940.

MARINER, Dorothy Anderson. Review: Meaning and Expression. *Contemporary Sociology*, v. 1, n. 2, p. 114-116, mar. 1972.

NAKAMUTA, Adriana Sanajotti. Hanna Levy no SPHAN. 2009. *Nos Arquivos do IPHAN*. Revista eletrônica de Pesquisa e Documentação. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1541>. Acesso em: 20 abr. 2013.

RIEGL, Aloïs. *Questions de style*. Fondements d'une histoire de l'ornementation. Paris: Hazan, 2002.

SUMMERS, David. *Real Spaces*. World Art History and the Rise of Western Modernism. New York: Phaidon Press, 2003.

VENTURI, Lionello. *História da crítica de arte*. Lisboa: Edições 70, 2007.

WÖLFFLIN, Heinrich. *Conceitos fundamentais da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WACKER, Jeanne. Review: Meaning and Expression. *Journal of Aesthetics & Art Criticism*, December 1, p. 234-235, 1974.

“Higiene das Cidades”: discurso médico e remodelação das cidades mineiras no início do século XX

Suelen Caldas de Sousa Simião*

Introdução

A influência do discurso médico esteve presente em diversas publicações dos engenheiros especialmente entre as duas primeiras décadas do século XX com ênfase na educação popular para conter os processos de contaminação de doenças dentro das casas e sua disseminação pelas cidades e, nesse sentido, reforçando a ideia da importância do trabalho conjunto médico/engenheiro. A higiene sanitária sob o ponto de vista do engenheiro sanitário, orientado pelo médico, desempenha papel importante no combate à proliferação de doenças e disseminação de epidemias uma vez que promove a salubridade e evita que obras sejam executadas a esmo e sem planejamento, o que compõe os princípios do Urbanismo.

No Brasil as preocupações iniciais quanto à urbanização surgem nas cidades de Santos, Recife e Rio de Janeiro, e foram sistematizadas pelo engenheiro sanitário Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1886. O engenheiro também foi membro da Commission Internationale des Ponts et Égouts, da America Water Association e da Association Generale des Hygiénistes et Techniciens Municipaux, desenvolvendo, dessa maneira, diversas obras relacionadas ao saneamento e higiene das cidades, além de presidir a comissão de Melhoramentos do rio Tietê, em 1924.

Desde as primeiras epidemias no Brasil – de febre amarela e de cólera entre 1850 e 1860 - e também a partir do avanço dos processos de industrialização, ligada a ideia de que o indivíduo sadio é capaz de produzir mais e melhor, contribuindo para o desenvolvimento capitalista, que se empreendeu diversas medidas buscando conter a proliferação de epidemias no meio urbano partindo do pressuposto que a moradia insalubre, lugar de habitação da população pobre, era responsável pela contaminação das cidades. O controle da habitação ligava-se a ideia não só de higienização pura e simplesmente, mas também à relação que se

* Graduada em História pela Universidade Federal de Uberlândia

estabelecia entre controle físico e moral, no qual se enquadram as classes pobres como classes perigosas.

Embora a preocupação inicial tenha surgido nas cidades litorâneas acima citadas, o estado de Minas Gerais, a partir, especialmente dos trabalhos realizados por Baeta Neves – discípulo de Saturnino de Brito e responsável pela publicação de boa parte da sua obra – também empreendeu uma série de estudos e reformas com base nas ideias de engenharia sanitária. Nesse sentido, o presente trabalho procura traçar um paralelo, ou ainda, estabelecer uma relação entre discurso médico e as orientações para a remodelação das cidades no interior do estado mineiro, a partir do texto *Hygiene das Cidades* de Lourenço Baeta Neves, memória apresentada à Academia Nacional de Medicina, realizada em 30 de outubro de 1912, na cidade do Rio de Janeiro.

Pressupostos teóricos metodológicos

As discussões teóricas referentes aos estudos sobre urbanismo e cidade tem se destacado pelo contato multidisciplinar que esse tema engloba, agrupando pesquisas que trabalham com a dimensão política, econômica, social e cultural, que a temática suscita. Além disso, o material de trabalho é amplo e diversificado podendo partir da análise dos escritos dos engenheiros e executores das obras das/nas cidades, dos projetos, das leis e diretrizes para implementação das medidas de intervenção e mesmo nos relatórios, planos e projetos dos higienistas, uma vez que trabalham com a questão sanitária:

É, nos relatórios, planos, projetos e escritos dos profissionais higienistas que se encontram definidos de forma contundente os pressupostos da “Questão Sanitária” em suas várias facetas. O reconhecimento das más condições sanitárias de certas áreas da cidade e, em particular, das péssimas condições de asseio da moradia coletiva constitui presença constante nos relatórios de autoridades médicas desde pelo menos 1885, quando o médico da Câmara, dirigiu-se à Comissão de Justiça alertando-a da necessidade de normas que estipulassem critérios para a demolição de cortiços “julgados inconvenientes ou prejudiciais à saúde dos habitantes” e, ao mesmo tempo, orientassem a manutenção da higiene dos existentes e dos que ainda fossem construídos. (BRESCIANI, 2010: 19)

O trecho acima assinalado, pela historiadora Stella Bresciani, trabalha com a questão sanitária especialmente na década de 1893 a partir de *Os cortiços de Santa Ifigênia: Sanitarismo e urbanização (1893)* na cidade de São Paulo, mas também nos diz sobre o material utilizado para pesquisa relacionada ao sanitarismo e a urbanização.

Partimos nessa pesquisa dos princípios relacionados ao que se chamou de “Nova” História Política, inspirada em autores como René Remond, Rosanvallon, Jacques Julliard, Rafael Segal, Angela de Castro Gomes, etc., que passou a incorporar também uma reflexão sobre os mecanismos culturais de poder, isto é, como são estabelecidas as relações evocativas entre governantes e governados. Essa “renovação” da história política, que foi empreendida, sobretudo, em fins dos anos 1960, redefiniu seus objetos, metodologias permitindo novos diálogos em faces interdisciplinares.

Ademais, tomando-se as origens plurais desse campo disciplinar, a discussão sobre o urbanismo também tem se destacado a partir do contato entre os saberes ligados à saúde e à construção, conferindo papel significativo às aproximações entre medicina, engenharia e arquitetura nas definições do próprio urbano (CERASOLI, 2008). Aproximação que pode ser atestada, por exemplo, a partir das constantes metáforas relacionando corpo humano e corpo urbano, como quando se dizem que os jardins representam o pulmão da cidade, responsáveis pela purificação do ar.

A dimensão crítica e a finalidade prática relativa ao urbano podem ser atestadas pelos escritos de Choay, historiadora de teorias e formas urbanas e arquitetônicas, assim como sua amplitude de conteúdo relaciona-se ao que abrange as transformações do território, escolhas técnicas, problemas, métodos, sujeitos envolvidos, etc, como assinala Bernardo Sechi. (CERASOLI, 2008).

Discussão e resultados

Em *Cidade Febril*, Sidney Chalhoub, (CHALHOUB, 1996) traz um importante panorama sobre os cortiços do Rio de Janeiro no século XIX, cortiços que foram destruídos não só para impedir a contaminação da cidade pelas epidemias de febre amarela, mas buscando também afastar o que se chamou de “classes perigosas” dos centros da cidade. A discussão sobre “classes perigosas” também podem ser atestadas no importante livro de Stella

Bresciani, *Londres e Paris* no século XIX: o espetáculo da pobreza, (BRESCIANI, 2004), que trata da multidão, causadora de medo fascínio no século XIX.

Apoiadas em teorias que se buscavam científicas diversos estudos indicavam que eram no local de habitação da maioria da população pobre, os selvagens, que estavam o foco de contaminação para toda a população urbana. É nessa época que surge a corrente de teoria da “degeneração urbana”, confirmando a “Ideia Sanitária”, que “desenvolvida por Chadwick, inspirou poetas, moralistas, artistas, filantropos e administradores na década de quarenta.” (BRECSIANI, 2004: 28-29).

Além disso, a introdução no cenário brasileiro, especialmente a partir dos anos 1870, de teorias de pensamentos que definiriam em grande medida as noções de nação, de indivíduo e de povo, que se concretizaram por longo tempo, como exemplo, o positivismo, o darwinismo e o evolucionismo, trariam influências e serviriam de argumento às intervenções sanitaristas, (SCHWARCZ, 1993) como assinala Bresciani: “na década de 1880, o darwinismo social proporcionou a cobertura biológica para a teoria da degeneração urbana hereditária, reforçando a posição privilegiada do imigrante, para as tarefas especializadas e de responsabilidade.” (BRESCIANI, 2004: p.31)¹

As teorias raciais, desenvolvem-se e “ganham corpo” (e adeptos), portanto, nesse período, o que também é explicitado na *Cidade Febril* de Chalhoub, em capítulo dedicado à “Raça, ambiente e aclimatação” (CHALHOUB, 1996: 78-96), no qual o autor versa também sobre o determinismo climático. Posto isso, passemos agora à análise do texto de Baeta Neves, que parece estar em consonância ao que foi acima discutido.

Lourenço Baeta Neves autor da memória apresentada à Academia Nacional de Medicina em 1912 sobre a importância da remodelação das cidades mineira a partir do trabalho conjunto de médico/engenheiro, no texto *Hygiene das Cidades* procura traçar considerações importantes sobre a remodelação das cidades mineiras, após levantamento

¹ Essas teorias traziam visões por vezes anteriores ao século XIX, inauguradas a partir das grandes viagens. Ao lado da teoria do “bom selvagem” idealizada por Rousseau, outras formas de pensamento, de vertentes negativas, desenvolviam-se, como é o caso do tipo de visão mais pessimista e detrativa da América, de Buffon, que caracterizava o continente americano como símbolo da carência, ou De Pauw, com sua teoria da “degeneração americana”, perspectivas que revelariam grande influência nas teorias raciais que se desenvolveriam ao longo dos séculos. (ver mais em SCHWARCZ, 1993)

técnico da situação precária das cidades do interior, assim como a partir da comparação com as obras realizadas pelo engenheiro Saturnino Brito em outras cidades do Brasil.

O trabalho do urbanista, como assinala Carmem Portinho em texto publicado na *Revista da Diretoria de Engenharia*, (PORTINHO, 1934) tange não somente a esfera da execução das obras, mas faz parte de uma ampla pesquisa que deve englobar mesmo em sua formação a pré-existência de faces multidisciplinares, incorporando saberes gerais de sociologia e psicologia, além de minuciosa investigação histórica e geográfica que devem ser levadas em consideração para a execução do plano de remodelação. A esse respeito a autora cita o caso do engenheiro Aarão Reis em época de escolha da nova capital mineira apresentando estudo de cinco localidades levando em consideração localidade, condições climáticas, análise geográfica da região, etc. O estudo realizado por Aarão Reis foi apresentado em 1893, demonstrando dessa maneira como as preocupações quanto a importância do trabalho do urbanista já estavam colocadas.

Logo na apresentação do texto, Baeta Neves, apresenta considerações sobre a peculiaridade das cidades mineiras, por sua natureza e aspectos físicos, tendo assim as normas gerais para saneamento que apresentarem uma adaptação mais ampla para que pudessem ser aplicadas em todas as cidades pobres do interior, sempre levando em consideração o trabalho conjunto médico/engenheiro. Afirma o engenheiro:

Tratarei, pois, da higiene das pequenas cidades sob o ponto de vista do engenheiro sanitário, orientado pelo médico, no campo comum das duas profissões, procurando, tanto quanto for possível, dar a esta exposição modesta um cunho prático, segundo as normas gerais do grande mestre Saturnino Rodrigues de Brito, o disciplinador do trabalho sanitário no Brasil, que tanto tem feito pela causa santa da saúde pública. (NEVES, 1912: 22-23.)²

Posto isso salienta o atraso nas questões relativas ao sanitário, muito maior no interior das cidades mineiras, não limitados apenas por condições econômicas, mas sobretudo, “pela má aplicação do dinheiro público, por falta de auxílio técnico competente ou pela incapacidade administrativa dos encarregados de cuidar das cidades” (NEVES, 1912: 24-25).

² Todos os trechos aqui reproduzidos foram feitos com grafia atualizada.

Por ignorarem a importância do trabalho do engenheiro – pelo seu maior custo em relação a outros técnicos – acabam causando prejuízos também imateriais, no dizer de Baeta Neves:

O fato censurável da execução de obras sem plano, que, se não pecam muito pelos serviços prestados, trazem injustificáveis desperdícios dos dinheiros públicos, com o assentimento tácito ou a inconsciência da população interessada, costuma acoroçar a continuação do processo, que, no caso de serviços sanitários imperfeitos, pode encontrar um protesto veemente nas epidemias que elas mais tarde venham alimentar, causando prejuízos de vidas preciosas, sempre superiores a todos os desperdícios materiais. Fatos dessa natureza não são muito raros no interior do Brasil, havendo obras sanitárias, sem o protesto do povo que as paga, pela falta de análise posterior por profissional desinteressado e estranho a ligações partidárias, e isso, se não constitui incentivo para persistência no erro, serve, pelo menos, de justificativa inconsciente da sua repetição, até que as consequências inevitáveis do serviço imperfeito, obriguem as municipalidades à correção do defeito, o que nem sempre facilmente se consegue. (NEVES, 1912: 27)

Pela má execução das obras, a dimensão que se toma as epidemias, é uma preocupação latente de Baeta Neves. Assim como assinala Bresciani, nos casos de Londres e Paris:

As implicações econômicas da degradação física são constantemente lembradas por esses sanitaristas que consideram os custos das medidas preventivas – melhores condições de moradia, sistema de distribuição de água e sistema de esgotos – menores dos que os custos da doença – interrupção do trabalho e perda de salário – para não falar dos altos custos da contenção das sucessivas epidemias dos bairros pobres de Londres até a década de sessenta. (BRESCIANI, 2004: 29-30)

Além disso, outro fato bastante frisado pelo autor diz respeito à destruição da natureza, fazendo com que o elemento vital, a água, também seja prejudicada. Cita ainda casos de países em que a prática sanitária é realizada com mais eficácia, porque leva em consideração o trabalho conjunto do engenheiro, do bacteriologista e do médico higienista. As condições climáticas e da própria natureza que interferem na salubridade, devem ser aproveitadas pelo engenheiro para implementar seu projeto, ressaltando a peculiaridade das cidades do interior

mineiro, que por suas encostas, fontes naturais e cachoeiras, que devem evitar ao máximo serem sacrificadas pelas reformas urbanas.

Ao lado disso, a higiene domiciliar, ligada também a ideia já assinalada de controle moral e físico da população pobre, é de fundamental importância, para o autor:

mas todo sacrifício, que a realização desses melhoramentos trazer, não encontrará compensação bastante no aperfeiçoamento do meio físico, e na atmosfera moral das cidades, se as vistas dos administradores e os seus maiores carinhos se não dirigirem para a higiene domiciliar (NEVES, 1912: 118)

Por fim, em seu texto temos a ideia corrente à época, do ideal civilizatório para a construção da nação. Uma nação que se construiria pautada nas teorias científicas e de controle da população, e no caso, da população pobre e “perigosa”, com a frase final: “Brasil, minha pátria! Conserva a tua liberdade, sem a escravidão das moléstias.”

Considerações Finais

Embora a produção historiográfica tenha se dedicado mais às reformas realizadas nas cidades litorâneas, com ênfase, na capital do país à época, os escritos dos historiadores que buscam/buscavam analisar as reformas, assim como, as influências das teorias científicas, e da ideia da construção de nação, são importantes materiais para se pensar a remodelação urbana, também no interior do país. Intuito que se pretendeu aqui ao tratar do texto *Higiene das Cidades*, de Lourenço Baeta Neves.

Bibliografia

- ALVARENGA, Octavio Mello. *Grandes vultos da engenharia brasileira: Saturnino de Brito*. Rio de Janeiro: Clube de Engenharia, 1979
- ALBUQUERQUE, A. Higiene da habitação. *Revistas Polytechnica*, outubro, 1918.

AGACHE, A. Os grandes problemas sanitários. *Revista da Diretoria de Engenharia*, ano 2, n.11, 1934a.

BACKEUSER, Everardo. *Habitações Populares*. Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. J. J. Seabra, Ministro da Justiça e Negócio Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.

BARROS, J. D. História Política, Discurso e Imaginário: Aspectos de uma interface. SAECULUM –Revista de História [12] João Pessoa, Jan./Jun. 2005. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11320> Acesso em: 16/06/2013

BECKER, A. Habitações Coletivas. *Acropole*. ano III, nº 31, 1940.

BENCHIMOL, Jayme. Título, Pereira Passos: *um Haussmann tropical*. Cidade, Rio de Janeiro. Editora, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1992.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Sanitarismo e Configuração do espaço Urbano. In: __ (Org.) *Os Cortiços de Santa Ifigênia: Sanitarismo e Urbanização (1893)*. Arquivo Público do Estado de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda T. *A Construção de um Sonho*. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

CERASOLI, Josianne. *A Grande Cruzada*. Os Engenheiros e as Engenharias de Poder na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

_____. Arquiteturas urbanas: higiene, estética e construções civis em São Paulo no início do século XX. Itinerário profissional de Alexandre Albuquerque e o debate sobre a cidade. *Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v.10, n.3, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo*. São Paulo. Perspectiva, 1979.

HOCHMAN, Gilberto. *Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945)*. Educar em Revista, Curitiba, Paraná, v. 25, p. 127-141, 2005.

_____. Cambio político y Reformas de la Salud Pública en Brasil- El Primer Gobierno Vargas, 1930-1945. Dynamis (Granada), Granada, v. 25, p. 199-226, 2005.

NEVES, Lourenço Baeta. *Higiene das Cidades*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912.

PORTINHO, Carmem. O critério científico no urbanismo. *Revista da Diretoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, ano 2, nº8, 1934a.

_____. O ensino do Urbanismo. *Revista da Diretoria de Engenharia*, Rio de Janeiro, ano 2, nº11, 1934b.

REMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*, RJ, v.7, n.13, 1994, p.7-19

ROCHA, Oswaldo P. *A era das demolições: Cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi - Região. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, v. 8, p. 455

SCHWARCZ, Lilia. Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais no século XIX. In: *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Hipólito da Costa: a construção da Opinião Pública sobre a Revolução Haitiana no Correio Braziliense

Soraya Matos de Freitas*

Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça nascido na Colônia de Sacramento em terras portuguesas na América, em 1774, foi um homem de letras “impressas”. Após uma fuga da prisão de Portugal, onde esteve preso por, aproximadamente, ou quase três anos, por crime de maçonaria, em Londres imprimiu suas forças na escrita de um periódico que tinha como função a construção de uma *opinião pública*, no Império Português, tendo como objetivo e objeto a então distante colônia portuguesa na América, o Brasil. O *Correio Braziliense*, um dos “primeiros” periódicos¹ a circular na referida colônia, era escrito a partir de Londres, pelas mãos desse homem, Hipólito José.

O momento em que nascia a Imprensa no Brasil, 1808, foi também o momento em que vários espaços públicos estavam sendo transformados. Segundo o professor Marco Morel: *Do ocaso do Antigo Regime, passando pela recepção do ideário liberal, surgem os espaços da liberdade de imprensa, que embora não seja causa, vai compor e interferir no quadro da separação com Portugal e da edificação da ordem nacional.* (MOREL, BARROS, 2003: 7). Interferiria também na questão da escravidão e da abolição, pelas páginas da nascente Imprensa, podemos entender como essa questão foi tratada, analisando quais eram as notícias publicadas e quais eram os meios de silenciar as lutas abolicionistas.

Nesse sentido é interessante perceber como da Costa entendia e pretendia construir uma opinião pública a respeito da Revolução Haitiana nesse distante território português. Este acontecimento balançou o sistema colonial na América. A escravidão, um dos alicerces desse sistema foi profundamente abalado com o ocorrido nas terras da colônia francesa no Caribe. A Revolução Haitiana questionava os princípios tão caros do liberalismo político e econômico e

* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, sob orientação da Professora Doutora Márcia de Almeida Gonçalves.

¹ O outro “primeiro periódico” que aqui circulou foi a *Gazeta do Rio de Janeiro*, ambos começaram a ser impressos em 1808. Não entraremos aqui na discussão acerca de qual dos dois foi o primeiro, o título cabe aos dois, um a ser impresso nas terras portuguesas da América a *Gazeta do Rio de Janeiro* inaugurando assim a impressão e o outro, *Correio Braziliense* impresso em Londres para circular aqui.

não poderia deixar de figurar nas páginas da imprensa. O silêncio total sobre tal evento não era possível, ficava então a questão de como comentar e construir uma opinião pública sobre essa Revolução em terras onde a escravidão era uma realidade.

Saint Dominique, colônia francesa que representava um terço da receita da Francesa no momento da Revolução de 1789, foi o espaço em que o debate sobre liberdade e igualdade atingiu seu ponto mais intenso. Os colonialistas queriam tais princípios relativos aos metropolitanos, os africanos e crioulos livres os queriam em relação aos proprietários, e os *petit blancs* os queriam em relação aos *gran blancs*. E ao final os escravos negros e mulatos tomaram para si a luta que acabou por formar o segundo país independente da América, o primeiro independente e livre da escravidão. Esse evento esteve presente nas páginas da Imprensa europeia: *La Revolución Haitiana fue el téster, la prueba de fuego para los ideales de Iluminismo francés. Y todo europeo que fue parte del público lector burgués lo sabía.* (BUCK-MORSS, 2005: 44).

Podemos dizer que *Opinião Pública* é um conceito de difícil apreensão. Estudado por algumas áreas como História e sociologia esse conceito é importante para compreendermos a Imprensa e seus redatores. Para os limites desse trabalho, seguiremos aqui algumas considerações do sociólogo Norbert Elias. Em um artigo *A opinião Pública na Inglaterra*, escrito para um seminário na Alemanha, Elias propõe como é possível entender a opinião pública na Inglaterra. Ele não se ateu a explicação teórica do conceito, foi exemplificando e analisando a existência de uma base comum, um “nós-ideal” inglês e assim elencando algumas características desse país Elias pontuou que para compreender a opinião pública inglesa tem que se observar a *extraordinária uniformidade ou integração do povo britânico e sua formação de opinião*, e que acredita haver *a opinião pública de um país e não opiniões singulares* (ELIAS, 2006: 113-127). Para esse sociólogo, tal conceito tem que ser compreendido como em contínua formação, um processo vivo que oscila em movimentos pendulares.

Estudar o periódico de da Costa faz pensar que as opiniões expressas no *Correio Braziliense* eram influenciadas pelas vivências dele nos EUA e também em Londres, de onde escrevia seu periódico. Se cada país tem sua própria opinião pública, nosso redator estava como que construindo ou talvez contribuindo com o processo de formação da Opinião Pública em terras portuguesas na América, afinal o momento em que a Imprensa começaria a criar um

público leitor de periódicos se apresentava como a oportunidade também de construir opiniões sobre alguns assuntos, entre eles a abolição da escravidão ou não. Hipólito José da Costa iniciou seu jornal:

Longe de imitar só, o primeiro despertador da opinião publica nos factos, que excifaõ a curiosidade dos povos, quero, alem disso, traçar as melhorias das Sciencias, das artes, e n'uma palavra de tudo aquillo, que pode ser útil á socieda'de em geral. Feliz eu se posso transinitir a uma Naçao longínqua, e socegada, na lingua, que lhe he mais natural, e conhecida, os acontecimentos desta Parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade. O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empreza todas as minhas forças, na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus. (DA COSTA, 2001: 4).

Aqui encontramos a disposição do redator em contribuir no nascimento da Imprensa no Brasil, com a disseminação de informações e também o seu desejo de *acertar na geral opinião de todos*. Qual seria essa opinião? Como que alguém que já morava tanto tempo longe poderia saber qual era a *opinião de todos*? Perguntas difíceis de responder. Vejamos então qual era a linha que seguiria seu periódico.

O *Correio Braziliense* periódico de cunho liberal, que defendia a abolição gradual da escravidão, propunha a adoção do trabalho assalariado e o incentivo à imigração. Uma de suas características era ser moderno e dinâmico; tinha forte análise e crítica da situação portuguesa e de sua colônia americana. Apresentava fatos ocorridos nos países europeus, fazia comentários sobre organização política, relações internacionais, economia e finanças, agricultura e comércio, literatura, ciências e artes, sem esquecer a marcha dos franceses na Europa e em Portugal.

Segundo Alberto Dines: “Hipólito não inventa o gênero, apenas utiliza modelos que há muito circulavam na Europa”. Como vivia em Londres, estava diretamente em contato com a imprensa inglesa e sua livre expressão. Sua nova forma de fazer jornal, não somente panfletos, agora magazines, e o que chamou sua atenção, ainda segundo Dines: “as revistas de crítica e debates” (DINES: 2001. Vol. I p. xxv a xxxviii).

Hipólito já havia experimentado um pouco do sabor que tinha o ato de ler jornais não censurados nos anos em que viveu nos Estados Unidos. Vivenciou debates políticos nas

gazetas entre republicanos e federalistas nos anos de 1799, (BUVALOVAS, 2011: 79-80), porém a Inglaterra tinha um diferencial, era naquele momento “uma espécie de capital do mundo”, lugar em que, depois de três anos no cárcere, Hipólito entrou em contato com homens que estavam fazendo a história: Simon Bolívar, Francisco Miranda, e outros exilados de várias partes que ali se encontravam. No ano em que chegou a Inglaterra, 1807, foi um ano de intensos debates sobre o fim do tráfico de escravos africanos. Em seu estudo sobre a Abolição Drescher analisando a Inglaterra destacou a impressão diária dos debates parlamentares e as iniciativas governamentais por jornais provinciais disponíveis diariamente para que os leitores acompanhassem durante três décadas, em que o movimento abolicionistas e seus opositores marcavam suas posições, o que para esse autor foi um ponto de distinção do movimento abolicionista inglês que *combinou novas técnicas de propaganda, de petições e de associação com as técnicas organizacionais dos lobistas do comércio e da manufatura*. Um movimento que se tornou nacional e depois se internacionalizou, mobilizou grupos, houve pressão pública que foi convertida em Lei e em orientação política. (DRESCHER, 2011: 296). Toda essa movimentação foi vivenciada por Hipólito da Costa em Londres.

Ao longo da existência do *Correio Braziliense* várias foram as críticas recebidas pelo seu redator, suas posições e opiniões geravam conflitos com outros homens que também faziam parte do espaço inovador da imprensa, diríamos o espaço da nova *Ágora*. Panfletos e jornais foram financiados para atacá-lo² e por diferentes vezes a resposta foi dada nas próprias páginas do seu periódico. Um destes periódicos foi o *Investigador Português*. Segundo Nelson Werneck, esse jornal nasceu em Londres em 1811 pelas mãos de dois médicos: Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro, sob a proteção do Príncipe Regente de Portugal e orientação direta do Conde de Funchal, Domingos de Souza Coutinho que era então o embaixador português para a Inglaterra.

O autor Carlos Rizzini afirma que o *Investigador Português* era uma réplica do *Correio Braziliense* e, ao contrário de Nelson Werneck, diz que eram três médicos, além dos dois citados, aponta também Miguel Caetano de Castro, um brasileiro formado em Edimburgo.

² Sobre esses panfletos e periódicos ver: RIZZINI, Carlos. *O livro, O jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822: Com um breve estudo geral sobre a informação*. ED. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988. E também, SODRE, Nelson W., *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

Esta publicação protagonizou várias desavenças com o *Correio Braziliense* e em uma dessas, a questão era relativa ao que deveria ser ou não publicado acerca de São Domingos.

O fato ocorreu porque o *Investigador Português* havia feito a transcrição da *Constituição dos Negros de S. Domingos* em uma de suas edições e tal publicação segundo Hipólito da Costa foi causa de: “horror a todos os naturais do Brasil, que então se achavam em Londres, que houve algum deles que fez as mais serias representações sobre isto ao Conde de Funchal: então primeiro Pedagogo Investigador” (COSTA, 2001: Vol. XVII. Nº 101. p. 485). Em uma das correspondências publicadas por Hipólito ao final da edição de setembro de 1814 (COSTA, 2001: Vol. XVII. Nº 101. P. 570-574), podemos ter uma idéia da crítica feita por um dos leitores a esse fato, exemplificando minimamente o que foi dito acima pelo redator do *Correio Braziliense*:

(...) no mês de Julho do dito ano de 1811 os fez aparecer ao publico com o seu *Moniteur*, a que eles puseram a alcunha do *Investigador!* e este *Moniteur*, muito bem chamado pseudo-cientifico alem do que tem profanado a literatura, e política, tem conservado sempre o caráter de revolucionário, e Jacobinico; não só animando nele a revolução dos pretos de S. Domingos, mas até publicando as Cartas e Correspondências particulares entre D. Luiz da Cunha e Alexandre de Gusman só com o fim de achincalhar a Religião, e o estado! E eis aqui, porque os escritores estrangeiros achincalham tão bem tudo isto³!

Tal polêmica pode ser encontrada no volume XII quando Hipólito na Seção Miscelânea, nas suas *Reflexões sobre as novidades deste mês* comentou sobre um Alvará transcrito nesse número que tinha como objetivo regular a prática do comércio da escravatura que ele chamou de práticas desumanas introduzidas pelos que praticavam este tráfico. No trecho destacado podemos perceber a direção das opiniões que Hipólito da Costa imprimia em suas linhas, a sua não adesão a um *caráter revolucionário* e ao discurso mais liberal que ele nomeava como *Jacobinismo*.

³ Temos nesse pequeno trecho da correspondência a referência aos acontecimentos de São Domingos como sendo uma “revolução” que ganhou aqui o adjetivo “dos pretos”. Fato é que para esse leitor e correspondente do periódico, tal fato não deveria estar presente na boa literatura política a que um jornal se dedicasse. E um periódico não deveria animar a “revolução dos pretos” publicando notícias e muito menos a Constituição feita por eles. COSTA, Hipólito José da. Op. cit. Vol. XIII, P. 570/574.

O redator do *Correio* se dirigia ao *Jornal Pseudo-Scientifico*⁴, fazendo críticas a adulação que os redatores dedicavam ao Príncipe Regente D. João, e os elogios por conta de ter sido assinado um alvará que segundo Hipólito era uma legislação: “só tendente a modificar a crueldade de tratamento dos escravos, na sua exportação da África para o Brasil, nada determina, quanto a existência do tráfico da escravatura”. Para Hipólito da Costa pudesse ser, talvez, um preparativo para futuras medidas, no entanto era apenas uma lei que regularia *as práticas desumanas, que se usam neste comércio dos escravos*. (COSTA, 2001: Vol. XII, P. 607-609).

A leitura do Alvará nos informa que de fato a regulação do comércio no que se referia ao transporte como número excedente de negros, sem quantidade e qualidade de alimentação, sem atendimento médico, sem espaço, isso estava sendo regulado pelo alvará que dessa forma deixava entrever que o comércio continuaria, com outras condições, *mais humanas*, mas continuaria a ser praticado⁵. Ainda no início do texto a justificativa era ainda a pouca população e assim a falta de braços para a agricultura e outras atividades. Para Hipólito a questão da população poderia ser promovida por outros meios, e que quando se quisessem por em prática, cessaria gradualmente a razão de tal legislação. O outro meio seria a imigração de europeus, que para ele era a melhor forma de ir diminuindo a população africana.

Importante pontuar que na Inglaterra o debate abolicionista estava na pauta. Algumas publicações, que circulavam nesse período estampavam em suas páginas campanhas pró e contra a abolição da escravidão nas colônias americanas. Segundo Seymour Drescher: *Com*

⁴ Na edição de Janeiro de 1815 que esta publicada na coleção do fac-similar do *Correio Braziliense*, no volume XIV, em outra das desavenças entre as duas publicações dessa vez relativa aos frades, o redator do *Correio* responde aos seus contendores na sua coluna *Miscelânea*. Hipólito explica porque se refere ao *Investigador Português* como *Pseudo-científico*: “A palavra Pseudo (isto é Grego para o tal escritor) significando o que pretende ao que não é, ou que falsamente se atribui; aplicamos nós para designar o Jornal, que afetava tratar muito de ciências; e era nelas pobríssimo. Esta aplicação não pode fazer-se ao *Braziliense*, cujo Jornal foi sempre dedicado ao Brasil, e a seus interesses públicos, e por tanto, longe de ser este um nome falso, compete-lhe por todos os títulos; já pelo país a que se dirige, e já pelos objetos, que se propôs a tratar”. P. 88.

⁵ No volume XII do *Correio Braziliense* há uma gama de documentos e reflexões a cerca da questão do comércio da escravatura.

uma abundância de jornais, eles compartilhavam a rede de comunicações mais amplamente difundida do mundo. (DRESCHER, 2011: 295)

Voltando as reflexões de Hipólito, em março de 1814, e a seus argumentos, que iam de encontro aos *Godoyanos*⁶ que escreviam o *Investigador Português* e ao encontro das regulações propostas no alvará sobre tráfico negro:

Nós não reprovamos a cautela do Governo do Brasil, em não decidir por ora coisa alguma, quanto à existência do Comercio da escravatura, é este um ponto sumamente delicado, e de grande dificuldade. Estas considerações nos obrigaram sempre, desde que conduzimos este nosso Jornal, a não tocarmos na questão da escravatura; e por isso achamos que foi um ato de suma imprudência que o Jornal Pseudo Scientifico publicasse uma tradução em Português da Constituição da Republica dos Negros de S. Domingos. Esta tradução na língua vulgar, em um Periódico, que se destina a ser lido no Brasil, feita em um Jornal, que abertamente se acha debaixo da proteção do Embaixador Português em Londres, aonde aquele Jornal se imprime; é um absurdo de tal magnitude, que só se pode conciliar com as cabeças, que tal obra dirigem. (COSTA, 2001: Vol. XII, p. 607-609). (grifos meus)

As opiniões de Hipólito estão claramente expressas nessas considerações: apesar de dizer não tocar muito nesse assunto, a leitura do *Correio* demonstra que por várias ocasiões essa questão foi tocada por ele e documentos relativos a essa instituição foram transcritos. O que fica expresso é a maneira como trata do assunto, não tomando a defesa dos escravos, mas se posicionando contra a escravidão, que para ele era um mal não só para o homem que a sofria, mas também para o Estado que a mantinha. Por isso a crítica que fez ao periódico *Investigador* em que diz claramente que foi um *absurdo de tal magnitude*. Fica desta forma entendido que para o redator do *Correio* certos assuntos relativos a essa questão deveriam ser silenciados porque em certos contextos a censura se fazia necessária. Não desconsiderava

⁶ Godoyanos era uma das formas que Hipólito se referia aos redatores do *Investigador Português* e explicou porque na mesma publicação em que justificou o chamar esse periódico de pseudo, (já citado acima) que estão impressas no jornal de janeiro de 1815, no volume XIV. “Com este nome de Godoyanos não queremos designar só os validos, que absorvem toda a autoridade; como este escritor inculca; mas sim todos aqueles empregados públicos, que à imitação do Godoy da Espanha, querem que neles se respeite a autoridade Soberana, capeando com Ella seus injustos caprichos, até quando estão direta e positivamente a traiçoando a mesma autoridade, ou a pessoa do Soberano, como fez o infame Godoy. Não é só aos validos, que aplicamos o nome; e estamos bem longe de supor valido o Herói do nosso escritor; pois sabemos mui bem que ele nada menos é do que valido na Corte do Rio de Janeiro; e é isto um fato assas notório, como são as causas porque ele esta em desgraça”.⁶ COSTA, Hipólito José da. Op. cit. Vol. XVIII. P. 88/89.

Hipólito, São Domingos, mas fazia escolhas sobre como e o que falar. Para ele a impressão da Constituição dos Negros, pelo *Investigador Português*, ainda por cima em língua vulgar num periódico que circularia em uma sociedade escravista, foi para ele uma imprudência, visto que tal constituição havia sido feita por mulatos e negros em uma colônia rebelada. Esse exemplo precisaria ser silenciado. Podemos entender essas escolhas no parágrafo seguinte onde ele fazia mais críticas a tal publicação, antes, porém justificava a prudência do governo em não se abolir diretamente o tráfico da escravatura:

A escravatura é um mal para o individuo, que a sofre; e para o Estado aonde ela se admite; porém este mal não foi introduzido pelo Governo atual, e a tentativa de o cortar pelas raízes imediatamente produziria sem duvida outros males talvez de maiores conseqüências. É logo, mui recomendável a prudência do Governo, em não atacar diretamente o trafico da escravatura. Por tanto mandar para o Brasil uma tradução Portuguesa da Constituição de uma Republica de negros; e isto em um Jornal autorizado pela proteção do Embaixador Português em Londres, é um fato, que parecerá incrível, a quem não conhece o caráter das pessoas que nele tiveram parte; e que os homens pensantes no Brasil se não contentarão talvez de lhe chamar imprudência, assim como nós fazemos. (COSTA, 2001: Vol. XII. p. 607-609)

Suas posições eram claras e pautadas em argumentos que podem ser ao longo do seu periódico entendidas. Podemos perceber também que vivendo em Londres, Hipólito estivesse em contato com todas as discussões que giravam entorno desse tema. Lugar de algumas associações antiescravista, e também de posições favoráveis a escravidão, país que também possuía colônias escravistas no mar das Antilhas e outras partes e que ainda assim era palco de debates e discussões. A imprensa era um dos cenários desses debates, isto porque nesse país, a Inglaterra, a liberdade de imprensa era um bem que seus habitantes poderiam gozar, como muitas vezes foi dito e elogiado por Hipólito, que desfrutava dessa condição.

Finalizando com as palavras de Norbert Elias: *A opinião pública inglesa estava em movimento*. E para o debate acerca da abolição que Hipólito da Costa vivenciou podemos entender que:

A opinião Publica é, de certa maneira, um grupo de pressão não-organizado ou não especificamente muito organizado, fator potencial de influência nas decisões governamentais. Como tal, está sempre presente. Geralmente, aparece como fator atuante com relação a acontecimentos bastante determinados. Tais acontecimentos

abrem de certo modo as comportas para que águas represadas da opinião pública possam percorrer os canais institucionais existentes. (ELIAS, 2006: 124).

Talvez para Hipólito esse acontecimento, a Revolução Haitiana não era ainda o acontecimento que deveria abrir as comportas da represa.

FONTE:

Correio Braziliense, disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br>

Ou:

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/correio_braziliense/correio_braziliense.htm

BIBLIOGRAFIA

BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia* (1798-1800). Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos. São Paulo: Hucitec, 2011.

COSTELLA Antonio E. Um jogo de espelhos: Biógrafos e Biografados, In: COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. São Paulo/SP. Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2001. Op. cit. Vol. XXX.

DRESCHER, Seymour. *Abolição*. Uma história da escravidão e do antiescravismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

DINES, Alberto. *O Patrono e seu modelo*. In COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense, ou, Armazém Literário*. São Paulo/SP. Imprensa Oficial do Estado; Brasília, DF: Correio Braziliense, 2001. Vol. I p. xxv a xxxviii.

ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios*. Estado, Processo e Opinião Pública. v. 1, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial: 1820-1840* – São Paulo: Hucitec. 2005.

_____ BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

_____ *Imprensa e escravidão no Brasil do Século XIX*. In LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, Historia e Literatura*. Rio de Janeiro/ RJ. Edições Casa de Rui Barbosa, Coleção FCRB Aconteceu 4. 2008.

RIZZINI, Carlos. *O Livro, o jornal e a Tipografia no Brasil, 1500-1822*. Ed. fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

Historia cultural e psico-historia: a discussão historiográfica de Karl Lamprecht e Norbert Elias

Cynthia Greive Veiga¹

Esta comunicação apresenta as proposições conceituais da escrita da historia desenvolvidas pelo historiador Karl Lamprecht (1856-1915) e pelo sociólogo Norbert Elias (1897-1990). Lamprecht dirigiu o “Instituto de Historia Cultural e Universal”, criado formalmente em 1909 na Universidade de Leipzig, realizou pesquisas, publicou ensaios e varias obras. Entre as obras destaca-se *Moderne Geschichtswissenschaft*, de 1904 com o titulo em inglês, *What is History? Five lectures on the modern science of History*², publicada em 1905. Nesta obra, uma coletânea de conferências, o autor é enfático ao afirmar que a historia é antes de tudo “uma ciência sócio psicológica”. Ressalta-se que Lamprecht causou muitas polêmicas numa Alemanha em que estudos históricos sobre alteração do comportamento humano e o uso da etnografia estavam longe de ter prestígio.

Algumas décadas à frente, também o sociólogo Norbert Elias (1887-1990) em suas proposições teóricas, não menos polêmicas até os dias de hoje, expõe a fundamental importância da articulação entre o estudo das alterações do comportamento dos indivíduos (psicogênese) e o estudo das mudanças sociais (sociogênese) para o avanço do conhecimento nas ciências humanas. Destaca-se que provavelmente devido às tensões causadas por Lamprecht, Elias em nenhum momento citou este autor como referência para seus estudos.

A hipótese de Elias foi desenvolvida nos estudos históricos sobre a sociedade de corte e processo civilizador realizados nos anos 1930, publicados em alemão e posteriormente inglês, francês e português, de modo muito esparso. Especificamente aqui destaco “A Sociedade de Corte” e “O Processo Civilizador” volumes I e II, sendo que estes estudos

¹ Professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (Faculdade de Educação), doutora em Historia (UNICAMP), pós-doutorado em Historia (USP), bolsista Pq/ CNPq.

² Nesta comunicação utilizou-se da tradução em inglês da edição de 1905.

foram elaborados principalmente a partir da investigação de manuais de civilidade e da literatura do século XV ao XIX.

Quem se ocupa com a história da mudança do comportamento dos homens? Afirmando ser este um objeto marginal na História, Lamprecht e Elias desenvolveram problemas de investigação muito semelhantes. Ambos indagaram sobre os mecanismos psíquicos presentes em diferentes culturas, e que se diferenciam de uma época a outra (Lamprecht, 1905) ou ainda como e porque mudam os dispositivos psíquicos ao longo da história da humanidade (Elias 1993 e 1994).

Para estes autores as estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto. Assim também criticaram duramente o modo fragmentado da produção do conhecimento no campo das ciências humanas.

Lamprecht: história cultural como processo psicogenético

Em introdução a primeira conferência publicada no *What is History*, Lamprecht fazia a seguinte afirmação,

Historia é essencialmente uma ciência sócio-psicológica. No conflito entre as antigas e as novas tendências na investigação histórica, a principal questão relaciona-se ao psico-social comparado e contrastado aos fatores psico-individuais, para falar de modo mais genérico, a compreensão de um lado das condições, e de outro, dos heróis, como forças motrizes da história. Assim o novo, progressista e, portanto, ponto de vista agressivo nesta luta é o sócio-psicológico, e devido a esta razão pode ser chamado de moderno³. (Lamprecht, 1905, p. 3)

Estas afirmações tão inusitadas para a época é parte do esforço do autor em justificar as proposições teóricas e metodológicas desenvolvidas no volume I de sua principal obra “História alemã”, e explicar seu método de escrita da história. A tradução para o inglês

³ History is primarily a socio-psychological science. In the conflict between the old and the new tendencies in historical investigation, the main question has to do with social-psychic, as compared and contrasted with individual-psychic factors; or, to speak somewhat generally, the understanding on the one hand of conditions, on the other, of heroes, as the motive powers in the course of history. Hence, the new, progressive and therefore aggressive point of view in this struggle is the socio-psychological, and for that reason it may be termed modern (Lamprecht, 1905, p.3). Esta é uma tradução livre, o texto em inglês é muito truncado, talvez devido à tradução do alemão.

coincidiu com um convite para participação do “Congresso de Artes e Ciências” realizado durante a Exposição Universal de St. Louis (Louisiana, 1904). Lamprecht afirma ainda que outro incentivo para a publicação do livro estava nas publicações recentes de Gottlob Friedrich Lipps (1865-1935) e Wilhelm Wundt (1832-1920), cujos estudos convidavam a uma aplicação suplementar das leis da psicologia na ciência da história.

De acordo com a historiadora Vera Weiler (2010)⁴ Karl Lamprecht formou-se historiador entre os anos de 1874-1879 nas universidades de Gotinga, Leipzig e Munique desenvolvendo vários estudos de história medieval, com interesses em história econômica e social. Em Munique estudou etnografia e história da arte, sendo que a tese de doutorado foi sobre a vida econômica francesa no século XI.

Com apoio financeiro de um empresário continuou suas investigações históricas e em 1888 publicou “A vida econômica alemã na idade média. Um estudo da cultura material do país com base nas fontes da região do Rio Mosel”. Esta pesquisa possibilitou a organização de um grande acervo documental, tendo Lamprecht se dedicado a investigar a organização da propriedade e vida rural da região do Mosel, no período de um milênio. Entre outras questões, quis compreender desde a passagem do nomadismo para o sedentarismo e como a terra passou a ter valor de produção nas tribos germânicas. Possuía amplo conhecimento da idade média alemã, “quando a vida se apresentava cheia de milagres”, e problematizava sobre o abismo em relação à psique da sociedade científica industrial.

Em 1891 iniciou a publicação de “Historia alemã”, obra de 12 volumes (1891-1909), e em 1896, no ensaio “Que é história cultural” expõe seu entendimento sobre este novo campo, e define a história cultural como uma história do desenvolvimento psíquico da humanidade. Tendo utilizado como documento fontes eclesiásticas, literatura e obras de arte alemãs do século X, observou uma grande distância entre a disposição psíquica do século X com a do século XIX. Neste sentido enfatizava a fundamental importância de se investigar as distâncias psíquicas de um mesmo povo entre épocas históricas

⁴ Vera Weiler é historiadora da Universidade Nacional de Colômbia e uma referência nos estudos sobre a trajetória intelectual de Norbert Elias.

diferentes para entendimento da direção e do processo de mudança, ou seja, Lamprecht defendia um método sócio-psicológico para a história.

No *What is history*, detalha sua proposição por meio da seguinte questão: “Em que medida, como e porque tem alterado os dispositivos psíquicos ao longo da história?” Para esta resposta o livro foi organizado em cinco lições, a seguir,

Lição I: Desenvolvimento histórico e características atuais da ciência da história

Lição II Curso geral de história da Alemanha desde um posto de vista psicológico

Lição III: Transição para característica psíquica do alemão do presente; mecanismo universal de períodos de transição psíquica

Lição IV: Psicologia dos períodos de cultura em geral

Lição V: Problemas da história universal

Na lição 1, o autor critica severamente a história política alemã feita de fatos e heróis, ou ainda, escrita a partir da “existência física dos indivíduos”; nas lições 2 e 3 expõe as mudanças dos processos psíquicos do povo alemão; na lição 4 apresenta os comportamentos dominantes observados e que podem ser generalizados, quais sejam: simbolismo (antigos), convencionalismo (idade média), individualismo (renascimento ao iluminismo), subjetivismo (romantismo); na lição 5, entre outros problemas da escrita da história, critica o determinismo econômico do marxismo, afirmando que as mudanças econômicas se dão simultaneamente a mudança dos valores psíquicos e sociais. Nesta obra ele usa a expressão *Kulturzeitalter* para exprimir a existência de coerências no *habitus* mental de um mesmo povo, reforçando sua proposição da escrita da história. Ou seja, a partir de estudos sobre o comportamento psíquico de um povo, as distâncias psíquicas deste comportamento entre um mesmo povo e entre povos diferentes e a direção das mudanças.

Para Lamprecht (1905) a história é fundamentalmente uma ciência sócio-psicológica. Este autor fez crítica à história dos heróis individuais e propõe uma história da sociedade humana baseada em tendências sociais, culturais e psicológicas. No entendimento de Lamprecht o conhecimento do padrão de comportamento de um povo em determinado período pode ser a chave para explicar toda a sociedade, propõe a

psicogênese enquanto método para uma escrita da história sob o ponto de vista psicológico.

Neste contexto, um ano antes, por decisão do Ministério de Cultura e Educação da Saxônia, em 1/14/1909 foi criado o Instituto de Historia Cultural e Universal na Universidade de Leipzig idealizado por Lamprecht, com o seguinte argumento:

A relação entre a historia política, historia da arte e historia econômica seria uma relação de divisão do trabalho e cooperação em função de uma historia geral do desenvolvimento psíquico da humanidade que chamaremos historia cultural (apud Weiler, p. 229)

Segundo Vera Weiler (2010) o instituto foi criado a partir de divergências entre os professores do Seminário Histórico da Universidade de Leipzig desde 1899. Na verdade Lamprecht já apresentava diferenças desde a publicação do primeiro tomo de sua “Historia alemã” em 1891, tendo inclusive esperado ser nomeado como professor catedrático para então publicar. A proposta do instituto era desenvolver estudos para uma historia universal não como historia política, mas toda historia do desenvolvimento cultural da humanidade, com amplo programa de comparações. O enfoque era para investigações sobre as variações na constituição psíquica de distintos grupos humanos, sociedade e épocas da historia, em termos de mudanças sucessivas e superar a dicotomia mal sucedida entre individuo e sociedade, para isto era necessário conhecer os processos psíquicos individuais, a psicogênese⁵. Destaca-se que o instituto reunia vasta biblioteca e oferecia vários cursos com temáticas muito inovadoras para a época. Por exemplo, “Historia social do século XIX, com ênfase na historia do movimento operário alemão”; cursos especiais em três sessões: “Psicogênese, Historia cultural de casos individuais e Historia cultural comparativa”; entre muitos outros (Weiler, 2010).

De acordo com Lamprecht (1905) para a compreensão do passado da humanidade faz-se necessário indagar sobre as mudanças do comportamento humano ou mesmo, o desenvolvimento psíquico da humanidade levando-se em consideração as relações entre processos individuais e processos coletivos do desenvolvimento psicogenético. É esta

⁵ O autor faz referência a Herder (1744-1803), criador da concepção de *folk soul*, Wilhelm Wundt (1832-1920), Feliz Krueger (1874-1948) e Jakob Burckhardt (1818-1897).

perspectiva que ele vai definir como história cultural. Após a morte de Lamprecht em 1915, apesar da reação de Wundt e seus familiares, o instituto foi fechado e seus opositores argumentaram que seus trabalhos não tinham valor científico.

Elias e os processos psicogenéticos e sociogenéticos

O homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico de homem civilizado (...) Como ocorreu realmente essa mudança, esse processo ‘civilizador’ do Ocidente? Em que consistiu? (Elias, 1994, p.13)

Elias propõem dois planos de análise para o estudo da sociedade, a sociogenia e a psicogenia. A especificidade de Elias em relação aos outros autores⁶ que também problematizaram questões a respeito das mudanças psíquicas na história humana, esteve em articular os dois planos históricos genéticos simultaneamente, em sua importante pesquisa sobre o processo civilizador (ELIAS, 1993; 1994) e demonstrar a dinâmica sócio-histórico-psicológica da organização das sociedades humanas. Curiosamente esta proposição teórica e metodológica ainda é muito pouco explorada pelos historiadores, talvez pelo próprio modo como toda a obra de Elias circulou. Como veremos no quadro a seguir, no caso específico de “O Processo Civilizador” houve grande distanciamento temporal para publicação da obra em francês e inglês, também curiosamente o título original que inclui a perspectiva metodológica da investigação psicogênica e sociogênica desaparece, e dá lugar a títulos muito diferenciados.

⁶ Além de Lamprecht, outro autor a dar relevo aos estudos psicológicos e sociológicos foi Karl Manheim (1893-1947), especialmente ao estudar a produção do conhecimento. Na discussão sobre a caracterização da psicologia como campo de conhecimento apresenta a “abordagem psicogenética”. De acordo com Manheim, este ponto de vista enfatiza a “(...) interdependência em contraste com a abordagem mecanicista que se preocupa com a atomização dos elementos da experiência” (MANHEIM, 1976, p. 53). Para este autor o método psicogenético não pode limitar-se a história individual, mas a histórias de vidas interligadas. Ressalta-se que Elias foi assistente de Manheim na Universidade de Frankfurt entre os anos de 1930-1933 (ELIAS, 2001)

Quadro I: Circulação do livro “O processo civilizador” de Norbert Elias

	Manuscrito Alemão	Alemão	Francês	Inglês	Português (Brasil)
“Sobre o processo civilizador: investigações sociogênicas e psicogênicas” volume 1	1935	1939 (Suíça)	1973 “A civilização dos costumes”	1978 “The civilizing process: the history of manners, vol. 1”	1990 “O processo civilizador, volume 1: Uma história dos costumes”
“Sobre o processo civilizador: investigações sociogênicas e psicogênicas” volume 2		1939 (Suíça) 1969 (Alemanha) Com parte II	1975 “A dinâmica do ocidente”	1982 “State Formation and Civilization: the civilizing process, vol 2”	1993 “O processo civilizador, volume 2: Formação do Estado e Civilização”

Fonte: Waizbort (2001)

A principal originalidade do pensamento de Norbert Elias está na proposição de uma ciência social que articule o estudo das alterações do comportamento dos indivíduos (psicogênese) e o estudo das mudanças sociais (sociogênese). Ou seja, na perspectiva de integração da investigação da psicogênese do que constitui o indivíduo na sociedade e da sociogênese de nossa civilização (Elias, 1994, p. 15).

Norbert Elias possuiu trajetória acadêmica totalmente inusitada. Fez estudos de medicina, filosofia e psicologia tendo passado por Heidelberg e convivido com a elite

da sociologia alemã. Somente conseguiu um posto como docente em 1954, aos 57 anos de idade, na Universidade de Leicester, cadeira de sociologia. Acresce-se a isto que grande parte de sua produção somente foi traduzida para o inglês na década de 1970. Na verdade Elias somente teve um reconhecimento mundial a partir desta época, em 1977 recebeu o prêmio Theodor W. Adorno pelo conjunto de sua obra.

Elias pergunta-se sobre como é possível compreender e explicar as mudanças sociais sem uma problematização das mudanças psicológicas dos indivíduos e vice-versa, tendo como premissa principal a concepção da sociedade como figuração de indivíduos e/ou grupos interdependentes. Segundo o sociólogo,

As estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudadas em conjunto. Elas não existem e se movem na realidade com o grau de isolamento presumido pelas pesquisas atuais. Formam, ao lado de outras estruturas, o objeto de uma única ciência humana. (ELIAS, 1994 a, p. 38)

No seu entendimento a sociedade não é um somatório de indivíduos e nem os indivíduos são anteriores e/ou exteriores a sociedade, fundamentalmente,

(...) a relação da identidade- eu ou com a identidade- nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas. Em tribos pequenas e relativamente simples, essa relação é diferente da observada nos Estados industrializados contemporâneos e diferente, na paz, do que se observa nas guerras contemporâneas. Esse conceito faz com que se abram à discussão e a investigação algumas questões da relação entre indivíduo e sociedade que permaneceriam inacessíveis se continuássemos a conceber a pessoa e, portanto a nós mesmos, como um eu destituído de nós .(Elias, 1994a,p.9).

Por outro lado, a sociedade e a organização dos indivíduos em sociedade, não são criações deliberadas nem de forças individuais, nem por forças supra-individuais anônimas e nem por “mentalidades coletivas”. Como então é possível a sua existência? Na perspectiva de Elias a constituição da dinâmica sociedade e indivíduos é relacional, repleta de contradições e tensões, implica em lugar/posição social (propriedade, trabalho, classe, etnia, gênero, geração, instinto, afeto, etc.) em relação de dependência.

Esse é o seu principal conceito, os seres humanos estão ligados uns aos outros por formas específicas de dependências recíprocas, o que ele denomina como figuração, ou

seja, uma formação social de dimensões variáveis (aldeia, classe escolar, jogadores, estado, cidade, nação, família, etc.). Uma figuração pressupõe uma rede de interdependências, e suas variações estão relacionadas às diferentes formas de dependência, ou seja, as cadeias de dependência variam de acordo com a complexidade de cada sociedade, com o seu contexto funcional.

Para Elias, a condição da existência humana é uma condição relacional, ou seja, a presença simultânea de pessoas interdependentes, dessa maneira a individualidade só é possível para pessoas que crescem em um grupo, em uma sociedade. As formações sociais se produzem historicamente pela existência de redes de dependência e interdependência humanas individuais e/ou grupais. Sua principal problematização é como e por que os indivíduos estão relacionados entre si e constituem figurações dinâmicas específicas? A sua proposição conceitual objetiva, portanto identificar e compreender as diferentes formações sociais constituídas ao longo dos séculos.

Uma sociedade é, pois uma figuração de funções interdependentes cuja estrutura e padrão conferem seu caráter específico, a função dos indivíduos somente é formada e mantida em relação às outras funções, para captar o seu entendimento faz-se necessário investigar as estruturas e as tensões específicas de cada contexto. Quanto mais complexas forem as funções e a divisão do trabalho em uma sociedade mais forte são as relações de interdependência e a necessidade dos indivíduos de desfazerem de suas inclinações impulsivas.

Elias afirma que há uma inerradicável vinculação entre os controles individuais e os controles do outro de maneira a possibilitar a permanência de relações funcionais entre os seres humanos ao que ele denomina de economia das pulsões. As relações de interdependência constituidoras de uma figuração são relações de poder e controle, quanto maiores forem a divisão e especialização das funções, maior é a interdependência e as tensões que por sua vez são geradoras de mudanças no seu equilíbrio de forças. Os monopólios estão na origem destas relações e de acordo com a intensidade destas tensões, geram-se mudanças estruturais na sociedade, altera-se o equilíbrio de tensões, o que Elias denomina como força reticular que no curso da história “alterou a forma e qualidade do comportamento humano, bem como toda

regulação psíquica do comportamento, impelindo os homens em direção a civilização.”
(Elias, 1994a, p.45)

Considerações finais:

No prefácio datado de 1936 do volume I de “O processo civilizador”, Elias explicita seu objetivo de investigar o processo psíquico civilizador por meio de pesquisa empírica da mudança do comportamento humano e buscar regularidades controladas. Assim afirma, “As pesquisas sociogenéticas e psicogenéticas propõem-se a revelar a ordem subjacente às mudanças históricas, sua mecânica e mecanismos concretos (...)” (Elias, 1994, p. 17).

Em toda a sua obra Elias não cita Lamprecht, ainda que a prática de citação de autores é sempre problemática em suas obras. Contudo não há dúvida de que ele compartilhou a mesma concepção sobre a constituição psíquica dos homens num processo histórico observável. Por sua vez, é evidente o avanço de Elias em relação às proposições de Lamprecht seja pela rigorosa pesquisa empírica, seja pela originalidade como analisa as relações humanas como dinâmicas de interdependência, relações de poder e tensão que promovem permanente mudança individual e social. Contudo este autor ainda é muito pouco explorado pela historiografia de modo geral no que se refere à proposição de seu método de escrita da história.

Bibliografia

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 2: formação do estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994 a.

_____. *A Sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LAMPRECHT, Karl. *What is History? Five lectures on the modern science of History*.

London: Macmillan & Co, Ltd., 1905

VEIGA, Cynthia Greive. Pensando com Elias as relações entre Sociologia História da Educação. In FARIA FILHO, Lucinao Mendes de. *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo horizonte: Autentica, 2005.

WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo:EDUSP, 2001

WEILER, Vera. La version psicogenetica de la Historia cultural. A propósito de los cien años del Instituto de Historia Cultural y Universal em Leipzig. Anuario colombiano de Historia social y de la cultura. Vol. 37, n. 1, 2010

História da Educação: Aproximações e Distanciamentos na Educação de Alemanha e Brasil 1933-1940

Michelle Mattar Pereira de Oliveira¹

A pesquisa em História da educação nos proporciona entrar em contato com diversas modalidades educacionais tais como o estudo do currículo em vigência, cotidiano escolar, leis aplicadas em um determinado período, estudo de uma determinada instituição escolar, estudo de uma determinada classe na escola e também o estudo histórico educacional comparado.

O presente trabalho pretende caracterizar o cotidiano escolar na Alemanha, sob o terceiro Reich, e no Brasil de grupos escolares, o período delimitado para tal pesquisa é entre os anos de 1933 a 1940. Justifica-se pelo embasamento ideológico nazista na Alemanha e no Brasil pelo desenvolvimento de novas prescrições pedagógicas.

A organização educacional na Alemanha, em um primeiro momento, deu-se pelo estudo da ciência racial, ou aprendizado por seleção, o racismo ganhava todas as disciplinas e o objetivo de todo ensino nacional-socialista consistia na fidelidade integral a *Führer*, era assim que a escola se transformava em um lugar de aprendizado e de discriminação.

No Brasil, a legislação da escola pública primária estabelecia a gratuidade e a instrução laica, mas não obrigatória, a adoção por grupo escolar ou escola seriada permitia a centralização na formação do povo brasileiro. O grupo escolar apresentava como um de seus objetivos, a reforma social através da ação pedagógica. O desenvolvimento de novas prescrições pedagógicas destacou-se pelo desenvolvimento de ideias eugenistas e higienistas.

O objetivo deste trabalho é o de verificar qual a relação que a história da educação no Brasil tem com a Alemanha no período de 1933 a 1940. Para isso serão utilizados, em especial, dois textos, o de Cynthia Greive Veiga “República e educação no Brasil”, o qual estuda as organizações educacionais no Brasil, e o de Eric Michaud

¹ Graduada no curso de História pelo Instituto de História da UFU-Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda em Educação na linha de História e Historiografia da Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CAPES-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

“Soldados de uma Ideia”- Os jovens sob o terceiro Reich” que caracteriza o aprendizado de jovens no terceiro Reich.

A problemática que pretendemos resolver é de verificar como o distanciamento ou a aproximação na educação de ambos os países contribuíram para a formação da Nação e dos costumes destas tais como conhecemos hoje.

O trabalho será dividido em três partes, na primeira caracterizaremos a educação na Alemanha, na segunda parte caracterizaremos a educação no Brasil e na terceira parte faremos a comparação de ambos os países.

OBEDIÊNCIA E RACISMO: O SOLDADO DE UMA IDEIA NOVA.

A educação instituída na Alemanha entre os anos 1927 até em torno de 1940, deu-se pela exaltação do nacionalismo e pela seleção racial².

O professorado era orientado a exercitar no aluno a distinção entre judeus e arianos, nesse sentido a cultura de estatização da educação crescia cada vez mais trazendo a repressão e a estratégias de manipulação no sistema educacional.

A partir do momento em que se admitia que “a ciência, como qualquer outro produto da humanidade, é racial e condicionada pelo sangue”, tornava-se evidente que a *Weltanschauung* nazista devia impregnar cada ensinamento para acostumar o aluno a distinguir o que era útil à sua “raça” daquilo que a ameaçava. Mesmo a aprendizagem do cálculo podia mesclar-se intimamente ao aprendizado da seleção racial [...] (MICHAUD, 1996: 293).

Podemos verificar com a citação anterior que a escola tornou-se um espaço onde o Estado poderia deixar sua marca, a “manutenção” da “pureza da raça” deveria ser exposta em cada disciplina ao aluno, como é o caso da matemática, como no trecho a seguir um problema matemático colocado a alunos da escola primária de *Volksschule*: “Os judeus na Alemanha são de raça estrangeira. Em 1933, o Reich alemão contava 66 060 000 habitantes. Entre ele havia 499 682 judeus praticantes. Qual a porcentagem representavam eles?” (E. Mann apud MICHAUD, 1996: 293).

A marginalização do judeu ocorria principalmente no conteúdo curricular; o dever do professorado era que a criança, ao ser aprovada pelas séries do ensino primário, deveria identificar na sociedade quem tinha o “sangue puro” na visão nazista. Além disso, o currículo dava ênfase ao treinamento físico, ao esporte e à ciência racial.

² A seleção racial deve ser entendida pela discriminação principalmente do judeu, mas toda e qualquer raça que se divergia da ideia de arianismo se tornava uma ameaça para o governo nacionalista.

Após o ensino primário, os anos escolares posteriores foram também tomados pelo totalitarismo; no terceiro Reich o aluno era obrigado a provar submissão a Hitler. No início de cada aula os alunos e os professores se cumprimentavam com a saudação “*Heil Hitler*” que significa “Viva Hitler”. Nas salas de aula os ornamentos básicos eram a bandeira nazista e o retrato de Hitler. Os professores iam dar aulas com vestimentas específicas tal com símbolo da suástica invertida costurada na roupa. O professor e o aluno que não seguiam essas regras estabelecidas pelo governo nazista eram denunciados e punidos (MICHAUD, 1996).

No século XX a juventude chamou atenção dos governantes pelo alto número de pessoas, por sua vitalidade e pela submissão ao regime nazista, acreditava-se que os governantes de época deveriam educar a juventude para que esta posteriormente pudesse manter a ideologia nazista viva.

A propaganda e a doutrinação nazista buscava incentivar os jovens a construir um exército submisso de jovens radicais, prontos a servirem os desejos do *Führer*. “As Juventudes Hitleristas deviam ser, segundo seus dirigentes, as verdadeiras “escolas da nação”. De fato, tinham por função não apenas suplantar a escola e a família em suas tarefas educativas, mas também iniciar um processo de “educação permanente” (MICHAUD, 1996: 297). O alistamento para o exército da juventude hitlerista ocorria quando se completava dez anos de idade, e, para ser aprovado o menino precisava passar por uma série de provas como é mostrado posteriormente:

O alistamento fazia-se na idade de dez anos: o *Pfimpf* (“garoto”), depois de haver passado por certas provas esportivas, entrava no *Deutsche Jungvolk* (DJ: “jovem povo alemão”) por um período de quatro anos, ao longo do qual o acompanhava uma caderneta indicando seus progressos físicos e ideológicos. A cerimônia acontecia todos os anos, no dia do aniversário de Hitler (20 de abril), a fim de que cada um soubesse que “pertencia a *Führer*”. O menino prestava juramento por ocasião de uma “consagração da bandeira” (MICHAUD, 1996: 299-300).

A consagração da bandeira era considerada a verdadeira educação na juventude da Alemanha, iniciava-se com a identificação ao retrato ideal, e Hitler, que era representado como modelo.

Em presença deste estandarte de sangue, que representa nosso *Führer*, juro consagrar toda minha energia e toda minha força ao Salvador de nosso país, Adolf Hitler. Estou pronto a dar minha vida por ele, e confio-me a Deus (W.SHIRER Apud MICHAUD, 1996: 300).

O exército submisso de jovens radicais cantava, marchava e sabiam se defender dos problemas que os amedrontavam. Seguir a Juventude Hitlerista significava para crianças de 10 anos de idade corresponder ao desejo de seu *Führer*.

A educação na juventude alemã mantinha a ideologia nazista presente em todas as fases da vida cotidiana, pois o aluno era mantenedor da ordem nazista. Era educado para denunciar mestres que não seguiam o regime nazista, excluir a comunidade judaica de seu convívio social, e seguir a ditadura imposta por Adolf Hitler.

REPÚBLICA: ORGANIZAÇÃO ESCOLAR, HIGIENISMO, EUGENIA E CIVISMO.

No Brasil, na primeira metade do período republicano o governo verifica uma preocupação quanto à expansão das cadeiras de primeiras letras, e a partir desta expansão poderia nortear uma reforma no ensino brasileiro para que assim autoridades responsáveis pudessem combater um dos grandes males, o analfabetismo.

Na segunda metade do período republicano verificava-se que a primeira providência do novo governo foi criar, ainda em 1930, o Ministério da Educação. O objetivo principal desse Ministério era o de unificar as políticas de ensino dos Estados para integrar o sistema educacional de todo o Brasil.

A ideia de expansão de ensino de primeiras letras no Brasil desenvolve com apoio de governantes de cada estado preocupados com a organização do sistema de ensino. Os grupos escolares surgem nesse cenário e tem prioridade na construção da identidade escolar e do fortalecimento da imagem positiva da escola.

É nessa concepção que surge o Grupo Escolar como uma instituição que condensa a modernidade pedagógica, valorizando o ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, bem como o uso de métodos pedagógicos modernos (método intuitivo e método analítico de ensino da leitura) (BERGER, [1920?]: 2).

No primeiro ano da Era Vargas, 1930, ocorreram uma série de regulamentos no ensino em todo o Brasil, a educação elementar passou a ser dividida em fundamental, ginásial e supletiva.

O ensino fundamental atingia crianças de 7 a 12 anos e a duração do curso era de quatro anos. Para serem aprovados para o nível ginásial os alunos teriam que passar por um exame de admissão. Crianças acima de 13 anos e adultos eram obrigados a cursar o supletivo, com um ritmo mais rápido no aprendizado o adulto cumpria o papel

do ensino fundamental e ginásial juntos. Houve reformulação no ensino médio também, as disciplinas ensinadas passaram a ter um papel de fornecer a cultura geral e preparar o aluno para o vestibular. A educação se ocupava em desenvolver a personalidade e a cultura do indivíduo, preparando-o para a vida familiar e para o trabalho.

A reordenação da população brasileira através da educação introduzia também novos hábitos, expandia sua ideia não somente com a formação do indivíduo, mas também com o estabelecimento de ideias civilizacionistas que partiam do higienismo escolar.

Os princípios médicos e higienistas tiveram uma forte caracterização moralista. Eram pautados pela associação entre as condições higiênicas de vida e de moradia dos pobres e a condição moral. Para esses técnicos, em meio a essa população tudo denotava anormalidade social – os lazes, a resistência ao trabalho, e a ignorância. Como consequência, desenvolviam-se os vícios, a prostituição e a “vagabundagem”. Buscou-se então a integração dos pobres aos valores burgueses, tendo como referência o trabalho, o lar e a escola, valores esses necessários para seu saneamento moral (VEIGA, 2007: 260).

Outro ponto que merece destaque no desenvolvimento de elementos escolares e sociais para um bom funcionamento da educação brasileira é a ideia de branqueamento da população, colocadas por alguns eugenistas. A mestiçagem foi interpretada como um fator degenerativo da população brasileira e cogitava-se a hipótese de “melhoramento” da raça.

Alguns eugenistas preconizavam o melhoramento da raça por meio de várias medidas, desde o branqueamento, a ser favorecido por regras de cruzamento étnico e exame pré-nupcial para detectar heranças hereditárias, até a esterilização de portadores de males hereditários (VEIGA, 2007: 261).

A difusão de concepções de eugenistas³ e higienistas tomava as disciplinas e o cotidiano escolar, produziu uma identidade fundada na hierarquia racial, colocando o negro com uma capacidade inferior de aprendizagem do que o branco e o mestiço. A educabilidade dependia do cruzamento de raças, quando presentes em propagandas e jornais o negro e o mestiço apresentavam papel secundário.

A tentativa de introduzir na escola um procedimento de homogeneização cultural se fez às custas da negação dos valores étnicos e da cultura de grande parte da população brasileira. Acreditava-se que a heterogeneidade racial brasileira era um problema para o avanço escolar, pois atrapalhava na formação do cidadão brasileiro,

³ Vem de Eugenia: S. f. Ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana (FERREIRA, 1995: 281).

essa ideia nasce da divulgação de valores europeus de civilização. O homem branco e intelectual não cabia aos padrões brasileiros, o povo brasileiro além de mestiço era um povo disperso, com vícios políticos e sociais (KEHL, 1929).

O comportamento embutido no discurso republicano pautava, sobretudo no branqueamento de raça ou hierarquia racial, na centralização do discurso político focado no desenvolvimento do país. Contava também com a colaboração de professores no ambiente escolar que passavam a mensagem ao aluno de acordo com os procedimentos do Governo de Getúlio Vargas.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO NA EDUCAÇÃO DA ALEMANHA E NO BRASIL

Ao longo do texto podemos perceber que as duas nações (Alemanha e Brasil) tinham um ideal de desenvolvimento nacional baseado na educação de crianças e jovens. O objetivo principal para a formação de uma nação era o crescimento educacional e intelectual de cada país.

A opção por hierarquia racial pode ser vista nas duas nações, na Alemanha com o ensino voltado na discriminação principalmente do povo judeu e no Brasil com a discriminação de mestiços e principalmente do negro.

As disciplinas ensinadas em cada país atendiam a exigências do governo e a política instituída no período de 1930-1940 em ambos os países trabalhavam na construção de um Estado baseado em preceitos nacionalistas e de caráter totalitarista.

Um ponto que merece ser destacado é que na Alemanha a preocupação maior era a de que o aluno deveria atender a vontade de seu *Führer* dedicando cada passo que dava na escola e na vida social para o crescimento de seu país como nação. Podemos perceber que eram educados e manipulados com preconceito agindo assim tanto na escola como na vida social.

No Brasil uma das principais preocupações governamentais era a de atingir o máximo da população brasileira com mudanças educacionais, já que 62% da população brasileira entre os anos 1930-1940 fazia parte da porcentagem de analfabetos “Em 1930, 62% da população brasileira era analfabeta. A taxa caiu para 56% em 1940 e para 50% em 1950” (FIGUEIREDO, 2011).

O branqueamento populacional e a hierarquia de raça eram discutidos e aplicados no cotidiano escolar brasileiro, já no alemão a

hierarquia de raça era a base para o desenvolvimento intelectual de meninos nas primeiras séries do ensino fundamental.

Outro ponto que merece ser destacado é o higienismo brasileiro, autoridades governamentais acreditavam que um dos problemas do Brasil na educação era de sanitarismo. As políticas sanitaristas na educação brasileira apresentavam-se como caráter preventivo às práticas de intervenção médica na escola.

Na Alemanha, a preocupação com o analfabetismo não era uma das principais características, o que preocupava o governo alemão era o alto índice inflacionário que elevava o índice de desemprego.

Porém, ao longo dos anos o governo conseguiu se reerguer com planos econômicos que não só levantaram a economia alemã, mas também abaixaram o índice de desemprego (COUTO; HACKL, 2007).

O importante é salientar que mesmo com realidades sociais diferentes a educação instituída nas décadas de 1930-1940 na Alemanha e no Brasil se aproximavam, principalmente pelo fato das duas nações enxergarem o espaço escolar como um alicerce fundamental para colocar em prática o projeto de desenvolvimento de cada país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tanto na Alemanha quanto no Brasil pertence a um determinado período histórico, o próprio contexto pode favorecer, ou não sua difusão e aceitação. No auge do nacionalismo com ênfase na construção da nação os movimentos totalitaristas enfatizam o papel do aluno como sujeito de transformação social e o papel do professor como facilitador desta transformação.

O conhecimento através de uma autoridade maior foi imposto aos educandos como um alicerce fundamental para luta contra a expansão do judaísmo na Alemanha. No Brasil essa autoridade serviu para o reconhecimento de problemas ligados a área de saúde como é o caso do higienismo escolar, além disso, o cenário educacional ainda estava em um processo de desenvolvimento, já que a preocupação inicial era a de diminuir o número de analfabetos brasileiros. A ideia de educação para o Brasil se

baseava na projeção e execução de novas leis na educação para tornar o ensino abrangente a comunidades que não atingiam antes.

O interesse do Estado em parceria com escolas, tanto no Brasil quanto na Alemanha, deve ser considerado nos seguintes aspectos: envolvimento do corpo administrativo em questões sociais para melhoria do analfabetismo, da expansão do judaísmo e do higienismo escolar; incentivo pelo corpo docente à criança para que esta leve a ideia estatal-escolar para incentivar a família a mesma ação; e por fim, estímulo de parceria para luta da construção da nação desenvolvida pelo Estado, escola e família.

Dessa forma, cabe a nos estudiosos no assunto avaliarmos os equívocos na compreensão e aplicação dessas práticas já que o Estado se mostra envolvido nessas questões sociais com um interesse maior de manipulação social.

REFERÊNCIAS

BERGER, Miguel André. O GRUPO ESCOLAR NA SOCIEDADE ALAGOANA: OBJETO ESQUECIDO OU AUSENTE?. In: EPEAL, 5., 2013, Tiradentes-se. **Pesquisa em Educação: desenvolvimento, ética e responsabilidade social..** Alagoas: Sem, 2013. p. 1 - 11. Disponível em: <<http://dmd2.webfactional.com/media/anais/O-GRUPO-ESCOLAR-NA-SOCIEDADE-ALAGOANA-OBJETO-ESQUECIDO-OU-AUSENTE.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2013.

CACCIA-BAVA, Augusto. Juventude sobre pressão: um fórum Alemão e uma obra de Octavio Ianni. **Segurança Urbana e Juventude**, Araraquara, v.3, n.2, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/3694/3454>> Acesso: 3 jul 2013.

COUTO, Joaquim Miguel e HACKL, Gilberto. Hjalmar Schacht e a economia alemã (1920-1950). **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 3 (31), p. 311-341, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n3/02.pdf>>Acesso: 11 jul de 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. J.E.M.M. EDITORES, LTDA.-1988.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Entrevista com José Carlos Amarante, membro do NEST/UFF, por Marcone Formiga e Rebeca Oliveira Publicada em 09 a 15/Abril/2011 na Revista Semanal Brasília em Dia– Ano 14 — nº 738, In: **Instituto de Estudos Estratégicos – IEE**. Disponível em: <http://www.inest.uff.br/index.php/opinioes/106_opinioes/economia/191-como-o-brasil-se-desenvolveu?showall=1&limitstart=>>Acesso: 06 jul 2013.

MICHAUD, Eric. (1996), Trad. De Paulo Neves, Nilson Moulin e Maria Lucia Machado. "Soldados de uma idéia: os jovens sob o terceiro Reich", in L. Giovanni e J-C

Schmitt (orgs.), **História dos jovens**. Parte 2. São Paulo, Companhia das Letras, p. 291-317.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**, 1958 – São Paulo: Ática, 2007.

Historicidade e Diacronia: A disposição hermenêutica do projeto teórico de Quentin Skinner

Gabriel Barroso Vertulli Carneiro*

Introdução:

“And the historian’s own point of view is not constant. The world he perceives is a world perpetually changing.”
(Collingwood)

“The history of thought should be viewed not as series of attempts to answer a canonical set of questions, but as a sequence of episodes in which the questions as well as the answers have frequently changed.”
(Skinner)

Quentin Skinner é considerado um dos personagens mais importantes da historiografia intelectual da atualidade, logo, muitos artigos foram escritos sobre a sua abordagem teórico-metodológica. Pode-se dizer que Kari Palonen, Melvin Richter e James Tully, e no Brasil, Marcelo Jasmin e João Feres Júnior, são os principais nomes no que diz respeito à análise do programa skinneriano.

Contudo, mesmo reconhecida a importância de Skinner para o labor historiográfico atual, é possível afirmar que a única exposição mais detalhada das suposições heurísticas skinnerianas direcionadas à teoria da história é o livro de Kari Palonen, intitulado “*Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*”. Neste livro, Palonen traça o percurso intelectual de Skinner desde o começo dos anos sessenta até o presente. O livro de Palonen é, sem dúvida, um dos principais guias para a apreciação crítica da obra de Skinner e também um dos caminhos mais curtos para mapear as suas principais referências teóricas.

Por sua vez, James Tully foi o editor do importante livro que leva o nome “*Meaning and Context: Quentin Skinner and his Critics*”. Este livro reúne vários artigos críticos ao programa do historiador inglês, logo, é um dos principais instrumentos para analisar a recepção da obra de Skinner – em especial os trabalhos compreendidos nas décadas de setenta e oitenta.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Não obstante, é importante deixar claro: ainda não existem estudos que articulem de maneira minuciosa os usos da filosofia de R. G. Collingwood na teoria da história de Quentin Skinner. Não há nenhum trabalho que analise pormenorizadamente como Skinner se apropriou ou por que era interessante Skinner usar os pressupostos collingwoodianos. Na verdade, os comentadores e críticos de Skinner limitam-se em fazer um rápido comentário ou a escrever uma nota de rodapé para evocar a importância dos escritos de Collingwood para o desenvolvimento do projeto skinneriano, sem esboçar nenhum aprofundamento ou problematização de qualquer gênero.

Nas páginas que seguem, pretendo dar “o ponta pé inicial” no estudo da importância de Collingwood para o projeto de Skinner. O presente texto é uma espécie de proêmio da dissertação de mestrado que iniciei esse ano – e, cabe agora ressaltar, uma das minhas questões centrais é: como a análise dos usos de Collingwood feitos por Skinner auxiliam no entendimento do programa skinneriano como um empreendimento hermenêutico?¹

Antes de entrar mais profundamente nessa questão, é relevante ressaltar que, tirando algumas exceções, a maioria dos autores que analisam os trabalhos de Quentin Skinner não fogem muito do que já fez Gordon J. Schochet em 1974. Schochet, em um artigo intitulado: “*Quentin Skinner’s Method*”, separa o trabalho de Skinner em três categorias: 1) Trabalhos relacionados à filosofia da linguagem que discutem os significados dos atos discursivos (ou atos de fala); 2) Trabalhos metodológicos sobre como os significados dos textos históricos devem ser compreendidos; e, por fim, 3) Trabalhos historiográficos centrados, basicamente, no século XVII inglês (SCHOCHET, 1974: p. 263-264).

Pode-se dizer que essa divisão de Gordon Schochet é uma boa síntese. No entanto, é possível argumentar que ela é um pouco pragmática e hermética e, dessa forma, acaba por impedir a visualização do empreendimento de Skinner como um todo. Em certo sentido, esta divisão engessada impede a percepção do programa skinneriano como uma reflexão em transformação orientada pelo diálogo. Em outras palavras, a estruturação de Schochet inviabiliza a percepção do projeto de Skinner como um empreendimento hermenêutico.

¹ Minha pesquisa ainda está em um estágio introdutório, por isso não tenho a ambição de esgotar essa questão no presente texto, pretendo apenas indicar algumas ferramentas para trabalhar essa questão.

Os primeiros passos para se perceber que o programa skinneriano pode ser entendido como um empreendimento hermenêutico são: ter em mente que este programa é uma reflexão teórica em movimento², uma dinâmica fundada no dialogismo e na diacronia, mas, acima de tudo, uma teoria da interpretação edificada a partir da percepção da historicidade dos textos.

Nesse sentido, em contraponto a perspectiva de Shochet, a concepção de James Tully seria muito mais apropriada. Segundo Tully, seria um erro dividir os escritos de Skinner em diferentes categorias uma vez que o programa teórico e os trabalhos historiográficos de Skinner são interdependentes:

I want to underline the point that Skinner's work in the philosophy of social science or method has always been informed by his historical research and vice versa. Like the late Michel Foucault, in the comparable position at the Collège de France, Skinner has made major contributions in both social theory and history, and the achievement in each field is the result of research in both. (TULLY, 1988: p.16)

Essa interdependência entre os escritos teóricos e os trabalhos historiográficos de Skinner é fulcral para perceber a dinâmica do projeto skinneriano. Nas palavras acima, fica claro que Tully rebate as recorrentes críticas a Skinner sobre o desvio que existiria entre seus trabalhos historiográficos e seus trabalhos voltados para a teoria e metodologia da história. Muitos de seus críticos argumentam que Skinner propõe um modelo de como escrever história intelectual, porém, acaba por realizar um empreendimento muito diferente do que ele próprio considera aceitável.

Contudo, corroborando as palavras de Tully, considero que a leitura dos textos historiográficos de Skinner sem o conhecimento de suas premissas teóricas (e vice-versa), acabam por resultar em uma análise muito rudimentar da reflexão skinneriana. Não obstante, argumentar sobre essa crítica recorrente ao trabalho de Skinner não é o objetivo do presente texto. O que objetivo neste texto, como já dito, é indicar algumas ferramentas para aclarar a

² O programa skinneriano para a história intelectual não é estático. Assim, a dinâmica inerente à reflexão teórica de Skinner faz de seu programa teórico-metodológico um projeto hermenêutico orientado pelo diálogo. É justamente em decorrência dos diálogos com seus críticos que Skinner rejeita sua tese inicial de que a intencionalidade autoral seria fulcral para recuperar o significado de um texto e abandona sua polêmica afirmação de que uma história dos conceitos não seria possível.

dinâmica da reflexão teórica de Skinner com a intenção de apresentá-la como um empreendimento hermenêutico. Doravante, argumentarei justamente sobre esse ponto.

A percepção da historicidade e o problema da interpretação dos textos históricos:

Pode até parecer um pouco inusitado apresentar o projeto skinneriano como um empreendimento hermenêutico, visto que muitos críticos de Skinner são tributários da hermenêutica filosófica de Gadamer. Além disso, não se pode esquecer que é recorrente a diferenciação entre a abordagem de Skinner e a história dos conceitos de Reinhart Koselleck como aquela sendo predominantemente sincrônica e a última diacrônica. Tal fato se daria em função de Koselleck estar em diálogo com uma tradição hermenêutica e Skinner não:

A Begriffsgeschichte [a história dos conceitos alemã] é herdeira de uma tradição acadêmica, que praticamente inventou a hermenêutica moderna e que vem pensando o problema da história e da historicidade da experiência humana literalmente há séculos. (JASMIN & JÚNIOR, 2006: p. 14)

Dessa forma, ao se debruçar sobre o problema da historicidade, pode-se afirmar que a história dos conceitos de Reinhart Koselleck privilegia a análise diacrônica. Nesse sentido, se comparada ao projeto de Skinner, a *Begriffsgeschichte* “adquire traços de dinamismo histórico e acentos hermenêuticos que parecem estar ausentes, ou são muito tênues, nas proposições fundadoras das perspectivas do contextualismo linguístico de corte collingwoodiano.” (JASMIN & JÚNIOR, 2006: p. 23)

Ainda comparando os modelos de Koselleck e Skinner, Kari Palonen observa:

A principal diferença entre suas posições, e que poderia ser formulada em termos skinnerianos, é que Koselleck partilha a posição hermenêutica tradicional interessada no sentido dos conceitos, enquanto Skinner está mais interessado na ação linguística relacionada ao uso dos conceitos. Ou, como Koselleck às vezes coloca, trata-se da

diferença entre a dimensão semântica e a pragmática dos conceitos. (PALONEN, 2006: p. 129)³.

No entanto, Skinner demonstra claramente que não está alheio à tradição hermenêutica em seu artigo intitulado “*Hermeneutics and the Role of History*”. Muito pelo contrário, ele manifesta uma nítida preocupação com a fundamentação de uma análise não apenas sincrônica, mas também diacronicamente apropriada. Ademais, o próprio Koselleck argumenta que Skinner “é um historiador muito especializado no terreno da história hermenêutica” (KOSELLECK, 2006: p. 148)⁴. Além disso, é de extrema relevância ressaltar que, como nos lembra João Feres Júnior, o próprio Skinner intitulou seu projeto como um empreendimento hermenêutico:

Skinner às vezes chama seu trabalho de hermenêutica, termo de origem grega que reapareceu na academia alemã durante a primeira metade do século XIX, nos meios dedicados ao estudo da interpretação do texto bíblico. De tecnologia de interpretação textual, a hermenêutica ganhou importância filosófica, primeiro como método por excelência das ciências humanas, com Wilhelm Dilthey, e, depois, como atributo principal da condição do homem como um ser cultural, com Martin Heidegger e Joan Stambaugh e Hans-Georg Gadamer. A escolha do termo por Skinner não deixa de ser irônica dado que muitos autores se baseiam exatamente na hermenêutica filosófica para criticar seu projeto. (JÚNIOR, 2005: p. 663)

Na esteira desse argumento, cabe aqui perguntar: por que os gadamerianos criticam a teoria da história de Skinner? Em linhas gerais, a diferença entre Skinner e Gadamer é que cada um atribui possibilidades diferentes ao que se pode entender por historicidade. Skinner se posiciona de forma “contextualista”, isto é, para ele a compreensão de um texto perpassa o problema da intencionalidade autoral e, dessa forma, ele entende que a percepção da historicidade – ou seja, o entendimento de que não existem ideias perenes no âmbito da teoria política – constitui o primeiro passo fundamental para qualquer labor historiográfico adequado. Gadamer, por outro lado, defende que a interpretação dos textos está alheia à compreensão das intenções do autor e que o reconhecimento da historicidade de qualquer

³ Esta fala de Kari Palonen é uma entrevista e está presente no livro organizado por Marcelo Jasmin e João Feres Júnior.

⁴ Este argumento também é tirado de uma entrevista. Essa afirmação de Koselleck está presente no mesmo livro citado na nota anterior.

manifestação humana constitui um entrave, e não o primeiro passo, para o labor historiográfico produzir conhecimento objetivo do passado.

Mas – retornando a uma das indagações que compõem meu objeto de pesquisa – como a análise dos elos entre Quentin Skinner e R. G. Collingwood poderiam ajudar a demonstrar os acentos hermenêuticos do programa de Skinner? Bom, é do conhecimento geral que os escritos de Collingwood manifestam uma clara herança da dialética hegeliana, e que esta constitui um dos traços fundamentais do arcabouço teórico da hermenêutica contemporânea de corte gadameriano. A partir da leitura dos trabalhos de Collingwood, é possível perceber que o filósofo inglês estava atento não apenas aos escritos de Hegel, mas à tradição filosófica alemã de modo geral.

O capítulo “*Question and Answer*” (“pergunta e resposta”) da “Autobiografia” de Collingwood é a base para a argumentação daqueles que pretendem demonstrar aspectos hermenêuticos na filosofia de Collingwood. Esse texto é também um dos mais citados por Skinner nos artigos em que o historiador inglês desenvolve seu programa teórico metodológico. Em síntese, está mapeado o caminho para demonstrar como os elos entre Skinner e Collingwood podem aclarar os acentos hermenêuticos da abordagem collingwoodiana desenvolvida por Skinner: a partir da análise de como Skinner se apropriou da “lógica da pergunta e resposta” desenvolvida por Collingwood e como essa “lógica” está intimamente relacionada ao problema da historicidade – conceito este muito caro para a hermenêutica moderna⁵.

Tanto Gadamer quanto Skinner analisam a “lógica da pergunta e resposta” de Collingwood. Gadamer dedica uma parte de seu famoso livro “Verdade e Método” para expor sua análise da “lógica da pergunta e resposta”. Por sua vez, Skinner, como já dito, cita Collingwood em diversos momentos de seus trabalhos. Visando dar um bom exemplo da importância dessa “lógica” para Skinner – e como esse escrito de Collingwood enseja acentos hermenêuticos no programa do historiador inglês – reproduzo aqui as seguintes palavras de Skinner:

⁵ Segundo Richard Palmer, “a moderna hermenêutica encontra a sua fundamentação teórica na historicidade”. (PALMER, 2006: p. 128)

Ainda me recordo de quão impressionado fiquei ao ler pela primeira vez a *Autobiografia* de R. G. Collingwood, onde ele afirma que a história de todas as ramificações da filosofia carece de um objeto estável, na medida em que as perguntas bem como as respostas mudam continuamente. (SKINNER, 1999: p. 84)

Na passagem acima, Skinner está se referindo claramente a “lógica da pergunta e resposta”. Mas, obviamente é importante perguntar: o que seria essa “lógica da pergunta e resposta”? Para Collingwood, essa “lógica” seria um princípio de historicização dos textos. Segundo o filósofo inglês, pensar a partir da “lógica da pergunta e resposta” significa, grosso modo, pensar historicamente (COLLINGWOOD, 2002, p. 58). Nesse sentido, Collingwood argumenta que, ao se debruçar sobre um texto, o leitor deve indagar: “para que questão esse texto constitui uma resposta?”. Collingwood afirma que essa pergunta é uma pergunta de caráter histórico e, logo, só pode ser colocada a partir de procedimentos históricos. Essa “lógica” se apresenta como uma forma para se interpretar textos históricos a partir da percepção da sua historicidade e da constatação que as ramificações da filosofia, e da vida intelectual de uma maneira geral, carecem de um objeto estável – ou seja, uma análise que privilegia a diacronia por pensar os textos como respostas a perguntas específicas (usando assim o “dialogismo” como uma espécie de ferramenta heurística).

Essa “lógica”, ou esse “princípio de historicização dos textos”, é um dos pilares teóricos de Skinner, cabe assim ressaltar: é principalmente em função deste princípio que ele denomina o seu programa como sendo uma *collingwoodian approach* (“abordagem collingwoodiana”).

Ao comentar sobre os filósofos e historiadores intelectuais simpáticos à causa collingwoodiana, Skinner escreve:

If these scholars have anything methodologically in common, it might be summarized as a desire to stress the historicity of the history of political theory and of intellectual history more generally. Collingwood himself expressed this commitment by demanding that we should aim to recover the precise questions to which the philosophical texts we study were designed as answers. (SKINNER, 2001: p. 176-177).

A passagem acima ilustra de forma clara os elos entre a percepção da historicidade e a “lógica da pergunta e resposta” formulada por Collingwood. Pode-se dizer que, dessa forma,

fica mais fácil apontar os acentos hermenêuticos presentes na perspectiva skinneriana. Nesse sentido, as palavras de Louis O. Mink se mostram muito proíficas para corroborar a minha argumentação, pois ele se refere à “lógica da pergunta e resposta” como uma teoria hermenêutica por excelência. Em seu livro intitulado “*Mind, History and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood*”, Mink escreve:

His [Collingwood] question – in its most general terms – was: What are the generic features of the process by which we can correctly interpret the meaning of statements? [...] The Logic of Question and Answer is not a theory of logic at all, in any ordinary sense of that term, nor is it even a theory of semantics; it is a hermeneutics. (MINK, 1969: p. 131)

As palavras de Mink são fundamentais para os argumentos aqui presentes. Pois a percepção da filosofia de Collingwood como hermenêutica é basilar para os fins da pesquisa aqui esboçada. Uma vez que a “lógica” collingwoodiana pode ser entendida como hermenêutica, e na medida em que essa lógica é o pilar do programa skinneriano, então parece perfeitamente plausível analisar os usos de Collingwood feitos por Skinner visando aclarar o entendimento do programa skinneriano como um empreendimento marcadamente hermenêutico.

O programa skinneriano para a história intelectual é uma reflexão teórica em movimento, uma dinâmica fundada no dialogismo e na diacronia, e, acima de tudo, uma teoria da interpretação edificada a partir da percepção da historicidade dos textos. O grande problema que Skinner tenta resolver ao construir o seu programa sempre foi o de dispor a melhor maneira de se interpretar os textos históricos. O seu projeto é, claramente, uma teoria da interpretação, ou seja, uma hermenêutica. Justamente por isso ele chega a objetar seus críticos em prol de uma “hermenêutica tradicional”⁶ (SKINNER, 2001: p. 178), afirmando que os procedimentos heurísticos por ele sustentados constituem nada mais do que o “coração da empresa hermenêutica” (SKINNER, 2001: p. 188).

⁶ Defendo que, por “hermenêutica tradicional”, deva-se entender “hermenêutica filológica”. Acredito que caracterizar o projeto de Skinner como uma hermenêutica filológica seja uma boa forma de aproximar Skinner da tradição hermenêutica sem precisar apagar as suas peculiaridades.

Em síntese, o programa skinneriano seria um empreendimento hermenêutico justamente por estar amparado na “lógica da pergunta e resposta” – visto que esta “lógica”, como argumenta Mink, é o arcabouço de uma teoria da interpretação que, cabe ressaltar, toma como relevante princípios caros à hermenêutica moderna, a saber: o dialogismo, a diacronia, e, em especial, a historicidade.

Referências Bibliográficas:

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

COLLINWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

_____. *An Autobiography*. Oxford: Clarendon Press, 2002.

_____. *Essays in the Philosophy of History*. Austin: University of Texas Press, 1965.

JASMIN, Marcelo. *História dos Conceitos e Teoria Social e Política: Referências Preliminares*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, N° 57, 2005, pp. 27-38.

JASMIN, Marcelo & JÚNIOR, João Feres (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

JÚNIOR, João Feres. *De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner*. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 3, 2005, pp. 655-680.

MINK, Louis O. *Mind, History and Dialectic: The Philosophy of R. G. Collingwood*. London: Indiana University Press, 1969.

PALMER, Richard E. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*. Cambridge, UK, Malden, MA: Polity Press, 2003.

SCHOCHET, Gordon J. *Quentin Skinner's Method*. In: *Political Theory*, Vol. 2, N° 3 (Aug., 1974), pp. 261-276

SKINNER, Quentin. *As Fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Hermeneutics and the Role of History*. In: *New Literary History*, Vol. 7, N° 1, Critical Challenges: The Bellagio Symposium, (1975), pp. 209-232.

_____. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

_____. *Maquiavel*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

_____. *The Rise of, Challenge to and Prospects for a Collingwoodian Approach to the History of Political Thought*. In: CASTIGLIONE, D. (org.). *The History of Political Thought in National Context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 175-188.

_____. *Visions of Politics. Volume I: Regarding Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TULLY, James (Ed.). *Meaning e Context: Quentin Skinner and his Critics*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Historicizando a ficção: cor local como estratégia narrativa na segunda metade do século XIX

Eduardo Wright Cardoso¹

Cor local

O recurso narrativo da *cor local* é marcado por uma teorização apenas lacunar. Muito empregada, a *cor local* foi pouco discutida conceitualmente. Dessa forma, sua investigação requer a elaboração de um instrumental que permita não apenas identificar e mapear seu emprego nas letras oitocentistas, mas ainda fornecer subsídios para uma leitura contemporânea.

Com o intuito de empreender uma aproximação inicial ao mecanismo narrativo, creio ser válido sugerir uma definição que, forçosamente, será provisória e, portanto, estará constantemente sujeita a retificações: a *cor local* é um mecanismo narrativo oriundo das elucubrações pictóricas e que tem por objetivo destacar aquilo que identifica e caracteriza um *tempo* e um *espaço* específicos para um país ou uma nação.² Sua origem pictural tende a estimular e desenvolver o aspecto visual da narrativa. Em outras palavras, oriunda da pintura, a *cor local* jamais abandona sua dimensão pictórica. A fim de circunscrevê-la, sugeri já na dissertação, que o recurso enseja e participa do que poderia ser denominado de *retórica pictórica*, isto é, um extenso, mas limitado, conjunto de expressões que remetem ou participam do vocabulário pictórico, tais como *colorido*, *pintura*, *desenho*, *debuxo*, *quadro*, *imagem*, entre outras. Esses vocábulos, recorrentes nos textos literários e historiográficos, indicam, pois, a presença do critério da *cor local*.³

O entrecruzamento da história e da ficção

¹ Doutorando em História Social na PUC-Rio. Bolsista CAPES.

² É fundamental compreender a *cor local* como um mecanismo vinculado, simultaneamente, ao *tempo* e ao *espaço* durante o século XIX. Isso porque o dispositivo permanece vigente contemporaneamente, contudo, concentrado exclusivamente sobre sua dimensão *espacial*. Seria válido especular sobre o abandono dessa marca temporal do mecanismo – sobre esse *tempo perdido*. E acredito que a resposta possa envolver a aceleração temporal que se verifica, no contexto nacional, a partir da segunda metade do século XIX. Demasiado instável, o tempo torna-se efetivamente inapreensível. O encerramento dessa possibilidade decretaria o fim da *cor local* na sua acepção romântica.

³ Procurei aprofundar a questão em (CARDOSO, 2012).

Como, contudo, apreender teoricamente esse recurso que não respeita os limites impostos por tipos discursivos vizinhos e contrastantes? Para tentar responder a esta indagação, creio ser possível recorrer às reflexões sobre a narrativa desenvolvidas por Paul Ricoeur. O filósofo, ao tratar das trocas entre o texto histórico e o texto ficcional, introduz a terminologia da *refiguração cruzada* (RICOEUR, 1997: 176). A partir do contato que se estabelece entre estes tipos discursivos, seria possível distinguir a *ficcionalização da história* e a *historicização da ficção* que correspondem aos empréstimos que cada narrativa cede à outra. A inserção da ficção no discurso histórico ocorre quando o historiador, objetivando reinscrever o tempo da narrativa sobre o tempo do universo, utiliza conectores temporais, tais como o calendário, a sequência das gerações, os arquivos, os documentos, os rastros e os vestígios. Estes conectores, na medida em que remetem a um passado que só pode ser apreendido pela *imaginação*, reservam um caráter metafórico e, portanto, ficcional (RICOEUR, 1997: 317-327).

Este modo composicional do texto no qual a narração é estruturada cronologicamente permitiria constatar, portanto, a *ficcionalização da história*. No entanto, Ricoeur prevê ainda a *historicização da ficção*. E, neste ponto, acredito, a *cor local* pode ser evocada, na medida em que torna-se um critério determinante para a escrita literária nacional exatamente por demarcar um tempo e/ou espaço específicos, ou seja, ao atuar como os conectores estipulados por Ricoeur. Por isso, sua ausência na narrativa literária apontaria a inadequação dos personagens ao espaço, ou o equívoco histórico, por exemplo. Assim, se a escrita moderna da história requer um processo de temporalização e demanda uma cronologia, a escrita da literatura, no oitocentos, parece compartilhar, igualmente, desses requisitos.⁴

⁴ O critério da *cor local*, evidentemente, não é ubíquo. Álvares de Azevedo parece oferecer uma resposta irônica a essa demanda. Em determinada cena de *Macário*, texto de 1852, dois indivíduos dialogam: o próprio Macário e um personagem identificado apenas como O desconhecido. Este relata as circunstâncias de um encontro com o personagem principal: “Era na serra, no alto da serra. A tarde caía, os vapores azulados do horizonte se escureciam. Um vento frio sacudia as folhas da montanha. E vós contempláveis a tarde que caía. Além, nesse horizonte, o mar como uma linha azul orlada de espuma e de areia... e no vale, como bando de gaivotas brancas sentadas num paul, a cidade que algumas tínheis deixado. Daí vossos olhares se recolham aos arvoredos que vos rodeavam, ao precipício cheio das flores azuladas e vermelhas das trepadeiras, às torrentes que mugiam no fundo do abismo, e defronte véis aquela cachoeira imensa que espedaca suas águas amareladas, numa chuva de espuma, nos rochedos negros do seu leito. E olháveis tudo isso com um ar perfeitamente romântico. Sois poeta?” (AZEVEDO, 1973: 104-105). A breve descrição recupera o mote comum da literatura romântica de encantamento e exaltação da natureza tropical. No entanto, a sarcástica réplica de Macário ao questionamento colocado pelo O desconhecido é reveladora de seu afastamento em relação ao projeto nacionalista implícito ao recurso narrativo: “Enganai-vos. Minha mula estava cansada. Sentei-me ali para descansá-la. Esperei que o fresco da neblina a reforçasse. Nesse tempo divertia-me em atirar pedras no despenhadeiro e contar os saltos que davam” (AZEVEDO, 1973: 105).

Ademais, é possível indagar então se o mecanismo não atuaria nos escritos literários como o que Costa Lima chama de *veto ao ficcional*. A literatura submetida à exigência da *cor local* teria o “teatro mental” restringido pela necessidade de ambientação em um espaço definido e/ou em um período cronológico determinado. Afinal, como lembra Flora Süssekind, a prosa nacional brasileira nasce com o telão de fundo das “cores locais” (SÜSSEKIND, 1990: 82) E, mais adiante, a autora pontifica: o passado “às vezes se desloca do fundo do quadro, superpõe-se ao seu primeiro plano – como lição, relato explicativo – e desficcionaliza subitamente o narrado e seu narrador” (SÜSSEKIND, 1990: 92). Valdeci Araujo corrobora ao sugerir que a prática literária, neste momento, pode ser concebida como uma *cápsula do tempo*, ou seja, como a memória de um tempo e local determinados (ARAUJO, 2008: 120). Assim, a *cor local*, ao situar a escrita literária em um tempo/espaço reais, ou seja, nacionais, tende a dotá-la de realidade e a funcionar, dentro do argumento sugerido, como um elemento de *historicidade* ou *historicização*.

A *cor local* em *Sonhos d'ouro* de José de Alencar

O presente texto é uma parcela da argumentação referente a esse último tipo de *entrecruzamento*, embora questões fundamentais para isso – como o estatuto da ficção no século XIX e o desenvolvimento da *historicidade* do romance – não tenham sido desenvolvidas aqui. *Sonhos d'ouro* é uma obra de ficção que, contudo, busca representar, de maneira realista – e, no limite, histórica – um período de transformação da sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.⁵ Para isso, a *cor local* se revela, acredito, um recurso de grande importância e dinamicidade, pois se propõe a ser um meio para abordar esse momento específico.

Ainda no prefácio que antecede o romance, José de Alencar, ao comentar as mudanças pelas quais a sociedade brasileira passava, questiona: “Como se há de tirar a fotografia desta

⁵ E o termo *realista* aqui pode ser concebido como uma espécie de sinônimo da expressão *descritivo*. Svetlana Alpers sugere, igualmente, essa aproximação: ““Descritivo” é, de fato, um modo de caracterizar muitos dos trabalhos que estamos acostumados a qualificar de realistas – entre os quais se inclui [...] o modo pictórico das fotografias” (ALPERS, 1999: 30). Por outro lado, Margaret Cohen sugere que o romance realista é um exemplo nobre de um gênero mais amplo que denomina-se, a partir de Walter Benjamin, *literatura panorâmica* (COHEN, 2001, 320). Com isso, não quero afirmar que a obra de Alencar possa ser concebida como uma ilustração deste tipo de produção textual, contudo, é importante mencionar que algumas semelhanças entre o texto alencariano e o gênero são perceptíveis, como, por exemplo, a valorização de uma dimensão visual (COHEN, 2001: 318).

sociedade, sem lhe copiar as feições?” (ALENCAR, 1960: 12)⁶ A dúvida orienta a seção final deste texto. De caráter retórico, a resposta é fornecida na própria pergunta: é necessário copiar as feições da sociedade. *Como*, no entanto, isso é realizado por Alencar?

Tirar uma fotografia certamente pressupõe uma representação da sociedade. No entanto, é significativo que este esforço representacional demande aqui uma imagem. Exatamente por isso, é possível perceber, na obra alencariana, um extenso vocabulário que contém expressões relacionadas à *dimensão visual*, como *quadros, telas, desenhos, debuxos, cores, descrições* etc., ou seja, expressões que compõem a *retórica pictórica*. O próprio escritor parece sugerir a existência de uma espécie de depósito no qual estão armazenadas as *cores* apropriadas para o retrato da sociedade: *a palheta americana* (ALENCAR, 1960: 145). Como, enfim, o escritor Alencar faz uso desse palheta?

Um ponto importante da obra é que o narrador intervém na narrativa com muita frequência. Não seria exagero dizer, creio, que ele poderia inclusive ser concebido como um personagem do enredo. O que Alencar parece tentar desenvolver é uma espécie de proximidade entre, por um lado, os personagens e o ambiente, e, por outro, a persona narrativa. Ilustro: em determinado momento, os personagens encontram-se explorando a paisagem do Rio de Janeiro. O narrador exclama: “Talvez nessa ocasião percorria o escritor destas páginas as bordas do lago sereno, em seu passeio matinal, bem longe de imaginar que teria de referir a comédia, cujas figuras principais passavam ao longe sem que êle as percebesse” (ALENCAR, 1960: 146). Embora o autor ainda não soubesse que, futuramente, narraria os eventos de *Sonho d’ouro*, é importante o fato de que ele, supostamente, compartilha do mesmo ambiente, da mesma paisagem que seus personagens. Dessa forma – e este parece ser o objetivo desta estratégia – o escritor/personagem pode construir uma narrativa mais precisa, mais fidedigna em relação ao que descreve. Vejamos outro exemplo.

O narrador, por diversas vezes, afirma a possível permanência de características nessa paisagem que descreve. No capítulo VI, da primeira parte da obra, Ricardo dirige-se, como de costume, para o caminho da Barra. O escritor interpõe: “Aí, próximo à Restinga, havia então, e talvez ainda exista, uma cabana coberta de palha de sapé, com paredes de esbôço. Em muitos lugares, porém, tinha caído o barro, deixando entre as varas grandes buracos, tapados com ramas secas” (ALENCAR, 1960: 62). Em outra descrição, na região hoje conhecida

⁶ Francis Haskell cita Alan Trachtenberg para recordar que a fotografia, a despeito da consciência de sua subjetividade, é concebida como uma espécie de historicismo, isto é, como uma forma de expressar nada menos do que a própria realidade (HASKELL, 1995: 4). Alencar parece se valer dessa concepção estrita de fotografia que coaduna-se com o vocabulário que emprego nesse ensaio: *realista-descritivo*.

como Vista Chinesa, novamente o narrador intercede: “Havia nesse lugar uma longa mesa, feita de paus toscos e ensombrada por espêsso bambuzal. Talvez já o tempo a tenha consumido; há três anos ainda a vi, reparada dos primeiros estragos e já outra vez carcomida” (ALENCAR, 1960: 156). O que se percebe é que o narrador preocupa-se em desenvolver um registro realista da sociedade e da paisagem que descreve. E aqui se percebe inclusive uma aproximação entre a obra de Alencar e o gênero da *literatura panorâmica*, expressão cunhada por Benjamin: a preocupação e a valorização da paisagem, isto é, o mapeamento do espaço. Segundo Margaret Cohen: “Os textos panorâmicos mapeiam os contornos da Paris da época com grande precisão, e esta precisão fornece informações “reais” sobre a vida parisiense do dia-a-dia. [...]. Acrescente-se que a existência desse objeto [a cidade] é passível de verificação pelo leitor” (COHEN, 2001: 322, grifo meu).

Em Alencar, esse mapeamento também se expressa nas possíveis alterações sofridas pela paisagem. Como visto na última citação, o escritor não pode averiguar se a mesa ainda estava presente, após três anos de sua última visita ao local. Assim, receoso de que o espaço não fosse mais semelhante àquele que descreve, é necessário alertar o leitor para essa possível discrepância. Afinal, o próprio Alencar já havia antecipado que a sociedade que iria ser fotografada no romance encontrava-se em processo de alteração. E a paisagem do Rio de Janeiro participa desse ambiente, portanto, também é passível de mudança. Desta forma, alertando o leitor, Alencar evita uma hipotética crítica na qual ele seria acusado de não respeitar a *cor local*. Se a paisagem muda, a *cor local* também o faz.

Atuando, portanto, como um historiador que vê e verifica, que registra e atesta, o escritor José de Alencar submete seu romance *Sonhos d'ouro* aos mesmos critérios de comprovação desenvolvidos e aplicados à escrita da história no período. Seu escopo, igualmente, de fotografar, ou seja, elaborar um registro fiel de uma paisagem e de uma sociedade que se modificam também não está distante do objetivo historiográfico de apreensão do tempo e do espaço. Dessa forma, *Sonhos d'ouro*, um texto de caráter ficcional é historicizado por Alencar. O *entrecruzamento*, tal como sugerido por Ricoeur, se concretiza, pois, a partir do emprego do recurso narrativo da *cor local*.

Bibliografia

ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*: romance brasileiro. São Paulo: Indústria Gráfica Bentivegna Editôra, 1960.

ALPERS, Svetlana. “Introdução” e “O impulso cartográfico na arte holandesa”. In: *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Edusp, 1999, pp.23-43, 241-317.

ARAÚJO, Valdeí. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

AZEVEDO, Álvares. *Noite na taverna e Macário*. São Paulo: Editora Três, 1973.

CARDOSO, Eduardo W. *A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional*. Dissertação de Mestrado em história. Ouro Preto: UFOP, 2012. Disponível em: http://www.ichs.ufop.br/pgh/images/stories/Eduardo_Wright_Cardoso.pdf.

COHEN, Margaret. “A literatura panorâmica e a invenção dos gêneros cotidianos”. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, pp. 315-351.

HASKELL, Francis. “Introduction”. In: *History and its images: art and the interpretation of the past*. New Haven: Yale University Press, 1995, pp. 1-10.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas, São Paulo: Papyrus, tomo III, 1997.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Historiografia das mulheres: um debate com Joan Scott, Michele Perrot e Angelika Epple

Letícia de Carvalho Santos¹

O início dos estudos de gênero dentro das universidades brasileiras datam das décadas de 80 e 90 e trazem para o meio acadêmico a discussão² que já estava nas políticas feitas e debatidas nas ruas. O artigo da historiadora Margareth Rago, “Descobrimo historicamente o gênero”, traz justamente essa incorporação da temática de gênero na historiografia, bem como nas outras ciências.

A entrada das mulheres no mercado de trabalho colaborou com a entrada dentro delas na academia e fez com que os trabalhos sobre gênero ampliassem, ganhando visibilidade. É nesse sentido que pretendemos abordar problemáticas que se referem aos estudos de gênero e como as mulheres foram incorporadas dentro da historiografia acadêmica.

Optamos por utilizar três autoras que nos balizam no estudo da história das mulheres nos oferecendo elementos essenciais para o estudo que iremos expor adiante. A primeira historiadora é a alemã Angelika Epple, no seu artigo “Gênero e a espécie da história”, Joan Scott em “Gênero: uma categoria útil para análise histórica” e Michelle Perrot no livro, “As mulheres ou os silêncios da história”.

A reflexão baseada em apontamentos teóricas de autoras feministas para pensarmos a escrita da história das mulheres é essencial. Por isso usamos Epple para entendermos como as diferentes narrativas estão inseridas num contexto de relações de poder, já Scott nos mostra na prática da produção dos trabalhos acadêmicos como a categoria analítica de gênero está sendo usada e quais são suas limitações e por fim, Perrot que ao longo de toda uma obra aborda as mulheres em diversos contextos, como exemplo as memórias, o trabalho, a cidade.

Na nossa atual pesquisa, estudamos o contexto de uma fábrica de tecelagem na cidade de Rio Tinto, localizada no interior da Paraíba, que encontra-se desde a

¹ Mestranda na Universidade Federal de Pernambuco

década de 80 fora de funcionamento. Em seu contexto, buscamos compreender a memória do cotidiano do trabalho e dos espaços na óticas femininas, porém, sem abrir mão também do levantamento das lembranças dos homens.

A estrutura de “fábrica- vila operária” (termo constantemente empregado por José Leite Lopes no seu livro “A tecelagem dos conflitos de classe: Na cidade das chaminés”, 1988), pode ser de imediato associada ao contexto da cidade de Rio Tinto, na Paraíba, onde se guardam em todos os seus pormenores materiais e memorialísticos, a implantação de uma das grandes responsáveis pela expansão econômica e pela exploração em massa da classe trabalhadora, do local e das redondezas: a Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT), fundada em 1924. Nesse contexto é que pretendemos embasar nossa pesquisa, uma vez que estudaremos a memória dos/das ex-operários/as da fábrica, para entendermos o cotidiano permeado pelo trabalho e pela vida privada.

Pensada e fundada pela família Lundgren, cuja mesma experiência com uma companhia de tecido já havia sido posta em prática na cidade de Paulista, em Pernambuco, o território ocupado atualmente pela cidade de Rio Tinto - que dista da capital paraibana cinquenta quilômetros e conta atualmente com uma população de aproximadamente 22.976 mil habitantes (IBGE, 2010) – parece, para quem desconhece a história, não ter sido palco de uma experiência industrial. Desde o encerramento da Cia., em 1983, a cidade encontrava-se esquecida, tendo ganhado, porém, mais dinamismo com a chegada de um dos campus da Universidade Federal da Paraíba no ano de 2007.

A família responsável pela construção do projeto era de origem sueca, cujo principal integrante a chegar ao Brasil foi Herman Theodor Lundgren. Em meados do século XIX, este se encontrava no país, onde inicia seus experimentos comerciais e futuramente industriais. Após algumas tentativas, Lundgren dá início aos seus investimentos em fabricação de pólvora na cidade de Recife, fundando a Pernambuco Powder Factory, segundo o trabalho de dissertação “Tecendo fios, fazendo história: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)” (Vale, 2008, p.28). Nessa altura, a família começa a enriquecer. Herman Theodor tem dois filhos: Artur Lundgren e Frederico João Lundgren, sendo este responsável pelas expedições têxteis dos dois casos que aqui levantamos.

Abordado de maneira primorosa e bastante elucidativa pelo antropólogo-social José Sergio Leite Lopes no livro “A tecelagem dos conflitos de classe: Na cidade das chaminés” (1988), o caso da cidade de Paulista serve de modelo para a expansão dos negócios dos Lundgren, que se dará na cidade de Rio Tinto. Uma vez bem sucedida no contexto econômico da época, a fábrica deveria procurar um novo lugar, pouco habitado, com algumas riquezas naturais, distante da capital e do poder estatal e onde a promessa de emprego pudesse se espalhar rapidamente, atraindo um bom número de trabalhadores desesperados.

Por volta de 1917, já se tem notícia das primeiras compras de terras da região por parte de um dos homens de confiança de Frederico Lundgren, Artur Góis. Até a inauguração da fábrica, em 1924, serão realizadas as etapas seguintes para que se tenha as condições mínimas para o funcionamento da Companhia de Tecidos Rio Tinto.

Ter o monopólio das terras vizinhas para melhor controlá-las e para a implantação da estrutura de funcionamento de uma cidade desponta com uma das principais medidas para a instalação da CRTR. Segundo Panet (2002), a Companhia comprou inicialmente, 660 quilômetros quadrados de terra, chegando a ter terras que iam de Pernambuco e chegavam até o Rio Grande do Norte.

Intervenções no terreno e no rio, recrutamento de homens e mulheres para o trabalho, instalação de uma usina de energia, construção de pequenas casas para a classe trabalhadora e construção dos galpões da fábrica fazem parte dessa preparação. Iniciam-se, também, ao passo de tais medidas, as negociações financeiras com o Estado. Entre os anos de 1916 e 1920 estava no poder Camilo de Holanda, que concede aos Lundgren 25 anos de isenção de impostos e regalias. Em contrapartida, a família recebe a responsabilidade de estruturar a futura cidade, que nasce e cresce ao gosto dos patrões.

Alguns problemas de cunho financeiro com investidores brasileiros, no caso a negação de financiamento por parte do Banco do Brasil, fez com que o proprietário Frederico Lundgren recorresse aos alemães e ingleses com o objetivo de conseguir o capital necessário para a abertura de sua empresa. Dos últimos, vieram não só as velhas maquinarias de cidades fabris têxteis, a exemplo de Manchester, como também o modelo a ser aplicado na CTRT.

A construção desse modelo “fábrica- vila operária” é essencial para a dominação eficaz do(a) trabalhador(a). Além de dominá-lo dentro da fábrica, o patrão/construtor da cidade tem a possibilidade de controlar todo o cotidiano. O poder econômico não se encerra, por assim dizer, na dominação da força de trabalho, mas em todos os aspectos e locais da vida do(a) trabalhador(a).

A configuração de cidade basicamente composta: pela fábrica, casas para operários e chefes, usina para produção de energia para a fábrica, que se baseia na já existente concepção implantada em Paulista, vai ao longo dos anos tomando forma e misturando-se com o contexto estadual, nacional e internacional. A CTRT cresce e ganha grande influência nesses três âmbitos anteriormente citados. Consegue participar ativamente das decisões políticas estaduais e experimenta um dos seus primeiros motins ocasionados pela perda da Alemanha na Segunda Guerra Mundial. Não alheios às notícias para além das fronteiras impostas pelos patrões, os trabalhadores querem, nesse primeiro momento, a expulsão dos alemães e, depois influenciados por ideias também fora desses limites geográficos, começam a articular-se em sindicatos. Essa temática norteia um dos recentes trabalhos sobre a história de Rio Tinto e da tecelagem realizado pelo historiador Eltern Campina Vale (2008), já citado acima. Trabalho este que nos traz leituras mais recentes sobre a trajetória da fábrica e da atuação dos operários, alguns ainda residentes na cidade, bem como sobre a contestação da ordem que vigorava na cidade no período.

As três autoras contribuem para que façamos uma análise mais apurada do que dar voz as mulheres dentro de uma historiografia acadêmica que mostrou contínuo desinteresse em abordar tal temática. No nosso caso, acima citado, trabalhamos com mulheres operárias, que são duplamente renegadas aos porões da História por ocuparem dois grupos já muito marginalizados.

Porém Perrot, atenta-nos a construir daqui para frente uma nova historiografia, mesmo que nos defrontemos com problemas de fontes, mas que continuemos a insistir nesse registro a fim de que as mulheres sejam reescritas por outras mulheres. Segundo a autora uma série de fatores colaboraram para tal mudança nos escritos. A

historiografia acompanhou, portanto, essas mudanças e, o marxismo, estruturalismo e a “nova história”, acabaram por incorporar tal temática.

No livro de Perrot que estamos aqui analisando, ela incorpora muitas temáticas e conta como vivenciou dentro do contexto francês a incorporação dentro da academia a temática do gênero.

Como instrumento essencial para pensarmos sobre as restrições que o termo gênero pode ter e como podemos ampliar os estudos entendendo a dimensão que essa nomenclatura tem. Ela faz apontamentos essenciais no que se refere as possibilidades amplas de estudo que podemos ter quando entendemos o gênero dentro de uma esfera de poder, que inclui homens e mulheres. E disso, como os estudos embasados dentro dessas perspectiva podem ser utilizados.

No tocante as narrativas e contextos, Epple escreve como a historiografia está baseada no acompanhamento das experiências vividas, mas como sua escrita é cercada por limites de poder bem determinados. Ela aproxima com o pensamento de Perrot quando se debruça sobre o estudo da historiografia escrita por mulheres e mostra os preconceitos experimentados por essas que foram marginalizadas na academia e tiveram sua escrita questionada continuamente. Para explicar tempo e narrativa, Epple usa reflexões bastante fortuitas de Paul Ricouer, que discute esses critérios de verdade costumeiramente impostos.

Incorporar a história das mulheres na historiografia atual é sem dúvida mais confortável, porém não tão fácil quanto se parece. Existem as críticas, a ausência de fontes e a visão ainda problemática que se tem no geral das mulheres e da inserção delas na historiografia.

Estamos com a pesquisa ainda muito no início mas encontramos nessas autoras uma base importante para pensarmos problemáticas recorrentes no que diz respeito a escrita da história das mulheres.

Referências bibliográficas:

- ALVIM, Rosilene. A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- _____ e LOPES, José Sérgio Leite. Famílias operárias, famílias de operárias. RBCS, n. 14, ano 5, out 1990. <
http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_01.htm>. Data de acesso: 09 de julho de 2013
- EPPLÉ, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: A história escrita: teoria e história da historiografia. Org. Jurandir Malerba. São Paulo: Contexto, 2006.
- LOPES, José Sérgio Leite. A tecelagem dos Conflitos de Classe na “Cidade das Chaminés”. Brasília: Editora Marco Zero e Editora Universidade de Brasília, 1988
- MELLO, José Octávio de A. Arqueologia Industrial e Cotidiano em Rio Tinto. In.: PANET, Amélia. Rio Tinto: estrutura urbana, trabalho e cotidiano. Apresentação Rossana Honorato. João Pessoa: UNIPÊ Editora, 2002
- PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. <
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:a1ZbFLluL6QJ:www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/%3Fdown%3D51202+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br>>. Data de acesso: 15 de abril de 2013
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. . New York, Columbia University Press. 1989.<
http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Data de acesso: 01 de março de 2013

J. G. Herder, crítica e Iluminismo (1765-1775)

Orlando Marcondes Ferreira Neto*

É notável a diversidade de interesses expressa na obra de Johan Gottfried Herder: crítica literária e de arte, teologia, teoria política, filosofia da linguagem, filosofia da história. Ele também publicou obras de poesia e coletâneas de canções e contos populares. Habitante de um universo intelectual iluminista, mais especificamente da *Aufklärung*,¹ manifestava interesse pelo que denominou *Volkspoesie*, ou “poesia popular”, além de um gosto pronunciado pelo teatro de Shakespeare e a poesia de Ossian, aspectos comumente associados ao Romantismo. De fato, seus ensaios a respeito da poesia popular, assim como sua apreciação da língua como expressão mais profunda do “caráter” ou “espírito do povo” e da “nação” acabaram tendo grande influência no Romantismo germânico, sobretudo nos círculos de Clemens Brentano, Achin von Arnin e dos irmãos Grimm, autores interessados na apreensão do *Volksgeist*, do “espírito do povo alemão”² (LAMPART, 2004: 177-178; ZIPES, 2002: 31).

Seu texto mais conhecido, *Também uma filosofia da história para educação da humanidade*³ (*Auch eine Philosophie der Geschichte zur Bildung der Menschheit*), de 1774, certamente contribuiu para inúmeros equívocos concernentes a seu papel histórico em relação ao Iluminismo (HERDER, 1995). Vertida numa forma fragmentária, de estilo francamente polêmico e retórico, a obra transita da ironia velada ao sarcasmo, sustentando uma crítica que tem como alvo uma concepção específica de Iluminismo, evocada por Herder (1995: 65, 73, 92, 96) quando se dirige ao “século XVIII”, aos seus “filósofos” e “luzes”. Isso contribuiu para que este texto, assim como o conjunto de sua obra da década de 1770 tenha sido interpretado desde o século XIX como expressão de uma (suposta) revolta radical contra o Iluminismo. Neste sentido, a obra de Herder da década de 1770 é concebida no quadro do *Sturm und Drang*, comumente considerado como a primeira manifestação do Romantismo alemão. Esta perspectiva frutificou principalmente na História da Literatura, que tem em

* Doutorando em História Social, FFLCH/USP. Trata-se neste artigo de aspectos de uma pesquisa recém-iniciada, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Grespan.

¹ Neste artigo o termo “*Aufklärung*” se refere especificamente ao Iluminismo alemão, enquanto “Iluminismo” diz respeito ao Iluminismo de um modo geral, compreendendo principalmente suas encarnações francesa, britânica e alemã.

² Os termos “alemã(o)” e “Alemanha” neste artigo designam somente laços identitários culturais e lingüísticos, e não uma unidade política. Esta, como se sabe, inexistiu no século XVIII.

³ Seguiu-se neste artigo a tradução do título de *Auch eine Philosophie der Geschichte* da excelente edição portuguesa de José M. Justo (HERDER, 1993).

Herder um dos principais teóricos deste “movimento” estético-literário, junto a Goethe e Schiller.

É preciso, no entanto, tomar estas teses com cuidado. A representação de um Herder romântico ou pré-romântico é típica de uma história da literatura que sustentou a existência de uma ruptura radical entre o Iluminismo e o *Sturm und Drang*, compreendendo este movimento como manifestação de uma revolta radical contra as Luzes e contra o gosto francês na Alemanha (LUKÁCS, 1968: 69-70; BERLIN, 2001: 57). Anatol Rosenfeld (1965: 7) exemplifica bem esta posição na crítica literária brasileira, quando sustenta que o

movimento [*Sturm und Drang*] sem dúvida conserva certos traços da filosofia da ilustração: radicaliza a revolta intelectual contra o regime absolutista e acentua as tendências empiristas, geralmente associadas ao racionalismo popular do século das Luzes. Entretanto, o que prevalece é o violento impulso irracionalista e a luta contra a Ilustração.

Rosenfeld se alinha a uma longa tradição crítica procedente do século XIX, que afirma a oposição radical entre o *Sturm und Drang* – reconhecido como manifestação do pré-romantismo europeu – e o Iluminismo (LUKÁCS, 1968: 69-70). Esta perspectiva trabalha com a elaboração de um campo de conceitos opostos, situando de um lado o universo intelectual do Iluminismo (e seu suposto correlato estético, o classicismo), em oposição ao Romantismo e às variantes “pré-românticas” que o antecedem (GINSBURG; ROSENFELD, 1978: 262-263). Contra a placidez das Luzes e de seus critérios universalistas e cosmopolitas, o pré-romantismo teria passado a valorizar a expressão individual, singular e rebelde do artista (o gênio), em obras de caráter noturno e atormentado. Como afirmam Anatol Rosenfeld e J. Ginsburg (1978: 262-263) o

movimento romântico (...) recusa a cosmovisão racionalista e a estética neoclássica a ela ligada. (...) o Classicismo se distingue fundamentalmente por elementos como o equilíbrio, a ordem, a harmonia, a objetividade, a ponderação, a proporção, a serenidade, a disciplina, o desenho sábio, o caráter apolíneo, secular, lúcido e luminoso. É o domínio do diurno. Averso ao elemento noturno, o Classicismo quer ser transparente e claro, racional.

Partindo desta distinção, o Herder pré-romântico é retratado como o líder da sublevação dos *Sturm und Dranger* (incluindo os jovens Goethe e Schiller) contra a ascendência do gosto neoclássico francês na Alemanha, em favor de uma estética irracionalista do sentimento (ROSENFELD, 1965: 7-8; 1968: 46). Uma série de textos de Herder (1993; 1995) da década de 1770 compõe as fontes fundamentais para esta interpretação: além de *Também uma filosofia da história para educação da humanidade*, destaca-se a coletânea de ensaios *Sobre os costumes e a arte alemã (Von deutscher Art und Kunst)* publicada em 1773 juntamente com escritos de Goethe e de outros autores.⁴

Indo além das questões estéticas, contudo, se evidencia que as linhagens historiográficas que subscrevem o conceito de pré-romantismo nos apresentam uma série de problemas referentes aos significados políticos da obra de Herder e de seus próximos. Há um consenso geral por parte desta historiografia que o *Sturm und Drang* e a obra herderiana envolvem críticas ao absolutismo e à ordem sócio-política alemã (ROSENFELD, 1968: 46; BERLIN, 2000: 182-184). Isaiah Berlin – um importante difusor da teoria do pré-romantismo no universo acadêmico anglo-saxão⁵ – sustenta que Herder expressa críticas ao absolutismo de Frederico II, aversão ao despotismo, ao estado centralizado imperial e ao colonialismo. Paradoxalmente, contudo, Berlin apresenta a obra herderiana como apolítica:

é importante perceber que o nacionalismo de Herder nunca foi político. Se ele denuncia o individualismo, ele igualmente detesta o Estado, que coage e mutila a liberdade da personalidade humana. Sua visão social é antagônica ao governo, ao poder, à dominação. Luís XIV e Frederico o Grande (como César e Carlos Magno antes deles) representaram um ideal detestável. Herder não deseja o poder (...) ele odeia *policirte Nationem*. A nacionalidade para ele é um atributo puramente e estritamente cultural (BERLIN, 2000: 205, 207).

⁴ *Sobre os costumes e a arte alemã* contém dois ensaios de Herder: “Shakespeare”, uma apologia do teatro shakespeariano contra as normas do drama neoclássico francês, e um ensaio sobre os *Cantos de Ossian* de James Macpherson, no qual Herder realiza uma apologia da “poesia popular” (*Volkspoesie*) contra a artificialidade da “poesia erudita” (*Kunstpoesie*) (HERDER, 2009; NISBET, 2009: 15-16). Os autores e ensaios contidos em *Von deutscher Art und Kunst* são: Herder: “Auszug aus einem briefwechsel über Ossian und die lieder alter völker” e “Shakespear”; Goethe: “Von deutscher baukunst”; Paolo Frisi: “Versuch über die gothische baukunst”; von Möser: “Deutsche geschichte” (HERDER, 1993).

⁵ Isaiah Berlin (2013: 1-24) estabelece seu conceito de “contra-Iluminismo” em um ensaio datado de 1973, “The Counter-Enlightenment”, no qual sustenta o papel fundamental de Herder na fundação do movimento romântico. Ele já havia creditado a “paternidade” do Romantismo a Herder numa série de conferências realizadas em 1965 (BERLIN, 2001: ix, 57). Sua interpretação de Herder ainda é muito influente, especialmente no mundo anglo-saxão (NORTON, 2009: 352-353).

Diversamente, para Anatol Rosenfeld (1965: 9) há um conteúdo político na obra de Herder e dos membros do *Sturm und Drang*. Ele denuncia, contudo, a presumida esterilidade de sua ação política. O *Aufklärer* Lessing, por exemplo, teria sido mais

lúcido do que os jovens *Sturm und Dränger* [porque] via, perfeitamente, que o irracionalismo anárquico dos mesmos de modo algum poderia servir à causa da burguesia ascendente em face do absolutismo. (...) Como a Ilustração em geral, Lessing se empenhava por uma reforma política e social, criticando acerbamente os abusos dos príncipes absolutistas. Sem dúvida este *engagement* caracteriza também muitas peças dos jovens dramaturgos pré-românticos. No entanto o que se acentua na sua atitude é um pessimismo profundo no tocante à sociedade e à civilização em geral. (...) Assim, ao invés de lutarem, como Lessing e a Ilustração, em favor da eliminação de abusos e, em geral, em favor de uma ordem mais justa, passam a exaltar a emancipação anárquica do indivíduo (Ibid.).

Nesta passagem se evidencia como o recorte historiográfico que opõe a atuação política de Lessing (retratado como representante típico do Iluminismo alemão, a *Aufklärung*) à de Herder (apresentado como teórico do *Sturm und Drang*, ou seja, do pré-romantismo) determina sua compreensão de Herder. A interpretação de Rosenfeld decorre, em grande parte, de sua compreensão do *Sturm und Drang* como um “movimento irracionalista”, oposto em essência à *Aufklärung*; logo, distinto em suas respostas à questão do absolutismo dos príncipes alemães e refratário ao pragmatismo político das Luzes. Herder, portanto, no entender de Rosenfeld (e da longa tradição interpretativa à qual ele dá continuidade), sendo concebido como participante expressivo do *Sturm und Drang*, é identificado com o grupo que teria se desincumbido da elaboração de uma crítica racional (tipicamente iluminista) e de um projeto de reforma política coerente (“a favor de uma ordem mais justa”), assumindo somente uma vaga aspiração “anárquica”, politicamente estéril.

Arnold Hauser (1968: 296-297) reconhece o caráter político do *Sturm und Drang* e de Herder. No seu entender, contudo, sua

luta contra o racionalismo do regime absolutista era ao mesmo tempo uma luta contra as tendências progressistas da época. Não haviam percebido que o racionalismo dos príncipes representava para o futuro um perigo muito menor que o anti-racionalismo de seus próprios companheiros de classe burguesa. Ao se tornarem inimigos do

despotismo, se convertiam em instrumento da reação, e com seus ataques ao centralismo burocrático favoreciam simplesmente os interesses das classes privilegiadas (HAUSER, 1968: 296).

O “racionalismo” em geral é pensado por Hauser (1968: 290, 296) como um atributo burguês – representa o âmago da luta contra o absolutismo – logo toda oposição “pré-romântica” ou “romântica” ao Iluminismo (este que para ele é “a grande manifestação do racionalismo burguês no século XVIII”), é considerada reacionária. Assim sendo, para Hauser as “tendências irracionistas” da burguesia alemã eram decorrentes da “falsa compreensão de seus verdadeiros interesses” na luta contra o absolutismo e a nobreza. De modo semelhante a Rosenfeld, Hauser sustenta a diferença entre as práticas políticas dos *Sturm und Dränger* e de Lessing, porém Hauser vai mais além, atribuindo ao *Sturm und Drang* um caráter conservador e, no limite, reacionário: Lessing teria sabido que “a ‘superção’ do racionalismo pelo *Sturm und Drang* era uma aberração da burguesia” que ia contra a tarefa crítica da Ilustração, favorecendo, na verdade, as forças conservadoras da Igreja e do absolutismo (HAUSER, 1968: 286-287).

No quadro destas reflexões, adquirem extrema importância as reflexões de Georg Lukács (1968) em uma série de ensaios de crítica literária publicados na década de 1930 a respeito da “época de Goethe”. Ao tratar do romance *Os sofrimentos do jovem Werther*, Lukács (1968: 69) afirma a existência de “uma lenda (...) um lugar comum da história burguesa da literatura e da sociologia vulgar de que a Ilustração e o *Sturm und Drang*, especialmente o *Werther*, se opõem de modo irreconciliável”. Trata-se, prossegue Lukács (1968: 59), de “um velho fantasma da crítica literária” que assombra a compreensão do período clássico da literatura alemã. No seu entender, a historiografia liberal e conservadora do século XIX teria forjado essa interpretação, introduzindo “na literatura alemã do final do século XVIII uma ideologia obscurantista anti-ilustrada (a teoria do chamado pré-romantismo)” que sustenta “a tese do suposto irracionismo da literatura alemã da época,” fundada na oposição radical entre o *Sturm und Drang* e o Iluminismo (LUKÁCS, 1968: 63-65, 69, 71). Segundo Lukács (1968: 71), esta interpretação é decorrente do ódio votado pela burguesia européia do século XIX, tornada conservadora, ao papel revolucionário que havia desempenhado no século XVIII; provém da recusa desta burguesia em aceitar o papel crítico que havia assumido na época do Iluminismo diante da Igreja, do Estado, da Teologia, do absolutismo e da moralidade convencional. Para ele, na base desta linhagem historiográfica

repousa, portanto, a necessidade ideológica da burguesia oitocentista em ocultar a memória das realizações críticas e potencialmente revolucionárias do *Sturm und Drang* (Ibid.). Isso teria se realizado principalmente a partir do estabelecimento da antinomia entre razão e sentimento (Ibid.). Contemplam o Iluminismo como uma era da razão (nos termos de uma placidez clássica e racional), e todos os aspectos contraditórios das Luzes (situados no plano “sentimental” e “irracional”) são excluídos como pré-romantismo.

Lukács estabelece uma nova perspectiva histórica a respeito do *Sturm und Drang*, que vem tendo conseqüências importantes nos estudos herderianos (SAUDER, 2003: 318-321). Apesar da teoria do pré-romantismo ainda manter alguma credibilidade, desde a década de 1960 vem crescendo uma vertente historiográfica que salienta a continuidade entre a *Aufklärung* e o *Sturm und Drang* (SAUDER, 2003: 318-321; POMEAU, 1981: 171). Este passa a ser apreciado como a expressão de contradições inerentes ao contexto alemão das Luzes, ou a manifestação de uma crise da *Aufklärung* tardia⁶ (SAUDER, 2003: 319-320). Ao situarmos o *Sturm und Drang* no quadro maior do Iluminismo, abre-se a possibilidade de pensar as realizações de Herder e seus próximos na década de 1770 como alternativas à tarefa crítica (essencialmente política) realizada por Lessing e pela parcela da burguesia que este representa.⁷ Ao romper com o que afirma ser o fundamento dualista que sustenta a teoria do pré-romantismo, Lukács oferece caminhos frutuosos para o aprofundamento da problemática política de Herder e do *Sturm und Drang*.⁸

Fontes e Bibliografia

⁶ Contudo, estes problemas precisam ser matizados. Ao tratar da questão historiográfica que opõe Hauser e Lukács, Vinicius de Figueiredo (2009: 41) afirma que, mesmo reconhecendo que a “polarização entre sentimento e razão” não é motivo que justifique a oposição entre o *Sturm und Drang* e a *Aufklärung*; ainda é preciso reconhecer a permanência de certos problemas apontados pela crítica mais tradicional. Segundo Figueiredo (2009: 39), “é justificável caracterizar o movimento que inclui as obras de Goethe da década de 1770 por oposição à aposta racionalista típica do Esclarecimento, canonizada no lema kantiano de tudo submeter ao tribunal da razão”. No seu entender, contudo, isso não significa que exista uma oposição irreduzível entre a *Aufklärung* e o *Sturm und Drang*.

⁷ Lukács (1968: 69) acrescenta que a crítica política do *Sturm und Drang* é dirigida não só à aristocracia e ao absolutismo, mas às próprias expectativas políticas limitadas e à visão de mundo prosaica da burguesia alemã da época.

⁸ Seguindo esta trilha, a crítica dos conceitos (especialmente Iluminismo, Romantismo e pré-romantismo) e dos marcos periodizadores tradicionais da historiografia a respeito de Herder é fundamental para que não nos enredemos nas malhas discursivas que mediam nossa compreensão do período. Há sempre algo que interfere na produção do conhecimento histórico, atendendo aos imperativos do poder e da ideologia, e isso é ainda mais verdadeiro no que se refere às memórias históricas do período revolucionário, entre as quais Herder se situa. Para uma discussão aprofundada a este respeito, cf. Carlos Alberto Vesentini (1997), especialmente p. 1-20.

BERLIN, Isaiah. **Limites da utopia: capítulos da história das idéias**. Trad., São Paulo: Tupi, 1991.

_____. **Three critics of the Enlightenment: Vico, Hamann, Herder**. Londres: Pilmico, 2000.

_____. **The roots of Romanticism**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

_____. **Against the current**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

FIGUEIREDO, Vinicius de. Kant e Goethe – uma aproximação. In: WERLE, Marco Aurélio; GALÉ, Pedro Fernando (Org.). **Arte e filosofia no idealismo alemão**. São Paulo: Barcarolla, 2009.

GINSBURG, J.; ROSENFELD, Anatol. Romantismo e Classicismo. In GINSBURG (Org.). **O Romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HAUSER, Arnold. **Historia social de la literatura y el arte**. Vol II. Trad., Madri: Castilla, 1968.

HERDER, Johann Gottfried. **Werke. Schriften Zur Ästhetik und Literatur (1767-1781)**. Frankfurt: Deutscher Klassiker Verlag, 1993.

_____. **Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade**. Trad. Lisboa: Antígona, 1995.

_____. Extract from a Correspondence on Ossian and the Songs of Ancient Peoples. In: NISBET, H. B. (Org.). **German aesthetic and literary criticism: Winckelmann, Lessing, Hamann, Herder, Schiller and Goethe**. Trad. Cambridge: Cambridge U.P., 2009.

JUSTO, José M. Posfácio. Pálida é a imagem incompleta e descolorida das palavras. In: HERDER. **Também uma Filosofia da História para a Formação da Humanidade**. Trad. Lisboa: Antígona, 1995

LAMPART, Fabian. The Turn to History and the Volk: Brentano, Arnim, and the Grimm Brothers. In: MAHONEY, Dennis (Org.). **The Literature of German Romanticism**, vol 8. Nova York: Candel, House, 2004.

LUKÁCS, Georg. **Goethe y su época**. Trad., Barcelona/Cidade do México: Grijalbo, 1968.

NISBET, H. B. (Org.). **German aesthetic and literary criticism**: Winckelmann, Lessing, Hamann, Herder, Schiller and Goethe. Trad. Cambridge: Cambridge U.P., 2009.

NORTON, Robert E. Herder as a critical contemporary. In: KOEPKE, Wulf; ADLER, Hans (Org.). **A companion to the works of Johan Gottfried Herder**. Rochester/Nova York: Camden House, 2009.

POMEAU, René. **La Europa de las Luces**. Trad., Mexico: FCE, 1981.

ROSENFELD, Anatol. Introdução: da Ilustração ao Romantismo. In: _____ (Org.). **Autores pré-românticos alemães**. São Paulo: Herder, 1965.

_____. **Teatro alemão. 1ª parte: esboço histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1968.

SAUDER, Gerhard. The Sturm und Drang and the periodization of the Eighteenth Century. In: HILL, David (org.). **Literature of the Sturm und Drang**. Rochester/Nova York: Camden House, 2003.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZIPES, Jack. **The Brothers Grimm**: From Enchanted Forests to the Modern World. Nova York: Palgrave Macmillan, 2002

João Pinheiro e Diogo De Vasconcellos: Vozes Dissonantes no Instituto Histórico Mineiro?

Mariana Vargens Silva*

Com a instauração da República, as antigas *províncias* passam ao estatuto de *estados* que compunham a Federação. A maior autonomia dos estados era um desejo amplamente reivindicado no movimento republicano, influenciado pelo positivismo de Augusto Comte, que defendia a ideia de “pequenas pátrias” (IGLESIAS, 1974: 14). Contudo, mesmo com a aparente vitória política, a sociedade passa por um momento de incerteza e ao mesmo tempo de grande expectativa quanto ao futuro republicano. Nesse momento de conflito, era preciso construir uma identidade forte, que definisse o estado perante os demais, mostrando, inclusive, como se inseria de maneira destacada e ativa na grande história do país, e, em alguns casos, mais do que isso: mostrar como a história daquele estado era propriamente a parte mais significativa da história do Brasil republicano. Para esta tarefa os intelectuais do período foram buscar no passado elementos que permitissem explicar o que estava acontecendo no presente, e, com base nesta explicação, poder projetar um futuro à altura de suas aspirações.

Nesse contexto, surgem os institutos históricos estaduais, herdeiros do modo de fazer história do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB), mas buscando afastar-se da ideia de construção de uma “história geral do Brasil”, que já não satisfazia suas expectativas federalistas. É válido lembrar, todavia, que também o IHGB passava por reformulações nesse período, adaptando-se ao novo regime. A ideia da criação de institutos históricos nas províncias do Império já constava no estatuto do IHGB desde sua criação, em 1838. Entretanto, como afirma Lúcia Paschoal Guimarães, o que houve foi uma “inversão nos planos traçados pelos fundadores do IHGB, que imaginaram a expansão da ‘Casa da Memória Nacional’ de dentro para fora, promovida por sua própria iniciativa” e na prática o que tivemos foi a solicitação das províncias para a fundação ou o reconhecimento destas “filiais” pelo IHGB, tido como “matriz” do Rio de Janeiro (GUIMARAES, 1994: 172-173). Os dois primeiros institutos estaduais de que se tem notícia a solicitarem este reconhecimento foram o do Rio Grande do Sul, criado em 1853 e refundado em 1860, e o *Instituto Arqueológico e*

* Aluna do Programa de Iniciação Científica Voluntária do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, orientada pela Professora Doutora Eliana de Freitas Dutra.

Geográfico Pernambucano, que surgiu em 1862. Após a Proclamação da República, no entanto, há a criação de vários institutos estaduais ao longo território nacional. Apenas para citar alguns exemplos, temos neste momento a criação de institutos históricos no Ceará, 1887; na Bahia, em 1894; em São Paulo, 1895; Santa Catarina, 1896; Rio Grande do Norte, 1902; Paraíba, 1905; e em Minas Gerais, 1907.

O presente trabalho analisa duas propostas para a nascente historiografia mineira, feitas na inauguração do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (IHGMG), realizada no dia 15 de agosto de 1907. Tais propostas foram proferidas por duas figuras que desfrutaram de trajetórias políticas bastante distintas, ainda que suas formações intelectuais tivessem ocorrido em instituições similares. Referimo-nos a Diogo Luís de Almeida Pereira de Vasconcellos, antigo monarquista, e João Pinheiro da Silva, conhecido por seu protagonismo no Partido Republicano Mineiro.

Trajetórias políticas e intelectuais

As reflexões a respeito da interação entre intelectuais e política no Brasil em fins do século XIX e inícios do XX ganharam expressão com os trabalhos da socióloga Ângela Alonso e da historiadora Ângela de Castro Gomes. Ambas as autoras trazem a ideia de que nesse período não é consistente assumir uma clara separação entre o campo intelectual e o político, pois os intelectuais são, simultaneamente, produtores e mediadores de interpretações da realidade social (ALONSO, 2000; GOMES, 2009). Minas Gerais fornece um bom exemplo a essa teoria, pois o encargo de se pensar e escrever a história, tida como elemento básico para a compreensão da sociedade, é tomado como responsabilidade de seus políticos.

Oferecemos uma rápida análise das trajetórias intelectuais - e políticas, portanto – de Diogo de Vasconcellos e João Pinheiro, o que nos será de grande auxílio para compreender suas proposições a respeito da história. Diogo Luiz de Almeida Pereira de Vasconcellos nasceu em 1843, na cidade de Mariana. Filho de uma tradicional família mineira, que deu origem a vários políticos do estado, desde cedo foi marcado por uma forte religiosidade católica e um conservadorismo político em prol da Monarquia. A formação inicial de Vasconcellos se dará no Seminário de Mariana, o mesmo lugar em que anos mais tarde estudará João Pinheiro. Após este período estudou em Congonhas do Campo, e então, no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. Logo em seguida, começa o seu curso jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se gradua em 1867. (SILVA, 2010)

Um pouco antes, e já em um ambiente que ensaiava transformações políticas no país, nasce no Serro, em 1860, João Pinheiro da Silva, filho de imigrante italiano e de uma brasileira de família pouco abastada. Ele e seu irmão mais velho, José Pinheiro, concluíram seus estudos de Humanidades no Seminário de Mariana. José optou por ordenar-se padre naquele mesmo seminário, mas João Pinheiro tinha outros planos em mente. (BARBOSA, 1966)

Enquanto isso, Vasconcellos atuava como membro do Partido Conservador Mineiro e ocupou os cargos de Deputado Geral e Provincial por diversas legislaturas. Na década de 1870, durante os conflitos da Questão Religiosa, manteve-se em oposição ao gabinete Rio Branco, defendendo os bispos e a religiosidade. Ao longo da década de 1880, Vasconcellos intensificou seus esforços nos jornais, convocando os eleitores conservadores a votar, pois percebia que seu partido caía cada vez mais na impopularidade, à medida que seus rivais liberais se fortaleciam. Colaborou, assim, em vários periódicos do estado, como, por exemplo, o *A Província de Minas Gerais* e o *Jornal de Minas*. (SILVA, 2010)

Após um período na *Escola de Minas de Ouro Preto*, João Pinheiro transfere-se para São Paulo em 1883, onde inicia seu curso jurídico, no mesmo lugar em que havia se graduado Vasconcellos. Em 1886, alista-se como eleitor em São Paulo, declarando-se republicano. No ano seguinte, recebe a carta de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela *Faculdade de Direito da Cidade de São Paulo*. Em 1888 retorna a Ouro Preto, começa a atuar como advogado e a participar do Partido Republicano da Capital, trabalhando intensamente no movimento republicano. Já em 1889, junto a Antônio Olinto dos Santos Pires, dirige o jornal republicano *O Movimento*.

Mesmo após a Proclamação da República, Vasconcellos mantém seu saudosismo monárquico, mas isto não será empecilho para que continue participando da vida política – inclusive incentivando litígios, como o da mudança da capital do estado. Vasconcellos defendia a permanência da capital em Ouro Preto, liderando o grupo dos “não-mudancistas”, e com isso estabelece um confronto direto com João Pinheiro, que apoiava transferência. As discussões se dão no nível da imprensa, através, principalmente, dos periódicos, *Jornal de Minas* e *O Movimento* (SILVA, 2012). Em 1893, entretanto, após o término do seu mandato de Presidente da Câmara de Ouro Preto, afasta-se da política para dedicar-se à advocacia, ao jornalismo e à história. Em 1901, Vasconcellos lança sua primeira grande obra, *História Antiga das Minas Gerais*, reeditando-a ampliada em 1904.

Em 1892, João Pinheiro também se afasta do meio político, possivelmente desiludido com os rumos que a República havia tomado. Passa a se dedicar à fábrica de cerâmica, que funda em

Caeté (1893), e ao ofício de professor, que exerce na *Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Gerais*, ocupando a cadeira de “Direito das gentes, diplomacia, história dos tratados”, do curso de Ciências Sociais. Entretanto, retorna à cena política em 1903, como organizador do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Em 1906 João Pinheiro é eleito como Presidente do Estado de Minas Gerais e no mesmo ano, dá início aos primeiros movimentos de reforma do ensino no estado. Foi neste cargo que fundou o *Instituto Histórico e Geográfico Mineiro*, em 1907, ao lado de destacados nomes do cenário político em Minas Gerais, como Augusto de Lima, Nelson de Senna, Carlos Ottoni e, inclusive, Diogo de Vasconcellos. Entretanto, não cumpre seu mandato até o fim, pois morre em outubro 1908, aos 47 anos.

Já dentro do *Instituto*, Vasconcellos lança sua segunda grande obra em 1918, a *História Média das Minas Gerais*. Suas obras, apesar das críticas que receberam na época e que recebem ainda hoje, são consideradas como trabalhos de grande valor para a historiografia mineira. Após anos de dedicação à escrita da história do estado, Vasconcellos morre em 1927, com 84 anos.

Percebemos que, apesar de frequentarem instituições semelhantes, os dois políticos o fazem em momentos bastante distintos no cenário da política nacional. Vasconcellos, mais velho, se posiciona a favor do regime vigente, seguindo a tradição de sua família, e, após a queda do Império, torna-se um saudosista do passado monárquico. João Pinheiro, por sua vez, integra-se na corrente de insatisfeitos com o Império e se concentra no futuro republicano que se abria no horizonte da nação. Apesar de o *Instituto Histórico Mineiro* só surgir anos mais tarde, o passado político de ambos deixa-se perceber nas entrelinhas dos discursos proferidos, definindo modos distintos de se pensar a escrita da história que pretendiam fundar no estado.

A instalação do Instituto Histórico Mineiro

Fundado em 17 de junho de 1907, o *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* proferiu sua sessão solene de instalação no dia 15 de agosto do mesmo ano. Uma prática que se tornou recorrente foi o convite de membros do IHGB para a participação nas reuniões especiais da associação, o que estreitou ainda mais a relação entre as duas instituições. Na sessão de instalação, Max Fleiuss, secretário perpétuo do IHGB, esteve presente como convidado especial e proferiu um discurso que colocava a criação do *Instituto* em Minas dentro dos planos do próprio IHGB, fazendo questão de recordar que constava no Artigo 9º do primeiro estatuto do grêmio carioca a ideia de ramificar-se nas províncias do Império, para

facilitar a reunião dos documentos necessários à escrita da história e ao desenvolvimento da geografia do Brasil - o que se deu de forma invertida, como já dissemos.

A história é definida por Fleiuss como “elemento social mais decisivo”, servindo às necessidades concretas da sociedade, mesmo porque “a época das banalidades literárias (...) passou” – a história deveria ser desenvolvida de maneira séria, pautada na razão, deixando para trás a visão da história como gênero literário, ideia que se remete à tradição greco-romana clássica e, de certo modo, à historiografia desenvolvida no Brasil ao longo do século XIX. Para se enfrentar as transformações políticas e sociais que estavam acontecendo naquele momento, era necessário compreender profundamente a história, que “habitua à variação das formas sociais e dissipa os receios dessas mudanças”. Para Fleiuss o trabalho do historiador estava imbuído de tamanha importância que concorda com Oliveira Viana quando este afirma que até aquele momento “o Brasil tem tido (...) grandes pesquisadores, como Varnhagen, mas não possui ainda um grande historiador” (FLEIUSS, 1927: 229-233).

Fleiuss cita uma série de autores, dentre eles Xavier da Veiga, Augusto de Lima e Diogo de Vasconcellos, de quem os trabalhos realizados até aquele momento “são magníficos subsídios que poderemos oferecer ao definitivo historiador que não tardará”, assim como a *Revista do Arquivo Público Mineiro*, deixando transparecer sua crença em uma história, ou um historiador – para usar seus próprios termos -, “definitivo”, ao mesmo tempo em que faz uma forte crítica à historiografia praticada até aquele momento no estado, retirando seu *status* de “história” e transformando-a em “fontes” para o verdadeiro trabalho historiográfico que ainda estava por se realizar. O discurso de Fleiuss segue – ou é seguido – de acordo com o do próprio IHGMG, que se pretende fundador não de uma nova, mas da própria escrita da história no estado, uma vez que as iniciativas anteriores não mereciam tal estatuto.

Finalizando seu discurso, Fleiuss recordará um evento da história mineira que também aparece nos discursos de João Pinheiro e de Diogo de Vasconcellos, proferidos na mesma sessão. Referimo-nos à chegada dos bandeirantes paulistas, que para o historiador “oferecem margem para fecundas pesquisas”, e devem ser vistas como “invasões beneméritas”, pois tiveram por consequência a descoberta das riquezas da pátria.

Adentremos, neste ponto, nas propostas dos intelectuais mineiros para a escrita dessa história, que nascia digna de ser reconhecida como tal a partir daquele momento. Acreditamos que esses discursos, e também os proferidos na sessão de fundação, que analisaremos em outra oportunidade, marcam a forma – ou as formas – da escrita da história dentro da instituição, e é

possível que, sem deixar de lado os diálogos com a produção externa - seja do IHGB, seja a nível internacional - forneçam os referenciais metodológicos para o tratamento da história e definam os contornos do objeto – a história de Minas Gerais – constituindo os “textos de fundação” da historiografia mineira, para lançar mão da expressão de Manoel Luiz Salgado Guimarães (GUIMARAES, 2008: 393-414).

Diogo de Vasconcellos e a “hermenêutica do cristianismo”

Vasconcellos é eleito como orador perpétuo do IHGMG, e abre sua fala na inauguração do *Instituto* ressaltando a importância da criação do grêmio para o povo mineiro, que “sentia falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais” (VASCONCELLOS, 1909: 213-214). Já aqui a história é apresentada como elemento unificador e homogeneizador da sociedade: estão suprimidos os conflitos e divergências.

Em seguida, Vasconcellos levanta uma longa lista de pensadores europeus que refletiram sobre a história até aquele momento, dos quais discorda em grande parte. O discurso de Vasconcellos ainda carece de um estudo aprofundado que identifique com maior precisão os autores com quem dialoga, no entanto, este não é o objetivo do presente trabalho. Por hora, nos limitaremos a seguir o raciocínio do historiador, nos concentrando na forma como ele lida com suas fontes na construção de seu discurso. Vasconcellos aborda, por exemplo, a doutrina de Hegel, “que nos ensina que a história é a justificação divina, mostrando-nos como Deus se manifesta na vida coletiva dos homens”, mas o orador afirma que, se tudo fosse obra de Deus, o bem e o mal ocupariam posição de igualdade, o que torna a ideia inaceitável (VASCONCELLOS, 1909: 217). Sem necessariamente negar o discurso religioso, Vasconcellos identifica outras forças atuando sobre a história, para além da divina.

Consideramos conveniente transcrever uma passagem da fala do orador, ainda que demasiado extensa, com a finalidade de recuperar suas expressões e a maneira como ele desliza pelos discursos sobre a história. Sobre Augusto Comte, afirma,

Espírito genial, mas puramente científico, preocupado exclusivamente de fatos e algarismos, alma todavia leal, e honesta, no dizer de Guisot, Augusto Comte a seu turno se fez inovador e dogmático. Sem se falar de sistema ateu (...), o Mestre se apresentou fazendo descobertas, e propondo a história uma nova filosofia.

Mas, senhores, a maior descoberta de Comte resulta da semelhança com as três idades de Vico, e a sua crítica histórica iniciada desde os tempos de Santo Agostinho, coordenada por Volney, não excede em mérito à Ciência Nova daquele mesmo insigne Napolitano.

O sucesso do grande inovador se fez notável pelo emprego exclusivo do método experimental, pelas tendências materialistas do mundo vigente, e mais ainda pelo ceticismo metafísico de Kant, em meio das classes matemáticas e especulativas, que preferem sobre tudo os métodos a priori.

Proclamando o progresso, por fim, supre o ideal humano e para tanto invoca a história que trunca e desencadeia a propósito e a medida de conclusões antecipadas. Comte não pode alegar ter feito uma filosofia para a sua história, mas uma história para a sua filosofia.

Tomando de Bukle o modo de observar os fatos, de que se deduzem logicamente as consequências, concebeu igualmente a ideia de leis gerais segundo a história, à semelhança das leis fatais que regem os astros e produzem os fenômenos.

No positivismo caímos, portanto sob o guante da mesma fatalidade; e tanto basta para ser falso em tudo que respeita ao mundo moral. (VASCONCELLOS, 1909: 217)

Desse modo fica claro que, para Vasconcellos o positivismo não tem utilidade para a história, pois se aplica ao mundo das ciências naturais, e não “ao mundo moral”, onde localiza a história. “Nestas condições”, ele afirma, “rejeitando-se todas as doutrinas, inclusive a de Bossuet, que prega um fatalismo da Providência tão igual como o dr. Hegel (...), o remédio parece-me deparado no uso da hermenêutica do cristianismo, buscando-se com ela a solução desejada” (VASCONCELLOS, 1909: 217). Após esse longo balanço historiográfico, condição para um trabalho sério de história no início do século XX, ao mesmo tempo em que se esforça em desacreditar a produção realizada até ali, Vasconcellos se pretende inaugurando uma nova teoria para a história, que coloca como a melhor opção para os futuros trabalhos – a “hermenêutica do cristianismo”.

Por “hermenêutica do cristianismo”, o autor demonstra compreender uma teoria composta por “três verdades”, que são, por sua vez, a Verdade Filosófica, “tríplice ciência das coisas intelectuais e morais”; a Verdade Religiosa, “conhecimento de Deus, manifestado no culto”, que por natureza ama o passado; e, por fim, a Verdade Política, que representa a ordem, ou seja, “a liberdade do direito natural do povo associado à soberania exercida pelo poder público”. De acordo com este raciocínio, é da interação entre estas três dimensões – política, religião e filosofia - que os “fatos” históricos acontecem, partindo-se do pressuposto da existência de uma “verdade” a respeito delas. A Verdade Política seria disputada pelas duas anteriores (Religiosa e Filosófica), mas elas se equilibram, pois mesmo que combatam entre si, nunca poderão se destruir. Ainda sobre este assunto, Vasconcellos afirma que, “a maneira apaixonada (...) de se encarar na história o fenômeno do progresso dá em resultado das lutas os desvarios, que no desespero proclamam a fatalidade das coisas. O cristianismo, porém, separando aquelas três verdades e contendo-as cada uma em sua esfera e competência, restabelece a paz e salva a liberdade sem prejuízo da Providência” (VASCONCELLOS, 1909:

217-218). Ancorada na filosofia cristã, a história de Vasconcellos preserva as dimensões de razão e religião, colocando-as em posições semelhantes, ainda que com declarado predomínio da divindade.

A imparcialidade surge na fala do orador como um elemento importante para a escrita da história, e ele nos oferece uma mostra do que entendia por “imparcialidade”. Diz Vasconcellos, “ao historiador (...) decorre o dever de assumir a tarefa, de todas a mais difícil, no campeonato das letras. (...) A crítica tem de ser (...) imparcial e justa, não somente com os tempos, se não ainda mais com os homens.” Os povos “não podem ser acusados ou defendidos senão pelas leis do século em que viveram; nem ser condenados por ideias, que não tiveram submetidos” (VASCONCELLOS, 1909: 218). Ao mesmo tempo em que lança bases para se pensar os problemas do anacronismo no ofício do historiador, a disciplina transforma-se aqui em instância para julgamento das ações humanas, como Manoel Guimarães já identificava na historiografia do século XIX (GUIMARÃES, 2006: 67-85), ainda que, para Vasconcellos, esta concepção não se relacione necessariamente com a redução do papel da Igreja enquanto instituição referencial de valores, mas, como no exemplo anterior, religião e história são dimensões que ele aproxima constantemente.

Tal como fizeram os demais oradores da noite, Vasconcellos traz ao fim de seu pronunciamento o descobrimento das terras que se tornariam Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, como o aspecto da história mineira que deveria ter lugar de destaque. Considerando os princípios historiográficos elencados acima, os historiadores mineiros tinham a missão de ressaltar a “origem privilegiada” do estado, pois é “descendente de generoso sangue paulista” (VASCONCELLOS, 1909: 219). São as “invasões beneméritas” de que fala Fleiuss, ainda que por motivos diferentes, ou seja, não por fornecer riquezas à nação, mas por legar uma tradição conservadora e católica ao estado, aspectos caros à Vasconcellos.

João Pinheiro e a necessidade prática da história

Enquanto um dos expoentes do Partido Republicano de Minas Gerais e Presidente do Estado, João Pinheiro é muito conhecido por sua ação política, tanto pelos investimentos que fez na educação em Minas Gerais - especialmente no desenvolvimento do ensino técnico -, quanto por sua defesa do liberalismo, e ainda por seus esforços em afastar a Igreja dos assuntos do Estado. Entretanto, buscamos recordar aqui suas contribuições intelectuais, pois foi um dos grandes incentivadores da produção historiográfica em Minas, além de leitor entusiasta e

difusor das obras de Roosevelt, como afirma Francisco de Assis Barbosa (BARBOSA, 1966: 13-15).

O presidente do *Instituto* abre sua fala na sessão de inauguração da seguinte maneira: “Ao Estado de Minas faltava, para a sistematização completa da sua vida social, a instituição que ora inauguramos”. João Pinheiro demonstra ser o mais preocupado com o caráter social e prático da história, afirmando que, mais do que um prazer intelectual, a história deve servir “as fecundas e positivas cogitações da atualidade, na solução premente de problemas mais necessários, que resguardem o futuro, melhorando-o”. E completa dizendo: “de par com os estudos propriamente da erudição, devem ser feitos e principalmente, os que visem uma utilidade humana, procurando, pela imparcial observação do passado, induzir leis que regulem o presente para que o futuro seja melhor que ambos” (BARBOSA, 1966: 248-250). Infere-se desta fala a concepção de história como ferramenta de compreensão da sociedade que serviria como ponto de partida para a solução de problemas da atualidade e projeção de um futuro que atendesse às expectativas. O caráter da imparcialidade, também se encontra presente na fala de João Pinheiro. Ainda que ele não se detenha a explicar o que entendia por esse termo, podemos afirmar que essa *imparcialidade* não ia de encontro com os usos políticos do passado.

João Pinheiro define a história como sendo a “marcha da Humanidade”, que passa por períodos gloriosos e períodos de decadência, por isso, apesar de dizer que o estudo do passado nos remete ao entendimento de que devemos confiar “no Direito, na Justiça, na Liberdade, [e] no Bem”, João Pinheiro afirma que a história “assinala lições de prolongado aviltamento dos povos e nele o exemplo da desonra do homem e, por isso, não pode ser a ‘mestra da vida’” (BARBOSA, 1966: 249-250). Observamos aqui um posicionamento que questiona a relação direta entre a disciplina História e o ensino dos bons costumes - a história começa a se afastar da ideia de *magistra vitae*, deixando de ser uma disciplina fundamentalmente moralizante. A história enquanto *magistra vitae* provoca desconforto a diversos historiadores no período, que se aproximam ou se afastam da ideia, sem conseguir chegar a uma conclusão sobre o tema, mantendo-o como território de disputas que envolvem, inclusive, a historiografia europeia¹.

Para finalizar seu discurso, João Pinheiro dá enfoque ao “descobrimento” de Minas Gerais pelos bandeirantes paulistas, da mesma forma que Max Fleiuss e Diogo de Vasconcellos. Mas, diferente desses, refere-se ao exemplo de luta e persistência que marcam a origem da vida no estado, assim como ao legado de força moral que os paulistas deixaram aos mineiros.

¹ Sobre este tema, consultar os trabalhos de Ângela de Castro Gomes e Manoel Luiz Salgado Guimarães.

João Pinheiro oferece referências de onde se deveria buscar os documentos relativos ao período do “descobrimento” da “estremecida terra mineira”, que se encontravam “nas reclamações dirigidas ao governo d’el-Rei, nas respostas de ultramar, nos roteiros, nas informações dos governadores sobre os descobrimentos felizes, como sobre as fundas desilusões dos garimpeiros sem riqueza, nas narrações das próprias lutas ensanguentadas” (BARBOSA, 1966: 250) , ou seja, a história de Minas deve ser buscada nos momentos de conflito com a Corte e nas dificuldades e desilusões de seus primeiros habitantes.

Observem que tanto Diogo de Vasconcellos quanto João Pinheiro utilizam o mesmo episódio para defender elementos bastante distintos. Enquanto o primeiro destaca aspectos que lhe são caros: o conservadorismo e a religiosidade dos paulistas, deixando de lado os conflitos, o segundo, a seu turno, vê nos bandeirantes o exemplo de luta e persistência, ressaltando as dificuldades que estes tiveram em relação à coroa.

João Pinheiro demonstra com sua proposta que, apesar de não ter se dedicado profundamente à escrita da história - talvez por estar mais interessado em “fazer história”, ou por sua morte precoce – era um leitor dedicado desta e possuía uma boa noção, ou pelo menos apresentava uma proposta coerente e que dialogava com as formulações teóricas de sua época, de como deveria ser desempenhado o ofício do historiador.

Conclusão

De um lado, temos um líder republicano, de outro, um monarquista histórico - ambos ocupando posições de destaque dentro da mesma instituição. Ambos buscando - cada um a sua maneira - reformular as experiências do passado sob a perspectiva do que esperavam para o futuro e assim, criar um projeto de história para Minas Gerais que valorizasse suas especificidades dentro da história do Brasil. Se suas trajetórias políticas distintas geram certo estranhamento ao encontrá-los somando esforços dentro da mesma associação, tal desconforto se dissipa ao percebermos que naquele momento seus objetivos são comuns – ambos acreditavam que através da escrita da história poderiam alcançar um futuro digno da grandeza de Minas Gerais. Melhor do que falar em dissonância, é pensar na difícil articulação feita entre o passado e o futuro, neste complexo e instigante momento da nossa história.

Referências bibliográficas

- ALONSO, Ângela. “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração de 1870”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, out. 2000.
- CALLARI, Claudia Regina. “Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, n. 40, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009.
- GUIMARÃES, Lúcia Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*. 387 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 1994.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: *Estudos sobre a escrita da história. Anais do encontro de historiografia e história política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- _____. “Uma história da história nacional: textos de fundação”. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- IGLESIAS, Francisco. “Prefácio à reedição de Diogo de Vasconcellos”. In: VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga das Minas Gerais*. Vol.1, 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.
- PARRELA, Ivana D. *Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira (1895-1937)*. 415 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2009.
- SILVA, Rodrigo Machado da. *A experiência do passado: a escrita da história como discurso da civilização*. 110 f. Monografia de conclusão de curso - Universidade Federal de Ouro Preto, Graduação em História, Mariana, 2010.
- _____. “Imprensa, proclamação da República e a nova ordem política em Minas Gerais”. *Revista Tempo, Espaço e Linguagem*, Paraná, vol. 3, n. 3, 2012.

Fontes impressas

- BARBOSA, Francisco de Assis. *João Pinheiro: documentário sobre a sua vida*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1966.
- FLEIUSS, Max. “Discurso de Max Fleiuss no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 15 de agosto de 1907”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1928 [1927], tomo 101, vol. 155.
- VASCONCELLOS, Diogo de. “Discurso”. Ata da sessão de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, ano/ volume 14, 1909.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

Joaquim Manuel de Macedo – Um estudo pioneiro a cerca da nostalgia no Brasil

Pedro Henrique Ferreira Danese Oliveira*

O primeiro trabalho na Europa em que aparece a palavra nostalgia¹ foi escrito, no século XVII, pelo médico suíço Johanes Heller². Nele, o principal assunto eram os soldados suíços que iam para as batalhas e momentaneamente caíam doentes sem nenhum motivo aparente. Antes de Heller, a nostalgia era somente um fenômeno relacionado aos sentimentos. Com a tese defendida pelo médico suíço, ela passou a ser considerada não somente um problema de sentimentos, mas uma questão propriamente médica. Sobre a doença o médico da Basileia afirmou o seguinte:

As to its pathogenesis, the disease is due essentially to a disordered imagination, whereby the part of the brain chiefly affected is that in which of images of desired persons and places are located. This is the inner part of the brain where the vital spirits constantly surges back and forth through the nerves fibers in which the impressions of the native land are stored. As a consequence of dwelling persistently upon them, these impressions become so profound that the vital spirits move in this channels of the own accord, continually evoking the impressions, just as things that impress us deeply reappear in our dreams. Once the vital spirits have made a path for themselves and widened it, they find it easier, as in sleep, to take the same path again and again (HOFER in DENIS: 1975).

Para Starobinski (1968), a definição de nostalgia de Hofer provém principalmente de conceitos da medicina greco-romana³. Destarte, pode-se perceber a influência de médicos como Galeno e Arateu da Capadócia, entre outros. Logo, a definição de nostalgia para Hofer, é a seguinte:

* Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

¹O termo se origina da palavra alemã *Heinweh*. É a junção de duas palavras gregas: *nostos*, o retorno à terra nativa, e *algos*, dor. Na França, o termo é denominado *maladie du pays*.

² Tese escrita em latim, apresentada no ano de 1678 com o título *De Nostalgia*.

³ Era baseada na questão dos humores de Hipócrates e no estudo da bÍlis negra por Galeno.

Nostalgia is born from a disorder of the imagination, from which it follows that the nervous sap always take the very same direction in the brain, and as a result, excites the same idea, the desire to return to one's natives land ... The nostalgic are affected by but few external objects, and not supresses the impression which the desire to return makes on them: while in a normal state the soul can become equally interested in all objects, in nostalgia its attention is diminished; its feels the attraction of very few objetcs and pratically limits itself too near single idea. I should willingly the melancholy plays a part here , for a vital spirits , worn out by the single idea which occupies them , become exhuated and provoke erroneaus representations (HOFER in STAROBINSKI, 1968: 86).

Dessa forma, o médico suíço Hofer questiona por que razão a grande maioria dos jovens que vão para fora da Suíça são muitas vezes acometidos pelos sintomas da nostalgia. Para Starobinski (1968), uma das explicações poderia ser a seguinte:

Why Johannes Hofer asked himself are the young Swiss so frequently inclined to nostalgia when go abroad? Obviously because many of them never left the home before, have never been forced to establish themselves with a foreign *milieu*. It is hard for them to forget the loving care with which their mothers surrounded them . They miss the soup which they used to have breakfast , the thick milk from their own valley, and perhaps the freedom which they enjoyed in the own country... The modern pshychiatry should be thankful to Johannes Hefer for underlining straight of the role of this deprivation: the loss of childhood,“of oral satisfactions” of motherly coaxing (STAROBINSKI,1968: 86) .

Denis (2008) também analisa a obra de Hofer e seu significado de nostalgia. O autor tece o seguinte comentário acerca da obra de Hofer e do seu conceito de nostalgia:

Em su tesis Hofer había propuesto un mecanismo fisiológico muy concreto para explicar las causas deste mal. Desde supunto de vista, um desorden de la imaginación provocaba que el fluido circulando a lo largo de los nervios pasase una y outra vez por la zona del cerebro resposable del deseo de regresar a la

pátria . Una vez que esta preferéncia circulatória que daba estabelecida , cada nuervo flujo venía a reforzarla .Todo lo que se relacionaba com laideadel lugar tendía a multiplicarse , el resto de lasideas y de las percepciones se debilitaban. El paciente se tornaba indiferente hacia la mayoría de los estímulos y se encerabaen um mundo interior repleto de memorias . Al estado melancólico resultante seguía uma languidez generalizada. El nostálgico perdía el apetito, dejaba de hablar, se prostaba em su lecho y terminaba muriendo de inanición. La unica cura posible era el regreso a la pátria. Hofer creía que los adolescentes suizos eran especialmente susceptibles a este mal porque habían crecido em el aislamiento relativo de los valles alpinos, ajenos a la vertiginosa marcha de la vida mercantil europea que comenzaba a despuntar a final es del siglo diecisiete (DENIS,2008: 783).

Corroborando a opinião de Starobinski, Rosen (1975: 341) também afirma esta particularidade da nostalgia como uma doença meramente suíça, fato este que se comprova quando Hofer, ao estudar os suíços, principalmente os habitantes de Berna, afirma : Should the Swiss be peculiary subment to this milady , I do not know wheter I should not ascribe it to their being deprived of the soups commonly eaten at breakfest , or the fine milk , or a yearning for their native freedom.”(HOFER in ROSEN :1975).

No Brasil, diferentemente da Europa, sofreu-se primeiro com a falta de médicos (problema candente desde os primórdios da colonização⁴) e depois com a não criação de instituições de ensino superior. Assim, os loucos no Brasil muitas vezes eram tratados em antigos leprosários ou em instituições denominadas Santa Casa de Misericórdia, e jogados nas prisões.Com a falta de médicos, eram cuidados por instituições regidas por religiosos. E este cenário se mantém até o começo do século XIX. E, diferentemente da Europa, não havia estágio para médicos nos lugares onde se acolhiam os alienados, para que se pudesse tentar um tratamento através da observação dos pacientes e se obter sua cura e recuperação total.

⁴Como mostram os trabalhos de Nava (2003) e Macedo (1979), a falta de médicos, era algo frequente durante o tempo da colônia, levando muitas vezes os governantes que estavam no Brasil a enviar petições ao rei de Portugal pedindo assistência médica, fato este que era atendido poucas vezes. Os médicos que vinham para o Brasil não eram bem remunerados, tinham péssimas condições e trabalho e havia grande distância entre Portugal e Brasil. Mas, a partir do XVIII, com a Reforma Pombalina, este fato começou a se alterar. Pode-se dizer que a Reforma alterou o modo como se aprendia Medicina. Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*.

Com a vinda da Família Real para o Brasil (e com a chegada de ilustrados⁵), o cenário do estudo da loucura começa a sofrer uma mudança, ainda que bastante lenta. Com a criação da Escola de Medicina da Bahia (1808), e posteriormente da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, surgem, de acordo com Machado et alli (1979), na década de 1830, as primeiras dissertações acerca do tema, apresentadas no Rio de Janeiro. Influenciados principalmente pelos intelectuais franceses, os médicos brasileiros começam, ainda que de maneira bastante tímida, o estudo sobre a loucura no Brasil. Percebe-se nas primeiras teses, embora bastantes curtas, certa influencia de Pinel em relação ao tratamento da loucura, mas esses estudos, assim com os primeiros estudos sobre a loucura na Europa no século XVIII, eram bastante confusos. Nesse contexto, Joaquim Manuel de Macedo apresenta sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1844. Macedo, através de sua tese, tornou-se um dos precursores do estudo da loucura e principalmente da nostalgia⁶ no Brasil. A obra de Macedo divide-se da seguinte maneira: causas, sedes, sintomas, prognóstico e tratamento da nostalgia. De acordo com Oda (2008), Macedo era facilmente identificado com a classe senhorial.

De acordo com Polito (2004), o trabalho de Macedo⁷ [...]”ênfatiza o caráter patológico do desenraizamento, mal a ser extirpado em face da necessidade da fixação de mão-de-obra ao local de trabalho”. Assim, Macedo iria estabelecer uma relação interessante: a saudade do escravo, derivada da impossibilidade da volta para casa, teria vínculos com a nostalgia das lembranças. Assim, essas lembranças levariam os escravos à tristeza e muitas vezes a casos de melancolia. Macedo, por estar na década de 40 do século XIX, se utiliza desde autores da Grécia e da Roma Antiga, como por exemplo Cícero, Galeno e Hipócrates, até médicos como Sydeham⁸, importante doutor inglês do século XVII com importantes estudos relacionados à mania e à histeria, doença que ele considerava apenas feminina.

⁵Sobre essas questões, destaca-se o trabalho de Costa (2003), que mostra como a vinda dos ilustrados auxiliou na construção de uma identidade brasileira.

⁶De acordo com Oda (2008), Macedo, considera a nostalgia uma moléstia mental, sendo influenciado principalmente pelo conceito de lipenamia de Esquirol.

⁷De acordo com Oda (2008), o trabalho de Macedo muitas vezes coloca ao lado de obras médicas outras referências como obras históricas ou mitológicas, dando-lhes a mesma autoridade (ODA; 2008: p -750).

⁸Foi um médico inglês. Sydenham é conhecido pelo sucesso de seu tratamento "expectante" da varíola, pelo láudano (primeira forma de tintura de ópio) e pelas descrições da coréia aguda (dança de São Vito), da mania e da histeria, que considerava doença unicamente feminina. Sua forma no homem deveria ser designada por hipocondria.

Macedo, na sua tese, primeiro define o que seria a nostalgia, utilizando ideias principalmente da psicopatologia francesa, associadas principalmente à questão das paixões do intelecto humano. Depois, indica quais são as causas da nostalgia e os sintomas que caracterizariam a doença. Seguindo a ordem cronologia da tese Macedo, trata-se do prognóstico da nostalgia, depois da sede, de como se deve fazer o tratamento e, finalmente, da anatomia patológica da doença. A definição de nostalgia de Macedo passa intrinsecamente pelo amor a pátria na qual se nasceu, pelo amor dos pais: o amor da pátria é talvez o do filho mimoso da primeira idade (MACEDO, 2004 [1844]). Desta maneira, Macedo vai estabelecendo a relação do homem com a sua pátria de nascimento, que poderia lhe servir inclusive de proteção; esse amor tende a crescer ao longo dos anos e, com o passar do tempo, o homem poderia sofrer de nostalgia ao se atirar às questões mnemônicas.

Mais seguro e durável, mais profundamente gravado que nenhum outro sentimento, o amor à terra natal suavemente adormecido nos dias de prosperidade, desperta se ostenta com indizível força e brilho no infortúnio, tal como o pirilampo, cujo luzir se faz mais apreciável nas noites de escuridão. (MACEDO, 2004: 33 [1844]).

No que tange às discussões historiográficas, um importante debate, ainda que de maneira bem tênue, aparece na obra de Macedo, mesmo que ele muitas vezes evite falar sobre o tema. Assim, na tese, Macedo começa a analisar de que forma os sintomas da nostalgia propriamente ditos estariam relacionados, na percepção do autor, a casos de suicídios de escravos:

Com efeito, tão fortes eram os sofrimentos desses infelizes, tanto podia no animo deles o prejuízo que também por sua vez os escraviza, que o suicídio tomou vulgaridade bem formidável, para que os colonos espantados recorressem ao meio muito novo na história, de mandar sepultar todos os que se matavam, de arte tal que ficasse bem visível um membro do cadáver, a fim de que os parceiros do finado se convencessem pela evidência física de que vãmente contavam ressuscitar suas terras na África (MACEDO, 2004: 49 [1844]).

Como bem observaram Oliveira e Oda (2007), na história da escravidão os suicídios de escravos são quase sempre citados de passagem, em geral acompanhando comentários genéricos sobre formação de quilombos e fugas. (OLIVEIRA; ODA, 2007 : 372). Ainda em relação ao suicídio de escravos, os autores citam como os viajantes⁹ relataram estes acontecimentos:

Os relatos de vários estrangeiros que observaram a escravidão no Brasil do século XIX mencionam que o suicídio era prática muito comum entre os escravos. As mortes voluntárias entre os cativos são descritas tanto na forma passiva de recusar alimento e deixar-se morrer de tristeza, como o banzo, quanto na forma ativa, por enforcamento, afogamento, uso de armas brancas etc. Geralmente o desinteresse pela vida, a apatia extrema e o desejo de liberdade e dos vínculos com a terra e grupo social de origem, e ainda aos castigos excessivos impostos pelos senhores (OLIVEIRA; ODA, 2007 : 372).

Em relação ao banzo especificamente, há a obra do médico brasileiro Luis Antonio de Oliveira Mendes, intitulada *Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a costa d'África e o Brasil*¹⁰, que foi o primeiro trabalho em português em que se cita a palavra banzo, relacionada com a tristeza dos escravos. O autor usa como artifícios da sua pesquisa relatos de senhores de escravos para descrever minuciosamente o que seria o banzo:

Uma, e das principais moléstias crônicas, que sofrem os escravos, a qual pelo decurso do tempo os leva à sepultura, vem a ser o **banzo**. O banzo é um ressentimento entranhando por qualquer principio, como, por exemplo: a saudade dos seus, e da sua pátria; o amor devido a alguém; a ingratição, e aleivosia, que outro lhe fizera; a cogitação profunda sobre a perda a liberdade; a meditação continuada da aspereza [da tirania] com que os tratam; o mesmo mau trato, que suportam; e tudo aquilo que pode melancolizar. É uma paixão da alma, a que se entregam, que só é extinta, [só dão por extinta] com a morte: por isso [em seu competente lugar] [...] (MENDES, 2007: 393[1812]).

Um tema pouco estudado, que também está relacionado com o banzo, seria a geofagia ou pica, que, de acordo com Oda (2008), era uma alteração alimentar definida pela ingestão de barro, cal, madeira, e relacionada com a morte de indígenas e escravos

⁹ Menções ao suicídio dos escravos e ao banzo podem ser encontradas em Von Martius, Debret e Sigaud, entre outros.

¹⁰ Obra apresentada à Real Academia das Ciências de Lisboa em 1793, mas publicada somente em 1812.

(ODA, 2008: 754). A autora refere os debates sobre esta questão, vinculando melancolia, banzo e suicídio de escravos.

O atual debate sobre seu significado patológico desperta controvérsias, e há três principais linhas explicativas para a etiologia da pica (que inclui a geofagia), um fenômeno que existe em várias partes do mundo contemporâneo. A primeira, mais antiga e cada vez mais questionada em termos de validade estatística da relação casual relaciona a alteração do apetite à presença de parasitoses intestinais, em especial a nectariose; a segunda explicação é cultural, a ingestão de terra é um antigo hábito em muitas regiões da África; a terceira inclui o componente cultural e postula que os principais fatores envolvidos na origem da pica são relacionados a deficiências nutricionais¹¹ (ODA, 2008: 755).

Ainda que no Brasil houvesse um certo atraso nos estudos sobre a loucura, ocasionado primeiramente pela falta de médicos e pela não criação de cursos, com a chegada da Família Real houve um certo avanço com a criação de cursos superiores. Macedo, bastante influenciado pelos autores franceses, realiza em sua obra a análise da nostalgia intrínseca ao contexto brasileiro. O que não se sabe ainda é como o significado de nostalgia do contexto europeu, associado a estudantes e a guerras, foi adaptado à questão da escravidão e ao banzo. Caberia, neste sentido, um estudo acerca das mudanças etimológicas da palavra nostalgia no Brasil. Macedo é um dos primeiros a relacionar os sintomas da pátria a moléstias mentais. Com isso, contribui de forma importante para o avanço dos estudos sobre a loucura no Brasil, ainda que somente mais de dez anos após ter defendido sua tese na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o imperador D. Pedro II, cedendo à pressão de vários médicos, inaugurou na capital o primeiro hospício brasileiro, que deveria adotar como modelo de tratamento o francês. Assim como na Europa, isso não se concretizou em decorrência de vários incidentes, por abuso de autoridade e funcionários, ou pela dificuldade de controlar os delírios dos insanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do Corpo: o saber medicinal luso-brasileiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.

¹¹Apenas salientando que em relação a terceira corrente Oda (2008), utiliza os conceitos do trabalho de Sheridan (1985 p-216-19).

COSTA, Wilma Peres .Viagens e peregrinações : a trajetória de intelectuais de dois mundos. In : Bastos , Elide Rugai el al (ORG) . *Intelectuais : sociedade e política* . São Paulo: Cortez , 2003 . p . 53- 81 .

HOFER, Johanes. Dissertação. De nostalgia, Basel, 1678. In: ROSEN , George . *Nostalgia .a “Forgotten Psychological Disorder* . Pshycological Medicine , Cambridge , v .5 , p- 340 -354 , 1975 .

LOPES , Myriam Bahia, POLITO, Ronald. (ORGS) .In : MACEDO, Joaquim Manuel de . *Considerações sobre a Nostalgia(1844)* . Campinas : Editora da Unicamp , 2004 .

LÓPEZ DENIS .Adrián .*Melancholia ,Slavery and Social Pathology in Eighteenth Century* . *Science in Contex*, v. 18 , p . 179 -99 , 2005 .

_____.*Nostalgia y esclavitud em la era de las revoluciones*. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 779-790, dezembro 2008 (Suplemento) .

MACHADO, Roberto; LOUREIRO ; Ângela ; LUZ , Rogério ; MURICY , Kátia . *Danação da norma : a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro : Edições Graal , 1978

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Considerações sobre a nostalgia (1844)*. Estabelecimento de texto e notas explicativas por Ronald Polito e Myriam Bahia Lopes. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

NAVA , Pedro . *Capítulos de História da Medicina no Brasil*. Rio de Janeiro : Brasil Médico Cirúrgico , 2003

OLIVEIRA MENDES ,Luis Antonio de . Memória a respeito dos escravos e tráfico de escravos entre a costa d’África e do Brasil (1812) . *Revista Latino americana de Psicopatologia fundamental* , São Paulo , v . 10 , n 2 , p. 362 -76 , jun 2007 .

ODA ,Ana Maria Galdini Raimundo . Escravidão e Nostalgia no Brasil : o banzo . *Rev. Latino am. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 735-761, dezembro 2008 (Suplemento).

OLIVEIRA , Saulo Vieira. Ana Maria Galdini Raimundo . *O suicídio de escravos em São nas duas últimas décadas da escravidão* .História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, n.2, p.371-388, abr.-jun. 2008.

SHERIDAN, Richard B. *Doctors and slaves: a medical and demographic history of slavery in British West Indies, 1680-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p.216-219.

STAROBINSK ,Jean . *The idea of nostalgia* . Diogenes ,1966 . p. 81- 103 .

Laudou ou Sentença? A decisão de Pedro Lessa da data comemorativa da Confederação do Equador

Aline Michelini Menoncello*

No dia 9 de maio de 1916, o Sr. Lauro Müller ofereceu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) um valioso manuscrito de Varnhagen¹, *A História da independência do Brasil*, que foi aclamado até mesmo antes de ser lido, como uma valiosa contribuição para os estudos da História do Brasil. O presidente do Instituto, Afonso Celso, nomeou, dois dias mais tarde, a Comissão que iria “examinar, conferir e coordenar os originais de Francisco Adolfo de Varnhagen” (A PUBLICAÇÃO... 1916: 7). Os encarregados dessa nobre missão pátria foram os senhores: J. Vieira Fazenda, B. F. Ramiz Galvão, Pedro Lessa, Max Fleiüss, Basílio de Magalhães, Rodolfo Garcia e Pedro Souto Maior.

Alguns meses após a publicação de *A História da independência do Brasil*, uma de suas inúmeras frases foi ora defendida e ora ofendida; prestigiada pelos sócios do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (IAGP)² e sócios do IHGB e desprestigiada por Gonçalves Maia; tratava-se da seguinte frase de Varnhagen (1916: 423): “Tirou por fim Paes de Andrade a máscara no dia 2 de julho, lançando as proclamações já preparadas, convidando a todas as províncias do Brasil a formarem uma confederação, que se chamaria do Equador”. Nenhum efeito teria tal frase caso o dia 24 de julho não tivesse sido escolhido como data oficial para comemorar a Confederação do Equador, ou seja, quinze anos antes de vir à luz tal manuscrito de Varnhagen.

As discordâncias em torno da data comemorativa da Confederação do Equador renderiam, a partir daquele momento, diversas disputas pessoais e institucionais que permitem compreender alguns fundamentos da concepção de História partilhada no período. Portanto, a partir das preocupações da História da historiografia, acredito que para analisar tal operação historiográfica (CERTEAU, 2002) de um “outro”, em “outro tempo” e de “outro regime de historicidade” seja necessário compreender primeiro as escolhas de fontes e referências, ou seja, as noções de evidências (HARTOG, 2013; 2011) que determinaram a interpretação a respeito da verdadeira data da revolução de 1824 para os senhores Oliveira Lima e Gonçalves

* Graduada pela UNESP/ Assis

¹ A importância do manuscrito de Varnhagen para o Instituto Histórico foi tratada pela historiadora Lúcia Maria Pascoal Guimarães (2007: 115-130).

² O IAGP mudou de nome no ano de 1920, quando passou a se chamar Instituto Arqueológico, Histórico, Geográfico de Pernambuco (IAHGP) (MALATIAN, 2001).

Maia, e também a função do Juiz Historiador³, o Dr. Pedro Lessa⁴, designando pelo IHGB a solucionar o conflito de interesse entre as partes.

A celeuma tem início quando, não coincidentemente, meses após a publicação do manuscrito, o Sr. Pereira da Costa, autor de vários estudos da “História pernambucana”, entre eles a Confederação do Equador, já havia publicado no ano de 1903, na *Revista do Instituto Arqueológico*, uma tese pautada na lógica dos fatos históricos de que a data correta era 2 e não 24 de julho. Como naquele momento estava afastado do IAGP, Pereira da Costa alertou o Sr. Oliveira Lima⁵, um homem de muita influência no Instituto Arqueológico, a respeito do erro da data comemorativa.

O Sr. Oliveira Lima, após ler o texto do Pereira da Costa, publicou no jornal *Diário de Pernambuco*⁶ um parecer muito elogioso, pois ficou maravilhado com a grandiosidade dos detalhes narrados e com o cuidado no encadeamento da lógica dos fatos cronológicos:

Basta lembrar que o decreto mandando suspender em Pernambuco as garantias constitucionais por motivo da “desmembração daquela província do Império, e outras do Norte, a título de Confederação do Equador”, como se manifesta das suas pérfidas, incendiárias, revolucionárias e malvadas proclamações, é de 26 de Julho. Como poderia ter o levante ocorrido a 24 ser conhecido no Rio no dia imediato, em época em que não existia ainda o telegrafo? (ANEXO..., 1919: 354)⁷.

O assertivo parecer do Sr. Oliveira Lima alcançou os dois propósitos: possibilitou a volta de Pereira da Costa ao seio do Instituto Arqueológico e a ratificação da verdadeira data comemorativa da Confederação do Equador, 2 de julho.

Não satisfeito com a decisão do Instituto, o Sr. Gonçalves Maia, político e colunista do jornal *A Província*, justificou que algum leitor pediu a opinião do periódico em relação à mudança da data comemorativa da Revolução de 1824, e se posicionou: “Se o relatório do ilustre historiador pernambucano é moldado no seu artigo de 17 de julho no *Diário*, ele pouco influirá na nossa convicção de que a data da proclamação, se não foi a 24, também não foi a 2

³ A relevância de pensar a relação entre as áreas da História e do Direito é uma preocupação de muitos pesquisadores, porém são distintas as perspectivas adotadas, como dos historiadores Carlo Ginzburg (2002) e Reinhart Koselleck (1997: 211-236). Na historiografia brasileira, um recente trabalho que aborda essa questão é da historiadora Maria da Glória de Oliveira (2013), com um estudo a respeito de Capistrano de Abreu, contemporâneo de Pedro Lessa.

⁴ A preocupação com a escrita da História, produzida no IHGB durante a Primeira República – uma história “moderna”, na qual, história, ciência e progresso eram termos correlatos – levou a historiadora Angela de Castro Gomes (2009: 21-52) a analisar a obra *É a história uma ciência?*, de Pedro Lessa.

⁵ A professora Teresa Malatian (2001) dedicou um importante estudo à trajetória intelectual de Oliveira Lima.

⁶ O primeiro proprietário do *Diário de Pernambuco* foi Antônio José de Miranda Falcão, participante da Confederação do Equador. (ABREU JÚNIOR; FERREIRA; BEZERRA; 2009)

⁷ Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 17 de junho de 1917.

de julho”. (ANEXO..., 1919: 362)⁸.

Os senhores Oliveira Lima e Gonçalves Maia, velhos adversários políticos (MALATIAN, 2001), eram homens que sabiam aproveitar bons momentos desafiadores para que pudessem usar e abusar do dom da erudição. E, durante o mês de julho de 1917, foi por meio dos periódicos locais *Diário de Pernambuco* e *A Província* que os dois senhores reconstruíram a narrativa da Confederação do Equador, cada qual com a sua concepção histórica mediada por suas escolhas.

O Sr. Gonçalves Maia escreveu sete artigos no jornal *A Província*, com o título *O erro do Instituto Arqueológico*; acusou o IAGP de viver uma “febre de mandonismo”, de deixar-se influenciar pelo “brilhante relatório do historiador Oliveira Lima” e de decidir-se mal, levianamente (ANEXO... 1919: 365-366)⁹, desconsiderando, por exemplo, o espírito republicano e separatista dos pernambucanos:

Sete anos antes, foram a *Revolução de 17*, republicana também e separatista. E sete anos não são suficientes para anular, num povo, os resíduos de uma revolução que custara muito ódio, muito sangue, muitas vidas preciosíssimas e que apenas fora sufocada pela força bruta das armas. (ANEXO... 1919: 366, grifo do autor)¹⁰

Pensando ainda no espírito republicano, o jornalista de *A província* fez referência a uma matéria, publicada no jornal *Times* de Londres, de 1824, que afirmava meses antes da proclamação da Confederação que “Pernambuco se preparava para declarar-se República” (ANEXO... 1919: 367)¹¹.

Primando pelos fatos positivamente históricos, Gonçalves Maia, inspirado na obra *História do Brasil* de Abreu e Lima, retraça a história do movimento afirmando que seu início se deu “quando Pedro I [...] desfechou em 12 de novembro de 1823 o golpe de Estado, dissolvendo a Constituinte” (ANEXO... 1919: 367)¹². Logo no ano seguinte, no mês de março, o Imperador nomeou para presidente da província de Pernambuco Francisco Paes Barreto, porém o então presidente, eleito pelo povo, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, recusou passar o governo para o escolhido do Imperador e “foi preso na fortaleza de Brum”. No entanto, a guarnição de Brum imediatamente se revoltou em favor do preso e o reconduziu ao governo (ANEXO... 1919: 368)¹³.

⁸ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 29 de junho de 1917.

⁹ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 2 de julho de 1917.

¹⁰ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 2 de julho de 1917.

¹¹ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 3 de julho de 1917.

¹² Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 3 de julho de 1917.

¹³ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 3 de julho de 1917.

O esforço de Gonçalves Maia em recuperar os argumentos de Abreu e Lima tinha a finalidade de acusar o historiador pernambucano Pereira da Costa de não primar pelos fatos positivamente históricos:

[...] ele farejou os arquivos, respirou a poeira dos velhos documentos puídos do tempo e da traça: escavou o presente e o passado com uma paciência de formiga; mas, apesar disso foi induzido a um erro, dando como *proclamação da Confederação* um documento, que nem as palavras, nem as conjecturas o autorizariam. (ANEXO... 1919: 371, grifo do autor)¹⁴.

Para Maia, um trabalho positivamente histórico seria aquele comprovado por meio de documentos, sendo esse o motivo da discórdia, pois Pereira da Costa já anunciava em seu artigo não possuir um documento positivo que comprovasse a data verdadeira. O que encontrara foi um manifesto datado de 2 de julho e assinado por Paes de Andrade que convocava todos os brasileiros a lutarem à favor da República, mas não fazia menção à Confederação do Equador. Foi com base nesse manifesto e na lógica dos fatos que o historiador pernambucano elegeu 2 de julho como a data verdadeira.

No entanto, a lógica dos fatos, ou melhor, conjecturas, como preferia chamar Gonçalves Maia, não significavam uma história séria, mas uma mentira. Para evidenciar que com conjectura nada se prova, Maia arrisca-se a refletir de que maneira o Governo Imperial saberia do complô antes do dia 24 de julho: se Paes de Andrade enviou as proclamações para várias províncias do norte, o Governo Imperial poderia ter sido rapidamente alertado por alguém que traía o movimento e, deste modo, conclui o jornalista: “conjecturas podem ser destruídas por conjecturas”, logo, somente um documento positivo o convenceria de que a verdadeira data da Confederação do Equador seria 2 de julho. (ANEXO... 1919: 377)¹⁵.

O Sr. Oliveira Lima, em resposta aos artigos do Sr. Gonçalves Maia, publicou no jornal *Diário de Pernambuco* nove artigos com o título *História e histórias*. Explica que histórias são os usos da História de pessoas como o Sr. Gonçalves Maia que apresenta “um temperamento essencialmente político, tão político que a exuberância desse temperamento chega frequentemente a afogar-se o seu espírito jurídico.” (ANEXO... 1919: 378)¹⁶.

Com essa primeira crítica, Oliveira Lima marcou as distinções dos saberes entre políticos e historiadores, ou seja, de quem faz uso da História e quem a escreve. Oliveira Lima concorda com o argumento de Gonçalves Maia: “que a Confederação do Equador não foi de

¹⁴ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 5 de julho de 1917.

¹⁵ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 8 de julho de 1917.

¹⁶ Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 9 de julho de 1917.

geração espontânea, antes teve precedente, tendo o período entre a dissolução da Constituinte e a proclamação da república nortista sido um período agitado” (ANEXO... 1919: 379)¹⁷.

Contudo, explica:

A revolução estava de fato nos espíritos, mas a *república separatista* só começa a existir para a História 2 de Julho. Esta é a data que se deve celebrar porque, na expressão de Varnhagen, nosso maior historiador, foi quando Manuel de Carvalho Paes de Andrade “tirou por fim a máscara, lançando as proclamações já preparadas, convidando todas as províncias do Brasil a formarem uma confederação, que se chamaria do Equador” (ANEXO... 1919: 379, grifo do autor)¹⁸.

Oliveira Lima, com base na expressão de Varnhagen, que foi o maior historiador do Brasil, usou o recurso do recorte temporal, dividindo os acontecimentos entre antes e depois de 2 de julho. O mesmo recurso foi usado pelo historiador Jules Michelet¹⁹ para explicar que: “A queda da Bastilha deu-se a 14 de julho e tornou-se o aniversário simbólico de uma revolução, da qual foi apenas um incidente, revolução que estava nos espíritos desde a obra dos filósofos que a procriaram. A queda da realeza francesa é celebrada no 10 de agosto [...]” (ANEXO... 1919: 380)²⁰. Com o recorte temporal, salienta Lima, foi possível aos historiadores evidenciarem a diferença entre períodos de agitações e revoluções. Assim, o historiador pernambucano apresentou um documento histórico que comprovaria a sua baliza:

O *Tipis*, órgão da revolução, foi saindo regularmente na forma hebdomadária até 17 de julho [...]. A lê-lo, quando se publicava regularmente e abstraindo das entrelinhas, parecia tratar-se de uma discussão de princípios, de propaganda de imprensa, antes do que de uma revolta de fato. Entretanto, de 2 de julho em diante a atividade do Governo rebelde foi, pode dizer-se, febril, o que indicaria desde aquela data um estado revolucionário [...]. (ANEXO... 1919: 385)²¹.

Além do recorte temporal, o Sr. Oliveira Lima também apresentou um importante episódio de nossa história, da qual também não existe um documento positivo:

Em que data celebra o Brasil a sua independência? 7 de setembro, quando ressoou no Ipiranga a voz máscula de d. Pedro, ou a 12 de outubro, quando se verificou a aclamação imperial? O império, a nação independente, só começou oficialmente nesta última data [...]. Do grito do Ipiranga não existe senão a tradição histórica, variando mesmo nos pormenores. Não há ata, nem proclamação, nem manifesto *d'aquela dia*.

¹⁷ Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 9 de julho de 1917.

¹⁸ Artigo publicado por Oliveira Lima, no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 9 de julho de 1917.

¹⁹ Jules Michelet foi um historiador romântico que escreveu dezenove volumes a respeito da História da França. Contra o clero e a monarquia, defendia a nação francesa e seu povo, o que o levou a interpretar a Revolução Francesa como um anúncio de igualdade e fraternidade. (SCHWARCZ, 2010: 91-131).

²⁰ Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 10 de julho de 1917.

²¹ Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 12 de julho de 1917.

(ANEXO... 1919: 396, grifo do autor)²².

Após tão contundente exemplo, Oliveira Lima apresentou algumas autoridades dizendo que preferia “regular-se pelo que pensam Varnhagen, Rio Branco, Pereira Pinto, Mello Moraes, Armitage, Galanti e Pereira da Costa [...]” (ANEXO... 1919: 397)²³. Desse modo, Oliveira Lima justificou a decisão do IAGB e afirmou que a História, diferente da política, não admitia ser plural.

Gonçalves Maia respondeu com ofensas, dizendo que Oliveira Lima não passava de um mentiroso, monstro e gordo bem humorado²⁴. Tanto o jornalista político como o historiador partilhavam de concepções históricas distintas: para Gonçalves Maia, a História só se fazia com documentos positivos e, somente com eles, a verdade seria revelada; já para Oliveira Lima, a História também se faz com documentos, porém cabe ao historiador interpretá-los para torná-los uma evidência.

O Sr. Basílio de Magalhães, sócio do IHGB, partilhava da mesma concepção de História de Oliveira Lima e, por isso, ficou incomodadíssimo com as ofensas do Sr. Gonçalves Maia. Como um bom historiador de seu tempo, dedicou-se a consultar os acervos da Biblioteca Nacional e do próprio Instituto, pois “*ir aos arquivos* tornou-se uma espécie de lei tácita da disciplina histórica” (OLIVEIRA, 2013: 67). Três meses mais tarde apresentou na sétima sessão ordinária do Instituto Histórico um parecer a respeito da data comemorativa da Confederação do Equador, com vinte e oito “autoridades cujo voto” foi a favor do “dia 2 de julho como rompimento da Confederação do Equador” (ANEXO..., 1919: 403)²⁵. Entre as autoridades²⁶, “que sempre são chamadas a decidir inapelavelmente no supremo tribunal da História Pátria” (ANEXO..., 1919: 409)²⁷, o Sr. Basílio de Magalhães destacou Varnhagen com a frase “Tirou por fim Paes de Andrade a máscara no dia 2 de julho [...]” (ANEXO..., 1919: 408-409)²⁸, da recente obra publicada *A História da independência do Brasil*.

²² Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 17 de julho de 1917.

²³ Artigo publicado por Oliveira Lima no jornal *Diário de Pernambuco*, no dia 17 de julho de 1917.

²⁴ Artigo publicado por Gonçalves Maia no jornal *A Província*, no dia 18 de julho de 1917, intitulado *A facecia de tácito*.

²⁵ Parecer de Basílio de Magalhães.

²⁶ Os outros autores que também escreveram que dia 2 de julho foi o dia proclamação da Confederação do Equador, foram: Armitage, Abreu e Lima, Salvador Henrique de Albuquerque, Antônio Alves Pereira Coruja, Joaquim Norberto de Souza Silva, Antônio Pereira Pinto, Luiz Francisco da Veiga, Pereira da Silva, José Pedro Xavier Pinheiro, Américo Brasiliense, Oliveira Martins, Teixeira de Mello, Mello Moraes, Garcez Palha, barão de Rio-Branco, Felício Buarque, Luiz de Queiroz Mattoso Maia, Aristides Milton, Sacramento Blake, O padre Rafael Galanti, Rocha Pombo, João de Lyra Tavares, Souza Reis, A. M. Kitzinger, Sr, Luna Freire, Pereira da Costa e Oliveira Lima.

²⁷ Parecer de Basílio de Magalhães.

²⁸ Parecer de Basílio de Magalhães.

O parecer do Sr. Basílio de Magalhães foi publicado no *Diário oficial*, para que, no momento oportuno, fosse discutido e votado. Ao ler o parecer, o Sr. Gonçalves Maia ficou bravíssimo com o sócio do IHGB. Escreveu então uma carta ao Instituto Histórico, reafirmando o que havia escrito no jornal *A província* e, com um tom irônico, referiu-se a Varnhagen, concordando tratar-se de um dos nossos melhores historiadores, mas que “nesse ponto da História pernambucana é de uma acrimonia e injustiça, que lhe tiram a isenção de animo e mesmo a veracidade.” (ANEXO..., 1919: 418)²⁹.

O Sr. Basílio de Magalhães considerou a resposta do Sr. Gonçalves Maia de grande audácia e respondeu no dia 28 de janeiro de 1918:

O ilustre patricio, a bem da própria e justa nomeada de que goza, deveria ter-se remetido a prudente silencio desde que lhe não era possível contraditar com argumentos novos, em invalidar com provas robustas e convincentes, as conclusões que cheguei, baseado não só em documentos como ainda em indícios de grande peso. (ANEXO..., 1919: 420)³⁰.

Ofendido com o menosprezo do político pernambucano à sua pesquisa, Basílio de Magalhães afirmou que caberia ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro julgar tal tema. Foi na sessão ordinária do IHGB, do dia 20 de abril, que o Sr. Max Fleiuss propôs “nomear um árbitro para emitir a opinião definitiva sobre a questão, e o Sr. Conde Afonso Celso designou para esse fim o Dr. Pedro Lessa.” (ANEXO..., 1919: 423).

O Dr. Pedro Lessa construiu uma carreira invejável, considerado por Ruy Barbosa como um dos mais completos juízes e denominado pelo mesmo como o *Marshal brasileiro*, foi conhecido pelos contemporâneos como o defensor da liberdade por suas valiosas contribuições para a ampliação da doutrina brasileira do *habeas corpus* enquanto desempenhava a função de Juiz do Supremo Tribunal Federal (ROSAS, 1985). Como historiador do Instituto Histórico não foi diferente, ele realizou dois importantes estudos a respeito de João Francisco Lisboa e de Francisco Adolpho de Varnhagen. Com esse último estudo, Pedro Lessa ganhou o reconhecimento do IHGB com o prêmio de Conselheiro Olegário, no ano de 1917.

Pedro Lessa, por um lado, como um bom juiz, utilizava-se cotidianamente dos subsídios históricos para sentenciar, pois considerava que fatos bem apurados poderiam afastar conclusões errôneas. Por outro, como um bom historiador, interrogava os testemunhos como se fosse um juiz, pois para apurar bem os fatos era necessária a crítica documental. Dois

²⁹ Carta de Gonçalves Maia para o Basílio de Magalhães.

³⁰ Carta de Basílio de Magalhães para o Gonçalves Maia.

saberes distintos, mas indissociáveis para o Dr. Pedro Lessa, o Juiz Historiador.

Naquele momento de debates intermináveis gerados pela discordância em torno da data comemorativa da Confederação do Equador, o IHGB precisava de alguém que julgasse, mas que também tivesse a capacidade de compreender a questão histórica. O *Supremo Tribunal da História Pátria*, como o Instituto era conhecido, necessitava de um Juiz Historiador que apresentasse um laudo definitivo, ou melhor, uma sentença, e Pedro Lessa foi o escolhido para tal missão.

No dia 2 de julho de 1918, o Dr. Pedro Lessa apresentou ao *Supremo Tribunal da História Pátria* a sua sentença. Com um tom claro, calmo, apaziguador e imparcial, o Juiz Historiador narrou os primeiros movimentos daquela que seria a revolução:

[...] preparado durante alguns meses, cujas ideias propulsoras se foram pouco a pouco infiltrando em várias províncias do Norte do país, *movimento dirigido a um fim bem claramente visado, e com perfeita unidade*. Basta lembrar que os revolucionários, enviados por Paes de Andrade do Pará em Abril levaram grande porção de exemplares da Constituição da Colômbia, que deveria ser a lei fundamental constituintes no Recife. (ANEXO..., 1919: 423-424, grifo do autor)³¹.

Dr. Pedro Lessa não teve dúvidas, escolheu o estudo do melhor historiador daquele tempo, Francisco Adolfo de Varnhagen. Considerado mais do que uma bibliografia, ele era o próprio documento e, com ele, o Juiz Historiador explicou que Manuel Paes de Andrade emitiu três proclamações: a primeira seria apenas para os pernambucanos; a segunda – que ocorreu a 2 de julho, o dia que Paes de Andrade “tirou a máscara” – foi endereçada a todas as províncias do norte; e uma terceira manifestação para os baianos. Questionou, em seguida, se faltaria alguma coisa para considerar a proclamação de 2 de julho o começo da revolução, e respondeu:

Faltava, observa o Sr. Gonçalves Maia, faltava a denominação, que se lê no outro documento, a proclamação ulterior sem data, de – Confederação do Equador. Mas, se todo o movimento revolucionário teve indubitavelmente um só escopo, – a Confederação do Equador; si todos os atos de Paes de Andrade foram praticados indiscutivelmente, e sem contestação de um só escritor pátrio, com o fito de se constituir essa tão anelada confederação; a proclamação de 2 de Julho só podia referir-se á Confederação do Equador. (ANEXO..., 1919: 425)³².

Mais do que a lógica dos fatos ou conjecturas, o Dr. Pedro Lessa evidenciou uma obviedade: Paes de Andrade idealizara a criação da Confederação do Equador, e foi com aquele manifesto que o líder pernambucano conclamou todas as províncias do Norte. Assim,

³¹ Laudo de Pedro Lessa lido no dia 2 de julho de 1918.

³² Laudo de Pedro Lessa lido no dia 2 de julho de 1918.

por esse mesmo motivo que:

[...] pouco importa indagar o momento em que o Governo central foi informado do início da revolução. O que paira acima de qualquer dúvida é que a revolução, por muitos meses em período de gestação, só veio á luz, pelo primeiro ato que deu a conhecer publicamente, a 2 de Julho (ANEXO..., 1919: 426)³³.

Para o Juiz Historiador a maior evidência e a prova mais consistente era o inquestionável manuscrito de Varnhagen. Desse modo, o Dr. Pedro Lessa encerra a sentença, justificando que não haveria outra data para comemorar a Confederação do Equador a não ser 2 de julho.

A história construída no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nessas primeiras décadas do século XX no afã moderno pela busca da verdade histórica produz um laudo historiográfico acerca da data comemorativa a partir de uma sentença de um juiz.

Referências:

Fontes:

ANEXO: Documentos completos sobre a Confederação do Equador. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 83, p. 351-426, 1918 (1919).

A PUBLICAÇÃO da “História da Independência” do Visconde de Porto-Seguro pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tomo LXXIX, parte I, p. 7-2, 11916 (1917).

Bibliografia:

ABREU JÚNIOR, João Batista; FERREIRA, Marieta de Moraes; BEZERRA, Ricardo Lima. <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> , último acesso em 17 jul. 2013.

CERTEAU, M. de. A operação Historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 65-119.

GINZBURG, C. *Relações de força: história, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GUIMARÃES, L. M. P. O tribunal da História. In: _____. *Da Escola Platina ao Silogeu: Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, p. 115-130.

GOMES, A. de C. “É a história uma ciência?": o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: _____. *A República, a Historiografia e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 21-52.

³³ Laudo de Pedro Lessa lido no dia 2 de julho de 1918.

HARTOG, F. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. *Regime de Historicidade: presentismo e experiência do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, R. Histoire, droit et justice. In: *L'expérience de l'histoire*. Gallimard: Éditions du Seuil. 1997, p. 211-136.

MALATIAN, T. *Oliveira Lima e a construção da nacionalidade*. Bauru, SP: EDUSP; São Paulo, SP: FAPESP, 2001.

OLIVEIRA, M. da G. de. Momento do arquivo. In: _____. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 65-97.

ROSAS, R. *Pedro Lessa: O Marshal Brasileiro*. Brasília: Horizonte Editora LTDA, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. In: MALEBAR, J. (org). *Lições de História: caminhos da ciência no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2010, p. 91-131.

Lula Cardoso Ayres: pretensões a uma carreira nacional a partir da província

Eduardo Dimitrov¹

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos organizadores do GT por essa oportunidade de discutir meu trabalho e, ao mesmo tempo, pedir desculpas aos colegas pela minha ausência nos dias anteriores, infelizmente não pude chegar antes.

O que vou apresentar é parte da minha tese de doutorado em antropologia que estou terminando de redigir. Nela, busco compreender quais eram as possibilidades de movimentação social e produção artística que artistas instalados no Recife dispunham ao longo de suas carreiras. Para tanto, na tese, comparo diferentes trajetórias de artistas pernambucanos que iniciaram suas carreiras na primeira metade do século XX, mas que se estendem até os anos 1970, 80, sendo que alguns deles ainda estão vivos e produzindo, como é o caso de Francisco Brennand, Gilvan Samico, José Cláudio entre outros menos conhecidos fora de Pernambuco.

Escolhi, para este evento, apresentar a trajetória de Lula Cardoso Ayres, nascido em 1910 e falecido em 1987. Ao lado de Cícero Dias, Lula foi um dos pintores mais próximos de Gilberto Freyre. Essa proximidade se deu tanto pela origem social semelhante, ambos de famílias ligadas à produção do açúcar, quanto pela amizade e compadrio estabelecidos entre eles. Ao mesmo tempo em que Ayres ilustrou diversas obras de Freyre, o sociólogo escreveu elogiosos artigos, apresentações e cartas de recomendações frisando as qualidades do pintor. Tendo iniciado seus estudos com o alemão radicado no Recife, Heinrich Moser, Lula, como era conhecido, frequentou o atelier de Maurice Denis (1870 - 1943), muito provavelmente no *Atelier de Arte Sacra*, em Paris entre 1925 e 1926. De volta ao Brasil, tomou aula de modelo vivo com Rodolfo Amoedo, na *Escola Nacional de Belas Artes*, e estudou desenho e pintura no atelier de Carlos Chambelland.

Olhando para os trabalhos de Lula de maneira seriada é possível identificar um movimento que parte de temáticas intimamente ligadas à temas regionais e uma fatura realista ou um tanto onírica (anos 1940), passando por uma fase mais geométrica ou

¹ Doutorando em Antropologia Social pelo PPGAS/USP e bolsista FAPESP.

abstrata, (anos 1950/60), até retornar à figuração mais realista com temas regionais nos anos 1970 em diante. É essa oscilação entre, grosso modo, figuração regionalista e abstração, que interessou-me para a compreensão das possibilidades criativas de um pintor provinciano.

No guache *Mulher Rendeira* de 1938 (Figura 1), Lula retrata uma cafuza, com braços e ombros fortes, dedicada a “tradicional” arte da renda. Sua pintura estava coadunada com o projeto regionalista de Gilberto Freyre de valorização da cultura regional, ou melhor, de invenção, no termos de Hobsbawm (1997), de elementos culturais tradicionais.

Entre 1940 e 1944, dificuldades na gestão da Usina Cucaú, administrada pelo seu pai, fez com que Lula fixasse residência no interior do Estado com a missão de ajudá-lo nos negócios familiares. É desse período uma série de fotografias retratando trabalhadores rurais em diferentes atividades. Nessas fotografias (Figura 2 e Figura 3), o ângulo do enquadramento, de baixo para cima, e a pose altiva dos modelos conferem nobreza aos trabalhadores. Os sinais de pobreza e uma das mais precárias condições de trabalho são eufemizados pela beleza das composições, pelos olhares que não desafiam a objetiva. A intenção declarada, em textos de Freyre e de Lula, de valorizar a cultura do povo, considerando-a como a “pura” expressão daquilo que haveria de mais “genuinamente brasileiro”, materializa-se nessas imagens.

O poder criativo das fotografias na construção imaginária de um povo, humilde, porém digno e altivo, detentor de tradições merecedoras da atenção da elite letrada está presente, por exemplo, na foto de Ascenso Ferreira beijando a mão da célebre rainha do Maracatu Elefante, Dona Santa. Um poeta branco, integrante da geração modernista de Pernambuco, prestando reverência a uma senhora negra.

Para além de outras questões relacionadas à assimetria de poder inscrita nas fotografias, interasse-me, neste momento, chamar atenção para como essas imagens se transfiguram em trabalhos pictóricos. Esses mesmos personagens passarão a figurar em quadros de Lula Cardoso Ayres, como em *Trabalhadores no Eito*, de 1943 (Figura 4), porém transformados em bonecos de barro, o que minimiza ainda mais a pobreza dos personagens e intensifica seu caráter “genuinamente brasileiro” ao associá-los às esculturas populares de Caruaru. Ou ainda, com um olhar “folclorista”, cria trabalhos de descrição de personagens de festas populares como o bumba-meu-boi (Figura 5).

Ayres também investiu em telas mais “fantasmagóricas”, retratando um mundo de cabriolés, sobrados, portões e sofás, em uma atmosfera identificada como onírica por alguns críticos (entre eles Clarival do Prado Valadares) e surrealista tal como afirmava Gilberto Freyre. Onírica ou surrealista, o ponto é que a referência básica identificada pela crítica nessas imagens é o mundo açucareiro em declínio. Escravos, sobrados, a menção insistente a insígnias do poder aristocrático decadente (Figura 6 e Figura 7).

Por meio dessas telas, Lula firma-se como um pintor regionalista e filiado a vanguarda artística do Estado. Em Pernambuco, seus quadros e painéis são, até hoje, vistos em locais públicos, o que o torna um artista local relativamente conhecido entre a elite. O regionalismo comumente é visto como um movimento encabeçado por Gilberto Freyre e que possui um caráter conservador no campo da cultura. No entanto, em Pernambuco, o regionalismo foi mais amplo na medida em que mobilizou uma série de grupos de diferentes origens sociais e matizes políticos que, de certa forma, defenderam a valorização da cultura local contra uma suposta degradação causada pela importação desenfreada de elementos externos. Valorizar a cultura local era consenso. O que se disputava era a forma de figurá-la nas obras, escancarando as misérias (seguindo a voga da “arte engajada” e expressionista) ou apaziguando os conflitos e criando um tom saudosista de um passado em declínio.

Esse debate local estava em curso quando, na década de 1950, tem-se o início das Bienais de São Paulo (a primeira ocorreu em 1951) e as artes nacionais viram-se confrontadas com a voga abstracionista que começava a ganhar espaço na Europa e nos Estados Unidos.

De forma breve, a partir das Bienais cria-se uma polarização entre abstração e figuração. Os partidários da abstração defendem-na como a arte mais moderna e coaduna com as tendências universais. Os partidários da figuração, por outro lado, enfatizam a importância de se imprimir um caráter nacional à produção artística para evitar a importação de ideias e formas alienígenas à realidade local.

Depois de ver alguns trabalhos de Lula Cardoso Ayres, não é difícil imaginar a posição inicial que ele ocupava em tal debate. Se sua adesão ao regionalismo freyreano garantiu-lhe uma posição no panteão dos intelectuais do Estado, ao longo dos anos 1950, no entanto, buscou, ao seu modo, incorporar referências à abstração na tentativa

de conquistar um reconhecimento nacional. Dito de outro modo, ele procurou equilibrar esquematismos e autonomia das formas com o universo temático tido como “regional”.

Sob organização de Pietro Maria Bardi, Lula investe pesado (arcando com custos de transporte das obras e impressão do catálogo) numa exposição no Museu de Arte de São Paulo, o MASP. Nela, apresenta vários trabalhos que buscavam o diálogo com a abstração. É o caso da obra *Sobrados do Recife* (Figura 8), na qual explora uma composição de formas geométrica preenchidas com cores pouco fieis ao referente para criar a sua versão de um tema recorrente na iconografia pernambucana. Ou ainda o *Composição [Bumba-meu-boi]* (Figura 9) na qual todo o caráter descritivo dos quadros anteriores abre espaço para formas geométricas e gestos que, ao mesmo tempo que remetem a um referente razoavelmente identificável, o bumba-meu-boi, também exploram as formas por elas mesmas dispostas em uma composição que beira a abstração. Outro quadro apresentado no MASP, esse já sem praticamente nenhuma vinculação temática, foi a abstração da Figura 10.

Nesse ponto o uso das cartas trocadas entre Lula e Bardi são fundamentais para dimensionar os investimentos econômicos e afetivos que o artista fez com a expectativa de ser aceito como pintor entre os paulistas. Em uma delas Lula escreveu:

Gilberto tem grande admiração e respeito a você [P.M.Bardi] e por ser meu amigo, como é, está orgulhoso de você ter se interessado por minha pintura, pois como você sabe os entendidos da chamada "pintura pura" vinham olhando para minhas tentativas como simples registro documental do "folclore" e dos motivos da região².

Na leitura das cartas, um Lula Cardoso Ayres inseguro emerge. Solicita a opinião de Bardi para várias tomadas de decisão e, ao mesmo tempo, mostra-se eufórico com a possibilidade de exposição em São Paulo. Por diversas vezes Lula parece ficar sem respostas, o que o briga a reformular as questões de maneira insistente, dando a impressão de que ele dedicava-se mais ao diálogo do que Bardi.

A necessidade de aprovação sentida por Lula fica evidente em outros momentos da correspondência com Bardi. Em 1966, por exemplo, é a esposa de Ayres quem escreve à Bardi pedindo para que ele escreva ao artista que encontrava-se “desanimado e deprimido”. Pedia ainda que o incentivasse a expor novamente em São Paulo, enfatizando que Lula não fazia nada sem o consentimento de Bardi.

² Carta de Lula Cardoso Ayres a P.M. Bardi datada de 8/3/1960. Depositada na pasta do Artista no MASP-SP.

O depoimento da Filha de Gilberto Freyre, que conviveu com o pintor, caracteriza Lula como uma pessoa com “tendência a depressão” e “insegura” em seu trabalho. O amigo sociólogo, então, constantemente o estimulava com sinais de aprovação.

Desse modo, é possível pensar Lula vivendo um dilema: ser reconhecido por Gilberto Freyre e seus colegas pernambucanos como um pintor moderno justamente por estar ligado a tradições locais ou, por estar ligado a tradições locais, um mero folclorista aos olhos dos “entendidos da chamada ‘pintura pura’” do Sudeste. Na exposição do MASP, comparando os quadros que compõem o catálogo com aqueles de produção anterior, nota-se uma forte preocupação em se distanciar, cada vez mais, da referência direta e descritiva das figuras tradicionais sem, ao mesmo tempo, abandoná-las completamente. Busca a aprovação paulista, sem perder a já conquistada no Recife.

Essa era uma posição perigosa, capaz de desagradar ambos os lados. Em artigo publicado em 1961 – praticamente um ano após a exposição do MASP – José Cláudio, artista pernambucano que muito escreveu sobre artes plásticas no Estado, ao elencar o panteão de seu grupo de colegas (uma geração mais nova de pintores locais) integrantes do *Atelier Coletivo*, afirma:

[as referências de] pintores brasileiros eram: Portinari, Di Cavalcanti, algum Guinard, e por uma questão de carinho para com o popular, Djanira, Heitor dos Prazeres e Cícero Dias da época do primitivismo, lamentando que ele se tivesse deturpado e caído no abstracionismo, abstracionismo igual a sarjeta. Lula era um finório, procurando sempre um ponto estratégico que desse saída para muitos lados, para poder virar casaca sem ser notado, água morda (isso eu ainda hoje penso). (CLÁUDIO, 1961).

Lula Cardoso Ayres procurou dirigir sua produção buscando a aprovação em duas redes sociais distintas. Uma de artistas e intelectuais recifenses que, independentemente da geração e origem social, defendiam a presença de elementos “telúricos” nas obras de arte, e outra no Sudeste que buscava uma espécie de internacionalização das artes e, portanto, caminhava para a abstração com diferentes nuances e matizes.

Ayres vislumbrou duas demandas opostas e, mesmo assim, tentou equilibrá-las. No entanto, chama a atenção o fato de que a produção abstracionista de Ayres não teve vida longa e já em meados dos anos 1960, ele retornava à um figurativismo até chegar

em composições que exploravam um imaginário “primitivista” como a tela *Natal*, de 1976 (Figura 11).

Não raro os críticos do Sudeste olhavam para os pintores pernambucanos como pintores folclóricos ou mesmo primitivos. Nas Bienais, muitas vezes, a organização colocava os pernambucanos ao lado dos pintores “primitivos” como Manezinho Araújo, Heitor dos Prazeres, Djanira [isso aconteceu com Lula, mas também com Cícero Dias, Francisco Brennand e Wellington Virgolino]. Ferreira Gullar, mentor do movimento neoconcreto chegou a afirmar em artigo de 1965: “tenho me debatido contra a ideia de que um artista do Recife deva fazer a mesma arte que um artista de Nova Iorque ou Paris” (GULLAR, 1965, p. 225).

Qual a arte que um pernambucano deveria fazer? Ou ainda, qual a arte que um pernambucano poderia fazer? O declínio da produção de açúcar transformou Ayres em um herdeiro, mas que ainda assim precisava vender sua força de trabalho. Nesse sentido, a opção por manter-se em Pernambuco o fez mais dependente da rede pernambucana de circulação de trabalhos e críticas de arte. As referências ao universo regional, portanto, podem ser vistas como uma adequação do artista ao gosto de seus principais encomendantes e críticos locais.

Por outro lado, sua busca por uma aceitação em São Paulo e no Rio de Janeiro o levou a, num primeiro momento, investir na abstração cada vez menos vinculada ao regionalismo e, num segundo, assumindo seu “primitivismo” e “folclorismo” imposto de fora e, de certa maneira, aceito pelos pares pernambucanos.

Bibliografia

AYRES, L. C. **Lula Cardoso Ayres**. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo, 1960.

CLÁUDIO, J. A respeito de Wellington. **Diário da Noite**, 13 abr. 1961.

CLÁUDIO, J. **Artistas de Pernambuco**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1982.

GULLAR, F. Opinião 65. **Revista Civilização Brasileira**, v. Ano I - N. 4, p. 221–226, 1965.

HOBSBAWM, E. J. Introdução: A Invenção das Tradições. In: **A Invenção das Tradições**. [s.l.] Paz e Terra, 1997. p. 9–23.

Caderno de Imagens



Figura 1 Lula Cardoso Ayres. Mulher Rendeira, 1938. Guache, 39 x 28 cm. 1938. Col. Instituto Lula Cardoso Ayres. Reprodução fotográfica desconhecida.



Figura 2 Lula Cardoso Ayres. Engenho Cucaú, d.a. 1940. Fotografia. Coll. Instituto Lula Cardoso Ayres (Recife, PE).



Figura 3 Lula Cardoso Ayres. Engenho Cucaú, d.a. 1940. Fotografia. Coll. Instituto Lula Cardoso Ayres (Recife, PE).



Figura 4 Lula Cardoso Ayres. Trabalhadores no Eito, 1943. Óleo sobre Eucatex. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco.



Figura 5 Lula Cardoso Ayres. Cavalo Marinho, do Bumba-Meu-Boi. guache 47 x 43 cm - 1941. Acervo do artista.



Figura 6 Lula Cardoso Ayres. Vestindo a noiva. Óleo sobre tela, 92 x 73 cm. 1945, coleção João Cardoso Ayres Neto



Figura 7 Lula Cardoso Ayres. *Sofá Mal-assombrado*, 1945 óleo sobre tela, 73 x 92 cm Coleção João Carlos Ayres Neto.



Figura 8 Sobrados do Recife (Projeto para Mural do Citibank). Guache sobre cartão. Déc. 1960.



Figura 9 Lula Cardoso Ayres. *Composição [Bumba-meu-boi]*, s.d. óleo sobre tela 95 x 95 cm .Museu de Arte de São Paulo (SP).

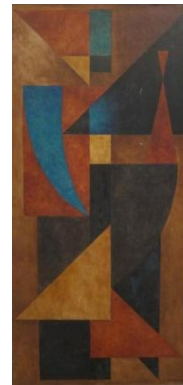


Figura 10 Lula Cardoso Ayres. Título desconhecido. Óleo sobre Eucatex?. Instituto Lula Cardoso Ayres.



Figura 11 Lula Cardoso Ayres. Natal. 1976. Acervo Caixa Econômica Federal

Por uma educação elementar: pedagogização e moralização do discurso histórico Fernandes Pinheiro

Luna Halabi Belchior¹

Compreendendo a Historiografia Brasileira como um ramo da disciplina da História que dedica-se ao estudo sistemático das formas pela quais a história foi pensada, sistematizada, trabalhada e primordialmente escrita ao longo dos anos² - não restringindo-se somente ao cenário brasileiro, mas visando o alcance de uma tradição da língua portuguesa³ - a importância de Cônego Fernandes Pinheiro como historiador, poeta, escritor e professor manifesta e a multiplicidade das fontes encontradas para estudo revela esse potencial.

Pensar o longo processo de transformação das formas de experimentar o tempo histórico⁴, e por sua vez, problematizar e questionar as formas de acesso ao passado levanta inúmeras questões que fazem com que a história, compreendida como a dimensão do ser no tempo, figure-se como um problema e uma questão atual.

Por isso, a necessidade e a inevitabilidade de uma história da historiografia, que se volta às formas de compreensão da escrita da história, e mais ainda, as formas de relacionar com o tempo, condição que nos permite voltar ao passado com olhos atentos às suas possibilidades. Segundo Valdeí Lopes Araujo “a experiência do tempo não foi sempre a mesma, cada época criou modos específicos de relacionamento com essa dimensão central da existência humana”⁵.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e bolsista do CNPq.

² Sobre essa discussão ver, dentre outros: ARAUJO, Valdeí Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora. v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

³ A noção de alcance da língua portuguesa nos auxilia a pensar, primordialmente, a importância das crônicas enquanto gênero histórico, nos séculos XIV e XV. É possível considerar que no interior do gênero cronístico, emergia um discurso propriamente histórico. Colocar a história da historiografia em perspectiva significa, antes de tudo, pensar a história da historiografia no Brasil e sua progressiva nacionalização. Sobre essa discussão ver: GIANEZ, Bruno & ARAUJO, Valdeí L. de. [2006]: A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão lopes. *Fênix* (Uberlândia), v. 3, p. 1-20.

⁴ Sobre as possibilidades de problematização do tempo histórico, ver Cf. HEIDEGGER, Martin. *Ser y tiempo*. Traducción, prólogo y notas de Jorge Eduardo Rivera. Madrid, Trotta, 2003. Disponível em

⁵ ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas e narrativas na formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 19.

Nesse sentido, o texto que ora se apresenta procura compreender a escrita da história, e principalmente o conceito de história mobilizado por Cônego Fernandes Pinheiro, compreendendo o autor inserido no período do Romantismo no Brasil, em suas rupturas e continuidades com a tradição romântica anterior, acreditando que sua busca inseria-se em uma visão geral do papel da literatura para os românticos, como um elemento histórico de “afirmação e diferenciação”⁶ de autonomia, como afirma Antônio Cândido. Incipiente à busca pela compreensão do conceito de história mobilizado por esse autor está o interesse em compreender a experiência do tempo sentida por esse autor, que se reflete em seus textos e no debate inserido.⁷

Assim, torna-se fruto do nosso trabalho, a busca pela saída moderna encontrada por Fernandes Pinheiro para responder as questões de seu tempo. Figurando no cenário intelectual do contexto oitocentista, exercendo cargos importantes, preocupado com a educação, noticiando, Pinheiro nos apresenta um pensamento multifacetado e inserido em diversas esferas da vida pública. A história parece representar assim, uma esfera privilegiada de postura crítica em relação ao passado. Em um segundo momento, somos convidados a pensar com o clérigo as possibilidades e caminhos vislumbrados para o ofício do historiador, inserido em um período de transformações significantes para a escrita da história, no esforço de melhor compreender os aspectos da literatura nacional.

Para tal intuito, utilizaremos o livro publicado em 1862, *Curso Elementar de Literatura Nacional* no qual o autor propõe uma breve síntese da literatura nacional aos alunos do sétimo ano do Imperial Colégio Pedro II e procuraremos estabelecer alguma postura crítica em relação aos principais debates travados quando do centenário da morte do cônego, publicados na revista do IHGB, a fim de melhor compreender o projeto carregado pelo autor em questão.

1. Curso Elementar de Literatura Nacional: concepção de história

⁶ CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira, Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

⁷ KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

Segundo Pinheiro, “quando em 1857 fomos nomeado professor de rethorica, poética e literatura nacional do Imperial Colégio Pedro II, reconhecemos praticamente a falta de um compêndio adaptado à ultima parte de nosso curso.” Na ocasião, o autor reconhecia a necessidade de um curso que fosse útil à juventude e que, por sua vez, fosse uma breve síntese de autores que compunham a literatura nacional. É importante ressaltar que o “o conceito de literatura deixa de se referir apenas ao conjunto de obras organizadas ao longo de uma grade de gêneros e torna-se a representação de um campo de experiência”⁸, e nesse sentido, a própria concepção de história enquanto um processo, e por sua vez, formadora da identidade.

Nesse sentido, Cônego Fernandes Pinheiro, ao propor um curso, que por sua vez fosse elementar da literatura nacional, nos oferecia mais do que um compêndio, ou um resumo de tudo aquilo que fora digno de compor o quadro das grandes obras e grandes autores, aproximando-se mais de uma postura crítica, preocupada em sistematizar a literatura, que de uma concepção beletrística de literatura.

Embora trace uma divisão epocal para a literatura que a muito deve da concepção de Almeida Garret, onde o sentido de uma regeneração sempre viria para a literatura, Pinheiro não segue essa mesma divisão na composição do seu curso. O *Curso Elementar* segue uma divisão de gênero, onde a cada gênero, o autor elenca quais seriam os nomes e as obras que poderiam compor aquele quadro, esse esforço nos mostra em certo sentido, que “o problema acerca da melhor maneira de elaborar o conhecimento do passado relacionava-se às escolhas do historiador perante uma diversidade de métodos e teorias para a escrita da história”⁹.

Se pudéssemos assim definir, Cônego via na literatura uma forma de sistematizar aquilo que fora escrito, e que seria digno de memória para posteridade e a historiografia, por sua vez, aparece ao mesmo tempo como um gênero, através do qual se pode avaliar criticamente a literatura, e ainda como a maneira pela qual o historiador pode avaliar aquilo que foi escrito. Ou seja, trata-se de um campo próprio e autônomo

⁸ ARAUJO, Valdei Lopes de. As transformações nos conceitos de literatura e história no Brasil: rupturas e descontinuidades (1830-1840). Saeculum- Revista de História [20], João Pessoa, jan/jun. 2009.

⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer História, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista.

do conhecimento. Assim, a importância de sistematização do campo específico da historiografia.

Embora o autor pareça traçar uma visão superficial de historiografia, nos demonstra uma visão dinamizada do que seria uma historiografia vista como moderna. Na divisão de seu trabalho, que é composto de quarenta e três lições, três delas são dedicadas à historiografia. Assim inicia a lição:

Ninguém desconhece a importância da história *magistra vitae, testis temporis*, na frase de Cícero. Com o fio de Ariadne conduz-o ao labirinto do passado, e faz-nos assistir pela imaginação a fatos ocorridos em estranhos climas e remotas eras. Fe-la classificar nas belas letras o encanto que causamos a sua leitura; por isso que não poucas vezes a pena do historiador converte-se em pincel, e descrevendo, ou narrando, deslumbra-nos pelo brilhantismo colorido

Nesta passagem Cônego Fernandes Pinheiro estabelece a história como o sentido que conduz ao “labirinto do passado”. Ao utilizar essa expressão, o autor ressalta o papel da imaginação para o resgate do passado, que ainda não se estabelece claramente como algo organizado. Ao utilizar a imagem de um labirinto aproxima-se de uma visão antiga do passado, compreendendo o passado como algo que não e mostra, algo obscuro. Nesse sentido, a história é o faz “Com que você se mova dentro desse labirinto. Porém, a ideia de um fio de Ariadne, que conduz ao labirinto do passado”.

Assim, conclui que esse encantamento com a leitura do passado, fez com que por muito tempo a história fosse classificada nas belas letras. Ao utilizar a figura das belas letras¹⁰, o autor nos fala de uma concepção importante.

Ao prosseguir a argumentação, Fernandes Pinheiro estabelece duas diversas maneiras para a escrita da história, a saber, como “testemunha impassível dos acontecimentos registrando-os sem fazer-lhe o menor comentário” e “apreciando as causas de onde dimanam os sucessos, e procedendo à rigorosa autópsia das circunstâncias que mais ou menos atuaram sobre eles”. Ao primeiro modo, produz-se a

¹⁰ Sobre o uso da antiguidade pelos historiadores do XIX Cf. (NICOLAZZI, 2010),(TURIN, 2011)

crônica, “que rejeita a crítica e interrogando as tradições populares apressa-se em enfaixá-las num ramalhete de maior ou menos fragrância”. A segunda, “submete todos os fatos à luz da crítica e nunca conta sem que moralize e raciocine”.

O ponto que nos interessa dessa exposição é a maneira pela qual o autor estabelece o papel do historiador, que segundo afirma, assemelha-se à figura do juiz, que nunca perde “os olhos fitos na justiça”. A posteridade torna-se o público para o qual se destina o discurso histórico, ao mesmo tempo em que esses homens tinham um público cada vez mais amplo. Eram assim, autorizados a falar do passado, ao mesmo tempo, produzir um juízo crítico sob o passado do qual se fala.

Essa característica marca sumariamente a escrita da história no século XIX, e por sua vez, uma característica “que se nota no interior do IHGB, para se definir aquilo que é ou deve ser um historiador”.¹¹ O autor prossegue sua argumentação e trata da dimensão e dos preceitos da escrita da história, que em um primeiro momento parece opor a crônica, que apenas registra, ao contrário de uma história filosófica, que raciocina.

No decorrer da lição, Fernandes Pinheiro, seguindo a principal argumentação de que a crônica separa-se assim da história justo por estar preocupada com a descrição, mesmo que ainda exalte elementos importantes da cor local, como se nota em João de Barros. A moderna escrita da história não é aquela que se resume apenas a uma história patriótica, é preciso métodos específicos que delimitem a escrita da história. O autor acredita que só o segundo dos métodos, aquele baseado na filosofia, é capaz de inaugurar um época histórica.

Os autores que utiliza para transpor a sua visão são Tácito, Tucídides e Tito Lívio. De um lado, Tácito e Tucídides, como referência de historiadores filosóficos, que utilizam-se da lógica, e de outro lado Tito Lívio como base para a crônica, que só descreve. Igualmente separa o historiadores que cita utilizando-se desse mesmo critério. João de Barros é o primeiro deles, segundo Pinheiro, “coube a João de Barros a glória de inaugurar a era histórica, impedindo-lhe o seu hiperbólico patriotismo, e exagerada admiração por Tito Lívio de atingir a perfeição, que, do seu talento, e meios que

¹¹ CEZAR. Temístocles. Livros de Plutarco. MÉTIS: história & cultura – v.2, n.3, p.73-94, jan/jun, 2003.

dispunha faziam-se esperar. Assim, está inserido na transição entre a crônica e a história. Prossegue,

com seu modelo (Tito Lívio) acolhia Barros as tradições com pouco discernimento; e uma vez que se fosse ellas favoráveis aos seus bastava para dar-lhes carta de cidade(...) Tais são no nosso entender os principais defeitos de Barros como historiador: considerando-o porém como panegerista, ou encomiasta, convertem-se eles em belezas.

A volta ao passado realizada por Pinheiro o permite criticar historicamente a obra de João de Barros, e por sua vez, defini-la como iniciadora de uma era efetivamente histórica, pelos critérios já mencionados anteriormente. O próximo autor analisado pelo cônego é Fernão Lopes de Castanheda, segundo Pinheiro, “posto que não possuía a magestade do estilo de Barros, nem sua erudição, leva-lhe contudo à palma em ser quase que uma testemunha ocular do que narra pelo acurado estudo que faz dos homens e das coisas das Indias.”. Entre a falta de “juízo crítico” de Barros e a “descrição excessiva” de Castanheda, instala-se o que possibilita Pinheiro uma separação na contribuição para as letras e uma perspectiva historiográfica.

Acreditamos que Pinheiro estabelece nessa lição uma verdadeira macronarrativa da própria escrita da história em Portugal, estabelecendo assim os critérios necessários para inauguração de um era propriamente histórica, a saber: um método filosófico de escrita destinada a um público específico. Representa por sua vez, a autoconsciência historiográfica do século XIX, que preocupa-se em estabelecer os próprios caminhos da história. No seu caso, a desqualificação da crônica é um método para dar conta da história da historiografia.

Assim, nosso principal argumento reside em acreditar que a grande questão da teoria da história de Pinheiro, reside exatamente em tentar compreender como o historiador pode julgar historicamente o valor das coisas. Para isso, estabelecer critérios específicos através dos quais se deve escrever história, significa firmar um próprio eixo de análise para julgar aqueles que se dedicaram a esse ofício.

A partir de uma análise detida das obras de Pinheiro, publicadas entre 1850 e 1876 em livros, periódicos de circulação na cidade do Rio de Janeiro em meados do século XIX, dentre eles *O Guanabara (1849-1855)* e *Revista Popular* podemos argumentar que para o autor a literatura torna-se principal ponto de preocupação. Porém, fazer uma história da literatura no século XIX, significa procurar os critérios de escrita da própria história nacional através da literatura. Pinheiro leva a sério essa premissa e seus escritos procuram em sua maior parte em uma reflexão sobre a historiografia.

1.2 Apontamentos

O livro analisado é um exemplo claro dessa tentativa, embora exiba ainda alguns trechos em que sua própria visão sobre o início de uma historiografia não fique clara, é um uso consciente da produção historiografia.

A busca de Pinheiro não se faz algo simples, como podemos pensar em Garret¹². Embora aproxime-se das concepções do autor, principalmente pela divisão da literatura em gêneros e as épocas da literatura, marcadas pela ideia de uma regeneração da língua e da escrita, Pinheiro não o faz.

Pinheiro comenta a história do Brasil de Southey, em 1872, escrevendo notas que procuram criticar os preconceitos religiosos do historiador britânico, ao mesmo tempo em que deseja compreender e julgar historicamente aqueles que dedicaram ao ofício. Assim, também escreve no período que esteve no IHGB biografias de homens ilustres, a partir dessa mesma postura.

Nesse sentido, as críticas de Silvio Romero lançados ao Historiador, em sua obra sobre a *História da Literatura no Brasil*, não viam em Pinheiro um pioneiro ao manejar os sentidos da escrita da história, tampouco em elencar aqueles homens que mais tinham “prestado serviços às letras pátrias”. A publicação do volume 100 da revista do IHGB, no ano de 1958, traz a visão de autores que buscaram resgatar a importância de

¹² Referimo-nos aqui ao Parnaso Lusitano. Sobre a importância dos parnasos enquanto um resgate e estabelecimento dos textos de poetas esquecidos e de divulgação da obra de escritores contemporâneos para um grande público, ver. Juliana Senna.

Fernandes Pinheiro como professor, historiador e poeta, levando em conta o próprio caminho da disciplina histórica, e reconhecendo assim o seu pioneirismo nesse sentido.

Não defendemos aqui o pioneirismo ou não de Fernandes Pinheiro, mas procuramos definir os caminhos e possibilidades para pensar a escrita da história, e a experiência do tempo sentida e escrita pelo Cônego na obra escolhida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Valdei Lopes de. “Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma”. *Locus: revista de história*, Juiz de Fora. v. 12, n. 1, 2006, pp. 79-94.

ARAUJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas e narrativas na formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p. 19.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*, Belo horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

CEZAR, Temístocles. “Livros de Plutarco”. *MÉTIS: história & cultura* – v.2, n.3, 2003, p.73-94.

GIANEZ, Bruno & ARAUJO, Valdei L. de. “A emergência do discurso histórico na crônica de Fernão Lopes”. *Fênix*, Uberlândia, v. 3, 2006, p. 1-20.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*; tradução, Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

NICOLAZZI, Fernando F. “Entre ‘letras & armas’, a história como disputa”. Considerações sobre a historiografia luso-brasileira do século XVIII. *Almanack Braziliense*, v. 11, p. 40-51, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória. *Fazer História, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*. Revista Brasileira de **História**, vol. 30, núm. 59, junho, 2010, pp. 37-52

PINHEIRO, João Caetano. Fernandes. Curso Elementar de Literatura Nacional. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.

SENNA, Janaína Guimarães. Flores de Antanho. As antologias oitocentistas e a construção do passado literário. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2006.

TURIN, Rodrigo. Os antigos e a nação: algumas reflexões sobre os usos da antiguidade clássica no IHGB (1840-1860). In : L’Atelier du Centre des Recherches Historiques, v. 7, 2011

Lusofilia e Desenvolvimentismo na Escrita da História de Arthur Reis (1939-1966)

Hélio da Costa Dantas *

Arthur César Ferreira Reis foi um historiador brasileiro nascido em Manaus em 1906. Fez seus estudos superiores na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, entre 1924-1927, onde conheceu Max Fleiuss e Rodolfo Garcia que granjearam a ele o acesso ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e à Biblioteca Nacional (por intermédio destes viria a se tornar sócio correspondente do IHGB em 1936). No Rio de Janeiro, também mantém contato com Capistrano de Abreu, além de ter estreitado laços com Afonso de Taunay e Basílio de Magalhães. Retornou em 1928 para o Amazonas, e na década seguinte, além de ser Redator-Chefe do Jornal do Comércio de Manaus, ocuparia diversos cargos públicos no magistério em Manaus. Sócio do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas desde 1926, publica o livro de estreia em 1931, *História do Amazonas*, em Manaus. Em 1938 muda-se para Belém, onde ocupa o cargo de Inspetor de Seguros no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e exerce o magistério. Em 1945 muda-se para o Rio de Janeiro, onde se torna Chefe da Divisão de Expansão Econômica do Ministério do Trabalho. Em 1946, é eleito Sócio Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao longo dos anos 1950 e 1960, Arthur Reis ocuparia diversos cargos. Em 1953 é nomeado Superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e em 1956, Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Em 1961, foi nomeado Diretor do Departamento de História e Documentação do Estado da Guanabara. Em 1964, foi designado para ser Governador do Estado do Amazonas, cargo que ocupa até 1967. Foi Professor de História da América e História Política e Social do Brasil na PUC/RJ e Professor da Escola Brasileira de Administração Pública da FGV. No mesmo ano de 1967 é nomeado Presidente do Conselho Federal de Cultura, cargo que ocupa até 1972. De 1974 a 1983 foi Professor do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal Fluminense. Falece em 1993, no Rio de Janeiro, com 87 anos. Publicou regularmente, ao longo de sua vida pública, mais de 50 títulos, além de inúmeras matérias de jornais, palestras, cursos, artigos e prefácios. Pelo menos até meados da década de 1970, seus livros foram referência básica e obrigatória quando o tema era História da Amazônia. Considerado por mais de uma geração de

* Secretaria de Estado da Cultura do Amazonas. Mestre em História.

pesquisadores como um pioneiro e um importante sistematizador do conhecimento sobre a Amazônia, foi também, ao longo do tempo, taxado como um historiador “positivista”, “conservador”, “autoritário” ou “superado”. Tanto para admiradores como para detratores, a produção intelectual de Arthur Reis parece ser mais alvo de reverência do que de referência, sendo também mais reconhecida do que efetivamente conhecida.

A produção historiográfica de Arthur Reis está inserida no processo de luta de representações pela definição da identidade regional que a partir do início do séc. XX passou a conformar a Amazônia enquanto uma região específica. Arthur Reis buscou instituir, para a Amazônia, ancestrais fundadores, um panteão de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, além de uma paisagem e uma espacialidade, procedendo, enfim, à naturalização de vários dos atributos que viriam a ser associados à região.

A escrita da história de Arthur Reis foi marcada pelo meio caminho entre método crítico e civismo pedagógico. Ao mesmo tempo em que acredita e defende a ideia do Brasil como uma unidade territorial e histórica, que articula Colônia, Império e República numa linearidade, o faz acreditando que essa reconstrução do passado só pode ser comprovada pelas fontes.

A fim de legitimar o recorte regional Amazônia, Arthur Reis realiza um diálogo com um saber anterior, nele efetuando um cuidadoso trabalho de seleção de memórias, fatos, personalidades, autores e textos, inventariando determinadas características, costumes, tradições, datas, marcos que são recortados e legitimados como fontes e interpretações autorizadas para se escrever a história da região.

Essa característica cívico-pedagógica pode ser percebida em vários textos de Arthur Reis que buscam instaurar um passado para o Amazonas, elegendo datas importantes, fatos marcantes e personagens ilustres, que, segundo o autor, permaneciam ignorados na historiografia brasileira. Discursos proferidos por Arthur Reis como paraninfo de turmas de ginásianos em Manaus durante esse período demonstram sua preocupação em dotar o Amazonas – principalmente a juventude estudantil – de uma memória histórica positiva. Em 1936, por exemplo, falando aos formandos do curso ginásial do Colégio D. Bosco (REIS, 1936: 9), afirmava:

Corramos a vista por sobre o quadro de nossos três séculos. Quanta heroicidade há nas atitudes de nossos homens, criando a Amazônia, contra a cobiça de franceses, de ingleses, de holandeses, de espanhóis, bolivianos, peruanos, vencendo, pela hinterlândia, os mistérios do meio geográfico! E no entanto, que se refere, dos

compêndios oficiais de ensino às obras máximas que nos definem como povo, sobre toda essa atuação! Abram-se esses livros, examinem-se os programas e neles não se encontra um passo, um lance de nossos ascendentes. Para o geral, somos um trecho estranho, sem história, sem credenciais para ingressar no painel grandioso da formação brasileira.

Conforme assinalado, em 1938, Arthur Reis muda-se para Belém a fim de assumir um cargo público. A essa altura, o historiador já experimentava uma relativa consagração no ambiente intelectual de Manaus. Se em sua cidade natal o autor publicou sua obra inaugural e mais alguns artigos em revistas locais, em Belém pôde ter acesso mais constante à documentação do Arquivo Público e da Biblioteca Pública do Pará, de onde selecionou fontes que o permitiriam escrever uma obra de maior fôlego, a saber, o ensaio publicado por ele em 1939, intitulado *A política de Portugal no Vale Amazônico*.

Diferentemente de seus estudos anteriores, esta é sua primeira obra em que é proposta uma síntese interpretativa da colonização portuguesa na Amazônia. Dessa maneira, a obra é uma espécie de manifesto inaugural, panorâmico, de onde posteriormente seriam pinçados temas para estudos mais específicos.

A Amazônia colonial de Arthur Reis, apresentada nas páginas desse livro, é uma região que, durante a colonização, obteve uma especial atenção da metrópole lusitana. A história da colonização da Amazônia não seria apenas uma página de aventura e exotismo, a ocupar um lugar menor na memória nacional, mas sim uma experiência política de êxito.

Dividida em dez capítulos, a tese principal apresentada na obra é a de que Portugal teria sido a única nação europeia a obter pleno êxito na colonização do vale amazônico; êxito este atribuído a uma série de características específicas dos lusitanos em relação às demais nações europeias que visaram conquistar a região.

Para Arthur Reis, é na colonização lusitana da região amazônica que devem ser procuradas as principais características da região. E a obra do historiador amazonense seria, em sua esmagadora maioria, uma descrição dos “aspectos da experiência portuguesa na Amazônia”: *presença de Portugal, dominação lusitana, dinâmica portuguesa, contribuição portuguesa, expansão portuguesa, ocupação portuguesa*. No teatro da história de Arthur Reis, a natureza amazônica é o palco para a atuação brilhante do protagonista lusitano e suas ações políticas, militares e civilizadoras, enquanto indígenas e caboclos constituem uma massa amorfa de coadjuvantes que aparecem vez ou outra na narrativa, apenas como suporte dos fatos que demonstrem as ações do colonizador.

Significativo dessa orientação é um pronunciamento seu em uma palestra no II Congresso de Brasilidade realizado em 1942, em Belém (REIS, 1942: 4), que inicia da seguinte maneira:

Logo de início é preciso recordar que nossa civilização não se alicerçou em resíduos africanos ou gentílicos. Esses resíduos não devem ser esquecidos nem desprezados. Representam muito em nossa personalidade. Mas a civilização de fundo tropical que realizamos, essa, em suas linhas centrais, em suas forças mais vivas, mais fortes, mais expressivas, é lusitana, ocidental.

Ou seja, a *civilização tropical* erigida na Amazônia é, em seu âmago, *lusitana e ocidental*, e o que tiver de *africano e gentílico* é *residual*. A herança cultural maior é a do português. O autor (REIS, 1942: 14) deixa isso claro ao sentenciar que essa contribuição é perceptível

nas cidades, residências, conventos, pontes, caminhos, portos, como obra material; no entendimento harmonioso com os grupos tribais ou com as sociedades avançadas que se lhes submeteram ao domínio político, como obra espiritual; na alimentação, no vestuário, na utilização do natural ou do que semeavam em vegetais e animais, como obra econômica; nos usos e costumes, língua, organização social, ensino técnico, cuidados sanitários, tipos de habitação, (...) constituíram (...) faces desse imenso legado português.

Um trecho de outro texto (REIS, 1966: 511) é esclarecedor a respeito dessa questão:

É conveniente esclarecer que, na constatação dessa verdade insofismável, não queremos desprezar os outros elementos integrantes de todo o amplo processo da formação, representados na contribuição que nos ficou do gentio da terra e dos contingentes africanos que, com estes, constituíram um precioso instrumento de trabalho. (...) A presença portuguesa, no entanto, representou a força disciplinadora, o propósito mais decisivo, a inteligência aguda no tocante aos problemas que foram surgindo e tiveram de ser vencidos pela execução de política objetiva, fruto do exercício ininterrupto de uma ação cultural mais intensa, mais viva, mais nítida, mais consciente, enquanto os outros significaram reflexo, força reflexa, guiada, assistida, utilizada convenientemente pela de maior conteúdo cultural.

É do colonizador português, então, a maior contribuição para a construção da Amazônia. O primado na condução do processo histórico na Amazônia, logo, é do elemento português que se impõe na posição de mando, de senhor, de liderança. Como já dito, o colonizador lusitano é o *ator principal*, cabendo aos outros elementos o papel de *coadjuvantes* do português na epopeia civilizatória. Dessa maneira, mais que em algum outro lugar, na Amazônia, “terra e homem [referindo-se aos indígenas], portanto, eram alguma coisa em ser, que os portugueses deviam utilizar, amoldando-os à sua vontade, às suas decisões, às suas

fórmulas de vida” (REIS, 1966: 15). Nessa lógica histórica, o colonizador luso é o vencedor. Logo, é legítimo que ele que se imponha, se aproprie, conduza o processo (REIS, 1966: 550):

Os portugueses, nesse trabalho silencioso de contato e de interações, constituíram a contribuição mais preciosa. Tinham, por si, sobre as multidões indígenas que encontraram ou sobre os contingentes africanos que importaram, a superioridade de sua tradição e de sua atualidade cultural. Transmitiram-no, em consequência, todo um imenso acervo de civilização, representado em língua, religião, instituições políticas, hábitos, costumes, atitudes, processos políticos, processos de trabalhos. Realizaram uma vigorosa empresa civilizadora. Deram-nos a sua natura. Plasmaram-nos com os seus defeitos, os seus vícios, as suas virtudes e qualidades, o seu espírito, o seu gênio

Esse aspecto lusófilo da obra de Arthur Reis demonstra o quanto as propostas de Gilberto Freyre sobre a colonização portuguesa na América haviam se disseminado desde fins da década de 1930, visto que sua proposta regionalista circulava em diversos círculos intelectuais pelo Brasil, postulando o país como um “continente” formado por arquipélagos culturais e da diversidade regional como articuladora da identidade nacional (ANDRADE, 1939).

Para Gilberto Freyre, o nacional deveria ser estudado regionalmente, “sem o sacrifício do sentido de sua unidade, a cultura brasileira, do mesmo modo que a natureza; o homem da mesma forma que a paisagem” (FREYRE, 1952: 88), ou seja, num país de dimensão continental como o Brasil, o natural e o cultural encarregavam-se de estabelecer as subdivisões. A proposta conciliatória do autor pernambucano parecia uma excelente saída para se articular as diferentes proposições identitárias: “as diferentes regiões se conciliam através do lusismo, comum, com o universalismo essencial” (FREYRE, 1942: 151).

O destaque conferido por Arthur Reis ao português como condutor de uma colonização bem-sucedida alude quase que diretamente aos argumentos de Gilberto Freyre – mais que com qualquer outro “intérprete” do Brasil no período. Muito embora não seja o objetivo desta comunicação fazer um estudo comparativo entre os dois autores, uma sucinta explanação acerca de algumas diferenças básicas entre os dois permitirá melhor matizar certas características da obra de Arthur Reis.

O próprio Gilberto Freyre, já em 1940, teria endossado as conclusões de Arthur Reis sobre a colonização portuguesa na Amazônia encetadas em *A política de Portugal...*, numa palestra proferida no Rio Grande Sul naquele ano. O ganho simbólico para Arthur Reis com certeza foi grande por ter sido citado e endossado por um autor já consagrado, e a colaboração intelectual entre os dois se daria mais diretamente durante a década de 1970,

quando fizeram parte do Conselho Federal de Cultura, porém, ambos os autores constantemente citavam um ao outro em palestras e publicações.

No entanto, se ambos reconhecem que somente o português poderia efetivamente colonizar o Brasil como o fez, encarando sua herança como positiva, há duas diferenças básicas entre os dois autores.

A primeira diz respeito à *contribuição do elemento africano* à colonização portuguesa, que para Gilberto Freyre é sobremaneira importante (FREYRE, 2006: 366-462). Contudo, para Arthur Reis, a influência do elemento africano na colonização da Amazônia teria sido insignificante, dada à suposta escassez de escravos na região. Dessa maneira, para Arthur Reis, a Amazônia teve uma peculiaridade em seu processo colonizador que a diferenciava do resto do Brasil: a da relação básica do colonizador com os indígenas, estes sim, a grande maioria e essenciais como colaboradores dos lusitanos.

A segunda e marcante diferença está no fato de que, para Gilberto Freyre, a colonização não foi fruto de uma ação do Estado português, mas sim uma vitória conquistada pela família patriarcal luso-brasileira. Não haveria uma orientação oficial na colonização, mas sim iniciativa particular (FREYRE, 2006: 65-117). Com efeito, nada contrastaria mais com a interpretação de Arthur Reis, para quem o Estado português é praticamente onipresente e a principal personagem histórica na condução da colonização da Amazônia.

Arthur Reis estabelece uma origem para a Amazônia: a chegada dos europeus à região. O marco inicial para Arthur Reis não é nenhuma das populações que habitavam o lugar antes da chegada dos europeus. Assim, a história da Amazônia é a história de sua colonização pelos portugueses, mais especificamente em seus fatos político-administrativos.

Entretanto, mais do que um elogio laudatório do colonizador português, a narrativa da história da Amazônia construída por Arthur Reis, ao apresentar um processo colonizador exitoso, conduzido por um Estado metropolitano presente e zeloso, situa a possibilidade de progresso e desenvolvimento desde o momento por ele considerado como a “gênese” da região. Nessa gênese, segundo a ótica de Arthur Reis, não estaria nem o primitivismo dos indígenas, nem a grandiosidade da natureza (ambos praticamente obliterados pelo historiador em sua escrita), mas, pelo contrário, o ímpeto colonizador português.

Essa construção do passado feita pelo autor permitiria encaminhar uma dupla operação: ao passo que dissociava a região da imagem de natureza idílica e exótica – contrapondo-se a uma concepção depreciativa conferida à região como lugar da barbárie e do primitivismo pela intelectualidade nacional até então – postulava a possibilidade de se realizar, por parte do Estado nacional contemporâneo, a retomada e/ou a efetivação de uma obra civilizatória de êxito no presente. No limiar das propostas de Arthur Reis para o desenvolvimento da Amazônia estava a experiência colonizadora portuguesa. Não é a retomada do fausto gomífero que o autor estabelece como padrão de desenvolvimento. Para ele, é a colonização portuguesa que funciona como modelo, e que permitia afirmar a possibilidade de se estabelecer, no presente, uma sociedade economicamente desenvolvida. É assim, a continuidade do projeto lusitano que seria a garantia de progresso, pois segundo Arthur Reis, a experiência de planejamento e conhecimento técnico-científico, havia sido adotada primeiramente pelos portugueses em sua colonização – muito embora de maneira incipiente – mas é essa orientação “realista” que deveria, com o maior desenvolvimento da técnica e da ciência, ser retomada no presente.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Almir de. **Aspectos da cultura brasileira**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1939.
- FREYRE, Gilberto. Continente e ilha. In: **Problemas brasileiros de Antropologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- _____. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.
- REIS, Arthur César Ferreira. **Discurso de Paraninfo**. Humanistas de 1936, do Colégio D. Bosco, de Manaus. Manaus: [s. c. e.], 1936.
- _____. **Unidade Histórica**. Conferência realizada no II Congresso de Brasilidade. 1ª ed. Belém: DEIP, 1942.
- _____. **Épocas e Visões Regionais do Brasil**. 1ª ed. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966. (Série Alberto Torres Vol. 6)

Martin Scorsese e Hollywood: de Taxi Driver a Os Infiltrados

Tiago Gomes da Silva*

O presente artigo objetiva discutir e comparar dois momentos - décadas de 1970 e 2000- da produção cinematográfica do cineasta ítalo-americano, Martin Scorsese. Cada um desses períodos serão trabalhados a partir de um filme representativo do momento: *Taxi Driver* (dir. Martin Scorsese, 1976) e *Os Infiltrados* (*The Departed*, dir. Martin Scorsese, 2006). Pretende-se mostrar como a análise dos longas-metragens e a reflexão sobre a trajetória do diretor escolhido permite explorar questões relacionadas à história do cinema norte-americano e às transformações ocorridas em Hollywood no recorte temporal analisado.

Os filmes de Martin Scorsese sinalizam importantes mudanças ocorridas na indústria cinematográfica norte-americana entre as décadas de 1970 e 2000. Essas transformações dizem respeito não só aos aspectos técnicos (qualidade de imagem e som, inovações tecnológicas e outros), mas também a forma de organização e produção de Hollywood.

Como o estudo proposto aqui utiliza de obras cinematográficas como fonte para a análise, mostra-se importante discorrer sobre algumas questões da metodologia de história e cinema. As pesquisas nessa área progrediram muito desde as formulações propostas por Marc Ferro na década de 1960¹. Diversos foram os caminhos apontados pelos estudiosos para se pensar o trabalho com as fontes fílmicas: o filme como uma contra-análise da sociedade; estudo que incorpora a semiótica; as películas como formas de um discurso histórico; entre outras.

O historiador José D'Assunção Barros destaca que a metodologia de análise fílmica deve ser multidisciplinar e pluridiscursiva, explorando diferentes questões como: autor, sistema de produção, narrativa cinematográfica, estética, crítica, recepção e outros. Os filmes também podem ser estudados como “produtos da história”, pensando-os como forma de se analisar a sociedade que os produziram.

Vale dizer, o cinema é “produto da história” – e, como todo produto, um excelente meio para observação do “lugar que o produz”, isto é, a Sociedade que o

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Pesquisador do Núcleo de Estudos Históricos e Midiáticos das Américas e Europa (NEHMAE) vinculado ao Laboratório Tempo Presente (Tempo/UFRJ). Bolsista da CAPES.

¹Para um debate sobre a historiografia sobre história e cinema, cf. SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). *História da Historiografia*, v. 8, p. 151-177, 2012.

contextualiza, que define a sua própria linguagem possível, que estabelece os seus fazeres, que institui as suas temáticas. Por isto, qualquer que seja a obra cinematográfica – seja um documentário ou uma pura ficção- é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da Sociedade que a produziu (BARROS, 2008, pp.52-53).

Ao se analisar os filmes *Taxi Driver* e *Os Infiltrados* busca-se estudá-los também como formas de representação dos Estados Unidos das décadas de 1970 e 2000, respectivamente. Os dois longas-metragens possibilita-nos pensar algumas temáticas e questões que foram trabalhadas nas obras e estão diretamente relacionadas à sociedade norte-americana no momento em que as películas foram produzidas.

Martin Marcantino Luciano Scorsese nasceu em 1942. Seus pais eram filhos de italianos que tinham imigrado para os Estados Unidos no início da década de 1910. Durante a maior parte da sua infância e sua adolescência o cineasta viveu no bairro de *Little Italy*, tradicionalmente ocupada por italianos e seus descendentes. O diretor cresceu muito próximo de seus avós e o resto da sua família fazendo com que fosse criado em uma forte tradição ítalo-americana. Segundo ele, *Little Italy* era um bairro que “*quem mandavam eram os tipos duros da rua e a Igreja*” (THOMPSON E CHRISTIE, 1989, p. 138). Com pouca afinidade com os criminosos da região e ideias nunca realizadas de se tornar padre, Scorsese não seguiu nenhum dos dois caminhos, todavia, ambos elementos foram muito presentes em seus futuros filmes, assim como, seu bairro, que serviu de inspiração e cenário para muitas de suas histórias, principalmente seus primeiros filmes: *Quem bate a minha porta? (Who's That Knocking at My Door?,* dir. Martin Scorsese, 1967) e *Caminhos Perigosos (Mean Streets,* dir. Martin Scorsese, 1973).

Após sua formação na *New York University* (onde dirigiu seus primeiros curtas-metragens e atuou como professor por um tempo depois de se formar), Scorsese começou a dirigir longas-metragens, tendo seu primeiro filme lançado em 1969. Desde então, tornou-se um dos mais renomados e importantes diretores do cinema norte-americano. Responsável por uma vasta produção cinematográfica que perpassa diferentes estilos: curtas-metragens (*What's a Nice Girl Like You Doing in a Place Like This* e *It's Just Not You, Murray*), documentários sobre história do cinema (*Minha Viagem e Itália*), direção de episódios de série de televisão (*Boardwalk Empire*), documentários sobre música (*No Direction Home*), clipes musicais (*Bad* de Michael Jackson), mas principalmente, longas-metragens, em que explorou uma grande diversidade de gêneros: gângsteres (*Os Bons Companheiros*), musicais (*New York New York*), drama (*Alice Não Mora Mais Aqui*), drama de época (*A Época da*

Inocência), suspense (*Ilha do Medo*), infantil (*A Invenção de Hugo Cabret*), comédia (*Depois de Horas*), biografias (*O Aviador*), refilmagem de clássicos (*Cabo do Medo*), continuação de clássicos (*A Cor do Dinheiro*), entre outros.

Martin Scorsese é também um dos mais premiados diretores do cinema norte-americano. Em 1997 foi homenageado com o *AFI Life Achievement Awards* pelo conjunto de sua obra, assim como o *Cecil B. DeMille Award*, em 2010. O diretor recebeu seu primeiro e único Oscar de “melhor diretor” por *Os Infiltrados*, em 2006. O cineasta também conquistou importantes premiações no exterior, como: Palma de Ouro (1976) e prêmio de melhor diretor (1985) no Festival de Cannes e o *Carrer Golden Lion* (1995) no Festival de Veneza.

Os dois filmes escolhidos para serem analisados são muito representativo de cada período da carreira do cineasta. *Taxi Driver* foi escrito por Paul Schrader, o elenco principal foi composto por Robert DeNiro, Jodie Foster, Albert Brooks, Harvey Keitel e Cybill Sheperd. Produzido por Julian Phillips e Michael Phillip, sendo distribuído pela *Columbia Pictures*. O filme foi inicialmente rejeitado pela maioria dos estúdios, a produção foi adiada por um tempo enquanto os envolvidos trabalhavam em outros projetos. O longa-metragem somente conseguiu ser realizado após o sucesso dos envolvidos em outros trabalhos, Martin Scorsese havia dirigido o bem sucedido *Alice Não Mora Mais Aqui* (*Alice Doesn't Live Here Anymore*, dir. Martin Scorsese, 1974), Robert DeNiro tinha conquistado seu primeiro Oscar por *O Poderoso Chefão II* (*The Godfather: Part II*, dir. Francis Ford Coppola, 1974), o roteirista Paul Schrader havia tido seu primeiro roteiro filmado por um grande estúdio, *Operação Yakuza* (*The Yakuza*, dir. Sydney Pollack, 1974) e os produtores do filme haviam recebido recentemente o Oscar de Melhor Filme por *Golpe de Mestre* (*The Sting*, dir. George Roy Hill, 1973).

O filme narra a história de Travis Bickle (Robert DeNiro), um veterano da Guerra do Vietnã, que começa a trabalhar como motorista de taxi. Ele trafega por bairros pobres e perigosos de Nova York durante a noite. A protagonista possui uma repulsa pelo ambiente a sua volta, marcado por violência, drogas, corrupção e prostituição. Travis inicia um relacionamento com Betsy (Cybill Shepher) que trabalha na campanha para a presidência do Senador Palantine. Ele conhece também Iris (Jodie Foster), uma jovem prostituta. Com o fracasso de sua relação com Betsy, Travis estabelece como missão resgatar Iris do ambiente de drogas e prostituição que ela vive.

Lançado em 2006, *Os Infiltrados* é uma refilmagem de *Conflitos Internos* (*Mou gaan dou*, dir. Wai-Keung Lay e Alan Mak, 2002). Baseado no roteiro de William Monahan, o

filme foi estrelado por Leonardo DiCaprio, Matt Damon, Jack Nicholson, Martin Shenn, Alec Baldwin, Mark Wahlberg, Vera Farmiga e Ray Winstone. Produzido por Graham King, Brad Grey e Brad Pitt e lançado pela *Warner Brothers*. Na trama, Billy (Leonardo DiCaprio) e Colin Sullivan (Matt Damon) são dois agentes da lei em lados opostos no combate a gangues em Boston. Billy é um policial disfarçado que trabalha na gangue de Frank Costello (Jack Nicholson), chefe da máfia irlandesa, enquanto que Colin trabalha como um infiltrado na polícia para Costello. Ao mesmo tempo em que Billy começa a ganhar a confiança de Costello, Collin inicia sua ascensão dentro do Departamento de Polícia, sendo ele mesmo encarregado de encontrar o espião dentro da corporação. Ambos os personagens vivem uma vida dupla, correndo sempre o risco de serem descobertos a qualquer momento.

Os dois filmes escolhidos foram realizados com uma distância de quase trinta anos. Em cada um desses dois períodos (décadas de 1970 e 2000), Hollywood apresentou formas de organização distintas. A análise dos longas-metragens e dos seus contextos de produção permite compreender como os filmes de Scorsese são representativos de algumas das mais importantes mudanças ocorridas na indústria cinematográfica norte-americana durante esse intervalo.

Um das principais características do cinema hollywoodiano das décadas de 1960 e 1970 foi o fim do *studio system*² e a consolidação dos estúdios como pertencentes a grandes corporações. Durante a década 1960, muitos dos maiores estúdios de Hollywood foram adquiridos ou se fundiram com grandes conglomerados. A *Music Corporation of America* (MCA) tornou-se proprietária da *Universal* em 1962; a *Paramount* foi adquirida pela *Gulf + Western*, em 1966; a *United Artist* pela *Transamerica*, em 1967; no mesmo ano a *Seven Arts* comprou a últimas ações da *Warner Brother*, que em 1969 passou para a *Kinney Corporation*; no mesmo ano, a *MGM* passou a pertencer ao conglomerado comandado pelo empresário Kirk Kerkorian, que direcionou muito dos investimentos a realização de um cassino em Las Vegas (SCHATZ, 2008, pp:18-19).

Essas séries de aquisições fizeram com que a maioria dos *majors*, antes companhias independentes, se incorporassem a grandes conglomerados, causando uma clara mudança na

² O *studio system* foi uma forma de organização da indústria cinematográfica norte americana entre as décadas de 1920 até 1960. Nesse modelo, uma pequena quantidade de estúdios (os *Majors*: *20th Century Fox*, *RKO*, *Paramount*, *Warner Brother* e *MGM*) controlavam uma parte considerável da produção cinematográfica norte-americana e todas as suas etapas: produção, distribuição e exibição. Esses estúdios tinham um quadro de profissionais fixos (técnicos, roteiristas, diretores e atores) e o processo de fazer um filme era comandado pelos grandes produtores e chefes de produção dos estúdios. Cf: SCHATZ, Thomas. *O Gênio do Sistema. A Era dos Estúdios em Hollywood*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

forma de organização da indústria. Nas palavras do próprio Scorsese: “Na época eu não sabia, mas em 1946³, Hollywood havia atingido seu apogeu. Duas décadas depois, quando eu abracei o ofício de cineasta, o *studio system* havia desmoronado e as companhias haviam sido absorvidas por grandes corporações gigantescas”(SCORSESE E WILSON, 2004, p.16).

A década de 1970 (e final da de 1960) foi um período de grandes transformações em Hollywood que não se resumem a formação desses conglomerados. Scorsese fez parte de uma geração de diretores que ficou conhecida como a Nova Hollywood, outros importantes nomes do cinema norte-americano também se tornaram conhecidos nessa época, entre eles: Steven Spielberg, Francis Ford Coppola e George Lucas. Esses realizadores, muito influenciados pela ideia de cinema autoral defendida por cineastas europeus, representaram uma nova fase dentro de Hollywood, em que o diretor passava a ser a figura chave dentro do processo de realização de um filme.

Os filmes da Nova Hollywood apresentaram muitos questionamentos e críticas à realidade dos Estados Unidos daquele período. As obras desses cineastas tratavam de temas controversos e pouco explorados no cinema americano, como por exemplo, prostituição infantil em *Taxi Driver*. Diversos valores da sociedade norte-americana são contestados, assim como alguns elementos são tratados de forma mais explícita, principalmente sexo e violência. Entre alguns dos principais longas-metragens desse período estão: *Bonnie e Clyde- Uma rajada de balas* (*Bonnie and Clyde*, dir. Arthur Penn, 1967), *Perdidos na Noite* (*Midnight Cowboys*, dir. John Schlesinger, 1969), *O Poderoso Chefão* (*The Godfather*, dir. Francis Ford Coppola, 1972), *M.A.S.H (MASH)*, dir. Robert Altman, 1970) e *Operação França* (*The French Connection*, dir. William Friedkin, 1971).

Nos anos 2000, a indústria cinematográfica norte-americana apresentava um perfil diferente, um novo modelo de organização. Os seis principais estúdios de Hollywood: *20th Century Fox*, *Columbia*, *Paramount*, *Warner Brothers*, *Universal* e *Disney* são cada um deles parte de um dos seis maiores conglomerados midiáticos, respectivamente: *News Corporation*, *Sony*, *Viacom*, *Time Warner*, *NBC Universal* e *The Walt Disney Company*.

A formação desses conglomerados iniciou-se em meados da década de 1980. Em 1985, o grupo *News Corporation* comprou a *20th Century Fox*, último dos grandes estúdios a

³ O *studio system* começou a entrar em crise na segunda metade da década de 1940 principalmente devido a uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos que estabelece o controle deles sobre a três etapas de produção como ilegal, sendo assim, os cinco *majors* são obrigados a se desfazerem de suas salas de cinema, perdendo assim o lucro gerado pela exibição. Outro fator que contribuiu para a diminuição das bilheterias durante essas período foi a concorrência da televisão. Cf: SCHATZ, Thomas. The return of the Hollywood Studio System. In: BARNOUW, Erik (et al.). *Conglomerates and the media*. New York: The New Press, 1997.

ser manter independente; a *Warner Communication* e a *Time Inc.* se fundiram em 1989 dando origem a *Time Warner*; no mesmo ano, a Sony adquiriu a *Columbia-Tristar*; em 1994, a *Viacom* tornou-se proprietária da *Paramount*; em 2003, a *General Eletrics* adquiriu a *Universal*, que até então pertencia a *Vivendi*, e criou a *NBC Universal* (SCHATZ, 2008, p.26).

Essa nova organização da indústria foi apontada por estudiosos como um “*retorno ao studio system*” (SCHATZ, 1997). Em vez de cinco grandes estúdios controlarem todas as etapas de realização de um filme – produção, distribuição e exibição- seis grandes conglomerados midiáticos são responsáveis por grande parte dos negócios relacionados à indústria do entretenimento e da informação. A realização de um filme, sua promoção, exibição na televisão, produção de jogos eletrônicos, brinquedos e livros, todas essas etapas são agora realizadas pelas diferentes subsidiárias dessas corporações.

Esses novos conglomerados midiáticos apresentam algumas diferenças que devem ser destacadas em relação aos formados nos anos 1960. Primeiramente, alguns dessas companhias não têm origem nos Estados Unidos, como é o caso da *Sony* (Japão) e da *News Corporation* (Austrália) e atuam em escala global. Outra questão é em relação ao perfil de seus negócios, enquanto que empresas como a *Gulf+Western*, que adquiriu a *Paramount* em 1966, tinha investimentos em diferentes setores como serviços financeiros, ramo editorial e produção de açúcar (WASKO, 1994), as corporações que surgiram a partir de 1985 são referentes a produtos midiáticos. Por exemplo, a *Time Warner*, composta por duas companhias a *Warner Communications* e *Time Inc* (cujo principal produto é a revista *Time*), também é proprietária de ativos da *News Line Cinema*, *HBO*, *Turner Broadcastin System* (detentora de canais de televisão como *CNN*, *TNT*, *TCM*, *Cartoon Network* e *Boomerang*), *DC Comics* e outros.

Os filmes de Martin Scorsese são muito significativos das mudanças ocorridas em Hollywood. *Os Infiltrados* e os outros filmes de Scorsese dos anos 2000 são representativos de um novo perfil da indústria, orçamentos mais caros e com a presença de grandes estrelas, essas obras contam com uma forte campanha publicitária para serem bem sucedidos comercialmente. *Taxi Driver* foi realizado com um custo na época de U\$1,9 milhões e *Os Infiltrados* de aproximadamente U\$90 milhões, mesmo calculando-se a inflação os dois filmes estudados apresentam uma grande diferença em relação ao seu orçamento.

Os valores apontados indicam uma mudança no perfil de filmes produzido pelo cineasta. *Os Infiltrados* apresentou um custo consideravelmente superior. Esse filme foi um dos mais caros da carreira de Scorsese, seguindo uma tendência iniciada no início dos anos 2000. Muitos dos longas-metragens de Martin Scorsese realizados entre 2002 e 2010

(*Gangues de Nova York, O Aviador, Os Infiltrados e Ilha do Medo*) tiveram grandes orçamentos, mas também foram os mais bem sucedidos comercialmente (todas as quatro obras citadas se encontram entre as sete mais lucrativas do diretor). Enquanto que os filmes da década de 1970 (*Sexy e Marginal, Caminhos Perigosos, Alice Não Moras Mais Aqui, Taxi Driver e New York, New York*) somente dois deles (*Alice Não Mora Mais Aqui e Taxi Driver*) aparecem entre os dez mais bem sucedidos comercialmente nos Estados Unidos⁴.

Sobre essa mudança nos tipos de filmes realizados por Martin Scorsese, Robert Phillip Kolker destacou:

Não menos fascinado pelos gêneros e pelo trabalho de diretores que ele honra, ele parece mais interessado em fazer as audiências contentes (*Ilha do Medo* foi um grande sucesso comercial). Para melhor ou para pior, seus filmes mais recentes tenderam mais para o entretenimento do que para experimentação, talvez algo inevitável para um diretor tão tomado pelas transformações de Hollywood fazer filmes e talvez com um desejo de seguir essas transformações e se tornar um regular de Hollywood em oposição a um independente de Nova York (KOLKER, 2011, 261).

Assim como a década de 1970, a forma de organização de Hollywood nos 2000 foi o resultado de mudanças iniciadas em décadas anteriores, no entanto, os cineastas da Nova Hollywood, devido ao momento de crise pelo qual passava a indústria e o sucesso comercial de seus filmes, conseguiram possuir certa liberdade criativa para realizar suas obras, sendo assim, a reestruturação da indústria cinematográfica norte-americana foi acompanhada de uma renovação artística, em que novos cineastas puderam realizar suas produções de caráter autoral.

Conforme dito anteriormente, ambas as produções devem ser pensadas como uma forma de se estudar a sociedade, trabalhando-as de forma a analisar a realidade dos Estados Unidos na década de 1970 e 2000. Os dois filmes retratam uma visão do cineasta (e outros envolvidos com a realização da obra) sobre o seu país, tratando de questões importantes, e muitas vezes delicadas, sobre o que se passava em ambos os períodos.

Segundo Robert Phillip Kolker, um elemento muito presente nos filmes dos cineastas da Nova Hollywood é o relacionamento das personagens com o ambiente a sua volta, a incapacidade delas de se adaptarem ao meio em que vivem, sendo uma das características mais comum a esses indivíduos é a solidão, tratando-se, segundo o autor, de um cinema da

⁴ Dados do site: <http://www.boxofficemojo.com/people/chart/?view=Director&id=martinscorsese.htm>, acessado em 28 de julho de 2013.

solidão⁵. *Taxi Driver* seria um exemplo dessa tese. As audiências se relacionam com a história a partir da perspectiva de Travis, partilhando de sua solidão, de suas loucuras e paranoias. Esse ponto de vista acaba por alternar entre real e fantasia, sendo, por exemplo, a violenta cena final em que Travis vai “resgatar” Iris, uma “expressão exagerada da forma como um louco percebe e atua no mundo a sua volta” (KOLKER, 2004, p. 245).

O filme retrata também importantes questões sobre a década de 1970, como: o crescimento da violência urbana mostrada a partir da representação das ruas de Nova York, marcada por criminalidade, corrupção, prostituição, drogas, o vazio do discurso de político personificados na figura do candidato a presidência - o senador Palantine é apresentado como uma figura carismática, mas com um discurso vazio- e o trauma do Vietnã representado por Travis.

Taxi Driver apresenta uma visão mordaz de uma cultura que poderia produzir um Travis Brickle (...) a representação da sociedade americana é depressiva. Ação individual é demonizada. Políticos, representados na figura de Palantine, são “expostos” como vergonha. O fim sugere uma situação inalterável, e aparentemente imutável (GRIST, 2000, p.156).

Em *Os Infiltrados*, percebemos uma representação dos Estados Unidos pós-11 de setembro. No longa-metragem, as relações, profissionais ou pessoais, são marcadas por mentiras, desconfiança, medo e traição, o ambiente que cerca os personagens acaba por os corromperem, não há moral, os dois lados da lei agem com excessos e violência, ambos não medem esforços para chegarem aos resultados pretendidos.

O ambiente apresentado no filme retrata situação do próprio país, a questão de paranoia antes exposta em *Taxi Driver*, não diz respeito ao indivíduo, mas a nação. O próprio ambiente de companheirismo entre os criminosos presente em outros filmes de Scorsese como *Os Bons Companheiros* (*The Goodfellas*, dir. Martin Scorsese, 1990) deixa de existir. Nas palavras do próprio Scorsese:

Eu sentia uma raiva pela história, pelo mundo em que ela se passa e como reflete o mundo em que estamos hoje (...) Tem a ver com a natureza da traição. A natureza da moralidade que, depois de 2001, passou a ser suspeita para mim. Estou preocupado com a maneira como vivemos, como estamos vivendo neste país e como são os nossos

⁵ Cf. KOLKER, Robert Phillip. *A cinema of loneliness: Penn, Kubrick, Scorsese, Spielberg, Altman*. Oxford University Press: New York, 1988.

valores (...) Na leitura mais rasa de *Os Infiltrados*, ninguém pode confiar em ninguém. Todo mundo mente para todo mundo. (SCHICKEL, 2011, pp:335-336).

Taxi Driver e *Os Infiltrados* apresentam representações dos Estados Unidos, apesar de se tratarem de contextos diferentes, ambos os filmes desenvolveram um tom crítico e questionador da realidade norte-americana.

Os dois longas-metragens estudados foram realizados em dois momentos distintos da indústria cinematográfica norte-americana, em cada um desses períodos, Hollywood apresentava uma forma de organização diferente. *Taxi Driver* foi produzido em um contexto de reorganização devido a crise de *studio system* e o surgimento da Nova Hollywood, em que devido ao sucesso das obras dos cineastas dessa geração, eles experimentaram de relativa liberdade criativa.

Os Infiltrados foi lançado em um momento diferente, seis grandes conglomerados midiáticos são responsáveis pela indústria do entretenimento e donos dos principais estúdios. Os filmes para serem bem sucedidos comercialmente, necessitam cada vez mais terem grandes orçamentos, presença de astros, fortes campanhas publicitárias e concorrerem com os *blockbusters* e suas franquias. Contexto esse que a própria autonomia do cineasta de realizar a sua obra é cerceada pelo controle corporativo, tratando-se de segundo Scorsese “uma questão de ter ou não ter o que eles precisavam, o que a corporação precisa. E quanto esforço isso exigiria”, uma vez que, “em última análise, o mercado para filmes de grande orçamento significa que haverá menos experimentação neles” (SCHICKEL, 2011, p.351).

Buscou-se mostrar como a análise dos filmes de um cineasta pode servir de fonte para se estudar outros elementos além da sociedade que o produziu, como a indústria cinematográfica que o realizou e a história do cinema hollywoodiano. As mudanças trabalhadas não são exclusivas dos filmes de Martin Scorsese. Ocorreu em Hollywood uma transformação da organização, dos princípios, métodos e objetivos. Essas diferenças possibilitam questionar a relação entre o cineasta e a indústria que ele faz parte, ou como indagado por Martin Scorsese:

O que é preciso para ser um cineasta em Hollywood: Mesmo hoje em dia ainda me pergunto o que é necessário para ser um profissional, ou mesmo um artista, em Hollywood. Como você sobrevive à constante queda de braço entre a expressão pessoal e os imperativos comerciais? Qual é o preço que se paga para trabalhar em Hollywood? Você acaba com dupla personalidade? Você faz um filme para eles, um para você?(SCORSESE e WILSON, 2004, p.17)

Referências Bibliográficas:

- BARROS, José D'Assunção. Cinema e história: entre expressões e representações. In: *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. NÓVOA, Jorge & BARROS, José D'Assunção. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- EPSTEIN, Edward Jay. *O grande filme: dinheiro e poder em Hollywood*. São Paulo: Sumus, 2008.
- FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- GOMERY, Douglas & COMPAINE, Benjamin M.. *Who Owns the Media: Competition and Concentration in the Mass Media Industry*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.
- GRIST, Leighton. *The films of Martin Scorsese, 1963-77: Authorship and context*. New York: Palgrave Macmillan, 2000.
- KOLKER, Robert Phillip. *A cinema of loneliness: Penn, Kubrick, Scorsese, Spielberg, Altman*. Oxford University Press: New York, 2004.
- MORETTIN, Eduardo. “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro” In: CAPELATO, Maria Helena *et al* (org.). *Cinema e História*. São Paulo: Alameda, 2007.
- NEALE, Steve & SMITH, Murray. *Contemporary Hollywood Cinema*. Los Angeles: Routledge, 1998.
- SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. Cinema e historiografia: trajetória de um objeto historiográfico (1971-2010). *História da Historiografia*, v. 8, p. 151-177, 2012.
- SCHATZ, Thomas. *O Gênio do Sistema. A Era dos Estúdios em Hollywood*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. The return of the Hollywood Studio System. In: BARNOUW, Erik (et al.). *Conglomerates and the media*. New York: The New Press, 1997.
- _____. The Studio System and Conglomerate Hollywood. In: MCDONAL, Paul & WASKO, Janet. Malden. *The Contemporary Hollywood Film Industry*, MA: Blackwell Publishing, 2008.
- SCHICKEL, Richard. *Conversas com Scorsese*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- SCORSESE, Martin & WILSON, Henry. *Uma Viagem Pessoal pelo Cinema Americano*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SOTINEL, Thomas. *Masters of the cinema: Martin Scorsese*. Cahiers du cinema Sarl: 2010.
- TAUBIN, Amy. *Taxi Driver*. London: British Film Institute, 2008.
- THOMPSON, David e CHRISTIE, Ian. *Scorsese por Scorsese*. Lisboa: Edições 70, 1989.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

WASKO, Janet. *Hollywood in the information age*. Austin: University of Texas Press, 1994.

Max von Versen: Mercenário ou Espião? A presença da Prússia na Guerra do Paraguai

*Jéssica de Freitas e Gonzaga da Silva

Introdução

Em 3 de Julho de 1866, na cidade de *Königgrätz*,¹ foi travada a batalha de *Sadowa* entre as tropas do Império Austro-Húngaro e o Reino da Prússia. A vitória do exército prussiano implicou no fim da Guerra Austro-Prussiana², em 29 de Julho de 1866, com a assinatura do Tratado de Praga³, cujas principais consequências foram a exclusão da Áustria e a afirmação da supremacia da Prússia sobre a Confederação Germânica.

Enquanto isso, na América do Sul, a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o governo da República do Paraguai tomava seus contornos. Após a retirada dos paraguaios de Corrientes, o conflito militar foi caracterizado pela disputa de posições geográfico-estratégicas, com o objetivo de invadir o território guarani, através da ocupação dos rios Paraná e Paraguai. A estratégia era neutralizar as fortificações paraguaias, preparando o exército aliado para enfrentar a Fortaleza de Humaitá, onde estava o maior sistema defensivo do líder paraguaio Solano López, inclusive seu Quartel General.

Haveria elementos comuns entre os dois conflitos mencionados, ainda que tão distantes? Ambos foram guerras características do século XIX, diretamente relacionadas ao processo de formação e consolidação das nações beligerantes. Ademais, houve outra similitude: a presença do Major prussiano, Max Von Versen. O fim da Guerra Austro-Prussiana permitiu sua participação na Guerra do Paraguai.

*Graduanda em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

¹ Atualmente, compreende-se a cidade de *HradecKrálové*, na República Tcheca.

² Otto Von Bismarck, Primeiro Ministro da Prússia desenvolveu seu projeto de unificação da Alemanha, a *Realpolitik* baseada na valorização da política externa, o uso da guerra para assegurar a unidade territorial e a exclusão da Áustria para garantir a unificação. Bismarck utiliza a administração do ducado de *Holstein* para incitar a Áustria, provocando a invasão do ducado pela Prússia e a declaração da dissolução da Confederação Germânica, eclodindo a Guerra Austro-Prussiana.

³ O tratado contemplava o fim das hostilidades entre a Prússia e a Áustria, estabelecendo a anexação dos ducados, incluindo *Holstein* pela Prússia e os Estados alemães de *Hanôvere Hesse*. Sobre liderança de Guilherme I, Rei da Prússia e Bismarck, foi formada a Confederação da Alemanha do Norte, em 1867.

Esta participação ímpar nos estimulou a analisá-la, sobretudo sua viagem até o rio da Prata, marcadas por controvérsias sobre suas intenções no conflito, que resultou na escrita da obra “*História da Guerra do Paraguai*” (1872). A análise das polêmicas envolvendo o personagem trará novos subsídios para a compreensão de suas memórias e para a historiografia sobre a guerra.

De Berlim ao Paraguai

Em 18 de Fevereiro de 1867, Max Von Versen, Major da Cavalaria do Exército da Prússia, embarcou a bordo do vapor *Estremadura* em *Bordeaux* com destino ao Rio de Janeiro. Justificou sua viagem pelo seu imaginário sobre a América do Sul, construído a partir da leitura das narrativas de Alexandre Humboldt, mas também desejava observar os combates da Guerra do Paraguai. No seu dizer: “Não tenciono tomar parte ativa na guerra, desejo assistir às operações militares no caráter de simples expectador. Em vista da superioridade dos brasileiros e seus aliados, as circunstâncias devem ser mais interessantes do lado dos paraguaios” (VERSEN, 1976:14).

Para a realização do projeto, solicitou suspensão dos serviços no exército, assumindo o cargo de comissário do governo a fim de entregar os despachos do rei da Prússia, Guilherme I, ao seu Ministro nas Repúblicas Platinas, então em exercício em Montevideú. Por isso, requereu certos documentos: a “carta de apresentação a Solano López escrita pelo seu embaixador Du Graty, [o] passaporte e a carta de recomendação do General von Moltke” (*ibdem*: 15).

Durante a viagem, o militar afirma que se apresentava como “dr. von Versen que empreendia a exploração científica das Cordilheiras na América do Sul” (*ibdem*: 20), evitando possíveis questionamentos dos passageiros sobre os motivos de sua vinda ao Brasil. Além disso, ressaltou o encontro, no decorrer da jornada, com Guilherme de La Roquette, futuro Ministro Encarregado dos Negócios da França no Rio de Janeiro.

Enquanto isso, um ofício de Marcos Antônio de Araújo, Ministro da Legação do Império do Brasil na Prússia circulou nas instâncias do Governo Imperial e do oficialato militar, o marquês de Caxias, Comandante em Chefe das Forças Aliadas e Joaquim José Inácio, Comandante em Chefe das Forças Navais Brasileiras, sobre o seguinte conteúdo:

Confidencial – Sessão Central nº 2 – Legação do Império do Brasil na Prússia-Berlim, 15 de Fevereiro de 1867.

Ilm. Exm. Snr. No dia 25 do corrente mês tenciona tomar passagem a bordo do vapor francês, que **segue para os portos do Império, o barão de Versen [sic], capitão do Estado Maior do Exército Prussiano**, o qual, não tendo podido obter uma licença prolongada, deu a sua demissão **com o fim de ir prestar seus serviços ao Paraguai, havendo toda a probabilidade de que fora contratado aqui para este destino**. O referido barão é militar distinto, impetuoso e enérgico, tomou parte na última guerra e nela fez serviços pelos quais foi condecorado com a ordem do mérito.

Para evitar suspeitas da parte das autoridades brasileiras, **vai ele munido de dois passaportes, um inglês e outro espanhol e tenciona atravessar o território ocupado pelas forças aliadas no Rio da Prata, fazendo se passar por médico, levando até uma caixa com medicamentos para melhor fazer acreditar a sua inculcada profissão.** (DL 1145, 323: 2) (Grifo meu).

A mobilização do governo brasileiro resultou no pedido de sua prisão expedido pelo delegado da Polícia da Corte, Theodoro Machado Freire Pereira da Silva, como também a apreensão de sua bagagem quando chegasse ao Rio de Janeiro (*CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES*, 1867: 343). Sendo assim, em 23 de Março de 1867, ao embarcar no vapor francês *Carmel* com destino ao Montevideu, o militar foi preso e conduzido à delegacia para prestar depoimento.

Sobre o episódio o autor relata: “(...) não trazendo comigo nenhuma prova de intenção aos interesses do Brasil, eu nada receava; era simples portador de uma carta do governo prussiano ao seu ministro em Montevideu” (VERSEN, 1976: 25). No entanto, foi incurso no artigo 71º do Código Criminal:

Quem favorecer interesses da nação em guerra contra o Brasil ou facilitar-lhe a aquisição de tropas, armas, dinheiro, munições ou navios, incorrerá na pena de galés perpétuas⁴ se houver circunstâncias agravantes; ou incorrerá em igual pena, de 8 anos no mínimo até 15 anos no máximo, se houver agravantes (*CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES*, 1867:340).

Na delegacia, foi submetido ao interrogatório e enviou um telegrama ao cônsul da Prússia solicitando sua presença imediata. Em sua obra, informa sobre o conteúdo de sua declaração:

declarei que pretendia entregar em Montevideu os despachos do governo e depois viajar pela América. Disse também que desejava assistir à guerra contra o Paraguai na qualidade de simples expectador, e por isso tencionava solicitar ao marquês de Caxias, a necessária permissão para acompanhar as tropas aliadas. Também aleguei que era meu propósito visitar o Chile; seguindo pela costa ocidental, chegar até à América do Norte (VERSEN, 1976: 26).

Ademais, a partir de sua auto-declaração, encontramos novas informações:

⁴Compreende-se: casa de correção.

[Max vonVersen] Que começa agora uma viagem de um ano pela América do Sul e do Norte, tencionando enceta-la por visitar o teatro da guerra no Paraguai, e depois transpor a cordilheira dos Andes para ir ao Chile e de lá pelo Panamá a Nova Orleans.

Que como o governo do seu país estando em relações pacíficas com os povos beligerantes não pode ele tomar parte ativa na guerra, e que, portanto a sua intenção é a seguinte: **Que depois de ter cumprido a missão de que fora incumbido pelo seu governo, tencionava solicitar uma licença e ir ter com o marquês de Caxias para que ele lhe permitisse assistir à guerra sendo aceito entre os oficiais do seu estado-maior, e que esperava ver os seus desejos realizados em virtude de um atestado que trouxe mandado passar pelo general Molthe.**

Que elle deseja provar que não tinha intenções de assistir à guerra do lado do Paraguai, mas sim do lado do Brasil com as seguintes razões: primeiro por que não há caminho que conduza ao Paraguai, segundo porque é incrível que um oficial prussiano se interesse pela causa de uma República deixando-se de interessar-se pela causa de uma monarquia civilizada.

Que ele viajava ocultando a sua qualidade de oficial, porque não queria que os diplomatas paraguaios na Prússia soubessem que ele se achava no acampamento brasileiro na qualidade de oficial prussiano (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 1867: 346) (Grifo meu).

A partir de sua declaração, apresentamos nossas primeiras incógnitas: Quais as intenções de Max Versen? Ir ao teatro de operações como apenas um viajante e expectador? Ir ao encontro dos acampamentos de marquês de Caxias? Ou ao Quartel General de Solano López? Encontramos novas “pistas” a partir da análise do auto de apreensão e busca de sua bagagem:

na polícia Max von Versen, onde franqueou e abriu suas malas e se apreendeu os objetos seguintes: Uma caixa pequena com retratos, uma folha de papel em branco, cinco cartas fechadas, uma dita aberta, um atestado em francês, um mapa da América do Sul, um dito do Rio da Prata, uma condecoração, um impresso em alemão, um papel em manuscrito, um caderno com algumas folhas escritas, seis cartões sobre o “Serviços Maritimosdes Messageries Impériaes”, um cartão – título Hotel Figueiredo, e dois papéis amarelos escritos- servisse de La Nourriture (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 1867: 345).

Aparentemente, nenhuma documentação capaz de incriminá-lo foi encontrada pelas autoridades brasileiras, como a carta de recomendação a Solano López, no entanto, Max Versen nos informa acerca de seu paradeiro:

julguei necessário destruir a carta de recomendação que du Graty me dera para o Presidente Lopez. Vesti o colete, desmanchei uma costura e deitando-me para fingir que lia, tirei do forro devagar um papel após o outro que fui

mastigando e engolindo. A terça parte dos papéis bastou para me perturbar e tornar – me impossível o esforço de deglutição: portanto só me ficava o recurso de queimar o resto (VERSEN, 1976: 27 -28).

Para garantir sua liberdade, contou com a intervenção de Guilherme de La Roquette, cônsul francês responsável por protestar contra sua prisão, apelando aos tratados diplomáticos assinados com o Brasil, argumentando a impossibilidade de prender qualquer passageiro a bordo de um navio sobre bandeira da França, sem a autorização do consulado.

O secretário da Legação da Prússia, Theodoro de Busen atuou na negociação com Antônio Coelho de Sá Albuquerque, Ministro dos Negócios Estrangeiros informando possíveis mudanças nas relações entre o Império do Brasil e o Reino da Prússia, caso Max Versen não fosse libertado. Para a Prússia, o Brasil havia confiscado e impedido a transmissão de documentos oficiais do governo para seu representante em Montevideú, como também, ao prendê-lo a bordo do navio francês, o governo brasileiro descumpriu com o direito internacional. Ademais, solicitava a permissão para Versen assistir à guerra no acampamento do marquês de Caxias.

Após o “incidente diplomático”, Max Versen conseguiu seguir para Buenos Aires sobre jurisdição francesa, a bordo do vapor *Curiex*. No entanto, obteve seu pedido negado para ir ao teatro de operações. Porém, o Governo Imperial permaneceu promovendo medidas para vigiá-lo e impedi-lo de chegar ao Paraguai, através da colocação de espões para segui-lo. Inclusive, algumas medidas foram adotadas pela Esquadra Brasileira por ordem de José da Costa, Chefe do Estado Maior: “Aos prussianos que vierem do Alto Paraná entregue esta ordem e conceda abordar a margem argentina, mas sempre nas vistas dos navios da Esquadra. A comunicação do território paraguaio lhes é vetada” (DL 1202, 85). Através dessa passagem cabem ressalvas à preocupação do Brasil em impedir a comunicação de qualquer prussiano com o Paraguai. Nesse sentido, podemos levantar algumas questões: Este impedimento seria devido a Max vonVersen? Ou o Reino da Prússia teria alguma relação com o Paraguai que ia de encontro aos interesses dos aliados?

Desviando de espões brasileiros, auxiliado por europeus e utilizando o nome falso de Don Juan Hansen (VERSEN, 1976: 44), conseguiu chegar ao Quartel General de Solano López, na Fortaleza de Humaitá. Sobre o episódio, o militar relata:

Declarei que pretendia licença para acompanhar as operações militares, aproveitando para manifestar as simpatias que me arrastavam para o lado do Paraguai. [Respondi] que não atravessara o acampamento dos aliados no

caráter de espião, mas com o único propósito de alcançar o território paraguaio (*ibidem*: p. 96).

Embora afirme não comportar-se como um espião a favor do Paraguai, o autor informa que obteve armamento, alimentação e hospedagem, relatando: “Fora da Europa foi este o primeiro lugar em que me senti em verdadeira segurança” (*ibidem*: p. 97), como também: “Durante as primeiras quatro semanas, eu fui tratado, por ordem de Lopez, como melhor não poderia ser qualquer general do exército” (*ibidem*: p.108). Versen seria apenas um viajante ou um mercenário contratado?

Mercenário ou viajante?

O termo *mercenarius* significa soldado contratado mediante dinheiro. O conceito de “mercenário” pode ser caracterizado como: “prestador de serviço que, independentemente das causas, motivações, acontecimentos, meios de recrutamento e de retribuição, coloca uma força armada à disposição de um empregador público ou privado” (BRUYÈRE-OSTELLS, 2012: 11). A utilização desses homens remonta à Antiguidade Clássica, porém, a partir da Revolução Francesa, devido à formação da ideia de soldado-cidadão, houve a transformação da atividade mercenária. Os “soldados-fortuna” foram percebidos como homens sem leis, sem fé, vendidos aqueles que pagassem mais. No entanto, a atividade mercenária “voluntária” perpetuou-se.

A partir do século XIX, a revolução científica implicou na expansão das relações comerciais europeias nas diversas áreas do globo, principalmente no continente americano, africano e asiático. O palco de atuação dos mercenários também foi expandido. Neste contexto, principalmente, nos períodos de paz na Europa, surgiu uma nova figura o “mercenário aventureiro”. De acordo com o historiador Walter Bruyère-Ostells, o imaginário aventureiro adquiriu novo sentido, principalmente do jovem prussiano, “embalado pela leitura dos relatos de viagem de Alexandre de Humboldt” (*ibidem*: 98). Desta forma, o mercenário assume trabalhos que contemplem sua função militar, mas também permitem a execução de sua ambição pessoal: viajar para explorar a vastidão natural do planeta. De acordo com o autor, o “mercenário romântico valoriza mais seu desejo de aventura do que sua sede de fortuna e de glória” (*ibidem*: 100).

Max von Versen seria, então, um mercenário aventureiro? O desejo de aventurar-se pelas diversas regiões da América o teria impulsionado a ir ao Paraguai? Encontramos alguns

subsídios em sua carta de recomendação escrita pelo barão Moltke, General, Chefe do Estado Maior, em 16 de Fevereiro de 1867:

Ayant servi durant plusieuer années dans la cavallerie comme dans l'état major de Prusse, et après avoir assisté à la compagne contre l'Autriche, le major de Versen vient de prendre son congé, dans le but d'étudier la guerre ailleurs et de voir des pays étrangers. **C'est à regret que je vois partir cet officier distingue, et em témoignant les excellents services qu'il aà rendus en son pays, je lui désire tout le succès dû à ses connaissances militaires et à une valeur à toute épreuve, persuadé que ces qualités brillantes le redront fort útil à tel gouvernement, quis aura les employer** (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES, 1867: 346) **(Grifo meu)**⁵.

A falta de armamento, treinamento militar obsoleto e a insuficiência de oficiais responsáveis pelo treinamento de tropas foram evidentes no lado paraguaio. De acordo com Francisco Doratioto: “A oficialidade paraguaia restringira-se, demonstrando clara indigência de comando para uma força de milhares de homens” (DORATIOTO, 2002: 92).

Nesse sentido, podemos pensar na possibilidade de Max Von Versen ter oferecido sua experiência militar a Solano López, atuando como um mercenário, como demonstra sua carta de recomendação, para conseguir assistir ao conflito, realizando sua aventura pela América do Sul.

A História da Guerra do Paraguai de Max von Versen

Ao final da década de 1870, o oficial escreve a obra *A História da Guerra do Paraguai* para a Sociedade Militar e o Grêmio Científico de Berlim. O objetivo é promover um relato sobre a guerra, como também dos episódios pessoais vividos na América do Sul.

O livro é composto por narrativas sobre os aspectos geográficos, políticos, econômicos, sociais e militares do Paraguai, Império do Brasil, Confederação Argentina, Uruguai. No tangente à Guerra do Paraguai, o autor expõe as causas e o desenvolvimento da guerra e promove a narrativa da Batalha do Humaitá, Batalha do Tuiuti e Combate de Itororó assistidas nos acampamentos de Solano López. A particularidade desta obra é a descrição dos bastidores das tropas no teatro de operações: logística, estratégias militares construídas e o comando de López, marcado pela centralização e a violência contra seus inimigos políticos. Inclusive, promove críticas à estratégia de guerra brasileira, estabelecendo comparações com

⁵Tendo servido durante vários anos na cavalaria do exército da Prússia, e após ter assistido a campanha contra a Áustria, o major Versen licenciou-se com o propósito de estudar e de ver as guerras de outros países. “e com pesar que eu vejo partir este distinto oficial, e testemunhando os excelentes serviços que ele prestou a seu país, eu lhe desejo todo o sucesso, mérito devido as seus conhecimentos militares e valor a toda prova. Estou persuadido que suas brilhantes qualidades farão dele fortemente útil a tal governo, que os empregará. (Tradução livre).

Paraguai e a Prússia. No entanto, cabe ressaltar a exposição de dados inexatos sobre o quantitativo militar utilizado na guerra, atualmente, revisados pela historiografia moderna.

Sendo Max Von Versen militar prussiano, portanto, um estrangeiro, participante do embate visto que permaneceu no teatro de operações, sua contribuição para historiografia é sua análise com uma perspectiva europeia sobre o conflito. Esta característica impulsionou os intelectuais brasileiros a publicarem sua obra. Desde o início do século XX, como verificamos a partir da correspondência de 7 de Maio de 1900 escrita por José Arthur Montenegro⁶ a Franklin Ramiz Galvão⁷ informando a finalização da tradução da obra e sua importância histórica:

Trabalho insano [tradução] a que só entreguei-me para ter mais testemunho insuspeito para justificar o modo porque encaro a guerra com o Paraguai. Enfim, vou fazendo todo o esforço possível para salvar a mais bela página da história: se não alcançar tal objetivo, tenho convicção que me farão justiça no futuro pelo que já deixei pronto (DL420,13).

A importância concedida pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, órgão responsável por construir uma história do Brasil e reunir diversas fontes para a realização deste projeto, revela a preocupação com a escrita da história da Guerra do Paraguai e com a preservação do relato de Versen para evitar o esquecimento do conflito. No entanto, a obra foi apenas publicada em 1976 pela USP, com a edição elaborada no início do XX com a tradução, introdução de Ramiz Galvão e os comentários de Cunha Matos⁸ cuja importância é devido ao contato do General com Max Versen⁹ na prisão, em Humaitá.

Conclusão

Na obra *História da Guerra do Paraguai*, Max Von Versen informa o objetivo de seguir para o Brasil para observar a natureza da América do Sul e assistir à guerra nos acampamentos paraguaios. No entanto, um ofício da Legação do Brasil na Prússia ao Governo Imperial denunciava o contrato do Major prussiano pelos paraguaios para prestar serviços militares. Ao chegar, o oficial é preso e submetido ao interrogatório, fornecendo outra versão, explicando sua função como comissário de seu governo e seu desejo em assistir à guerra ao

⁶ Militar, Comandante da *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company*, sócio do IHGB escreveu obras sobre a Guerra do Paraguai: *Fragmentos Históricos: Homens e Mulheres na Guerra do Paraguai (1900)* e *História da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1888)*.

⁷ Médico e Sócio do IHGB.

⁸ Foi Comandante do 4º Batalhão de Artilharia Brasileira na Guerra do Paraguai.

lado do marquês de Caxias. Além disso, em seus relatos informa a destruição de provas que confirmariam as suspeitas brasileiras, como a carta de apresentação a Solano López.

Ao analisarmos seus argumentos, verificamos que o major assume identidades operativas, forjadas de acordo com a conjuntura. Em seus relatos publicados assume a identidade de um viajante aventureiro, enquanto em seu depoimento ao governo brasileiro adota a identidade de militar e titular do Reino da Prússia. Não cabe julgar a veracidade de seu testemunho, porque acreditamos no uso de identidades que não foram totalmente contraditórias, pois se complementaram de acordo com as circunstâncias. Versen não deixa de ser um militar, um viajante ou nobre prussiano, nosso interesse é acerca de suas intenções no conflito, ademais, este jogo de identidades também representa um meio de entendermos seus interesses.

A partir da análise de seu testemunho e sua carta de recomendação, acreditamos na possibilidade de compreender Max Versen como um “mercenário romântico” de acordo com o conceito do historiador Walter Bruyère-Ostells. O soldado-fortuna procura exercer sua função militar e suas realizações pessoais baseadas na aventura em regiões consideradas “exóticas” pelo europeu, principalmente a partir da leitura das expedições científicas na América. Portanto, consideramos que Max Versen ofereceu seus serviços ao governo paraguaio como um meio de realizar sua aventura no continente americano.

Na análise das fontes, não encontramos elementos que indicasse algum interesse político concreto da Prússia na Guerra da Tríplice Aliança que pudéssemos pensar Max Von Versen como um espião de Guilherme I. Entretanto, cabe ressalvas para atuação da diplomacia prussiana no Brasil e no Prata para garantir a liberdade do oficial e a chegada ao seu destino, através de negociações e asilo. Além disso, podemos pensar na atitude brasileira em impedir a passagem de qualquer prussiano para o território paraguaio. Em que tipo de relação dos prussianos com os paraguaios, o Império do Brasil queria intervir?

A historiografia acerca da Guerra do Paraguai entre a década de 1870 até a década de 30 do século XX é caracterizada pela corrente tradicional constituída por obras narrativas dos participantes do conflito. Em sua maioria, está presente a exaltação e o heroísmo das forças militares brasileiras, a redução da participação argentina, como também a representação de Solano López como o líder de um país atrasado e o responsável pela própria derrota. A obra de Max Versen está inserida nesta corrente. É pertinente destacarmos sua singularidade

composta por relatos de um estrangeiro que presenciou a guerra no acampamento dos paraguaios, narrando o cotidiano, logística e a estratégia das tropas guaranis, como também, o comando de Solano López, criticando o oficialato brasileiro e a estratégia de guerra dos aliados.

Acreditamos na necessidade de considerarmos quem era Max Von Versen e qual função desempenhou no conflito para compreendermos o teor de sua obra. Desta forma, contribuímos com a hipótese de pensá-lo como um mercenário contratado pelo Paraguai cuja atuação resultou nas análises críticas sobre a estratégia de guerra de ambos os lados, a partir do referencial das experiências militares da Prússia.

Foi o olhar estrangeiro de Versen sobre o conflito, em conjunto com as críticas negativas sobre as forças brasileiras foram responsáveis pelo interesse dos sócios do IHGB a obter a cópia, traduzi-la e publicá-la, inclusive, na revista do instituto. Deste modo, seria possível apresentar um novo “olhar” que não advogasse apenas a favor do Brasil. Sendo assim, conferimos a valorização dos intelectuais responsáveis por escrever a história do Brasil sobre a obra do prussiano como fonte para escrita acerca da Guerra do Paraguai.

Apresentamos a participação de Max Von Versen, oficial do exército da Prússia, no teatro de operações cujo principal resultado foi a produção de uma narrativa sobre o conflito para os intelectuais prussianos, pois foi apresentada à Sociedade Militar e ao Grêmio Científico. No entanto, seu relato atingiu proporções maiores visto que forneceu subsídios para a história dos países beligerantes e para historiografia da Guerra do Paraguai, um objeto histórico complexo que necessita ser revisitado pelo historiador constantemente.

Fontes Documentais

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES do Ministério dos Negócios Exteriores apresentado à Assembleia Geral, em 1867. Disponível em: http://www.crl.edu/ptbr/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores, acessado em 2 de Maio de 2013.

1867, 04,09 Ofício de marquês de Caxias a visconde de Inhaúma. IHGB Coleção Documentos Navais, DL 1145, 323.

1869, 05,0 Ofício de José Costa ao Comandante da 2ª Divisão da Esquadra. IHGB Coleção Documentos Navais, DL 1202, 85

1901, 02,19 Carta de José Arthur Monteiro a Ramiz Galvão sobre a tradução da obra de Max vonVersen. IHGBFundo IHGB, DL 420,13

Bibliografia

- BRUYÈRE-OSTELLS, Walter. *História dos Mercenários*. São Paulo: Editora Contexto, 2012
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUROSELLE, Jean Baptiste. *A Europa de 1815 aos nossos dias*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- KROCKOW, Christian Graf von. *Prússia: Um balanço*. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.
- VERSEN, Max von. *História da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1976.

Memória e Esquecimento – Por outra Escrita da História em Nietzsche

Raylane Marques Sousa*

Resumo

O propósito deste artigo é explicitar como Friedrich W. Nietzsche (1844-1900) trata a história em sua obra. Assim, no primeiro momento, investiga-se o que o pensador alemão compreende por história, levando em conta os diferentes momentos de seu percurso intelectual, bem como as injunções teóricas e históricas às quais sua reflexão está submetida. Em seguida, distingue-se semelhante pensamento a partir da análise de dois problemas apontados por Nietzsche como sendo os responsáveis pela degeneração e estiolação da história, a saber: a objetividade (*Objektivität*) e o sentido histórico (*historische Sinn*). Por fim, averigua-se a proposta de uma outra Escrita da História em Nietzsche.

Palavras-chave: Nietzsche; História; Memória-Esquecimento; Escrita da História.

1. A Concepção Moderna de História, a Escola Histórica Alemã e Nietzsche

No final do século XVIII e limiar do século XIX, a Alemanha se encontra diante de problemas substanciais que influenciam decisivamente na posição assumida pelos seus historiadores de ofício. Como apontam o historiador espanhol Josep Fontana e o sociólogo alemão Norbert Elias, dois problemas são mais urgentes: 1) promover a unificação política dos estados-nação e 2) investir na modernização alemã, abstendo-se da via revolucionária, alternativa então seguida pela França. (FONTANA, 2004: 221; ELIAS, 2012: 35-84). Tais problemas desencadearam algumas consequências: 1) A elevação do rei da Prússia ao estatuto de imperador (*Kaiser*), bem como a promoção de Berlim, a capital da Prússia, a capital do império (*Kaiserreich*); 2) A aceleração do processo de modernização e especialização da economia e 3) O redirecionamento dos estabelecimentos de ensino, principalmente das universidades, para atender as demandas da produção e do mercado, ou seja, tratava-se de

*Graduanda em História pela Universidade Federal do Ceará – UFCE. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-História/MEC-Sesu) E-mail: marques_raylane@gmail.com. O presente trabalho é orientado por Frederico de Castro Neves, Doutor em História; Professor da Graduação e da Pós-Graduação do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFCE). E-mail: fredcneves@msn.com.

formar a inteligência a serviço da propriedade e do lucro, e não a serviço da vida (ELIAS, 2012: 35-84; SOBRINHO, 2012: 14-19).

A abertura encontrada pelos intelectuais alemães para promover a integração dos estados e incentivar a modernização das unidades que compunham a Alemanha no período é via unidade cultural, e esta pautada na língua alemã. Movidos por esse intuito, os estudiosos alemães trabalham para resgatar elementos considerados representantes da cultura nacional, como mitos, poesias, leis antigas, crônicas medievais. Tais elementos, ao serem reunidos, deveriam contribuir para a criação de um passado clássico comum aos alemães e para a construção da identidade do povo alemão. No mesmo trilho, seguindo o longo processo alemão de unificação política, apresenta-se a consolidação da história como ciência nas universidades alemãs da época.

Naquele período, a história não goza ainda de um estatuto de cientificidade e busca, portanto, a instauração do mesmo, para se legitimar como ciência empírica. Tendo em vista isso, inicialmente, a história faz uso dos métodos de crítica erudita, pegos emprestados do campo da filologia clássica, e tenta aperfeiçoá-los à maneira do trabalho do historiador. O então responsável por introduzir na historiografia alemã o método de crítica erudita da filologia clássica é o historiador alemão Georg Niebuhr.¹ Não obstante, o comumente disseminador do “método científico” na historiografia alemã é Lepold Von Ranke², com suas abstrações sobre o estudo dos fatos passados (FONTANA, 2004: 224-225). Também nesse movimento que visa conferir à história um estatuto de cientificidade aparecem como importantes colaboradores os discípulos de Ranke, como Johan Gustav Droysen³ e Jacob Burckhardt⁴, entre outros. O primeiro alcançou notabilidade através de seus cursos de metodologia da história; o segundo, a partir dos estudos inovadores sobre história da cultura. É, precisamente, nessa circunstância, em que a história se esforça para garantir um regime de cientificidade, que o filósofo alemão Friedrich W. Nietzsche (1844-1900) escreve sobre a História e a Cultura Histórica Alemã.

¹ Georg Niebuhr (1776-1831), historiador alemão. Trata-se de um autor citado por Nietzsche, na II Consideração Extemporânea, quando o filósofo se refere à importância da atmosfera a-histórica para a produção de todo grande acontecimento histórico.

² Lepold Von Ranke (1795-1886), historiador alemão. É considerado o fundador do historicismo alemão, vertente que Nietzsche tanto critica em seus escritos de juventude. No entanto, Nietzsche o cita várias vezes em sua obra, admirando seu estilo de escrever sobre os fatos passados.

³ Johan Gustav Droysen (1808-1884) estudou em Berlim com Hegel. Ele é contra o Positivismo e a favor do Historicismo.

⁴ Jacob Burckhardt (1818-1897), historiador suíço da cultura e amigo de Nietzsche na Universidade da Basileia. Em consonância com a concepção de cultura desse autor, Nietzsche desenvolve o seu ideal de cultura.

Antes de mais nada, sigo as críticas que Nietzsche faz ao “objetivismo de eunucos”, à “febre do sentido histórico” e ao “excesso de memória”. Elas preparam o caminho para a nossa compreensão a respeito do tema Nietzsche e a História. Entretanto, delineia esta discussão a crítica do pensador alemão ao excesso de memória, e, principalmente, a solução apontada por ele para superação de tal problema: a adoção do contraposto, o esquecimento. Trata-se para mim apenas de apresentar uma contribuição para a compreensão da temática abordada neste artigo. Oriento-me, principalmente, pela obra: “*II Consideração Intempestiva: Sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida (1874)*”.

2. A História-Ciência (*Geschichtswissenschaft*) como problema na Alemanha Pós-Guerra Franco-Prussiana e Unificação Alemã

Cada uma dessas três concepções da história só é legítima quando referida a um solo e a um clima particulares: em qualquer outro lugar, elas se tornariam uma excrescência parasitária e devastadora. Quando um homem que quer fazer grandes coisas tem necessidade do passado, é por intermédio da história monumental que ele se apropria deste passado; ao contrário, aquele que se compraz com a rotina do hábito e o respeito pelas coisas antigas cultiva o passado como historiador tradicionalista; somente aquele que é oprimido pelo presente e quer a todo custo livrar-se deste fardo sente a necessidade de uma história crítica, quer dizer, de uma história que julga e condena. A transposição imprudente destas espécies ocasiona muitas desgraças: o espírito que critica sem necessidade, aquele que conserva sem piedade e aquele que conhece a grandeza sem ser capaz de realizar grandes coisas são como aquelas plantas que, arrancadas do seu solo originário, retornam ao estado selvagem e degeneram. (NIETZSCHE, 2005: 90).

Em sua *II Consideração extemporânea*, Nietzsche aponta três possibilidades de se conhecer o passado, a saber: a história monumental (*monumentalische Geschichte*), a história tradicionalista (*antiquarische Geschichte*) e a história crítica (*kritische Geschichte*). Na descrição que o filósofo faz dessas três perspectivas de avaliação do passado, ele deixa entrever contundentes críticas ao saber histórico promovido pelos historiadores cientificistas alemães modernos. O filósofo enfatiza que tal conhecimento histórico não passa de um saber nocivo à cultura, e isto porque os historiadores oitocentistas entendem o tempo apenas como sucessão de acontecimentos, e o passado apenas como reservatório dos fatos encadeados entre si. Tal forma de saber ignora as temporalidades históricas e a vida em prol de uma objetividade factual ilusória.

Não obstante, Nietzsche não deprecia o valor dos estudos históricos, pelo contrário, ele afirma que a vida tem necessidade do serviço da história. A crítica do autor repousa sobre o “método científico” utilizado pelos historiadores modernos na decomposição e análise dos fatos históricos. Segundo Nietzsche, tal forma de dissecação dos fatos históricos ignora a

contribuição e, porque não, a parcialidade da subjetividade humana, e colabora para a reprodução de um tipo de “cultura histórica” preocupada apenas com a cultivação dos fatos passados, portanto sem qualquer liame com a vida.

Para Nietzsche, o problema da ciência moderna e, em específico, da ciência histórica, está no método de busca da verdade dos fatos, que não aceita instâncias, intermediários, entre o conhecimento e sua aplicação na prática. Ainda segundo Nietzsche, a ciência moderna, e neste meio se inclui a ciência histórica, é um mal degenerador porque promove a cisão entre o conhecimento e a vida, isto é, entre um conhecimento, que quer ser puramente objetivo, comprovável cientificamente, e a vida, a subjetividade humana, a interioridade daquele que conhece. De fato, a intenção da ciência moderna é superar pela via do conhecimento objetivo dos fatos a causalidade, o fortuito, o contingente, da experiência subjetiva humana. Contra esta pretensão da ciência moderna e dos homens modernos à verdade objetiva dos fatos e exclusão total do elemento subjetivo na elaboração do conhecimento, Nietzsche insurge-se em sua obra. Diante do exposto, acredita-se que a objetividade (*Objektivität*) ilusória é um dos problemas que afetam a história na modernidade.

Entretanto, Nietzsche ainda evidencia outro, de natureza diversa, mas que está em correspondência com o problema outrora explicitado, qual seja: a doença moderna do sentido histórico (*historische Sinn*) de todas as coisas. Na análise de Nietzsche, a ciência histórica na modernidade é contagiada pela febre do sentido histórico, do historicismo, o qual toma todo saber como saber histórico composto por fatos isolados, autônomos, progressivos, teleologicamente orientados, o que a faz deixar de lado o fortuito, o casual, o contingente, próprio da subjetividade humana.

Com efeito, segundo Nietzsche, o que há de prejudicial no excesso de sentido histórico na modernidade é o perigo de sacrificar o presente em detrimento de uma fixação pelo passado. Assim, para determinar até que ponto a abordagem histórica é salutar para o indivíduo, para o povo ou para a cultura (*Kultur*), Nietzsche sugere que seja desenvolvida a “força plástica”, força criadora, remodeladora do passado, que delimite até que ponto o passado deve ser esquecido, ou o inverso, até que ponto deve ser lembrado. Para medir o grau de “força plástica” do indivíduo, do povo ou da cultura em questão, “força que permite a alguém desenvolver-se de maneira original e independente, transformar e assimilar as coisas passadas ou estranhas, curar as suas feridas, reparar as suas perdas, reconstituir por si próprio as formas destruídas” (NIETZSCHE, 2005: 73), o filósofo alemão afirma que é necessário ter uma natureza com raízes profundas e vigorosas, porque assim maior é a parte do passado que

o indivíduo pode assimilar ou acolher. Se tal natureza não pode mais abarcar qualquer acontecimento passado, longínquo ou próximo, ela o esquece; o horizonte está fechado e nada mais se pode lembrar para além desse horizonte. Do contrário, uma natureza fraca, sem raízes profundas e fortes, que não reconhece limite, de tudo se apropria; atrai para si qualquer acontecimento passado, é egocêntrica. Não reconhece, portanto, a “lei geral” que diz que “cada ser vivo não pode ser sadio, forte e fecundo senão no interior de um horizonte determinado” (NIETZSCHE, 2005, 74). Não traçar em torno de si um horizonte delimitador é anunciar a própria sentença de morte.

Na ótica de Nietzsche, os historiadores devem investigar o passado, mas tendo sempre em vista o presente, que é o campo suscetível para mudanças e criação do novo. Para o filósofo, na análise sequencial dos fatos, e nisto reside o problema dos historiadores modernos, eles se voltam ao passado e nele se enclausuram, o que causa a negação do presente e do futuro em detrimento de uma parcela do passado. Assim sendo, Nietzsche propõe como conveniente à vida três formas de se investigar o passado:

a) *História Monumental:*

A partir do conceito de história monumental, Nietzsche faz uma crítica aos historiadores que tomam como dignos de imitação unicamente os exemplos dos grandes homens, e descartam assim o valor dos feitos dos homens comuns do presente. O autor alemão defende o estudo daquilo que a antiguidade produziu de clássico, mas afirma que é impossível o retorno regular do clássico, devido às mudanças e às deformações ocorridas pela passagem do tempo.

Para Nietzsche, enquanto a historiografia alemã moderna se basear na história monumental, fechando-se somente na análise dos feitos dos grandes homens do passado e esquecendo-se dos feitos dos homens do presente, a história será uma deformação do real, tal como ele acredita ser a poesia. Sobre esse tipo de história, o autor alerta que o homem tem sim necessidade do estudo do passado, para realizar grandes coisas, mas não pode deixar que os mortos enterrem os vivos, isto é, não pode deixar que o passado enterre o presente.

b) *História tradicionalista:*

A mais dura crítica de Nietzsche é contra esse modo conservacionista de fazer história. Segundo o filósofo, os historiadores conservacionistas são aqueles que cultivam, se possível, todos os objetos do passado, como um “ferro-velho ancestral” (*Urväter-Hausrath*), onde tudo

o que é bolorento, velho, é digno de ser guardado como patrimônio para a sociedade vindoura. Esta forma de avaliar o passado, atribuindo às coisas grandes e pequenas um valor semelhante, Nietzsche considera um erro irreparável. Trata-se de um problema avaliar tudo a partir da mesma escala de valores, porque as coisas minúsculas passam a ter a mesma importância dada às coisas mais excelentes.

Sobre esse tipo de história, o autor afirma que a paixão pelo antigo e, conseqüentemente, a veneração do pretérito, desencadeia no historiador moderno um espírito colecionador, de forma que o novo, o que está em vias de florescer, é rejeitado e esquecido em detrimento do velho, do bolorento. Quando a história deixa de servir ao presente para tornar-se colecionadora do passado, ela perde o seu fôlego, o que a degenera e a faz sucumbir. É contra esse tipo de história que Nietzsche insurge-se com mais força em sua obra.

c) *História crítica*

Além da forma monumental e tradicional de investigar o pretérito, tem-se um terceiro modo, o crítico. Para Nietzsche, a história crítica tem a função de interrogar o passado, colocando-o frente ao tribunal da história, para julgá-lo de acordo com as inquietações propostas pelo presente. O problema desta forma de se olhar o passado está no exacerbado senso de justiça que o historiador desencadeia, o qual o faz condenar todo o passado, porque o sentimento de justiça não pode ser considerado imparcial. Desta forma, o seu veredito é sempre a favor de uma determinada época em detrimento de outra.

A busca incessante pela justiça leva o historiador moderno a condenar toda forma de injustiça, isto é, todas as formas de representação do passado. Segundo Nietzsche, a solução para não condenar todo o passado é exercitar o esquecimento. Ao esquecer um determinado recorte do passado, a vida ganha seu fôlego e se desenvolve. Entretanto, assim como a vida exige o esquecimento para poder se desenvolver, ela também exige que se rasgue o véu nebuloso que envolve todos os fatos. Para isto, é necessário o uso da justiça, que é sempre injusta em suas formas de examinar o passado.

Esse tipo de história, cuja divisa é: “Faça-se a verdade, ainda que o mundo pereça” (*Fiat veritas, pereat vita*), na opinião de Nietzsche, é um processo perigoso para vida, porque um julgamento incoerente de determinada época pode desencadear no presente e no futuro algo ruim para a saúde de um homem, de um povo, de uma cultura (*Kultur*).

O importante ao analisar essas três formas de se lembrar o passado é perceber como Nietzsche sugere que o homem moderno, o homem reprodutor da “cultura histórica”, pense

sobre o passado, não de forma factual, apenas como o que já passou, mas como baliza para se pensar o presente e projetar o futuro.

3. Por outra Escrita da História em Nietzsche

Uma leitura atenta da “*Segunda intempestiva*” permite entrever dois pontos que embasam o que por ora defende-se aqui, a saber: a emergência de uma nova escrita da história a partir de Nietzsche. O filósofo alemão demarca ao longo da sua obra de juventude, primeiro, como o próprio título da “*Segunda intempestiva*” sugere “*Da utilidade e da desvantagem da história para a vida*”, a necessidade e o risco da história para a vida; segundo, a importância da memória e do esquecimento, que tornam o saber histórico possível. Este segundo ponto é determinante para a compreensão desta reflexão que se traz a lume.

A história foi objeto privilegiado de inúmeras reflexões no considerado por excelência “século da História”: o século XIX (GUÉRON, 2003:121). Não só porque se tratava de um saber em processo de institucionalização nos espaços universitários da Alemanha no começo daquele século, mas, sobretudo, porque sinalizava o advento de uma nova “cultura histórica” (*historische Bildung*), a qual combinava História, numa perspectiva nacional, e disciplina histórica acadêmica, definida por princípios científicos e objetivos no trato do passado da humanidade (GUIMARÃES). Assim sendo, entre os historiadores alemães do período, a história foi reduzida à mera escrita da História, a qual era responsável tão-somente pela legitimação do projeto nacional. Nesse sentido, inexistia no seio da nova “cultura histórica” que se formava no interior das instituições acadêmicas alemãs a possibilidade de emergência de uma outra escrita da História alternativa a esse projeto.

Não obstante, a obra do filósofo alemão Nietzsche apresenta um outro conceito de história em contraposição à história (*Geschichte*) produzida pela nova “cultura histórica” alemã que se formava em sua época. Na concepção de Nietzsche, a história tem um novo sentido e uma nova direção, não mais aquele sentido e aquela direção abraçada pelos historiadores alemães modernos. Estes concebiam a história como sendo o relato dos fatos (realizações) do passado e como sendo um conhecimento puramente científico, racional, metódico, advindo da investigação imparcial de tais fatos, e cuja orientação temporal encontrava alento na história universal (princípio-meio-fim). Nietzsche, por sua vez, concebe a história como sendo afirmativa da vida, da existência, no presente, e a sua transposição para a forma escrita, como sendo o registro, com estilo, das mutações inerentes à vida. Tal concepção de história orientava-se contrariamente à ideia de tempo da história universal, e

assegurava a temporalidade histórica. Com a promoção desse novo modelo de história, Nietzsche afirma a vida e a sua manifestação no presente.

Ora, o segundo ponto do debate que Nietzsche fomenta na “*Segunda intempestiva*”, sobre as funções da memória e do esquecimento, tem a ver com a produção da narrativa histórica e com a emergência de uma nova escrita da história. Semelhante ponto de discussão é atravessado pela afirmação do “instante extraordinário”. No aforismo 341, intitulado “*O mais pesado dos pesos*”, contido no quarto livro da *Gaia Ciência*, é possível vislumbrar o que Nietzsche declara ser o “*instante extraordinário*” ou o pensamento do “*eterno retorno do mesmo*”:

E se um dia ou uma noite um demônio se esgueirasse em tua mais solitária solidão e te dissesse: “Esta tua vida, assim como tu a vives agora e como a viveste, terás de vivê-la ainda uma vez e ainda inúmeras vezes; e não haverá nela nada de novo, cada dor e cada prazer e cada pensamento e cada suspiro e tudo o que há de indizivelmente pequeno e de grande em tua vida há de retornar, e tudo na mesma ordem e sequência – e do mesmo esta aranha e este luar entre as árvores, e do mesmo modo este instante e eu próprio. A eterna ampulheta da existência será sempre virada outra vez – e tu com ela, poeirinha da poeira!” – Não te lançarias ao chão e rangerias os dentes e amaldiçoarias o demônio que te falastes assim? Ou viveste alguma vez um instante descomunal, em que lhe responderias: “Tu és um deus, e nunca ouvi nada mais divino!” Se esse pensamento adquirisse poder sobre ti, assim como tu és, ele te transformaria e talvez te triturasse; a pergunta, diante de tudo e de cada coisa: “Quero isto ainda uma vez e ainda inúmeras vezes?” pesaria como o mais pesado dos pesos sobre teu agir! Ou então, como terias de ficar de bem contigo mesmo e com a vida, para não desejar nada mais do que essa última, eterna confirmação e chancela?(NIETZSCHE, 1983:209).

Para Nietzsche, o presente tem a função de rearranjar, no “instante extraordinário”, o passado e o futuro. O passado é o que já passou, e o futuro, aquilo que ainda será realizado. Logo, o presente, comportando o “instante extraordinário”, uma reunião do passado com o futuro, seria presente constante, em contínua reatualização. Com isso, Nietzsche não quer confirmar a existência de um excesso de presentismo, mas sim que o presente é o único campo concreto da experiência humana, no qual é possível sempre se reatualizar, se remodelar, em outras palavras, afastar o velho (o passado) e acomodar o novo (o futuro), sem, portanto, aprisionar o passado e futuro de antemão. Com essa declaração, Nietzsche desarranja a concepção determinista de história proposta pela “cultura histórica” oitocentista, em que o passado é apreendido e submetido ao crivo da análise científica, e o futuro é inutilmente domesticado e não percebido como realização do novo.

Admitir a emergência de uma nova escrita da história pautada no “instante extraordinário” é assumir a importância da memória e do esquecimento para a produção do

sobrevir histórico, momento “em que se cunha uma nova experiência de realidade” (CASANOVA, 2003: 217). A realidade, ou o presente, segundo Nietzsche, é a junção do passado e do futuro: o passado, que já não é, e o futuro, que também ainda não é, em concordância formam o presente, a totalidade que é.

O acontecer histórico, por sua vez, irrompe da querela entre o passado e o futuro no presente. Semelhante disputa ocorre no momento de imprimir a história na memória, isto é, reconhecer a importância do “acontecer” na totalidade da história, extraí-lo do fluxo descontínuo e total do tempo e transpô-lo para o singular registro escrito. A memória e o esquecimento participam ativamente desse processo. A memória transforma a passagem do tempo em passado e num segundo momento em história. O esquecimento, por sua vez, impede que a memória transforme o passado em um bloco rígido de fatos históricos encadeados, sem qualquer relação com o presente e com a vida. Essa relação de disputa e, consequente sobreposição, da memória sobre o esquecimento, e o contrário também é verdadeiro, é própria a escrita da História.

Por fim, para entender as condições de uma nova escrita da História em Nietzsche é necessário considerar as diferentes representações do passado, que o autor deixa entrever em sua obra, reconhecendo-as como inscritas num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita “como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte da luta para dar significado ao mundo” (GUIMARÃES).

Bibliografia

Fontes

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

_____. *Considérations Inactuelles I et II: David Strauss, l'apôtre et l'écrivain - De l'utilité et des inconvénients de l'histoire pour la vie* suivi de *Fragments Posthumes (été 1872 - hiver 1873-1874)* (ŒUVRES PHILOSOPHIQUES COMPLÈTES, II, 1) [1990], trad. de l'allemand par Pierre Rusch. Édition de Giorgio Collet Mazzino Montinari, 552 pages.

_____. *Escritos sobre história* (Org: Noéli Correio de Melo Sobrinho). Trad. Noéli Correa de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.

_____. Gaia Ciência. In: *Obras incompletas*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Bibliografia complementar

- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *Las Escuelas históricas*. 2ed. Madri: Akal, 2004.
- CASANOVA, Marco Antônio. *O instante extraordinário: vida, história e valor na obra de Friedrich Nietzsche*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FONTANA I LAZARO, Josep. Historicismo e nacionalismo. In: *A história dos homens*. Tradução: Heloisa Jochims Reichel e Marcelo Fernando Da Costa. São Paulo: EDUSC, 2004.
- GUÉRON, Rodrigo. Como Nietzsche compreende “história” e a descrição do “século da história”. In: Barrenechea, Miguel angel de; Feitosa, Charles; pinheiro, Paulo (org). *Assim falou Nietzsche IV: A fidelidade á terra*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 127-137.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido*. http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Manoel_Luiz_Salgado_Guimaraes.pdf
- HALÉVY, Daniel. *Nietzsche: uma biografia*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda e Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- LEFRANC, Jean. *Compreender Nietzsche*. Tradução: Lúcia M. Endlich Orth. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- LIMA, Márcio José Silveira. *Nietzsche e a história: o problema da objetividade e do sentido histórico*. Cadernos Nietzsche. Nº. 30, 2012, p. 161.
- MARROU, Henri Irénée. *Do conhecimento histórico*. Tradução: Ruy Belo. 2 ed. Lisboa: Editorial Aster, 2007.
- MARTON, Scarlett. *Nietzsche, filósofo da suspeita?* Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2010.
- _____. *Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000b.
- REIS, José Carlos. *História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro. Editora: FGV, 2006.
- _____. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte. Editora: Autêntica, 2011.
- SAMPAIO, Alan. Fronteiras da História. Cadernos Nietzsche. Nº 18, 2005. p. 37-67.

Nacionalismo revolucionário e a Raça Cósmica de José Vasconcelos: tradição a serviço da modernidade

Edmar Victor Rodrigues Santos^{*}
João Gabriel da Silva Ascenso^{**}

El camino que hemos iniciado nosotros [la raza iberoamericana] es mucho más atrevido, rompe los prejuicios antiguos, y casi no se explicaría, si no se fundase en una suerte de clamor que llega de una lejanía remota, que no es la del pasado, sino la misteriosa lejanía de donde vienen los presagios del porvenir.

José Vasconcelos, *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana*

1. Modernidade liberal e modernidade revolucionária

O século XX começa no México em 20 de novembro de 1910, às 18h. Foi para essa ocasião que Francisco I. Madero convocou uma insurreição popular contra o regime de Porfírio Díaz (1876-1910). O chamado de Madero teve alcance limitado, mas conseguiu forçar a renúncia de Díaz e colocou em movimento um grande conjunto de eventos conhecido como Revolução Mexicana: uma das maiores comoções sociais, políticas e culturais do hemisfério ocidental, que iniciou uma guerra civil de dez anos e legou ao país uma nova Constituição com forte teor nacionalista e amplos direitos sociais.

De acordo com Javier Rico Moreno, o aspecto de divisor de águas da Revolução Mexicana foi prontamente reconhecido. Analisando as expressões culturais e historiográficas da primeira metade do século XX, o autor afirma ser possível dividi-las em duas tendências gerais: representações *pessimistas*, que concebiam o passado como detentor de uma ordem ideal rompida com a guerra revolucionária; e representações *otimistas*, que acreditavam, com maior ou menor autocrítica, que a Revolução vinha para reparar um passado de atraso e/ou injustiças. Não obstante a divisão em tendências, Rico Moreno conclui que em ambas estava presente a convicção de que se estava inaugurando um tempo novo, fundacional para a nação (RICO MORENO, 2000: 121-124).

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalho realizado com auxílio Bolsa Nota 10 concedido pela Faperj. E-mail: edmarvictorjr@gmail.com.

** Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalho realizado com auxílio concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: jgascenso@ig.com.br.

A década de violência generalizada termina quando o grupo político do estado de Sonora lidera mais uma rebelião, na qual consegue o apoio ou neutralidade da maior parte dos generais revolucionários, abrindo uma nova fase na Revolução, que ficou conhecida como “Reconstrução”. O primeiro presidente eleito foi o general Álvaro Obregón, a principal figura político-militar dos sonorenses. Essa nova fase liderada por Obregón envolvia, para além da efetiva reconstrução da infraestrutura, a necessidade de lidar com um país historicamente fragmentado (situação reificada pela presença de vários grupos locais armados) e de fundar a legitimidade do novo Estado na capacidade de responder às expectativas abertas na década anterior.

Como parte de seu projeto de unificar o México e transformá-lo em uma grande nação, Obregón assentiu à solicitação do importante intelectual José Vasconcelos de criar uma Secretaria de Educação Pública (SEP), nomeando-o o seu primeiro titular (cargo que ocupou entre 1921 e 1924) e dando-lhe autonomia¹ para desenvolver seu ambicioso programa educacional e de incentivo à difusão cultural. Por sua projeção intelectual e política, Vasconcelos e seu projeto de nação são fundamentais para a compreensão do impacto que a Revolução teve na experiência histórica mexicana e de como ela atualizou o discurso da modernidade naquele país, colocando novos conteúdos e um novo arranjo para o espaço de experiências e projetando novas formas de expectativas sobre o horizonte aberto da política mexicana.

Afirmar essa atualização, no entanto, não significa propor que a Revolução instaurou algo absolutamente sem precedentes ou que, pela primeira vez, o prognóstico de um futuro em aberto passou a ocupar, no cenário político, papel mais central do que aquele que se poderia apreender da experiência passada. Afinal de contas, todo o século XIX mexicano, desde a independência até o Porfiriato, foi marcado pelos desejos e temores de se construir algo absolutamente novo: uma ordem política nova através do liberalismo, uma estrutura econômica nova através do livre comércio e da garantia da propriedade privada, um padrão cultural novo através da adoção de práticas e instituições “civilizadas”, e uma sociedade nova através de ações tão diversas como a eugenia e a tentativa de incorporação do indígena ao “cenário nacional”.

Em 1867, os liberais da Reforma conseguiram se estabelecer vitoriosos na guerra civil contra os conservadores aliados à intervenção francesa capitaneada por Maximiliano de

¹ O orçamento da SEP durante o mandato de Obregón foi o segundo maior de todas as Secretarias de Estado, atrás apenas da Secretaria de Guerra e Marinha (DULLES, 1977: 112).

Habsburgo. A partir desse momento, o latente nacionalismo mexicano ganhou cores mais fortes e, sob o incentivo do Estado, produziu-se uma história oficial, na qual *nação* e *Reforma* (a novidade liberal) eram colocadas no mesmo plano, de maneira que a última era apresentada como o cumprimento do “dever ser” da primeira. Os mais evidentes conteúdos e expectativas a que esse discurso se ligava atravessavam o combate ao clericalismo e ao colonialismo, a resistência frente às ameaças externas (Estados Unidos, principalmente), e repercutiram no corolário da unificação e da “paz a qualquer custo”, sustentado no Porfiriato, em nome da consolidação do Estado nacional. Esse discurso, chamado por Edmundo O’Gorman de “síntese liberal” e pelo ministro porfiriano Justo Sierra de “*Religión de la Pátria*” (BENJAMIN, 2000: 38), informou a maior parte dos políticos e intelectuais que tomaram partido na Revolução Mexicana e que, na sequência, elaboraram um nacionalismo de contornos próprios.

Conforme chegou a pontuar Thomas Benjamin, o posterior sucesso da agenda dos porta-vozes da Revolução em muito se deveu à concepção política e cultural estabelecida pela experiência da Reforma (Idem: 42). Se os desvios, erros e limitações desta foram criticados por novos aportes intelectuais e postos em xeque por uma guerra civil, os porta-vozes da Revolução nunca pretenderam descartá-la inteiramente, nem negar sua filiação a ela. O presidente Obregón, por exemplo, mobilizou com frequência a figura de um “Partido Liberal” para designar o lado ao qual se alinhava, e José Vasconcelos, por sua vez, havia sido discípulo direto de Justo Sierra; um discípulo crítico, sem dúvida, mas que também dispensava grande deferência ao mestre.

Um dos deslocamentos operados pelos acontecimentos revolucionários foi relativo à concepção de “povo”. Modifica-se a concepção de quem integra a nação, a quem o Estado presta contas e quem é celebrado como símbolo nacional. No período liberal, o “povo” politicamente reconhecido eram, em linhas gerais, as classes médias urbanas. Mais ainda: essas classes médias eram o “dever ser” da nação, que deveria se adequar tanto quanto o possível à modernidade europeia. Não se chegava a ignorar os elementos da cultura popular, mas, conforme pontuou Javier Rico Moreno, a postura dos predecessores liberais era marcada por um “afã enumerativo”, que tratava os costumes como bibelôs exóticos e concebia o *nacional* como uma soma ou aglutinação do diverso.

Já com a experiência revolucionária, o centro das preocupações políticas e culturais se desloca para o contingente majoritário e marginal da população mexicana, em sua maioria

analfabeta e estabelecida nas áreas rurais.² Como afirmou Ricardo Monfort, no novo discurso político do nacionalismo revolucionário, “*quienes llenaban el contenido de la palabra pueblo eran principalmente los campesinos, indios, rancheros y, muy ocasionalmente, los proletarios*” (MONFORT, 1999: 180). Nesse contexto, uma das primeiras medidas tomadas por José Vasconcelos na SEP foi o recrutamento de *maestros misioneros* “*destinados a establecer el acta de las necesidades pedagógicas y escolares en las regiones más apartadas del país*” (FELL, 2000: 559). Sob seu patrocínio, também floresceu a arte mural, de maneira que o secretário cedia para jovens pintores politicamente engajados as paredes de grandes prédios públicos, onde as referências indígenas passaram a ter presença constante. Em um dos manifestos mais combativos do sindicato que reunia *muralistas* como Diego Rivera e David A. Siqueiros, aparecem as seguintes considerações:

EL ARTE DEL PUEBLO DE MÉXICO ES LA MANIFESTACIÓN ESPIRITUAL MÁS GRANDE Y MÁS SANA DEL MUNDO Y SU TRADICIÓN INDÍGENA ES LA MEJOR DE TODAS. [...] REPUDIAMOS la pintura llamada de caballete y todo el arte de cenáculo ultra-intelectual por aristocrático y exaltamos las manifestaciones de Arte Monumental por ser de utilidad pública. [...] los creadores de belleza deben esforzarse por que su labor presente un aspecto claro de propaganda ideológica en bien del Pueblo, haciendo del Arte, que actualmente es una manifestación de masturbación individualista, una finalidad de belleza para todos, de educación y de combate. (SIQUEIROS, 1923: 2)

Do caráter exótico com que as manifestações da cultura popular eram envolvidas pelo discurso liberal marcante do século XIX e do Porfiriato, passa-se, com o nacionalismo da geração revolucionária, a buscar nas tradições indígenas e, principalmente, na mestiçagem, aquilo que elas tinham de transcendente, de maneira a serem incorporadas como contribuições fundamentais para a criação futura de novas formas culturais e civilizacionais (RICO MORENO, 2000: 75-78).

Nesse sentido, não é razoável conceber que a experiência revolucionária ignorou a vivência anterior, pautando-se exclusivamente em prognósticos descolados do passado. Pelo contrário, para a análise da realidade mexicana, espaço de experiência e horizonte de expectativa devem ser compreendidos em uma relação tensa, mas íntima, a partir de uma categoria fundamental para o entendimento do que ficou conhecido como “nacionalismo revolucionário”: a *tradição*. Como veremos, tradição e modernidade, ao contrário do que uma falsa dicotomia pode sugerir, são noções absolutamente dependentes uma da outra.

² Segundo Jean Meyer, o analfabetismo na população mexicana chegava a 72%, em 1921 (MEYER, 2002: 200).

2. *Modernidade e tradição*

A postura mais comum frente aos desafios que a identidade nacional colocava ao México foi a exaltação da mestiçagem. Ensaios clássicos do período, como *Forjando pátria: pro nacionalismo* (1916), de Manuel Gamio e *La raza cósmica: misión de la raza ibero-americana* (1925), de José Vasconcelos, caminharam nessa direção. A mestiçagem surgia como a forma de conciliar os passados indígena e europeu, unificando a nação sob o prisma da homogeneidade. Nesse sentido, Gamio invocava “um brado solene de sangue compartilhado, de carne compartilhada, esse brado que sobe acima de tudo o mais pois é a voz da vida, a força misteriosa que mantém unido o tecido e resiste à desintegração”. Através da recorrente metáfora da liga metálica, com a qual Gamio convocava os revolucionários, ainda em 1916, a se apropriarem de martelos e aventais para “fazer brotar da bigorna milagrosa a nova nação do bronze combinado com ferro”, ele defendia que “a homogeneidade racial, essa avançada unificação de tipos físicos, essa avançada e feliz fusão de raças, constitui a primeira e mais sólida base do nacionalismo” (GAMIO apud GERSTLE, 2008: 424-428).

José Vasconcelos, em *La raza cósmica*, defendia postura semelhante, com o diferencial de incluir na forja da nova raça mestiça, não apenas índios e europeus, mas virtualmente todo o mundo. Sua proposição era a de que, ao longo da história humana, ter-se-ia sucedido uma série de impérios étnicos marcados pela conformação a tipos raciais específicos (os negros originários da Lemúria, os índios originários da Atlântida, os mongóis asiáticos e os brancos europeus). Cada um desses impérios teria se afirmado pela sua pureza e tentado dominar ou exterminar as outras raças. O apogeu da raça branca, no entanto, marcado pelas Grandes Navegações, teria configurado um processo de extrema interação entre as raças, permitindo que elas começassem a se misturar. Esse processo – a mestiçagem – teria alcançado seu auge na América Latina, onde se verificaria a contribuição de todos os tipos humanos que, fundindo-se, formariam uma quinta raça universal, a qual Vasconcelos chama “raça cósmica”, justamente por suas propriedades serem mais espirituais e culturais do que propriamente biológicas. Ao identificar a missão histórica da América Latina – “[en nuestra civilización] se prepara de esta suerte la trama, el múltiple y rico plasma de la Humanidad futura” (VASCONCELOS, 2010: 14) –, Vasconcelos legitima a própria constituição mestiça do México, pretendendo que sua diversidade resulte em uma homogeneidade futura.

Tanto Vasconcelos quanto Gamio e os demais intelectuais, políticos e artistas que levaram adiante esse projeto de nacionalismo revolucionário (ainda que ele tenha tido muitos matizes e fosse alvo de discussões e controvérsias) recuperaram elementos da tradição colonial e indígena e os projetaram na construção dessa imagem do tipicamente mexicano. O ponto que pretendemos salientar aqui é que essa imagem tem um direcionamento muito claro: o futuro. O sucesso dos planos de modernização no México dependia fundamentalmente de que se pudesse compreender e governar uma massa tão diversa e tão cindida, inclusive geograficamente. Unificá-la em face de um destino comum tornava-se a expectativa por excelência do horizonte revolucionário, no qual ressaltava-se a originalidade da contribuição específica dos índios no conjunto das nações modernas. Repare-se, de todo modo, que o índio não tinha valor *per se*: aqueles que recusassem a incorporação aos padrões da nova nacionalidade continuariam a ser vistos como um entrave à civilização.

Fundava-se uma nova tradição, sem dúvida carregada de estereótipos, que representava uma remodelação das antigas experiências a partir das novas expectativas de unidade e progresso, e dos novos elementos que se deveria levar em conta para alcançá-las. Como afirma Koselleck,

também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. [...] As experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa. (KOSELLECK, 2006: 312-313)

É nesse sentido que devemos compreender a formulação de novas tradições dentro de uma lógica de negociação entre expectativa e experiência. E se novas esperanças abrem novas brechas nas experiências, é de se supor que um tempo de expectativas tão abertas como o da Revolução fabrique uma grande quantidade de camadas inovadoras sobre a experiência vivida. Produz-se, dessa forma, o que Javier Fernández Sebastián chama de “tradições eletivas”, responsáveis por criar diferentes passados com vistas à consolidação de determinados futuros (futuros que se apresentam como decorrências naturais desses passados).

Essas tradições são marcadas por aquilo que o autor, citando Jean Pouillon, define como uma “filiação invertida”: os filhos definem quem e como são seus pais, a partir de uma orientação “futurocêntrica”. No quadro do “mundo moderno”, a célebre figura política da revolução, que parece pretender uma ruptura profunda com a tradição, é de fato responsável por

construir tradições novas, e muito úteis politicamente.³ Nesse aspecto, o caso da Revolução Mexicana se mostra exemplar.

Para compreender de que modo essa afirmação é verdadeira, recorreremos ao estudo de um caso particular: o já mencionado ensaio de José Vasconcelos, *La raza cósmica*. Nossa hipótese é a de que as tradições que ele engendra e seus desdobramentos nas concepções de movimento da história e na semântica do conceito de raça representam uma articulação singular dessa eleição, de teor futurocêntrico, de um passado específico em nome de uma expectativa de modernidade que tem como elemento central a nacionalidade.

3. *Entre o cíclico e o linear: a raça projetada no futuro*

A teoria que Vasconcelos desenvolve em *La raza cósmica*, e que esboçamos na seção anterior, se articula através da proposição de que a história possui um movimento, uma direção específica, com vistas a um futuro bem determinado. Dessa forma, ela tem um fim, um objetivo, qual seja, a formação de uma humanidade universal, pautada em valores eminentemente metafísicos e claramente alinhados a certa interpretação do catolicismo: a redenção espiritual, a fraternidade e o exercício da vontade livre e do gosto estético, por exemplo. Não teremos espaço para desenvolver esse interessante teor da argumentação de Vasconcelos no presente trabalho; cabe destacar, de todo modo, que nesse movimento que o autor propõe, o mestiço aparece reinventado, pois não representa mais a degeneração da raça, mas uma ponte (portanto um estágio mais elevado!) rumo a uma raça superior, a raça cósmica.

A proposição de Vasconcelos é, evidentemente, uma releitura de certas perspectivas consolidadas pelas filosofias da história, que partem de uma compreensão do movimento histórico como linear, marcado por um progresso ascendente. Ainda que o cientificismo do século XIX tenha enfrentado tais filosofias, na busca de um conhecimento empírico e verificável, elas permanecem implícitas nas concepções especulativas que serviram de pressuposto para a visão de mundo dos mesmos homens de ciência que postulavam o fim da metafísica.

Vasconcelos, de todo modo, retoma explicitamente essa metafísica, em sua proposta, rompendo com o cientificismo novecentista: “*No era posible combatir a la teoría de la Historia*

³ Os comentários sobre a teorização de Javier Fernández Sebastián têm como base a conferência “Entre inovação e tradição: mudança, continuidade e ruptura na História Intelectual”, organizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa no dia 10 de maio de 2013.

como un proceso de frivolidades, cuando se creía que la vida individual estaba también desprovista de fin metafísico y de plan providencial” (VASCONCELOS, 2010: 31-32). Sugerindo esse plano providencial, o autor promove uma releitura da concepção de movimento histórico linear ascendente, afirmando: “*El fin ulterior de la Historia [es] lograr la fusión de los pueblos y las culturas*” (Idem: 14). Esse fim se materializaria no estabelecimento da raça cósmica, que sintetizaria os ideais superiores de uma civilização fundada em novos valores, uma civilização que não comportaria mais guerra, apenas o amor e a beleza como expressões máximas do espírito.

Vasconcelos, no entanto, acrescenta à sua teoria uma outra dimensão de compreensão da história, inaugurada pelos clássicos gregos e desafiada pelo historicismo: a ideia de um movimento cíclico. Cada um dos quatro grandes Impérios étnicos (compostos pelas raças negra, vermelha, amarela e branca) teria tido um momento de apogeu seguido de um momento de declínio, um substituindo o outro no correr do tempo:

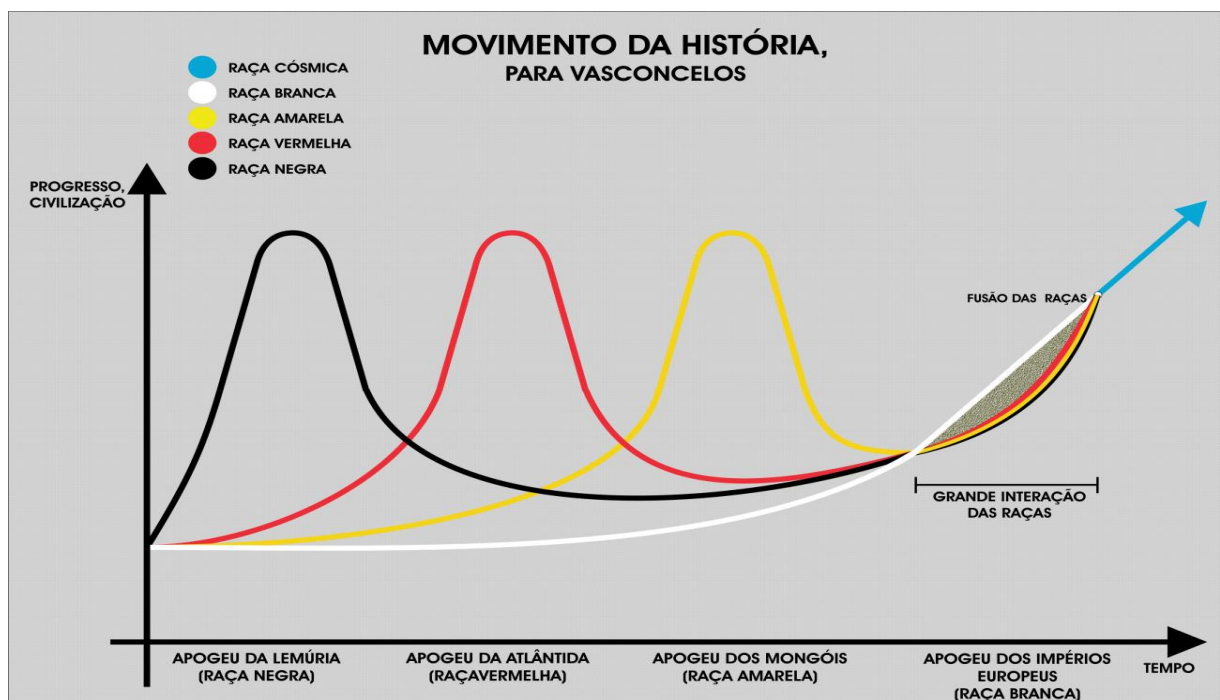
La raza que hemos convenido en llamar atlántida prosperó y decayó en América. Después de un extraordinario florecimiento, tras de cumplir su ciclo, terminada su misión particular, entró en silencio y fue decayendo hasta quedar reducida a los menguados Imperios azteca e inca, indignos totalmente de la antigua y superior cultura. Al decaer los atlantes, la civilización intensa se trasladó a otros sitios y cambió de stirpes; deslumbró en Egipto; se ensanchó en la India y en Grecia injertando en razas nuevas. El ario, mezclándose con los dravidios, produjo el indostán, y a la vez, mediante otras mezclas, creó la cultura helénica. En Grecia se funda el desarrollo de la civilización occidental o europea, la civilización blanca, que al expandirse llegó hasta las playas olvidadas del continente americano para consumir una obra de recivilización y repoblación. (Idem: 5, grifo meu)

O que se percebe é uma sucessão consecutiva de apogeus e declínios civilizatórios, ciclos que marcariam a história dos Impérios étnicos. No entanto, a sequência desses ciclos não indicaria uma eterna repetição no movimento histórico, porque cada um deles teria algo de novo a agregar à história, modificando o curso do tempo. O apogeu de uma civilização – marcada pelo florescimento de uma raça – não se repetiria em outra civilização, após o declínio da primeira, pois cada raça seria dotada de características inerentes a ela, e de qualidades específicas, manifestas em uma missão distinta: “*En la Historia no hay retornos, porque toda ella es transformación y novedad. Ninguna raza vuelve; cada una plantea su misión, la cumple y se va*” (Idem: 12).

O movimento cíclico das raças não impede, dessa forma, o movimento linear ascendente da história. Ainda que as raças entrassem em declínio, a partir do processo de mestiçagem as

suas qualidades positivas seriam resgatadas e incorporadas ao tipo branco, formador do último Império étnico. Assim, a civilização branca seria a única que não conheceria o declínio, pois a sua ação de ponte permitiria que houvesse maior interação entre as raças de todo o planeta, levando-as a se fundirem no continente americano – do que resultaria a raça cósmica, que posteriormente expandiria sua civilização sobre todo o mundo. Há uma argumentação teleológica que justifica os fracassos de cada civilização, pois seu legado seria recuperado pelo processo de mestiçagem e contribuiria na formação da raça síntese futura.

Uma possibilidade de se registrar esse movimento histórico graficamente se encontra reproduzida a seguir.⁴



O gráfico acima ilustra a qualidade ambígua que a história assume para Vasconcelos. Ela é, ao mesmo tempo, descontínua – visto que o progresso não é constante, mas cíclico até um determinado ponto – e ascendente – pois as qualidades de cada uma das raças são aproveitadas na formação da quinta raça, esta sim contínua em seu progresso.

Essa ambiguidade se manifesta no próprio campo semântico que Vasconcelos descortina para o conceito de raça: ao mesmo tempo em que ele é um elemento de diferenciação, quando há referência às várias raças do mundo, ele ganha caráter inclusivo na proposta de construção de uma única raça, a raça cósmica, para a qual nenhuma contribuição poderia ser desprezada. Passa-se, dessa forma, de uma definição pelo número plural para uma definição pelo número

⁴ Gráfico realizado em CorelDRAW por Francisco Eduardo F. Ascenso.

singular: é a fusão de todas as raças em *uma única* raça que dá sentido à própria existência da categoria racial no movimento da história. Evidentemente, o caráter plural refere-se a uma experiência passada que deveria necessariamente ser superada, enquanto o caráter singular manifesta-se numa expectativa de futuro. (Idem: 17)

O movimento da história proposto por Vasconcelos (ao mesmo tempo cíclico e linear) e as modificações sofridas pela semântica do conceito de raça (singularizada e futurizada) evidenciam uma forma peculiar de conciliar espaço de experiência e horizonte de expectativa. Se o espaço de experiência de fato ocupa uma posição de destaque em sua argumentação – e repare-se que nesse espaço de experiência a colonização europeia da América e o apogeu da Atlântida se encontram lado a lado! – esse destaque serve a uma expectativa de futuro e à forma como se deve alcançá-lo.

A tradição que Vasconcelos reivindica, por se fundar na absoluta mestiçagem de todas as raças, tem a ver com “todas as tradições existentes”. Mais do que isso, tem a ver com certa direção que seria *natural* a todas elas: a de mistura. Dentro de “todas as tradições existentes” se configuraria a tradição latino-americana, que, nutrindo-se mais de umas e menos de outras, teria consolidado um “modelo de mistura virtualmente perfeito”. Esse modelo – numa lógica metonímica inversa – alude à própria “tradição nacional mexicana” e age no sentido de legitimar o Estado nacional, ou aquilo que Vasconcelos gostaria que ele fosse no futuro, frente à divisão interna e ao antagonismo de projetos políticos do passado e do presente. A proposta que vem no bojo da “raça cósmica” representa uma tradição eletiva, que, através de uma retórica universalista e cosmopolita, dotava um movimento histórico concreto – a fase de reconstrução nacional da Revolução Mexicana – de um caráter ilustre e comprometido com a modernidade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Thomas. **La Revolución Mexicana**: memoria, mito e historia. México: Taurus, 2000.

DULLES, John W. F. **Ayer en México**: una crónica de la Revolución (1919-1936). México: FCE, 1977.

FELL, Claude. Cronología. In: VASCONCELOS, José. **Ulises criollo**. Edição crítica coordenada por Claude Fell. Madri; Barcelona; Havana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2000.

GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MEYER, Jean. O México: Revolução e Reconstrução nos anos 1920. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: volume 5, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.

MONTFORT, Ricardo Pérez. Un nacionalismo sin nación aparente (la fabricación de lo “típico” mexicano 1920-1950). **Política y Cultura**, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México, n. 12, 1999.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudios Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

RICO MORENO, Javier. **Pasado y futuro en la historiografía de la Revolución mexicana**. México: UAM-A/Conaculta-INAH, 2000.

SIQUEIROS, David Alfaro et al. **Manifiesto del Sindicato de Obreros Técnicos Pintores y Escultores**, 1923. Sala de Arte Público Siqueiros, Mexico. Disponível *on line*.

VASCONCELOS, José. **La Raza Cósmica**. México: Editorial Porrúa, 2010.

Nacionalismo revolucionário e a Raça Cósmica de José Vasconcelos: tradição a serviço da modernidade

Edmar Victor Rodrigues Santos^{*}
João Gabriel da Silva Ascenso^{**}

El camino que hemos iniciado nosotros [la raza iberoamericana] es mucho más atrevido, rompe los prejuicios antiguos, y casi no se explicaría, si no se fundase en una suerte de clamor que llega de una lejanía remota, que no es la del pasado, sino la misteriosa lejanía de donde vienen los presagios del porvenir.

José Vasconcelos, *La raza cósmica: misión de la raza iberoamericana*

1. Modernidade liberal e modernidade revolucionária

O século XX começa no México em 20 de novembro de 1910, às 18h. Foi para essa ocasião que Francisco I. Madero convocou uma insurreição popular contra o regime de Porfírio Díaz (1876-1910). O chamado de Madero teve alcance limitado, mas conseguiu forçar a renúncia de Díaz e colocou em movimento um grande conjunto de eventos conhecido como Revolução Mexicana: uma das maiores comoções sociais, políticas e culturais do hemisfério ocidental, que iniciou uma guerra civil de dez anos e legou ao país uma nova Constituição com forte teor nacionalista e amplos direitos sociais.

De acordo com Javier Rico Moreno, o aspecto de divisor de águas da Revolução Mexicana foi prontamente reconhecido. Analisando as expressões culturais e historiográficas da primeira metade do século XX, o autor afirma ser possível dividi-las em duas tendências gerais: representações *pessimistas*, que concebiam o passado como detentor de uma ordem ideal rompida com a guerra revolucionária; e representações *otimistas*, que acreditavam, com maior ou menor autocrítica, que a Revolução vinha para reparar um passado de atraso e/ou injustiças. Não obstante a divisão em tendências, Rico Moreno conclui que em ambas estava presente a convicção de que se estava inaugurando um tempo novo, fundacional para a nação (RICO MORENO, 2000: 121-124).

* Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalho realizado com auxílio Bolsa Nota 10 concedido pela Faperj. E-mail: edmarvictorjr@gmail.com.

** Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Trabalho realizado com auxílio concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: jgascenso@ig.com.br.

A década de violência generalizada termina quando o grupo político do estado de Sonora lidera mais uma rebelião, na qual consegue o apoio ou neutralidade da maior parte dos generais revolucionários, abrindo uma nova fase na Revolução, que ficou conhecida como “Reconstrução”. O primeiro presidente eleito foi o general Álvaro Obregón, a principal figura político-militar dos sonorenses. Essa nova fase liderada por Obregón envolvia, para além da efetiva reconstrução da infraestrutura, a necessidade de lidar com um país historicamente fragmentado (situação reificada pela presença de vários grupos locais armados) e de fundar a legitimidade do novo Estado na capacidade de responder às expectativas abertas na década anterior.

Como parte de seu projeto de unificar o México e transformá-lo em uma grande nação, Obregón assentiu à solicitação do importante intelectual José Vasconcelos de criar uma Secretaria de Educação Pública (SEP), nomeando-o o seu primeiro titular (cargo que ocupou entre 1921 e 1924) e dando-lhe autonomia¹ para desenvolver seu ambicioso programa educacional e de incentivo à difusão cultural. Por sua projeção intelectual e política, Vasconcelos e seu projeto de nação são fundamentais para a compreensão do impacto que a Revolução teve na experiência histórica mexicana e de como ela atualizou o discurso da modernidade naquele país, colocando novos conteúdos e um novo arranjo para o espaço de experiências e projetando novas formas de expectativas sobre o horizonte aberto da política mexicana.

Afirmar essa atualização, no entanto, não significa propor que a Revolução instaurou algo absolutamente sem precedentes ou que, pela primeira vez, o prognóstico de um futuro em aberto passou a ocupar, no cenário político, papel mais central do que aquele que se poderia apreender da experiência passada. Afinal de contas, todo o século XIX mexicano, desde a independência até o Porfiriato, foi marcado pelos desejos e temores de se construir algo absolutamente novo: uma ordem política nova através do liberalismo, uma estrutura econômica nova através do livre comércio e da garantia da propriedade privada, um padrão cultural novo através da adoção de práticas e instituições “civilizadas”, e uma sociedade nova através de ações tão diversas como a eugenia e a tentativa de incorporação do indígena ao “cenário nacional”.

Em 1867, os liberais da Reforma conseguiram se estabelecer vitoriosos na guerra civil contra os conservadores aliados à intervenção francesa capitaneada por Maximiliano de

¹ O orçamento da SEP durante o mandato de Obregón foi o segundo maior de todas as Secretarias de Estado, atrás apenas da Secretaria de Guerra e Marinha (DULLES, 1977: 112).

Habsburgo. A partir desse momento, o latente nacionalismo mexicano ganhou cores mais fortes e, sob o incentivo do Estado, produziu-se uma história oficial, na qual *nação* e *Reforma* (a novidade liberal) eram colocadas no mesmo plano, de maneira que a última era apresentada como o cumprimento do “dever ser” da primeira. Os mais evidentes conteúdos e expectativas a que esse discurso se ligava atravessavam o combate ao clericalismo e ao colonialismo, a resistência frente às ameaças externas (Estados Unidos, principalmente), e repercutiram no corolário da unificação e da “paz a qualquer custo”, sustentado no Porfiriato, em nome da consolidação do Estado nacional. Esse discurso, chamado por Edmundo O’Gorman de “síntese liberal” e pelo ministro porfiriano Justo Sierra de “*Religión de la Pátria*” (BENJAMIN, 2000: 38), informou a maior parte dos políticos e intelectuais que tomaram partido na Revolução Mexicana e que, na sequência, elaboraram um nacionalismo de contornos próprios.

Conforme chegou a pontuar Thomas Benjamin, o posterior sucesso da agenda dos porta-vozes da Revolução em muito se deveu à concepção política e cultural estabelecida pela experiência da Reforma (Idem: 42). Se os desvios, erros e limitações desta foram criticados por novos aportes intelectuais e postos em xeque por uma guerra civil, os porta-vozes da Revolução nunca pretenderam descartá-la inteiramente, nem negar sua filiação a ela. O presidente Obregón, por exemplo, mobilizou com frequência a figura de um “Partido Liberal” para designar o lado ao qual se alinhava, e José Vasconcelos, por sua vez, havia sido discípulo direto de Justo Sierra; um discípulo crítico, sem dúvida, mas que também dispensava grande deferência ao mestre.

Um dos deslocamentos operados pelos acontecimentos revolucionários foi relativo à concepção de “povo”. Modifica-se a concepção de quem integra a nação, a quem o Estado presta contas e quem é celebrado como símbolo nacional. No período liberal, o “povo” politicamente reconhecido eram, em linhas gerais, as classes médias urbanas. Mais ainda: essas classes médias eram o “dever ser” da nação, que deveria se adequar tanto quanto o possível à modernidade europeia. Não se chegava a ignorar os elementos da cultura popular, mas, conforme pontuou Javier Rico Moreno, a postura dos predecessores liberais era marcada por um “afã enumerativo”, que tratava os costumes como bibelôs exóticos e concebia o *nacional* como uma soma ou aglutinação do diverso.

Já com a experiência revolucionária, o centro das preocupações políticas e culturais se desloca para o contingente majoritário e marginal da população mexicana, em sua maioria

analfabeta e estabelecida nas áreas rurais.² Como afirmou Ricardo Monfort, no novo discurso político do nacionalismo revolucionário, “*quienes llenaban el contenido de la palabra pueblo eran principalmente los campesinos, indios, rancheros y, muy ocasionalmente, los proletarios*” (MONFORT, 1999: 180). Nesse contexto, uma das primeiras medidas tomadas por José Vasconcelos na SEP foi o recrutamento de *maestros misioneros* “*destinados a establecer el acta de las necesidades pedagógicas y escolares en las regiones más apartadas del país*” (FELL, 2000: 559). Sob seu patrocínio, também floresceu a arte mural, de maneira que o secretário cedia para jovens pintores politicamente engajados as paredes de grandes prédios públicos, onde as referências indígenas passaram a ter presença constante. Em um dos manifestos mais combativos do sindicato que reunia *muralistas* como Diego Rivera e David A. Siqueiros, aparecem as seguintes considerações:

EL ARTE DEL PUEBLO DE MÉXICO ES LA MANIFESTACIÓN ESPIRITUAL MÁS GRANDE Y MÁS SANA DEL MUNDO Y SU TRADICIÓN INDÍGENA ES LA MEJOR DE TODAS. [...] REPUDIAMOS la pintura llamada de caballete y todo el arte de cenáculo ultra-intelectual por aristocrático y exaltamos las manifestaciones de Arte Monumental por ser de utilidad pública. [...] los creadores de belleza deben esforzarse por que su labor presente un aspecto claro de propaganda ideológica en bien del Pueblo, haciendo del Arte, que actualmente es una manifestación de masturbación individualista, una finalidad de belleza para todos, de educación y de combate. (SIQUEIROS, 1923: 2)

Do caráter exótico com que as manifestações da cultura popular eram envolvidas pelo discurso liberal marcante do século XIX e do Porfiriato, passa-se, com o nacionalismo da geração revolucionária, a buscar nas tradições indígenas e, principalmente, na mestiçagem, aquilo que elas tinham de transcendente, de maneira a serem incorporadas como contribuições fundamentais para a criação futura de novas formas culturais e civilizacionais (RICO MORENO, 2000: 75-78).

Nesse sentido, não é razoável conceber que a experiência revolucionária ignorou a vivência anterior, pautando-se exclusivamente em prognósticos descolados do passado. Pelo contrário, para a análise da realidade mexicana, espaço de experiência e horizonte de expectativa devem ser compreendidos em uma relação tensa, mas íntima, a partir de uma categoria fundamental para o entendimento do que ficou conhecido como “nacionalismo revolucionário”: a *tradição*. Como veremos, tradição e modernidade, ao contrário do que uma falsa dicotomia pode sugerir, são noções absolutamente dependentes uma da outra.

² Segundo Jean Meyer, o analfabetismo na população mexicana chegava a 72%, em 1921 (MEYER, 2002: 200).

2. *Modernidade e tradição*

A postura mais comum frente aos desafios que a identidade nacional colocava ao México foi a exaltação da mestiçagem. Ensaios clássicos do período, como *Forjando pátria: pro nacionalismo* (1916), de Manuel Gamio e *La raza cósmica: misión de la raza ibero-americana* (1925), de José Vasconcelos, caminharam nessa direção. A mestiçagem surgia como a forma de conciliar os passados indígena e europeu, unificando a nação sob o prisma da homogeneidade. Nesse sentido, Gamio invocava “um brado solene de sangue compartilhado, de carne compartilhada, esse brado que sobe acima de tudo o mais pois é a voz da vida, a força misteriosa que mantém unido o tecido e resiste à desintegração”. Através da recorrente metáfora da liga metálica, com a qual Gamio convocava os revolucionários, ainda em 1916, a se apropriarem de martelos e aventais para “fazer brotar da bigorna milagrosa a nova nação do bronze combinado com ferro”, ele defendia que “a homogeneidade racial, essa avançada unificação de tipos físicos, essa avançada e feliz fusão de raças, constitui a primeira e mais sólida base do nacionalismo” (GAMIO apud GERSTLE, 2008: 424-428).

José Vasconcelos, em *La raza cósmica*, defendia postura semelhante, com o diferencial de incluir na forja da nova raça mestiça, não apenas índios e europeus, mas virtualmente todo o mundo. Sua proposição era a de que, ao longo da história humana, ter-se-ia sucedido uma série de impérios étnicos marcados pela conformação a tipos raciais específicos (os negros originários da Lemúria, os índios originários da Atlântida, os mongóis asiáticos e os brancos europeus). Cada um desses impérios teria se afirmado pela sua pureza e tentado dominar ou exterminar as outras raças. O apogeu da raça branca, no entanto, marcado pelas Grandes Navegações, teria configurado um processo de extrema interação entre as raças, permitindo que elas começassem a se misturar. Esse processo – a mestiçagem – teria alcançado seu auge na América Latina, onde se verificaria a contribuição de todos os tipos humanos que, fundindo-se, formariam uma quinta raça universal, a qual Vasconcelos chama “raça cósmica”, justamente por suas propriedades serem mais espirituais e culturais do que propriamente biológicas. Ao identificar a missão histórica da América Latina – “[en nuestra civilización] se prepara de esta suerte la trama, el múltiple y rico plasma de la Humanidad futura” (VASCONCELOS, 2010: 14) –, Vasconcelos legitima a própria constituição mestiça do México, pretendendo que sua diversidade resulte em uma homogeneidade futura.

Tanto Vasconcelos quanto Gamio e os demais intelectuais, políticos e artistas que levaram adiante esse projeto de nacionalismo revolucionário (ainda que ele tenha tido muitos matizes e fosse alvo de discussões e controvérsias) recuperaram elementos da tradição colonial e indígena e os projetaram na construção dessa imagem do tipicamente mexicano. O ponto que pretendemos salientar aqui é que essa imagem tem um direcionamento muito claro: o futuro. O sucesso dos planos de modernização no México dependia fundamentalmente de que se pudesse compreender e governar uma massa tão diversa e tão cindida, inclusive geograficamente. Unificá-la em face de um destino comum tornava-se a expectativa por excelência do horizonte revolucionário, no qual ressaltava-se a originalidade da contribuição específica dos índios no conjunto das nações modernas. Repare-se, de todo modo, que o índio não tinha valor *per se*: aqueles que recusassem a incorporação aos padrões da nova nacionalidade continuariam a ser vistos como um entrave à civilização.

Fundava-se uma nova tradição, sem dúvida carregada de estereótipos, que representava uma remodelação das antigas experiências a partir das novas expectativas de unidade e progresso, e dos novos elementos que se deveria levar em conta para alcançá-las. Como afirma Koselleck,

também as experiências já adquiridas podem modificar-se com o tempo. [...] As experiências se superpõem, se impregnam umas das outras. E mais: novas esperanças ou decepções retroagem, novas expectativas abrem brechas e repercutem nelas. Eis a estrutura temporal da experiência, que não pode ser reunida sem uma expectativa retroativa. (KOSELLECK, 2006: 312-313)

É nesse sentido que devemos compreender a formulação de novas tradições dentro de uma lógica de negociação entre expectativa e experiência. E se novas esperanças abrem novas brechas nas experiências, é de se supor que um tempo de expectativas tão abertas como o da Revolução fabrique uma grande quantidade de camadas inovadoras sobre a experiência vivida. Produz-se, dessa forma, o que Javier Fernández Sebastián chama de “tradições eletivas”, responsáveis por criar diferentes passados com vistas à consolidação de determinados futuros (futuros que se apresentam como decorrências naturais desses passados).

Essas tradições são marcadas por aquilo que o autor, citando Jean Pouillon, define como uma “filiação invertida”: os filhos definem quem e como são seus pais, a partir de uma orientação “futurocêntrica”. No quadro do “mundo moderno”, a célebre figura política da revolução, que parece pretender uma ruptura profunda com a tradição, é de fato responsável por

construir tradições novas, e muito úteis politicamente.³ Nesse aspecto, o caso da Revolução Mexicana se mostra exemplar.

Para compreender de que modo essa afirmação é verdadeira, recorreremos ao estudo de um caso particular: o já mencionado ensaio de José Vasconcelos, *La raza cósmica*. Nossa hipótese é a de que as tradições que ele engendra e seus desdobramentos nas concepções de movimento da história e na semântica do conceito de raça representam uma articulação singular dessa eleição, de teor futurocêntrico, de um passado específico em nome de uma expectativa de modernidade que tem como elemento central a nacionalidade.

3. *Entre o cíclico e o linear: a raça projetada no futuro*

A teoria que Vasconcelos desenvolve em *La raza cósmica*, e que esboçamos na seção anterior, se articula através da proposição de que a história possui um movimento, uma direção específica, com vistas a um futuro bem determinado. Dessa forma, ela tem um fim, um objetivo, qual seja, a formação de uma humanidade universal, pautada em valores eminentemente metafísicos e claramente alinhados a certa interpretação do catolicismo: a redenção espiritual, a fraternidade e o exercício da vontade livre e do gosto estético, por exemplo. Não teremos espaço para desenvolver esse interessante teor da argumentação de Vasconcelos no presente trabalho; cabe destacar, de todo modo, que nesse movimento que o autor propõe, o mestiço aparece reinventado, pois não representa mais a degeneração da raça, mas uma ponte (portanto um estágio mais elevado!) rumo a uma raça superior, a raça cósmica.

A proposição de Vasconcelos é, evidentemente, uma releitura de certas perspectivas consolidadas pelas filosofias da história, que partem de uma compreensão do movimento histórico como linear, marcado por um progresso ascendente. Ainda que o cientificismo do século XIX tenha enfrentado tais filosofias, na busca de um conhecimento empírico e verificável, elas permanecem implícitas nas concepções especulativas que serviram de pressuposto para a visão de mundo dos mesmos homens de ciência que postulavam o fim da metafísica.

Vasconcelos, de todo modo, retoma explicitamente essa metafísica, em sua proposta, rompendo com o cientificismo novecentista: “*No era posible combatir a la teoría de la Historia*

³ Os comentários sobre a teorização de Javier Fernández Sebastián têm como base a conferência “Entre inovação e tradição: mudança, continuidade e ruptura na História Intelectual”, organizada pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), e realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa no dia 10 de maio de 2013.

como un proceso de frivolidades, cuando se creía que la vida individual estaba también desprovista de fin metafísico y de plan providencial” (VASCONCELOS, 2010: 31-32). Sugerindo esse plano providencial, o autor promove uma releitura da concepção de movimento histórico linear ascendente, afirmando: *“El fin ulterior de la Historia [es] lograr la fusión de los pueblos y las culturas”* (Idem: 14). Esse fim se materializaria no estabelecimento da raça cósmica, que sintetizaria os ideais superiores de uma civilização fundada em novos valores, uma civilização que não comportaria mais guerra, apenas o amor e a beleza como expressões máximas do espírito.

Vasconcelos, no entanto, acrescenta à sua teoria uma outra dimensão de compreensão da história, inaugurada pelos clássicos gregos e desafiada pelo historicismo: a ideia de um movimento cíclico. Cada um dos quatro grandes Impérios étnicos (compostos pelas raças negra, vermelha, amarela e branca) teria tido um momento de apogeu seguido de um momento de declínio, um substituindo o outro no correr do tempo:

La raza que hemos convenido en llamar atlántida prosperó y decayó en América. Después de un extraordinario florecimiento, tras de cumplir su ciclo, terminada su misión particular, entró en silencio y fue decayendo hasta quedar reducida a los menguados Imperios azteca e inca, indignos totalmente de la antigua y superior cultura. Al decaer los atlantes, la civilización intensa se trasladó a otros sitios y cambió de stirpes; deslumbró en Egipto; se ensanchó en la India y en Grecia injertando en razas nuevas. El ario, mezclándose con los dravidios, produjo el indostán, y a la vez, mediante otras mezclas, creó la cultura helénica. En Grecia se funda el desarrollo de la civilización occidental o europea, la civilización blanca, que al expandirse llegó hasta las playas olvidadas del continente americano para consumir una obra de recivilización y repoblación. (Idem: 5, grifo meu)

O que se percebe é uma sucessão consecutiva de apogeus e declínios civilizatórios, ciclos que marcariam a história dos Impérios étnicos. No entanto, a sequência desses ciclos não indicaria uma eterna repetição no movimento histórico, porque cada um deles teria algo de novo a agregar à história, modificando o curso do tempo. O apogeu de uma civilização – marcada pelo florescimento de uma raça – não se repetiria em outra civilização, após o declínio da primeira, pois cada raça seria dotada de características inerentes a ela, e de qualidades específicas, manifestas em uma missão distinta: *“En la Historia no hay retornos, porque toda ella es transformación y novedad. Ninguna raza vuelve; cada una plantea su misión, la cumple y se va”* (Idem: 12).

O movimento cíclico das raças não impede, dessa forma, o movimento linear ascendente da história. Ainda que as raças entrassem em declínio, a partir do processo de mestiçagem as

suas qualidades positivas seriam resgatadas e incorporadas ao tipo branco, formador do último Império étnico. Assim, a civilização branca seria a única que não conheceria o declínio, pois a sua ação de ponte permitiria que houvesse maior interação entre as raças de todo o planeta, levando-as a se fundirem no continente americano – do que resultaria a raça cósmica, que posteriormente expandiria sua civilização sobre todo o mundo. Há uma argumentação teleológica que justifica os fracassos de cada civilização, pois seu legado seria recuperado pelo processo de mestiçagem e contribuiria na formação da raça síntese futura.

Uma possibilidade de se registrar esse movimento histórico graficamente se encontra reproduzida a seguir.⁴



O gráfico acima ilustra a qualidade ambígua que a história assume para Vasconcelos. Ela é, ao mesmo tempo, descontínua – visto que o progresso não é constante, mas cíclico até um determinado ponto – e ascendente – pois as qualidades de cada uma das raças são aproveitadas na formação da quinta raça, esta sim contínua em seu progresso.

Essa ambiguidade se manifesta no próprio campo semântico que Vasconcelos descortina para o conceito de raça: ao mesmo tempo em que ele é um elemento de diferenciação, quando há referência às várias raças do mundo, ele ganha caráter inclusivo na proposta de construção de uma única raça, a raça cósmica, para a qual nenhuma contribuição poderia ser desprezada. Passa-se, dessa forma, de uma definição pelo número plural para uma definição pelo número

⁴ Gráfico realizado em CorelDRAW por Francisco Eduardo F. Ascenso.

singular: é a fusão de todas as raças em *uma única* raça que dá sentido à própria existência da categoria racial no movimento da história. Evidentemente, o caráter plural refere-se a uma experiência passada que deveria necessariamente ser superada, enquanto o caráter singular manifesta-se numa expectativa de futuro. (Idem: 17)

O movimento da história proposto por Vasconcelos (ao mesmo tempo cíclico e linear) e as modificações sofridas pela semântica do conceito de raça (singularizada e futurizada) evidenciam uma forma peculiar de conciliar espaço de experiência e horizonte de expectativa. Se o espaço de experiência de fato ocupa uma posição de destaque em sua argumentação – e repare-se que nesse espaço de experiência a colonização europeia da América e o apogeu da Atlântida se encontram lado a lado! – esse destaque serve a uma expectativa de futuro e à forma como se deve alcançá-lo.

A tradição que Vasconcelos reivindica, por se fundar na absoluta mestiçagem de todas as raças, tem a ver com “todas as tradições existentes”. Mais do que isso, tem a ver com certa direção que seria *natural* a todas elas: a de mistura. Dentro de “todas as tradições existentes” se configuraria a tradição latino-americana, que, nutrindo-se mais de umas e menos de outras, teria consolidado um “modelo de mistura virtualmente perfeito”. Esse modelo – numa lógica metonímica inversa – alude à própria “tradição nacional mexicana” e age no sentido de legitimar o Estado nacional, ou aquilo que Vasconcelos gostaria que ele fosse no futuro, frente à divisão interna e ao antagonismo de projetos políticos do passado e do presente. A proposta que vem no bojo da “raça cósmica” representa uma tradição eletiva, que, através de uma retórica universalista e cosmopolita, dotava um movimento histórico concreto – a fase de reconstrução nacional da Revolução Mexicana – de um caráter ilustre e comprometido com a modernidade.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Thomas. **La Revolución Mexicana**: memoria, mito e historia. México: Taurus, 2000.

DULLES, John W. F. **Ayer en México**: una crónica de la Revolución (1919-1936). México: FCE, 1977.

FELL, Claude. Cronología. In: VASCONCELOS, José. **Ulises criollo**. Edição crítica coordenada por Claude Fell. Madri; Barcelona; Havana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2000.

GERSTLE, Gary. Raça e nação nos Estados Unidos, México e Cuba, 1880-1940. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Orgs.). **Nacionalismo no Novo Mundo**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

MEYER, Jean. O México: Revolução e Reconstrução nos anos 1920. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**: volume 5, de 1870 a 1930. São Paulo: Edusp, 2002.

MONTFORT, Ricardo Pérez. Un nacionalismo sin nación aparente (la fabricación de lo “típico” mexicano 1920-1950). **Política y Cultura**, Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México, n. 12, 1999.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudios Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1988.

RICO MORENO, Javier. **Pasado y futuro en la historiografía de la Revolución mexicana**. México: UAM-A/Conaculta-INAH, 2000.

SIQUEIROS, David Alfaro et al. **Manifiesto del Sindicato de Obreros Técnicos Pintores y Escultores**, 1923. Sala de Arte Público Siqueiros, Mexico. Disponível *on line*.

VASCONCELOS, José. **La Raza Cósmica**. México: Editorial Porrúa, 2010.

Narrativa histórica e a formação de consciência histórica: conceito escravidão africana no Brasil

Rosi Terezinha Ferrarini Gevaerd¹

Introdução

A presente investigação se enquadra no contexto específico do ensino de História, sendo que as atividades constitutivas dessa pesquisa inscrevem-se na área de investigação da Educação Histórica, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino, no Grupo de Pesquisa Cultura, Práticas Escolares e Educação Histórica, mais especificamente no Núcleo de Pesquisas em Publicações Didáticas (NPPD), sob a Supervisão da Profa. Dra. Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia.

Ademais, a intenção de desenvolver essa pesquisa no Pós-Doutorado está vinculada à minha participação no grupo de pesquisa Cultura, Saberes e Práticas Escolares e Educação Histórica, cadastrado no conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como junto ao Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH), articulado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR. Esses grupos agregam professores e alunos cujas atividades principais de pesquisa têm como foco a Educação Histórica.

Em 2009, após a defesa da minha tese, iniciei a minha participação no “Grupo de Pesquisa em Educação Histórica” vinculado ao Projeto “Aprender a ler e aprender a escrever em História”, aprovado como bolsa produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ/2009-2012), e que constitui uma das ações do conjunto de atividades do LAPEDUH, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt.

Estas pesquisas têm tomado como foco um conjunto de investigações sobre a forma como a narrativa histórica escolarizada tem tratado a temática da escravidão no Brasil e sua relação com a formação da consciência histórica de jovens escolarizados, tendo como pressupostos teóricos os princípios específicos da Educação Histórica, especialmente, os que

¹ Prefeitura Municipal de Ensino de Curitiba/Professora de História/Secretaria Municipal da Educação; Doutora em Educação pela UFPR; Pesquisadora NPPD/LAPEDUH/UFPR.

fundamentam as investigações que têm como preocupação os estudos sobre formação de consciência histórica, como os trabalhos de LEE (2001; 2003); RÜSEN (2001; 2007); SCHMIDT (2002; 2006); SCHMIDT e GARCIA (2006); entre outros.

Em 2010, ocorreu a ampliação do referido grupo de pesquisa, na medida em que professores da rede estadual de ensino do Paraná que estavam desenvolvendo suas pesquisas no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) sentiram a necessidade de discutir a questão da escolha dos manuais didáticos referentes aos livros oferecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2011, referente aos anos finais do Ensino Fundamental. Diante da necessidade apresentada pelos professores em relação a essa escolha, a Profa. Maria Auxiliadora Schmidt organizou o Seminário: *Manuais didáticos*, com o objetivo de subsidiar os referidos professores na análise e seleção dos livros para as suas escolas.

Durante esse processo, fiz a proposta para dar continuidade a essa pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pós-Doutorado, mais especificamente junto ao NPPD, com a intenção de ampliar a investigação. Nesse sentido, o percurso da investigação desenvolvida em 2010 passou a ser considerada como estudo exploratório e, com isso, busquei verificar como ocorre o uso do manual didático de história em processo de escolarização. Assim como, observar como o professor e alunos se relacionam com os conceitos históricos trabalhados, e de que forma estes conceitos estão constituindo a consciência histórica desses alunos. Nesse caso, o conceito *escravidão africana no Brasil*. Estructurei a investigação com as seguintes questões:

- Quando o professor usa o manual ele usa a narrativa da forma que está presente no manual didático?
- Como o professor trabalha o conceito substantivo escravidão?
- Qual a ideia expressa pelo aluno em relação ao conceito substantivo escravidão africana no Brasil?

O campo de investigação ficou definido como uma turma de 7º ano do ensino fundamental de uma escola da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, com alunos entre 11 e 13 anos. A metodologia de pesquisa é de cunho etnográfico e consistiu em observação não-participativa, ou seja, em acompanhar as aulas de história da referida turma, durante o período em que a professora tratasse do conceito substantivo em questão, sem interferência nas aulas da professora.

Narrativa histórica e a formação de consciência histórica

Segundo Jörn Rüsen (2001: 58-59) para a formação da consciência é fundamental a operação mental "com a qual o homem articula, no processo de sua vida prática, a experiência do tempo". Essa operação mental é descrita pelo autor como "*orientação do agir (e do sofrer) humano no tempo*". A consciência histórica é, portanto:

o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Estas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. (Rüsen, 2001: 58-59).

A consciência histórica é a "*constituição do sentido da experiência do tempo*". As experiências do tempo têm que ser interpretadas, pois "se contrapõem ao que o homem tenciona no agir orientado por suas próprias carências" (Rüsen, 2001: p.59).

O tempo é, assim, experimentado como um obstáculo ao agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Pode-se chamar esse tempo de *tempo natural*. Um exemplo radical desse tempo impediante e resistente é a morte. O tempo é experimentado, aqui, como perturbação de uma ordem de processos temporais na vida humana prática, como perturbação de uma ordem na qual o homem tem de pensar seu mundo e sua vida, para poder orientar-se corretamente. (Rüsen, 2001: 59-60).

A consciência histórica se constitui a partir da "interpretação da experiência do tempo com respeito à intenção quanto ao tempo", e o ato de constituição da consciência histórica pode ser descrito "como transformação intelectual do tempo natural em tempo humano" (Rüsen, 2001: p.60).

O autor concebe quatro tipos de narração histórica, que a seu ver podem ser identificados a partir da historiografia, assim como suas correspondentes formas de consciência histórica: tradicional, exemplar, crítica e genética.

As narrativas tradicionais são aquelas que articulam as tradições e relembram as origens que constituem a vida no presente. Neste caso, a consciência histórica funciona, em parte,

"para manter vivas essas tradições" e o passado é a referência para o presente. Na narrativa tradicional o tempo "ganha um sentido de eternidade" (Rüsen, 1993: p.7; 1992: p.30).

As narrativas exemplares demonstram a validade de regras e princípios e generalizam experiências temporais de regras de conduta. Nesta concepção, a história é vista como uma lição para o presente, como algo didático: *historiae vitae maestrae*. A consciência histórica exemplar revela a moralidade de um valor ou de um sistema de valores pela demonstração de sua generalidade. Nesse caso, a moral é conceitualizada como possuindo uma validade atemporal. Nesse tipo de narrativa, o tempo "ganha um senso de extensão espacial" (Rüsen, 1993: p.7-8; 1992: p.31).

O terceiro tipo é a narrativa crítica, baseada na habilidade de negar as tradições, regras e princípios, abrindo espaço para novos padrões. As narrativas críticas são consideradas anti-histórias. Aqui, a consciência histórica "busca e mobiliza uma classe específica de experiência do passado: a evidência conferida pelas 'contra-narrações'". Neste tipo de narrativa o tempo "ganha o senso de ser objeto de julgamento" (Rüsen, 1993: p.8-9; 1992: p.32).

O quarto tipo é a narrativa ontogenética. Histórias deste tipo dão direção à mudança temporal e apresentam a continuidade como um desenvolvimento no qual a alteração de modos de vida é necessária para a sua permanência. É a "forma de pensamento histórico que vê a vida social em toda a sua complexidade e sua temporalidade absoluta", e em que "diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se integram em uma perspectiva que abrange a mudança temporal". Neste caso de consciência histórica "os valores morais se temporalizam" e a moral "se despoja de sua natureza estática". O raciocínio moral depende do "argumento de mudança temporal" para poder "estabelecer a validade dos valores morais". Neste tipo de narrativa o tempo "ganha o senso de temporalidade" (Rüsen, 1993: p.9; 1992: p.33).

A consciência histórica funciona como "um modo específico de orientação em situações reais da vida presente" e tem como função ajudar a compreender a realidade passada para compreender a realidade presente (Rüsen, 1992: p.28).

Assim, a narrativa torna-se, nas palavras de Rüsen (2001: p.155), constitutiva da consciência histórica, pois é um "modo específico de sentido sobre a experiência do tempo" e, para a constituição desse "sentido", a narrativa deve estar vinculada à "experiência do tempo de maneira que o passado possa tornar-se presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea".

Além disso, nessa investigação utilizei os estudos de Peter Lee (2001; 2005), quando o autor trata dos conceitos substantivos da história. Para esse autor, esses conceitos são parte do que podemos chamar de *substância* da história e são encontrados quando trabalhamos com tipos particulares de conteúdos históricos. Tais conceitos pertencem a diferentes tipos de atividade humana, como a econômica, a política, a social e a cultural.

A partir desses pressupostos busquei investigar as ideias dos alunos e a relação desses com o conhecimento histórico, mais especificamente com o conceito substantivo *escravidão africana no Brasil*.

Conceito substantivo *escravidão africana no Brasil*: ideias de alunos

Entendendo a escola como espaço de escolarização (Schmidt; Garcia, 2006), acompanhei algumas aulas de História para observar de que forma o conceito substantivo *Escravidão africana no Brasil* está sendo ensinado como um conteúdo escolar.

Para fundamentar o percurso metodológico assumido, parti das considerações pautadas por autores da pesquisa qualitativa, tomando como referência, especialmente, os estudos de Bogdan e Biklen (1994). Esses investigadores indicam que os dados empíricos não são recolhidos com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas previamente, mas, em vez disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares recolhidos vão sendo agrupados (Bogdan; Biklen, 1994: p.50).

Busquei identificar a expressão da consciência histórica dos alunos por meio da produção de duas narrativas. A primeira para investigar os conhecimentos prévios com a pergunta: *O que você entende por escravidão*. E a segunda, após a mediação didática, foi proposta a seguinte questão: *Imagine que você foi convidado para participar de um concurso sobre conteúdos de História. Você deverá contar sobre a **Escravidão no Brasil***.

Dos 35 alunos matriculados, 31 fizeram a 1ª narrativa, 31 fizeram a 2ª narrativa. Sendo que 27 alunos produziram as duas narrativas solicitadas. As narrativas dos alunos apresentaram os seguintes marcadores temporais:

QUADRO 1 - MARCADORES TEMPORAIS UTILIZADOS PELOS ALUNOS

MARCADORES TEMPORAIS	CONHECIMENTOS PRÉVIOS	APÓS A MEDIAÇÃO
Verbo no passado	27	27

Mudança temporal	04	17
Termos indicativos de passado	04	05
Datação/ marcos cronológicos	04	05
Passado que está no presente	Nenhum	08

Fonte: A autora.

Todos os alunos usaram, em suas narrativas, tanto nos conhecimentos prévios como após a mediação didática, marcadores temporais. Para fins de exemplificação optei por utilizar as narrativas após a mediação didática, na medida em que apresentaram mais elementos de temporalidade.

Alguns alunos (17) expressaram em suas narrativas a mudança temporal, elaboraram uma trama que apresenta a experiência ocorrida no passado e as dificuldades enfrentadas pelos afrodescendentes na atualidade, como o preconceito e racismo. Exemplo de narrativa:

No Brasil os portugueses compravam os escravos para conseguir trabalho usavam os escravos em vários serviços, nos engenhos de cana de açúcar entre outros. Alguns negros como forma de resistência se suicidavam outros abortavam a gravidez e outros se revoltavam e fugiam.

Para os negros se defenderem eles criavam quilombos e lá eles viviam, eles realizavam atividades como agricultura e comércio, lá eles usavam a cultura que lês tinham na África.

Depois de muitos anos uma lei que proibia o trabalho foi assinada e a partir dai eles começaram a ter salário, mas até hoje muitas pessoas tem preconceitos com os negros. (Fernando, 12 anos).

Alguns alunos (05) usaram termos que indicam a passagem do tempo: há muito tempo; tudo começou; depois de um tempo; antigamente; atualmente; depois de muito tempo.

Exemplo:

*A escravidão no Brasil foi difícil para os afrodescendentes assim chamados. Muitos eram mortos por maus tratos ou falta de alimento na exportação de negros para os navios negreiros, para servirem de escravos, para os brancos, **depois de um tempo** os negros começaram a trabalhar nas moendas de cana-de-açúcar tendo como vigias os feitores, como os negros trabalhavam sem ganhar nada não gostavam de trabalhar por 12 ou mais de 17 horas por dia construíram os quilombos. Quilombos eram lugares onde os negros fugiram para se abrigarem-se, para modo de passar o tempo os negros praticavam a capoeira, como **atualmente** é praticada. Recebendo a carta de alforria poderiam ser livres e viverem nos quilombos **depois de muito tempo** morando nos quilombos eram chamados de quilombolas. (Gil, 12 anos).*

Nessa narrativa o aluno usa termos que indicam a passagem do tempo, faz uma interpretação da experiência do passado, ou seja, a prática da capoeira “para modo de passar o

tempo os negros praticavam a capoeira” relacionando com a experiência do presente “como **atualmente** é praticada”.

Poucos alunos (05) usaram marcadores cronológicos. Exemplo:

*A escravidão no Brasil começou no **século XVI** e **durou 300 anos** e eram feitos de escravos os africanos e eles eram trazidos por navios e eram muito precário o estado de higiene dos escravos muitas vezes as mulheres grávidas se suicidavam pois eram a resistência da escravidão muitas vezes quando estavam nos engenhos eles destruíam o engenho colocando fogo destruindo as ferramentas (...). Quando eles fugiram formaram os quilombos que eram as comunidades que onde viviam vários povos e etnias da África. Que o líder foi Zumbi dos Palmares. Palmares foi a comunidade que reportou o maior grupo de escravos então no dia **20 de novembro** é comemorada o dia da consciência negra a [em] homenagem a Zumbi dos Palmares por sua morte na guerra contra os portugueses. (Bruno, 12 anos).*

De modo geral, os alunos não usaram a cronologia como marcadores temporais. Os que usaram fizeram referência ao século XVI referindo-se ao início do período em que os portugueses trouxeram os escravos africanos ao Brasil; 1500 como o ano em que os portugueses vieram ao Brasil; 20 de novembro a data em que é comemorada o dia da consciência negra.

Alguns alunos (08) expressaram que o passado está no presente. Exemplo:

Os escravos trabalhavam em produções de açúcar e as amas de leite cuidavam dos filhos do rei.

Na lavoura a cana era colocada de molho moída e assim virava açúcar e era embalada. E na produção da cana quem cuidava para que os escravos não fugissem eram os “escravos livres”.

*A escravidão durou muito tempo já acabou, mas agora tem um outro tipo de escravidão que é o **preconceito e o “racismo”**. Policiais não tem respeito pelos negros não podem ver negros na rua que já suspeitam deles e partem para a agressão. “todo camburão tem um pouco de navio negreiro” (...). (Emília, 11 anos).*

A aluna Emília expressa em sua narrativa que a escravidão “já acabou”, mas que ainda permanece em nossa sociedade “um outro tipo de escravidão” que é o “preconceito e o racismo”. A aluna, ao interpretar o passado – a escravidão africana, explica um problema enfrentado no presente – o preconceito e o racismo, para isso, utiliza-se da letra da música “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”, do grupo “O Rappa”, trabalhada pela professora durante a mediação pedagógica.

Após a identificação de marcadores temporais presentes nas narrativas dos alunos procurei analisar a estrutura das narrativas, mais especificamente, quanto à apropriação pelos alunos do conceito substantivo *escravidão africana no Brasil*. Para isso, tomei como base a narrativa do manual didático e a mediação didática da professora.

Todos os alunos (27) fizeram referência ao trabalho escravo, sendo que dezenove (19) especificaram que esse trabalho era realizado nos engenhos. Desses, nove (09) alunos explicaram como era o trabalho no engenho e como era feita a produção do açúcar, narrando com detalhes o processo da feitura do açúcar, baseados na narrativa do manual didático.

Outra questão contemplada por quinze (15) alunos foi a que trata da resistência africana, alguns relatam as diferentes formas, tais como a formação dos quilombos, citada por quinze (15); quilombolas por seis (06) alunos; suicídio (08) alunos; discriminação e preconceito por (04) alunos.

Considerações finais

Pode-se dizer que todos os alunos ao produzirem suas narrativas usaram elementos do manual didático. Constatei que ocorreu uma progressão nas ideias dos alunos, em relação ao conceito escravidão, quando comparei as ideias prévias e as expressas após a mediação da professora.

De modo geral, a narrativa dos alunos apresenta elementos de uma consciência histórica tradicional, pois na perspectiva de Rüsen (1993; 1992) esses alunos articulam as tradições e relembram as origens que constituem a vida no presente.

Poucos alunos fazem uma relação entre os acontecimentos do passado e o presente, nesse caso, as questões do preconceito e da discriminação, que constam no manual didático, e que foram trabalhadas pela professora.

Essas narrativas possuem elementos de uma consciência histórica ontogenética, pois segundo Rüsen (1993; 1992) histórias deste tipo dão direção à mudança temporal e apresentam a continuidade como um desenvolvimento no qual a alteração de modos de vida é necessária para a sua permanência, ou seja, a capacidade do aluno em relacionar acontecimentos do passado que estão presentes no presente, a relação entre o processo de escravidão e as questões de preconceito e de discriminação enfrentadas pelos afrodescendentes na atualidade.

Nesse sentido, Barca (2011: p.8) aponta que

Embora os diversos tipos de consciência histórica não se manifestem de forma estanque, nem os quatro tipos elencados devam ser considerados como os únicos enquanto manifestações de orientação temporal, parece ser cada vez mais nítido o reconhecimento de que é uma consciência de tipo “genético” que melhor equipa cognitivamente o ser humano para enfrentar os desafios e problemas nestas primeiras décadas do século XXI. Neste sentido de “consciência histórica genética”, o passado é

encarado como fonte para a compreensão significativa do mundo que se apresenta com permanências e mudanças complexas.

Referências

BARCA, I. Educação histórica: uma nova área de investigação. In: ARIAS NETO, J. M. (Org.). **Dez anos de pesquisas em ensino de história**. Londrina: AtritoArt, 2005. p.15-25.

_____. A construção de narrativas históricas: perspectivas de consciência histórica dos jovens portugueses. In: **Anais do Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História: Novos Problemas e novas abordagens**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

_____. Narrativas históricas de alunos em espaços Lusófonos. In: BARCA, I. (Org.) Atas das XI Jornadas Internacionais de Educação Histórica – Consciência Histórica na Era da Globalização. Braga: Centro de Investigação em Educação/ Instituto de Educação, Universidade do Minho – Braga/Portugal, 2011. p.7-24.

BARCA, I.; GAGO, M. Aprender a pensar em história: um estudo com alunos do 6.o ano de escolaridade. **Revista Portuguesa de Educação**, Portugal, v.14, n.1, p.239-261, 2001.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

LEE, P. Progressão da compreensão dos alunos em história. In: BARCA, I. **Perspectivas em educação histórica**. Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Hist. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Universidade do Minho, 2001. p.13-27.

_____. “*Nós* fabricamos carros e *eles* tinham que andar a pé”: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, I. (Org.) **Educação histórica e museus**. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Lusografe, 2003. p.19-36.

_____. Putting principles into practice: understanding history. In: BRANSFORD, J. D.; DONOVAN, M. S. (Eds.). **How students learn: history in the classroom**. Washington (DC): National Academy Press, 2005.

RÜSEN, J. El desarrollo de la competencia narrativa en el aprendizaje histórico: una hipótesis ontogenética relativa a la conciencia moral. **Revista Propuesta Educativa**, Buenos Aires, Año 4, n.7, 1992.

_____. Experience, interpretation, orientation: three dimensions of historical learning. In: DUVENAGE, P. (Ed.). **Studies in metahistory**. Pretoria: Human Sciences Research Council, 1993.

_____. *¿Qué es la cultura histórica?*: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. In: FÜSSMANN, K. GRÜTTER, H.T., RÜSEN, J. (Ed.): **Historische Faszination. Geschichtskultur heute**. Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, 1994. p.3-26.

_____. El libro de texto ideal: reflexiones entorno a los médios para guiar lês clases de historia. In: **Revista Nuevas fronteras de la historia**. Barcelona: Graó, n.12, año IV, abr. 1997.

_____. Jörn. **Razão Histórica: Teoria da História: Fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Unb, 2001.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W.A. Editores, 2012.

SCHMIDT, M. A. Jovens brasileiros e europeus: identidade, cultura e ensino de história (1998-2000). In: **Perspectiva**, Florianópolis, v.20, n.Especial, p.183-208, jul./dez. 2002.

_____. Perspectivas da consciência histórica e da aprendizagem em narrativas de jovens brasileiros. In: **Anais do Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História: Novos Problemas e novas abordagens**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2006.

_____. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica. In: **História Revista**. Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2012. pp. 91-104.

SCHMIDT, M. A.; GARCIA, T. M. B. **Consciência histórica e crítica em aulas de história**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará/Museu do Ceará, 2006.

Narrativas e clima histórico como contextos do 7 de abril de 1831¹

João Luís Cardoso de Oliveira²

Introdução

O acompanhamento das narrativas e debates expostos nos periódicos do período em questão poderá nos revelar como tais discursos e estratégias ganham forma e são utilizados por diferentes grupos nas questões político-sociais que se colocam à época. Neste contexto, o momento vivido pelo Brasil sofre forte impacto dos acontecimentos que eclodem com os movimentos revolucionários liberais europeus, que permitem gerar uma forte instabilidade política, assim como intensas transformações e aceleração do tempo, onde novas formas de relacionar-se com o passado e experimentar o presente se colocam como desafio no interior de um Estado Nacional em construção³.

Um das possibilidades a se pensar com base nas discussões dos periódicos é o ajustamento de conceitos, narrativas e metáforas no interior da conjuntura político-social brasileira, e como esses debates se manifestam em periódicos, como é o caso do “A Aurora Fluminense”, nos possibilitam identificar as tensões que se desdobram, identificando o clima histórico que envolvia tais debates e movimentos.⁴

¹Este artigo, apresentado no 7º Seminário Nacional de História da Historiografia (SNHH) em Mariana-MG, é um dos resultados parciais do projeto de iniciação científica fomentado pela FAPEMIG, desenvolvido junto ao Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP e ao NEHM – Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade, sob orientação do Profº Drº Valdeí Lopes de Araujo. O presente artigo foi reconhecido no mesmo evento com o título de menção honrosa.

²Graduando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: johnn.oliveira@yahoo.com.br.

³ Sobre a ideia de aceleração do tempo ver: Reinhart KOSELLECK., *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. Neste sentido podemos pensar que as disputas que se colocam nos periódicos, refletem o clima de instabilidade e aceleração típico da época, onde as disputas pelo passado e o clima de efervescente mobilização política exposta pelos liberais procura desvincular a identidade brasileira de seu passado português, caracterizado como opressor e bárbaro.

⁴ Entendemos por clima histórico ou atmosfera histórica o que Hans U. Gumbrecht denomina por *Stimmung* – uma experiência que sugere a presença de um toque material. Tal toque material em nossa concepção produz sentimentos de desalento e desconsolo (uma espécie de clima e experiência que toca os corpos dos indivíduos interiormente) impossibilitando sua compreensão através de conceitos. Cf. Hans U. GUMBRECHT, Uma rápida emergência do “clima de latência”. In *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

Valdeí Araujo destaca que juntamente com a abertura de um campo de experiência marcada pela modernização do conceito de história associa-se a descoberta da existência de climas históricos naquilo que denomina através de Gumbrecht, como a segunda cascata de modernidade. A partir deles, os homens do início do XIX acreditavam poder se relacionar com o passado em termos de apresentação e representação destes climas, e assim, passaram a criar estratégias no objetivo de se relacionar com o passado (Cf.: ARAUJO, 2009).

Desta forma, o período de 1822 até a década de 1830 consolidará um novo cenário, o nacional, que já não poderá ser completamente resolvido nos quadros da ilustração tardia, surgindo ao longo da década de 1830 novos modelos que organizarão em termos nacionais a identidade brasileira. Procuramos neste artigo entendermos a conjuntura política que se coloca ao período regencial, partindo da abdicação de Dom Pedro I, no dia 7 de abril de 1831, sem abandonar os momentos que antecedem e de certa forma organizam as tensões presentes no contexto pós-Abdicação. Procuramos, dessa forma, pensar o período regencial pós-Abdicação além do político ou da reconstrução de seus movimentos, mas também no âmbito conceitual, das relações que as narrativas nos periódicos expressam em relação ao tempo histórico, assim como suas relações com o passado brasileiro e sua vinculação ao português.

Acreditamos nesse sentido na existência de argumentos nos periódicos que mobiliza passado e futuro instaurando uma espécie de disputa pelo significado do passado nacional. Todavia não atribuo a instauração de uma disputa pelo passado como algo que emerge estritamente no momento da abdicação, mas como uma disputa que se coloca de forma distinta aos eventos anteriores, com sua fisionomia própria e características específicas, dada as mobilizações políticas que preparam a Abdicação, assim como seu momento posterior, estendendo-se até a morte de Dom Pedro I em 1834.

Imprensa e aceleração

O papel desempenhado pela imprensa periódica, assim como a crescente expansão dos impressos⁵, é fundamental para a compreensão do movimento das disputas políticas que se colocam antes e após a abdicação de Dom Pedro I. Valdei Araujo destaca, que “a expansão da imprensa revelava uma dimensão ocidental ou mundial da história que deveria ser controlada para a tomada de decisões, fossem elas pessoais, comerciais ou políticas” (ARAÚJO, 2011:

⁵ Um dos principais fatores que exemplifica tal aceleração e multiplicação dos impressos no Brasil, na primeira metade do século XIX, pode ser notado através de uma análise e pesquisa das datas de fundação dos periódicos do período, notando assim sua multiplicação e expansão. Os fatores e ambiente que proporcionaram tal expansão não contempla no momento nosso objeto de análise no presente artigo. Para tal, ver: NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). **Livros e impressos: retratos do Setecentos e do Oitocentos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

281-303) ⁶. Consideramos que as ações e importância dos impressos como condição de possibilidade para a manutenção da política não surge estritamente no ambiente do Sete de Abril, mas em momentos anteriores, que preparam de certa forma os movimentos e ações políticos. Já em 1827 o periódico “*Aurora Fluminense – Jornal Politico e Litterario*” ⁷ em sua primeira edição destaca:

Tais são os princípios, e tal é a profissão de fé dos, que se puseram à frente desta empresa literária. A liberdade da imprensa, que se acha proclamada no Brasil, é a arma poderosa, que nossas ainda jovens e débeis mãos, devem aprender a manejar com destreza, para lutarem contra o despotismo, e contra o governo absoluto⁸.

Os periódicos nesse ambiente, “não se colocavam como meros veículos, mas como mecanismo de participação política, espaço de produção de referências e campo de embates simbólicos” ⁹, que criaram a possibilidade de politização e aceleração do debate político. A possibilidade de utilização da imprensa como “*arma poderosa*”, assim como a necessidade do aprendizado para manejá-la, caracteriza a forte necessidade de sua utilização como condição para a intensificação do debate. Desta forma, os homens que se colocam frente à imprensa, reivindicam-se como portadores da responsabilidade de mediação e intensificação de tais movimentos, na busca da produção de uma distância histórica com o passado.

Januário da Cunha Barbosa, em 1830, destaca em seu texto para o periódico *Império do Brasil: Diário Fluminense*, que “a civilização marcha prometendo-nos um futuro mais desassombrado: o Governo tem dado provas de que respeita a opinião pública” ¹⁰. Tal afirmação de Barbosa aponta para as imagens de uma aceleração do tempo que estava em curso, necessárias em um contexto que se preparava para uma ação de ruptura na cena pública. A marcha descrita por Barbosa evidencia dessa forma, a movimentação por um progresso e pelo distanciamento de um passado não mais desejado, apontando a necessidade de ação, e de uma marcha que aponta para um futuro mais desassombrado, que não mais se

⁶ ARAUJO, Valdei Lopes de. “Observando a observação: sobre a descoberta do Clima Histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820” In José Murilo de Carvalho & Adriana Pereira Campos (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 281-303

⁷ Destacamos que os periódicos aqui utilizados estão disponíveis no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que os seguintes trechos foram transcritos para a língua portuguesa atual, no objetivo de facilitar o aprofundamento e leitura dos mesmos. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>>.

⁸ BNRJ. SPR. *A Aurora Fluminense: Jornal Politico e Litterario*. Rio de Janeiro, n.1, Sexta-feira, 21 de Dezembro de 1827, p. 2.

⁹ Cf. Marco MOREL. *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/redememoria/periodicoxix.html>> Acessado em: 08 de Agosto 2013.

¹⁰ BNRJ. SPR. *Império do Brasil: Diário Fluminense*. Rio de Janeiro, n.96, Sexta-feira, 01 de Maio de 1830.

vinculasse ao despotismo e ao Antigo Regime. A metáfora utilizada por Barbosa, ao se referir a uma marcha da civilização, aponta de certa forma para possibilidade e intuito de uma negação de seus adversários políticos, assim como para uma disputa pelo passado que estava em pauta.

A pressão e movimentação de uma retórica impressa que viabilizasse as disputas políticas contra o absolutismo e o despotismo refletem o “tão desejado clima de continuidade entre os acontecimentos europeus e brasileiros” (ARAÚJO; SILVA, 2011: 75-95).¹¹ Tais movimentos supracitados, trazem a tona o clima de transformações que se estende desde a Revolução Francesa, encontrando espaço no contexto da Independência e intensificando-se com as Revoluções de 1830, principalmente a do caso francês, conhecida como Jornada Gloriosa de Paris¹². Pensando para além de uma continuidade entre os acontecimentos, podemos destacar a presença de um forte desejo de sincronização, de adaptação de tais eventos ao ambiente brasileiro que se formava. Neste sentido, Gumbrecht destaca que:

Há uma noção de início da Idade Moderna que, enfatizando acontecimentos famosos como a descoberta do Novo Mundo ou a invenção da imprensa, subsume os movimentos e as mudanças que criaram a impressão de “deixar para trás” o que fora até então chamado de ‘Idade das Trevas’ (GUMBRECHT, 1998: 9-32)¹³.

Ainda que Gumbrecht esteja se referindo a uma “noção de início da Idade Moderna”, com eventos que não se colocam à época que estudamos no presente artigo, vale destacar que a invenção da imprensa é fundamental para a compreensão dos movimentos que se desdobrarão até o século XIX, cooperando para uma aceleração do tempo que se estabelecerá através de uma cultura impressa, e se intensificará durante o presente século. Uma de nossas hipóteses é que a imprensa, no sentido colocado por Gumbrecht, reivindica-se como produtora e agente intensificadora de uma aceleração¹⁴ necessária e inevitável, que se apresentará na espécie de um laboratório das práticas políticas. Deixando para trás, não mais

¹¹ Cf. ARAÚJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia Historia*, Nº. 45, 2011, pp. 75-95.

¹² Para um contexto dos movimentos que preparam a abdicação e os momentos posteriores a ela ver: Marco MOREL. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. Citamos acima uma aparente longa duração que se apresenta de forma rasa em um primeiro momento, o objetivo de sua citação é do destacarmos de forma pontual os eventos que influenciam tais movimentos nos momentos anteriores e posteriores à Abdicação de Dom Pedro I, sem abandonarmos as publicações que se colocam entre eles.

¹³ Cf. Hans Ulrich GUMBRECHT. *Cascatas de Modernidade*. In: Modernização dos Sentidos. São Paulo: Ed. 34, 1998. pp. 9-32.

¹⁴ A ideia de aceleração do tempo e de um momento de intensas transformações políticas que se colocam e agem sobre entes fundamentais, gerando um forte clima de instabilidade é pensado por Reinhart Koselleck, como já citado acima.

uma “Idade das Trevas”, mas um passado português que ainda que estivesse presente já não era mais desejável, como discutiremos a frente.

A imprensa periódica reivindica dessa forma seu estatuto de mediadora e porta-voz de uma civilização, pressupondo a existência de uma forte relação de disputas pelo passado em um presente que se dilata, apresentando-se de forma instável e acelerada, que já não permite a captação de seus sentidos. Araujo ao se referir à emergência de uma cultura histórica que tinha como seu principal veículo o jornal, assinala que “um dos efeitos nem sempre notado dessa expansão do impresso, e particularmente a dos jornais, foi a forte sensação de aceleração do tempo que caracteriza a modernidade” (ARAUJO, 2011: 281-303) ¹⁵.

A forte sensação de aceleração do tempo descrita por Araujo possibilita entre os homens do XIX uma necessidade de mediação da distância histórica, onde no mesmo texto o autor destaca que os articulistas dos jornais agem na tentativa de afirmarem o papel fundamental dos periódicos, o de “resumir e guardar os principais fatos do tempo, constituindo-se ora como uma história do tempo presente, ora como uma espécie de arquivo ou anais” (ARAUJO, 2011: 281-303). Tal empreendimento denota a crise de sentidos e representação então vigente, que se transpõem do cotidiano para os periódicos, onde o turbilhão de novos eventos que eclodem no final do século XVIII impossibilitam a apreensão do presente através de exemplos do passado, nos moldes do *topos* ciceroniano da *Historia Magistra Vitae*, descrito por Koselleck ao citar Cícero, onde “a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador” (KOSELLECK, 2006: 41-60).¹⁶ A história, no sentido exposto por Koselleck se afasta de seu caráter pragmático, onde o *topos* ciceroniano sofre certa dissolução no interior de um Estado moderno em transformação. O mundo moderno e sua aceleração esgotam as possibilidades de apropriação e apreensão do presente através de exemplos do passado, exigindo assim uma nova dinâmica para sua compreensão. Os periódicos no sentido supracitado adquire papel fundamental na emergência de uma história do tempo presente, onde a impossibilidade de se aprender com passado e utilizar seus modelos para ação gera a necessidade de registro do presente, através de anais, arquivos ou até mesmo em periódicos.

¹⁵ ARAUJO, Valdei Lopes de. “Observando a observação: sobre a descoberta do Clima Histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820” In José Murilo de Carvalho & Adriana Pereira Campos (Orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 281-303.

¹⁶ Cf. KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. In: *Historia Magistra Vitae*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006. pp. 9-32.

Uma segunda hipótese a qual nos propomos, é a de que os periódicos agem como força centrípeta e centrífuga no contexto da Abdicação, portadora de uma força que se desdobra não somente no âmbito da circulação dos periódicos, mas que refletem o forte caráter de instabilidade política. Neste sentido, os periódicos são portadores de uma dinâmica própria e de certa multivalência, pois, na medida em que age e articula o corpo de eventos que se colocam, também é ultrapassada por eles, que impõem sua dinâmica nas publicações.

A ideia de uma força centrípeta que se revela ao mesmo tempo como centrífuga nos periódicos, é resultante das forças dos eventos exteriores que atuam sobre o corpo de suas publicações na medida em que os ultrapassam, gerando assim uma aceleração em seu interior, impulsionando-o a reivindicar-se como mediador de uma sociedade. Podemos reforçar a perspectiva de uma força centrípeta, no sentido em que ela converge para si tais valências e movimentos, ao mesmo tempo em que as amplifica para um mundo que é externo ao seu. Em uma sociedade que vive uma forte crise de representação, essa instabilidade acaba convergindo na imprensa e se potencializando. Um trecho de “*Aurora Fluminense*” do dia oito de abril de 1831 exprime o estatuto de mediação reivindicado pela imprensa:

"O Brasil, tornamos a dizer, não quer a desordem, não dará jamais ouvido a desorganizadores; mas dá-los-á sempre a Cidadãos corajosos, que velam pela sua prosperidade, e que pela imprensa lhe descobre as tramas de seus inimigos (...)"¹⁷

As tensões existentes nos periódicos e sua necessidade de agir como mediador de uma sociedade representam o momento e o clima que se apresenta, onde diversos interesses e situações se colocam no interior de um Estado Nacional em construção e sua necessidade de consolidar-se. A imprensa periódica mais uma vez se apresenta como possibilidade para a mediação e intensificação política e de luta contra o despotismo. Neste sentido, é possível pensarmos que os atores políticos que se colocam frente à imprensa, reivindicam e percebem no interior de tais movimentações, que o problema dos climas ou atmosferas são passíveis de serem representados, seja através da imprensa como no caso supracitado, ou a partir de outros meios. Reconhecemos que o problema dos climas históricos e sua compreensão carecem de uma análise mais abrangente, que procure entendê-lo em sua maior complexidade, impossível de descrever nos limites do permitido.

Todavia, o presente artigo procurou compreender brevemente, como que as narrativas expostas nos periódicos representam e interferem no cenário político da época, gerando um

¹⁷ BNRJ. SPR. *A Aurora Fluminense*. Rio de Janeiro, n.469, 08 de Abril de 1831.

clima de instabilidade e aceleração do tempo, refletida pelos periódicos ou pelo mundo externo ao deles. Outros pontos que buscaremos discutir como continuidade ao projeto de pesquisa e ao presente artigo, são as formas de disputas pelo passado representadas em tais periódicos, a necessidade de deixar para trás um passado português não mais desejado, assim como as representações do conceito de história no referido período presente nos periódicos. A necessidade de compreensão de tais questões mostra-se fundamental para o aprofundamento e contribuição ao estudo de um momento de intensas transformações e ruptura na cena pública.

Bibliografia utilizada até agora

ARAÚJO, Valdei Lopes de; SILVA, Weder Ferreira da. Fragmentos de um periódico perdido: a *Sentinela do Serro* e o sentido da “republicanização” (1830-1832). *Varia Historia*, Nº. 45, 2011, pp. 75-95.

_____. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c.1820. In.: CARVALHO, J.M. & CAMPOS, A.P. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2009, p. 281- 303.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Modernização dos sentidos. São Paulo: Ed. 34, 1998.

_____. Uma rápida emergência do “clima de latência”. In.: *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010a.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto. 2006.

MOREL, Marco. O período das Regências (1831-1840). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EduFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

NEVES, Lúcia Maria P. das (org.). **Livros e impressos**: retratos do Setecentos e do Oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

Norbert Elias e a corte portuguesa

Luciano Cesar da Costa

Infelizmente, sociologia de Norbert Elias teve seu reconhecimento relativamente tardio. Sua primeira grande obra, *O Processo Civilizador*ⁱ, foi publicada apenas em 1939 e permaneceu pouco traduzida ao longo de boa parte do século XX. Contudo, o mesmo não se pode falar em relação às últimas três décadas, sobretudo a partir dos novos matizes das ciências sociais após os anos 1970. Vemos que a obra de Elias pareceu ressurgir nesse novo contexto. Esse trabalho insere-se nessa pretensão, isto é, mostrar a contribuição de Norbert Elias para as humanidades, e acima de tudo, para o conhecimento histórico. A hipótese central defendida é a de que o modelo de sociedade de corte e sua perspectiva sobre o processo civilizador são de grande validade para o arcabouço teórico de outros estudiosos da época moderna, contudo, sua aplicabilidade deve ser testada em uma conjuntura empírica específica, em nosso caso a sociedade portuguesa de corte de fins do século XVII.

Assim, o ideal é instrumentalizar a obra de Elias. Evidente que, como qualquer instrumento, este também apresenta seus limites. Começaremos explicando o modelo de corte eliasiano. A sociedade de corte seria para Elias o produto de uma mudança de *hábitus*, a passagem do guerreiro medieval para o nobre cortesão. O conceito de *hábitus* é sem dúvida um instrumental essencial para Elias, emprestado da sociologia clássica, mais aplicado a novos objetos, dentre os quais os mais evidentes são o comportamento e modo de vida dos cortesãos franceses, sendo que entendo por *hábitus* aquele modo de proceder e agir de um determinado segmento social. Assim, devemos avaliar como Elias entende essa transição do guerreiro para o cortesão. Sinteticamente, podemos dizer que a curialização ocorre quando uma determinada família consegue ter a posse de uma extensão maior de terras e uma vasta rede clientelar, de tal forma que nenhuma outra família rival consiga desafiar seu mando de maneira direta, ao mesmo tempo em que este senhor mantém todos os membros de sua família atuando em funções administrativas.ⁱⁱ Logo, as rivalidades não se manifestam apenas na força da soberania central daquele que tem um exército, mas dentro da própria casa dos Capetos, a primeira grande casa dinástica francesa. É a

partir desse momento que os conflitos não ocorrem mais para acabar com o governo monopolista, e sim para decidir quem vai controlá-lo. Logo, esse governante monopolista começa a impor restrições ou satisfazer suas inclinações com precedência sobre os demais.ⁱⁱⁱ Entretanto, a formação de uma teia humana cada vez mais vasta tende a limitar o poder de decisão do rei, ou ao menos constrangê-lo, formando um jogo de interdependências. Ainda que exista um monopólio, aquela sociedade tem uma livre competição, restrita, evidentemente, pela possibilidade de acessos aos recursos. Em suma, o monopólio da força vai sendo substituído por um monopólio de oportunidades que prescrevem uma rede de sujeitos interdependentes. Essas interdependências se manifestavam frequentemente por meio de conflitos de precedência, isto é, na disputa entre os nobres pela proximidade com o rei em uma determinada cerimônia da monarquia, de tal forma que esta cerimônia funciona como uma maquete de todo o edifício social. Portanto, iremos analisar quando esses conflitos de precedência ocorriam entre nobres portugueses, e mais especificamente, quando esses conflitos relacionavam-se com jogos ou duelos, sempre utilizando como instrumental a obra de Elias.

O caso mais emblemático de sociedade de corte seria a monarquia francesa, seguido pelo caso inglês. Note-se que essa tônica comparativa está presente em toda obra de Elias. Nos livros *Os alemães* e *Mozart, a sociologia de um gênio* o autor foca no processo civilizador alemão, enquanto o caso francês fica por conta dos dois volumes do *Processo Civilizador* e da obra *A Sociedade de Corte*, por fim, temos a sociedade inglesa que está a cargo da obra coletiva escrita com outro sociólogo Eric Dunning, *Desporto y ócio. En el proceso de la civilización*.

Neste ponto, iremos analisar o papel do jogo nas sociedades modernas, e sobre como também eles prescreviam conflitos. Uma memória frequente em relação à infância da maioria das pessoas é a cena de cachorrinhos parecendo brigar, mas que na verdade estão apenas brincando. Essa recordação simplória alerta-nos para a complexidade do ato de brincar. Aqueles pequenos cães procuravam satisfazer certas necessidades, afiar os dentes de leite ou mostrar sua afetividade. Se para os caninos o ato de brincar representa algo, o que falar da espécie humana? Como nos lembra o historiador neerlandês Johan Huizinga, o ato de brincar comporta para cachorros, crianças e adultos a presença de algum significado além do jogo em si. E aí não

contam apenas os elementos biológicos, como na recordação da infância, mas também elementos sociais.^{iv} As sociedades de corte, não apenas aquelas descritas por Norbert Elias, mas todas as que empregam de alguma modo a dimensão do prestígio, conferem grande importância ao jogo.^v Assim, entende-se o prestígio a partir de um significado mais amplo, próximo à honra e à importância social.

Assim, parece inquestionável a relevância dessa obra *Desporto Y Ócio* para a análise posta. Antes de enveredar por ela, é preciso voltar brevemente ao caráter geral da obra de Elias. A universidade alemã estava, ao longo da primeira metade do século XX, dominada por abordagens empíricas e pelo funcionalismo, ambos apresentados de maneira estática. Elias, ao ligar a sociologia à psicologia e a outras áreas, procura acabar com essa formulação, valorizando a dimensão teórico-metodológica na chamada escola “Leicesteriana”.^{vi} Novamente, o plano teórico dos artigos contidos nessa obra coletiva escrita por Elias e Dunning enquadra-se nessa formulação geral, por sua vez relacionada ao processo civilizador e à formação do Estado, tão estudado pelo sociólogo alemão. Cabe ainda destacar que a obra em análise é um ponto de ruptura, pois em geral, a obra de Elias foi pouco aproveitada no mundo anglófono, com a importante exceção deste trabalho em parceria com Eric Dunning.

A questão dos jogos e do ócio é recente na sociologia (seja aquela formulada no livro de 1986, seja na sociologia dos dias presentes). O ponto de partida é entender porque a questão dos jogos e do ócio não era percebida como objeto relevante em termos sociológicos. Apesar de algumas referências esparsas em Weber, esses temas não foram analisados por nenhum dos “três mosqueteiros”, Marx, Weber e Durkheim. Outro argumento utilizado no processo que negava a importância dos jogos para o campo sociológico procurava afirmar que os jogos não relacionavam-se à dimensão econômica, apesar de essencial ao homem. Ora, esse argumento parece hoje errôneo, pois essa crítica não considera a dimensão simbólica do esporte - veja-se as medalhas, os prêmios e o prestígio por ele conferido.

O grande argumento no sentido de valorizar os esportes, bem como a guerra, como objeto sociológico e também histórico, estaria na sua configuração, funcionando como um laboratório natural. Leia-se:

por último, puede usarse el deporte como una especie de laboratorio natural donde explorar propiedades de las relaciones sociales tales como competición y cooperación, conflicto e armonía, que lógicamente y en términos de los valores independientes, parecen alternativas mutuamente excluyentes pero que, a causa de la estructura intrínseca del deporte, se revelan con toda claridad en ese contexto como interdependientes.^{vii}

Ao projetarem os esportes e jogos como maquetes sociais, esses sociólogos apresentam a dimensão do conflito, seguindo duas análises distintas. A primeira defende que o jogo e a guerra são opostos, uma vez que o jogo substitui a guerra; a segunda coloca que o jogo seria o vínculo ideal da guerra, aumentando a dureza e agressividade naquela sociedade.^{viii} Em um dos primeiros artigos da coletânea, “La búsqueda de la emoción en el ocio”, ilustra-se bem o enfoque eliasiano sobre o tema, portanto procurando desconstruir dicotomias, tais como ocio/trabalho, harmonia/conflito. Essa última dicotomia interessa bastante, pois defendemos como postura teórica um meio do caminho entre abordagens orgânicas e conflituosas, o que implica ao mesmo tempo propor uma análise mais global do fenômeno do jogo e da sociedade de corte. O ponto central é entender que os esportes formulam “grupos de tensão controlada”, de tal forma que os impulsos violentos são controlados, e estes mecanismos de controle tendem a avançar conforme uma dada sociedade “civiliza-se” (para usar a expressão de Elias, emprestada de Erasmo).^{ix} Esses grupos de tensão manteriam um constante jogo de interdependências, impedindo a manifestação do conflito de modo mais violento. Competições que implicariam o uso de habilidades físicas, sem serem, entretanto, militares. A ideia é minimizar ao máximo a possibilidade de danos físicos ao oponente.

Portanto, entender o significado social do jogo nesse contexto é de suma importância para sua compreensão mais ampla. Como sabemos, desde o século XIII tem-se jogado por toda a Europa o chamado jogo da péla, permanecendo vivo nos costumes. Veja-se quando, às vésperas da Revolução Francesa, secretamente o rei ordenou o fim das reuniões do Terceiro Estado, levando-o a reunir-se na sala de jogos do palácio, lá permanecendo até a promulgação de uma constituição, fato conhecido

como Juramento do Jogo da Péla. Seja como for, o jogo da péla nutria naquela sociedade um significado que ultrapassava o jogo em si.

Nesse sentido, esse jogo também deixava evidenciarem-se alguns conflitos de precedência no contexto estudado neste artigo, um dos quais ocorrido entre dois partidários da nobreza lusitana seiscentista. Esses conflitos são bem relatados pela cronística da época restauracionista por portuguesa, mais precisamente naquelas crônicas escritas pelos partidários dos irmãos reais, D. Pedro e D. Afonso. Os irmãos disputavam desde a morte do pai a sucessão do reino, e ainda que D. Afonso fosse jurado rei em cortes, mais tarde seu irmão iria assumir a barca do governo como príncipe regente. Lembre-se que essa disputa tinha como pano de fundo a Guerra de Restauração Portuguesa, dando termo a famoso União Ibérica e restabelecendo Portugal como monarquia independente. E dentro dessa disputa dos irmãos reais que se escrevem duas crônicas: *Catastrophe de Portugal* e *Anticatastrophe de Portugal*, a primeira escrita pelos defensores de D. Pedro e a segunda pelos defensores de D. Afonso, somando-se a elas um terceiro conjunto documental: *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, outro valioso conjunto de crônicas.

Voltando aos jogos e seus conflitos de precedência merece destaque o conflito ocorrido entre o marquês de Fontes e D. Antonio, filho do marquês de Minas. A contenda relacionou-se ao jogo da péla, como vimos um motivo de inúmeras disputas, estendendo-se de forma que acabaram os dois feridos. Deu ordem S. A. para que fossem presos, e com a mesma facilidade com que os ânimos acenderam-se, depois acalmaram-se, “não havendo mais razão para a amizade, do que houve para a pendência”.^x

Outro conflito de precedência ocorreu entre duas importantes figuras da corte, o valido de D. Afonso VI e o mordomo-mor do infante D. Pedro. A posição de valido apresentava grande papel na sociedade moderna, e Castelo Melhor possuía o cargo de escrivão da puridade. No mesmo sentido, teria grande destaque o cargo de mordomo-mor, estando no topo da hierarquia da Casa Real. Assim, a briga que se segue era, no jargão popular, “briga de cachorros grandes”. D. Rodrigo de Meneses, mordomo-mor

do infante, era um nobre importante na corte e teve papel essencial na formação da Casa do Infante, e assim gerou grande influência no arbítrio de D. Pedro. Como sabemos, os condes nomeados para a Casa do Infante (conde de S. João, conde da Torre, conde de Aveiros e conde de Vila-Maior) não eram aliados diretos de D. Rodrigo, contudo, todos aliançaram-se frente à ameaça do conde de Castelo Melhor. Oposição que, para D. Rodrigo já fazia-se presente alguns anos antes no jogo da péla. Observe-se o seguinte trecho: “havia 7 ou 8 anos que o Conde de Castelo Melhor havia tido uma pendência com D. Rodrigo de Meneses no jogo da péla, e com o Conde da Torre, e nela matará o Conde de Vimoso, que era da parte dos seus contrários.”^{xi} Dessa forma, procuravam os condes criados do infante, junto a D. Rodrigo de Meneses, fazer frente a Castelo Melhor. Porquanto Castelo Melhor mais tarde conseguiu que seu irmão Simão de Souza Vasconcellos fosse nomeado governador da Casa do Infante. E logo passou D. Rodrigo a fazer descomposturas juntos aos quatro condes a Simão de Souza, porém não revelou, aos seus amigos de circunstância, seu real intento. Mais tarde, diante da pressão dos condes, Simão de Sousa pediu licença ao rei para se retirar da casa do infante, ao que este nada responde, dando-lhe as costas. E, segundo a fonte, ficou o infante tão ofendido com a retirada que mandou que se dessem tiros em Simão de Sousa, irmão do valido do rei. E assim, passando na frente das cavaliças do Conde de Castelo Melhor indo, para o palácio, Simão de Sousa e o Visconde d`Asseca foram surpreendidos. Levou o visconde duas cuteladas, ficando sem um dos braços, e dispararam dois tiros contra Simão, ferindo seu cavalo, com o qual, não obstante o balaço, conseguiu se evadir. Mandou o rei abrir devassa do caso, chamando os corregedores da corte para assim evitar o escândalo que aqueles tiros tinham causado no mundo cortesão. Não se tendo notícias dos delinquentes, o caso foi sossegado. E o pacato jogo da péla custou a um, o braço, a outro o cavalo, mas a todos a certeza da violência de dos opositores.

Seguindo a descrição dessa fonte, vieram outras. Era comum nas ruas lisboetas o chamado jogo das pedradas, e o pátio dos leões, local de outros exercícios, tornou-se palco para agressividades. Dentro de pouco tempo estava toda a cidade envolvida no jogo, por isso passando-se a defender uma das facções em disputa. Logo, tudo passava à agressividade, como nos indica a *Anticastrophie*: “aquele exercício que em outros tempos, sendo moderado, era primícia do valor, deixando de ser pueril

jogo, quase que era ensaio sanguinário de uma batalha”^{xii}. Evidencie-se na situação descrita a quebra de dois decoros: o primeiro do âmbito cortesão, no qual as regras do jogo deveriam ser respeitadas a fim de preservar aquela ordem estabelecida; e além disso, um jogo ligado ao ócio e à vida distante do labor não deveria torna-se violento, contrariando assim todo comedimento condizente à vida cortesã.

Dessa forma, Norbert Elias, ao analisar o surgimento do desporto na Inglaterra do século XIX, apresenta a regulamentação e a formalização dos esportes como um indicativo do grau de civilidade daquela sociedade. As regras, bem como a presença de árbitros e outros mecanismos, apontam para uma maior sensibilidade à violência física e a conseqüente rejeição a qualquer forma de violência. O autor levanta a hipótese de a pacificação dos jogos relacionar-se intimamente ao controle das pulsões no âmbito político. Logo após o tortuoso século XVII inglês, repleto de conflitos de sucessão e violência, os nobres ingleses encontraram uma forma de convivência pacífica, respeitando aquelas diretrizes sancionadas pelo parlamento. Ora, se a pacificação interna relaciona-se ao surgimento de regras mais rígidas para uso da violência nos jogos, no Portugal Restaurado, onde as incertezas políticas predominavam, deveria-se apresentar um certo grau de desregulamento em seus jogos. Pois bem, não seria esse o caso do jogo das pedradas, ou do próprio jogo da péla. A hipótese mais procedente seria que as hierarquias fluidas e as incertezas políticas manifestavam-se também no espaço lúdico da péla e da pedra, como os conflitos entre o marquês de Minas e o marquês de Fronteira, e entre o conde de Castelo Melhor e D. Rodrigo de Meneses.

Norbert Elias, ao longo de sua obra, defendeu que a monarquia francesa do século XVII chegava ao ápice de um processo de controle das pulsões, no qual os nobres curializavam-se, abandonando sua função militar. A hipótese central defendida é a de que a corte portuguesa, repleta de conflitos políticos, apresentava uma hierarquia sensível. Em decorrência dessa configuração, nem sempre os conflitos sociais conseguiam ser resolvidos de maneira pacífica, e essa não pacificidade mostra algo especial do “processo civilizador” português, se adotarmos a expressão de Norbert Elias. Ora, até aqui debruçamo-nos sobre os jogos e os duelos. Procuramos mostrar o quanto esses elementos prescreviam conflitos de precedência, e por vezes

esses nobres perdiam o controle das pulsões e adotavam posturas mais violentas, manifestas nos duelos.

Assim, esse autocontrole manifestava-se em todos os aspectos da vida cortesã: guerra, paz, festas e, é claro, política.

Como vimos, na guerra moderna os combatentes não deixavam de ser nobres, e por isso mesmo estavam acostumados a um *modus operandi*. Desse modo a batalha imbuía-se de um cunho cerimonial e simbólico. Fazendo frente à invasão castelhana, estava a cavalaria liderada pelo conde da Torre, e logo recebeu ordem D. João da Silva, tenente-general, de ir assistir a este conde na defesa do reino. Lá chegando, recebeu ordens do conde para fazer a retaguarda e segurar o inimigo, enquanto o mesmo não ia em sua ajuda. Por fim, a ajuda do conde não veio, ficando então as palavras do conde da Torre contra as de D. João da Silva. O tenente-general logo angariou outros soldados para sua defesa, tendo em vista sua origem mais vil, e assim juntaram-se à sua causa D. Luis de Menezes e o importante marquês de Marialva, antes conde de Cantanhede. O conflito se alargou e, em certo momento, saindo da barraca do marquês de Marialva, D. Luis de Meneses (conde de Ericeira) encontrou com o conde da Torre

e sem tirarem os chapéus um ao outro lhe disse: ‘Bem obráis para que se fale de vós. Disseram-me que tendes mostrado uma carta de D. João da Silva, que o desculpais, e pondeis em duelo sua defesa. D. Luiz de Meneses lhe disse que sim, e que o havia feito, e faria, todas as vezes que se oferecesse.

Puxou então o conde da Torre pela bengala e “lhe deu com ela pela cara”, não antes de falar-lhe algumas palavras indignas de sua pessoa. Procurando defender-se, D. Luis de Meneses acabou ferindo-se com sua própria espada, após embaraçar-se nos cabos da barraca, e se não fosse por um mestre de campo que reteve o conde da Torre, o conflito teria sido mais sangrento. O nobre ferido acabou acudido por um cirurgião na barraca do marquês de Marialva. Contudo, o conde de Ericeira decidiu calar-se sobre essa ação e sobre a bengalada que levava, afirmando apenas ter-se ferido sozinho. Desse duelo, ainda que vencido, saiu vitorioso o conde de Ericeira, calando-se sobre a situação. Como mostra a fonte: “E bem se deu a conhecer nessa ocasião, que os duelos não são quanto os querem fazer, e ordinariamente, os que de coisas pequenas, vem ficar com maiores manchas na opinião.” E assim, perdeu o conde da

Torre boa parte de seu crédito, enquanto no plano de batalha o avanço sobre Badajoz mostrava ao povo, e às demais monarquias europeias, que a guerra portuguesa não era apenas defensiva.^{xiii}

Apesar dessa contenda, o marquês de Marialva e os condes de Ericeira e da Torre estavam no mesmo partido da nobreza, contra o valimento do conde de Castelo Melhor. Some-se ainda que o marquês de Marialva era irmão de D. Rodrigo de Meneses, enquanto o conde da Torre era camarista do infante. E todos estes manifestavam sua prontidão para a guerra.^{xiv}

Se as contendas da guerra geravam inimizades entre os nobres, também produziam laços de solidariedade. Estando todos reunidos no Conselho de Estado e tendo deliberado sobre prestar socorro à cidade de Elvas sob ataque castelhano desde 1658,^{xv} falaram muitos cavalheiros, para que “os senhores D. Luiz de Meneses, e o Conde da Torre se deem as mãos, e sejam amigos, renovando a antiga amizade.”^{xvi} Ante essa resolução, ficaram amigos como antes. E os ditames da guerra contra um inimigo comum suavizaram o conflito entre estes, ainda que a cidade de Elvas fosse perdida. A perda da cidade não apenas gerou grande tristeza em Lisboa, mas certo grau de revolta, falando-se mesmo que o rei, D. Afonso, estava morto na mão de traidores. Tal seria a flama do povo que passou a invadir a casa daqueles considerados culpados, inclusive o próprio marquês de Marialva, que teve alguns dos seus criados mortos. A barafunda só encerrou quando o rei mandou despachar uma tropa de cavalaria para dispersar a multidão. Novamente, o monarca agia como mediador desses desordenamentos na corte.

As contendas ocorridas na corte lisboeta, por vezes, eram ampliadas territorialmente, também envolvendo nobres castelhanos. Assim foi na morte do embaixador castelhano em Portugal. Queria D. Cristovão Manoel, nobre português, comprar alguns itens da mobília do embaixador, acertando os detalhes da compra. E chegando para apanhar os móveis, deu aviso o castelhano de que já vendera os móveis a outra pessoa, tendo como resposta uma bofetada. Puxando o castelhano pela espada junto com seus criados, defendeu-se o português e apartou-se a briga. Outro duelo ocorreu na cidade de Cádiz, quando um cavaleiro da ordem de S. Tiago, de nome D. João de Vila Marin, “desafiou a outro do mesmo lote sobre um lugar na comédia”. E o cartel desafiou o castelhano para um encontro no campo de São Braz, em Portugal.

E deliberaram muitos senhores castelhanos se o castelhano deveria aceitar um desafio em terras lusas. E ainda que a fonte não trate do desfecho do duelo, fica claro que ambas as sociedades, castelhana e portuguesa, percebiam o duelo como procedimento devido.

Também as mulheres eram causas razoáveis de duelos, e assim, desempenhavam grande papel político nessas sociedades. Em certo momento, estavam no pátio das comédias o filho do conde do Prado e Miguel, irmão do marquês de Fontes. E sentadas, na arquibancada acima, algumas senhoras. Pelo “acaso ou indústria”, caiu da mão de uma delas uma rosa. E logo “querendo um e outro exceder na estimação da dona e no merecimento do favor, se descompuseram e se castigaram, ficando ambos feridos, e o pior tratado o filho do Prado”.^{xvii} A briga não teria tido maiores consequências se por conta dela o conde do Prado não tivesse atrasado sua partida como embaixador extraordinário em Roma.

Por fim, vale lembrar que esses duelos marcavam o não cumprimento do processo de curialização dos nobres, implicando uma reação do poder régio a esse desmando. Destarte, logo saiu uma pragmática sobre a questão, cito:

Saíram duas pragmáticas, uma sobre os trajés, outra sobre os desafios, ambas rigorosas e com graves penas, que andavam impressas; mas não sei como se observavam, que bem antiga lei é a que proíbe os desafios, e não se pôr em execução, que bem disse o outro decreto que as leis eram teias de aranha em que se prendiam moscas e nunca ficavam aves, porque estas rompem a rede, para elas fraca, e aquelas, que por fracas não rompem, ficam. As leis não valem mais por novos, senão por observadas; o acrescentá-los aumenta o desprezo; alma do respeito foi sempre observância, porque em tanto dura o respeito, enquanto dura o medo.^{xviii}

A pequena citação é expressiva de dois elementos: da evidente preocupação com esses desafios, e da referência à ancestralidade dessa prática, de uma norma, segundo parece, já antiga no reino, ainda que não aplicada. Ainda assim, quando a lei era de fato respeitada, quase sempre as punições abarcavam as “moscas” e nunca as “aves”, ou seja, aqueles homens de maior estirpe não eram alcançados. Ora, essa informação comprova dois elementos. Primeiro, o o frágil aparato legislativo no qual assentavam-se sociedades de Antigo Regime como a portuguesa. Algo concernente à hipótese de que as sociedades pré-capitalistas tinham um aparato legislativo frágil, inviabilizando a ideia de que essas desigualdades fossem sancionadas pela lei, pois afinal a desigualdade no Antigo Regime português relacionava-se ao nascimento, ao

sangue. O segundo, por sua vez, refere-se à necessidade de controle por parte do monarca desses desarranjos sociais, sempre mediando conflitos. Concluindo, esses duelos e batalhas corpóreas manifestavam o não regulamento das pulsões condizente à vida cortesã, pois o mundo cortesão português nos anos subsequentes à Restauração estava essencialmente repleto de conflitos, de precedência ou não, e dentre eles os duelos são apenas mais um exemplo da conflitualidade inerente a esse corpo social.

ⁱ Norbert Elias. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

ⁱⁱ Norbert Elias, Op. cit., v.2., p. 120.

ⁱⁱⁱ Norbert Elias, Op. cit., v.2, p. 100.

^{iv} Johan Huizinga. *Homo Ludens*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

^v Norbert Elias; Eric Dunning. *Deporte y ocio. En el proceso de la civilización*. Madrid: Fondo de Cultura, 1992.

^{vi} Elias vai formular a chamada teoria “desarrolista”, desenvolvimentista. A ideia central é abandonar os estudos meramente empíricos, centrando-se em questões teóricas, e afastando as dicotomias tradicionalmente formuladas por outras teorias sociais (ócio/trabalho; harmonia/conflito). Outro dualismo com o qual Elias procura romper é o existente entre a sociologia e outros campos do saber social, especialmente a psicologia. Essa filiação fica evidente nos correntes usos que Elias faz dessa disciplina. Sempre procurando formular uma síntese mais adequada aos objetos de estudo. Os seres humanos interagem em três níveis: orgânico, inorgânico e humano-social. Cada um desses níveis apresenta certo grau de regularidade, de onde se subtraem leis gerais. Entretanto, essas leis gerais só podem ser formuladas em fenômenos que ocorrem mais lentamente. Nesse caso, entender o processo é mais importante que formular leis gerais. Daí decorre a grande dificuldade, porque os fenômenos humanos-sociais ocorrem em grande velocidade, a solução imediata é observar um determinado fenômeno de forma estática, o que implica em consequência negativas para o conhecimento social. Elias resolve a questão adotando os conceitos de “seres humanos abertos” e “figuração”: no primeiro vemos que Elias entende os seres humanos como abertos em termos de relacionamentos, defendendo que as pessoas são interdependentes, ligadas em diversos níveis e de várias maneiras; o segundo, por seu turno, refere-se às ações de uma pluralidade de pessoas interdependentes que formam uma estrutura, tal como os eixos de tensão, os sistemas de classes e estratificação, esportes, e crises econômicas. Em suma, o que Elias pretende é formular uma teoria que dê conta da complexidade social, sem enquadrá-la em dicotomias ou analisá-la de forma estática, sem perceber os processos sociais, e as diversas características imanentes a esse processo. Cf. Norbert Elias; Eric Dunning. Op. cit.

^{vii} Norbert Elias; Eric Dunning. Op. cit., p. 15.

^{viii} Norbert Elias; Eric Dunning. Op. cit., p. 13.

^{ix} Norbert Elias; Eric Dunning. Op. cit., p. 33.

^x Damiano Peres. Op. cit., v.2, p. 120.

^{xi} Camillo Aureliano da Silva e Souza. *A Anti-Catastrophe: historia d'elrei d. Affonso 6. de Portugal*. Porto: Tipografia da Rua Formosa, 1845, p. 68.

^{xii} Idem. p. 29.

^{xiii} Cf. Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier; Pedro Cardim. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 103.

^{xiv} D. Luis de Meneses, Conde de Ericeira chegava mesmo a retirar de seus rendimentos vultuosas quantias que distribuía pelo homens e soldados mais valentes. Cf. Camillo Aureliano da Silva e Souza. Op. cit., p. 164.

^{xv} Note-se que o avanço português foi acompanhado de uma tentativa de avanço dos castelhanos, o Conselho de Portugal, órgão da administração dos Felipes voltado para Portugal. O órgão estava desativado desde 1639, e foi reativado em 1658, a objetivo era retomar Portugal, tal como tinha

ocorrido com a Catalunha, alguns anos antes. Cf. Pedro Cardim e Ângela Barreto Xavier; Pedro Cardim. *D. Afonso VI*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008, p. 103.

^{xvi} Camillo Aureliano da Silva e Souza. Op. cit., p. 143.

^{xvii} Damião Peres. (Ed.) *Monstruosidades do tempo e da fortuna*. (1662-1669) Porto: Companhia Editora do Minho Barcelos, 1938, v.1., p. 132.

^{xviii} Damião Peres. Op. cit., v.1., p. 89.

O Cinema e a Grande Guerra: a arte do cinematógrafo como instrumento da velocidade

Maurício José de Sousa Júnior*

Comumente se utiliza o cinema na pesquisa como fonte sendo um objeto de linguagem que representa ideologicamente a guerra. Percorrendo o caminho entre o desenvolvimento da linguagem e as peripécias dos realizadores para acharem os melhores ângulos para as filmagens, os filmes ilustram o que os historiadores pretendem demonstrar da realidade social de um conflito. Pouco se refaz um percurso em que evidencie o cinema como objeto da máquina industrial-militar atuante nas primeiras décadas do século XX.

Paul Virilio busca este caminho. Como filósofo, iniciando sua carreira como arquiteto e urbanista, o francês enxerga na arte do cinematógrafo um aliado especial não só em projeções nas telas como um trabalho ideológico, mas também como parte do maquinário dos estados militares no contexto da Primeira Guerra Mundial. Observadas como peças de uma engrenagem ideológica, também como peças materiais de uma engrenagem um tanto maior, e peças no golpe na percepção da realidade. Não só como efeito de distorção ideológica, mas como distorção de tempo e espaço, distorção da percepção de profundidade de um objeto. A velocidade metabólica provocada pelo maquinário de guerra é também a velocidade com a qual atinge as luzes lançadas às telas nos olhos dos espectadores. Um ataque lançado à percepção do indivíduo sobre a realidade que o põe em contato com a cena de um conflito que estende seus braços pelas esferas mais afastadas do front, interligando o universo das coisas à guerra.

Esse desenvolvimento paralelo com a técnica cinematográfica e a guerra estabelece uma relação intensa e de mão-dupla. Buscando-se vitórias no campo do conflito, essas mesmas precisam da conquista nos “corações e mentes”, passando tanto pelo campo da luta como por imagens. A evolução histórica do cinema desde os irmãos Lumière, materialmente e como linguagem, passa pelas inovações da “arte militar” aplicadas nas guerras do século XX.

Pontualmente o autor refaz o caminho de algumas invenções materiais do cinema, que refletiram em alterações no campo da linguagem, possibilitando significativamente em transformações nas maneiras de contar uma história, de narrar uma trama. O uso da câmera de

* Mestrando pela UFU

filmar, das fotografias, eram constantemente adaptadas para utilização no campo militar, mesmo antes de se dar o início da guerra de 1914. É neste ambiente vivido pela intensidade das máquinas que guarda os segredos que definem as estratégias e as batalhas. Já não é mais a intensidade da velocidade humana. Há muito esta havia sido ultrapassada. E nesse jogo as simulações, camuflagens, tentam preservar a integridade das estruturas da guerra que cresciam em tamanho e volume: “*como as baterias de artilharia, estradas de ferro, estações de triagem, e, finalmente, cidades inteiras, graças a inovação do blecaute, resposta tardia à “guerra de luz” de 1904.*” (VIRILIO, 2005, p.171)

Assim a arma de luz, inaugurada na projeção dos holofotes na guerra russo-japonesa em 1905, no *fort de Port Arthur* encontra na Primeira Guerra Mundial o ponto de intersecção e se funde com a máquina da guerra, assim como aconteceria com a aviação. Simbolicamente em 1904 acontecia a morte de Etienne-Jules Marey o inventor do fuzil cronofotográfico (esta que projetou a câmera dos Lumière, também das armas de tambor, revólver *Colt*, metralhadora *Gatling*). E o mais significativo é que foi trabalhando no projeto da telemetria de artilharia que Henri Chrétien descobriu as bases do que seria o *cinemascope*¹. O progresso da telemetria, uma arma de guerra, resultou em projeções de filmes sobre as telas. A evolução da radiotelemetria significou o aperfeiçoamento de imagem e de técnicas para a imagem.

No decorrer das ideias de Virilio, nota-se que para a utilização dos armamentos, em conjunto com os acontecimentos que promoveram a invenção do cinematógrafo, atribuir ao mesmo uma separação com a esfera ideológica invalida seu raciocínio. Não há nele uma preocupação em distinguir realidade histórico-social da ficção. Todo o esforço para manter unificada utilização física das armas juntamente da ideológica parece proceder e culminar em uma ideia de um filme de guerra em uma espécie de armamento ou movimento no próprio campo de batalha. Todos esses inventos resultaram na “*expansão do campo de percepção dos conflitos*”. (VIRILIO, 2005: 167)

Essas duas coisas, aparentemente distintas, começam a se unir para Virilio quando passou a existir como força dentro de uma guerra as surpresas técnicas colocadas na esfera prática. Alterando o campo de percepção dos envolvidos nas batalhas e nas salas de cinema. A surpresa tecnológica aparece como matéria que unge o cinema com o desenvolvimento das armas. Essa relação entre a materialidade e imaterialidade e no quanto ela desloca essa

¹ Tecnologia de filmagem utilizada inicialmente pela produtora Fox entre 1953 e 1967. Captada pelas lentes anamórficas, a imagem ganhava o aspecto duas vezes mais largo (2.66:1) que os formatos predominantes no período, que eram iguais aos da televisão (1.37:1).

percepção é descrita no trecho: “*a história das batalhas é, antes de mais nada, a história da metamorfose de seus campos de percepção*” (VIRILIO, 2005: 27) e insiste que “*a guerra consiste menos em obter vitórias “materiais” (territoriais, econômicas...) do que em apropriar-se da “imaterialidade” dos campos de percepção*” (Idem: 27) e nessa conquista imaterial é onde pode-se verificar a pouca, ou inexistente diferença entre os gêneros de filmes, todas as produções transformadas para Virilio em *filmes de guerra*. Dado que eles estão na esfera da surpresa técnica, maneira que se impõe, pelo seu olhar, a lógica de uma arma ideológica em consonância a ação das armas que provocam danos materiais imediatos, visíveis e medidos.

Essa seria a diferença entre os campos de batalhas a partir desse novo elemento nos conflitos, o cinema. O atrelamento do cinema e mesmo sua caracterização como arma de guerra está em sua transformação em aparelho técnico militar-industrial. A incursão deste nas guerras é descrita da seguinte forma:

Na medida em que os modernos combatentes se decidiram a invadir a totalidade desses campos, impôs-se a ideia de que o verdadeiro filme de guerra não deveria necessariamente mostrar cenas de guerra ou de batalhas, uma vez que o cinema entra para a categoria das armas a partir do momento em que está apto a criar a surpresa técnica ou psicológica” (VIRILIO, 2005: 27)

Essa prioridade da velocidade no campo das invenções da sociedade civil são também inventos acoplados aos militares e vice-versa. Todos os inventos militares são para promover a supremacia da velocidade. Esta mesma se equivaleria à riqueza, em comparação a qual Marx trabalhou. Simultaneamente, a velocidade, a riqueza, o poder. A velocidade é uma transformação da técnica e o cinema está vinculado a essa mesma. Em Hollywood as tecnologias avançadas serviram para “*um espaço-tempo sintético*” (VIRILIO, 1993: 20). A alteração no campo da percepção seria imposta pela velocidade incorporada à sociedade civil graças ao cinema. O que incorpora a sociedade que está fora dos campos de batalha, no preparo dos artefatos militares, nas indústrias, enfim, na logística da guerra, ao ambiente da guerra direta, do universo dos disparos, da confusão da percepção, da morte imediata.

O horror e o contínuo explodir dos projéteis e das relações das máquinas de destruição, o impacto da velocidade nos sentidos marca também uma destruição no universo de organização da cognição humana em relação ao ambiente em que ele vive. Marca, assim, a relação entre a percepção da guerra e seus efeitos mais presentes como as explosões, luzes e

artilharias se movimentando. Estes conflitos e essa atmosfera são justamente as exploradas pelas histórias no cinema. E não só elas, como veremos adiante, toda uma relação de luzes, velocidade, modos de utilização da câmera na captação de imagens e atordoamento da visão teriam surgido nos campos de batalha e se alastrado para as telas do cinema. A percepção dos danos seria não só visual como material.

No desenvolver de suas ideias o cinema e a guerra tem sua relação mais explicitada quando estabelecida a participação dos cineastas nos campos de batalha. Sobre o voo dos norte-americanos em Laos, na década de 1960, que se estende como exemplo para um campo de guerra característico do primeiro conflito mundial, o autor diz que “*A partir de então, não mais existe visão direta: no intervalo de 150 anos, o campo de tiro transformou-se em campo de filmagem, o campo de batalha tornou-se uma locação de cinema fora do alcance dos civis.*” (VIRILIO, 2005, p.34)

O campo de tiro era o mesmo que se tiravam as fotografias, que se realizavam as filmagens, onde se esperava obter o maior número de informações graças ao advento do cinematógrafo ao campo de guerra. Com este compromisso D. W. Griffith é autorizado a ir ao front e em sua chegada se “decepciona” talvez pela transformação dos combates em uma forma diferente da qual ele filmou os grandes planos de guerra em “O nascimento de uma nação” (*Birth of a nation*) de 1915. Neste há os movimentos das tropas ensaiados e comandados por assistentes em meios às figurações dos soldados. Griffith e sua câmera ficam imóveis no alto de uma colina enquanto a câmera registra os movimentos cronometrados e exaustivamente preparados pelo diretor. Bandeiras são alçadas enquanto os assistentes observam do “campo de batalha” as orientações de quem tem a visão do plano geral, e a cada direcionamento um movimento é iniciado com seu término cronometrado e as posições a serem ocupadas a seguir. Considerado um sucesso. “*A câmera reproduz as circunstâncias da visão comum, ela é a testemunha homogênea da ação*” (VIRILIO, 2005: 35), mas as ações têm a mesma dinâmica que o cinema sempre se mostrou atento a acompanhar.

Logo em sua chegada à Europa o cineasta Griffith vê outra realidade, para alguns o chamado término da fase romântica das guerras. Ao impacto dessa experiência ele se declara “*muito decepcionado com a realidade do campo de batalha*” (VIRILIO, 2005: 40). A guerra que o cinema realiza estava distante da facticidade dos combates e do que o público espera. A imobilidade e a lentidão dos campos em contraponto com a velocidade dos projéteis inaugurava uma forma inédita de guerra. Uma espécie de iluminação para a revelação do alvo. Se o alvo é revelado, visto, pode ser abatido. Se a iluminação existe em relação ao inimigo, a

ação se dá pela velocidade, tal que foge à realidade do cinema como Griffith e os modernos cineastas das primeiras décadas o concebia. Na mesma medida em que foge aos olhos humanos.

Os cineastas se vêm na obrigação de manipular o tempo e o espaço, já que a velocidade da guerra acarretaria para os acontecimentos a dimensão dessa transformação obtida pelas armas e pela técnica. Os primeiros a compreenderem isso foram os futuristas italianos, com a quebra da lógica euclidiana, da linearidade. Na representação da aceleração do tempo e espaço, Pastrone em seu *Cabiria*, utilizava o *travelling* mostrando que a “*câmera serve menos para produzir imagens (o que afinal pintores e fotógrafos já faziam havia muito tempo) do que para manipular e falsificar dimensões*”. (VIRILIO, 2005: 42)

Essa transformação da noção de tempo e espaço é que havia impressionado Griffith e mesmo o decepcionado diante da sua estimada obra-prima “Nascimento de uma nação” (*Birth of a nation*), em comparação com a obra de Pastrone. As transformações de “*Cabiria*” em perspectiva ao cinema que era realizado antes dessa revolução é descrito no trecho:

Desde as experiências de Marey, o equipamento de filmagem torna-se móvel, o estável substitui o fixo. Mas com Pastrone, o que agora é falso no cinema não é mais o efeito de perspectiva acelerada, mas a profundidade em si, a distância entre o tempo e o espaço projetado... a luz eletrônica da holografia (laser) e da infografia (circuito integrado) viria a confirmar essa relatividade, em que a velocidade surge como grandeza primitiva da imagem e, enquanto tal, como origem da profundidade. (VIRILIO, 2005: 42)

Essa revolução nas imagens e no modo de ver empreendida pelos cineastas preocupados com as inovações nos campos materiais, na tentativa de correr ao lado do que ocorria nos campos de batalha trouxeram mudanças na percepção do real. Alterações sensíveis que promoveram uma relativização da profundidade, sendo esta para o autor, a mais importante transformação cunhada por esses novos equipamentos. A velocidade destrói o tempo e o espaço que se relativizam na profundidade que se dilui com o aceleração da visão sobre os objetos. Uma verdadeira transformação da visão pela velocidade utilizando-se como meio para se impor o cinema. Os equipamentos que promoviam isso eram usados no reconhecimento do campo adversário, sendo estes mesmos os meios responsáveis por quebrar a rigidez das linhas de trincheiras.

Disposta dessa forma fica evidente a noção da dromologia vista nos campos de guerra aplicada no aparelho sensório-motor do homem, invadindo seu campo de percepção por

imagens que não eram antes possíveis de se enxergar. Antes de se entregar a esse universo de velocidade aplicada a todas as coisas que estavam em superioridade, os soldados da primeira guerra colocavam-se em posição de espreita. A guerra, ainda mais sob o ponto de vista da dromologia é um jogo de ocultação de forças com o adversário e os combatentes da Grande Guerra sabiam bem disso quando se enterravam nas trincheiras e tentavam armar uma próxima ofensiva. *“Com a aparição das armas ditas de saturação, como o fuzil automático, a metralhadora ou o canhão de tiro rápido, agora o “fogo decide”, como diz o ditado.”* (VIRILIO, 2005: 167) O famoso ditado conhecido na literatura de guerra prefigura bem a característica desse novo conflito, empurrando os atores da batalha para uma compreensão fora dela. Deslocando a análise para a importância da logística e das linhas de produção. *“Não é mais a disposição das tropas, a rigorosa geometria de seus movimentos no território que decidem os combates, não tão-somente o “poder de fogo”, a balística das armas automáticas.”* (Idem: 167) A partir daí os esforços eram para dissimular as forças das tropas, escondê-las para que nada fosse descoberto de seus movimentos e de sua dispersão. Caracterizando-a, assim como a batalha naval, como o primeiro conflito midiaticizado, por conta da suplantação das armas automáticas sobre as individuais. O enfrentamento físico e direto fora superado pelo aniquilamento do adversário à distância. Praticamente oculto a morte aparece e desaparece instantaneamente evidenciada pelos clarões de tiros e explosões. Então a automação da visão tornou-se um imperativo necessário (mira, telescopia, da aviação na observação do campo de guerra). Para retirar imagem de onde a olho nu nada se via.

O olho mecânico atuando na Grande Guerra buscava a compreensão da tendência do movimento inimigo. Na guerra clausewitziana o campo de operações era o importante, na Primeira Guerra delimitá-lo e escolher a forma das operações, e atribuir aos materiais a importância maior. Outra vertente relevante concentrava-se em:

definir a imagem do enfrentamento para tropas cegadas pelo alcance descomedido dos equipamentos, pela subtaneidade dos tiros indiretos, mas também pelo contínuo desordenamento do ambiente. Daí a multiplicidade de periscópios de trincheira, telescópios e aparelhos de detecção acústica. Embora os soldados da Grande Guerra tenham sido protagonistas de combates sangrentos, eles também foram os primeiros espectadores de um espetáculo pirotécnico, no qual já se reconhecia o seu aspecto mágico e grandioso (VIRILIO, 2005: 168).

Uma guerra total também tem o tempo cronológico que não seria mais interrompido com a variação do dia ou da noite. Que os soldados estavam aprisionados sob uma atmosfera

de terror e paradoxalmente mágica e pirotécnica pela assustadora presença das luzes. Por último essa mesma ditava o tempo cronológico evidenciando o ocultar das linhas do inimigo, desprezando as variações climáticas e o horário adequado para uma determinada operação. Durante a luz natural o esconder das trincheiras presenciava bombardeios constantes preparando a surpresa técnica, um ataque noturno, ou mesmo uma ofensiva, logo em seguida. Nesse ambiente de imobilidade, as coisas pareciam se mover nesse determinado aspecto de uma dromologia impactante à percepção do homem. Ou como relatara os combatentes que sobreviveram ao conflito, que se sentiam atores e ao mesmo tempo espectadores que assistiam à morte zumbir nos ouvidos durante várias vezes ao dia até o absurdo momento em que não têm mais seus reflexos respondendo, nem os nervos alterados instantaneamente por isso.

Própria da visão totalitária da guerra, a nova guerra vincula diversos setores produtivos da sociedade, tanto os que trabalhavam com a produção direta de artigos para a guerra como os que se dedicavam a produção ideológica. As guerras da técnica e da invasão de objetos no campo do conflito direto desloca o homem para uma expectativa do que ocorre fora do campo de batalha. E nesse tráfego, também o campo de batalha se estende contaminando os setores produtivos da sociedade até se transformar em uma avalanche de artigos de guerra nos campos, mais importante que a estratégia para a própria guerra. Capazes de fazer surgir a surpresa técnica, de promover a dromologia e o contínuo igualar e superar das forças. O que acontece nos campos de batalhas das fábricas, o que produzem e na intensidade que produzem é que determina o ritmo dos disparos, dos avanços e tentativas de avanços, bem como os lapsos que provocam estragos nas linhas inimigas.

Se o homem se mostrava imóvel nas valas abertas que corriam em linha o mesmo não ocorria na velocidade contínua e absurda dos projéteis determinando uma dromologia percebida e vivenciada fora dos corpos, agredindo o campo de visão e a percepção humana. A potência dos holofotes e da defesa “antiaérea” desvendava o *no man's land* (terra de ninguém) e iniciava suas operações no front em 1914. Com a luminosidade das balas o território reservado à ação tornava-se como um palco e uma tela de cinema onde eram projetadas as luzes e o efeito do espetáculo mágico. Embora estivesse fora dessas telas, os combatentes sabiam que mais cedo ou mais tarde chegaria a hora de assumir um posto ali, onde o incessante espetáculo de luzes acontecia.

A realidade da paisagem da guerra torna-se cinematográfica, porque tudo muda, tudo se transforma, as referências desaparecem umas após as outras, tornando inúteis os mapas do Estado-Maior e os antigos levantamentos topográficos. Somente o obturador

da objetiva pode conservar o filme dos acontecimentos, a forma momentânea da linha de frente, as sequências de sua progressiva desintegração. Novos locais de combate, impactos de tiros de longo alcance, grau de destruição das posições: apenas a fotografia instantânea pode compensar a potência das armas de destruição igualmente instantânea. (VIRILIO, 2005: 169)

A sequência, o movimento, a tendência do deslocamento pode-se dar somente pela imagem capturada pelo obturador da objetiva, pelo olho mecânico. Somente ela pode reintegrar uma paisagem constantemente agredida e transformada. Somente o olho da máquina poderia se alinhar a potência de destruição instantânea das armas.

O que em Marey, no passado, era cuidado em revelar as fases sucessivas em interpretar da melhor forma possível as sequências de uma violação, de uma súbita dissolução da paisagem que não pode ser captada em toda sua amplitude. (VIRILIO, 2005: 169-170).

Embora os registros das imagens evidenciem uma realidade, talvez a verdadeira imagem dos instáveis campos, o aceleração destas mesmas perturba a análise acurada do conteúdo. Mas o que é enfatizado está no perfeito alinhamento da potência das armas de destruição com as máquinas de “espreita”, de observação, da fotografia e do cinematógrafo. A projeção do filme militar dissimula a análise dos fatos em questão e tem razão de ser nas fotografias sucessivas que retomam o movimento desde a origem projetando-se para o final. Não tem mais o objetivo de analisar um corpo de um homem. A necessidade havia se transformado em análise de deformações ao deslocamento dos objetos “*tentar reconstituir as linhas de ruptura das trincheiras*”. (VIRILIO, 2005: 170).

Após o cessar-fogo, enquanto na Europa são erguidos monumentos em memória aos mortos, nos EUA que sofreram poucas baixas em relação aos que entraram primeiro no conflito, a grande indústria de Hollywood promove a construção de salas de cinema. Semelhantes aos templos de cultos e logo os palácios foram desativados décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial. O espetáculo de luzes que se presenciava nos campos se transferiria para a projeção de luzes nas telas.

A característica arquitetônica já se fazia presente no grande templo da civilização americana. Construções imponentes, corredores longos, escadarias desproporcionais, iluminação, climatização, etc. “*O conjunto de sistemas de mercadorias da jovem civilização industrial passa a manifestar-se em campos de percepção imateriais.*” (VIRILIO, 2005: 70) Parte da população norte-americana, em especial as mulheres passavam muitas horas nos

magazines, nas lojas de departamento, estações, e dentro desse universo também nos cinemas que vendem visão. O cinema é o lugar de uma desmaterialização, de uma indústria que produz luz. Os palácios, templos dedicados à exposição imaterial dessas luzes criam a memória coletiva. O objeto observado, projetado por uma luz em velocidade afasta esse mesmo “*em um passado tanto mais recuado quanto aumenta sua distância espacial...*” diz Evry Shatzmann (SHATZMANN apud. in: VIRILIO, 2005: 71) É um movimento de interrupção dessa jornada de tempo, ritual de heroicização dos filhos da pátria.

Ocorrendo a desrealização dos campos imateriais do conflito parte-se para um terreno conhecido em que a desinformação se mistura à informação. Onde também vale lembrar Kipling quando diz ser a verdade a primeira vítima de uma guerra, e Virilio completa: “*a primeira vítima de uma guerra é o conceito de realidade*” (VIRILIO, 2005: 74).

Referências bibliográficas:

VIRILIO, Paul. A arte do motor. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. Guerra e Cinema: Logística da percepção. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Velocidade e Política. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylver. Guerra Pura: a militarização do cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1984.

O colposcópio no diagnóstico do câncer: as relações entre a ciência brasileira e alemã

Vanessa Lana*

O colposcópio é uma ferramenta de visualização do colo uterino, utilizada para detecção de lesões no órgão e diagnóstico de diferentes doenças ginecológicas. O aparelho foi desenvolvido pelo médico alemão Hans Hinselmann¹ na década de 1920 e começou a ser utilizado pela medicina brasileira nos anos 1930. A ferramenta teve impacto efetivo na realização da detecção precoce do câncer do colo do útero. Este diagnóstico era visto pela medicina como a principal estratégia para controle da doença, em decorrência dos limites em tratar e curar pacientes em estágios avançados de evolução do tumor.

A introdução e difusão de novas tecnologias variam de acordo com questões culturais, econômicas e políticas dos contextos nos quais se inserem. Os próprios usos e consequências são moldados a partir das estruturas sociais, interesses profissionais e governamentais (Timmermann and Anderson, 2006). O colposcópio, neste sentido, teve diferentes inserções nos cenários médicos alemão e de outros países. Em linhas gerais, para além das nações de língua alemã, como países da Europa ocidental e os EUA, o colposcópio não foi utilizado como primeira ferramenta no diagnóstico do câncer do colo do útero. Nestes locais, a citologia², desenvolvida pelo médico grego Papanicolaou, foi utilizada como ferramenta principal em relação à doença, sendo a colposcopia utilizada como método auxiliar. No entanto, em alguns países latino-americanos, como o Brasil, a inserção da tecnologia alemã ocorreu de forma quase simultânea ao seu desenvolvimento, sendo utilizada como principal estratégia para controle do câncer.

* Doutora em História das Ciências e da Saúde – Casa de Oswaldo Cruz / FIOCRUZ – RJ. Pesquisadora do projeto “História do Câncer: atores, cenários e políticas públicas”, uma parceria Casa de Oswaldo Cruz / Instituto Nacional do Câncer. Esta publicação tem o apoio do Programa Estratégico de Apoio à Pesquisa em Saúde (PAPES) - Fundação Oswaldo Cruz/ Cnpq e da Fundação do Câncer.

¹ Hans Hinselmann nasceu em seis de agosto de 1884 na cidade alemã de Neumunster. Kursou medicina em Heidelberg e Kiel, graduando-se nesta última em 1908. No ano de 1909 iniciou sua especialização em ginecologia em Jena, trasferindo-se para Geissen em 1910 e concluindo a especialidade em Bonn, em 1911.

² Em 1917, Papanicolaou, a partir da análise das células presentes no esfregaço vaginal, observou a existência de fases rítmicas do ciclo sexual. Da continuidade de seus estudos, ao final dos anos 1920, verificou-se a possibilidade do reconhecimento de células cancerosas no conteúdo vaginal pela análise microscópica das células obtidas por esfregaço.

No Brasil, houve uma particularidade na organização de ações para diagnóstico do câncer do colo do útero, que refletiu na elaboração de um modelo próprio de atendimento. Esta particularidade pode ser explicada por uma aproximação entre as ciências alemã e brasileira nos anos 1930 e pelas próprias diretrizes da saúde nacional no período. Posto isso, o objetivo deste texto é discutir a aproximação das ciências brasileira e alemã, através da introdução e difusão da colposcopia no Brasil. Para tal, percorreremos o processo de criação e divulgação da técnica, o uso do colposcópio no país e os diálogos entre os médicos brasileiros e Hans Hinselmann, na afirmação da ferramenta para o controle da doença em meados do século XX.

A colposcopia na Alemanha

O colposcópio foi desenvolvido em 1924. Naquele período, Hans Hinselmann trabalhava na Clínica Ginecológica da Universidade de Bonn e recebeu um convite do então diretor, Professor Von Franqué, para a elaboração conjunta de um capítulo sobre o câncer do colo do útero para uma nova edição do manual de ginecologia alemão organizado por Veit Stoeckel, o “Handbuch der Gynäkologie”³. Segundo o próprio Hinselmann, a principal ideia que motivou o desenvolvimento da técnica era de que se era possível o reconhecimento de uma lesão de cerca de 1mm a olhos nus, seria também possível o reconhecimento na extensão de 0,1mm com o emprego de um material óptico que permitisse um aumento de 10 vezes na área visualizada (Hinselmann, 1952).

Hinselmann acreditava que o tumor cancerígeno não poderia evoluir de células normais. Havia a necessidade de estados de transição, com alterações na estrutura e reprodução celular que, no caso do câncer do colo do útero seriam as “zonas matrizes” (Hinselmann, 1952). Essas lesões precursoras, que indicavam a possibilidade de desenvolvimento de um estado cancerígeno, seriam reconhecidas pelo colposcópio, o que permitiria o estudo de alterações microscópicas no órgão.

A atividade clínica de Hinselmann foi interrompida durante a Primeira Guerra Mundial. Ao final do conflito, com a derrota alemã e as retaliações impostas ao país no Tratado de Versalhes em 1918, Hinselmann voltou a exercer a profissão médica e, em 1921 recebeu o título de professor de ginecologia na Universidade de Bonn (Powell, 2004).

³ Viet-Stockel. *Handbuch der Gynakologie* Bd611 854, Bergmann, Munchen, 1930.

O contexto político de criação e difusão da colposcopia na Alemanha foi marcado pela ascensão do regime nazista liderado por Adolf Hitler. No campo da saúde, o governo nazista empreendeu uma política de saúde pública que combinava estratégias de pesquisa e regulamentação para doenças ocupacionais, ambientais e ligadas ao estilo de vida. A estruturação dos regimes de extrema direita tinha relação com a organização destas políticas, na formação e manutenção de “homens saudáveis” e da pureza da raça. Das doenças em foco, destacava-se o câncer, considerado nos anos 1930 “inimigo número um do Estado” (Proctor, 1999).

Muitos cientistas viram no regime nazista a possibilidade de garantir status pessoal e financiamento para suas pesquisas. Naquele período, médicos locais foram responsáveis por um grande número de esterilizações involuntárias, eutanásias e experimentos em campos de concentração. Num dos maiores e mais conhecidos campos de concentração nazista, em Auschwitz, um dos experimentos realizados foi o exame de lesões cancerígenas do colo uterino, com utilização do colposcópio. Entre os ginecologistas participantes, estava o nome de Hans Hinselmann (Halioua, 2010). Na década de 1930, Adolf Hitler lançou um projeto em grande escala de prevenção do câncer. Com ênfase no público feminino, o projeto fazia uso da propaganda para convencer as mulheres a se submeterem a exames periódicos para diagnóstico e tratamento da doença. O projeto aconteceu concomitante à divulgação da colposcopia como método de controle do câncer do colo do útero, pelo diagnóstico precoce do tumor e extração do mesmo (Idem).

A difusão da técnica na Alemanha, no entanto, ocorreu também cercada por críticas da comunidade médica, principalmente quanto aos custos de aquisição e manutenção do aparelho (Hinselmann, 1952). Tais críticas, por sua vez, contribuíram para estudos de desenvolvimento técnico da ferramenta, como na segurança no emprego da luz e maior precisão na detecção de lesões. No entanto, na comunidade médica alemã, a utilidade e importância do colposcópio para o diagnóstico do câncer do colo do útero não foram alvo de questionamentos.

Todavia, a difusão da colposcopia para além do território alemão ocorreu de forma tímida em muitos países, principalmente da Europa e nos EUA. Dentre os fatores explicativos que podem ser apontados, estão as modificações nas relações diplomáticas no período entre guerras, que geraram um isolamento político da Alemanha nazista e a questão da língua. Sobre o último ponto, como a grande maioria dos escritos sobre colposcopia era de autoria do

próprio Hinselmann, a maior parte das publicações estava em alemão, e poucas traduções ou trabalhos originais em inglês, por exemplo. A parca circulação de publicações limitou o conhecimento e utilização da ferramenta, uma vez que o manuseio do aparelho e interpretação das imagens estavam diretamente relacionados ao conhecimento tanto da técnica quanto das discussões acerca da mesma.

Por outro lado, a introdução e difusão da colposcopia em países da América do Sul como Argentina, Brasil e Chile ocorreu quase que instantaneamente à criação e difusão da ferramenta na Alemanha. Esta especificidade em relação ao uso da colposcopia como primeira ferramenta de diagnóstico para o câncer do colo do útero foi designada pela literatura como “exceção latino-americana” (Eraso, 2010). Esta “exceção” configurou-se na utilização da colposcopia como primeira ferramenta de diagnóstico, de forma diferente ao verificado em países europeus e nos EUA, nos quais a citologia foi o principal método nas campanhas de prevenção da doença.

A aproximação da ciência na América Latina com a ciência alemã na primeira metade do século XIX é um dos indicativos que explica a introdução e difusão da colposcopia nos países latino-americanos de forma concomitante ao desenvolvimento da ferramenta em terras alemãs. O desenvolvimento da colposcopia como método de diagnóstico em países como o Brasil reflete um emaranhado de interesses políticos e iniciativas locais, atendendo às configurações de saúde de cada país (Eraso, 2010; Teixeira and Lowy, 2011).

A literatura que se dedicou à questão da colposcopia em meados do século XX destacou os escritos latino-americanos, especialmente os brasileiros, como referências no estudo da ferramenta (Scheffey, Bolten, and Warren, 1955). Segundo essa literatura, além de traduções do alemão, nos periódicos médicos desses países era possível encontrar um quantitativo significativo de publicações sobre o tema e sobre experiências locais na utilização da técnica, principalmente a partir dos anos 1940.

Os anos que se seguiram ao final da Primeira Guerra Mundial foram marcados por uma reaproximação científica da Alemanha com países latino-americanos. Além da questão científica, os germânicos viam na região um potencial para aquisição de matérias-primas e absorção do excedente industrial (Sá, 2009). A partir da década de 1920, as relações científicas foram tecidas com a divulgação de periódicos em espanhol e português, que destacavam os feitos da ciência alemã, financiamento para pesquisas, viagens científicas e a

criação de sociedades médicas para angariar fundos para tais atividades e agregar os profissionais envolvidos (Sá e Silva, 2007).

Exemplos desta interlocução eram as revistas médicas como a “Revista Médica de Hamburgo” (posteriormente “Revista Médica Germano-Ibero-Americana), que divulgava às comunidades médicas espanhola e latino-americanas os experimentos realizados pela medicina alemã, principalmente no tocante a produtos da indústria farmacêutica e questões relacionadas à terapêutica (Sá e Silva, 2007). A medicina, neste sentido, atuava como veículo de divulgação científica e cultural germânica, atrelada aos setores da política e economia.

Em relação à ginecologia e obstetrícia, França e Alemanha eram, desde o fim do século XIX, as principais referências em escolas médicas no mundo ocidental. A partir da década de 1930, mesmo com grande influência exercida pela medicina francesa na educação médica latino-americana, observou-se uma forte aproximação com a medicina alemã, principalmente no campo da saúde da mulher. A partir de então, observou-se uma aproximação científica entre estes espaços, o que funcionou como um importante veículo na transferência de ideias e tecnologias médicas (Eraso, 2010).

A colposcopia no Brasil

O colposcópio foi introduzido no Brasil pelo ginecologista carioca Arnaldo de Moraes. Como catedrático de Clínica Ginecológica na Faculdade Fluminense de Medicina, na década de 1930, o médico interou-se da técnica desenvolvida por Hinselmann a partir das leituras do Tratado de Ginecologia de Stoeckel. Foi ainda nos anos 1930 que Moraes adquiriu os primeiros aparelhos: um para o ambulatório de sua clínica na Faculdade, em 1934 e, logo após, um segundo para seu consultório particular. Em 1935 o médico prestou concurso de catedrático de Clínica Ginecológica na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil. Na prova prática do concurso, utilizou o colposcópio para examinar uma paciente, identificando lesões no colo uterino (Rieper, 1950). Logo após assumir a cátedra de Ginecologia do referido concurso, em 1937, adquiriu novo colposcópio para utilização na Faculdade. Moraes exaltava a importância da ferramenta justificando que somente o exame ginecológico pela visão direta

a olho nu, com aumentos no ângulo de visão e luz apropriada, poderia identificar lesões suspeitas a serem ou não confirmadas pela biópsia (Moraes, 1952).

O uso do colposcópio para diagnóstico do câncer do colo do útero na Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina ganhou fôlego após 1940, quando o médico João Paulo Rieper, discípulo de Hinselmann, com o qual fizera um curso na cidade alemã de Hamburgo, iniciou seus trabalhos no Serviço dirigido por Arnaldo de Moraes, em funcionamento no Hospital Estácio de Sá no Rio de Janeiro. Rieper esteve na Alemanha na década de 1930, período no qual se aproximou da ciência alemã e foi primeiro secretário da Academia Médica Germano Ibero-Americana, na qual auxiliava nas funções de recepção de estudantes e professores latino-americanos no país.

A Academia Médica Germano Ibero-Americana foi criada em 1935, com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico entre a Alemanha e os médicos latino-americanos. A década de 1930 foi marcada pela formação de uma política cultural Alemanha-Brasil, com esforços de diplomacia cultural que se fizeram presentes principalmente na área médica. Estes esforços ocorreram, por exemplo, na vinda e contratação de professores alemães para universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo, na década de 1930 (Silva, 2013). A própria passagem de Rieper pela Alemanha esteve inserida no contexto de coordenação e incentivo ao intercâmbio científico do país com outras localidades. Esta diplomacia cultural alemã foi impulsionada por um espírito nacionalista, que norteou as relações transnacionais após a Primeira Guerra Mundial (Idem).

Rieper graduou-se em Medicina na cidade de Berlin em 1939, retornando ao Brasil logo em seguida. Por ocasião da deflagração da Segunda Guerra Mundial fora impedido de voltar à Alemanha, revalidando seu diploma de médico na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil⁴ e iniciando sua carreira científica na instituição.

A tese de docência apresentada por Rieper na Faculdade: “Sobre o valor prático da colposcopia” era um manual de apresentação da tecnologia e indicação prática de seus benefícios. Rieper defendia que o correto uso do colposcópio somente poderia ser realizado por profissionais preparados diretamente pelo criador do método, Hans Hinselmann, ou por algum discípulo direto do mesmo. O estudo da colposcopia apenas por publicações e imagens

⁴ Documentação da Academia Médica Germano-Ibero-Americana, depositada no Geheimes Staatsarchiv Preussischer Kulturbesitz.

comentadas não era eficiente para formação de um bom colposcopista (Rieper, 1948). A partir desse preceito, e com impulso da política de formação profissional da Faculdade, o médico brasileiro iniciou a formação de profissionais locais para manuseio do aparelho e instalação de centros de colposcopia no país.

Dentre os profissionais formados por Rieper, com incentivo da política de formação profissional e difusão da colposcopia empreendida pela Clínica dirigida por Arnaldo de Moraes, estava o médico mineiro Alberto Henrique da Rocha. Rocha foi o responsável pela difusão da colposcopia para diagnóstico do câncer do colo do útero no Hospital de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais dirigido pelo médico e político mineiro Clóvis Salgado. O primeiro colposcópio em Minas Gerais foi adquirido por Clóvis Salgado em 1934, e depois transferido para a faculdade.

Alberto Henrique da Rocha iniciou seus trabalhos como assistente no Hospital de Ginecologia em 1941. Desde o início de suas atividades, o médico trabalhou com o exame colposcópico, num modelo de atendimento que defendia a realização do exame em todas as mulheres que buscassem o serviço. Em 1947, para assumir uma cátedra de ensino na Universidade, Rocha publicou sua tese de livre docência com o título: “Contribuição da Colposcopia ao Diagnóstico Ginecológico” (Rocha, 1955).

Os ambulatórios das faculdades de medicina do Rio de Janeiro e de Minas foram os principais espaços de introdução e posterior difusão da colposcopia como ferramenta de diagnóstico do câncer do colo do útero no Brasil. No processo de difusão de uma nova tecnologia médica, as questões culturais exercem grande impacto, sendo o papel das instituições e atores decisivo neste processo (Blume, 1992). Este processo de difusão segue os preceitos do contexto no qual a tecnologia se insere, correspondendo às demandas e organização do sistema de saúde local. Como no Brasil o atendimento à doença tinha nos consultórios de ginecologia e ambulatórios das faculdades de medicina seu principal aporte, foi nestes espaços que a tecnologia ganhou espaço e visibilidade. No caso do colposcópio, este atendia à proposta de ação sobre a doença, baseada no exame sistemático de todas as mulheres que buscassem atendimento, como ações locais, e sem uma política de exames em um maior número de paciente, na configuração de uma política de controle da enfermidade.

Hinselmann no Brasil

A aproximação das ciências brasileira e alemã, no tocante à difusão e afirmação da colposcopia como tecnologia de diagnóstico do câncer do colo do útero teve impulso com as viagens realizadas por Hans Hinselmann no Brasil, para divulgação da ferramenta e formação de profissionais. Hinselmann esteve no Brasil por três vezes. A primeira, em 1949, atendeu ao convite de Arnaldo de Moraes para reorganização do Laboratório de Patologia da Faculdade de Medicina, e para realização de palestras sobre a colposcopia e seus avanços no diagnóstico da doença. Por ocasião da visita, a Sociedade Brasileira de Ginecologia realizou em dezembro de 1949 uma sessão extraordinária em homenagem ao médico e para sua recepção. Na sessão, Hinselmann discursou sobre seus trabalhos em colposcopia e enalteceu a importância do intercâmbio estabelecido com o Brasil (Hinselmann, 1950).

O primeiro curso ministrado pelo médico alemão no Brasil aconteceu em dezembro de 1949, no Rio de Janeiro. Hinselmann iniciou o curso descrevendo o percurso de construção do colposcópio, destacando as ideias envolvidas no desenvolvimento da ferramenta. Com objetivo de formação e especialização profissional, as aulas foram ministradas no binômio teoria e prática. A parte teórica era baseada nas explicações do médico sobre o câncer do colo do útero, sobre o colposcópio e os procedimentos para realização do exame de diagnóstico, incluindo questões de nomenclatura e estágio de evolução do tumor. Já a prática esteve organizada a partir de exercícios de análise de desenhos e fotografias para demonstrar os aspectos descritos teoricamente. Na parte final do curso, Hinselmann operou duas pacientes para demonstrar a aplicabilidade da técnica por ele criada (Hinselmann, 1950).

Logo após findar o curso de colposcopia no Rio de Janeiro, Hinselmann seguiu para Belo Horizonte, onde foi recebido por Clóvis Salgado e Alberto Henrique da Rocha. A viagem a Minas não era para cursos de formação, e sim para conhecer a utilização da colposcopia na região e legitimar o emprego da ferramenta nas ações de controle da doença. No segundo dia de sua visita, esteve no ambulatório do Hospital de Ginecologia da Faculdade de Medicina, no qual funcionava o Posto de Combate ao Câncer da Cruz Vermelha. Na ocasião, o médico fez demonstrações sobre a técnica colposcópica e respondeu a dúvidas dos profissionais presentes. Ao avaliar os trabalhos ali desenvolvidos, Hinselmann destacou ter

ficado impressionado com os dados estatísticos do movimento colposcópico realizado na instituição desde 1940 (Hinselmann, 1950).

Nos anos que antecederam a viagem de Hinselmann à América do Sul, o médico foi diretor do departamento de ginecologia de Hamburg – Altona, na Alemanha, entre os anos de 1940 a 1946. A última operação de Hinselmann na clínica ginecológica em Altona foi em 1946, com a interrupção de uma gravidez e esterilização da paciente. Pouco tempo depois recaiu sobre o médico a acusação de esterilização compulsória de seis mulheres ciganas durante o Terceiro Reich no regime nazista alemão, sem autorização oficial (Halioua, 2010). Com a acusação, o médico foi condenado a três anos de prisão e ao pagamento de multa. Em decorrência do fraco estado de saúde apresentado na prisão, teve a pena reduzida por decisão do júri de generais ingleses, cumprindo dois anos e meio de detenção. Após a prisão, sem autorização para trabalhar em serviços hospitalares, as pesquisas em colposcopia e histopatologia continuaram em seu escritório privado em sua residência, através da prestação de serviços no exame de materiais coletados por terceiros (Powell, 2004). A vinda à América Latina foi a primeira participação de Hinselmann no cenário científico mundial após sair da prisão. O próprio médico considerava sua visita às terras americanas como um aporte à sua carreira, e uma renovação, após as retaliações políticas oriundas da guerra (Hinselmann, 1950).

O processo de afirmação e difusão da tecnologia ficou mais acentuado com a segunda viagem do médico, em 1951, desta vez abrangendo três países sul-americanos: Brasil, Argentina e Uruguai. Em 1955 Hinselmann fez sua terceira e última viagem ao Brasil, na qual recebeu a condecoração do “Doutor Honoris Causa” pela Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, o que representava uma das maiores distinções no meio científico e acadêmico. A viagem foi a última participação do médico no meio científico antes de sua morte em 1959. As condecorações recebidas evidenciavam sua inserção no campo médico brasileiro, os diálogos com a ciência alemã e o fortalecimento da colposcopia como ferramenta de diagnóstico do câncer do colo do útero nas instituições de atendimento à doença no Brasil.

Referências Bibliográficas

Blume, Stuart. *Insight and Industry: on the dynamic of technological change in medicine*. Massachusetts Institute of Technology, 1992.

Eraso, Yolanda. “Migrating Techniques, Multiplying Diagnoses: The Contribution of Argentina and Brazil to Cervical Cancer ‘early detection’ Policy”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 1, julho 2010.

Halioua, Bruno. “The Participation of Hans Hinselmann in Medical Experiments at Auschwitz”. In: *Journal of Lower Genital Tract Disease*. Volume 14(1), January 2010, p 1-4.

Hinselmann, Hans. “História da Colposcopia”. In: *Anais Brasileiros de Ginecologia*, 33(2): 65-98, 1952.

Hinselmann, Hans. “Relatório sobre o curso de colposcopia, de 5 a 17 de dezembro de 1949, no Instituto de Ginecologia, pelo professor Dr. Hans Hinselmann, de Hamburgo”. In: *Anais Brasileiros de Ginecologia*, 29(3): 251-270, 1950.

Lana, Vanessa. *Ferramentas, práticas e saberes: a formação de uma rede institucional para a prevenção do câncer do colo do útero no Brasil – 1936-1970*. Tese de Doutorado. Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz; 2012.

Löwy, Ilana. *Preventive Strikes: Women, Precancer, and Prophylactic Surgery*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010a.

Moraes, Arnaldo de. “O valor do chamado Dispensário Preventivo na luta contra o câncer genital feminino”. In: *Anais Brasileiros de Ginecologia*, 33(1): 15-28, 1952.

Timmermann, Carsten and Anderson, Julie (eds). *Devices and designs: medical technologies in historical perspective*. Palgrave Macmillan, 2006.

Powell, John L. “Biographic Sketch: Powell’s Pearls: Hans Hinselmann, MD (1884 – 1959)”. In: *Obstetrical and Gynecological Survey*. Volume 59, number 10, 2004.

Proctor, Robert. *Cancer Wars. How Politics Shapes what we Know and don’t know about cancer*. New York: Basic Books, 1995.

Rieper, João Paulo. “Evolução da colposcopia no Brasil” – editorial. In: *Anais Brasileiros de Ginecologia*, 30(6): 462-466, 1950.

Rocha, Alberto Henrique. “A colposcopia na Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais (1941-1955)”. In: *Anais Brasileiros de Ginecologia*, 40(3): 219-226, 1955.

Sá, Magali Romero (et. al.). “Medicina, ciência e poder: as relações entre França, Alemanha e Brasil no período de 1919 a 1942”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. v.16, n.1, p.247-261, jan.-mar. 2009.

Sá, Magali Romero; Silva, André Felipe C. “Por entre as páginas do imperialismo germânico na América Latina: a Revista Médica de Hamburgo e a Revista Médica Germano-Ibero-Americana (1920-1933)”. In: Simpósio Nacional de História, 24, 2007, São Leopoldo. *História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. v.1. São Leopoldo: Oikos. p.565. 2007.

Silva, André Felipe C. “A diplomacia das cátedras: a política cultural externa alemã e o ensino superior paulista - os casos da USP e da Escola Paulista de Medicina (1934-1942)”. In: *História* (São Paulo) v.32, n.1, p. 401-431, jan/jun 2013.

Salgado, Clóvis; Rocha, Alberto Henrique e Junqueira, Moacir. “Do método colposcópico”. In: *Anais Brasileiros de Ginecologia*, 27(5): 339-358, 1949.

Teixeira, Luiz Antônio and Lowy, Ilana. “Imperfect Tools for a Difficult job: Colposcopy, Colpocytology and Screening for Cervical Cancer in Brazil”. In: *Social Studies of Science*, published online 13 June 2011.

Scheffey, Lewis; Bolten, Karl and Lang, Warren. “Colposcopy: aid in diagnosis of cervical cancer”. In: *Obstetrics and Gynecology*. Vol. 5, number 3, March, 1955.

O Conceito De Representação E Imaginário E Sua Aplicação Às Leituras Simbólicas Do “Banco Do Capeta”

Wilson de Sousa Gomes*

Este trabalho é fruto de uma pesquisa¹ em andamento, abaixo apresentamos alguns escritos produzidos ao longo da investigação² e interpretação sobre o imaginário, representação e cultura popular. Buscando tornar nosso objeto conhecido no campo acadêmico, propomos dialogar com outros pesquisadores na tentativa de ampliar a problemática e abordagem sobre os conceitos referentes ao nosso objeto. Esse por sua vez, se localiza em Santa Fé de Goiás³ e é popularmente conhecido por “Banco do Capeta”. Um ‘mito’, ‘história’, ou mesmo estória, que revela as relações de poder e cultura historicamente estabelecidas na região do Alto Araguaia. Certamente, em uma perspectiva teórica, podemos classificar nosso objeto no Campo da História Cultural por se tratar da tradição, cultura, imaginário e representação. Embora especificamente nosso esforço se direcione em uma discussão que desdobre o conceito de representação e imaginário.

A pesquisa teve origem a partir de uma visita realizada ao município de Santa Fé de Goiás, com o professor da PUC/GO e especialista em antropologia visual, professor Mário Arruda da Costa. Realizada com o intuito de coletarmos cerâmicas de produção indígena para a confecção de um trabalho na Disciplina de Temas da Antropologia, do Curso de Licenciatura em História. Ao visitar o local/município, verifica que não havia apenas os elementos indígenas, existia/ existem, relações de poder e cultura que traduzem, no mínimo, ‘falta’ de conhecimento sobre ‘as reais’ coisas que lá se encontram. Ao chegarmos ao município de Santa Fé de Goiás, na Serra do Tira Pressa⁴, onde existe o popular “Banco do Capeta”, encontramos uma leitura equivocada dos elementos inscritos nas rochas, leitura que

* Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás Unidade Universitária de Jussara. Mestrando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/GO. (BOLSISTA CAPES). Email: berimbau2005@hotmail.com

¹ Pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-graduação em História da PUC/GO em nível de mestrado sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo José Reinato.

² Parte desse texto foi apresentada em forma de comunicação na XII Semana de História da UFG em Goiânia/GO, sob o título: *Representação e imaginário: o “banco do capeta” na região do alto Araguaia*, sendo o mesmo publicado nos anais do evento.

³ Município localizado a noroeste do estado de Goiás com distância de 273 quilômetros da capital Goiânia.

⁴ O local é uma Serra com pastagem, mata e cerrado. Neste local há um longo lajedo que possui inscrições ou desenhos antropomórficos, geométricos e zoomorfos. Os Termos definidos por: BARBOSA (1974).

podemos chamar de “preconceituosa”, pois não considera a realidade humana e a prática cultural indígena como uma forma de representar o mundo.

As ações culturais são taxadas ou interpretadas como um elemento produzido por algo sobrenatural, nesse caso, o Capeta. Nesse contexto, uma mistura de misticismo, ficção e significação da realidade cultural definem as características gerais do nosso objeto. Com isso, no ano de 2005 ao produzirmos uma monografia para conclusão de curso intitulada de: “*As Representações do Imaginário Cristão: debate acerca da interpretação cristã sobre o “Banco do Capeta” em santa Fé de Goiás de 1970 a 1980*”, sob a orientação do professor Rodolfo Belchior F. de Paula, especialista em História do Brasil pela UFG, concluímos que esse tema deveria ser trabalhado em outros horizontes de pesquisa e estudo. A partir dessa perspectiva busca um maior aprofundamento dos nossos conhecimentos e inquietações acerca do “Banco de Capeta”, o imaginário e as representações que traduzem as relações históricas de poder na região do Vale do Araguaia.

A problemática que elencamos faz referência aos processos de ‘demonização do outro’. Deparar com situações em que as pessoas apresentam práticas, comportamentos ‘diferenciados’, nos motiva no sentido de buscar os elementos produzidos ao longo do tempo e sua significação histórica e cultural. Compartilhando que o “conhecimento histórico desempenha uma função de orientação. E tanto a ciência da História quanto a memória cultural compartilham dos mesmos critérios fundamentais de sentido” (RÜSEN, 2011: 270). Perceber quais os significados atribuídos à cultura do outro, se configura em entender as referências do agir e sofrer humano que ao longo do tempo desvela suas pistas e conduzem as imagens que representam o passado diretamente para a forma de como os homens entendem seu presente. A imagem do presente inscrita no imaginário, embora se caracterize como um enigma, quando interpretada historicamente, nos torna consciente das relações culturais e sociais. Sendo a interpretação do passado essencial para que ele ganhe *status* de presente, se evidencia que a outra cultura e nesse caso a indígena, ganha significado de medo e estranhamento em uma afirmação de um passado que se foi, mas ainda se faz presente.

O “passado é bastante singular: já passou e, no entanto, ainda está presente” (RÜSEN, 2011: 259). Quando as pessoas dizem que na Serra do Tira Pressa situado a 08 km de distância da parte urbana do município de Santa Fé de Goiás, no local denominado de “Banco do Capeta”, manifestam-se forças sobrenaturais malignas, depararmos com um ‘problema’ de um passado que ainda está presente. As relações de conflito simbólico entre a visão cristã

(sagrado) e o exótico (Profano), nos colocam diante das seguintes reflexões: o que leva o indivíduo a crer que no Lajedo do Tira Pressa, o Capeta faz suas negociações? Por que no “Banco do Capeta” aconteceriam os pactos e pessoas dispostas a cumprir esses pactos ficariam ricas? Será que houve uma coincidência em o capeta estabelecer o seu ‘banco’ justamente em um local em que há marcas indígenas ou há algo a mais nas estórias, brincadeiras e contos narrados pelos moradores de Santa Fé de Goiás e Região?

Compreender a construção que envolve os elementos humanos, neste caso indígena deixando as inscrições na rocha e os fictícios criados pelo homem branco no defronte com as gravuras, torna-se um desafio para nossa compreensão. As interrogações apresentadas colocam-nos diante da luz de que: “como não podemos viver sem o passado, este tem de estar, portanto, ao serviço da vida” (RÜSEN, 2011: 260). Desmistificar as “mentalidades, a mitologia que nasce a partir de determinado acontecimento sobreleva em importância o próprio acontecimento. [Mas, sobretudo] [...] amplifica ainda mais o simbolismo de que a imaginação foi carregada” (BACZKO, 1985: 296).

Nas maneiras de traduzir as relações entre passado e presente no presente-passado, defende-se que é por via de uma leitura histórica que podemos melhor entender essa equação temporal. “Enfatizar o processo no qual, com a participação de significados vigentes numa conjuntura presente, se transforma o passado em história” (RÜSEN, 2011: 261). Apresenta-se como uma constante a nós. Desenvolver uma História sobre o “Banco do Capeta”, trás a tona algo que satisfaz as carências de orientação histórica e alimenta os processos cognitivos de interpretação sobre o tempo.

Reconhecer o conceito de imaginário e relacioná-lo aos símbolos que compõe a tradição e cultura sobre o objeto, representa elaborar operações que identifique a memória e os conflitos que estabelece papéis e posições sociais ao longo do tempo. Focalizando a hipótese da permanência de processos históricos inscritos na mentalidade do sujeito histórico. Inferimos provisoriamente algumas afirmações que podem tomar rumos variados ao longo do desenvolver da pesquisa, pois a relação entre a teoria e prática no processo de amadurecimento da pesquisa, pode nos revelar elementos que ainda não temos ciência. Entretanto, buscar a comprovação, ou mesmo a negação da hipótese, demonstra o caráter acadêmico do trabalho, bem como o seu compromisso com a busca da ‘verdade’, mesmo que parcial e relativa, já que no conhecimento histórico, não existe verdade absoluta.

A hipótese de que o “Banco do Capeta” poderia ser reflexo da permanência de restrições, preconceito e discriminação para com a cultura indígena, concepção alimentada por um passado não tão distante, onde a mesma sofre etnocídio, genocídios etc., apontam na assimilação entre o capeta como representante do Mal que é corporificado no indígena em que no passado precisava ser catequizado por não ter alma e precisar ser salvo de seus pecados. Aqui temos uma hipótese de que o imaginário é controlado para fins específicos, a luta entre o bem e o mal e a ‘demonização’ do outro se justifica em uma ação simbólica e concreta que constitui o outro como representante do mal no conflito de culturas e identidades historicamente constituídas.

Sabemos que o passado não pode ser modificado, mas a interpretação do passado trazendo-o para o presente se direciona no sentido de mudança em uma nova orientação. Assim,

O pensamento histórico, obviamente, não modifica os fatos do passado, as *res gestae*, os “feitos”. Quando se afirma que o passado se pode tornar “melhor”, não se está fazendo referência aos fatos em si, mas à razão de ser da interpretação deles, ou seja, à circunstância de que os seres humanos interpretam o passado de maneira a superar as condições determinantes do seu agir presente. O passado já está sempre presente nos pressupostos e condições do agir atual (RÜSEN, 2011: 278).

Reconhecer o passado e dar significado a ele caminha na direção de orientar os sujeitos e novas práticas e representações que não comportem diferenças e exclusões. Dessa forma, reconhecemos que entender o imaginário e a representação é essencial para demarcar os antagonismos da memória fundamentada na demonização do outro. Em qualquer conflito torna-se fundamental entender os símbolos que legitimam as práticas, ações e representações.

A representação sendo a correia que move o imaginário ativa-se a necessidade do esforço em entender o conceito de representação para desdobrar o conceito de imaginário como afirmamos acima. Não em caráter de hipótese, mas sim de problematização, há evidências de que o “Banco do Capeta” se formata nas tradições da cultura popular. Dessa forma, antes de chegarmos ao conceito de representação e imaginário é preciso entender a cultura popular.

Embora a “literatura popular” e a “religião popular” não são radicalmente diferentes da literatura da elite ou da religião do clero, que impõe seus repertórios e modelos, elas são compartilhadas por meios sociais diferentes, e não apenas pelos meios populares. Elas são, ao mesmo tempo, aculturadas e aculturantes. (CHARTIER, 1995: 184)

Ao olharmos as complexidades que envolvem a representação e o ecletismo entorno do “Banco do Capeta” em Santa Fé de Goiás, entendemos que as várias interpretações que cada pessoa possui para com sua realidade é fruto de uma relação histórica e cultural. Pois o sentido que o sujeito produz na relação com as coisas e o mundo apresenta a assimetria entre cultura, cultura dominante e cultura popular.

Assim, fundamentalmente temos:

O ‘popular’ não está contido em conjuntos de elementos que bastaria identificar, repertoriar e descrever. Ele qualifica, antes de mais nada, um tipo de relação, um modo de utilizar objetos ou normas que circulam na sociedade, mas que são recebidos, compreendidos e manipulados de diversas maneiras (CHARTIER, 1995: 184).

Os grupos em sua relação singular e social utilizam da tradição transmitida ao longo do processo histórico e compreendem a relação entre sagrado e profano em uma forma de representação, evocando a presença da ausência que gera o receio de passar no local, o medo de lhes acontecer algo torna-se representação presente que, inscrita no seu imaginário, influência na sua forma de se portar e ver o mundo. As “representações sociais, ou imaginárias coletivas, que se colocam como nossa categoria de análise, são frequentemente expressas ou mesmo “materializadas” através de signos: sinais, emblemas, alegorias e símbolos” (FALCON, 2000: 88). Como defende o autor citado, “[a] linguagem como instância constituinte da “realidade”, desenvolve um discurso que vem carregado de “representações”, onde se faz “presente alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma idéia, por intermédio da presença de um objeto” (Idem: 91).

A ideia do ausente presente, representado na presença, nos remete a entender representação e imaginário no sentido metódico e epistêmico. O historiador italiano Carlos Ginzburg, defende que a palavra representação no campo das ciências humanas, tem uma longa trajetória. O autor nos versa que há ambiguidades na definição do termo.

Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001: 85).

É evidente o “jogo de espelhos”. A ausência e presença conjugam o cenário da realidade representada. O que nos chama atenção nessa ambiguidade é a evocação imitativa entre o real presente e o real ausente. Ambos podem ser representados, seja na ausência ou na presença. Se a presença pode ser representada e a ausência pode se fazer presente pela

representação há algo em comum nos duplos, a semelhança que é a realidade a ser representada.

Percebe-se que o autor deixa claro a sua ideia de realidade representada. Ele cita as tradições da França e Inglaterra do século XIV em que a imagem de madeira ou cera causa uma “inovação” nas formas de representar os funerais. Os “funerais dos reis franceses e ingleses e os dos imperadores romanos” (GINZBURG, 2001: 87) embora pertencentes a tempos, espaços e culturas distantes apresentam uma frágil semelhança. Não centraremos nossas discussões nesse item, nosso esforço se reduz a entender como que o conceito de representação serve de ponto de referência para produção de imaginários sobre os atos fúnebres e a mediação entre ausência presença evocada nos fenômenos culturais.

Toda morte “não constitui o fim da vida do corpo no mundo: não é o fato biológico, mas o ato social – os funerais – que separa os que se vão dos que ficam [...] os funerais do corpo dos imperadores e dos reis tinham uma função comparável à dos sepultamentos provisórios” (HERTZ *apud* GINZBURG, 2001: 88). Nessa passagem, o funeral da imagem substitui o elemento biológico pelo processo social em uma ação cultural de eternização. Em Roma, por exemplo, a “esfinge mostrava o rei “vivo”” onde os escravos e súditos prestavam suas homenagens assim como oferecia banquetes, abanava as moscas no falecido como se ele estivesse dormindo e vivo. A “imago funerária substituí o cadáver ausente [...] [as] estatuetas funerárias, substitutos rituais, duplos que tomam o lugar dos ausentes e continuam sua existência terrena” (GINZBURG, 2001: 91-92). A estátua como representação da figura humana significa a evocação de uma ausência que representa a presença do ausente.

A ideia é “a substituição precedeu a imitação [...] o elemento substitutivo prevalece nitidamente sobre o elemento imitativo” (GINZBURG, 2001: 93). A abstração da presença triunfa no âmbito das alusões imaginadas no ato da evocação da representação como ausência ou como presença. Com as definições do autor podemos perceber que a imagem alimenta a imaginação que por sua vez é estimulada pela representação que dá o combustível para o imaginário do sujeito no ato da evocação da ausência e representação de uma presença. O conceito de representação em Ginzburg se faz muito importante para definirmos o universo cultural que envolve a atmosfera psicológica dos duplos do indivíduo que mesmo na ausência faz crer e faz presente.

Em ambos os textos o conceito de representação demonstra a sua ambiguidade e universo prático das sociedades no tempo e espaço histórico variado. A esse respeito temos uma entrevista do Sr R. F. L. que versa:

Todos que vinham aqui para visitar este lajedo em busca de enriquecimento sempre me procurava, eu levei muitas pessoas lá. Eles me diziam que lá existia o “BANCO DO DIABO”. Segundo eles, para retirar um dinheiro do local, aparecia tanta coisa! Aparecia bode e outros seres que transmitiam medo, após o aparecimento destes seres certamente, aparecia o “chefe”, gerente do banco, para fazer o acordo acerca da retirada do dinheiro (Entrevista concedida pelo Sr. R. F. L. a BUENO E CARVALHO, 2004: 17-18).

O imaginário é uma relação múltipla e isso porque temos um conjunto de representações e símbolos que se inserem nas práticas coletivas. Há “um sistema de representações que simultaneamente traduz e legitima a sua ordem, qualquer sociedade instala também <<guardiões>> do sistema que dispõem de certa técnica de manejo das representações e símbolos” (BACZKO, 1985: 299). Com isso, temos em nosso tema um confronto de símbolos, os tidos como sagrados, que constituem o imaginário cristão e as inscrições na rocha, o qual contrapõe, sendo os símbolos do diabólico.

Refletindo sobre essa última ideia, devemos entender o imaginário a serviço da ação manipuladora, ou seja, através de um conjunto de símbolos, temos o ser cristão a serviço dos valores da religião e que o imaginário lhe guia para a negação de valores que não estejam presentes em seus símbolos. Entendemos dessa maneira que “fazer ressaltar a complexidade dos problemas que se colocam ao estudo da imaginação social, seu caráter necessariamente pluridisciplinar e a diversidade das abordagens e tendências metodológicas que aí se cruzam e contrapõem” (BACZKO, 1985: 308). Dessa maneira, o imaginário é definido de acordo com cada época e pela condição humana; todas as épocas têm suas especificidades, sua maneira própria de imaginar, reproduzir e renovar, ele possui sua maneira particular de acreditar, sentir e pensar. O imaginário é uma peça eficaz do dispositivo de controle da vida, em especial quando se trata da questão do poder, assegurar o domínio do imaginário, guiando membros e suas ações, isso produz e determina o comportamento, diante desse aspecto o indivíduo tem expectativa de recusa, de temores e isso é um fator que se torna social e coletivo.

São atividades da memória, que produz visões, projeções que geram ações perante o desconhecido, são angústias, esperanças que remanejadas ou trabalhadas são utilizadas para legitimar o poder. A ação cristã consiste em modelar comportamentos, os indivíduos introduzem valores na sua maneira de agir que o leva a interiorizar tudo aquilo que lhe é

transmitido por via do discurso. O imaginário, influência a mentalidade à medida que a primeira se torna mais difundida. Esse é um fator que ganha força e amplitude na, ou melhor, através da tradição, da cultura oral, e na cultura escrita, efetua as práticas coletivas, manipulando a vida, o comportamento social.

Quando falamos de cultura de elite ou cultura popular e de representações, não podemos deixar de fazer alusão a uma das maiores culturas do ocidente: a cultura cristã e com ela sua mentalidade (cristã) estruturalmente carregada de conflitos; lutas entre o profano e o sagrado, que está presente em nossos dias e especificamente com nosso tema. Pois o estudo das mentalidades, tradição popular e representação, enquanto conceito implica na interpretação do enigma “sobre feitiçaria, heresia e milenarismo” (LE GOFF, 1974: 75).

Enfim, ao longo do texto, procuramos descrever os problemas, incertezas e as conquistas, que ao longo da pesquisa encontramos e encontraremos. Cientes que é um trabalho em vias de desenvolvimento, podemos classifica-lo como relevante e problematizador das questões relacionadas ao imaginário e a representação. Procurando desenvolver uma postura teórica e firme no que tange a compreensão da cultura de uma sociedade, trabalhamos em consonância direta com produções teoricamente básicas para a estruturação da produção de textos e análises bem como na própria racionalização dos conteúdos discutidos e debatidos, se bem pensamos certo, um preceito básico para a História enquanto disciplina acadêmica e produtora de conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, V. 5. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, Altair Sales. Balanço da Arqueologia Brasileira – Goiás. In: *Anuário de Divulgação Científica*. v. 1. Goiânia: UCG, 1974. (Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia).

BARROS, José D' Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BLOCH, Marc. *Introdução à história*. Lisboa: Presença, 1972.

BRAUDEL, Fernando. *Escritos Sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CAMPOS, Carlos Eduardo da Costa. *As Reflexões sobre o Imaginário Social. história e-história*. São Paulo, 25 jan. 2011[p. 01 a 04]. (Publicação Organizada com apoio do Grupo de Pesquisa Arqueologia História da Unicamp). Disponível em: <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=355>. Acesso em: 09/05/2013.

CHARTIER, Roger. “*Cultura Popular*”: revisando um conceito historiográfico. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, p 179 a 192, 1995.

_____. *A História Cultural: Entre Práticas E Representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FALCON, Francisco J. Calazans. *História e Representação*. In: Revista de História das Idéias, vol 21. S/cidade, 2000, p. 87-125.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlos. Representação: a palavra, a idéia, a coisa. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 85-103.

GOMES, Wilson de Souza. *As Representações do Imaginário Cristão: debate acerca da interpretação cristã sobre o “Banco do Capeta” em santa Fé de Goiás de 1970 a 1980*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História). Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Jussara, Jussara, 2005.

HARTOG, François. As Histórias como representação. In: *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte – MG: UFMG, 1999. (Capítulo III).

HUMBOLDT, Wilhelm Von. *Sobre a tarefa do historiador* (1821). Tradução Pedro Spinola Pereira Caldas. IN: MARTINS, Estevão de Rezende. (Org.). *Historia Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: contexto, 2010. p. 71-100.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. As Mentalidades: uma história ambígua. In: História: Novos objetivos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974, p. 68-79.

REIMER, Ivoni Richter. *Trabalhos acadêmicos: modelos, normas e conteúdos*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

RÜSEN, Jörn. Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história. In: SALOMON, Marlon (Org.) *História, verdade e tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 259-290. (Grandes Temas; 14).

SCHAFF, Adam. *Historia e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VOVELLE, Michel. *Imagens e Imaginário na História*. São Paulo: Ática, 1997.

ENTREVISTAS

C. F. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Itapirapuã, 04/11/2005.

D. A. S. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Santa Fé de Goiás, 12/10/2005.

J. J. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Santa Fé de Goiás, 12/10/2005.

L. R. F. Entrevista concedida Aparecida Neuzeni G. Bueno e Cleuza Divina de Carvalho. Santa Fé de Goiás, 17/10/2004.

S. S. B. Entrevista concedida a Wilson de Sousa Gomes. Santa Fé de Goiás, 12/10/2005.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS.

SOUZA, João Carlos de. *O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 24 n°. 48, 2004. p. 1-14. Disponível em: <<http://64.4.46.250/cgi-bin/getmsg>> acessado 20/08/2005.

GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. *Cultura clerical e a folia popular*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, Vol. 17, n° 34, 1997, p. 1-12. Disponível em: <<http://64.4.46.250/cgi-bin/getmsg>> acessado 20/08/05.

O diálogo entre a política e a arte na cultura romântica alemã

Géssica Góes Guimarães Gaio*

Grandes debates já foram mobilizados em torno da tentativa de estabelecer limiares entre as poéticas ditas *classicista* e *romântica*. A malfadada tarefa de produzir definições revelou-nos a complexa trama de influências e características que por vezes mais aproximam do que afastam essas duas formas de pensar. Querelas a parte, utilizaremos a categoria de “cultura romântica” para denominar um elenco específico de questões e interesses que tomaram grande parte do cenário intelectual alemão de finais do século XVIII e início do século XIX, sobretudo no eixo Weimar-Jena, cujas preocupações centrais giravam em torno do estatuto da arte e seu poder de transformação da vida social.

A ideia da arte como uma potência, capaz de colaborar para a *formação* do homem estava presente em inúmeros aspectos do pensamento germânico desse período.¹ Desde a *Terceira Crítica* kantiana, na qual a faculdade de julgar foi alçada ao privilegiado lugar de mediadora entre a razão pura e a razão prática, a arte foi protagonista de importantes reflexões acerca da transformação do indivíduo. Podemos observar esse traço seja na emergência do *bildungsroman*, do qual o *Meister* de Goethe é baluarte, bem como na concepção de uma *educação estética* aventada por Schiller, e presente de certa forma nas propostas dos *primeiros românticos*.² A relação conflituosa entre estes e Schiller, desde o início tensionada por disputas filosóficas e pessoais, provavelmente contribuiu para a interpretação que afasta o pensamento de Goethe e Schiller daquele elaborado em Jena.

As cartas de Schiller ao seu mecenas, o príncipe dinamarquês von Augustenburg, enviadas ao longo de 1793 e logo depois publicadas na revista *As horas*, tratavam principalmente das ideias do dramaturgo acerca da importância do refinamento do gosto para

* Doutora em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O presente trabalho integra o conjunto de pesquisa e preocupações que culminaram na defesa da tese de doutorado intitulada “Sonho de imortalidade: o Ideal do homem moderno nos escritos filosóficos de Friedrich Schiller”, defendida em outubro de 2013.

¹ O conceito de *formação* foi utilizado como uma proposta de tradução do conceito alemão de *Bildung*. Sendo assim, a *formação* pode ser compreendida como o cultivo do homem através de um amplo processo, do qual fariam parte a experiência estética, história e social.

² Referimo-nos ao grupo do qual faziam parte os irmãos Schlegel, suas esposas, Novalis e Schelling.

a transformação social. Tal publicação contribuiu sobremaneira para a ampliação do debate e a difusão do projeto de uma educação estética do homem. Proponho uma breve investigação acerca da difusão dessas ideias entre alguns intelectuais alemães do final do século XVIII – que se interessaram pela construção de um ideal de cidadão e nação alemã – tendo em vista o estabelecimento de um diálogo entre as concepções de Schiller e as ideias elaboradas pelos irmãos Schlegel, Novalis e Schelling.

Ainda que a arte tenha ocupado o papel de maior destaque em todo o projeto filosófico de Schiller e dos primeiros românticos, eles também desenvolveram importantes ideias sobre política, principalmente em oposição ao modelo moderno de Estado, baseado no atomismo e no liberalismo que criou indivíduos anônimos e padronizados.³ Os românticos de Iena defenderam a formação de uma sociedade orgânica, na qual cada indivíduo é reconhecido em sua particularidade, e onde deveria ser possível vislumbrar a harmonia baseada em uma ética do amor e da realização pessoal, ao invés do formalismo moral da *Crítica* de Kant. Para eles o liberalismo engendrou uma sociedade individualista e egocêntrica, na qual a competição tomou o lugar da solidariedade. Eles valorizavam o valor da comunidade histórica, mas também insistiam sobre a importância da liberdade individual – que não deveria ser confundida com o liberalismo ilustrado.

Para evitar interpretações equivocadas seria prudente mencionar que, tanto Schiller quanto os primeiros românticos, em nenhum momento pensaram a arte a serviço da política. Para eles a arte era um fim em si mesmo, e qualquer outro objetivo nela empenhado seria uma transgressão do conceito kantiano da arte como “desinteressada”, e comprometeria seu poder estético. Mas ainda assim, eles acreditavam que a arte desempenhava um papel fulcral para o desenvolvimento da humanidade, pois o belo apareceria como um símbolo do “bom” – em acordo com a *Crítica* kantiana que entende a beleza como mediadora entre a razão pura e a razão prática. “Eles enfatizavam a autonomia da arte, pois a tornava um símbolo de liberdade (...). Se sua política se ajusta aos ideais estéticos, sua estética convém a seus fins políticos”. (BEISER, 1996: XIII)

³ As ponderações políticas desses autores se encontram espalhadas em diversas referências em sua obra. Como nenhum desses intelectuais produziu um pensamento político sistematizado, o que possuímos como fonte de pesquisa são reflexões fragmentadas em vários textos que compõem a fortuna literária e crítica desses pensadores.

A revista *Athenaeum* foi um importante veículo para a efetivação do ideal político romântico, através da divulgação de ideias para uma educação política da sociedade, com o objetivo de preparar moralmente a sociedade para a República.⁴ Os românticos eram quase que unânimes ao se referir ao poder das ideias para promover a transformação política e social, e a arte seria o melhor meio para a sua divulgação. Beiser nos diz que,

“Seguindo a liderança de Schiller em suas *Cartas para a educação do homem* (1795), eles conferiram primazia à arte, pois ela era sua principal ferramenta para a educação e ilustração do povo na era pós-revolucionária. Embora eles tenham concordado com Kant e Fichte que a razão tem o poder de *conhecer* nossos princípios morais, eles insistiram que ela não tem o poder de nos fazer *agir* segundo tais princípios”. (BEISER, 1996: XV)

Há essa altura, já havia sido desenvolvida no pensamento de Kant – e em seguida radicalizada por Schiller – a referência ao papel mediador exercido pela arte e sua suscetibilidade para a ação moral. Tentava-se nesse contexto obter outra resposta para o questionamento platônico sobre o papel da arte no Estado. Se para o filósofo grego, a arte era sinônima de engano, e os artistas deveriam ser banidos do Estado, no projeto de Schiller, e também para os primeiros românticos, deveria ser feito o oposto. Ou seja, o Estado ideal seria aquele no qual o próprio governo se transforma em uma obra de arte, por meio da valorização da experiência estética na formação do cidadão. O homem estético seria capaz de intervir e moldar o Estado transformando-o. Para melhor entender o que seria este “Estado poético”, devemos entender a reação desses pensadores a dois grandes movimentos históricos motivadores de sua reflexão: a Revolução Francesa e o *Aufklärung*.

A maior parte dos intelectuais alemães – entre eles Schiller, os irmãos Schlegel, Novalis e Goethe – comemorou a tomada da Bastilha, compartilhou os ideais revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade, e acreditou na República como “o reino de Deus na Terra”. Contudo, a radicalização jacobina e o desenrolar de um governo corrupto e ilegítimo após as mudanças de 1897 provocaram o desinteresse desses intelectuais pelos caminhos da

⁴ Contudo em alguns momentos eles também defenderam a legitimidade da monarquia como forma de governo, como Novalis em *Faith and Love*.

Revolução. Esses pensadores alemães temiam as consequências de um impulso de mudança tão desenfreado, causavam-lhes certo desconforto o ateísmo e a destruição das instituições sociais da maneira como estava em processo na França. Os excessos da turba e o materialismo consequente dessa nova organização social também não pareciam uma conquista positiva aos olhos desses alemães. Era uma ideia comum entre eles que as grandes mudanças não deveriam ser fruto de um processo violento ou liderado pela massa, mas sim que a transformação da sociedade deveria ocorrer por uma reforma gradual, realizada por uma elite responsável e adaptada às condições específicas de cada país. O caos instalado na França era um sinal de que o povo – francês e alemão – não estava preparado para a República, e que era imperiosa a transformação da sociedade, primeiramente através da educação e do esclarecimento. Embora no discurso dos autores analisados não fique muito em evidência o conservadorismo desta proposta, é imperioso destacar que essa concepção eventualmente se desdobrou em um posicionamento político conservador, que se baseava na ideia de que um grupo de cidadãos cultivados deveria esclarecer e guiar o povo.

Além da Revolução Francesa uma grande crise no pensamento foi deflagrada pelo racionalismo e cientificismo ilustrado que se infiltrou na Alemanha por via da *Aufklärung*. Esse movimento exigiu que todos os âmbitos da vida fossem vasculhados pela razão, assim suas consequências foram encaradas pelos primeiros românticos por um viés dramático:

“eles perderam sua conexão com a comunidade, desde que a razão condenou todas as suas leis e costumes como antiquadas e opressivas. Eles também perderam seu sentimento pela natureza, pois a razão depravou todos os seus mistérios, mágica e beleza. Finalmente, eles perderam sua fé, desde que a razão a declarou nada mais do que mitologia”. (BEISER, 1996: XVI)

Entretanto, deve ser assinalado que os primeiros românticos ainda assim evitavam o irracionalismo: eles valorizavam o poder crítico da razão porque ele liberta o indivíduo das amarras das convenções. Pretendiam levar a crítica ao seu limite, exatamente porque eles reconheciam que esse limite existia. Diante do paradoxo emerge uma questão de grande relevância para os românticos: como investigar os limites da razão sem deixá-la de lado?

Como restabelecer o elo entre o homem e a natureza sem abrir mãos das conquistas da crítica?

O caminho escolhido para solucionar esse dilema foi a estética.

“Enquanto a razão pode apenas criticar, a arte pode criar.(...) Os românticos se basearam em uma das ideias fundamentais de Kant e Fichte: que nós vivemos no mundo que criamos; eles acrescentaram apenas a ideia de que esta criação deveria ser uma obra de arte. Esta é a soma e a substância de seu “idealismo mágico”. (BEISER, 1996: XVII)

Talvez aqui resida uma das principais diferenças entre o pensamento de Schiller sobre seu mundo e a visão romântica, Schiller não concedeu muito espaço à religião e seu olhar sobre a experiência mística não foi tão benevolente, pelo contrário, ele chegou mesmo a defender a arte como substituta da religião na constituição intelectual do homem moderno. A Idade Média, um dos períodos históricos diletos dos primeiros românticos, não atraiu de maneira especial os sentimentos de Schiller, nem mesmo aos gregos ele destinou um interesse demasiadamente saudosos, estes ele compreendia como a primeira humanidade, cujos valores deveriam ser retomados e aperfeiçoados por uma *nova humanidade*. Certamente o idealismo de Schiller não era *mágico*, como Beiser denominou o pensamento dos românticos, sua filiação à filosofia de Kant era quase incondicional. Ele encontrou no idealismo transcendental o fundamento epistemológico capaz de conferir ao homem e à arte centralidade na formação do caráter. O antropocentrismo radical da teoria de Kant colocou o homem no centro do universo cognitivo, e sua *Terceira Crítica* permitiu a Schiller o desenvolvimento de um projeto estético no qual a arte favoreceria o livre exercício da vontade. Provavelmente, por conta dessa opção, Schiller foi caracterizado pela tradição como um pensador *classicista*, cuja obra se oporia à dos primeiros *românticos*.

Outra questão central na construção de um ideal de Estado moderno colocava em disputa o entendimento sobre o ainda instável conceito de liberalismo. O debate intelectual alemão encaminhava uma querela em torno da ausência ou do excesso de liberdade experimentada na vida pública. A opinião mais corrente era a de que o absolutismo pecava pela falta de liberdade aos indivíduos e o liberalismo pelo excesso, provocando o

enfraquecimento da ideia de comunidade.⁵ O governo que estes intelectuais idealizavam deveria reconciliar individualidade e comunidade em um *Estado orgânico*, composto por indivíduos, que teriam sua liberdade garantida, mas que não se esqueceriam da tradição a qual pertencem. Essa organicidade do Estado se manifestaria na experiência política local, a partir de associações de representação popular autônomas, ao invés de um governo centralizado e isolado do povo. Dito de outro modo, esse novo Estado poderia ser considerado orgânico, pois a população participaria ativamente do governo e cada grupo contribuiria de forma singular e vital. Nesse modelo a liberdade individual estaria preservada porque cada indivíduo poderia participar das decisões do governo local, e também sobreviveria aqui a experiência da vida e da harmonia em uma comunidade. Schiller em carta ao seu mecenas asseverou,

“será ainda muito imperfeita uma constituição de Estado que só seja capaz de produzir a unidade pela supressão da multiplicidade. O Estado não deve honrar apenas o caráter objetivo e genérico nos indivíduos, mas também o subjetivo e específico; não deve, ao ampliar o reino invisível dos costumes, despovoar o reino do fenômeno”. (SCHILLER, 2002a: 28)

Friedrich Schlegel, por sua vez, em fragmento na *Athenäum*,

“Liberal é quem, de todos os lados e em todas as direções, é livre por si mesmo, e atua em sua inteira humanidade; quem considera sagrado tudo com que lida, segundo a medida de sua força, e com toda vida simpatiza sem incorrer – levado por opiniões estreitas – no ódio ou no menosprezo.” (SCHLEGEL, 1994: 111)

Podemos perceber que o conceito de liberalismo intrínseco aos comentários de Schiller e Schlegel inclui o ideal iluminista de liberdade de pensamento e de ação, mas, por outro lado, ele exige uma humanidade, um compromisso com o outro, que se opõe completamente à atitude egocêntrica que se desdobrou do liberalismo ilustrado. Schiller

⁵ Entre os primeiros defensores de ideias liberais na Alemanha estavam Kant, Schiller, Jacobi, W. von Humboldt, entre outros, mas neste momento o liberalismo não tinha o caráter democrático que assumiu depois, ainda era uma forma de opor-se ao absolutismo, e seu maior objetivo seria defender a plena liberdade do indivíduo, independente da forma de governo vigente. O absolutismo desagradava esses intelectuais, pois mantinha um governo extremamente centralizado por meio de uma burocracia elitista, sem permitir espaço para as liberdades individuais ou para a iniciativa local.

condenou qualquer jurisdição que se sobrepusesse ao indivíduo e sua particularidade, o que distinguiria os homens não seria expresso no “reino invisível dos costumes”, aquilo que Schiller denominou como “caráter objetivo e genérico”, mas sim na sua subjetividade.

Para Schiller esses princípios da razão que inauguravam a vida em sociedade substituem o *estado de natureza* por um *estado moral*. Ele compreende a natureza não apenas como uma espécie de infância da humanidade, mas principalmente segundo a ideia de que a natureza assumiria as rédeas quando o homem não fosse capaz de tomar decisões. Sendo assim, a natureza guiaria suas ações pela necessidade, enquanto a liberdade ainda não estivesse desenvolvida em seu espírito. O desenvolvimento do homem se faz quando ele rompe a limitação da natureza e por intermédio da razão refaz todo o caminho antes percorrido, mas agora com consciência de suas escolhas. A saída do estado de natureza, nesse sentido, se efetiva quando o homem “transformar a obra da privação em obra de sua livre escolha e de elevar a necessidade física à necessidade moral”. (SCHILLER, 2002a: 23) Então, o homem se encontrará no seio do Estado, onde não mais legisla a natureza, porém as premissas da razão. Através do Estado, o homem físico e real seria confrontado ao homem problemático e ético, realçando a distância entre a sociedade real e aquela que só existe no Ideal – e cuja existência é imperiosa para qualquer ação ética.

Schlegel também se referiu à questão da humanização do Estado e da importância da solidariedade para a sua constituição. Amor e arte deveriam predominar também na vida pública, a fim de semear a cooperação e a tolerância. Diferentemente do que representou a Revolução, a visão organicista sobre o papel do Estado seria uma maneira de preservar a continuidade e a tradição, evitando uma ruptura indesejada com o passado. Esse posicionamento político foi frequentemente caracterizado como conservador, mas o objetivo daqueles intelectuais era principalmente criar um tipo de governo no qual as cores locais fossem mantidas e respeitadas as necessidades particulares. Para os românticos o homem era um ser social por natureza. “Viver em grupo é perfeitamente natural para nós, os românticos acreditavam, porque este é o impulso mais profundo e poderoso de nossa natureza: a necessidade de amor, o desejo de dar e receber afeto”. (BEISER, 1996: XVII)

O amor representava a fundação de toda comunidade, possibilitando até mesmo substituir a lei. Dessa forma, surgiria uma comunidade sem Estado, sem formalização de

regras, vivendo, então, sobre o alicerce de um amor ético. Muito desse projeto explica-se pela idealização da Idade Média cristã, a concepção de um *amor ético* revela um apreço por valores medievais como a caridade. Foi na esteira desse pensamento que a formação da nação alemã foi defendida como uma experiência que deveria transformar a ideia de comunhão em realidade. Novalis afirmou que “uma nação é um ideia. Nós deveríamos nos tornar uma nação. Uma pessoa perfeita é uma pequena nação. A verdadeira popularização é a maior meta da humanidade”. (NOVALIS. In: BEISER, 1996: 18)

Para Schiller, contudo, a sociabilidade humana não é inerente à espécie, pelo contrário, é a necessidade que impõe a vida em sociedade. Bem distante da teoria do amor defendida pelos primeiros românticos, Schiller considerava que a vida em comunidade seria uma dádiva da razão. A razão seria responsável por dotar o homem de princípios sociais – certamente arrolados ao que Kant chamou de “razão prática” –, que indicariam que na moralidade repousa a vontade livre de toda inclinação. Entretanto, a harmonia e graça que estes pensadores estimavam para o convívio social, segundo Schiller, só poderia ser concedida pela beleza. Vejamos as palavras do poeta:

“se já a necessidade constrange o homem à sociedade e a razão nele implanta princípios sociais, é somente a beleza que pode dar-lhe um *caráter sociável*. Somente o gosto permite harmonia na sociedade, pois institui harmonia no indivíduo. Todas as outras formas de representação dividem o homem, pois fundam-se exclusivamente na parte sensível ou na parte espiritual; somente a representação bela faz dele um todo, porque suas duas naturezas tem de estar de acordo”. (SCHILLER, 2002a: 140)

A arte é fundamental na constituição do Estado não apenas pelo seu valor material, porém, sobretudo pela potência intelectual que ela representa. Sua ação retira dos ombros dos homens o opressor embate entre suas duas naturezas, onde ora venceria a necessidade, ora a vontade, entretanto sem que em algum dos dois casos o homem se encontrasse livre, muito menos feliz. Não obstante, o jogo entre natureza e liberdade que a estética proporciona reunificaria o homem e, ao mesmo tempo, lhe concederia um momento de plena liberdade e felicidade. Segundo o argumento de Schiller, a arte pode influenciar na formação de um Estado benéfico para os homens, um *Estado estético*, pois, promove a harmonia no indivíduo

e esse mesmo indivíduo será capaz de levar para o âmbito da vida social o que está em seu interior. Além disso, como Schiller acreditava que o critério para a beleza era universalmente compartilhado, o jogo estético seria a única forma de comunicação capaz de unificar a sociedade, enquanto o entendimento e a moral destacariam o que há de distinto nos homens.

“No Estado estético todos – mesmo o que é instrumento servil – são cidadãos livres que tem os mesmos direitos que o mais nobre, e o entendimento, que submete violentamente a massa dócil a seus fins, tem aqui de pedir-lhe o assentimento. No reino da aparência estética, portanto, realiza-se o Ideal da igualdade, que o fanático tanto amaria ver realizado também em essência (...)”. (SCHILLER, 2002a: 141)

Schiller reconheceu que tal Estado existe subterraneamente em todos os homens de alma refinada, mas, de fato, existe apenas em pequenos círculos aonde a natureza bela conduz o comportamento, e os homens enfrentam as situações mais complexas com serenidade e tranquilidade, sem ofender a liberdade alheia para afirmar a sua própria. O grande desafio ao aperfeiçoamento do Estado – e a sua conversão em estético – seria o descompasso entre o fato de que a sociedade se constitui no tempo e o seu Ideal somente pode se realizar na eternidade. Em outras palavras, a regeneração do Estado deve se processar no curso de sua existência, a luta pelo Ideal deve caminhar ao lado da corrupção, nos termos de Schiller, “o mecanismo vivo do Estado, entretanto, precisa ser corrigido enquanto pulsa, as engrenagens são trocadas enquanto giram”. (SCHILLER, 2002a: 25)

A construção do Estado alemão era tão importante para esses intelectuais quanto os descaminhos da Revolução, a educação estética de Schiller era um projeto político, uma espécie de contribuição para a transformação do povo em nação. “Esse homem puro, que se dá a conhecer com maior ou menor nitidez em cada sujeito, é representado pelo *Estado*, a forma mais objetiva e por assim dizer canônica na qual a multiplicidade dos sujeitos tenta unificar-se” (SCHILLER, 2002a: 28), para ele o Estado deveria ser esse todo orgânico, que permitisse a vida em comunidade na medida em que o Ideal elevasse o homem e estendesse seu domínio até o Estado.

Foi nesse processo histórico que o projeto de uma educação estética do homem pareceu necessário a Schiller. Em meio ao turbilhão de mudanças e a sensação de degradação moral de seu tempo que o poeta alemão acreditou que a estética era o caminho mais curto para a moral. Antes mesmo da Revolução Francesa, em 1784, o poeta já se preocupava com a situação degradante da sociedade em que vivia e com a fragilidade do homem moderno, e anos mais tarde aconselhou seu mecenas: “vive com teu século, mas não sejas sua criatura; serve teus contemporâneos, mas serve-os no que precisam e não no que louvam”. (SCHILLER, 1963: 60) A estetização da política foi a vereda eleita por Schiller para conduzir a humanidade ao Estado ideal. Ao conciliar o impulso sensível ao formal, a educação estética seria capaz de aperfeiçoar o indivíduo para o convívio social e torná-lo intolerante ao grosseiro, rude, autoritário, impiedoso, e uma série de adjetivos que pudessem comprometer o bom gosto. Esse projeto estético era uma resposta direta ao fracasso do prognóstico iluminista, uma vez que fracassado o projeto de libertação do homem pela via do racionalismo, a estetização do indivíduo se afirmava como um imperativo na luta da humanidade contra a pequenez de espírito.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Ricardo. “A especificidade do estético e a razão prática em Schiller.” In: *Kriterion: Revista de Filosofia*. Vol.46, no.112. Belo Horizonte: Departamento do filosofia da UFMG, Dez. 2005.
- _____. *Schiller e a cultura estética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BEISER, Frederick C.(Editor). *The Early Political Writings of the German Romantics*. Cambridge University Press, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*. São Paulo: Iluminuras,1993.
- _____. *Origem do drama trágico alemão*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. ““A Ética é a verdadeira filosofia da história”: *Bildung* e hermenêutica em Droysen”. In: Camila Aparecida Braga Oliveira; Helena Miranda Mollo; Virgínia Albuquerque de Castro Buarque (orgs). *Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual*. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.
- _____. “O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *Bildung* na consciência histórica alemã do século XIX”. In: *Revista Filosófica de Coimbra*. nº 29, 2006.
- DUARTE, Pedro. *Estio do Tempo: romantismo e estética moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- GOETHE, Johann Wolfgang. *Escritos sobre Arte*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2008.
- _____. *Os Anos de Aprendizado de Wilhelm Meister*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- GUINSBURG, Jacó. (Org.) *O Classicismo*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- _____. *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Crítica da Razão Prática*. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

KESTLER, Izabela Maria Furtado. “A autonomia da estética e o paradigma da Antiguidade clássica no Classicismo e na primeira fase do Romantismo alemão”. In: *Forum Deutsch Revista Brasileira de Estudos Germânicos*. Rio de Janeiro: Revista 6, 2002a.

_____. “O Período da Arte (Kunstperiode): convergências entre o Classicismo e o Romantismo alemão”. In: *Forum Deutsch Revista Brasileira de Estudos Germânicos*. Rio de Janeiro: Revista 4, 2002b.

MAN, Paul de. *The Rethoric of Romanticism*. New York: Columbia University Press, 1984.

SCHLEGEL, Friedrich. *Conversa sobre a poesia e outros fragmentos*. São Paulo: Iluminuras, 1994.

_____. *Sobre el estudio de la poesia griega*. Madri: Ediciones Akal, 1995.

SCHILLER, Friedrich. *A Educação Estética do Homem*. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2002a.

_____. *Kallias ou Sobre a beleza: a correspondência entre Schiller e Körner, janeiro-fevereiro de 1793*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002b.

_____. *Poesia Ingênua e Sentimental*. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 1991.

_____. *Teoria da tragédia*. São Paulo: EPU, 1991.

O discurso do historiador como *parresía*

Karina Klinke*

Michel Foucault (2006a, 2010) problematiza nas aulas de 1982 e 83 no Collège de France, sua própria função como pesquisador (o modo de ser e pensar de si na relação com os outros) e, ao recapitular o projeto geral de seu método em seus três eixos¹, desenvolve a noção de *parresía* na tentativa de estabelecer efetivamente a correlação entre eles. Na primeira hora da aula de 10 de março de 1982 (2006a:450) ele explica que o termo grego (*parrhesía* – “tudo dizer”) diz respeito à franqueza, à liberdade e à abertura que fazem com que se diga o que se tem a dizer, a maneira como e quando se tem vontade de dizer e segundo a forma que se crê ser necessário dizer. O termo está ligado então à escolha, à decisão, à atitude de quem escreve e, deste modo, refere-se à atitude moral (*êthos*) e ao procedimento técnico (*tékhnē*) necessários e indispensáveis “para transmitir o discurso verdadeiro a quem dele precisa para a constituição de si mesmo como sujeito de soberania sobre si mesmo e sujeito de veridicção de si para si.” (2006a:450) Portanto, para que o discípulo (um leitor qualquer) possa efetivamente receber o discurso verdadeiro como convém, quando convém e nas condições que convém, é preciso que este discurso seja pronunciado pelo mestre (escritor qualificado) na forma geral da *parresía*.

Na forma da *parresía* (no francês, *franc-parler* e no latino, *libertas*), aquele que escreve diz ao outro (leitor) de modo tal que aquilo que por esse é lido lhe possibilita constituir consigo mesmo uma relação autônoma, independente, plena e satisfatória. De modo que a *parresía* está, para Foucault (2006a), em oposição à lisonja (considerada um adversário moral ao franco falar) e à retórica (seu adversário técnico). A lisonja faz com que aquele que lê (lisonjeador) mantenha aquele que escreve sob sua dependência, por fazê-lo crer ter mais qualidade, força e poder do que realmente tem. Ou seja, o lisonjeador é aquele que impede que aquele que escreve se conheça a si mesmo como se é, atrapalhando-o de ocupar-se consigo mesmo como convém. Isto devido à existência do “efeito de retorno que o dizer a verdade pode produzir no locutor a partir do efeito que ele produz no interlocutor.” (2010:42)

* Professora da Universidade Federal de Uberlândia. Pós-Doutora em História Moderna e Contemporânea (Unicamp, 2009). Financiamento FAPEMIG.

¹ O da formação dos saberes (análise das práticas discursivas) e das formas de veridicção; o da normatividade dos comportamentos e das tecnologias de governamentalidade (poder); da constituição dos modos de ser do sujeito a partir da análise das modalidades e técnicas da relação consigo (práticas de si).

A retórica, por outro lado, é uma técnica “cujos procedimentos não têm evidentemente por finalidade estabelecer uma verdade, mas como uma arte de persuadir aqueles a quem nos endereçamos, pretendendo convencê-los quer de uma verdade quer de uma mentira, de uma não-verdade.” (2006a:461) A lisonja e a retórica são, portanto, dois adversários da *parresía* profundamente ligados, “pois o fundo moral da retórica é sempre a lisonja, e o instrumento privilegiado da lisonja é, bem entendido, a técnica, e eventualmente as astúcias da retórica.” (2006a:451)

Nesta perspectiva, o escritor que tem a coragem de se servir de seu próprio entendimento, a partir e através do conhecimento de si, e dedicar-se a dizer a verdade ao outro, sai de seu estado de minoridade, processo denominado “*Ausgang*” por Kant, na definição sobre o Iluminismo. (FOUCAULT, 2010:27) Já o leitor, se em estado de minoridade, adota um livro que faça às vezes de entendimento (*Verstand*) e assim atribui ao texto, por não ser capaz ou por não querer, a direção de si. Esta relação com o enunciado é “uma espécie de estado de fato em que, por complacência e de certo modo por um obséquio levemente matizado de artimanha e de astúcia, alguns assumiram a direção dos outros.” (2010:29) Para Foucault (2010:30) o falar franco consiste, em oposição ao artifício de assumir a direção do outro, em uma virtude, um dever e uma técnica da qual devem se servir aqueles que dirigem a consciência dos outros os ajudando a construir uma relação consigo mesmos ao invés de conduzi-los pela retórica.

Este parresiasta, por sua vez, está vinculado a uma organização, se não exatamente legislativa, pelo menos instituída do direito de palavra e dos privilégios desse direito, com a obrigação de dizer a verdade e, por outro lado, a obrigação acompanhada do perigo que comporta dizer a verdade. “E, nessa medida, não encontramos no cerne da *parresía* o estatuto social, institucional do sujeito, encontramos sua coragem.” (2010:63) Coragem porque “o enunciado e o ato de enunciação vão, ao mesmo tempo, afetar de uma maneira ou de outra o modo de ser do sujeito e fazer [com] que aquele que disse a coisa a tenha dito efetivamente e se vincula ao fato de tê-la dito.” (2010:63-4)

A recuperação do conceito de *parresía* nos remete aqui ao ofício do historiador, como define Paul Veyne (1998:169), ofício de estabelecer a verdade e explicar a trama, envolvendo-se em uma cultura de fazer cada vez mais perguntas sobre o homem, através de “uma casuística muito mais rica desses acontecimentos”, citando Croce. Estabelecemos,

assim, uma aproximação com os eixos definidos no método geral de Foucault, visto que a escrita historiográfica² lida com a formação dos saberes (tanto dos objetos analisados quanto pela prática da enunciação, ou seja, as próprias práticas discursivas do historiador) e com as formas de verificação (de seus objetos e de seu ofício); com a normatividade dos comportamentos (da sociedade e de si mesmo no ato enunciativo) e com as tecnologias de governamentalidade (de si e dos outros por meio de sua enunciação). O que propusemos analisar em trabalho anterior (KLINKE, 2013) e que aqui retomamos foi o terceiro eixo, o da constituição dos modos de ser do sujeito a partir da análise das modalidades e técnicas da relação consigo (práticas de si).

Deste modo, trazemos neste ensaio aspectos do método de Michel Foucault (2006a, 2010) no sentido de compreender como a obrigação e a possibilidade de dizer a verdade nos procedimentos de pesquisa e escrita do historiador “podem mostrar de que modo o indivíduo se constitui como sujeito na relação consigo e na relação com os outros”. (2006a:60) Diante de o presente ensaio ser uma provocação reflexiva para o desenvolvimento de aprofundamento futuro, salientamos a *parresía* mais como um questionamento ao ofício do historiador do que desenvolvemos a complexidade da hipótese desse ofício ser parresista. Isto porque o historiador, ao elaborar perguntas sobre uma tópica, procede sobre aquela que diz respeito à sua própria história e, na operação de formar novos conceitos, é possível produzir o enriquecimento da visão de si. Nesta hipótese, o historiador só é parresista quando tem a coragem da “liberdade do ato pelo qual o sujeito diz a verdade, e liberdade também desse pacto pelo qual o sujeito que fala se liga ao enunciado e à enunciação da verdade.” (2010:63)

1 - Apresentação da pesquisadora e escritora:

As práticas de escrita aqui analisadas são de uma pesquisadora e escritora, Eliane Marta Teixeira Lopes, que contribuiu decisivamente, como outras mulheres de sua geração³, para a legitimação dos estudos de gênero no Brasil como objeto de análise historiográfica. Fundadora de um dos primeiros grupos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras – Grupo de História da Educação da Mulher (GEHEM/UFMG) – seus escritos são publicados desde 1985 até o presente momento.

² Mas não somente ela, o que se pode atribuir a outros campos do conhecimento humano.

³ Guacira Lopes Louro, Margareth Rago e Maria Tereza Cunha, para citar as mais conhecidas e que receberam a mesma influência teórica do Grupo de Michelle Perrot, com Véronique Nahoum-Grappe e Arlette Farge (França); o *Group de Recherche en discipline féministe*, através do qual conheceram Joan Scott; o grupo que produzia a revista de circulação acadêmica francesa, *Penélope*.

Nascida em Belo Horizonte em 1946, Eliane Lopes cursou licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre 1966 e 1969, mesma universidade em que começou a atuar como professora do ensino superior em 1970, onde também cursou o mestrado em educação (1977-1980). O doutorado foi desenvolvido no campo da filosofia da educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) entre 1980 e 1984, e o pós-doutorado na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales* (1987-1988). Foi como professora e pesquisadora que Eliane Lopes reinventou, a partir da década de 1980, uma escrita sobre a história cultural utilizando a categoria gênero, o que significava naquele momento analisar a diferenciada educação das mulheres no Brasil.

2 - Os enunciados da pesquisadora e escritora e os cuidados de si:

Um dos textos de Eliane Lopes, publicados em revista científica, cujo objeto são as fontes documentais e categorias de análise, assim trata a função social da produção historiográfica e sua publicação:

Os dicionários de símbolos mostram sempre que o livro é o símbolo da ciência e da sabedoria. O livro também é o símbolo do Universo. Não dizemos todos que o Universo é um imenso livro pronto a ser apreendido e aprendido? A maneira como está representado tem também seu significado: um livro fechado significa a matéria virgem; aberto a matéria está fecundada. Fechado, o livro conserva seu segredo; aberto seu conteúdo é tomado por aquele que o lê. [...] Em *O aparecimento do livro*, Lucien Febvre, no Prefácio, lembra que o título do livro poderia ser *o livro a serviço da história*. (LOPES, 1992b, p. 105)

Este texto sobre a escrita e sua publicação em formato de livro traz, na polissemia discursiva com outro historiador (Lucien Febvre), a relação instituída entre o escritor qualificado (professor universitário) e o leitor; formas de expressão constituídas entre as comunidades intelectuais (escritores) e as sociedades de leitores. O texto organiza, assim, de modo semelhante à explicação de Foucault (2010:09) sobre a circulação dos textos de Kant, “a competência e a leitura na forma livre e universal da circulação do discurso escrito”. O lugar dado ao texto é, nessa perspectiva emprestada de Foucault (2010:10), “uma realidade instituída e desenhada pela própria existência de instituições como as sociedades científicas, como as academias, como as revistas, e o que circula neste âmbito”. É neste campo de disputas que os textos escritos por Eliane Lopes são publicados a partir de sua dissertação de mestrado, divulgada em formato de livro: *Origens da educação pública: a instrução na revolução burguesa do século XVII*⁴.

⁴A primeira edição foi publicada em 1981 pelas Edições Loyola, São Paulo. Em 2008, a editora Argumentvm, de Belo Horizonte, publicou uma nova edição com o título *Origens da educação pública*.

Segundo a própria autora,⁵ as escolhas feitas na escrita da dissertação foram influenciadas tanto pelo trabalho de tese do concurso para professor-assistente na Faculdade de Educação⁶ – no qual abordou todos os pontos de História Geral da Educação – quanto pela orientação do pesquisador Carlos Roberto Jamyl Cury durante o seu mestrado. Ela decidiu manter nesse trabalho acadêmico uma “relação erótica” com *O banquete* de Platão, como ela mesma conta sobre as orientações recebidas de seu mestre, e depois escolheu lidar com “as categorias de hegemonia e coesão originadas do pensamento de Gramsci, que deram sentido à ideia de relação educação-sociedade no contexto da Revolução Francesa.” (LOPES, 2005a:121)

Observa-se, não só em sua dissertação como também em toda sua produção subsequente, o uso persistente de epígrafes, o que é considerado por ela como resultado do que aprendeu com o que leu e com o que ouviu, ou seja, uma questão de interpretação, como diz Darnton (1990), uma forma de *fazer sentido*:

Para mim, as epígrafes sempre funcionaram como o espelho da minha subjetividade. Mostram aquilo que estando dentro, não dá mais para esconder. Além disso, as epígrafes articulam de alguma forma o mundo da literatura e das leituras paralelas e clandestinas com o texto que está sendo escrito. (LOPES, 2005a:121)

Os usos de epígrafes como trabalhos de citação, na perspectiva de Bakhtin (1999:148), estabelecem o diálogo com o outro em uma “interação dinâmica entre o discurso a transmitir (citação) e aquele que serve para transmiti-lo (discurso que cita). Na verdade, só têm uma existência real, só se formam e vivem por meio dessa inter-relação, e não de maneira isolada”. É nesta relação de diálogo que a pesquisa historiográfica reconstrói (na escrita) o mundo ao espelhar-se com o outro (os textos lidos). Para Eliane Lopes (2005a:140), “da psicanálise e da história tenho a interpretação como cerne. E da música. Gosto de escrever de tudo. A interpretação seria a minha causa, se tivesse uma”. Segundo ela, das leituras que fez muita coisa esqueceu, mas nada se perdeu. Algumas entraram “pele adentro”. Sobre aquelas feitas durante a produção da tese de doutorado (LOPES, 1985), afirma:

Jamais me contentei em ler apenas o que era preciso, sempre li o que estava em torno: do tema, dos autores, da época, e de um “eu” que fazia aquele trabalho e era trabalhado por ele. Minas Colonial deveria estar acompanhada por Cecília Meireles, pelos poetas árcades e outros, e a partir do momento em que os trouxe para a construção desse imaginário, era impossível escrever sem incluí-los. A contrabando, me encharcava de *Grandes Sertões: veredas*, conhecendo aquela Minas – pensamento, paisagem e dicção – que ainda não conhecia. Nesse trabalho, realizado

⁵ Em entrevista concedida em 2008 para nosso trabalho de estágio pós-doutoral (KLINKE, 2013).

⁶ Em 1977, foi uma nova exigência do MEC para a promoção dos professores auxiliares de ensino ao cargo de assistente.

em 1984, a ousadia – que o texto pediu, não propriamente da autora – foi levada ao seu extremo. Poemas e documentos históricos, charges e epígrafes apenas indiretamente ligadas ao texto se articulavam, se misturavam deixando ao leitor um trabalho de concatenação então ainda raro em trabalhos de história. (LOPES, 2005a:135)

É deste modo que nosso sujeito, como o discípulo (um leitor) prenunciado por Kant durante as aulas de Foucault (2006a, 2010), pôde efetivamente receber os discursos verdadeiros como, quando e nas condições que lhe convinham e, com eles, construir uma relação consigo mesma ao proceder em sua própria escrita o “efeito de retorno” (2010:42) já citado aqui. Ou seja, em hipótese, na escrita de Eliane Lopes se observa o retorno que o dizer a verdade pode produzir no locutor (mestres) a partir do efeito que ele produz no interlocutor (sujeito leitor). Se assim o for, considera-se que os discursos pronunciados pelos mestres (escritores e orientadores) da historiadora tomaram a forma geral da *parresía*.

Do mesmo modo, o ofício da própria historiadora, sujeito desta análise, pode ser parresiasta, uma vez que, também como já foi citado, seu enunciado e seu “ato de enunciação vão, ao mesmo tempo, afetar de uma maneira ou de outra o modo de ser do sujeito e fazer [com] que aquele que disse a coisa a tenha dito efetivamente e se vincula ao fato de tê-la dito.” (2010:63-4) Isto se considerarmos como sua escrita exorciza leituras e escutas de uma carreira de docência, pesquisa e vida, especialmente a partir do primeiro trabalho escrito sem alguém que a orientasse, sem alguém que a sustentasse, como ela mesma diz, sem um mestre, como foi sua tese⁷ de concurso para professor-titular ao departamento em que trabalhava há vinte e um anos.⁸ No texto desta tese percebemos que, embora não sintetize os exercícios do cuidado de si, dentre as produções analisadas ela concentra a maior bagagem de experiências e, ao mesmo tempo, proporciona novos diálogos. Simboliza ao menos uma parcela de exercício do autêntico retiro ao qual se refere Frédéric Gros no subtítulo “Situação do curso de 1982 de Michel Foucault”:

O autêntico retiro, exigido pelo cuidado de si, consiste em ter recuo em relação às atividades nas quais estamos empenhados, prosseguindo-as, todavia, para manter entre nós e nossas ações a distância constitutiva do necessário estado de vigilância. O cuidado de si não tem por finalidade cortar o eu do mundo, mas prepará-lo, em vista dos acontecimentos do mundo, como sujeito racional de ação. (Gros *in* FOUCAULT, 2006a: 651)

O texto de sua tese de concurso para professor-titular congrega os estudos do pós-doutorado na *École des Hautes Études de Sciences Sociales* (1987), para onde levou a

⁷ *Da sagrada missão pedagógica*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

⁸ Hoje Departamento de Ciências Aplicadas à Educação, FaE, UFMG, do qual é professora emérita.

proposta inicial de trabalho sobre a história das filhas do Colégio da Providência de Minas Gerais do século XVIII e o conhecimento lá adquirido sobre as irmãs vicentinas da Companhia das Filhas de Caridade de São Vicente de Paulo, na Paris do século XVII. A estas experiências se mesclam os contatos com grupos de historiadores que estavam trabalhando com história das mulheres, resultando em novos diálogos, assim como as leituras e escutas feitas no Grupo de Estudos da História da Educação da Mulher (GEHEM), em seu regresso ao Brasil, com pesquisadoras feministas, participações em congressos, encontros públicos e privados com outros pesquisadores que desejavam analisar na perspectiva do gênero. O contato com outras escritas, outras escutas, impressas em outras vivências, paisagens mineiras, francesas, diferentes formas de escolarização, “errâncias da memória” (LOPES, 2005a:141), fizeram de seu texto um exercício de cuidado de si:

Todos esses textos (e outros) foram escritos a partir de uma angústia que produziu perguntas – uma por uma: O que causa a angústia do historiador? Ou, que causa (é) do historiador? Ou, o que causa o historiador? A transferência de trabalho esteve e está presente como consequência da palavra freudiana. (LOPES, 2005a:139)

A própria escritora já havia respondido a este questionamento no início de seu texto *O vívido do sujeito* (2005a), ao estabelecer nele um diálogo com o historiador francês Henri-Irénée Marrou:

O conhecimento do historiador será diretamente função do seu pensamento, do nível da sua cultura, a filosofia geral que lhe assegura as suas categorias mentais e os seus princípios de juízo. A história feita por agentes até então desconsiderados coloca em cena não só novos sujeitos da realidade histórica como traz um novo pesquisador a cada trabalho. Aquilo que ela passa a ser depende muito estreitamente do que ele é e só existe na medida em que o historiador se interessa, se apaixona, se empenha integralmente nisso. Uma análise mais apurada sempre porá em evidência esse vínculo essencial, esse cordão umbilical que liga a história feita ao seu historiador, a começar pela escolha do assunto. Mas a escolha é apenas o começo, o que conta é a maneira como a delimitamos, a orientamos e a compreendemos, como a realizamos. O que conta é o *estilo*. (LOPES, 2005a:115)

Eliane Lopes, como ela mesma conta, escreveu seus textos historiográficos bem ao seu *estilo* e, da mesma forma, organizou livros de amigos, publicou em livros que amigos e colegas organizaram, conversou com alunos, deu aulas, e conclui: “Tudo que fiz foi em torno de palavras.” (LOPES, 2005a:141)

Ser professora (como procedimento do conhecimento de si mesma) é uma temática reiterada na obra de Eliane Lopes. No artigo *Virginia* (1997:36), a questão do gênero feminino no exercício do magistério é evidenciada: “o exercício desse professorado se faz de maneira diferente? A desinência indicando o gênero – professor/professora – por si só pode trazer atributos de exercício profissional diferente?” Questão posta, o texto mostra como os homens

são mais citados do que as mulheres na história: “Esquece-se que as mulheres sempre ensinaram a vida e a morte. A andar, a falar (a língua não é materna?), a vestir, a comer; encomendam e pranteiam os mortos da família e da cidade; tudo isso, faziam as mulheres, antes que a escola fosse um espaço ocupado por elas... quase integralmente”. Durante muito tempo era nos conventos que a mulher ocupava legitimamente o lugar de ensinar e a formação de professora tinha suas particularidades. “O exercício da profissão – o ser professora – terá também suas particularidades. Ser professora é diferente de ser professor.” (LOPES, 2005a:37)

O gênero como categoria de análise histórica é aprofundado no texto *Da sagrada missão pedagógica* (2003a), resultado de sua tese de concurso para professor-titular, de modo que o modelo de “ser professor e ser professora” é analisado como um ideal presente na sociedade e na formação de professores. O texto mostra como tal modelo é disseminado por discursos, editoriais, artigos e livros que enaltecem determinadas qualidades e apontam defeitos dos quais é preciso fugir para ser um “bom professor” ou uma “boa professora”. Retoma o interior de uma congregação religiosa, a das filhas de caridade de São Vicente de Paulo, no século XVIII, e mostra como essas religiosas, assim como as ursulinas no século XVI, foram educadas em uma concepção de “maternidade espiritual” e de apostolado.

No texto *De Helena e de professoras* (1991b), Eliane Lopes se posiciona como sendo o próprio objeto da pesquisa: “não somos o que o discurso religioso ou o discurso moderno nos ensinou que deveríamos ser [...] quem somos nós (mulheres e professoras) afinal”? Na perspectiva dos cuidados de si, Foucault (2006a) considera que o ato de escrever intensifica e aprofunda a experiência de si, enquanto as nuances da vida, os estados da alma, as leituras, enfim, abre-se largo campo de experiências.

Em *A educação da mulher: a feminização do magistério* (LOPES, 1991a:02) o título do texto é assim justificado pela autora: “diz mais do que de mim, diz do universo em que habito. A maioria de minhas professoras foram mulheres, das minhas colegas são mulheres. Sou, eu–mesma–mulher, professora, contragosto já revisitado.” E completa: “sempre foi ofício das mulheres ensinar. Transmitiam aquilo sem o que não se vivia: a vida (trazer à luz) e a morte (chorar os mortos)” (1991a:04). É neste ofício da historiadora que se pode observar o trabalho da tessitura de textos que expressam o conhecimento de si para tudo dizer e, assim, deslocar as perguntas para proporcionar a autonomia dos leitores. A isto se presta em sua escrita ao fazer aproximações da psicanálise com a educação: “interessa-me especular se

encontro no referencial psicanalítico, freudiano e lacaniano alguma possibilidade de resposta que me possibilite mudar aquelas perguntas, isto é, sair do lugar.” (1991a:13)

Para Eliane Lopes, pensar a partir do enfoque de gênero é tentar descobrir o quanto existe de arbitrário na posição que homens e mulheres ocupam na sociedade. Neste sentido, os “mestres” na história da educação são homens, enquanto as mulheres ocupam o lugar daquela que ensina somente nos conventos; o ofício de ensinar vinculado à maternidade advém da “domação” da sexualidade da mulher, de seus anseios e desejos, o que se materializa na vigilância do vestuário da professora, dos processos e dos produtos de seu conhecimento. Estudar e escrever sobre a educação das mulheres no Brasil, segundo ela, exige empenho.

A produção historiográfica sobre a educação das mulheres no Brasil, segundo Eliane Lopes, é recente (a partir da década de 1980) e permanece tímida, apesar do empenho de pesquisadoras e pesquisadores em utilizar essa categoria, da repercussão de suas produções em eventos científicos, das publicações de artigos em revistas científicas e de livros. Em suas palavras, “introduzir a questão de gênero em um trabalho sobre história da educação não tem acontecido, é raro, costuma ficar como um apêndice, sobrando” (LOPES, 2008) como categoria secundária de análise, de modo que, “os ardis da sexualidade e do poder que sustentam seu dispositivo conseguem submeter-nos a essa austera monarquia do sexo”. (FOUCAULT, 2006b:174) Como diz o próprio Foucault, em continuação ao trecho citado, talvez um dia, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, voltemo-nos “à tarefa infinita de forçar seu segredo e extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras. Ironia deste dispositivo: é preciso acreditar que nisso está nossa *liberação*.”

3 - À guisa de conclusão, uma hipótese de *parresía*:

As condições de “ser homem” e de “ser mulher”, reiteradamente questionadas nos textos de Eliane Lopes, abordam, como um exercício de conhecimento de si em sua condição de mulher, a resistência a um modelo de feminilidade que restringe sua participação na sociedade por meio de um processo educacional discriminador. Assim, em seu ofício de historiadora é posto ao público o sistema de necessidades no qual a mulher está inserida e, com olhar sensível sobre as diferenças existentes na educação dos gêneros, a autora pondera sobre si mesma na condição feminina. Isto se evidencia nas escolhas de objeto que faz em suas pesquisas, na fundamentação de suas investigações no campo da história cultural e das mentalidades, e no ofício de citar.

A autora, no entanto, não se dedica ao exercício de escrever sobre si no início da carreira, mas o faz recentemente (2005a), na “maturidade” do ofício de historiadora. É quando

reconhece a mãe audaciosa e feminista que teve como exemplo de liberação e quando assume o ato de ocupar-se consigo como um *estilo* de escrita. O primado do cuidado de si apresentado por Foucault (2006a) traz a importância dessa relação consigo mesmo, uma vez que essa gera a afirmação de uma independência irreduzível, assumindo assim uma nova governabilidade, a da *distância ética*.

Esta nova governabilidade significa lutar contra as sujeições às formas de poder sobre a vida cotidiana e interpretá-la, como faz Eliane Lopes, De acordo com a perspectiva de Foucault (2006a), isto significa analisar as formas de poder sobre a vida cotidiana: como os indivíduos são classificados em categorias, como são designados por sua individualidade própria, como são presos à sua identidade e como lhes é imposta uma lei de verdade a ser neles reconhecida.

Cuidar de si, para Foucault, é ser seu próprio objeto de análise ao longo de toda a vida. Esta é a subjetividade do historiador à qual Eliane Lopes se refere em sua obra, e já citado aqui: “o conhecimento do historiador será diretamente função do seu pensamento, do nível da sua cultura, a filosofia geral que lhe assegura as suas categorias mentais e os seus princípios de juízo” (LOPES, 2005a:115)

Referências:

- BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- DARNTON, R. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Trad. de Denise Buttman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Edição estabelecida sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana, por Frédéric Gros. Trad. de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2006a.
- _____. *Ditos e escritos*. Vol. 3. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manoel de Barros Motta. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.
- _____. *O governo de si e dos outros*. Curso no Collège de France (1982-1983). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- KLINKE, K. Práticas de leitura e escrita como exercícios do cuidado de si: Eliane Marta Teixeira Lopes. PERES, S. M. (org.). *Leitura: história e prática*. Goiânia: Cànone Editorial, 2013. p. 67-92.
- LOPES, E. M. T. Entrevistas concedidas durante o primeiro semestre de 2008.
- _____. O vívido do sujeito. In: MONARCHA, Carlos. (org.). *História da educação brasileira*. Formação do Campo. Ijuí: Unijuí, 2005a, p. 115-144.
- _____. *Da sagrada missão pedagógica*. São Paulo: Universidade São Francisco, 2003a.
- _____. Virginia. *Dois pontos: teoria e prática da educação*, v. 4, n. 31, p. 17-19, 1997.
- _____. Fontes documentais e categorias de análise para uma história da educação da mulher. *Teoria e Educação*, n. 6, p. 105-114, 1992b.
- _____. A educação da mulher: a feminização do magistério. *Teoria e Educação*, n. 4, 1991a.

- _____. De Helena e de professoras. *Teoria e Educação*. n. 4, p. 172-175, 1991b.
- _____. *Colonizador-colonizado: uma relação educativa no movimento da história*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1985.
- _____. *Origens da Educação Pública: a instrução na Revolução Burguesa do século XVII*. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- VEYNE, P. M.. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

O discurso redentorista acerca do “progresso” e “atraso” na imprensa escrita em Goiás (1922-1927)

Robson Rodrigues Gomes Filho*

Embora comumente despercebida, a presença de religiosos europeus alemães em Goiás, em boa parte do tempo transitando entre as casas goiana e paulista, acentuou – seja na imprensa escrita, seja no próprio discurso religioso – as disparidades entre uma Europa industrial, um estado de São Paulo em marcha de industrialização e “progresso”, e um estado de Goiás ainda ruralizado e comumente vinculado às imagens de “atraso” e “decadência”, gerando aquilo que acreditamos ser uma singular variação de compreensão de tempo e espaço por parte destes agentes históricos específicos.

Desse modo, a primeira reflexão a que nos dispomos no presente trabalho fazer refere-se às possíveis *experiências* temporais¹ dos religiosos redentoristas em Goiás.

A vinda da Ordem Redentorista para o estado goiano, em 1894, se deu em um contexto específico da história da Igreja Católica no Brasil: o fim do regime de padroado em 1890 imprimira à Igreja a necessidade de gerir seus próprios recursos financeiros, uma vez que o subsídio estatal estava legalmente extinto. Em Goiás, mais precisamente, o bispo (notadamente o mais ultramontano da história eclesiástica do estado) Dom Eduardo Duarte Silva, que assumira a diocese goiana em 1891, marcava sua passagem pelo estado já com diversos conflitos com as entidades laicas, tanto na política (conflitos com as oligarquias vinculadas ao liberalismo e à maçonaria), quanto na religião (conflitos com irmandades leigas que controlavam paróquias e festas religiosas).

O embate mais significativo para a decisão de Dom Eduardo em trazer uma ordem religiosa estrangeira para o estado de Goiás se deu na cidade de Barro Preto (atualmente Trindade), cuja romaria ao Divino Pai Eterno (ainda hoje a mais popular do estado, e uma das

* Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professor efetivo do curso de História da Universidade Estadual de Goiás, UnU-Morrinhos.

¹ A definição de experiência com que estamos trabalhando, refere-se, com já dito, à Koselleck, que define a “experiência” como sendo “o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou quem não precisam mais estar presentes no conhecimento” (Koselleck, 2006: 310).

mais frequentadas do Brasil) mantinha-se em mãos (religiosa e financeiramente) de irmandades leigas. Com a necessidade de obter das romarias e festas populares o quinhão que caberia à superação da crise financeira pós-padroado da diocese, Dom Eduardo – após ter seus padres expulsos da tentativa de gerenciamento da festa – decidiu partir à Europa em busca de uma ordem religiosa que lhe tomasse à diocese o controle da romaria de Barro Preto, e iniciasse um processo de moralização das condutas eclesiásticas em Goiás². Foi neste contexto que Dom Eduardo Silva negociou a vinda dos religiosos da Ordem Redentoristas da Baviera, na Alemanha, para Goiás e São Paulo³.

Na Alemanha, entretanto, a congregação do Santíssimo Senhor Redentor vivia um período de profunda crise desde 1873, quando durante a chamada KulturKampf (a “luta cultural”) Otto von Bismarck expulsou os religiosos redentoristas do país, ligando-os à imagem dos jesuítas, igualmente exilados. A motivação de tal expulsão refere-se especialmente ao fato de a Igreja Católica estar vivendo o auge do ultramontanismo, em que a fidelidade à figura “estrangeira” do papa, sobretudo com sua sobreposição aos Estados civis, ameaçava a unidade há pouco forjada na Alemanha. Em todo caso, a congregação redentorista só pôde voltar a atuar no país em 1894, ainda abalados com os 21 anos de exílio, coincidentemente no mesmo ano em que receberam de Dom Eduardo o convite para a missão em Goiás⁴.

Neste sentido, visto o trânsito constante dos religiosos redentoristas entre as casas alemã, paulista e goiana, acreditamos haver em nossos agentes históricos em questão aquilo que chamamos de alteridade temporal, fruto tanto de suas experiências com três localidades inteiramente distintas no que se refere à modernidade, quanto de suas diferenciadas expectativas para estes diferentes espaços geográficos.

Em interessante reflexão sobre a relação temporal e geográfica de “antigos” e “modernos”, François Hartog (2003) destaca como, a partir da modernidade e do

² Sobre os conflitos religiosos de Dom Eduardo em Goiás, bem como suas posturas diante do clero que encontrou na região, ver: Santos (2008), Vaz (1997) e Gomes Filho (2011).

³ A repartição dos missionários redentoristas entre Goiás e São Paulo não estava nos planos iniciais de Dom Eduardo, tendo deste um expresso descontentamento. Segundo ele mesmo relata em sua autobiografia, Dom Joaquim Arco-Verde, bispo da diocese de São Paulo, ao saber dos religiosos conseguidos pelo bispo de Goiás, igualmente os pediu para o superior da província redentorista alemã com intuito semelhante ao de Dom Eduardo: administração do Santuário e Romaria de Aparecida do Norte. Ver: SILVA (2007).

⁴ Sobre as dificuldades de adaptação, conflitos e disposições das primeiras décadas dos Redentoristas em Goiás, ver: Paiva (2007) e Gomes Filho (2011).

descobrimos dos “selvagens” americanos pelos europeus, o “antigo” deixou de ser uma localidade específica do tempo, e tornou-se possível de ser igualmente balizado no espaço. É desse modo que encaramos a experiência e expectativa de variação temporal vivida pelos redentoristas, uma vez que seu trânsito entre Alemanha, São Paulo e Goiás marcava o descompasso de três lugares espaciais localizados em diferentes tempos de desenvolvimento e progresso.

Por outro lado, tomamos ainda aquilo que Koselleck chama de “expectativas”, porquanto, o

futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem. (Koselleck, 2006: 310)

Também esta categoria formal parece-nos de singular importância para compreendermos que tipo de anseios por progresso os editores redentoristas imprimiram em suas folhas, uma vez que a singularidade de sua elaboração sobre o progresso em Goiás não pode ser desvinculada nem das experiências históricas, sociais e temporais, nem tampouco daquilo que esperavam para um Goiás que ainda vivia sob a sombra do “atraso”. Assim, a partir de tais categorias formais nos parece possível captar as impressões do modo como os editores em questão compreendiam o tempo histórico de Goiás, elaborando, a partir de suas experiências europeias e paulistas, bem como de suas expectativas para o sertão goiano, uma visão inteiramente singular do que acreditavam por “progresso”. Destarte, nas palavras de Koselleck (2006: 308),

experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político.

Voltando-nos, finalmente, para nossa fonte de pesquisa, o jornal *Santuário da Trindade*⁵, deparamo-nos com um periódico escrito em meio a um interessante conflito de interesses políticos, sociais, econômicos, e mesmo religiosos, entre diferentes e divergentes tendências no estado de Goiás. Desde a proclamação da república brasileira, imperava no estado as tendências liberais, sobrepostas inclusive ao positivismo, cujos conflitos com o liberalismo se tornaram conhecidas no período da Primeira República. No estado goiano, a

⁵ Para informações e reflexões mais específicas sobre o próprio jornal em si e seus editores, ver: Gomes Filho (2011).

oligarquia representada pelos Bulhões (família de tendência maçom e liberal)⁶ tomou a dianteira política durante as primeiras décadas da república, sendo superada, a partir da década de 1910 pelos Caiado, cuja afinidade com o Partido Católico e com as agendas de preocupações da diocese eram explícitas⁷. Além dos conflitos políticos, é de fundamental importância lembrarmos outros importantes adversários da Igreja Católica no estado – os quais nos ocuparemos mais adiante – cujas preocupações estiveram explícitas nas folhas do *Santuário da Trindade*. Destacamos dentre eles a “maçonaria”, o “protestantismo” e o “espiritismo”.

Não obstante às divergências e conflitos entre adversários políticos e/ou religiosos em Goiás, é ímpar lembrarmos-nos de um elemento que não só fez parte dos discursos de quase todas as tendências em questão, como foi um artifício retórico responsável tanto pela autolegitimação do discurso redentorista, quanto por ataques diretos a seus adversários: o *nacionalismo*.

Com o início de suas edições em 1922, ano do centenário da independência do Brasil, não seria assombro a quantidade de matérias de cunho nacionalista lançadas pelo *Santuário da Trindade*. De fato, todas as comemorações do centenário, seguidas de argumentos fortemente patrióticos, fizeram parte das folhas do periódico em questão durante todo o ano de 1922. Todavia, chama-nos a atenção o teor de tais matérias, cuja argumentação articulava-se em torno do *nacionalismo*, *imperialismo político estadunidense*, combate ao *protestantismo*⁸ e, o que nos é mais caro, o *progresso*.

⁶ Lembramos que o bispo Dom Eduardo Silva, que trouxe os redentoristas à Goiás, teve diversos conflitos com a família Bulhões, por suas tendências liberais, maçons e anticlericais, chegando até mesmo a ser expulso da capital do Estado, passando a residir em Uberaba ainda no final do século XIX. Sobre estes conflitos, ver: Santos (2008).

⁷ Sobre os conflitos entre Bulhões, Caiado e Igreja Católica em Goiás, ver: Vaz (1997) e Chaul (2002).

⁸ Sobre a vinculação *nacionalismo e imperialismo estadunidense* como forma de combate ao protestantismo, trazemos como exemplo as seguintes matérias: “Anda por quasi toda parte um inimigo insidioso e traiçoeiro que tenta roubar ao povo o que tem de mais precioso, a sua Religião, e junto com ella lhe rouba o amor à pátria e a paz na própria família. Este inimigo é o protestantismo [...] Os pregadores protestantes vêm quasi todos da América do Norte e seu fim não é cuidar de Religião, mas ganhar partido para que os Estados Unidos da América do Norte possam mais tarde predominar no Brasil. Assim já fizeram no México e em outros países. Se elles quizessem mesmo tratar de religião deviam ficar no país delles, onde há vinte vezes mais pagãos e gente sem Religião que no Brazil.” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 2, 15/07/1922); “[...] é realmente inimigo do Brazil quem se torna protestante ou quem favorece a propaganda protestante norteamericana” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 12, 02/12/1922); já em edição de 21 de outubro de 1922, o jornal se refere a um suposto protestante em Campinas (Goiás) que distribuiria folhetos protestantes pela cidade: “Elle, porem, contará a seus patrões que distribuiu tantos centos ou milheiros de folhetos e será bem pago por aquelles que querem fazer-nos protestantes para nos tornar norteamericanos” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 9, 21/10/1922);

Dentre muitas e variadas matérias que vinculam o nacionalismo e a religião, destacamos duas. Na primeira, o editor chefe do jornal, Padre João Batista Kiermeier, argumenta em favor de que seriam os católicos os mais propícios para o desenvolvimento do verdadeiro patriotismo no Brasil:

O amor à Patria é um sentimento nobre e justo, semelhante ao amor que votamos a nossos Paes. É a Patria que nos viu nascer, que protegeu a nossa infância, que desenvolveu a nossa mocidade. É a Patria o berço de nossos parentes e de todos os que conosco fallam a mesma língua e seguem os mesmos costumes. **A Religião reconhece e proclama o dever do amor à Patria, o dever que a todos assiste de trabalhar pela Patria.** É um dever que a propria natureza nos impõe e que a Religião approva e ennobrece. A experiência mostra-nos mesmo que as pessoas religiosas são as mais patriotas, as mais dispostas a trabalharem e fazerem sacrifícios pela Patria. [...] **No centenário da independência ninguém deixa de recordar os grandes benefícios que o Brazil deve no patriotismo do clero.** [...] **Em parte alguma Religião e patriotismo andaram sempre tão estreitamente unidos como no Brazil.** P.J.B. (Santuário da Trindade, nº 5, Ano 1, 26/08/1922. **Grifos nossos**)⁹

Na segunda, em edição seguinte do jornal, o apelo ao progresso tornou-se uma das marcas indeléveis no discurso redentorista no que tange a defesa do patriotismo:

[...] o Centenário nos deixará também cousa mais preciosa e que mais dure: um augmento de amor pela Patria e do **desejo de trabalhar por seo progresso e por sua grandeza. Quem trabalha pela Patria? Todo aquelle que se esforça para augmentar os recursos materiaes e moraes do paiz.** [...] É patriota o official que procura trabalhar e aperfeiçoar-se e no seo officio, porque emquanto trabalha para ganhar a vida, **trabalha também para o melhoramento de sua cidade, para o progresso da Patria. Não é patriota somente o preguiçoso que não se dedica a nenhum trabalho serio e assim rotina-se um inútil um peso para os seus e para a sua terra.** Trabalha pela Patria quem trabalha pela instrução [...] **A instrução é a base de todo desenvolvimento e progresso.** [...] **É inimigo da Patria quem por interesse próprio excita ódios e [ilegível] partidárias, que são um [ilegível] empecilho do progresso.** [...] Trabalha emfim pela Patria quem trabalha pela Religião. É certo que a Religião é o mais firme laço da unidade nacional, que a religião é uma força moral de inestimável valor, porque preserva o homem de mãos caminhos e lhe aumenta o amor ao trabalho e a fidelidade no cumprimento de seus deveres. **Por isso é inimigo da Patria quem trabalha contra a Religião e pelo contrario, é benemérito da Patria quem contribue para que a Religião cada vez mais aumente e floresça.** P. J. B. (Santuário da Trindade, nº 6, Ano 1, 26/08/1922. **Grifos nossos**).

⁹ Destacamos que a norma linguística das citações do jornal *Santuário da Trindade* foi mantida do original.

As citadas matérias trazem-nos reflexões importantes, tanto no que tange a relação “nacionalismo vs. religião”, quanto no que se refere à importante visão impressa sobre o progresso. Em primeiro lugar, cabe-nos ressaltar que o discurso nacionalista ligado à religião se opõe frontalmente às tendências oitocentistas da Igreja Católica ultramontana. A elevação da nação à condição de produtora de sentidos (Anderson, 1989), tornando-se uma espécie de religião secular, tornou-a adversária de uma Igreja ultramontana que se pretendia ainda mais universal, tanto do ponto de vista político, quanto cultural e religioso. A influência do papa sobre a soberania dos estados nacionais, conforme tentou impor o movimento ultramontano, feria diretamente os princípios básicos do amor à pátria e serviço à nação. Todavia, tais princípios, responsáveis pela vinda dos missionários redentoristas a Goiás, parecem ter se perdido em uma nova aliança informal estabelecida ao longo das primeiras do século XX entre Igreja Católica e Estado brasileiro¹⁰. Tal aliança mostrava-se igualmente forte nos discursos redentoristas, conforme percebemos na primeira citação, cuja mensagem central procura referir-se ao catolicismo como sendo não somente um catalisador do sentimento nacional, mas o verdadeiro paladino da nação brasileira.

Já no segundo trecho citado do jornal, há uma evidente ligação feita entre três elementos aparentemente relacionais, mas que guardam um paradoxo que necessita ser evidenciado: *nacionalismo, progresso e trabalho*.

As relações entre trabalho e progresso, analisadas em primeira mão no Brasil por Iraci Galvão Salles (1981), tiveram uma ascensão discursiva fundamentalmente na crise e abolição da escravatura brasileira, tornando-se necessário a afirmação de que o progresso nacional viria do trabalho enquanto fonte de enriquecimento, não de castigo. Todavia, conforme lembramos em Weber (1989) e Troeltsch (1951), essa associação entre riqueza e trabalho ligada a discursos religiosos remete-nos diretamente ao protestantismo, não ao catolicismo. Aqui, precisamente, reside o paradoxo que desejamos expor: se, por um lado, o discurso redentorista, conforme vimos na segunda citação do jornal, liga o progresso da nação ao trabalho, e este trabalho à religião (“é inimigo da Pátria quem trabalha contra a Religião e pelo contrario, é benemérito da Pátria quem contribue para que a Religião cada vez mais aumente e floresça”), por outro, os mesmos editores redentoristas atacam o protestantismo (precursor da relação “trabalho vs. religião”) como inimigo não só da religião, mas

¹⁰ Sobre as relações entre Igreja Católica e Estado brasileiro no início do século XX, ver: Vaz (1997), Bruneau (1974) e Hoornaert, et. al. (1983).

fundamentalmente da pátria: “Anda por quasi toda parte um inimigo insidioso e traiçoeiro que tenta roubar ao povo o que tem de mais precioso, a sua Religião, e junto com ella lhe rouba o amor à Patria e a paz na propria familia. Este inimigo é o protestantismo” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 2, 15/07/1922).

Entretanto, mais curioso ainda é a crítica feita ao protestantismo pelo fato de este estar sempre ligado a questões políticas e comerciais:

Os missionários protestantes não fazem bem algum no extremo oriente; antes seu interesse é perturbar a paz. Esses missionários não ensinam o caminho ou doutrina de Deus aos estudantes, sinão o caminho do diabo. Esquecem-se de que são propagadores da religião e se metem em política. [...] De modo contrário procedem os missionários catholicos: estes não são commerciantes, não perturbam a paz dos povos, antes auxiliam a consolidar em seos postos as autoridades legitimamente constituídas. Também no México os ministros protestantes favoreceram a revolução e chegaram mesmo a pegar em armas e mandar seos adeptos pegar em armas contra o governo. Bons missionários esses protestantes. (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 18, 24/02/1923)

Essa curiosa crítica à atuação intramundana do protestantismo – explícita em numerosas matérias do periódico – nos remete a uma visão singular dos editores redentoristas sobre o “trabalho” e o “progresso”, uma vez que “trabalhar” pela nação não poderia significar interferir nos poderes legalmente constituídos, ou mesmo atuar política e economicamente a partir de discursos religiosos (evidentemente para os adversários da Igreja, não para ela própria). Antes disso:

Quem trabalha pela Patria? Todo aquelle que se esforça para augmentar os recursos materiaes e moraes do paiz. [...] Não é patriota somente o preguiçoso que não se dedica a nenhum trabalho serio e assim rotina-se um inútil um peso para os seus e para a sua terra. (Santuário da Trindade, nº 6, Ano 1, 26/08/1922).

Neste sentido, parece haver uma preocupação dos editores redentoristas, no que tange o caminho do progresso da nação, sendo este fruto não da acumulação de bens para si (algo inerente ao protestantismo), mas da necessidade de que o trabalho pessoal seja exercido em prol do desenvolvimento econômico e financeiro da nação¹¹.

Faz-se necessário lembrarmos ainda o fato de que, em plena década de 1920, época de ascensão clara dos regimes totalitários na Europa, os religiosos redentoristas alemães em

¹¹ Esta relação entre “progresso” e “trabalho” pode ser refletida também em termos do “medo da vadiagem”, analisado por Oliveira (2006). Mais especificamente, no caso dos redentoristas editores do *Santuário da Trindade*, esta oposição frontal à vadiagem ficou explícita no combate ao movimento messiânico de “santa Dica”. Sobre o assunto, ver: Gomes Filho (2012).

Goiás não destoaram do nacionalismo político em franca ascensão em seu continente de origem. Pelo contrário. Em diversas matérias do jornal *Santuário da Trindade* é perceptível uma visão política inteiramente compassada às práticas totalitárias europeias, cujo conteúdo perpassa desde o combate ao comunismo¹², a xenofobia¹³ e mesmo um apoio direto ao regime fascista italiano, cujo conteúdo, mais uma vez, se liga diretamente a uma visão específica acerca do progresso da pátria.

Diga-se o que quiser; uma coisa não se pode negar quanto a Mussolini: é um homem extraordinário, um político de vistas largas, com visão estupenda das necessidades do momento de energia e atuação inegualável. Agora que a Itália vai celebrar o sétimo centenário da morte de São Francisco de Assis enviou ele uma mensagem grandiosa a todos os italianos do mundo inteiro concitando-os a festejarem este grande santo como **tipo do verdadeiro patriota, glória de sua nação e benemérito da humanidade. Assim esse homem extraordinário de tudo se ocupa, cultuando sempre a religião como o princípio e base de toda felicidade e grandeza de sua pátria.** Belo exemplo para esses político pygmeos de nosso parlamento que com suas curtas inteligências tanto se oppuzeram às emendas religiosas. (*Santuário da Trindade*. Ano 4, n. 137. 19/12/1925. **Grifos nossos**).

Por fim, em diversas matérias, especialmente quando se trata de repressão a quaisquer formas de vivência religiosa não católica, o *Santuário da Trindade* transparece posicionamentos de combate religioso e político contra o “atraso” supostamente representado por seus adversários. No que tange o espiritismo, este sempre é taxado – dentre outras coisas

¹² “No Rio de Janeiro constitui-se um partido comunista, semelhante em seus planos ao que arruinou a Rússia e que ainda faz a infelicidade daquelle grande paíz” (*Santuário da Trindade*, Ano 1, nº 6, 09/09/1922); “Os chefes socialistas dizem aos operários que se deve guerrear os ricos e repartir os bens delles entre todos. Mas emquanto assim fallam, fazem os operários pagar mensalidades e ocultamente ajuntam riquezas fabulosas [...] Assim fez o Sr. Trozki, chefes dos communistas russos que já tem uma fortuna de mais de sessenta mi contos. E todos os outros fazem isto mesmo. Operários, não vos deixeis explorar e não entreis em ligas que atacam a religião e a propriedade.” (*Santuário da Trindade*, Ano 1, nº 7, 23/09/1922); Morreu Lenine, o grande carrasco que mandou matar centenas de milhares de pessoas para fazer um paiz comunista. A desorganização, a revolução, o terror e a fome tornaram a Rússia um paiz extremamente infeliz durante os annos que Lenine a tyrannisou de modo que sua morte é certamente um allivio, a esperança de tempos melhores. (*Santuário da Trindade*. Ano 1, n. 4, 09/02/1922).

¹³ Em uma curiosa matéria do dia 7 de Outubro de 1922, o *Santuário da Trindade* divulgou uma longa matéria sobre uma suposta vinda de mil famílias de imigrantes negros estadunidenses para povoarem o sul de Goiás, com críticas de tom francamente xenofóbico: “Pelo ultimo recenseamento verificou-se que todo o Estado de Goyaz não tem seiscentos mil habitantes, o que quer dizer que os brasileiros, os filhos do paiz, aquelles que têm luctado com difficuldades e tropeços mil para o próprio progredimento, se hão de enfrentar de repente com quinhentos ou seiscentos mil adventícios, activos, expertos, finos e endinheirados, que hão de absorver e anniquillar a população nacional. E saberão os leitores que immigrants são esses que vão invadir Goyaz? Basta que apellem para sua memória. Hão de estar lembrados que os protestantes da America do Norte da raça negra que elles detestam e odeam visceralmente [...] Com essa gente vinda para cá, sobretudo em massas conquistadoras e absorventes, se hão de produzir luctas religiosas, que sempre são as mais temíveis. Defendamos, pois, o nosso patrimônio moral, que está crystallizado na Santa Igreja Catholica Romana”. (*Santuário da Trindade*, Ano 1, nº 8, 07/10/1922).

– como um atentado à saúde pública¹⁴; com relação ao protestantismo são apontados argumentos contra o imperialismo estadunidense que impediria o progresso e patriotismo brasileiro, e, conseqüentemente, goiano; quando se trata de curandeirismos e benzedores o periódico aponta para uma direção voltada para a esfera de superstição e irracionalidade.

Em suas dezenas de artigos criticando as “supersticiosas” religiosidades não católicas, o *Santuário da Trindade* utilizou-se não raras vezes de argumentos voltados para a contraposição entre a “ignorância” – símbolo do atraso e letargia social supostamente cridos de ser vividos por Goiás – e a “civilização”, marcada por uma religião antes de tudo “racional e institucionalizada” (quando contraposta aos modelos de “magia” e “superstição” combatidos pelo jornal), bem como por um desejo de uma sociedade culta e “civilizada”, portanto, imersa no “progresso”. Tais posicionamentos podem ser visualizados em alguns trechos de artigos do próprio jornal, utilizados como argumentos contra o movimento messiânico de “santa Dica”¹⁵.

[...] É incrível que no século 20 ainda haja pessoas que se prestem para taes babozeiras. Mais uma vez se prova que a falta de religião e a ignorância do catecismo arrastam os homens para a superstição e fanatismo. Mais uma vez pedimos providências ao Governo contra essa mancha para os foros civilizados de Goyaz. (Santuário da Trindade. Ano 3, n. 93. 17/01/25)

[...] Não é isso uma vergonha para o nosso século tão adeantado que se julga livre de toda a superstição e fanatismo? [...] (Santuário da Trindade. Ano 4, n. 120. 14/08/25)

[...] Os motejos e sarcasmos indicando nomes e narrando as homenagens prestadas à Dica na capital do estado, são verdadeiramente desconcertantes e humilhantes para os foros cultos de Goyaz [...] E a história não ficará nisso: daqui a dias essa imprensa collocará nosso estado no rol das tribos selveticas

¹⁴ Inúmeras são as matérias do *Santuário da Trindade* em combate ao espiritismo (um dos adversários católicos mais combatidos pelo periódico). Na maior parte delas, a expressa maioria dos argumentos utilizados pelo jornal contra o espiritismo se refere à ideia de que este causaria loucura, sendo um verdadeiro “atentado à saúde pública”, portanto, impensável em um país que almeja o progresso. Dentre as mais variadas, destacamos duas como exemplo: “A quantos o espiritismo tem transtornado a cabeça. O director do hospício do Juquery, o grande hospício de São Paulo declarou que grande parte dos doudos que ali estão internados, enlouqueceu por causa do espiritismo” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 4, 12/08/1922); “Acontece muitas vezes que os que praticam o espiritismo acabam loucos ou suicidam-se. O espiritismo é por isto um grande inimigo da humanidade, uma praga terrível que, onde entre, causa os maiores estragos” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 11, 18/11/1922); “A demência de um guarda-livros, chefes de família, e o suicídio de uma jovem, são os factos mais recentes. Não faz dois mezes talvez suicidou-se uma senhora, num sanatório espírita, nos subúrbios da capital. [...] Mas qual o principal culpado de tantas desgraças? O código penal brasileiro não condena de forma clara a prática do espiritismo? Como, pois, campeia ele, desenfreadamente, por toda parte? Que faz a nossa policia? E os nossos governantes que providência tomam? Não é o caso de perguntarmos: onde estamos e para onde vamos?” (Santuário da Trindade, Ano 1, nº 22, 21/04/1923).

¹⁵ Sobre as relações entre os redentoristas e o movimento messiânico de santa Dica em Goiás, ver: Gomes Filho (2012).

que acreditam em feitiçarias e bruxas e nós teremos que engulir a pílula porque os próprios goyanos deram a mão à palmatória. (Santuário da Trindade. Ano 4, n. 123. 05/09/1925)

Tais argumentos, seja contra a prática do espiritismo, do protestantismo ou das superstições, demonstram uma preocupação singular dos editores redentoristas não só com as práticas religiosas adversárias do catolicismo, mas com a expectativa de “progresso” que se poderia construir sobre a nação brasileira a partir daquilo que consideravam atraso, decadência ou antipatriotismo. Estas preocupações, como pretendemos demonstrar com os expostos argumentos, apontam, antes de tudo, para uma elaboração singular sobre o progresso da nação brasileira, uma vez que não se tratava apenas do desenvolvimento material e econômico, mas igualmente moral e religioso, construído sobre experiências não apenas com o tempo e espaço do sertão goiano, mas sobretudo da alteridade deste com os tempos e espaços litorâneo e europeu, de cujos exemplos constantemente citados, podemos perceber a singularidade de uma visão de modernidade e progresso calcada na alteridade temporal e espacial de suas experiências e expectativas.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BRUNEAU, Thomás. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CHAUL, Nars Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: Editora da UFG, 2002.
- GOMES FILHO, Robson. “Do Santuário de Trindade ao jornal ‘Santuário da Trindade, Campinas (GO),’: Reflexões sobre as mudanças de posicionamento religioso dos primeiros Redentoristas alemães em Goiás”. **Horizonte**. Belo Horizonte, vol. 9, n. 23, out-dez, 2011.
- _____. **O movimento messiânico de “santa Dica” e a Ordem Redentorista em Goiás (1923-1925)**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.
- HARTOG, François. “O confronto com os antigos”. In: _____. **Os antigos, o passado e o presente**. Brasília: UnB, 2003.
- HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; GOD, Benno. **História da Igreja no Brasil: ensaio e interpretação através do povo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas”. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. **As representações do medo e das catástrofes em Goiás.** Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, 2006.

PAIVA, Gilberto. **A província redentorista de São Paulo (1894-1955).** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada.** São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Leila Borges Dias. **Ética da Súplica: catolicismo em Goiás no final do século XIX.** Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

SILVA, Dom Eduardo Duarte. **Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Duarte Silva – Bispo de Goyaz.** Goiânia: Editora da UCG, 2007.

TROELTSCH, Ernst. **El protestantismo y el mundo moderno.** Mexico: FCE, 1951.

VAZ, Ronaldo Ferreira. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade. (1891-1955).** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Pioneira, 1989.

O discurso religioso e a feitiçaria nas Minas setecentistas

Larissa Freire Pereira*

Casos de feitiçarias são fontes muito utilizadas por pesquisadores, tanto historiadores como antropólogos. A historiografia especializada preocupou-se em estudar através da análise destas fontes, a maneira pela qual ocorreram esse tipo de crime no período colonial brasileiro, bem como as práticas de feitiçaria utilizadas.¹

Por meio da Igreja poderemos apreender as correspondências de poder que levaram a instituição (Igreja) a instituir socialmente o significado do que era ser um feiticeiro, materializando ações sociais que possibilitaram condená-lo naquela sociedade. Para entendermos pelo qual a Igreja conseguia materializar acusações sobre as práticas sociais do feiticeiro está presente na linguagem instituída nos editais de visitas que forneceram modelos de orientação, isto é termos, que possibilitaram a população local compreender, interpretar e agir sobre as práticas instituídas ou classificadas como feitiçaria. Desta forma, foi possível denunciar o próximo pela fama de serem feiticeiros, porque partilhavam de horizontes de significados e expectativas semelhantes. Sendo assim, torna-se fundamental a historicização dos conceitos que eram partilhados pela sociedade colonial setecentista. Segundo Kosseleck foi a partir da modernidade, com a aceleração do tempo e o progresso, que o tempo histórico pode ser analisado, pois, é nesse momento que a um distanciamento do espaço de experiência e um horizonte de expectativas que gera uma possível análise dos conceitos partilhados e

*Mestranda da Universidade Federal de São João Del Rei- Capes

¹CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: a ideia de bruxaria no princípio da Europa moderna*. São Paulo: Edusp, 2006; COHN, Norman, *Los demônios familiares de Europa*. Madrid: Alianza, 1975; DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; GINZBURG, Carlo. *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988; GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*. São Paulo: Perspectiva, 1979; MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; THOMAS, Keith. *Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; CALAINHO, Daniela Bueno. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008; FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da Mulher nas Minas Gerais do século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil colonial*. Revista Cadernos Ihu Ideias. Ano 3 n° 38, 2005. Disponível em www.unisinos.br/ihu; MOTT, Luiz. *O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739*. Revista do Instituto de Arte e Cultura. Ouro Preto, 1994; MOTT, Luiz. *Da capela ao calundu: religião e vida privada no Brasil*. In: SOUZA, Laura de Mello e. *A vida privada no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.; VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados, moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

esperados em uma sociedade, onde tradições anteriores estão presentes no cotidiano e novas formas de viver são esperadas. Assim, se a feitiçaria é compartilhada de diversas formas no cotidiano social e nos textos escritos, no seu horizonte de expectativa a Igreja espera o fim desse comportamento. Partindo da análise do Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia (1704) e das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), além do Quarto Quesito do “Interrogatório da Visita” (dos quarenta quesitos mostrados a testemunha, a feitiçaria era descrita no quarto quesito), pretendemos examinar a maneira pela qual a Igreja setecentista demonstrava a seus fiéis os preceitos que definiam o que era ser um feiticeiro; possibilitando a sociedade colonial que criassem seus imaginários sobre as práticas de feitiçaria e denunciasse seus praticantes.

O termo feitiçaria é muito importante para quem pesquisa o tema nas Minas setecentistas, já que ele define o crime que deve ser banido da sociedade. Na esfera religiosa, ao seguir os preceitos determinados pela Igreja Católica. No plano civil, por meio do Padroado, seguindo as leis da Coroa Portuguesa

Segundo Reinhart Koselleck, em *História dos conceitos e história social*,² nem toda palavra pode ser considerada um conceito, pois o mesmo necessita de uma saturação histórica, isto é, precisa ser cunhada historicamente e conscientemente:

Os conceitos são, portanto, vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificações de uma palavra, de forma que seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa palavra. Uma palavra contém possibilidades de significado, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. Todos os conceitos nos quais se concentra o desenrolar de um processo de estabelecimento de sentido escapam às definições. (KOSELLECK, 2006: 109.)

No que concerne ao termo feitiçaria, utilizados durante o fim da Idade Média e durante toda a Idade Moderna, e no que diz respeito, principalmente, em relação as *Constituições do Arcebispado da Bahia*³, podemos afirmar que o termo feitiçaria se tornou mais que uma palavra, se tornou um conceito, pois teve uma saturação histórica, isto é, foi cunhada historicamente e conscientemente, como buscaremos explicar a seguir.

²KOSELLECK, R. *História dos conceitos e história social*. In: IDEM. Futuro passado. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006, pp.97-118.

³VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* [1707]. São Paulo: EDUSP, 2010

Os conceitos definem as ações políticas e as ações sociais. A feitiçaria nas Minas setecentista representava um crime e estava prescrita nos códigos de leis da época. A partir deste conceito definido nas leis e nos autos de fé provocou a ação da sociedade, como a denúncia do próximo. O significado do termo feitiçaria nas Minas setecentistas era, segundo o título III do Livro Cinco das Constituições do Arcebispado da Bahia:

Das feitiçarias, superstições, sortes e agouros: Como serão castigados os que usarem de Arte Magica: 894: Assim como com todo o cuidado, e vigilância devemos procurar por todos os meios, a conservação, e aumento de nossa Santa Fé Católica, e Religião Christã, assim somos obrigados a trabalhar por extinguir os pecados, que por algum modo ofendem a sua pureza, e santidade, entre os quaes é usar de Arte Magica. Por tanto, em satisfação de nosso Pastoral Officio, ordenamos, e mandamos, que toda pessoa que fizer alguma cousa conhecidamente procedida de Arte Magica, (1) como é formar aparências (2) fantásticas, transmutações de corpos, vozes, que se oução, se se ver quem fala, e outras cousas que excedem a eficácia das cousas, incorrerá em pena de excomunhão (3) maior *ipso facto* a Nós reservada. E sendo plebeo, em que caiba pena vil, (4) será posto á porta da Sé em penitencia publica com uma carocha na cabeça, e vela na mão em um Domingo, ou dia Santo de guarda no tempo da Missa Conventual, e será degradado para o lugar que parecer. E cahindo segunda vez fará a mesma penitencia, e será degradado para algum lugar de Africa; e se for convencido de terceira vez, será degradado para galés pelo tempo que parecer, conforme a qualidade da culpa, e mais circunstancias, que concorrerem. 895: E sendo a pessoa nobre, (5) em que não caiba pena vil, pagará pela primeira vez, sendo convencido, cincoenta cruzados; pela segunda cem; e pela terceira duzentos, e será degradado para algum dos lugares da Africa. E se for Clerigo (6) de Ordens Sacras, haverá a mesma pena com a suspensão de sua Ordens, e será ultimamente privado de todos os Beneficios, e pensões que tiver, e continuando nas taes culpas lhes serão acrescentadas as penas na forma que parecer conveniente. (VIDE, 2010: 314)

Já no Titulo IV,

Que nem-uma pessoa tenha pacto com o demonio, nem use de feitiçarias: e das penas em que incorrem os que fizerem: 896: Fazer (1) pacto com o Demonio contém em si grave malicia, assim pela inimidade, que Deos no principio do mundo poz entre ele, e os homens, como também porque é fazer concerto com um inimigo de Deos. Por tanto ordenamos, (2) e mandamos, que o que dizer pacto com o Demonio, ou o invocar para qualquer efeito que seja, ou usar de feitiçarias para mal, ou para bem, principalmente se o fizer com pedras de Ara, Corporaes, e cousas sagradas, ou bentas, a fim de legar, ou deslegar, (3) conceber, mover, ou parir, ou para quaisquer outros efeitos bons, ou mãos, incorrerá em excomunhão maior *ipso facto*. E sendo Clerigo o comprehendido em alguma destas cousas, será pela primeira vez suspenso das Ordens, e degradado pelo tempo que nos parecer, e condenado em vinte cruzados para as despesas da Justiça, e acusador; e sendo mais vezes comprehendido se lhe agravarão as ditas penas conforme a qualidade da pessoa, e circunstancias da culpa. 897: E se for leigo nobre, (4) alem da dita pena de excomunhão, e dinheiro, será degradado pela primeira vez por dous anos para fora do Arcebispado: e sendo mais vezes comprehendido se lhe agravarão as penas conforme sua culpa pedir. E sendo plebeo fará penitencia publica na Igreja em um Domingo, ou dia Santo á Missa Conventual, e pagará dous mil réis, applicados na maneira sobredita. E não podendo pagar a pena pecuniaria se lhe commutará na corporal que parece; e se reincidir na culpa, será

degredado para S. Thomé, ou Benguella. 898: E nas mesmas penas de excomunhão, pecuniárias, e corporaes respectivamente, incorrerão aquelles, que consultarem (5) feitiçeiros, ou usarem de feitiçarias conhecidas por taes, e tiverem, ou lerem seus livros (6) ou de superstições, e adivinhações, (7) ou usarem de cartas de tocar, ou fizerem quasquer outras cousas semelhantes a estas: e os que aprenderem, ou ensinarem publica, ou secretamente todas, ou cada nma delas. (VIDE, 2010: 314-315)

A feitiçaria na lei é um delito e merece ser punido como tal, independente da classe social e do delinquente ser um clérigo, entretanto, era claro que o julgamento obedecia cada status social. Era obrigação dos clérigos lerem para seus fiéis pelo menos três vezes por ano esses delitos e punições, para que assim os fiéis não alegassem ignorância.⁴

Sabemos que para Koselleck, um conceito deve ter um presente, como vimos anteriormente, um passado e um futuro, conhecido como espaço de experiências e horizonte de expectativa, respectivamente.

O horizonte de expectativa pode ser analisado partindo da lei. Qual era a pretensão da Igreja e do Estado em conceitualizar a feitiçaria? Como vimos nas leis, seria o fim dos feitiçeiros e das suas praticas mágicas, que iam contra a ideia de uma Igreja Santificada e em encontro com ideais demonizantes, que deveriam ser exterminados da sociedade. Não são apenas as Constituições que nos fornecem esse futuro esperado para com o feitiçeiro, antes da visita episcopal era publicado um “edital de visita”, que possuía quarenta itens sobre os crimes que deveriam ser denunciados a mesa da visitação, e o quarto quesito fornecia as características de um feitiçeiro,

se sabem que alguma pessoa seja feitiçeira faça feitiços, ou use deles para querer bem ou mal, ou para legar, ou deslegar, para saber coisas secretas, ou adivinhar, ou para outro qualquer efeito, ou invoque os demônios, ou com eles tenha pacto expresso, ou tácito, ainda que não seja infamada. (VIDE, 2010:89)

Segundo Luciano Figueiredo,⁵ as devassas são inquirições sumárias de testemunhas feitas para a apuração de delitos que afetam a tranquilidade pública. Produzidas nas Minas Gerais, recebiam em um primeiro momento, as deliberações do Bispado do Rio de Janeiro, quando ocorriam visitações ao território mineiro (visitas pastorais ou visitações ordinárias, é necessário lembrar que nas Minas não ocorreram visitações do Santo Ofício), até a criação do Bispado de Mariana.

As visitas possuíam uma forma pré-estabelecida. Um visitador percorria o território para conhecer e vigiar os habitantes e o clero das vilas, auxiliado pelo escrivão, seguiam um

⁴Ibidem, Livro 5, Título V, Cânones pp.899-903.

⁵FIGUEIREDO, Luciano. *Peccata mundi...*op.cit, pp.109-127.

trajeto pré-definido, chegando à freguesia. Primeiramente era colado um edital de visitas, depois havia um interrogatório e se demonstrava os delitos.

Existem dois tipos de documentos de devassa. A primeira era a mesa de visita onde era relatado os comportamentos alheios.⁶ A mesa era a primeira estratégia do visitador, que colhia testemunhos e chamava outras pessoas para cobrir lacunas, como num tribunal. Com os depoimentos em mãos, o escrivão fazia as pronunciações e um resumo dos casos. Estes recolhimentos podiam servir para um posterior julgamento no Bispado de Mariana ou até mesmo em Portugal. Numa segunda visitação, o réu comparecia à mesa, onde havia a retratação e o comprometimento de emendar-se e pagar uma pena perante o visitador. Esta era a segunda forma de registro da devassa⁷.

Assim, as devassas eram inquirições feitas durante uma visita em cada comarca ou vila. O réu era analisado pelo visitador no local mesmo e, se fosse considerado um crime grave, seu caso era encaminhado ao Juízo Eclesiástico no Bispado de Mariana.⁸ Na maioria dos processos era comum as testemunhas dizerem que "ouviram dizer" ou que "havia rumores", bem como referendarem a fama do criminoso. Tais procedimentos reforçam o direito de tradição oral e do costume.⁹

Como vimos, o horizonte de expectativa da sociedade mineira era acabar com os feiticeiros e suas práticas; primeiro acontecia o interrogatório, para se levantar os suspeitos e depois eram aplicadas as penas de acordo com as Constituições do Arcebispo da Bahia.

⁶As testemunhas não seguiam uma regra de escolha. SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito: Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo horizonte: Ed. Ufmg, 1999.

⁷Segundo Luciano Figueiredo, essas visitas às vezes contavam com apoio de funcionários do Santo Ofício. Numa busca de uma maior área de atuação e que para os comissários pudessem verifica o andamento das assistências espirituais que o bispado promovia. Cf.: FIGUEIREDO, Luciano e SOUZA, Ricardo Martins. *Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira*. Acervo Rio de Janeiro v. 2 n. 2 jul.-dez. 1987. Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/segredosdemariana.pdf>

⁸Segundo Maria do Carmo Pires, temos um tocante de 12 casos no Juízo Eclesiástico no Bispado de Mariana. Cf. PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores...*op.cit.

⁹ “Os juízes da terra, ordinários e de vitena, e seus auxiliares, os escrivães e os tabeliães do judicial são os executores da justiça local que praticam, com suas ações um tipo de direito e de ordenamento normativo para a manutenção da ordem no âmbito da municipalidade. Sobretudo os juízes em que deveria prevalecer o bem comum, sustentados em testemunhas das devassas de “ouvir dizer”, “por ser público e notório”, “por ser voz pública”, admitiam que o direito advindo do costume sobrevivia no cotidiano da justiça. Tal assertiva converge para às análises sobre a justiça local nas minas setecentistas que, em expressões como “opinião pública do senado” em Russel Wood, a “importância da palavra e da honra” em Marco A. Silveira, “economia moral do ato de julgar” em Marco M. Aguiar ou a “força dos rumores” em Luciano Figueiredo, sugerem a importância do costume para a prática judiciária na esfera da municipalidade, garantindo-lhe uma dimensão renovada no processo de compreensão da sociedade mineradora.” Cf. LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Departamento de História, 2003. A partir dessa explicação de Carmem Silvia Lemos é possível notar toda a importância desse direito oral tanto na esfera civil como na eclesiástica.

Chegamos ao que se esperava do conceito de feitiçaria nas Minas setecentistas, mas falta a exposição do porque historicamente feitiçaria se tornou um conceito. Logo, qual é o seu espaço de experiência.

A feitiçaria começou a ser uma preocupação para as autoridades europeias já na Baixa Idade Média, ao relacionar as práticas pagãs com a associação do demônio. A partir desse momento é possível notar-se o nascimento de diversos livros demonológicos¹⁰ e tratados contra esse tipo de prática. No século XII, os primeiros acusados de feitiçaria foram os adeptos de Valdo, hereges que cultuavam o Diabo e atuavam na França, Suíça, Áustria, Itália e Alemanha, os quais foram excomungados no Concílio de Verona (1184). As práticas dessa seita aproximam-se muito do sabá, em que seus frequentadores untavam o corpo e depois voavam aos locais de reunião. Depois, foi a vez da perseguição aos albigenses ou cátaros¹¹, que se desenvolveram pela Europa nos séculos X ao XIII.¹²

No IV Concílio de Latrão (1215), os bispos foram convocados a intensificarem a luta contra os hereges, e, em 1233, a Bula *Vox in Rama* do papa Gregório IX descreveu as acusações e perseguições contra os hereges, delegando as funções de perseguição à Ordem dos Dominicanos. Foi com a *Bula Super illus specula* (1326) que a feitiçaria tornou-se um tipo de heresia e passou a ser perseguida.

As heresias e feitiçarias tornaram-se objetos do demônio na Terra, tendo o apogeu de perseguição ocorrido entre 1560 e 1630 com 20 mil pessoas acusadas¹³. Antes da Bula *Summus desiderantis affectibus*, esse crime era uma responsabilidade do Poder Civil, mas depois foi possível notar a mudança para o foro misto, onde tanto o poder civil, quanto o eclesiástico e o inquisitorial, poderiam julgar os crimes de feiticeiros¹⁴.

¹⁰ Temos como exemplo, o livro KRAMER, Henrich. SPLENGER, James. *O Martelo das bruxas*. São Paulo: Planeta. s/d.

¹¹ Principalmente na região de Albi, no sul da França.

¹² Para mais informações sobre o início da feitiçaria ver, PADOVANI, Ariovaldo. *Os medos escatológicos: a representação do demônio e os seus agentes no imaginário medieval*. Alétheia - Revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval, volume único, Janeiro/Dezembro de 2008.

¹³ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴ A feitiçaria configurou-se em Portugal como um delito de foro misto, sendo objeto de repressão e punição, tanto da justiça secular como da eclesiástica – episcopal e inquisitorial -, não havendo critérios específicos que determinassem exatamente as atribuições de cada uma dessas instâncias, cabendo ao tribunal que efetivamente desse início ao processo o julgamento dos casos. Em relação particularmente à justiça eclesiástica, a comprovação de heresia dava ao Santo Ofício a jurisdição do delito, embora fosse difícil e polêmica a questão do que efetivamente se configuraria enquanto tal. Antes mesmo das ordenações régias, a feitiçaria foi objeto da legislação portuguesa. Em 1835, D. João I determinava, em carta régia, a proibição de práticas como adivinhações, encantamentos, “lançar sortes”, evocar o Diabo, dentre outras, e em 1403, uma nova lei foi editada nesse sentido. Nas ordenações portuguesas, pouco a pouco a feitiçaria foi ganhando contornos mais específicos

Em Portugal, a feitiçaria não esteve entre os crimes mais perseguidos pela Igreja Católica e pela própria Inquisição Portuguesa¹⁵, mas, sim, os cristãos-novos¹⁶ foram os maiores perseguidos nesse momento. Os feiticeiros eram perseguidos quando havia manifestações públicas de seus poderes e a fama do criminoso era tão grande que poderia abalar a hegemonia da Igreja ou do Estado. Tal circunstância também ocorreu no Brasil, sendo os trabalhos de perseguições exercidos, principalmente, pelo Juízo Eclesiástico. Num primeiro momento ficava a cargo das inquirições pelas devassas, onde o visitador despachava no local mesmo. A partir desse momento, os casos julgados mais graves encaminhavam-se para um processo na sede do Bispado.

Como vimos, a feitiçaria pode ser vista como um conceito no contexto das Minas setecentistas, já que foi transformada em lei e por isso caracterizava uma determinada população que devia ser extirpada ou transformada em católica, acabando com as práticas mágicas, gerando um futuro próximo apenas cristão e havia um passado que perpassava por Bulas, numa forma de eliminar o outro, isto é o paganismo da Baixa Idade Média. Nos dias atuais, a feitiçaria se tornou uma palavra mais que um conceito, visto que já nos fins do século XVIII, com as leituras e novos estudos, a feitiçaria passou de um medo social para uma doença, uma histeria, tornando-se um termo de desprezo;

Em meados do século XVIII, verificamos que a Inquisição passou a dar um tratamento diferenciado às culpas resultantes de feitiçaria no Reino e na colônia. Sob influência de ideias iluministas, mas principalmente devido às mudanças ocorridas no interior do próprio Tribunal, as autoridades inquisitoriais passaram a desprezar as suas crenças místicas e práticas religiosas, agora associadas à ignorância e superstição, ocasionando, por conseguinte, o desprezo a determinados grupos sociais por acreditarem em crenças mágicas. Ou seja, as práticas mágicas e as feitiçarias deixaram de inspirar medo e passaram a inspirar desprezo. (ANDRADE, 2010: 98)

no que tange a descrições mais detalhadas das práticas e penas a elas referidas. Nas Ordenações Afonsinas, de 1446, a feitiçaria já vinha associada ao pacto diabólico, punível com a morte a todos que porventura provocassem danos físicos e aos bens de uma pessoa, além de penas mais brandas, como açoites, a adivinhadores e farejadores de tesouros. Já nas Ordenações Manuelinas, de 1512, chegou-se a uma classificação específica de crimes: evocação do demônio, uso de objetos sagrados e feitiços para “inclinare vontades”, adivinhações, uso de objetos e partes de corpos de mortos para provocar malefícios, curandeirismos por métodos variados, fingir visões, benzeduras de gente e animais. Em função da gravidade, eram punidos numa escala que ia desde pena de morte, degredo, pagamento de multas e até açoites públicos, prisões e marcações no corpo com ferro em brasa. A legislação manuelina foi que de fato definiu a postura da Coroa Portuguesa em relação à feitiçaria, pois o Código Filipino, de 1603, não traz praticamente nenhum acréscimo significativo em termos de crimes e penas” CALAINHO, Daniela Bueno. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. pp.212-213.

¹⁵Para entender melhor o processo de instauração da inquisição em Portugal, ver: BETHENCOURT, F. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁶Sobre os cristãos novos, ver: NOVINSKY, A. W. (Org.). *Nova Renascença - Diáspora Judaica*. Porto: Jornal Anual, 2000; NOVINSKY, A. W. (Org.); KUPERMAN, D. (Org.). *Ibéria Judaica - Roteiros da Memória*. São Paulo, Rio de Janeiro: EDUSP & Editora Expressão e Cultura, 1996.

1. Bibliografia

1.1 Fontes primárias.

Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Coimbra, Oficina do Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas, e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho editorial, 2007.

1.2 Bibliografia geral

ANDRADE, Maria Olindina Andrade. “A ação inquisitorial no Grão Pará”. In.: Idem. *Olhares inquisitoriais na Amazônia Portuguesa. O tribunal do santo ofício e o disciplinamento dos costumes (XVII-XIX)*. (Dissertação de mestrado) Manaus. UFAM, 2010. P. 98.

BETHENCOURT, F. *História das Inquisições*. Portugal, Espanha e Itália. Séculos XV-XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALAINHO, Daniela Bueno. *Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *Um guia de fontes para o estudo da inquisição portuguesa*. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_033.html

CLARK, Stuart. *Pensando com demônios: a idéia de bruxaria no princípio da Europa moderna*. São Paulo: Edusp, 2006.

COHN, Norman, *Los demônios familiares de Europa*. Madrid, Alianza, 1975.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FEITLER, Bruno. *Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750*. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da Mulher nas Minas Gerais do século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

_____. *Peccata mundi: a “pequena inquisição” mineira e as devassas episcopais*. In.: RESENDE, Maria Efigênia Lage de e VILLALTA, Luiz Carlo (org.). *As minas setecentista*, 2. Belo Horizonte : Autêntica; Companhia do Tempo, 2007, pp. 109-127.

FIGUEIREDO, Luciano e SOUZA, Ricardo Martins. *Segredos de Mariana: pesquisando a Inquisição mineira*. Acervo Rio de Janeiro v. 2 n. 2 jul.-dez. 1987 Disponível em <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/media/segredosdemariana.pdf>

GINZBURG, Carlo, *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, DIFEL, 1991.

_____. *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Os Andarilhos do Bem: feitiçaria a cultos agrários nos séculos XVI e XVII*, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *História noturna: decifrando o sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KOSELLECK, R. *História dos conceitos e história social*. In: IDEM. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-RJ, 2006, p.97-118.

LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local: os juízes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte: UFMG/FAFICH/Departamento de História, 2003.

LOTT, Mirian Moura. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. In.:VII. Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Belo Horizonte: Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

MANDROU, Robert. *Magistrados e feiticeiros na França do século XVII*, São Paulo: Perspectiva, 1979.

MENDONÇA, Pollyana Gouveia. *Parochos Imperfeitos: justiça eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial*. Niterói: UFF, 2011. Disponível em <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1311.pdf>

MICHELET, Jules. *A Feiticeira*. Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOTT, Luiz. *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil colonial*. Revista cadernos ihu ideias. Ano 3 n° 38, 2005. Disponível em WWW.unisinos.br/ihu

_____. *O Calundu Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739*. Revista do Instituto de Arte e Cultura, Ouro Preto, 1994.

_____. *Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu*. In: Mello e Souza, Laura. *A vida privada no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 156-220.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: séculos XII – XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

NOGUEIRA, André. *Da trama: práticas mágicas/feitiçaria como espelho das relações sociais – Minas Gerais, século XVIII*. Revista de Humanidades, setembro de 2004 V. 05 N.11. Disponível WWW.cerescaico.ufrn.br/mneme

_____. *E se diz do dito negro que é feiticeiro e curador: a união entre o natural e o sobrenatural na saúde e na doença das Gerais do século XVIII*. *Outro tempos*, v.3 pág. 60-75. Disponível em WWW.outrostempos.uema.br

NOVINSKY, Anita. *Inquisição: rol de culpados. Fontes para a História do Brasil, século XVIII*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

PIRES, Maria do Carmo. *Juízes e infratores: o Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800)*. São Paulo: Annablume, 2008.

SANTOS, Vanicléia Silva. *As bolsas de mandinga no espaço Atlântico: Século XVIII*. Tese de doutorado, USP, 2008. Disponível em http://www.teses.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=12&Itemid=77&lang=pt-br&filtro=vanicl%C3%A9ia

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Inferno Atlântico. Demonologia e colonização, século XVI-XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *As devassas eclesásticas da Arquidiocese de Mariana*. In: *Anais do Museu Paulista*, SP (33):66, 1995.

_____. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII*, Rio de Janeiro, Graal, 1982.

_____. *Norma e conflito: Aspectos da história de Minas Gerais no século XVIII*. Belo horizonte: Ufmg, 1999.

_____. *Revisitando o calundu*. Disponível em http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU_0.pdf

_____. *História da cultura e da religiosidade*. In.: ARRUDA, José Jobson, FONSECA, Luís Adão da (org). *Brasil- Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo: EDUSC, 2001, pp. 75-80.

THOMAS, Keith. *Religião e o Declínio da Magia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. *Moralidades Brasílicas*, In: Laura de Mello e SOUZA, Fernando NOVAES (org.). *História da Vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 222-273

_____. *Trópico dos pecados, moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA POR MEIO DOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO DE IPORÁ – GO

SIMONI TAVARES LOPES ¹
MARCELLO RODRIGUES SIQUEIRA ²

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, existem quatro trabalhos de grande relevância para se pensar a História da América nos livros didáticos: “O Percurso Acidentado do Ensino de História na América” de Circe Maria F. Bittencourt (1996), “A invenção da América na cultura escolar no Brasil”, Maria de Fátima Sabino Dias (1997), “Trajetória do ensino da história da América no Brasil: uma tradição (re) inventada pelos manuais didáticos” de Maria Auxiliadora Schmidt e Tânia Maria Braga Garcia (2007) e o texto “Renovação da história da América” dos historiadores Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinicius de Moraes (2008) feito a partir do estudo de alguns livros didáticos sobre a História americana.

Conforme Tauscheck (2011, p. 3-4), nos dois primeiros trabalhos encontra-se um histórico da inserção da História da América nos programas curriculares, em que a abordagem é vinculada ao contexto de nosso continente e às opções políticas de instituições governamentais, as quais buscaram construir determinadas políticas educacionais. Geralmente, estas políticas têm sido colocadas em prática nas salas de aula por meio dos livros didáticos, que também são objeto de estudo das autoras.

O terceiro livro procura analisar as formas tradicionais explicativas embutidas na forma de escrever o livro didático e ensinar o conteúdo da América Latina e os autores acaba delimitando três tradições: a primeira a tradição cientificista; a segunda, a tradição lascasina; e a última, a tradição dos vencedores e vencidos.

Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Bolsista de iniciação científica. E-mail: Simonisitl@gmail.com;

²Professor orientador junto ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Atualmente, está cursando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: marcello@ueg.br ou marcelloueg@hotmail.com;

Tradição científicista: No século XIX surge a ideia de construir algo homogêneo nacional, e a ciência humana foi um instrumento dessa nova realidade universal da humanidade, assim se procura valorizar a sua prática sua cultura seu povo, assim muitos intelectuais europeus com esse sentimento nacionalista forja uma verdade para si e o povo que não faz parte do seu grupo, assim nasce termos para determina a si mesmo e o outro, os europeu são designados como os colonizadores (vencedores, superiores, conquistadores, dominadores) e os americanos (vencidos, apáticos, conquistados, inferiores, etc.)

Tradição lascasiana: O padre Bartolomeu de lãs Casas produziu alguns livros falando da colonização, ele era a favor da conquista dos nativos, mas, contra a forma que estava sendo feito, compreendia que os índios deveriam ser obedientes a igreja e não servir ao estado. Essa visão de que não poderia ser de outra forma também esta presenteem alguns livros.

Tradição dos vencedores e vencidos: Essa tradição reúne visões dos europeus sobre os nativos, isso é toma por base as escrituras feitas por europeus no período da “conquista” e constrói a identidade do índio, algo que apenas reforça a idéia de derrotismo por parte dos índios.

O trabalho de (Fernandes e Morais 2008) tem como essência a questão dos estereótipos, (analisa o discurso) criados sobre os nativos, toda a construção que alguns intelectuais elaboram em relação ao novo mundo ideias essas que serviram de base para a propagação da visão distorcida e conflituosa da América- Latina.

Nesse trabalho iremos observar assim como Fernandes e Morais (2008) a questão dos estereótipos, interessa-se por investigar as construções efetuadas ao longo da historiografia se sabe que essas construções feitas sobre os índios negros, e posteriormente pela própria terra América resiste fortemente no mundo e na pratica dos escritores brasileiros.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para discutir a história da América nos livros didáticos foram selecionadas a análise do discurso e a iconografia/iconologia como principais instrumentos de análise. De certa forma, acredita-se que a linguagem escrita e a visual são os principais veículos de

informação e formação vinculados ao livro didático. Portanto, cabe repensar seus usos e abusos diante do fazer pedagógico e fazer histórico.

A análise do discurso surge na década de 60. Segundo Nogueira (2001) o uso da análise do discurso esta a cada dia sendo mais usado, não só no meio dos historiadores, mas, em todas as ciências sociais. Análise do discurso segundo Pêcheux (1981) é em primeiro momento a busca para se compreender o que outros disseram (PÊCHEUX apud ORLANDI 2005: 11).

Segundo Nogueira (2001), Orlandi (1999) e Gill (2011), cada um com suas palavras, mas considerando algo em comum, análise do discurso seria uma leitura minuciosa, que segue seu curso conforme o texto e contexto. Têm-se muitas formas de se analisar o discurso e mesmo não tendo uma definição padronizada do termo, afirmam que o pesquisador deve ser humilde e sempre deixar claro que sua interpretação não é a única a ser feita sobre um determinado discurso, e o objeto da análise do discurso é compreender qual o sentido do discurso falado.

Nota-se que existem muitos caminhos a ser seguidos quando se trata de análise do discurso. Assim cabe explicitar as opções a serem utilizadas neste trabalho e delimitar o mecanismo de trabalho. Optou-se por uma abordagem baseada no modelo de repertórios interpretativos da análise do discurso conforme Nogueira (2001). E pretende-se selecionar partes do discurso a serem analisados, seguindo o modelo sugerido por Orlandi (1999), ou seja, serão analisados fragmentos retirados dos livros didáticos.

Segundo Kossoy (2001) para se investigar a imagem impressa na foto é preciso considerar muitos pontos, ser unilateral comprometerá a pesquisa. Então, se deve olhar as faces investigativas que ela informa em dois momentos. No primeiro momento, procura-se olhar a imagem e procurar encontrar os traços essenciais como “seu autor, o fotógrafo e a tecnologia que lhe proporcionou uma configuração característica e viabilizou seu conteúdo” (KOSSOY, 2001, p 75). No segundo momento, é preciso observar que a fotografia guarda em si um lado indivisível entre material e o registro visual, são dualidades que reúnem “um somatório amplo de informações implícitas e explícitas” (KOSSOY, 2001, p. 76). Em síntese, para se fazer a análise da imagem, Kossoy (2001) faz uma divisão didática para facilitar o processo. Primeiro, a análise iconográfica; e depois, a análise iconológica.

Enfim, compreende-se que o produto final, a fotografia, é um dos principais documentos a serem analisados ao tratar da história nos livros didáticos. Ao tomá-la como objeto de investigação se tem um estudo “interpretativo no passado antes mesmo do próprio ato de sua materialização (laboratório, edição e publicação)” (KOSSOY, 2001, p. 108). É preciso analisar a foto como se faz com os textos, ou seja, analisar nas entrelinhas. Este é o grande desafio e ousar é de fundamental importância.

A trajetória do livro didático no Brasil iniciou no ano de 1929. E para se escrever um livro didático é preciso preencher alguns requisitos, para que esse livro possa de fato ser um material que seja o menos tendencioso possível e que passe conhecimento, que acrescente aos jovens valores para que ele possa formar sua própria opinião em relação a sua vida e sociedade. Sabemos que mesmo o autor tentando conter sua opinião ele sempre deixará sua marca nas linhas dos textos. Afinal, como bem lembra Choppin (2002), o autor do livro didático não é mero espectador, mas são agentes com poder de modelar uma opinião.

Assim, a intenção agora é analisar em aspectos gerais os livros didáticos em questão: História para o Ensino Médio - Brasil e Geral e Conexões com a História.

Histórias para o Ensino Médio Brasil e Geral

Renato Mocellin é o autor do livro “História para o Ensino Médio” fabricado em 2005 está em sua segunda edição e foi usado no Colégio Ariston Gomes da Silva nos anos de 2009/2010/2011, produzido pela Editora IBE.

Mocellin fez Direito e História na Universidade Federal do Paraná. Atualmente é docente em escolas particulares de Curitiba. É professor de História da Arte no Centro Universitário Positivo(UNICENP) e ministra aula de História em Cursos Pré-vestibular. Investigando a vida profissional do autor compreende-se que a sua formação e vida profissional deveria ter contribuído um pouco mais no processo de elaboração do livro didático para alunos da rede pública, sobretudo, no que diz respeito à seleção e discussão das imagens. Afinal, foram apontados muitos deslizes no livro didático pelo PNLD.

Editores do livro (IBEP) alega que uma das primeiras inovações realizadas por ela “foi a impressão de livros em duas e quatro cores, em 1969”(IBEP, 2013). Mas sabemos que

nesse período o Governo brasileiro já dizia que a construção dos livros em duas ou mais cores deveria ser obrigatório a todas as editoras que se disponibilizasse a fornecer livros didáticos para a rede pública de educação. Portanto não é uma renovação dessa empresa e sim uma adequação a nova realidade.

Esta mudança de perspectiva passa a ver o aluno como consumidor direto do livro, sinalizou tanto para autores quanto editores, que era necessário modificar o produto para atender novas exigências, transformando e aperfeiçoando sua linguagem. Neste sentido, as ilustrações começaram a se tornar uma necessidade, assim como surgiram novos gêneros didáticos, como os livros de leitura e os livros de lições. (BITTENCOURT apud FREITAS E RODRIGUES, s.d., p. 5).

No início do livro tem uma parte denominada “Introdução aos estudos de história”. Nesta parte, o autor aborda sobre a ciência Histórica, faz comparações com as demais ciências, explicita o objetivo do estudo da História, enfatiza a relação da História com o cinema, porém, na página, 15, ele busca através de Karnal (2003) explicar o mundo em movimento e a construção do saber histórico. Esse autor Leandro Karnal (2003) é usado no ensino de terceiro grau para ampliar o conhecimento dos discentes universitários. Dessa forma, acredita-se que o uso desse autor parece inadequado para jovens que estão no 1º ano do Ensino Médio. Além disso, na parte “para saber mais” são referenciados diversos autores como: Peter Burke(1929; 1989), J. Le Goff(1996), D.H. Medeiros(2000). Todos, sem exceção, são considerados autores complexos e usados somente em cursos universitários.

Nas referências bibliográficas aparecem poucos autores conhecidos e usados no meio acadêmico. Dentre eles destacam-se: Chauí (2003) Hobsbawm (2001; 2002) Pinski (2003) Vainfas (2000), Reis (1996) Le Goff (1989) Mattoso (1980) de 116 referências.

Não se investe na apresentação de múltiplos pontos de vista sobre um mesmo conhecimento. Por exemplo, na página 54 ao abordar o casamento na Grécia antiga, explica a cerimônia que o pai, a moça e o rapaz fazem para se casar, e diz que ela sai de branco ao encontro do rapaz, porém, diz que o branco não tem significado de pureza como atualmente, mas não esclarece qual o motivo do uso da vestimenta branca naquele período.

Não associa a História com outros conhecimentos, os temas de cultura e cotidiano são encontrados apenas nas unidades História Antiga e Medieval e à História do Brasil. Na Idade Moderna, e Contemporânea, o enfoque é a política, e economia. “Desse modo, se, do ponto de vista sócio-político, os processos históricos são múltiplos e conflituosos, do ponto de vista cultural, tende-se à padronização, sem diferença entre conhecimento erudito e popular”. (PNLD, 2009, p. 53).

O autor faz diversos juízos de valor. Como, por exemplo, ao afirmar que “havia em Teothuacán belos e confortáveis palácios residências. Os nobres e o clero vivam nos mesmos, pois era isolados do ruído das ruas periféricas” (MOCELLIN, 2005, p. 208)

Segundo o PNLD “as imagens são numerosas, mas não são discutidas, nem exploradas e, por isso, cumprem um papel ilustrativo”. A maioria delas não contém títulos, legendas ou créditos, nem contextualização da época de produção ou autoria. As legendas, quando existem, não trazem data de produção e não propõem a análise da ilustração na condição de registro histórico. Como os próprios avaliadores do PNLD descreveram existem muitas imagens, mas, de caráter ilustrativo. Kossoy (2001) diz que é um grande erro utilizar imagens sem atentar para os aspectos iconográficos e iconológicos.

Conexões com a História

Letícia Fagundes de Oliveira e Alexandre Alves que são os autores do livro didático “Conexões com a História”, fabricado no ano de 2010, em sua primeira edição em uso no Colégio Ariston Gomes da Silva desde 2012 e será usado até 2014, produzido pela editora Moderna.

Letícia Oliveira formou-se na Universidade de Lisboa, fez mestrado em História Social na USP (1994-2003) e, atualmente, é coordenadora de projetos da Fundação Arquivo e Memória de Santos. Trabalho com livros didáticos na Editora Moderna há apenas um ano, na Editora Saraiva há menos três anos (2009-2012) e ministra aula na Universidade Santa Cecília. Alexandre Alves, doutor em História Econômica pela USP, há 15 anos como professor em História Econômica nesta instituição, (Moderna Digita 2012).

Os diretores afirmam que a filosofia da Moderna é a atuação centrada no aluno. Que os conteúdos procuram trazer informações próximas à realidade dos estudantes. O que é confirmado pelo PNLD.

As relações passado-presente e os conhecimentos prévios dos alunos são explorados, geralmente, nas atividades e na abertura das unidades, estando menos presentes no texto base. Nesse sentido, algumas vezes se incorporam problemas que fazem parte do

repertório vivencial dos estudantes, valorizando as suas experiências sócio culturais. (PNLD, 2012, p. 44).

O livro é organizado para ser claro, este ponto é considerado fundamental para os processos de aprendizagem e compreensão. Os editores destacam que outra característica válida da Editora é o projeto gráfico, desenhado para convidar o aluno ao estudo. Mas o PNLD relatou que:

O projeto gráfico da coleção é simples, do ponto de vista visual. A diferenciação das unidades, capítulos e temas é feita com os recursos da marcação em negrito e da variação no tamanho das letras, o que, por vezes, não realça a hierarquia das seções. (PNLD, 2012, p. 45)

Percebe-se que a descrição da Editora Moderna não bate com a avaliação dos docentes que avaliaram o livro “Conexões com a História”. E ainda no site criado para esboçar o livro a uma valorização das imagens recursos tecnológico usado para atrair o comprador do livro no caso o professor, brilho que não é visto no livro impresso.

Em seu site a Editora Moderna afirma que “Os acontecimento históricos são apresentados em ordem cronológica com aprofundamento de temas selecionados” (MODERNA 2013). Segundo a avaliação da PNLD o livro “Conexões com a História” segue de fato uma linguagem cronológica e linear. o que faz os acontecimentos históricos parecerem contínuos lineares dando ao aluno uma visão de continuidade, fatos históricos que acontecem sem atritos ou clareza no por que aconteceu assim não de outra maneira, o que prejudica a compreensão dos acontecimentos e faz o estudo se tornar mecânico e na linguagem dos jovens “chato”.

O PNLD faz um relato sobre as condições do livro didático “Conexão com a História”. Visão global são três volumes, a coleção é estruturada de forma a apresentar um texto principal com seções auxiliares fixas, intercala conteúdos de História Geral e do Brasil, o texto principal tem caráter informativo e descritivo. Os professores avaliadores afirmam que os conteúdos são iniciados com uma problematização, mas nem sempre é retomada. As atividades são como elemento de estratégia da coleção, isso por que utilizam inúmeros recursos didáticos e são apresentadas de maneira diversificada. Ha também a cada final de tema análise de documentos históricos com atividades referentes à imagem ou texto, e, ao final capítulo, tem uma atividade geral sobre todos os temas estudados em determinado capítulo. O que demonstra que as atividades são pensadas como um recurso de fixação de conhecimentos. Segundo o PNLD, a bibliografia é atualizada.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS E/OU ESPERADOS

Nessa análise preliminar foram apontadas e discutidas algumas questões que devem nortear a prática docente. Conforme a avaliação feita pelo PNLD, os dois livros didáticos analisados apresentam inúmeros problemas. De certa forma, o livro *Conexões com a História* foi melhor avaliado do que *História para Ensino Médio*. As editoras tem buscado cumprir o seu papel, mas na prática o livro didático ainda apresenta inúmeros problemas de ordem teórica e metodológica, pedagógica, mercadológica e ideológica. Esse trabalho ainda não está concluído, o objetivo referente às questões do discurso e da iconografia, sobre a América Latina, deverá ser analisado na continuidade do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTENCOURT, Circe M. F. **O Percorso Acidentado do Ensino de História na América** in: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli Educação na América Latina. Rio de Janeiro: Expressão E Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o-9 estado da arte.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez.2004. Tradução de Maria Adriana C. Cappello. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a12v30n3.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2008.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. **A “Invenção da América” na cultura escolar.** Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da Universidade de Campinas, UNICAMP, Campinas, 1997. Em:<www.udesc.br/arquivos/porta_antigo/.../074>_Neli_Klix_Freitas.pdf

FERNADES, Luiz Estevam, MORAIS, Marcus Vinício de, **“Renovações da História da América”** In Karnal, L (Org.) História na Sala de aula, conceitos, práticas. São Paulo, Contexto, 2003 p.143-162.

Freitas, Neli Klix, Rodrigues, Melissa Haag. **Olivro didático ao longo do tempo: a forma do**

conteúdo, site: http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melissa-neli.pdf. Acesso em 05 de agosto de 2013.

GILL, Rosalind, **Análise de Discurso** In. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som, Um manual prático, Org. Martin WBauer, George Gaskell, tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

IBEP. **Nossa História.** Disponível em: <http://www.ibep-nacional.com.br/ibep2010/htdocs/pages/nossaHistoria.asp>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MODERNA PLUS. **História.** Disponível em; <http://www.modernaplus.com.br/main.jsp?lumChannelId=4028818B2D11649B012D27E220A67265> Acesso em 05 de agosto de 2013.

MODERNA. **Conheça as Obras.** Disponível em:-9 <http://www.modernadigital.com.br/pnld2012/conheca-as-obras.php?d=4&c=17>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

MODERNA. **Institucional.** Disponível em: <http://www.moderna.com.br/pagina-inicial-2.htm>. Acesso em 05 de agosto de 2013.

NOGUEIRA, Conceição. **A análise do discurso.** In: ALMEIDA. L. A, FERNANDES. E, (Edts) Métodos e técnicas de avaliação: novos contributos para a pratica e investigação, Braga CEEP, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso- princípios e procedimentos** Campinas, pontes 1999.

ORLANDI, Eni P. **Michel Pêcheux e a Análise do discurso**, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) artigo 2005.

SANTOS, Natalia Aparecida Tiezzi Martins dos, COUTINHO, Dolores Pereira Ribeiro. **O discurso histórico presente no livro didático: uma abordagem ideológica e historiográfica**, 2010 em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/4569/7049> acesso 13/04/2013

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia Maria Braga. **Trajatória do ensino da história da América no Brasil: uma tradição (re) inventada pelos manuais didáticos** In: VALLS, Rafael (Dir.). Os processos independentes Ibero-americanos nos manuais de História. Volume III. Brasil e Portugal: Fundação MAPFRE e OIE, 2007

TAUSCHECK, Wagner. **Narrativas históricas sobre a América Latina: O que estamos ensinando e aprendendo hoje numa escola brasileira?** Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História. 18, 19 e 20 de abril de 2011 – Florianópolis/SC.

Livros Didáticos: ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a História**, Ed.1º, 2º, 3º, São Paulo, Moderna, 2010

MOCELLIN, Renato, **História para Ensino Médio**; volume único: Ensino Médio-2º d. São Paulo: IBEP.2005- (Coleção Vitória –regia)

PNLD: Guia de livros didáticos: **História catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio** : PNLEM/2008 / Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 135 p.: il. color.

Guia de livros didáticos: **PNLD 2012 História**. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. 136 p.: il.

O Homem e a Guerra: a (i)moralidade bélica na história da humanidade a partir do século XIX

Paula Goulart Santos¹

"A guerra não é mais o que era. O Direito não é sempre o que deveria ser. Um progride na força da destruição, enquanto outro persiste na fraqueza das proteções".

Marie Françoise Furet

Compreender o homem moderno pode ser considerado uma ousadia intelectual devido à sua complexidade, esta mesma ousadia é proposta por Hannah Arendt², que traz em “A Condição Humana” uma reflexão sobre o homem partindo da Grécia Antiga para, desta forma elucidar o homem moderno, partindo deste homem do século XIX, nos deparamos com a transformação de conceitos e sentidos que permeiam a existência deste, e, em momentos de conflito, no caso, bélico, estes mesmos conceitos se transformam de forma mais brusca e violenta. Este estudo visa compreender como se dá esta relação entre Homem e Guerra, centrando no conceito de moral.

Neste estudo, partimos do século XIX, e utilizaremos de vários pensadores sobre a Guerra, o homem e este século na tentativa de compreender o quão importante são estas noções para que se problematizem os fatos históricos que levaram à humanidade a períodos bélicos e ao próprio questionamento destes. Para tal estudo, propomos três ciclos de estudo, cada qual centrando uma “potência” aqui apresentada.

Num primeiro debate, iremos tratar sobre o homem do século XIX, as transformações que surgem neste e a noção de homem que alguns pensadores debatem neste período. Em um segundo esforço deste trabalho, nos voltamos para a noção de moral, discutiremos sobre como este conceito também sofre mudanças e colocaremos em debate filósofos e historiadores que tratam sobre este, neste ponto, acreditamos ser válido um debate sobre moral e ética no século XIX. Por fim, focamos na noção de Guerra, e partindo de algumas teorias levantadas sobre estes períodos específicos vamos

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Email: paulagsantos20@outlook.com

² Hannah Arendt foi uma filósofa política alemã, de origem judaica, nascida em 1906 e faleceu em 1975. Neste trabalho utilizamos de parte de sua obra “A Condição Humana”, na qual esta filósofa faz uma análise, tomando por base a história, sobre a constituição do Homem, no qual centramos, no século XIX.

discutir se há uma moral, ou várias morais, específicas nestes momentos, e partindo da noção de homem apresentada anteriormente, o que podemos perceber de transformador em uma sociedade, no que tange a subjetividade dos valores morais e éticos.

Concluimos apresentando as considerações sobre cada ciclo de exposição e debate de ideias, e destacando a própria importância deste estudo.

O Homem e o Século XIX

O homem é uma corda estendida entre o animal e o além-do-homem – uma corda sobre o abismo. É o perigo de transpô-lo, o perigo de estar a caminho, o perigo de olhar para trás, o perigo de tremer e parar. O que é grande, no homem, é ser ponte, não uma finalidade (Zweck), o que pode amar-se, no homem, é ser uma transição e um ocaso. (NIETZSCHE, 1986: prólogo, cap. 4)

O século dezenove é mais animal, mais vulgar, mais feio, mais realista, mas da gentalha, e, em consequência disso, —melhor|| , mais —honrado|| , mais flexível a qualquer realidade, mais verdadeiro; porém muito fraco de vontade, triste e obscuramente desejoso, mais fatalista. Nem terror, nem respeito diante da —razão|| nem diante do —coração|| ; intimamente persuadido do domínio dos apetites (Schopenhauer chama de —vontade|| , no entanto, nada é mais característico para a sua filosofia que a ausência de vontade). A própria moral reduz-se a um instinto (—compaixão||). (NIETZSCHE, 1978)

Nietzsche, nessas duas passagens trata sobre o homem e o século XIX, partindo destas questões, podemos compreender que, o homem se faz ponte das transformações que ocorrem no século XIX, sendo colocado desta forma, ainda podemos compreender o homem como “principal ator” destas mudanças? É o que podemos entender a partir do que Hannah Arendt escreve em A Condição Humana.

A relação que Arendt faz do homem, do mundo e das coisas no século XIX entra em contato íntimo com o que Nietzsche descreve ser este século e este homem. Ao discorrer sobre o homem, Hannah Arendt apresenta a transformação da noção de público e privado no século XIX, e como estas levam as máscaras utilizadas no público,

também para o privado, fazendo com que, o indivíduo, no seu íntimo não distingue até onde as máscaras o constituem. A sociedade, para esta autora, é a que vigora de forma ainda mais impositiva para com o homem.

(...) no mundo moderno, os domínios social e político diferem muito menos entre si. O fato de que a política é apenas uma função da sociedade – de que a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social não foi descoberto por Karl Marx; pelo contrário, foi uma das premissas axiomáticas que Marx recebeu acriticamente dos economistas políticos da era moderna (ARENDDT, 2010, p.39).

O que leva esta mudança é primeiramente a transformação do espaço e da noção de trabalho que se segue. Como Arendt trata:

(...) o novo domínio social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados; em outras palavras, essas comunidades concentraram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida. (...) A sociedade é formada na qual o fato da dependência mútua em prol da vida, e de nada mais, adquire importância pública, e na qual se permite atividades relacionadas com a mera sobrevivência apareçam em público. (ARENDDT, 2010, p.56)

Antes o trabalho era denominado inferior por ser considerado uma necessidade para a sobrevivência, no século XIX o trabalho passa totalmente ao âmbito público, e ainda que na diferenciação entre as classes, o trabalho possa surgir ainda como necessidade, mas por ser entendido também como enriquecedor, a noção de “aquele que trabalha” ganha outro status, sobre tal, Karl Marx e Friederich A. Engels desenvolve uma análise que endossa este pensamento.

(...) Indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. é preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque necessariamente em relevo - empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação - a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo da vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e

como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sobdeterminados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade (MARX, K. & ENGELS, Fr.A, 1993: p.35-36)

Marx e Engels apresentam uma análise que contempla a questão da ação fazer o ser, ou seja, a divisão de classes a partir da lógica de produção geram experiências diferentes, e consciências também diferentes. Desta forma, a ação determina a consciência de classe e a reação, ou seja, o ato transformador. Por assim dizer, observa-se como o homem se faz ponte para a transformação do trabalho e de si mesmo a partir da lógica de produção.

Sobre tal noção do trabalho, voltamos a Arendt que o une a materialização das “coisas”. A autora confronta a noção de trabalho com a necessidade das coisas no mundo, com isto surge o conceito de “obra”, para Arendt o trabalho faz “ser”. Como exemplo que a própria Arendt utiliza, o livro é uma “coisa” que surge como um pensamento, e a partir do trabalho intelectual, da ação, do discurso se transforma em livro, e a partir deste formato poderá acrescentar ao mundo.

Pode-se entender como o homem, o mundo e as coisas surgem como uma constante relação, a partir de Hannah Arendt, afinal, as coisas fazem o mundo, o homem faz as coisas, sem o homem, não haveria as coisas, não havendo o mundo, que por fim anularia o homem. Voltando ao que Nietzsche apresenta, o homem é a ponte entre as coisas e o mundo.

Na era moderna, o homem se faz é pelo trabalho, que leva a “ser”, que “faz ser” o mundo e o homem. A ação “de ser” é o que transforma a sociedade ao que ela é no século XIX, e ao que o homem tenta ser perante esta sociedade, podendo, inclusive ser mais de um dentro de si.

A Moral – sentido, transformação e debates

O que difere a moral da ética? Com esta indagação iniciamos este ciclo, vê-se a ética como aquela que normatiza, e a moral como ação. Sendo assim, a ética faz luz à moral, mas esta última não necessariamente exerce o papel contrário. Ética provém de *Ethos*, do grego, enquanto Moral vem do latino, *Mos*, e sua definição semântica se

assemelha a muito com a de Ética. Tanto que a última já foi utilizada para designar o estudo da Moral.

Hegel utiliza estes dois conceitos, sendo a ética a verdade da moral, sinaliza moral como vontade e ética como realização. Vemos assim como a moral é a realização da vontade, inserida nesta própria, e a ética a realização do espírito. Ética e Moral são conceitos intrínsecos, ambos dando significâncias distintas a noção de costumes. Cada qual em seu âmbito específico. Como apresenta Paul Ricoeur:

É preciso distinguir entre moral e ética? A dizer a verdade, nada na etimologia ou na história do uso das palavras o impõe: uma vem do grego, outra do latim, e ambas remetem à idéia dos costumes (ethos, mores); pode-se, todavia, distinguir uma nuance, segundo se ponha o acento sobre o que é estimado bom ou sobre o que se impõe como obrigatório. É por convenção que reservarei o termo 'ética' para a intenção da vida boa realizada sob o signo das ações estimadas boas, e o termo 'moral' para o lado obrigatório, marcado por normas, obrigações, interdições caracterizadas ao mesmo tempo por uma exigência de universalidade e por um efeito de constrição. Pode-se facilmente reconhecer na distinção entre intenção de vida boa e obediência às normas a oposição entre duas heranças: a herança aristotélica, na qual a ética é caracterizada por sua perspectiva teleológica (de télos, fim); e uma herança kantiana, na qual a moral é definida pelo caráter de obrigação da norma, portanto por um ponto de vista deontológico. (RICOEUR, Paul, 1995: p.3-4)

Seguindo a noção de Ricoeur, obtemos a noção de moral como obrigatoriedade, que é imposta no momento que um homem está inserido na sociedade, uma sociedade que possui um fim, e que institui normas para manter este fim sólido, mesmo que não o alcance.

Estas normas, ou seja, esta moral social se torna plural em cada âmbito da sociedade como religião, formação/ educação, Estado, família, etc, e também se transformam com a transformação do homem, ou seja, seguindo a noção de homem como ponte para a transformação do século XIX que tratamos anteriormente, quando Arendt nos diz sobre a transformação da noção de trabalho, está deixando claro que uma assim como a ética (fim) do trabalho se transforma, a moral (vontade) também se modifica, e é esta moral que exercerá sobre os trabalhadores, de forma explorativa de

acordo com Marx, fazendo com que estes visualizem um novo fim, e exerçam outras vontades.

Guerra – a especificidade do período bélico

Em períodos de conflito bélico, observamos como a noção de ética e moral se transforma, assim podemos inserir a noção de moral bélica para compreender como se dá esta transformação. Observamos como Thales Cavalacanti Castro, destacando a teoria da política internacional, expõe a dicotomia que está inclusive permeando esta área teórica. Castro apresenta duas teorias que englobam a política internacional, a realista e a idealista.

Quando se trata do realismo observamos uma centralização do poder, que tangencia as relações internacionais, enquanto o idealismo apresenta o homem como vinculado à uma sociedade ideal, que sofre um desequilíbrio, como apresenta autor:

Os idealistas fizeram atuar suas idéias entre as duas grandes guerras mundiais, através da criação da Liga das Nações e do Pacto de Kellog-Briand, 1928. Não obstante, ambos foram "letras mortas" no âmbito internacional. A Liga das Nações, proposta por Kant e criada após a Primeira Guerra Mundial, tinha como propósito a união dos Estados majoritários com intuito de punir qualquer Estado que cometesse agressão. Haveria um interesse coletivo de as nações se unirem contra os atos agressivos e o interesse privado de um único país. A autodeterminação das pequenas nações ficaria igualmente protegida das mudanças sistêmicas.³ (CASTRO, 2003)

Neste, vamos nos centrar na discussão sobre as teorias realistas, visto que esta se relaciona com o que Hannah Arendt analisa: a própria noção de poder. Enquanto esta autora discorre sobre o tema partindo da noção de homem e do século XIX, as teorias realistas geralmente partem da noção de poder para com a sociedade e o homem, e neste ponto que se discute a moral, Wight (1985) irá tratar da transformação da moral partindo da Idade Média à Modernidade, este autor compreende que, a noção de unidade se rompe na transição destes períodos, quando o espaço nacional apreende sua

³Artigo disponível no link <http://jus.com.br/artigos/5675/a-arqueologia-da-moral-internacional-e-o-seu-conceito-de-guerra-justa#ixzz2eRtMS7Sp>

própria noção de ética e moral, e desta forma o que antes estava em uma esfera internacional, entre países, passa a convencionar-se no âmbito da fronteira.

No interior de uma comunidade, o Estado pode obter sua autoridade moral da proteção e da educação que oferece a seus cidadãos, aos quais o vincula uma reciprocidade de direitos e deveres. Se os Estados se encontram, segundo a velha fórmula, no estado de natureza, se não houver autoridade superior que arbitre suas disputas, então o sacrifício exigido aos cidadãos no plano da vida e no da ética, bem como as regras de respeito mútuo, de cooperação, de fidelidade nos compromissos e de moderação nas relações entre Estados têm muito menos razões e oportunidades de se imporem no interior de um meio entregue à competição selvagem ou à guerra de todos contra todos (HASSNER,2004,p.480).

Este autor irá tratar justamente sobre o que Wight também expõem, mas Hassner também trata da noção básica do realismo, a questão do poder, este que é responsável por ser o juiz das disputas internas e externas ao país.

Seria nesta questão, um tanto problemática que Arendt chega ao discutir sobre os governos autoritários? Esta teoria realista, ao apresentar como indiscutível a centralidade do poder, abre espaço para a própria discussão do significado deste poder. Seria ele instituído em bases éticas?

Essas questões é que nos leva a cruzar análises historiográficas e filosóficas com estas teorias das relações internacionais, fazendo assim uma análise ampla e crítica de tais teorias, que ainda vigoram no pensar internacional.

A ética e a moral acabam, como elásticos, subjulgadas ao poder ainda que não à sociedade. Pois, do homem se cobram as “virtudes éticas e morais” enquanto, no plano internacional, ou até nacional, o poder do Estado assume a responsabilidade do julgo, da aplicação da moral u transgressão desta, pelas ações que o fará como governo justo ou injusto.

Bibliografia

ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. p.26-124. 2010.

D'ASSUMPCÃO, Evaldo Alves. *Comportar-se fazendo bioética para quem se interessa pela ética*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

HASSNER, Pierre. Relações internacionais: a normalidade do extremo. In: CANTOSPERBER, Monique (org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*. São Leopoldo: Unisinos, 2004. v. 2, p. 479-485.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*. São Paulo: Loyola, 1995, v. III, p. 295.

MARX, K. & ENGELS, Fr. *A Ideologia Alemã*; trad. José C. Bruni e Marco A. Nogueira. - São Paulo: HUCITEC, 1993.

NIETZSCHE, Fr. W. *Assim Falou Zaratustra*; trad. Mário da Silva. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

RICOEUR, Paul. Ética e Moral. In: *Leituras 1: Em torno ao político*. São Paulo: Loyola, 1995.

WIGHT, Martin. *A política do poder*. Brasília: Edunb, 1985.

O olhar do outro: alemães olham Porto Alegre dos séculos XVIII ao XXI

Júlio César Bittencourt Francisco¹

Introdução

Como resultado do Projeto de Pesquisa docente do curso de Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o presente texto descreve as representações de estrangeiros e visitantes, através de crônicas e entrevista de alemães sobre a cidade de Porto Alegre. O título do trabalho ‘O olhar do outro’ refere-se justamente as impressões dos estrangeiros, imigrantes, visitantes ou forasteiros que contribuem com suas diversas visões para formação de uma imagem sobre a capital dos gaúchos.

A escolha pela nacionalidade teuta, como condutora de nossa pesquisa, diz respeito a uma das mais numerosas etnias a impactar a memória da cidade, mas também àquela que confere uma das identidades mais importantes de Porto Alegre.

A relevância da pesquisa para a área museológica é evidente na medida em que museus trabalham não só com um ‘olhar’, mas também com memórias, interpretações, imagens e pesquisas. Outro fator que, a nosso ver, merece destaque é o de utilizar a história da cidade para costurar o fenômeno migratório germânico para o Brasil. Ao misturar, cidade e imigração alemã, sintetizamos a gênese e a própria trajetória histórica de Porto Alegre, sua imagem e cultura.

Partindo do princípio que a identidade se constrói a partir da alteridade, ou seja, da percepção ou apreensão do olhar, ou ainda do discurso do outro, cabe procurar compreender como são construídas as representações daqueles que vem de fora, sobre Porto Alegre, e como se processa esse estranhamento por via de construções sociais e também através de imagens e narrativas. Além das crônicas dos viajantes e escritores, trabalhamos com obras de autores alemães dos séculos XIX e XX, e entrevistas realizadas com estrangeiros residentes ou que visitam Porto Alegre neste terceiro milênio.

A cidade e a memória como construção social

Fundada por colonos açorianos, depois, habitada por brasileiros de diversas origens e regiões, a cidade recebeu muitos africanos e seus descendentes, mas também

¹ Mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO/RJ, doutorando em História pela PUC/RS e professor Assistente da UFRGS/FABICO.

um grande número de imigrantes, principalmente portugueses, alemães, italianos e poloneses ao longo do século XIX. O período coincide com a visita à cidade dos primeiros viajantes europeus, que documentaram suas experiências em crônicas que foram levadas a uma Europa curiosa por notícias de um país novo, longínquo e exótico, até então fechado para o resto do mundo.

Na visão da historiadora Sandra Pesavento (2002, p. 9) “a cidade é o objeto de múltiplos discursos e olhares, que não se hierarquizam, mas que se justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que os outros”. Nesse sentido, podemos perceber o olhar dos viajantes como ‘um outro olhar’, conforme afirma Staudt,

Os viajantes europeus se diferenciam na maneira de perceber a cidade e o espaço público. Uma dessas distinções poderia ser de ordem moral. Muitos dos viajantes condicionados por valores provenientes da cultura europeia, os viajantes, ao vivenciarem os usos e costumes da população da cidade, não estavam isentos de um pré-julgamento. (STAUDT, 2007, p.18)

Ortiz (2000, p.22) ao observar a experiência de Benjamin em Paris diz que “a viagem é sempre um deslocamento através de espaços descontínuos” e descrevendo o viajante como um *flâneur*, aponta o “estranhamento como parte do próprio deslocamento”. Miriam L. Moreira Leite ressaltou a vantagem do viajante enquanto “observador alerta e privilegiado do grupo visitado” por ser alguém “de fora” e estar ali “de passagem”, sem intenção de ser aceito pelo grupo e com o objetivo de relatar o que conseguiu perceber a seus conterrâneos. Por outro lado, “o viajante traz a postura do civilizado diante do povo atrasado reforçada por uma série de obstáculos linguísticos, culturais e econômicos à compreensão do grupo visitado” (LEITE, 1997, p.10).

Mas afinal, qual o poder do olhar do outro? E quais são as suas consequências, para o habitante do local e também para o outro? De acordo com Paul Ricoeur (2007, p. 89), a visão do outro, como fonte de infelicidade ou de perigo, pode construir o que chamou de memória manipulada, que decorre, em última análise, distorções políticas e ideológicas. O que estabelece a manipulação dessas memórias são, segundo Bourdier (2008, p. 78), “as disputas que podem ser de gênero, étnicas e de *habitus*, entre outras, uma vez que a memória deve ser compreendida como construção coletiva e social marcada por desencontros, pela disparidade temporal e espacial”.

Os viajantes

Em 1763, os castelhanos, comandados por Don Pedro Cevallos, governador de Buenos Aires, invadiram o Rio Grande do Sul e tomaram a cidade de Rio Grande. Neste ano, as populações portuguesas de Rio Grande e do norte da província migraram para a região de Viamão e Porto dos Casais, engrossando ainda mais o contingente demográfico desses pequenos aglomerados.

Em 18 de janeiro de 1773, um edital rebatizou a pequena povoação, que passou a se chamar Madre de Deus de Porto Alegre. O então governador da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, José Marcelino de Figueiredo, ordenou a transferência da Câmara Municipal de Viamão para Porto Alegre por questões estratégicas. Além da visão privilegiada da navegação de quem chega pela Lagoa dos Patos, a cidade exercia um controle mais eficaz sobre as rotas das embarcações nos diversos tributários do lago Guaíba que levam ao interior.

Além de centro administrativo, Porto Alegre tornou-se uma área militar. Paliçadas de madeira foram construídas em torno da cidade. Quando chegou a Porto Alegre em 1775, Johann Heinrich Böhn (1708/1783) – militar alemão contratado pelo exército português para supervisionar as tropas no Brasil, e cuja campanha vitoriosa acabou por recuperar Rio Grande dos castelhanos – alertou para a falta de estrutura na incipiente capital:

Eu expus à Junta a incapacidade dos comissários que ela vinha a nomear para empregos da maior importância e as consequências prejudiciais que disso resultaria, indubitavelmente, pedindo seriamente que remediasse o caso. A resposta era que, todas as pessoas mais hábeis e existentes no continente, as mais limpas e as mais inteligentes estavam escolhidas, e que era impossível achar melhores súditos. (BOEHM apud NOAL FILHO, 2004 p.16).

De todo modo, a modesta capital prosperava e em 1804, a Coroa portuguesa lá instalou a primeira alfândega do Rio Grande do Sul. O acanhado núcleo urbano foi elevado à vila em 1808, a município em 1809 e a cidade em 1822. A abertura dos portos brasileiros em 1808 abriu a possibilidade para que viajantes europeus de diversas nacionalidades percorressem áreas até então dificilmente acessíveis.

O ano de 1824, apenas dois anos após a independência do Brasil, se materializa um dos primeiros projetos bem articulados pelo Governo Imperial: o estabelecimento da colônia de São Leopoldo².

² A Colônia São Leopoldo abrangia uma região que ia de Sapucaia do Sul até Caxias do Sul e de Taquara até Montenegro (cidades do Rio Grande do Sul). Essa área era muito maior do que é atualmente o município de São Leopoldo. O primeiro período da imigração ocorreu de 1824 a 1830, quando entraram

Distante apenas algumas horas de barco de Porto Alegre, no Vale do rio Caí, os primeiros alemães foram ali assentados. De acordo com Roche (1969 p.35) “A vocação comercial foi percebida desde a fundação da colônia. Os colonos não podiam viver senão vendendo os seus produtos, o que caracterizou as origens rurais do comércio teuto-riograndense”.

Alemães em Porto Alegre

O Rio Grande do Sul recebeu entre as primeiras levas de imigrantes alemães³, não só camponeses sem terra, depauperados pela situação econômica local, mas também alguns homens de letras e intelectuais, além de artistas, artesões e militares mercenários. Alguns haviam participado das guerras napoleônicas, enquanto outros foram atraídos para a formação de batalhões Imperiais brasileiros para lutar na guerra cisplatina⁴ sob a promessa de que, após as batalhas, fossem agraciados com terras onde se estabeleceriam como proprietários. Nem todos os imigrantes eram de origem rural. Alguns, profissionalmente capacitados na Alemanha e habituados à vida citadina, optaram, tão logo quanto possível, por se estabelecer nas cidades e por exercer diversas profissões (ROCHE, 1969; GANS, 2004).

Ao longo da primeira metade do século XIX a imigração alemã continua através de uma política Imperial de povoamento do Sul do Brasil, até a Revolução Farroupilha, (1835-1845) quando há um refluxo dos desembarques no Rio Grande do Sul por conta da situação política. A participação dos colonos alemães neste conflito é descrito no livro de Hilda Agnes Flores (2008) que informa que “entre os colonos alemães o maior número se posicionou ao lado dos farroupilhas, com quem comungaram os ideais do liberalismo europeu”, porém afirma que muitas lideranças “foram mortas ou deportadas entre 1836-37 enfraquecendo a atuação farroupilha em São Leopoldo”.

Porto Alegre sofreu invasão e sítio dos rebeldes, e experimentou uma drástica redução em suas atividades econômicas. Desta forma descreveu a cidade o imigrante

na colônia 4.856 pessoas, sendo que os primeiros 39 imigrantes alemães chegaram à Colônia de São Leopoldo em 25 de Julho de 1824. Sobre esta empreitada participaram ativamente D. Pedro I através da Imperatriz D. Leopoldina e o Major alemão George Anton Schaeffer que, a partir do escritório montado em Hamburgo, agenciou a vinda de militares mercenários além de milhares de imigrantes alemães.

³ No caso dos imigrantes europeus de origem germânica, aportados no Brasil, a categoria “alemã” é globalizante, pois reúne grupos diferentes de imigrantes, simplificados por características semelhantes (WEBER, 2006).

⁴ Assim, foi criado dois Batalhões de Caçadores o 27º e o 28º que atuaram no Rio Grande do Sul na Guerra Cisplatina 1825-28, ao final da qual seriam desmobilizados radicando-se e reforçando a colônia alemã de São Leopoldo.

alemão Johann Karl Dreher, em 1840: “A cidade de Porto Alegre, cercada por um cinturão de valos de proteção (trincheiras) que, de trechos em trechos, eram protegidas por canhões de defesa, apresentavam antes um aspecto de destruído do que de alegre” (WEIMER, apud NOAL FILHO, 2004, p. 80). Ainda segundo a pesquisadora (FLORES, 2008, p.87) “no início da revolta, muitos colonos buscaram proteção dentro dos muros de Porto Alegre, mas com o deslocamento da guerra para campanha⁵ houve um enorme progresso da colônia como maior produtora regional, entre 1842-1845, quando a guerra dizimava rebanhos em outras regiões do Rio Grande”. Com o fim da revolta, Porto Alegre se expandiu rapidamente para além dos muros e, em pouco tempo, converteu-se no polo da região mais desenvolvida da Província, como destaca Paul Singer.

O papel de Porto Alegre dentro dessa rede urbana sofreu profundas mutações, pois, até aproximadamente 1860, a Capital desempenhava função econômica secundária no Estado, o qual tinha então em Pelotas e Rio Grande — centros diretamente ligados à produção e à comercialização do charque — seus polos mais expressivos. A partir dessa época, no entanto, a capital assumiu, paulatinamente, a condição de centro mais importante devido à sua condição de porto fluvial, o que fazia com que se centralizasse o processo de comercialização da produção das áreas coloniais. (SINGER, 1977, p. 125)

A segunda metade do século XIX trouxe a cidade milhares de imigrantes alemães, muito deles contratados como militares pelo Império do Brasil na campanha contra Rosas, como é o caso de Joseph Hörmeyer, (1824/1873), Carlos Von Koseritz (1830/1890), Carlos Jansen (1829/1889) e Herrmann Wendroth⁶, (s/d-1860), que faziam parte do grupo de jovens soldados alemães, de bom nível intelectual e que ficaram conhecidos como os *brummers* (resmungões em alemão, ou criadores de casos – tradução livre). Em 1858 o médico alemão Robert Avé-Lallemant (1812/1884) em visita ao Rio Grande do Sul escreveu o seguinte sobre Porto Alegre;

(...) a reminiscência nórdica não se restringe apenas ao alto da cidade de Porto Alegre, de onde se pode contemplar a grande distância. Desce também a parte comercial. Ali em toda a parte se vê gente de raça loura perambulando. A cada momento se vê um alemão transitando, a cada momento se vê um nome alemão sobre as portas das casas e se houve falar rude da língua do Holstein e do dialeto pomerânio até o bávaro renano. Deve haver em Porto Alegre uns três

⁵ A região da campanha, no Rio Grande do Sul, compreende a parte sudoeste do estado, junto às fronteiras onde é predominante o ecossistema do Pampa, formado por grandes pradarias e elevações suaves denominadas de coxilhas.

⁶ Wendroth realizou uma verdadeira crônica pictórica da cidade e da Província. Infelizmente por falta de espaço neste artigo deixamos de apresentar suas brilhantes telas sobre Porto Alegre.

mil alemães ao passo que toda cidade não tem mais de 20.000 habitantes (AVÉ-LALLEMANT apud NOAL FILHO, 2004, p.110).

O embaixador e naturalista suíço Joahann Jakob Von Tschudi (1818/1889), em visita à cidade no ano de 1861, assim a descreve:

(...) na verdade a cidade não tem como muitas vezes é descrito, um caráter predominantemente alemão, mas pelo menos o elemento germânico está fortemente representado nos letreiros alemães sobre as abóbadas comerciais, oficinas, bares e padarias etc. são tão frequente como as de brasileiros (TSCHUDI apud NOAL FILHO, 2004, p.119)..

Magda Gans (2004, p.13) informa que o “núcleo de alemães que se desenvolveu em Porto Alegre não fazia parte de um projeto articulado do Governo Imperial brasileiro, ele parece ter-se desenvolvido em discreta espontaneidade”.

De acordo com as pesquisas de Gans (2004), na segunda metade do século XIX, uma razoável comunidade alemã⁷ em Porto Alegre já estava estabelecida com comércio, serviços e pequenas indústrias e formavam a classe média da cidade juntamente com os descendentes de portugueses. Além disso, conseguiram se organizar com eficácia, estabelecendo igrejas, jornais, clubes, associações de auxílio mútuo, e mais para o fim do século elegendo deputados na Corte⁸, onde lutavam pelos interesses da colônia. Tais informações ficam evidente no relato de Amand Goegg, (1820/1897) ativista político alemão, em visita a Porto Alegre no início da década de 1880.

Entretanto, quem mais contribuiu na Província do Rio Grande, durante trinta anos, para o seu desenvolvimento cultural e sua tendência política liberal, como também para sua influência preponderante no Império e, especialmente, para a valorização da cultura alemã, é Karl Von Koseritz, de Dessau, culturalmente talentoso e de alta formação científica. Ele escreve no diário mais influente em língua portuguesa, ou seja, brasileira, A Gazeta de Porto Alegre, e no Deutsch Zeitung, que sai duas vezes por semana e exerce grande influência sobre os deputados e homens de Estado. (GOEGG, A. apud NOAL FILHO, 2004 p.174).

Roche (1969, p.155) nos diz que na virada do século XIX para o XX “as grandes firmas fundadas por alemães, comerciantes rurais, prosperaram em Rio Grande e Porto Alegre (...) eles estreitaram laços com a Alemanha”. Este é o caso das empresas Bromberg e Cia, (Instituto Delfos PUC/RS) fundada por imigrante alemão que se instalou em Porto Alegre em 1863 com empresa importadora e expandiu seus negócios

⁷ Segundo a autora a comunidade teuta da capital era formada primordialmente por imigrantes vindos diretamente da Alemanha e, em menor número, descendentes de alemães reimigrados das colônias no interior do Estado.

⁸ Antes de 1881, a legislação brasileira não dava direito de voto aos não católicos, contingente significativo entre os imigrantes alemães. Com a Lei Saraiva, criou-se a possibilidade mais concreta de se eleger uma bancada teuta para atuar na Assembleia Provincial.

para o resto do país e Argentina, abrindo inclusive um escritório de compras em Hamburgo. Wilhelm Vallentin, cronista alemão em visita a Porto Alegre na primeira década do século XX confirma a presença e participação teuta na vida econômica da cidade com o seguinte relato: “Porto Alegre ocupa lugar de destaque no comércio e na indústria; justamente o elemento germânico, foi o quê, nesta área, assumiu a vanguarda inquestionavelmente”. (NOAL FILHO, vl. 2, 2004 p.105). Da mesma forma, porém, um tanto quanto exagerado, relata Karl Grube, ator e pianista alemão em visita a capital em 1910: “Porto Alegre é uma cidade de comercio progressista com aproximadamente 150 mil habitantes, aproximadamente. Uma boa parte de todos os moradores, se não mais, são de descendência alemã” (NOAL FILHO, vl.2, 2004 p.144)

Com o advento da I Guerra Mundial, (1914-1918) muitas empresas importadoras teuto-brasileiras, que concentravam seus negócios com a Alemanha declinaram ao ponto de desaparecer, principalmente diante de uma Alemanha incapacitada de produzir bens de consumo e de capital para exportação, mas também pela ação de parte da população luso-brasileira, conforme o relato de Alfred Funke, professor e teólogo alemão em visita a capital em 1917; “também a Sociedade Germânia foi ateadado fogo pela população enfurecida [...] a Bromberg e Cia foi igualmente incendiada e muito mais chamuscada [...] apesar do Presidente do Estado ter mandado afixar; Respeite a propriedade dos alemães!” (NOAL FILHO, vl.2, 2004 p.200). Heinrich Timple, alemão e padre católico, em visita a capital em 1921 diz o seguinte: “o elemento alemão está presente por cerca de 10 por cento da população, portanto, bastante presente, mesmo após a guerra [...] casas comerciais de alemãs foram depredadas ou incendiadas, determinando considerável azedume à vida dos pacatos comercantes.” (NOAL FILHO, vl.2, 2004 p.175)

Entre os brasileiros cresce a desconfiança para com os alemães⁹ e seus descendentes, principalmente depois que o governo central se colocou ao lado dos aliados na Segunda Grande Guerra (1939-1945). Soma-se a isso uma política nacionalista implementada pelo Estado Novo de Vargas (1937 – 1946) que proibia o ensino e transmissões radiofônicas em idiomas estrangeiros no Brasil. Mesmo assim

⁹ Na virada do século XX em Porto Alegre, imigrantes e descendentes de alemães, neste trabalho categorizados como ‘teutos ou alemães’ mesmo estando integrados a vida nacional e sem isolamento geográfico, ainda mantinham, em larga escala, casamentos endogamicos, o que favoreceu um sentimento de separação cultural entre teutos e luso-brasileiros. Segundo Gans (2004, p. 117) isso se dava por existir ligação bastante atualizada da capital com a Alemanha e com a cultura alemã.

Maria Kahle, cronista alemã em visita a Porto Alegre em 1936 escreveu o seguinte relato em seu livro publicado na Alemanha no ano seguinte “o empenho cultural dos alemães; em 1932 a grande Sociedade Ginástica Alemã festejou seus 40 anos de existência, em 1931 o jornal *Deutsche Volksblatt* completou seus 60 anos [...] a Comunidade Evangélica Alemã comemorou seus 75 anos [...]” (NOAL FILHO, vl.2, 2004 p.227)

Diante de uma Alemanha beligerante, num cenário de sistemáticos afundamentos de naus brasileiras ao longo da costa, no início dos anos de 1940, a opinião pública nacional se volta de vez contra tudo que é alemão. A Lei 4.166 de 1942, em seu artigo 11 § 1º determina que “os bens das sociedades culturais e recreativas formadas por alemães, japoneses e italianos, poderão ser utilizados no interesse público, com autorização do Ministério da Justiça”. A execução da lei representou um duro golpe na capacidade associativa teuta de Porto Alegre.

Considerações Finais

Porto Alegre nasce geograficamente isolada do centro político e administrativo do país. A cidade cresce depois que todas as outras capitais importantes do Brasil já estarem consolidadas, algumas com mais de duzentos anos de história, soma-se ainda os dez anos de estagnação econômica por conta da Revolução Farroupilha no século XIX. A capital recebe, durante o século XIX, cerca de 350 mil estrangeiros imigrantes. (GERDAU, 2001, p.129) As mais importantes contribuições alemãs para Porto Alegre foram o comércio e os serviços num primeiro momento, e a indústria posteriormente. O sucesso desses empreendimentos serviu para consolidar a importância da cidade no contexto regional e destacar a capital no cenário nacional, tornando a imigração alemã sinônimo de ascensão social no Rio Grande do Sul. Além disso, a cidade, nos séculos, XIX e XX atraiu uma elite de origem europeia, especialmente alemã, ainda que rapidamente tenha se integrado a populações de origens diversas.

No decorrer do século XX as diferenças entre Porto Alegre e outras grandes cidades brasileiras foram se escasseando no contexto da integração nacional, da globalização, da especulação imobiliária e do poder do capital, representado pela expansão do capitalismo, que, entre nós, também gerou desigualdades e pobreza. A própria comunidade teuta foi se tornando mais integrada a sociedade local como um todo, inclusive as uniões com pessoas de origens diversas foram se tornando comum ente os teuto-brasileiros.

Em 2013, movido pela curiosidade em estabelecer o que mais poderia chamar atenção de um visitante alemão, diante do impacto da chegada a Porto Alegre, que poderia ser considerada a ‘mais alemã das cidades brasileiras’ indagamos a uma estudante, que chegou a capital em 2011, para realizar um curso na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, quais eram suas primeiras impressões sobre a cidade; e eis aqui a sua resposta: “cidade de muitos edifícios altos e feios, até nos arredores do mercado público há prédios abandonados, desrespeito pelo pedestre, trânsito agressivo, custo de vida alto, muitos moradores de rua” (Entrevista em 21/05/2013 com Martina, Alemã de 37 anos natural de Kiel sobre Porto Alegre)

Invertendo a perspectiva do olhar, Porto Alegre, como uma ‘cidade alemã’, nada tem de alemã, conforme a opinião da entrevistada. A cidade se parece com qualquer outra capital brasileira que, sem planejamento urbano, entregue a especulação imobiliária, suja, trânsito caótico e com muitos moradores de rua, foi muito mais influenciada pela situação política e social do país, do que pela presença alemã, presença esta que procuramos demonstrar ao longo deste trabalho, tanto na atuação comunitária, quanto nas instituições, empresas, associações e jornais de origem teuta na cidade.

Diante disso podemos concluir apoiando as assertivas de Roche (1969) e Gans (2008) nas seguintes questões: A ascensão social dos imigrantes teutos foi relativamente lenta e difícil no interior. Em Porto Alegre os alemães possuidores de capital ou representantes de marcas alemãs fundaram grandes casas de importação e (com o suporte da colônia através de redes de apoio: remigração do interior e fluxo imigratório constante) foram bem sucedidos sendo a sua ascensão social rápida e contínua, evoluindo do comércio para indústria. Os caixeiros viajantes do interior investiram seus lucros em indústrias estabelecidas na capital, principalmente em fábricas de fiação, curtumes, fundições, usinas metalúrgicas, fabricas de sabão, vidros e manufaturas de calçados entre outras.

A comunidade teuta de Porto Alegre contraria duas situações padrão apontada pela historiografia. A primeira é a presunção de que somente o isolamento é capaz de preservar características culturais de uma comunidade. A segunda é que a assimilação se dá, forçosamente, por contato prolongado com a sociedade hospedeira. Em Porto Alegre o convívio com luso-brasileiros é antigo e nunca houve isolamento, porém o

fechamento cultural foi, de certo modo, forte e se deu através da prática religiosa, dos jornais em língua alemã e das associações étnicas, pelo menos até metade do século XX.

A visão tradicional de grupo étnico dá ênfase a aspectos e traços culturais, mas na visão de Frederick Barth, trata-se de uma construção e desconstrução contínua de limites étnicos daquilo que ele chamou de ‘fronteira’ em relação a outros grupos. Não devemos confundir, no entanto, etnicidade alemã, que é termo mais limitado com cultura alemã, que é conceito mais abrangente. No caso dos descendentes de alemães em Porto Alegre no início do século XXI, ainda observamos a existência de parte da população etnicamente considerada teuto-brasileira. Assim, o conceito de etnicidade é essencialmente uma forma de interação entre grupos culturais, operando dentro de um contexto cultural comum.

Referências bibliográficas

- BOURDIER**, Pierre *A Produção da crença*. 3. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008.
- BARTH**, Frederick Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CONFORTO**, Marília & **VELHO**, Michel. Ruas, praças, porto e casas. Breves considerações sobre o espaço urbano porto-alegrense no relato dos viajantes do século XIX *Revista Travessias* número 2 Cascavel, 2008.
- DEMELO**, Bruno Cesar Euphrasio. A cidade de Porto Alegre entre 1820 e 1890 As transformações físicas da Capital a partir das impressões dos viajantes estrangeiros Dissertação de Mestrado PROPUR/UFRGS, Porto Alegre, 2010.
- DOBERSTEIN**, Arnaldo. *Porto Alegre 1900 – 1920. Estatuária e ideologia*. Porto Alegre: SMC, 1992.
- GANS**, Magda Roswita. *Presença teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004.
- GRUPO GERDAU** A Chama Empreendedora: a história e a cultura do Grupo Gerdau Porto Alegre, 2001.
- HÖRMEYER**, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: Descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil Meridional* Ed.Eduni-Sul, Porto Alegre, 1986.
- LEITE**, Miriam Lifchitz Moreira. Livros de viagem (1803-1900). Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- MARONEZE**, Luiz Antonio Gloger. Espaços de sociabilidade e memória: fragmentos da “vida pública” porto-alegrense entre os anos 1890 e 1930. Porto Alegre: Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – PUCRS, 1994.
- NOAL FILHO**, Valter Antonio & **FRANCO**, Sergio Costa. *Os viajantes olham Porto Alegre*. Porto Alegre: Anatterra, 2004. 2 vls.
- ORTIZ**, R. Walter Benjamin e Paris: individualidade e trabalho intelectual, *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v.12 nº 1 p.11-28 maio, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, V.5 n.10 p.200-212, 1992.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, 2v.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento* Campinas, SP Unicamp, 2007.

SINGER, Paul Porto Alegre. In _____ *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1977.

STAUDT, Sheila Katiane. A Porto Alegre do século XIX sob o olhar dos viajantes *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas dossiê: a cidade na crônica* PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 03 N. 01 – jan/jun 2007.

WEBER, Regina. Imigração e identidade étnica: temáticas historiográficas e conceituações. In: *Dimensões: Revista de História da UFES*. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo. n. 18, 2006 p. 236-250.

O "país do futuro" e o futuro do país: as contribuições de Ferdinand Denis e Von Martius

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira*

Não se pode dizer que alguma coisa é, sem se dizer o que ela é.
(Friedrich Schlegel)

Este trabalho se propõe a uma aproximação entre dois importantes pensadores da cultura histórica nacional que, pertencendo a áreas distintas, raramente se encontram: são eles o francês Ferdinand Denis, cujo *Resumé de L'histoire Litteraire du Brésil* (1826) é considerado fundador da historiografia literária brasileira e o naturalista bávaro Von Martius, autor de “Como se deve escrever a História do Brasil” (1845) que se tornaria o projeto historiográfico oficial do Império, após vencer o concurso do IHGB em 1841.¹ Os projetos fundantes destes dois autores serão aqui retomados a partir de uma analítica baseada nas categorias espaço de experiência e horizonte de expectativas de Reinhart Koselleck, como ferramentas para uma nova abordagem da contribuição apresentada por estes autores e textos.

Para Koselleck (2006), o que melhor caracteriza as concepções historiográficas da Modernidade é a dissociação entre o espaço de experiência – e aí se insere toda a memória – e as expectativas para o futuro que conformam o horizonte vislumbrado pela consciência histórica, não mais *magistrae vitae*. A Modernidade é o momento em que o futuro será sempre mais rápido, feliz e desenvolvido que o passado: portanto, quanto maior o grau de “atraso” de uma sociedade, maiores poderiam ser suas expectativas de futuro (KOSELLECK, 2006, 315-16). A história, porém, não deixa de apresentar funcionalidade; é a partir de um passado que **não é mais** que podemos mensurar o quanto nossa civilização avançou. A história nos serve assim para construir uma memória do que deixamos de ser e contribuir nas projeções sobre o

* Mestre em história e história da literatura pela Universidade Federal de Ouro Preto.

1 Sobre a importância de Denis para a historiografia literária brasileira confira (entre outros) ZILBERMAN, Regina: “Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura” (2006); ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplendido: A fundação de uma literatura nacional* (1991) e BAREL, Ana Beatriz Demarche. *Um romantismo a Oeste*. (2002).

que ainda seremos.

Esta é a perspectiva presente nos projetos aqui abordados. A independência recente do Brasil impõe a necessidade de que se re-construa a imagem do passado para que, em negativo, se justifiquem as esperanças no futuro: seu horizonte de expectativas, daí a urgência de um programa historiográfico. Os projetos aqui abordados representam respostas a essa demanda: Da obra de Denis, especialmente o capítulo inicial do *Resumé de l'histoire litteraire ...* (1826), que dedica a planejar os rumos da historiografia literária brasileira à qual atribui a tarefa de também narrar o passado nacional.² Seguindo a perspectiva já realizada em obra anterior *Resumé de L'histoire du Bresil*, publicado em 1825, nesse segundo momento o autor define uma cronologia de épocas para a história do Brasil (sempre correspondentes à história européia), os temas necessários dessa narrativa e incita ao debate de questões que se tornariam fundamentais para a cultura histórica oitocentista, como a origem indígena para a nacionalidade, a influência (positiva) da natureza para a consolidação de uma civilização americana, as relações entre as raças no Brasil, seus respectivos níveis de civilização e as possíveis contribuições na construção da nacionalidade. Seu projeto foi abraçado com pequenas ressalvas reticentes pela intelectualidade nacional, principalmente no tocante às “raças” subalternas. Apesar de que a literatura indianista se arvorasse como defensora do passado indígena, a narrativa histórica aí realizada dificilmente transbordava para o relato histórico e a etnografia persistia como lugar da barbárie nativa.

Também em resposta a essa demanda e ainda esboçando uma definição do papel das raças na construção da história nacional publicar-se-ia o projeto de Von Martius Como se deve escrever a história do Brasil em 1846, sem grandes avanços. Martius retoma com mais firmeza a questão da mistura de raças, que Denis propusera de maneira tímida. O Naturalista bavaro, porém, conscio da provável antipatia que seu texto poderia suscitar decide-se por dedicar algumas páginas à admoestação e retórica em favor de que se tenha bons olhos para com os elementos subalternos da brasilidade. Sua argumentação varia desde afirmar que a história filosófica e pragmática assim o exige, associada à reiteração da necessária filantropia

2 Essa associação entre narrativa histórica e literária era uma atitude recorrente da primeira metade do século XIX e foi abraçada pelos brasileiros tal como se pode perceber pelos ecos de Denis no projeto de Gonçalves de Magalhães, em 1836. (ARAUJO: 2008)

filosófica da história moderna, sempre se baseando na crença monista da origem humana a partir da qual acreditava que todas as raças fossem passíveis de redenção pelo progresso civilizacional (MARTIUS: 1845, 382-4). Há que notar seu esforço de argumentar por mais de três páginas de texto, em favor da inserção das etnias marginalizadas, ainda que particularmente não acreditasse na capacidade de intervenção das mesmas na civilização brasileira. Em comparação com Denis, para quem a história do Brasil se inicia no tempo indígena (a nossa história antiga), Martius é mais restritivo, considerando o Brasil como decorrência imediata da História Europeia.

O projeto de Martius retoma com maior ou menor entusiasmo as categorias utilizadas por Denis: natureza, cultura, civilização, mistura de raças, sempre à partir de uma perspectiva que também se intitula história pragmática/filosofica. Sua percepção dessa modalidade historiográfica porém, leva ao destaque das questões efetivamente culturais, conclamando ao estudo da língua e instituições indígenas em busca de traços de uma possível perda civilização anterior.³

À partir de sua ênfase no estudo das instituições sociais, dá-se a perceber a proposta de uma ligação provável ligação entre raça e cultura, subentendendo-se que algumas raças estariam mais afeitas ao progresso que outras, independente do clima e lugar. Dessa maneira Martius encontra um eixo de afirmação da história brasileira como parte da história universal, ainda que em “leve” descompasso. Concluírá, como Denis, que o Brasil se insere no movimento da história universal e que apesar dos diferentes graus civilizacionais das raças presentes, é em direção ao nível europeu que se deve dirigir seu horizonte de expectativas.

Assim é válido ressaltar que independentemente do espaço de experiência dos autores, sua apreensão da sociedade brasileira e seu processo de formação convergem num horizonte de expectativas quase unívoco que se referenda pela noção Moderna de história. Ambos propõem que se possa e deva buscar a gênese da nacionalidade brasileira através da demonstração do desenvolvimento de uma civilização mais ou menos independente da

3 Lorelei Kury (2006-7) chama a atenção para a perspectiva pejorativa de Von Martius sobre a natureza brasileira, na época de sua viagem de estudos ao Brasil (1817-20). Nesse momento Martius considerava a natureza americana como decadente, em decorrência do calor dos trópicos. Muito possivelmente em função dessa “possível saída justa”, o tema da natureza praticamente desaparece de seu projeto historiográfico apresentado ao IHGB.

portuguesa, em que as “raças” subalternas contribuam mais ou menos para a progressão geral, sendo que ao fim seja sempre uma civilização decorrente da Europa, ainda que numa temporalidade “tardia”. Assim se justifica afinal o saldo otimista de percepção do futuro nacional que estes autores nos legaram. A noção de “país do futuro” torna-se uma dedução plausível, embasada pela metodologia científica Moderna.

De fato, estas obras não só iniciaram os debates e indicaram rumos para o pensamento brasileiro, como também contribuíram na fundamentação de temas essenciais da identidade brasileira como a “miscigenação positiva”, a “Natureza exuberante” e o “País do Futuro”, noções que no século XIX contribuíram para que o pensamento científico nacional encontrasse ferramentas para explicar a realidade com base nos saberes contemporâneos da história natural e dos estudos históricos.

A apreciação encorajadora de um país de natureza exuberante, “cadinho de raças” onde se misturaram, de maneira inédita, todas elas, indicava estes fatores como um sinal claro de realizações futuras, que mereciam ser aguardadas com otimismo pelos naturais do Brasil. Sua perspectiva histórica, embasada no que denominavam história pragmática e filosófica, tendia a um horizonte de expectativas que justificava seu entusiasmo pela **História** e total segurança na positividade de sua atuação: seu otimismo derivava menos de uma apreensão idealizada do espaço de experiência (o passado brasileiro), que da positividade atribuída a um horizonte de expectativas construído à partir do conhecimento histórico moderno.

Por fim destacamos o caráter convergente destas obras e autores de tradições e realidades distintas. Estes longevos e prolíficos autores, nascidos ambos no final do século XVIII e que se transformariam em brasilianistas *avant la lettre*, apesar de terem partido de pontos distintos, coincidentemente foram modulados pela experiência da viagem ao Brasil em sentido nostálgico e acadêmico. A formação humanística de Denis, destinado a uma carreira diplomática que não se realizaria e que terminou seus dias como *Savant* e administrador da Biblioteca Saint Genevieve, autoridade máxima em assuntos da América e do Brasil (citar); Carl Friedrich Von Martius, homem de ciências, botânico, médico e futuro administrador do Instituto de Botânica e *scholar* que, como Denis, seria agraciado pela acumulação de um capital cultural devido à experiência no Brasil. Ambos transformaram a vivência da viagem ao

Brasil em perspectiva para o futuro: a experiência empírica se transformaria em objeto de estudo e análise, habilitando-os à historiografia.

Ferdinand Denis “sobrevive” a uma França revolucionária em que sua família de tradicionais funcionários públicos leais à Coroa, sofre com as mudanças de estatuto da burocracia francesa. Seus planos de seguir a carreira diplomática são desviados pela experiência americana e, ao voltar à França, se tornaria um *savant* e detentor de invejável capital cultural relativo à América do Sul. No tocante à suas projeções para a história do Brasil, é o primeiro a atirar longe a baliza do progresso. Encantado com a exuberância e fertilidade do solo brasileiro, parece ver nela a primeira característica positiva em relação as possibilidades futuras do Brasil. Apesar de considerar a possibilidade de uma civilização brasileira (indígena) a ser resgatada no passado, Denis enfatiza por várias vezes a importância da natureza brasileira como elemento que alimenta a imaginação.

São constantes suas exclamações sobre a grandeza do país, sobre o calor do sol, a fertilidade do solo e a possibilidade de futuro encerrada nessa exuberância. “Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve se expandir como o espetáculo que se lhe oferece”; O uso dos verbos sempre no futuro, nos indica que a perspectiva de Denis se dirige sempre mais para as futuras realizações que sobre o presente, em que poucos motivos de orgulho parece encontrar. É curioso que seu entusiasmo sobre o passado seja tão ardente enquanto o presente se anuncie apenas como um preambulo para o glorioso futuro que vislumbra. Ou não. Essa é, em nossa opinião um dos mais fortes indícios de seu compromisso com a narrativa historiográfica Moderna: o presente pouco representa, frente à profundidade e exotismo do passado que apenas deve confirmar as glórias do progresso futuro.

Suas esperanças se iniciam pelo compartilhamento involuntário da cultura européia entre portugueses e Brasil. Ainda que não o pretendessem os portugueses haviam deixado escapar o “germe de todo conhecimento” enquanto arrancavam o ouro (DENIS, 414-5). Não fora uma atitude deliberada, senão um efeito colateral. Denis acredita que a permeabilidade entre culturas necessariamente influiria desde a mais elaborada até a menos sofisticada, influenciando-a de maneira indireta no sentido de enriquece-la e desperta-la para o nível comum que a humanidade deveria atingir. Da certeza de que a humanidade desfrutasse de

estágios semelhantes de desenvolvimento, Denis retira a esperança de que a pesquisa arqueológica revelaria um passado indígena aparentado aos egípcios, assim como se tinha descoberto algo semelhante na América Central.

Outro elemento importante do passado seria a natureza brasileira, diversas vezes destacada pelo texto e associada ao clima e às tradições como elemento de definição de uma identidade e cultura (DENIS: 1826, 516). Em sua perspectiva a exuberância da natureza brasileira indica seu poder de colaborar no desenvolvimento dos seres, o que contraria teorias iluministas de que ela levasse à decadência do homem: e daí o estado “decadente” dos indígenas. Denis inicia um valioso movimento de revisão, ao defender o vigor da natureza como alimentador de uma civilização que se teria perdido devido à **violência da colonização**.⁴ Em sua opinião, os indígenas teriam atingido um grau de civilização semelhante aos da antiguidade clássica e teriam decaído devido à violência de invasoras. (DENIS: 1826, 518) A natureza brasileira, portanto, não destrói, mas dá luz e animo.

Há na narrativa de Denis a monumentalização da natureza e do índio, como marcas do passado e indícios de que o futuro já se prenuncia em evolução, onde os efeitos da civilização já se fazem sentir e o autor chega ao otimismo de considerar que nosso destino seja superar a Europa (DENIS: 1826, 520). Na ausência de monumentos a partir dos quais se poderia construir uma história passada, Denis opta pelo paralelismo e escolhe por ponto de origem a história do indígena, como momento fundante da história do Brasil, nossa Idade Antiga.

Essa baliza erige uma cronologia em que as eras européias são adaptadas à nossa provável experiência (sempre estamos tratando de um projeto) cronologia esta que, pelo recurso da comparação e das equivalências, acredita em semelhanças entre períodos temporais da América e da Europa, o que se dá a perceber pela “tradução” adaptativa dos respectivos períodos (América e Europa), sendo os primeiros “traduzidos” para enformar um horizonte de expectativas análogo aquele vivido pelos europeus. A história do Brasil inicia-se por uma idade Antiga tupiniquim, à qual se poderia aceder através dos estudos arqueológicos e etnográficos, onde vestígios materiais e linguísticos reconstruiriam uma grandeza tão

4 O debate sobre a capacidade destruidora ou regenerativa da natureza brasileira esteve no foco do surgimento de um pensamento nacional, como nos esclarece Lorelei Kury (2006-7,83-4). Denis seria o primeiro europeu a discordar da tese de uma natureza negativa nos trópicos, o que seria de grande ajuda para o desenvolvimento de uma defesa da habilidade nacional para o progresso.

exuberante quanto sua natureza seria capaz de inspirar. Se o esplendor da natureza brasileira supera a Europa, o que ficariam a dever seus heróis do passado em comparação aos antigos gregos? (DENIS: 1826, 517)

Ainda nessa perspectiva especular e paralela, a correspondência à Idade Média se fará com o período colonial brasileiro. Nesta altura é importante destacar que se por um lado a Idade Média que o Romantismo busca é o momento de origem dos povos modernos e de grandes heroísmos (e ele os compara à empresa colonial) por outro também é o momento em que a Europa se encontrava imersa em suposta obscuridade: o que representaria, em último caso, uma crítica à situação penosa da formação cultural brasileira.

Quanto ao presente (logo após à Independência) é momento de reflexão e planos, dividindo-se em duas indicações: por um lado, é o tempo em que o poeta (e a história) deve dedicar-se à memória dos desaparecidos, das lutas e dos vencidos. A história se apresenta assim como um lamento e uma imagem reversa: o passado se encerra definitivamente em sua narrativa. O presente é vazio, toda natureza e expectativas. Já o futuro, é totalmente brilhante, assim como o sol dessa natureza que tanto o encanta (DENIS: 1826, 520). O “americano, em que tantas raças se fundiram, ... orgulhoso de seu clima, sua riqueza e instituições, virá um dia visitar a Europa,” como monumento do passado, assim como os europeus agora visitam o Egito (DENIS: 1826, 520). Fascinado pela proximidade e exotismo do Oriente desvendado pelas excursões napoleônicas, Denis preve com encantamento que o americano, será o vitorioso do futuro. O americano, filho da Europa – ainda que misturado aos negros e indígenas – e que receba deles e do clima influencias distintas, tem por dever e destino dar continuidade à cultura ocidental como legítimo filho da raça vencedora (DENIS: 1826, 524).

É curioso que, apesar de descrever cada uma das raças, destacando qualidades inerentes e mesmo sua habilidade para a civilização (e o negro sempre é o mais frágil dos elos dessa cadeia); ainda que ele apresente as possibilidades de mistura racial como algo característico e positivo (DENIS: 1826, 524-5), não chega a afirmar que seja este o destino brasileiro. Indica, no entanto que a “Providencia” aqui os teria reunido para formar um “povo de irmãos”. A fusão total como produto brasileiro é a proposta do naturalista bávaro.

De início há que destacar que Von Martius, homem de ciência e botânico de formação,

não se impressiona pela natureza brasileira nas mesmas proporções de Denis. Após a estada de três anos no Brasil (1817-20), seguirá uma bem sucedida carreira academica em sua terra, onde assume a posição de brasilianista, mantendo contato privilegiado com a *intelligentsia* Nacional. Apesar de sua formação em história natural, possuía habilidades e interesse em assuntos de antropologia e etnografia, a ponto de considerar-se habilitado a inscrever-se num concurso sobre “Como se deve escrever a história do Brasil”, proposto pelo IHGB em 1840.

Vencedor do concurso, o naturalista demonstra não só bom conhecimento das questões prementes da cultura histórica brasileira em formação, como grande otimismo pelas possibilidades futuras da nação brasileira. Acreditando que a história deriva das relações entre cada raça humana e sua trajetória particular em um ambiente específico, considera que a mistura inédita de tres raças no mesmo espaço leva a possibilidades de desenvolvimento de uma história em que “forças diagonais” serão as responsáveis pelos rumos futuros (MARTIUS: 1845, 382)

Justificando as características da história brasileira pela atuação do “genio da história” (MARTIUS: 1845, 383), ele justifica que o cruzamento das raças não seria uma novidade absoluta nem um fato negativo, na história. Destaca, porém, o ineditismo da mistura das três, tal como se fez no Brasil e reitera o dever que se atribui a uma história filosofica e pragmática do Brasil de perceber esta mistura como resultante dos desejos desse mesmo “genio” cujos objetivos seriam ao final, positivos. Por conclusão ele afirma ter sido a “vontade da providencia” que teria destinado “o Brasil a essa mescla” (MARTIUS: 1845, 383) na qual, sobretudo, o sangue portugues deverá predominar.

O projeto de Martius fica um pouco aquém da “isenção científica” que proclama. Seu horizonte de expectativas sobre a história do Brasil é etnocentrico e desconsidera sumariamente qualquer possível contribuição à história do Brasil, vinda das raças subalternas. Acreditando (como Denis) que cada raça tem sua história, afirma que a densidade dessas histórias – e sua validade – advirá da capacidade de sofisticação civilizacional alcançada ao longo do tempo. Para Martius, a **História** é essencialmente branca e ainda que não o afirme, a possibilidade de história é praticamente negada às outras raças. Elas deverão ser absorvidas pela cultura europeia de maneira totalmente passiva. Nessa altura a metáfora utilizada é a do

rio para demonstrar a predominância da raça (e civilização) portuguesa. As outras se aglutinarão ao curso principal português, que em sua opinião é o único portador de história e capaz de caracterizar a história brasileira como um ramo da portuguesa. Esse o destino da Nação brasileira, situação “desconhecida na história antiga” (MARTIUS: 1845, 384). Ao naturalista espanta que as raças “inferiores” que são excluídas da história em outras regiões tenham no Brasil a possibilidade de participar do movimento geral.

Os negros ocupam nessa história, tanto quanto para Denis, papel de pouca monta. Já os indígenas merecem atenção especial, posto que, na opinião de Martius, não sejam povos na infância, mas remanescentes decaídos de uma “muito antiga, posto que perdida história” (MARTIUS: 1845, 485). Menos simpático aos autóctones brasileiros, Martius insiste que se os compare aos demais povos americanos e se demonstra cético em relação a uma possível civilização perdida no Brasil afinal “mormente em países elevados se encontram vestígios de uma tal civilização” (Martius: 1845, 389). Em sentido contemporizador, acena logo a seguir com a esperança de que ela possa hipoteticamente ser encontrada pois se não há fatos que a confirmem também não existem provas em contrário. A história do Brasil, para Martius, se inicia com a chegada dos portugueses e é a este fato que se deve dar importância.

Quanto ao momento de colonização, Martius desculpa os portugueses da decadência indígena: eles já teriam sido encontrados no estado de “ruínas de povos” e, portanto sua influência seria necessariamente negativa. Do esforço de colonização, ambos os autores, Martius e Denis o reconhecem como um movimento de heroísmo ocidental (MARTIUS: 1845, 391). Enquanto Denis busca um paralelismo com a Idade Média, comparando as façanhas dos portugueses à bravura dos europeus do período medieval, Martius segue num viés mais pragmático, ao indicar que o movimento de colonização da América Portuguesa é parte de um processo de expansão dos lusitanos e, portanto, insere-se no desenrolar da história universal. (MARTIUS: 1845, 391)

Dai a necessidade de se estudar o transplante das instituições portuguesas – e sua civilização – para o Brasil, a partir do estudo da legislação e das instituições⁵. O processo de

5 *Daqui o historiador deverá passar para a história da legislação e do estado social da nação portuguesa, para mostrar como nela se desenvolveram pouco a pouco tão liberais instituições municipais, como foram transplantadas para o Brasil, e quais as causas que concorreram para o seu desenvolvimento, nesse país.*

transplante necessariamente organico, interferiria na transformação e adaptação das instituições ao novo solo e natureza. Ele acredita que a partir do estudo do **transplante** das instituições certamente se dará a perceber “como aí se estabeleceram as ciencias e artes, como *reflexo* da vida europeia.” (Martius: 1845, 394) (itálico nosso). Afinal, em sua opiniao, a escrita da historia do Brasil deve considerar que (MARTIUS: 398-9)

não lhe compete tão somente descrever o desenvolvimento de um só povo, circunscrito em estreitos limites, mas sim de uma nação cuja crise e mescla atuais pertencem à historia universal, que ainda se acha no meio de seu desenvolvimento superior. ... Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo da portuguesa; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluidas as suas relações para com as raças Etiópica e India.

É uma história que por um lado é ramo da história universal, por outro, é o resultado da mistura entre estas raças aqui agregadas e, portanto, acompanha de maneira defasada o desenvolvimento da história em geral. Os elementos não brancos são considerados atrasos no desenvolvimento da história brasileira, de um sentido de somatória em que o elemento europeu entra com sinal positivo e os demais, com simbolos neutros ou negativos. Quanto à natureza, ora é elemento desagregador – afinal cada parte do brasil tem características físicas distintas – ora serve como fator de enriquecimento para o leitor da história do Brasil, como cenário necessário para a narrativa dessa história, que leva ao reconhecimento de si.

Na conclusão, as expectativas de Martius se aproximam vigorosamente das de Denis: “Justamente na vasta extensão do país, na variedade de seus produtos, ao mesmo tempo que seus habitantes tem a mesma origem, o mesmo fundo histórico, e as mesmas esperanças para um futuro lisonjeiro, acha-se fundado o poder e a grandeza do país.” (MARTIUS, 1845, 402) O país gigantesco, a natureza exuberante, o povo valoroso, o futuro sorridente: o programa da Nacionalidade estava devidamente esboçado.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A Experiência do tempo – Conceitos e Narrativas na Formação Nacional*. São Paulo: Hucitec, 2008.

(MARTIUS: 1845, 392)

- BAREL, Ana Beatriz Demarche. *Um romantismo a oeste: modelo francês, identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2002.
- CEZAR, Temistocles. “Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Souza (1857). Ensaio sobre uma operação historiográfica.” *História em Revista*, Vol. 6, p. 37-58, Pelotas, 2000.
- CORDIER, Henri. *Ferdinand Denis (1798-1890)*. Paris: Societé Geographique de Paris, 1890. Disponível em : <http://www.archive.org/details/ferdinanddenis1700cord>
- DENIS, Ferdinand. *Résumé de l'histoire du Brésil, suivi du Résumé de l'histoire de la Guyane, par Ferdinand Denis*. Paris, Lecointe et Durey libraires, 1825.
- _____. *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal , suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, 1826. p. 513-28.
- GONÇALVES, Sérgio Campos. A Figura do Intelectual e a Razão Universal na Fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. Vol. 2, n.1 (March. 2013). 37-69
- GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. “História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. VII(2), 389-410, jul.-out. 2000.
- HAUBER, Christian. Civilização e nação: o índio na historiografia brasileira oitocentista. *Jahrbuch for Geschichte Lateinamerikas* 44. Böhlau Verlag Köln/Weimar/Wien 2007. P. 235-258.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*. Contribuição à semantica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- KURY, Lorelei. “No calor da pátria”. *Revista USP*, São Paulo, n.72, p. 80-89, dezembro/fevereiro 2006-2007
- OLIVEIRA, Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de. *Letras de memória: o indígena como cronótopo da narrativa do passado no período imperial, dos estudos históricos ao romance indianista de José de Alencar (1820-1870)*. Dissertação de mestrado. Mariana: PPGHIS-UFOP. 2011.
- ROUANET, Maria Helena. Comentários às “Considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no novo mundo (Ferdinand Denis).” IN. Antologia de textos fundadores do Comparatismo Interamericano. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/denis/comentarios.htm>. Acesso em: 12/06/2013.
- _____. *Eternamente em berço esplêndido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. Atas das sessões de 1890. *Revista Trimensal do IHGB*. Rio de Janeiro, n. 53, v2, 1890. P. 474-7.
- VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. Como se deve escrever a história do Brazil. *RIHGB*. N.24. Janeiro de 1845. Pp. 381-403.
- ZILBERMAN, Regina. “As lições de Ferdinand Denis”. *Gragoatá*. Niterói, n. 20, p. 199-218, 1. sem. 2006 (a)
- _____. “Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura”. *Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo – v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006 (b)*.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

O PENSAMENTO HISTÓRICO DE HERDER

Jéssica de Souza Cabral Corrêa*

Introdução:

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo realizar uma pequena análise sobre o Filósofo Johann Gottfried Herder, suas principais influências e a posterior apropriação de seu legado em grandes movimentos intelectuais como Historicismo Alemão e Romantismo.

Tentaremos demonstrar também, como as suas concepções serviram ao conhecimento Histórico, através de conceitos chaves como: individualismo, sensibilidade, alma do homem, e o plano maior, onde segundo ele, poderiam ser encontradas as manifestações do individual.

Essa breve análise não tem a pretensão de responder a todas as questões acerca do assunto, mas procurará demonstrar a importância de tal filósofo na construção do conhecimento Histórico.

Johann Gottfried Von Herder

Johann Gottfried Von Herder, foi um importante filósofo nascido na Prússia Oriental que viveu entre 1744 e 1803. Segundo alguns estudiosos a sua história poderia ser dividida em quatro partes: os anos em Riga (1764-69), os anos de viagem (1769-71), os anos no conselho de Bückeburg (1771-76) e os anos de Weimar (1776-91).

Em Riga ele concluiu seus estudos pela Universidade de Königsberg e ocupou o cargo de pastor e em 1769, iniciou os seus anos de viagem pelo mar Báltico. Os anos posteriores em Bückeburgo e Weimar foram considerados períodos formados pelos pensamentos e experiências vividas por Herder desde a sua juventude, além dos contatos estabelecidos com Goethe e Hamann. Tudo isto culminou em suas principais obras: “*Outra Filosofia da História para a educação da Humanidade. Contribuição a muitas outras contribuições.*” (1774), “*Também uma Filosofia para a formação da Humanidade*” (1784-1791), “*Cartas para o progresso da humanidade.*” (1783-97), a última em resposta à Revolução Francesa, além de duas obras em resposta ao filósofo Kant: “*A Metacrítica*” (1799) em oposição à “*Crítica da Razão Pura*”; e “*Calligone*” (1800) contra “*Estética da Crítica do Juízo*”.

Em suas obras encontraremos como traço comum o desejo de produzir o conhecimento que servisse à humanidade de forma realmente prática e utilitária, tendo como pano de fundo a teologia. Podemos arriscar que esse é o principal pilar na filosofia herderiana, a *Popular philosophie*. Contudo, há outros pontos importantes que serão trabalhados a partir da percepção de Herder, como a rejeição à Ilustração e o seu modo racional de tratar os fenômenos históricos.

As referências

A grande contribuição Herderiana não consistiu na criação de um mundo Histórico totalmente novo, e sim na transformação do já existente. Assim como foi colocado por Ernest Cassirer, não podemos caracterizar o Século XVIII como o descobrimento do conhecimento histórico pelo Iluminismo, porque este foi apenas um novo rumo em direção à ciência Histórica. Houve, entretanto, outras contribuições do mesmo grau, como a do próprio Herder, que forneceu uma nova perspectiva para tratar esse tipo de conhecimento. A sua obra foi sensível, pois percebeu as individualidades do

homem de acordo com seu respectivo contexto; por isso cada época ou sociedade deveriam ser compreendidas através de seus próprios valores que são únicos, singulares e individuais, ou seja, valores relativos que se ligam num plano maior, o plano da Providência Divina.

A partir desse pensamento podemos entender o motivo de sua oposição às luzes. Em primeiro lugar, devemos destacar que a racionalidade não poderia estar presente no estudo da alma humana, e este era o alvo de Herder. Tentaremos aqui, resgatar as influências que deram origem ao seu pensamento, já que em alguns momentos ele nos parece ter surgido do nada, como afirmou Cassirer em uma de suas obras:

“(...) Sua obra para quem a toma em sua totalidade concreta, é incomparável; ela não conhece antecipação nem preparação na cultura da época. Parece cair do céu, gerada pelo nada: brota de uma visão da história que é inigualável em pureza e perfeição. Essa concepção do mundo Histórico jamais poderia fundar-se, entretanto, e desenvolver-se sistematicamente sem os instrumentos intelectuais que já estavam à sua disposição.” (CASSIRER, 1997, p. 307).

Essa nova relação com a História, que nos parece totalmente nova, tem, em parte suas raízes nas prodigiosas leituras de sua juventude, dentre elas merecem destaque as correntes Iluminista (Hume, Montesquieu e Voltaire); o Pietismo Alemão (Hamann); Platonismo (Platão, Leibniz e Shaftesburg) e até a obra de Shakespeare.

Todos os Filósofos citados deixaram um pequeno legado para a formação do pensamento de Herder, que se utilizou, modificou e adaptou alguns de seus conceitos. No que diz respeito à Ilustração, as contribuições foram as seguintes: o conceito de “Espírito da História” ou de “povo”, inspirado na obra *O Espírito das leis* de Montesquieu, a conexão entre eventos internos e externos, de Hume, além da concepção que ambos partilhavam sobre o homem natural e o homem de cultura, o civilizado, concordando que nesse processo de transição o homem perde o paraíso. A divergência se encontra no fato de que Herder rejeitava toda e qualquer concepção uniforme, pois elas não conseguem compreender toda a diversidade da vida humana nas suas mais diversas manifestações.

O Pietismo Alemão, ao buscar uma identidade nacional, renunciava às influências externas em detrimento de sua *Kultur* irracional, porém sentimental, que para ele, demonstrava o interior da alma alemã. Outro pensador de destaque foi Hamann, de quem Herder foi discípulo e aprendeu o caminho para interpretar a cultura dos povos primitivos. Seu legado foi mostrar que não é possível comparar os povos antigos aos modernos, pois estão em gerações, épocas, mentes e por fim em tempos Históricos distintos. O que levou cada vez mais o jovem Herder a romper com o Iluminismo e de toda atmosfera generalizante e homogênea.

Do Neoplatonismo ganharam sua atenção os filósofos Leibniz e Shaftesbury que mantinham algumas ideias legadas por Platão, e foi destes que extraiu a relação do homem com o divino. Em suma, podemos encontrar a gênese do pensamento herderiano em outras fontes, como na *particularidade da alma* e na *natureza humana* vistas na poesia e peças de Shakespeare, Além de inspirações diversas como: A poesia primitiva, a popular, os contos e Homero, o Antigo Testamento dentre outros. Entretanto, não podemos atribuir importância somente às fontes e pensadores que o antecederam, pois isso seria uma forma de reduzi-lo e negar toda sua genialidade e sensibilidade até então desconhecidas, ele foi guiado quase que por instinto à criação dessa nova perspectiva.

O que a História deve a Herder?

“Si Kant queria llegar a ser ‘el Corpénico de la filosofía’, bien podemos llamar a Herder el Corpénico de la historia.” (CASSIRER, 1993: p 266)

O século XVIII, com bem sabemos, foi dominado pela atmosfera racional e pelo desejo de produzir conhecimento embasado no rigor científico, devido às contribuições de Descartes. Porém, mesmo envolvido neste contexto, o filósofo Giambattista Vico deu um pequeno passo rumo ao que seria concretizado posteriormente como *Filosofia da História*. Para ele as ciências do homem exigiam métodos distintos dos usados nas naturais, porque os fenômenos históricos não poderiam ser reduzidos a categorias abstratas. Algumas de suas obras foram feitas em oposição às de Descartes, mas ainda mantinham o caráter abrangente, preso às verdades gerais. Podemos considerá-las como os primeiros esforços para libertar o conhecimento histórico do racionalismo.

Todos estes antecessores de Herder foram, de modo geral, os pioneiros do conhecimento histórico e serviram à filosofia da Ilustração. Foi ele o primeiro a recusar os princípios iluministas, porque acreditou no valor do conhecimento específico, em outras palavras, tentou explicar a História partindo da natureza da alma e o princípio de que cada nação, indivíduo ou povo deveriam ser compreendidos a partir de seus próprios valores. Ele ainda afirma que o Iluminismo era debilitado porque não captava com precisão e sensibilidade a pluralidade da vida humana e menos ainda a História. Sugeriu que era de muita arrogância acreditar que a felicidade da humanidade estaria no progresso e na razão, em seu livro *“Também uma filosofia da história para humanidade”* faz uma dura crítica ironizando a forma linear, a virtude da razão e a convicção prepotente:

“Vulgarmente o filósofo transforma-se tanto mais em animal quanto mais está convencido de que é Deus. E o mesmo acontece com quem está convencido de que pode fazer cálculos sobre o aperfeiçoamento do mundo. Com aquele que se convence de que tudo progride belamente segundo uma linha recta e de que cada indivíduo e cada geração se limitam a enfileirar numa bela progressão da qual só ele conhece a fórmula de virtudes e felicidade que regula o aperfeiçoamento geral à imagem do seu próprio ideal. Tudo viria afinal a desembocar nele, último e mais elevado elo da cadeia com o qual tudo se termina. Vede a que iluminação, a virtude e felicidade se guindou a humanidade! Olhai para mim! Aqui, em cima do mecanismo! Eu fiel dourado da balança do mundo!.” (HERDER, 1995: p 95)

O que tornava cada povo singular e incomparável eram os elementos que formavam sua identidade, como: o clima, as condições de vida material, a educação e o último e muito importante para Herder, a língua. O pesquisador poderia encontrar as raízes históricas de cada um deles através das cantigas antigas, dos mitos, contos, sagas, lendas etc. A evolução dos povos seria de forma independente e por diversas direções, ao contrário do que diziam os Iluministas, por isso era contra a imposição de uma lógica genérica que roubasse desses povos a sua espiritualidade e a sua inclinação natural.

“E que loucura mil vezes maior não seria a tua se generosamente pretendesse conceder a uma criança, de acordo com o refinado gosto do

teu tempo, o teu deísmo filosófico, a tua virtude e a tua honra estéticas, o teu amor geral pelos povos, todo ele carregado de uma tolerância que é opressão, exploração e iluminismo!” (HERDER, 1995: p 17).

O progresso só seria aceitável caso estivesse ligado à onipotência divina, logo à diversidade do espírito humano, acreditava ele. Pois dessa forma poderiam ser encontradas no plano maior, o *plano da providência*, as manifestações individuais.

Considerações finais

Podemos chegar à conclusão de que nasceu com Herder uma nova forma de analisar o objeto que teve como base os conceitos de relatividade e singularidade, os quais se trabalham até hoje nas Ciências do Homem. Sobretudo a *interpretação do Espírito* foi a maior contribuição de sua obra para a Ciência Histórica.

O século XIX foi marcado por duas correntes que sofreram sua influência direta, e uma delas é o Historicismo representado na figura de Leopold Von Ranke. A primeira vista suas concepções podem ser compreendidas como antagônicas, de um lado a subjetividade de Herder, do outro a objetividade de Ranke. Guardadas as diferenças, podemos observar que ambos crêem na manifestação do divino no plano histórico, ou a relação direta entre a humanidade e o divino. O segundo movimento foi o Romantismo alemão, que contou com as contribuições Goethe, discípulo do próprio Herder, o qual levou adiante e consolidou o movimento cultural, consagrando a intelectualidade Alemã. No entanto ele não pode ser considerado um romântico, porque segundo Ernest Cassirer, eles foram pouco a pouco caindo no universalismo.

Embora muitos o considerem o criador do nacionalismo moderno, não cabe aqui espaço para esta discussão, mas não podemos responsabilizá-lo por movimentos de nacionalismo mais extremistas que surgiram e se utilizaram de seus conceitos a fim de legitimar pretensões expansionistas de conquistas militares. Em resumo Johann Gottfried Herder foi um dos primeiros pensadores a se opor as Filosofias do Iluminismo, que marcou de forma significativa a ruptura entre a Historiografia produzida no século XVIII e XIX.

Referências Bibliográficas:

- CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1997.
- MEINECKE, Friedrich. **El historicismo y su gênese**. México, fondo de cultura mexicana, 1982.
- CASSIRER, Ernest. **El problema del conocimiento IV**. Fundo de cultura econômica, México, 1993.
- SCHILLING, Voltaire. **Confrontos: O pensamento político Alemão**. Ed. universo. UFRGS, 1996.
- HERDER, Johann Gottfried. **Também uma filosofia da historia para formação da humanidade**: uma contribuição a muitas contribuições do século. Lisboa: Ed. Antígona, 1995.
- OLIVEIRA, Janaína. **Historicismo e Cultura Alemã. Política e História** in: *Tese de doutorado*. PUC: RJ, 2006.
- GOMEZ, Bárbara Natalia. **Conceitos fundamentais para compreender a filosofia da historia de Johann Herder**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo, julho 2011.
- FORSTER, Michael. Johann Gottfried Herder: in Stanford Encyclopedia of Philosophy. disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/herder/>> acesso em: 06 agosto 2013.
- ELIAS, Norbert. **Processo Civilizador, uma História dos Costumes**. RJ: Jorge Zahar, 1994.

O que faz o verdadeiro historiador – José Honório Rodrigues e a historiografia dos anos 1950

Mariana Rodrigues Tavares*

“O sabor do arquivo passa por gesto artesão, lento e pouco rentável, em que se copiam textos, pedaço por pedaço, sem transformar a sua forma, sua ortografia, ou mesmo sua pontuação. Sem pensar muito nisso. E pensando o tempo todo. Como se a mão, ao fazê-lo, permitisse ao espírito ser simultaneamente cúmplice e estranho ao tempo e a essas mulheres e homens que vão se revelando. (...) O arquivo copiado à mão em uma página em branco é um fragmento de tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se as interpretações.” (FARGE, 2009:23)¹

Quarta-feira, manhã de sol na cidade do Rio de Janeiro. Mais um dia que começa, pessoas trabalham, estudam e também pesquisam. A porta da Biblioteca Nacional é aberta logo no começar do dia e tão rapidamente passam pela recepção, os pesquisadores destinam-se ansiosos para o universo de informações que os aguardam. Ao adentrar o setor de periódicos, faço o pedido de uma coleção de documentos organizados em formato de livro. Deparo-me com temas dos mais variados tipos e principalmente com a ação engajada de um historiador que supervalorizava os arquivos. Surpreendo-me com esse instigante trabalho e nas próximas linhas, tento narrá-lo. Guiada por esse propósito, a presente narrativa objetiva-se tratar da reativação da Série *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional expressa por meio da recuperação do trabalho com fontes inéditas desenvolvido no decorrer da gestão de José Honório Rodrigues, à frente da Divisão de Obras Raras e Publicações da Instituição. Nas palavras desse diretor, “o verdadeiro historiador é aquele que se documenta, pesquisando e selecionando os manuscritos inéditos para depois interpretá-los e expô-los.”(RODRIGUES, 1951:114)². É o que veremos a seguir. Mas antes de tratar desse processo de reativação, cabe aqui apresentar um pouco da trajetória profissional desse intelectual.

*Graduanda em História pela Universidade Federal Fluminense e bolsista PIBIC/CNPq sob o projeto intitulado *Disputas Intelectuais, Monumentalização e Apropriação da Produção Histórica da Primeira República nos anos 50 e 60*, orientado pela professora Giselle Martins Venâncio. Email: historia.mari@gmail.com.

¹FARGE, Arlette. Milhares de Vestígios. In: *O Sabor do Arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp.9-23.

²RODRIGUES, José Honório. A Historiografia brasileira em 1945. In: *Notícia de Vária História*. Livraria São José, 1951, pp.113-142;

“Um historiador à moda antiga” – A trajetória de José Honório Rodrigues

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1913, local em que desenvolveu sua carreira acadêmica e profissional, José Honório Rodrigues como boa parte de outros contemporâneos, cursou a Faculdade de Direito, bacharelando-se em 1937. Da formação em Direito passou aos corredores do Instituto Nacional do Livro para trabalhar como assistente técnico de Sérgio Buarque de Holanda, então diretor da Seção de Publicações do Instituto na década de 1940. Neste ofício permaneceu entre os anos de 1939 a 1944, saindo apenas em razão de uma bolsa da Fundação Rockefeller para curso na Universidade de Colúmbia. Afastado do Brasil entre os anos de 1943-1944 e retornando em 1945, José Honório assumiu o cargo de bibliotecário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

Seus trabalhos de História começaram a vir a público em 1942. Publicou diversos artigos a respeito da trajetória da economia açucareira na Revista do IAA – *Brasil Açucareiro* -, mas não reunidos no formato de livro. Mais tarde, a publicação saiu sob o título de *Capítulos de História do açúcar* e nas palavras de Iglésias, “mesmo depois de 40 anos de sua elaboração, é um importante volume na bibliografia da história econômica.” (IGLÉSIAS, 1988:57)³

Mas a sua trajetória não se restringiu apenas aos conteúdos referentes ao Brasil dos tempos do açúcar. De 1946 a 1958 foi diretor da Divisão de Obras Raras da Biblioteca Nacional, período em que retomou duas das mais célebres publicações da Instituição – a *Documentos Históricos* e os *Anais da Biblioteca Nacional*, editando em uma 40 e na outra nove volumes, entre os anos de 1946 e 1955. Em paralelo ao trabalho de diretor institucional, José Honório Rodrigues iniciou a carreira docente. Entre os anos de 1946 a 1956 lecionou no Itamarati num curso para a formação interna de pessoal, além disso, permaneceu na seção de pesquisa do mesmo instituto, entre 1949 e 1950, trabalhando no arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

No entanto o cargo de maior relevância que ocupou na administração pública foi o de diretor do Arquivo Nacional, de 1958 a 1964. A frente da Instituição realizou uma grande

³IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.55-78.

reforma, organizando os acervos e conferindo uma nova fase ao Arquivo Nacional. Após essa fase áurea de administrador, José Honório exerceu fundamentalmente o magistério e se dedicou a produção de livros, sendo as suas publicações mais expressivas nesse momento, *Brasil, período colonial* (1957), *Historiografia Del Brasil. Siglo XVI* (1957) e *Siglo XVII* (1963). Depois disso, ingressou na Academia Brasileira de Letras (ABL) além de atuar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 6 de abril de 1987.

De modo geral, José Honório Rodrigues foi um historiador que imerso num período de reconfiguração do campo intelectual. Entre os anos 1950-60 vivia-se a primeira fase de publicação dos trabalhos oriundos das Universidades criadas nos anos 1930. A partir dessa época, a legitimidade do discurso histórico estava migrando da rege dos Institutos Históricos para as Universidades. As regras do jogo estavam mudando e com elas a lógica do campo. José Honório ocupava os dois mundos e operava nas duas lógicas. No entanto a sua atuação nos arquivos e Institutos Históricos sempre foi muito mais expressiva do que nas Universidades onde esteve algum tempo como professor visitante⁴. Certamente essa característica lhe conferiu um menor destaque no mundo universitário do que o adquirido por outros intelectuais. Mas apesar de certa inexpressividade de Honório Rodrigues, no mundo das academias universitárias, não há como ocultar a sua gestão como diretor dos centros arquivísticos e seu intenso trabalho de resgate de documentação histórica. É o que veremos nas próximas linhas.

Os documentos contam a História – Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional na fase “Honoriana”

“Deus não é dos mortos, mas dos vivos, porque, para ele, todos são vivos. A história também não é dos mortos, mas dos vivos, pois ela é a realidade presente, obrigatória para a consciência, frutífera para a experiência. (...) O historiador, lembra Oliveira França, lida com defuntos não para conhecer a morte, o passado, mas para conhecer

⁴A conferência se intitula *José Honório Rodrigues: historiógrafo erudito, historiador combatente*. Conferencista: Leslie Bethell, Acadêmico: Alberto Venâncio Filho. Data: 16 de julho de 2013.

a vida; é nela que ele pensa; é o mistério da vida que ele persegue.” (RODRIGUES, 1969:27)⁵

A definição de José Honório Rodrigues para a História se inscreve na perspectiva de um historiador que supervalorizava a o trabalho com as fontes documentais, estas últimas responsáveis por oferecer sentido ao ofício do historiador e a própria História. Mas Honório Rodrigues não foi o primeiro a trabalhar nessa corrente. Há muito os historiadores da Primeira República já discutiam a importância dos documentos para compor o discurso histórico e se engajavam na tentativa de recuperar a História através das fontes.

Nesse ínterim se inscreve a Série *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional. Criada pelo diretor Mario Behring⁶ que esteve à frente da Instituição entre os anos de 1924 e 1932, a Série Documentos Históricos foi inicialmente editada pelo Arquivo Nacional em 1928. A responsabilidade da edição pelo Arquivo Nacional durou até o segundo volume de edição. Durante os oito anos de gestão de Mario Behring a série contou com dezenove volumes publicados. Para Behring por meio desta série, “começam a ser publicados os mais antigos manuscritos que neste estabelecimento existem (...) constantes de volumosos códices que raríssimas pessoas tem até aqui consultado”. (BEHRING, 1929: 09)⁷

Na gestão seguinte a da Behring, Rodolfo Garcia⁸ assumiu a direção da Biblioteca Nacional e a Documentos Históricos atingiu a marca de setenta volumes publicados de

⁵RODRIGUES, José Honório. Os problemas da história e as tarefas do historiador. In: RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil – Introdução Metodológica*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, 1969, pp.27-45.

⁶**Mario Behring** (1876-1933) nasceu na cidade de Ponte Nova, Minas Gerais. cursou o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola da Bahia, em 1896. Uma vez concluídos os estudos na cidade do Rio de Janeiro, voltou a sua cidade natal em Minas Gerais onde exerceu o cargo de Diretor de Obras no Município e fundou o *Externato Pontenovense*. Além disso, criou o jornal *Tupinambá* para servir de órgão de crítica ao governo. Em 1903 ingressou na Biblioteca Nacional, assumindo a direção em 1924. Em paralelo a atividade como administrador foi um colaborador dos Jornais do Comercio e das Revista CineArte, Fon Fon e Kosmos. Para maiores esclarecimentos ver: SANTOS, Renata Soares da Costa. *O “culto moderno”: um espetáculo noticiado*. Puc-Rio.

⁷BEHRING, Mario. Apud. ANDRADE, Rosane Maria Nunes. *A edição de documentos históricos do acervo da Biblioteca Nacional*. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011, pp. 1-12.

⁸**Rodolfo Garcia** (1873-1949) nasceu na cidade de Ceará-Mirim e faleceu no Rio de Janeiro. Formado pela Faculdade de Direito do Recife e mais tarde radicou-se no Rio de Janeiro, onde conheceu Capistrano de Abreu e se tornou seu amigo e seguidor. Dedicou-se a escrever as notas da obra *História Geral do Brasil* de Adolfo de Varnhagen. Foi membro da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

documentos inéditos⁹ para os historiadores. Mas a fase “áurea” da Série viria mais tarde nos anos 1946 a 1958 sob a administração de José Honório Rodrigues.

Coordenada por Honório Rodrigues, diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, a série foi reativada e atingiu o número de 110 volumes publicados, após uma interrupção de 42 anos sem publicações periódicas. O formato da série possui uma encadernação em brochura vermelha escura e a dimensão de 23cm x 16cm, concentrando em cada volume cerca de 300 páginas de documentos. (ANDRADE, 2011:10)¹⁰ No entanto mais do que o ressurgimento de uma coleção de fontes documentais, a série *Documentos Históricos* representa um traço característico da “era” de José Honório à frente das Instituições de guarda de acervos e do seu plano de recuperar uma dada forma de escrever a História que se compunha pela incansável interpretação de fontes. Em meados da década de 1940 e ao longo dos anos 1950, o historiador José Honório Rodrigues esteve como administrador das principais instituições arquivísticas do país. Dentre estas podemos enumerar a Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, a seção de pesquisa e história do Itamaraty e o Arquivo Nacional, onde permaneceu até 1964 e foi sua última e mais importante atuação administrativa, como já indicamos. Já apontamos aqui que nesse momento o campo dos estudos históricos estava passando por um processo de reconfiguração, redefinindo-se os cânones e principalmente as regras que conformavam a lógica de funcionamento do mesmo.

Ao assumir a direção de uma das seções da Biblioteca Nacional, logo após a sua saída do quadro de funcionários do Instituto Nacional do Livro¹¹, o primeiro passo de José Honório Rodrigues foi catalogar a documentação existente na Instituição a fim de possibilitar meios ao pesquisador meios para a escrita da História. Uma das suas justificativas dadas por Honório Rodrigues para a necessidade de resgatar os documentos e principalmente organizá-los,

⁹Foram publicados os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, além dos Anais da Biblioteca Nacional.

¹⁰Ibidem.

¹¹A conferência se intitula *José Honório Rodrigues: historiógrafo erudito, historiador combatente*. Conferencista: Leslie Bethell, Acadêmico: Alberto Venâncio Filho. Data: 16 de julho de 2013.

“É a falta de catálogos e, portanto, o não conhecimento completo do acervo, da Biblioteca que explica a escolha arbitrária dos códices divulgados, sem respeito ao assunto e à data, e as constantes variações cronológicas e frequentes mudanças da matéria dos volumes já publicados.

(...)

A organização de um plano de publicações de documentos históricos depende, portanto, da catalogação e do conhecimento do acervo. Este seria o único caminho certo em relação a escolha dos textos. Todavia, pelo fato de não conhecermos todos os documentos e, portanto, de não podermos justificar a nossa escolha, não se desencaminhará a publicação. Esta, durante mais algum tempo não será ordenada sistemática, cronológica, mas procurará atender à esta exigência agora que de novo se cataloga e se conhecem milhares de peças, e à segunda norma de uma edição de documentos históricos – que é a de reproduzi-los autenticamente.” (RODRIGUES, 1949)¹²

Quatro anos mais tarde, em 1953, José Honório destacava novamente a importância de recuperar os documentos relativos ao pré-nacional da História do Brasil que, segundo o autor, se caracterizava no ano de 1817. Nas palavras do autor,

“Inicia a Biblioteca Nacional, neste volume 101, a nova série de documentos relativos ao período nacional ou pré-nacional. Até agora dedicamos 100 volumes à história colonial e muito especialmente aos documentos do Conselho Ultramarino que possuíamos em cópias do século passado, vindas de Lisboa. Esta orientação, que encontramos em 1946, quando a coleção atingia o volume 70, foi seguida nestes últimos 30 volumes, no empenho de oferecer aos estudiosos da história colonial fontes indispensáveis de consulta existentes na Biblioteca Nacional. Fica ainda a ser publicada muita matéria merecedora de tanta atenção dos editores e dos estudiosos quanto a que já se imprimiu.

A história propriamente nacional encontra no movimento de 1817 um marco de extraordinária significação, pelo revigoramento do espírito nacional e pela iniciativa prática que lhe coube na preparação da Independência. A Revolução de 1817 não foi um momento local, mas nacional, que só não vingou porque foi temporânea, porque faltou ao povo, ou melhor, à maioria de todas as partes do Brasil, educação para compreendê-la e defendê-la conscientemente, como já assinalou Oliveira Lima. Não foi o ódio contra os portugueses, nem contra os reinóis prepotentes a causa imediata da rebelião, como parece crer grande parte de nossa historiografia, baseada na ordem do dia 4 de março de 1817 e na interpretação contemporânea de Muniz Tavares, o cronista da Revolução.” (RODRIGUES, 1953)¹³

¹²*Série Documentos Históricos – Pernambuco e outras Capitanias do Norte – Cartas e Ordens (1717-1727)*. Vol. LXXXV, 1949.

¹³*Série Documentos Históricos – Revolução de 1817, vol., CI, Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações*, 1953.

Para além das fontes que estavam sendo recuperadas alguns historiadores da Primeira República voltavam a cena pelas páginas dos *Documentos Históricos*. Por trás da atuação de José Honório estava a intenção de recuperar os trabalhos iniciados por Ramiz Galvão e mais tarde retomados por Rodolfo Garcia. Nas palavras de Honório Rodrigues na nota de abertura dos Anais da Biblioteca Nacional, vol.68,

“Quando, porém, não houver inventários preparados, serão impressos manuscritos preciosos da casa, ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras de grande interesse para a nossa história, retornando-se ao plano de Ramiz Galvão, que incluía também a informação bibliográfica e iconográfica. Já é da tradição deste repertório acolher documentos vindos de vários acervos públicos e particulares, estrangeiros ou nacionais. O único interesse dominante é contribuir para o esclarecimento do passado brasileiro.” (RODRIGUES:04)¹⁴

Quanto à Rodolfo Garcia, José Honório não foi menos elogioso e exaltador. Garcia foi considerado por Honório um como “discípulo” de Capistrano de Abreu juntamente com Afonso Taunay. Mais do que isso. Nas palavras de Honório “Varnhagen, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia¹⁵ formavam a trindade bendita da historiografia brasileira.”(RODRIGUES, 1970: 155)¹⁶. Seus métodos e formas de trabalho deveriam ser recuperados e valorizados pelas gerações dedicadas aos estudos históricos. E foi essa a maior contribuição de José Honório a frente dos Institutos e da Série *Documentos Brasileiros*. Seu plano compreendia mais do que a recuperação de fontes históricas, mas sim, o resgate de uma tradição historiográfica que estava ficando relegada a segundo plano em tempos de mudança como o eram nos anos 1950. A legitimidade da História mudara de curso, mas para José Honório nossos primeiros mestres jamais deveriam ser esquecidos.

Considerações Finais

¹⁴Anais da Biblioteca Nacional, vol.68.

¹⁵Um fato curioso a respeito da retomada de Rodolfo Garcia por José Honório Rodrigues se deve a enorme expressividade do primeiro na Sociedade Capistrano de Abreu. José Honório Rodrigues, como visto, além de um admirador do trabalho de Capistrano, foi o responsável pela publicação de suas correspondências. Para maiores esclarecimentos ver: SILVA, Ítala Byanca Moraes da. *Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008, dissertação de mestrado.

¹⁶Para maiores detalhes ver: RODRIGUES, José Honório. Rodolfo Garcia. In: História e Historiografia. Petrópolis, Editora Vozes, 1970, pp. 155-163.

Conforme procuramos mostrar, a redefinição que o campo intelectual histórico vinha sofrendo no decorrer dos anos 1950-60 estava influenciando o valor atribuído aos documentos e ao trabalho dos historiadores, valorizando-se formas mais interpretativas, e criticando-se as análises de cunho mais empírico. No entanto, alguns historiadores aferrados a tradição dos primeiros mestres historiógrafos ainda supervalorizavam o trabalho com as fontes e a recuperação destas pelos Institutos arquivísticos. Nesse processo, se inscrevia José Honório Rodrigues e a sua atuação à frente dos centros de documentação mais importantes do país, em especial a Biblioteca Nacional, local onde permaneceu desde os tempos de revisor técnico do Instituto Nacional do Livro. Ao longo de sua gestão, uma das mais notórias características fora a recuperação da escrita da História do Brasil pelas páginas da série *Documentos Históricos*, criada por Mario Behring e continuada por Rodolfo Garcia. Concluímos que por meio desta coleção, José Honório Rodrigues além de tornar o passado tangível aos pesquisadores através das fontes, trazia à tona novamente a importância da organização dos arquivos e dos seus acervos, demonstrando que as respostas para as questões históricas careciam de “pesquisa, pois de outro modo o historiador se tornaria tendencioso e sem categoria científica.” (RODRIGUES, 1969: 36)¹⁷

Referências Bibliográficas

BEHRING, Mario. Apud. ANDRADE, Rosane Maria Nunes. *A edição de documentos históricos do acervo da Biblioteca Nacional*. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE, 2 a 6 de setembro de 2011, pp. 1-12;

FARGE, Arlette. Milhares de Vestígios. In: *O Sabor do Arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp.9-23;

FREIXO, André de Lemos. A mansão brasileira na “casa de Clio”. In: *A arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGH, 2012, pp. 320-331.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p.55-78;

RODRIGUES, José Honório. A Historiografia brasileira em 1945. In: *Notícia de Vária História*. Livraria São José, 1951, pp.113-142;

¹⁷Ibidem.

RODRIGUES, José Honório. Rodolfo Garcia. In: História e Historiografia. Petrópolis, Editora Vozes, 1970, pp. 155-163;

SANTOS, Renata Soares da Costa. *O “culto moderno”: um espetáculo noticiado*. Puc-Rio.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. *Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008, dissertação de mestrado.

Fontes:

Série Documentos Históricos – Pernambuco e outras Capitanias do Norte – Cartas e Ordens (1717-1727). Vol. LXXXV, 1949;

Série Documentos Históricos – Revolução de 1817, vol., CI, Biblioteca Nacional – Divisão de Obras Raras e Publicações, 1953.

Anais da Biblioteca Nacional, vol.68, 1948.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

“O retrato na pintura italiana do Renascimento” e a questão do indivíduo moderno em Jacob Burckhardt

Luiz César de Sá Júnior¹

1. O lugar conferido pela fortuna crítica à obra de Jacob Burckhardt pode parecer, à primeira vista, bem assentado. A onipresença de seu nome em obras centrais dos estudos renascentistas ao longo do século que se seguiu à publicação de *A cultura do Renascimento na Itália* (*Die Kultur der Renaissance in Italien*, 1860) prova seu estatuto de “pai fundador” do campo (FERGUNSON, 1948, p. 179-194); o completo desmantelamento de seus principais argumentos por um esforço revisionista até hoje persistente (BLACK, 2005, p. 97-98), também. Mas parece-me claro que nem sempre a historiografia escolheu o melhor alvo ao analisar os escritos do historiador suíço.

Debruçado sobre o problema da fundação da modernidade antevista por Burckhardt com a ascensão de um Renascimento concebido como época amplamente distinta da precedente, o senso comum historiográfico se esqueceu de que esse problema ou tese, antes de ser cavalo de batalha, muito provavelmente não passou de um pressuposto assumido por Burckhardt sem maiores exigências (PANOFSKY, 1944, p. 201). É da própria natureza do vocabulário de Burckhardt que emerge essa apreciação. Sua Idade Média foi concebida como o momento no qual a consciência dos homens encontrar-se-ia num estado de “semivigília”, oculta sob o véu da “raça, povo partido, corporação, família ou qualquer outra das demais formas do coletivo”, e o Renascimento despontaria precisamente como suspensão desse véu², à qual se seguiria, “paralelamente”, o despertar da subjetividade (BURCKHARDT, 2003, p. 111). Ora, as expressões “despertar” e “dispersão do véu ao vento” querem constatar um acontecimento, e não explicá-lo. A proverbial associação de Burckhardt a uma teoria do Renascimento seria, portanto, desaconselhável. Graças a Riccardo Fubini, está claro que o próprio conceito “Renascimento” não agradava a Burckhardt. Ele o empregou “por falta de um termo melhor” [in Erman lung eines besser] (FUBINI, 2005, p. 118).

¹ Doutorando em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Bolsista CAPES

² A própria distinção forte entre Idade Média e Renascimento, embora contribuinte do argumento central de *A cultura do Renascimento na Itália*, nem sempre aparece tão intensamente naquele texto. Quando falou da religião no Renascimento, por exemplo, Burckhardt não hesitou em afirmar que “esses homens modernos, os portadores da cultura italiana de outrora, nasceram dotados da mesma religiosidade do homem ocidental da Idade Média.” (BURCKHARDT, 2003, p. 354)

As razões da escolha de Burckhardt são claras. Para ele, o caráter geral de uma época – ou, ao menos, sua autoconsciência – era revelado pelas circunstâncias políticas, asserção corroborada pela própria decisão de iniciar o livro de 1860 com o “Estado como obra de arte”, e articulada mesmo antes, conforme consta nas notas de um curso ministrado em 1849-1850. Porém, na mesma lição em que assim situou a política, Burckhardt declarou que “os ideais mais recônditos, e então mais verdadeiros e não intencionais” repousavam na figuração artística (GHELARDI, 1991, p. 87-88). Se era na história da cultura que Burckhardt enxergava o horizonte mais profundo de compreensão da evolução do espírito individual e subjetivo italiano que nascera ao lado da época renascentista, a ela era indispensável o acréscimo da história da arte, talvez o mais elevado instrumento de leitura do passado (FERNANDES, 2002, p. 76).

Omitido a contragosto em *A cultura do Renascimento na Itália*, o âmbito artístico deveria ser explicitado em obra específica, projeto que pôde ser levado a termo apenas parcialmente (BURCKHARDT, 2003, p. 21-22). De fato, para além do texto sobre a arquitetura italiana do Renascimento (*Die Kunst der Renaissance*, 1867) escrito para integrar a história da arquitetura de Franz Kugler (*Geschichte der Baukunst*), suas reflexões sobre a arte não viriam a ser editadas em vida, tendo subsistido na forma de manuscritos “elaborados como conferências, lições acadêmicas ou mesmo pensados como volumes temáticos supostamente preparados para se transformar em livros” (FERNANDES, 2012, p. 26).

Se tenho razão em sugerir que o conceito de Renascimento enquanto época era pertinente na síntese histórica de Burckhardt apenas na dimensão em que lhe permitia mergulhar naquilo que de fato lhe interessava, isto é, a ascensão histórica do indivíduo subjetivamente orientado, aqueles *uomini singolari* vislumbrados com a leitura de Vespasiano da Bisticci (FERNANDES, 2012, p. 23) e todo o acervo de biografias e autobiografias explorados em *A cultura do Renascimento na Itália*, valerá a pena retomar os manuscritos de Burckhardt em torno da história da arte renascentista, recentemente editados por Cássio Fernandes, de modo a neles buscar (se as há) formas específicas de subjetividade na retratística, uma vez ser necessário partir do princípio de que a arte não se prestava ao mero papel de “exemplificação de outras esferas da ação humana” (FERNANDES, 2012, p. 27).

2. Pode parecer espantoso que o primeiro exemplar observado em *O retrato na pintura italiana do Renascimento* tenha sido o de um religioso. Apesar disso, foi precisamente com o retrato de São Francisco de Assis – evocado após um breve preâmbulo em torno da retratística antiga - que Burckhardt quis inaugurar seu estudo, um São Francisco imortalizado no espaço de dois anos após sua morte por um pintor que “guardava ainda uma forte e indelével recordação da personalidade do santo.” A explicação que poderia vir à tona tem a ver com a oportunista apropriação de Burckhardt de uma figura que serviria de liame entre uma Idade Média em pleno ocaso e as lentas e consistentes irrupções de um Renascimento em trabalho de parto. Mas o Burckhardt dos anos 1890, afastado de suas funções preceptísticas e dedicado exclusivamente a seus escritos, parece-me, em nada disso tinha interesse e tampouco perdia tempo com cesarianas.

A linha argumentativa de Burckhardt, pelo contrário, endereçava-se tão-somente ao rastreamento da arte do retrato mediante um único critério: a progressiva “capacidade do retrato de alcançar a simples semelhança” (BURCKHARDT, 2012, p. 51).

Semelhança que viria a ganhar contornos decisivos com a ascensão de Giotto, pois teria sido em sua época e na marcha de seus sucessores – impossível ignorar a prevalência de Vasari nessas escolhas - que ficara estabelecido o grande problema colocado por Burckhardt a suas fontes. À semelhança figurada pela presença de Enrico degli Scrovegni (em *Il giudizio universale*) no afresco de Pádua ter-se-ia seguido uma miríade de rostos que, a despeito de sua notável composição realista, não encontrariam respaldo em alguma personalidade psicológica, mas em idealizações. O avançar dos anos, contudo, rostos definidos e tipos alegóricos harmonizaram-se. Poucos testemunhos deste “grande e solene acontecimento” (BURCKHARDT, 2012, p. 58) se equivaleriam ao afresco da ala norte do Palácio Público de Siena, onde Ambrogio Lorenzetti imortalizou tanto os cidadãos nobres quanto os valores dos quais gostariam de ser legatários. Representações da *sapientia*, *iustitia*, *concordia*, *pax*, *fortitudo*, *prudentia*, *magnanimitas* e *temperantia* encimavam o corpo dos cidadãos, demarcando sua adesão aos valores humanistas então em plena arquitetura e sua progressiva renúncia à escolástica de Aquino, algo que Quentin Skinner tentou provar anos atrás (SKINNER, 2004, p. 39-92).

Os rostos psicológicos, que com a maturação social de seu estatuto eventualmente nivelados à altura das presenças místicas, hagiográficas ou alegóricas, encontraram as capitais de sua performance em Siena e Florença. Aquelas cidades simbolizavam, entretanto, um empreendimento muito mais vasto, inerente, desde o século XIV, ao território italiano tomado em conjunto (BURCKHARDT, 2012, p. 65-69).

A tendência a interpretar o renascimento da arte italiana mediante o critério geográfico-civilizacional fica bastante matizada a partir do esforço de Burckhardt em identificar figuras concretas e grupos sociais específicos, como os *condottieri*, e em atribuir-lhes, seja por força da fama e glória almejada, seja pela franca tentativa de imortalização a conquistar, a forja da arte do retrato. Não ocorre o mesmo com localidades desprovidas das condições reunidas naquele *locus* privilegiado, vivaz mausoléu do antigo que era a Itália, as quais recebiam olhar rápido e um tanto desatento ao serem subjugadas pelo critério da semelhança às malhas da mera emulação:

Que mundo completamente diverso, e que arte inteiramente alemã era aquela representada na pintura parietal que por volta do fim do século XIV o senhor de um castelo tirolês fez realizar na moderada e já meio italiana Etschland, no castelo de Runkelstein em Bolzano! Aqui não faltavam representações de homens e mulheres ilustres tirados da Bíblia e de outras lendas e sagas medievais. [...] A estas figuras acrescentavam-se bustos de heróis e de mulheres da Antiguidade, *sem porém uma característica individual* (BURCKHARDT, 2012, p. 71, grifos meus).

Se levarmos essa passagem em conta, teremos que admitir o papel secundário do antigo, exatamente nos parâmetros em que a crítica historiográfica (consideremos Kristeller zênite didático dessa perspectiva) concretizou para *A cultura do renascimento na Itália* (KRISTELLER, 1955) como as funções explicativas mais adequadas para justificar o esforço tardio de Burckhardt na constituição de sua análise dos retratos? O despontar das formas precisas dos rostos dos grandes personagens corresponderia ao traço final de um grande esboço do moderno? Afinal, a existência de figuras e heróis bíblicos e grego-latinos não fez irromper, nas civilizações do norte, o mesmo pendor individualizante festejado por Burckhardt no renascimento italiano. Pode ser que sim. Mas permitam-me oferecer o enredo (e somente ele) de uma alternativa.

À personalidade dos retratados obviamente Burckhardt teve de acrescentar comentários sobre a personalidade dos artistas. E, ao fazê-lo, fez prevalecer algo como um acento na psicologia dos retratistas pela via da autoridade. Se os retratos individuais

mergulharam nas casas e outros fóruns privados ao longo do século XV como distintivo de autoridade e aceno laudatório familiar; se os grandes senhores das cidades persistiram em seu esforço de disposição pública da própria imagem; se a própria corte papal veio a assumir para si a autorrepresentação como dispositivo de atribuição de valor, é certo que os responsáveis pela execução dos afrescos e óleos atraíram para si respeito tão singular quanto o dos seus objetos de imortalização. Burckhardt demonstra a validade desse raciocínio ao comentar a ascensão do autorretrato de artista, “muito valorizado na escultura grega” e retomado por Cimabue no Cappellone degli Spagnolli (BURCKHARDT, 2012, p. 58-59).

Certos artistas, a partir de então, foram catalogados pela capacidade de seu patrimônio de agregar seguidores e consagrar-se como técnica meritória de valoração enquanto tópica figurativa. A psicologia desses “mais excelentes pintores, escultores e arquitetos”, resultou em identidades que viriam a ser seguidas ou imitadas no plano das oficinas. Além disso, porém, a força do próprio nome do artista imortalizado pelo sucesso de suas imortalizações tornou-se critério da autoridade que penso ter se fixado, historiograficamente, por meio das páginas de Burckhardt. Diante da proximidade mantida com aquilo que de melhor se poderia achar na arte de Mantova, por exemplo, o borgonhês Francesco Bonsignori (que teria recebido sua instrução com Bellini) recebeu de Burckhardt o estatuto de “vice Mantegna” (BURCKHARDT, 2012, p. 97).

Poderíamos partir da hipótese de Burckhardt, ao seguir de perto Vasari, teria acabo por soerguer, mesmo que de modo não plenamente consciente, uma verdadeira retórica visual para posicionar a constelação de artistas e personagens de seu estudo?

Neste ponto, seria prudente seguir um pouco mais o manuscrito, e avançar ao momento no qual Burckhardt, em vez de propor o redespertar do indivíduo de forma romântica, apazigua qualquer arroubo do espírito e investe no polimento, progressivo e em contínua renovação, da técnica. A presença nos afrescos estimula os homens a buscar um retrato individual, o que impele, por sua vez, os pintores a desenvolver sua técnica ao ponto da máxima semelhança:

Neste ponto, não se pode deixar de tirar de tudo isso algumas conclusões concernentes à pintura retratística em geral: entre as muitas pessoas que devem ter passado pelas oficinas de Gentile, de Mansueti e assim por diante, diversas delas deviam ser abastadas o bastante para desejar um retrato para a própria habitação. Assim como já a respeito de outras *Scuole*, a presença nos afrescos narrativos torna-se um estímulo para

a execução de um retrato individual. Os pintores devem, por isso, ter desenvolvido uma rápida e incrível capacidade de colher com segurança os traços individuais, capacidade conectada a uma execução tanto quanto notável (BURCKHARDT, 2012, p. 104).

De alguma maneira, Burckhardt parece ter escrito esse parágrafo em oposição direta a outro, que aparece algumas páginas atrás, no qual Burckhardt opina sobre o retrato de tipo sentimental.

É possível encontrar representados nessas pinturas [fala de um grupo de pinturas em Mantova, no século XV] aqueles monumentos particulares que, *a partir do nosso século*, deseja-se conhecer: a recepção do filho (o Cardeal Francesco) por parte do pai, após o retorno de Roma, e a reconciliação deste último com o outro filho, Federigo, que tinha fugido da corte, coisa indecorosa naquele tempo. O momentâneo, de que em certa medida o verdadeiro retrato familiar sempre necessita, *irrompe pela primeira vez de modo sentimental* junto aos franceses apenas a partir da metade do século passado, quando todos foram inflamados pelos romances de Rousseau e pelas discussões estéticas de Diderot, e as pinturas foram inadvertidamente julgadas segundo critérios morais e sentimentais [...].” (BURCKHARDT, 2012, p. 96)

Mas a que mundo Burckhardt fez menção?

3. Foi dos escritos de Schlegel que despontou a sensibilidade para uma mudança profunda nas artes europeias. Ao redor do ano 1800, Schlegel salientou a transição das “belas-letas”, conceito forjado pela “poetologia humanista” do renascimento, para a “literatura”, especificamente pensada na forma do romance. O termo “literatura”, naquele momento, ainda designava o conjunto da “imensa área a que se estendia o uso da retórica”, enquanto cabia à “poesia” a especificidade (COSTA LIMA, 2011, p. 321).

Parece-me possível concordar com o fato de que os *Kritische Fragmente* (1797) e os *Athenäum Fragmente* (1798) de Schlegel demarcaram uma tentativa de conformar a percepção cada vez mais pungente de que o exercício ativo da retórica era figura gasta demais para explicar a emergência daquele tipo que viria a ser qualificado de artista psicologicamente orientado. Em trecho dos *Kritische Fragmente*, Schlegel sugeriu que os textos de um autor derivam exclusivamente de sua vida, de modo que, ainda que escrevesse muitos romances, todos eles seriam um só, estreitamente conectados, pertencentes uns aos outros [zusammengehören] (COSTA LIMA, 2011, p. 323).

A psicologia do autor e o protesto de sua singularidade, sacralizados com a aurora do *copyright* e a ascensão definitiva da ideia de plágio foram, portanto, reações à concepção que

predominou naquilo que poderíamos denominar vagamente de Regime Retórico, no interior do qual o indivíduo era considerado na medida dos valores de sua sociedade, e os *topoi* de sua expressividade eram moldados na pauta de modelos públicos e recursos expressivos objetivos “à disposição de qualquer letrado” (COSTA LIMA, 2011, p. 324; PÉCORA, 2001, p. 12-13; HANSEN, 2000, p. 32; DAHER, 2012, p. 223).

Na mesma época de Schlegel, outros contribuíram oportunamente para a fixação deste quadro. Madame de Staël, em *De la littérature*, alijou as ciências do conceito de literatura, e preferiu enfatizar a tríade literatura-imaginação-sensação. A arte da escrita era encarada por ela como um esforço social de externalização de um estilo particular, em que a beleza da linguagem apostolaria valores interiores (COSTA LIMA, 2011, p. 327-328). Cinquenta anos mais tarde, com a franca aceitação do novo temário, Schopenhauer, em *Über Schriftstellerei und Still*, insistia que uma obra e um autor só alcançariam a imortalidade se reunissem qualidades interiores suficientes. O escritor, admoestou, deveria produzir “por amor ao assunto”, pois os “escrevinhadores”, cujo labor servisse à mera ganância por dinheiro, não fariam mais do que repetir “pensamentos já prontos” em vez de pensar “as coisas por si mesmas” (SCHOPENHAUER, 2005, p. 3-16 e PASSIM).

Schopenhauer, aliás, foi mais além e tratou de definir a pintura nesse amplo espectro das artes. Para ele, a pintura era precisamente o instrumento de busca do caráter, da vida interior e do pathos, de modo que, ao contrário da escultura, o feio na pintura poderia ser considerado belo se todas as características de um, digamos, retrato, se alinhassem em uma só direção, sem a qual o esforço de cópia da face careceria de qualquer sentido (GOMBROWICZ, 2011, p. 79).

O exemplo mais eloquente de todo esse esforço do romantismo, esforço esse em voga na época de Burckhardt, como ele mesmo soube admitir, vem, seguramente, de um retrato singular, um retrato singularmente capaz de condensar sentimentos específicos de uma individualidade apartada de posições sociais e claridades retóricas. O autor de tal esforço teria sido Joshua Reynolds.

Reynolds, um pintor de homens e mulheres distintos, fora celebrado precisamente por se tornar símbolo da transição entre a arquitetura de retratos cortesãos, e por conseguinte, retoricamente organizados, para o primeiro retrato sentimental, em chave romântica. Trata-se

do retrato do jovem mestre Bunbury, exposto pela primeira vez em 1781. O garoto, retratado com alguma dificuldade segundo testemunhos de época, estaria supostamente ouvindo uma incrível história, única maneira de fazê-lo se acalmar enquanto sua imagem passava para a tela. Comentadores do fim do século XVIII enxergaram ali, naquela face misteriosa que contempla algo que não podemos ver – nem tampouco ouvir! – o eu interior do jovem, capturado de forma não intencional e misteriosa (ARMSTRONG, 2005, p. 1-2).

Se no Regime Retórico a repetição dos “pensamentos já prontos” e o respeito pela autoridade greco-latina eram sístole e diástole do coração da expressividade letrada, a partir do romantismo ocorreu uma inversão, e o privilégio da criatividade e do sentimento, que validaria a imortalidade dos verdadeiramente *originais*, soterrou o reinado, velho de séculos, da *imitatio* persuasiva dos antigos (COSTA LIMA, 2011, p. 331).

3. Penso ser viável perceber nos escritos de Burckhardt a permanência de certo respeito precisamente pela retórica em sua componente visual, num contraste que o agradaria por singularizar e proteger o renascimento diante das expectativas românticas vigentes em seu tempo. Mas os exemplos que forneci até agora são certamente insuficientes. Por isso, gostaria de concluir minha fala com uma breve menção outro dos manuscritos de Burckhardt, um curto ensaio que pode nos ajudar a esclarecer essas dúvidas.

Em manuscrito intitulado (por Maurizio Ghelardi) “Michelangelo furioso”, Burckhardt expõe comentários precisos sobre o quão problemática era a leitura de Michelangelo realizada pelo século XIX. Mas vai além, e deixa notar que a presença de Michelangelo borrava a imagem de seu renascimento. A Capela Sistina, por exemplo, “fervilhante” protesto da força criativa de Michelangelo, representava, ao mesmo tempo, seu completo desinteresse pelas convenções da comitência, algo que Burckhardt, é claro, flagra a partir da Vita escrita por Vasari, que em despotam notórios conflitos nesse sentido.

O Michelangelo de Burckhardt figura como um personagem repleto de paixão e desejos insatisfeitos, desejos que nem todo o mármore da Itália poderia apaziguar. Burckhardt ainda o critica pela ausência dos “traços simples, livres, naturais das estátuas gregas”, “traços que não podem ser substituídos por nenhum virtuosismo do tratamento individual, [...] nem pela torção mutável da cabeça, do tórax, da coxa, nem mesmo daquele pé que jamais se apóia completamente.”

Praticamente nenhum costume, tanto eclesiástico quanto poético, existia para ele, malgrado as suas criações portarem similares denominações. Nem na época de Fídias e de Praxíteles, que tinham sido grandes inovadores, ele teria podido, de fato, tratar de maneira tão violenta os tipos dos deuses, as alegorias, e assim por diante, visto que teria encontrado, naquele tempo, muito mais bem preservado o que era considerado sacro (BURCKHARDT, 2012, p. 203).

Ao falar dos escravos em tom inicialmente elogioso, Burckhardt não se contém, e dispara:

Fato é que a visão real conjunta da obra teria sido algo fortemente gritante não apenas numa igreja, mas também em lugar profano, e toda a grandeza artística dos escravos, assim como de todo o resto, não teria compensado esse esforço profundamente odioso. O tormento apoplético de uma série de puros homens musculosos e heroicos, que só se torcem sem poder livremente alongar o passo, correspondia, de fato, a uma ideia tirânica, que malgrado tudo tinha, porém, o mérito de poder ser resolvida em acessíveis blocos de mármore de três metros e meio (BURCKHARDT, 2012, p. 205)

Burckhardt percorre a arte antiga e medieval com o intuito de buscar possíveis fontes para a disposição das estátuas de Michelangelo. Concluir que Michelangelo, em todo seu esforço, optou sempre por investir em “experimentos individuais”, uma vez que seu objetivo teria sido, em todos os casos, a originalidade. Burckhardt o afirma seguindo comentário de Vasari (“Nem jamais fez nenhuma de suas coisas de modo a se encontrar uma com a outra, porque se recordava de tudo aquilo que tinha feito”).

A leitura do documento nos dá a impressão de que, de fato, Michelangelo representou, para Burckhardt, o ocaso do renascimento, e sua disposição inventiva, geniosa – genial? – ter-lhe-ia recobrado os anseios românticos de sua época, os quais não gostaria de ver estampados em um renascimento que dependia dos laços firmes da comitência e da tradição para ver imortalizados seus rostos brilhantes.

A arte de Michelangelo teria funcionado como uma espécie de contraluz do renascimento; sua falta de simplicidade, a simplicidade dos antigos, permite-nos, a contrapelo, interpretar que o relacionamento com os ideais clássicos e a estabilidade conferida pela *auctoritas* visual em sua dinâmica retórica fizeram da arte do retrato de Jacob Burckhardt uma carta de renovação de seu interesse e afeição pela tradição, sobejamente afirmada pelo corpo diplomático de “homens modernos” por ela renovado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ARMSTRONG, Nancy. *How novels think: the limits of individualism from 1719-1900*. New York: Columbia University Press, 2005.
- BLACK, Robert. The renaissance and humanism: definitions and origins. In: WOOLFSON, Jonathan (org.). *Renaissance Historiography* (Palgrave advances). New York : Palgrave Macmillan, 2005.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003 [1860].
- BURCKHARDT, Jacob. Michelangelo furioso. In: BURCKHARDT, Jacob. *O retrato na pintura italiana do Renascimento*. Trad. Cássio Fernandes. Campinas: UNICAMP, 2012.
- BURCKHARDT, Jacob. *O retrato na pintura italiana do Renascimento*. Trad. Cássio Fernandes. Campinas: UNICAMP, 2012.
- COSTA LIMA, Luiz. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 [2006]
- DAHER, Andrea. *A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FERNANDES, Cássio. *A figura do homem entre palavra e imagem: autobiografia e retrato pictórico no Renascimento de Jacob Burckhardt*. UNICAMP, 2002 (tese de doutorado).
- FERNANDES, Cássio. Biografia, autobiografia e crônica na Florença do século XIV: as origens da historiografia moderna. *História da Historiografia*. Nº 03, set. 2009.
- FERNANDES, Cássio. O lugar de *O retrato na pintura italiana do Renascimento* na obra de Jacob Burckhardt. In: BURCKHARDT, Jacob. *O retrato na pintura italiana do Renascimento*. Campinas: UNICAMP, 2012.
- FUBINI, Ricardo. Renaissance humanism and its development in florentine civic culture. In: WOOLFSON, Jonathan (org.). *Renaissance Historiography* (Palgrave advances). New York : Palgrave Macmillan, 2005.

GOMBROWICZ, Witold. *Curso de filosofia em seis horas e quinze minutos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G (orgs.). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: EdUSP, 2001.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o ofício do escritor*. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1851].

O tempo de Goethe: perspectiva histórica e modernidade no *Fausto*

Daniel Gonçalves da Silva*

Transmutar o temor em esperança – farsa ou feito do poeta.

Elias Canetti. *Sobre os escritores*, 2009.

Desvelar a escrita do tempo no *Fausto* e entender como o poeta respondeu às incertezas e às angústias de uma época em que conjunturas históricas ensejaram a reestruturação da própria Arte, o objetivo deste trabalho.

Para isso, propõe-se partir de dois pressupostos. Em primeiro lugar, a certeza de que a busca por dimensões históricas e sociais em uma obra de arte literária, requisitada por uma pesquisa historiográfica, não permite desconsiderar sua peculiaridade enquanto fenômeno literário. Tendo em vista tal evidência, será feito um esforço no sentido de se precaver tanto de um reducionismo despropositado – uma análise que almeje, única e exclusivamente, a busca por um referencial na realidade –, quanto de uma interpretação que entenda esta produção artístico-literária como autossuficiente e fechada em si mesma, desprovendo-a de qualquer enraizamento histórico.

Por sua vez – e um segundo pressuposto –, é importante que se tenha em mente o significado da consolidação e da hegemonia do pensamento histórico no século XIX. Pensar historicamente passou a ser fator estruturante da existência humana e o desenvolvimento desta consciência histórica deve ser visto como elementar para o surgimento de uma perspectivação histórica em todas as esferas da produção intelectual, como se pode inferir do destaque obtido pela pintura e pelo romance históricos na prática artística do período (SCHORSKE, 2000: 15).

Isso posto, explica-se o interesse pelo *Fausto*, obra máxima do poeta alemão Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), no fato de a sua escritura ter se dado entre o final do século XVIII e o início do seguinte – período em que se vislumbrou uma nova experiência do tempo – e por se apresentar enquanto um cânone literário, recebendo reconhecimento imediato e transformando-se, ao longo dos anos, em objeto de estudo de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento¹.

*Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

¹ Esta assertiva talvez se justifique pelo fato, evidenciado por Walter Benjamin, de o *Fausto II* significar “o círculo imensurável de seus contínuos estudos [de Goethe] de filosofia da natureza, de mitologia, literatura, arte,

Fausto como um “arquétipo” da modernidade

Criei plano após plano então na mente,
Por conquistar o gozo soberano
De dominar, eu, o orgulhoso oceano,
De ao lençol áqueo impor nova barreira,
E ao longe, em si, repelir-lhe a fronteira.

Goethe. *Fausto II*, 1832.

As variações interpretativas em relação a este livro de Goethe dão uma dimensão da grandeza e da importância alcançadas pelo *Fausto* na cultura ocidental. No campo dos estudos literários, a obra é frequentemente revisitada, chegando-se, mesmo, a conclusões que tendem a aclarar posicionamentos ideológicos do autor, associando-os à gênese de eventos futuros que marcariam a história alemã. Na contramão destas interpretações, serão requisitados dois estudiosos que propuseram a associação desta obra a uma ideia de modernidade nascente. Isso servirá, então, como pano de fundo para a proposição de questões que redirecionarão o problema para o que se entende pertinente na associação do *Fausto* à modernidade.

Essa associação, nos trabalhos de Marshall Berman e Michael Jaeger, pode ser entendida como o alicerce para todo o desenvolvimento argumentativo. No livro de Berman, *Tudo que é sólido desmancha no ar*, no capítulo em que interpreta a obra como uma tragédia do desenvolvimento, típica da modernidade, o autor chama a atenção para o fato de o *Fausto* goethiano ultrapassar todos os outros “em riqueza e profundidade de perspectiva histórica, em imaginação moral, em inteligência política, em sensibilidade e perspectiva psicológica” (BERMAN, 2010: 51-52), permitindo novo encaminhamento para o autoconhecimento moderno.

Dividindo sua análise em três partes, caracterizadas como as três metamorfoses do personagem – o sonhador, o amador e o fomentador –, Berman abarca a obra em sua totalidade, evidenciando a mudança e a passagem de um “microcosmo”² para um “macrocosmo”, de um mundo inteiramente arraigado na tradição para um mundo nitidamente moderno:

filologia, também de sua antiga ocupação com mineração, finanças, atividade teatral, maçonaria e diplomacia” (BENJAMIN, 2009: 170).

² Os comentadores do *Fausto* geralmente caracterizam a primeira parte da tragédia como o “pequeno mundo” do personagem, pelo desenvolvimento do enredo se limitar a cenas ocorridas no interior da sociedade tradicional de uma cidade-estado, em oposição à segunda parte, o “grande mundo”, quando há uma ampliação das experiências de Fausto, também no concernente ao deslocamento geográfico.

O Fausto começa num período cujo pensamento e sensibilidade os leitores do século XIX reconhecem imediatamente como modernos, mas cujas condições materiais e sociais são ainda medievais; a obra termina em meio às conturbações espirituais e materiais de uma Revolução Industrial (...) Na versão goethiana do tema do Fausto, o sujeito e objeto de transformação não é apenas o herói, mas o mundo inteiro. O Fausto de Goethe expressa e dramatiza o processo pelo qual, no final do século XVIII e início do seguinte, um sistema mundial especificamente moderno vem à luz (BERMAN, 2010: 52).

Desconsiderando a perspectiva analítica nitidamente marxista em relação à obra do poeta de Weimar, o interessante a ser destacado no trabalho de Berman é como o autor evidencia uma cisão no personagem – entre um Fausto intelectual, preso em seu quarto gótico, e um Fausto que tem maior necessidade de ampliação das experiências humanas –, cisão esta que caracterizaria a sociedade moderna, tornando-a, juntamente com o herói, “sujeito e objeto de transformação”.

Essa luta entre o mundo tradicional e o moderno – evidenciada anteriormente em Fausto e que se expandiria para a sociedade inteira – ou, num primeiro momento, a inconstância das fronteiras delimitantes destes dois universos, possibilita evidenciar o surgimento de sínteses, a saber, a manutenção de um Fausto intelectual em um mundo que lhe era repulsivo e/ou a emergência da destruição como força de poder criativo. A questão em torno do pacto ou, como o autor interpreta, do acordo com Mefistófeles, funcionaria como uma maneira de tornar possível a existência desses paradoxos, típicos da modernidade.

A interpretação do *Fausto* como uma tragédia característica da modernidade ganha novos contornos nos estudos de Michael Jaeger. Partindo da análise dos versos mais famosos da obra, os que consolidam o pacto diabólico entre o doutor e Mefistófeles, o autor associa a efetuação do acordo à necessidade da eterna negação do tempo e da realidade presentes por Fausto, uma vez que o deter-se momentâneo e a inação significariam a sua submissão a Mefistófeles.

A negação do tempo presente e a busca incessante pelo ainda não existente seriam representativos dessa modernidade inaugurada no entardecer do século XVIII. Como demonstrado por Jaeger, essa proposição é passível de ser corroborada por dois eventos significativos do período: o primeiro, no campo político – a Revolução Francesa –, ensejou o desejo pelo novo e pela negação de todo o sistema político vigente; o segundo, no econômico, exerceria sobre o sistema de produção uma necessidade constante de renovação, uma vez que

a Revolução Industrial trouxe consigo o aprimoramento de técnicas que possibilitaram, entre outros resultados, o desenvolvimento do consumo:

O espírito desse Fausto-Mefisto, espírito que sempre nega, é a imagem literária de Goethe para o pensamento processual que caracteriza a Modernidade, o qual nega todo o existente com vistas ao novo, o ainda-não-existente, o melhor, e tão logo este surja e esteja dado, é por seu turno condenado como insuficiente em nome de um inatingível estado de felicidade localizado sempre no futuro, de modo a logo ser obrigado a ‘perecer’. Esse processo dinâmico da revolução política e econômica, que reúne em si os momentos da negação e inovação, caminha *ad infinitum* (JAEGER, 2007: 312).

Direcionando seu estudo para a análise das metrópoles contemporâneas e para a consolidação da utópica sociedade fáustica, o autor explana e atualiza a pergunta de Margarida, centrada no questionamento da real necessidade desta eterna mudança almejada por Fausto e da sua consequente ruptura com a tradição, que seria o alicerce de toda estabilidade. No embate entre o questionamento de Margarida e o propósito desenvolvimentista de Fausto, entre tradição e modernidade, Jaeger encontra argumentos que justificariam o posicionamento de Goethe frente a este anseio por uma eterna mudança, a este ideal dos tempos modernos:

(...) pois a concreta resposta goethiana ao moderno furor de negação, colonização e movimento foi a própria Arte, e em especial uma arte inteiramente alheia ao ideal moderno de dinamicidade e progresso, mas que, em vez disso, reverencia o ideal do Classicismo, precisamente aquele momento do deter-se contemplativo-reflexivo, ou mesmo espiritual em face do Belo, o qual Fausto amaldiçoa em sua angústia mórbida (JAEGER, 2007: 318).

Pode-se observar nos trabalhos dos dois autores o propósito de distinguir no *Fausto* um processo desenvolvimentista moderno, que teve origem, como anteriormente explicitado, na Europa do final do século XVIII. Entretanto, as duas análises da obra tendem a considerar os problemas e conflitos das sociedades do século XX, associando-os ao espírito empreendedor de Fausto que é, geralmente, representado pelas transformações tecnológicas e, especificamente, pelos avanços arquitetônicos. A apropriação do personagem como um “arquetipo” da modernidade pode ser demonstrada através da passagem que encerra o texto de Berman, e que é representativa de uma série de trabalhos que seguem esta mesma perspectiva analítica:

Homens e mulheres modernos, em busca de autoconhecimento, podem perfeitamente encontrar um ponto de partida em Goethe, que nos deu com o Fausto nossa primeira tragédia do desenvolvimento. É uma tragédia que ninguém deseja enfrentar – sejam países avançados ou atrasados, de ideologia capitalista ou socialista –, mas que todos continuam a protagonizar. As perspectivas e visões de Goethe nos ajudam a ver como a mais completa e profunda crítica à modernidade pode partir exatamente daqueles que de modo mais entusiasmado adotam o espírito de aventura na modernidade. Todavia, se *Fausto* é uma crítica, é também um desafio – ao nosso mundo, ainda mais que ao mundo de Goethe – no sentido de imaginarmos e criarmos novas formas de modernidade, em que o homem não existirá em função do desenvolvimento, mas este, sim, em função do homem. O interminável canteiro de obras de Fausto é o chão vibrante, porém inseguro, sobre o qual devemos balizar e construir nossas vidas (BERMAN, 2010: 107-108).

A sombra do tempo nas entrelinhas do *Fausto*

Eternidade
é palavra
encostada em
Deus.

Manoel de Barros. *Tratado geral das grandezas do ínfimo*, 2001.

Os trabalhos de Marshall Berman e Michael Jaeger apresentam Fausto como um representante alegórico do homem moderno, aprisionado a um ideal desenvolvimentista por eles relacionado, sobretudo, ao processo de produção. Os autores lançam mão da análise de uma obra literária buscando nela indícios que evidenciem transformações político-econômicas e, a partir de suas constatações, embasam o estudo empírico de suas sociedades coetâneas. Encontram na representação literária uma realidade representada, não problematizando, porém, as interfaces desta representação.

Ainda que seja possível discordar desses autores em vários pontos, não se deseja uma oposição completa a Berman e a Jaeger. Em seus trabalhos, existe a exposição de um embate entre mudança e continuidade, observado na leitura do *Fausto*, que vem ao encontro de conclusões aqui apresentadas. Entretanto, estas terão como ponto de partida outro enfoque, distinto do daqueles autores.

O que se propõe é pensar a modernidade no *Fausto* de um ponto de vista diferente, relacionando-a à concepção de uma modernidade estética. Para isso, é importante considerar, de antemão, a consolidação do pensamento histórico no início do Oitocentos, como anteriormente ressaltado. Tomando-a por centro norteador da questão, esta ideia permite

compreender a historicização da arte no período, uma vez que deixa de ser regida pelas regras normatizadoras do universalismo clássico.

Acredita-se, então, na possibilidade de apreensão de uma nova experiência do tempo por meio desta mudança de paradigma estético, apoiada no lidar cotidiano do homem com as contingências da vida prática. Sendo assim, ao contrário de tentar encontrar no *Fausto* elementos de um referencial real-concreto – projetos de colonização e expansionismo, por exemplo – através de uma relação direta entre obra e realidade, o que se deseja é desvelar a sutileza desta nova temporalização presente na escrita do *Fausto*.

Fica explicitado, num primeiro momento, a oposição entre Romantismo e Classicismo. Embora seja problemática a análise de uma obra a partir de conceitos preestabelecidos – pois se chega, também, a conclusões preexistentes –, a busca por dimensões românticas e clássicas no *Fausto* mostra-se pertinente em alguns pontos, como no que diz respeito ao problema proposto neste estudo, em último resumo, pensar uma nova temporalidade nesta obra de Goethe através de proposições estéticas ensejadas por conjunturas históricas.

Sendo assim, é importante ratificar que um elemento fundamental da visão de mundo romântica foi, justamente, uma relação diferenciada do homem com a história. Como demonstrado por Jacob Guinsburg, “o Romantismo é um fato histórico e, mais do que isso, é o fato histórico que assinala, na história da consciência humana, a relevância da consciência histórica” (GUINSBURG, 2002: 13-21). Esta última categoria, consciência histórica, é fundamental para a sustentação da hipótese delineada, pois a incerteza sobre sua existência entre os alemães do XIX implicaria, no *Fausto*, a não superação de um sistema literário precedente, isto é, fundamentado numa noção de tempo cíclico, que delimita as condições humanas do agir e universaliza os parâmetros artísticos.

Esta questão será brevemente analisada em diálogo com dois autores, Erich Auerbach e Mikhail Bakhtin. Seu entendimento permitirá, num primeiro momento, perceber como a historicização da arte se alicerçava na compreensão que então os homens passaram a ter de seu papel enquanto agentes históricos, reitera-se, a partir de uma nova experiência do tempo, possibilitando, em seguida, que se desfaça o nó do paradoxo criado pelo retorno, no *Fausto*, a elementos do classicismo.

No capítulo de *Mimesis* intitulado “O músico Miller”, Auerbach investiga as causas que impediram a plena formação do realismo moderno entre os escritores alemães, apesar da existência de pressuposições estéticas favoráveis, entre elas, o historicismo. O elemento

principal apresentado pelo autor é o fato de o contexto histórico alemão, politicamente fragmentado, ser mais favorável à especulação que à apreensão do prático e do real. Isso pode ser entendido em oposição ao caso francês, onde a unidade nacional fez com que as transformações sócio-políticas, decorrentes do movimento revolucionário, fossem mais intensamente sentidas, possibilitando, na literatura, uma modificação da forma de representação da realidade.

No início do capítulo, Auerbach analisa um trecho da obra de Friedrich Schiller, *Luísa Miller*, demonstrando que, embora houvesse a tentativa de aprofundamento em questões sócio-políticas – um dos fatores característicos do realismo moderno, para o autor –, essa tentativa foi desenvolvida apenas superficialmente, não sendo um “depoimento artístico da realidade da época”. Em seguida, são feitas algumas considerações sobre Goethe, que se mostram mais pertinentes, aqui, para a análise do problema em questão.

À semelhança de outros autores, Auerbach discute o posicionamento de Goethe em relação à Revolução Francesa, argumentando que o conhecimento de sua ideologia política é de fundamental importância para a análise de sua produção literária. Tal importância, entretanto, dá-se não por permitir observar sua atitude conservadora, aristocrática e anti-revolucionária frente aos eventos de 1789, mas por “esclarecer de que forma foi impedido por sua ideologia de apreender os processos revolucionários com o seu método genético-realista-sensorial, que lhe era habitual em outros casos” (AUERBACH, 2004: 339), levando-o a se refugiar em um moralismo artístico – que contribuiria para a fomentação dos ideais clássicos do autor – afastando-o, também, em sua produção literária, das forças dinâmicas em ação.

A conclusão de Auerbach é totalmente satisfatória dentro de sua abordagem literário-analítica. Ao se pensar, com o autor, a história enquanto continuidade, a estratificação semântica do seu conceito de realismo possibilita sua associação, no século XIX, à representação de mudanças sócio-políticas. Entretanto, o grande problema do filólogo foi, justamente, ter compreendido a literatura a partir de um caráter evolutivo. Essa ideia de uma literatura em progresso não lhe permitia relacionar a existência de uma consciência histórica aos alemães do Oitocentos, uma vez que não representariam literariamente a dinâmica social e as transformações dela advindas, o que só seria possível, segundo Auerbach, com os escritores realistas franceses do século XIX.

Tomando por base o trabalho de Mikhail Bakhtin sobre o “romance de formação” (BAKHTIN, 2003: 203-258), é possível encontrar um ponto seguro para uma oposição ao

filólogo alemão. Embora o autor se dedique ao gênero romance, observa-se, por meio de sua análise da relação tempo-espaço nas obras de Goethe, a perspicácia histórica do poeta e sua ideia de tempo que rearranja a relação entre passado, presente e futuro. Mais do que isso, a visão histórica de Goethe lhe deu margem para a representação da dinamicidade tempo-espaço, ao conceber tanto o homem quanto o mundo em permanente transformação.

A assimilação de um tempo histórico real pela literatura é indiscutível no *Wilhelm Meister*, romance de Goethe. Seu herói, e o mundo pelo qual transita, passam por um processo de educação e modificação que seria inconcebível, ao menos nesta dimensão, pelos autores precedentes. Isso evidencia como o ambiente alemão – ou numa visão mais modesta, os horizontes de Jena e Weimar – já propiciava uma nova experiência do tempo pelo homem que era, inclusive, assimilada literariamente.

Com isso, chega-se ao ponto final da discussão. Partindo do conceito de cronotopo em Bakhtin, relação indissociável entre tempo e espaço na literatura, o entendimento de que essa relação se apresentava dinâmica e saturada de história em Goethe permite a compreensão, primeiro, do fato de sua produção literária já se sustentar na consciência de uma historicidade que rompia com um tempo cíclico, conformador da ação humana; segundo, que essa historicização possibilitou a transformação do paradigma artístico, uma vez que não mais se podia pensar o homem e a sociedade a partir de um ponto de vista estático.

Essa transformação é a base de uma estética moderna. Sendo assim, menos do que associar a obra à determinada corrente literária, o que se deseja é demonstrar como a perspectivação histórica do período alicerçou movimentos literários que se fundamentavam em uma noção de tempo diferenciada. Com isso, a busca por dimensões românticas no *Fausto* se explicaria a partir deste ponto de vista, pois o Romantismo, sobretudo em sua primeira geração, fez ruir o “edifício do universalismo clássico”³, juntamente com sua normatização artística. Entretanto, por outro lado, apresenta-se um problema: concomitante a essa dimensão romântica, não seria a existência de ideais clássicos no *Fausto* um paradoxo, uma vez que suporia, para o período, uma concepção de tempo estático, inconcebível numa sociedade consciente de seu lugar único na história?

A peculiaridade do Classicismo de Weimar pode ser entendida, justamente, neste ponto. Ao contrário de um retorno a elementos clássicos que vislumbrasse a possibilidade, já inexistente, de uma arte regida por conceitos atemporais – como no caso do Classicismo

³ O termo é de Luis Costa Lima (LIMA, 2007: 83-164).

francês, criticado já pelo Sturm und Drang –, o que Goethe desejava, em diálogo com Schiller, era encontrar na tradição um ideal artístico que redirecionasse a estética moderna, dando-lhe bases sólidas para sua afirmação⁴.

Este retorno a uma tradição tendo em vista uma arte moderna – que, afastada da estabilidade clássica atemporal, apresentasse uma proposta estética garantidora, mesmo, de uma superioridade sobre os antigos – era a busca artística de Goethe. A partir desta proposição se entende a posterior aversão do poeta aos românticos, dos quais se afastou devido à oposição ao classicismo sem uma problematização do “fazer artístico” que afastasse a própria Arte de um perigo de decadência – embora lhes fosse devedor, sobretudo por terem ampliando o horizonte histórico.

Entende-se com isso, também, que a luta entre tradição e modernidade, a inconstância entre o limite da estabilidade e da dinamicidade, o retorno artístico a um ideal clássico tendo em vista as condições de possibilidade de uma arte moderna, enfim, o ponto de choque entre continuidade e ruptura é a fronteira na qual a história se faz e é o tempo desvelado nas entrelinhas do *Fausto*. O poeta, em relação com as proposições artísticas de um passado reconfortante, mas insustentável, e com as de um futuro já vislumbrado, mas ainda não alcançado, consegue, por meio da Arte, mais do que responder ao tempo. Realizá-lo.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. O romance de educação e sua importância na história do realismo. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 203-258.

BENJAMIN, Walter. Goethe. In: *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2009. p. 123-177.

BENTIVOGLIO, Julio. A história conceitual de Reinhart Koselleck. *Dimensões*, v. 24, p. 114-134, 2010. Disponível em <http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/data/uploads/Dimensoes%2024%20-%20205%20Julio%20Bentiovoglio.pdf>. Acesso em 03/10/2012.

BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 50-108.

BURCKHARDT, Jacob. *Cartas Jacob Burckhardt*. Seleção e edição: Alexander Dru. Rio de Janeiro: Liberty Classics/TOPBOOKS, 2003.

⁴ Esta hipótese é desenvolvida na tese de doutoramento de Pedro Süsskind (CASTRO, 2005).

CASTRO, Pedro Süssekind Viveiros de. *Helenismo e classicismo na estética alemã*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em Filosofia, 2005.

CLARK, Katerina; HOLQUIST, Michael. *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva, 2008. p. 2009-218

DUARTE, Pedro. *Estio do tempo: romantismo e estética moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto: uma tragédia. Primeira parte*. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. *Fausto: uma tragédia. Segunda parte*. São Paulo: Editora 34, 2004.

GUINSBURG, Jacob. Romantismo, historicismo e história. In: GUINSBURG, Jacob (org). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. p. 13-21.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996. p. 13-37.

JAEGER, Michael. A aposta de Fausto e o processo da Modernidade. Figurações da sociedade e da metrópole contemporâneas na tragédia de Goethe. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 59, p. 309-322, jan./abril. 2007. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000100025. Acesso em: 04/10/2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA, Luiz Costa. *O controle do imaginário*. In: _____. *Trilogia do Controle*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2007. p. 25-225.

_____. Os destinos da subjetividade: história e natureza no romantismo. In: _____. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2007. p. 83-164.

_____. Auerbach: história e meta-história. In: _____. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2007. p.725-765.

MAZZARI, Marcus Vinicius. Goethe e a história do Doutor Fausto: do teatro de marionetes à literatura universal. In: GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto: uma tragédia. Primeira parte*. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 7-24.

MONTEZ, Luiz Barros. *Sob a ética do olhar, do tempo e da escrita. Goethe e a história*. Disponível em <www.letras.ufrj.br/liehdh/media/docs/art_luiz6.pdf> Acesso em: 04/10/2012.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história*: indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOLEDO, Dionísio de Oliveira (org.). *Teoria da Literatura*. Formalistas Russos. Porto Alegre: Editora Globo, 1973.

WIKLUND, Martin. Além da racionalidade instrumental: sentido histórico e racionalidade na teoria da história de Jörn Rüsen. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.1, v.1, p. 19-44, agosto, 2008. Disponível em < <http://www.ichs.ufop.br/rhh/index.php/revista/issue/view/3>>. Acesso em: 04/10/2012.

O uso da História Natural no relato de viagem “Viagem ao Brasil” de Maximilian von Wied-Neuwied

Daniel Dutra Coelho Braga*

Os estudos dedicados a relatos de viagens constituem um campo fértil para a reflexão historiográfica, mobilizando questões de várias ordens. Há tanto estudos comprometidos com a agenda do pós-colonialismo, através de uma análise crítica da condição colonial de muitos lugares visitados por viajantes – estudos por vezes comprometidos com a criação de uma nova memória colonial –, como há também análises dedicadas às estratégias textuais e à intertextualidade averiguável nos relatos, independentemente de seu possível uso como documento histórico¹. Tendo em vista tão amplo espectro de possibilidades de apropriação historiográfica dos relatos de viagem, o presente trabalho propõe a análise de dois objetos: o relato “*Viagem ao Brasil*”, do príncipe austríaco Maximilien de Wied-Neuwied, e a disciplina História Natural. Assim, analisa-se as apropriações de categorias da disciplina efetuadas pelo austríaco, mediante comparações com as produções textuais de viajantes que também estiveram em território brasileiro ao longo do período joanino. Para tanto, analisa-se, além de obras historiográficas dedicadas a outros viajantes, a tradução francesa da obra de Maximilien, publicada em 1822 por J. B. B. Eyries, tradutor também responsável, em 1808, pela tradução francesa dos “*Ansichten der Natur*”, de Alexander von Humboldt.

Maximilien de Wied-Neuwied é, sem dúvida, um dos viajantes mais contemplados pela historiografia brasileira. São muitos os trabalhos que se apropriam de seus relatos enquanto fontes documentais para a compreensão do período joanino, com destaque para o trabalho pioneiro do folclorista Luis da Câmara Cascudo (BARREIROS, 2004). Outros estudos, por sua

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do IH/UFRJ. Bolsista da FAPERJ (2013).

¹ Uma boa análise recente das tendências historiográficas averiguáveis no campo de estudos dedicados à literatura de viagens, especificamente em língua francesa, foi elaborada por Gregoire Holtz e Vincent Masse (2012).

vez, buscam a compreensão do relato do viajante mediante a interpretação não só de suas experiências no Brasil como também de sua trajetória ².

O vínculo com a História Natural é evidenciado pela própria trajetória de Maximilien de Wied-Neuwied. Como aponta Costa, Maximilian era leitor de relatos de viagem de diversas naturezas, dentre os quais se destacavam os de viajantes naturalistas. No entanto, não foi apenas um dileitante estimulado pela literatura de viagem. Maximilien de Wied-Neuwied estudou na Universidade de Goettingen, tendo aulas com Johann Friedrich Blumenbach. Após se alistar no exército prussiano e atuar em Paris, Maximilian conheceu Alexander von Humboldt, que juntamente a Blumenbach estimulou não só o desejo do nobre de viajar pela América como também sugeriu a viagem ao Brasil (COSTA, 2008: 10-11) ³. Todavia, a simples identificação de uma relação entre o viajante e a disciplina não explica a natureza de seu relato, devido não só ao amplo escopo de questões e objetos contemplados pela História Natural, mas também às diversas disputas e transformações ocorridas em seu interior, sobretudo no início do século XIX.

A História Natural vinha sendo transformada, certamente, desde o século XVIII, com a emergência das propostas de classificação elaboradas por naturalistas como Buffon e Lineu. No século XIX, contudo, mais formulações emergiram, tais como novas possibilidades de se pensar a história da Terra com base em estudos geológicos e de fósseis, além da própria emergência da noção de vida e função dos organismos como critério a direcionar o saber e as classificações cunhados por naturalistas. Perante tal cenário, torna-se possível pensar o relato de Maximilian de Wied-Neuwied como o registro de uma agência do autor, no qual o viajante pôde escolher diversos elementos do campo da História natural que viriam a compor o texto que tecia, o que legitima, portanto, a análise de tal escrita enquanto uso da (ao invés de subordinação à) disciplina, condicionado às estratégias do autor para desenvolver, concomitantemente às formulações científicas que registrou, a narrativa de suas experiências.

² Destaca-se, nesse sentido, a análise de Christina Rostworoski da Costa, para quem o relato do príncipe pode ser visto como “uma espécie de primórdio dos estudos etnológicos que seriam realizados no Brasil”, sendo também o registro de uma “visão aristocrática” de mundo” (COSTA, 2008: 2, 4).

³ Logo, é possível trabalhar com a hipótese de que a sugestão tenha sido dada justamente em função da impossibilidade, encarada por Humboldt anos antes, de viajar em território brasileiro.

De fato, o itinerário da viagem, enquanto fio condutor da narrativa do relato do príncipe, entremeia-se à História Natural. Logo, ciência e narrativa se mesclam no texto, tal como, por exemplo, quando o viajante atravessa o trópico de Câncer, descrevendo logo em seguida à passagem os moluscos “*physalie*” que lá se encontravam (WIED-NEUWIED, 1821a: 11), ou no momento em que descreve a caça de urubus próxima ao lago Maricá, comentando não só a classificação da ave *vultur aura* por ele abatida, mas também o fato de serem tais espécies um bom feito da natureza em regiões quentes, posto que elas limpariam “a terra de todos os restos de animais que preencheriam a atmosfera com emanações fétidas”⁴ (WIED-NEUWIED, 1821a: 74-75). Além disso, são diversos os intertextos de História natural e relatos de viajantes naturalistas emulados por Wied-Neuwied. Destacam-se tanto textos referentes ao Brasil, como os relatos de viagem de Henry Koster, bem como textos de outra ordem, tais como o relato da viagem de volta ao mundo realizada por Krusenstern, o “*Essai sur l'Histoire naturelle des quadrupèdes de la province du Paraguay*” de Félix d’Azara ou “*Voyage de la rivière des Amazones*”, de La Condamine, também são citados (WIED-NEUWIED, 1821a: 40, 47, 89). Viajantes contemporâneos também presentes no território brasileiro são citados, com destaque especial para Wilhelm von Eschwege⁵.

A intertextualidade do relato de Maximilien denota o caráter internacional do campo da História Natural, elogiado pelo austríaco como o vetor de uma promoção de progresso e saber que poderia ser compartilhado por toda a humanidade. A partir de tal consideração, é possível compreender de que maneira o austríaco interpreta o momento político então atravessado pelo Brasil. O progresso da História Natural enquanto ciência é um dos fios condutores do relato de

⁴ Tal concepção do papel de cada espécie no sentido de contribuir para um quadro de relações interdependentes de equilíbrio, sobretudo no sentido de evitar a insalubridade da atmosfera através da formação de miasmas, é uma discussão cara à História Natural já no final do século XVIII, a qual encontra forte ressonância nas ideias formuladas por Lineu acerca da economia da natureza. Para detalhes sobre tais formulações, ver Kury (2001) e Gusdorf (1972).

⁵ Todavia, Wied-Neuwied também se apropria de textos produzidos fora do campo da História Natural para corroborar suas próprias interpretações da natureza brasileira. No tocante à construção textual, é possível identificar o uso de textos, tais como os de Jean de Lery e Hans Staden (WIED-NEUWIED, 1821a: 41), produzidos em um regime de historicidade e possibilidade de representação da natureza diversos daqueles nos quais Wied-Neuwied se enquadra. Esse é, todavia, um procedimento padrão realizado por viajantes e naturalistas do século XIX, também realizado por Louis de Freycinet em seu relatório científico (FREYCINET, 1825). No tocante à apropriação textual dos textos de Jean de Léry, é possível identificar uma reinvenção do próprio estatuto de objetividade que os relatos do guenote seriam capazes de apresentar, uma vez que “nesses relatos foram então acentuados os aspectos autopsiais, de observação de realidades tidas por objetivas, com consequências irrecusavelmente monumentalizantes” (DAHER, 2012: 232).

Maximilian, sendo também uma das ideias que orienta a forma pela qual o viajante interpreta as mudanças políticas ocorridas no Brasil com a transferência da Corte portuguesa. O viajante deixa claro que, no Brasil, após 1808,

(...) o sistema opressivo de entraves misteriosas foi abolido; a confiança substituiu a inquietude, e os viajantes estrangeiros puderam penetrar nesse campo de descobertas. As intenções liberais de um rei sábio, sustentadas por um ministério esclarecido, não apenas acordaram o ingresso de estrangeiros no país, como também estimularam suas pesquisas de maneira a mais generosa possível (WIED-NEUWIED, 1821a: vij).⁶

A menção a um sistema político por definição opressor e arcaico é recorrente em diversos relatos de viagem da época, tais como o dos franceses Auguste de Saint-Hilaire e Louis de Freycinet. Em alguns casos, o dito atraso do sistema é interpretado através do viés da História Natural, tal como nos relatos de Saint-Hilaire, que compreende o *systeme colonial* (SAINT-HILAIRE, 1830: 26-27) como uma das causas do atraso das técnicas agrícolas e do manejo da natureza, questão última da disciplina⁷.

Outro elemento caro à disciplina e constantemente utilizado por Maximilian é a nomenclatura, binomial e em latim, tal como proposta no século XVIII por Lineu. Em função de tal preocupação, o relato de viagem de Wied-Neuwied constantemente problematiza um objeto específico: os termos das línguas nativas conferidos às produções da natureza. Assim, a relação entre língua e cognição da natureza é uma constante no relato de Wied-Neuwied, sendo orientada mormente pelos critérios da História Natural. A insuficiência dos termos da língua geral ou das línguas indígenas, no que diz respeito ao inventário dos elementos naturais, é constantemente reiterada pelo austríaco, o qual afirma que “a adoção destas denominações provinciais em obras sistemáticas causou frequentemente erros sofríveis; pois, ainda que sejam em geral compreendidas em vasta extensão da costa, encontra-se ao longo desta várias modificações” (WIED-NEUWIED, 1821a: 43-44).

⁶ As citações diretas de textos originalmente em inglês ou em francês são traduções livres realizadas pelo autor do presente trabalho.

⁷ A História Natural era uma disciplina primordialmente comprometida com a arte da agricultura, compreendida como a mais importante das artes, posto que através dela seria alcançada a civilização, entendida enquanto melhor uso possível da natureza (KURY, 2001: 20-21).

Por outro lado, ainda assim é recorrente o registro dos nomes populares conferidos aos elementos naturais. Tal registro não se dá apenas em função de uma necessidade de comunicação linguística com o leitor ou pelo desejo de registrar um vocabulário exótico. De fato, trata-se de prática recorrente em muitos relatos de viagem, em função do reconhecimento das especificidades da visão de mundo constitutiva de cada língua, um elemento fortemente levado em consideração no campo da História Natural oitocentista. Como aponta Günther Augustin, tal procedimento é averiguável também nos relatos de Wilhelm von Eschwege, que o fazia tendo em vista “o que Wilhelm v. Humboldt, o irmão do naturalista Alexander, chamou a visão de mundo de cada língua”, perspectiva que implicava “a estranheiridade e a intraduzibilidade delas” (AUGUSTIN, 2011: 103). Finalmente, a preocupação com as línguas evidencia a conversão da língua enquanto objeto da própria História Natural, sendo capaz de fornecer as possibilidades de compreensão, em quadro, dos diferentes povos e raças:

A diversidade das línguas entre as numerosas povoações de habitantes indígenas no Brasil, é um objeto próprio a excitar o interesse e levar à empreitada das pesquisas. A maior parte das tribos Tapouyas possuem idiomas particulares. Escritores já alegaram a semelhança entre algumas palavras isoladas de tais línguas para a partir delas inferir que os povos que as falam são de origem europeia; mas isto é um equívoco: ainda que as palavras *papa* e *mama* signifiquem para os cambecas ou Omaguas o mesmo que para nós, que a palavra *ia* seja na língua dos Coropos assim como nas línguas germânicas o signo afirmativo, nada se pode concluir a partir de tais conformidades insignificantes e acidentais, pois de resto não se encontra a menor semelhança entre essas línguas e aquelas da Europa (WIED-NEUWIED, 1821a: 198-199)

É evidente, portanto, a importância da classificação no relato do príncipe, justamente através do problema das línguas. A classificação não é mero registro textual no relato de Maximilien Wied-Neuwied, mas também orientou a sua própria experiência de viagem, levando-o inclusive a evidenciar a inexistência da classificação prévia de muitas espécies que teria encontrado. Além disso, em diversas passagens propõe a correção de descrições até então vigentes de algumas plantas (WIED-NEUWIED, 1821a: 146-147), o que denota a finalidade de circulação propriamente científica do relato, evidenciando sua inclusão em uma esfera específica da literatura de viagem ⁸.

⁸ A polêmica do viajante prussiano com o botânico Auguste de Saint-Hilaire também denota tal finalidade, pois, como aponta Costa, Maximilien fez questão de replicar as críticas do botânico francês a algumas de suas descrições (COSTA, 2008: 16). Além disso, a própria obra de Wied-Neuwied contém uma série de críticas a obras anteriores.

A cientificidade do relato também se evidencia pelas filiações teóricas do texto. Ao discorrer sobre a América, a referência principal é Alexander von Humboldt. A identificação de padrões naturais mensuráveis no globo terrestre, tal como defendida por Humboldt, através da articulação de variáveis climatológicas e vegetacionais, é evidente no texto de Maximilien, para quem a “abundância e a força da vegetação da América meridional é uma consequência da grande umidade distribuída por toda a parte nessas florestas. A América apresenta, nesse quesito, uma imensa vantagem sobre outras regiões equatoriais”. Para justificar a comparação, o viajante cita os “*Ansichten der Natur*” do naturalista prussiano (WIED-NEUWIED, 1821a: 67). Logo, é possível identificar uma clara adesão à “ciência humboldtiana” tal como identificada por historiadores como Susan Faye Cannon e Michel Dettelbach (DETTELBAACH, 1996). Tal adesão se dá não só apenas em função do uso de um léxico que concebia a função da sensibilidade no processo cognitivo, mas também mediante a identificação de leis e padrões de ações coordenadas dos elementos naturais, mensuráveis no espaço, os quais implicariam a análise de uma física do mundo e não a mera descrição dos elementos deste⁹.

Outra referência fundamental do relato é Johann Friedrich Blumenbach (1753 – 1840), emulado no intuito de retificar as interpretações das ditas especificidades raciais então encontradas no Brasil, o que denota a filiação a uma vertente específica de possibilidade de classificação dos tipos humanos, tal como evidenciado na passagem a seguir:

Havia em Minas Geraes um padre indígena que pertencia a uma das mais rudes tribos; ele era estimado, e vivia há vários anos em sua cura; subitamente desapareceu, ele havia abandonado todos os seus hábitos. Logo em seguida descobriu-se que ele havia retornado para seus irmãos no interior das florestas, e que havia conquistado várias mulheres. Esse homem parecia, no entanto, ter penetrado na doutrina que havia pregado durante tantos anos. Que diferença entre esses indígenas e os negros que vivem no Brasil, encontramos

O austríaco corrige a “Corografia Brasilica” de Aires Casal, pois esta obra afirmaria de maneira infundada que os índios Pourys já se encontrariam estabelecidos em vilas no vale inferior do rio Paraíba e que os Coroados descenderiam dos antigos Goytacazes (WIED-NEUWIED, 1821a: 195-197).

⁹ Curiosamente, Louis de Freycinet, ao publicar a partir de 1825 o relatório científico de sua viagem de volta ao mundo, não lança mão das formulações de Humboldt para interpretar a ampla gama de dados científicos coletados por sua tripulação entre 1817 e 1820. O viajante Jacques Arago, o qual acompanhou Freycinet e publicou, após a viagem, uma série de cartas sobre as experiências ao redor do mundo, nas quais também não menciona Humboldt, valendo-se sobretudo das formulações de Bernardin de Saint-Pierre para elaborar uma textualização da apreensão cognitiva sensível da experiência tropical (ARAGO, 1823). Logo, é possível identificar a preponderância da menção a Humboldt, ao menos em um primeiro momento, no campo científico germânico.

nesses muitas das disposições e perseverança para se instruir nas artes e nas ciências, eles até mesmo produziram personagens distintos (WIED-NEUWIED, 1821a: 113-114).

Em seguida, o príncipe cita, em nota, o próprio Blumenbach:

Ver sobre tal assunto a obra de Blumenbach, intitulada *Beyträge zur Naturgeschichte*, tomo I, p. 94. Ele vem ao encontro do que digo sobre as faculdades intelectuais desses negros, e da atração irresistível que o solo paternal e a maneira de viver exercem sobre os povos selvagens (WIED-NEUWIED, 1821a: 114).

A menção a Blumenbach traz a seguinte questão: quais são as especificidades das formulações científicas do naturalista de Goettingen? Há diversos trabalhos que reconhecem continuidades entre as formulações de Blumenbach e aquelas de outro naturalista europeu do século das Luzes, também caro a muitos viajantes do início do século XIX: Buffon. A continuidade se daria no sentido de que Buffon teria sido um dos primeiros a conceber a possibilidade da anatomia comparada enquanto chave de compreensão do homem. De fato, a antropologia cuja criação se amputa a Blumenbach remonta ao século XVIII. Como afirma o historiador Georges Gusdorf, já na época das Luzes “o fenômeno humano se oferece como uma realidade unitária, na qual não se pode dissociar a não ser arbitrariamente o “físico” e o “moral”” (GUSDORF, 1972: 356). Assim, opondo uma série de *philosophes* às formulações do homem-máquina cunhadas por Descartes, o historiador afirma que

O empirismo, o sensualismo das Luzes procede a partir de um homem incarnado, exprimindo-se pelo ordenamento dos receptores sensoriais. Para Locke e Hume, Voltaire e Condillac, o corpo não é o outro do espírito, mas o mesmo. Toda tentativa de abordar o ser humano para além de sua presença carnal é do âmbito da metafísica, no sentido tradicional, e reprovado, do termo (GUSDORF, 1972: 356)

Blumenbach, ao publicar em 1775, *De generis humani varietate nativa*, se aproxima de Buffon no sentido de afirmar uma unidade original do ser humano, ou seja, uma doutrina monogenista. Uma das partes do trabalho é dedicada a pensar as causas da degeneração da espécie humana em diversas variedades. O trabalho se distanciou das classificações de Lineu, que identificou o *homo ferus* e o *homo monstrosos* como duas categorias específicas. Para Blumenbach, o ser humano poderia ser compreendido em sua unidade a partir de análises anatômicas, craniométricas, tal como a zoologia vinha estudando as diversas espécies animais. Nesse sentido, a proposta de classificação de Blumenbach seria mais restrita, tributária de uma escola de fatos, tal como analisa Paul Topinard, onde os critérios importantes seriam a

morfologia, os órgãos, os indivíduos e a delimitação de espécies, diferentemente de Buffon, cujas ideias estiveram mais relacionadas a uma harmonia universal da natureza, em função das diferentes relações exteriores de existência, assim como relações gerais dos seres vivos uns com os outros (GUSDORF, 1972: 380).

Há aspectos de continuidade entre Buffon e Blumenbach. Entretanto, tal continuidade, no tocante à classificação do ser humano, não é simples. A ideia de raça averiguável no *corpus* textual de Buffon é muito ampla, tomando como variáveis não apenas os dados craniométricos mas também o uso da natureza. Segundo Michelle Duchet¹⁰, a forma através da qual Buffon conceberia uma relação de forças entre o moral e o físico se daria justamente através da possibilidade de identificar, nos diferentes povos, diferentes usos da natureza, sendo os usos civilizados aqueles permitissem edificar sem destruir. A concepção de raça de Buffon, conseqüentemente, teria entre seus pressupostos mais importantes a compreensão de uma história de usos da natureza averiguável em cada povo, diferentemente, por exemplo, da concepção emulada por Voltaire, ainda tributária da concepção de singularidades divinas, em circulação sobretudo nos séculos XVI e XVII (DUCHET, 1995: 245-248, 284-302). Logo, ao tomar Blumenbach como base para suas formulações, Maximilien de Wied-Neuwied distancia-se, em certa medida, de viajantes que mantiveram a alusão a Buffon no século XIX, principalmente ao analisarem as raças eventualmente encontradas não só com base em suas características físicas e anatômicas, mas também culturais, sobretudo no que diz respeito ao manejo da natureza¹¹.

Algumas análises referentes aos relatos de Wied-Neuwied - tais como as de Costa (2008) e as de Câmara Cascudo (BARREIROS, 2004) - reiteram o papel conferido pelo viajante ao Botocodo Guack (ou Quêck), enfatizando o quando o indígena teria alterado o olhar do viajante

¹⁰ Daher (2012: 232) e Holtz & Masse (2012) ressaltam a abordagem estruturalista de Duchet, anunciada pela própria autora como um viés interpretativo que, de fato, se diferenciaria de uma história das ideias (DUCHET, 1995: 18-20). O trabalho de Duchet tem como objetivo identificar aquilo que a autora reconhece como a estrutura de uma ideologia colonial que governaria muito da reflexão e produção de relatos de viagem acerca dos diferentes povos, sobretudo ameríndios (DUCHET, 1995: 137-226). Cabe ressaltar que tal concepção teórica não é a adotada no presente trabalho.

¹¹ Tal é o caso, por exemplo, do relatório científico de Louis de Freycinet (1825). Contudo, outros viajantes também teriam tido em Blumenbach uma referência importante. Segundo Lisboa, Spix e Martius, à época da publicação de “*Reise in Brasilien*”, estariam mais próximos das formulações do naturalista de Goettingen do que, por exemplo, das ideias de Lineu e Buffon (LISBOA, 1997: 141). De qualquer forma, cabe ressaltar, na trajetória de von Martius, uma preocupação cada vez maior com a compreensão dos indígenas brasileiros através do inventário das línguas, e não necessariamente com inventários craniométricos.

austriaco e, conseqüentemente, deixando em um segundo plano o quanto tais descrições seriam tributárias das formulações de Blumenbach. Contudo, o próprio botocudo é, no relato, textualizado enquanto evidência a corroborar classificações naturalistas:

Muitos escritores defenderam que os habitantes da América setentrional e da América meridional não pertenciam à mesma raça, no entanto homens instruídos me garantiram que a fisionomia e a cor dos Botocudos e de outras tribos do Brasil eram absolutamente as mesmas que aquelas dos Cherokees e da Carolina setentrional. O jovem botocudo Queck, que eu trouxe para a Europa, permitiu tal comparação. Queck prova de maneira evidente a influencia do clima sobre a cor da pele humana (WIED-NEUWIED, 1821b: 308-312)

Entretanto, após o comentário, Wied-Neuwied defende a interpretação segundo a qual o clima não seria a causa primordial da cor da pele, posto que os portugueses, após várias gerações na empreitada colonial, não tiveram seus traços transformados. Afasta-se, assim, de uma agenda buffoniana de compreensão das degenerações e variações humanas, e conclui que,

Apesar da semelhança que há entre os Mongóis, os Malasianos e os Americanos, os povos dessa última raça parecem ter em comum certos traços característicos. Alguns Botocudos possuem completamente a fisionomia mongól, sem se afastar contudo do tipo próprio a sua raça. Os rostos dos Esquimós representados no relato de viagem do capitão Ross no polo norte diferem em muito daqueles dos Brasileiros; e os missionários de Nain, que examinaram Quêck, encontraram a mesma dessemelhança; de forma que é extremamente difícil iluminar as trevas que nos escondem da origem dos povos da América (WIED-NEUWIED, 1821b: 308-312)

Ao analisar diferentes tribos brasileiras, tais como os *Capochos*, *Conmanachos*, *Machacalys* e *Paniamys*, Wied-Neuwied reitera sua filiação a Blumenbach, na medida em que busca afinidades “de linguagem, costumes e figura” (WIED-NEUWIED, 1821b: 369), ou seja, mescla a anatomia à presença espiritual no mundo natural e cultural. De todo modo, o relato permite análises que também contemplam a complexidade dos costumes, levando o austriaco a reconhecer, por exemplo, a existência da religião entre os povos americanos, diferenciando-se de Azara, que teria afirmado, segundo o próprio Wied-Neuwied, a inexistência da religião entre os indígenas do Paraguai (WIED-NEUWIED, 1821a: 224-227).

Do exposto, é possível concluir que o relato de Maximilien de Wied-Neuwied usa a História Natural de uma maneira muito peculiar quando comparada à maioria dos viajantes que estiveram no Brasil ao longo do século XIX. Embora tenha se empenhado em registrar classificações e descrições de plantas e animais, sua preocupação preponderante é com a

compreensão do ser humano. Por mais que tenha registrado o índio Quack em sua narrativa, as concepções teóricas que orientavam sua interpretação dos seres humanos era, sem dúvida, alicerçada na História Natural, compreendendo as possibilidades de comportamento do ser humano dentro de um quadro de classificação das produções da natureza. Seus relatos indicam, sem dúvida, a emergência de uma possibilidade específica de pensar a diferença humana, a qual é tributária, certamente, da História Natural: a alteridade. Ainda assim, o comprometimento de Wied-Neuwied com formulações que fizessem jus à complexidade da vida ameríndia é latente. Preocupado com “julgamentos que ofendem a dignidade humana”, o viajante austríaco contrapõe ao que reconhece como a ferocidade natural dos Botocudos o fato de os portugueses também agirem de forma desumana (WIED-NEUWIED, 1821a: 311). Além disso, Wied-Neuwied foi crítico de caracterizações depreciativas ou reducionistas cunhadas até mesmo pelos próprios viajantes europeus: como bem aponta Lisboa, o príncipe austríaco foi extremamente crítico em relação às imagens publicadas nos atlas das viagens de Spix e Martius, sobretudo em relação à tribo dos Puris (LISBOA, 1997: 150-152). A trajetória e os textos de Maximilien de Wied-Neuwied evidenciam, portanto, toda a complexidade cara ao gênero da literatura de viagem, irredutível a agendas comprometidas apenas com a denúncia da alteridade estrutural que por vezes a governa.

Referências Bibliográficas

ARAGO, Jacques. *Narrative of a voyage round the world, in the Uranie and Physicienne corvettes, commanded by Captain Freycinet, during the years 1817, 1818, 1819 and 1820; on a scientific expedition undertaken by order of the French government. In a series of letters to a Friend*. London: Treuttel and Wurtz, Treuttel, Jun. and Richter, 1823. Disponível em <<http://books.google.com>>

AUGUSTIN, Günther. *Literatura de viagem na época de Dom João VI*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BARREIRO, José Carlos. Viajantes, folcloristas e a história popular. (Brasil, 1780-1850). In: ANPUH-SH. *Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da história*. Campinas: ANPUH-SP, 2004.

COSTA, Christina Rostworowski da. O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil (1815-1817). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da USP. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2008.

DAHER, Andrea. *A Oralidade Perdida: ensaios de história das práticas letradas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DETTELBAACH, Michael. Humboldtian Science. In: JARDINE, N.; SECORD, J.; SPARY, E. (Eds). *Cultures of Natural History*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1996, pp. 287-304

DUCHET, Michèle. *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel, 1995.

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde, entrepris par Ordre du Roi, sous le Ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte de Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine, exécuté sur les corvettes de S.M. l'Uranie et la Physicienne pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris: Pilet-Ainé, Imprimeur-Librairie, 1825. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k99353d>> Acessos em: 19.jul.2012

GUSDORF, Georges. *Dieu, la nature, l'homme au siècle des lumières*. Payot: Paris, 1972.

HOLTZ, Grégoire; MASSE, Vincent. Étudier les récits de voyage: bilan, questionnements, enjeux. *Arborescences: revue d'études françaises*, no. 2, 2012. Disponível em <<http://id.erudit.org/iderudit/1009267ar>> Acessos em 10.agosto.2013

KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques*. Paris: L'Harmattan, 2001.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora HUCITEC/FAPESP, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Tome Premier*. Paris: Grimbert et Dorez, Libraires, Rue de Savoie, no. 14, 1830. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k98747b>> Acessos em 30.agosto.2013

TAILLEMITE, Étienne. *Marins français à la découverte du monde. De Jacques Cartier à Dumont d'Urville*. Paris: Fayard, 1999.

WIED-NEUWIED, Maximilian, prince de. *Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817. Tome Premier*. Traduit de l'Allemand par J. B. B. Eyriès. Paris: Arthus Bertrand, 1821a. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56063789>> Acessos em 17.jul.2013

WIED-NEUWIED, Maximilien, prince de. *Voyage au Brésil dans les années 1815, 1816 et 1817. Tome Second*. Traduit de l'Allemand par J. B. B. Eyriès. Paris: Arthus Bertrand, 1821a. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5701280q>> Acessos em 17.jul.2013

Oliveira Lima e a Alemanha: Influências historiográficas e bismarckismo

Júlio César de Oliveira Vellozo¹

Em uma carta a um amigo, Lima Barreto comenta as ideias racistas científicas com as quais tivera contato em sua adolescência:

Diz que as misturas entre as raças são um vício social, uma praga e não sei que coisa feia mais. Tudo isso se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade dos sábios alemães. Oh! A ciência! Eu era menino, tinha aquela idade, andava no meio dos preparatórios quando li, na Revista Brasileira, os esconjuros, os seus anátemas...Falavam as autorizadas penas do senhor Domício da Gama e Oliveira Lima....Eles me encheram de medo (PRADO: 2012, pp.15)

O trecho é interessante em vários aspectos, alguns dos quais não atinentes a esta exposição, como, por exemplo, o perceptível sofrimento de Lima Barreto diante do opressor estatuto de “cientificidade” que o racismo tomou naquele período. Mas há outros aspectos interessantes. O primeiro é a influência, detectada por Lima, que os teóricos alemães exerciam sobre os intelectuais do período. A ideia do autor de *Clara dos Anjos* de que era a sabedoria dos alemães, e não dos franceses ou ingleses, que dava a cobertura de ciência ao racismo científico faz pensar. Mostra o quanto é simplista a ideia de que na Belle Époque brasileira havia um francesismo de maioria acachapante, com uma pequena resistência germanófila, de certo modo isolada, exercida por Silvio Romero e alguns poucos outros da chamada Escola de Recife.

Oliveira Lima foi um dos mais importantes intelectuais do período e exerceu, como podemos ver pelo trecho da carta de Lima Barreto, uma importante influência. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras na qual exerceu papel relevante, influenciando de modo importante a escolha de novos membros. Como crítico literário e jornalista esteve ao lado de nomes como José Veríssimo e Machado de Assis, durante as primeiras décadas do século XX, como um dos nomes capazes de oferecer consagração ou indiferença aos que se aventuravam

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Professor da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

no campo das letras. Como diplomata foi um dos nomes chave do Itamaraty, só abaixo de Rio Branco e Joaquim Nabuco. Como historiador, apesar de ter sustentado, de certo modo, visões não hegemônicas em seu tempo, teve marcante influência, especialmente após a publicação de *Dom João VI no Brasil*.

A ligação de Oliveira Lima com a Alemanha, quando discutida, tem sido buscada, fundamentalmente, na identificação de influências de tipo metodológico no seu fazer de historiador. Os estudiosos da obra de Oliveira Lima tem se debruçado em buscar desvendar que tipo de impacto a obra dos historiadores alemães, marcadamente Leopold V. Ranke, mas não só ele, teria tido em sua obra.

Para tanto, especialmente as duas primeiras obras do autor, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico (1895)* e *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira (1896)*, escritos em Berlim, são alvo de especulações sobre esta influencia da historiografia alemã (SOBRINHO: 1971, MALATIAN: 2001, GOUVEA: 1976)

Esta comunicação visa olhar a questão por outros prisma, sem negar a importância dos esforços e a fecundidade das polêmicas descritas acima. Queremos encontrar a influência germânica sobre Oliveira Lima não exatamente no texto, mas no contexto e na intenção de sua obra, inspirando-nos, ainda que livremente, na metodologia proposta por Quentin Skinner (SKINNER: 2000)

Iberismo na contracorrente da História e da história

Conforme destacou Nicolau Sevcenko a intelectualidade da Belle Epoque esteve marcada de modo forte pela experiência da República em seu alvorecer. Se houve uma importante parcela da intelectualidade que aderiu ao novo regime, foram marcantes as resistências, os desajustes, os descontentamentos.

É interessante notar que unia tanto os aderentes ao novo poder republicano, quanto os renitentes, que viam no novo poder uma farsa uma interpretação negativa do passado. Os que aderiram às diferentes fases do novo poder republicano, viam o passado como um enorme obstáculo, o que explicava as limitações da nova experiência. A herança deixada pelo império era maldita, daí as dificuldades: um país de mestiços, uma população de analfabetos, uma infra-estrutura econômica inexistente, séculos de escravidão que haviam degenerado o nosso corpo social. Em suma, havia uma nação a construir e era necessário paciência para que o

novo regime pudesse superar tantos obstáculos. Já os críticos ao novo poder, o eram fundamentalmente pela fraqueza da República e de seus líderes em romper com o passado de forma decidida. Assim, renitentes e aderentes tinham algo em comum: um balanço negativo do passado brasileiro e do legado que o Império deixara à República.

É claro que entre estes dois extremos, aderentes cúpidos e renitentes opositoristas, havia todo um gradiente de posicionamentos, visões de mundo, balanços do passado. Um grupo que pode ser classificado de uma forma ou de outra são os monarquistas, que mantiveram uma posição distinta. Mas, é preciso que se diga, este grupo era pequeno e pouco influente, para além de sofrer de permanentes defecções, como a de Joaquim Nabuco, para ficarmos em um exemplo.

A rejeição à herança ibérica, que faria fortuna no pensamento social brasileiro no futuro, deita a suas raízes nesta rejeição radical do passado brasileiro. Euclides da Cunha, Alberto Torres, Silvio Romero, Manoel Bomfim, cada qual ao seu modo, atacaram o passado, sustentando a necessidade de aberta ruptura com este, para que se pudesse abrir espaço para a modernização, para que o Brasil se colocasse no compasso do século. Por eloquentes, citamos as palavras de Manoel Bomfim:

Em verdade, que significação pode ter, para o Brasil, a política de conservação? Nos povos experimentados, quando a sucessão dos governos corresponde aproximadamente à opinião do país, para o desenvolvimento das suas tradições essenciais, a política de conservação será uma forma de equilíbrio, porque o passado vale como lastro nas oscilações de sempre e manancial de indicações, ao longo da evolução necessária. Então, ele é, de fato, a chave do futuro. Mas, para nós, quando o passado incorpora, apenas, o bragantismo alastrado no oligarquismo reinante, a política de conservação significa soterramento na podridão crescente, que é mesmo o nosso passado. De tudo que é história, no Brasil soberano, só temos a conservar o que nunca se realizou: o sonho de liberdade e justiça para a plena expansão desta nacionalidade, em gênio americano-brasileiro.

E no inevitável duelo passado-futuro, não há que poupar, até a total eliminação de todo o mesmo passado, que só tem sido mal².

Oliveira Lima, em um primeiro momento de sua trajetória esteve deste mesmo lado. Suas primeiras obras criticavam o legado português, com seu jesuitismo, suas carolice, sua pouca propensão ao pensamento de tipo científico. Isso está expresso em suas primeiras obras, marcadamente em *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* e *Nos Estados Unidos, impressões políticas e sociais*. Entretanto, este tipo de visão negativa do passado foi se enfraquecendo, se amainando, e em obras como *Dom João VI no Brasil* já encontramos uma visão positiva tanto do passado brasileiro quanto do legado ibérico.

O choque japonês

Um momento que nos parece decisivo para esta transformação na posição de Lima foi a sua estada no Japão, para o qual seria transferido em 1901 e no qual viveria até 1903. Assim como havia feito nos outros países nos quais estivera, Oliveira Lima debruçou-se na literatura disponível sobre o país e, estando em solo japonês, elaborou a sua própria visão, cujas conclusões seriam determinantes para a sua obra.

Lima identificou no Japão um novo caminho para a modernização, diferente do que ele e quase todos de sua geração propugnavam para o Brasil. Lá modernizar-se não significara abrir mão das tradições e do passado, mas, pelo contrário, apoiar-se nelas.

Mais ainda, a modernização japonesa amparava-se em uma raça que, segundo os esquemas mais duros do racismo científico ainda em voga era inferior à branca.

Sendo assim, pode-se dizer que o Japão demonstrava a Oliveira Lima que o caminho para a modernização não passava pela negação do passado português e, menos ainda, pela mudança da composição racial da população brasileira, verdadeira mania do pensamento social brasileiro de seu tempo. Não à toa, é em seu livro sobre o Japão que Oliveira Lima dá um giro em sua interpretação sobre o legado ibérico, aí incluso o papel dos jesuítas, tão malhadados em sua obra anterior:

² BOMFIM, Manoel. *O Brasil Nação*. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 657

Também – e por certo as oitavas de Camões, recordando perenemente tantas glórias, são um dos motivos máximos da infalível sugestão – o nome português brilha para nós no Oriente com uma luz vivíssima, assim como a língua do poeta vibra para sempre em palavras soltas nas línguas dos diferentes estranhos povos com que o Reino esteve em contato (...)

(...) é triste registrar que os portugueses do Oriente agora pela maior parte se acanham de ser portugueses. A decadência de hoje, comparada com a passada grandeza e com a prosperidade presente de outras metrópoles poderosas, os move a acolherem-se de preferência à larga sombra da bandeira britânica, esquecendo a nacionalidade e em muitos casos até a língua de seus maiores (...). Os naturais de Macau, por exemplo, dizem-se fora quase todos oriundos de Hong Kong, sem mais se lembrarem que Macau é um posto europeu há quatro séculos quase e Hong Kong há pouco mais de meio século apenas

Nós porém brasileiros, não temos iguais motivos para olvidar ascendência e, demais, andamos todos hoje em dia tão *pétris d'histoire* que mal podemos furtar-nos aos pensamentos grandiloquos, privilégio noutras eras dos espíritos cultos.

Não logramos esquecer-nos, pelos portos percorridos da Arábia, do Ceilão, da Indochina, onde a esta hora tremulam todos os pavilhões, que já foi o português o único a afoitar-se a flutuar: antes a cada instante nos recordamos que, dentro os europeus, foram os portugueses os primeiros, chegados pelo mar, a desembarcar sem medo, mercadejar sem descanso e dominar sem peidade nas terras tropicais, gordas, férteis e luxuriantes do continente asiático, tanto quanto nos seus areais inóspitos, bordados de rochas nuas e negras (LIMA: 1997, p.28)

Para o autor o longo período de isolamento consciente vivido pelo Japão durante a dinastia dos Tokugawa, onde todo o contato com o exterior foi evitado, havia forjado um tipo de cultura baseada no nacionalismo, na disciplina, no senso de hierarquia, na ausência de abertura para as frivolidades da modernidade. Isso permitiu que o Japão, ao se abrir, levasse a cabo um tipo de modernização que não necessitou anular as tradições do país.

Este caminho, de uma modernização feita a partir da manutenção das características nacionais, da recusa da cópia dos modelos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos, faria Oliveira Lima nutrir grande simpatia pela experiência alemã em geral, e pelo bismarckismo em particular.

Se o caminho que possibilitara ao Japão ascender a um processo de modernização sem mimetismo havia sido o período de insulamento da dinastia Tokugawa, no caso da Alemanha, a persistente destilação nacionalista que se dera no período que mediou entre a derrota para Napoleão em 1814 e vitória diante da França em 1871, teria tido o mesmo efeito. Orgulho nacional curtido pelos anos de humilhação, somado à existência de um tipo de poder forte, amigo das letras, devotado ao passado, como havia sido o de Bismarck, possibilitara o caminho, na visão de Oliveira Lima.

É interessante notar que a historiografia alemã esteve profundamente envolvida, ainda que em alguns casos de modo indireto, com o sentimento da unificação alemã. O tipo de discurso que embasou o processo, a ideia de raízes imemoriais que uniam o povo germânico desde a noite dos tempos, tinha na atividade dos historiadores um ponto de apoio fundamental.

Malgrado ser o século XIX o período no qual a historiografia, especialmente a alemã, buscou para a história o estatuto de ciência (BENTIVOGLIO e LOPES: 2013), os historiadores germânicos não podiam deixar de olhar o passado - como de resto fazem todos os historiadores - a partir das questões colocadas pelo presente. Estas eram, fundamentalmente, as relacionadas ao tema da nação.

É importante notar que perceber esta interação entre política e historiografia não deve significar aderir à ideia de que a historiografia alemã do século XIX se resume à uma apologética das elites conservadoras ou a uma construção ideologizada do passado. A busca pela construção de um estatuto científico para a história, consubstanciado em um debate metodológico de grande riqueza, não se contradiz com as determinações da posição ocupada pelos historiadores germânicos.

É neste sentido que consideramos que Oliveira Lima foi influenciado pela historiografia alemã: tratava-se de, olhando para o passado, tentar responder às perguntas do presente. No caso brasileiro, como no do alemão, o tema fundamental colocado à intelectualidade era o de completar o processo formativo da nação e coloca-la no compasso do século. E isso era especialmente importante para Lima, conforme veremos.

Oliveira Lima viveu na Alemanha entre 1892 e 1896, período no qual a historiografia do país ainda gozava de enorme prestígio e debater a história, seus métodos, limites, alcances e possibilidades, eram um tema de preferencia no cenário local. Esta influencia pode ser verificada, por exemplo, nas referencias de Oliveira Lima a autores como Barthold Georg Niebuhr. Além disso, Lima preconizava que os estudos históricos brasileiros não poderiam deixar de olhar para a Alemanha sob pena de graves prejuízos:

O Brasil deve, aliás, muito à ciência e até um pouco à arte germânicas. Os nomes de Spix e de Martius, do príncipe de WiedNeuwied e de Pohl, de Rugendas devem ser prezados entre nós (...)

É lastimável, para não dizer censurável, sendo tão pouco divulgada entre nós a língua alemã, que não se achem ainda traduzidas em vernáculo as interessantíssimas viagens de Spix e de Martius que, segundo ouvi do senhor secretario perpétuo, o Instituto pensa justamente agora em mandar verter, pelo que o felicito cordialmente. Ostras obras de resto existem em alemão, mesmo obras históricas sob a forma de contribuições pessoais, sobretudo para os anais do primeiro reinado, que não só merecem como carecem de ser conhecidas para uma exata compreensão dos acontecimentos dessa época. Nem preciso recordar que a única História filosófica do Brasil, que é a de Handelman, nunca mereceu as honras de uma tradução.

O Instituto agora criado em Bonn visa e, dada a constância do caráter alemão, chegará sem dúvida a coligir, enfeixar e sistematizar semelhantes estudos latino-americanos, não deixando sumir-se a tradição científica na corrente industrial, se bem que a indústria alemã seja filha da ciência alemã. Tenho a honra de pertencer ao conselho diretor deste Instituto Teuto-Sul-Americano, que é um fruto

do melhor meio acadêmico alemão, e posso recomendá-lo à boa camaradagem do Instituto Histórico.

O nosso latinismo não perigará por causa desse convívio com o germanismo, antes terá muito a lucrar (...) (LIMA: 1976, 723).

A admiração de Oliveira Lima pelo caminho alemão o levou a sustentar posições favoráveis à Alemanha em diversos períodos. Em 1909, antes portanto da Primeira Grande Guerra, Lima afirmaria sobre a região renana, sempre disputada nos embates entre franceses e alemães:

Nada alias melhor atesta a pujança e o esplendor de tal criação política do que este próprio vale, ameno e feraz, que da fronteira suíça à holandesa se estende cultivado, povoado e abastado, constituindo o maior do patrimônio refeito pelo gênio de Bismarck.

Esta é a impressão capital para o viajante: a da força e riqueza do moderno império alemão. As tradições e lendas do passado quase perdem o seu interesse e somem-se desbancadas por esta realidade palpitante. Nas fábricas que s sucedem, como nas searas bem tratadas, nas edificações colossais de estabelecimentos públicos, como nas construções graciosas de residências particulares, retratam-se um progresso e uma prosperidade com fidelidade que não engana(...)

Espetáculo algum é no seu gênero mais soberbo do que o oferecido pela Alemanha contemporânea: nenhum existe que seja mais de natureza a se impor.

(...)Não creio contudo muito que, se fosse o caso de um plebiscito, a França recobrasse suas províncias perdidas na última aventura imperial. Deu-me antes impressão de um fato consumado a regermanização da Alsácia.

Esta modernização alemã, assim como a japonesa, havia sido conseguida através de um tipo de governo que se colocava acima dos interesses individuais. Oliveira Lima via na república brasileira, assim como nos países da América Latina o obstáculo do jogo de interesses, que ao contrário de fomentar naturalmente o desenvolvimento e a modernização fazia da ação do estado a consecução do interesse do particularismo e dos particulares.

E a força da Alemanha, assim como a japonesa, estava em se apoiar no passado para unificar a nação e vencer o particularismo. Em suas palavras:

Na verdade a Alemanha entendera não ser preciso tudo derrubar para edificar de novo, havendo entre os materiais do passado muito que utilizar pela sua força e resistência. Foi à sombra dessa construção monumental, de que foi Bismarck o grande arquiteto, que cresceu a riqueza alemã, causa de suas desgraças pelo ciúme que causou (SOBRINHO:1971, 122)

Assim, o germanismo de Lima ia além de uma admiração intelectual. Tratava-se de olhar o caminho alemão para a modernização como modelar para o Brasil, dado o fato de que este processo foi levado a cabo sem o abandono do passado e das tradições, pelo contrário, tendo esses como ponto de apoio, já que a unificação alemã, pressuposto da modernização, baseou-se na criação/invenção/imaginação deste passado comum. Para além disso, Lima admirou o papel da historiografia alemã, que em meio ao processo de busca por dar à história um estatuto de cientificidade, conseguiu cumprir um papel concreto de amparar a construção de narrativas da nacionalidade que foram base desta assunção sem rupturas ao futuro.

Bibliografia

SKINNER, Quentin, *Significado y comprensión en la historia de las ideas*. Prismas, Revista de historia intelectual, N4, 2000

LIMA, Manuel de Oliveira. Pernambuco, seu desenvolvimento histórico. Recife: Editora de Pernambuco, 1975.

_____. Movimento da Independência. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

_____. Aspectos da Literatura Colonial Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, INL, 1984. p. 63.

_____.No Japão, Impressões da Terra e da Gente. São Paulo: TOPBOOKS, MEC, 1997

BENTIVOGLIO, Júlio, LOPES, Marco Antonio. A Constituição da História como Ciência. De Ranke a Braudel. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013

GOUVEA, Fernando da Cruz. Oliveira Lima: Uma biografia. III Tomos. Recife: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1976

MALATIAN, Teresa. Oliveira Lima e a Construção da Nacionalidade. Bauru: EDUSC, 2001.

SOBRINHO, Barbosa Lima (org). Obra Seleta de Oliveira Lima. Rio de Janeiro, 1971.

Pelas memórias queimadenses: a possibilidade de escrita da história para além dos muros da academia

Claudia Patrícia de Oliveira Costa*

No ano de 2009, ao iniciarmos as pesquisas sobre a emancipação do município de Queimados, na Baixada Fluminense, deparamo-nos com algumas questões instigantes, que propiciaram as reflexões e as práticas ora apresentadas e discutidas nesse artigo. Tendo como ponto de partida o fato de tratar-se de um jovem município¹, o trabalho inicial pautou-se no registro audiovisual de entrevistas realizadas junto às pessoas envolvidas, em graus variáveis, no processo de emancipação. No decurso dessas entrevistas, além dos relatos atinentes ao esforço pela construção das memórias da emancipação da cidade, revelou-se também, o crescente interesse dos depoentes em compartilhar suas memórias como "uma resposta ou reação, diante das mudanças rápidas e de uma vida sem âncoras ou raízes" (JELIN, 2002: 9). Assim como a socióloga Elizabeth Jelin, Leonor Arfuch, especialista em análise do discurso, também atribui essa dinâmica à perspectiva da aceleração da vida contemporânea e expansão massiva de novos meios de comunicação, criando novos tipos de relações sociais (ARFUCH, 2010). Para Jelin, tais questões encontram-se ancoradas nas relações entre história e memória, no âmbito da historiografia. Arfuch direciona sua análise, tendo como eixo os diálogos possíveis entre história e literatura. Ao nos debruçarmos sobre esse profícuo debate, percebemos que o estudo das narrativas orais da população queimadense pode, também, se desdobrar em investigações no campo das práticas pedagógicas e o ensino da história local.

Dessa forma, situamos essa iniciativa em um corte temporal bastante específico, qual seja aquele marcado pela reformulação dos estudos no campo político em âmbito acadêmico, reabrindo espaço às narrativas de vida e às biografias. Esse movimento de revalorização das subjetividades vem encontrando particular apoio no suporte metodológico oferecido pela História Oral, enfatizando, cada vez mais, as perspectivas puridisciplinares para a escrita da história. Compondo ainda esse panorama, destacamos o contexto mais específico vivido pela América Latina, ao longo das últimas décadas do século XX, com o desmantelamento das

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação da Profª. Drª. Márcia de Almeida Gonçalves. Atualmente, é professora da rede pública estadual do Rio de Janeiro.

¹ O município de Queimados conquistou sua autonomia política, frente a Nova Iguaçu, por meio de consulta plebiscitária realizada em novembro de 1990.

estruturas ditatoriais em países como Argentina, Chile e o Brasil. Esse mesmo processo de democratização, que propiciou a emergência de vozes e histórias de vida por muito tempo silenciadas, também pontua uma tendência à publicização e divulgação da produção historiográfica para além dos muros das universidades e demais centros de produção acadêmica. Tal contexto também foi fundamental para a compreensão dos esforços pela reelaboração dos currículos de história, ocorridos a partir da década de 1980.²

Portanto, destacamos ainda, que a opção pelo registro audiovisual dos depoimentos de sujeitos portadores de memórias esquecidas ou silenciadas está relacionada ao estigma marginalizado dado ao seu local de fala: a Baixada Fluminense. Consideramos que esse território limítrofe ao município do Rio de Janeiro, caracterizado pela absorção do transbordo populacional da capital e marcado pela pobreza e violência, pode ser abordado a partir de outros olhares ou referenciais. De tal modo, a transcrição dos registros audiovisuais e sua subsequente transformação em documentação histórica, a partir de sua análise discursiva, ultrapassou gradativamente os limites da pesquisa de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Assim, como preconiza Arfuch, as entrevistas realizadas no âmbito de pesquisas de ciências sociais pressupõe um estágio inicial, direcionado à elaboração de produtos outros (ARFUCH, 2010: 242) que, no presente caso, não tem se restringido à pesquisa acadêmica.

Imbuídos nessa perspectiva, o segundo passo dessa experiência foi dado ao identificarmos, nas recentes emancipações políticas ocorridas na Baixada Fluminense, um tema ainda pouco explorado pela historiografia. Essa constatação nos instigou a recortar o processo de emancipação da cidade de Queimados, por meio do esforço pela construção das memórias dos líderes do movimento. Nessa pesquisa, recorreremos ao arcabouço teórico proposto por Michael Pollak (1989 e 1992) e procuramos analisar os esforços pelo *enquadramento dessas memórias*, em busca da construção das *identidades* queimadenses, a partir de categorias como: *outro, silêncio e esquecimento, acontecimentos vividos pessoalmente ou vividos por*

² Segundo Olavo Soares “no caso brasileiro, o contexto social dos anos 1980 influenciou sobremaneira as relações entre Universidade e escola. Os movimentos sociais em torno da luta pelo fim da ditadura militar e pelo retorno da democracia influenciaram as pesquisas (...) em educação, para os estudos sobre o currículo, notadamente dos currículos para o ensino de história. O período é marcado por um conjunto de propostas de reformulação curricular que, embora diferentes entre si, visavam ressignificar estruturalmente as noções de conhecimento escolar, de uso e de produção desses conhecimentos.” (SOARES, 2012: 617).

tabela e testemunhas autorizadas. Essa opção teórica nos leva a questionar as relações entre memória e historiografia na medida em que, durante muito tempo, verificou-se um esforço para demarcar os aspectos irreduzíveis dessas duas esferas. Contudo, trata-se aqui, de compreender os usos do passado por meio das memórias em sua dimensão política, analisando seus conflitos, disputas e negociações. Concordamos, portanto, com o historiador Fernando Catroga, ao procurarmos evitar as análises que enfoquem a relação memória e história a partir de oposições binárias, como emoção/razão ou subjetividade/objetividade (CATROGA, 2001: 39-40).

Ao trazermos essa discussão para o âmbito da prática pedagógica, o tema se revelou igualmente instigante. Ao passo que buscamos a articulação dessa proposta de pesquisa ao ensino de história, percebemos significativos obstáculos para que se estabeleça o necessário diálogo entre saber acadêmico e o saber construído nas salas de aula. Essa questão se impõe de maneira ainda mais polêmica, no que tange os citados esforços pela reelaboração dos currículos de história, especialmente na Educação Básica, levando em conta as relações entre as esferas local e global, conforme sugerido como objetivos do ensino dessa disciplina nos PCNs (1998: 43). Nesse sentido, de acordo com Circe Bittencourt, não mais se trata de legitimar um passado, no intuito de forjar uma identidade nacional, mas sim contribuir para a construção e compreensão de múltiplas identidades, levando em conta especificidades regionais, locais, sociais, entre outras. A autora afirma, ainda, que “a constituição de identidades associa-se à formação da cidadania, problema essencial na atualidade” (BITTENCOURT, 2008: 121). Porém, na perspectiva dos debates que acompanham a ideia de cidadania no Brasil, a transposição da teoria para a prática não tem sido tarefa simples. Entre as variáveis diversas, compreendidas em tal processo, destacam-se as dimensões continentais do Brasil, sua pluralidade cultural, as discrepâncias socioeconômicas entre os grandes centros e o interior e os investimentos públicos destinados à educação básica e superior. Perpassando essas variáveis, ressaltamos, ainda, as dificuldades inerentes à seleção dos conteúdos balizados pelos currículos de história e sua adequação às especificidades de cada alunado.

Aprofundando-nos nessas questões, percebemos que, conforme nos alerta a pesquisadora Vilma de Lurdes Barbosa:

“O ensino de história local se apresenta na forma de *matéria* dirigida à memória e, às vezes, à imaginação, não levando em consideração qualquer outra propriedade

intelectiva do aluno e do próprio professor, apresentando-se de maneira fragmentada, decorativa, repetitiva, memorativa, enaltecadora de personalidades e vultos históricos, na qual os fatos são apresentados como axiomas, dogmaticamente.” (BARBOSA, 2006: 64, grifo da autora)

Essa premissa encontra-se ainda em forte diálogo com os percursos que caracterizaram a reivindicação do estatuto científico e a consolidação da história enquanto disciplina, notadamente a partir da segunda metade do século XIX. Nesse caso, a primeira questão que se impõe diz respeito à conexão entre as discussões desenvolvidas ao longo do século passado, quando diversos trabalhos acadêmicos se dedicaram à análise das imbricações entre história e memória e o ensino de história. Sob essa perspectiva, tornou-se referencial a obra de Maurice Halbwachs, na qual este autor afirma que as memórias individuais são sempre permeadas pelo contexto social. Entretanto, a obra de Halbwachs, cuja primeira publicação remonta à primeira metade do século XX, opera uma interessante distinção entre o que o autor chama de *memória histórica* e *memória coletiva*. Para Halbwachs, enquanto a primeira se caracteriza pela artificialidade, assumindo uma função didático-social definida, a *memória coletiva* é espontânea e, intrinsecamente ligada à oralidade, integrando, portanto, um repertório de memórias individuais, visando à perpetuação de valores ancestrais que mantivessem a coesão de dado grupo (HALBWACHS, 1990).

No avançar dos debates, já em fins do século XX, destacaram-se as contribuições expressas pelas pesquisas do historiador Pierre Nora (1984) e as, já citadas, reflexões de Michael Pollak (1989 e 1992). Acreditamos que essas obras recentes propiciaram reflexões mais amplas a respeito do tema história e memória, particularmente no que tange às relações entre memória e o saber histórico. No nosso caso, em específico, constatamos um esforço para a inserção dessa temática entre os conteúdos exigidos no último concurso público realizado pela prefeitura municipal de Queimados, para preenchimento de vagas para Professor Docente I – História.³ Entretanto, ainda permanecem significativas diferenças entre as exigências do conhecimento específico aos candidatos a docentes e sua aplicabilidade nas salas de aula de história. Essa constatação nos levou a pensar a respeito dessas lacunas e propor, junto à Secretaria Municipal de Educação de Queimados e, atualmente, com a participação do Núcleo

³ Dentre os conteúdos exigidos para a prova específica de história, destacamos os itens 1.2 História e Memória, 1.3 As fontes históricas e 10.5 Nova República: cidadania e diversidade no Brasil Contemporâneo. In EDITAL CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS. <http://www.acheconcursos.com.br/edital-concurso/edital-concurso-queimados-rj-2012> Acessado em 25/08/2013.

de Estudos sobre Biografia, História, Ensino e Subjetividades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, uma série de ações que visem o estreitamento do diálogo entre as pesquisas no âmbito da história local e das memórias e a prática docente. Concordamos com a professora Joana Neves e acreditamos que “a construção do conhecimento a partir da vivência, portanto, do local e do presente, é a melhor forma de se superar a falsa dicotomia entre a produção e a transmissão, entre a pesquisa e o ensino/divulgação, enfim, entre o saber e o fazer.” (NEVES, 1997: 27). Assim, dentre essas ações, destacamos a criação de espaços virtuais (blog e perfil em rede social) para divulgação das pesquisas e disponibilização de material de apoio para docentes e discentes e, ainda, a realização de oficinas em escolas, exposições e seminários abertos ao público geral.

A utilização dos espaços virtuais, para a divulgação de sínteses das entrevistas realizadas, tem se revelado instigante, no sentido de promover o intercâmbio entre a pesquisa, alunos e professores. A publicação de tais artigos no blog⁴ evoca a fluidez entre as esferas pública e privada, segundo a perspectiva do mundo capitalista, como discutido por Leonor Arfuch. Para Arfuch, a imbricação entre público e privado ocorre na medida em que, no bojo da midiaticização e do avanço avassalador das tecnologias de comunicação, o interesse pelo íntimo e, conseqüentemente pelas narrativas biográficas, tem crescido. Nesse contexto, os diários íntimos, correspondências, confissões e demais gêneros tradicionais tendem a ser substituídos pelo interesse pelas entrevistas, que encarnam a possibilidade de devassar as memórias e a “vida privada” seja de pessoas ilustres ou “comuns.” Ainda segundo Arfuch, as entrevistas oferecem a oportunidade da justaposição de outros gêneros narrativos e da construção do *outro*, que será produto da interação entrevistador/entrevistado/destinatário. Dessa intrincada relação, torna-se possível acessar o caráter educativo das entrevistas, pois, como defende essa autora:

“O ‘retrato’ que a entrevista brinda irá, então, para além de si mesmo, dos detalhes admirativos e identificatórios, em direção uma conclusão suscetível de ser apropriada em termos de aprendizagem. Falando da vida ou *mostrando-se viver*, o entrevistado, no jogo dialético com seu entrevistador, contribuirá sempre, mesmo sem se propor, para o ‘acervo’ comum.” (ARFUCH, 2010: 153, grifos da autora)

A partir dessa interface estabelecida, acreditamos na possibilidade da construção do saber histórico, tendo como eixo experiências locais, onde os atores da história são pessoas

⁴ **Memória e Patrimônio Histórico de Queimados**. Disponível em: memoriaqueimados.blogspot.com.

próximas, conhecidas ou mesmo membros das famílias dos alunos. Ao colocar em questão a subjetividade de tais registros, cria-se uma relação que contribui para o estabelecimento de laços identitários. Além do sentimento de pertença ao lugar e à sua própria história, acreditamos que, em última análise, esse sentimento identitário transforma a relação ensino-aprendizagem em história em uma experiência mais instigante. Outrossim, apostamos, ainda, na formação continuada dos docentes, promovida por meio da realização das oficinas e palestras que visam apontar caminhos para a abordagem de temáticas relativas à história local, em sala de aula. Essa prática também tem se orientado no sentido da produção conjunta, entre professores e alunos, de materiais didáticos que enfoquem tais temas.

Os resultados dessas iniciativas estão em permanente construção. Os desafios se impõem constantemente e nos levam a repensar sobre os usos dos debates acadêmicos na elaboração de novas práticas pedagógicas para o ensino de história na Educação Básica.

Referências Bibliográficas:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ARAÚJO FILHO, Nilson H. de. **Emancipação do município de Queimados: breve ensaio**. Monografia de Especialização: Lato Sensu em História do Rio de Janeiro/UFF, 2010.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea**. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. “*Ensino de História Local: redescobrimos sentidos*”. In **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, nº 15, jul/dez, 2006.

BITTENCOURT, Circe M. F.. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier-Campus, 2011.

CATROGA, Fernando. **Memória, História e Historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

COSTA, C. P. de O. e ARAUJO FILHO, N. H. de. **Memória e Patrimônio Histórico de Queimados**. Disponível em: memoriaqueimados.blogspot.com. (acesso em 29/08/2013)

_____. “*Memória, Pesquisa e Patrimônio Histórico de Queimados*.” In **Anais eletrônicos do I Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos**. São Paulo, p.p.: 362-370. Disponível em: <http://simposiointernacionaldehistoriapublica.files.wordpress.com/2013/01/a-histc3b3ria-e-seus-pc3bablicos--anais.pdf> (acesso em 18/06/2013)

EDITAL CONCURSO PÚBLICO – PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS. <http://www.acheconcursos.com.br/edital-concurso/edital-concurso-queimados-rj-2012> (acesso em 25/08/2013)

FERREIRA, M. de M. e AMADO, J.(orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Colección Memorias de la Represión. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2002.

NEVES, Joana. “*História local e construção da identidade social*”. In **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, nº 3, jan/dez, 1997.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio.*” In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol.: 2, nº.: 3: 1989. – p.p.: 3-15.

_____. “*Memória e identidade social.*” In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vol.: 5, nº.: 10: 1992. – p.p.: 200-212.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Ed. UFMG/Cia. das Letras, 2007.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Tese de Doutorado. PPGG/UFF. Niterói: 2006.

SOARES, Olavo Pereira. “*Os currículos para o ensino de história: entre a formação, o prescrito e o praticado.*” In **Antíteses**. vol. 5, nº. 10, jul./dez. 2012. - p.p.: 613-634.

Perspectivas historiográficas sobre a música popular: o “Desfile de Craque” de Sérgio Cabral

Luã Ferreira Leal*

O “descendente” de Lúcio Rangel: Cabral e a redescoberta da música popular

Os parâmetros estéticos que permitem a classificação de formas artísticas como adequadas aos critérios de inserção ao âmbito da Música Popular Brasileira não são anistóricos, um mapeamento intelectual de sua constituição pode ser realizado a partir de textos que nortearam as disputas por legitimação. Para tratar da análise da organização dessas narrativas, “fazer história” deve ser compreendido como prática social construtora de sentidos, pois o “fato histórico” resulta de uma *práxis* e da afirmação de um sentido para a escrita da história (Certeau, 1982).

A categoria MPB “apesar de certamente deter um ar de família, não é monolítica, inclusive no plano musical” (Menezes Bastos, 2009: 6), seu uso tornou-se mais recorrente após os festivais competitivos da década de 1960 com sua adoção por agentes do mercado fonográfico. Em sua escrita da história, Cabral retomou um modelo de relato construído pela “primeira geração” de críticos musicais, memorialistas, cronistas e jornalistas que se dedicaram à música popular produzida e executada em meio urbano a partir das décadas de 1920 e 1930 como Francisco Guimarães, Alexandre Gonçalves Pinto, Jota Efegê e Edigar de Alencar (Moraes, 2006). Com o propósito de analisar a consagração dos produtores ou dos produtos de determinadas práticas culturais no meio musical brasileiro (Fernandes, 2010), compreendemos a criação e a reprodução de parâmetros estéticos definidos por um conjunto de críticos e jornalistas como etapas fundamentais desse processo de legitimação.

Cabral iniciou sua carreira em 1957 no *Diário da Noite*, dois anos depois se transferiu para o *Jornal do Brasil* e cobriu o carnaval carioca de 1960. Em 1961, foi convidado para escrever uma coluna semanal sobre música popular às quintas-feiras, intitulada “Música naquela base”, no recém-criado *Caderno B*. O primeiro artigo da coluna “Primeiras lições de samba”, publicado em dezembro de 1961, foi escrito por José Ramos Tinhorão em parceria com Sérgio Cabral. Demitido após a greve de jornalistas de 1962, Cabral trabalhou na *Light* até ser contratado pelo *Diário Carioca* e, posteriormente, pela sucursal carioca da *Folha de*

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Bacharel em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais – CPDOC/FGV. Agência financiadora: Capes.

São Paulo. O jornalista trabalhava nesse jornal e na *Última Hora* quando, ao lado de Tarso de Castro, Jaguar e Sérgio Porto, fundou o periódico *Pasquim* em 1969. Na década de 1970, Cabral tornou-se apenas colaborador do *Pasquim* e em 1972 assumiu o cargo de editor da revista *Realidade* da Editora Abril. Em sua trajetória profissional, podemos avaliar como pontos cruciais para a consolidação de seu papel como crítico especializado em música popular a sua participação na coluna “Primeiras lições de samba” entre 1961 e 1962 no *Jornal do Brasil*, o lançamento do livro “As escolas de samba – o quê, quem, como e porque” em 1974, o prêmio recebido em 1977 por sua monografia sobre Pixinguinha e o lançamento do livro “Pixinguinha, Vida e Obra”. A vasta obra de Sérgio Cabral contribuiu para a consolidação de um panteão de artistas, músicas, conjuntos musicais e gêneros classificados como referências da história da música popular brasileira.

Criado em 1966 por Ricardo Cravo Albin, primeiro diretor do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, com o apoio de dois outros funcionários da instituição, Henrique Foreis (Almirante) e Ary Vasconcelos, o Conselho Superior de Música Popular era composto por 40 pesquisadores, a maioria jornalistas profissionais. Cabral, além dessa instituição, também esteve envolvido em duas outras “trincheiras” em defesa da tradição musical brasileira: a Fundação Nacional de Arte (Funarte) e a Associação de Pesquisadores da Música Popular Brasileira (APMPB), ambas criadas em 1975. Com as disputas pela classificação da música popular brasileira, nessas instituições que funcionavam como instâncias de legitimação da produção cultural houve a consolidação de interpretações que aglutinavam o samba, o choro, a Bossa Nova e a música dos festivais na chamada MPB (Baia, 2011, p. 40; Fernandes, 2010: 184-190).

A respeito dos debates sobre música popular, as considerações de Napolitano (2007) explicitaram alguns dos elementos que marcaram esse campo de estudos: a concentração em determinados temas privilegiados, sobretudo a MPB e o samba, as biografias, as crônicas jornalísticas e os depoimentos de artistas. Em 1977, a Funarte promoveu o primeiro concurso de monografias, cujo tema era “Pixinguinha”, em homenagem ao músico falecido em 1973. Cabral era um dos diretores de núcleo do projeto e conquistou o prêmio no primeiro concurso de monografias da Funarte. Dessa forma, distante da produção acadêmica, conferimos a relevância desse autor para os registros da “história de grande circulação” (Sarlo, 2007:13) da música popular brasileira.

O conjunto de jornalistas e colunistas colaboradores do *Pasquim* era formado por Jaguar, Tarso de Castro, Henfil, Millôr, Ziraldo, Nani, Ivan Lessa, Paulo Francis e Alberto

Dines, entre outros. A Editora Codecri – sigla de “Comissão de Defesa do Crioléu” –, lançada como alternativa no mercado editorial para intelectuais de esquerda, era dirigida por Jéferson Ribeiro de Andrade. A editora responsável pelo *Pasquim*, além da publicação de livros e histórias em quadrinhos, vendia discos da coleção “Disco de Bolso” em bancas de jornal. Cabral era o colaborador do *Pasquim* responsável pelos temas da música popular brasileira, mas também participou de diversas entrevistas realizadas pela equipe do periódico, sobretudo com futebolistas. Também foi responsável pelas entrevistas com relevantes figuras da imprensa escrita, como Ibrahim Sued, cuja entrevista foi publicada no primeiro número do *Pasquim* em junho de 1969, e Alceu Amoroso Lima, em setembro do mesmo ano (Medeiros, 2003).

O papel de jornalista que cumpre a função de descobridor de talentos musicais coube a Cabral também na condição de produtor musical. A redescoberta de compositores no ostracismo foi um dos aspectos mais marcantes em sua trajetória no campo da música popular brasileira. Seja na realização de entrevistas, seja na produção de matérias jornalísticas sobre compositores consagrados entre as décadas de 1920 e 1940 e os fundadores e precursores das escolas de samba cariocas, Cabral promoveu uma espécie de “redescoberta” da música popular a partir de seus “compositores autênticos”: Ismael Silva (1905-1978), Cartola (1908-1980), Nelson Cavaquinho (1911-1986) e Zé Keti (1921-1999) (Fernandes, 2010: 194). A busca pelas origens da música brasileira, pelos gêneros matriciais ou pelas raízes folclóricas, era o objetivo de suas reflexões e, em alguma medida, repercutiu em pesquisas acadêmicas que abarcariam a música popular como objeto de estudo a partir do final da década de 1970.

Autor do prefácio de “As Escolas de Samba”, publicado em 1974, Lúcio Rangel destaca a capacidade de Cabral em comover os seus leitores com “os verdadeiros criadores da nossa música popular, os autênticos, um Cartola ou um Nelson Cavaquinho”. Esse trecho do prefácio permite que seja retomado o debate sobre a permanência da questão da “tradição” e da “autenticidade” na escrita da história da música brasileira. “A emergência de novas camadas de consumidores, a situação da cultura de matiz nacionalista e a redefinição do papel do artista e do intelectual no conjunto da sociedade” (Napolitano, 1998: 98) foram alguns elementos que promoveram uma reconfiguração da relação entre artistas e o mercado durante a década de 1960. Após os debates suscitados pela Bossa Nova, no final da década de 1950 e no início dos anos 1960, as canções dos festivais e as canções vinculadas a movimentos que refletiam a internacionalização do mercado de bens culturais, como exemplo pode ser citada a Jovem Guarda, contribuíram para a construção de novos parâmetros estéticos. Em um período

de turbulências no plano político, novas movimentações de produtores culturais mobilizaram o campo musical brasileiro, tendo em vista que

se a implantação do regime militar foi o estopim, o combustível foi um outro processo: a reestruturação da indústria cultural brasileira. A inserção da música popular no circuito de um consumo renovado, processo no qual os programas musicais da televisão tiveram um papel fundamental, exigia a redefinição da sua identidade histórica (Napolitano, 1998: 94).

Música popular brasileira, seus criadores, seus mártires, seus intérpretes

Publicado em 1979, no âmbito das publicações da Coleção Edições do Pasquim, o “ABC do Sérgio Cabral” apresenta na orelha do livro o texto de Jaguar, editor da coleção acima citada. Jaguar enfatiza o caráter boêmio do autor, característica que teria facilitado o acesso às informações do meio musical apresentado no livro. Cabral é definido como um “carioca-padrão”, por preferir uma “loura gelada” em detrimento do “batente”, e sua escrita, em “fluente cariocês”, é cotejada com uma conversa na mesa do bar. No texto da quarta capa, o jornalista e produtor cultural Roberto Moura, crítico de música popular dos jornais *O Dia* e *Pasquim* e autor dos livros “A Casa da Tia Ciata e a Pequena África do Rio de Janeiro” (1983), “Carnaval – da redentora à praça do Apocalipse” (1986), “MPB – caminhos da arte brasileira mais reconhecida no mundo” (1998), entre outros, afirma que a atuação de Cabral “descende diretamente de Lúcio Rangel”, e elenca semelhanças entre os dois jornalistas: o *Diário Carioca* como “escola”, o aspecto “bairrista” de seus textos que permaneceram “indelevelmente cariocas”, a proximidade ao objeto de suas análises, a “imensa brasilidade” e o “sentimento de defesa de nossos valores”.

Enquanto Jaguar define o livro como um “roteiro da malandragem”, Ferreira Gullar afirma no prefácio que, embora não queira se tornar um historiador, por ser “jornalista aberto ao que há de engraçado, poético e humano”, Cabral conta a história da cultura urbana carioca. De acordo com Gullar, devido à sua intimidade com as figuras ligadas ao ambiente cultural que o próprio contribui para fecundar, o autor do livro torna o povo o personagem central de sua história da “música popular brasileira, seus criadores, seus mártires, seus intérpretes; o carnaval, o disco, o rádio, as escolas de samba” (Cabral, 1979:7).

Composto por 24 capítulos, “ABC do Sérgio Cabral: um desfile dos craques da MPB” reúne textos, em sua maioria, anteriormente publicados na imprensa escrita. À exceção dos três textos inéditos, um deles censurado em agosto de 1975, que seria publicado na revista *Cadernos de Opinião*, os capítulos do livro foram originalmente publicados: no jornal *O*

Globo (nove capítulos), na série “História das Escolas de Samba” (cinco capítulos), no *Pasquim* (três capítulos), no *Jornal do Brasil*, no *Tribuna de Imprensa*, na *Revista Homem* e na revista *Realidade* (um capítulo publicado em cada um desses veículos da imprensa escrita).

Os textos coligidos contemplam 17 anos de sua atividade jornalística (1961-1978). O capítulo “U de Um pioneiro do samba” dedicado a José Luís de Moraes, o Caninha, havia sido publicado em 1961 no *Jornal do Brasil* na semana posterior ao falecimento do compositor. Para uma periodização da publicação original dos textos, dividirei os capítulos de acordo com o veículo de publicação original: os textos extraídos do jornal *O Globo* foram publicados entre 1976 e 1978, a série “História das Escolas de Samba” havia sido publicada pela Rio Gráfica e Editora em 1976 e as entrevistas do *Pasquim* incorporadas ao livro foram publicadas originalmente em 1971 (capítulos “O de Ouvindo o Poeta” e “S de Sérgio Porto”) e 1977 (capítulo “T de Tempos de Bossa Nova”). Os demais capítulos foram publicados em 1963 no jornal *Tribuna da Imprensa* (capítulo “C de Conselhos para quem vai assistir a um desfile de escolas de samba em 1963”), em 1972 na revista *Realidade* (capítulo “R de Rádio Nacional, Anos 50”) e em 1977 na *Revista Homem* (capítulo “B de Banda de Ipanema”).

“ABC do Cabral” abarca diferentes modalidades de textos – anedotas, entrevistas, trajetórias de artistas da música popular brasileira, breves análises de conjuntos de obras –, por isso também será proposto um mapeamento dos formatos apresentados no decorrer da obra. Foram listadas 12 entrevistas, entre as quais duas são fictícias – com Carlos Drummond de Andrade, no capítulo “O de Ouvindo o Poeta”, e Sérgio Porto, ambas publicadas no *Pasquim* em 1971 –, cinco foram publicadas na série “História das Escolas de Samba” e quatro no jornal *O Globo*, além de uma entrevista de João Donato e Milton Banana publicada no *Pasquim* em 1977.

Cada capítulo conta com uma introdução, a qual apresenta de forma breve data e local de nascimento do artista tratado no texto. As anedotas, em sua maioria, fazem referência aos artistas da música popular, mas há espaço para outros temas de um universo de símbolos relacionados ao “nacional-popular”. Em “V de Vasco da Gama”, capítulo originalmente publicado no jornal *O Globo* em 1977, Cabral dedica-se a escrever a história das campanhas populares do clube carioca, a saber, a defesa da entrada de moradores da Zona Norte, operários negros, no time que competiu no Campeonato Carioca de 1923 e a construção de um estádio particular. Em “P de Phono-Arte”, há uma breve trajetória de Cruz Cordeiro, criador da revista “Phono-Arte”, lançada em 1931. O capítulo é voltado para explicitar as múltiplas formas de ligação de Cruz Cordeiro com a música popular, seja na imprensa escrita,

como editor da “Phono-Arte”, colaborador da “Revista de Música Popular” e crítico musical, seja na gravadora RCA Victor como produtor musical.

As caricaturas de Nássara, também membro da equipe do *Pasquim*, estão em diversos capítulos do livro: “G de Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira”, “H de Historinhas”, “J de João de Barro”, “L de Lúcio Alves”, “V de Vasco da Gama” e na “entrevista psicografada” com Sérgio Porto. Em “V de Vasco da Gama”, a primeira página do capítulo mostra a caricatura de Cabral com a camisa do clube. No capítulo “H de Historinhas”, além de fotografias de Jota Canseira e Jacob Bandolim, portando seu instrumento, há caricaturas de Lúcio Rangel, Zé Ketí, Tom Jobim, Jamelão, Jorge Veiga, Sérgio Porto, Artur Moreira Lima, Aracy de Almeida, Noel Rosa, Nelson Cavaquinho, Bororó, Vinicius de Moraes e Ari Barroso, protagonistas de anedotas e das narrativas sobre a história da música popular brasileira empreendida por Sérgio Cabral.

Nesse capítulo há uma sequência de anedotas envolvendo diversos nomes da música popular, a começar por Lúcio Rangel, definido como “grande historiador de nossa música popular e crítico” e “Mestre” por Cabral. As escolas de samba, tema fundamental do primeiro livro de Cabral, são também relevantes no “desfile de craques”. As menções a diferentes agremiações carnavalescas são apresentadas a partir das trajetórias biográficas dos sambistas: Alvaiade e Zé Ketí, da Portela; Duduca do Salgueiro; Ivone Lara, do Prazer da Serrinha e do Império Serrano; Cartola, do Bloco dos Arengueiros e da Mangueira; Caninha, fundador do rancho Dois de Ouro; e Raul Marques, integrante de diversas agremiações, como Unidos da Saúde, Recreio de Ramos e Prazer da Serrinha. Os “pioneiros” recebem o tratamento de responsáveis pela consolidação das escolas de samba no cenário cultural brasileiro. Os sambistas entrevistados responderam as perguntas de Cabral sobre a entrada na agremiação, sua participação e as redes de contato com outros compositores. O carnaval e o sistema de rádio são dois balizadores fundamentais para a construção do panteão de artistas da música popular brasileira. Embora nem todos os capítulos sejam dedicados a personagens da música popular, o livro está voltado para apresentar figuras fundamentais na “autêntica” da cultura brasileira.

No capítulo “C de Conselhos para quem vai a um desfile de escolas de samba em 1963” são elencados os enredos das agremiações Beija-Flor de Nilópolis, Unidos de Bangu, União de Jacarepaguá, Portela, Mangueira, Império Serrano, Mocidade Independente, Acadêmicos do Salgueiro e Aprendizes de Lucas. O desfile, o primeiro realizado na Avenida Presidente Vargas, foi vencido pelo Salgueiro com a introdução de alas coreografadas que

dançavam minueto. Cabral destaca neste capítulo os principais sambistas dessas agremiações, todas do “grupo 1” das escolas de samba do Rio de Janeiro, tecendo comentários elogiosos às renomadas escolas, as quais concentram compositores de “primeira categoria”.

Ao iniciar o capítulo “B de Banda de Ipanema” com uma composição sua e de Rildo Hora que homenageia o bloco, Cabral explicita sua ligação com o universo carnavalesco retratado. Aliás, o referido capítulo, escrito na primeira pessoa, não passa de uma exposição de alguns elementos recorrentes da Banda de Ipanema, a exposição de fatos históricos é marcada pelo predominante tom de testemunho. Cabral, nesse texto publicado originalmente na *Revista Homem* em 1977, relata a história dessa instituição do carnaval de rua carioca e lista padrinhos e madrinhas de grande renome da Banda de Ipanema, como Lúcio Rangel, Nássara, Eneida de Moraes e Carlos Alberto Ferreira Braga (João de Barro). Na primeira fotografia apresentada no capítulo, é possível conferir a presença de Cartola e Albino Pinheiro, fundador da Banda de Ipanema, à frente de uma faixa com os dizeres “Banda de Ipanema saúda o povo e pede passagem”; a segunda fotografia mostra um grande número de foliões na Banda de Ipanema. O panegírico de Cabral identifica na figura de Albino Pinheiro, à época diretor do Teatro João Caetano, e no caráter carnavalesco dos demais componentes os motivos da permanência da Banda de Ipanema, fundada em 1965, como marco cultural da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Cabral, a criação da Banda de Ipanema promoveu um renascimento do carnaval de rua “espontâneo”. Seu comentário vituperativo no encerramento do capítulo direciona-se contra os críticos de carnaval que fazem “programas de turista” ao privilegiar apenas o desfile das escolas de samba sem percorrer as ruas da cidade, sem conhecer as manifestações de milhares de pessoas fantasiadas nos subúrbios (Cabral, 1979:25).

Três textos inéditos compõem a coletânea de Cabral: “G de Getúlio Vargas e a Música Popular Brasileira”, censurado em 1975 quando seria publicado pela revista *Cadernos de Opinião*, “Historinhas” e “F de Formigão”, que é, nas palavras do autor, um capítulo “feito apenas de lembranças de Ciro Monteiro”. A caricatura de Getúlio Vargas com um charuto ao lado de um rádio, de autoria de Nássara, abre o capítulo sobre as relações do presidente com a música popular brasileira. O capítulo, após uma pequena introdução que questiona os motivos de censura à publicação original do texto, trata do *lockout* das emissoras de rádio. A Sociedade Brasileiro de Autores Teatrais (SBAT) pretendia o cumprimento da chamada Lei Getúlio Vargas de 1928 para defesa dos interesses de artistas e autores. De acordo com a proposta do então deputado gaúcho, deveriam ser válidas as disposições do Código Comercial

para a realização de espetáculos com fins lucrativos. Cabral lista os discos lançados após 1930 pela RCA Victor favoráveis à figura política de Getúlio Vargas, assim como apresenta as letras de sambas e de marchinhas que promoveram uma inserção desse personagem político no imaginário coletivo a partir do universo musical. As recepções promovidas no Palácio Guanabara, com a presença de cantores populares, como Mário Reis, e as subvenções para sociedade, ranchos e escolas de samba pelo prefeito do Rio de Janeiro em 1932, Pedro Ernesto, são apontadas como exemplos da aproximação de Getúlio Vargas com artistas da música popular brasileira. O capítulo é encerrado com o samba da Mangueira, composto por Pandeirinho para o carnaval de 1956, cujo título era “O grande presidente”.

Sobre Ciro Monteiro, Cabral dedica o capítulo “F de Formigão” para contar algumas anedotas do cantor. As subdivisões do capítulo foram intituladas “Inéditos”, sobre sambas inéditos de Ciro Monteiro, “Ciro e o avião”, “A vida dos objetos”, “Vasco x Flamengo”, “Bis” e “A última”, sobre a piada que fez com o médico que perguntou o seu nome e o cantor respondeu que era Roberto Carlos. No texto de introdução desse capítulo, há menção a duas provas do nível de reconhecimento de Ciro Monteiro no meio musical, a declaração de Vinicius de Moraes que hesitaria entre Pixinguinha e Ciro Monteiro se alguém perguntasse quem ele gostaria de ser e a enquete promovida por Flávio Porto na revista *Manchete* com 20 pessoas ligadas à música, na qual Ciro Monteiro figurou em todas as listas como um dos maiores cantores brasileiros.

Conclusão

Não foi realizada uma análise da recepção do livro “ABC do Cabral – um desfile de craques da MPB” neste trabalho, tampouco foram propostas generalizações a respeito do papel intelectual de Cabral, pois o objetivo dessas reflexões era promover uma análise a respeito de um objeto específico: o livro publicado no final da década de 1970 por um dos principais autores da história de ampla circulação da música popular brasileira. As ações no campo intelectual são orientadas pelas relações que os intelectuais mantêm em relação a seus pares, portanto as autoridades intelectuais assumem o papel de organizadores em competição pela consagração e pela legitimidade. Inserida nessa estrutura dinâmica de disputas, a escrita da história pode ser compreendida a partir da historicidade da história (Certeau, 1982).

Ao comentar sobre o carnaval de rua nos subúrbios cariocas, Sérgio Cabral avisa ao leitor que encontrará “um gordinho, de olheiras, bermudas e camisa do glorioso Clube de

Regatas Vasco da Fama (recebida do zagueiro Fontana, depois de uma memorável vitória sobre o Botafogo), um carioca, enfim que se assina Sérgio Cabral” (Cabral, 1979:25). O autor nas entrevistas e nas anedotas mostra-se imbricado nas relações com aqueles que se tornariam personagens de sua narrativa. Assim como na escrita da história da música empreendida pelos autores da “primeira geração” de historiadores da música popular urbana, Cabral valoriza o papel da “testemunha ocular”, transforma o seu testemunho em “ícone da verdade” (Sarlo, 2007). Esse material elaborado por memorialistas e cronistas, historiadores não acadêmicos responsáveis pela escrita de narrativas da história da música popular brasileira passou a ser tratado em pesquisas acadêmicas como fontes primárias ou secundárias, sendo necessário analisar esse material a partir de um método de crítica da escrita da história (Napolitano, 2000).

Embora não seja uma obra elaborada com o intuito de propor uma definição sobre Música Popular Brasileira, o “ABC do Cabral: um desfile de craques da MPB” pode ser analisado em conjunto com reflexões contemporâneas sobre a narrativa da história da música brasileira. No cerne dos debates acerca da construção dessa categoria, encontra-se o enquadramento da memória para a criação de um panteão dos personagens da MPB consolidado a partir das décadas de 1960 e 1970, privilegiando as trajetórias biográficas de artistas apresentados como fundamentais para a história da música popular brasileira. A emergência de intensas discussões sobre a cultura brasileira esteve atrelada, nesse contexto histórico, às transformações na indústria cultural e à retomada da busca pela identidade nacional, a qual se conjugava com a temática do “nacional” e do “popular” (Ortiz, 1991).

Os processos de legitimação de artistas, obras, movimentos e gêneros perpassam por diversas instituições e agentes, porém a escrita da história é central como elemento de análise para a compreensão da construção de um sentido das narrativas que englobam um contínuo temporal homogêneo. Cabral em seu discurso histórico legitima um determinado conjunto de artistas, procedimento “necessariamente diacrônico, marcado por descontinuidades, monumentalizações, lugares de memória e invenção de tradições” (Napolitano, 2007: 167), em um contexto histórico de redefinição dos conceitos “popular” e “nacional” com o advento de uma cultura popular de massa (Ortiz, 1991). O “desfile de craques” apresenta nomes consagrados e autores relegados, em relação a esses, pode-se concluir que o compromisso de resgate de Cabral foi firmado apenas com a história daqueles músicos considerados “autênticos” e “populares”.

Referências bibliográficas

- BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular brasileira*. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, Departamento de História. São Paulo, 2011.
- CABRAL, Sérgio. *ABC do Sérgio Cabral: um desfile dos craques da MPB*. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FERNANDES, Dmitri Cerboncini. *A inteligência da música popular: a autenticidade no samba e no choro*. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia. São Paulo, 2010.
- MEDEIROS, Ana Lúcia Gomes. *Pasquim, anos 70 & entrevistas, um jogo de poder e sedução*. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina – Departamento de Língua e Literatura Vernáculas. Florianópolis, 2003.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. MPB, o Quê? Breve história antropológica de um nome, que virou sigla, que virou nome. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, v. 116, p. 1-12, 2009.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. Os primeiros historiadores da música popular urbana no Brasil. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, p.117-133, 2006.
- NAPOLITANO, Marcos. Invenção da Música Popular Brasileira: Um Campo de Reflexão para a História Social. *Latin American Music Review / Revista de Música Latinoamericana*, Austin, v. 19, n. 1, p. 92-105, 1998.
- _____. História e música popular: um mapa de leituras e questões. *Revista de História*, São Paulo, n.157, p.153-171, 2007.
- NAPOLITANO, Marcos e WASSERMAN, Maria Clara. Desde que o samba é samba: a questão das origens no debate historiográfico sobre a música popular brasileira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, nº 39, p.167-189, 2000.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Produção Cinematográfica e História Pública: Chico Rei (1985)

Rodrigo de Almeida Ferreira¹

A inter-relação entre História e indústria cinematográfica é recorrente. Acontecimentos do passado ou episódios do tempo presente frequentemente são abordados em gêneros ficcionais e documentários. Os avanços tecnológicos, especialmente a partir da década de 1970, fizeram com que a audiência de filmes com temáticas históricas crescesse consideravelmente, chegando ao espaço privado e se popularizando como prática pedagógica².

Não obstante, são reconhecidas as críticas às películas nessa seara, sobretudo quanto a incorreções históricas e abordagens superficiais do passado. Inerente a esse cenário, permanece a pergunta sobre relação entre o cinema e história, ou seja, a maneira como a história tem sido abordada nessas adaptações fílmicas e qual o seu impacto quanto ao conhecimento histórico.

O presente artigo propõe algumas reflexões relativas a circularidade do conhecimento histórico sob o viés das representações históricas realizadas pelo cinema. O exercício seguirá a perspectiva do conceito de *história pública*, tomado em interface com os filmes de gênero histórico³. Tal associação deve-se ao entendimento das produções audiovisuais como sendo um significativo campo desta relação.

Para tanto, será abordado o filme *Chico Rei*, dirigido por Walter Lima Júnior e lançado em 1985. Trata-se de um filme de gênero histórico que narra a lenda de Galanga (ou Chico Rei, como foi rebatizado pelos cristãos), um rei tribal africano capturado e vendido como escravo para servir na capitania de Minas. Galanga/Chico Rei obteve sua alforria e a de outros companheiros de cativeiro, reestabelecendo, dessa maneira, laços de solidariedade no novo continente. Embora inexistam registros coevos sobre a vida de Galanga/Chico Rei, a narrativa

¹ Centro Universitário UNA/BH. Doutorando em Educação pela FAE/UFMG, sob orientação de Thais N. de L. e Fonseca; em co-orientação de Eduardo V. Morettin pela ECA/USP; desenvolvendo a pesquisa *Educação e História pública: o cinema e a circularidade do conhecimento histórico em Xica da Silva (1976) e Chico Rei (1985)*.

² Muitos são os trabalhos relativos ao uso do filme no processo educacional escolar; dentre outros, cf.: SERRANO, 1931; NAPOLITANO, 2008; DUARTE, 2009.

³ Segue-se a proposição feita por José Maria Caparrós Lera, que define três tipos de filmes históricos: 1º) com valor histórico ou sociológico, mas que não tem intenção de ser uma representação histórica; 2º) gênero histórico, que se sustenta em acontecimentos históricos, porém sem se ater a uma rigorosa reconstituição; 3º) com intencionalidade histórica, cujo objetivo é representar um acontecimento, sendo elaborado com maior rigor em termos acadêmicos, resguardadas as liberdades autorais; cf.: LERA, 1997.

se desenvolve em meio à sociedade mineira setecentista, ou seja, contextualizada em um período histórico cujas características – tais como escravidão; relações colônia-metrópole; revoltas coloniais – são largamente pesquisadas pela historiografia. Portanto, um filme que revela a circularidade do conhecimento histórico acadêmico e popular, contribuindo para o conhecimento do passado, ao mesmo tempo em que parece ajudar a construir esse conhecimento.

A História Pública e o Cinema

A história pública tem seu surgimento identificado na Inglaterra, nos anos 1970, no contexto de renovação nas metodologias das pesquisas historiográficas corrente naqueles anos. Na Europa, emergiu como prática do uso público da história com fins nitidamente político-ideológicos, influenciados pela ideia de uma história que possa interferir nas relações políticas e sociais, como exemplificam os filmes produzidos por um grupo de cineastas-historiadores composto por Abrash & Walkowitz (1994). Nos Estados Unidos, por outra via, tem-se associado a história pública ao uso público da história; logo, menos ligada ao âmbito das políticas públicas⁴. Em todo o caso, uma das premissas fundamentais da história pública naquele momento era levar o conhecimento histórico para além dos limites dos portões universitários, atingindo um público mais amplo e não especialista.

O conceito de história pública, portanto, não é novo. No Brasil, porém, a temática é incipiente⁵. Isso não significa que não sejam produzidos trabalhos nesse campo, afinal, sinteticamente pode-se entender história pública como produção de conhecimento histórico, realizada não exclusivamente por um historiador, com ampla circulação na sociedade.

Como reflexo do aprofundamento da discussão, deve-se; sem discordar da bandeira reivindicatória de ampliação dos públicos para o conhecimento histórico; pensar a história pública para além dessa perspectiva. Do contrário, seria reduzi-la a mecanismos de divulgação da historiografia acadêmica.

Destaca-se, nessa discussão, a maneira de execução de trabalhos em história pública. Conforme indicado, não se trata de um trabalho exclusivo de historiadores. Não obstante, isso

⁴ Cf.: ALMEIDA; ROVAI, 2011.

⁵ Destacam-se nesse processo o *Curso de Introdução à História Pública*, ocorrido na Universidade de São Paulo, em fevereiro de 2011, promovido pelo Núcleo de Estudos em História da Cultura Intelectual. Em julho de 2012, o Departamento de História da Universidade de São Paulo realizou o *Simpósio Internacional de História Pública: a história e seus públicos*. Menciona-se, ainda, a publicação *Introdução à História Pública*; cf.: ALMEIDA; ROVAI, 2011.

não implica na desqualificação da ciência histórica em favor da emergência da história pública. Antes o contrário, quanto maior o leque de áreas pesquisando de modo reflexivo o passado e promovendo a divulgação dessas pesquisas, mais amplo será a circularidade do conhecimento histórico, favorecendo o desenvolvimento da cultura histórica. Sob este prisma, reitera-se a assertiva de Jill Liddington de que

(...) a história pública é menos sobre ‘quem’ ou o ‘que’, e muito mais sobre ‘como’. Nem tanto um substantivo, principalmente um verbo. A história pública tem importância real e urgente, dada a crescente popularidade das representações do passado nos dias de hoje. Em um contexto de segmentação acadêmica e profissionalização restrita, os historiadores públicos podem fornecer uma mediação necessária, inspiradora e revigorante entre o passado e seus públicos. (LIDDINGTON, 2011: p.50)

O fundamental é estabelecer uma ponte entre a reflexão sobre o saber histórico produzido na academia, e também pelos não acadêmicos, e as maneiras de divulgação dessas pesquisas. Claro está que a história pública se fortalece em meio ao desenvolvimento das formas de comunicação, cada vez mais efetivas, rápidas e acessíveis a um maior número de pessoas. Nesse sentido, acredita-se que o cinema possui um papel destacado, já que influencia no processo de educação da sociedade⁶.

Observa-se que o potencial divulgador do conhecimento pelo cinema já havia sido percebido por educadores e autoridades políticas, como exemplifica a criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE; 1937). Em 1977, a Embrafilme – empresa voltada para o mercado cinematográfico nacional – desenvolveu o projeto para produção de filmes com temáticas históricas, ressaltando a perspectiva da afirmação da nossa identidade nacional.

Para se inscrever no programa, o produtor deveria submeter roteiro detalhado (pesquisa histórica, cenografia, figurinos, desenho de produção, orçamento e cronograma). A Embrafilme financiaria, ainda, seriados televisivos. Infere-se a intenção governamental em aproveitar a ampla audiência deste canal de comunicação em expansão no país. Como no caso dos projetos fílmicos, foi intensa a procura. Contudo, a negociação para exibição da série não se desenvolveu como esperado (AMANCIO, 2000: p.92).

Retomando a ideia de história pública, percebe-se nessas ações da Embrafilme a preocupação com a memória e identidade nacionais. A recomendação da empresa em sustentar a aprovação deste tipo de projeto ao desenvolvimento de detalhadas pesquisas históricas indica o diálogo com o um saber histórico constituído, tanto aquele produzido na

⁶ Cf.: FERREIRA, 2001: p.208.

esfera acadêmica quanto o não acadêmico. O filme *Chico Rei* exemplifica essa circularidade de informações e construção do conhecimento histórico.

***Chico Rei* e a Circularidade do Conhecimento Histórico**

Conforme assinalado inicialmente, não há registros oficiais referentes ao negro Galanga/Chico Rei. No entanto, é possível reconhecer sua presença no imaginário popular, sobretudo por dois aspectos. O primeiro pela luta e resistência negra contra a escravidão para além da violência e/ou a fuga, lançando mão de táticas inerentes ao próprio sistema escravista. Para o diretor Walter Lima Júnior, essa característica era um diferencial na história em relação a uma tipologia da história da escravidão brasileira:

Na verdade, Chico Rei é um mito que não atinge a consciência nacional como Zumbi dos Palmares, que eu, particularmente, acho totalmente enganoso, já que passa um sentimento separatista e de derrota. Chico Rei, ao contrário, é um mito da conciliação, onde o negro usa o próprio sistema, tirando proveito dele e fazendo a sua liberdade. (CORREIO BRASILIENSE, 13/05/1988, p.32)

O segundo aspecto recai na memória festiva ligada às tradicionais congadas, remanescentes do período da América portuguesa, quando as irmandades religiosas negras realizavam os festejos em homenagem ao seu santo de devoção criando uma corte real. Essa inversão na sociedade escravista, quando os negros se tornavam rei e rainha, era tolerada e, de certo modo, necessária para a manutenção da ordem nas cidades, vilas e arraiais⁷. Não obstante, é comum associarem a coroação do rei negro à lenda de Chico Rei. Ainda hoje, onde essa festa ocorre, é possível ouvir explicação nesse sentido⁸.

A permanência desse imaginário pode ser constatada na peça *Maracatu Chico Rei*, composta por Francisco Mignone e encenada em 1ª audição no Rio de Janeiro, em outubro de 1934. Ainda que tenha adentro o universo musical erudito, a perspectiva festiva-folclórica permaneceu nas abordagens sobre Chico Rei até meados de 1960, como atestam menções em publicações sobre congadas e reisados.

Mas, em 1966, um romance histórico redigido por Agripa Vasconcelos estabeleceu uma nova abordagem para a história de Chico Rei. O livro integra a coleção *Sagas do País das Gerais: romances históricos*, todos de autoria do autor, lançados pela editora Itatiaia. Vale

⁷ Para as irmandades religiosas, cf.: RAMOS, 1996; BOSCHI; 1986.

⁸ Para as festas negras no Brasil colonial, especialmente a congada, cf.: SOUZA, 2002.

destacar na primeira edição a apresentação de orelha acerca do conflito entre a verdade e a lenda sobre Chico Rei. Sobressaem-se os méritos do autor por pautar seu texto na documentação, onde as liberdades ficcionais não são aleatórias.

No mesmo período, outra abordagem a essa trama é representada. Dessa vez, no âmbito bastante popular. No carnaval de 1963-64, a escola de samba carioca Acadêmicos do Sanguê encenou o samba-enredo *O Sonho Dourado de Chico Rei*. O desfile, a cargo do carnavalesco Arlindo Rodrigues, reiterava os elementos da narrativa popular e literária.

Lendária ou calcada em evidências históricas, a trama de Galanga/Chico Rei circulava entre as memórias de comunidades mineiras, de literatos, de historiadores e mesmo de foliões carnavalescos. A heroificação do negro Galanga/Chico Rei é compreensível diante da realidade escravocrata que consumiu a maior parte da história brasileira. O protagonista se tornava um exemplo de inteligência, resistência e coragem, mesmo nas condições mais adversas, o que ajuda a explicar sua presença no imaginário social⁹. Essa rica fonte de inspiração foi base para que produtores propusessem filmar a história. Assim, em 1977, a produtora *StopFilm*, representada por Jorge Bodansky, apresentou o projeto *Chico Rei*.

A sinopse, no entanto, apresenta fatos e personagens históricos muitas vezes descontextualizados. O conhecimento histórico circulante sobre Chico Rei é respeitado. Mas, ao associá-lo ao grupo da Inconfidência Mineira, perpassando por elementos “da cultura (Aleijadinho, etc.), o folclore (congadas, etc.) e a religião (cultos africanos, etc.)”¹⁰, explicita-se o interesse mercadológico dos produtores.

Ainda assim, assinou-se contrato em novembro de 1977, onde a *StopFilm* aparece como produtora, enquanto a *Embrafilme* como co-produtora e distribuidora¹¹. Um adendo contratual ocorreu em 27 de agosto de 1978, quando a *StopFilm* assumiu sua associação com a *Provobis*, representante de um grupo televisivo alemão, ligado a Igreja Católica e com experiência em séries televisivas, muitas delas com fins educativos¹².

Walter Lima Júnior foi, então, convidado para assumir a direção do projeto¹³. Quase uma década depois do lançamento de *Chico Rei* em festivais, o diretor relembra que não

⁹ Cf.: BACZKO, 1985.

¹⁰ Cf.: Fundo Ancine/Embrafilme, série 110.1/00412, Cinemateca Brasileira/SP.

¹¹ Cf.: Fundo Ancine/Embrafilme, série 110.1/00474, fls. 51-58, Cinemateca Brasileira/SP.

¹² A tradução juramentada deste documento data de 12 de abril de 1979; cf.: Fundo Ancine/Embrafilme, série 110.1/00474, Cinemateca Brasileira/SP.

¹³ Para biografia do diretor, cf.: MATTOS, 2002.

concordava com as alterações históricas por entender que mexia com o inconsciente nacional e, por isso, só aceitou o projeto mediante liberdade para alterar o roteiro¹⁴.

A crítica do diretor ao excesso de adaptações no roteiro original revela seu entendimento do filme de temática histórica como mediador do conhecimento histórico, exigindo, portanto, que o trabalho de direção fosse realizado com cuidados redobrados e respeito a uma produção especializada sobre o tema.

Durante a produção, após vários desentendimentos entre a produtora alemã e os parceiros brasileiros, ocorreu a ruptura da coprodução, levando a paralização das filmagens quando estavam na reta final. Depois de um complicado processo, o filme foi finalizado pelo diretor com a intervenção financeira da Embrafilme, sendo lançado em 1985.

Interfaces entre a narrativa fílmica e a narrativa histórica em *Chico Rei* permitem relevantes reflexões acerca da produção cinematográfica de gênero histórico e a história pública. Um primeiro aspecto diz respeito aos letreiros de abertura e fechamento. O filme abre com uma explicação sobre a escravidão: “durante três séculos perto de dois milhões de africanos foram transportados como escravos para o Brasil colonial português. Destituídos de qualquer direito, trabalhando sem descanso, e com um curto período de vida, os negros tudo fizeram para manter viva sua fé na liberdade”. Um segundo letreiro aparece referenciando os embasamentos para a construção do roteiro: “baseado em argumento de Mário Prata; na tradição oral mineira; na poesia de Cecília Meireles e na memória do negro brasileiro”. Nos créditos finais, surge uma tela com o seguinte título: “Fontes Essenciais de Consulta”, sendo citados livros de referência sobre a escravidão brasileira; africana e o texto de Agripa Vasconcelos¹⁵. Os três letreiros revelam a preocupação em se construir uma narrativa fílmica balizada.

Percebe-se a confluência de três tipos dessas fontes: 1ª) a historiografia referente à escravidão – como corrente em finais dos anos 1970, era predominantemente marxista e analisa a sociedade colonial escravocrata privilegiando os aspectos econômicos; 2ª) o romance-histórico, nomeadamente o trabalho de Agripa Vasconcelos que, conforme visto, procurava se valer da pesquisa em sua redação, minimizando os aspectos ficcionais e lendários, e; 3ª) a memória, sustentada na oralidade e práticas culturais, especialmente

¹⁴ Cf.: *Revista Quadro A Quadro*, 1994, p.26.

¹⁵A tela cita dessa maneira: Maurílio de Gouveia: *História da Escravidão*; Nina Rodrigues: *Os Africanos no Brasil*; Jacob Gorender: *O Escravismo Colonial*; Arthur Ramos: *O Negro na Civilização Brasileira*; Roger Bastide: *As Religiões Africanas no Brasil*; Agripa Vasconcelos: *Chico Rei*; Frantz Fanon: *Os Condenados da Terra*.

relativas à população negra. A inter-relação dessas tipologias permite inferir que, apesar da preocupação com as fontes, a produção do filme não cria uma hierarquia entre elas, uma vez que convivem trabalhos acadêmicos e a tradição oral mineira.

No desenvolvimento da película, Walter Lima Júnior faz jus à sua fama de cineasta lírico e poético. As sequências iniciais indicam a tônica de sua representação sobre a história da escravidão e de luta. Ao primeiro letreiro, segue-se um plano aberto que acompanha três negros acorrentados correndo. Então, uma tomada vertical, por sobre uma pedra, em meio a sonorização, aparece o título “Chico Rei”, e focaliza os braços dos negros escalando essa pedra. Em meio ao segundo letreiro e aos créditos iniciais de atores, os negros são focalizados quebrando as correntes que os prendem/unem. Nenhuma palavra é dita, apenas *close* em suas faces sorridentes. Um corte para plano aberto das montanhas, onde negros constroem muros de pedras que são fortificados com paliçadas. À abertura da câmera, é possível ver outros negros nesse trabalho, enquanto ocorre o enquadramento de dois negros tocando tambor para uma coreografia frenética de um terceiro negro. É o quilombo, cujo significado para os escravos ultrapassava o local de refúgio de cativos. Para esses fugitivos, quilombo trazia a ideia de liberdade. Para o espectador, o significado da cena parece claro; ainda que ele nunca tenha ouvido falar de quilombo. Esse procedimento lírico do diretor segue uma convicção sua ao filmar: “não se coloca na boca tudo o que você quer dizer. Deve-se deixar que o público sinta, pois ele entende a linguagem e o diretor também. Há uma cumplicidade”¹⁶.

O filme apresenta múltiplos acontecimentos históricos. A cena do batismo forçado e coletivo dos negros, ainda em África, destaca o papel da Igreja Católica nos negócios do escravismo. Um padre espanhol acompanha o embarque dos negros e segue com Galanga/Chico Rei para o Brasil, mas sua crise de consciência o leva a ponderações críticas sobre o tráfico humano.

A travessia em navios negreiros, popularmente conhecidos como *tumbeiros*, também é emblemática. Ainda que Galanga não tenha existido de fato, milhões de negros foram arrancados da África e transportados para a América. No filme, o tema circula sob variadas fontes, como o livro de Agripa Vasconcelos e a iconografia oitocentista. Em *Chico Rei*, as cenas no tumbeiro contêm os problemas possíveis em alto mar: péssimas condições de transporte; fome e sede; sadismo dos carcereiros; revoltas; estupros; tempestade. Certamente, são sequências fortes e com elevado grau para conformar um conhecimento histórico, que se problematizado favorece ao espectador a reflexão sobre o escravismo e o tráfico negreiro.

¹⁶ Cf.: *Walter.doc*, documentário dirigido por Beth Fomagini e Luis Felipe Sá, 2000.

Considerações Finais

Pelo exposto, percebe-se como a relação *saber histórico/representações sociais/cinema-história* é dialética. As narrativas históricas e ficcionais presentes nos filmes são (re)apropriadas pela sociedade. Daí o cuidado necessário em avaliar o processo de construção, apropriação e (re)significação das narrativas fílmicas, especialmente quando contrapostas ao saber formalizado pela produção historiográfica. Trata-se de uma análise que valorize questões suscitadas pelo próprio filme, contextualizando o momento da produção cinematográfica.

Neste sentido, retorna a questão que sempre pauta um filme de gênero histórico: sua adequação fidedigna aos fatos passados. Contudo, acredita-se que esse não é ponto central do problema, pois:

Este proceso de invención no es, como algunos podrían sugerir, el punto débil de la película histórica, sino que de hecho es donde reside la mayor parte de su fuerza. El drama, como dijo alguien famoso, es la vida sin las partes aburridas, es decir, las películas representan de manera más laxa el pasado y estas invenciones hacen que nos interese por el período histórico representado en la película. Me refiro a invenciones tales como las condensaciones que aúnan varios caracteres y personajes en uno, el desplazamiento de un suceso desde un marco temporal a otro. (ROSENSTONE, 2008: p.12)

O essencial é perceber a potencialidade para se discutir a história, o passado, as relações sociais e políticas, presente em um filme de gênero histórico. Sob essa perspectiva, o filme *Chico Rei* parece um bom exemplo, entrelaçando a sabedoria popular por meio das tradições e oralidades; as pesquisas históricas desenvolvidas segundo critérios acadêmicos; e a ficção necessária à arte. Essas interseções instigam a discussão do passado e do presente, seja pelas suas significações históricas, seja pelos seus equívocos de representação.

Isto não significa suprimir o papel do historiador nas análises históricas, tampouco ser negligente com leituras incoerentes do passado, sejam elas produzidas pelo cinema, música ou qualquer outra área do conhecimento. É necessário manter o rigor em uma produção que lide com a história; como o fez Walter Lima Júnior ao discordar das excessivas liberdades no roteiro de Mário Prata; pois é preciso considerar que haverá uma significação pública daquele material. Nesse sentido, acredita-se no papel do cinema com temática histórica inerente ao

processo de construção da história pública, que com criticidade se volta para o desenvolvimento da cultura histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRASH, Barbara; WALKOWITZ, Daniel J. Sub/versions of history: a meditation of a film and historical, narrative. *History Workshop Journal*, 38, 1994. Disponível em: hwj.oxfordjournals.org.

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e voz, 2011.

AMÂNCIO, Tunico. *Artes e Manhas da Embrafilme: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981)*. Niterói: EdUFF, 2000.

BERNADETT, Jean-Claude. *Historiografia clássica do cinema brasileiro*. 3.ed. São Paulo: Annablume, 1995.

BOSCHI, Caio Cesar. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

DUARTE, Rosália. *Cinema e Educação*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Cinema, educação e história pública: dimensões do filme Xica da Silva. In.: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e voz, 2011.

FERRO, Marc. *Cinema e história*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KORNIS, Mônica Almeida. História e Cinema: um debate metodológico. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 237-250.

LERA, José Maria Caparrós. El cine como documento histórico, *Revista Anthropos*, nº 175, 1997.

LERA, José Maria Caparrós. *Guia del espectador de cine*. Madrid. Alianza Editorial, 2007.

LIDDINGTON, Jill. O que é História pública. In.: ALMEIDA, Juniele R.; ROVAI, Marta. *Introdução à História pública*. SP: Letra e Voz, 2011.

MATTOS, Carlos Alberto de. *Walter Lima Júnior, viver cinema*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

MORETTIN, Eduardo V. *Humberto Mauro, cinema, história*. São Paulo: Alameda, 2013.

MORETTIN, E.; SALIBA, E. T. (et.al). (Orgs). *História e Cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Donald. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. In.: REIS, João José; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

ROSENSTONE, Robert. A. Inventando la verdad histórica en la gran pantalla. In: CAMARERO, Glória; HERAS, Beatriz de las; CRUZ, Vanessa de. (orgs.). *Una ventana indiscreta: la historia desde el cine*. Madrid: Ediciones JC, 2008.

SERRANO, Jonathas; VENÂNCIO FILHO, Francisco. *Cinema e educação*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SIMIS, Anita. *Estado e Cinema no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista: história da festa da coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

VASCONCELOS, Agripa. *Chico Rei*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966;

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico*. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FONTES FILMOGRÁFICAS

Chico Rei. LIMA Jr., Walter. Embrafilme, 1985. 1 fita VHS (115 min), son., color.

Walter.doc: O Tempo é sempre Presente. FORMAGGINI, Elizabeth. 4 Eventos. 2000. VHS (55 min), son., color.

FONTES IMPRESSAS

AZEREDO, Ely. Chico Rei, o mito negro. *O Globo*, Segundo Caderno, 23 ago. 1987, p.1

BAZI, Sérgio. Chico Rei: o mito da conciliação. *Correio Brasiliense*, 13 mai. 1988, p.32

CONVERSANDO sobre cinema: Walter Lima Jr. *Revista Quadro a Quadro*. Ago.1994.

CUNHA, Wilson. A difícil luta de Chico rei. Uma bela vitória. *Jornal do Brasil*, 27 ago.1987, Caderno B, p.4.

CUNHA, Wilson. Nas telas a saga de Chico Rei. *Jornal do Brasil - Suplemento de Domingo*, 23 ago. 1987, p.24.

RACZ, George. Chico Rei: um grito de esperança e liberdade. *Revista Visão*, 26 ago.1987, p.22.

Reflexões sobre o “ofício do historiador” através dos contos de Jorge Luís Borges

Mateus Cavalcanti Melo[□]

Em *História, a arte de inventar o passado*, no início do capítulo *No castelo da história só a processos e metamorfoses, sem veredicto final*. Durval Muniz de Albuquerque Junior faz um questionamento: O que os escritos de Kafka podem ensinar a História? Não entrando nos méritos desse texto partirei desse mesmo questionamento para os escritos de Jorge Luís Borges. Será que seus contos poderiam ensinar algo a História, ou de certa forma, auxiliar – ou intrigar a maneira pela qual pensamos a historiografia, ou seja, a maneira como a História é escrita? Será mesmo que alguém que não é oriundo da área da história acadêmica pode realizar reflexões pertinentes sobre nosso próprio “ofício”, como historiadores e historiadoras?

Essa comunicação deriva de uma futura dissertação, em andamento e ainda um tanto prematura, realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, sob orientação do professor Dr.º Fernando Nicolazzi. No futuro escrito tentarei averiguar como alguns contos de Jorge Luís Borges podem apresentar reflexões pertinentes a três categorias com as quais os historiadores freqüentemente trabalham ou costumam se questionar, sendo elas: a relação entre “ficção e “realidade”, “memória” e “ofício do historiador”. Para essa comunicação o foco será na última delas, ou seja, o “ofício do historiador”, em outras palavras pretendo refletir, usando um conto específico do autor, sobre como ele, Borges, entendia a maneira como a História é escrita e como ela atinge, ou chega, a seus leitores.

Antes de avançarmos farei uma breve exposição biográfica do autor. Quando pensamos em “literatura argentina” possivelmente o primeiro nome que irá aparecer na cabeça da maior parte dos leitores é Jorge Luís Borges, ao lado de Júlio Cortázar.

[□] Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS – mestrando – bolsista CAPES

Alguns de seus leitores foram ilustres acadêmicos, certamente conhecidos pelos aqui presentes, como Michel Foucault e Jean Baudrillard.

Jorge Luís Borges nasceu em Buenos Aires, Argentina, no ano de 1899. Passou seus primeiros anos morando nessa cidade, onde apreendeu o espanhol, sua língua materna, e o inglês, que praticava com sua avó Fanny Haslam, além de adquirir o gosto pela leitura na biblioteca de seu pai. Borges recorda que o primeiro romance que leu foi *Huckberry Finn*, de Mark Twain, mais tarde viria a conhecer os contos fantásticos de E. Allan Poe, Stevenson, Kipling, e de certa forma o estilo desses escritores de língua inglesa (e de muitos outros) iria perpassar por toda sua obra¹, sobretudo no que diz respeito a escrever narrativas curtas, conhecidas como contos.

Sua primeira coletânea de contos só viria a surgir anos depois com a *História Universal da infâmia* (1935), e com o livro de ensaios filosóficos e crítico literários *História da Eternidade* (1936). Esses primeiros ensaios como contista o dariam certa maturidade para seus dois livros seguintes: *El jardín de senderos que se bifurcan* (1941) e *Artifícios* (1944), que mais tarde foram unidos em uma só obra que ganhou o nome de *Ficções* (1944). A partir daqui Borges alcança sucesso e reconhecimento no mundo da literatura, sendo traduzido para diversos idiomas (começando pelo francês e posteriormente o inglês²). Suas demais coletâneas de contos são todas um sucesso de crítica e público: *O Aleph* (1949) *O informe de Brodie*, (1970) *O livro de areia* (1975), *A memória de Shakespeare* (1982), além de uma vasta obra poética.

Agora vejamos o que estava se passando pela historiografia no mesmo período – por mais que de forma superficial - em que Borges estava produzindo seus escritos. Ao longo do século XX a História atravessa diversas reviravoltas na forma como é escrita e pensada, muito disso já em decorrência da “crise do historicismo” oriunda dos séculos XVIII e XIX. É durante esses séculos que questionamentos sobre a própria produção da História ganham mais evidência, seja por historiadores ou filósofos da História. Muitos

¹ Todas as informações contidas nesse e nos parágrafos seguintes, tem como base a leitura da biografia de Borges de Edwin Williamson, intitulada *Borges: uma vida* (Companhia das Letras, 2011), além dos comentários e escritos do próprio autor sobre sua vida, como seu célebre *Ensaio autobiográfico* (Companhia das Letras, 2009), diversas entrevistas e prefácios para as suas obras e de outros autores.

² Ver *Ensaio autobiográfico*

foram esses teóricos que se propuseram a pensar modelos que pudessem dar conta de explicar a epistemologia do método histórico, tais como Marx, Nietzsche, Hegel, Croce, Toqueville, apenas para citar alguns estudados por Hayden White em sua *meta-história*. Pensadores que em geral criticavam o modelo positivista onde a História era feita de “verdades” absolutas sobre o passado. White afirma, analisando as obras de Hegel, que o filósofo dividiria a História em “original” e “reflexiva”, sendo essa última dividida em “universal”, “pragmática” e “crítica”:

A história universal é, como ele observou, a mais poética, tomando como seu tema todo o mundo histórico conhecido e modelando-o, em resposta a formas ideais apreendidas, por metáfora, num mundo poético coerente. A historiografia paradigmática, escrita sobre o impulso de servir a alguma causa, a algum fim prático, eleva-se acima da variedade universal, visto que passa de um modo poético para um modo oratório (...) para uma consciência dos usos que uma visão do todo pode ser submetida. A produção de várias dessas visões conflitantes do processo histórico inspira uma reflexão “crítica” sobre a própria escrita histórica (...). (WHITE, 2008, p. 106)

A história passa a ter várias “visões”, ou porque não dizer “versões”, que muitas vezes serão conflitantes entre si, o que torna todo o processo historiográfico muito mais crítico, complexo e diversificado. Além das “versões” a historiografia ascendente do século XX irá se deparar com as “revisões”; de fato, um mesmo *acontecimento* histórico pode ser explorado inúmeras vezes por diferentes pesquisadores, na verdade é justamente nesse ponto que surge a “beleza” do texto e pensamento histórico. Cito Nietzsche em sua segunda consideração intempestiva: “Pelo contrário, seu valor real [texto histórico] está em inventar engenhosas variações sobre um tema provavelmente banal, em alçar melodia popular a um símbolo universal e mostrar que mundo de profundidade, força e beleza existe nele” (WHITE, 2008, p. 361) A história também passa a ter uma espécie de “função”, de tentar compreender a sociedade de forma crítica, deixando de ser uma mera admiração de um grupo de intelectuais, pelo passado (como Nietzsche também critica em sua formulação da “História antiquária”).

Também é ao longo do século XX que a história irá registrar novos interesses por certas áreas e temáticas, assim como o surgimento de novos personagens, devido principalmente a dois paradigmas dominantes entre os intelectuais da área, o “marxismo” por um lado, e a escola dos Annales por outro, com bem observa Lynn Hunt na *nova História Cultural*:

No final da década de 1950 e nos primeiros anos de 1960, um grupo de jovens historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre “a história vinda de baixo”, (...) Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, e grupos étnicos e congêneres. (HUNT, 1995, p. 2)

Não custaria para renomados pesquisadores da área desenvolvessem suas reflexões sobre as especificidades do ofício de ser historiador, ou então sobre as peculiaridades de se escrever história ao longo do século XX, como no caso de Marc Bloch, Michel de Certeau e Paul Veyne. Contudo, todas essas reflexões e mudanças na historiografia contemporânea não foram compreendidas apenas por pesquisadores da área, também foram percebidas, ou pelo menos sentidas, por outros intelectuais, como no caso do literato Jorge Luís Borges. O conto selecionado para análise demonstra a noção apurada que Borges possuía (mesmo não sendo historiador) sobre como a História é escrita e realizada; noção de que a disciplina não se trata de uma verdade absoluta sobre o passado, mas sim, constituída de interpretações, revisões, formas narrativas, hipóteses e devaneios, de seus escritores; os historiadores.

Não tenho como provar, por meio de fontes biográficas que Borges foi um leitor das correntes históricas ao longo do século XX, contudo torna-se evidente pela forma como escreve alguns de seus contos que possuía uma noção de certa “consciência histórica”, essa que por sua vez, acompanhava em grande medida o pensamento historiográfico de sua época.

No conto *A loteria da Babilônia*, parte do livro *ficções* (1944) temos um relato de um cidadão da Babilônia fictícia de Borges, que está em processo de ser exilado. Durante o conto temos a suposição de que todas as operações da vida humana dos babilônicos, ou seja, todos os acontecimentos/eventos teriam sua origem em sorteios e combinações de sorteios realizados pela loteria local. No passado (do conto) essa tradição de sorteios teria se iniciado com pequenas apostas onde ossos e pedras eram ofertados por um número X de apostadores, e após certo sorteio, um número Y (menor que X) eram recompensados em moedas de prata. O processo atrai muitos adeptos já que “o babilônico é pouco especulativo. Acata os ditames do acaso, entrega-lhes a vida,

a esperança, o terror, o pânico, mas não lhe ocorre investigar suas leis labirínticas, nem as esferas giratórias que o revelam” (BORGES, 1970, p. 51) mas, tal processo, resultava em fracasso pois gerava prejuízo a quem comandava os sorteios. Então, houve uma época em que foram atribuídas “multas” e “sanções” para jogadores “perdedores”. Assim como, nos sorteios, havia a presença de cédulas premiadas também havia as infaustas. Com o desenrolar do processo histórico dentro do conto (que nos leva a entender que foi durante séculos) essas multas passam a ser o cárcere, a mutilação, a submissão, o exílio, ou a condenação a morte – que poderia se dar no exato momento do sorteio, ou “agendada” para daqui a um século. De fato, a ascensão social de um indivíduo, ou a queda em infortúnios e amarguras de um outro, poderiam muito bem ser o resultado, benéfico ou terrível, da combinação entre uma série de sorteios.

No fundo, em minha interpretação, acredito que a *Loteria na Babilônia* seja um conto sobre o *acaso* temática que muito interessava Borges, podendo ser encontrada por outros escritos seus, ou então, é um conto sobre a existência, ou não, de uma divindade. Contudo, as “reais” intenções de um autor não limitam as diversas interpretações que podemos fazer em seus escritos, como bem nos lembra o professor José Carlos Reis em seu *História & Teoria*:

O autor entrega ao leitor as suas elucubrações com a esperança de que a cada leitura, modificadas, as suas idéias renasçam, ganhem um novo sopro de vida. O texto só se torna uma obra quando chega ao leitor, que o recria. A escrita é só um esboço para a leitura. O texto é cheio de vazios, descontinuidades. O leitor é co-autor. (REIS, 2006. p. 12)

pois afinal, se existe uma característica essencial nos contos de Borges é que esses são abertos, múltiplos e fluidos. Nunca são fechados, ou puramente conclusivos. Sempre desafiam os leitores a novas interpretações, representações e possibilidades.

Assim, não estou defendendo a idéia de que Borges foi um historiador ou escreveu como tal, pois de fato, não o foi; ou que foi leitor dos autores dos anais ou da historiografia contemporânea a sua época (pois não há como saber, tirando o seu interesse pela obra de Croce); contudo me parece que o autor possuía certa “leitura de mundo”, além de uma opinião formada sobre como a história é produzida, e sobre as circunstâncias que a formam, ou mesmo uma “consciência histórica”. A parte que mais

me interessa no conto relatado é a reflexão e comentário que o protagonista realiza sobre os historiadores da Babilônia, segue o trecho:

Nossos historiadores, que são os mais perspicazes do globo, inventaram um método para corrigir o acaso. Consta que as operações desse método são (em geral) fidedignas; embora, naturalmente, não sejam divulgadas sem alguma dose de engano. Além disso, nada tão contaminado de ficção como a História da Companhia... Um documento paleográfico, exumado num templo, pode ser obra de um sorteio de ontem ou de um sorteio secular. Não se publica um livro sem alguma divergência entre cada um dos exemplares. Os escribas prestam juramento secreto de omitir, de intercalar, de alterar. Também se exerce a mentira indireta. (BORGES, 1970, p. 56)

Ora, se o mundo fictício da babilônia borgeana é orientado e guiado pelos acontecimentos ao acaso, cabe a uma série de intelectuais ordenar esses eventos/acontecimentos em narrativas; esses são os historiadores, que segundo nosso protagonista, “são os mais perspicazes do globo”. Os historiadores, assim, inventam métodos para “corrigir” o acaso, que vai de encontro, de certa forma, as mudanças que a historiografia do século XX perpassa. O que é um texto histórico, se não, colocar ordem - na forma de uma narrativa - as indagações que conseguimos analisando as fontes, muitas vezes caóticas e sincopadas? Cabe ao texto do historiador “combinar a discursividade do “compreender” e a estranheza “daquilo que acontece” (DE CERTEAU, 2011, p. 43) Ainda sobre o caráter do texto histórico De Certeau complementa:

Espelho do fazer que hoje define uma sociedade, o discurso histórico é ao mesmo tempo sua representação e seu reverso. Ele não é o todo - como se o saber fornecesse a realidade ou a fizesse aceder ao seu grau mais elevado! Esse lance maior do conhecimento está ultrapassado. (...) Não substitui a práxis social, mas é sua testemunha frágil e sua crítica necessária. (DE CERTEAU, 2011, p. 43)

Michel de Certeau ressalva que o texto histórico é a “representação” e não “o todo” do saber sobre algo, na verdade esse nível nem sequer pode ser atingido. Contudo o texto histórico é a “testemunha frágil e a crítica necessária da prática social”. Cabe aos

historiadores, portanto reflitam sobre a sociedade, sua cultura, sua política, sua religiosidade e seus acontecimentos de maneira intensa, ou ao menos com métodos que sejam “fidedignos, embora naturalmente não sejam divulgados sem alguma dose de engano” [citação conto]. Isso remonta ao que já foi explanado anteriormente sobre as diversas “versões” que hoje compreendem o método histórico. Surgem então gerações de historiadores(as) que muita mais que afirmar certezas absolutas sobre suas pesquisas admitem a produção de um texto histórico com seus erros, suas “doses de engano”; mas que por fim, pretende-se no mínimo fidedigno, nos termos que Borges emprega, ou no mínimo “confiável”, para De Certeau;

A história, como escritura desdobrada tem então a tripla tarefa de; convocar o passado, que já não está no discurso do presente, mostrar as competências do historiador, domínio das fontes, e convencer o leitor: “Visto desse ângulo, a estrutura desdobrada do discurso funciona como uma máquina que obtém da fonte uma verossimilhança para o relato e uma convalidação do saber; produz, pois, a confiabilidade”. (DE CERTEAU *apud* CHARTIER. 2007. p.27)

Em suma, o texto histórico busca convencer o leitor de que a tese exposta é confiável. Não no sentido de uma verdade dogmática mas sim, como uma explanação de idéias que sejam confiáveis, plausíveis, coerentes e fidedignas tendo por base os manuseio de forma hábil dos vestígios de passado, muitas vezes desordenados, que conhecemos por *fontes*. Em verdade, esse é talvez o diferencial essencial entre os textos ficcionais e os históricos: *as fontes*. Ao mesmo tempo em que as fontes são de onde nossos textos se originam e sobre o que tentamos organizar, refletir e produzir um conhecimento, elas também, em grande medida, são nossas limitadoras, e porque não, amarras. Cito Durval Muniz:

Não podemos fugir do limite imposto pelo nosso arquivo. Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço. Mas desaparecem as fontes privilegiadas da História, ou aspectos de que o historiador não poderia se ocupar e tudo se torna historicizável e fonte de historicidade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007 p. 64)

Esse é o estranho caso dos historiadores da Babilônia, que diferente de nós, não tem como saber ao certo se a fonte que estão pesquisando, “o documento paleográfico encontrado em um templo” teve sua origem num sorteio de ontem ou em um sorteio secular, ou ainda, se não teve sua origem em um sorteio algum, pois, ressalva nossa protagonista ao final do conto, que na Babilônia existem certos cétricos que não crêem na “ordem” dos sorteios. Tudo que está em Babilônia pode ser historicizado, tudo pode virar fonte, o que pode vir a ser um grande problema para nossos fictícios historiadores, já que “não se publica um livro sem alguma divergência entre cada um dos exemplares”. Aqui Borges dá seu toque literário, não estando preso aos métodos da História ou ao compromisso com as fontes, sua mente pode divagar até chegar a situações comumente impensáveis; entretanto podemos a partir dessa breve frase refletir sobre o número cada vez maior de livros e trabalhos ditos “revisionistas”, que abordam os mesmos eventos que já foram explorados antes só que por um outro viés, por outro ponto de vista, através de outros acontecimentos ainda não explorados.

A própria literatura, com a qual trabalho, nem sempre foi considerada fonte plausível de ser historicizada. Tal como muitas outras fontes teve que conquistar seu devido espaço e respeito no mundo acadêmico, processo que não aconteceu do dia para a noite, por mais que hoje a literatura já goze de certo prestígio como fonte muito rica para os debates historiográficos. Cito A. C. Ferreira sobre o assunto, em um texto de 2009:

Afirmar que a literatura integra o repertório das fontes históricas não provoca hoje qualquer polêmica, mas nem sempre foi assim. Mais do que isso, nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores culturais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo. (FERREIRA, 2009, p. 61)

Por ultimo voltemos mais uma vez o olhar para a última frase do trecho em que nosso protagonista cita os historiadores: “Os escribas prestam juramento secreto de omitir, de intercalar, de alterar. Também se exerce a mentira indireta”. Por mais que concordemos que a mentira não faz parte do metiê do historiador, creio que

concordemos – por mais que nem todos – que o texto histórico em muito depende de ficção literária e da criação, seleção e edição do texto, de forma que se crie uma narrativa coerente, nem que para isso seja preciso “intercalar, omitir, alterar”. O texto histórico já não pode mais ser apenas um levantamento e compilação de fontes sobre um determinado acontecimento. É preciso ter algo a mais, algo de teórico, de crítico, de reflexivo, de intrigante, ficcional e narrativo.

Há uma curta frase em um artigo de François Hartog que pode iluminar essa temática da tessitura da narrativa, usarei esse exemplo pois nesse artigo F. Hartog está trabalhando com fontes literárias, no caso “A Odisséia”. Esse artigo está em *Regimes de Historicidade* e se chama *As lágrimas de Ulisses...*. O momento é quando Ulisses, ainda disfarçado, já em Ítaca, admite ser Ulisses e começa a narrar sua história, de forma que, por mais que emocionado, ordena e narra os eventos de forma lógica e plausível: “As escalas sucedem-se, uma cronologia narrativa instaura-se, uma cena no presente-passado é seguida por outra, progressivamente a narrativa comprime o tempo. A ordem da narrativa transforma-se na ordem do tempo”. (HARTOG, 2013, p. 79). Essa citação pode muito bem nos ajudar a entender o processo pelo qual, contamos e escrevemos História. Primeiro há uma sucessão de escalas de eventos, e os eventos serão divididos em escalas, por exemplo, em nível de importância; depois aos poucos essas escalas irão se tornar uma narrativa cronológica (na maior parte dos casos), de fato que surja um início, meio e fim; depois há as seqüências das cenas, ou eventos, do presente-passado. Por fim, progressivamente a narrativa (ou o texto) comprime o tempo (dos eventos, da experiência passada), do contrário, se assim não fosse, levaríamos uma década para escrever sobre uma década, mas sabemos que não é assim, narramos décadas e séculos em escritos de uma centena de páginas ou menos. Isso só é possível graças às escolhas, omissões, intercalações e sobretudo, representações, que fazem parte de nossa narrativa, de nosso ofício, de nosso escrito. Não que isso seja uma fórmula, mas já nos apresenta um bom indicio de como preparamos, de forma consciente, nossos textos.

Hartog nos traz um exemplo de como um texto ficcional, como a Odisséia, pode contribuir para as reflexões e debates típicos da teoria da História e da historiografia, mostra que esse debate não está enclausurado apenas no nosso meio acadêmico. Em

certa medida, é isso que venho tentando buscar analisando os contos (também ficcionais) de Jorge Luís Borges. Um simples conto do autor pode levantar questionamentos importantes acerca suas interpretações, como escritor e intelectual, sobre memória, ficção, temporalidade, ou mesmo, sobre o “ofício” de historiar, e das conexões dessas com os debates acadêmicos.

Retomando o início, quando Durval Muniz, pergunta-se “o que os escritos de Kafka podem ensinar à História?”, logo em seguida já vem com uma resposta, podem nos ensinar a valorizar os acontecimentos, até os mais banais. As personagens de Kafka normalmente são lançadas em uma situação de ruptura drástica com sua vida cotidiana, que em geral era banal e monótona, não sabem como entraram nessa nova situação mas ela está acontecendo, como em *A metamorfose* ou em *O processo*, são jogados de forma aleatória e por que não, ao acaso, tal como no conto de Borges, dentro da História. História que é muitas vezes estranha e confusa e que cabe aos historiadores tentar ordenar e compreender. Se a pergunta fosse, “o que os escritos de Borges podem ensinar à História?”; certamente ainda não tenho uma resposta pronta, talvez tal resposta nem exista. Entretanto posso ressaltar que os contos de Borges podem demonstrar o poder da literatura ficcional como forma de interpretamos questões pertinentes a “realidade”, preocupação dos historiadores. Podem mostrar que as reflexões sobre os processos da historiografia não acontecem apenas entre os muros da academia, podemos refletir sobre a história é produzida no teatro, no cinema, no passeio público, nas escolas, com aquele professor, com pais e avós, nos museus, e no meu caso, com literatura ficcional. Como escritor do século XX, as concepções de Jorge Luís Borges sobre a História, seu processo de produção, e a função dos historiadores (as), não ocorre ao acaso, como em Babilônia, são oriundas de todo um pensamento, “leitura de mundo” e por que não, uma interpretação sobre o “ofício do historiador” de seu próprio tempo.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru, SP: EDUSC, 2007.

BORGES, Jorge Luís. **Ficções.** Porto Alegre: Editora Globo, 1970.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 3. Ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FERREIRA, Antônio Celso. A fonte fecunda. In: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência de tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HUNT, Lynn (org.). **A nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

REIS, José Carlos. **História & Teoria**: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e verdade. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. 2. Ed. – São Paulo: Edusp, 2008.

RELAÇÕES ENTRE HISTÓRIA E PSICANÁLISE: CONTRIBUIÇÃO PARA HERMENÊUTICA À LUZ DO MÉTODO FREUDIANO

Juliana Sousa Pacheco ¹

O debate em torno da cientificidade da História, bem como a sua relação com as demais disciplinas, tornou-se tema relevante para o século XX. Mudanças estruturais e aspectos sociais que denotavam uma ruptura com o *Ancien Régime* exigiram do historiador um posicionamento diante da História cuidadosamente articulado com outras possibilidades dos saberes. A escola Francesa reafirmou a amplitude documental, o que gerou inúmeros direcionamentos para a feitura da História.

O atravessar fronteiro das ciências foi explorado e executado para uma escrita que procurasse apreender com maior totalidade a História enquanto factual, mas para além da tradicional forma de interpretação dos fatos, o imbricar com demais disciplinas chamadas de ciências auxiliares ocasionou alargamento no horizonte do conhecer, assim, a antropologia e sociologia informaram em muito a História, facilitando a pesquisa e oferecendo oportunidades. Interessa-me a interrogação sobre a relação da História com outro campo de saber, nem sempre tão facilmente considerado: refiro-me à psicanálise.

A Psicanálise enquanto um saber da cultura tem a proporcionar métodos e visões do homem inéditas, o que Sigmund Freud nomeou de inconsciente coloca o indivíduo como revelador para História, que visa a compreensão dos indivíduos em relação à civilização, problema fundamental para o século XIX e sem o qual não se entende a primeira metade do século XX, especialmente.

Este trabalho, que se encontra em fase inicial, recorrerá à Psicanálise Freudiana na procura de brechas para o alcance de contribuições para a filosofia da História, no recorte da Hermenêutica de Gadamer, local da diversidade interpretativa e cultural, que aceita o surgimento de indícios informativos para a História. Tais contribuições objetivam, por meio da inserção de conceitos Freudianos, buscar tanto a caracterização do indivíduo, quanto uma análise da *Kultur*.

Para tal acuso um primeiro problema, entre outros, para a elaboração de tal trabalho. Pensar Freud enquanto um escritor e desvelar o uso de sua linguagem suscita uma

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Goiás, bolsista CNPQ.

advertência: Freud como pesquisador expõe publicações imediatas, sua experiência clínica confirma e também nega suas teorias, portanto é uma tensão encontrar em sua obra uma filiação tradicional que seja fiel e contínua a posicionamentos internos e intrínsecos à escritura ou sequer próximos. Como a psicanálise encontra-se em um processo de criação, no mapeamento da obra freudiana, destoam ideias que são revisadas ao longo da vida produtiva do autor. Nesse sentido, aponto para as convergências com uma “certa tradição”, mas alerta para a necessidade de investigar as divergências e rupturas em sua obra.

Feita tal consideração, ressalto duas obras que, de modo mais conciso, estão integradas a esta pesquisa, sendo elas: “O futuro de uma ilusão” e o “Mal-estar na civilização”. Essas oferecem apontamentos que servem à História, pois, ao mesmo tempo em que o sujeito histórico aparece em transformação, são ressaltadas e pensadas esferas elementares, até então obscuras. Essa simultaneidade subjaz na escrita, produzindo um estilhaço do indivíduo e capturando fragmentos para a análise para que, posteriormente, se reúna os “fragmentos” para a compreensão de um “todo” humano.

Ao aproximar-se do trabalho de Freud, é interessante desvelar seu método inicial, que possibilitará o “surgimento” da Psicanálise. Freud, como médico, está mais familiarizado com as perspectivas biológicas e, até então, imerso numa medicina que pensa seu paciente nas dimensões fisiológicas. A partir de uma carência, a de pensar a singularidade de doenças psíquicas, notada em suas observações, recorre a algo não aparente, questionando o que depois chamaria de inconsciente. Com tais questionamentos, Freud colaboraria para desatar a severa ligação de doenças mentais às explicações “naturais”. Para tal feito não se distancia da *Kultur*, por isso respeita que existem processos únicos e individuais, mas esses são frutos da imersão homem-sociedade.

Tal trajeto de estudo, e as pesquisas publicadas decorrentes dele, indica que Freud percebeu a História como a moldura da qual “retira” seus pacientes; deste modo, o psicanalista sabe que todos os casos não poderão ser codificados e logo catalogados. Sendo assim, abre mão de tais classificações rígidas para problemas recorrentes como as neuroses, e investiga os relatos, considerando tanto a fala como o gesto, entre outros comportamentos que julga necessário. Utiliza métodos que vão dando vazão para uma intimidade que é velada, ou pouco falada, o que resulta em uma abertura para pensar a sexualidade e sua intervenção no inconsciente, assim como permite o registro da singularidade de cada paciente. Diante do

trajeto mencionado e das conclusões de seu “resultado”, compreendo que não é possível perder de vista a historicidade em Freud: não há, nessa perspectiva, dúvida de que “O mal-estar na civilização” resulta de um esforço de conciliação entre a experiência clínica, que individualiza e subjetiva o indivíduo, e a experiência civilizatória da humanidade.

Freud chega à civilização (a mesma que não diferencia da “cultura”) pela busca de respostas ao “mal” de seus pacientes, mas se depara com casos similares de neuroses e problemas psíquicos na civilização, então, levanta uma hipótese central, dentre outras: a civilização não seria o “mal” geral para os indivíduos, este podendo ser identificado na pulsão libidinal retida pelas cobranças impostas pela experiência civilizatória?

Mas, Freud defensor assíduo da civilização, inclusive pelo que Sérgio Rouanet irá defender como um herdeiro do pensamento iluminista, tanto na elaboração de sua ciência enquanto na crença para o progresso e o elogio ao desenvolvimento da ciência, depara-se com situações limites entre barbárie/civilização. Exemplo disso é a 1ª Guerra mundial, momento em que Freud percebe a experiência violenta para o uso da ciência “sem racionalidade, os “recuos” humanos em nome do progresso e a desintegração da Áustria, seu local de nascimento.

Esses apontamentos redirecionaram o trabalho de Freud, pois, desde os indícios da 1ª Grande Guerra, escreve sobre o mau uso da ciência e sobre o desapontamento com o progresso. Afirma que a civilização pode recuar a qualquer fase de seu desenvolvimento, contrariando assim seu próprio desejo, o de que a civilização esteja sempre em rumo ao progresso. Sobre a ciência nas reuniões de Quarta-feira em Viena, anuncia seu receio do que esta pode causar, sendo suspenso seu uso racional; Freud o pensador da ciência racional começa a deparar-se com a irracionalidade para o uso da mesma.

A psicanálise Freudiana não se esquivava então da política, mas é imbuída dela; a preocupação contextual, como cita Michel de Certeau, é recorrente para Freud, do mesmo modo que mesmo declarando tendências as políticas de ordem liberal e afastando-se de elaborações políticas, faz leituras assíduas sobre o tema. Em sua escrita, podemos perceber uma articulação ora mais ora menos com a política de seu tempo, isto já produz um primeiro momento para o qual o historiador deve-se atentar: o encontro com a política faz da psicanálise um uso engajado, pois elabora-se esta na interlocução dos movimentos sociais e políticos. E também é com esta análise que Peter Gay nomeia Freud como Psicanalista da política.

Esta psicanálise política talvez ocorra pela preocupação inicial de Freud em manter a relação indivíduo/sociedade, emergente de uma crítica para os tratamentos psíquicos, inclusive o de Chacort que abstrai o indivíduo e tenta uma análise apenas deste. Para Freud, a sociedade é a expressão de um contexto de explicações humanas.

E para tais explicações, no desenvolver da psicanálise, numa etapa mais madura, uma das principais ou a principal descoberta (a do inconsciente) já lança perguntas que movem o traçado para pensar-se a psique, pois com inconsciente exposto o homem torna-se instigante, às doenças mentais pairam novas explicações, e, no âmbito dos cientistas da cultura, tal descoberta redundava em repensar o indivíduo, a partir de novos posicionamentos.

Freud e seu livro sobre os sonhos, a “descoberta” do inconsciente, e o mapeamento de doenças psíquicas, são aberturas da compreensão do indivíduo, o sonho como resquício diurno, ou realização do desejo reprimido é uma porta para o inconsciente, e chegar ao inconsciente e enfrentar o esconderijo humano das produções psíquicas que são expulsas da dita consciência, seja pela razão ou até mesmo sem tal percepção, é numa redução revelações que indicam o indivíduo para além do aparente, do que é palpável ou visto, pois existe algo (inconsciente) interagindo com o homem e mesmo ignorado produz pulsões e internalizações que modificam o agir humano.

Para citar Peter Gay, faço uso de sua defesa, sendo para este o Historiador também um psicólogo ou psicanalista, que tenta entender o indivíduo, portanto o conhecer de indivíduo é indispensável e garante maior compreensão do humano, munir-se de ferramentas que a psicanálise oferece é resolver os quiméricos problemas de ordem do indivíduo com a propriedade de penetrar o aprofundamento íntimo do ser, necessário para empreender o entendimento dos pensamentos, desejos, e representações que dialogam com o ser, mas do que compreender a ação humana no tempo seria também a compreensão da elaboração humana no tempo, tempo este tanto como regente de ações e do inconsciente.

Gay não anuncia a tentativa de psicanalizar a historiografia, ou entender individualmente os inconscientes, mas ter esses conhecimentos ajuda a melhor interpretação da História e no caso específico de testemunhos é usual e importante tanger no psicológico, para além a psicanálise não substitui de forma alguma o tradicional conhecimento sobre a História, mas pode esta caracterizar o rompimento de alguns limites de interpretação.

Para refletir sobre os limites de interpretação mencionados, utilizo Hans-Georg Gadamer

como o autor que, através da elaboração de sua hermenêutica, pode nos possibilitar a inserção da psicanálise para o conhecer histórico. Captando suas propostas e contribuições, Gadamer, em “Verdade e Método”, não fará a citação de um uso da psicanálise Freudiana, mas será um defensor da Hermenêutica como campo de ampliação de tentativas para interpretação. Com essa diferenciação, esclarecemos, então, que a recorrência à hermenêutica ocorre por esta estar interessada também na intenção dos atores.

Para tanto, ao propor que a união da Psicanálise com a Hermenêutica da História permita alcançar uma escrita da História em que o indivíduo possa ter seu lugar garantido, sem que isso signifique uma ameaça ao estudo das coletividades, uso Jörn Rüsen Retiro deste autor um apontamento necessário, que esclarece minha pretensão: o uso da hermenêutica não deve excluir o caráter analítico para a utilização exclusiva da hermenêutica, portanto há, em Rüsen, a sugestão para a dialética entre a Hermenêutica e analítica. Ambas de fundamental importância no processo de escrita da História.

Feita tal ressalva, continuemos a pensar sobre dois aspectos: um já consagrado, tanto como método para interpretação universal e específica da História, a hermenêutica; outro, a Psicanálise, esta ciência ainda pertencente a um campo que é negado como útil a História. Esclareço, desde já, que a psicanálise ao servir a História não faz menção a uma exclusão de campos de estudo, mas tenta atingir outra nuance –sendo construído esta ao longo da experiência com a pesquisa histórica- qual procure no próprio indivíduo justificativas para ações no tempo.

Sobre a hermenêutica saliento o sobressalto produzido por Friedrich Schleiermacher que desconstrói que a hermenêutica seja uma rigidez interpretativa de escritos, mas coloca também problemas para esta de ordem da experiência humana, agora a hermenêutica habita os locais que falta inteligibilidade, na tentativa de vasculhar entendimento. E essa busca pela compreensão fora do escrito é um “espaço” para o uso da psicanálise enquanto instrumento de apreensão humana.

Data esta primeira exposição que caracteriza de modo geral tanto a hermenêutica quanto a psicanálise, tentarei tecer com mais informações e concisão as duas obras selecionadas para este trabalho de Sigmund Freud; Segue então uma análise mais restrita as duas obras.

Para pensar a escrita desses dois livros considerados por Peter Gay como a leitura da cultura, acuso uma ressalva não há diferenciação em Freud de cultura para civilização, ambos conceitos em sua obra são entrelaçados por um mesmo significado.

Em 1927, período entre guerras, Freud já se preocupa com o mundo que está em desintegração, consciente de que a cultura humana se estende sobre um fina teia que a sustenta em integração, coagidos pelo repressão que tenta impedir desejos de morte, violência, movimentos anti-sociais e entre outros, acusa a religião como sendo importante para o controle de tais coesões humanas, tal identificação não basta, Freud instiga-se a pensar o lugar psicológico da religião.

Como afirma em *Futuro de uma Ilusão* sua empreita diante da kultur: Quando alguém viveu um bom tempo em determinada cultura e fez esforços freqüentes no estudo de suas origens e do percurso de seu desenvolvimento, chega o dia em que também sente a tentação de voltar o olhar na outra direção e perguntar qual o destino que aguarda essa cultura e por quais transformações ela esta destinada a passar. (FREUD, 1927: 35).

Com a afirmação acima, Freud inicia *O futuro de uma ilusão*, ensaio que dedicou para tentar empreender a difícil tarefa de realizar interpretações sobre um provável futuro civilizacional, para tanto não quer alcançar ao futuro por uma previsão, mas sim pela experiência de estudo, teorizações que tem, correspondências e reuniões intelectuais, após aprisionar um “sentido” do presente, e acompanhar um período que lhe foi rico para suas elaborações, a técnica em desenvolvimento e a ciência em progresso, que retiram a crença no Deus provedor, e colocam as decisões nas mãos humanas, o “desaparecimento” do Deus realizador e zelador da vida é substituído pelo “homem novo”, sendo este o fazedor de sua vontade, Deus agora é a mera ilusão - uma preocupação de Freud que desenvolve “razões” para a qual ainda haja crença no Deus- pois o progresso já permite que a humanidade decida seu futuro.

Com maior propriedade de pensamento sobre a religião, em *Mal-estar na civilização*, Freud se ocupa dessa Ilusão divina que acompanha a cultura, mesmo esta portando um estágio de desenvolvimento da razão instrumentalizada e reflexiva, de indivíduos “herdeiros” de ideais iluministas ainda muito vigentes na Europa, um Deus ainda é aclamado pela cultura, um “sentimento oceânico” assola o homem, Freud então vê que a humanidade anseia por Deus,

na perspectiva infantil de desejo de proteção, se comodidade e conforto, num extremo a renúncia da decisão pelo afeto e acolhimento de Deus.

A civilização é associada ao indivíduo, ou seja o Mal-estar, é gerado pelo confronto sempre existente entre indivíduo/cultura, uma vez que estar na Civilização é abdicar da pulsão da libido individual; Pois a civilização comporta inúmeros desejos reprimidos para garantir que sobreviva, e essa repressão por meio das leis e do tabu ², causa a infelicidade de grande parte dos indivíduos.

E a civilização exerce duplo poder sobre a vida do indivíduo, em primeiro integra o indivíduo ao um grupo que é regido por ética de não violar leis e não praticar agressividade, a culpa neste sentido é mantenedora de repressão uma vez que a atitude a se realizar é ponderada pelo receio de perder o amor ou convivência, esta culpa é relacional ao interno super-ego (regulador das instâncias psíquicas), e ao externo , ou seja a dinâmica de vivência com os demais indivíduos, assim a civilização pode “regular” as vidas produzindo segurança e justiça para os indivíduos, em segundo a civilização para garantir tais efeitos condena a liberdade, reprime, direciona a libido não mais para a realização do prazer, mas o organiza para a “proteção” do homem em relação a natureza, e o cuidado entre as vivências em sociedade.

Feitas tais considerações, ressalvo a importância de fazermos a releitura de um dos mais significativos autores do século XX, Freud enquanto ser histórico, informa sobre seu tempo, é inovador com teorias da psique, e nos direciona para olhares da subjetividade que induzem para leituras do real em junção com o abstrato, diversas linguagens e facetas expõe o indivíduo e também a civilização para a percepção de novos olhares historicizantes.

BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais:

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. In: *Edição brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, ano. V. XXI, pp. 73-148.

FREUD, Sigmund. O futuro de uma Ilusão. In: *Edição brasileira das obras completas de Sigmund Freud*. Trad. Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago Editora, ano. V. XXI, pp. 01-139.

Referências:

CERTEAU, Michel. *História e Psicanálise: Entre ciência e ficção*. Psicanálise e Ciência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, s/d.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Jayme Salomão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para nosso tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, data

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado*. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2007.

SCHLEIERMACHER, Friedrich. *Hermenêutica*. Arte e técnica da interpretação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE IPORÁ-GO (2011-2013)

TATHIANE GUALBERTO ROCHA*
MARCELLO RODRIGUES SIQUEIRA **

1. INTRODUÇÃO

Este é um trabalho de História que está sendo desenvolvido junto à Universidade Estadual de Goiás (UEG). Trata das representações de gênero existentes nos livros didáticos tendo como principal fonte de pesquisa os livros didáticos de Cláudio Vicentino intitulados de Projeto Radix: História 6º ao 9º Ano (Coleção Projeto Radix) adotados no ensino fundamental das escolas públicas do município brasileiro de Iporá-Go para o período compreendido entre 2011 e 2013.

A problemática refere-se ao livro didático porque ao mesmo tempo em que assume, nos dias de hoje, uma significativa importância no Brasil, esse supostamente didático, entretanto, não constitui objeto de mera veiculação de conteúdos de História, pelo contrário, revela-se como um produto cultural revestido de grande complexidade, na medida em que é resultado de um intrincado processo de seleção teórica, ideológica e comercial. Portanto, a ausência e/ou silêncio feminino nos registros históricos é comumente entendida como uma história mal contada. Consequentemente, isso leva a seguinte hipótese: o uso do livro didático é um instrumento ideológico e alienador.

Quanto aos objetivos, a intenção é repensar as diversas representações da mulher presentes nas imagens, textos e questionários dos livros didáticos. Para subsidiar teoricamente as discussões em torno de gênero serão retomados os pressupostos de Scott (1990). Para fundamentar as conexões entre gênero e livro didático destacam-se: Lauretis (1994); Lohn & Machado (2004) e Louro (2000).

* Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e bolsista estagiária do Instituto Federal Goiano – Campus Iporá. E-mail: tathianegualberto@gmail.com ou tathianegualberto@hotmail.com ;

** Professor orientador junto ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá (UEG-Iporá). Atualmente, está cursando doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (PPED) do Instituto de Economia (IE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg). E-mail: marcello@ueg.br ou marcelloueg@hotmail.com.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa teórica realizada por meio da análise do discurso conforme afirma Orlandi (1999) aliado ao modelo de exame iconográfico proposto por Kossoy (2001). Em relação aos resultados esperados acredita-se que o esforço inicial para inserir a mulher no livro didático de certa forma alcançou seus objetivos, mas não superou o seu principal entrave: fugir da dominação mercadológica e ideológica e, sobretudo, da alienação.

2. REVISÃO DA LITERATURA

As discussões relacionadas às questões de gênero ganham importância e relevância a partir da década de 80 possibilitando assim uma ampliação de pesquisas. Assim, o termo gênero teria surgido na academia em substituição à palavra “mulher”, no momento em que o movimento feminista buscava desnaturalizar a condição da mulher na sociedade, bem como adentrar, em alguns ramos da ciência onde o estudo sobre mulheres não eram bem aceitos. (CASAGRANDE e CARVALHO *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 141). Desde então, surgiram vários trabalhos de grande relevância para este campo de estudo.

Em 1990 a categoria “gênero” viria a ocupar lugar de destaque quando Joan Scott publicou um importante trabalho intitulado *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Numa discussão epistemológica, a autora rejeita o essencialismo e introduz a noção relacional entre homens e mulheres. Segundo a referida pesquisadora, o termo gênero como é usado recentemente, foi adotado pelas feministas americanas, que buscavam uma forma de debates e reflexões sociais a partir da distinção no sexo, mas sem cair no determinismo biológico do termo sexo.

(...) as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e nenhuma compreensão de qualquer um poderia existir através de estudo inteiramente separado (...). Nosso objetivo é entender a importância dos sexos, dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (SCOTT, 1990: 1).

Assim, proposto pelas próprias mulheres, o termo gênero trazia uma série de vantagens, pois possuía uma conotação subjetiva e neutra, dissociado da política feminista, e

ao mesmo tempo incluía as mulheres, mas não de forma explícita, pois se refere também ao homem, ou seja, um implica na análise do outro.

Scott (1990) define gênero em duas partes, que estão ligadas entre si, mas que precisam ser analisadas separadamente: “... gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1990: 11). Assim, o uso da palavra gênero conforme a referida autora introduz uma ideia analítica para se pensar as diferenças e, sobretudo, as relações de poder entre os sexos.

Lauretis (1994) em seu texto *A tecnologia do gênero* afirma que o conceito de gênero entendido como diferença sexual apesar de servir de base e sustentação para as intervenções feministas também agiu em colaboração e interdependência com estas, promovendo assim a elaboração de práticas e discursos específicos que limitavam o próprio termo. Portanto, Lauretis (1994: 206) concebe gênero enquanto um produto e parte do processo tecnológico que supera a diferenciação entre a mulher e o homem, o feminino e masculino evitando assim cometer a mesma “deficiência do pensamento feminista” que se calca em perceber o diferente a partir dos próprios princípios que fundamentam a diferença, ou seja, percebe o diferente na mulher a partir das diferenças construídas do homem. Nas palavras da autora,

Se continuarmos a colocar a questão do gênero em qualquer destas duas formas, a partir de um esboço completo da crítica do patriarcado, o pensamento feminista permanecerá amarrado aos termos do próprio patriarcado ocidental, contido na estrutura de uma oposição conceitual que está “desde sempre já” inscrita naquilo que Frederic Jameson chamaria de “o inconsciente político” dos discursos culturais dominantes e das “narrativas fundadoras” que lhes são subjacentes – sejam elas biológicas, médicas, legais, filosóficas ou literárias – e assim tenderá a reproduzir-se, retextualizar-se, como veremos, mesmo nas reescritas feministas das narrativas culturais. (LAURETIS, 1994: 207)

Lauretis (1994) apresenta em seu texto quatro preposições que permitem a análise de gênero: primeiramente, gênero trata-se de uma representação; em segundo, gênero é fruto de uma construção; em terceiro, as ‘normas’ ou relações de gênero possuem o poder de interiorização ou absorção no indivíduo; em quarto, gênero deve ser entendido enquanto produto de uma desconstrução. Contudo, acredita-se que Lauretis (1994) busca, sobretudo, chamar a atenção para a relação ideologia-gênero. Conforme a autora, o sistema sexo-gênero:

[...] é um conjunto de relações sociais que se mantém por meio da existência social, então o gênero é efetivamente uma instância primordial da ideologia, e obviamente não só para as mulheres. Além disso, trata-se de uma instância primária de ideologia, independentemente do fato de que certos indivíduos se vejam fundamentalmente definidos (e oprimidos) pelo gênero, como as feministas culturais brancas, ou por relações de classe e raça, como é o caso das mulheres de cor (LAURETIS, 1994: 216).

Nesse sentido, Lauretis (1994: 238) conclui que o movimento para dentro e fora do gênero como representação ideológica caracteriza o sujeito do feminismo. Para a autora, seria um movimento de vaivém entre representação do gênero e o que essa representação exclui, ou, mais exatamente “tornar representável”.

Mais adiante, Louro (2000) lançou “um olhar feminista sobre a educação” compreendendo gênero a partir de uma perspectiva feminista, ou seja, colocando-o dentro da chamada “moldura do quadro a ser pintado”¹. Para a referida autora o feminismo contribuiu para o avanço da compreensão do termo gênero, tendo apresentado questões relevantes às discussões promovidas pela emergente categoria: “procurando fazer falar quem tinha sido silenciada, dando voz àquela que sofreu dominação” (LOURO, 2000: 11). Nesta perspectiva, ela acaba propondo a desconstrução do dualismo homem/mulher:

A desconstrução sugere que se procurem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita. Demonstra, assim, a lógica dualista que rege as polaridades; demonstrando não apenas que cada um dos pólos (masculino ou feminino) está presente no outro, mas também que as posições foram e são historicamente construídas. Passamos a entender que as relações de gênero se constituem através de redes de poder e que elas são, ao mesmo tempo, constituintes dessas redes. Também somos levados a pensar que, em todo este processo, estão articuladas, necessariamente, muitas outras divisões sociais, como etnia, classe, raça, sexualidade. (LOURO, 2000: 17)

Compreende-se, portanto, que o livro didático é um instrumento importante na construção do saber escolar, mas também um reproduzidor de visões preconceituosas e não

¹Harding (1987, p. 9) afirma que “os pressupostos de classe, raça, cultura e gênero, as crenças e os comportamentos da própria pesquisadora ou pesquisador devem estar colocados dentro da moldura do quadro que ela ou ele pretende pintar”. Para Louro (2000), esta seria uma das melhores marcas do movimento feminista: “colocar, abertamente, o sujeito que investiga no mesmo plano crítico do tema investigado” (Cf. LOURO, 2000, p. 9).

incorporar em seus conteúdos questões que levem os alunos/as refletirem e questionarem sobre as práticas sociais produtoras dos gêneros.

Conclui-se que as discussões em relação à temática de gênero ainda são pouco debatidos e problematizados no ensino de história. Nesse aspecto, a escola por ser um espaço onde as distinções de gênero também são produzidas, não estaria abordando as questões de gênero de forma adequada, que levem os alunos a refletir e discutir sobre as desigualdades de gênero que permeiam o dia-a-dia escolar. No geral, os gêneros são naturalizados.

3. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho terá como fonte de pesquisa os quatro volumes de livros didáticos de História da Coleção Projeto Radix (2009). Publicada pela editora Scipione, a coleção é de autoria do bacharel e licenciado em Ciências Sociais Cláudio Vicentino.

Os principais instrumentos de análise para esta pesquisa consistirá na análise de discurso e na iconografia/iconologia. Para tanto, serão considerados os pressupostos teórico-metodológicos de Orlandi (2012) para com o tratamento de discursos e o modelo proposto por Kossoy (2001) para exame das imagens.

Em 2012, Eni Puccinelli Orlandi propõe que a análise de discurso seja feita a partir de um recorte, o qual consiste na identificação de fragmentos de corpus dotados de sentido (associações semânticas). O referido método parte do discurso enquanto seu objeto principal e de forma dependente, ou em conjunto, trabalha com a língua, com a história e sociedades; em outras palavras a análise de discurso é um trabalho da relação “língua – discurso – ideologia” (ORLANDI, 2012:17).

Um diferencial apresentado pela análise de discurso é, segundo Orlandi (2012), a nova maneira de ler inaugurada por esta: o uso do “não-dito”, ou do silêncio, como um interdiscurso para análise. Portanto o presente trabalho terá como uma das técnicas em análise de discurso a ‘exploração’ dos silêncios de questões e sujeitos de gênero existentes nos livros didáticos de História da coleção Radix. Pretende-se, portanto, desconstruir o ‘natural’ condicionado pelos não-ditos e detectar os arranjos de poder que empreitam tal silêncio.

Em 2001, Boris Kossoy na segunda edição da revista *Fotografia & História* abordou a conexão entre a fotografia e a ciência histórica apresentando fundamentos teóricos e

metodológicos para exame iconográfico/iconológico, os quais serão utilizados no presente trabalho.

Com a análise iconográfica proposta por Kossoy (2001) concebe-se a realidade exterior à imagem, tendo acesso à realidade interior da iconografia. Já Segundo Kossoy (2001) é através da análise iconológica que se torna possível perceber na imagem fotográfica o seu caráter de fonte de recordação e emoção; a evidência de testemunho visual de aparências congeladas e gravadas na fotografia; o jogo de interpretação e manipulação das informações fragmentadas na imagem; e os significados introduzidos que ultrapassam a “verdade iconográfica”. Para Kossoy (2001, p.116) a tarefa a ser cumprida ao trabalhar com fontes fotográficas consiste em “não deixar de ousar na interpretação”. Assim, enquanto que a análise iconográfica é de propriedade mais descritiva, a análise iconológica consiste em uma técnica de interpretação.

Portanto acredita-se que o modelo de verificação dos significados das imagens além da “verdade iconográfica” e de investigação e interpretação histórica proposto por Kossoy (2001) para exame iconográfico/iconológico combinado com as técnicas de análise de discurso de Orlandi (2012) permitirão trabalhar com as imagens e textos extraídos dos livros didáticos da Coleção de História Radix. Assim silêncios, preconceitos e hierarquias de gênero presentes nestes livros didáticos poderão ser analisados.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS E/OU ESPERADOS

Espera-se que este esforço inicial possa subsidiar futuras pesquisas e, sobretudo, contribuir para maior e melhor conhecimento das questões relacionadas com o gênero, livro didático e prática docente. Portanto segue a seguir alguns resultados preliminares desta pesquisa.

A primeira das constatações e talvez uma das mais determinantes nos resultados a serem alcançados refere-se às referências dos materiais encontrados nos livros didáticos, sobretudo no que tange às imagens. Conforme também ressaltado pelo Guia do livro didático (2011, p. 22) “pouco cuidado é dedicado à oferta de informações acerca da procedência das fontes, bem como orientações quanto à autoria dos sítios e natureza da linguagem”. Assim, a análise iconográfica/iconológica de imagens desde o primeiro instante é empobrecida em

função da carência de “pistas” que dão acesso à realidade interior da iconografia, desta forma dificultando a interpretação.

Outra constatação refere-se à combinação de textos com imagens. Embora editoras tenham caprichado no uso de imagens, de repente para chamar mais atenção do aluno, percebe-se que a imagem pouco possui no livro didático um teor documental, assim sua aplicação se dá geralmente como ilustração. Desta forma, as possibilidades de discussões das imagens com os textos geralmente não são bem aplicadas. É claro que o livro didático nunca será “completo” e que também é papel do professor durante as aulas fazer direcionamentos com base nas fontes disponibilizadas no livro. Entretanto, a problemática não se resume apenas à forma como o professor conduz sua aula, conforme bastante ressaltado nas resenhas dos livros didáticos no guia do PNLD; o livro também deve condizer à necessidade pedagógica vigente.

Ademais, pode se ressaltar que é de uso comum a aplicação de questionários os quais conduzem aos alunos(as) a refletirem e analisarem textos e imagens presentes nos livros didáticos. Todavia, muitas das vezes as perguntas são muito subjetivas não conseguindo por si só atender à intenção pedagógica. Na verdade, como bem lembra Kossoy (2001, 154), “o valor e o alcance dos documentos, bem como sua viável interpretação, estão na razão direta de quem consegue – em função de sua bagagem cultural, sensibilidade, experiência humana e profissional – formular-lhes perguntas adequadas e inteligentes”.

Nota-se também que em livros didáticos as fórmulas sexistas de tratamento são comuns, talvez por influência da linguística que resiste em se reformular conforme apontado por Louro (2011); todavia, ambigüidades são condicionadas com, por exemplo, o uso da palavra “homem” para se referir aos dois sexos, permitindo assim que o pressuposto de uma superioridade do homem sob a mulher seja reforçado.

É interessante considerar que as “redes de poder” e divisões sociais como etnia, raça e sexualidade a que gênero se articula, conforme considerado por Louro (2000), estão expressas em imagens e textos dos livros didáticos, entretanto é necessário que elas sejam bem exploradas a fim de promover uma boa discussão sobre a problemática de gênero.

Enfim, com base nas considerações anteriores indaga-se: será que relações de poder entre gêneros nos livros didáticos não estão sendo apenas retransmitidas ou reforçadas? Será que não seria necessário discuti-las ou estimular a reflexão por parte do aluno(a)?

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2011: História.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Editora Ateliê, 2ª edição revista, 2001.

LAURETIS, Teresa de. **A tecnologia do gênero.** In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org). Tendências e Impasses. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOHN, Reinaldo Lindolfo & MACHADO, Vanderlei. **Gênero e Imagem: Relações degênero através de imagens dos livros didáticos de História.** Niterói, v. 4, n. 2, p.119-134, 1. sem. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 13ª edição, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um olhar feminista sobre a educação.** In: Currículo, Gênero e Sexualidade. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Editora Porto, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.**

Campinas, SP: Editora Pontes, 10ª edição, 2012.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica.** Recife:

Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania, 1990.

VICENTINO, Cláudio. **Projeto Radix: História 6º ao 9º Ano (Coleção Projeto Radix).**

São Paulo: Scipione, 2009.

Sociedade e mentalidade na Europa no século XVII

Nayara Katiucia de Lima Domingues Dias¹

Este artigo visa relatar as mudanças ocorridas na sociedade no século XVII, buscando obter alguma compreensão do cotidiano e mentalidade desta sociedade, na qual será analisada a sociedade camponesa, a posição da igreja frente à sociedade, a diferenciação de cultura, como a mulher era tratada, e como a criança era vista pela família.

Os autores discutidos neste artigo são: Agnes Heller, Carlo Guinzburg, Paul Larivaille, Jacques Wilhelm, Richard Van Dulmen, Jacques Rossiaud, Jean-Louis Flandrin, Michel Foucault, H. R. Trevor-Roper, Elizabeth Badinter, Jean Delumeau, Guillaume Apollinaire, Agnolo Firenzuola.

Segundo a autora Agnes Heller (1982), no texto a Vida cotidiana à época do renascimento, relata a relação da sociedade e da ciência, mudanças que ocorrem com o renascimento. Na sociedade feudal, a filosofia era comandada pela Igreja e os únicos membros participantes era os de estratos refinados e que tinha um conhecimento abrangente. Com o renascimento essa ideia mudou, todo homem pensante, de modo platônico, podia participar da escola de filosofia a Academia Platônica em Florença, no qual, a escola era inteiramente secular e aberta a todos e não tinha o comando da igreja, assim os jovens plebeus adquiriam conhecimento, sem seguir a carreira eclesiástica e a prática da erudição e das artes liberais começou a se tornar uma profissão, estimulando a divisão social do trabalho de uma sociedade burguesa.

O autor Carlo Guinzburg (1987) é um historiador renomado das mentalidades, no qual, nos permite em suas diversas obras, compreender a diversidade entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas, No texto cultura popular e cultura dominante Guinzburg revela que a cultura oral da classe subalterna da Europa, acaba sendo esquecida, sem deixar pistas e as classes dominantes com força em sua cultura começa a ser percebida. A

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Iporá. Bolsista PIBID/UEG CNPq.

distinção da cultura entre a classe dominante e a classe subalterna fica cada vez mais rígida, podendo assim perceber diversas diferenças culturais, como é o caso de Menocchio que sim insere no quadro de repressão e extinção da cultura popular.

De acordo com o autor Paul Larivaille (1988) o camponês era visto como um simples homem, a vida camponesa apesar dos modos terem uma pequena evolução ao campo de produção o camponês ainda se sentia um homem inferior e mal conhecido em sua existência cotidiana. Paul Larivaille se refere a vida dos camponeses com uma miserável batalha (se não mais) quanto dos plebes citadinas.

O autor Jacques Wilhelm (1988) descreve a condição de Paris vista com outros olhares, no qual a miséria e a insegurança são interpostas de forma obscura pela sociedade da cidade de Paris, portanto a fome foi uma das coisas responsável pela miséria ocorrida em Paris. Apesar de tudo isso estar acontecendo em Paris outros homens vindos dos campos vizinhos invadiram Paris e assim a situação ficou pior, o preço do trigo aumentou, pois era a alimentação básica européia, contudo as classes modestas transformaram-se em uma multidão de mendigos. Assim o Wilhelm relata que toda sociedade tem duas faces de um lado a riqueza, o luxo e o outro completamente diferente a miséria e pobreza, no qual a sociedade sofre com o abandono do resto das pessoas, tratadas com indiferença. Comumente o autor Richard Van Dulmem (1984) relata os hábitos alimentares do século XVI, enfatizando os costumes daquela sociedade, as festas e banquetes da época e abundância de comida para a nobreza. Apesar da ampliação dos cultivos e do desenvolvimento das colheitas e do aumento da produção de alimentos, tantos recursos não eram suficientes para uma população que estava em constante crescimento. A fome ainda era um obstáculo que a sociedade enfrentava, pois a comida do cotidiano não era abundante e as camadas inferiores da sociedade que sofria com isso, no qual, as camadas ricas viviam em outra situação, a abundância de comida representava na burguesia uma posição social, poder.

Os autores Jacques Rossiaud (1986), Jean-Louis Flandrin (1984) e Michel Foucault, descrevem a mentalidade que a sociedade possuía a respeito do comportamento das prostitutas, dos casais, e da mudança no que envolve a sexualidade. A prostituição era aceita, pois as mulheres pagavam impostos para a Igreja e o Estado, no qual para os solteiros não era uma grave pecado, apenas venial. Os bordéis pareciam não apenas protetores das esposas e

das virgens, como apropriados à preparação do matrimônio. Na sexualidade a Igreja protestava o ato do sexo antes do casamento e o mesmo era feito só para procriação, ou seja, produção de filhos. O sexo para saciar o prazer era considerado herege, os maridos que procuravam as prostitutas para satisfazer seus prazeres, pois o prazer assimilado ao casamento era pecado, no qual a Igreja condenava o prazer sexual. A Igreja controlava a sociedade, nos aspectos econômicos, sociais e políticos. No século XVII, é o início de uma época de repressão da própria burguesia. Nessa época a Igreja usa o sacramento da confissão para repreender e saber os atos dos próprios fiéis e a mesma controlava os hábitos das pessoas, a forma de falar à respeito do sexo e a mentalidade da sociedade.

O autor H. R. Trevor-Roper no texto *A Obsessão das Bruxas na Europa dos Séculos XVI e XVII* revela a mentalidade da sociedade nessa época, no qual, existia perseguições as bruxas e judeus pela sociedade e pela Igreja muitas vezes por motivos fúteis como o inconformismo social.

A Condição da Criança Antes de 1760 com a autora Elizabeth Badiner (1985) revela como a criança era vista no meio familiar, em meados do século XVIII mostra como o sentimento em relação à criança começa a mudar, a criança passa a ser vista como pessoas que precisam de carinho e infância, logo que desde muito nova a criança começava a trabalhar. No século XVIII se verifica uma ruptura dessa mentalidade, e a criança começa a ser olhar diferente, no qual concitam os pais a novos sentimentos e principalmente a mãe ao amor materno, ou seja, a família fundada no amor materno.

Jean Delumeau (1984) no texto *A Mulher na Época do Renascimento* descreve a reabilitação da mulher na época moderna, ou seja, a mulher vai deixando de ser Eva e se transformando em Maria. Conquistando seu espaço na sociedade, não que isso aconteça de forma rápida, mas vai se transformando ao longo do tempo.

A violência dos Costumes na Itália do Século XV com o autor Guillaume Apollinaire (1981) descreve a naturalidade com que os “grandes” da época usavam o envenenamento de seus inimigos como opção de se livrar facilmente deles, como se fosse normal. A violência na época era constante e a lei era repreensiva. A obra de Maquiavel *O Príncipe* representava um

documento precioso e indiscutível, pois não possuía moral e nem humanidade, mas não representa que Maquiavel era mal só refletiu sua época em sua obra.

Agnolo Firenzuela (1552) no texto Pelo Prazer de Trair- Uma Novela Renascentista revela que Firenzuela consegue espelhar a realidade social, o cotidiano e a estrutura mental dos homens e mulheres da época renascentista em novelas que influencia a cultura de uma sociedade e época.

Comumente é necessário compreender o passado aparte de pequenas leituras e análise, buscando visar às formas de mentalidades e costumes das antigas sociedades, dando alteridade ao passado e refletindo no que a sociedade presente mudou ou que marcas do passado gradua hoje atualmente.

REFERÊNCIAS

APOLLINAIRE, Guillaume. La Roma de Los Borgia. Barcelona, Icaria, 1981, p. 7-10. (Tradução dos organizadores).

BADINTER, Elizabeth. Um Amor conquistado. O Mito do Amor Materno. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, p. 53-4.

DELUMEAU, Jean. A Civilização do Renascimento. Lisboa, Estampa, 1984, v. II, p. 90-1.

Extraído de Ragionamenti d'Amore, de Agnolo Firenzuela, 1552.

FLANDRIN, Jean-Louis. A vida sexual dos casais na antiga sociedade: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: Ariès, Ph. e Béjin, A. (org.). Sexualidades Ocidentais. Lisboa, Contexto, 1984, pp. 111-7.

FOUCAULT, Michel. Nós, Vitorianos. In: história da Sexualidade – I: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, Cap. 1, pp. 21-4 e 36.

GUINZBURG, Carlo. O Queijo e os Vermes. São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p. 234.

HELLER, Agnes. O Homem do Renascimento. Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 124.

LARIVAILLE, Paul. A Itália no Tempo de Maquiavel. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 207-210

ROSSIAUD, Jacques. La Prostitution em El medievo. Barcelona, Editorial Ariel, 1986, p.199-200. (Tradução dos organizadores).

TREVOR-ROPER, H. R. “A Obsessão das Bruxas na Europa dos séculos XVI e XVII”. In: op. cit., pp. 73-8.

VAN DULME, Richard. Los inícios de La Europa Moderna (1560-1648). México, Siglo Veintiuno Editores, 1984, pp. 191-2. (Tradução dos organizadores).

WILHELM, Jacques. Paris no Tempo do Rei Sol (1660-1715). São Paulo, companhia das Letras, 1988,

Tempo, retórica e história no Livro Antepimeiro da História do Futuro, de Antônio Vieira.

Patricia de Freitas Camargo¹

Apresento aqui uma parte da minha pesquisa de doutorado, em curso no Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo, sobre o conceito de tempo no *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, do Padre Antônio Vieira (1976). Desenvolvo esta pesquisa numa região de intersecção dos estudos literários e históricos, pois ela trata de um *modo de ler* textos do século XVII.

Parto de uma perspectiva que pode ser chamada de *arqueológica*, no sentido utilizado por Michel Foucault. Seu trabalho oferece elementos que se provaram úteis e mesmo necessários para este tipo de leitura, embora as conclusões a que chegou sejam decididamente discutíveis.

Por um lado, a tese de Foucault de que há uma *episteme* – o conjunto de códigos fundamentais de uma cultura – que articula as representações e que não é a mesma nas diferentes épocas é fundamental para o problema da legibilidade de textos antigos. Sua descrição da *episteme* do século XVII no livro *As palavras e as coisas* (2009), embora limitada ao contexto francófono, demonstra, no plano da linguagem e das ciências, o que significa pensar através de categorias diferentes. Por outro lado, as discontinuidades ficam em suspenso. Perdem-se os desvios e as passagens para uma cultura que abandona a percepção do semelhante como categoria cognitiva. É neste ponto que faço apelo ao trabalho de dois estudiosos alemães: Walter Benjamin e Reinhart Koselleck, que propuseram o *tempo*, ou melhor dizendo, o modo de conceber o *tempo*, como participante de modos particulares de *ver* e *representar*.

Seguindo a tese de Walter Benjamin (1994, 2006) de que o tempo marca de modo profundo o modo de ver e representar a experiência, e seguindo Reinhart Koselleck (2007) no pressuposto de que entre um modo de ver o passado e um determinado horizonte de expectativa situa-se o que se poderia chamar de *tempo histórico*, proponho esta pesquisa no sentido de questionar, a partir do conceito de *tempo*, algumas generalizações sobre práticas de representação produzidas

¹ Universidade de São Paulo – FFLCH

por volta do século XVII que foram agrupadas sob a denominação de “barrocas” segundo um juízo plástico proposto por Heinrich Wölfflin (1984) que foi posteriormente aplicado às letras e se perpetuou na crítica ao longo dos séculos XX e XXI, com poucas exceções.

Uma crítica desafiadora a esse conceito de *barroco* foi apresentada por João Adolfo Hansen (2001) diante da evidência de uma heterogeneidade desse conjunto, e é sobre essa heterogeneidade que pretendo refletir, seguindo ainda a recomendação benjaminiana de que o desvio é a meta do crítico. O que pretendo expor com este trabalho não é a possibilidade de se reagruparem práticas de representação em diferentes classificações, mas de se propor um outro critério para sua consideração – a temporalidade que as articula –, de modo que elas deixem de funcionar de modo ilustrativo (ou seja, de concordância entre um modelo formal e seus exemplares) e passem a funcionar de modo crítico, ou seja, como reflexão arqueológica sobre práticas remanescentes ou extintas. No caso, a prática remanescente é a histórica; a prática extinta é a retórica teologicamente articulada.

Tomando a história como *prática* determinada por uma historicidade também no sentido examinado por Michel de Certeau em *A escrita da história* (2010), em que ele reflete sobre a *operação historiográfica*, a análise do texto de Vieira que apresento aqui, limitadíssima em razão do formato da apresentação, parte da letra do texto e de seus condicionamentos formais e a ultrapassa, incluindo condicionamentos exteriores a ele – sua finalidade, os lugares de quem o produz e de quem o recebe. E para colocar em prática esta disposição, é preciso compreender os objetos que neste tempo recebemos e conservamos.

Falemos da própria *História do Futuro*. Seu *Livro Antepimeiro* teve a primeira edição em 1718, vinte e um anos após a morte de Vieira. Os capítulos da *História do Futuro* propriamente dita, que até onde se sabe permaneceu como obra inacabada e fragmentária – e fonte de grande controvérsia quanto ao seu lugar no interior do conjunto dos escritos de Vieira – receberam sua primeira edição só em 1918, feita por João Lúcio de Azevedo. A essa altura, já não restava ao sonhado Quinto Império de Vieira senão o estatuto de mito ou utopia, designações produzidas por uma *episteme* que não reconhece aquela história como ela mesma se auto-intitulava.

Nossa indagação sobre a legibilidade de um texto do século XVII se coloca nesse momento em que a *História* de Vieira deixa de ser reconhecida como história, e passa a ser lida como um novo objeto: uma obra *literária*. Nesta nova condição, ela é afastada de sua função inicial para

desempenhar o papel de monumento de cultura. A obra histórica morre; permanece o seu “cadáver”, famosa metáfora de Vieira que se encontra no “Prólogo do Auctor” do primeiro tomo dos Sermões:

“Leitor: Da folha que fica atrás (se a leste) haverás entendido a primeira razão ou obrigação, porque começo a tirar da sepultura estes meus borrões, que sem a voz que os animava, ainda ressuscitados são cadáveres”. (VIEIRA, 1951 I: LXI).

A advertência de Vieira se referia ao significado prático do sermão: ele não era uma memória da Escritura, mas o discurso de *contato* entre a Escritura e a vida cotidiana. Neste sentido de atualização constante de um discurso colocado em confronto com o decurso cotidiano, a palavra é viva e operante: o dizer é um fazer, porque na retórica jesuítica, é um *mover*.

No entanto, a recepção da obra de Vieira nos séculos seguintes partia de outros pressupostos. A leitura em chave retórica transformou aquela obra em monumento literário ao valorizar esteticamente uma prática que, em seu tempo, tinha outro significado – e isto já evidencia uma pluralidade de práticas e sentidos abrangidos no termo *retórica*, muitas vezes utilizado impropriamente no singular². O que na escrita de Vieira era arte de dizer o *verdadeiro* por meio da especulação racional e da representação por meio de figuras e tropos passou a ser lido superficialmente como *ornato* ou *figuras de linguagem* na tradição portuguesa das belas-letas. Assim a obra de Vieira foi, nos séculos seguintes, apreciada e estudada sobretudo por seu traço mais evidente: a incrível habilidade lingüística e retórica, que lhe valeu o título de “imperador da língua portuguesa”, conferido por ninguém menos que Fernando Pessoa.

Já no século XX, e em particular nas últimas décadas, os estudos vieirinos receberam grande fôlego, tanto pela edição de manuscritos inéditos como pelas leituras de historiadores, interessados não só nos sermões, mas também nas cartas. O interesse é justificado: pode-se dizer que Vieira presenciou todo o arco do século XVII europeu como experiência temporal e espacial. Ele viveu de 1608 a 1697, entre a colônia e as cortes européias – cruzou sete vezes o Atlântico, sobrevivendo a corsários e naufrágio. Viveu entre cristãos e judeus, entre índios e cortesãos, na intimidade de reis e no isolamento imposto pelo Santo Ofício. Além de viver seu século, Vieira o *descreveu* em cartas, sermões, e num conjunto de papéis vários que

² Marc Fumaroli, já em 1980, chamou a atenção para essa heterogeneidade das retóricas no século XVII em seu *L'âge de l'éloquence* (2002).

normalmente são reunidos como *obra profética*, a parte que foi menos editada – com um tanto de ironia do destino, já que Vieira fala de seu tratado sobre a interpretação das Escrituras como “palácios” em comparação com as “choupanas” de seus sermões.

Muitas vezes, porém, o empenho historiográfico acabou por deixar um pouco de lado a retórica de Vieira para colocar em exame o teor documental e a ação política do jesuíta. O que gostaria de demonstrar aqui é que, no caso específico dos textos de Vieira, a retórica não pode ficar ‘de lado’ no tratamento da ‘matéria histórica’: ela faz parte de uma unidade retórico-teológico-política, uma espécie de ‘trindade’ (no sentido católico) no plano da representação no século XVII ibérico. Alcir Pécora propôs a tese dessa unidade em seu excelente estudo sobre os sermões de Vieira, *Teatro do Sacramento* (1994), contra leituras consagradas de um Vieira “barroco” e “contraditório”. Pécora demonstrou que contradições no nível textual e na própria ação política proposta nos sermões são aparentes, e se desfazem à luz da doutrina de sua época. A leitura do *Livro Antepimeiro da História do Futuro* confirma essa tese, e abre um campo de indagação que antecede a leitura dos escritos de Vieira como documentos, e que poderia talvez fazer justiça a uma história que ‘envelheceu’: a *História do Futuro*.

Basta pensar que a cronologia dessa história parte da Criação do mundo e inclui episódios bíblicos (torre de Babel, dilúvio universal), apresentados em concordância com o sentido dos descobrimentos marítimos e com a Restauração do trono português no século XVII, e fica evidente que a verdade histórica, como a concebemos hoje, não é uma categoria do mundo de Vieira. A verdade de um jesuíta do século XVII é a Verdade divina, *Verbo* que se fez carne em Cristo e que se revela nas reiteradas figuras de Sua presença. Uma reiteração que é acúmulo, sim, de palavras e imagens: não um acúmulo como gosto estilístico, mas um gosto pelo acúmulo significativo, enquanto evidência da *Revelação* – em palavras e coisas. Lê-se no capítulo X do *Livro Antepimeiro*:

“Este mundo é um theatro, os homens as figuras que nelle representão, e a historia verdadeyra de seus successos huma comedia de Deos traçada e disposta maravilhosamente pelas idades da sua Providencia. E assim como o primor e subtileza da arte comica consiste principalmente naquella suspensão do entendimento e doce enlevo dos sentidos, com que o enredo os vay levando após si, pendentess sempre de hum successo para outro successo, encubriendo-se de industria o fim da historia, sem que se possa entender onde irá parar, senão quando já vay chegando e se descobre subitamente entre a expectação e o applauso;

assim Deos, soberano Author e Governador do mundo, e perfeytissimo Exemplar de toda a natureza e arte, para mayor manifestação de sua gloria e admiração de sua sabedoria, de tal maneyra nos encobre as cousas futuras, ainda quando as manda escrever primeyro pelos profetas, que nos não deyxá comprehender nem alcançar os segredos de seus intentos, senão quando já tem chegado ou vão chegando os fins delles, para nos ter sempre suspensos na expectação e pendentos de sua Providencia.” (VIEIRA, 1976 I: 172)

É um dos inúmeros lugares comuns no século XVII o *teatro do mundo* a que se refere Vieira, assim como o é o *desengano*, emulação da comédia de Deus. Claro: comédia no sentido de representação dramática que termina bem – como a *Divina Comédia*, de Dante Alighieri. Essa “*mise-en-intrigue*” (como a nomearia, talvez, Paul Ricoeur), poderia evocar o teor narrativo investigado por Hayden White, e por isso faço desde já um esclarecimento: o fato de indagar sobre o aspecto narrativo da história não é a afirmação de uma existência absolutamente literária dos fatos históricos (como sugere a frase de Roland Barthes “Le fait n’a jamais qu’une existence linguistique”, que serve de epígrafe ao livro *The content of the form*, de Hayden White). Justamente porque o conceito de *ficção* é diverso num tempo em que o mundo é a ficção (no sentido etimológico) de um Artífice supremo, considero mais adequada a tese de Michel de Certeau, segundo a qual os *fatos* são *significantes* a serviço de uma *verdade* que constrói a sua organização. Nesse sentido faz-se necessário considerar historicamente o conceito de *verdade* e o de *significação*, sem cair num relativismo que arrisca perder o contato com seus objetos – que no século XVII são, em boa medida, objetos metafísicos.

Na representação de Vieira, a metáfora é de palavras, mas a *analogia* é substancial: a linguagem figurada da *História* é emulação da linguagem *figurada* da revelação divina. O Verbo não é um verbo qualquer. Como se pode ler na *Chave dos Profetas* de Vieira, Deus se serve de dois alfabetos nas Escrituras: “um, com que escreve e significa as cousas através de letras; e outro, com que escreve e significa certas cousas através de outras cousas. Ora, assim como pode significar-se uma única cousa através de muitas letras, assim através de muitas cousas.” (VIEIRA, 2013 II: 154)

Essa escritura com as coisas é o que Vieira lê no tempo: sua história é uma escritura, uma escritura engenhosa na qual a *concordância* entre Antigo e Novo Testamento é confirmada na *concordância* entre as Escrituras e os eventos históricos, porque a história é, para Vieira, o lugar do *cumprimento* das profecias e prefigurações da consumação do Reino de Cristo na

Terra. Diz ele no *Livro Antepreimeiro*: “Ninguém ignora que as profecias do Apocalypse (e mais as que ainda estão por cumprir) são próprias do tempo que hoje corre e hão de parar no fim do mundo” (VIEIRA, 1976 II: 133). É a “história verdadeira” dos eventos no tempo que revela a verdade da história em seu *fim*. Neste sentido, o “descobrimento” do futuro, em concomitância com os descobrimentos marítimos, não é apenas um jogo de palavras: ele é a inscrição nas coisas daquilo que fora prenunciado nas palavras:

“O tempo (como o mundo) tem dous emispherios: hum superior e visível, que he o passado outro inferior e invisível, que he o futuro. No meyo de hum e outro emispherio ficão os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que himos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa. Desde este ponto toma seu principio a nossa historia, a qual os irá descobrindo as novas regiões e os novos habitadores deste segundo emispherio do tempo, que são os Antipodas do futuro. Oh, que de cousas grandes e raras haverá que ver neste novo descubrimento!” (VIEIRA, 1976 II: 72)

Para Vieira, a concordância dos descobrimentos no espaço e no tempo era indício inequívoco da iminência da instauração do Quinto Império, na interpretação figural das escrituras e dos acontecimentos: a *semelhança* tanto de palavras (“descobrimento”) como de realidades (o descobrimento de um novo hemisfério terrestre, o descobrimento de um outro suposto “hemisfério” temporal) era o ponto de contato entre os eventos. E toda a compreensão histórica dessa figuração é teologicamente organizada a partir de duas outras categorias: a identidade e o juízo.

Em sua introdução à tradução portuguesa da *Chave dos Profetas*, João Adolfo Hansen (2013) examina essas quatro categorias da hermenêutica de Vieira. A identidade se aplica ao conceito indeterminado e indeterminável de Deus: Deus é, como disse a Moisés: “Eu sou”. Esse ser, o único que não se refere a outra coisa, que não é signo de nada porque ele *é* a Coisa, não é, segundo a teologia católica, diretamente conhecível, mas é indiretamente *reconhecível* em sua criação – no mundo, e no universo criado, visível ou invisível. Uma criação que, tendo em Deus sua causa primeira, dele participa por *analogia* de proporção e proporcionalidade: Deus está presente nos seres criados, não em uma proporção idêntica, mas hierarquicamente distribuída – o que evidencia também que a hierarquia e a diferença são lidas como *naturais*.

Neste tempo, conhecer é o mesmo que interpretar, interpretar o mundo como realidade significativa, passar do signo visível àquilo que é dito por meio dele. Aqui apresenta-se o problema apontado por Foucault: nesse mundo em que tudo é signo – palavras e coisas – “as semelhanças exigem uma marca, uma vez que nenhuma delas poderia ser notada se não fosse marcada de modo legível. (...) Que forma constitui o signo no seu valor singular de signo? É a semelhança.” (2009: 43).

A esse problema da circularidade da *alegoria factual*, o século XVII responde com a doutrina do *juízo*. Esta última categoria é de fundamento essencialmente teológico, mas é ela que sustenta a doutrina da representação figural e *aguda* nesse tempo. O juízo é a faculdade do reconhecimento do verdadeiro, é o intelecto humano iluminado pela luz da Graça para assemelhar-se ao intelecto divino, de modo que não se aproximem coisas ou palavras quaisquer, mas coisas e palavras que *revelam* o criado como discurso divino, Verdade eterna, inscrita nas coisas e nas palavras presentes no tempo. A agudeza e arte de engenho não são, portanto, categorias estéticas no sentido romântico do gosto, mas categorias de distinção intelectual (e portanto social, numa sociedade hierárquica) teologicamente articuladas. O dizer do tipo *discreto*, que se opõe ao dizer do tipo *vulgar*, é uma operação semiótica e simbólica: define um lugar social enquanto realiza a leitura de realidades e palavras e sua tradução em imagens verbais.

Nessa chave, o tempo é lido como *imagem* do eterno, onde o intelecto encontra não a Verdade, mas os signos de revelação da Verdade, e a história – que para Vieira, é a história da constituição do corpo místico de Cristo, que é a Igreja – é a confirmação da verdade da doutrina, como se lê no *Livro Antepimeiro*:

“Assim que podemos dizer em huma palavra que a primeyra e principal fonte, e os primeyros e principaes fundamentos de toda esta nossa Historia he a Escritura Sagrada, com que vem a ser um só livro e hum só author o que nella principalmente seguiremos: o livro, a Escritura; o author, Deos.” (VIEIRA 1976 II: 198)

“Porque assim como nos annos de Christo houve infancia, puericia, adolescencia e, depois, idade perfeyta, assim nos annos e duração da Igreja ha a mesma distincção e successão de idades, com que o corpo mystico delle vay crescendo e augmentando-se sempre mais até chegar e encher a perfeycão ou medida da mesma idade de Christo. (...)”

E seria não só contra a ordem da natureza, senão contra a decência da mesma idade, que não fosse mais sabia a Igreja nos maiores annos do que o tinha sido nos menores.”
(VIEIRA 1976 II: 199)

Vemos que se trata não apenas de um *estilo*, mas de uma *linguagem* particular. A significação não se apóia na relação de referência entre um significante e um significado, mas na relação de semelhança entre a Verdade e os signos que a revelam.

Neste ponto já é possível compreender porque a *História do Futuro* pode ser chamada, com razão, de “cadáver”. Sem a metafísica que a fundamenta, suas figuras se reduzem a ornato retórico. Sua verdade desaparece: a verdade da *definição do ser* do Quinto Império – que seria o estado futuro do Reino de Cristo na Terra – só sobrevive como uma leitura alegórica na *episteme* pós-iluminista: uma imagem que remete a outra coisa, mas não à história.

É diante desse cadáver monumental que se poderia indagar sobre o lugar da teologia e da retórica na teoria da história – porque, talvez, da velha ‘trindade’ (retórica, teologia, política), a política não seja o único resíduo na prática historiográfica. Para usar aqui uma imagem benjaminiana que aparece no início do texto “Sobre o conceito de história”, em que o materialismo histórico é articulado pela teologia (e é significativo que o texto se abra com uma alegoria), coloco, em caráter seminal, o questionamento da idéia de uma grande ruptura com o pensamento do século XVII. Contra a tese de Michel Foucault e mesmo, em certa medida, a de Reinhart Koselleck, proponho a leitura de um modelo de filosofia da história que se afirmou cerca de um século depois da malograda *História* de Vieira, mas que em tantos aspectos se aproxima do modelo metafísico de ler o tempo, e não apenas pela fé na razão especulativa. Tomo um pequeno exemplo da *Razão na História* de Hegel:

“A investigação filosófica pode e deve começar o estudo da história apenas onde a Razão começa a manifestar sua existência no mundo (2004: 108)

Nada pode revelar-se em sua verdade, em sua universalidade concreta, a menos que haja uma consciência que o perceba. A liberdade nada mais é senão o reconhecimento e a adoção de objetivos materiais universais como o Direito, a Lei e a produção de uma realidade que esteja em conformidade com eles: o Estado (2004: 109).

A hipótese da manifestação concreta de um princípio reconhecível, indiretamente, através de sua manifestação, e a concordância entre Espírito e ordem institucional parecem mais vizinhas dos princípios da *História* de Vieira do que se poderia supor. Não há uma doutrina do juízo, mas uma doutrina da liberdade: a de que a liberdade é *manifestação* da Razão no intelecto. A própria idéia de uma história universal, em progresso unívoco e absoluto (que permite distinções entre ‘evoluídos’ e ‘primitivos’, e as conseqüentes práticas no plano social e político), é a representação de uma marcha teleológica que termina, ela também, na *perfeita manifestação* do Espírito.

À diferença dos princípios doutrinários da *História* de Vieira, aqueles da filosofia da história de Hegel encontraram na *episteme* moderna um lugar privilegiado, orientando o olhar histórico e representações posteriores. Podemos reconhecer na categoria do *progresso*, que é um modo qualitativo de ver o tempo, um exemplo importante – não por acaso criticado por Walter Benjamin em sua investigação sobre o conceito de tempo moderno e o que ele chama de “fantasmagorias do presente”.

Não pretendo absolutamente supor equivalências conceituais, e sim chamar a atenção para conceitos que podem desnaturalizar leituras do presente. Nesse sentido, não acho que seja adequado falar hoje de uma ‘atualidade’ de Vieira, evocada muitas vezes em contextos comemorativos, e menos ainda de um saudoso ‘resgate’ de uma visão de mundo que mal conseguimos compreender. Extrair os textos de sua condição histórica pode, incidentalmente, satisfazer um prazer estético atual, ou permitir que os textos se transformem em novos significantes: a título de exemplo, cito a Caetano Veloso que canta “Triste Bahia”, atribuída a Gregório de Matos, ou Haroldo de Campos que “resgata” um Gregório revolucionário³. As apropriações e deslocamentos fazem parte da ‘vida’ de objetos e palavras; no entanto, é preciso lembrar que poeticamente as palavras têm vida própria, mas *historicamente* não.

Nesse sentido, a compreensão histórica do texto busca sua origem. Não propõe uma classificação formal de um discurso do passado a partir de conceitos do presente, dizendo o que ele *é*, mas busca indagar, na medida do possível, sobre o que ele *era*, em sua materialidade e em seu fundamento, para compreender criticamente o que dele nos restou, e talvez o que dele se perdeu.

³ A inversão de sentido dos textos atribuídos a Gregório de Matos aqui citadas foram apontadas por João Adolfo Hansen (1996) e Márcio Augusto de Moraes (2003).

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas I*. São Paulo, Brasiliense, 1994.

_____. *Passagens*. Minas Gerais/São Paulo, Editora da UFMG/FAPESP, 2006.

DE CERTEAU, Michel. *A escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Le parole e le cose*. Milano, Rizzoli, 2009.

FUMAROLI, Marc. *L'âge de l'éloquence*. Geneva, Droz, 2002.

HANSEN, João Adolfo. Barroco, neobarroco e outras ruínas. In: *Teresa – Revista de literatura brasileira*. DLCV-FFLCH-USP. São Paulo, Editora 34, 2001 (número 2)

_____. Chave dos Profetas: Deus, analogia, tempo. In: VIEIRA, A. *Obra Completa*. Tomo III vol. II. Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

_____. Floretes agudos e porretes grossos. *Folha de São Paulo*, caderno Mais!, 20.10.1996.

HEGEL, G.W.F. *A Razão na História*. São Paulo, Centauro, 2001.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passato*. Bolonha, Clueb, 2007.

MORAES, Márcio Augusto. *A ordem do jogo: o caso Gregório de Matos. Estudo das relações existentes entre as antologias e as biografias do poeta seiscentista*. FFLCH USP, 2003.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do sacramento*. São Paulo/Campinas, Edusp/Unicamp, 1994.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro (Livro Antepimeiro)*. Ed. crítica de José Van Den Besselaar. Münster Westfalen, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1976 (2 vol.).

_____. *Obra Completa*. Tomo III vol. II (Chave dos Profetas). Org. Pedro Calafate. Lisboa, Círculo de Leitores, 2013.

_____. *Sermões*. Vol. I. Porto, Lello e Irmão, 1951.

WHITE, Hayden. *The content of the form*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1987.

Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EduFOP, 2013. (ISBN: 978-85-288-0326-6)

WOLFFLIN, Heinrich. *Concetti fondamentali della storia dell'arte*. Milano, Longanesi, 1984.

Um legado Farroupilha: o IHGRS na construção da cultura histórica riograndese (1920-1930)

Nayara Emerick Lamb*

Declarada em 1835, a partir do *Manifesto* do General da Fronteira de Jaguarão, Bento Gonçalves da Silva, no qual afirmava ser a revolta, brasileira e sem fins separatistas, a Farroupilha só teria fim em 1845, a partir dos esforços pacificadores do então barão de Caxias, caracterizando-se como o mais longo conflito militar ocorrido em solo nacional. Nos quase dez anos de conflito, a “*revolta beligerante*”, como nomeada pelo presidente deposto Antonio Rodrigues Fernandes Braga, teve seus desígnios e ideais convertidos de uma revolta personalista, empreendida contra as forças e pessoas estabelecidas no poder da província, em um movimento de caráter republicano e separatista com uma defesa ampla do ideal federalista, distinguindo-o dos demais movimentos contestatórios ocorridos em solo nacional.

A longevidade do conflito, sua amplitude extraestadual¹, as transformações políticas da região², as variedades ideológicas, os contatos internacionais advindos da necessidade de sustentação do confronto e mesmo o amplo e apaziguador processo de pacificação permitiram que a Farroupilha rendesse uma fortuna crítica em relação aos demais eventos ocorridos na região. Findo o movimento político, sua narrativa permitiria um constante estágio de rememoração dos eventos, sustentando a presença dos fantasmas e a necessidade das honrarias que o passar dos anos fixaram em um longo processo de construção histórica.

Entretanto, antes que possa receber uma significação, uma determinada experiência histórica experimenta constantes estágios de reelaboração, para que finalmente seja aceita como experiência valorosa do tempo. A nosso ver, tais embates se dão principalmente na arena da historiografia, pensando-a como um dos espaços onde os projetos e planos de *uso* do passado são postos à prova da sociedade, um espaço onde versões podem ser formuladas e reformuladas de acordo com os interesses e valores de uma determinada época e de uma determinada sociedade, no que Fernando Sánchez Marcos nos auxilia, afirmando que

* Mestre pelo programa de História Política da UERJ (PPGH-UERJ) em 2012, e Arquivista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

¹ Lembramos aqui o fato de a Farroupilha ter extrapolado as fronteiras regionais, desenvolvendo-se também na província de Santa Catarina com a implementação da República Juliana, e também extranacional com as diversas incursões dos rebeldes em terras uruguaias, paraguaias e argentinas.

² Refiro-me aqui à declaração de independência e a separação da província da comunhão nacional. Ver: FLORES, Moacyr. **Modelo Político dos Farrapos**. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Los debates sociales sobre el pasado son sumamente relevantes, porque en ellos no está en juego un simple conocimiento erudito sobre la historia, sino la autocomprensión de la comunidad en el presente y su proyección en el futuro (SÁNCHEZ MARCOS, 2009: 03).

Nesse sentido, nossa proposta no presente trabalho é compreender o papel do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), fundado em 1920, na fixação do movimento Farroupilha na Cultura Histórica do Rio Grande do Sul. Para tal, pretendemos, a partir das publicações da Revista Trimestral do IHGRS, observar o papel que a Farroupilha desempenhou no projeto historiográfico da instituição. Acreditando que este projeto se reflete na natureza e variedade dos temas desenvolvidos e estudados por seus membros e em especial no que era publicado ao longo das páginas de sua Revista.

Reconhecer o papel do movimento Farroupilha no projeto historiográfico do IHGRS, naquela que seria a última década da primeira república, nos permitirá compreender o processo de construção do valor associado pela sociedade riograndense ao evento até os dias de hoje e que o permite ser festejado, ano após ano, nas celebrações da *Semana Farroupilha*. Principalmente, tendo em vista a noção de que a relação que uma sociedade estabelece com seu passado perpassa a apropriação que esta mesma faz dos modelos explicativos desenvolvidos pela historiografia e que sua construção se dá a partir das experiências do passado em relação com as projeções de expectativas para o futuro. E identificando a Cultura Histórica como um sistema de representações que permite que uma sociedade e os indivíduos que a compõem relacionem o passado e o presente numa perspectiva coletiva de futuro, fornecendo valores definidos e definidores de um determinado espaço-tempo que se somam à forma como esses indivíduos enxergam a si mesmos, e logo, como constroem sua identidade (SÁNCHEZ MARCOS, 2009:01).

Ao pensar sua heterogeneidade e variação temporal, podemos considerar que a historiografia sobre a Farroupilha, grosso modo, dividiu-se em duas linhas de interpretação. Basicamente, podemos ver uma linha que a apresenta como uma revolta fratricida, de uma população que não pôde compreender os problemas da nação, e quis, através da força, impor sua vontade sobre os demais, abandonando a comunidade nacional em seu momento de maior fragilidade. Uma segunda linha defende, apóia, entende e reivindica os ideais do movimento e de seus dirigentes como o momento principal de uma tradição de luta pela liberdade e, em

alguns casos, pela República e pela Federação Brasileira, dada a associação – ainda que questionável por alguns³ – dos ideais ao movimento.

Essa subdivisão já pode ser vista claramente nas produções do século XIX, especialmente nas duas primeiras grandes obras sobre o tema: *Guerra Civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe, produzida ainda em 1880 e publicada em 1881; e *História da República Rio-Grandense*, de Joaquim Francisco de Assis Brasil, publicada em 1882. A primeira voltando-se para a defesa do Império em relação à “rebelião” levantada pelos homens do Sul; e a segunda defendendo a posição sulista na luta pela liberdade e em especial pelos aspectos republicanos e federalistas do movimento Farroupilha. Mas antes destas haviam sido publicadas diversas memórias e relatos de ex-combatentes narrando suas impressões e/ou eventos ocorridos ao longo dos quase dez anos de conflito, após as quais centenas de obras seriam publicadas até a atualidade buscando compreender as causas do conflito, justificar as atitudes rebeldes ou imperiais, compreender os personagens envolvidos ou analisar situações específicas do confronto.

Já em 1860, o embrionário Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul⁴, no texto introdutório do que seria sua primeira revista editada no século XIX, aponta que a Farroupilha fazia parte direta da história regional, sendo talvez o que havia de mais particular a então província de São Pedro em toda a sua história: “o que há de particular é somente a guerra civil, só os seus sucessos são os que nos tocam individualmente” (FIÃO & D'ANDRADE, 1860 (1): 03).

Mas apesar de suas especificidades, a produção historiográfica do Rio Grande do Sul esteve sempre ligada às metodologias, teorias e formas da produção nacional. Segundo Moacyr Flores: “A história elaborada no Rio Grande do Sul, apesar de regionalista, esta vinculada às ideias e filosofias vigentes no Brasil”, mas que

A busca de uma consciência que identificasse o sul-rio-grandense, diferenciando-o dos demais brasileiros, criou uma vasta bibliografia regionalista, produzida por liberais,

³ Aponta-se, em alguns casos, que a presença do ideal esteja associada à identificação com o movimento de independência Norte-Americano ou mesmo com a Revolução Francesa, no entanto, a maior parte dos autores apontam sua imposição como fruto de um posicionamento político específico de uma pequena parcela do grupo rebelde, levada à tônica principal por Antonio de Sousa Neto, quando da ausência do líder principal Bento Gonçalves da Silva, preso na Bahia, e sabidamente monarquista convicto. Cf.: FLORES, Moacyr. *Modelo Político dos Farrapos*. 3ª Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985; GRIJO, Luiz Alberto & NEUMA, Eduardo Santos. *O continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010; LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983; etc.

⁴ A experiência de fundação do IHGRS em 1860 foi fruto do trabalho do barão de Porto Alegre, chegando a publicar dois números da intitulada “Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro”. No entanto, extinguiu-se brevemente – a Revista e o Clube – já em 1862, em função da Guerra do Paraguai. Ver: “QUEM SOMOS”. In: <http://www.ihgrs.org.br/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

historiadores municipais, profissionais de história e tradicionalista (FLORES, 1989:09).

Justamente essa busca por uma especificidade regional vai levar, em 1920, à re-fundação do IHGRS como legatário de uma longa tradição historiográfica regional que teria começado em 1853 com João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, então Presidente da Província, e com o IHGRS fundado em 1860 pelo barão de Porto Alegre.

A re-fundação do IHGRS, em 1920, "*veio preencher uma sensibílissima lacuna no nosso meio intelectual*" (COLLOR, 1921:06), segundo nos conta Lindolfo Collor no artigo introdutório da primeira Revista Trimestral publicada em 1921 pela instituição. Assim como as demais instituições congêneres, o IHGRS seguiu os passos de sua matriz, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), construindo para si um espaço cômodo junto às autoridades locais, e de prestígio para os pesquisadores da história regional a partir de 1920.

As primeiras décadas da República no Brasil foram marcadas por mudanças de ordem política, econômica e social. A partir de 1889 um clima de tensão invadiu a vida da sociedade brasileira constituindo uma nova realidade pautada nas transformações políticas do período. Nesta mesma lógica, Marieta Moraes Ferreira e Sumara Conde Sá Pinto afirmam que a década de 1920 foi um período de grande efervescência e profundas transformações no processo republicano experimentado no Brasil desde a última década do século XIX. "*Mergulhado numa crise cujos sintomas se manifestaram nos mais variados planos, o país experimentou uma fase de transição cujas rupturas mais drásticas se concretizaram a partir do movimento de 1930*" (FERRERA & PINTO, 2011: 389).

A esta época, no Rio Grande do Sul, o cenário não seria muito diferente: novos valores, em choque com os antigos, produziram um clima de tensão igual ou superior ao visto no restante do território nacional. Joseph Love destaca o Rio Grande do Sul como uma anomalia política e econômica da época, o que perduraria até a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, funcionando como fator de instabilidade do período (LOVE, 2006:111).

Contudo, apesar das efervescências e das transformações sociais que marcaram a década de 1920 no Brasil, pouco será alterado no que diz respeito à forma de escrita da História em vigor desde o XIX. A inauguração de um novo modelo historiográfico no Brasil dar-se-ia principalmente a partir da década de 1930. Na década de 1920, a produção historiográfica nacional, continuaria voltada para uma escrita pedagógica da nação e a serviço do campo político, com foco na idealização das conquistas e nos sucessos da implantação do modelo republicano (JANOTI, 2010:131). Velhos modelos, novos enfoques.

No campo historiográfico, segundo Ieda Gutfreind, a década de 1920 no Rio Grande do Sul, será marcada pela emergência de uma noção otimista de “*rio-grandinização do Brasil*”, expressa pela ideia de integração do Brasil sob a liderança riograndense (GUTFREIND, 1992:35). Em suas palavras:

O clima de otimismo que alardeava as condições morais do estado, a certeza do futuro promissor do Rio Grande do Sul, o qual a sociedade passava a repetir, a possibilidade e a capacidade de liderança do Rio Grande do Sul criaram um corpo de ideias que passaram a ser aceitas e defendidas pela maioria da sociedade que se expressava política e intelectualmente (GUTFREIND, 1992:35).

Para Ieda, a partir da criação do IHGRS, o Rio Grande do Sul ganha a possibilidade da construção de um estudo científico, positivo e metodológico da história, marcado pela noção de uma ciência exata baseada nos estudos das leis imutáveis, somados à imparcialidade e neutralidade que garantiriam o livre exercício da história (GUTFREIND, 1992:25). Já Moacyr Flores afirma que “*O IHGRS, fundado em 1920, tornou-se uma força propulsora da pesquisa histórica, coletando documentos, promovendo cursos, congressos e publicando revista especializada*” (FLORES, 1989:10). Seguindo uma tendência de sistematizar a história regional a partir da ação do homem e da terra, o IHGRS teria sido um dos principais grupos a influenciar e agrupar os intelectuais da região envolvidos na produção de sua própria história e, influenciando profundamente na construção da *Cultura Histórica Regional* de 1920 em diante.

O uso das experiências passadas se expressará com precisão a partir da publicação, em 1921, da primeira Revista Trimestral do IHGRS, editada como canal de divulgação de seus feitos no processo/projeto de resgate do passado regional. No texto introdutório, Lindolfo Collor afirma que a Revista Trimestral seria “*o veículo para a publicação de todos os trabalhos históricos e geográficos elaborados pelos sócios do Instituto*” e de divulgação documental, indicando o papel que a publicação teria para os trabalhos produzidos pela instituição e aqueles documentos considerados vitais:

Vivendo precipuamente pela sua “Revista”, o Instituto Histórico valerá por um permanente estímulo intelectual para a elaboração de trabalhos sobre a história e a geografia do Rio Grande. Esta publicação que ora aparece será não só um repositório de trabalhos originais no gênero, mas ainda, e talvez sobretudo, um esforço continuado e metódico na divulgação de elementos históricos que jazem desconhecidos nos arquivos públicos e particulares (COLLOR, 1921:06).

Publicada ininterruptamente ao longo da década de 1920, a Revista Trimestral foi criada segundo a experiência bem sucedida de sua matriz no Rio de Janeiro, a Revista

Trimestral do IHGB, e também da experiência da revista publicada ainda em 1860 pelo embrião do IHGRS. Nesse sentido, a partir de 1921, a Revista assumirá o papel de propulsionar os projetos do IHGRS, assim como todas as expectativas que os membros da instituição tinham, seja para a história regional, seja para o próprio Rio Grande do Sul. Mantendo a linha apresentada já por Ieda Gutfreind, a Revista do IHGRS será um dos principais veículos de divulgação do *destino manifesto* do Sul.

Enquanto primeiro volume, a Revista de 1921 tinha como objetivo central esclarecer ao leitor o que seria o IHGRS, à que ele estaria dedicado e o quê o grêmio deveria representar para a sociedade riograndense, suas metas e desejos para a região e tudo aquilo que era considerado precioso dentro da história regional. E já em suas páginas vemos o interesse dos membros do IHGRS pela Farroupilha. Dos 28 trabalhos publicados nas páginas dos 03 volumes trimestrais de 1921, pudemos identificar a presença de 03 trabalhos com referência direta à Farroupilha e um número incontável de citações e referências ao evento e principalmente à memória do evento nos discursos, atas e solenidades presentes naquele que seria o primeiro volume da Revista. Indicando-nos desde o início que a Farroupilha seria um dos temas que comporia o projeto historiográfico da instituição.

Se o "Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul" conseguir converter em realidade os seus anhelos, como é de esperar, porque nós o queremos, dentro de um tempo que não pode estar muito longe, **a terra dos farroupilhas legendários** terá a carta [mapa cartográfico] e as demais informações de que falou o filósofo Frances [Cousin] e, destarte, com real proveito para seu progresso crescente e invejável, será conhecida, devidamente conhecida "urbi et orbi" [à cidade e ao mundo] (DOCCA, 1921:134). Grifo nosso.

Já na citação posta acima, Sousa Docca afirma que o trabalho do IHGRS, caso fosse bem sucedido, permitiria ao Sul alcançar a "*terra dos farroupilhas legendários*". Afirmando com isso, que o sonho Farroupilha ainda não havia se concretizado, mas que a expansão da cultura e o desenvolvimento e reconhecimento do estado, proporcionados pela produção de sua história, levaria o Rio Grande do Sul ao ponto almejado pelos homens de 1835.

Em investigações anteriores⁵ constatamos que a produção historiográfica sobre a Farroupilha teve seu auge na primeira metade do século XX, o que acreditamos ser fruto do valor atribuído à possibilidade de uma experiência republicana vivenciada já na primeira metade do XIX, ponto que concedia ao evento importância redobrada na primeira fase da

⁵ No trabalho monográfico de conclusão do curso de bacharelado em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob o título: *Do Esgotamento da Palavra: o Papel do Projeto Político Farroupilha na Emergência da Identidade Riograndense, no ano de 2009*, apresentamos uma análise da produção historiográfica sobre o tema, ao longo do século XX, juntamente com a análise da difusão e das influências dos ideais do grupo dirigente local farroupilha na formação da identidade riograndense.

República Brasileira. Sendo assim, em tempos de valorização do Rio Grande com foi a década de 1920, nada mais natural que a Farroupilha ganhasse destaque dentro do projeto historiográfico do IHGRS.

Em um primeiro levantamento, contatamos que ao longo de toda a década de 1920⁶ foram publicados na Revista um total de 195 trabalhos. Destes, 30 são destinados, em alguma medida, a estudos biográficos – biografias, notas biográficas, elogios históricos, necrológicos e mesmo notas genealógicas entram nesta categoria; 14 corresponderam à edição fragmentaria de 5 livros completos – "A Invasão Paraguaia", do cónego João Pedro Gay, "Memórias Economo-políticas" do visconde de São Leopoldo, Antonio José Gonçalves Chaves, "Viagem ao Rio Grande do Sul" de Augusto St. Hilaire, traduzido por Adroaldo Mesquita da Costa, "História dos Jesuítas no Ministério do Marques de Pombal" do padre João Baptista Hafkemeyer, e "Vida e Obras do Padre Roque Gonzales de Santa Cruz", pelo padre Carlos Teschauer; 15 correspondem à publicação de documentos ou coletâneas documentais consideradas importantes para a história regional; 07 foram memórias ou recordações; 11 foram discursos dos mais variados temas; e 25 foram publicações de expedientes burocráticos da administração do IHGRS. As demais 93 publicações corresponderam a artigos sobre os mais variados temas referentes a história, geografia, poesia, cultura e filologia regionais.

Na análise dos temas, constatamos que, dentre os 195 trabalhos publicados, os únicos temas que se repetem são: a influência do vocabulário indígena tupi no Brasil e especialmente no Rio Grande do Sul, com um total de 14 trabalhos destinados ao tema; e justamente a Farroupilha, com um total de 26 trabalhos, entre memórias, artigos, documentos e discursos, distribuídos entre praticamente todos os anos do recorte aqui apresentado⁷. Esse dado por si só já salta aos olhos pela atenção dada ao evento na variedade de formatos dedicados a sua análise e apresentação.

É interessante notar que dos 26 títulos identificados não há repetição de autores, nos indicando que o tema era interesse de uma grande parte dos membros do recém-formado IHGRS e não só de um pequeno grupo. Nestes artigos a Farroupilha é analisada em seu aspecto legal, constitucional, religioso, personalista, regional, político e militar. Mas são justamente as publicações documentais que encontram seu maior volume, seguido das edições

⁶ Correspondo às revistas entre 1921 e 1931, tendo em vista que a publicação referia-se sempre ao ano anterior.

⁷ As exceções são os volumes de 1922 e 1924: 1922, destinado inteiramente à publicação das primeiras partes das obras "Memórias Econômo-políticas" do visconde de São Leopoldo e da "Viagem ao Rio Grande do Sul" de Augusto St. Hilaire, assim como de uma conferencia referente ao Centenário da Independência; e 1924, à publicação de 22 trabalhos, dos quais 14 fazem referencia direta ao expediente interno e externo do instituto.

de memórias. Num total de 12 publicações, os documentos, as coletâneas e os "*apontamentos documentais*", seriam o carro chefe dos esforços do IHGRS para a construção da história da Farroupilha. Seguindo a lógica de que é de posse dos documentos que o historiador constrói o passado, os membros do IHGRS passam já a partir da década de 1920 a publicar um repertório documental que visava servir de subsídios para a construção daquela história. Nas palavras de Florêncio Abreu "*a nossa tarefa limitar-se-á a coligir, classificar e conservar documentos; acumularemos matérias para a posteridade*" (SILVA, 1921: 125).

A partir desta breve quantificação⁸ podemos identificar que o movimento Farroupilha se apresentaria como um importante viés temático onde os membros do IHGRS procuraram ao longo da década de 1920, identificar e distinguir o Rio Grande do Sul do restante do Brasil, imprimindo nele um valor historiográfico. Da mesma forma, o evento passa a compor os quadros do projeto historiográfico do IHGRS de 1920 desde sua primeira publicação.

Desenvolvendo esse valor, o IHGRS produzirá ao longo de toda a primeira metade do século XX cerca de 100 trabalhos referentes à Farroupilha, indicando que a presença do movimento no projeto historiográfico do instituto não será apaziguada com o passar dos anos e mesmo com o afastamento dos membros fundadores⁹. A Farroupilha se manterá como evento chave da escrita do passado regional e como assunto central na produção do instituto ao longo da primeira metade do século XX.

A nosso ver, a inserção direta da Farroupilha no projeto de escrita do passado que os membros do IHGRS desenvolveram implica na construção de um espaço de valor para o movimento. Em especial, a partir de sua inserção nos quadros da Cultura Histórica regional, e por permitir a expectativa de um futuro de prestígio e reconhecimento para aquela sociedade da última década da primeira República Brasileira, a partir do uso e construção de um passado honrado.

Definida por Fernando Sanchez Marcos como "[...] *el modo concreto y peculiar en que una sociedad se relaciona con su pasado.*" (SÁNCHEZ MARCOS, 2009:01), a *Cultura Histórica*, como dito acima, é o modo como uma sociedade expressa suas relação entre o

⁸ Esse breve artigo não tem por intenção esgotar o tema, tendo em mente que uma análise mais profunda deste objeto se faz necessária, especialmente a partir de uma análise qualitativa dos artigos somente levantados aqui. No entanto, a natureza deste trabalho não permite uma exploração mais diversificada do tema devido às dimensões do mesmo.

⁹ A grande maioria dos membros fundadores não ultrapassará a década de 1950 nos quadros do IHGRS, em geral por falecimento. Ver: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. Site destinado a apresentar e divulgar o IHGRS. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.

passado, o presente e o futuro. Jörn Rüsen, afirma que a cultura histórica é “[...] o campo em que os potenciais de racionalidade do pensamento histórico atuam na vida prática” (RÜSEN, 2010:121), indicando que a cultura histórica é o espaço de atuação do conhecimento histórico na vida prática dos indivíduos de uma sociedade.

Rüsen afirma ainda que os vínculos estabelecidos entre os indivíduos e seu passado, dentro da cultura histórica, estão diretamente ligados à experiência e interpretação do tempo praticada por estes mesmos indivíduos.

La cultura histórica se refiere por tanto a una manera particular de abordar interpretativamente el tiempo, precisamente aquella que resulta en algo como “historia” en cuanto contenido de la experiencia, producto de la interpretación, medida de orientación y determinación de la finalidad (RÜSEN, 2009:06).

Sendo assim, o processo de produção da história aponta para um campo de práticas e processos que permitem que os indivíduos de uma sociedade usem as experiências do passado como medida entre o presente e uma determinada expectativa de futuro (KOSELLECK, 2007:309). No caso do IHGRS, o que vemos é a construção de um espaço institucional – social e físico –, legatário das experiências passadas (IHGB e IHGRS de 1860), voltado para a produção da história regional com o intuito de construir um espaço identitário para o Rio Grande do Sul dentro da História Nacional.

Justamente a recorrência da temática nos quadros da produção do IHGRS, é o que nos leva a afirmar que a Farroupilha não só foi parte do projeto historiográfico daquela instituição como também que sua recorrência na produção historiográfica, permitiria que a temática fosse incluída na cultura histórica regional através da imersão dessa comunidade na experiência histórica do movimento, permitindo a fixação da Farroupilha como *locus* simbólico em que a sociedade riograndense pode experimentar e vivenciar um passado considerado valoroso.

Utilizada como canal de divulgação das atividades e produções do IHGRS, a Revista Trimestral servirá à instituição como espaço de experimentação para seu projeto historiográfico e para as temáticas nele inseridas. Nesse espaço de experimentação, desenvolvido com base nos sucessos de experiências passadas, os membros do IHGRS construíram seu projeto historiográfico projetando no presente do Rio Grande do Sul da década de 1920, uma expectativa de um “*destino manifesto*” de grandeza e privilégios em um futuro próximo. E é dentro destes projetos e projeções que vemos a Farroupilha ganhar espaço como temática fundamental da história regional, construindo assim uma fortuna crítica para a experiência que a permitiria manter-se viva na cultura histórica regional.

BIBLIOGRAFIA

- ARARIPE, Tristão Alencar. **Guerra Civil no Rio Grande do Sul: memória acompanhada de documentos lida no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Porto Alegre: Corag, 1986. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1881.
- BRASIL, Assis. **História da República Rio-Grandense**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1981. Edição fac-similar do original publicado: Rio de Janeiro: Typ. De G. Leuzinger & Filhos, 1882.
- COLLOR, Lindolfo. **A História e o Instituto Histórico**. In: Revista do IHGRS, ano 1, 1921, p.03-07.
- FERRERA, Marieta Moraes & PINTO, Sumara Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. in: FERRERA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORG). **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P. 387-415.
- FLORES, Moacyr. **Historiografia: estudos**. Rio Grande do Sul: Editora Nova Dimensão, 1989.
- GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- GRIJO, Luiz Alberto & NEUMA, Eduardo Santos. **O continente em Armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL. **Sítio destinado a apresentar e divulgar o IHGRS**. Disponível em: <http://www.ihgrgs.org.br/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2013.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônico. O Dialogo Convergente: Políticos e historiadores no início da república. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (ORG.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010. P. 119-143.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Editora da PUC/Rio, 2007.
- LAMB, Nayara Emerick. **História de Farrapos: biografia, historiografia e cultura histórica no Rio Grande do Sul oitocentista**. Dissertação de mestrado, apresentada ao PPGH-UERJ, sob a orientação da profª dr.ª Márcia de Almeida Gonçalves como requisito final para obtenção do título de Mestre em História. Rio de Janeiro, 2012.
- LAMB, Nayara Emerick. **No Esgotamento da Palavra: o Papel do Projeto Político Farroupilha na Emergência da Identidade Riograndense**. Trabalho monográfico, apresentado ao IFCH-UERJ, sob a orientação da profª dr.ª Márcia de Almeida Gonçalves como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História. Rio de Janeiro, 2009.
- LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845)**. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1983.
- LOVE, Joseph L. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- PICCOLO, Helga. O processo de Independência no Rio Grande do Sul. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.
- RÜSEN, Jörn. (2009). **¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia?**. Cultura histórica. [Versión castellana inédita del texto original alemán en K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). Historische Faszination. Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar y Wenen: Böhlau, P. 03-26]. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf. (acesso em 25/06/2010).
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da História III - História Viva: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UNB, 2010.

SÁNCHEZ MARCOS, F. (2009). **Cultura Histórica**. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf. (acesso em: 25/06/2010).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Historia do Brasil Nação: a abertura para o mundo (1889-1930) v 3**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SILVA, Florêncio Abreu e. **Discurso de Posse**. In: Revista do IHGRS, ano 1, 1921, p.120-126.

FIÃO, José Antonio do Valle Caldre & D'ANDRADE, José Maria. **O Instituto Histórico**. In: Revista do IHGRS, tomo 1, 1860, p.03-13.

DOCCA, Emilio Fernandes Sousa. Discurso do orador oficial, tenente Sousa Docca. In: Revista do IHGRS, ano 1, 1921.

Um “mundo de essências íntimas”: historicidade e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda

Raphael Guilherme de Carvalho*

A história e a contemplação da natureza são meios para se chegar à potenciação do ser humano e do valor do homem através da energia espiritual e consciente de si mesmo.

Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento*.

Introdução

Investigar a noção de historicidade envolvendo o clássico ensaio *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda é o objetivo central deste trabalho. Seguindo a abordagem da História Intelectual, procuramos, de um lado, compreender a obra em sua historicidade, em seu momento singular de enunciação; de outro, explorar o conteúdo do objeto intelectual, qual seja, a maneira como o ensaísta articula as categorias temporais na apreensão de sua circunstância em processo de mudança temporal. Koselleck, autor fundamental da História Intelectual, é a referência para se pensar a historicidade no clássico ensaio. Ele assevera que a teoria da história tem entendido a historicidade como “delineamento das condições de possibilidade para a história em geral e para a disciplina histórica mais especificamente” (KOSELLECK, 2002: 3). Em todo conceito, realidade ou período histórico a ser analisado pelo historiador estaria em jogo uma determinada relação entre “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, categorias meta-históricas. Aqui, procuramos fazer um uso heurístico da noção de historicidade, isto é, explicitar e discutir de que maneira nos utilizamos das categorias temporais para uma interpretação de *Raízes do Brasil*, ou, colocando de outro modo, como essa noção teórica pôde servir a uma hermenêutica da historiografia.

A historicidade, como foi articulada no clássico de 1936, mostra-se como uma cadeia concreta de um conjunto histórico em processo de mudanças determinadas, ao qual confere sentido. Está profundamente relacionada à “cultura social do tempo” e “consciência de si da sociedade”. A sondagem das raízes históricas da sociedade brasileira é dimensionada, portanto, à luz dos dilemas e vivências do seu tempo; há um esforço de reconstrução do passado que fornece um potencial ativo para suprir demandas existenciais atuais. Crítico dos “doutrinadores do tempo”, as expectativas da categoria de futuro em *Raízes do Brasil*, indeterminadas pela diversidade da experiência histórica, que flutua na superfície do “fluxo e refluxo” de seu “ritmo espontâneo”, não se dobram aos sistemas de pensamento importados, são abertas a “perspectivas” diversas.

Tempo presente e (des)orientação temporal

Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, tributário das discussões do autor no movimento modernista, comprometido com as suas leituras alemãs (e o enraizamento no historicismo apreendido na terra de Goethe, entre 1929-1931), apresenta-se no contexto

* Doutorando no Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR), bolsista de doutorado do CNPq.

brasileiro da década de 1930 como uma resposta aos impasses da modernização do país, uma interpretação capaz de subsidiar a orientação temporal diante da profunda mudança histórica pela qual passava o Brasil naqueles anos. Sérgio Buarque é um dos sustentáculos do que se acostumou a designar o período dos “grandes intérpretes do Brasil” nos anos 1930. O gênero, que por essa época assumiu sua feição marcadamente historiográfica, operaria como efeito de uma situação em que estão ainda mal definidas as fronteiras institucionais entre os vários campos de estudo – como a psicologia, a sociologia, a própria história ou ainda a literatura e a história literária – ocupados em investigar e interpretar a realidade brasileira. Antonio Candido, sobre este período, vai ao ponto de considerá-lo “o traço mais original e característico do pensamento brasileiro” (CANDIDO, 2010: 138). Para ele, o ensaio, aglutinador de observação e imaginação, funcionaria como um elo entre a pesquisa científica e a escritura artística, uma vez que concede à literatura “o fenômeno central da vida do espírito” na cultura brasileira. As ciências humanas apareceriam, do final do novecentos à década de 1930, mais como um “ponto de vista”, de tendência literária, do que como pesquisa objetiva da realidade nacional.

Segundo Fernando Nicolazzi, o ensaio, como forma comum de escrita da história nesse momento, afirmava sua relevância e particularidade na medida em que possibilitava um amálgama de distintas temporalidades que caracterizavam aquele período. Um sentimento de contemporaneidade de ordens temporais diversas caracterizava a convivência, no presente, de estruturas políticas e institucionais arcaicas e a possibilidade de ruptura com estas. Tal coexistência requeria uma forma de escrita que possibilitasse uma vazante a tal simultaneidade temporal, que representa a própria cultura histórica brasileira. (NICOLAZZI, 2008).

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, a percepção da coexistência de tal simultaneidade parece ser a inspiração motivadora da interpretação da brasilidade. Ao contrário de constituir uma narração do suplantar da tradição e do alvorecer do moderno no país – ou da substituição da cordialidade pela civilidade – o ensaio está localizado em uma viva dialética entre a atualização da tradição viva e as virtualidades da modernização (WEGNER, 2006). A historicidade – vista aqui como meta-história ou condição de possibilidade de historicização – em *Raízes do Brasil* parte de uma reflexão sobre o tempo presente, como experiência comum de uma geração, e a coexistência de linhas temporais heterogêneas. Nesse sentido, a temporalidade carrega o fardo da vivacidade ou (ainda) presença das raízes do passado arcaico, tanto quanto a miragem libertadora de um horizonte prenhe de possibilidades. A condição inicial da compreensão da temporalidade singular brasileira seria a compreensão da presença viva de tais categorias no presente histórico em transformação.

No capítulo III do livro (“O passado agrário”), por exemplo, Sérgio Buarque deixa clara tal preocupação ao afirmar que o tema em si do capítulo – “o predomínio esmagador do ruralismo” como fenômeno de primeira ordem do esforço colonizador português – não tem tanto interesse senão “pelo que esclarece sobre as origens de uma situação cuja influência se fez sentir vigorosamente no *desenvolvimento ulterior* da sociedade brasileira [grifo nosso]” (HOLANDA, 1936: 56). A “compreensão do estado de coisas” do passado agrário brasileiro seria fundamental para a compreensão do “estado de coisas” do tempo presente. No capítulo seguinte, o de número V, “O homem cordial”, Sérgio Buarque retoma a argumentação para demonstrar que as sequelas do passado agrário, em contraste com o desenvolvimento da urbanização, acarretariam um “tremendo desequilíbrio social, cujos *efeitos permanecem vivos até hoje* [grifo nosso]” (HOLANDA, 1936: 100). Em última análise, o pivô do desequilíbrio seria o personalismo, de matriz lusa, que dificulta a compreensão da “distinção fundamental

entre os domínios do ‘privado’ e do ‘oficial’” e, conseqüentemente, impossibilita a “ordenação impessoal que caracteriza o Estado burocrático” (HOLANDA, 1936: 100).

Em mais de uma oportunidade, o autor deixa explícito o sentido da “Nossa Revolução” (título do capítulo de número VII, derradeiro) como o “aniquilamento das raízes ibéricas” (HOLANDA, 1936: 137) e “ruína dos velhos hábitos patriarcais” (HOLANDA, 1936: 140). O sentido da transformação em andamento desde 1888, na ótica de Sérgio Buarque, é “a urbanização contínua, progressiva, avassaladora” (HOLANDA, 1936: 141). Seria necessária, portanto, uma liberação da carga do passado colonial, representada pelo amplo domínio rural até então, a fim de que se pudesse realizar o futuro contido em promessa do presente. Essa abertura ao futuro é uma das principais características implícitas no desfecho da obra. O autor não encampa nenhuma das soluções políticas autoritárias que se ofereciam para o futuro próximo da nação. A história e a vida aparecem como, se não a solução para os problemas específicos daquela conjuntura, ao menos o caminho para o esforço de compreensão – via por onde a história se encontra com a vida.

O autor esteve ocupado em determinar o que do passado sobreviveu em “nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo” (HOLANDA, 1936: 3) – sobre o eixo do tempo presente, nas categorias “vida” e “atualidade”. Visamos, então, compreender o valor conferido à experiência histórica brasileira. Em que consiste a advertência do autor sobre o fato de que “vivemos uma experiência sem símile” (HOLANDA, 1936: 3)? O tempo presente, tempo vivido e experimentado interiormente pelo autor, como diria Dilthey, é o quadro de referência principal da historicidade, onde se dá o curso da mudança histórica, e onde estão os empecilhos e ao mesmo tempo o potencial de ruptura para a superação das raízes; funciona como um *médium* entre a experiência passada e a expectativa futura.

A experiência passada: atualização crítica da tradição

Em seguida, ele argumenta que buscar inspiração no passado, à procura de um modelo para a sociedade, nem sempre é um recurso legítimo; afinal, o tempo da *historia magistral vitae* havia se esgotado, segundo a percepção da temporalidade moderna: “E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significa, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente?” (HOLANDA, 1936: 7). Há, portanto, um contraponto entre organizar segundo esquemas artificiais e criar espontaneamente, a partir da *experiência*.

Disso pode-se prever que o olhar de Sérgio Buarque é crítico da tradição encontrada no passado ou, pelo menos, de “certas tradições”. Se o olhar para o passado em si nem sempre é legítimo, o presente então seria o quadro de referências mais importante, porque nele se encontram vestígios da presença do passado na categoria do “atual”. Essas reflexões impedem de se observar em Sérgio Buarque a busca pelas raízes da brasilidade como simples retorno à tradição. Ele rejeita o retorno à tradição como abstracionismo. Seria em vão, como adverte o parágrafo final do primeiro capítulo, “importar dos sistemas de outros povos modernos” ideias, sistemas, teorias capazes de “superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado”. Sérgio Buarque define o nosso vínculo com a tradição lusitana herdada pelo passado colonial como uma “tradição longa e viva”. Vejamos mais de perto o seguintetrefcho: “No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns de nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, [...] uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa” (HOLANDA, 1936: 15).

Se o autor recusa anteriormente o retorno à tradição, esta rejeição aponta contra o abstracionismo destacado dos “quadros de vida”. É nesse sentido que ele rejeita o recurso ao

passado, corroborando-o apenas mediante a percepção da presença do passado, em seus aspectos positivos ou negativos – nos “quadros de vida” atualizados no presente. Então se estabelece uma “ponte”, no presente, para o processo de ultrapassagem das referências do passado no futuro. A tradição, neste caso, não se impõe por si só, mas passa pelo crivo da “atualização”, que pode ser entendida como a compreensão do passado mediada pelas circunstâncias presentes.

No “homem cordial” interpenetram-se distintas temporalidades: a presença no presente de formas legadas do passado ibérico – a visão de mundo personalista, a forma de vida ruralista – e o entrever das possibilidades de atualização dessa tradição nos quadros de vida nacional em transformação – a ultrapassagem das raízes pela via da modernização em curso (tema dos capítulos finais do livro). Aí se instala o impasse entre tradição e modernidade, que requer uma crítica do personalismo no sentido de se promover o processo de depuração e ultrapassagem do peso do passado. Ele, o “homem cordial”, está inserido bem ao meio de uma dinâmica temporal, de valores e projetos em conflito. O homem cordial, então, enquanto categoria de individualidade histórica (MACHADO, 2008: 169) era uma categoria também de cognição da realidade passada e, concomitantemente, presente; sintetiza as persistências do passado, atualizado, e permite entrever as perspectivas atualizadas na contemporaneidade do autor. Sérgio Buarque de Holanda poderia, a partir daí, apontar os dilemas e desafios que se observavam no horizonte, em que parecia esmorecer lentamente o significado da cordialidade (MONTEIRO, 1999: 197-202).

A expectativa futura: ultrapassagem das raízes

A despeito da percepção do autor do inexorável processo de modernização em curso, há uma inegável apreciação de “preservação” (na tradição) de um “quê” não muito bem definido, misterioso, talvez. A isso nós entendemos como “tempo interior”, que cresce organicamente das reservas íntimas e denota a mudança histórica de dentro para fora (CASSIRER, 1995: 303-05). A expressão soa um tanto enigmática: “um mundo de essências íntimas”. Uma última vez Sérgio Buarque vai afirmar sua oposição às ideias importadas e assinalar o peso da experiência histórica própria do Brasil: “não será pela *experiência de outras elaborações* engenhosas que nos encontraremos um dia com nossa realidade [grifo nosso]”. Repercutindo de forma viva e intensa um argumento dos tempos da militância modernista, quando investia já contra uma “elite de sábios sem grande contato com a terra e com o povo”, que insistia em uma “abominável panaceia de construção” (HOLANDA, 1996: 226), o autor diz em 1936 que até “poderemos ensaiar a organização de nossa desordem”, mas há de sobreviver a isso – com certa profissão de fé – “um mundo de essências íntimas” que desdenhe das artificiosas “invenções humanas” (HOLANDA, 1936: 161). Esse mundo de essências íntimas remete certamente às raízes ou à tradição. Nem de todo, retomemos, a tradição é descartada por Holanda, senão naquilo que é inatual ou indesejável. Sobretudo um aspecto da tradição deve ser preservado: a espontaneidade (KENNEDY, 2012). Essa reserva quanto à “temporalidade íntima” do Brasil, espontânea, à qual o “mundo de essências íntimas” está atrelado, é preciosa e ele a defende desde os anos de juventude até a última passagem do ensaio de 1936. Ignorar este “mundo de essências íntimas” em proveito de “esquemas sábios e de virtude provada” seria o mesmo que “ignorar nosso ritmo espontâneo, a lei do fluxo e refluxo, por um compasso mecânico e uma harmonia falsa” (HOLANDA, 1936: 161). Ora, a concepção de tempo histórico que se opõe ao mecanicismo e, também, ao progresso retilíneo é “historicismo” (IGGERS, 1988). Rüsén assevera que a constituição de sentido não se refere somente à memória histórica. Do presente, “dão-se saltos *utópicos* para o futuro, que superam sempre o conteúdo factual do passado”. Esses saltos são fatores de orientação da

existência: “é nessa *ultrapassagem* que reside seu sentido próprio, [...] transformador do mundo”. (RÜSEN, 2010: 135-6).

O que brilhava de mais precioso na tradição brasileira era – e a espontaneidade é a sua correlata – a liberdade. O “mundo de essências íntimas” muito provavelmente se refere à liberdade. Olhando mais de perto a inquietação de Sérgio Buarque em 1926 fica clara essa correlação. Dizia ele: “o erro deles está em querer escamotear a nossa liberdade que é, por enquanto, o que temos de mais considerável” (HOLANDA: 1996, 226). Mas em que termos o autor coloca essa liberdade? Essa liberdade, supomos, liga-se à “juventude” do país. Os tradicionalistas tanto quanto os modernistas se esforçavam por impor à arte brasileira uma ordem: “uma experiência que estrangule de vez esse maldito estouvamento de *povo moço e sem juízo* [grifo nosso]” (HOLANDA, 1996: 226). No Brasil, muita gente invés parecia “lamentar não sermos precisamente um país velho e cheio de heranças” e então mandavam buscar do Velho Mundo os “espartilhos para que a gente aprenda a se fazer apresentável à vista dos outros” (HOLANDA, 1996: 226). Ora, a juventude é o tempo dos sonhos, quiçá das utopias. Sérgio Buarque mesmo o havia declarado, em 1925, *Perspectivas*, que a “hoje mais do que nunca” haveria de ser uma busca principalmente pela “declaração dos direitos do Sonho” (HOLANDA, 1996: 215). É o privilégio de criar, espontaneamente. Há qualquer coisa de onírico no “mundo das essências íntimas”.

De volta à reflexão final de *Raízes do Brasil*, observamos que o autor, ainda distante de proposições, estabelece uma sugestão. As oposições delineadas durante o ensaio, que giram a nosso ver no eixo das temporalidades em convívio, ele afirma que “devem se resolver em um contraponto” para que “o quadro social seja coerente consigo”. A citação a seguir, nesse sentido, é da mais capital importância: “As formas exteriores da sociedade devem ser como um contorno congênito a ela e dela inseparável: emergem continuamente das suas necessidades específicas e jamais das escolhas caprichosas” (HOLANDA, 1936: 161). Assim Sérgio Buarque prevê a realização da experiência no futuro, pelo processo de *ultrapassagem* das raízes. Às “necessidades específicas” associa-se a *experiência histórica*, pois é a partir da reflexão e investigação sobre esta que se lhe conhecem suas particularidades; às escolhas caprichosas se associam, obviamente, as “fórmulas abstratas” e “estranhas à realidade”. Filtradas pelos quadros da atualidade, a interpretação das raízes ganha sentido além: as formas exteriores (os governos ou o Estado) devem emergir da espontaneidade, da liberdade, do elemento humano (dos atores sociais, o povo). Se as forças exteriores devem ser contornos congênitos do social, e dele inseparáveis, obedientes tão somente à “lei de fluxo e refluxo”, as formas de governo autoritárias são tão indesejáveis quanto as pregações dos “doutrinadores do tempo”.

Considerações finais

Uma última palavra acerca da noção de historicidade no ensaio: não seria ao nosso autor que caberia a tarefa de disciplinar o tempo perturbado da nação. Ao negar sistematicamente os “princípios abstratos e inumanos” que presidem as formulações político-intelectuais, recusa também qualquer sentido fixo estabelecido *a priori* para a história. Assim é que a categoria de futuro é aberta a “perspectivas” diversas; o sentido de mudança parte das reservas íntimas, interiores, para o corpo social. Requer conhecimento de si e da experiência histórica da nação. Essa forma de tratamento da temporalidade na obra do autor era muito afim ao “cronótopo” historicista da *mudança histórica* (GUMBRECHT, 2010; IGGERS, 1988). É interessante refletir sobre isso hoje, no tempo em que esse formato moderno do tempo histórico parece estar se exaurindo com a inflação do presente e inacessibilidade ao futuro. Antes, o tempo histórico não obstaculizaria a dinâmica da mudança.

Referências

- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- CASSIRER, Ernst. A conquista do mundo histórico. In: **A filosofia do Iluminismo**. Campinas: EdUnicamp, 1995, p. 267-313.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro, Editora PUC-RJ, Contraponto, 2010.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1936.
- _____. O lado oposto e outros lados. In: **O Espírito e a Letra I (1920-1947)**: estudos de crítica literária. Antonio Arnoni Prado (Org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. Perspectivas. In: **O Espírito e a Letra I (1920-1947)**: estudos de crítica literária. Antonio Arnoni Prado (Org.). São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- IGGERS, Georg. **The german concept of history**: the national tradition of historical thought from Herder to the present. Londres: Wesleyan University Press, 1988.
- KENNEDY, João Eugênio. **Ritmo espontâneo**: organicismo em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. Teresina, Editora da UFPI, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **The practice of conceptual history**: timing history, space concepts. Califórnia, Stanford University Press, 2002.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. *Raízes do Brasil*: uma releitura. In: EUGÊNIO, J. K.; MONTEIRO, P. M. (Orgs.) **Sérgio Buarque de Holanda**: Perspectivas. Campinas, SP: Ed. Unicamp; RJ: Eduerj, 2008.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **A queda do aventureiro**: aventura, cordialidade e novos tempos em *Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1999.
- NICOLAZZI, Fernando. **Ordem do tempo e escrita da história**: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil. Mimeo, 2008.
- RÜSEN, Jörn. **História Viva**. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília Editora UnB, 2010.
- WEGNER, Robert. Um ensaio entre o passado e o futuro. In: HOLANDA, Sérgio Buarque **Raízes do Brasil**. Edição comemorativa 70 anos. Orgs. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Uma iconologia de Frances Yates e a iconologia? a historiografia em torno dos funcionamentos das imagens

Francisco das C. F. Santiago Júnior*

Na fortuna crítica sobre a obra de Frances Yates, existem certos paradigmas interpretativos: (1) a leitura de Ernest Gombrich (1991) segundo a qual, Yates estaria interessada acima de tudo nos sonhos frustrados da história, interpretação reafirmada por Marjorie Jones (2008), principal biógrafa da historiadora. A (2) interpretação feminista desenvolvida por Deanne Williams (2007), na qual o papel social feminino, contudo, não-feminista, da historiadora no cenário acadêmico britânico torna-se um componente do trabalho da historiadora. E (3) versão de Hillary Gatti (2003) que insere a historiadora na continuidade do Instituto Warburg como a identificação das bases históricas do protagonismo imperial que a Inglaterra perdera justamente no século XX¹.

Contudo se reconduzirmos a reflexão sua escrita da história do ponto de vista dos estudos de Yates do que hoje se chama de uma história da cultura visual, podemos abordar outro aspecto central, em geral comentado, mas pouco refletido. Isso tornaria possível também entender seu pertencimento, bem os deslocamentos por ela realizados, a certa tradição cultural intelectual, qual seja, a iconologia warburguiana.

O texto que segue observa, a partir das análises das obras de arte realizadas por Yates nas obras dos anos 1960 e 1970, tenta mostrar como nelas se percebe um conceito transversal de imagem, cuja mobilidade entre palavra e imagem, práticas e representações, permitiu a historiador avaliar a atualização de formas culturais antigas.

Entre a era elisabetana e a tradição hermético-cabalítica

A obra de Yates tem dois temas centrais aos quais ela cruzou no decorrer da carreira. De um lado, estão os trabalhos sobre a relação entre poder político e imagens no período elisabetano, tanto na Inglaterra como na França. Nestes a autora se dedicou a explorar e

* Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFRN.

¹ O quadro acima acompanha apenas as leituras anglo-saxãs da obra da historiadora. As interpretações italianas e alemãs têm focalizado numa revisão dos pressupostos dos estudos sobre a hermética de Yates, destacando-se a relativização do papel do neoplatonismo no Renascimento ou da força desta tradição nas obras de Giordano Bruno e na astrologia.

aplicar o que ela chamou de “método iconográfico”. Destacam-se, de 1948, *French Academies of the Sixteenth Century* (1947), no qual refletiu sobre as cavalarias, paradas e cerimônias reais no mundo francês da passagem do século XVI ao XVII. Em *Queen Elizabeth as Astrea*, de 1949, na qual, Yates indagou sobre o símbolo da virgindade da rainha Elizabeth. Finalmente, em 1954, publicou *The Valois Tapestries*, mais ilustrativo de seus trabalhos com imagens, no qual reflete sobre as tapeçarias das Galerias Uffizi, que retratavam as cavalarias e paradas analisadas iconograficamente pela autora. Yates consolidava uma preocupação temática na qual sua compreensão dos fenômenos artísticos, ou melhor dizendo, da elaboração das imagens, tinha que ser construída no cruzamento entre as várias esferas da cultura, de maneira que estudar imagens era uma forma de acessar e reconstruir os fenômenos políticos.

Por outro lado essa preocupação sofreria um revés e seria ‘substituída’ por outra a partir da leitura dos textos de Eugenio Garin, Paul Kristeller e Donald Clark nos anos 1950. A chave aberta por Kristeller (1986) sobre o papel do hermetismo na formação das concepções renascentistas, e, Eugenio Garin (1994) foram fundamentais para desviar a atenção de Frances Yates para novas fontes renascentistas, as quais a historiadora identificaria como fontes inspiradoras dos ingleses do período elisabetano. O ponto decisivo ocorreu em algum momento entre 1954 e 1957 (JONES, 2008), quando a historiadora começou a se debruçar sobre a importância da tradição hermética e o cristianismo cabalístico, os quais foram sistematizados por outro historiador do Instituto Warburg, Donald Clark (1954). Este sistematizou os “teólogos antigos” em cima da “Prisca Theologia” no artigo *The Prisca Theologia in France*. Nele Clark explicitou a importância do *Corpus Hermeticum*, Hermes Trismegistos, Orfeu, Zoroastro e outras fontes orientais de uma sabedoria anterior a Platão e que, na releitura renascentista, estaria em sintonia com o cristianismo. A reflexão de Clark teve largo impacto nos estudos renascentistas quando lançou *Spiritual and Demonic Magic from Ficino to Campanella*, em 1958.

Frances Yates abraçou, a partir daí a “sobrevivência do antigo” de uma forma nova, estudando a importância desta teologia antiga em sua face hermética e desenvolvendo a tese de que o hermetismo fora o núcleo do platonismo renascentista, o qual fora fulcral na reformulação das bases do conhecimento europeu, revolução esta que se sintetizaria na mística de Giordano Bruno. Escrito entre 1959 e 1961 (JONES, 2008), Yates publicou *Giordano Bruno e a Tradição Hermética* em 1964, obra na qual investiga a importância de

Marsilio Ficino, Pico della Mirandola, Cornelius Agrippa e Giordano Bruno. ‘Surgia’ a figura do mago, o sujeito que era também filósofo e controlador das potências celestiais.

Faltava resolver a questão da importância das artes da memória na tradição hermética, as quais Yates mapearia em *A Arte da Memória* (1966). Este livro condensa toda a força intelectual de Yates numa exploração ampla da força da imagem na elaboração de sistemas intelectuais e de visões de mundo do Renascimento Europeu. A arte da memória é concebida tanto um sistema intelectual treinado, como um *frame* a partir do qual novos sistemas de pensamento e organização do mundo foram criados por meio de uma *tópica* da memória como imagem. Quando a mnemotécnica encontrou a tradição hermético-cabalística, esta teve suas possibilidades potencializadas. Foram as ramificações dessa arte da memória e da tradição hermético-cabalística que ocuparam Yates nos anos 1960 e no início dos anos 1970, em obras como *Theatre of the World* (1969) e *Iluminismo Rosacruz* (1971), este último dedicado à ordem Rosacruz, a qual seria o suspiro da tradição hermética renascentista na primeira metade do século XVII.

A partir do *Iluminismo* a historiadora pôde retornar aos temas do mundo elisabetano, uma vez que o rosacruzismo teria migrado da Inglaterra à Alemanha. A historiadora passou a tecer e propor hipóteses sobre o cenário artístico-religioso e político da Inglaterra de finais do século XVI e início do XVII. Não por acaso a compilação de artigos sobre este período aparece no título *Astraea: the imperial theme in the Sixteenth Century*, de 1975. William Shakespeare fora o tema de um conjunto de palestras em 1975 como *As Últimas Peças de Shakespeare: uma nova abordagem*, nas quais, a autora se debruça sobre a presença e os antagonismos da tradição hermética quando da morte de Elizabeth I e ascensão de James I.

Yates condensou todas estas ideias em *The Occult Philosophy in the Elizabethan Age* (1979), seu último livro, no qual lançou muitas hipóteses sobre as relações europeias com o hermetismo e o cabalismo cristão como alternativas às pressões religiosas do século XVII. Nesta obra, a historiadora demonstra o alcance inglês da hermética como uma forma de tolerância religiosa que poderia florescer num catolicismo flexível, e, principalmente, num protestantismo aberto, espaço para formação da individualidade, a construção de arbítrios políticos entre nações independentes do credo e a quebra de autoridade religiosa das igrejas instituídas. Vários pensadores, poetas e artistas desfilam pelas suas páginas, como Marsilio Ficino, Pico della Mirandola, Cornelius Agrippa, Giordano Bruno, Francesco Giorgio,

Jonathan Spenser, George Chapman, John Dee, Albert Durer, Matthias Gerung, Lucas Cranach, William Shakespeare na última aplicação da iconografia à tradição oculta.

Iconologia entre memória e tradição: história da arte e a tradição Warburg

Nas obras dos anos 1960 e 1970, Frances Yates apropriou-se da tradição iconológica de Aby Warburg, posicionando-se dentro desta para compreender os hibridismos culturais que observava na formulação do (1) hermetismo como fenômeno histórico-intelectual e da (2) memória como um sistema de organização e apropriação visual-espacial. Demonstrou sua presença não apenas nos escritos filosóficos-místicos renascentistas, mas também em uma série de interpretações de telas, peças e poemas renascentistas, tais como *A Primavera*, de Sandro Boticelli, *Melancolia I*, de Albert Durer, *Sonhos de uma Noite de Verão* e *A Tempestade*, de William Shakespeare e no plano arquitetônico do *Globe Theatre*, em Londres.

Tais obras seriam objetos e/ou metáforas para compreensão e ação no mundo, dotados de poderes “herméticos”. Veremos agora como a singular abordagem iconográfica na obra de Yates, por meio da análise das suas interpretações das obras de arte e teatrais, trabalhava com um conceito transversal de imagem, o qual lhe permitia “passar” por diferentes mídias para realizar uma hermenêutica histórica da cultura visual renascentista. Para tanto serão mencionados, de maneira rápida, momentos nos quais, em duas de suas obras sínteses (*The Art of Memory*, 1966; e *The Occult Philosophy in Elizabethan Age*, 1979) ela realiza interpretações de obras de arte, plantas arquitetônicas, poemas e peças teatrais. Em outra ocasião (SANTIAGO JR, 2012) realizamos a análise de sua abordagem da *Primavera*, de Sandro Botticelli, e da Capela Arena, de Giotto, e agora passaremos imediatamente ao caso do *Globe Theatre* e depois a comparação entre as telas melancólicas do norte da Europa com *The Shadow of Night*, poema de 1594 de George Chapman.

1. Os teatros do mundo: o Teatro da Memória de Camillo e o *Globe Theatre*

A Arte da Memória está repleta de momentos nos quais imagens visuais são interpretadas como constitutivas de práticas culturais mais amplas. Se na arte da memória latina os lugares amplos foram fóruns e templos, enquanto a figura da catedral emergiu no período medieval como *locus* privilegiado na qual seriam dispostos os *loci*, o teatro foi a forma mnemônica do Renascimento. A análise da obra de Giulio Camillo e seu *Idea del Teatro*, de 1550, é começo da abordagem dos planos arquitetônicas materiais (ou

construídos) como imagens dotadas de poder mágico. No teatro de madeira de Camillo, por exemplo, ocorre um passeio invertido do teatro no qual os *loci* estão relacionados à tradição hermética e ao cabalismo cristão. As figuras astrais encabeçam os *loci* como portais na reorganização da alma, agora concebida não mais como rememoradora dos destinos no além-vida, mas como refletora de toda a ordem do universo, a qual, o visitante do teatro seria capaz de entender, alcançar e manipular. Diferente do teatro convencional no qual o espectador estaria voltado para o palco, o espectador está no palco e subiria as arquibancadas, as quais, ordenadas diferentemente, tendo imagens e poderes especiais, serviriam de iluminação ao caminhante, dos segredos do universo.

Yates tenta demonstrar a presença da cabala e do hermetismo em Camillo. Em especial, evidencia os lugares dos planetas como as portas de acesso às sefirots cabalísticas, as quais, no Teatro, seriam lugares eternos de memórias que permite a lembrança do universo por meio da associação orgânica de suas partes. Desta maneira, o “Teatro de Camillo representa, portanto, o Universo que se expande a partir das causas primeiras através dos estágios da Criação” (YATES, 2006, p. 184). Na interpretação da historiadora, o Teatro “é, portanto uma visão de mundo e da natureza das coisas, contempladas do alto, a partir das próprias estrelas e, mesmo, das fontes sobrecelestes da sabedoria, ainda mais além” (YATES, 2006, p. 187). O Teatro torna-se aqui, mágico, talismânico, servindo para trazer a influência celeste para dentro da memória, tornando divino o homem ao ligá-lo com os poderes divinos cosmos.

Robert Fludd daria continuidade às concepções de Camillo e teria sido muito inspirado por Cornelius Agrippa. Cruzando o lulismo com a hermética, ele se propôs com um mago hermético cristão e partiu da ideia renascentista do teatro como forma de espelhar o cosmos na alma humana. Fludd, porém, afirma que os lugares de memórias devem ser “reais”. Ele propõe uma memória artificial baseada em duas artes: a arte circular, que utiliza de imagens dos seres que não são compostos pelos quatro elementos, ou seja, anjos, demônios, efígies de estrelas, deuses e deusas; e a arte quadrada, composta por homens, animais e objetos. A primeira corresponde ao segundo nível das coisas celestes da tradição oculta, enquanto a segunda contempla o plano terreno.

A arte circular usa as imagens talismânicas, ou seja, as efígies de estrelas, estátuas de deuses e deusas que são animados pelas influências celestes e é superior a arte quadrada e

suas imagens do mundo terreno conhecido. A arte da memória de Fludd combina essas duas “artes”. Fludd deixa claro que seus edifícios de memória espelham céu na terra e vice-versa para fazer interagir as potências celestes e o homem. Seus edifícios de memória correspondem aquilo que chamaríamos de palco. Os lugares das potências celestes correspondem à ordem natural dos lugares de memória que é baseado no zodíaco. A ordem zodiacal é na verdade, uma forma de memória do universo, e, por tabela, do próprio homem.

Yates seguiu de perto o *Utriusque Cosmi, Maioris scilicet et Minoris, metaphysica, physica, atque technica Historia* (1617), texto de Fludd no qual sua arte da memória hermética é explicitada. Ela explora as imagens do livro e mostra como a editoração foi fundamental para construir seu sentido ocultista. Nele, um diagrama dos Céus aparece em página contraposta à gravura do Teatro, espelhando um no outro. Neste “palco” “são encenadas comédias e tragédias” (FLUDD apud YATES 2006, p. 407). Yates então segue a hipótese de que o teatro retratado em *Utriusque Cosmi...* era uma planta do *Globe Theatre*, onde a companhia de Shakespeare encenava suas peças. A função deste Teatro é manipular as estrelas no interior do homem por meio de imagens astrais, de maneira que um palco torna-se a encenação do próprio universo no microcosmo do ser humano.

Segue-se uma argumentação pesada na qual Yates cruza várias informações para provar que o teatro da memória fornece uma pista da planta arquitetônica do *Globe Theatre*, destacando-se o fato de que o teto de seu palco possuiu desenhos do zodíaco e dos sete planetas, refletindo no céu os dramas humanos encenados no palco. O palco pode assim ser concebido como mágico.

2. As telas da melancolia e a tradição oculta.

Em *The Occult Philosophy in the Elizabethan Age*, de 1979, Yates enfrentou a gravura da *Melancholia I*, de Durer além de uma série de outras figurações da melancolia do século XVI. Seu expediente foi na verdade iluminar a interpretação destas telas por meio de sua comparação com o poema obscuro de George Chapman, *The Shadow of Night*, de maneira a demonstrar a penetração na filosofia oculta no mundo elisabetano.

Frances Yates oferece uma interpretação alternativa a *Melancholia I*, de Durer, àquela desenvolvida no monumental *Saturno e a Melancholia*, de Panofsky, Saxl e Klinbansky. Neste, a gravura seria a melancolia inspirada frustrada e as asas dobradas da figura seriam o sinal de

sua frustração, demonstrando o sofrimento do gênio criativo, que incapaz de expressar suas visões, cai em uma melancolia inativa.

O argumento da historiadora inglesa é que o cabalismo presente em Agrippa vazou para Durer, para quem a “religião se reforçava com a magia hermética e cabalística” (YATES, 1992, p. 101). Era fundamental, portanto, reinterpretar a gravura a partir deste novo substrato histórico, o que tornaria a figura um sinal da magia branca. Yates intui que seguindo o ocultismo de Agrippa, pode-se tomar que a gravura de *São Jerônimo em seu estúdio*, geralmente ligada a *Melancolia I*, corresponderia à melancolia III de Agrippa, fase da melancolia na qual o intelecto inspirado se elevava até as coisas divinas. A autora retoma essa interpretação quando se debruça sobre a relação entre o poema de George Chapman *The Shadow fo Night* com telas contemporâneas da melancolia. Se existe uma novidade nessa interpretação de Yates é a de conceber a associação da tradição hermético-cabalística com o tema da melancolia como um tópico histórico.

É quando Yates começa a comparar os trechos de *The Shadow of Night* e transforma estes trechos em descrições poéticas (diríamos, *eckfrasis*) em visualizações da gravura *Melancolia I* e *São Jerônimo*, de Durer, e a tela *Melancolia*, de Matthias Gerung, pintada em 1558, que se evidencia o “retorno” definitivo do método iconográfico da análise do mundo elisabetano, fundido às interpretações históricas da tradição hermética. Chapman elabora “luminosas visões lunares” (YATES, 1993, p. 229) num poema no qual a palavra melancolia nunca é usada. O humor choroso, contudo, é noturno, o que pode ser indicativo do que no século XVI se tomava como o humor melancólico. *The Shadow of Night* seria uma descrição da melancolia inspirada de Agrippa e, segundo Yates, uma elaboração de imagens poéticas informadas pelas imagens melancólicas de Durer e Gerung do século XVI.

Após levantar vários trechos do poema e compará-los às imagens, a historiadora levanta a hipótese da relação entre a melancolia e o imaginário noturno e lunar do período elisabetano e do retorno a estes símbolos nas bodas da filha de James I em 1613. Todas essas imagens estariam ligadas ao culto elisabetano da noite e da Lua, ligadas as alegorias panegíricas de Elizabeth como Astraea. No poema e no contexto de Chapman, a pureza lunar da rainha, dotada de uma autoridade mágica, assume a mesma função “diamantina” da foice de Saturno, qual seja, extirpar o impuro, presente em peças como *Sonhos de uma Noite de Verão*, ou nos elementos cabalísticos de *Mercador de Veneza* e em *A Tempestade*, todos de

Shakespeare. De certa forma, ela realiza o tomo final da obra *Saturno e a Melancolia*, de Panofsky, Klymbaski e Saxl, uma vez que os capítulos de 12 a 15 de *The Occult Philosophy...* discutem a apropriação da melancolia inspirada como tema espiritual-artístico-moral-político no norte da Europa, e, principalmente, no cenário inglês. As concepções melancólicas tornam-se um episódio específico da tradição oculta, menos do que um motivo pictórico-literário, num episódio de uma tradição religiosa-espiritual europeia.

Imagem como conceito transversal

Ao que parece, embora ela nunca tenha conceituado e explicitado sua metodologia com clareza, para Frances Yates o método iconográfico consistia justamente na interpretação dos motivos visuais presentes nas telas com os *topoi* literários, de maneira a tentar reconstruir o substrato histórico no qual eles geravam sentido. Estaria aí pressuposta a ideia de uma relação inescapável, na interpretação da arte, como uma relação entre texto e imagem. Contudo, a historiadora parece ter ampliado os princípios históricos da relação entre palavra e imagem, e partir da exploração da tradição hermético-cabalista, transformando os vários elementos da cultura material escrita e imagética em sinais deste padrão cultural de produção de bens em variados suportes.

Proporcionalmente, o desvio para a “tradição hermético-cabalista”, para a “filosofia oculta”, para o “cabalismo cristão”, para o “hermetismo” e o “ocultismo”, todos nomes que a autora usa, permitiu a Yates encontrar um substrato cultural a partir do qual ela pudesse interpretar uma série de obras literárias e pictóricas. O nexos texto-imagem (caro a Aby Warburg e todos os seus continuadores) aqui sofreu um deslocamento: de interpretação e sintonização com a realidade política num cenário de luta religiosa ou construção do elogio e das conciliações ou disputas políticas, como nos primeiros estudos de Yates, passou-se à reconstrução das apropriações espirituais da filosofia oculta, de maneira que sua manifestação na forma de poemas, tratados mnemotécnicos, peças teatrais, quadros, gravuras, cartas, manifestos, cenários, plantas teatrais, tratados morais, tratados místicos, obras filosóficas, etc., eram a própria realização da tradição oculta, que na sua textualização e visualização eram atualizadas e se confrontavam com seus adversários religiosos-políticos-estéticos.

Neste cenário, o talismã, conceito sistematizado por Yates em *Giordano Bruno e a Tradição Hermética*, permitiu-lhe encontrar uma chave metodológica para enfrentar o substrato cultural da produção de imagens-textos. No livro da *Arte da Memória*, o nexos

texto-imagem foi levado ao limite pela imposição do próprio tema: a reconstrução, no decorrer dos séculos, de sistemas de imagens como técnicas para a rememoração transformadas pela tradição hermética, a qual, transformava objetos em formas mágicas.

Isso significou alguns saltos interpretativos da análise historiográfica de Yates: 1) a aceitação da historicidade da tradição oculta em sua mutabilidade constante no decorrer do renascimento; 2) a aceitação da diversidade dessa arte em suas diversas realizações por seus expoentes, em especial, pelos magos como Ficino, Camillo, Fludd ou Bruno; 3) a identificação de nexos históricos a partir da leitura de imagens espelhadas em textos e de textos espelhados em imagens da tradição hermética. *A Arte da Memória* concebe a memória como constantemente transformada em imagens mentais, as quais, contudo, dependem de uma série de treinos e inovações textuais, visuais e mentais, cujos poderes ocultos, ou seja, sua capacidade de espelhar o mundo no homem e vice-versa deveriam ser ampliados.

Uma vez que a arte da memória tinha que passar entre imagens mentais, textuais e visuais, produzindo imagens na mente, em textos e em imagens visuais, ela passou a definir certo padrão da cultura dos sujeitos estudados por Yates. De onde se conclui que a historiadora demonstrou um mecanismo próprio da memória como cultura visual (expressão que ela não usou), entendida aqui como os mecanismos e obras que apresentam e representam a realidade para uma determinada sociedade a partir de imagens dos mais variados tipos, como memória.

Frances Yates, assim, estudou a gestação de imagens a partir das apropriações das artes ocultas. Para isso teve que deixar de lado qualquer ideia reducionista de iconografia como um estudo de formas definidas (sejam motivos ou *topoi*) e passou a, cruzando toda sorte de fontes, observar a mobilização visual das artes ocultas. Vasculhou poemas, cartas, peças, tratados, telas e gravuras em busca das imagens ocultistas, e, para tanto, teve que entender este ocultismo como uma matriz cultural produtora de imagens. Estas eram associadas ao cenário político-religioso, propondo-se como parte de todo um mundo histórico europeu. A interligação dos fenômenos históricos ao redor dessas imagens, com as disputas e implicações políticas sobre as metáforas e metonímias ocultas, demonstram que suas conjecturas históricas não contemplavam a história da arte, mas esta apresentava sinais dos capítulos das disputas religiosas e espirituais do Renascimento europeu.

Não se pode negar, contudo, que após *Illuminismo Rosacruz*, Yates lançou-se no reino das conjecturas e tentou criar elos históricos entre sujeitos diversos. Investindo nas análises “iconográficas” ela demonstrou as apropriações variadas do ocultismo em restaurações históricas frágeis dos laços ocultistas. Ainda assim o método manteve-se intacto. Nos exemplos que usamos neste texto, observamos justamente as variações do estabelecimento entre os nexos entre texto-imagem a partir do enfrentamento que a historiadora empreendeu com as obras (as vezes de artes) textuais e visuais. Nestes casos os elementos visuais são mais evidentes na análise da historiadora: a maioria referem-se às presenças astrais e à repetição, de alguma forma, da presença das imagens planetárias ou espirituais superlunares, os talimãs.

Num certo sentido, tratava-se de certa magia produzir imagens astrais. Se fazer imagens é uma tática mágica em qualquer que seja o suporte, e Frances Yates seguia essa produção de imagens, ela procurou desenvolver, de forma modesta talvez, uma variação da ciência das imagens. Tratava-se, portanto, de uma iconologia, o uso da relação entre texto e imagem para reconstrução de nexos históricos, uma ciência das imagens para encontrar padrões culturais (no caso a tradição hermética) elencados como tema de pesquisa histórica numa concepção transversal de imagem.

Referências bibliográficas:

CLARK, Donald. P. The prisca theologia in France. **Journal of the Warburg and Courtauld Institutes**, London, v. 17, n. 3/6, 1954, 204-259. Disponível em: www.jstor.com . Acesso: jan. 2012.

GATTI, Hilary. Frances Yates’s hermetic renaissance in the documents held in Warburg Institute Archive. **Aries**, Vol. 2, n. 2, pp. 193-210, 2002.

GARIN, Eugenio. **Idade Média e Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1994.

GOMBRICH, Ernest. La evaluación de las Corrientes esotéricas: conmemoración de la obra de Frances A. Yates (1899-1981). **Tributos**: versión cultural de nuestras tradiciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1991, p. 207-214.

JONES, Marjorie G. **Frances Yates and the Hermetic Tradition**. Lake Worf: Ibis Press, 2008. Edição Kindle.

KLIBANSKI, Raymond; PANOFSKY, Erwin; SAXL, Fritz. **Saturno y la Melancolia**. Madrid: Alizanda Editorial, 2012.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer histórias com imagens: arte e cultura visual. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, jan-jun, 2006.

KRISTELLER, Paul. **El Pensamiento Renascentista y las Artes**. Madrid: Taurus Ediciones, 1986,.

MENESES, Ulpiano. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, vol.23, n.45, São Paulo, Julho 2003.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000100002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em fevereiro de 2012.

MITCHELL, W.J.T. **Teoría de la Imagen**. Madrid: Akal, 2009.

ROIS, John Michael. Ars Memoriae, philosophy and culture: Frances Yates and after. In: MAGEE, Glenn (org.). **Philosophy and Culture**: essays in honor of Donald Phillip Verese. Charlottesville: Philosophy Documentation Center, 2002, p. 149-162. Disponível em:

ROSSI, Paolo. **A Chave Universal**: artes da memorização e lógica combinatória desde Lúlio até Leibniz. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. Imagens astrais na história da arte: propostas para uma relação entre cinema, iconologia e investigação histórica. In: RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Matteus Henrique de faria; ARAÚJO, Valdei Lopes de (orgs.). **Caderno de resumos & Anais do 6. Seminário Brasileiro de História da Historiografia**. Ouro Preto; EdUFOP, 2012. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/ocs/index.php/snhh/2012/paper/view/1252>. Acesso em julho de 2013.

VICKERS, Bryan. Frances Yates and the writing of history. **Journal of Modern History**, n. 51, pp; 287-316, 1979;

WARBURG, Aby. **A Renovação da Antiguidade Pagã**: contribuições científico-culturais para a história do Renascimento europeu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

WILLIAMS, Deanne. No man's Elizabeth: Frances Yates and the history of history. In: CALLAGHAN, Dymna (org.). **The Impact of Feminism in English Renaissance Studies**. London: Palgrave Macmillan, 2007: 238-58.

YATES, Frances. **A Arte da Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

_____. **Giordano Bruno e a Tradição Hermética**. São Paulo: Cultrix, 1987.

_____. **Las Últimas Obras de Shakespeare: una nueva interpretación**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

_____. Queen Elizabeth as Astraea. **Journal of the Warburg and Coutauld Institutes**, London v. 10, pp. 27-82, London, 1947.

_____. **The Occult Philosophy in the Elizabethan Age**. London: Routledge Classics, 2001. Edição Kindle.

Varnhagen e os Congressos Internacionais de Estatística

Julio Cesar Paixão Santos*

Busco refletir sobre os relatórios de participação de Francisco Adolfo de Varnhagen em dois congressos internacionais de estatísticas, nos quais este foi representante do Estado Brasileiro, e a repercussão disto nas segundas edições das obras *História Geral do Brasil (HGB)* e *História das Lutas com os Holandeses no Brasil (HLHB)*. Esta reflexão faz parte da análise de doutoramento sobre as entradas do discurso estatístico–quantificador no Brasil do II Reinado, em curso na COC/Fiocruz. O debate sobre o discurso estatístico se insere numa discussão contemporânea que enfoca o uso de quantificações na abordagem dos problemas histórico-sociais, procurando demonstrar como, na sua origem, o debate era plural e quanti-qualitativo.

Com a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer, em “Esboço dos fundamentos de uma hermenêutica” (GADAMER, 2006), procuro compreender estas entradas a partir do seu sentido, do significado dos argumentos utilizados, e não a partir da procura da aplicação de um critério geral antecipado a um caso particular. Assim, entendo as entradas do discurso estatístico-quantificador como propostas de utilização de um discurso em voga na segunda metade do século XIX para os mais diversos fins.

Esta perspectiva se opõe a historiografia atual sobre o tema no Brasil, para a qual existia um fim específico de progresso da racionalidade instrumental da estatística, enfim, uma racionalidade científica que serviria ao Estado (SENRA, 2005, 2006). Senra afirma que este fim seria apenas desejado no século XIX, mas não efetivado, pela falta de vontade política do Estado brasileiro e pela falta de rigor e método (SENRA, 2005: 18-19, 32 e 77).

Para Koselleck, em “Uma História dos Conceitos”, os conceitos histórico-sociais são construídos e construtores das realidades sociais (KOSELLECK, 1992). Este será o ponto fulcral da história dos conceitos estatísticos e quantitativos analisados. Ao mesmo tempo em que o conceito de estatística vai sendo formado ao longo do século XIX, este conceito constrói uma realidade. E posteriormente este conceito será reconstruído, ao longo dos debates e impasses da formalização dos conhecimentos.

* Doutorando da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

No caso específico de Francisco Adolfo de Varnhagen, o diplomata e historiador foi enviado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros a dois congressos internacionais de estatísticas, em 1872 e 1876, em São Petersburgo e Budapeste respectivamente. Ao comparar as primeiras edições dos dois livros supracitados, anteriores a participação do autor, e as segundas edições, posteriores a sua participação, vemos a inclusão de vários dados quantitativos, indicando um novo interesse de Varnhagen pelos números. As estatísticas passavam cada vez mais a demonstrar a evidência de fatos históricos importantes ou chamavam atenção para determinado fato, governo ou livro citado. No arquivo do Itamaraty, um documento com esta comparação feita pelo próprio autor, sobre Holandeses no Brasil, também indica a inclusão destas quantificações.

Este texto, especificamente, tem como objetivo relacionar a trajetória de Francisco Adolfo de Varnhagen à internacionalização dos debates sobre estatísticas e produzir uma primeira comparação entre a primeira e a segunda edição de História Geral do Brasil, buscando congruências e divergências entre estas. Ao fim, buscarei explicitar uma compreensão inicial da pesquisa sobre o Barão de Porto Seguro e sua conexão com o discurso quantificador.

Varnhagen, Historiador e Diplomata

Atualmente, os estudos sobre a vida e a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen têm avançado com fôlego. Diversos artigos, dissertações e teses procuraram rediscutir a posição deste autor e a visão que lhe foi legada ao presente. Temístocles Cezar considerou Varnhagen como um andarilho, longe da nação e tendo como meta contar a história nacional e consolidar sua identidade de brasileiro (CEZAR, 2007: 159-60). Exatamente na viagem à São Petersburgo, para participar do Congresso Internacional de Estatística, em agosto de 1872, Varnhagen recebeu o título de Barão de Porto Seguro. Nesta época, o autor já era conhecido – e criticado – por sua História geral do Brasil e preparava as segundas edições deste livro e de sua História das lutas com os holandeses no Brasil (Ibidem).

Como viajante em busca de arquivos e coleções relacionadas ao Brasil, nas suas muitas viagens ao longo da carreira diplomática, coletou informações para suas obras. Segundo Thiago Tavares, Varnhagen pretendia preencher uma lacuna na História nacional, inserindo-se num “movimento fundacionista e agenciado”, “em consonância aos projetos de invenção das nações” (TAVARES, 2011: 18). Seu método, de acordo com Arno Wehling era polissêmico, era “tanto o trabalho de exegese e estabelecimento do documento e do fato, como a ordenação explicativa da narrativa num texto” (WEHLING, 1999:136). Pelo menos

este era seu discurso. Não obstante, Temístocles Cezar tem evidenciado as limitações desta imparcialidade do autor de História Geral do Brasil (CEZAR, 2007, 2005).

Em 1868, Varnhagen tinha conseguido sua transferência da América Latina para a Europa, sob o argumento de que em um país europeu teria melhores possibilidades de conciliar seu trabalho de historiador como a diplomacia. Contudo, não foi bem sucedido na sua tentativa de transferência de Viena d'Áustria para Bruxelas, como era seu desejo em 1870 (Ibidem, 182-3; GUIMARÃES, 2011:194-95). Sua estada em Viena lhe proporcionou a oportunidade de tomar parte no Congresso Internacional de Estatística de São Petersburgo, em 1872, nas reuniões da Comissão Permanente do Congresso dos dois anos seguintes, em Viena e Estocolmo, e no Congresso Internacional de Estatística de Budapeste, em 1876.

Procurou demonstrar como a partir deste contato, o autor reconstruiu seu interesse por números e redefiniu seu conceito de “estatística”. Corroborando a posição de Manoel Guimarães, “sua obra se coloca, assim, no entrelaçamento da ciência com as atividades da prática política” (GUIMARÃES, 2011: 196). A ciência histórica de Varnhagen procura se fortalecer com a utilização de quantificações, nos moldes científicos de sua época.

Os Congressos Internacionais de Estatísticas e a participação brasileira

Nas pesquisas atuais sobre História das estatísticas brasileiras, têm sido ressaltadas as participações brasileiras nos congressos internacionais. Nelson Senra apontou a participação brasileira no congresso internacional de 1872 e na reunião da comissão permanente de 1873, com a presença de Varnhagen (SENRA, 2005:80, 2006:335-52,). Coube a Sabrina Sant'Anna e Rafael Bosisio, através do catálogo de inovações tecnológicas do Império brasileiro, a descoberta da presença de Francisco Ignácio de Carvalho Moreira, Barão de Penedo, no congresso de 1860, em Londres (SANT'ANNA e BOSISIO, 2010). Consultando a Correspondência Ativa (CA), organizada por Clado Lessa, verificamos a presença de Varnhagen nas reuniões da comissão permanente (1874) e no congresso internacional de Budapeste(1876) (LESSA, 1961; CEZAR, 2007: 183-184).

A historiografia mundial sobre internacionalismo tem dado grande importância ao estudo das exposições universais e dos congressos internacionais durante o século XIX. De acordo com Geyer e Paulmann, entre 1840 e 1914 haveria uma tentativa de internacionalização das práticas culturais, econômicas e políticas, e um esforço para reformar a sociedade pelo caminho da cooperação transnacional. Contudo, a internacionalização nesta época esbarrava em diversos problemas, sobretudo nos nacionalismos da época, nas grandes diferenças entre os países e sua estrutura burocrática. Além disso, internacionalismo era

entendido, principalmente, como reunião dos representantes dos Estados Nacionais independentes (GEYER e PAULMANN, 2001:1-25).

Os congressos internacionais de estatísticas foram reuniões que aconteceram entre 1853 e 1876, em diversos países da Europa. Eram organizados por Adolphe Quetelet, especialista em meteorologia, matemática, astronomia e estatística do Observatório de Bruxelas (Bélgica). Quetelet ficou mundialmente conhecido por sua teoria do “homem médio”, segundo a qual todos os processos obtidos para a sociedade correspondem aos resultados da média aritmética. O estatístico buscava uma regularidade numérica na sociedade, para estabelecer leis que governassem o caos social (CAJORI, 2007:489-492; PORTER, 1986:40-70).

O período de criação destes congressos foi caracterizado por Geyer e Paulmann como um período de “internacionalismo voluntário”, pois a maioria das iniciativas partia de grupos particulares e idiossincráticos. Para os autores,

o internacionalismo voluntário foi levado para além das fronteiras nacionais, porque os problemas que grupos ou Estados tentaram resolver transcenderam o Estado-Nação, ou porque seus defensores tentaram construir alianças estratégicas com outros grupos no exterior, a fim de fortalecer a sua posição interna (GEYER e PAULMANN, 2001: 22).

No caso de Quetelet, este participava de um círculo científico internacional que desejava divulgar sua ciência como a melhor forma de analisar e tomar decisões em questões sociais e políticas. Os objetivos principais dos congressos de estatística eram reunir representantes dos Estados Nacionais para debater o método estatístico e criar uma uniformidade de temas e métodos, aspirando uma comparação transnacional. Randerraad demonstrou como esta perspectiva tinha diversos impedimentos. Para este historiador, grande parte do fracasso em fazer rápidas mudanças neste campo estava na dificuldade da realização de transferência de conhecimentos eficazes, nos entraves da comunicação à época, na fé implícita na possibilidade de uma ciência estatística neutra e na dificuldade de comparações entre realidades e fatos tão diversos entre os países (RANDERRAAD, 2011).

O congresso normalmente era dividido em cinco seções: 1ª Recenseamentos, Metodologia da Estatística, Estatística Somatória e Sanitária; 2ª Registros da população e seu movimento; 3ª Estatística da indústria e das minas; 4ª Estatística do Comércio e das Relações Postais; 5ª Estatística Criminal (VARNHAGEN, 1872: 3; SENRA, 2006: 343). A partir do congresso de 1872, foi criada uma comissão permanente, que existiu até 1878. Esta foi a última reunião do século XIX (RANDERRAAD, 2011:58).

No caso brasileiro, houve alguma dificuldade dos representantes do país apresentarem seus relatórios estatísticos e os métodos utilizados no país. Representante do Brasil no congresso estatístico de 1860, o Barão de Penedo apresentou os relatórios ministeriais do império e dos presidentes de províncias como sendo “as estatísticas do império do Brasil”, mesmo se desculpando pelas dificuldades de um império novo em produzir estatísticas (MOREIRA, 1861: 37-39). No seu relatório ao ministro dos negócios estrangeiros, reforçou, contudo, a importância da participação do país nos próximos congressos sobre o tema (MOREIRA, 1860). Não obstante, até onde se tem conhecimento, o Brasil não enviou representantes nos congressos seguintes. A próxima vez que o país tomou parte no Congresso Internacional de Estatística foi em 1872, com Varnhagen.

Os relatórios de Varnhagen sobre os congressos de estatística

Varnhagen participou de reuniões relacionadas ao Congresso Internacional de Estatística nos anos de 1872, 1873, 1874 e 1876. Nestas oportunidades, o barão de Porto Seguro produziu relatórios, enviou cartas aos seus superiores hierárquicos, à José Carlos Rodrigues, publicou dois textos apresentados em reuniões. Além disso, recebeu cartas de ministros de Estado, de Adolphe Quetelet, de Sociedades de Estatística de várias partes do mundo e da comissão permanente de estatística. Até o momento disponho das cartas presentes na correspondência ativa, do relatório publicado como anexo D ao relatório do Ministro dos negócios do Império, em dezembro de 1872, e de cartas presentes no acervo particular de Varnhagen no Arquivo Histórico do Itamaraty. Estas são as principais fontes para o estudo da relação entre o diplomata-historiador e os debates sobre as estatísticas.

Assim como o barão de Penedo, Varnhagen teve dificuldades para apresentar as “estatísticas nacionais”. Após o congresso de 1872, o diplomata ainda solicitava documentos para apresentar ao órgão estatístico internacional, declarando ao ministro do Império que necessitava enviar documentos e relatórios brasileiros,

“não só para explicar, pela sua falta, o porque eu [Varnhagen] não apresentava nenhum relatório, como para não deixar aparecer o Brasil ante o Congresso como muito menos cuidadoso da Estatística, do que todos os outros países que aí mandaram seus trabalhos: havendo sido tal o vexame em que a este respeito me vi, que para não deixar de fazer também alguma oferta, me privei do meu Atlas de Candido Mendes, e de um exemplar do relatório de V. Ex^a do ano passado, os quais ambos ofereci (VANHAGEN, CA, 3/12/1872).

Quanto ao relatório às autoridades imperiais, Varnhagen procurou apresentar a organização do congresso e suas principais decisões. O diplomata deu mais ênfase a sua

participação, a descrição de material enviado ao Brasil, as discussões da criação da comissão permanente (na qual tomou parte) e aos debates sobre o projeto de recenseamento, estatísticas industriais, das minas, comerciais e postais. No caso do recenseamento, o barão de Porto Seguro ressaltou sua participação, modificando a recomendação inicial do programa do evento. Não obstante, apresentou de forma menor as discussões sobre estatística sanitárias e criminológicas (VARNHAGEN, 1872).

Um novo interesse por números: as mudanças de História Geral do Brasil

Buscando analisar o desenvolvimento da relação do autor com os dados estatísticos e quantificados, procurarei demonstrar que desde a primeira edição do primeiro volume de História Geral do Brasil (1854), passando pela edição do segundo volume desta obra (1857), até as segundas edições de História Geral, Varnhagen avançou no uso de quantificações. No primeiro volume da primeira edição de HGB, já existia a presença de um argumento de força baseado em princípios “estatísticos”:

Conhecido é o axioma de estatística que em qualquer país a povoação só toma o devido desenvolvimento quando os habitantes abandonam a vida errante ou nômade, para se entregarem à cultura da terra com habitações fixas (VARNHAGEN, 1854:98, 1872a:14).

Não obstante, a utilização de dados estatísticos era diminuta, e quando utilizados, isto era feito na maioria das vezes em notas. No primeiro volume da segunda edição de HGB, o barão de Porto Seguro modifica o status da obra Razão do Estado do Brasil, identificando-a desta forma:

O livro “Razão do Estado do Brasil”, ainda em grande parte inédito, é uma verdadeira estatística, respectiva ao ano de 1612, das oito capitanias, desde a de Porto Seguro para o norte, que vieram, logo depois, a contribuir com gente e recursos para a criação do novo Estado do Maranhão, a respeito do qual já inclui algumas notícias. (VARNHAGEN, 1872a: 431)

Enquanto, o texto da primeira edição era:

Do tempo que governou possuímos não só quase toda a correspondência de próprio punho, como o eterno padrão da obra Razão do Estado do Brasil no governo do Norte somente assim como o teve D. Diogo de Meneses até o ano de 1612. Fosse ou não a obra por ele escrita ou dirigida, é uma preciosa pedra milharia posta em seu tempo na terra de Santa Cruz, na distancia de um quarto de século aquém da que devemos a Gabriel Soares. (VARNHAGEN, 1854: 326)

A obra atribuída a Diogo de Meneses ganha aqui o status de “verdadeira estatística”, ensejando um pouco mais abaixo, na segunda edição, sua utilização como argumento para reforçar uma opinião já defendida na primeira versão:

Segundo outro escritor, também contemporâneo, o judicioso autor do livro Razão do Estado do Brasil, na própria cidade da Bahia se tinha “a Relação por coisa pesada, e não muito conveniente; assim pela natureza dos pleitos, pelo pouco que havia que fazer neles, como pela quantidade de letras que se ficaram anidando (sic) aos muitos estudantes, clérigos e frades” que já havia. (...) (VARNHAGEN, 1872a: 420)

Quando na primeira edição Varnhagen iniciava este parágrafo simplesmente afirmando “Cumpre aqui declarar que o novo tribunal, apesar de criado com as melhores intenções de regular convenientemente no Brasil os assuntos da justiça, nem por isso produziu todos os bons frutos que dele se esperavam.” (VARNHAGEN, 1854: 320). Este é um exemplo entre várias utilizações da obra Razão do Estado do Brasil, na segunda edição. A parte XXIV do primeiro volume – nomeada “Desde 1587 até a segunda separação do sul” – tem também modificações substanciais, com a inclusão de diversos dados estatísticos e quantificações relativas ao Estado, passando a se chamar “Governos Interino, de D. Francisco, e de Diogo Botelho. Colonização do Sergipe, e Rio Grande; malogros em Minas e no Ceará” (Idem, 1854: 306 et. seq., 1872a: 372 et. seq.). Além disso, a nota à página 162, na página 486, da primeira edição de HGB foi incluída no corpo do texto, nas páginas 191 e 192 da segunda edição, tratando-se de uma referência ao perdão de dívidas, mercês e direitos monetários de indenização.

O segundo volume de História Geral do Brasil, publicado em 1857, mostra uma maior necessidade de Varnhagen em apresentar estatísticas. Se na primeira edição do primeiro volume não existe nenhuma referência à apresentação de estatísticas nos índices, no segundo volume o autor promete estatísticas “das capitânicas”, “de Pernambuco” e “do Rio”. No segundo volume da segunda edição as referências no índice se estendem, com “notícias estatísticas de todo o estado do Maranhão”, “Antonil e suas notícias estatísticas em 1711”, “Rio, Estatística”, “Estatísticas [de várias regiões]”, “Estatísticas do Rio”, além de manter os dados que já existiam na edição anterior.

Considerações Finais

A participação de Francisco Adolfo de Varnhagen nos Congressos Internacionais de Estatística demonstra o entrelaçamento entre o historiador que busca a cientificidade de sua obra e o diplomata que trabalha para o Estado Brasileiro enviando informações sobre esta nova ciência que se solidificava. Contudo, não podemos afirmar que Varnhagen, a partir deste contato, produziu estatística, nem mesmo a colaborar com o Estado Imperial na produção

destas. O barão de Porto Seguro utilizou estes conhecimentos para fins particulares, que ainda devem ser investigados com maior profundidade ao longo do meu doutoramento, em curso.

Por ora, é possível afirmar que Varnhagen modificou sua visão sobre obras referentes ao Brasil, resignificou sua definição de estatística e passou a utilizar com maior ênfase dados quantificados em suas obras. Não havia, neste caso, uma racionalidade estatística que buscava aplicar os preceitos apreendidos nos congressos internacionais à realidade brasileira. Não podemos afirmar que faltava rigor, método ou vontade política nesta prática política. Ao contrário, o historiador-diplomata procurava uma aplicação particular a esta ciência que ainda era discutida na Europa e não tinha preceitos, teoria e métodos absolutamente definidos.

Bibliografia

- CAJORI, Florian. **Uma História da Matemática**. RJ: Ciência Moderna, 2007.
- CEZAR, Temístocles. Em nome do pai, mas não do patriarca. **História** (São Paulo), v. 24, n. 2, 2005.
- CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, v. 8, n.15, jul-dez. 2007.
- GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. RJ: Ed. FGV, 2006.
- GEYER, Martin; PAULMANN, Johannes. **The mechanics of internationalism: Culture, Society and Politics from the 1840's to the First World War**. Oxford: Oxford Univ. Press, 2001.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. RJ: EdUERJ, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos. **Estudos Históricos** 5(10). 1992.
- LESSA, Clado (org.). Francisco Adolfo de Varnhagen. **Correspondência Ativa**. RJ: INL-MEC, 1961.
- MOREIRA, Francisco Ignácio de Carvalho. Discurso no Quarto Congresso Internacional de Estatística, Londres, 18 de Julho de 1860. In.: **Report of the proceedings of the fourth session of the international**. London: Majesty's Stationery Office, 1861.
- MOREIRA, Francisco Ignácio de Carvalho. Correspondência da Sessão Central de Londres da Legação do Brasil na Grã-Bretanha, para o ministro dos negócios estrangeiros João Cansansão de Sinimbú, tratando do Congresso Internacional de Estatística no mês de Julho. Ofício número 13 de Londres, 30 de Julho de 1860.

- PORTER, Theodore. **The rise of statistical thinking**, 1820-1900. Princeton: Princeton Univ. Press, 1986.
- RANDERRAAD, Nico. The International Statistical Congress (1853-1876): knowledge transfers and their limits. **European History Quarterly** 41(1), 2011.
- SANT'ANNA, Sabrina; BOSISIO, Rafael. **Inovações tecnológicas e transferência tecnocientíficas: a experiência do Império Brasileiro**. 2 volumes. RJ: CHDD; Brasília: FUNAG, 2010.
- SENRA, Nelson. **História das estatísticas brasileiras**. Volume 1. Estatísticas desejadas (1822-c. 1889). RJ: IBGE, 2006.
- SENRA, Nelson. **O saber e o poder das estatísticas: uma história das relações dos estatísticos com os Estados Nacionais e com as ciências**. RJ: IBGE-CDDI, 2005.
- TAVARES, Thiago. **Da tragédia à epopéia: agenciamento das memórias em Francisco Adolfo de Varnhagen (1838-1858)**. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre, UFRGS, 2011.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Relatório acerca dos trabalhos do Congresso Estatístico de S. Peterburgo em agosto de 1872, apresentado ao governo imperial. Anexo D. In.: BRASIL. **Relatório do Ministro dos Negócios do Império**. Dezembro de 1872.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 1ª. Edição. RJ: E. e H. Laemmert, 1854-57.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. 2ª. Edição. RJ: E. e H. Laemmert, 1877.
- WEHLING, Arno. **Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional**. RJ: Nova Fronteira, 1999.

Verdade histórica e intersubjetividade: considerações para a aprendizagem histórica a partir das HQs

Marcelo Fronza*

Introdução

Este trabalho pertence ao campo de investigação em Educação Histórica, a qual é sustentada a partir do diálogo entre as pesquisas empíricas, realizadas por professores-historiadores, no âmbito da cultura escolar, com a teoria da consciência histórica desenvolvida pelo filósofo da história alemão Jörn Rüsen (2001, 2007). Entendo que esse diálogo é possível quando é tomada como critério a cognição histórica situada, que se preocupa em analisar os processos operacionais de uma aprendizagem criativa e autônoma, que contribuam para que os estudantes transformem informações em conhecimento, apropriando-se das ideias históricas de forma mais complexa (SCHMIDT, 2009).

Abordarei como a verdade histórica e a intersubjetividade estão relacionadas com a forma como os jovens tomam o conhecimento para si a partir destes conceitos. Aqui será fundamental um diálogo entre as considerações do filósofo da História alemão Jörn Rüsen (2007) sobre como os jovens constroem, a partir de suas narrativas, seu autoconhecimento identitário por meio do aprendizado histórico, as ideias do filósofo russo Mikhail Bakhtin (2000) sobre a grande temporalidade do diálogo intersubjetivo entre os sujeitos e do filósofo húngaro Gyorgy Lukács (2003; LUNN, 1986) referentes à reafirmação de uma criação ativa do sujeito como uma forma intersubjetiva de autoconhecimento não alienado.

O autoconhecimento como o modo em que a verdade histórica e a intersubjetividade revelam a consciência histórica dos jovens

* Professor Adjunto do Departamento de História na Universidade Federal do Mato Grosso, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, investigador do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica-PPGE/UFPR ligado ao Grupo de pesquisa Cultura, Saberes e Práticas Escolares e Educação Histórica, professor-pesquisador do Grupo de pesquisa ETRÚRIA: Laboratórios de Estudos de Memória, Patrimônio e Ensino de História/UFMT, e, também, coordenador do Grupo de pesquisa Educação Histórica: Didática da História, consciência histórica e narrativas visuais, todos vinculados ao CNPq.

Como estão relacionadas a verdade histórica e a intersubjetividade, considerando que essas ideias são alguns dos conceitos estruturadores do pensamento histórico?

Para responder a essa questão deve-se levar em consideração que a intersubjetividade e a verdade histórica são pontos de intersecção dos processos mentais instituidores e reveladores da consciência histórica dos jovens estudantes. Entendo que a verdade histórica, enquanto processo de validação, a partir da relação entre as experiências do passado e os modelos referentes à interpretação do fluxo temporal, pode fornecer critérios para uma formação libertadora dos sujeitos que aprendem. A intersubjetividade articula horizontalmente a internalização desses critérios ou pertinências em uma orientação narrativa que leva ao auto-reconhecimento da identidade do próprio jovem em relação ao outro (natureza, outros seres humanos e a si mesmos) no tempo.

Reconhecendo essa relação entre a verdade histórica e a intersubjetividade, é preciso entender como os jovens estudantes tomam o conhecimento histórico para si e como esses sujeitos internalizam esses conceitos constituidores da consciência histórica.

É preciso ter em mente que, para os jovens, a História, primeiramente, está dada de modo objetivo, na forma de um “sedimento quase-coisificado” nas condições concretas da vida presente, seja na forma de tradições, seja na memória e nos artefatos da cultura histórica, tais como os monumentos, os filmes, os romances históricos e as histórias em quadrinhos, por exemplo, os quais possuem ou se relacionam com narrativas que dão sentido às suas vidas. Dessa maneira, é possível dizer que os jovens estão imersos no presente e entendem suas experiências como um modo da vida prática do seu presente. Isto, de modo que a sequência temporal da cronologia ou da linearidade não fornece significado ou sentido de orientação algum, quando estes sujeitos entram em contato com os artefatos da cultura histórica. Mas estes artefatos, na sua relação direta com o jovem — portanto, sem a mediação da sequência temporal abstrata imposta pela cultura escolar contemporânea —, produzem estes significados e sentidos históricos.

Uma das formas de se superar o autoritarismo do ensino de História dominante na cultura escolar seria ordenar o tempo. Mas devo considerar como ordenar a temporalidade sem lançar mão da sequência temporal escolarizada.

Isso se torna possível quando o tempo é temporalizado, isto é, quando uma narrativa fornece ao presente um passado em que os jovens possam aprender sobre sua vida prática. A

aprendizagem histórica ocorre quando estes jovens, em um segundo momento, percebem a diferença entre as experiências do passado e as do presente. Segundo Rüsen (2007: 109), isto acontece, quando os sujeitos, em contato com as “fontes da tradição”, tais como os artefatos da cultura histórica como as histórias em quadrinhos, percebem o outro como um “estranho” que é narrado, como um personagem relacionado à alteridade do passado. Isso pode gerar o aumento da “capacidade de empatia” nos jovens e a disposição para compreender a “particularidade de sua própria identidade histórica”, que revela sua alteridade em relação aos outros sujeitos, os quais possuem orientações que ele adota ou se confronta no processo de consolidação intersubjetiva de sua identidade.

O autoconhecimento ocorre como um processo de formação e de libertação autocrítica, como uma “chance de reconhecimento do outro”. Nesse sentido, a formação histórica permite a compreensão da liberdade como a superação, por esses jovens, das coerções oriundas dos dados culturais prévios da memória histórica dominante. Assim, ao internalizar, por meio da empatia, a alteridade das experiências do passado antes desconhecida, os jovens situam a si mesmos na salutar multiplicidade dos modos de ser, sentir e viver dos homens em muitos tempos e lugares, “expandindo seu horizonte de autocompreensão para a humanidade” fazendo, com isso, de sua consciência histórica a forma de pensamento mais profunda de si mesmos (RÜSEN, 2007: 106-110).

Compreendo que são os valores presentes nas narrativas históricas que permitem esse auto-reconhecimento nos jovens. Os valores são aqueles elementos morais, políticos, estéticos, cognitivos e ideológicos que possibilitam o envolvimento dos jovens com o passado. Não é uma linha temporal abstrata que faz com que o jovem envolva a sua identidade histórica em formação com o passado de outros seres humanos, mas sim o reconhecimento ético da diferença entre os valores dos outros homens do passado com os valores que os jovens enfrentam na alteridade presente na vida prática contemporânea. É desta maneira, que a continuidade do fluxo temporal entre passado, presente e futuro é compreendida pelo jovem.

Segundo o historiador Estevão de Rezende Martins (2008: 16-17) essa relação, no ensino de História, está inscrita no “lugar social” do jovem onde eles “constroem suas experiências históricas”. O ponto de partida do ensino deve estar sustentado nas carências de orientação contemporâneas dos jovens, que devem ser compreendidas tomando como recurso

as experiências do passado. O encontro entre o “lugar presente” e o “lugar passado” na experiência dos jovens é fornecido por um tema que “diz respeito a mim (nós)”. A ideia de “diz respeito a” quer dizer que, para os jovens, determinados contextos do passado possuem uma “relação existencial remanescente” com a vida prática no presente. Normalmente, esse “diz respeito a” tem como ponto de partida uma situação do passado que afeta emocionalmente esses sujeitos. Ocorre, então, um envolvimento com o tema gerado pela reflexão histórica. Passando por esta “identificação inicial”, os jovens teriam que procurar “respostas críticas” na História que possibilitassem ampliação de sua identidade individual ou coletiva. É nesta reflexão crítica, que a intervenção do método histórico tem sua importância para que se superem conclusões subjetivistas e preconceituosas sobre o passado. O “diz respeito a” é, portanto, um passo fundamental para se operacionalizar a consciência histórica pertinente à cultura histórica que envolve os jovens.

Entendo, que a cultura histórica fornece as fontes e valores, que dinamizam o “diz respeito a” nos jovens. Quando os jovens de ensino médio foram confrontados com duas histórias em quadrinhos que narravam versões distintas sobre a Independência do Brasil foram reveladas muitas pistas sobre como os jovens tomam para si o conhecimento.

Sob esse aspecto posso fazer uma aproximação entre o filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin (2000: 409) e as ideias de Rüsen (2007: 114-116), pois, para este último, a primeira aproximação que estudantes e professores têm do passado é geralmente baseada em uma verdade dogmática e estereotipada, marcada pelo presentismo, os quais só podem ser superados pela compreensão do significado e do sentido da alteridade das diversas experiências do passado, por meio do fluxo dos tipos de consciência histórica (do tradicional, para o exemplar e destes para o genético, sempre mobilizados pelo crítico). Bakhtin, por conseguinte, entendia que um conteúdo novo de uma imagem ou uma palavra, num primeiro momento, sempre é expresso em uma forma antiga estereotipada e estratificada advinda da tradição. Isso porque as imagens são os elementos mais estáveis da cultura histórica e, também, os mais emocionais e, por isso, dizem respeito à forma que estrutura os conteúdos e as experiências do passado. Qualquer ser humano tem acesso a sua significação tradicional, mas o que fundamenta o seu sentido e seus valores só é significativo para os sujeitos que internalizam laços de “fraternidade” que mobilizam a “participação” a partir de um valor superior da humanidade. É a partir da consciência histórica da participação interativa, e

porque não dizer, intersubjetiva, na humanidade que é aberto o espaço para o novo: a nova forma seja imagética ou verbal ou experiencial.

A compreensão da unidade complexa da cultura humana, permeada pela relação recíproca entre os séculos e os milênios materializados em povos, culturas e comunidades, está imersa em uma “grande temporalidade” que fornece sentido e valor a cada ato de criação humana. Nas aulas de História, a análise das imagens tendem a ficar no espaço da “pequena temporalidade” da contemporaneidade, do passado e futuro imediatos, este último, geralmente ameaçador, eliminando, assim, o elemento da surpresa necessário para a ação criativa. Para Bakhtin (2000: 410-411, 414), somente a compreensão de que a consciência não é fechada em si mesma e sim se move no fluxo contínuo do diálogo entre o eu e o outro pode gerar a possibilidade do novo. Isso porque não há imagem ou palavra que “seja a primeira ou a última” no contexto dialógico entre um passado e um futuro ilimitados. Inclusive os sentidos passados, frutos do diálogo com as eras passadas nunca se estabilizaram somente em estereótipos fechados. Sempre se modificaram e se modificarão nas renovações do diálogo futuro. Em cada momento do diálogo entre as imagens existe uma pluralidade de sentidos esquecidos, que serão lembrados e renascidos em um novo contexto e em uma nova forma de consciência da grande temporalidade histórica.

Entendo que a este respeito as ideias do pensador húngaro György Lukács (LUNN, 1986; LUKÁCS, 2003), sobre a função prática da consciência para a vida fornecem uma base sólida para a discussão das ideias sobre a relação entre a intersubjetividade e a estética, sem cair nas interpretações pós-modernas sobre a narrativa histórica. Nesse sentido, é possível construir uma relação com as ideias estéticas de Lukács e a teoria da consciência histórica de Rüsen.

Segundo Eugene Lunn (1986: 116, 136), Lukács, na obra **História e consciência de classe**, entendia que a alienação produzida pela divisão capitalista do trabalho, destrói a experiência do sujeito em relação a um processo histórico unificado e autônomo. Por isso, defendia a necessidade de uma “reafirmação da criação ativa”, do sujeito contra os efeitos paralisadores da posição mecânica de uma racionalidade instrumentalizadora pautada numa “fé contemplativa na necessidade objetiva”. Essa reafirmação da criação ativa, do mundo histórico pelos sujeitos, tinha como função explicitar uma dialética entre o sujeito e o objeto. Isso significa que, para o sujeito “reafirmar a ‘nobre’ resistência” contra suas condições e

coerções históricas, ele deveria articular esteticamente a totalidade social em sua experiência histórica pessoal, a qual era revelada, de modo concreto, pelo “desenvolvimento do caráter interior” e pela interação intersubjetiva com o outro e consigo mesmo.

A estética, para Lukács, tem a função de tornar viva a experiência histórica dos sujeitos na relação comunicativa do narrar. A experiência da arte, para o leitor, permitiria a este avaliar as chances de superação da “experiência social de desumanização” da vida prática e possibilitaria a realização de sua individualidade a partir do autoconhecimento.

Lukács (2003: 436-437) compreendia que o processo histórico do capitalismo socializou todas as relações humanas e abriu espaço, mesmo que contraditoriamente a seu processo desumanizador, para a conquista do autoconhecimento pelos sujeitos, o “autoconhecimento verdadeiro e concreto do homem como *ser social*”¹. Isto porque, para este autor, toda forma de conhecimento histórico é necessariamente autoconhecimento; isso na medida em que o passado é explicitado no momento em que uma autocrítica do presente só pode ser realizada de um modo historicamente dinâmico, ou seja, que considere a mudança temporal como fundamento da compreensão histórica.

Sem essa dinâmica da mudança temporal o passado é relacionado “ingenuamente com as formas estruturais do presente” não permitindo a formação de um sentido de orientação no tempo. Somente a consciência histórica da mudança pode levar ao “salto do reino da necessidade para o reino da liberdade”. Esse conceito de salto diz respeito ao “sentido social” e à sua função no processo de desenvolvimento da consciência humana no tempo. O salto revela sempre uma orientação de sentido do novo na vida prática (LUKÁCS, 2003: 454-458).

A função estética de artefatos da cultura histórica, tais como o romance histórico realista, para Lukács, ou mesmo as narrativas histórias gráficas, pode propiciar um salto nas formas de mobilização das operações mentais da consciência histórica.

Para compreender alguns aspectos empíricos dessa concepção dialogou-se com um público alvo de 125 estudantes, com idades de 14 a 27 anos, do segundo ano do ensino médio de quatro escolas públicas brasileiras: em São João dos Patos, Maranhão (43 estudantes); Três Lagoas, Mato Grosso do Sul (26 estudantes); Vitória da Conquista, Bahia (33 estudantes); e Curitiba, Paraná (23 estudantes). Os jovens desses colégios foram investigados em maio e

¹ Itálico do autor.

outubro de 2011, respectivamente. Para isso, produzi um instrumento de investigação (FRONZA, 2012: 450-454) que contém o confronto de fragmentos de duas histórias em quadrinhos que têm a pretensão da abordar didaticamente, a partir de critérios historiográficos, a temática da Independência do Brasil ocorrida em 7 de setembro de 1822. A primeira, versão A, denominada **A Independência do Brasil**, foi produzida totalmente por quadrinistas (DINIZ & EDER, 2008: 41-45).

Versão A



DINIZ, André; EDER, Antonio. **A Independência do Brasil**. São Paulo: Escala Editorial, 2008, p. 44.

A segunda história em quadrinhos, a versão B, chamada **Da Colônia ao império: um Brasil pra inglês ver...**, foi roteirizada pela historiadora brasileira Lilia Moritz Schwarcz (PAIVA & SCHWARCZ, 1995: 5-9).

Versão B



PAIVA, Miguel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Da Colônia ao Império: um Brasil para inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 8.

Seguindo os critérios de Peter Lee (LEE, 2006), essas histórias em quadrinhos que procuram evitar anacronismos em relação aos sujeitos e às situações do passado representadas.

É possível adiantar algumas categorias utilizadas pelos os jovens para mobilizar sua consciência histórica.

No que diz respeito à operação mental da experiência predominou, entre os jovens, as ideias de que as principais fontes que evidenciam um conhecimento histórico verdadeiro seriam as testemunhas da época, ou seja, homens e mulheres que viveram no passado. Isso também aponta para o fato de que eles indicaram como personagens do passado relevantes D. Pedro, José Bonifácio e D. Leopoldina, e leva a crer que existe uma clara relação entre uma tradição histórica e a cultura escolar, que valoriza esses sujeitos quando este tema é abordado. Em síntese, a ideia da evidência pautada em fontes primárias é dominante na concepção desses jovens. Isso não quer dizer que alguns destes sujeitos não deem importância ao trabalho científico do historiador como fornecedor de evidências sólidas sobre o passado.

Com relação à operação mental da interpretação, o quadro histórico organizado por estes jovens foi predominantemente baseado no momento da declaração de Independência por D. Pedro, claramente influenciado imagetivamente pela pintura **Independência ou morte** de Pedro Américo (é importante frisar que além desta imagem estar referenciada explícita ou implicitamente nas duas narrativas históricas gráficas, ela é representada na maioria dos livros didáticos brasileiros contemporâneos que abordam História do Brasil).

Apesar dessa representação narrativa do passado revelar uma consciência histórica tradicional ou exemplar, para justificar este modelo de interpretação, muitos jovens mobilizaram, de modo complexo, conceitos como explicação, mudança, empatia, perspectividade, narratividade e evidência. Estes conceitos também ajudaram a mobilizar valores ligados aos seus posicionamentos no mundo, à religião e principalmente à estética. A recusa a uma das versões está basicamente sustentada por valores morais e estéticos — normalmente inter-relacionados nas respostas desses sujeitos — em relação ao que seria uma narrativa histórica gráfica verdadeira. O humor como um elemento estético relevante também teve papel relevante para essa forma de entendimento. Esse envolvimento, a partir dos valores, possibilita a compreensão, as possibilidades e limites da plausibilidade histórica dos

quadrinhos didáticos, quando confrontados com as ideias de verdade e intersubjetividade nos jovens.

Se for considerada a operação mental da orientação, onde a intersubjetividade é a categoria que mobiliza como a formação da identidade dos sujeitos se relaciona com as carências de orientação para a vida prática, há uma forte intervenção de um conceito de identidade nacional tradicional na constituição identitária destes jovens. As narrativas gráficas mobilizaram fortemente essa dimensão política da cultura histórica, mas não sem alguns senões reveladores. Alguns jovens relacionaram ou se identificaram com o mensageiro que entregava a(s) carta(s) de José Bonifácio e D. Leopoldina a D. Pedro, pois consideravam que a atuação desse sujeito, ligado às classes populares, teve um papel fundamental para a decisão do futuro imperador em tornar o Brasil independente. Outros jovens, do estado do Maranhão, identificaram os indígenas como sujeitos relevantes, em que pese o fato de eles não estarem representados nos quadrinhos investigados. Isso denota um tomar o conhecimento para si, pois, na resposta a algumas questões, o valor ligado à humanidade como igualdade foi claramente defendido por muitos jovens das quatro cidades investigadas (Curitiba-PR, São João dos Patos-MA, Três Lagoas-MS e Vitória da Conquista-BA).

Esses resultados revelam a importância da relação entre os valores da intersubjetividade e da verdade histórica e apresentam algumas pistas para, que seja compreendido o modo como estes jovens tomam para si o conhecimento histórico.

Os jovens investigados apresentaram uma “intersubjetividade prática” enquanto um valor que “repercute na experiência do próprio passado”, quando eles valorizaram um personagem, como o mensageiro das cartas endereçadas a D. Pedro, como imprescindível para revelar a humanidade de uma narrativa gráfica sobre o passado. No sentido da experiência do passado inscrita no presente dos jovens — o lugar dos antagonismos sociais que moldam suas identidades —, intersubjetividade é objetividade e verdade. E, na explicitação científica da diferença entre passado, presente e futuro, intersubjetividade é o que torna humana a verdade histórica de uma narrativa na sua inserção na vida prática.

Entretanto, as respostas dos jovens investigados também possibilitaram entender como, em contextos de escolarização, a intersubjetividade é um valor construído e instigado pela estetização da História realizada pelas histórias em quadrinhos, as quais fornecem para os sujeitos os caminhos para se apropriar da verdade histórica.

Considerações finais

O elemento estético das histórias em quadrinhos, se considerados os critérios de intersubjetividade e verdade, possibilita aos jovens tornarem-se “senhores de si” no embate com os poderes dominantes, tais como os estudantes que criticaram as visões tradicionais sobre a Independência do Brasil presentes nos livros didáticos de História. Estes jovens conseguiram dar forma à relação entre sua vida e o passado representado, estruturando sua imaginação a partir do que eles entendem intersubjetivamente por verdade. Portanto, os princípios de uma “razão estética” fazem do conhecimento histórico um elemento eficaz da orientação histórica, em que o pensamento se enraíza no entendimento e reconhecimento mútuo (RÜSEN, 2007: 123).

A partir desses resultados é possível relacionar a teoria da consciência histórica de Rüsen com as ideias de Lukács, pois, enquanto que na tradição, que hoje se estrutura na forma de exploração capitalista — e, também, nas formas de internalização da cultura escolarizada dos estudantes —, o passado escraviza o presente; no processo de libertação da consciência histórica, onde o sujeito narra a si a partir do reconhecimento do outro, as carências de orientação do presente passam a ser o critério para que o sujeito se aproprie criativa e ativamente das experiências do passado e do presente em mudança, possibilitando uma saída da alienação dominante na vida prática contemporânea.

Nesse sentido, são significativas aqui as últimas palavras publicadas em vida por Mikhail Bakhtin (2000: 414): “Não há nada morto de maneira absoluta. Todo sentido festejará um dia seu renascimento” por meio da “grande temporalidade”. Em outras palavras, o conhecimento intersubjetivo do passado do outro desaliena, por meio do autoconhecimento, os jovens, os quais passam a reconhecer que os processos de mudança estrutural da vida prática já aconteceram, estão acontecendo e poderão acontecer pela criação ativa da humanidade em direção à igualdade e à liberdade.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail M. Observações sobre a epistemologia das ciências humanas. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 399-414.

DINIZ, André; EDER, Antonio. **A Independência do Brasil**. São Paulo: Escala Editorial, 2008, p. 41-45.

FRONZA, Marcelo. **A intersubjetividade e a verdade na aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos**. Curitiba: 2012 (Tese de Doutorado em Educação – UFPR).

LEE, Peter. Understanding History. In: SEIXAS, Peter (ed.). Task se 1 to 3. **Theorizing historical consciousness**. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press, 2006, p. 157-159.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins fontes, 2003.

LUNN, Eugene. **Marxismo y modernismo: um estudio histórico de Lukács, Brecht, Benjamin y Adorno**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

MARTINS, Estevão de Rezende. A exemplaridade da História: prática e vivência do ensino. In: **Anais III Colóquio Nacional de História e Historiografia no Vale de Iguaçu**. União da Vitória: Revista do Colegiado de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIUV). V. 1, n. 1, p. 13-21, jun. 2008.

PAIVA, Miguel; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Da Colônia ao Império: um Brasil para inglês ver e latifundiário nenhum botar defeito**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 5-9.

RÜSEN, Jörn. **A razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

_____. **História viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é essa? In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender História: perspectivas da Educação Histórica**. Ijuí: Unijuí, 2009, p. 21-51.

Vida e morte do bandeirante: construção do objeto de pesquisa e estratégias de análise

Franco Della Valle*

“Será que fomos nós, historiadores contemporâneos, que inventamos *Vida e morte do bandeirante*, ou fomos inventados por ela?” (SOUZA: 2002, 1203).

José de Alcântara Machado d’Oliveira (1875 – 1941) foi um jurista, político, professor e *historiador* de um livro só: *Vida e morte do bandeirante*. Publicado em 1929, este livro reflete um momento em que apareceram diversas obras sobre o passado colonial paulista, especialmente o fenômeno das bandeiras, tais como os livros de Afonso Taunay (*História geral das bandeiras paulistas*) e Alfredo Ellis Junior (*Raça de gigantes*). Esse momento de intensa publicação sobre o passado paulista se deve, dentre outros fatores, à iniciativa de Washington Luiz: enquanto prefeito da cidade de São Paulo e governador do Estado, publicou as transcrições e compilações de documentos antigos, notadamente as *Atas da câmara* e os *Inventários e testamentos*. Com isso, divulgou documentos logo utilizados por intelectuais como base para livros sobre o passado regional.

Historiadores convergem na percepção de que diversos autores que publicaram obras neste período cristalizaram juízos positivos sobre os bandeirantes paulistas (ABUD: 1985; FERREIRA: 2002; BLAJ: 2000). De acordo com Ilana Blaj, estava em jogo nessas representações positivas “a preocupação de justificar o poder de São Paulo no contexto da riqueza cafeeira no âmbito da República Velha, o que pressupunha um relacionamento com os outros Estados e a luta pela hegemonia nacional” (BLAJ: 2000, 240). Buscava-se, então, a criação de um símbolo associado à população paulista, com qualidades especiais que pudessem diferenciá-la do restante do Brasil, com o intuito de ressaltar e justificar a importância de São Paulo sobre os demais Estados. E as qualidades do símbolo (o

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH – USP.

bandeirante) seriam ligadas aos habitantes de São Paulo daquele início do século XX: herdeiros de valorosos antepassados. A recompensa pelas suas virtudes se expressaria num Estado rico, industrializado, mais desenvolvido que os demais Estados do país, modelo a ser seguido.

Nesse viés, algumas análises enquadram Alcântara Machado como colaborador da construção do símbolo bandeirante paulista, pois sua narrativa confere características especiais (positivas) aos bandeirantes e, ao mesmo tempo, ao povo paulista dos anos 20.

Falar em construção da paulistanidade, tomada aqui como a simbolização da exceção da história e do povo paulista, toca num ponto sensível, nem sempre explicitado: a isenção do “historiador”. Ser político em São Paulo, ter laços e trânsito fácil com a elite intelectual regional, pertencer à oligarquia, enfim, tudo isso entra na fatura da análise do *Vida e morte do bandeirante*, em conjunto com passagens, no texto, representativas de atribuições de qualidades positivas aos bandeirantes. Todavia, a abordagem metodológica proposta neste trabalho acrescenta outras questões: deve-se relativizar a obra? Em que medida? Dizer que a representação dos bandeirantes feita por Alcântara Machado relaciona-se com um movimento de apologia a um símbolo paulista, utilizado com finalidades políticas, é o mesmo que condenar seu livro? Ou melhor, que julgar seu autor?

Considerando que *Vida e morte do bandeirante* também foi objeto de críticas positivas, por se afastar da narrativa das bandeiras em forma laudatória e aproximar-se da descrição do cotidiano das pessoas “comuns”, pode-se inverter o sentido das perguntas, para saber se esse afastamento é algo positivo e em que medida funciona como absolvição dos pecados eventualmente cometidos pelo seu autor. Tais perguntas perdem importância quando se conclui que as respostas redundariam numa simplificação de pares opostos *sim* ou *não*, ou mesmo numa lista de prescrições de como se deve ou não ler uma obra. Todavia, as questões aqui postas apontam para algo importante, qual seja, a possibilidade de problematizar as próprias leituras feitas sobre a obra. Seria um esforço de se ensaiar aquilo que Bourdieu denomina de “crítica sociológica da razão sociológica”:

ela deve trabalhar para reconstruir a gênese social não somente das categorias de pensamento que conscientemente ou inconscientemente aplica, tais como esses pares opostos que com frequência orientam a construção científica do mundo social, mas também dos conceitos que ela utiliza e que muitas vezes são apenas noções do senso comum introduzidas sem exame no discurso erudito...” (BOURDIEU, 2011: 289).

Esse exercício permite apreender o que está em jogo nas leituras feitas da obra do autor, e quais são as finalidades nelas embutidas. Permite, por exemplo, verificar que na construção de determinada leitura haja uma disputa acadêmica, política e até mesmo o julgamento do próprio autor e suas atitudes.

A pesquisa que desenvolvo volta-se ao autor (Alcântara Machado) e às leituras feitas sobre seu livro *Vida e morte do bandeirante*. Em grande parte, essas leituras relatam seu pertencimento à elite intelectual de São Paulo, suas funções políticas, sua filiação ao Partido Republicano Paulista e seu orgulho de linhagem, expressado na exaltação da antiguidade de sua família. Além disso, as leituras identificam os rendimentos obtidos com a inclusão do autor neste grupo, ou seja, eventuais condicionantes que informam o modo de sua narrativa, o assunto escolhido (os bandeirantes), que podem ser resumidas como a defesa dos interesses políticos de São Paulo perante no Brasil na década de 1920. No mais, são pinçados na obra exemplos que funcionam como apologia ou auxílio à cristalização do símbolo bandeirante. Embora tais dados e associações sejam necessárias e úteis, possivelmente o rendimento da pesquisa poderá ser maior ao se colocar Alcântara Machado num momento preciso: vários autores estavam, como ele, publicando obras sobre as bandeiras e o passado colonial de São Paulo. A partir daí, analisar como cada um desses autores, *em concorrência*, procura validar sua própria obra.

No caso de Afonso Taunay e sua *História geral das bandeiras paulistas* (com início de publicação em 1924), o destaque dado por esse autor é a farta fonte documental que alicerça a sua obra (inclusive com a descoberta de documentos). Alfredo Ellis Junior, outro exemplo de concorrente, define a importância de seu livro *Raça de gigantes* (1926) pela aplicação de análises raciais, a fim de buscar a constituição física e psicológica do paulista. Já no caso de Alcântara Machado, privilegia-se o cotidiano de pessoas ditas comuns. Tal “qualidade” é expressa pelo seu próprio autor no corpo do livro, bem como pela crítica contemporânea de sua primeira publicação.

Colocar o autor neste momento preciso significa a necessidade de se levar em conta, também, o fato de que *antes* dele outros já haviam publicado obras sobre o mesmo assunto. Considerados os exemplos acima citados (Taunay e Ellis Junior), Alcântara Machado chegava tarde na corrida para escrever o passado de São Paulo. Assim, o orgulho de estirpe, declaração de lealdade e amor a São Paulo expressado por ele adquirem outra conotação além de vazio

auto-elogio ou defesa dos interesses políticos dos paulistas. Na ausência de um campo intelectual autônomo naquele momento (MICELI, 2001: 17), são com esses e outros trunfos que os autores chamarão a atenção para suas obras.

Sobre as coerções que pesaram sobre Alcântara Machado quando escreveu *Vida e morte do bandeirante*, a noção de figuração, de Norbert Elias (CHARTIER: 2000, 13) é reveladora. Isso porque permite identificar os limites impostos a um autor que desempenha a figuração político e jurista de renome, com intensa atividade em São Paulo, quando escreve sobre os antepassados paulistas. Isso fica ainda mais claro quando há intenção de crítica, ou seja, até que ponto o autor pode criticar aqueles erigidos como antepassados de uma população que o elege como representante político e que aprecia suas aulas na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco.

Desta forma e com essas ferramentas metodológicas, a pesquisa pretende agregar mais um ângulo de visão à análise corrente, que considera as propriedades extraídas do grupo no qual Alcântara Machado está inserido (elite intelectual, político etc) e seus reflexos na obra. Pretende-se, portanto, analisar o autor e sua obra em concorrência (política, intelectual) com seus pares nesse meio, tirando-se disso consequências e explicações.

Em relação às leituras feitas sobre *Vida e morte do bandeirante*, o cuidado inicial é aquele citado por Lygia Sigaud quando analisou as leituras sobre *Ensaio sobre o dom* de Marcel Mauss: “... cuidado de identificar quem estava dizendo exatamente o que sobre o texto e como o fazia.” (SIGAUD: 1999, 90). Com isso, pode-se analisar e compreender os efeitos trazidos pelas leituras que identificam rupturas ou continuidades historiográficas na linhagem de autores que escreveram sobre o passado colonial paulista. Noutras palavras, permite identificar o que está em jogo na tensão entre filiação ou afastamento do comentador e o texto analisado, tais como demarcações geracionais, acadêmicas ou mesmo a prescrição dos cânones legítimos a serem seguidos pelos membros da comunidade dos historiadores.

O enquadramento de Alcântara Machado na *função de autor*, nos termos propostos por Foucault (FOUCAULT: 1992) ajuda compreender a tensão, explicitada nas leituras, entre a atividade política do autor e sua narrativa. Isso porque a figura do autor, erigida em categoria analítica, acaba por influenciar na interpretação e nos julgamentos feitos sobre a obra. Para tanto, é necessário analisar as funções políticas desempenhadas pelo autor antes e depois da publicação de seu livro, bem como em que termos tais funções refletem na obra.

Retoma-se, assim, o quanto mencionado acima, ou seja, indagar em que termos é apreendida a atividade do escritor que também é político militante. Ou melhor, em que termos

de “isenção” sua prática historiográfica é levada em conta. E mais: quando identificadas nas leituras da obra sugestões de práticas sobre o ofício de historiador, busca-se compreender em que medida essas práticas se incompatibilizam com o desempenho de atividade política.

A constituição do *corpus* documental foi feita da seguinte forma: adotou-se uma categoria ampla de leitores de *Vida e morte do bandeirante*, para fins de análise de recepção e críticas. No momento da publicação e anos posteriores, procurei pesquisar artigos e resenhas em jornais que fizessem apreciação da obra. O cuidado primordial, neste caso, é atentar-se para o fato de que esses artigos normalmente são assinados por pessoas do círculo de sociabilidades do próprio autor e que poderiam compartilhar, de certo modo, da mesma visão sobre o passado colonial paulista. Além disso, são escritos de polígrafos que, tal como o autor, escreviam sobre diversos assuntos na imprensa.

Como as primeiras resenhas compraram a visão de novidade, propalada pelo autor no início do livro, foi interessante coletar os anúncios publicados em jornais. Pretende-se verificar em que termos é posto o quesito novidade, a fim de valorizar o produto. Noutras palavras, foi necessário ressaltar e compreender como se deu o apelo ao mercado consumidor da obra.

A partir do surgimento da Universidade e da Faculdade de História, nos anos 30, a abordagem metodológica escolhida propõe problematizar como a produção universitária apreendeu *Vida e morte do bandeirante*. Como análises específicas sobre Alcântara Machado são raras, foi necessário recorrer à produção que versa sobre o regionalismo paulista e a construção da paulistanidade, com a finalidade de analisar como o autor e seu livro são representados no contexto específico desta produção. Essa análise permite apreender, em muitos casos, as prescrições dos cânones do ofício de historiador e o que se reprova nas obras dos intelectuais pré-universidade. Todavia, se o recorte – muitas vezes sugerido pelo próprio material – ganha importância com a oposição pré e pós universidade, a pesquisa não se encerra nele. Isso porque dentro da própria produção universitária há conflitos de gerações e de visões sobre a prática do ofício de historiador. É na reapropriação ou ressignificação desses antigos polígrafos (dentre eles Alcântara Machado) que se pode apreender a validação das práticas tidas como pertinentes à produção da história. O esforço de análise nesse sentido possibilita a verificação de como, nas leituras, a tão propalada novidade da obra vai se esfumando quando se analisa a tensão entre o historiador e o político que deseja defender o Estado cujo passado analisou.

Considerando que as críticas sobre a obra ressaltam o papel político desempenhado por Alcântara Machado e sua relação com São Paulo, pareceu-me necessário coletar dados sobre o exercício dessa função. Tendo em vista que São Paulo foi derrotado na Revolução Constitucionalista de 1932, foi interessante analisar como um político oriundo desse Estado esforça-se em afastar críticas relativas à sua adesão ao governo de Getúlio Vargas e reafirmar sua lealdade ao povo paulista que o elegeu. Assim, propagandas políticas, discursos, artigos de jornais e falas na tribuna da Assembleia Constituinte de 1934 são materiais que possibilitam apreender os termos utilizados pelo autor para conferir veracidade à sua lealdade a São Paulo.

Outro aspecto sugerido por esse material é que a antiguidade de estirpe e amor a São Paulo são resgatados não apenas como defesa política mas também como abonadores à escrita da história paulista. Já as inversões operadas nas leituras acerca de *Vida e morte do bandeirante*, no sentido de se considerar essa identificação com São Paulo desabonadora da obra, refere-se, *mutatis mutandi*, à inversão perfeita mencionada por Bourdieu:

Os casos de inversão perfeita, como aquele em que o título de nobreza de um pode se tornar marca de infâmia para o outro, estão lá para lembrar que o campo universitário é, como todo campo, o lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos, isto é, as propriedades pertinentes, eficientes e próprias a produzir – funcionando como capital – os benefícios específicos assegurados pelo campo. (BOURDIEU: 2011, 32).

A partir da intenção da pesquisa e das ferramentas metodológicas acima explicitadas, cabe dizer que não se pretende validar ou não as leituras feitas sobre *Vida e morte do bandeirante*, muito menos salvar o autor de supostos mal entendidos ou imerecido esquecimento. A intenção da pesquisa é analisar quais as possibilidades que o autor tinha em seu horizonte para publicar a obra, bem como quais foram as ferramentas utilizadas pelas leituras feitas de seu livro. No extremo, pretende-se fazer uma leitura das leituras, com intuito de analisar o que estava em jogo quando propostas e quais os procedimentos eficazes para se construir uma determinada categoria de autor.

Embora a pergunta de Laura de Mello e Souza que abre esta comunicação seja de difícil resposta, a pesquisa desenvolvida tem como finalidade dar um passo para a compreensão das representações feitas de Alcântara Machado e seu livro.

Referências bibliográficas

- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese (Doutorado em História), FFLCH, USP, São Paulo, 1985.
- BLAJ, Ilana. “Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo colonial”. *Revista de História*, FFLCH-USP, São Paulo, 142-143, p. 239-259, 2000.
- BOUDIEU, P. F. *Homo Academicus*, Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilton Valle, Florianópolis: Editora UFSC, 2011.
- CHARTIER, Roger. “Introdução”. In. ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*, Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasiliana, volume 59, série V, sob direção de Fernando de Azevedo, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.
- FERREIRA, Antônio Celso. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870 1940)*, São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- FOUCALT, Michel. *O que é um autor?* Tradução de Antonio Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro, Lisboa: Passagens, 1992.
- MICELI, Sergio. *Poder, sexo e letras na República Velha (estudo clínico dos Anatolianos). Intelectuais à brasileira*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, José de Alcântara Machado de. *Vida e morte do bandeirante*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1929.

SIGAUD, Lygia. “As vicissitudes do “Ensaio sobre o Dom”. In *Mana*, 5 (2), Rio de Janeiro, 1999, pp. 89-124.

SOUZA, Laura de Mello e. Texto introdutório, Vida e morte do bandeirante. In *Intérpretes do Brasil*, volume I, 2ª edição, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

TAUNAY, Afonso de Escagnolle. *História Geral das Bandeiras Paulistas, escripta à vista de avultada documentação inédita dos arquivos Hespanhois e Portuguezes, Tomo Primeiro, Introdução Geral, Cyclo da Caça ao índico, Lutas com os Hespanhoes e Jesuítas – das primeiras entradas à grande bandeira de 1628*, São Paulo: Typ. Ideal – H. L. Canton, 1924.

_____ *História Geral das Bandeiras Paulistas, escripta à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, hespanhoes e portuguezes. Tomo quinto, jornadas nos sertões bahianos – os inventários da selva – primórdios da mineração – o cyclo do ouro de lavagem – as esmeraldas e a prata*, São Paulo: Typ. Ideal, Heitor I Canton, 1929.

Walter Benjamin: Historiador do Barroco

Josias José Freire Júnior*

Este texto visa discutir a ideia de história do filósofo alemão Walter Benjamin (1892-1940) a partir de sua conhecida obra sobre o teatro barroco alemão: *Origem do Drama Barroco Alemão* (BENJAMIN, 1974; 1984). Apesar de Walter Benjamin não ser reconhecido por parte da recepção crítica de sua obra como historiador, discutiremos a possibilidade das considerações do filósofo alemão acerca do teatro alemão do século XVI promoverem um incremento da compreensão do fenômeno do barroco.

Walter Benjamin no livro sobre o barroco alemão elaborou uma ideia de história e um conceito de historiografia permeados pelos elementos estéticos-culturais relacionados aos temas do poder, da violência, da imanência histórica e da transitoriedade do mundo a partir da ação estatal, alegórica, teatral e política do teatro do barroco alemão. A partir de uma escrita filosófica marginal em sua época – o texto sobre o drama barroco alemão foi a fracassada tentativa do filósofo de ingressar na carreira acadêmica – Walter Benjamin reconfigurou a tradição interpretativa do barroco do início do século XX ao romper com os cânones de certa crítica “historicista”, produzindo uma escrita da história marcada pelas experiências dos primeiros anos do século passado; uma escrita da história que toma a tradição cultural e, especialmente a tradição literária, não apenas como fonte historiográfica, mas como teoria que altera, redimensiona e produz as próprias noções de história e conhecimento. Partindo de alguns elementos das análises presentes em “A origem do drama barroco alemão” esta comunicação visa problematizar e atualizar as ideias de história e historiografia do filósofo alemão, ao ritmo do procedimento crítico elaborado pelo filósofo em sua célebre obra.

Apresentaremos as considerações de Walter Benjamin acerca do drama barroco alemão a partir de dois temas: o da imanência e a da alegoria.

No livro sobre o drama barroco o *Trauerspiel* - o teatro “barroco”, do “drama trágico” da época do barroco – aparece como gênero dramático apresentado *na* história. O caráter histórico da tragédia da época do barroco aparece na obra de W. Benjamin como tema e cenário deste teatro. O drama barroco aparece como representação e ação históricas: “No século XVII, o termo *Trauerspiel* se aplicava tanto à obra como aos acontecimentos

*Doutorando em História. Universidade Federal de Goiás.

históricos, do mesmo modo que hoje, como maior justificação, ocorre com o termo *trágico*” (BENJAMIN, 1984: 87).

A imanência no teatro barroco se apresenta enquanto oposição aos temas míticos da tragédia. No drama barroco, ao se encenar o teor histórico – sua relação específica com a temporalidade moderna – se indiferencia da história: “a tragédia podia ser captada no processo histórico (*im geschichtlichen Ablauf selbst das Trauerspiel mit Händen zu greifen*)” (BENJAMIN, 1984: 87; GS I: 243).

Enquanto na tragédia clássica – e no cânone da transposição de seus elementos para a tragédia moderna – se referia ao mundo miticamente, exteriormente determinado, a tragédia do barroco alemão, o *Trauerspiel*, se caracteriza pela referência ao tema da história e pela produção da história daquele período. A história aparece no drama barroco alemão, para Walter Benjamin como conteúdos do teatro e caráter histórico, historicidade específica da época.

O conteúdo histórico do drama barroco apresenta sua historicidade; o teatro permeado pela historicidade moderna configura na história do drama a figura do “protagonista da ação histórica” (BENJAMIN, 1984: 88) como representante da história. A personagem típica do drama barroco produz história ao passo que está inserida nela: “O soberano representa a história. Ele segura em suas mãos o acontecimento histórico, como se fosse um cetro”. (BENJAMIN, 1984: 88; GS I: 245). Diferentemente da experiência tradicional o drama barroco alemão, a partir de sua resposta à experiência moderna do tempo, tem por conteúdo, caráter (*gehalt*) a história, a “vida histórica tal como aquela época a concebia (*Das geschichtliche Leben wie es jene Epoche sich darstellte ist sein Gehalt, sein wahrer Gegenstand*)” (BENJAMIN, 1984: 86; GS I: 242-243). O soberano enquanto figura típica do drama daquele período, na medida em que se insere no processo histórico se destaca como figura produtora da história; tal experiência de historicidade fora possível, seguindo a interpretação benjaminiana, graças à peculiar concepção de tempo presente naquela época: a temporalidade moderna refigurada como estado de imanência, de pertencimento absoluto à história mundana, profana.

A imanência se apresenta na figura *sui generis* do drama barroco alemão. Em contrapartida ao ideal tradicional, da noção de estabilização da experiência da temporalidade, os elementos “imanentistas” do barroco apresenta esta época como “obcecada pela ideia de catástrofe” – pela ideia de produção de uma história humana, que não poderia ser senão catastrófica. O mundo “arrastado” “em direção à catástrofe”, o mundo governado pelo caos da

história humana (BENJAMIN, 1984: 90). A historicidade radical das personagens, cuja figura mais significativa é a do soberano, as apresenta como produtoras e inseridas nos reveses da história. A história como violência representa a violência de uma história nas mãos humanas típica da época do drama barroco alemão.

A concepção da imanência presente no teatro da época do barroco reverbera no estilo alegórico do gênero dramático daquela época. A concepção de alegoria enquanto procedimento de representação da história se refere à ideia de uma história não tanto mais submetida à diacronia das estruturas tradicionais – a continuidade das concepções míticas de tempo – mas a partir do caráter sincrônico da concepção de história como representação da história:

“A secularização da história na cena do teatro exprime a mesma tendência metafísica, que levou, simultaneamente, a ciência exata a descobrir o cálculo infinitesimal. Nos dois casos, o movimento temporal é captado e analisado em uma imagem espacial. A imagem do palco, ou mais exatamente, da corte, se transforma na chave para a compreensão da história.” (1984: 115).

O caráter imagético da concepção de história, já se apresenta como resposta à experiência da imanência absoluta: “[...] Os que exploravam mais profundamente as coisas se viam na existência como num campo de ruínas, cheio de ações parciais e inautênticas” (1984: 162). Walter Benjamin apresenta o aprofundar ao mundo das coisas como *desvio* à história promovido pela concepção de temporalidade moderna: sem a segurança do *telos* mítico, as experiências encenadas pelo teatro do barroco se mostram como fundamentalmente pertencentes ao mundo – a partir do qual a própria concepção de história é produzida, mediante o recurso de representação imagética do tempo, circunscrito pela intenção alegórica que, ao contrário do símbolo romântico, oferece em imagens a ideia de exclusividade das vias mundanas ao mesmo tempo que se recusa à apresentação de uma imagem de totalidade. A alegoria aparece no drama barroco “expressão, como a linguagem, e como a escrita” (BENJAMIN, 1984: 184). A imagem histórica do barroco alemão se apresenta como escrita:

“Quando, com o drama barroco, a história penetra no palco, ela o faz enquanto escrita. A palavra história está gravada, com os caracteres da transitoriedade, no rosto da natureza. A fisionomia alegórica da natureza-história, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente na ruína. Como ruína, a história se fundiu sensorialmente com o cenário. Sob essa forma, a história não constitui um processo de

vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria reconhece estar além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas” (BENJAMIN, 1984: 199-200).

A representação alegórica é sempre incompleta na medida em que se apresenta como trabalho constante de significação e ressignificação das coisas, ao passo que se apresenta como desvio à história humana – destituída de um sentido de unidade estável, composta por uma miríade de significações e reveses.

A imersão na ordem das “coisas” se apresenta no teatro do barroco alemão como resposta a experiência da imanência: “na via para o objeto – ou melhor, dentro do próprio objeto – essa intenção avança tão lenta e tão solenemente como as procissões dos governantes” (1984, p. 163). A compreensão do significado da alegoria barroca, no contexto de “resposta” ao símbolo romântico e às concepções de estabilidade e naturalização históricas da Antiguidade ao Renascimento são fundamentais para a compreensão da ideia de história apresentada por Walter Benjamin a partir da ideia de alegoria barroca: “O que chama a atenção no uso vulgar do termo é que esse conceito” romântico de símbolo:

que aponta imperiosamente para a indissociabilidade de forma e conteúdo, para funcionar como uma legitimação filosófica da impotência crítica, que por falta de rigor dialético perde de vista o conteúdo, na análise formal, e a forma, na estética do conteúdo. Esse abuso ocorre sempre que numa obra de arte a ‘manifestação’ de uma ideia é caracterizada como um ‘símbolo’. A unidade do elemento sensível e suprassensível, em que reside o paradoxo do símbolo teológico, é deformada numa relação entre manifestação e essência” (1984, p. 182).

Determinada corrente romântica distorcera a ideia de símbolo teológico, em favor de uma concepção acrítica de totalidade, pela reunião arbitrária de essência e manifestação. Walter Benjamin continua:

“Enquanto estrutura simbólica, supunha-se que o belo se fundia com o divino, sem solução de continuidade. A noção da imanência absoluta do mundo da ética no mundo do belo foi elaborada pela estética teosófica dos românticos”. Também no “classicismo”. “O que é tipicamente romântico é o projeto de inscrever esse indivíduo perfeito num processo sem dúvida infinito, mas em todo caso soteriológico e até sagrado. Mas uma vez eliminado no indivíduo o sujeito ético, nenhum rigorosismo,

nem sequer o kantiano, poderá salvá-lo, ajudando-o a preservar seu perfil másculo. Seu coração se perde na bela alma. E o raio de ação – ou melhor, o raio cultural – desse indivíduo perfeito, desse belo indivíduo, coincide com o círculo do ‘simbólico’. Em contraste, a apoteose barroca é dialética. Ela se consoma no movimento entre os extremos. Nesse movimento excêntrico e dialético, a interioridade não-contraditória, do classicismo não desempenha nenhum papel, já pelo simples fato de que os problemas imediatos do Barroco se vinculam à sua política religiosa, e nesse sentido não afetavam tanto o indivíduo e sua ética como a sua comunidade religiosa” (1984, p. 182).

A noção de interioridade contraditória apresentada pela concepção alegórica, dialética, em desfavor da totalidade romântica corresponde à experiência histórica daquele período em sentido extenso: tanto os acontecimentos históricos catastróficos – guerras de religião, tiranias, etc. – quanto o declínio da Idade Média, bem como as aporias entre classicismo e romantismo, favorecem à concepção de história daquele período, permeada pela ideia de expressão alegórica da história humana.

“Por mais de cem anos a filosofia da arte tem sido dominada por um usurpador, que ocupou o poder durante o caos provocado pelo romantismo” (BENJAMIN, 1984: 181).

A concepção de história do período do barroco não poderia ser senão palco para a alegoria histórica. As personagens do barroco se apresentam como personagens alegóricas, históricas em pelo menos três níveis: inseridas no processo histórico, produtoras da ação histórica e representantes dos reveses da história humana. O que representaria mais significativamente os traços da história humana seria dessa forma a transitoriedade das coisas terrenas, por isso o autor alegórico do barroco alemão imerge no “mundo das coisas” de maneira até então inédita: tal “auto absorção” no mundo das coisas “levava facilmente a um abismo sem fundo” (BENJAMIN, 1984: 164), o que também aparece como consequência da concepção de história que emerge do drama barroco. A seguir, a longa, mas fundamental passagem acerca da ideia de alegoria do drama barroco bem como peculiar noção de história produzida por ela:

“Ao passo que no símbolo, com a transfiguração do declínio, o rosto metamorfoseado da natureza se revela fugazmente à luz da salvação, a alegoria, mostra ao observador a *facies hippocratica* da história como protopaisagem petrificada. A história em tudo o que nela desde o início é prematuro, sofrido e malogrado, se exprime num rosto – não,

numa caveira. E porque não existe, nela, nenhuma liberdade simbólica de expressão, nenhuma harmonia clássica da forma, em suma, nada de humano, essa figura, de todas a mais sujeita à natureza, exprime, não somente a existência humana geral, mas, de modo altamente expressivo, e sob a forma de um enigma, a história biográfica de um indivíduo. Nisso consiste o cerne da visão alegórica: a exposição barroca, mundana, da história como história mundial do sofrimento, significativa apenas nos episódios do declínio. Quando maior a significação, tanto maior a sujeição à morte, porque é a morte que grava mais profundamente a tortuosa linha de demarcação entre a *physis* e a significação. Mas se a natureza desde sempre esteve sujeita à morte, desde sempre ela foi alegórica. A significação e a morte amadurecem juntas no curso do desenvolvimento histórico, da mesma forma que interagem, como sementes, na condição pecaminosa da criatura, anterior à Graça.” (BENJAMIN, 1984: 188).

A relação entre natureza e história se apresenta como altamente significativa: “A expressão alegórica nasceu de uma curiosa combinação de natureza e história” (BENJAMIN, 1984: 189). A produção histórica deve *passar* pela sua configuração enquanto história natural. O projeto historiográfico tardio de Walter Benjamin – as *Passagens* – se desdobrará enquanto apresentação desta história naturalizada enquanto momento crítico, dialético.

A ideia de alegoria do drama barroco alemão determinará de forma substancial o conceito benjaminiano de história. As noções de imanência e alegoria como “respostas”, contrapartidas à experiência moderna de tempo se apresentará como via de elaboração e uma história não mítica, não naturalizada – isto é, aberta e passível de permanente reelaboração. Tal concepção de história será fundamental para a concepção de história tardia de Walter Benjamin, como assinala Susan Buck-Morss:

Construir “uma filosofia extraída da história [...] reconstruir o material histórico como filosofia. [...] Uma representação concreta e gráfica da verdade, em que as imagens históricas tornam visíveis as ideias filosóficas. Nelas, a história atravessava o coração da verdade sem proporcionar um marco totalizador. Benjamin entendeu estas ideias como ‘descontínuas’. Como resultado, os mesmos elementos conceituais aparecem em várias imagens, em configurações tão variadas que seu significado não pode ser fixado em abstrato. [...]. uma construção histórica da filosofia que seja simultaneamente [...] uma reconstrução filosófica da história, onde os elementos ideacionais de filosofia se expressem como significados cambiantes dentro de imagens históricas que, em si mesmas, são descontínuas [...]” (BUCK-MORSS, 2002: 84).

As reflexões de Walter Benjamin acerca da concepção de história do barroco alemão se apresentam dessa forma não apenas como esforço de revisão da tradição historiográfica alemã, nem mesmo apenas como releitura crítica da teoria da tragédia influenciada pelos cânones historicistas da academia em sua época. Imanência e alegoria aparecem como chaves para a compreensão da obra tardia de Walter Benjamin – cuja principal característica é se apresentar como obra crítico-historiográfica. O significado da apresentação das especificidades históricas do drama barroco alemão na obra benjaminiana cumpre pelo menos a dupla função de contribuir com as reflexões acerca da história deste período bem como de promover aportes teórico-filosóficos para compreensão do pensamento do autor alemão que, ao propor uma peculiar concepção de história, critica, revisa e amplia a noção de história de maneira fundamentalmente atual.

Referências

BUCK-MORSS, Susan. *Dialética do Olhar: Walter Benjamin e o projeto das Passagens*. Tradução de Ana Luiza de Andrade, revisão de David Lopes da Silva. Belo Horizonte: Editora UFMG; Chapecó/SC: Editora Universitária Argos, 2002.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. Tradução, apresentação e notas de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____. *Gesammelte Schriften*. R. Tiedemann e H. Schweppenhäuser (ed.). Tomo I: Abhandlungen. Frankfurt am Main : Suhrkamp, 1974.